

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 174

1939

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.



1940

RIO DE JANEIRO — IMPRENSA NACIONAL



REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 174

1939

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.



1940

RIO DE JANEIRO — IMPRENSA NACIONAL

REVISTA

DO

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

ESTABELECIDO EM 1838 POR D. JOÃO VI

ALVARO DE ALMEIDA

Este livro se encontra em posse do
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro



1919

BIBLIOTECA NACIONAL - RIO DE JANEIRO

A PAZ COM O PARAGUAI DEPOIS DA GUERRA
DA TRIPLICE ALIANÇA

DE

A PAZ COM O PARAGUAI DEPOIS DA GUERRA
DA TRIPLICE ALIANÇA

PELO

GENERAL AUGUSTO TASSO FRAGOSO

A PAZ COM O PARAGUAI DEPOIS DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

por

AUGUSTO TASSO FRAGOSO

General de Divisão reformado

Mas vós, quem quer que isto lerdas,
Relevai-me esta tardança;
São achaques da velhice:
Vivemos de remembrança
E em longas falas fazemos
De tudo comemoração.

Gonçalves Dias.

(Das Sextilhas de Frei Antão)

DEDICO

este singelo estudo ao

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

como testemunho de admiração pela obra que há longos anos tem realizado, grangeando precioso tesouro de informações históricas e velando zelosamente pelo seu aumento e conservação, afim de transmiti-lo às gerações vindouras.

Augusto Tasso Fragoso.

ÍNDICE

	PÁGS.
Antelóquio	9

PRIMEIRA PARTE

Primeiras negociações para a formulação dos tratados necessários à paz definitiva entre o Paraguai e os aliados — Instituição de um governo provisório no Paraguai — Ajuste preliminar de paz.....	13
--	----

Capítulo I

O tratado da Tríplice Aliança — Explicações de Otaviano sobre a sua elaboração — Apreciações de Saraiva.....	15
--	----

Capítulo II

Primeiras cogitações sobre um tratado de paz — Instruções de Saraiva — Parecer da Secção de Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado sobre um tratado de paz apresentado ao Brasil pela Argentina — Opinião de Joaquim Nabuco relativamente a esse parecer — Resposta do governo brasileiro remetida a Otaviano — Primeiros esforços do Brasil para evitar que a Argentina ficasse senhora de todo o Chaco....	21
---	----

Capítulo III

Instituição de um governo provisório no Paraguai — Instruções de Cotegipe a Paranhos — Bases apresentadas por este — Objeção de Mariano Varela, representante da Argentina — Opinião de Alfredo Rodriguez, representante do Uruguai	
---	--

— Firma-se afinal, de comum acordo, um protocolo para reconhecimento do governo provisório do Paraguai — É escolhido um Triumvirato, que assume o poder — Discursos de felicitações dos representantes do Brasil e da Argentina — Decreto do novo governo em que Lopez é posto fora da lei e banido do território paraguaio — Decreto referente à abolição da escravidão no Paraguai

29

Capítulo IV

O general Emílio Mitre ocupa Vila Ocidental e comunica o fato a Paranhos e ao governo paraguaio — Respostas destes governos — Mariano Varela, ministro de estrangeiros da Argentina, prova o ato de Emílio Mitre — Dirige-se a Paranhos e ao governo paraguaio — Expõe o seu ponto de vista: *a vitória não dá ao vencedor o direito de impor limites ao vencido* — Resposta de Paranhos, que se mostra surpreso da nova interpretação do tratado de Aliança — Origem provável da teoria de Varela.....

55

Capítulo V

Morte de Lopez — Cogita-se de um acordo preliminar de paz — Propostas de Paranhos — Troca de idéias com Mariano Varela — Negociação com Emilio Mitre — O projeto argentino e o brasileiro são enviados ao governo paraguaio — Objeções deste governo — As negociações são transferidas para Buenos Aires — Chega-se a acordo — O projeto é apresentado ao governo paraguaio que propõe ligeira alteração, a qual é aceita — O ajuste preliminar de paz.....

63

Capítulo VI

O governo brasileiro ouve o Conselho de Estado sobre o ajuste de paz com o Paraguai — Reação contra a doutrina de Mariano Varela — Bartolomeu Mitre é ouvido pelo governo argentino

73

SEGUNDA PARTE

Novas negociações para o tratado de paz definitivo — Negociação direta e separada do Brasil com o Paraguai — Celebração dos tratados definitivos entre estes dois países.....

79

Capítulo I

PÁGS.

Reune-se a Convenção Nacional Constituinte em Assunção — É eleito o primeiro presidente constitucional — Os aliados buscam celebrar o tratado de paz definitivo — Paranhos volta ao Rio da Prata — Instruções que lhe dá o marquês de São Vicente — Os plenipotenciários estudam o projeto de tratado de paz — O que ficou combinado — Esclarecimentos dados por Paranhos ao governo brasileiro	81
---	----

Capítulo II

O governo brasileiro ouve novamente o Conselho de Estado — O marquês de São Vicente escreve a Paranhos e manda-lhe novas instruções — Resposta de Paranhos — As negociações são transferidas para Assunção.....	93
--	----

Capítulo III

Paranhos regressa à capital do Império — Organiza o gabinete de 7 de março de 1871 — Nomeação de Cotegipe para sub- stituí-lo no Rio da Prata — Primeiras conversações de Cote- gipe com Tejedor em Buenos Aires — Cotegipe avista-se com Quintana e Mitre — Segue depois para Assunção — Pertur- bação revolucionária no Paraguai — Dissolução do Congresso paraguaio — Apesar disso os plenipotenciários iniciam a ne- gociação — Prevendo dificuldades da parte da Argentina, e talvez a necessidade de o Brasil tratar separadamente com o Paraguai, Cotegipe pede instruções a Correia para este caso — Resposta de Correia.....	103
---	-----

Capítulo IV

Primeiros trabalhos dos plenipotenciários em Assunção — Re- visão do projeto de tratado de paz definitivo, elaborado em Buenos Aires — Cotegipe enfrenta a questão de limites — Resistência de Quintana ao protocolo anexo ao tratado de 1.º de maio — Cotegipe propõe o adiamento da questão para quando o projeto for apresentado ao governo paraguaio — Vem à balha o caso da ilha de Martín García — Assentam- se afinal os artigos do tratado de paz — Cotegipe escreve a Correia sobre o estado de espírito de Quintana — Hesitação de Jovellanos — O governo paraguaio quer adiar a negociação — Oposição de Cotegipe e Rodríguez — Réplica de Quintana, que propõe a suspensão das negociações e a ida dos três pleni- potenciários a Buenos Aires, afim de ali resolverem a difi- culdade pendente — Cotegipe rejeita a proposta e declara que negociará com o governo do Paraguai, se ele quiser, os
--

tratados peculiares ao Brasil — Quintana contesta a Cotegipe o direito de negociar sozinho — Cotegipe mantém com firmeza a sua decisão — Escreve a Correia — Resposta deste — O governo brasileiro ouve o Conselho de Estado — Quintana oficia ao governo paraguaio; avisa-o de que ficam adiadas as negociações — Resposta deste governo, que comunica o fato a Cotegipe, e lhe pergunta se também interrompe as negociações — Cotegipe declara-se pronto para as mesmas — o governo paraguaio mostra-se conforme com esse ponto de vista e nomeia Loizaga seu plenipotenciário....

111

Capítulo V

Cotegipe negocia com o Paraguai os tratados relativos ao Brasil — Discussão na elaboração dos mesmos — São afinal combinados, depois aprovados e promulgados pelo Brasil e pelo Paraguai — O governo brasileiro ouve o Conselho de Estado em dezembro de 1871 — Pareceres dos conselheiros — Derradeiras instruções de Correia a Cotegipe.....

133

TERCEIRA PARTE

Irritação causada na Argentina pelas negociações separadas entre o Brasil e o Paraguai — Grave dissídio entre os dois aliados — Crise de rompimento da aliança — Negociações para o restabelecimento desta

165

Capítulo I

Indignação provocada na Argentina pelo procedimento de Cotegipe — Apreciações da imprensa portenha — Opinião de Mitre — A Argentina nomeia um governador para o Chaco — Protesto do Paraguai — Este país envia circulares às potências para explicar a violência de que foi vítima — Resposta de Tejedor, em nome do governo argentino — Este governo manifesta ao do Brasil o seu desagrado pelo procedimento de Cotegipe — Quer a desocupação da ilha do Atajo ou Cerrito — O governo imperial consulta sobre o caso o Conselho de Estado — Pareceres dos conselheiros — Resposta do Brasil à Argentina sobre a desocupação da referida ilha — Nota do governo brasileiro aos seus agentes diplomáticos para explicar o procedimento de Cotegipe em Assunção — O governo brasileiro ouve o Conselho de Estado sobre se os tratados de Cotegipe devem ser ratificados — Pareceres dos membros do Conselho — Resposta do Brasil ao protesto da Argentina — Correia refere-se nesse documento à aliança do Brasil com a Argentina em 1852, de que resultou a batalha de Caseros, razão por que o denominam *Nota de Caseros*

169

Capítulo II

PÁGS.

Cotegipe deixa Assunção — Chega a Buenos Aires — Conversa com Tejedor — Trocam explicações — Solução que apresenta o embaixador brasileiro e que regista por escrito — Os tratados de Cotegipe são ratificados pelo governo brasileiro — Opinião de Mitre sobre o procedimento do Brasil — Sarmiento pensa em mandá-lo ao Rio de Janeiro como plenipotenciário, para aplinar as dificuldades — Reflexões de Mitre ao governo argentino — Nota de Tejedor ao Brasil, conhecida pelo nome de <i>Nota de Ituzáingo</i> , a qual foi previamente aprovada pelo Congresso Argentino — Preparativos da Argentina para a eventualidade de uma guerra — A nota argentina chega à Corte em momento de crise ministerial — Nota de Correia em resposta à de Tejedor — O <i>memorandum</i> anexo à mesma — Comentários de Cotegipe à nota de Tejedor — Sarmiento resolve mandar Mitre ao Rio de Janeiro, em missão especial, para restabelecer a aliança.....	197
--	-----

Capítulo III

Mitre é nomeado para ir ao Brasil — Instruções que lhe foram dadas pelo seu governo — Parte de Buenos Aires — Conversa em Montevidéu com o presidente do Uruguai e o seu ministro de estrangeiros — Chegando ao Rio, toma logo contacto com Francisco Manuel Correia, ministro de estrangeiros do Brasil — Conversações havidas entre os dois — Debatem a questão preliminar <i>de forma</i> da nota argentina — Mitre é recebido pelo Imperador — Continuam as conversações entre o enviado argentino e Correia — Mitre pede uma audiência ao Visconde do Rio Branco — Trocam idéias — Combinam uma solução da dificuldade, isto é, da questão <i>de forma</i> — Projetos de notas conciliatórias — A nota argentina e a brasileira — solução final da questão <i>de forma</i> mediante a troca das referidas notas.....	265
---	-----

Capítulo IV

Negociações de Mitre com o marquês de São Vicente (José Antônio Pimenta Bueno), representante do Brasil — Assentam um acordo que restabelece a Aliança — Artigos principais do acordo Mitre-São Vicente — Algumas reflexões sobre as divergências entre o Brasil e a Argentina — Este país aprova o referido acordo, sem poupar a Mitre — Conceitos do Imperador do Brasil.....	279
---	-----

QUARTA PARTE

A paz da Argentina com o Paraguai.....	287
--	-----

Capítulo I

PÁGS.

A Argentina nomeia Mitre para ir a Assunção negociar os seus tratados com o Paraguai — O Brasil manda Araguaia acompanhar as negociações — O Paraguai designa Rosário Miranda para representá-lo — Negociações de Mitre com Miranda — Não chegam a acordo — Memorando de Mitre — Memorando de Miranda — Mitre retira-se para Buenos Aires — Araguaia faz o mesmo — seus esforços para que se renovem as negociações — Atitude de Tejedor — O Brasil ouve o Conselho de Estado — Ligeira notícia das opiniões dos conselheiros — A Argentina concorda afinal em negociar novamente com o Paraguai.....

289

Capítulo II

Negociações entre a Argentina e o Paraguai celebradas no Rio de Janeiro — Tejedor é o representante daquela e Jaime Sosa o deste — O governo brasileiro designa Paranhos para seus representante nessas negociações — Tejedor e Sosa combinam um tratado contrário ao parecer dos brasileiros — O governo paraguaio desaprova-o e demite Jaime Sosa — Apreciação sobre este negociador e sobre o presidente Jovellanos, decorrente do que aquele escreveu e de uma carta que este último dirigiu a Paranhos — A derradeira negociação entre a Argentina e o Paraguai, realizada em Buenos Aires — Os tratados combinados entre os negociadores (Facundo Machain, pelo Paraguai, Bernardo de Irigoyen, pela Argentina) são aprovados pelos dois países — A questão do Chaco é submetida à arbitragem do presidente dos Estados Unidos da América do Norte — Laudo deste em favor do Paraguai — Cerimônia da retomada de posse de Vila Ocidental pelos paraguaios, que lhe mudam o nome para Vila Hayes — A comissão paraguaia é levada até lá pela canhoneira brasileira *Fernandes Vieira* — Epílogo — Reflexões finais....

311

BIBLIOGRAFIA

1) *Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentados à Assembléa Geral Legislativa*. (1869 — 1870 — 1871 — 1872 — 1873 — 1874 — 1875).

2) *La Misión Mitre en el Brasil*, por Ramon Cárcano — *Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales* — Tomo Tercero (1.^a Parte) — Buenos Aires — 1913.

3) *Diplomacia Universitária Argentina en el Brasil*, por José Leon Suárez — Buenos Aires.

4) *Um Estadista do Império*, por Joaquim Nabuco.

5) *Arquivo Nacional* — Atas das sessões do Conselho de Estado.

6) *Memórias de Relaciones Exteriores* da República Argentina. Consultei a coleção da biblioteca do Itamaratí, infelizmente incompleta, razão por que lancei mão de certas traduções de notas argentinas dadas aos relatórios brasileiros.

7) *Missão especial do general D. Bartolomeu Mitre ao Brasil, em 1872. Negociação Confidencial*, pelo conselheiro Manuel Francisco Correia — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — 1897 — Tomo LX — Parte 1.^a.

8) *Negociações Diplomáticas com o Brasil, a República Argentina e o Paraguai* — Missão do cidadão paraguaio Jaime Sosa — Buenos Aires 1875.

9) *Sobre los Escombros de la Guerra — Una decada de Vida Nacional* — 1869 — 1880, por Hétor Francisco Decourt — Assunción — 1925.

* * *

Graças a uma concessão do Dr. Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, pude consultar alguns documentos do Arquivo

do Itamaratí. Cabe-me, pois, aquí agradecer-lhe, bem como ao Dr. Sérgio Afonso da Costa, que gentilmente me atendeu nesse Arquivo.

E' ainda dever meu expressar idêntico agradecimento ao Dr. Vilhena de Moraes, diretor do Arquivo Nacional, onde compulsei as atas do Conselho de Estado.

ANTELÓQUIO

Quando exercí o cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército, preocupei-me de modo especial com o ensino de nossa história militar. Embora ela não seja copiosa, pareceu-me que lhe não prestavam a devida atenção em nossa Escola Superior de Guerra, onde, talvez em consequência dos proficientes e uteis trabalhos da Missão Militar Francesa, se cogitava de preferência das guerras européias e notadamente da última guerra mundial.

No intuito de chamar a atenção para o assunto, decidí realizar na referida Escola, e de fato realizei, uma série de conferências sobre a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Tive a impressão de que despertavam o interesse, até de muitos oficiais da Missão, que a elas compareciam com assiduidade. Além do general, chefe da mesma, sempre estiveram presentes o coronel Derougemont, diretor da Escola, o coronel Lelong, chefe de estado-maior do general, e outros camaradas franceses.

Expús as operações estratégicas e táticas, valendo-me de cartas em grande escala, nas quais mandei desenhar em cores as marchas e ações dos combatentes.

Depois dei um passo avante: escreví uma história modesta da sobredita guerra, pois me convenci de que, na falta de um livro moderno sobre a mesma, estava a maior razão de seu relativo descao no ensino.

Ao terminar as minhas conferências, assaltou-me a idéia de não ser bastante relatar as operações; havia ainda mister um complemento: explicar como se tinha celebrado a paz entre os beligerantes, depois de finda a contenda. Consagrei então uma conferência especial a esta matéria. Mais tarde aproveitei alguns lazeres para ampliá-la.

E' o resultado desse labor que agora submeto à apreciação dos meus jovens camaradas, e mesmo dos civis que não tenham meditação especial sobre estes assuntos.

A questão diplomática entre a Argentina e o Brasil, suscitada pelo problema da paz, é riquíssima de ensinamentos, e cuida que

muito pouco sabida entre nós. Estivemos a pique de uma guerra imperdoável com a nossa próspera vizinha. Houve patente desentendimento entre os seus homens de governo e os nossos. Em meu fraco entender, cabe, sobretudo, ao governo de Sarmiento grande responsabilidade nessa irritação dos dois aliados e amigos, que haviam combatido cinco anos a fio pela paz e civilização na América do Sul. Sem embargo reconforta o espírito verificar que se ergueu, além do Prata, a figura de um grande homem — Bartolomeu Mitre — o qual, apesar de algumas discordâncias conosco, soube pairar acima do cego e falso egoísmo nacional, inspirar-se em motivos elevados e humanos, e defender sem desfalecimento a aliança que seu país havia contraído com o Império no 1.º de maio de 1865. Diante dessa voz serena e respeitável, fraquearam certos ódios e malquerenças, triunfando afinal a estima recíproca de dois vizinhos fadados a brilhante porvir.

De nosso lado guardamos absoluta serenidade, sem abdicar de nossas convicções e do que reputávamos o nosso direito; prontos a tudo, mesmo a novo e injustificável conflito armado.

Apraz a um brasileiro ler a documentação referente a este episódio, conhecer de perto a segurança e nobreza das notas que expedimos, e a firmeza, a calma patriótica e o saber com que estadistas brasileiros, como Paranhos, Cotegipe e Correia, se houveram nas discussões travadas na Corte, em Buenos Aires e em Assunção. E' meditação que reconforta a alma, pois demonstra a segurança e oportunidade das decisões que se escudam em motivos elevados.

O leitor verá a toda a luz a razão por que o Paraguai não sofreu nenhum prejuízo em seus limites com o Brasil, e pôde afinal guardar a posse do Chaco, primeiro mediante suas negociações diretas com a Argentina, depois em vista do laudo do presidente Rutherford Hayes (novembro de 1878).

Ficará patente nesse lance singular o apoio fraternal e sincero que lhe prestou o Brasil.

Peço antecipadamente desculpas da extensão deste trabalho. Poderia fazê-lo mais resumido. Bastaria que encurtasse, com frases minhas, certos documentos diplomáticos brasileiros. Mas confesso haver-me faltado coragem para tanto, visto serem vários deles modelos de lógica e saber, portanto dignos de serem trasladados textualmente nestas páginas.

Menciono na Bibliografia as principais fontes de que me utilizei. Tenho consciência das minhas imperfeições e deficiências.

Espero, todavia, que o meu esforço, embora criticavel, dê aso à obra mais perfeita.

Trata-se de um capítulo importante da história diplomática do Brasil, que convem não ser olvidado. O seu conhecimento não nos afasta da Argentina, antes dela mais nos aproxima, pois ressalta de toda essa crise que, nada obstante o ardor que a dominou no decorrer da disputa, também ela compreendeu que só a amizade sincera e o bom entendimento permanente com o Brasil podiam assegurar a paz e a prosperidade dos dois vizinhos, e até de grande parte do continente americano.

Fevereiro de 1940.

Augusto Tasso Fragoso,
General de Divisão reformado.

PRIMEIRA PARTE

Primeiras negociações para a formulação dos tratados necessários à paz definitiva entre o Paraguai e os aliados —
Instituição de um governo provisório no Paraguai —
Ajuste preliminar de paz

CAPÍTULO I

O tratado da tríplice aliança — Explicações de Otaviano sobre a sua elaboração — Apreciações de Saraiva

Terminada a guerra do Paraguai, restava aos aliados celebrar com o governo que substituiu o do tirano os tratados necessários à consolidação da paz.

Antes de expor os sucessos a que eles deram lugar, vou recordar sumariamente alguns antecedentes, que facultarão ao leitor mais rápida e melhor intelligência do assunto.

O tratado da tríplice aliança contra o governo do Paraguai foi firmado em Buenos Aires a 1.º de maio de 1865. Negociou-o por parte do Brasil o conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa.

Nele se definiu o fim da aliança e se assentaram as grandes linhas de sua realização prática.

Os aliados concorreriam com todos os *meios de guerra*, terrestres e fluviaes, de que pudessem dispor e conforme julgassem necessário (art. 2.º).

Como as operações teriam de iniciar-se em território argentino, ou na parte do território paraguaio que lhe é limítrofe, o *comando em chefe e a direção dos exércitos aliados* ficariam entregues ao Presidente da República Argentina, brigadeiro Bartolomeu Mitre. Se, porem, as ditas operações se *houvessem de traspasar* para o território brasileiro ou oriental, o referido comando passaria a estes países, pelo *princípio de reciprocidade*. A *força naval* dos aliados ficaria sob o *imediato comando* do vice-almirante Visconde de Tamandaré. Osorio comandaria o exército brasileiro e Flores o oriental. Este último exército seria reforçado com uma divisão brasileira e outra argentina (art. 3.º).

A *ordem e economia militar* dos exércitos aliados dependeriam de seus próprios chefes. As despesas de *soldo, subsistência, munições de guerra, armamento e meios de mobilização das tropas*, correriam

por conta dos respectivos Estados (art. 4.º). Os aliados “comprometiam-se solenemente a não depor as armas senão de comum acordo, e somente depois de derribada a autoridade do atual governo do Paraguai; bem como a não negociar separadamente com o inimigo comum, nem celebrar tratados de paz, tregua ou armistício, nem convenção alguma para suspender ou findar a guerra, senão de perfeito acordo entre todos” (art. 6.º). Previa-se a criação de uma legião paraguaia, formada dos paraguaios que desejassem combater o tirano (art. 7.º). Os aliados comprometiam-se a respeitar a *independência, soberania e integridade territorial* do Paraguai. Davam-lhe plena liberdade para escolher o *governo e as instituições* que lhe aprovassem. Não lhe seria todavia permitido *incorporar-se a nenhum dos aliados, nem pedir o seu protetorado, como consequência da guerra* (art. 8.º).

A *independência, soberania e integridade territorial* do Paraguai seriam garantidas coletivamente pelos aliados durante cinco anos (art. 9.º). As *franquias, privilégios ou convenções*, que se obtivessem do governo do Paraguai, seriam comuns a todos os aliados (art. 10). “Derribado o atual governo do Paraguai, os aliados fariam os ajustes necessários com a autoridade que ali se constituísse, para assegurar a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai, de sorte que os regulamentos ou leis daquela República não pudessem estorvar, entorpecer ou onerar o trânsito e a navegação direta dos navios mercantes e de guerra dos Estados aliados, que se dirigissem para seus territórios respectivos ou para território que não pertencesse ao Paraguai; e tomariam as garantias convenientes para a efetividade daqueles ajustes sobre a base de que os regulamentos de polícia fluvial, quer para aqueles dois rios, quer para o rio Uruguai, seriam feitos de comum acordo entre os aliados e os demais ribeirinhos, que, dentro do prazo que ajustassem os ditos aliados, aderissem ao convite que lhes seria dirigido” (art. 11). Combinar-se-iam mais tarde entre os aliados os *meios para garantir a paz* com o Paraguai, depois de derribado o atual governo (art. 12).

Os plenipotenciários para a celebração dos *ajustes, convenções ou tratados, com o governo que se estabelecesse no Paraguai*, seriam nomeados oportunamente (art. 13).

Os aliados exigiriam desse governo o pagamento *das despesas da guerra, a reparação e indenização dos danos e prejuízos às propriedades públicas, e particulares e às pessoas de seus concidadãos, e os danos e prejuízos verificados posteriormente com violação dos princípios que regem o direito da guerra* (art. 14). Como nem a Argentina nem o Brasil, tinham ainda fixado os seus lindes com o Paraguai, cada um daqueles países especificava no tratado a linha divisória a que se julgava com direito. O Império do Brasil se

dividiria da República do Paraguai: "Do lado do Paraná, pelo primeiro rio abaixo do Salto das Sete Quedas, que, segundo a recente carta de Mouchez, é o Iguaré, e da foz do Iguaré e por ele acima a procurar as suas nascentes. Do lado da margem esquerda do Paraguai, pelo rio Apa, desde a foz até as suas nascentes. No interior, pelos cumes da serra de Maracajú, sendo as vertentes de leste do Brasil e as de oeste do Paraguai, e tirando-se da mesma serra linhas as mais retas em direção às nascentes do Apa e do Iguaré. A República Argentina dividir-se-ia pelos rios Paraná e Paraguai, a encontrar os limites com o Império, sendo estes do lado da margem direita do rio Paraguai à baía Negra" (art. 16). Os aliados prometiam garantir-se reciprocamente *o fiel cumprimento dos convênios, ajustes e tratados* que devessem ser celebrados com o governo que se estabelecesse no Paraguai em virtude do que ficava assentado no tratado de aliança.

Este tratado ficaria sempre em toda a sua força e vigor para o fim de que as suas estipulações fossem respeitadas e executadas pela República do Paraguai (art. 17). "Para conseguir este resultado concordavam que, no caso em que uma das altas partes contratantes não pudesse obter do governo do Paraguai o cumprimento do ajustado, ou no caso em que este governo tentasse anular as estipulações ajustadas com os aliados, as outras empregariam ativamente seus esforços para fazê-las respeitar. Se estes esforços fossem inúteis, os aliados concorreriam com todos os seus meios para fazerem efetiva a execução daquelas estipulações."

Simultaneamente com o tratado, firmaram os plenipotenciários dos países da aliança um protocolo suplementar em que assentaram o seguinte: 1.º a *demolição das fortificações de Humaitá e a proibição de serem construídas no futuro outras de igual natureza, que pudessem impedir a fiel execução do tratado*; 2.º a *divisão em partes iguais pelos aliados das armas que fossem encontradas no Paraguai*; 3.º a *divisão nas mesmas condições dos troféus e presas que se tomassem ao inimigo*.

O Brasil cogitou ainda de duas questões sobre que o tratado nada dizia, ou podia parecer pouco explícito. A primeira era concernente ao comando das forças brasileiras que teriam de operar em Mato Grosso para expulsar os paraguaios, e a segunda à ressalva dos direitos que a Bolívia se atribuía na região do Chaco compreendida dentro dos limites fixados pela Argentina para seu território a oeste do rio Paraguai.

Sobre o assunto houve conversações verbais e decisões, mas estas constaram de dois ofícios que o plenipotenciário brasileiro dirigiu, no mesmo dia 1.º de maio, aos seus colegas da Argentina e do Uruguai.

No primeiro declara Otaviano “ter ficado entendido entre os três plenipotenciários que, à vista da redação clara do período primeiro do art. 3.º do Tratado, era desnecessário excetuar expressamente, estando já excetuadas, as operações de guerra agressiva ou defensiva que o governo Imperial mandasse fazer no território paraguaio pela fronteira de Mato Grosso, ou por qualquer outro ponto da fronteira do Brasil, a menos que as tropas empregadas em tais operações não tenham de entrar em uma ação conjunta contra o inimigo comum.”

No segundo lembra que ficou entendido entre os três plenipotenciários, “como pensamento de seus respectivos governos, que o art. 17 do tratado de aliança não prejudicava a quaisquer reclamações que faça a República da Bolívia de território na margem direita do rio Paraguai e somente se referia às questões suscitadas pela República do Paraguai”. (1)

Celebrado o tratado de aliança, deu-se pressa Otaviano em comunicá-lo ao governo brasileiro. Em ofício confidencial de 4 de maio de 1865 ao ministro de Estrangeiros, explica e procura justificar o seu procedimento nas negociações. Refere-se às suas instruções de 25 de março desse ano para a celebração da aliança com o Uruguai, e à carta que o presidente do Conselho lhe escrevera a 23 de abril. Deste último documento constava ter decidido o governo imperial que, na aliança com Mitre, se lhe dissesse francamente que o Brasil queria o arrasamento de Humaitá, e de todas as fortificações que pudessem embarçar a livre navegação dos navios dos países ribeirinhos, quer mercantes, quer de guerra; a proibição de se levantarem para o futuro novas fortificações; a indenização das despesas da guerra e dos prejuízos causados aos brasileiros, os limites propostos em 1856 e a liberdade para a ação da esquadra brasileira.

Otaviano prova que tudo isso se levou em conta no tratado de 1.º de maio e no protocolo complementar.

(1) Em nota de 6 de julho de 1866, o governo da Bolívia reclamou contra as estipulações do art. 16.º do tratado. O governo imperial deu explicações completas e leais.

Em seu relatório ao Congresso boliviano, em 1868, disse d. Mariano Donato Munhoz, ministro das Relações Exteriores:

“Quando o governo boliviano teve conhecimento do tratado secreto de 1.º de maio de 1865, ajustado entre os governos argentino, brasileiro e do Uruguai, para levar a guerra ao Paraguai, julgou de seu dever pedir explicações a esses governos sobre o espírito do art. 16.º, que parecia atacar diretamente os direitos territoriais da República. As explicações que se deram satisfizeram completamente nossas exigências, e elas foram mais amplamente confirmadas pelo enviado brasileiro residente na República”.

(Pereira Pinto — *Coleção Completa de Tratados*).

Quanto aos limites, explica por que foi além do que o governo imperial havia previsto. Desejoso de fazer o máximo de concessões possível ao Paraguai, tinha o governo brasileiro recomendado a linha divisória que ofereça em 1856, a saber: rio Iguatemi, serra de Maracajú, rio Apa e rio Paraguai. No tratado, porém, Otaviano substituiu o Iguatemi pelo Igureí (primeiro rio à jusante do salto das Sete Quedas), voltando destarte ao antigo ponto de vista do Império.

“No meu officio n. 6 de 25 de abril — escreveu ele — comuniquei a V. Excia. (*refere-se ao ministro de Estrangeiros*) que me parecia injusto adotar o parecer do sr. vice-almirante que me aconselhava exigisse de novo quanto fora abandonado pelo Império no terreno das discussões diplomáticas. Mas, pela pressa com que era obrigado a escrever, não tive tempo para expender o meu pensamento a respeito de um ponto que outrora discuti pela imprensa, quando se publicou o protocolo das conferências de 1856”.

“A concessão que o Governo Imperial em tempo de paz havia feito ao Paraguai de retrair os nossos limites pelo Paraná tomando a foz do Iguatemi, parecia-me extremamente generosa. Deixava a República do Paraguai como ribeirinha do Alto Paraná, o que nos podia trazer graves questões no futuro”.

“Tendo variado as circunstâncias, e indo agora o Brasil com sacrificio de vidas e de grossas somas desforçar-se de injúrias recebidas, as quais (ninguem o ignora) tiveram por origem verdadeira a pretensão do Governo Paraguaio de assenhorear-se do território litigioso, não cabia no caso tanta generosidade e era meu dever assegurar uma linha de limites mais vantajosa. V. Excia. verá que não cometi iniquidade alguma, e entretanto alcancei que o Brasil ficasse *exclusivo senhor do Alto Paraná, sem a incômoda concorrência de um ribeirinho tão provocador*”.

“Pelo lado do Paraguai as divisas firmadas no Tratado de Aliança são exatamente as que o Governo Imperial exigia”.

.....

“Não podendo esperar por instruções do Governo Imperial, que me autorizassem a alcançar para o Império este reconhecimento de nova soberania absoluta nas águas no Alto Paraná, refleti que as circunstâncias da época em que V. Excia. me confiou a missão para esta República tinham variado, e que a aliança do Império, então repelida sob pretexto de neutralidade (*refere-se à Argentina*), era hoje de grande valia e justificava o meu modo de encarar a questão de limites”.

“Entretanto ao Governo Imperial fica a liberdade de ser generoso, se entender que não lhe convem a linha que exigí, e pode no;

tratado de paz com o Paraguai, ceder tudo quanto adquirimos por este de aliança, desde o Igureí até o Iguatemi". (2)

"O meu dever era colocar o Governo Imperial na melhor posição possível".

Saraiva, então ministro de Estrangeiros, responde-lhe a 18 de maio de 1865, aprovando-lhe os atos.

"Os limites marcados — diz ele — demonstram a moderação de nossas pretensões no que concerne a território, pois que em geral são esses pontos os que reclamamos em 1856".

Pondera que o tratado nada menciona com respeito à necessidade de ser ocupado o Paraguai com força brasileira "até que nos seja dada inteira e completa reparação e se satisfaçam quaisquer compromissos."

Conforme observa Joaquim Nabuco, o fato de Saraiva nada haver articulado sobre os limites reclamados pela Argentina, demonstra que nessa ocasião as pretensões de nossa aliada não haviam chamado a atenção do governo imperial.

(2) O Brasil renunciará finalmente ao Igureí em favor do Paraguai e aceitará a fronteira que a República já lhe havia oferecido em 1847, isto é, a raia não será traçada nem pelo Igureí, nem pelo Iguatemi, mas entre os dois, "a partir do salto das Sete Quedas e pelo mais alto da serra de Maracajú até onde ela finda".

E' lícito, pois, afirmar que, se o Brasil se encontra hoje sozinho no rio Paraná acima do salto das Sete Quedas deve-o antes de tudo a uma inspiração patriótica de Otaviano.

CAPÍTULO II

Primeiras cogitações sobre um tratado de paz — Instruções de Saraiva — Parecer da Secção de Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado sobre um tratado de paz apresentado ao Brasil pela Argentina — Opinião de Joaquim Nabuco relativamente a esse parecer — Resposta do governo brasileiro remetida a Otaviano — Primeiros esforços do Brasil para evitar que a Argentina ficasse senhora de todo o Chaco.

Em novembro de 1865, já tendo os paraguaios evacuado a província de Corrientes em vista da ofensiva das tropas da aliança, julgou o governo do Brasil que essa retirada era prova evidente de haver Lopez perdido a esperança de sair vitorioso da contenda e que, com o seu retraimento para dentro do território paraguaio, ele apenas visava adiar a derrota e buscar oportunidade para uma negociação de paz. O desfecho da luta parece-lhe infalível e por isso vai tomar sem detença as medidas preliminares indispensáveis.

A 29 de novembro de 1865, Saraiva officia a Otaviano quando se encontrava em Conselho com o Imperador.

Diz-lhe ter ficado decidido que ele, Otaviano, suba o rio “para fazer o tratado definitivo de paz, devendo, porem, o ajuste prévio ser feito pelo General Osório ou pelo Visconde de Tamandaré, se este se achar presente na ocasião do ajuste de paz de que tratam as suas instruções desse mesmo dia (29).”

Acrescenta:

“O ajuste provisório é de carater militar, facil, e deve ser completamente baseado nas instruções dadas, e pois a presença de V. Excia. só é necessária nas vizinhanças do teatro da guerra, se porventura ocorrerem circunstâncias que reclamem os conselhos de V. Excia., que serão dados aos nossos generais, com o intuito de serem mais fiel e utilmente executadas as ordens do Governo Imperial”.

Como vê o leitor, este governo fazia uma distinção entre o *ajuste prévio de paz* e o *tratado de paz definitivo*. Aquele deveria ser obra de militares e este de Otaviano.

E' interessante reproduzir trechos das instruções de Saraiva de 29 de novembro de 1865, porque elas exprimem o primeiro pensamento do governo brasileiro com respeito à matéria.

"O presidente Lopez prepara-se para oferecer a paz, mas só a pedirá quando os exércitos aliados, invadindo o território, se aproximarem de Assunção. Ele sabe que pode esperar impunemente esse momento extremo, porque, se a sorte das armas o fizer prisioneiro dos aliados, neles encontrará tratamento digno de povos civilizados; e porque, de outro modo, terá facil a retirada pelo território da Bolívia ou seguro asilo em algum navio de guerra de Potência neutra".

"As imensas dificuldades que os exércitos aliados tem de vencer em sua marcha para o território paraguaio e para Assunção, não deixam esperança de que seja essa Capital investida tão brevemente como exigem os interesses da aliança; mas o Governo Imperial crê que é chegada a ocasião de comunicar aos seus Agentes o pensamento que deve guiá-los no caso provavel de fazer ou mandar fazer o Presidente Lopez quaisquer propostas que tendam a suspender ou terminar a guerra".

"V. Excia. (Otaviano) e os Srs. Visconde de Tamandaré e General Osório conhecem as graves ofensas que ao Brasil tem feito aquele seu pérfido vizinho; tem presentes as estipulações do Tratado de aliança, e compreendem que nenhuma dúvida é admissivel acerca da impossibilidade de paz e reconciliação com o atual Governo do Paraguai. Estão, portanto, preparados para receber, mesmo como pensamento próprio, as instruções que consigno neste despacho".

"Nenhuma autoridade brasileira, do exército ou armada, pode tratar com o Presidente Lopez, com autoridade ou pessoa, paraguaia ou não, que fale em seu nome, ou no seu interesse; nem mesmo com o Governo Provisório ou Permanente que, em substituição do seu, se constitua na República, enquanto no território desta se achar ele de qualquer modo que seja".

"Devem, portanto, ser imediatamente rejeitadas todas e quaisquer propostas de paz ou armistício que em tais circunstâncias se apresentem".

"A rejeição dessas propostas será um meio de fazer-se prontamente efetiva a expulsão de Lopez do território Paraguaio".

"A sua presença ali é tão incompativel com a segurança e dignidade do Brasil, como é a sua conservação no poder."

"O derribamento do seu governo está expressamente estipulado no Tratado de 1.º de maio e no espírito deste se compreende a sua

expulsão. A aliança de 1865 é igual a de 1851 em suas causas e meios de ação, e não deve produzir efeitos diversos”.

“Lopez há de ser expulso do Paraguai, como Rosas o foi da República Argentina”.

“Isto não está somente no espírito da aliança como ela se acha estipulada no respectivo Tratado. Está no pensamento de todos, Brasileiros, Argentinos e Orientais; é uma garantia de civilização, de ordem, de tranquilidade, que os três governos devem aos seus nacionais e aos estrangeiros que com eles mantem relações comerciais”.

“Expulso o Marechal Lopez, e obtido assim o primeiro resultado da aliança, é permitido e aceitavel todo ajuste preliminar com a autoridade suprema que substituir o mesmo Marechal, com tanto que assente nas seguintes bases:

1.^a Banimento de Francisco Solano Lopez.

2.^a Inhabilitação de toda pessoa de sua família para qualquer emprego do Estado.

3.^a Dissolução imediata do exército paraguaio.

4.^a Conservação dos exércitos aliados no território da República até que seja celebrado o Tratado definitivo de paz; e ainda a permanência no dito território de qualquer força dos mesmos exércitos, se naquele Tratado for isso estipulado.

5.^a Arrasamento imediato; pela esquadra dos aliados, de todas as fortificações colocadas à margem do rio Paraguai, que possam impedir o livre trânsito de todos os navios de guerra e mercantes, ficando expressamente vedado o levantamento de outras que tenham o mesmo efeito.

6.^a Entrega de todo o material aos exércitos aliados.

7.^a Indenização dos gastos de guerra e dos prejuizos causados ao Estado e a particulares antes e durante a guerra.

8.^a Convocação imediata do Congresso pelo Governo Provisório, afim de estabelecer-se o Governo Permanente, com o qual se há de celebrar o Tratado definitivo de paz.

9.^a Liberdade de navegação dos rios Paraná e Paraguai para os navios de guerra e mercantes.

10.^a Aceitação dos limites determinados no Tratado de aliança”.

Saraiva fez ainda referência à “neutralização de todo o território da República do Paraguai, que o Governo Imperial julga muito necessária, considerando a posição topográfica da mesma República”.

Tal era nesse momento o ponto de vista do Império. Cumpre salientar que ele entendia *que o Paraguai devia aceitar os limites previstos no tratado de aliança.*

Antes talvez de o Brasil pensar na próxima celebração da paz com o Paraguai, já a Argentina havia cogitado do assunto praticamente, preparando um projeto de tratado nesse sentido, que submeteu à apreciação do Império.

O governo imperial pediu sobre ele o parecer da Secção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, da qual faziam parte Pimenta Bueno e os viscondes de Uruguai e de Jequitinhonha.

Os dois primeiros emitiram os seus pareceres em 30 de novembro de 1865. Neles lançavam um brado de alerta contra as pretensões da Argentina no tocante a limites.

“Na verdade — escrevem — o que causa intensa mágua é a estipulação do art. 16.º. A Confederação Argentina fica senhora de toda a margem esquerda do Paraná até o Iguassú e, o que ainda é mais, de toda a margem direita do Paraguai até a Baía Negra, vizinha do forte de Coimbra ! Por este artigo, ao tempo em que se assinalam ao Brasil limites muito aquém do que ele podia com justiça pretender, atribue-se à Confederação uma grande parte da América do Sul, que, embora ambicionasse sempre, nunca ousou abertamente pretender !

“Não se viram, não se apreciaram as consequências infalíveis e prejudiciais, que daí resultarão em gravíssimo dano do Brasil ?”

“Para o Brasil, em vez de ser útil, é nocivo que a Confederação fique senhora do território que o Paraguai possuía na margem esquerda do Paraná até o Iguassú.”

“Desde que abrissemos, atravessando este, um caminho militar, poderíamos por aí, independente do consentimento ou denegação argentina, invadir o Paraguai por Candelaria ou Itapuá. D’ora em diante, como ? Só descendo por águas do Iguassú, porque a margem direita do Paraná acima deste, em frente e abaixo até Candelaria, compõe-se de ásperos sertões e serras. Perdemos, pois, muito, além de que trocamos um confinante comparativamente fraco por outro forte e ambicioso na fronteira do Iguassú, Santo Antônio e Pepirí, que até hoje ele não tem querido reconhecer”.

“Isso, porem, ainda é menos do que a calamitosa cessão de toda a margem direita do Paraguai até a Baía Negra !”

“A Confederação não tinha um só título valioso para pretender isso. Ela contentar-se-ia com a margem direita do Paraguai da confluência do Paraná até o Pilcomaio, pouco abaixo da Assunção. O Paraguai nunca lhe reconheceu direito senão até o rio Vermelho, pouco acima de Humaitá. Entretanto, por essa estipulação adquire a Confederação, acima do rio Vermelho, 740 milhas de costa no Paraguai com um fundo imenso sobre o grande Chaco. E’ o território fértil de um grande Estado, com navegação franca para imensa colonização e futuro predomínio !”

“A Aliança volveu-se assim contra o Paraguai como contra o Brasil, em proveito exclusivo da Confederação !”

“Desde que assim se estipulou, é impossível manter mais por muito tempo a independência real do Paraguai.

Ainda quando ela seja garantida por mais de cinco anos, ficará dependendo da vontade e arbítrio argentino”.

.....

“Como, porem, impugnar hoje a estipulação do art. 16 da aliança ? Só a sabedoria do Governo Imperial poderá conseguir isso e destarte evitar infalíveis prejuizos, que aliás o Brasil sofrerá”.

Jequitinhonha está de acordo com o parecer de seus colegas, mas em voto separado aduz algumas observações.

Chama a atenção para o antigo projeto alimentado pela Argentina de absorver a República do Paraguai e a velha política do Brasil de separá-las. Daí a idéia de Mitre de enfraquecer a nossa inimiga tomando-lhe 740 milhas de costa no rio Paraguai.

Sugere um ponto de vista novo para fugir à rigidez do tratado de aliança: nesse tratado “só se pode entender definitiva a estipulação relativa à guerra e ao modo de a fazer. Todas as outras disposições devem ser, e são sempre, *entendidas provisórias* e dependentes do êxito da guerra, o qual, sendo feliz, todavia são tantas as peripécias a que é sujeita, que outros tantos se devem considerar os modos de fazer a paz definitivamente. Assim que, no projeto de paz ora apresentado *se podem estipular limites diversos, cedendo ou não, às exigências do bom direito do vencido e da política e magnanimidade do vencedor.*

Na sua opinião pode considerar-se imprudência o fazer-se já o tratado definitivo de paz. Entre outros motivos há o do arrasamento da fortaleza de Humaitá, o qual para nós é ponto importante, e tal que, sendo conseguido ou para conseguir-se, pode muito bem justificar o concederem-se mais favoráveis condições ao vencido e menores vantagens aos aliados. Ora, é por ventura certo que a fortaleza de Humaitá será arrasada ?

O projeto de paz nada diz a este respeito. Do protocolo do Tratado de aliança consta que foi o arrasamento estipulado. Porque não vem declarado no projeto de paz ?

Não será porque essa estipulação foi considerada provisória pelos autores do projeto ? Por que enfim depende do êxito da guerra, como a dos limites e outras ?” (3)

As opiniões emitidas nesses pareceres não podiam deixar de influir no espírito do governo. Provinham de homens cheios de serviços, conhecedores do país e da sua história, e inflamados de ardente patriotismo.

“O parecer da Secção — opina Nabuco — pode-se dizer que é o ponto de partida da nova diplomacia em relação ao tratado da Aliança. Desde que é formulado, desde que o *caveant consules* cai dos lábios desses vigilantes do Império, o Governo assusta-se da sua obra, da importância que tinha a entrega de toda a margem direita do Paraguai à República Argentina, e a sua diplomacia não levará menos de dez anos a desfazer nessa parte o que fizera em um dia.”

Em maio de 1866, o governo Imperial remete a Otaviano o projeto de tratado de paz com o Paraguai formulado pela Argentina juntamente com o contra-projeto brasileiro. (4)

Nas instruções que elaborou para orientar o plenipotenciário brasileiro (5), deu Saraiva as explicações necessárias para justificar as emendas apresentadas. Ficam aí patentes as novas preocupações do governo imperial com respeito aos futuros limites da Argentina, ocasionadas pelo parecer do Conselho de Estado. Apesar disso, porém, o Império continua firme na convicção de que, se nada puder conseguir particular e amistosamente de sua aliada, caber-lhe-á o dever de respeitar o tratado de aliança.

Saraiva encarrega por isso Otaviano de fazer gestões para obter da Argentina a renúncia às suas desmesuradas pretensões no Chaco.

“O art. 4.º do nosso contra-projeto — diz ele — reproduz a designação da fronteira como é feita no projeto argentino, salvo

(4) No 2.º volume de sua obra (*Um Estadista do Império*), publicou Joaquim Nabuco esses documentos. Chama neles a atenção o fato de a Argentina guardar silêncio sobre o arrasamento de Humaitá escrevendo apenas, no art. 5.º do seu projeto:

“Se considerará como causa justa de queja el establecimiento en tiempo de paz de *baterias considerables* en las costas de los rios y islas y se exigirá no se construyan en su caso ó la demolicion”.

Na contra-proposta brasileira diz-se:

“Serão imediatamente arrasadas as fortificações de Humaitá e nenhuma outra, por menor que seja, poderá ser levantada, temporária ou permanentemente, no espaço que elas ocupam”.

“Em nenhum ponto das costas dos rios, nem nas suas ilhas, será permitida a construção de fortificações ou baterias que possam impedir a livre navegação dos rios”.

(5) Datadas em 5 de maio de 1866.

uma alteração, que depois justificarei; mas reproduz somente como prova do respeito que ao Governo de Sua Majestade merece um ato internacional, que se acha revestido da Sua Ratificação”.

“Em lugar do referido artigo, como vai redigido, porá V. S. o que se ajuntar na negociação. O governo Imperial propõe que o Argentino, conservando o território da margem direita do Paraguai desde a foz deste rio até a do Pilcomaio, *reconheça desde já como inteira propriedade da Bolívia o território que se estende deste segundo ponto à Baía Negra*”.

“Nestas palavras ressuma o mais que o Brasil espera alcançar da moderação e mesmo da retidão do seu aliado. Se o Governo Argentino examinar esta proposta com a calma e imparcialidade que a importância dela requer, reconhecerá sem custo que, aceitando-a, não fará grande sacrifício e evitará graves complicações”.

“A garantia do tratado de aliança refere-se apenas às pretensões do Paraguai; as reversais trocadas na data desse tratado declaram que a sua estipulação não prejudica os direitos da Bolívia. Os aliados não tem feito, portanto, até agora, mais do que afastar um dos concorrentes, e só nisto já tem ganho muito a República Argentina. Ninguém ignora que, segundo o tratado de 1852, o seu domínio não só não se estendia ao Pilcomaio, mas nem alcançava mesmo a foz do Bermejo. Se o concorrente que resta tiver melhor direito a ele, deverá ceder o Governo Argentino”.

Saraiva escreve ainda:

“O Brasil, ratificando o tratado de aliança, garantiu desde logo à República Argentina o domínio do território da margem direita do Paraguai desde a sua foz até a Baía Negra, mas garantiu-lho somente contra as pretensões da República do Paraguai, deixando intactos e salvando mesmo de modo expresso os direitos que a Bolívia possa alegar”.

Se Otaviano não obtiver da Argentina a limitação das suas pretensões até o Pilcomaio, Saraiva indica-lhe outra solução: firmar com ela uma convenção especial, em que se declare: que as disposições do tratado de aliança não prejudicam os direitos da Bolívia; que o governo argentino se compromete a sujeitar a sua questão com a Bolívia ao arbitramento do Brasil, ou de outra potência amiga (se aquele por qualquer circunstância não puder desempenhar a função de árbitro); que o território da margem direita do Paraguai, desde a sua foz até a Baía Negra, será dividido entre as Repúblicas Argentina e da Bolívia e que o arbitramento será baseado nas estipulações que precedem.

“Em terceiro e último lugar — continua Saraiva — se o Governo Argentino rejeitar a proposta da referida Convenção especial, fará V. S. toda a diligência possível para conseguir que a garantia perpétua, estipulada no tratado de aliança, seja substituída por uma temporária, ajustando o prazo limitado durante o qual deverão os aliados garantir as fronteiras convencionadas”.

E’ fora de dúvida que o governo do Brasil teme agora que a Argentina fique senhora absoluta de todo o Chaco, e por isso empreende um esforço para que tal não aconteça, recorrendo a negociações particulares e diretas com a sua aliada, e valendo-se das ressalvas que se fizeram, desde o primeiro momento, com respeito aos direitos da Bolívia.

Saraiva chama ainda a atenção de Otaviano para o silêncio do projeto argentino quanto ao destino final de Lopez.

“Francisco Solano Lopez deve ser expulso e sua família inhabilitada para a primeira magistratura e para todos os demais cargos do Estado”, conforme se declara no contra-projeto.

As coisas continuaram nesse pé até a organização do governo provisório do Paraguai (15 de agosto de 1869).

CAPÍTULO III

Instituição de um governo provisório no Paraguai — Instruções de Cotegipe a Paranhos — Bases apresentadas por este — Objeção de Mariano Varela, representante da Argentina — Opinião de Alfredo Rodrigues, representante do Uruguai — Firma-se afinal, de comum acordo, um protocolo para reconhecimento do governo provisório do Paraguai — E' escolhido um triunvirato, que assume o poder — Discursos de felicitações dos representantes do Brasil e da Argentina — Decreto do novo governo em que Lopez é posto fora da lei e banido do território paraguaio — Decreto referente à abolição da escravidão no Paraguai.

A fuga de Lopez para a Cordilheira, depois de derrotado ao norte do Pikisiri, e a entrada das tropas da Aliança na cidade de Assunção nos primeiros dias de janeiro de 1869, agravaram a situação anormal em que se encontrava grande parte do território inimigo, já livre da ação direta de Lopez, mas desprovido de autoridades nacionais que promovessem o regresso dos fugitivos a seus lares e restabelecessem o funcionamento da administração.

Os aliados só poderiam sanar essa falta de dois modos: criando órgãos militares para desempenhar tais funções ou favorecendo a instituição imediata de um governo provisório exclusivamente paraguaio.

Esta solução era evidentemente a melhor. Preparava a normalização da vida nacional para o período subsequente ao da guerra e facultava a criação de um órgão abalizado para o ajuste das convenções de paz.

Tinha além disso a inestimável vantagem de patentear uma vez mais o espírito com que os invasores estavam buscando anular a tirania de Lopez, isto é, o seu leal desejo de que o Paraguai continuasse a sua vida independente e entrasse desassombradamente no caminho da prosperidade.

Felizmente esse ponto de vista também era o dos paraguaios alistados na *Legião Paraguaia*, que até ali haviam cooperado com as tropas aliadas na perseguição do tirano, bem como o de vários outros de seus compatriotas. Destes alguns tinham regressado ao país vindos do exílio, outros fugido das hostes do ditador, outros volvido da Europa, onde se encontravam em estudos, outros finalmente eram antigos prisioneiros dos aliados, a que estes haviam dado liberdade. (6)

Em 31 de março de 1869, muitos deles reuniram-se em Assunção e firmaram o seguinte documento, para ser presente aos países da Aliança:

“Os cidadãos paraguaios abaixo assinados, impelidos pelo desejo de ver cessar quanto antes o horrível martírio do povo paraguaio e de organizar um governo que seja a expressão de legítima soberania popular; e considerando que é um dever de todo o cidadão paraguaio contribuir para que seja combatido o poder que resta ao general Lopez, e com o qual, servindo-se dos meios mais reprovados, ele conserva presas e submetidas a cruéis tormentos as inocentes famílias e as populações, arrastando-as a seus acampamentos; que ele está causando esterilmente a ruína total da população que ainda resta e dos interesses da República, como consequência da guerra e da crueldade e inaudito rigor, a todos os respeitos inenarrável, e por miras puramente pessoais; e que em seu delírio acabou por empregar meios tão horrorosos, que fazem prever a morte de toda a população ainda sob o seu jugo, resolveram, na falta de outro meio prático e legítimo:

1.º, nomear uma comissão representativa, composta dos cidadãos tenente-coronel d. Carlos Loizaga, sub-tenente d. Bernardo Valiente, d. José Díaz de Bedoya e Felix Egusquiza;

2.º, que esta comissão gestione, ante os governos aliados, em nome do povo paraguaio, os meios necessários para alcançar seus votos e justos propósitos;

3.º, oferecer para este fim o concurso dos cidadãos paraguaios pela forma necessária e conveniente.

E, tomando a Deus por testemunha da sinceridade de nossas intenções e do desejo que temos de que nossa Pátria seja quantos antes feliz, pedimos aos Exmos. governos aliados na guerra contra o governo do general Lopez, que se sirvam reconhecer a comissão no caráter que lhe damos, e suplicamos a nossos cidadãos ausentes da República do Paraguai que adiram a este ato, para lhe dar a maior força e revesti-lo das únicas formas populares que são possíveis

(6) “Uma Década de Vida Nacional”, por Hector Francisco Decoud.

nas circunstâncias extraordinárias em que se encontra nosso país; também pedimos aos nossos irmãos e compatriotas, que ainda acompanham o general Lopez, que abandonem uma causa que não é a do povo paraguaio, como não é a da justiça, nem a da civilização" (7).

Felix Egusquiza, Bernardo Valiente e José Diaz de Bedoya partiram sem demora para Buenos Aires, afim de entregar pessoalmente aos representantes dos governos aliados o documento que acabo de transcrever (8).

Desempenharam-se dessa incumbência no dia 29 de abril de 1869. Disseram então, por escrito:

"Exmos. Senhores Ministros — Temos a honra de juntar cópia autêntica da ata firmada por grande número de nossos concidadãos, em que se nos comete o encargo de solicitar dos Exmos. governos aliados o necessário acordo para a organização popular de um governo provisório da República do Paraguai.

A altura a que chegou a contenda armada contra o general Lopez, subtraindo ao seu domínio a imensa mioria do país em população, território e localidade, priva-o de todos os elementos indispensaveis à existência de um governo regular, o qual não se pode manter em um acampamento instavel, escondido detrás das montanhas que tocam os confins do país.

Esta situação criada pelo esforço dos exércitos aliados, e conservada sob o império de suas armas, exige com urgência a organização de um governo próprio; enquanto, porem, durar a guerra, embora no último recanto do território, não será decorosa a criação de um governo permanente; devemos todos contentar-nos com um governo provisório de eleição popular.

Os objetivos desse governo devem ser tão especiais como a situação que o país atravessa; suas faculdades devem limitar-se, por conseguinte, a cooperar imediatamente para a mais pronta conclusão da guerra, a atender entretanto às urgentes necessidades administrativas e a preparar depois a reorganização política da República, criando os poderes permanentes que hão de celebrar todos os tratados necessários ou conducentes ao restabelecimento das boas relações com as nações aliadas no pé da amizade mais fraternal e inalteravel.

Chegou assim a grande oportunidade de encarnar em fatos as solenes declarações dos governos aliados, que eximem o país da guerra

(7) Seguiam-se 335 assinaturas.

(8) O quarto membro da comissão (Carlos Loizaga) não os acompanhou, segundo afirma Hector Decoud ("Uma Década de Vida Nacional"), para "não transigir" com Egusquiza.

exclusivamente dirigida contra o seu governante e que colocam sob a salvaguarda das respectivas nações a integridade, a soberania e a independência da República do Paraguai, nossa desgraçada Pátria.

Antecipando-nos em agradecer cordialmente o benévolo acolhimento que esperamos para este justo apelo, comprazemo-nos em saudar a V. V. Exas. com as seguranças de nossa distinta consideração e respeito”.

Para tomar conhecimento do assunto como representantes das nações aliadas, encontravam-se em Buenos Aires: o dr. Mariano Varela, ministro e secretário das Relações Exteriores da Argentina; o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário conselheiro dr. José Maria da Silva Paranhos, do Brasil, e o dr. Adolfo Rodrigues, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da República Oriental do Uruguai.

Antes de resumir as negociações, cumpre salientar que o governo brasileiro dera instruções especiais, ao seu representante no Rio da Prata.

Nesse documento, firmado pelo Barão de Cotegipe e datado de 1.º de fevereiro de 1869, lê-se o seguinte:

“V. Exa. — diz Cotegipe dirigindo-se a Paranhos — conhece perfeitamente todos os compromissos da presente guerra e a gravidade da situação atual. Por um lado, o inimigo está inteiramente vencido, arrasadas as suas fortificações, aprisionado o seu material de guerra e dominado todo o seu litoral. Por outro lado, parece certo que o general Lopez ainda permanece no território paraguaio e tenta manter-se no interior. Presume-se também, e com fundamento, que o general Mac-Mahon, ministro dos Estados Unidos da América do Norte, se acha junto ao ditador e o anima com a sua presença.

A prolongação deste estado de coisas, que é, em todo o caso, um grande mal para o Brasil, torna-se muito mais grave e ameaça consequências, cujo alcance a ninguém é dado prever, se os neutros, e principalmente os que se mostram inclinados a favor da causa do ditador Lopez, puderem dizer que os Aliados não encontram apoio algum na população paraguaia, que esta, apesar de todas as desgraças, não abandona aquele chefe.

Cumprê, pois, que V. Exa. manifeste ao nosso general em chefe os perigos da nova fase que apresenta a causa dos Aliados, depois de tantas e tão brilhantes vitórias; e ao mesmo tempo que ele, pelas armas, se esforce por prender a Lopez ou expeli-lo do território paraguaio, V. Exa., pelos meios diplomáticos, procure manter a força moral da nossa causa, desviar os neutros de qualquer procedimento favorável ao inimigo e constituir, de acordo com os governos aliados, um governo provisório em Assunção.

A constituição desse governo provisório, se for possível, como o governo Imperial espera, mediante as precauções e garantias necessárias, tirará aos inimigos da Aliança o pretexto de que se pretende conquistar o Paraguai, e à obstinação de Lopez o apoio moral que ele encontra na crença de que toda a população paraguaia lhe é dedicada.

E' de crer que em tais circunstâncias a população, aterrada e dispersa, volte às suas sedes naturais e se ponha sob a proteção do nosso governo e de seus aliados.

Assim poder-se-á malograr, dentro em pouco tempo e sem grande sacrifício, a derradeira tentativa do ditador e de seus conselheiros; de outro modo a guerra poderá prolongar-se muito, porque, além das vantagens do território paraguaio, Lopez terá perante os neutros a força moral que deriva da falta de outra autoridade nacional na República. São óbvias as complicações que, na segunda hipótese, poderão sobrevir nas relações dos aliados com as potências neutras, especialmente com os Estados Unidos.

O governo provisório de que se trata *deve aderir* ao tratado da Tríplice Aliança, salvo qualquer modificação que, no próprio interesse do Paraguai, se estipule no tratado de paz por mútuo assentimento dos Aliados e do mesmo governo provisório.

Não poderá tratar com Lopez, nem com pessoa que o represente ou sobre quem ele influa, porque do mesmo modo procederão os governos aliados e seus representantes diplomáticos e militares.

A ação dos generais aliados deve ficar inteiramente livre e independente do governo provisório, no que respeita às operações militares contra o inimigo comum.

Eles poderão ocupar os pontos que julgarem necessários e aproveitarem-se de todos os recursos do país, salvo a propriedade particular ou indenizando-a.

O governo provisório além da sua ação administrativa, deverá prestar todo o concurso que lhe seja possível para as operações militares dos Aliados, já em pessoal e material de guerra, já em víveres e forragem.

Posto que a direção da guerra, e tudo quanto for relativo ao comando e administração militar das forças em operações, sejam de exclusiva competência do nosso general em chefe, todavia, incumbe a V. Exa. prestar as informações, conselhos e concurso diplomático de que ele possa carecer para completar a vitória material dos aliados, expelindo o general Lopez do território paraguaio ou conseguindo capturá-lo.

Constituído o governo provisório na Assunção, pode-se celebrar com ele o tratado de paz, embora prossigam as operações militares,

que só poderão terminar com a captura ou a expulsão do general Lopez do território paraguaio.

Predispostos os governos aliados e bem assim o novo governo Paraguaio que se tiver formado sob a influência dos mesmos Aliados, esse tratado virá consolidar moralmente a nova ordem de coisas, firmando o direito dos Aliados entre si e com a República do Paraguai. E' mais um meio de burlar o plano a que recorreu o inimigo, refugiando-se no interior do seu próprio território.

Adiar a celebração desse tratado quando o inimigo está reduzido a tão pequenos recursos, se não à condição de um fugitivo, será conservar por muito tempo em suspensão os direitos dos aliados, pôr tudo em dúvida, dar força moral ao próprio inimigo e manter, sem necessidade, a guerra com todos os seus enormes onus.

Do tratado da Tríplice Aliança umas disposições já estão de fato realizadas, outras o podem ser desde já e definitivamente.

"As que tem sua execução no futuro e as que consistem somente em franquezas de navegação e comércio, tão valiosas serão negociadas hoje, como se o forem depois que tenha cessado de todo a resistência do general Lopez. Pelo contrário, mais tarde, quando o governo provisório se sinta inteiramente desassombrado do inimigo comum, pode ser muito difficil o seu assentimento às disposições de limites e outras que importam em onus para o seu país.

Haveria algum perigo em encetar-se desde já essa negociação *se pretendêssemos modificar a tratado da Tríplice Aliança no que toca a limites da República Argentina. Mas o Governo Imperial reconhece que a base dessa negociação deve ser o compromisso solene que estabeleceu o tratado de 1.º de maio de 1865.*

Nas circunstâncias atuais é indispensavel que os dois principais aliados se estendam cordialmente, e esta perfeita e amigavel intelligência não será posivel *se não respeitarmos escrupulosamente os compromissos anteriores.*

Antes de tudo está o interesse de concluir definitivamente a guerra e sairmos dela em boas relações com os aliados".

Segue um estudo pormenorizado das questões mais importantes que terão de ser ventiladas nos ajustes de paz.

O Império expôs com absoluta lealdade e clareza o seu ponto de vista, que Paranhos irá defender durante as negociações.

Os representantes aliados reuniram-se diversas vezes em Buenos Aires para trocar idéias sobre a resposta que se deveria dar à petição paraguaia.

Em uma das primeiras conferências, Paranhos ofereceu a seus colegas "um apontamento de bases para os ajustes preliminares com o governo provisório".

Era assim concebido:

“O governo provisório que se estabeleça no Paraguai deve ser de livre escolha dos cidadãos paraguaios que se acham no território libertado do domínio do marechal Lopez.

Esse governo deve constituir-se por forma e com pessoas que deem garantias de estabilidade, de paz e de perfeita inteligência com os governos aliados.

O bom senso dos ditos cidadãos paraguaios, suas manifestas declarações de reconhecimentos aos aliados e o próprio interesse nacional que ora os reúne, asseguram que essa condição resultará satisfeita da livre eleição a que eles aspiram e para a qual contam e podem contar com as mais generosas simpatias da parte dos governos aliados.

Consequentemente o governo paraguaio provisório *aderirá ao tratado da Tríplice Aliança*, que é condição preliminar de paz dos aliados com a República, salvo qualquer modificação que, no próprio interesse do Paraguai, se estipule ulteriormente por mútuo assentimento dos aliados e do mesmo governo provisório.

Desta adesão resultará que o novo governo paraguaio, sem deixar de ter plena liberdade no exercício de sua soberania nacional, no tocante à guerra e aos direitos dos aliados que se referem às causas e efeitos da mesma guerra, ficará ligado por aquele pacto a proceder de inteiro acordo com os aliados.

Não poderá tratar com o marechal Lopez, nem com pessoa que o represente, ou sobre quem ele influa, porque do mesmo modo procederão os governos aliados e seus representantes diplomáticos e militares.

A ação dos generais aliados ficará inteiramente livre e independente do governo provisório, no que respeita ao exercício de sua jurisdição militar e às operações contra o inimigo comum. Eles poderão ocupar os pontos que julgarem necessários e aproveitar-se de todos os recursos do país, salva a propriedade particular, neutra ou amiga, cujo uso dará direito a indenização.

O governo provisório, além de sua ação política e administrativa, prestará todo o concurso que lhe seja possível para as operações militares dos aliados, já em pessoal e material de guerra, já em víveres e forragens.

A jurisdição civil e criminal do governo provisório não se estenderá aos quartéis, acampamentos e indivíduos pertencentes aos exércitos aliados. Dado algum delito entre um militar ou empregado dos ditos exércitos e pessoa que lhe seja estranha, preferirá a jurisdição militar, salvo se a autoridade militar competente entregar o delinquente ao juízo da autoridade paraguaia.

Todos os indivíduos, navios, víveres, forragens e mais material de qualquer espécie, pertencentes aos exércitos aliados, terão entrada e saída pelo território da República com isenção de todo e qualquer onus e sem mais fiscalização do que a que for acordada com os generais ou os representantes diplomáticos dos governos aliados.

Os aliados comprometem-se sob estas condições a reconhecer o governo provisório e a prestar-lhe seu apoio moral e material para a defesa da ordem pública e do regime legal da República, enquanto durar a presente guerra e pela forma que julgarem mais conveniente.

No intuito de animar o espírito de união entre os paraguaios e de assegurar o mais decidido apoio nacional ao novo governo, convem que se componha de três membros, sob a denominação de Junta Governativa ou outra semelhante. E ainda que um deles tenha o título de presidente e exerça como tal funções especiais, a autoridade suprema residirá no corpo coletivo, distribuindo-se as diferentes atribuições administrativas da junta, do modo mais razoável, por cada um de seus membros”.

Como vê o leitor, as bases de Paranhos consubstanciavam as idéias do governo brasileiro expressas nas instruções de 1.º de fevereiro de 1869.

A 30 de abril, o representante do Império entregou aos seus colegas um *memorandum*, em que defendia o ponto de vista do seu país.

Todos estão de acordo — diz ele nesse documento — no tocante ao estabelecimento em Assunção de um governo paraguaio de livre escolha popular. Resta definir-lhe as relações com as potências aliadas.

“A criação do governo provisório paraguaio, no território libertado pelas armas da Tríplice Aliança, é a manifestação prática do respeito que os aliados professam à independência e soberania desse Estado, cujo governo lhes há causado incalculáveis danos. Esse respeito, porém, não pode ir até o ponto de anular os direitos dos aliados, colocando a par deles um poder nascido de seus sacrifícios, mas indiferente ao triunfo da aliança ou hostil em sua ação.

O governo que se vai estabelecer no Paraguai tem de ser aliado das potências que estão em guerra com o marechal Lopez. As condições dessa aliança não podem deixar de ter por base o tratado de 1.º de maio de 1865. Este documento foi firmado antes da guerra; os aliados não serão hoje mais exigentes do que naquela época quanto às condições de paz.

A generosidade que presidiu aquele ato há de inspirar todas as relações dos aliados com o novo governo paraguaio, mas não é possível que eles prescindam, salvo sempre qualquer concessão

ulterior e voluntária, da aceitação das cláusulas do seu pacto de aliança, que justamente consideram como sólidas garantias de paz futura e legítimas reparações de seus grandes prejuízos”.

Sobre este particular também reina perfeita harmonia de vista entre os representantes dos países aliados. “O ponto ainda em discussão entre os plenipotenciários, e de que depende seu pleno acordo a respeito da fase atual da guerra do Paraguai, é se o novo governo provisório, amigo e aliado nato, a cujo estabelecimento aspiram os cidadãos paraguaios, terá bastante autoridade moral e legal para os ajustes complementares do tratado de 1.º de maio de 1865”.

Propugnando o ponto de vista do governo brasileiro, Paranhos acha que sim, e procura demonstrá-lo examinando a questão “do ponto de vista do direito público e da conveniência recíproca dos aliados e do mesmo governo provisório”. Este governo não poderá deixar de assumir o pleno exercício da soberania paraguaia.

“As circunstâncias o revestirão desse caráter e poder, e como tal os governos aliados têm de reconhecê-lo”. “Apto para celebrar uma aliança com os beligerantes que se esforçam por libertar a República do Paraguai do seu opressor, esse governo é igualmente apto para os ajustes que devem completar os compromissos da aliança que contrai, e que envolveria as seguranças da paz da República e as Repúblicas Argentina e Oriental do Uruguai”. “A aliança lhe é ditada por uma identidade de causa, pelo reconhecimento dos benefícios que deverão aos aliados e pela força imperiosa das circunstâncias, que não admitem dois poderes estranhos um ao outro, com igual jurisdição no mesmo território”.

Paranhos salienta que a força moral que assiste ao novo governo para se constituir é a mesma de que disporá para celebrar com os aliados “os ajustes que devem pôr termo à guerra”. A presença dos exércitos aliados não lhe coarta a liberdade nem ameaça a independência do povo paraguaio, pois que seu objetivo nunca foi a conquista da República do Paraguai. Para os aliados também é de suma conveniência a celebração dos ajustes definitivos. Que esperam eles? “Que o governo da República se organize sob uma forma nova, e mais ou menos conforme as constituições dos povos livres? Até quando duraria essa trégua armada, que exigiria provavelmente a ocupação militar de uma parte do território paraguaio pelos aliados? A quantas contingências e vicissitudes não está exposta a reconstrução de uma nacionalidade, ainda nas mais favoráveis condições morais e materiais? Nessa situação incerta, precária, indefinida e gravosa, haveria aos olhos dos neutros perigo para a independência ou, pelo menos, para a integridade da República, e para os aliados a necessidade de maiores sacrifícios, quando os que têm custado

e custará ainda a guerra atual são por si enormes". Paranhos faz por fim esta reflexão: "O marechal Lopez poudo oprimir a sua pátria, reduzi-la ao estado lamentavel em que a vemos, poudo provocar os aliados a uma guerra tão desastrosa, e o governo provisório que se constituir no Paraguai, pela livre vontade dos paraguaioes que felizmente ainda vivem para salvar a sua nacionalidade, não poderá firmar os ajustes definitivos de paz e amizade com seus aliados, de cuja generosidade e desinteressado apoio precisará por algum tempo?"

Mariano Varela replicou a Paranhos com outro *memorandum*, datado de 8 de maio de 1869.

"Quando a capital do Paraguai foi ocupada pelas armas aliadas — preludia o representante da Argentina — o general em chefe do exército argentino propôs a seus colegas brasileiro e oriental a criação de autoridades paraguaias provisórias para o governo, daquela cidade. Infelizmente o general brasileiro não se julgou autorizado a dar aquele passo e o general d. Emilio Mitre teve de adiar a realização do seu pensamento, submetendo-o entretanto à aprovação do governo argentino, o qual não só lha prestou, mas também instou com o sr. ministro Borges para que se enviassem ordens em igual sentido ao marechal Guilherme.

Este fato mostra evidentemente que o governo argentino desejou, talvez antes de seus dignos aliados, que o Paraguai tivesse autoridades próprias; porem o governo argentino queria ao mesmo tempo que essas autoridades fossem criadas diretamente por eles e que não tivessem outra missão senão a de *conservar a ordem, administrar os interesses locais e preparar a futura organização do país.* !

Pensava assim, porque não encontrava no Paraguai povo a quem entregasse a soberania temporária do país, que a ocupação militar dá aos aliados; porque julgava indispensavel conservar à aliança toda a liberdade de ação necessária para levar a bom termo, sem embaraço algum, a guerra que sustentamos; porque, criando desse modo autoridades, mantinham os aliados seu carater de beligerantes legítimos, sem que se lhes pudesse dizer que contribuíram para a formação de um governo que, tomando parte na aliança, dava o carater de guerra civil a uma luta, que com fins muito mais elevados sustentamos há mais de quatro anos; e finalmente porque é prática do mundo que o vencedor, ao ocupar cidades, nomeie governadores provisórios que mantenham a ordem e atendam aos interesses immediatos da localidade. Ainda hoje seria esse o pensamento do governo argentino; porem ele, querendo dar a seus aliados uma prova de deferência e acceder à solicitação dos paraguaioes, concordaria em que o governo fosse eleito pelos próprios paraguaioes que se encontram em Assunção, isto é, declinaria da sua idéia quanto à

forma da eleição das autoridades paraguaias, conservando sempre a essas autoridades o mesmo carater que deveriam ter se fossem nomeadas diretamente pelos aliados”.

Os individuos escolhidos para compor o governo tem de ser simpáticos aos aliados e inspirar-lhes confiança, e o governo tem de subordinar-se a estas condições impostas de antemão e assecuratórias da liberdade dos aliados nas últimas operações de guerra. Não haverá uma quarta potência aliada, mas um auxiliar da aliança “embora mais importante do que a Legião Paraguaia”. Não se deve exigir uma adesão ao tratado de aliança, como base preliminar da paz com o Paraguai, “porque fazer essa exigência equivale a supor que homens que estão conosco, e que em sua maior parte marcham contra Lopez com as armas na mão, poderiam converter-se em inimigos pelo fato de serem autorizados a constituir autoridades que administrem e governem seu próprio país”, suposição que não é razoável.

Varela passa em seguida a examinar esta questão: *Podem os aliados tratar com esse governo?*

Recorda as estipulações do tratado de 1.º de maio. Nela se declarou solenemente que a guerra era feita ao governo e não ao povo paraguaio. Este é considerado irresponsavel pelos atos de barbaria cometidos por Lopez. Mas a verdade é que o tem seguido, impellido pelo terror “que o déspota tem sabido manter por meio de atos de barbaridade de que não há exemplo no mundo moderno”.

“A massa do povo paraguaio, ignorante e atrasado, porque as ditaduras que se succederam naquele país tinham o especial cuidado de mantê-lo completamente incomunicavel com o mundo, ainda se conserva em estado quasi primitivo, e uma espécie de fanatismo a domina e arrasta a obedecer cegamente àquele que a governa. Por isso se observou que, quando o chefe de alguma força paraguaia queria render-se, seus soldados o seguiam sem vacilar; e que estes, quando se encontravam isolados, no meio de um combate, à intimação de renderem-se respondiam que não tinham para isso *ordem do supremo* e deixavam-se matar. A um povo assim fanatizado e embrutecido não se pode portanto dar a responsabilidade de fatos que não compreende, nem aprecia em sua importância. E não se diga que há maior responsabilidade nos chefes que tem acompanhado a Lopez, porque tais chefes se acham possuidos do mesmo terror que os soldados, se não pessoalmente por si, por causa de suas mulheres, de seus filhos, em uma palavra, de suas famílias. O coronel Martinez rendeu-se em Humaitá e pagou com a vida de sua esposa aquele ato de desobediência às ordens do ditador”.

Os aliados, declara Varela, tomaram o compromisso de deixar plena liberdade ao Paraguai para se organizar depois da derrota de Lopez e “estipularam que com o governo nascido dessa organização

celebrar-se-iam os tratados que hão de garantir a paz futura". O momento previsto no tratado ainda não chegou. Os aliados não podem exigir hoje de um governo que surge pela vontade deles a celebração de tratados "que só podem ser negociados em virtude de atribuições conferidas aos poderes constituídos pela lei fundamental ou pela soberania original do povo, e que comprometem os direitos e interesses permanentes do país". Essa atitude de imposição será afinal desfavorável à aliança. "Quasi todos os países da terra temem olhado com aversão a guerra do Paraguai, porque nutrem desconfianças sobre as intenções dos aliados". Convém evitar novos motivos para consolidar esses sentimentos.

"O governo argentino — termina Varela — pensa, pois, que atualmente só convém *dar a mão* aos poucos paraguaios que existem em Assunção, ajudando-os a constituírem um governo provisório que *prepare a futura organização do país*, governo que contribua para a terminação da guerra pelos meios morais e materiais de que possa valer-se; governo que administre o país e promova a sua felicidade, deixando aos exércitos aliados a liberdade de ação de que necessitam para levar a termo os seus propósitos; governo que, contraindo o compromisso de não deixar as armas até que Lopez desapareça do Paraguai, *nada tenha que fazer com os tratados*, que, como garantia para o futuro, hão de os aliados exigir mais tarde do governo nascido da organização que o país der a si mesmo.

Um governo assim constituído satisfaz às necessidades presentes e não pode trazer complicação alguma, porque recebe a sua constituição dos aliados, que temporariamente exercem a soberania no território que dominam".

Paranhos triplicou a 17 de maio, com um novo, e extenso *memorandum*, em que buscou rebater os argumentos do representante argentino.

Explica primeiro por que não foi aceita a idéa da nomeação de autoridades militares, aventada pela Argentina. Tais autoridades não poderiam ter a mínima independência: estariam subordinadas aos aliados seus superiores. "Que vantagem política ou efeito moral se colheria desta solução? Nenhum. Além disso não seria fácil a escolha de quem fosse exercer essas funções. A melhor solução é incontestavelmente a criação de um governo paraguaio, já aceita em princípio pelos aliados.

Esse governo com as atribuições que Varela lhe empresta, e em vista dos problemas que terá de enfrentar, não poderá deixar de assumir o caráter de autoridade soberana, "ainda que os aliados lho não quizessem reconhecer expressamente".

"A instituição de um governo paraguaio na Assunção em caso algum daria à guerra dos aliados contra o governo do marechal

Lopez o carater de guerra civil, e menos poderia ter o efeito de anular os seus direitos de beligerantes. Nas guerras civis de um Estado tem-se visto muitas vezes a intervenção armada de uma outra potência, que estipula com a autoridade a cuja causa adere as condições e fins do seu concurso. O interventor não deixa por isso de ser um beligerante em relação ao seu inimigo e às nações neutras. O Brasil não deixou de ser beligerante quando, em 1852, se aliou aos governos de Montevidéu, Entre Rios e Corrientes contra os governos de Rosas e de Oribe. E essa aliança foi tão honrosa e tão útil para o Império, como para os seus aliados de então. Fato análogo se deu em 1864, quando, reconhecendo a autoridade do general Flores no Estado Oriental do Uruguai, o Brasil, em guerra com o governo de Montevidéu, uniu as suas armas às daquele general e com ele estipulou as condições desse concurso. No primeiro período da atual guerra, as operações militares da aliança se desenvolveram no território argentino e eventualmente no território brasileiro. Aí nenhum dos aliados perdeu os seus direitos de beligerante, nem encontrou embaraços na ação civil da autoridade local, argentina ou brasileira”.

Liquidado este ponto, explica Paranhos por que não foi aceita a nomeação de autoridades pelos aliados.

“O exemplo de beligerantes que nomeiam autoridades temporárias para as cidades que tomam pelas armas — diz ele — não justificaria a idéia de serem as novas autoridades paraguaias nomeadas pelos aliados, ou privadas do seu carater de representantes da soberania paraguaia. Não justificaria porque o estado do Paraguai não reclama somente uma mudança de pessoal em sua administração, mas uma nova organização e leis por que se rejam suas autoridades provisórias; não justificaria ainda, porque os aliados tem em vista mais do que prover as necessidades civis e administrativas dessas povoações assoladas pela guerra. Os aliados tem também em vista o fim político de demonstrar praticamente suas intenções quanto à independência da República do Paraguai, honrar a adesão dos paraguaios à causa da aliança e pôr em ação esse meio moral para a conclusão da guerra”.

Em seguida rebate as críticas ao povo paraguaio. Seu fanatismo não deve ser explicado unicamente pela ignorância e pelos hábitos de obediência passiva. Resulta também, “cumpre reconhecê-lo para honra desse povo, da crença de que os aliados abrigavam a idéia de conquista”. “Não tem outra explicação o fato de prisioneiros e feridos, quando já livres do poder que lhes devia infundir terror, preferirem a morte à proteção e filantropia dos aliados. Tais fatos não significam somente a dedicação de uma obediência tradicional,

mas também esse sentimento instintivo de amor ao solo natal, que se encontra até entre as tribus selvagens”.

Sendo idéia aceita por todos a organização de um governo provisório escolhido por eleição, enfrenta Paranhos as duas únicas questões sobre que ainda pairam dúvidas:

1.^a *Sob que condições deverão os aliados reconhecer esse governo provisório?*

2.^a *Poderão celebrar com ele as condições definitivas de paz?*

Lembra primeiro os deveres do novo governo, segundo o *memorandum* argentino, todos perfeitamente acordes com o que ele próprio sugeriu, e pergunta se o meio de assegurá-los não é um acordo solene entre os aliados e o governo provisório. As obrigações contraidas devem constar de um *ato internacional*, que de modo algum pode ser tido como imposição.

E o que propõe o plenipotenciário brasileiro, além das condições expressas no *memorandum* de S. Exa. o Sr. Ministro das Relações Exteriores? Que o governo paraguaio *adira* ao tratado da triplíce aliança, como condições preliminares de paz, isto é, que aceite as condições que os aliados assentaram naquele tratado, como reparações legítimas e garantias indispensáveis a uma paz honrosa e segura entre eles e a República do Paraguai”.

“Porque não poderão e não deverão os aliados incluir aquela condição essencial no seu acordo com o governo provisório?”

O Brasil não é menos benévolo que seus aliados para com os paraguaios amigos da aliança, mas essa benevolência não deve ser levada ao extremo de sacrificar os fins da própria aliança.

Se “o governo provisório deve concorrer com os aliados, ser amigo destes e contribuir, quanto esteja da sua parte, para a honrosa terminação da guerra, é incontestável que a primeira cláusula dessa amizade e desse concurso deve ser a aceitação dos artigos de paz que os aliados, pelo seu pacto de 1865, consideraram empenho comum e sagrado”.

Receia-se que essa adesão seja levada à conta de dependência para com os aliados.

Mas não se aceitam outras cláusulas “do mesmo caracter político e de não pequena importância?” Além d’isso, está prevista nas bases que ele apresentou a hipótese de qualquer concessão posterior em benefício do Paraguai.

Se isso não basta, “declarem desde já os aliados quais as modificações que estão dispostos a fazer em favor da desventurada República do Paraguai”.

“Reservar e adiar tudo para o futuro, e entretanto exigir do novo governo paraguaio que auxilie, moral e materialmente, o triunfo

da aliança, sem conhecer as condições que esta terá de exigir da República, seria desautorizar esse governo, negar-lhe a consciência de sua responsabilidade para com os paraguaios, constitui-lo em elemento cego dos aliados”.

“Se nas condições preliminares de paz, há algumas onerosas para o Paraguai, porque é forçoso que a República responda pelos imensos danos que seu ditador tem causado, outras há que lhe garantem a independência, soberania e integridade”.

“O conhecimento destas e daquelas importa muito à boa fé do governo provisório para com os aliados, e às responsabilidades que ele vai contrair para com os seus compatriotas.

A condição de fraqueza do governo provisório, assim como não impede que ele aceite cláusulas de acordo que expressa o *memorandum* argentino, assim também não pode ser uma escusa fundada para que ele decline os ajustes preliminares de paz que exige o tratado da triplíce aliança, ou para que os aliados prescindam da religiosas observância deste seu compromisso”.

Depois de outras reflexões, ocupa-se Paranhos da segunda questão acima mencionada.

Enumera os argumentos dos opositores e lembra os fins do tratado de aliança.

O art. 6.º desse tratado declara que os aliados só deporão as armas depois de derribado o atual governo paraguaio e que eles não tratarão separadamente com o inimigo comum, *nem celebrarão tratado de paz, trégua ou armistício, convenção alguma para suspender ou findar a guerra, senão de perfeito acordo.*

“Concordes os aliados em prosseguir no empenho de acabar com o governo do general Lopez, depende também do seu acordo o tratar ou não com o governo provisório, que se vai estabelecer, a respeito das condições preliminares ou definitivas da paz com a república.

Bem claro e terminante neste sentido é o art. 13 do tratado, que assim se exprime: “Os aliados nomearão oportunamente os plenipotenciários para a celebração dos ajustes, convenções ou tratados que se tenham de fazer *com o governo que se tenha de estabelecer no Paraguai*”.

“Estabelece-se ou não um governo no Paraguai, que vai ser reconhecido pelos aliados, que será para estes o único real e legítimo? Logo, com esse governo se pode tratar e é conveniente que se trate.

Tratando com esse governo, admitindo-o ao seio da aliança, esta não impõe nem se degrada; recebe e dá garantias, que os direitos e deveres recíprocos ou comuns exigem”.

O *memorandum* argentino busca estribar-se no art. 11 do tratado, mas aí só se cogita dos ajustes sobre a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai. O art. 12 também não o favorece, porque se

refere a *meios* para garantir a paz, depois de derribado o governo atual e não *ajustes* que os aliados teem de celebrar com o novo governo paraguaio.

Paranhos conclue que o tratado de 1.º de maio não se opõe a que os países da aliança firmem a paz com este governo.

Examina a seguir quais as condições de paz estipuladas no tratado de 1.º de maio.

“Consideram ou não os aliados estas condições como obrigatórias entre eles e para a República do Paraguai? Certo que sim.

“Nesse pacto nada há mais claro nem mais sagrado, e nesta confiança teem vivido até hoje os aliados, multiplicando de dia em dia seus sacrifícios para chegarem a uma paz que seja honrosa e segura para todos.

“Aquelas condições serão hoje desnecessárias em parte, porque a guerra tem arruinado o Paraguai? Se-lo-ão amanhã inteiramente, porque os efeitos da mesma guerra crescem à medida que ela se prolonga?”

“O governo imperial não compreende como os sacrifícios feitos pelos aliados possam enfraquecer os seus direitos.

Não descobre mesmo como possam ser aquelas condições alteradas, a não ser no sentido das disposições generosas a que alude o *memorandum* argentino e que se manifestaram nas conferências, relativamente às questões de limites, e aos prazos e modos das indenizações pecuniárias.

Fraco ou forte, o Paraguai não terá direito para recusar as condições preliminares de paz, nem os aliados para declinarem a estricte observância de seus compromissos recíprocos, compromissos mantidos até hoje e à custa de tão grande sacrifício de vidas e de capitais.

Pelo que respeita a ajustes definitivos, que devem consagrar, completar e desenvolver as condições preliminares, não é menos solene o compromisso dos aliados, nem menos urgente para a República do Paraguai o ver assim de uma vez firmadas suas relações de paz e de boa vizinhança com o Brasil, a República Argentina e o Estado Oriental.

A ruína do Paraguai longe de ser uma razão para que se adiem aqueles ajustes definitivos, pelo contrário deve apressar os aliados a ratificarem com o governo provisório as garantias que ofereceram à República, provando assim por modo irrecusavel que não pretendem hoje mais do que então julgaram necessário e de justiça.

Exausto hoje o Paraguai, mais o estará no fim da luta. E, pois, até quando esperariam os aliados pelos ajustes definitivos de paz com a República do Paraguai?”

Examina a questão referente à capacidade moral do governo provisório para celebrar ajustes definitivos de paz.

"Certo é verdadeira — exclama Paranhos — a teoria que não quer tratados senão com governos regularmente constituídos e constitucionalmente autorizados para celebrá-los.

E' um princípio geral, tão verdadeiro nas relações internacionais, como de individuo a individuo. Mas a aplicação dessa teoria a casos gerais violentos e excepcionais como o atual, é impraticável, e pretendê-lo fora antepor as ficções à realidade dos fatos e de suas indeclináveis circunstâncias.

A guerra tem também suas leis especiais e imperiosas. Uma dessas leis é que o vencedor não pode esperar que o vencido lhe marque a época e o modo de aceitação das garantias que deve dar-lhe. Ou o estado de guerra se prolonga, ou a paz tem de ser firmada pelo governo que existe, seja provisório ou permanente".

Paranhos conclue finalmente deste modo:

"O governo imperial aceita o reconhecimento de um governo provisório no Paraguai, conforme as bases discutidas nas conferências dos três plenipotenciários; julga que esse governo provisório é também competente para os ajustes definitivos de paz, e que sua criação é uma necessidade urgentíssima, a bem dos interesses dos aliados e do povo paraguaio".

O representante da República do Uruguai deu a conhecer o ponto de vista de seu país em um *memorandum* datado de 18 de maio de 1869. E' mais ou menos o mesmo da Argentina.

O governo que vai surgir — pensa o dr. Adolfo Rodriguez — não terá autoridade para representar a soberania da nação, "visto que a grande maioria do povo paraguaio ainda obedece ao marechal Lopez.

As armas aliadas só libertaram do seu poder um mínimo do território da República. Ele domina vasta extensão do país. Além disso, por ordem sua, os habitantes dos pontos ocupados pelos aliados tem-nos abandonado".

Cumprê ainda advertir que a eleição se fará na parte do território libertado pelas forças aliadas e em presença delas, "o que patenteia a influência que poderão exercer no ato da mesma".

O governo que surgir nessas condições não terá a autoridade de que cogita o tratado de aliança.

"O governo Oriental — conclue o dr. Adolfo Rodriguez — lamentando discordar neste ponto das vistas e apreciações do representante de S. M. o Imperador do Brasil, pensa que a celebração dos ajustes definitivos, a que se refere o tratado de 1.º de maio

de 1865, deve ser deixada para os poderes que se estabelecerem no Paraguai depois de derribado Lopez porque esses poderes achar-se-ão então revestidos da representação legítima de todo o povo paraguaio, tanto do que hoje está sob a proteção das armas aliadas, como do que ainda obedece a Lopez, condição indispensável para que aqueles ajustes sejam a expressão da vontade nacional”.

Os *memoranda* dos plenipotenciários deixaram patentes dois pontos de divergência entre o Brasil e seus aliados.

Estes não querem que se pactue a paz com o novo governo provisório. Um deles (a Argentina) entende que se não deve reclamar de modo explícito a *adesão* desse governo ao tratado de 1.º de maio.

A primeira questão revelara a opinião dos aliados sobre assunto capital, mas não reclamava uma deliberação imediata, porque não figurava no projeto de bases em que se consignavam as condições que os aliados iriam impor ao governo provisório do Paraguai. A segunda, porém, tinha que ser resolvida sem demora para harmonia entre os negociadores e foi de fato o que aconteceu, graças ao espírito conciliador de Paranhos.

Na conferência de 2 de junho de 1869, o representante argentino propôs se substituíssem os dois períodos das bases em que figuravam as palavras *aderirá*, por outros que não as contivessem. Assim, em vez de:

“Consequentemente, o governo paraguaio *aderirá ao tratado* de tríplice aliança, que é a condição preliminar de paz dos aliados com a República, salvo qualquer modificação que, no próprio interesse do Paraguai, se estipule ulteriormente por mutuo assentimento dos aliados e do novo governo provisório.

Desta *adesão* resultará que o novo governo paraguaio, sem deixar de ter plena liberdade no exercício de sua soberania nacional, no tocante à guerra e aos direitos dos aliados, que se referem às causas e efeitos da mesma guerra, ficará ligado por aquele pacto a proceder de inteiro acordo com os aliados”.

Dever-se-ia dizer:

“Ligados estes governos por um tratado de aliança que é hoje do domínio do público, no qual se consignam os propósitos e fins, da guerra a que as três potências que o firmam foram arrastadas pelo ditador Lopez, o governo provisório que ora se estabelecer no Paraguai se obriga a proceder de inteiro acordo com os aliados até a terminação da mesma guerra”.

Como se vê não se fala em *adesão*.

Paranhos sugeriu então um aditamento à redação argentina, com que todos concordaram e que a transformou no seguinte:

“Ligados estes governos por um tratado de aliança, que é hoje do domínio do público, no qual se consignam os propósitos e fins da guerra a que as três potências que o firmam foram arrastadas pelo ditador Lopez, o governo provisório que ora se estabelecer no Paraguai, *sem deixar de ter plena liberdade no exercício de sua soberania nacional, pelo que respeita à guerra, tendo presentes as prescrições do referido tratado*, se obrigará a proceder de inteiro acordo com os aliados até a terminação da mesma guerra”.

Destarte a idéia clara e explícita de *adesão* ao tratado foi substituída pela frase: *tendo presentes as prescrições do referido tratado*.

Os plenipotenciários combinaram ainda suprimir o período final das bases em que se define a estrutura do novo governo, e expressar a respectiva idéia na resposta à comissão paraguaia, *como um voto e conselho amigável dos aliados*.

Nesse mesmo dia (2 de junho de 1869) assinou-se o protocolo com a formulação definitiva das condições para o reconhecimento do governo provisório paraguaio. Ei-las:

“1.º O governo provisório que se estabeleça no Paraguai deve ser de livre escolha dos cidadãos paraguaios que se acham no território libertado do domínio do marechal Lopez.

2.º Esse governo deve de¹ constituir-se por forma e com pessoas que deem garantias de estabilidade e de perfeita inteligência com os governos aliados.

O bom senso dos ditos cidadãos paraguaios, suas manifestas declarações de reconhecimento aos aliados, e o próprio interesse nacional que ora os reúne, asseguram que essa condição resultará satisfeita de livre eleição a que eles aspiram e para a qual contam e podem contar com as mais generosas simpatias da parte dos governos aliados.

3.º Ligados estes governos por um tratado de aliança que é hoje do domínio do público, no qual se consignam os propósitos e fins da guerra a que as três potências que o firmam foram arrastadas pelo ditador Lopez, o governo provisório que ora se estabelecer no Paraguai, *sem deixar de ter plena liberdade no exercício de sua soberania nacional, pelo que respeita à guerra, tendo presentes as prescrições do referido tratado*, se obrigará a proceder de inteiro acordo com os aliados até a terminação da mesma guerra.

4.º Consequentemente o governo paraguaio não poderá tratar com o marechal Lopez, nem com pessoa que o represente ou sobre quem ele influa, porque do mesmo modo procederão os governos aliados e seus representantes diplomáticos e militares.

5.º A ação dos governos aliados ficará inteiramente livre e independente do governo provisório no que respeita ao exercício de sua jurisdição militar e às operações contra o inimigo comum. Eles poderão ocupar os pontos que julgarem necessários, e aproveitarem-se de todos os recursos do país, salvo a propriedade particular, neutra ou amiga, cujo uso dará direito a indenização.

6.º O governo provisório, além de sua ação política e administrativa, prestará todo o concurso que lhe seja possível para as operações militares dos aliados, já em pessoal e material de guerra, já em víveres e forragens.

7.º A jurisdição civil e criminal do governo provisório não se estenderá aos quartéis, acampamentos ou indivíduos pertencentes aos exércitos aliados. Dado algum delito entre um militar ou empregado dos ditos exércitos e pessoa que lhes seja estranha, preferirá a jurisdição militar, salvo se a autoridade militar competente entregar o delinquente aos juizes da autoridade paraguaia.

8.º Todos os indivíduos, navios, víveres, forragens e mais material de qualquer espécie, pertencentes aos exércitos aliados, ou a seus fornecedores, terão entrada e saída pelo território da República com isenção de todo e qualquer onus, e sem mais fiscalização que a que for acordada com os generais ou os representantes diplomáticos dos governos aliados”.

Os plenipotenciários comunicaram à comissão paraguaia a sua resolução final, mediante uma nota coletiva datada de 8 de junho de 1869.

A comissão respondeu-lhes no dia 11, declarando que aceitava “todas as condições postas à criação do governo provisório e que seria respeitada a indicação relativa ao número de seus membros”. De volta a Assunção, deu conta da tarefa que lhe haviam cometido.

No dia 22 de julho de 1869, 130 paraguaios reuniram-se no edifício do Teatro Nacional, em Assunção e decidiram, como representantes do povo paraguaio, eleger uma comissão de 21 membros, destinada a escolher de seu seio outra de 5 membros, a que caberia,

depois de consultar as *simpatias populares* e de *acordo com os ministros plenipotenciários aliados* em Assunção, indicar os indivíduos, que deveriam formar o triunvirato, isto é, o novo governo do Paraguai.

Os escolhidos para a comissão de 5 membros foram: José S. Decoud, Miguel Palacios, Mateo Collar, Ignacio Sosa e Bernardo Valiente (5 de agosto de 1869).

“O povo soberano da República do Paraguai — lê-se na ata da assembléa de 22 de julho — delega nesta comissão de cinco de seus membros, eleita pelos 21 eleitores de que trata o artigo anterior, todos os seus poderes como povo soberano e livre; obrigando-se perante Deus e a pátria, e pelo mais solene juramento, a aceitar, pelo que respeita à criação do governo provisório, aquilo que a dita comissão, com prévio assentimento dos ministros plenipotenciários dos governos aliados, resolver sobre as pessoas do triunvirato, que, sendo da confiança popular, sejam aceitas pelos governos aliados como garantias de ordem e de completa harmonia com os mesmos aliados nos termos do citado protocolo; comprometendo-se além disso, sob a fé de sua honra e de sua consciência, a proclamar unanimemente, sem distinção de partidos nem de opiniões, os que assim forem eleitos”.

Os triúnviros assumiram as suas funções no dia 15 de agosto de 1869. Rivarola tomou a seu cargo os ministérios do Interior, da Guerra e da Marinha, Loizaga o das Relações Exteriores e Bedoya o das Finanças.

A instalação do novo governo fez-se com toda a solenidade. Compareceram os representantes das nações aliadas.

Paranhos pronunciou um eloquente discurso em que explicou mais uma vez, com absoluta sinceridade, os sentimentos de seu país.

“A instituição do governo paraguaio provisório nas circunstâncias atuais — disse ele — é um acontecimento que atestará a todo o tempo os legítimos propósitos da guerra que os governos aliados teem sustentado com tanta perseverança. E, com efeito, este ato da aliança é uma confirmação prática e inequívoca de suas promessas ao povo paraguaio, assim como é o mais nobre protesto desse infeliz povo não só contra o implacável ditador e seu sistema de governo, mas ainda contra os estranhos, que, por um erro fatal de apreciação, exaltavam o opressor e rebaixavam moralmente os oprimidos desta terra.

Tem sido quasi sempre uma desgraça para a América do Sul independente, que suas grandes crises políticas não sejam desde o principio bem compreendidas pelas potências chamadas a defender a civilização e a prestar por toda a parte o seu apoio moral à causa do direito e do progresso,

Desta vez, senhores, nesta porfiada luta, que ainda dura porque o marechal Lopez abusou, horripelmente, do seu poder despótico e de uma população ignorante de seus destinos, na guerra do Paraguai, senhores, não só europeus, mas até americanos se iludiram em suas apreciações, contribuindo destarte, sem o quererem, para prolongarem o martírio do povo paraguaio e os sacrifícios enormes de três nações, que se aliaram em nome de sua honra audazmente ofendida e de direitos incontestáveis e essenciais à sua segurança e prosperidade.

A luta parecia talvez desigual, porque só se contava o número dos aliados, sem ver-se a diferença dos meios empregados por uma e outra parte. Daí essas simpatias, que naturalmente se explicam, mas que nem por isso deixaram de ser muito nocivas à causa dos verdadeiros interesses gerais da humanidade.

Os aliados teem feito a guerra de povos civilizados, combatem não para destruir, mas por amor da paz, atenuam quanto é possível os males inerentes a tais conflitos; o opressor, porem, tem assolado o seu próprio território, forçado às mais cruéis peregrinações a incensivas famílias, imolado sem piedade antigos e pacíficos habitantes, a prisioneiros e a seus próprios compatriotas, sem distinção de idade, nem de sexo !

Aí estão inumeras famílias resgatadas à opressão e à mais hedionda miséria; aí estão todos os prisioneiros paraguaios, e tantos outros indivíduos, vossos concidadãos e estrangeiros, que voluntariamente e sem cessar teem vindo abrigar-se entre os exércitos aliados; aí estão esses milhares de testemunhas das mais estupendas cruezas, e outras tantas vítimas salvas pela humanidade dos aliados, para explicar a prolongação desta luta e justificar a causa da aliança ante Deus e os povos cristãos.

Fossem os aliados dirigidos pelas vistas ambiciosas que alguns lhes supunham, e nada teria servido tão eficazmente a seus planos de conquista como essa obra de extermínio material e moral, a que o inimigo votou todo o povo paraguaio, em holocausto à causa de um só homem.

Os aliados, porem, nunca tiveram outro pensamento que não fosse o do seu direito e segurança futura, e souberam conservar-se na altura de sua civilização. Àqueles feitos de inaudita crueldade, e de verdadeiro suicídio social opunham a firmeza de suas condignas intenções, combinada com a mais generosa benevolência para com os vencidos e para com as famílias destes, que todas tinham sido condenadas à nudez, à fome e à degradação moral.

Vós sabeis, senhores, que não há exageração neste quadro, mas apenas uma pálida imagem das tristíssimas cenas que temos presenciado. E pelo que respeita à política dos aliados e à magnanimidade

com que tem sido ela observada, sois também testemunhas presenciais e insuspeitas.

Milhares de prisioneiros vivem satisfeitos no centro de nossas povoações mais adiantadas, e aqui na própria capital do Paraguai a filantropia dos aliados levantou um asilo para socorro das míseras famílias, privadas de seus protetores naturais e assim atiradas pela mão do seu opressor em meio dos desertos”.

Explica a seguir como se tornou imperiosa a necessidade de um governo nacional e como ele acabara de ser criado.

Terminando, exclama:

“O Todo Poderoso vos ilumine e aproxime o dia da paz humana e estavel que a todos interessa, e com a paz conceda-vos todos os bens de que é digno este povo laborioso e valente, à sombra de sua independência e soberania nacional”.

O representante da Argentina disse do seu júbilo em saudar o primeiro governo livre do Paraguai.

“Como representante de um governo aliado — declarou ele — esta parte da minha missão é-me tanto mais agradável quanto vejo na junta governativa provisória da República um triunvirato de pessoas que, por suas idéias liberais, por sua ilustração e tendências progressistas, são uma garantia positiva de que com mão benéfica saberão fazer desaparecer a tenebrosa noite de uma tirania sangrenta de 60 anos, esforçando-se em fazer a felicidade de sua desditosa pátria. Um triunvirato, repito, que tem por princípio político a união e concórdia para com os seus concidadãos; a fidelidade, a consideração e o afeto para com as potências aliadas; um firme propósito de fazer desaparecer o inimigo comum e de alistar sua desditosa pátria no número das sociedades civilizadas e cristãs”.

Em nome do governo provisório falou o triúmviro Rivarola.

Começou agradecendo os votos pela ventura de sua pátria formulados pelos oradores que o haviam precedido e a confiança que tinham manifestado com respeito a ele e a seus colegas de governo. Depois expressou-se nestes termos:

“Com mão fraternal e amiga, condoidos da penosa situação da República do Paraguai, os governos aliados oferecem a esta República uma segura garantia de sua existência sob os princípios reguladores da ordem que tem constantemente sustentado e se propõem a sustentar, existindo um sentimento de amor e concórdia entre as potências aliadas e os habitantes desta parte do território subtraído às garras do tirano pelas armas libertadoras da aliança.

A queda do tirano, fugitivo, inimigo da paz pública e do bem estar dos povos atropelados vandalicamente, importa uma necessidade imperiosa, reclamada ante o tribunal das gerações presentes e futuras

pela humanidade, cujo horrível martírio continua ainda pela torrente de crimes e abominações de um só monstro de impiedade.

Separar-nos desta obrigação sob qualquer pretexto seria uma infração manifesta do dever de um bom cidadão, um ultrage irrogado à honra e à glória conquistada pelas armas à custa de tanto sangue generoso. Expiraremos sob uma ruína geral, combatendo o tirano, antes do que presenciar pacificamente horrores, símbolo de uma frenética paixão do bárbaro, salpicado de sangue, rodeado dos cadáveres de nossos pais, esposas, filhos, irmãos e amigos, abrindo um túmulo em roda de si, para todo um povo desgraçado, cujo sacrifício oferece em holocausto nas aras de seus crimes”.

.....

“Quanto à guerra ao tirano, por parte das potências aliadas, seja qual for o resultado que ela produza, nem Deus nem a humanidade tornarão essas potências responsáveis pelo sangue derramado desde o princípio da luta.

Temos, pois, consciência de que os aliados, traduzindo seus legítimos direitos como nações livres, não poderiam consentir em sua própria ruína, deixando-se ultrajar sem apelar para os meios legais afim de repelir tão grandes ultrajes e acabar com as hostilidades de um governo insolente. A aliança deve o Paraguai tudo o que poderá ser daqui em diante quanto à sua elevação à categoria de nação livre, com o triunfo dos princípios sacrossantos de liberdade e justiça que serviram de norte à sua última resolução e cuja importância proclamam hoje com entusiasmo, depois de meio século de humilhação e abatimento, privações e arbitrariedades, em que nos constituiu e se perpetuou o regime ominoso dos tiranos; pois é tempo que nos fastos de nossa regeneração política se registre um monumento eterno, digno de um povo livre, resgatado por um preço muito elevado, à custa de tanto sangue vertido em campos de prolongado sofrimento”.

Dois dias depois de assumirem as suas funções (17 de agosto de 1869), expediram os triúnviros um decreto em que declaravam Lopez fora da lei e banido para sempre do território paraguaio. Ei-lo na íntegra: •

“Considerando:

Que a presença de Francisco Solano Lopez no solo paraguaio é um sangrento sarcasmo à civilização e patriotismo dos paraguaios;

Que este monstro de impiedade perturbou a ordem e aniquilou a nossa pátria com os crimes que tem perpetrado, inundando-a de sangue e atentando contra as leis divinas e humanas, com espanto e horror, excedendo aos maiores tiranos e bárbaros de que fazem menção as histórias de todos os tempos e idades;

• Resolveu e decreta:

Art. 1.º O desnaturado paraguaio traidor Francisco Solano Lopez fica fora da lei e para sempre banido do solo paraguaio como assassino de sua pátria e inimigo do gênero humano.

Art. 2.º Publique-se por bando e insira-se no registo nacional, aos 17 dias do mês de agosto de 1869, ano 1.º da liberdade da República do Paraguai.

Cirilo A. Rivarola.

Carlos Loizaga.

José Dias de Bedoya".

Entrando francamente no desempenho de suas funções, o governo provisório tomou várias providências administrativas indispensáveis à volta paulatina da República à sua vida normal.

Nomeou autoridades para Assunção e o interior, criou rendas para a nação e a municipalidade da capital, ordenou a fundação de escolas públicas primárias e a de institutos de beneficência, e decretou a abolição da escravidão (9).

Esta última foi-lhe sugerida pelo Conde d'Eu.

A 12 de setembro de 1869, o comandante das forças brasileiras dirigiu-se aos triúmviros dizendo-lhes que, durante a sua marcha, se lhe haviam apresentado muitos indivíduos declarando-se escravos e pedindo-lhe a liberdade; que essa concessão estava fora de sua alçada, "mas era própria para inaugurar dignamente um novo período de governo e firmá-lo nas idéias verdadeiramente civilizadoras e humanitárias". (10)

O governo provisório declarou abolida a escravidão no Paraguai por decreto de 2 de outubro de 1869.

Enviando ao Conde d'Eu esse decreto, disseram-lhe Loizaga e Bedoya:

"Os membros do governo provisório viram com íntimo prazer o conteúdo da apreciável nota de V. A. de 12 de setembro. Tomando-a em consideração, resolveram expedir o decreto junto, recomendando-me, como ministro das Relações Exteriores, que explicasse, na resposta a V. A., as circunstâncias com que o governo provisório resolveu acompanhar este ato de sua administração. Ao cumprir tão alto encargo, apressei-me em declarar que V. A. não se poderia

(9) Cecilio Baez — "Resumen de la História del Paraguai".

(10) Diário do Exército.

dirigir ao governo provisório tratando de assunto que fosse mais do que esse conforme com os princípios e os sentimentos unânimes dos membros que o compõem. Eles já se ocupavam de levar a cabo a liberdade, quando a nota de V. A. veio amadurecer a idéia e apressar-lhe a execução.

Desejando dar a V. A. uma prova eloquente da alta estima que lhe merecem os sentimentos revelados por este sucesso, resolveu o dito governo que a cópia anexa do citado decreto, destinada a V. A., levasse as firmas autógrafas de seus membros, os antecedentes que o determinaram e os sentimentos que o impõem ao respeito”.

CAPÍTULO IV

O general Emilio Mitre ocupa Vila Ocidental e comunica o fato a Paranhos e ao governo paraguaio — Respostas destes governos — Mariano Varela ministro de Extranjero da Argentina, aprova o ato de Emilio Mitre — Dirige-se a Paranhos e ao governo paraguaio — Expõe o seu ponto de vista: “a vitória não dá ao vencedor o direito de impor limites ao vencido” — Resposta de Paranhos, que se mostra surpreso da nova interpretação do tratado de aliança — Origem provavel da teoria de Varela.

Cerca de três meses depois de inaugurada a nova era governamental da República, sobreveiu um fato inesperado: o general Emilio Mitre, comandante das forças argentinas em operações no Paraguai, resolveu ocupar a povoação denominada Vila Ocidental, situada à margem direita do rio Paraguai (11)

A 17 de novembro de 1869, comunicou ao Governo Provisório que, tendo o sr. Hopkins recebido uma intimação da Capitania do Porto de Assunção, para tirar a patente necessária ao estabelecimento que tinha no Chaco, cabia-lhe o dever de declarar *que o Chaco era exclusivamente argentino* e que, dentro em breve, *iria ocupar a Vila Ocidental*, com uma guarnição militar, para ali exercer a jurisdição argentina e desfraldar o respectivo pavilhão. (12)

(11) Vila Ocidental chama-se hoje Vila Hayes; demora 35 k. ao norte de Assunção.

(12) O cidadão norte-americano Eduardo A. Hopkins tinha sido autorizado, pelo Governo Provisório, para estabelecer uma serraria em Vila Ocidental, com a obrigação de cuidar dos edifícios públicos e do material do Estado e de particulares, que ali se encontravam. Como, pela lei de patentes, de 28 de setembro, devia pagar a patente para essa exploração, foi intimado a isso pela Capitania do Porto. Querendo, talvez, esquivar-se à despesa, ou por felonía, como diz Decoud, lembrou-se de chamar a atenção do general Emilio Mitre para o fato de ser o Chaco território argentino, em vista do que consignava o tratado da triplíce aliança. (Hector Decoud — *Uma década de vida nacional.*)

A 21 de novembro de 1869, Vila Ocidental foi, de fato, ocupada por Emilio Mitre. Neste mesmo dia ele se dirigiu ao Governo Provisório nestes termos:

“Achando-se montados no Chaco, com a licença correspondente, vários estabelecimentos para o corte de madeiras, e convindo, por isso, pôr ali uma autoridade que atenda à população e conceda licenças para a exportação de madeiras para o litoral, resolvi mandar um chefe com a competente guarnição estabelecer-se na Vila Ocidental, sendo este ponto a residência do dito chefe.”

Fez a mesma comunicação a Paranhos.

Serapio Machain, ministro das relações exteriores do Governo Provisório, responde-lhe, a 25 de novembro, em nome desse governo. Fã-lo em tom amistoso. Não invoca “as estipulações contidas no tratado da tríplice aliança, porem acreditava e acredita que, quanto à questão de limites e a outros pontos, esse tratado *não estabeleceu senão condições que dependem de ajustes ultteriores entre todas as partes interessadas; ajustes aos quais opôs-se o governo argentino, adiando-os para o período do governo permanente.* Entendia, portanto, que, se não tudo, ao menos no que respeita ao Chaco, desde o Bermejo, não quereria o governo argentino alterar o estado *ante bellum* enquanto se não entrasse nos ajustes a que se refere o mesmo tratado. Isto não impediria que os aliados se servissem do Chaco, como de qualquer outra parte do território paraguaio, para as operações de guerra, em que o Governo Provisório também é interessado e para cujo triunfo completo deseja contribuir com aquilo que for compatível com seus minguados recursos.”

“Nesta inteligência, não podia o Governo Provisório persuadir-se de que lhe seria recusado o direito de exercer jurisdição em uma antiga povoação fronteiria ao departamento da Capital da República, criada pelos esforços e capitais da nação paraguaia, e da qual tem alta necessidade para dar abrigo e alimento a uma parte das infelizes famílias chegadas do mais cruel desterro, e que se encontram acumuladas nesta cidade com perigo da saúde pública, e sem mais meios de subsistência do que os que lhe podem oferecer o Estado e a caridade particular.”

O Governo Provisório, explica Machain, pensava buscar o apoio amigável dos aliados, para que o sr. Hopkins o respeitasse naquele trecho do território paraguaio, quando foi surpreendido pelas comunicações a que responde e que lhe causaram *verdadeiro pesar*. Apela nesse lance para “as elevadas vistas e o reconhecido sentimento de justiça dos governos aliados.”

Termina declarando que vai remeter ao ministro argentino uma cópia de sua resposta.

Paranhos responde a Emilio Mitre a 23 de novembro. Respeita o ato que lhe foi comunicado, mas adverte "que não liga, por este seu amigavel procedimento, o governo imperial à responsabilidade recíproca que o tratado da triplíce aliança estabeleceu em relação aos ajustes definitivos de paz". Sobre estes ajustes, como sabe Mitre, "nenhum acordo ainda se iniciou com o Governo Provisório da República do Paraguai, porque não se julgou chegada a sua oportunidade."

Renova, nos mesmos termos do tratado de 1.º de maio, a ressalva dos direitos que a Bolívia alega ter sobre o Chaco.

Avisa ainda que, "quando aquele território se achava inteiramente desocupado, o comandante em chefe do Exército brasileiro mandou estabelecer ali uma internada para os animais do mesmo exército, e que essa internada tem uma guarnição militar, que a cuida e protege contra os índios do Chaco."

Inteirado por Emilio Mitre da occupação de Vila Ocidental, o governo argentino apressou-se em aprovar-lhe o ato. Mariano Varela, ministro das Relações Exteriores da Argentina, deu conhecimento dessa resolução ao plenipotenciário brasileiro, em nota de 27 de dezembro de 1869, firmada em Buenos Aires.

"O governo argentino — escreve Varela — que tem indisputaveis direitos ao Chaco, *aprova plenamente* o procedimento do general em chefe do exército, *sem que essa aprovação importe numa recusa de tratar oportunamente da questão de direito com o governo definitivo do Paraguai, e sem que tambem importe o negarmos a discutir com a Bolívia a questão de limites*, cuja consideração ajustamos adiar para depois da terminação da guerra com o Paraguai, e que, estipulamos tambem em um tratado público, só será objeto de "acordo amigavel ou de arbitramento."

À vista destas obrigações, reciprocamente contraidas entre a República Argentina e Bolívia, e perfeitamente conhecidas dos governos aliados, foi sensível ao Sr. Presidente que V. Ex., em sua nota de 23 de novembro próximo passado, ao passo que manifestou ao general em chefe do exército argentino o seu respeito ao ato da occupação do Chaco, fizesse uma reserva relativamente aos direitos que a Bolívia julgue ter a uma parte dele, direitos que o meu governo há muito prometeu tomar em consideração na oportunidade que indiquei a V. Ex., e que, sejam quais forem, não podem ser prejudicados pelo procedimento do dito sr. General em chefe."

Na mesma ocasião (27 de dezembro de 1869) remeteu Varela a Paranhos uma cópia da nota que, sobre o assunto, dirigira ao Governo Provisório do Paraguai.

Esse documento é da máxima importância e reclama a atenção do leitor.

Nele declara Varela, depois de participar que o seu governo aprovou o procedimento de Emílio Mitre:

"A República Argentina crê e sustenta, apoiada em títulos incontestáveis, que o território que se contesta pertence-lhe exclusivamente e que a posse dele, por parte do Paraguai, tem sido uma usurpação de nossos direitos. Reivindicado esse território pela vitória das armas aliadas, foi a sua ocupação um fato material e lógico, e retroceder hoje seria pôr em dúvida nossos legítimos direitos, dando nós mesmos pretextos que mais tarde se nos oponham."

"Todavia, o governo argentino sustentou, há muito pouco tempo, em discussões com o representante de S. M. o Imperador, que a vitória não dá às nações aliadas direito para declararem, por si, limites seus áqueles que o tratado assinala."

"Crê o meu governo hoje, como então, que os limites devem ser discutidos com o governo que se estabelecer no Paraguai, e que a sua fixação será feita nos tratados que se celebrarem depois de exibidos pelas partes contratantes os títulos em que cada uma apoiar os seus direitos."

Assim, ao ocupar o Chaco, a República Argentina não resolve a questão de limites: toma pelo direito da vitória o que crê ser seu, *"disposta a devolvê-lo se o Paraguai apresentar provas que vençam as nossas, quando se trate da questão de direito."*

Com essas declarações, proclamou a Argentina um novo ponto de vista com relação aos limites previstos no tratado da tríplice aliança: *esses limites não devem ser impostos ao Paraguai, caso os aliados sejam vitoriosos, por isso que a vitória não dá o direito de impô-los ao vencido.*

O plenipotenciário brasileiro, e com ele o governo do Brasil, ficaram surpresos diante dessas afirmações, claramente atentatórias do espírito e da letra do pacto de 1.º de março de 1865.

Paranhos replica no dia 11 de janeiro de 1870:

"O abaixo assinado — diz ele — pede licença para recordar a S. Ex. o Sr. ministro das Relações Exteriores que, na discussão havida entre S. Ex. e ele, não se sustentou por parte do Brasil que a vitória das armas firmasse só por si os direitos que os beligerantes declararam pelo tratado da tríplice aliança. A questão ventilada versou sobre a competência do governo paraguaio provisório para celebrar

os ajustes definitivos da paz, em que se devem consagrar aqueles direitos, salvo as modificações que, no interesse da República do Paraguai, queiram fazer e se mostrem dispostos a fazer, no tocante a limites, o Brasil e a República Argentina."

"Os memoranda resumem essencialmente a discussão a que alude S. Exa. o sr. ministro das Relações Exteriores, e deles se vê que, se o abaixo assinado esforçou-se por apreciar o valor que cada uma das partes contratantes dava aos compromissos do tratado de 1.º de maio, não ficou expressa a inteligência que, por parte do governo argentino, se dá agora às bases deste pacto no tocante às questões de limites."

"O abaixo assinado fica bem inteirado deste pensamento do governo argentino e o levará, como é do seu dever, ao conhecimento do governo imperial."

Como se explica esse novo ponto de vista em que se coloca a Argentina quanto aos seus futuros lindes com o Paraguai, ponto de vista que não é positivamente o dos negociadores do tratado de 1.º de maio?

A meu ver, filiando-o à corrente de opinião contrária à guerra, que se formou desde o começo entre os argentinos, e pouco e pouco se foi avolumando, graças à pertinácia e energia de alguns de seus chefes.

Dadas as prevenções tradicionais da Argentina contra o Brasil, compreende-se que muitos espíritos não vissem com simpatia a aliança entre os dois países para a consecução de um mesmo objetivo. Embora no primeiro momento essa aproximação parecesse natural, em vista da agressão de Lopez à província de Corrientes, com o andar dos tempos ou, melhor, com a prolongação da guerra por vários anos, as opiniões se foram modificando e as resistências tornando-se patentes.

Ao antagonismo histórico vinha juntar-se a diversidade de raças.

Os brasileiros descendiam dos portugueses e eram tidos como estrangeiros, seduzidos pela ambição de dominar no Prata. Paraguaio e argentinos eram irmãos, como filhos da valorosa Espanha.

Como se poderia, portanto, admitir uma aliança com o *forasteiro* para agredir *o de casa*?

Um sentimento racial clamava contra essa aproximação injustificável e até criminosa.

Havia ainda o temor de que, sendo o Império mais forte do que a República Argentina, suplantasse aquele a influência desta no Paraguai.

“A aliança — dizia Juan Carlos Gomes, discutindo com Mitre, em fins de 1869 — reduziu os povos do Prata a um papel secundário, a meros auxiliares da monarquia brasileira.”

“Principal autor da luta, esta monarquia fez a sua obra e não a nossa; deixa estabelecida a sua conveniência e suprimida a nossa no Paraguai.”

A oposição política a Bartolomeu Mitre, então Presidente da República e responsável direto pela aliança, aproveitava-se, como era natural, dessas circunstâncias, para revigorar os seus ataques.

Entre os diretores dessa campanha contra a guerra e contra o Império sobressai Alberdi, argentino de incontestável talento, mas cujo ódio ao Brasil não tinha limites e parecia insaciável. Sua pena acerrada e injuriosa, sempre embebida em fel, esteve ao serviço de Lopez para amesquinhar o Brasil e gerar na alma popular argentina o ódio aos brasileiros e a maldição à guerra que fazíamos ao tirano.

“Alberdi — escreveu o ilustre professor José Leon Suárez — de incontestável talento, tomado de paixão contra a hegemonia de Buenos Aires, que julgava injusta e criminosa, e de ódio contra o general Mitre, a quem considerava o causador de suas desgraças pessoais e do malogro de todos os seus planos, abriu terrível campanha contra Mitre e o Brasil — com a fé obcecada de um cruzado — combatendo a aliança e defendendo o Paraguai.”

“Mal podemos fazer idéia dos extremos de sua exaltação, tendo em conta o seguinte pensamento, que aparece no frontespício de um livro recente, escrito por conhecido argentinóphobo: Solano Lopez — disse Alberdi — não encontra igual nem em Bolívar, nem em San Martín, nem nos mais belos tipos de constância indomável e grande que apresenta a história da América (J. E. O’Leary — El mariscal Solano Lopez — Asunción, 1920).

“Quando um homem diz estas coisas do Chefe do Estado, que se encontra em guerra com a sua pátria, é porque nem mesmo o patriotismo conseguiu aplacar a efervescência de suas paixões. E penso assim, embora ele acreditasse, naquele momento, que toda a razão estava com Lopez e toda a culpa com os aliados.”

Mitre foi o alvo predileto desses ataques e revidou-os com uma serenidade e altivez que provocam a nossa admiração. Não fugiu à responsabilidade de seus atos e timbrou em fazer ao Brasil a justiça que merecia.

Mas não lhe era dado aniquilar as prevenções populares, que certos espíritos, e, notadamente Alberdi, mantinham em constante excitação.

“Quando se escrever com imparcialidade a história da guerra contra o Paraguai ou da aliança — afirma Julio Victorica — há de ficar demonstrado que ela era impopular na República Argentina. Bastará recordar as inúmeras sublevações ocorridas nas forças que se traziam das Províncias e que foi preciso sufocar com todo o rigor das leis militares.”

Compreende-se, pois, como um ambiente dessa natureza tinha torçosamente de reagir por sua vez sobre certos políticos e o próprio governo, e acabaria levando este último a procurar, mediante concessões ao adversário subjugado, atenuar o crime que supunha ter sido cometido por seu país.

Tal é a orientação de Sarmiento, sucessor de Mitre, e de Mariano Varela, seu ministro das Relações Exteriores. (13)

(13) Sarmiento assumiu a presidência da Argentina em 12 de outubro de 1868 e foi substituído por Avellaneda, em 12 de outubro de 1874.

CAPÍTULO V

Morte de Lopez — Cogita-se de um acordo preliminar de paz — Propostas de Paranhos — Troca de idéias com Mariano Varela — Negociação com Emilio Mitre — O projeto argentino e o brasileiro são enviados ao governo paraguaio — Objeções deste governo — As negociações são transferidas para Buenos Aires — Chega-se a acordo — O projeto é apresentado ao governo paraguaio, que propõe ligeira alteração, a qual é aceita — O ajuste preliminar de paz.

No dia 1.º de março de 1870, Lopez expirava em Cerro Corá e, destarte, ficava terminada a guerra que lhe moviam os aliados.

Restava agora a estes celebrarem as pazes com o antigo inimigo. Mas com quem iriam firmar os respectivos tratados?

Com o Governo Provisório do Paraguai?

Certamente que não, em vista da resistência oposta a esta idéia pela Argentina e pelo Uruguai, quando se tratou de organizar esse mesmo governo.

A solução, pois, era aguardar-se o governo normal paraguaio, para entrar com ele em negociações.

Isto, porem, seria demorado e prolongaria uma situação irregular, ao passo que convinha aos aliados proclamar desde logo, de acordo com o referido Governo Provisório, a terminação da luta, afirmar novamente as condições de paz estabelecidas pelo tratado de 1.º de maio, e promover e assegurar a constituição do governo normal.

Em uma palavra: seria da máxima conveniência fazer com o Governo Provisório, pelo menos, *um ajuste preliminar de paz*.

Esta idéia *acode a Paranhos* que, então, se encontrava no Paraguai, em comissão especial do Governo Brasileiro, e leva-o a pedir aos aliados que enviem plenipotenciários a Assunção para deliberarem juntamente com ele.

A Argentina envia Mariano Varela e o Uruguai Adolfo Rodriguez.

Antes mesmo da morte de Lopez, já Paranhos, havia pensado em anunciarem os aliados a terminação da guerra, embora sem desistir da perseguição do tirano, com o fito "de capturá-lo" ou "de obrigá-lo a fugir para fora do país e da nossa fronteira de Mato Grosso." Julgava que o Exército brasileiro, embora reduzido, era ainda *consideravel* para esta missão. Os governos aliados, com quem se pôs em contacto, mostraram-se favoráveis ao projeto. A Argentina, sempre firme na sua doutrina, entendia que não se devia tratar com o Governo Provisório. O Uruguai patenteava idênticos escrúpulos. Eis, porem, que surge o triunfo de Cerro Corá. Paranhos retoma a sua idéia, que agora se lhe afigura mais oportuna.

Inicia com Varela e Adolfo Rodriguez as conversações preliminares.

Antes, já havia escrito ao primeiro, quando ele ainda se encontrava em Buenos Aires, indicando-lhe "quais os pontos sobre que, a seu ver, deveria versar o ajuste preliminar de paz, se o governo argentino se recusasse a tratar definitivamente com o governo paraguaio." (14)

Infelizmente o plenipotenciário argentino tinha instruções muito restritas e, além disso, como logo depois adoeceu, tomou a deliberação de regressar a Buenos Aires. Propôs que se adiassem as negociações para a sua volta ou para quando fosse substituído por outro agente diplomático.

Antes de partir, pediu a Paranhos que consubstanciasse num projeto o seu pensamento de acordo preliminar de paz.

(14) São estes os sobreditos pontos:

Declaração da paz — Aceitação pelo Governo Provisório das condições de paz, estabelecidas pelo tratado de 1.º de maio de 1865, e protocolos anexos, salvo qualquer modificação em que, no interesse do Paraguai, concordassem os aliados — Liberdade de navegação nas águas territoriais da República, não podendo esta levantar fortificações para estorvá-la. — Garantia de que os aliados não poriam obstáculo à eleição do governo permanente da República — Promessa de apoio moral e material para a manutenção da ordem pública e do regime legal da República, enquanto ali permanecer alguma força dos exércitos aliados; — Medidas de segurança quanto aos chefes militares, que acompanharam o Lopez antes e até à sua última derrota, se fossem julgados perigosos à paz interna da República e à dos países da aliança.

Paranhos aquiesceu e elaborou o respectivo documento, de que lhe entregou cópia. (15)

Remetendo-o ao governo imperial, disse o nosso plenipotenciário que tinha desejado ser mais explícito quanto às concessões ao Paraguai. Referiu também ter declarado a Varela que, se a Argentina retraísse a sua linha de limites no Chaco, o Brasil recuaria da linha do Igurei para as Sete Quedas. Varela, porém, pedira que não se *limitassem*, nem *precisassem* os pontos de concessão. Por causa disso, redigira como está o artigo 2.º No 3.º também houvera uma reserva mental exigida pelo plenipotenciário argentino. A Argentina alegara que a estipulação do protocolo anexo ao tratado da triplíce-aliança não fora aprovado pelo seu Congresso.

“Nessas nossas conversações — relata Paranhos — repeti a idéia, que avengei em carta particular, de poderem agora os aliados *tratar separadamente, se não chegassem a um acordo para tratar conjuntamente*. O sr. Varela disse-me que o seu governo não dava a mesma inteligência ao art. 6.º do Tratado, mas não se mostrou muito convencido da sua tese, e eu não julguei conveniente inculcar que houvesse nisso uma opinião assentada de nossa parte. Pelo contrário, disse que lamentaria se nos vissemos forçados a proceder assim.”

Depois do regresso de Mariano Varela, resolveu a Argentina designar o general Vedia para seu plenipotenciário em Assunção.

(15) Seus artigos, continham em essência o seguinte:

Art. 1.º Declaração de paz.

Art. 2.º Declarações do Governo Provisório de que aceitava como condições preliminares de paz as reclamadas pelos aliados no tratado de 1.º de maio e protocolos anexos, salvo as concessões que os aliados quisessem fazer.

Art. 3.º Franqueio imediato da navegação do ato Paraná e do Paraguai.

Art. 4.º Garantia de que os aliados não poriam embaraço à eleição do governo permanente do Paraguai.

Art. 5.º Promessa de apoio material e moral ao Governo da República, quando isso lhes fosse requisitado e eles julgassem conveniente para a manutenção da ordem pública e do regime legal.

Art. 6.º Revigoração das disposições 5.ª e 7.ª do acordo de 2 de junho de 1869, bem como da 8.ª, pelo que respeita aos generos para consumo das forças aliadas.

Art. 7.º Declaração de que se trataria dos prisioneiros de guerra em acordo posterior e especial.

Art. 8.º Declaração de que os ajustes definitivos de paz e amizade, de que fala o tratado de 1.º de maio, seriam celebrado logo que se elegeisse o governo permanente da República ou dentro de três meses, a contar da data do presente acordo.

A 21 de abril de 1870, abriram-se novas negociações entre ele e os outros dois plenipotenciários da aliança.

A Argentina mostrava-se agora resolvida a celebrar o acordo preliminar, mas aparecia com um projeto seu, diferente do que Paranhos lhe havia oferecido e já fora aceito pelo plenipotenciário oriental. Apresentando-o aos colegas, o General Vedia declarou que, pelas suas instruções, "não podia admitir modificação alguma, salvo se fosse de mera redação." Parecia um *ultimatum*, que vedava a discussão livre e amigável entre os plenipotenciários. (16)

Apesar disso o representante brasileiro fez os comentários que julgou oportunos e indispensáveis.

Disse que o projeto argentino considerava expressamente o governo provisório da República do Paraguai como incompetente para os *ajustes* definitivos de paz, princípio que o governo imperial não admitia, e que essa questão se evitava pelo projeto brasileiro, uma vez que estava acordado o adiamento dos ajustes definitivos. Que o projeto argentino estabelecia, como obrigação dos aliados e do governo provisório do Paraguai, a retirada imediata de todas as forças aliadas, portanto muito antes dos ajustes definitivos de paz. Que o governo paraguaio não tinha o direito de exigir essa retirada antes de firmar definitivamente a paz e, pelo contrário, era ele o primeiro a solicitar a conservação de uma parte dela no território da República, como auxílio à ação legal de sua

(16) Eis a súmula dos artigos:

Art. 1.º Declara a paz. Art. 2.º O Governo Provisório do Paraguai ratifica a declaração, que fez ao instalar-se, de que *aceita as estipulações* do tratado de 1.º de maio e *reconhece* esse compromisso como condição da paz a celebração dos tratados a que aquele se refere, ficando estabelecido desde já que a navegação do Alto Paraná e do Rio Paraguai, nas águas territoriais da República deste nome, fica franqueada aos navios de guerra e mercantes das nações aliadas, sem que se possa estorvar de qualquer modo essa navegação comum. Art. 3.º O Governo Provisório da República obriga-se a convocar imediatamente eleições para o país se poder constituir. Art. 4.º Os aliados comprometem-se a não influir, nem direta, nem indiretamente, nas eleições do governo permanente, "devendo retirar todas as suas forças do território paraguaio antes dessa eleição. Art. 5.º Enquanto houver forças aliadas no Paraguai, ficam subsistentes as condições 5.ª e 7.ª do acordo de 2 de junho de 1869, relativas à jurisdição dos aliados, bem como a 8.ª referente a artigos destinados ao consumo do exército. Art. 6.º Os tratados a que se refere o de 1.º de maio 1865, devem ser celebrados logo que seja eleito o governo permanente da República, o que se verificará, o mais tardar, dentro de quatro meses.

Note o leitor que, neste projeto, a Argentina não fala mais em qualquer *concessão* que os aliados possam fazer ao Paraguai, senão que, ao revés disso, busca firmar-se nas *estipulações* do tratado de 1.º de maio.

A meu ver, esboça-se ali a mudança de frente do governo de Sarmiento.

autoridade e à manutenção da ordem pública. Que a retirada de todas as forças e depósitos brasileiros antes das eleições já convocadas era materialmente impossível. Que ele não concordava em que se tratasse no acordo de um modo direto da convocação do Congresso Paraguaio, porque isso era negócio privativo do Paraguai.

Não foi possível chegar-se a nenhuma solução harmônica, como aliás era de prever, em vista das declarações peremptórias do general Vedia.

Combinou-se então ouvir sobre os dois projetos — o brasileiro e o argentino — o governo provisório do Paraguai.

No dia 22 de abril de 1870 celebrou-se uma conferência dos plenipotenciários da aliança com Rivarola e Loizaga (17).

Estes dois membros do governo já haviam recebido cópias dos projetos. Declararam que, “pelo acordo de 2 de junho não julgavam ter *aderido* às condições estabelecidas pelo tratado da triplíce-aliança, mas que as aceitavam como preliminares de paz, *uma vez que se res-salvasse o direito da República quanto ao território do Chaco e não se prejudicasse alguma outra modificação* que devessem propor como ato de justiça e digno da política generosa dos aliados”.

Acharam que a retirada das forças “poria em grande perigo a República, se se efetuasse antes da eleição do governo permanente, atentas as circunstâncias melindrosas que atravessava a República e a falta de meios, que sentia o governo paraguaio, para levantar uma força que pudesse garantir a ordem pública”. Disseram ainda que teriam de pedir a desocupação da Vila Ocidental.

Ressalta destas manifestações que o governo provisório, escudado na promessa espontânea e solene que a Argentina lhe havia feito sobre limites, bem como nas declarações do protocolo de 2 de junho de 1869, resistia com fundamento e oportunidade à mudança de orientação que a nossa aliada parecia querer impor-lhe.

O silêncio do projeto quanto a *concessões* dos aliados à República do Paraguai despertava naturalmente a suspeita de que ela buscava esquivar-se aos compromissos que havia assumido.

O governo provisório considerou sem dúvida crime de lesa-pátria sancionar essa atitude, isto é, renunciar à possibilidade de se investigar previamente quem possuía os melhores títulos à posse do Chaco.

Na questão da ocupação temporária do território paraguaio, pelas forças aliadas, também o seu pensamento não coincide com o da Argentina.

(17) Bedoya estava ausente.

Com tais opiniões, é claro que não se extinguíam as divergências entre os aliados, senão que, ao contrário, se agravavam.

Logo depois um fato sem a mínima importância punha termo abruptamente às negociações. O general Vedia recusou-se a assinar o protocolo da reunião de 21 de abril, que fora organizado para que ficassem registradas as conversações havidas.

“Dizia o ilustre plenipotenciário argentino — conta Paranhos — que, sendo-lhe inibido refutar as minhas razões, entendia que não lhe era também permitido firmar um documento em que se contestassem as disposições do projeto do seu governo, que, desde o princípio, declarara não poder admitir modificações que afetassem a matéria do mesmo projeto.”

Foi facilímo a Paranhos rebater tão extravagante argumento, só com lembrar o objetivo visado na elaboração de um protocolo e a circunstância de ser verdade tudo quanto se continha no que servia de assunto à discussão. Mas o general Vedia não se deu por vencido.

Em vista disso, Adolfo Rodriguez propôs, e foi aceito, “írem todos a Buenos Aires e alí decidir-se a questão do protocolo.”

E assim se fez. Paranhos e Vedia deixaram Assunção no dia 30 de abril. A 4 de maio chegavam a Buenos Aires.

Nesse mesmo dia, Paranhos avistou-se com Varela. Numa segunda conferência que tiveram, pediu-lhe o mesmo Varela que formulasse as modificações que julgava necessárias ao contra-projeto argentino.

Preludiava-se, portanto, a harmonia entre os negociadores.

“Não era muito facil — escreve Paranhos — achar a desejada solução, sobre a base desse projeto, mas aceitei-o no intuito de evitar alguma questão de amor próprio.”

Redigiu, então, o projeto, que foi adotado com algumas emendas de forma, as quais consistiam: 1.º, em denominar o nove acordo *modificação do celebrado* em 2 de junho de 1869, para a criação do Governo Provisório; 2.º, em suprimir do art. 2.º a palavra *limites*, onde se fala de concessões possíveis, por parte dos aliados, no ajuste definitivo.

“O governo argentino — explica Paranhos — queria evitar, com essas emendas, que o seu Congresso visse matéria nova, e dependente da sanção legislativa, no que se ia estipular como preliminares de paz. Por isso até pediu alteração do título do projeto, ao que acedi, porque era questão sem importância. *Acordo preliminar de paz* é o nome que propriamente cabe a esse documento e não vale menos porque se chame — *Modificações do Acordo de 2 de junho*.”

O plenipotenciário brasileiro conseguiu que nada se dissesse com respeito à retirada das forças da aliança.

“O governo argentino — escreve Paranhos — tinha retirado quasi todo o seu exército por conveniência própria e sem prévia inteligência conosco. Nós não poderíamos retirar as nossas forças tão depressa, visto o seu número, as distâncias e os avultados depósitos.”

“A esta razão, que tornava impossivel fixar-se-nos um prazo fatal e certo, acrescia outra, a meu ver, de direito e dignidade: fora obrigarem-se os aliados para com o vencido, que, aliás, o não pretendia, à retirada de todas as suas forças antes de se fixarem os ajustes definitivos de paz, o que seria até desairoso.”

“Tendo eu cedido expressamente em adiar estes ajustes para serem celebrados com o governo permanente, se a organização deste não demorar muito, era de razão que o Governo Argentino cedesse sem repugnância naquele ponto, mas ele mostrava-se tão resistente, que a nova negociação quasi se malogrou.”

“Então pareceu-me acertado desvanecer toda suspeita de que houvesse pensamento não confessavel em nossa insistência: propús que, em protocolo separado, se obrigassem os aliados a retirar suas forças dentro do menor prazo possivel, mas acrescentei que esta estipulação, que de fato só se applicava ao Brasil, fosse acompanhada de outra, pela qual o Governo Argentino se compromettesse a desocupar a Vila Ocidental e a não ocupar outro ponto do Chaco até à conclusão dos ajustes definitivos.”

“Esta minha proposta eliminou o ponto de discórdia. Em conferência com o sr. Varela, a que casualmente e assistiram dois de seus colegas, os srs. Gorostiaga e Avellaneda, ministros da Fazenda e da Justiça, depois de largo e franco debate, ficou assentado que não se estipularia a retirada de forças, nem a desocupação do Chaco, contentando-se o Governo Argentino com que trocássemos duas notas, em que ele justificaria o que já tinha feito e eu manifestaria da parte do Governo Brasileiro o desejo de retirá-las o mais prontamente que nos fosse possivel.”

“Estas notas não envolvem a obrigação de retirar nossas forças, só manifestam um fato e uma intenção, que dependerão e dependem exclusivamente da vontade de cada um dos dois governos. Na discussão se me disse mesmo que não se opunha o Governo Argentino a que permanecessem forças brasileiras, durante a eleição do novo Governo Paraguaio, mas que convinha desvanecer a desconfiança de que os aliados desejavam prolongar a sua occupação.”

“A desocupação obrigatória da Vila Ocidental repugnava ao Governo Argentino, pela consideração de que poderia enfraquecer o seu direito na questão de limites. Confessou-se-me que o próprio Go-

verno Argentino reconhece que a ocupação fora um passo prematuro e excusado.”

E assim chegaram os plenipotenciários a um projeto de protocolo (9 de maio de 1870) para ser *negociado e firmado depois* em Assunção, com os membros do Governo Provisório.

Ei-lo:

Art. 1.º Fica estabelecida a paz entre o Império do Brasil, a República Argentina, a República Oriental do Uruguai e a República do Paraguai.

Art. 2.º O Governo Provisório da República do Paraguai *aceita expressamente as estipulações do Tratado de primeiro de maio de mil oitocentos e sessenta e cinco, como condições preliminares de paz; salvo qualquer modificação* que, por mútuo assentimento, e no interesse da República do Paraguai, possa ser aditada no tratado definitivo.

Art. 3.º Em consequência do que é declarado no artigo anterior, o governo paraguaio se reconhece obrigado à celebração dos Tratados de paz a que se refere o de 1.º de maio, entendendo-se estabelecido desde já que a navegação do alto Paraná e do rio Paraguai, nas águas territoriais da República deste nome, fica franqueada aos navios de guerra e mercantes das nações aliadas, livres de todo e qualquer onus, e sem que possa impedir-se ou estorvar-se de nenhum outro modo a liberdade dessa navegação comum.

Art. 4.º Os poderes aliados comprometem-se a não influir, direta nem indiretamente, na reorganização política e eleição do governo permanente, devendo, consequentemente, tomar as disposições convenientes, de inteligência com o Governo Provisório, se ao tempo da dita eleição existirem ainda forças aliadas no território paraguaio.”

Art. 5.º Fica entendido que, enquanto permanecerem forças aliadas no território paraguaio, continuarão subsistentes as condições 5.ª e 7.ª do citado Acordo de 2 de junho, relativas à jurisdição militar dos generais aliados, assim como a 8.ª somente no que respeita aos artigos destinados ao consumo dos exércitos.

Art. 6.º Os Tratados, a que se refere o de 1.º de maio de 1865, serão celebrados logo depois de eleito o governo permanente da República do Paraguai, e o Governo Provisório promete que essa eleição se verificará, o mais tardar, no prazo de tres meses, contados da data do presente Acordo, segundo as disposições já decretadas.

Art. 7.º No caso de demorar-se a eleição do governo permanente da República do Paraguai por mais de três meses, os governos aliados combinarão entre si sobre a resolução que devam tomar para concluir os ajustes definitivos de paz, os quais, no interesse de todos, não podem ficar adiados por muito tempo.”

Este projeto foi levado a Assunção e aí apresentado ao Governo Provisório. Abriram-se sobre ele negociações entre Cirilo Rivarola e Carlos Loizaga, de um lado, e Paranhos e o general Júlio de Védia, do outro. (18) Celebravam-se conferências nos dias 24, 26, 28 e 31 de maio de 1870.

Os membros do Governo Provisório declararam aceitar o projeto, mas com uma modificação no artigo 2.º, a que propuseram dar esta redação: "Art. 2.º O Governo Provisório da República do Paraguai *ratifica* uma vez mais as declarações anteriores, que fez ao aceitar o Protocolo de 2 de junho do ano próximo passado e, por conseguinte, aceita em sua substância (*en su fondo*) o Tratado da tríplice aliança, celebrado em Buenos Aires, no primeiro de maio de 1865, reservando-se para os ajustes definitivos com o governo permanente *as modificações deste mesmo Tratado, que possa propor o governo Paraguaio no interesse da República.*"

Os plenipotenciários aliados aceitaram a emenda e firmaram, a 20 de junho de 1870, o protocolo definitivo. Nele figuram integralmente todos os artigos do projeto, menos o segundo, cuja redação foi mudada pela da proposta paraguaia. (19)

Salta à vista que o Governo Provisório quis esquivar-se à exigência da aceitação expressa do tratado de 1.º de maio de 1865 (*salvo qualquer modificação que, por mútuo assentimento e no interesse da República do Paraguai, pudesse ser adotada no tratado definitivo*). Preferiu trocar essa fórmula pela de *aceitação em seu fundo*, reservando, todavia, ao novo governo paraguaio o direito de propor modificações. Firma-se, portanto, com decisão na doutrina em que a própria República Argentina lhe declarou inspirar-se (nota de 27 de dezembro de 1869), quando do incidente da ocupação de Vila Ocidental, a saber: *que a vitória não dá às nações aliadas direito para declarar, por si, limites seus àqueles que o tratado assinala*".

(18) A Argentina foi representada em Assunção pelo general Júlio de Védia, O Uruguai não esteve presente. Adolfo Rodríguez voltou de Buenos Aires para seu país logo depois de firmado o acordo de 9 de maio.

Em ofício aos seus colegas plenipotenciários (10 de maio), disse-lhes não lhe ser possível ir a Assunção tomar parte nas conferências, mas que o governo oriental aderiria às estipulações que eles *acordassem e concluíssem com o Governo Provisório do Paraguai sobre as bases contidas no referido projeto*.

(19) O governo oriental aderiu, pouco tempo depois. (Nota de Adolfo Rodríguez a Paranhos, em 1.º de agosto de 1870).

Convem reproduzir aquí um trecho da ata da conferência de 20 de junho, porque regista com absoluta clareza o pensamento dos negociadores:

"Durante a discussão foi dito, por parte de SS. Ex. os Senhores membros do Governo Provisório da República do Paraguai, que, pelo sobredito art. 2.º substitutivo, entendiam *deixar-se* ao governo Paraguaio *plena liberdade* para propor e sustentar, *relativamente aos limites*, quando se tratar dos ajustes definitivos, o que julga conforme aos direitos da República, não podendo da *aceitação genérica*, que consagra o mesmo artigo, deduzir-se que ficou resolvida essa importante questão territorial nos termos do Tratado da tríplice aliança."

"S. Ex. o Sr. Plenipotenciário argentino concordou com esta resolução, declarando que as intenções retas e amigáveis do seu governo não puderam ser melhor manifestadas do que o foram em suas notas relativas à ocupação da Vila Ocidental. Que aí está bem expresso que *o Governo Argentino não quer usar do seu direito de vencedor para resolver a questão de limites, mas dirimí-la por um acordo amigável à vista dos títulos de uma e outra parte.*"

"S. Ex. o Sr. Plenipotenciário brasileiro confirmou também, por sua parte, a inteligência que acima se dá ao art. 2.º substitutivo, *não sendo intenção dos governos aliados conquistar territórios pelo direito da vitória*, mas exigir somente o que é de seu perfeito direito, respeitando igualmente a integridade territorial da República, como solenemente declararam no mesmo Tratado de 1.º de maio de 1865."

CAPÍTULO VI

O governo brasileiro ouve o Conselho de Estado sobre o ajuste de paz com o Paraguai — Reação contra a doutrina de Mariano Varela — Bartolomeu Mitre é ouvido pelo governo argentino.

Enquanto Paranhos se esforçava em Assunção para que os aliados combinassem, pelo menos, um acordo preliminar de paz, que pudesse ser presente ao Governo Provisório do Paraguai, o Governo Imperial mantinha-se inquieto e duvidoso do bom êxito dessas negociações.

No intuito de prever o futuro, ele decidiu-se a ouvir o parecer do Conselho de Estado.

Expôs-lhe os antecedentes da questão, e o pé em que se encontrava nesse momento, em vista das modificações que a Argentina desejava fazer no projeto de Paranhos (20), e solicitou-lhe o seu parecer sobre estes pontos:

1.º “No caso de que o Governo Argentino persista em não tratar com o Governo Provisório da República do Paraguai, ou as modificações por ele propostas sejam de natureza tal que não possam ser aceitas pelo Plenipotenciários Brasileiro e Oriental, *pode e deve o Brasil tratar separadamente com o Governo Provisório do Paraguai sobre os preliminares de paz?*”

“Decidindo-se pela afirmativa:

“2.º Deverá exigir, pelo acordo preliminar, mais ou menos do que as condições que ficam acima indicadas?” (21)

(20) É o contra-projeto apresentado pelo general Védia e de que o Governo Brasileiro só possuía, então, notícias vagas.

(21) Refere-se aos pontos indicados por Paranhos, na carta que escreveu a Varela, com ligeiras modificações feitas pelo Governo Brasileiro.

“3.º Deverá ressaltar não só os seus direitos, como também o dos aliados?”

“4.º Considerar-se-á por este fato rota a aliança ou, não obstante ele, poderão os aliados novamente entender-se para a celebração do tratado definitivo?”

“5.º Se o Governo Argentino der, por este ou por qualquer outro fato, a Aliança como rota, deve o do Brasil aceitar simplesmente a declaração?”

“6.º Se aceitá-la, cessam para nós as obrigações que contraímos para com a República Argentina em virtude do tratado de 1.º de maio de 1865?”

O Conselho de Estado reuniu-se no dia 26 de abril de 1870 (22).

O visconde de Abaeté foi de opinião que o Governo Provisório do Paraguai não estava habilitado para celebrar os tratados definitivos, os quais “deveriam ser feitos com governos permanentes”. Respondeu negativamente ao 4.º quesito e ao 6.º, e afirmativamente ao 5.º.

O visconde de São Vicente achou preferível que o governo imperial tratasse com o governo permanente do Paraguai. “A ter de pôr-se em conflito com o aliado, reserve-se isso para quando for indispensável, mas não se precipite o fato”.

Nabuco de Araujo opinou pela negativa quanto ao primeiro quesito.

“O Governo do Brasil não deve tratar separadamente com o Governo Provisório do Paraguai sobre os preliminares de paz.”

“A guerra foi feita pelos Aliados, a paz deve ser também feita por eles; é esta uma condição do Tratado de Aliança, art. 6.º”.

“Se, como está estipulado nesse Tratado, os tratados definitivos devem ser coletivos, a consequência é que o tratado preliminar o seja, porque o tratado preliminar é a base dos tratados definitivos, e estes a sanção e complemento daquele.”

O visconde de Sapucaí concordou nuns pontos com o visconde de São Vicente e em outros com Nabuco.

Souza Franco pensava que se devia tratar com o Governo Provisório, se o governo Oriental estivesse de acordo; no caso contrário, esperar.

Respondeu afirmativamente ao 4.º quesito; as condições futuras, porém, serão as que devam regular o procedimento do Governo Imperial.

Torres Homem declarou que, “nos termos do tratado de 1.º de maio, o Governo do Brasil não deve tratar separadamente com o Go-

(22) Alguns pareceres são longos. Vou extrair de cada um o que me parecer mais interessante.

verno Provisório do Paraguai sobre os preliminares da paz, salvo o caso em que os aliados, sem motivo justificado e com prejuízo dos interesses da aliança, recusem tratar com o referido governo. Não julgava procedente, para explicar a recusa do Governo Argentino, o argumento de que o Governo Provisório do Paraguai carecia de capacidade para tratar, e que seria preciso que outro se constituísse mais regularmente e podendo exercer com liberdade os direitos de soberania.

A guerra, sendo aplicação de força para compellir o governo estrangeiro a aceitar as exigências ou reclamações do beligerante que a declarou, é óbvio que a vitória que termina a guerra exclue a liberdade de deliberação do vencido acerca das questões que deram motivo ao apelo para as armas. A regra, que foi aquí invocada, do direito civil para validade dos contratos, não pode, de modo algum, ter referência aos tratados impostos pela vitória, a qual constitue a sentença em última instância contra o vencido. De sorte que a guerra, com todos os seus sacrifícios e calamidades, não teria fim, nem efeito algum, se o vencido pudesse opor a essa sentença a sua liberdade de ação e os direitos de sua soberania. Por outro lado, é também geralmente admitido no direito internacional que, concluída a guerra pelo triunfo de um dos beligerantes, o primeiro governo de fato que se estabelecer, uma vez que seja obedecido pela maioria da população, tem a capacidade necessária para entrar nos ajustes preliminares de paz com o inimigo. Isso tem sido entendido no próprio interesse da nação vencida, porque, a não ser assim, se prolongariam os horrores da guerra até a constituição definitiva de um poder regular. A vista destas considerações — conclue Torres Homem — é minha opinião que se deve insistir com o Governo Argentino para impor ao Governo Provisório do Paraguai o tratado preliminar de paz, cujas estipulações, firmando as bases da aliança na ocasião de empenhar-se a guerra, não podem deixar de ser aceitas, tanto pelo Governo Provisório, como pelo permanente.”

O visconde de Bom Retiro achou que se podia tratar com o Governo Provisório do Paraguai e que o Governo da Argentina não tinha o direito, fossem quais fossem as razões do seu escrúpulo, de recusar-se a tomar parte na convenção preliminar de paz.

O barão das Três Barras foi de parecer que o Governo *podia e devia* tratar com o Governo Provisório o acordo preliminar de paz, até mesmo separadamente, dada a hipótese figurada na consulta, mas que seria para desejar chegassem os aliados a um acôrdo.

Carneiro de Campos entendia que se podia tratar. O Governo Imperial devia insistir e, no caso extremo, tratar com quem o quisesse seguir.

Todos esses pareceres esclareceram, sem dúvida, melhor certos pontos do problema, mas não tiveram, como já vimos, a mínima influência sobre o procedimento de Paranhos nessa fase das negociações entre os aliados.

O protocolo de 20 de junho de 1870 e, principalmente, as explicações dadas pelo plenipotenciário argentino durante as negociações, demonstram que a República Argentina se mantinha aparentemente firme no seu propósito de não fazer questão fechada dos limites previstos no tratado de 1.º de maio de 1865 e de deixar ao vencido a liberdade de impugná-los e discutí-los.

O Império, a quem esse ponto de vista causara surpresa e admiração, conformara-se com ele, sem dúvida, porque lhe pareceu que essa interpretação proporcionava excelente meio de evitar-se o perigo denunciado pelo Conselho de Estado em novembro de 1865, isto é, de pôr-se um freio às pretensões desmedidas de sua aliada no território do Chaco.

Na própria Argentina já havia, entretanto, surgido uma reação contra a doutrina de que a *vitória não dá direitos*, expressa por Mariano Varela, em sua nota ao Governo Provisório do Paraguai, relativa à ocupação da Vila Ocidental.

Precisamente no momento em que a chamada *doutrina argentina* firmava em Assunção — conta o professor Leon Suarez — o protocolo de 20 de junho, era o general Bartolomeu Mitre convidado para uma conferência com o Governo Argentino.

Eis como ele próprio a relatou:

“Lançadas ao vento estas palavras inconsideradas, a que se dá o nome de doutrina, não tardaram em sentir-se os seus funestos efeitos: os interesses dos aliados ficavam divididos e fazia-se do Governo Provisório do Paraguai o árbitro dos ajustes preliminares da paz.”

“A dissidência manifestou-se no seio do próprio gabinete nacional.”

“O dr. Mariano Varela, então ministro das relações exteriores, convidou o general Mitre para uma conferência oficial, em nome do Presidente da República.”

“Esta conferência realizou-se no salão do Governo, estando presentes o sr. Presidente Sarmiento e todos os seus ministros, os srs. Velez Sarsfield, Avelaneda, Gorostiaga, Gainza e Varela. O general foi interrogado sobre o estado das negociações com o Paraguai.

“Disse então o general Mitre: que o governo argentino não podia sustentar que a vitória não dava direitos, quando precisamente havia comprometido o país em uma guerra para afirmá-los pelas armas. Que, se a vitória não dava direitos, a guerra não havia tido razão de

ser, visto como, afinal, eles nada tinham conseguido e tudo vinha a ficar no *statu quo ante bellum*. Que sustentar tal doutrina era assumir perante o país tremenda responsabilidade, declarando-lhe que seu sangue derramado, seus tesouros despendidos e todos os seus sacrifícios feitos não haviam tido outro resultado senão pôr tudo novamente em questão. Que em tal caso o tratado de aliança não teria razão de ser e se rompia a solidariedade entre os aliados, que a haviam levado a cabo até triunfar unidos. Que, embora conforme com a idéia de que devíamos ser generosos com os vencidos, achava que não devíamos elevar esta generosidade à categoria de princípio absoluto, declarando que a vitória não dá direitos, visto que isso, não só nos fazia perder as vantagens adquiridas à custa de grandes esforços, senão que destarte também condenávamos a própria guerra, pois declarávamos que havíamos derramado o sangue e os tesouros do povo argentino para restabelecer as coisas no seu estado anterior, privando-nos, assim, até do mérito da generosidade.”

“Estas idéias, que ninguém contraditou, foram aceitas pelo governo nacional e, em consequência delas, ditaram-se novas instruções ao comissionado argentino em Assunção, que era então o general d. Júlio Védia, modificado as que anteriormente lhe haviam sido expedidas. Porem já era tarde. O governo provisório do Paraguai, forte com a declaração e a promessa do Governo Argentino, sustentou o direito de discutir os seus títulos territoriais, fazendo modificações no tratado de aliança, que de antemão havia imposto as condições da paz.” (23)

Mitre escreveu ainda :

“Silva Paranhos, representante do Brasil no Rio da Prata, tomando a defesa de nossa causa contra os nossos próprios erros, sustentou a doutrina, solicitando de nosso governo que não malograsse, assim *ligeiramente*, as fontes da vitória, tornando ilusórios os propósitos e as ulterioridades do tratado de aliança”. Num *memorandum* em que contestava os argumentos do plenipotenciário argentino, o qual propugnava a doutrina de se não imporem as condições de paz estipuladas no tratado de aliança, escreveu Paranhos: “a benevolência dos aliados ultrapassaria os limites da razão e da prudência se fosse levada até o ponto de se lhe sacrificarem os próprios fins da aliança.” (24)

(23) José Leon Suarez — *Diplomacia Universitária Americana* — Páginas 339-340.

(24) *Ibidem* — Pág. 341.

“Convencido e arrependido de uma política que, além de prejudicial, era incerta e perigosa, — escreve Leon Suarez — quis Sarmiento volver à aliança, conforme lhe aconselhava seu inimigo, o general Mitre.”

“A atitude de Sarmiento, se não faz honra ao estadista, fá-lo e muito à boa fé do homem.”

“Mariano Varela, cidadão digno e de idéias políticas pessoais, abandonou a pasta das Relações Exteriores em agosto de 1870 e foi substituído pelo dr. Carlos Tejedor.”

O leitor está agora inteirado de acontecimentos que lhe permitirão compreender de relance os sucessos posteriores.

Sarmiento vai mudar de frente por intermédio de Tejedor, mas fal-o-á de vagar, consoante as oportunidades. O Império, porém, a quem ele já uma vez arrastou e fez mudar de parecer, *não voltará mais atrás.*

SEGUNDA PARTE

Novas negociações para o tratado de paz definitivo — Negociação direta e separada do Brasil com o Paraguai — Celebração dos tratados definitivos entre estes dois países

CAPÍTULO I

Reune-se a Convenção Nacional Constituinte em Assunção — É eleito o primeiro presidente constitucional — Os aliados buscam celebrar o tratado de paz definitivo — Paranhos volta ao Rio da Prata — Instruções que lhe dá o marquês de São Vicente — Os plenipotenciários estudam o projeto de tratado de paz — O que ficou combinado — Esclarecimentos dados por Paranhos ao governo brasileiro.

A 15 de agosto de 1870 reuniu-se em Assunção a Convenção Nacional Constituinte. A 24 de novembro era eleito o primeiro presidente constitucional da República, e a 25 jurada e sancionada a nova constituição.

Estando assim organizado o governo normal, podiam os aliados entrar com ele em negociação para os ajustes definitivos de paz.

O Império mandou, com esse fim, ao Rio da Prata o conselheiro Paranhos. O nosso plenipotenciário saiu do Rio de Janeiro a 13 de outubro de 1870. Levava instruções, firmadas na véspera, pelo marquês de São Vicente, sobre o modo de negociar o futuro tratado de paz.

As instruções são extensas, porem o que nelas mais nos interessa saber é o seguinte:

São Vicente distingue no tratado definitivo de paz três ordens de estipulações: 1.^a, as que são comuns a todos os aliados e à República do Paraguai; 2.^a, as que são assunto para tratados especiais; 3.^a, as que constituem compromissos privativos dos aliados. “No segundo caso compreendem-se os ajustes de limites e os tratados de comércio e navegação.”

Haverá, pois, um *tratado comum* e *tratados especiais*. “Naquelle se estipulará que as questões de limites serão ajustadas ao mesmo tempo, *mas em atos separados*, um concernente ao Brasil e outro à República Argentina.”

“A fortaleza de Humaitá e as fortificações que López levantou durante a guerra estão arrasadas.” O protocolo de 1.º de maio, anexo ao tratado da triplíce aliança, exige ainda a proibição de se levantarem outras que possam servir para obstar o trânsito fluvial. O atual governo argentino mostra-se oposto a esta restrição da soberania paraguaia. Além disso, o referido protocolo não foi aprovado por um dos ramos do poder legislativo da Argentina. A verdade, porém, é que já teve execução quanto ao arrasamento das fortificações e à divisão por igual das presas de guerra.

A oposição da Argentina coloca mal o Brasil em face do Paraguai.

Este “poderia alegar que impedimos ao mais fraco a defesa do seu território, ao mesmo tempo que fica livre aos argentinos levantarem fortificações em frente a esse território, visto que os argentinos são ribeirinhos da margem esquerda do Paraná e o terão de ser da margem direita do rio Paraguai, segundo o Tratado de 1.º de maio.”

Caso não se obtenha acordo entre os aliados para alcançar esse objetivo, o Brasil desistirá dele, “não porque isso satisfaça ao Governo Imperial, mas unicamente para solver o dilema.”

Sobre o *Tratado de limites*, São Vicente pondera o seguinte:

“O tratado de 1.º de maio reconheceu como território argentino o de Missões e toda a margem direita do Paraguai, até a Baía Negra”, onde os argentinos não tinham posse alguma.”

“Felizmente, as declarações do nosso Aliado de que não quer usar do direito de vencedor para obter o reconhecimento do seu alegado direito ao Chaco, a séria relutância já manifestada por parte do Paraguai à perda desse território, e, sobretudo, a declaração que V. Ex. (Paranhos) obteve em suas conferências com o Plenipotenciário Argentino, dr. Mariano Varela, que, então, reunia o cargo de ministro das Relações Exteriores, atenuam muito as dificuldades que esta questão apresentava.”

“O Governo Argentino declarou a V. Ex. (isto também está no conhecimento do Governo Paraguaio) que não pretende passar do Pilcomaio. É, na verdade, o mais que pode pretender, sem fazer uma grande violência ao Paraguai. É ponto este sobre que V. Ex. deve empregar todo o esforço.”

“Nesse caso a divisa argentina deve ser o braço meridional daquele afluente. Ficará para ser decidida entre a República do Paraguai e a Bolívia, a propriedade da zona fluvial que se estende do Pilcomaio até a Baía Negra.”

“Não temos, em rigor, que intervir na questão da Bolívia ou seja com a República Argentina, a qual disputa a parte do Chaco que fica ao sul daquele afluente, ou seja com a República do Paraguai. O que

nos cumpre é resolver, como o temos feito, pela forma mais conveniente, a nossa responsabilidade para com aquela República.”

O momento não lhe parece oportuno para que o Paraguai, a Argentina e a Bolívia liquidem a sua questão do Chaco. Se o fosse, ele aconselharia ao Paraguai que limitasse o seu domínio no Chaco até o afluente mais próximo à embocadura do Apa, ficando pertencendo à Bolívia o terreno para o norte.

Recomenda a Paranhos que empregue esforços para que a ilha do Atajo fique paraguaia ou seja neutralizada, sem que se possam construir nela obras de defesa, afim de se evitar “a questão que se tem suscitado a respeito de Martim Garcia.”

Quanto aos limites do Brasil, poderemos recuar do Igureí para o salto das Sete Quedas (divisa já em outro tempo proposta pelo próprio Governo Paraguaio), mas isto só se o nosso aliado *se mostrar generoso quanto ao território do Chaco*.

Paranhos chegou a Buenos Aires a 16 de novembro de 1870. Nesse mesmo dia visitou Tejedor, ministro das Relações Exteriores de Sarmiento. Trocaram idéias, particularmente sobre o local mais apropriado à elaboração do tratado definitivo de paz, se Buenos Aires ou Assunção. Tejedor opinava por Buenos Aires. Paranhos cedeu em parte, como veremos. Ficou assentado que os três plenipotenciários, a saber: Paranhos, Tejedor e Adolfo Rodriguez, se reuniram na capital argentina para assentar um projeto de tratado de paz definitivo. Logo que ele ficasse elaborado, estando todos de perfeito acordo, seria levado a Assunção para ser presente ao Governo do Paraguai, com o qual prosseguiriam as negociações.

As conferências para a consecução desse primeiro objetivo começaram no dia 9 de dezembro de 1870 e terminaram a 25 de janeiro de 1871. Foram em número de 10 e ficaram resgistadas em protocolos especiais. (25)

Na conferência inicial, Tejedor foi o primeiro a usar da palavra.

Declarou que seu governo houvera preferido que toda a negociação dos ajustes definitivos com o Paraguai se iniciasse e concluísse em Buenos Aires, tomando nela parte um representante dessa República, mas que aceitava o meio conciliatório proposto por Paranhos, segundo o qual os aliados celebrarão na capital argentina o acordo que deve preceder à negociação com o Governo paraguaio, tomando em consideração e resolvendo todos os pontos que o tratado de aliança deixou pendentes.

(25) As minhas transcrições vão reproduzir-lhes quasi integralmente certos trechos.

Paranhos explicou que tivera principalmente em vista com o seu alvitre a dificuldade de o Governo paraguaio se fazer representar em Buenos Aires para os ajustes de que se trata, e a perda de tempo que ocasionariam duas negociações, uma em Buenos Aires, com o plenipotenciário do Paraguai, e outra em Assunção, para se obter a ratificação do que tivesse sido ajustado naquela capital e assegurar o seu imediato cumprimento.

Observou que o Governo Imperial preferiria ver as negociações serem iniciadas e concluídas em Assunção, porque aí os plenipotenciários se poriam logo em contacto com o Governo Paraguaio e procederiam, desde o seu primeiro acordo prévio, com perfeito conhecimento das disposições em que se acha esse mesmo governo. Apesar disso, não hesitou em propor o meio que satisfaz, tanto quanto possível, ao desejo do Governo Argentino, certo como está do sentimento de amizade e deferência do seu Governo para com os aliados.

Todos os plenipotenciários concordaram em organizar um tratado geral de paz com as disposições de interesse comum, e em atos especiais e separados os ajustes de limites, bem como o que devesse ficar ao livre arbítrio de cada uma das partes interessadas no tocante às indenizações de gastos e prejuízos de guerra. (26)

O plenipotenciário argentino declarou que adotava a separação concernente aos ajustes de limites sob a condição de que não haveria para o seu governo acordo definitivo entre os aliados, sem que ficassem resolvidos os pontos que devem compreender os ajustes definitivos de paz com o Paraguai, inclusive o de limites.

Os plenipotenciários convieram em que o tratado comum devia prender-se ao ajuste de limites e que nem o Governo Argentino, nem o do Brasil seriam obrigados a firmar com o Governo Paraguaio o tratado comum, se o direito territorial não fosse ao mesmo tempo reconhecido.

Sendo os ditos ajustes e a cláusula do protocolo anexo ao tratado de 1.º de maio de 1865, os dois pontos que poderiam exigir mais acurado exame, propôs Tejedor que se começasse por eles. Decidiu-se, porém, assentar primeiro o acordo relativo às disposições do tratado comum, reservando para lugar mais próprio a discussão da cláusula contida no protocolo anexo e, por fim, a questão de limites.

A segunda conferência realizou-se a 13 de dezembro e a terceira a 15. Naquela, o plenipotenciário brasileiro apresentou os seis primeiros artigos do tratado comum, que havia redigido por encargos dos colegas. Sua discussão foi reservada para a conferência seguinte.

(26) Era o que o marquês de São Vicente havia recomendado, em suas instruções.

Em seguida o mesmo plenipotenciário propôs que se decidisse a questão preliminar de admitirem ou não os aliados que o Governo Paraguaio, baseando-se em sua atual constituição política, tornasse dependente de aprovação do respectivo congresso os ajustes de paz.

“Depois de refletido exame da dúvida que a esse respeito possa ser apresentada pelo Governo Paraguaio, convieram os plenipotenciários em que, não só as razões de direito, mas também as de conveniências recíprocas para as nações aliadas, e para o próprio Paraguai, excluem no presente ato a intervenção do Congresso Paraguaio e a dilação que daí proviria.”

As regras estatuidas em a nova Constituição sobre tratados ou convenções internacionais não são applicáveis ao caso da guerra do Paraguai, que lhe é anterior, como também não o são as da entrada e permanência de estrangeiros no território paraguaio.

O acordo preliminar de paz, de 20 de junho de 1870, determinou que os ajustes definitivos seriam celebrados com o governo permanente, o mais tardar, três meses depois. Ora, esse acordo é lei da República, nos termos de sua Constituição; parece, portanto, que o governo permanente está por esse ato autorizado e obrigado a tratar com os aliados, sem dependência de aprovação do Congresso, o que não exclue que ele lhe dê conhecimento oportunamente dos referidos ajustes depois de sancionados. Estando todos de acordo, a questão foi decidida por unanimidade.

Na conferência de 15 de dezembro aprovaram-se os seis primeiros artigos do tratado de paz.

O artigo 2.º dizia que os limites da República Argentina seriam ajustados e definidos em tratados especiais, de conformidade com o artigo 16 do tratado de aliança de 1.º de maio de 1865 e com o acordo preliminar de paz de 20 de junho de 1870. Os ditos tratados de limites constituiriam atos distintos e separados do tratado geral, mas seriam assinados simultaneamente com este e teriam a mesma força e valor como se dele fizessem parte.

A 19 de dezembro celebrou-se a 4.ª conferência e a 27 a 5.ª. Nesta última estudaram-se e aprovaram-se, com ligeira alteração, os outros artigos (de 7 a 14) referentes à liberdade e trânsito fluvial, lidos na 4.ª conferência.

A 6.ª ocorreu a 30 de dezembro e a 7.ª a 14 de janeiro de 1871. Foram registadas num só protocolo (de n. 6).

Estudaram-se as garantias da independência do Paraguai, a sua neutralidade e outras estipulações tendentes à consolidação da paz futura e à segurança do comércio e navegação. Os seis artigos (de 15 a 20) foram aprovados.

Conveiu-se em adiar para a próxima conferência a discussão da cláusula contida no protocolo de 1.º de maio anexo ao tratado de aliança. Na mesma ocasião se trataria da questão de limites e dos termos em que se deveria estipular a desocupação militar do Paraguai.

A 8.ª conferência realizou-se a 17 de janeiro e a 9.ª a 20 (protocolo n. 7).

O plenipotenciário brasileiro recordou os antecedentes da questão de limites, que constam do tratado de 1.º de maio, dos *memoranda* e notas referentes ao estabelecimento do Governo Provisório, das notas relativas à ocupação de Vila Ocidental e do acordo de 20 de junho de 1870.

Trocaram-se idéias sobre o assunto.

Tejedor observou que não era somente entre os aliados que o direito territorial da República Argentina e o do Brasil deviam ser discutidos. Que semelhante discussão antecipada, sobre hipótese de aceitação ou não aceitação por parte do Paraguai, era prematura e não podia deixar de constranger a todos. Que o exame do direito argentino e do brasileiro deveria ter sido feito antes, quando se negociou o tratado de 1.º de maio; que era, porem, inutil toda vista retrospectiva a este respeito, visto, pelo acordo preliminar de paz, *se ter dado* ao Governo Paraguaio o *direito de entrar em discussão com os aliados* sobre este ponto e de *propor as modificações* que julgasse razoáveis ou justas. Que, portanto, era lógico e prudente reservarem os aliados sua resolução definitiva daquela importante questão para ser tomada durante a negociação com o Governo Paraguaio, depois de conhecerem as pretensões deste e os títulos em que as assenta.

Adolfo Rodríguez expressou o mesmo pensamento; seu governo sempre estivera persuadido de que não se podiam resolver entre os aliados questões de direito territorial sem ouvir a outra parte interessada, isto é, o Governo do Paraguai.

Paranhos observou que fora para desejar que, como indicou Tejedor, a estipulação do tratado de aliança, no que respeita a limites, resultasse de um exame consciencioso do direito do Brasil e do da República Argentina; mas que, de fato, não se instituiu esse exame prévio e cumpre reconhecer que era então menos difícil do que atualmente, já pela importância e natureza do assunto, já pela pressão das circunstâncias. Que os governos aliados procederam reciprocamente com absoluta confiança e certos de que, nos ajustes finais, os guiaria a mesma prudência e os mesmos sentimentos de mútua amizade e moderação. Concordou com Rodríguez em que, ainda quando o acordo preliminar de paz o não dissesse expressamente, os aliados não poderiam vedar ao Paraguai toda discussão sobre limites,

porquanto é também estipulação expressa do tratado de aliança que se respeitará a integridade territorial da República.

Considerou-se em seguida a cláusula do protocolo anexo ao tratado de 1.º de maio.

Paranhos apresentou o artigo concernente ao assunto, que redigiu assim:

“Estando garantidas, nos termos dos arts. 15.º, 16.º e 17.º a independência, integridade territorial e neutralidade da República do Paraguai, esta se obriga a não levantar, sobre o seu litoral e ilhas, fortificações ou baterias que possam impedir a liberdade de navegação comum.”

Tejedor, plenipotenciário argentino, tomou a palavra e explicou o que se passara no Congresso de seu país, com relação ao assunto. Disse que esse Congresso declarara, por ato das duas Câmaras, “que as estipulações do protocolo anexo deviam ser submetidas à sua aprovação para terem força de lei e serem consideradas parte do tratado.”

O plenipotenciário oriental afirmou que o poder legislativo de seu país aprovara todas as estipulações do pacto de aliança.

Paranhos disse que o protocolo anexo era parte *integrante e solidária do teor das estipulações da aliança*, e que não era lícito a nenhuma das Partes Contratantes aceitar com restrição as estipulações, acordadas sem o assentimento dos outros signatários do mesmo ato. Ora, esse assentimento não fora pedido nem ao Brasil nem ao Uruguai. Por outro lado, as resoluções do Congresso Argentino *ficaram no segredo de suas sessões secretas*.

Fez sentir que o Governo brasileiro não podia deixar de considerar como perfeita a ratificação da Argentina ao tratado de Aliança e descansar na fé dos atos públicos solenes, tanto mais quanto o Protocolo fora executado de comum acordo durante a guerra, até no tocante à demolição das fortalezas, e invocado mais de uma vez pelos generais argentinos como a lei regulara para a divisão do armamento e das outras presas de guerra do inimigo.

Não foi possível chegar a acordo. O plenipotenciário argentino de nenhum modo queria sancionar as exigências do protocolo anexo, em que via, examinando melhor o assunto, um princípio atentatório à autonomia do Paraguai, princípio que ele mesmo violava e a que jamais se submeteria. Já sabemos que o Império estava disposto a ceder neste ponto, se fosse preciso. Apesar disso, Paranhos propôs que as disposições do protocolo anexo, fossem adiadas, como a questão de limites, para serem decididas com o Governo Paraguaio.

Como resumo das deliberações tomadas, assentou-se o seguinte:

“1.º Que os plenipotenciários do governo dos aliados iriam negociar com o Governo Paraguaio, de conformidade com o acordo prévio, que se menciona nos protocolos das presentes conferências.”

“2.º Que a respeito dos ajustes de limites, e da cláusula do protocolo anexo ao tratado de 1.º de maio, procederiam na forma proposta pelos Srs. Plenipotenciários argentino e brasileiro.”

No dia 25 de janeiro de 1871, celebrou-se a 10.ª e última conferência (protocolo n. 8).

Combinou-se a retirada das tropas da aliança e a entrega dos prisioneiros e desertores.

O artigo sobre a retirada das tropas ficou assim redigido:

“Estando definitivamente restabelecida a paz entre as Potências signatárias, o Governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil e o da República Argentina farão retirar as suas forças, que ainda ocupam território paraguaio, dentro de três meses, contados da troca das ratificações do presente tratado ou antes, se for possível.”

Estava finda a primeira parte da tarefa a que se haviam entregue os aliados. Tinha-lhes sido possível elaborar de comum acordo um projeto de tratado de paz com o Paraguai, embora deixando de lado, para negociação posterior e direta com o governo dessa República, a questão de limites e as determinações do protocolo anexo.

Antes de referir o que depois ocorreu, julgo conveniente transcrever trechos de uma comunicação de Paranhos ao governo do Brasil, escrita em Buenos Aires, pouco depois (10 de fevereiro de 1871), porque esclarece certos pontos capitais melhor do que a narrativa demasiado sintética dos protocolos.

Diz Paranhos:

“O plenipotenciário argentino, como manifesta o protocolo n. 1, tinha feito declaração expressa de que não haveria para o seu governo acordo definitivo entre os aliados, se não fossem resolvidas desde logo todas as questões que deixou pendentes o tratado de aliança, inclusive o de limites.”

“Pretendia ele, como deu claramente a entender nas primeiras conferências, e nas conversações que a precederam e acompanharam, que nesta negociação prévia ficasse reconhecido expressamente pelos aliados o direito territorial da República Argentina nos precisos termos do art. 16 do tratado de 1.º de maio.”

Como vê o leitor, Sarmiento desejava agora *mudar de frente*, por intermédio de Tejedor.

Paranhos continua:

“Eu comecei, quando chegou o momento de considerar especialmente essa importante questão, por expor todos seus precedentes e as dificuldades que apresenta a pretendida solução do Governo Argentino.”

“Expus a diversidade de opiniões sobre a inteligência do art. 16 do tratado de aliança, entendendo alguns que esse artigo não resolvia as questões de limites entre os aliados, e apenas por ele o Governo Argentino e o do Brasil declararam a *base* de seu acordo com o Paraguai. Recordei que assim pensou por muito tempo o Governo Argentino, segundo as declarações feitas, em seu nome, nas conferências e atas do ajuste relativo ao estabelecimento do Governo Provisório, por ocasião de justificar a posse, que mandou tomar, da Vila Ocidental, no Chaco, e, finalmente, nas conferências e atos concernentes ao acordo preliminar de paz.”

“Sem negar que o Governo Imperial havia considerado aquela estipulação como uma das cláusulas obrigatórias do tratado de paz, salvas as concessões que por mútuo acordo quisessem fazer os aliados, fiz, todavia, sobressair as consequências da opinião manifestada em sentido contrário pelo Governo Argentino.”

“Mostrei que o dr. Mariano Varela, ex-ministro de Relações Exteriores, não só havia dado a entender, nas conferências de 1869, que o Governo Argentino se contentaria com a linha do Pilcomaio, mas que aludira em seu *memorandum* a disposições generosas nesse sentido e que eu confirmei em minha resposta a esse *memorandum*.”

“Estas manifestações, ponderei eu, estão no conhecimento do Governo Paraguaio, por confiança dos representantes dos aliados, que a julgaram conveniente para dar caracter mais amigável às suas relações com aquele Governo durante a guerra e depois para facilitar o ajuste preliminar de paz.”

“Aleguei mais que as notas relativas à ocupação da Vila Ocidental e o Protocolo explicativo do artigo 2.º do acordo preliminar de paz, dizem expressa e claramente que o Governo Argentino não queria resolver a sua questão de limites pelo direito da vitória, mas por uma discussão livre e amigável com o Governo Paraguaio, à vista dos títulos de uma e outra parte. Que cederia se o Paraguai provasse melhor direito ao território contestado”.

“Sendo estes os termos em que a questão dos limites Argentinos se achava posta pelo próprio Governo Argentino, era evidente que nem este podia exigir de seus aliados o reconhecimento prévio de *um direito que ele próprio julgava contestavel*, nem obrigar os mesmos aliados a considerar *casus foederis* a sustentação de limites

que a discussão provasse não serem legítimos, e que, demais, o mesmo Governo Argentino havia prometido modificar.”

“E tal foi, com efeito, o resultado que se obteve daquela calma e amigável discussão”.

“Para não parecer que procedíamos por um sentimento de hostilidade para com o Governo Argentino, absteve-me de propor que modificasse ele os limites; meus esforços tenderam a conseguir que o sr. Tejedor iniciasse espontaneamente esta solução, recordando todos os antecedentes de tão melindroso negócio e ponderando as dificuldades que vamos encontrar da parte do Paraguai a esse respeito.

“Sem constituir-me juiz da causa do nosso aliado, mas com a franqueza de amigo, e o direito que me dá a responsabilidade que se pretende de nós, fiz também observações sobre os títulos que uma e outra parte podem invocar quanto aos territórios contestados. E por essa ocasião contemplei a complicação que resultaria para os aliados, se estes tivessem de sustentar pela força, contra o Paraguai e como propriedade argentina, um território que é, em parte, reclamado pela Bolívia como seu.”

“O sr. Tejedor percebeu bem, e não o dissimulou, que meu pensamento era aconselhar ao Governo Argentino que se contentasse com a linha do Pilcomaio, mas não se mostrou desgostoso, e *foi ele próprio quem propôs que se adiasse a questão* para as conferências, que deviam celebrar-se na Asunción, reconhecendo que o Paraguai tem o direito de ser ouvido antes de uma resolução dos aliados sobre este ponto.”

“Não havia direito, nem conveniência, para rejeitar-se aquela proposta e nutro fundada esperança de que o Governo Argentino convenceu-se da necessidade de ceder, mas quer ceder ao vencido sem parecer que o faz por exigência de seus aliados.”

“Toda a negociação teria começado na Assunção onde vai ser concluída, se não fosse a insistência do Governo Argentino para que os plenipotenciários se reunissem em Buenos Aires e aqui celebrassem, pelo menos, o seu acordo prévio.”

Este ofício de Paranhos desenha, com extrema franqueza, o ponto de vista brasileiro, salienta a contradição do governo argentino e mostra como Paranhos levanta um sério obstáculo à mudança de frente que Sarmiento deseja realizar.

Só num ponto se equivoca o nosso plenipotenciário: é quando acredita que a nossa aliada se reserva para ceder em Assunção, diante do vencido. Dar-se-á o contrário. Ela insistirá para que o seu limite definitivo seja o do tratado de 1.º de maio e reclamará com esse intuito o apoio expresso dos aliados. Será a batalha decisiva de Sar-

miento para derrocar a doutrina que ele próprio inventara e de que agora se mostra arrependido.

Quando o Governo Imperial enviou Paranhos ao Rio da Prata, para negociar com os demais aliados um projeto do tratado de paz definitivo, não sabia evidentemente se o nosso plenipotenciário seria feliz em suas gestões. Já tinha fundamento para acreditar que a generosidade nas questões de limites prometida pela Argentina ao Paraguai, sobretudo por intermédio de Mariano Varela, havia desaparecido, e que ela agora, com Tejedor, se agarrava à letra expressa do tratado. Parecia-lhe também que o nosso aliado fazia questão de ficar senhor da ilha do Atajo. Além disso, era claro que se recusava a cumprir a primeira cláusula do protocolo anexo ao tratado de 1.º de maio (demolição de Humaitá e proibição de se construirem outras fortificações de igual natureza).

Se essa situação persistisse, que deveria fazer o Brasil?

CAPÍTULO II

O governo brasileiro ouve novamente o Conselho de Estado — O marquês de São Vicente escreve a Paranhos e manda-lhe novas instruções — Resposta de Paranhos — As negociações são transferidas para Assunção.

Apesar de já ter dado instruções a Paranhos (12 de outubro de 1870), resolveu o governo ouvir o Conselho de Estado sobre estes pontos:

1.º Se a República Argentina porventura contentar-se com a aquisição do Chaco somente até o Pilcomaio, com a ilha do Atajo e com a cessão por nossa parte da dita cláusula do protocolo (anexo ao tratado de 1.º de maio), convirá ao Brasil anuir?

2.º Se não se limitar a isso, e sim prolongar seus limites até a Baía Negra, se não desistir da ilha, mas respeitar a cláusula do protocolo, convirá aceitar?

3.º Se não ceder dos limites até a Baía Negra, nem tão pouco da ilha e, além disso denegar-se ao fiel cumprimento da referida cláusula, o que convirá ao Brasil? Ceder do seu direito ou declarar que considera o tratado prejudicado por esse ato argentino, ficando cada um dos aliados livre para tratar separadamente com o Paraguai e não devendo nenhum deles garantir ao outro?

4.º No caso de resposta negativa a ambas as partes da última questão, há algum outro expediente a seguir como preferível?

O Conselho de Estado reuniu-se no dia 7 de dezembro de 1870, §(27) e pronunciou-se desta forma (28):

O visconde de Abaeté diz que o tratado de 1.º de maio definiu os limites da Argentina; por conseguinte, o Brasil estaria obrigado a

(27) Note o leitor que, dois dias depois (9 de dezembro), Paranhos efetuava a sua primeira conferência, com Tejedor, conforme vimos.

(28) Joeiro em cada parecer o que considero mais importante.

tornar efetiva essa estipulação se a Argentina dela não cedesse. Lembra, porem, as promessas de concessões que ela já fez nesse terreno, bem como a ressalva do tratado com respeito à Bolívia.

Acha que se deve cumprir a cláusula primeira do protocolo anexo, e que a cessão que a Argentina possa fazer nos limites que pretende não compensa a supressão daquela cláusula. Quanto às ilhas do Atajo e do Apipé, não põe dúvida que seria vantajoso se pudessem ficar com o Paraguai, e melhor ainda se uma delas nos fosse cedida, mas o direito, como ele compreende, protege a Argentina.

Quanto ao 3.º quesito, opina que a recusa da Argentina de cumprir uma cláusula do tratado dá ao Brasil o direito de declará-lo prejudicado ou sem efeito. O Brasil não deve ceder; deve declarar que considerará o tratado prejudicado, “ficando cada um livre para tratar com o Paraguai, e não devendo nenhum deles garantir o outro.”

O visconde de Itaboraí acha que não convem insistir na execução do art. 1.º do protocolo anexo; 1.º porque não foi aprovado pelo Congresso da Argentina; 2.º, porque seria ineficaz para garantir a livre navegação do Rio Paraguai; 3.º, porque tal insistência nos faria passar por menos generosos para com a República do Paraguai do que o Governo Argentino.

“Pelo que toca à pretensão que possa ter o governo argentino de estender seus limites até a Baía Negra — diz Itaboraí — o tratado de aliança deu-lhe esse direito e o Brasil se obrigou a exigir que o Paraguai o reconheça, salvo o da República da Bolívia.”

Bernardo de Souza Franco entende que, “tendo o tratado de 1.º de maio estipulado que o Estado Argentino possa ter pretensões até a Baía Negra, faltaria o Brasil ao seu cumprimento se agora se lhe tentasse opor”. O Brasil deve lembrar à Argentina as suas promessas de generosidade e abster-se de qualquer ato que, tornando-o solidário com ela na ocupação do Chaco, ofenda a Bolívia; porem não é isso motivo para romper com os aliados. “A paz é a primeira necessidade do Império; e devemos mantê-la, se não a todo o custo, pelo menos ao maior custo”.

Opina que se deve insistir na cláusula relativa à proibição de se restaurarem as fortificações.

Nabuco de Araujo responde pela afirmativa ao primeiro quesito.

Acha que não podemos exigir a execução da cláusula do protocolo anexo, visto não ter sido aprovado pelo Congresso Argentino, “o que era essencial para a sua perfeição.”

“No demais, esta cláusula não tem importância prática, demolidas as fortificações de Humaitá, e no estado atual do Paraguai, que ainda será o mesmo por longo tempo.”

Quanto ao segundo quesito, entende que a atitude da Argentina sobre os seus limites nele prevista, não prejudica o tratado de tríplice aliança, "porque as questões de limites ficaram reservadas nesse tratado para tratados particulares entre cada uma das soberanias aliadas e o Paraguai".

Lembra os termos dos artigos 16 e 17 do referido tratado. Vê-se por eles que "há tratados individuais, além do tratado coletivo, que terão por objeto a livre navegação dos rios, a independência do Paraguai e outras questões de direito internacional ou de interesse geral dos aliados."

"Nesses tratados particulares de cada soberania sobre os seus limites, os outros aliados não são partes, mas somente garantes."

"Essa garantia, porem, deve o Brasil recusar ao tratado de limites da República Argentina com o Paraguai, se esse tratado envolver e prejudicar os direitos da Bolívia na margem direita do Paraguai, direitos ressalvados pela nota de 1.º de maio de 1865; se, outrossim, esse tratado compreender a ilha do Atajo, não compreendida na estipulação do tratado da Tríplice Aliança."

Recorda que os aliados teem declarado não serem as linhas de limites do tratado coisa definitiva, rigorosa e absoluta, porem dependente de discussão e de prova de direito preexistente de cada uma das partes antes da guerra."

"Seu parecer é, portanto, que não se deve considerar prejudicado o tratado pelo que diz respeito ao ajuste definitivo de paz, navegação dos rios, independência do Paraguai e outras questões de interesse internacional e coletivo dos aliados, mas que deve o Brasil retirar sua garantia quanto ao tratado de limites entre a República Argentina e o Paraguai, nas hipóteses referidas, evitando o Brasil, assim, uma grande responsabilidade moral e a cumplicidade de uma conquista."

O barão de Muritiba acha que, "pelo tratado, o Brasil não pode opor-se a que a pretensão da República se estenda até a Baía Negra, ressaltando-se, porem, os direitos da Bolívia, como se declarou no protocolo. O que se pode fazer é restringir a pretensão por transação."

O tratado de maio não garantiu expressamente aos argentinos a ilha de Atajo, porem, traçando o limite pelo rio Paraguai, entende Muritiba que o dito limite deve ser considerado segundo as regras do Direito das Gentes, em casos tais, e a regra hoje é o *thalweg*.

Seu parecer, portanto, é que se deve aceder, se não for possível obter-se a restrição das estipulações do artigo 16 do tratado e se o governo argentino respeitar a cláusula do protocolo."

Volvendo ao primeiro quesito, ajunta: Parece-me que, se o Governo Argentino contentar-se com o Chaco até o Pilcomayo, e com a ilha do Atajo, mas exigir a cessão de cláusula do protocolo, não devemos anuir facilmente, mas somente na última extremidade, porque esta cláusula dimana naturalmente dos princípios dos tratados, e sem ela parece illusória a livre navegação do rio, e até parece fundada no artigo 12 do tratado. Não posso supor que a República Argentina tenha tão incurial interesse nas fortificações que o Paraguai possa levantar, que faça desta cláusula questão de tão alta monta, como quer aparentar, nem pode já negar-se a executá-la, tendo já executado e fruido vantagens das cláusulas 2.^a e 3.^a. Desde que reconhecem o tratado, devem adotar a cláusula 1.^a do protocolo, que está no espírito daquele."

Ocupando-se do 3.^o quesito, exprime-se desta forma: "Ainda menos devemos ceder no caso figurado em terceiro lugar: a minha opinião é que, se houver certeza de que o Paraguai se conformará conosco na linha de limites traçada para a sua delimitação com o Brasil no tratado da tríplice aliança, deve-se dar como prejudicado o mesmo tratado na forma em que se acha expressado no quesito; não havendo, porem, tal certeza, como me parece que não haverá, porque o Paraguai não quererá admitir a cláusula de ficar impedido num dos seus direitos essenciais de sua soberania, qual é o de levantar fortificações no seu território, antes deve ceder-se da primeira cláusula do protocolo, que *prima facie* é toda contrária àquela República. Tanto mais quanto, neste caso, não podemos desistir da cláusula do protocolo sem manifestarmos ao mesmo tempo má vontade de observar e cumprir o mesmo tratado. A fazermos esta cessão no tratado bilateral com o Paraguai, não haverá razão justificativa de julgar-se prejudicado o tratado. A não haver a certeza a que me referi, então deve ceder-se da cláusula do protocolo, para assim facilitar-se a conclusão do tratado de paz. O alvitre de julgar prejudicado o tratado de 1.^o de maio provavelmente nos trará grandes dificuldades internacionais com a República Argentina, que nos denunciará ao mundo, com pretensões que na verdade não temos."

O visconde de Sapucaí responde afirmativamente ao primeiro quesito e de acordo com Nabuco aos demais.

O duque de Caxias diz "que a questão de direito acha-se perfeitamente desenvolvida, não lhe restando, portanto, nada que acrescentar. Responde aos quesitos afirmativamente, observando, todavia, quanto ao primeiro, que a ilha do Atajo passava por pertencer ao Paraguai, onde havia destacada alguma força dessa República."

Saião Lobato acha que a Argentina jamais recuará de suas pretensões quanto a limites, as quais lhe foram *alentadas e fortifi-*

casas pelo tratado da tríplice aliança. Quanto ao protocolo anexo, foi uma medida de ocasião e “não podia, depois da derrota do Paraguai, no estado a que foi reduzido, ser levada a efeito sem que absolutamente este desolado Estado ficasse sujeito à República Argentina”. Admira-se, portanto, de ser esta República a primeira a declará-lo sem vigor quanto ao arrazamento das fortificações. O protocolo “foi estipulado no período notório da guerra, que naturalmente suscitava a proclamação de medidas tais, cuja aplicação, porem, de seu natural dependia de um futuro que podia trazer, segundo as circunstâncias, a revogação da medida hostil assentada. Ora, é justamente o que aconteceu; e não é crível que o Governo do Brasil possa propugnar pelo cumprimento de tão odiosa medida, que hoje, sobre bárbara e tirânica, seria altamente impolítica contra os próprios interesses do Império e, assim como contraditória da estipulação essencial de manutenção de soberania e independência do Paraguai. Não há razão nem princípio que possa agora autorizar esse complemento de devastação do Paraguai e, no interesse das relações do Brasil pelo lado daquela fronteira; tudo recomenda que, bem ao contrário, se procure quanto possível sustentar e ajudar o Paraguai, para que, de fato, seja constituído Estado independente, como de direito o reconhecem as nações aliadas. Nem era o inteiro aniquilamento do Paraguai o padrão de glória que devia surgir do triunfo das armas das nações aliadas, que, com tamanho sacrifício, deram cabo da tirânica dominação do déspota que aviltou sua pátria. Outro e bem diverso deve ser o fruto da tão justa guerra, que houve por modo condigno o triunfo da civilização sobre a selvageria”.

A troco de desinteresse do protocollo, quer Saião Lobato que se peça e exija a franca navegação dos rios até o território brasileiro, não só para a aliança, como para todo o mundo civilizado. “Naquelas, outrora inhóspitas paragens, penetre a comunicação e comércio das nações civilizadas, levando o lume da civilização e o fecundo desenvolvimento dos germes de riqueza natural, até agora quasi inertes”.

Seu ponto de vista, portanto, é que a sustentação do protocolo de 1.º de maio “não pode servir de ponto de apoio para as negociações em ordem a conseguir-se da Confederação Argentina a desistência dos seus já reconhecidos (pelo Brasil) direitos sobre o Chaco até a Baía Negra.”

Domiciano Leite Ribeiro não compareceu à sessão por enfermo, porem mandou seu voto por escrito. Quanto ao primeiro quesito, opina que devemos ceder. O protocolo anexo não foi aprovado pelo Congresso Argentino e a opinião pública nesse país lhe é adversa. A insistência de nossa parte “pode avivar antigos ódios já amorte-

cidos, ódios que eu tenho por mais perigosos do que as fortalezas que os paraguaios puderem levantar.”

Inferese desses pareceres que a maioria do Conselho de Estado se mostrava francamente hostil à idéa de exigir o Brasil o cumprimento integral do protocolo anexo ao tratado de aliança e também opinava estar a República Argentina francamente amparada por esse tratado nas suas pretensões quanto ao Chaco, ressalvados os direitos da Bolívia.

Qual a influência desses pareceres sobre o governo?

Não parece ter sido grande, pois logo depois o presidente do Conselho de Ministros, marquês de São Vicente, projetava utilizar-se desse protocolo anexo para compellar a Argentina a diminuir as suas pretensões no Chaco.

Escrevendo a Paranhos, formula estas soluções:

“1.º Cedermos da cláusula adicional do tratado de 1.º de maio e também da neutralidade da ilha do Atajo, se for preciso, uma vez que o governo argentino não leve os seus direitos além do Pilco-maio.”

“2.º Ceder da exigência de restringir o Governo Argentino a sua pretensão sobre limites e também do que respeita à ilha do Atajo, uma vez que ele *respeite a cláusula do protocolo anexo*.”

“3.º Se nenhum desses dois primeiros acordos for aceito, declarar o plenipotenciário brasileiro que não pode aceitar a negociação sobre tal base. No caso de recalcitração: 1.º, propor a rescisão amigável do tratado; 2.º, não aceita esta, comunicar que, segundo suas instruções, vê-se no caso de declarar que considera o dito tratado prejudicado por falta de implemento da parte do Governo Argentino e que, nesse sentido, passa a solicitar do Governo Imperial sua última palavra a esse respeito.”

Paranhos responde, a 5 de janeiro de 1871. Está de acordo, em princípio, com o que sugere S. Vicente, mas acha que a tática deve ser outra: entrar em contacto com o Governo paraguaio e nada decidir antes de ouvi-lo.

Eis como ele próprio expõe o seu pensamento: .

“V. Ex. me permitirá, e creio que até exige, que eu respeitosamente enuncie meu parecer sobre a grave eventualidade que prevemos, tendo em vista as sábias determinações de V. Ex.”

“Entendo que, desvanecida toda a esperança de acordo, a solução formulada por V. Ex. é a mais conveniente; d rei mesmo: é a única possível. Convem, porém, que ela seja decidida e consequente.”

"A rescisão do tratado, de fato ou por acordo amigavel, é consequência necessária da impossibilidade de cumprimento por parte do governo argentino, e da não aceitação por nossa parte do compromisso relativo aos limites, quando o tratado deixa de ter plena execução."

"Este fato deve ter também por consequência necessária o tratar cada aliado separadamente, quando e como lhe convier, com o Paraguai, para fazer valer, como V. Ex. bem o diz, seus direitos e legítimos interesses."

"A boa politica aconselha que, dada a negociação separada, cada aliado respeite, por sua parte, as bases estabelecidas no pacto de aliança, e nenhum decline do compromisso do artigo 17 a respeito dos ajustes que cada um dos outros celebrar com o governo paraguaio, por livre assentimento deste e de conformidade com o dito pacto."

"Não é esta, porem, uma condição obrigatória e só pode ser inerente à rescisão amigavel."

"Só o receio de que o Brasil vá tratar separadamente com o Paraguai poderá mover o Governo argentino a moderar as suas pretensões. O ficar tudo no *statu quo* é coisa que o não assusta, uma vez que fiquemos na mesma situação precária."

"A forma da solução ou a oportunidade de sua notificação tem, a meu ver, grande importância."

"*Eu entendo que não convem romper a negociação entre os aliados, sem que se ouça a outra parte interessada, de um modo formal e eficaz.*"

"Assim, pois, dada a falta de prévio acordo entre os aliados a respeito de dois pontos — cláusula do protocolo anexo e limites argentinos do Chaco — o plenipotenciário brasileiro deverá dizer, callando aqui todas as considerações que devem apoiar estas e as outras proposições:

"Que, por causa daquela cláusula e da opinião que enunciou sobre a dificuldade, se não impossibilidade de serem os limites do Chaco aceitos pelo Governo Provisório, não deixará de realizar o grande empenho e dever urgente dos aliados, se a outra parte interessada se prestar ao acordo que sustenta o Governo Argentino.

"Que cumpre, pois, entrar em negociações com o Governo Paraguai, para conhecer o que é possível obter deste sem o emprego da força."

"Que, se o Governo Provisório resistir à cláusula do protocolo anexo, mas reconhecer o direito que o Governo Argentino julga ter a todo o território do Chaco, o Governo Imperial, unicamente por causa da dita cláusula, não deixará de aderir ao acordo comum."

“A norma do procedimento, que acima indico, tem a vantagem de levar o Governo Argentino a sentir praticamente na Assunção a resistência geral que encontra a sua pretensão, o que pode exercer influência em seu espirito.”

Ocupa-se depois das ilhas. A do Apipé, diz ele, já foi reconhecida como território da Argentina pelo tratado de julho de 1856. Este mesmo tratado (art. 25) reconheceu como pertencente ao Paraguai a ilha de Jaciretá, que fica próximo à do Apipé. A ilha do Atajo pertencerá ou não à Argentina, conforme o acordo que se estabelecer entre ele e o Paraguai. Se a base reguladora dele for o canal principal, como São Vicente indica, a ilha ficará sob o domínio da Argentina. O *uti-possidetis* daria resultado inverso. Paranhos declara que proporá a neutralização da referida ilha, mas que não espera conseguí-lo. Depois acrescenta:

“Para outro governo, o princípio estabelecido a respeito de Martim Garcia seria um argumento decisivo para que o mesmo se estipulasse a respeito da ilha do Atajo; para o Governo Argentino é justamente o contrário; ele respeita, por não poder anular, o que o direito público dos aliados prescreve quanto a Martim Garcia, mas considera esta estipulação como uma concessão ofensiva da dignidade e segurança da República, arrancada à fraquesa do governo do general Urquiza e do seu ódio contra Buenos Aires. Nada fará que repita e confirme a doutrina daquele ato, que aceitou a *contre-cœur*.”

“V. Ex. autorizou-me agora, como antes, nas minhas instruções, a ceder dessa exigência, se não for possível trazer o Governo Argentino a esse acordo. Todavia, permita-me que eu observe-lhe que essa ilha não tem a importância de Martim Garcia, a qual também pode ser dispensada por defesas estabelecidas em outras partes do rio Uruguai e do rio Paraná.”

“A ilha do Atajo não tem, em nenhuma das suas margens opostas, terreno onde se estabeleçam baterias que a auxiliem e deem fácil retirada aos seus defensores. Ali as duas margens do rio são inundadas e sempre inhabitáveis.”

Lembra que Lopez não a utilizou para impedir a passagem do rio.

Concorda com o Governo Imperial em não se fazer da ilha questão de rompimento da aliança.

A divergência de Paranhos com São Vicente salta à vista. Em vez de procurar um acordo e, se não for possível, romper depois, acha o plenipotenciário brasileiro que se deve tratar primeiro com o Paraguai e ouvi-lo sobre a questão de limites.

É isso, de fato, o que combinam os representantes da aliança, em Buenos Aires, nas conferências de 17 e 20 de janeiro de 1871, isto é, dias depois de Paranhos haver mandado a S. Vicente, por escrito, o parecer que acabo de reproduzir.

Em fins de janeiro de 1871, tinham os aliados, conforme vimos, organizado de comum acordo um projeto ou tratado de paz com o Paraguai, de que haviam excluído as questões sobre que não tinham podido harmonizar-se, a saber: os limites da Argentina na região do Chaco e as estipulações do protocolo anexo ao tratado de 1.º de maio; e propunham-se, tomando-o por base, entrar em negociações diretas com o Governo do Paraguai.

Os plenipotenciários deveriam, pois, trasladar-se agora de Buenos Aires para Assunção.

Paranhos estava naturalmente indicado para continuar nas gestões por parte do Brasil. Fora ele quem, desde o começo, o representara com raro brilho, dando eloquente testemunho de nossa cultura, de nosso espírito conciliador e dos nossos sentimentos fraternos para com o povo paraguaio. Combinara com os outros plenipotenciários da aliança a organização do Governo Provisório; firmara com eles e com este governo os protocolos de 2 de junho de 1869 e 20 de junho de 1870, e acabava, finalmente, de conseguir a formulação de um tratado de paz definitivo, embora com o adiamento de duas questões importantes. Ninguém, portanto, em melhores condições do que ele para prosseguir nas negociações até o desenlace final.

Infelizmente, quando se dispunha a partir para a capital do Paraguai, foi chamado pelo Imperador, por intermédio do presidente do Conselho (marquês de São Vicente), para vir ao Rio organizar novo Gabinete.

CAPÍTULO III

Paranhos regressa à capital do Império — Organiza o gabinete de 7 de março de 1871 — Nomeação de Cotegipe para substituí-lo no Rio da Prata — Primeiras conversações de Cotegipe com Tejedor em Buenos Aires — Cotegipe avista-se com Quintana e Mitre — Segue depois para Assunção — Perturbação revolucionária no Paraguai — Dissolução do Congresso paraguaio — Apesar disso os plenipotenciários iniciam a negociação — Prevendo dificuldades da parte da Argentina, e talvez a necessidade de o Brasil tratar separadamente com o Paraguai, Cotegipe pede instruções a Correia para este caso — Resposta de Correia.

Obedecendo à ordem recebida, regressou Paranhos ao Brasil. A 20 de fevereiro de 1871 chegava à capital do Império e a 7 de março ficava organizado, sob a sua presidência, o gabinete ministerial que dirigiu o país até 25 de janeiro de 1875 e a que devemos um labor fecundo, notadamente a lei de 28 de setembro de 1871, pela qual foram declarados livres os filhos de mulher escrava que nascessem a partir dessa data, e os escravos pertencentes à Nação.

A quem tocaria substituí-lo ?

É claro que o governo não poderia dar-lhe um sucessor que não possuisse os mesmos predados, isto é, que não fosse capaz de levar a bom termo a liquidação da guerra, nem de manter no Prata o prestígio da nossa civilização. Por isso a sua escolha recaiu muito judiciosamente no Barão de Cotegipe (João Maurício Wanderley). A 9 de agosto de 1871, foi ele nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Missão Especial junto aos Presidentes do Uruguai, da Argentina e do Paraguai. (29)

(29) Contava então cerca de 56 anos, pois nasceu a 23 de outubro de 1815.

Cotegipe era um espírito lúcido e de vasta cultura, um orador sereno e com longo tirocínio das lutas parlamentares. Possuía carater perseverante e enérgico, inflexível honestidade e ardente patriotismo. Todo o seu saber e atividade punha-os ao serviço do seu país e das suas instituições políticas. Tinha predicados de verdadeiro chefe: serenidade na apreciação dos acontecimentos e firmeza nas resoluções.

Saiu da Corte a 2 de setembro de 1871 e a 13 aportava em Montevideu. Aí permaneceu dez dias. A 23 prosseguiu viagem a bordo do transporte de guerra "Rosário" e a 24 desembarcava em Buenos Aires.

Nesse mesmo dia fez uma visita a Tejedor, ministro das Relações Exteriores de Sarmiento. Soube por ele que o novo plenipotenciário argentino, portanto o seu colega, seria o dr. Manuel Quintana, visto o Gen. Bartolomeu Mitre haver recusado o convite do governo para desempenhar essa função. No dia imediato visitou a Sarmiento.

Como era natural, buscou logo orientar-se naquele meio, tomando contato e cultivando relações com os seus elementos mais representativos. Convinha sobretudo conhecer o mais breve possível qual a orientação do governo argentino nas questões que se iriam debater na capital paraguaia.

Dessas primeiras investigações deu notícias circunstanciadas a Manuel Francisco Correia, então ministro das relações exteriores do governo imperial. Algumas tem particular interesse para nós, porque facultam seguir pela boa trilha a marcha dos sucessos que se vão desenrolar.

Numa de suas primeiras conversações com Tejedor, observou-lhe Cotegipe (30) que, "se os aliados se apresentassem unidos, a negociação se tornaria fácil; mas que a política do governo argentino havia despertado esperanças talvez exageradas no ânimo do governo do Paraguai, e que ele não se surpreenderia se por isso encontrassem obstáculos". Ponderou que "não existia acordo entre o Presidente e o Congresso paraguaio, e que não se admiraria de que ou o Paraguai não aceitasse as condições de paz, ou se dissolvesse o governo, ficando assim os aliados numa posição singular".

Tejedor replicou que a divisão a que ele se referia "era antes um motivo para que as duas facções quisessem ser cada qual mais agradável aos aliados; e quando se desse a hipótese figurada por ele, Cotegipe (recusa de aceitação das condições propostas), o pro-

(30) Informes de 29 de setembro de 1871.

cedimento do governo argentino seria ocupar o território que por direito lhe pertencia e defendê-lo."

Na mesma ocasião mostrou-lhe uma carta do general Vádia "em que este lhe comunicava a candidatura de Barreiro à vice-presidência da República e o plano de que, realizada ela, o Congresso dimitiria Rivarola, o que não seria impossível em vista do que o mesmo Congresso praticara com o ministro da fazenda Gill."

Tejedor disse-lhe ainda "que o governo argentino *cambiara* (mudara) de pensamento; que a paz devia ter sido assinada logo com o governo provisório, como nós propunhamos, e que o acordo de não sujeitarmos o tratado à apreciação do Congresso paraguaio *era* uma consequência desse pensamento."

Cotegipe não mostrou concordar sem restrição com esse ponto do protocolo; assegurou-lhe "as nossas boas disposições para facilitar ao nosso aliado a sua tarefa, mesmo com sacrifício nosso; convidando-o a meditar sobre a concessão que espontaneamente quisesse fazer ao Paraguai". Não lhe foi possível conhecer "se a insinuação *era* ou não bem recebida". Salientou, porém, que "o tratado de aliança *seria* o nosso ponto de partida, sem mencionar o protocolo anexo."

Cotegipe percebeu logo a mutação evidente de política do governo argentino, o qual pretendia agora "tirar do tratado todas as suas consequências, sem que a isso se opusessem as opiniões conhecidas de Quintana, nem as dos negociadores do tratado, que se contentariam com a linha de navegação comum do Pilcomaio". (31)

Em outra conversação com o mesmo Tejedor, perguntou-lhe se já havia refletido sobre o que ele, Cotegipe, lhe expusera e pediu-lhe declarasse francamente "até onde pretendia chegar, pois muito convinha que os aliados não se apresentassem divergentes ante o governo do Paraguai." Garantiu que o Brasil não pretendia disputar influência neste país.

Tejedor redarguiu afirmando não ter reservas com ele, como não as tivera com Rio Branco, conforme o provavam os documentos oficiais. Como Cotegipe lhe dissesse referir-se especialmente ao *modo* de execução do tratado, replicou que sobre esse ponto já havia declarado *que se cingia ao tratado*.

O nosso plenipotenciário confirmou a existência dessa declaração, mas acrescentou não supor fosse esse o seu *ultimatum*. Convidou-o a "refletir nas promessas feitas ao Paraguai e na espécie de compromisso que contrairam os aliados pelo tratado preliminar de paz".

(31) Informes de 9 de outubro de 1871.

Sem entrar em pormenores sobre limites, “procurou demonstrar a conveniência de que a República Argentina não ocupasse territórios para ela inúteis e de mui difícil defesa, sendo-lhe preferível limitar-se pelo Paraguai com a República deste nome, a fazê-lo com esta, a Bolívia e o Brasil. Os aliados ressaltaram os direitos da Bolívia. Porque não deixar a esta dirimir a questão com o Paraguai?” Tejedor devia atentar “na dificuldade de o Brasil garantir, em virtude do tratado, territórios que a própria República Argentina reconhece litigiosos.”

O representante argentino não confirmou ser aquele o seu *ultimatum* e ao enviado brasileiro pareceu que ele *não repelia as idéias* que o mesmo havia expandido.

Cotegipe também ponderou que, se houvesse acordo, poder-se-iam incluir no instrumento geral de paz os limites respectivos do Brasil e da Argentina, dispensando-se destarte uma nova convenção de garantia. Embora o tratado de aliança se referisse a tratados separados e os últimos protocolos assim o estabelecessem, ele não via razão contrária ao método que lembrava, sempre que existisse acordo.

No dia 2 de outubro avistou-se com Quintana.

Perguntou-lhe durante a conversa que pensava do acordo em que se eximia de apreciação do Congresso o futuro tratado de paz. Quintana respondeu que não sabia como justificar semelhante cláusula e que o não se persistir nela fora condição para que ele aceitasse a nomeação de plenipotenciário.

Cotegipe fez uma visita a Mitre. Embora ele “não ocupasse posição oficial no governo e até lhe fosse um adversário”, a sua opinião havia tido “grande influência no ânimo de Quintana, de quem era amigo.” Discreteando com Cotegipe, Mitre serviu-se “dos mesmos argumentos que Tejedor e indicou os mesmos meios coercitivos contra a relutância do Paraguai.”

Após uma demora de 21 dias em Buenos Aires, partiu Cotegipe para Assunção, onde desembarcou a 26 de outubro de 1871.

Durante a sua estada na capital portenha não lhe foi possível conhecer com precisão, apesar de seus esforços, o que iria fazer a nossa aliada nas próximas negociações. Aparecia, todavia, claramente a sua mudança de orientação. Antes pensara nos direitos possíveis do Paraguai ao território do Chaco e afirmara estar pronta a discutí-los; agora mostrara-se resolvida a apoiar-se exclusivamente nas disposições do tratado de aliança de 1.º de maio.

Cotegipe chegou a Assunção pouco depois do golpe de estado de Rivarola, presidente do Paraguai.

Torna-se indispensável recordá-lo para a perfeita inteligência do que se vai seguir.

Depois de sancionada e jurada a nova Constituição da República do Paraguai (25 de novembro de 1870) e de eleito o presidente constitucional (Cirilo Rivarola), recrudesceu a agitação dos partidos políticos, que disputavam entre si o poder. O ministro da fazenda, João Batista G II, tornou-se o alvo principal da campanha política. A câmara dos deputados acusou-o perante o Senado de malversação dos fundos públicos e este ramo do poder legislativo condenou-o à perda do cargo. Não se querendo conformar com essa resolução, Rivarola dissolveu o Congresso (15 de outubro de 1871) e mandou proceder a novas eleições. Era um golpe de força, a que seus inimigos nada puderam contrapor.

Expedidos do edifício da assembléia, os congressistas reuniram-se em uma casa particular e tentaram um derradeiro esforço impetrando o auxílio das forças aliadas. Juan L. Corvalan, comissionado pelos seus colegas, dirigiu-se aos generaes da aliança (José Auto Guimarães e Vedia) "solicitando-lhes o seu valioso concurso" para remediar na medida do possível "os males incalculaveis que pesam sobre o país." O congresso legislativo, dizia Corvalan, "confiante nas declarações do poder executivo nacional relativas às manifestações explícitas dos dignos representantes da aliança, de cooperação moral e material para a sustentação do governo, de que o Congresso é parte essencial, espera que V. Excia. não terá inconveniente em prestar-lhe tão valioso concurso pelos meios que julgue mais adequados."

José Auto e Vedia prestaram-se boamente a mediadores. O Congresso elegeu para representá-lo nas negociações amistosas a Corvalan e ao dr. Fernando Iturburu. Não foi possível chegar-se a acordo. Queria Rivarola que os principais chefes da opposição deixassem o Congresso, embora depois pudessem apelar para as urnas. Os congressistas desejavam que Rivarola se demitisse e as câmaras nomeassem um presidente provisório, feito o que todos os membros do congresso também renunciariam.

No dia 15 de outubro de 1871 — data afinal da dissolução do congresso — publicou Rivarola dois decretos. No primeiro anunciava a dissolução e no segundo marcava o dia 1.º de dezembro para as futuras eleições e o 1.º de janeiro de 1872 para a reunião do novo Congresso. (32)

(32) Em decreto posterior, de 29 de outubro, antecipou ambos os acontecimentos: a eleição seria a 19 de novembro e a reunião a 8 de dezembro. Justificou a mudança com a necessidade de observar a celebração do tratado de paz.

No primeiro desses documentos dizia ele:

"Legalmente instaladas as duas Câmaras no citado dia 1.º, o Presidente da República, depois de abrir a sessão, renunciará o seu cargo, entregando aos representantes da nação os poderes de que estava investido."

"Depois disso, submeter-se-á solenemente ao juízo do tribunal que o Congresso nomeie de seu seio para lhe julgar os atos, particularmente o referente à dissolução das câmaras, sujeitando-se às penas que mereça, segundo a Constituição, caso o tribunal o considere culpado." (33)

É nessa situação anormal que os plenipotenciários aliados chegam à capital do Paraguai.

Dois dias depois de desembarcar, Cotegipe escreveu a Correia (28 de outubro de 1871) sobre o golpe de estado de Rivarola e mandou-lhe cópias da parte que o Gen. José Auto da Silva Guimarães, então comandante da divisão brasileira de ocupação, dirigiu ao ministro da guerra.

"O ato da dissolução do Congresso — diz Cotegipe — é evidentemente ditatorial; mas pelo hábito de obediência passiva deste povo, deu força moral ao governo, restabeleceu a tranquilidade abalada e não foi mais do que antecipação do plano que havia para a destituição do presidente, o que aumentaria a anarquia e criaria sérias dificuldades aos ajustes de paz." (34)

"Sendo fato consumado a dissolução do Congresso e única autoridade legal a do presidente, assentamos, eu e meus colegas, iniciar desde logo as negociações de que fomos incumbidos."

Combinaram rever os artigos do projeto de tratado elaborado em Buenos Aires, "para lhe fazerem algumas retificações, se delas precisasse, e apresentá-lo ao governo paraguaio, assim como seguir com a negociação sobre limites ao mesmo tempo, porem separadamente."

(33) O novo Congresso reuniu-se efetivamente a 8 de dezembro de 1871 e Rivarola cumpriu a promessa renunciando perante ele o cargo de presidente. Foi eleito para substituí-lo Salvador Jovellanos, que terminou assim o primeiro período presidencial (18 de dezembro de 1871 — 25 de novembro de 1874). Destarte as negociações para o tratado definitivo de paz vão começar com Rivarola continuando depois com Jovellanos.

(34) Escrevendo a Rio Branco, disse ainda o nosso plenipotenciário: "Fui no dia seguinte ao da minha chegada visitar o presidente. Achei-o de cama com o esforço do *golpe de Estado*. O que se passou na conversa digo-o oficialmente. O que porem só digo a V. Ex., é que esse ato, em que não tivemos parte nem direta, nem indiretamente, muito facilitará o nosso trabalho, se Rivarola tiver um pouco de tino."

Anuncia a Correia que vai redigir o projeto de tratado sobre limites e que o submeterá à sua apreciação.

"Pelo que nos diz respeito — informa Cotegipe — não haverá objeção em adotar os (*limites*) que estão designados no tratado da tríplice aliança, ao menos assim mo afirmou categoricamente o sr. Rivarola."

"O mesmo não sucederá aos argentinos; há repugnância, que parece invencível, e objeções fundadas, que muito dificultarão, se não tornarão impossível a aceitação completa do que fora estipulado no referido tratado."

"E, como ainda hoje me declarou o sr. dr. Quintana que estava convencido de que o seu governo era moderado na sua *exigência* e tinha *direito a mais*, segundo os títulos que possuía, receio que, não sendo possível um acordo ou transação, S. Excia. recuse-se a assinar o instrumento geral de paz, segundo já nas conferências de Buenos Aires, e a mim, prevenira o sr. Tejedor."

"Peço a V. Excia. instruções positivas sobre esta hipótese, posto que eu deduzo do espírito das que me foram dadas autorização para assinar só, ou com o plenipotenciário oriental, o tratado definitivo. Quanto ao de limites, é isso fora de dúvida; mas seria ilógico firmá-lo sem o de paz definitivo."

O ministro Correia só lhe respondeu cerca de um mês depois (25 de novembro de 1871). Disse-lhe o seguinte:

"As instruções de V. Excia. e o acordo prévio dos aliados prescrevem que os tratados de limites sejam separados, para que o direito territorial de um aliado não seja objeto de exame e aprovação nas Câmaras dos outros; mas aí supõe-se que os aliados procedem em tudo de comum acordo, e aqueles ajustes parciais se ligam ao instrumento geral de paz, que a eles se refere."

"O caso que V. Excia. figura é diverso e, quanto era dado prever, acha-se regulado em suas instruções."

"Se o governo argentino não puder entender-se com o do Paraguai a respeito de sua questão territorial, e se ao mesmo tempo não aceitar o compromisso que expressa a cláusula do protocolo do 1.º de maio, relativo às fortificações paraguaias, temos o direito de declarar que o tratado de aliança deixou de ser obrigatório por falta de implemento de uma de suas cláusulas. Então, se assim convier, podemos tratar separadamente, e melhor ainda de acordo com o plenipotenciário oriental, procedendo nessa, como em qualquer outra emergência, do modo mais atento e benévolo para com o nosso aliado."

"Dado que o governo argentino rejeite aquela, como as outras cláusulas do compromisso, não poderemos desligar-nos dele nos ajustes definitivos de paz senão por via de acordo, nos termos que:

indicam as instruções, ponderando e fazendo prevalecer as razões que aconselham que tratem com o Paraguai os dois aliados, que não encontram para isso a mesma dificuldade, sem prejuizo dos direitos comuns da República Argentina, que eles podem resguardar, e ficando a esta resolver a sua questão de limites, como e quando lhe aprouver, ou pelo simples fato de uma efetiva ocupação."

"Fora dessas hipóteses, a segurança de nossos ajustes com o Paraguai não teria uma base legal, assentaria somente em razões de conveniência, que só por si não podem eximir-nos de imputação de faltar aos compromissos da aliança."

"É verdade que o governo argentino quer hoje mais do que pretendia em 1869 e por ocasião do acordo preliminar de paz; mas também é certo que ele pode dar e tem dado a essas declarações sentido diverso do que lhe atribuímos, e dessa interpretação não viria senão maior azedume da parte dele para com seus al'ades."

"Assim, pois, o governo imperial sem novas circunstâncias que alterem o estado da questão, unicamente pela prevista dificuldade que V. Excia. aponta em seu officio, *não pode desde já autorizar que V. Excia. trate separadamente*, muito menos ignorando se V. Excia. tem nesse caso o concurso do Estado Oriental."

"O governo imperial *aguarda*, pois, as *últimas informações de V. Excia.*, depois de ter notícia das conferências da negociação dos aliados com o Paraguai, para então *considerar e resolver* qualquer hipótese que delas resulte, tendo na devida consideração o parecer que V. Excia. não deixará de dar. Nesse caso pode V. Excia. tomar a providência que julgar necessária para que sua comunicação chegue sem demora a esta Corte e possa ser dada a resposta com prontidão."

Como vê o leitor, Correia previu o caso de a Argentina não querer respeitar o protocolo anexo, e, portanto, de ficarmos com o direito de tratar separadamente com o Paraguai, mas abstem-se por enquanto de autorizar Cotegipe a fazê-lo; prefere esperar que a situação se esclareça melhor nas conferências que os plenipotenciários vão realizar.

CAPÍTULO IV

Primeiros trabalhos dos plenipotenciários em Assunção — Revisão do projeto de tratado de paz definitivo, elaborado em Buenos Aires — Cotegipe enfrenta a questão de limites — Resistência de Quintana ao protocolo anexo ao tratado de paz de 1.º de maio — Cotegipe propõe o adiamento da questão para quando o projeto for apresentado ao governo paraguaio — Vem à balha o caso da ilha de Martim Garcia — Assentam-se afinal os artigos do tratado de paz — Cotegipe escreve a Correia sobre o estado de espírito de Quintana — Hesitação de Jovellanos — O governo paraguaio quer adiar as negociações — Oposição de Cotegipe e Rodriguez — Réplica de Quintana, que propõe a suspensão das negociações e a ida dos três plenipotenciários a Buenos Aires, afim de ali resolverem a dificuldade pendente — Cotegipe rejeita a proposta e declara que negociará com o governo do Paraguai, se ele quiser, os tratados peculiares ao Brasil — Quintana contesta a Cotegipe o direito de negociar sozinho — Cotegipe mantém com firmeza a sua decisão — Escreve a Correia — Resposta deste — O governo brasileiro ouve o Conselho de Estado — Quintana oficia ao governo paraguaio; avisa-o de que ficam adiadas as negociações — Resposta deste governo que comunica o fato a Cotegipe e lhe pergunta se também rompe as negociações — Cotegipe declara-se pronto para as mesmas — O governo paraguaio mostra-se conforme com esse ponto de vista e nomeia Loizaga seu plenipotenciário.

Antes de entrarem em negociações diretas com o governo paraguaio, resolveram os plenipotenciários da alança, conforme disse, rever o tratado de paz definitivo que havia sido organizado em Buenos Aires por Paranhos. Tejedor e Rodriguez, para ser presente a aquele governo. Esperavam “resolver qualquer dúvida, incorreção

ou omissão que por ventura pudessem ter os protocolos lavrados em consequência das conferências de dezembro de 1870 e janeiro de 1871.”

A primeira reunião, a que compareceram todos os plenipotenciários (Quintana, Cotegipe e Rodriguez), efetuou-se a 3 de novembro de 1871, isto é, no mesmo dia em que eles apresentaram as suas credenciais ao governo paraguaio.

Cotegipe propôs nova fórmula para o preâmbulo do tratado. Reviram-se depois todos os artigos em número de 20; alguns sofreram ligeiras alterações. Tejedor ficou incumbido de dar nova redação aos 20.

Cotegipe resolveu então atacar de frente a dificuldade. Disse que, tendo ficado adiada nas conferências de Buenos Aires a questão de limites, bem como a da demolição das fortificações e da proibição de serem feitas novas obras de defesa suscetíveis de obstar o trânsito pelo rio Paraguai, parecia-lhe chegada a ocasião de inserir-se no projeto, em seguida ao art. 17, a disposição proposta por Paranhos, e assim formulada:

“Estando garantidas, nos termos dos arts. 15, 16 e 17, a independência, integridade territorial e neutralidade da República do Paraguai, esta se obriga a não levantar, sobre o seu litoral e ilhas, fortificações ou baterias que possam impedir a liberdade da navegação comum.”

Era o pomo de discórdia que voltava à cena.

Quintana renovou os argumentos da Argentina, já sabidos: O protocolo anexo ao tratado de 1.º de maio não fôra submetido à aprovação do Congresso Argentino, formalidade indispensável para a sua validade, conforme tinha declarado o mesmo congresso “por meio de um ato legislativo, que havia obtido a sanção de ambas as câmaras.” Além disso, a Câmara desaprovava o artigo referente às fortificações e passou o projeto de lei respectivo ao senado, “onde se acha pendente.” Em vista disso não podia admitir a inserção da cláusula proposta.

Cotegipe replicou com os argumentos também já conhecidos: O protocolo era parte do tratado de 1.º de maio e tão obrigatório como as demais estipulações. “Os outros aliados descansaram na fé do governo da República Argentina e não podiam ter a pretensão de conhecer melhor as disposições de sua constituição, e se ele não sujeitou o protocolo à apreciação do Congresso, se o Congresso o não reprovou, não compreendia o plenipotenciário brasileiro o fundamento do escrúpulo argentino.”

O protocolo fora executado em parte, portanto não podia logicamente “ser repudiado na outra parte.” Por tudo isso, via-se

constrangido a manter como obrigação comum da aliança a cláusula em debate.

Rodriguez interveiu. Seu governo aprovara tudo; só lhe restava, pois, buscar uma conciliação. Lembrou que se adiasse a matéria para depois da discussão, com o governo paraguaio, dos artigos adotados.

Cotegipe propôs o adiamento para a conferência seguinte e foi aceito.

Esta realizou-se a 4 de novembro de 1871.

Reacendeu-se o debate sobre o mesmo assunto.

Cotegipe sugeriu a idéia de ser a matéria incluída no final do artigo que estabelece a neutralidade perpétua do Paraguai e como consequência natural desta.

Quintana não concordou e desenvolveu as suas razões. O artigo em debate só poderia ser proposto, direta ou indiretamente, "em cumprimento de uma obrigação preexistente para satisfazer uma necessidade imperiosa ou afim de preencher uma conveniência manifesta."

Sob o primeiro aspecto, já declarou que o protocolo não é lei na Argentina e, portanto, não pode obrigar constitucionalmente nem ao país, nem a nenhum de seus poderes públicos.

Quanto à necessidade, pensa que nada reclamava a imposição de uma cláusula que afeta a independência e integridade do Paraguai, solenemente garantidas pelo tratado de aliança.

"Naquela época podia-se esperar que o Paraguai seria facilmente vencido e temer-se que, reorganizando novamente suas forças, pusesse de novo em perigo a liberdade da navegação, que se tratava de assegurar."

"Mas os sucessos encarregaram-se de dar aos aliados a segurança que buscavam para semelhante proibição, revelando a falta de fundamento daquela esperança e o quimérico do temor que ela gerara. O Paraguai dominado, vencido e aniquilado pela guerra, está inteiramente impossibilitado, no estado de prostração a que se acha reduzido, de opor obstáculos sérios à efetividade do princípio conquistado pelo tratado de aliança. Qualquer tentativa que pudesse fazer no futuro, o que só se admite por via de hipótese, seria imediatamente reprimida pelas três nações aliadas, que tomaram sobre si o compromisso de manter em comum a liberdade da navegação, e que devem abrigar plena confiança na eficácia de seu poder."

"Do ponto de vista de conveniência, nada justifica também a proibição de que se trata."

"A faculdade de armar as costas pertence a toda a nação soberana e independente, de modo que seu exercício não envolva em si mesmo um perigo para a navegação."

“Não são as fortificações, mas sim o mau uso que delas se faça, que poderá entorpecer a liberdade do trânsito fluvial, e felizmente tudo nos persuade de que nada devemos temer a este respeito por parte do Paraguai.”

Instruído pelas mais tristes lições que lembram os tempos modernos, tem que procurar a reparação do seu quebrantamento na paz, na liberdade e no trabalho. Entrando de plano nestas idéias, acaba de dar-se uma constituição baseada nos princípios mais liberais para desenvolver o comércio, fomentar a imigração e aumentar suas fontes de produção e de riqueza. Seus interesses bem entendidos são, pois, os melhores garantes da liberdade da navegação a que espontaneamente quis aderir pelo art. 7.º de sua própria constituição. Por outra parte, se é certo que pelo projeto de tratado se prevê a neutralização do Paraguai, também o é que existem duas razões peremptórias para sustentar que esta medida não trás como consequência a proibição de que o Paraguai arme suas costas. A primeira é que o Paraguai pode rejeitar a neutralidade projetada, e que está expressamente acordado que os aliados não pretenderão impor-lha contra sua vontade.” A segunda é que, no caso improvável, mas enfim possível, de guerra entre o Paraguai e qualquer outra potência, os aliados só estão obrigados a interpor seus bons ofícios, os quais podem ser rejeitados ou ficar infrutíferos, e daí a conveniência de deixar o Paraguai livre de armar suas costas para defender-se contra potências estranhas, assim como para proteger a sua própria neutralidade no caso de havê-la aceito.”

“Finalmente a República Argentina não deve exigir do Paraguai o que não aceitaria para si neste particular. Não sendo potência marítima, e com extensas costas para guardar, não pode consagrar com sua autoridade moral o princípio que se pretende introduzir. Longe disso, tratando-se da ilha de Martim Garcia, neutralizada desde longos tempos atrás, tem sustentado o seu direito de fortificá-la livremente, e esse direito lhe foi expressamente reconhecido pelo Brasil no protocolo datado de 25 de fevereiro de 1864. Deve, pois, deixar ao Paraguai a liberdade que para si reserva.”

Quintana concluiu declarando que insistia em repelir a inserção do artigo. Sem embargo, para testemunhar o seu espírito harmônico, propôs que se reservasse a questão para depois de ser apresentado ao governo paraguaio o projeto de tratado definitivo.

Cotegipe replicou: A proposta do plenipotenciário argentino era prova cabal de desejo de manter a harmonia entre os aliados, mas também da dificuldade de se conciliarem opiniões tão opostas. Para

o governo do Brasil a cláusula do protocolo é obrigatória para o governo argentino, na deste não é, nem pode ser, porque fere as atribuições do Congresso. "Por conseguinte, quando for iniciado o artigo contemplando a dita cláusula, o plenipotenciário argentino não o sustentará na discussão, e muito menos pesará com sua influência para que o governo paraguaio o aceite. Demais, reservada a iniciativa para depois da discussão do projeto, com razão queixar-se-ia o governo paraguaio do acréscimo e agravação às condições já aceitas."

"O que se discute na cláusula do protocolo anexo não é a sua conveniência, mas ser ou não ser a mesma cláusula obrigação comum da aliança. A conveniência foi sem dúvida levada em conta quando se firmou o tratado e o protocolo; "hoje só por acordo mútuo poderão um e outro ser modificados."

"Se então era justificada a prevenção dos aliados, pede a prudência e uma justa previsão que, enquanto o Paraguai pelo desenvolvimento de sua Civilização, não oferecer garantias de uma política mais sensata, seja mantida a mesma cautela contra esses abusos e agressões. No futuro, e conforme as circunstâncias, poderá a cláusula impugnada ser modificada ou completamente anulada; em nada contraria os princípios do direito das gentes, e a soberania e independência do Paraguai, principalmente se for declarado neutro e sua independência garantida, como se acha no projeto de tratado. A convenção de 14 de dezembro de 1831, entre a Áustria, Prússia, Rússia, Grã-Bretanha e França, oferece-nos um exemplo análogo em relação à Bélgica. Ali foi estipulado que seriam demolidas as fortificações interiores já existentes, como inúteis pelo fato da neutralidade, que é a maior segurança e a maior garantia de sua independência; seria mais uma razão para ser mantida a cláusula, porque a rejeição será uma prova de que ele não prescinde da política que fatalmente o impeliu à guerra."

"Finalmente, pelo fato de sua neutralização não fica o Paraguai privado de, em caso de guerra, armar-se e levantar fortificações para defesa do seu território à margem dos rios; no interior deixa-se-lhe inteiro o seu direito, quer na paz, quer na guerra; por outra, somente lhe são coartadas as bases para operações ofensivas como era Humaitá."

"No protocolo de 25 de fevereiro de 1864, a que se refere o plenipotenciário argentino, o ministro brasileiro não fez mais que aceitar as seguranças dadas de que os armamentos da ilha de Martin Garcia não serviriam para interromper aos neutros a livre navegação

dos rios Paraná e Uruguai, sem contudo reconhecer um princípio que não pode ser absoluto, mas dependente do direito convencional." (35)

Concluiu não poder prescindir da plena execução da cláusula do protocolo anexo ao tratado de 1.º de maio, "na convicção de que os aliados tomaram por base desta negociação as estipulações do mesmo tratado; mas, se fossem admitidas modificações, poderia considerar esta, como outras, sujeita à discussão de conveniência."

Quintana confessou lealmente que não defenderia a cláusula e que daí promanaria o inconveniente apontado pelo representante brasileiro.

(34) Segundo Cotegeipe, o protocolo de 25 de fevereiro de 1864 não foi publicado em nenhum dos relatórios do ministro de estrangeiros do Brasil; apareceu somente na Memória apresentada em 1864 pelo ministro das relações exteriores da Argentina. É assim redigido:

"Reunidos na Secretaria das Relações Exteriores o Sr. Dr. D. Rufino de Elizalde, Ministro de Relações Exteriores e S. Excia. o Sr. Ministro Presidente de Sua Majestade o Imperador do Brasil, cavalheiro D. Felipe José Pereira Leal, S. Excia. o Sr. Ministro de Relações Exteriores fez presente que tinha convidado a S. Excia. o Sr. Leal para esta leitura das notas trocadas com S. Excia. o Sr. Eduardo Thornton, Ministro Plenipotenciário de Sua Majestade Britânica, em consequência de haver este oferecido os seus bons ofícios para aplinar as dificuldades, em que desgraçadamente se encontravam os governos argentino e oriental, porque desejava que o Governo de Sua Majestade Imperial fosse instruído de tudo, para corresponder às provas de amizade que havia dado ao governo argentino, muito especialmente no que se referia aos sucessos ocorridos com o governo oriental e oferecer-lhe ao mesmo tempo cópia dessa correspondência. S. Excia. o Sr. Pereira Leal, depois de lidas as notas e de aceitar a cópia oferecida, disse que se comprazia com esta demonstração de amizade dada a seu governo e com o conhecimento do teor dessa correspondência, pois que ela ressaltava a resolução em que estava o governo argentino de dar a mais estrita execução aos compromissos internacionais, que tinha contraído, de não interromper aos neutros a livre navegação dos rios Paraná e Uruguai, e de não se servir dos armamentos de Martín García com este objetivo; pois, ainda quando o seu governo, consequente com as suas declarações de 1859, não se julgava autorizado, em virtude das estipulações internacionais a que está ligado, para exigir do governo argentino o desarme da mencionada ilha, teria que solicitar que esses armamentos não servissem em prejuízo da República Oriental, que ambos os governos solenemente garantiram, nem da livre navegação dos neutros, se desgraçadamente sobreviesse um rompimento, que de nenhum modo esperava, entre as Repúblicas Argentina e Oriental."

"S. Excia. o Sr. Elizalde, ouvida a exposição de S. Excia. o Sr. Ministro de Sua Majestade o Imperador do Brasil, reiterou as seguranças anteriormente dadas sobre a independência e integridade da República Oriental e sobre a livre navegação dos rios."

"Ambos os Srs. convieram em protocolizar o que se passou nessa conferência."

"Buenos Aires, 25 de fevereiro de 1864."

Rodríguez lembrou “que não se iniciasse projeto completo, mas sim artigos”, como se praticara na discussão em Buenos Aires. Observar-se-ia qual o procedimento do governo paraguaio e, no entanto, ficaria adiada esta discussão para quando pudesse ter cabimento a inserção da cláusula no projeto de tratado.”

Os dois outros plenipotenciários aceitaram a sugestão, embora sem nutrir esperança de bom êxito.

Cotegipe apresentou o projeto do artigo referente às tropas de ocupação, para ser discutido na próxima conferência.

Esta — a terceira na ordem numérica — efetuou-se a 6 de novembro de 1871. Fizeram-se os derradeiros retoques em alguns artigos do projeto de tratado de paz, que os plenipotenciários afinal assinaram. Ficou composto de 20 artigos. No 1.º declarava-se a paz. O 2.º tratava dos limites por esta forma: “Os limites da República do Paraguai com o Império do Brasil e a República Argentina serão *ajustados e definidos em tratados especiais, de conformidade com o art. 16 do tratado de aliança de 1.º de maio de 1865 e com o acordo preliminar de paz de 20 de junho de 1870*. Os ditos tratados de limites constituirão atos distintos e separados do presente, mas serão assinados simultaneamente com este e terão a mesma força e valor que se dela fizessem parte.” Os arts. 3.º, 4.º, 5.º e 6.º tratavam das dívidas de guerra e das indenizações; o 7.º declarava livre *para o comércio de todas as nações* a navegação dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, desde o rio da Prata “até os portos habilitados ou que para esse fim fossem habilitados em cada um dos ditos rios pelos respectivos Estados.” O 8.º fazia restrição quanto à navegação dos afluentes desses rios; o 9.º estendia a liberdade de navegação aos navios de guerra; o 10, 11, 12, 13 e 14, precisavam certos pormenores quanto a essa mesma navegação, inclusive no do caso de um dos contratantes pretender obstá-la; o 15; afirmava por parte dos aliados o respeito à *independência, soberania e integridade* do Paraguai, que eles se comprometiam a garantir coletivamente durante o prazo de 5 anos; o 16 previa o emprego de meios amistosos, antes do apelo à guerra, caso sobreviesse desinteligência grave entre os contratantes; o 17 proclamava a *neutralidade perpétua* do Paraguai; o 18 anunciava a celebração, dentro do menor prazo possível, de *tratados de amizade, comércio e navegação* entre o Paraguai e cada uma das potências aliadas; o 19 aceitava os princípios constantes da declaração do Congresso de Paris de 16 de abril de 1856 (abolição do corso). Finalmente, o 20 especificava que o presente tratado “não prejudicaria as estipulações especiais que todas ou qualquer das nações aliadas tivessem celebrado entre si”, nem “as que para o futuro

fossem celebradas sem quebra das obrigações que ora contraem para com a República do Paraguai."

Depois da 3.^a conferência, passaram-se muitos dias sem que se iniciassem as negociações diretas com o governo do Paraguai.

Cotegipe ardia no desejo de abreviar os entendimentos e esclarecer de vez a situação. Quintana queria sem dúvida encontrar uma oportunidade para firmar o novo ponto de vista de seu país com respeito à questão de limites. Devia sentir nitidamente que a tarefa não lhe seria fácil, pois tinha de conquistar primeiro a adesão dos outros plenipotenciários, particularmente a de Cotegipe, e, depois de vencer as resistências do governo paraguaio, a quem não via com simpatia por causa da dissolução do Congresso.

Escrevendo a Correia sobre esta fase das negociações (15 de novembro de 1871) disse-lhe Cotegipe:

"Desde que chegou, mostrou-se Quintana impressionado pela nova situação em que veio encontrar a República e, se apresentou sua credencial, fê-lo com concentrada repugnância."

"Na conferência que celebramos no mesmo dia de nossa apresentação (3 de novembro), censurou o procedimento do governo e convidou-nos a refletir no que nos cumpriria fazer, se os deputados e senadores dissolvidos se reunissem e solicitassem nosso apoio para garantir-lhes a segurança de sua deliberação, o que, acrescentou, talvez *sucedesse naquele mesmo dia.*"

"Percebi desde logo que havia plano nesse sentido e pedi tempo para pesar os *prós* e os *contras* da questão, adiantando breves considerações tendentes a justificar nossa abstenção, as quais foram contestadas por S. Excia."

"Esperei que novamente viesse à tela a mesma questão, disposto a pronunciar-me francamente contra qualquer interferência nossa, e como S. Excia. não a levantasse mais, guardei também silêncio."

"Nesse somenos chegaram cartas de Buenos Aires, e entre elas uma do sr. Tejedor, insinuando em forma interrogativa, se não seria conveniente que o Presidente renunciasse o poder, e passasse-o ao vice-presidente, que convocaria as Câmaras dissolvidas."

"As cartas e jornais pronunciavam-se com veemência contra o ato ditatorial do presidente e manifestavam a opinião de não ser o Governo legal para com eles tratarem os aliados."

"De então em diante mostra-se o sr. Quintana incerto, agitado e como que arrependido de haver apressado sua audiência de apresentação. Se o não tivesse feito, estou certo que não o faria sem novas instruções."

“O procedimento do Sr. Quintana explica-se, e em nada prejudica seu carater, é consequente com sua posição e suas aspirações políticas em Buenos Aires; mas difficilmente poderia conciliar seus antecedentes com a missão que aceitou. Não podendo atinar com o meio termo em que sua consciência repouse tranquila, procura e espera escapar-se por uma exceção, a que no foro dá-se o nome de *declinatoria*.”

Na mesma ocasião contou o nosso plenipotenciário que o presidente Rivarola — sem dúvida noticioso dessa attitude de Quintana, isto é, de sua repugnância em tratar com ele, Rivarola, e, por consequente, temeroso de algum desaire — tomara a deliberação de reunir o ministério no dia 14 de novembro e decidira pedir aos enviados da aliança que adiassem as negociações até à reunião do novo Congresso. Como justificação aparente dessa attitude, apresentou o fato de estar resolvido a renunciar em breve o seu cargo, e não-haver tempo até lá para a discussão e conclusão dos ajustes.

Aos ministros Falcon e Jovellanos que lhe vieram fazer essa solicitação em nome do governo, mostrou Cotegipe que os temores eram vãos, que, se de fato o plenipotenciário argentino não quisesse tratar com o governo, não adviria daí nenhum desaire para este, “porque os aliados são quem propõe as negociações.” De qualquer modo a questão teria de decidir-se entre eles; entretanto conviria que o governo se conservasse em expectativa.”

Dias depois o representante do Brasil ampliou os seus informes a Correia.

“Na conferência do dia 4 de novembro — diz ele — o Sr. Quintana mostrou-se preocupado, em consequência das notícias que recebeu de Buenos Aires, onde o golpe de Estado produziu má impressão. Leu-nos uma carta do sr. Tejedor, insinuando a conveniência da renúncia do Presidente Rivarola e da convocação do Congresso dissolvido; e convidou-nos, a mim e ao ministro oriental, para pormo-nos de acordo sobre qual deveria ser nosso procedimento se o Congresso dissolvido se reunisse e solicitasse o apoio dos aliados, apoio que estes afiançaram ao *Governo* e não ao *Presidente* exclusivamente, sendo muito provavel que o fato se verificasse *naquele mesmo dia*.”

“Prometi refletir, arriscando entretanto algumas reflexões tendentes a provar que não nos cumpria intervir em *questões internas*.”

“Como, porem, não exigiu na seguinte conferência nossa opinião assentei não dever procurar discussão.”

“Cuidei que, abortado o plano de reunião, não voltaria à carga o ministro argentino. Assim não aconteceu.”

"Por ocasião de nova visita particular que lhe fiz no dia 10, resolveu falar-me da conveniência de examinarmos a questão, mas já em termos diferentes, isto é, qual seria nossa resposta se os Deputados e Senadores dissolvidos *pedissem por escrito* o nosso apoio."

"Respondi-lhe que me achava pronto para o dia e hora que lhe aprouvesse."

"Até hoje (36) não renovou suas instâncias, nem mesmo indiretamente lhes fez alusão."

"No dia 10 do mês último, recebemos as notas em que o ministro das Relações Exteriores da República (37) comunicava-nos a nomeação dos plenipotenciários incumbidos de tratar com os aliados, e designava a casa do Governo para as conferências no dia e hora que assentássemos." (38)

"Nosso dever e as conveniências pediam que déssemos pronta resposta; mas, a pedido do plenipotenciário argentino, demoramo-la por 2 a 3 dias, que se foram espaçando, apesar de haver chegado de Buenos Aires mais de um vapor."

"Nesse entretanto fez o Governo Paraguaio a proposta de adiar-se as negociações, ocorrência de que já dei conta a V. Excia."

"A 18 reunimo-nos e combinamos em declinar a proposta e responder à nota do sr. Falcon e assim o fizemos, nos termos de que V. Excia. terá conhecimento pela cópia aquí junta."

"Era pois de crer que a negociação seria iniciada, mas não; chegam vapores uns após outros, e o Sr. Plenipotenciário argentino guarda inexplicável silêncio, até que no dia 30, exigindo uma conferência, propôs a questão prejudicial, de que trato em ofício separado acompanhado do competente protocolo que dela se lavrou."

"Já é para admirar que, sendo a minha nomeação conhecida desde o mês de agosto; que me demorando em Montevideu 12 dias, em Buenos Aires 21; e já tendo sido levantadas as dúvidas que ora se suscitam, não tivesse o plenipotenciário argentino instruções precisas, quando aliás me declarou que as recebera amplas. A admiração sobe de ponto, quando é fora de dúvida que deve ter recebido novas e delas faça mistério."

"Cumpre ainda notar que, na conferência do dia 18, a conversação foi encaminhada pelo sr. Quintana para o ponto *da extensão das obrigações dos aliados em relação a limites*, e que, depois de

(36) 1.º de dezembro de 1871.

(37) José Falcon.

(38) O decreto respectivo tem a data de 6 de novembro.

ouvir ao sr. Rodriguez e a mim, confessou que o seu governo *cambiara* de pensamento, mas que, assim procedendo, *estava no seu direito*; finalmente que, se os aliados recusassem sustentá-lo, referir'a a seu governo, não se animando a declarar rota a aliança porque era grande a responsabilidade, mas sustentando e aconselhando esse expediente."

"Esta conversação foi, sem dúvida, levada ao conhecimento do Governo Argentino e a reprodução do assunto sob uma forma official parece-me ser a execução do que então se apresentava de mais confidencial."

Como vê o leitor, Quintana perde alguns dias em sondar o terreno; logo, porem, que se convence de lhe faltar o apoio dos colegas, particularmente o de Cotegipe, precipita a crise, provocando a conferência de 30 de novembro de 1871, a que alude Cotegipe nas linhas transcritas.

É nessa reunião que Sarmiento, por intermédio do seu representante, fere a batalha decisiva para conseguir que os outros delegados da aliança sancionem a sua nova doutrina, isto é, pera impor ao Paraguai os limites argentinos, que o tratado de 1.º de maio de 1865 havia consignado.

Eis o que então se passou:

Quintana disse que solicitara a conferência para fixar com precisão e clareza a posição dos aliados entre si, e a de todos eles para com o Governo do Paraguai, no que concerne à questão de limites. "Fez presente que até agora acreditara desnecessário chamar sua atenção sobre este importante assunto, na confiança de que a respeito dele nenhuma dúvida poderia levantar-se, mas que agora o reputava indispensavel em vista da divergência que incidentemente havia surgido na ocasião de revisarem-se os anteriores protocolos e da próxima partida do sr. Ministro oriental, cuja palavra autorizada devia fazer-se ouvir sobre este delicado incidente."

Apresentou depois estas conclusões, como resumo do ponto de vista da Argentina:

1.º, que estão vigentes em todo o seu vigor as cláusulas do tratado de aliança relativas à integridade do Paraguai, aos limites dos aliados e o *casus fæderis* para seu reconhecimento e conservação;

2.º, que as discussões e estipulações posteriores somente declararam ao Paraguai o direito de propor modificações ou de exhibir título dos ditos limites;

3.º, que a nação a quem toquem as possíveis exigências do Paraguai é juiz exclusivo de sua justiça e admissibilidade;

4.º, que os outros aliados carecem de títulos para intervir nas diferenças que possam pronunciar-se, afim de apreciá-las e, muito menos, resolvê-las;

5.º, que, nem debaixo do aspecto da integridade do Paraguai, podem os outros aliados ingerir-se na questão, para exigir que o outro aliado lhes faça, contra sua vontade, reconhecimento ou concessão de uma só polegada dos limites estabelecidos pelo tratado de aliança;

6.º, que, se algum dos aliados não chegar a obter que o Paraguai lhe reconheça os limites, a que se reputa com direito, os outros não podem tratar sobre nenhum dos pontos que abrange o tratado de aliança.

7.º, que a suposta negativa por parte do Paraguai restitue de direito as coisas ao estado em que estavam antes de qualquer ajuste preliminar de paz;

8.º, que, uma vez produzida semelhante situação, os aliados deveriam concordar nos meios mais oportunos para fazê-la cessar, sobre a base do pleno vigor do tratado de aliança, e da mais perfeita solidariedade entre todos os aliados.

Quintana terminou dizendo que, “não se tratando, nesse momento, de julgar, mas de cumprir os compromissos pendentes, esperava que seu distintos colegas haviam de aderir às conclusões enumeradas, declarando que reconheciam a solidariedade de todos os aliados em matéria de limites, e reservando-se concordar nos meios de satisfazê-la, nos termos do tratado de aliança, se, o que não era para desejar, qualquer dos aliados limítrofes não pudesse celebrar a respeito um ajuste amigável com o Governo do Paraguai.”

As intenções da Argentina são agora patentês: ela quer, pura e simplesmente, os limites do tratado; sem negar ao Paraguai o direito de propor modificações ou de exhibir seus títulos, os aliados tem de ajudá-la nessa pretensão, mas falece-lhes o direito de intervir, nem mesmo sob o pretexto de defender a integridade do Paraguai; se ela nada conseguir deste país, os outros aliados não poderão tratar com ele sobre nenhum dos pontos do tratado.

Cumprê confessar que o ataque de Quintana a Cotegipe tinha todas as características do envolvimento. Vejamos como ele lhe escapa contra-atacando.

Tomando a palavra, disse o nosso plenipotenciário parecer-lhe prematura a questão aventada por Quintana. Lembrou que se tinha acordado em Buenos Aires (conferências de 17 e 20 de janeiro de 1871) ficarem as questões de limites e a da cláusula do protocolo anexo ao tratado de 1.º de maio reservadas para ulterior deliberação

entre os aliados, *no caso que se reconhecesse ser impossível um ajuste amigável sobre estes pontos ou qualquer deles com o Governo Paraguaio.*

“O adiamento do segundo ponto (cláusula do protocolo) foi sugerido pelo plenipotenciário brasileiro; e o do primeiro pelo plenipotenciário argentino, fundando-se em que *era lógico e prudente reservarem os aliados sua resolução definitiva para ser tomada durante a negociação com o Governo Paraguaio, depois de conhecerem as pretensões deste e os títulos em que assenta.*”

“Coerentes com estes princípios, apesar da impugnação do sr. Plenipotenciário argentino, reservaram os aliados na conferência de 4 do corrente para ulterior deliberação, e, depois de ouvido o Governo Paraguaio, a cláusula do protocolo citado.”

Parecia-lhe, pois, que o mesmo procedimento deveria ser adotado com respeito à questão de limites.

Recorda a expressão de Mariano Varela, em 8 de maio de 1869, proclamando a generosidade com o vencido, sentimento que Paranhos corroborou por parte do Brasil. Lembra ainda as declarações, tanto da Argentina quanto do Brasil, por ocasião de ser ocupada a Vila Ocidental, e o protesto do Governo Paraguaio (25 de novembro) contra essa ocupação. Salienta a frase de Varela de que *a vitória não dava direito aos aliados para fixarem por si sós os seus limites.* Essa atitude honesta dos aliados ficou registrada no protocolo de 2 de junho de 1869 e 20 de junho de 1870. O art. 2.º deste último contém uma alteração proposta pelo Governo Paraguaio. No projeto respectivo dizia-se que o Governo Provisório do Paraguai aceitava expressamente as estipulações do tratado de 1.º de maio como condições preliminares de paz, *salvo qualquer modificação que, por mútuo assentimento e no interesse da República do Paraguai, pudesse ser adotada no tratado definitivo.* O Governo Paraguaio entendeu, porém, que se devia ser mais explícito e, por isso, propôs se dissesse de preferência que ele *aceitava o tratado em sua substância* e assim se fez, por aquiescência do plenipotenciário.

“Sendo estes os termos em que a questão dos limites argentinos se acha colocada pelo próprio Governo Argentino, é evidente que nem este pode exigir de seu aliados o reconhecimento prévio de um direito que ele foi o primeiro a julgar contestável, nem obrigar os mesmos aliados a considerar *casus fœderis* a sustentação de limites que a discussão talvez prove não serem legítimos, e, portanto, tenha de ser devolvida ao Paraguai parte do território contestado, conforme a promessa do Governo Argentino. Pelo menos as declarações dos aliados excluem o emprego da força antes de esgotado os meios conciliatórios.

“Foi esta a opinião que parece ter prevalecido ainda nas últimas conferências de Buenos Aires; nem de outro modo se pode explicar o adiamento da questão de limites para ser tratada separadamente por cada um dos dois aliados, e a declaração do plenipotenciário oriental de que ela não devera constituir um mero *casus belli*, e sim ser decidida sob a responsabilidade exclusiva das partes interessadas.”

“Sustentar pela força coletiva da aliança direitos que se promete discutir e atender se forem fundados, sustentá-los ainda por territórios contestados pela República da Bolívia, não se concilia com as reiteradas manifestações que ficam mencionadas e, muito menos, com as generosas e retas intenções dos aliados em relação à República do Paraguai. O compromisso da aliança não se deve entender de modo que a sua força coletiva sirva para dar ao Brasil ou à República Argentina territórios a que não tinham legítimo direito antes da guerra, porque toda idéia de conquista foi arredada pelo pacto de aliança.”

“O Governo do Brasil, concluiu Cotegipe, está disposto a acompanhar seu digno aliado em quaisquer concessões justas ou equitativas que julgar dever fazer à República do Paraguai, mantendo, assim, constante harmonia com que ambos sempre procederam.”

“A discussão prévia deste e de outros pontos duvidosos, que podem ser resolvidos no curso da negociação, já tão demorada, nenhuma vantagem oferece. Figurar hipóteses, que talvez se não realizem, é complicar sem necessidade as soluções desejadas.”

O plenipotenciário oriental declarou dissentir com pesar das conclusões de Quintana. As instruções que recebeu de seu governo preveniam-no de que, no tocante a limites do Brasil e da Argentina, sua missão ficava circumsrita a oferecer os seus bons officios, se pudessem concorrer para uma conciliação em caso de divergência.

Acrescentou ainda:

“Que esta resolução fundava-se em primeiro lugar nas estipulações do tratado preliminar de paz, que veio a introduzir modificação ao da aliança de 1.º de maio de 1865, especialmente enquanto às obrigações contraidas conjuntamente pelos aliados, com relação a suas questões de limites.”

“Que naquele tratado preliminar se estabeleceu que o Governo Paraguaio aceitava as estipulações do tratado de aliança sem prejuizo das modificações que aconselhassem a conveniência e a generosidade dos aliados, a qual ressalva, segundo o espírito das conferências que precederam àquele tratado preliminar, referia-se precisamente aos limites da República Argentina; e, por consequente, desde que ela envolvia implicitamente concessões possíveis da parte daquela República, essa faculdade não podia alcançar os aliados que não representam direitos próprios no caso.”

“Que, de conformidade com esta opinião, foi declarado, no acordo celebrado em Buenos Aires, aos 9 de dezembro de 1870, que se compreenderiam em um tratado, ou instrumento geral de paz, as disposições de interesse comum em geral, e em atos especiais ou separados os ajustes de limites.”

“Se, pois, os aliados, nas questões de limites, que não lhes são diretamente atinentes, não teem direito de introduzir as modificações ou fazer as concessões a que alude o tratado preliminar de paz, porque é esta uma faculdade inerente ao domínio das potências limítrofes, e se eles também não teem o direito de tomar parte nas conferências prévias aos ajustes que se celebrarem, e não podem, por consequência, apreciar o mérito das razões que respectivamente se aduzam, é de toda evidência que não podem, por motivo algum, sustentar nem apoiar o direito que creia ter qualquer dos aliados.”

“Em virtude dessas considerações e, constando-lhe, por outra parte, o espírito que dominou sobre esse ponto, nas conferências havidas em Buenos Aires, em dezembro e janeiro último, visto que tomou parte nelas, reproduziu o plenipotenciário oriental o pesar com que se via forçado a dissentir da opinião do sr. Plenipotenciário argentino.”

Quintana replicou a seus colegas, defendendo o seu ponto de vista, e reservou-se o direito de consignar a sua extensa exposição em um *memorandum*. (39) Terminou propondo que se suspendesse a abertura das negociações com o Governo Paraguaio e os plenipotenciários fossem a Buenos Aires, para ali resolver a dificuldade pendente.

Rodriguez não se deu por convencido; as opiniões que emitiu nos acordos acima citados assentavam nas instruções prévias que recebera de seu governo e de que não lhe era permitido desviar-se. “Tendo, no entanto, de dirigir-se dentro de poucos dias a Montevideu, como já o manifestara a seus honrados colegas, esta circunstância lhe proporcionaria a ocasião de submeter à consideração de seu governo a emergência que acabava de surgir e obter a solução conveniente.

Cotegipe disse, por sua vez, que, reservando Quintana para objeto de um *memorandum* os argumentos que tão extensamente expendera, limitar-se-ia a consignar:

“1.º Que em nenhum tempo deixou o Governo Brasileiro de re-
de um *memorandum* os argumentos que tão extensamente expendera,
para os aliados em todas as suas estipulações.”

(39) Cotegipe só recebeu este *memorandum* em Buenos Aires, a 28 de fevereiro de 1872, quando regressava ao Brasil. Foi-lhe entregue pelo Sr. Quirino Costa, sub-secretário do Ministério das Relações Exteriores da Argentina.

"2.º Que não é, nem foi jamais sua intenção envolver-se na questão de limites argentinos, senão para prestar-lhe o apoio compatível com o mesmo tratado e idéias já expostas na presente conferência."

"3.º Que não se recusa a examinar em tempo oportuno e em comum com os demais aliados os meios adequados a superar-se a suposta relutância do Governo Paraguaio, de acordo com a letra e espírito do art. 17 do tratado de aliança."

4.º Que, sim, recusa-se a comprometer sua responsabilidade antes que sejam abertas negociações com o Governo Paraguaio, conhecidas suas propostas, examinados e discutidos seus títulos, conforme expressamente se estipulou no art. 2.º do acordo preliminar de paz, e consta das reiteradas manifestações da aliança."

"5.º Que esta questão deveria ficar adiada, como ficou a da validade do tratado, para depois de ouvido o Governo Paraguaio, podendo ou não serem modificadas essas estipulações, possibilidade admitida e sustentada pelo Governo Argentino e a que o Governo Brasileiro acedeu por insistência do seu digno aliado."

"6.º Que, em todo o longo período da aliança, o Governo do Brasil tem dado constantes provas de lealdade a seus compromissos e de espírito de conciliação nunca desmentido."

"Sentia, por isso, que tenha surgido afinal divergência profunda no modo de interpretar os dois pontos referidos, e, ainda mais, não poder aceitar a sugestão do seu ilustrado colega para trasladarem-se as negociações a Buenos Aires, em face da declaração peremptória de que o seu governo achava-se de perfeito acordo com ele."

"Conclue declarando que, na situação que não desejou e, muito menos, provocou, só lhe resta o alvitre de *entabolar com o Governo Paraguaio, se a este convier, os ajustes dos tratados peculiares ao Brasil*, nos quais não tem os aliados que intervir, confiando que esta sua resolução em nada alterará as boas relações entre seus respectivos governos, e será aceita pelos seus dignos colegas como fundada em direito."

Rodriguez disse que, como tinha de consultar seu governo a respeito da primeira questão, o faria também a respeito desta, sobre a qual não tinha instruções.

Quintanna declarou, por seu lado:

"1.º Que, enquanto a dissidência pendente não for previamente resolvida, nega-se à abertura das negociações com o Governo Paraguaio."

"2.º Que, no entanto, desconhecia formalmente a seu digno colega o direito de abrir isoladamente essas negociações."

"3.º Que reserva ao seu governo toda a liberdade de ação para o caso em que se abra sem o seu consentimento."

“4.º Que imediatamente se retirará desta cidade para dar conta ao seu governo de todo o ocorrido.

Tal foi o modo por que se produziu o rompimento entre Quintana e Cotegipe.

Este anunciou que iria entabolar com o Governo Paraguaio os ajustes para a celebração dos tratados peculiares ao Brasil. Veremos, porem, dentro em breve, que, levando mais adiante sua idéia, acabará *firmando todos os tratados* de que carecíamos para consolidar a paz.

A 4 de dezembro de 1871, escreve a Correia, relatando os successos da *última conferência*:

“Preenchido o fim principal para que nos reunimos, e querendo eu definir mais claramente nossas respectivas posições e conhecer mais a fundo o pensamento do representante argentino, disse que, já tendo decorrido cerca de um mês à espera de instruções, e o mesmo devendo succeder com as que ora se pedem, propunha-me eu a inciar confidencialmente, com o Governo do Paraguai, os tratados peculiares ao Brasil, reservando-me o direito de firmá-los ou não, segundo o seguimento ou resultado da negociação geral, e que assim declarava para que, se meus colegas entendessem conveniente, se fizesse menção no mesmo protocolo.”

“O plenipotenciário argentino mostrou-se surpreendido com a proposição e pediu tempo para responder, parecendo-lhe, entretanto, que não era isso permitido. Repliquei-lhe que não arriscasse opinião antes de refletir. A mim não me parecia caso duvidoso, porquanto, não tendo um aliado nada que ver com os tratados negociados separadamente por outro, competia-me avaliar da ocasião favoravel. O que se acordara foi que seriam firmados conjuntamente.”

“O plenipotenciário oriental foi mais adiante e sustentou que, não só estava eu no meu direito negociando, como até assinando os tratados, *independentemente do tratado comum de paz*, citando o exemplo do Estado Oriental, com o qual ainda não há tratado definitivo, e que tem celebrado outros com o Brasil e a República Argentina.”

“O representante argentino impugnou o argumento e a semelhança, porque o Estado Oriental não fora parte no tratado definitivo.”

“Ao que contestou o Sr. Rodriguez que o Paraguai estava, sob esse ponto, em melhor situação, porque com ele tratavam os aliados de governo a governo, e que a paz existia de fato e de direito.”

“Aproveitei — continua mais adiante Cotegipe — para dizer que o nosso negociador do tratado de 1.º de maio, mui competente para interpretá-lo, declarou, no Senado, que o sentido da estipulação sobre limites era que nenhum dos aliados *iria alem*, porem que podiam

ficar *aquem*, e constava-me que o negociador argentino contentava-se com a *linha do Pilcomaio*, e assim explicava-se a reserva dos direitos da Bolívia.”

E termina deste modo:

“Em conclusão: a aliança fica tão abalada, que muito receio não seja possível sustentá-la. Tenho consciência de não haver poupado esforços para evitar esse desfecho e, se o não conseguir e o Governo Paraguaio não me opuser inesperados obstáculos, ou V. Ex. não me der instruções em contrário, *celebrarei separadamente os ajustes de paz e limites.*”

A 13 de dezembro de 1871, parece que o Governo Imperial ainda não estava informado da última atitude assumida por Cotegipe, mas sabia que Rodriguez prevenira o Governo Oriental de que iria deixar Assunção “por julgar inutil a sua presença ali”. Escrevendo a Cotegipe nessa data, Correia formula hipótese sobre o procedimento de Quintana, que agora ficará só com o representante brasileiro.

“Sabe V. Ex. — diz ele — que o tratado de 1.º de maio, quanto a limites, tem tido entre nós e na República Argentina, duas inteligências opostas. Entendem uns que ele não resolveu as questões de limites e que, portanto, o querer absoluto de um dos aliados não pode obrigar aos outros. Não poucos pensam diversamente, considerando os limites designados como direito reconhecido, e condição obrigatória dos aliados para com os vencidos.”

“O Governo argentino pensou como os primeiros ou, pelo menos, procedeu segundo estas opiniões até os ajustes preliminares de paz. Hoje apoia-se na opinião contrária.”

A segunda inteligência é mais lógica, mas ela consagraria a injustiça e a inconsequência de tirar-se ao vencido pela pressão dos aliados, e considerar-se como argentino, território a que o Paraguai alega bom direito, e que, não só é disputado por esta República, mas também pela Bolívia. E o resultado prático seria ficar tudo indeciso e continuarem os aliados em permanente conflito com o Paraguai.”

“Considerando a gravidade de um rompimento com os argentinos, e as consequências não menos graves dessa situação indefinida e penosa sem assinar a paz, o governo aguarda ulteriores informações de V. Ex. e, entretanto, *passa a ouvir o Conselho de Estado.*

Depois de fazer algumas reflexões sobre o problema, conclue assim:

“Cumpre, pois, pesar os inconvenientes de nada ajustar-se definitivamente com o Paraguai, e de tratarmos com ele a despeito dos argentinos.”

“E esta dupla questão sobre que, sem perda de tempo, vai ser ouvido o Conselho de Estado pleno.” (40)

“Por este modo poderá o Governo *expedir instruções definitivas a V. Ex., logo que V. Ex. nos comunique a última fase do negócio, manifestando na mesma ocasião o seu parecer.*” (41)

Receoso de que Cotegipe fosse negociar sozinho com o Governo do Paraguai, procurou Quintana atuar junto deste no sentido de obstar essas negociações. A 13 de dezembro de 1871, oficiou a Domingos Ortiz, Ministro da Justiça, Culto e Instrução Pública, e encarregado do Departamento das Relações Exteriores, informando-o de que resolvera ausentar-se temporariamente de Assunção e, em vista disso, “ficava adiada até nova oportunidade e abertura das negociações que os aliados deviam entabolar com ele, em cumprimento do estipulado no tratado preliminar de paz.”

“Logo que chegue essa oportunidade — acrescentava — terei especial cuidado de participá-lo imediatamente a V. Ex., e espero que, entretanto, se servirá seu governo *suspender* todo procedimento acerca das negociações pendentes com os aliados.”

Ortiz respondeu dois dias depois (15 de dezembro de 1871). Disse-lhe o seguinte:

“Em resposta, devo manifestar a V. Ex. que meu governo sente profundamente a sua ausência, embora temporária, e sente mais ainda que V. Ex. não se tenha dignado expor-lhe os motivos que originam tão inesperada resolução, quando este governo abrigava a esperança de que a missão de V. Ex. viria pôr feliz termo ao estado provisório em que se acha a República, o que, restituindo a paz, lhe permitiria, livre já de inquietudes sobre a sua futura sorte, dedicar-se com afincio ao desenvolvimento de sua administração interna, para curar as profundas feridas da desagradável guerra em que se viu envolvida. Até este momento os aliados não fizeram nenhuma proposta a este governo, apesar de estarem nomeados os plenipotenciários para tratar com eles; assim é que o Governo fica duvidoso a respeito dos motivos de um fato tão importante, que não devera permanecer oculto, nem alheio ao seu conhecimento; e não tendo recebido dos aliados outra nota além da que V. Ex. se serviu dirigir-me, fica também na dúvida quanto à resolução que V. Ex. propõe de suspenderem-se as negociações pendentes, não tendo até agora proposta nem negociação pendente. Meu governo espera, por conseguinte, as comunicações dos outros aliados, para proceder do modo que mais

(40) O Conselho emitiu seu parecer a 22 de janeiro de 1872.

(41) -Cotegipe acusa o recebimento deste ofício a 8 de janeiro de 1872.

convenha aos interesses da República e muito se lisonjearia se o resultado correspondesse aos desejos que V. Ex. manifesta em a nota a que tenho a honra de responder.”

Ortiz deu-se pressa em comunicar o ocorrido ao nosso representante. Em ofício de 16 de dezembro de 1871, exprimiu-se desta forma: :

“Pela cópia anexa n. 1, conhecerá V. Ex. a nota que me dirigiu, a 13 do corrente, o sr. d. Manuel Quintana, ministro plenipotenciário da República Argentina, participando-me que se ausentava desta cidade, adiando até nova oportunidade as negociações dos tratados, e pedindo que, por esse motivo, suspendesse este governo todo ajuste com os aliados. Ao mesmo tempo verá V. Ex. pela cópia n. 2, a resposta que lhe dei, em nome do meu governo, e na qual lhe expri-mi o sentimento de vê-lo partir sem conhecer os motivos que o induziram a essa inesperada resolução, e também declarei que, não tendo recebido comunicação alguma dos demais aliados, ficava na dúvida se devia ou não admitir a suspensão das negociações com eles. Em vista disso, cabe-me hoje a honra de dirigir-me a V. Ex. em nome do meu governo, para suplicar-lhe se sirva manifestar-me se por sua parte, também resolveu adiar os tratados definitivos entre esta República e o Império do Brasil, que V. Ex. tão dignamente representa, ou se, pelo contrário, persiste em começar as negociações para levá-las a cabo em bem e proveito de ambas as nações, consolidando com eles os laços de amizade que afortunadamente existem entre o Governo do Brasil e o desta República, assim como os recíprocos interesses de ambos os povos.”

Dado o estado de espírito de Cotegipe, é claro que a atitude do Governo Paraguaio só lhe podia causar prazer. O ofício de Ortiz chegava no momento oportuno e proporcionava excelente abertura para as negociações. A sua resposta parte no dia seguinte (17 de dezembro de 1871).

“Tenho a honra — diz Cotegipe — de acusar a recepção da nota reservada que V. Ex. me dirigiu em data de ontem, acompanhada de cópias autênticas das que foram trocadas entre V. Ex. e o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da República Argentina.”

“Em vista de quanto manifestou, V. Ex. inquire de mim se por minha parte tenho também resolvido adiar as negociações, para que fui autorizado, com o governo de V. Ex.”

“Em resposta, cumpre-me, depois de agradecer a V. Ex. a comunicação dos referidos documentos, declarar a V. Ex. que nenhuma dúvida tenho em abrir negociação para ajuste das questões pendentes entre o Brasil e esta República, desde que o Governo de

V. Ex. nisso convenha e nomeie o Plenipotenciário com que eu deva tratar.”

“Estou convencido de que o sr. Plenipotenciário Argentino falará em nome do seu Governo e não no dos Aliados, havendo-lhe eu comunicado a resolução de entabolar negociações com o Governo de V. Ex., desde que ele a isso se recusasse, e sabendo que o sr. Plenipotenciário Oriental achava-se de perfeito acordo com a minha opinião.”

A 5 de janeiro de 1872, o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, José Falcon, responde a Cotegipe. Faz alusão ao ofício deste em resposta ao de Ortiz, e declara “que seu governo, consequente com as declarações de Cotegipe, expediu ontem o competente diploma ao senador d. Carlos Loizaga, com que o nomeia plenipotenciário por parte do Governo da República, para que, pondo-se de acordo com V. Ex., ajuste, conclua e firme os tratados definitivos de paz, comércio, navegação e limites com o Governo do Brasil, que V. Ex. tão dignamente representa nesta República.”

Antes de historiar as negociações de Cotegipe com Loizaga, convem dar notícia da comunicação daquele a Correia, em 17 de dezembro de 1817. Remetendo-lhe cópias do ofício de Ortiz, do de Quintana e de sua resposta, comenta Cotegipe o procedimento “pouco refletido do plenipotenciário argentino *falando em nome da aliança* e julgando-se autorizado a *exigir o adiamento de qualquer negociação até que ele ou o seu governo a declarasse oportuna*.”

“Foi uma feliz casualidade — ajunta — que ele não tivesse ainda dado ciência ao Governo Paraguaio da minha resolução de tratar em separado, porque o passo dado pelo plenipotenciário argentino mais completamente o justifica.”

“V. Ex. avaliará o quanto há de extraordinário na tentativa oculta de obstar à abertura de qualquer negociação por parte do Brasil, depois das declarações francas, exaradas no Protocolo n. 4. Aí mui de indústria referi-me aos tratados peculiares, dando a entender que os iria negociando confidencialmente até que viessem novas instruções do Governo Argentino, circunstância que não foi mencionada no protocolo.

“Mas nada satisfazia ao meu colega senão o chamar-se à sua opinião ou impedir uma solução qualquer sem o seu assentimento.”

“Esta ocorrência — continua adiante Cotegipe — vem cerrar a série de razões que me assistem para regular por nós mesmos as questões que temos pendentes com o Paraguai, e persuado-me que ainda o mais prevenido espírito não nos poderá acusar de falta de lealdade a nossos compromissos e de extrema moderação.”

"Toda a minha correspondência desde que cheguei a esta capital demonstra que eu previa e receava tudo quanto ora sucede, e é por isso que, revestindo-me de prudência e resignação, aguardei que naturalmente se desenvolvesse e aclarasse o pensamento do nosso aliado. Note V. Ex. a gradação seguida no mês e meio decorrido de nossa apresentação até hoje:

1.º, recusa peremptória de reconhecer a cláusula do protocolo, anexo ao tratado de 1.º de maio. Esforço de minha parte para fazê-la reconhecer e, afinal, o adiamento sem esperança de propício resultado;

2.º, protelação premeditada da abertura das negociações depois de ajustadas entre os três plenipotenciários as bases do tratado definitivo de paz;

3.º, proposta de acordo prévio sobre o alcance das obrigações dos aliados na sustentação dos limites argentino e brasileiro, condição *sine qua non* para a abertura das negociações.

Novos esforços nossos para adiar a resolução da questão enquanto não fosse ouvido o Governo Paraguaio, conforme o que foi assentado nas conferências de Buenos Aires;

4.º, declaração, por mais de uma vez repetida, de que, sem o apoio *ilimitado*, que exigia, a aliança não tinha razão de ser, não cedendo, entretanto, da impugnação, que sempre opôs, ao reconhecimento da validade do protocolo anexo;

5.º, retirada do plenipotenciário argentino, sem aguardar, nem mesmo pedir instruções, de que, aliás, não necessitava;

6.º, tentativa final de obstar a qualquer ajuste sem o *placet* do Governo Argentino;

7.º, repulsa de todos os meios conciliatórios propostos por mim e, creio, os mais conciliáveis ao bom êxito das negociações.

"Realizada desta forma, além das prescrições de V. Ex., a hipótese em que, segundo as minhas instruções, me seria permitido tratar separadamente, não hesitei em fazê-lo e espero desemaranhar-me da teia em que o nosso aliado procurou enredar-me, não sem quebrar a nossa dignidade."

A negociação vai, pois, começar: procurarei fazer ao Paraguai as possíveis concessões, que sirvam de documento de nosso interesse e boa fé, e habilitem com o nosso exemplo a exigir o que não se lhe deve negar para garantia de sua independência, cingindo-me à letra e espírito das instruções que me foram confiadas."

Releva observar que me achei sempre de perfeito acordo com o plenipotenciário oriental, a quem não escapara, e por mais de uma vez me prevenira que o plenipotenciário argentino não trataria, valendo-se para escapar-se de qualquer pretexto."

CAPÍTULO V

Cotegipe negocia com o Paraguai os tratados relativos ao Brasil — Discussão na elaboração dos mesmos — São afinal combinados, de pois aprovados e promulgados pelo Brasil e pelo Paraguai — O governo brasileiro ouve o Conselho de Estado em dezembro de 1871 — Pareceres dos Conselheiros — Derradeiras instruções de Correia a Cotegipe.

Cotegipe resolveu negociar com o Paraguai todos os tratados, a começar pelo tratado definitivo de paz. As conferências para o ajuste deste com o plenipotenciário paraguaio, Carlos Loizaga, realizaram-se nos dias 4, 5 e 7 de janeiro de 1872. Cotegipe tomou por base o projeto respectivo, que os plenipotenciários de aliança já haviam elaborado. Começou declarando "que, pelo acordo preliminar de paz, de 20 de junho de 1870, o governo paraguaio aceitou, em sua substância, o tratado de 1.º de maio de 1865, celebrado entre o Brasil e as Repúblicas Argentina e Oriental do Uruguai, reservando-se para os ajustes definitivos com o governo permanente as modificações do mesmo tratado que possa propor o Governo paraguaio no interesse da República."

"O tratado de 1.º de maio é, portanto, a base do projeto do tratado de paz definitiva, que ele oferece. Nele veem consignadas, quanto possível, disposições de interesse comum aos três Estados aliados; outras foram suprimidas ou adiadas por dependerem de acordo que, nas circunstâncias atuais, não foi possível conseguir de todos eles."

"O restabelecimento definitivo de paz é para ambos os Estados uma necessidade, que não pode ser preterida por mais tempo; são decorridos quasi dois anos depois que terminou a guerra; nem ao Brasil nem ao Paraguai convem o *provisório* de suas relações, e, muito menos, a occupação militar indefinida de alguns pontos do território da República, consequência desse estado provisório ou incerto."

E acrescentou adiante:

“Adiando por tanto tempo negociações que poderia ter concluído logo depois de finda a guerra, que infelizmente rebentou entre os dois Estados, concorrendo para que a República reorganizasse seus poderes políticos, deixando que esfriassem as paixões nascidas de uma luta sem exemplo nos tempos modernos, o Brasil tem dado uma prova inconcussa de que nunca pretendeu tirar da vitória completa que alcançou as consequências a que lhe davam direito os sacrifícios que fez para repelir a inqualificável provocação de seu injusto agressor.”

Terminou dizendo-se confiante em que o plenipotenciário paraguaio iria examinar e discutir a proposta de tratados com o nosso espírito de conciliação que a inspirou.

Loizaga declarou que, no procedimento de Cotegipe, procurando não demorar os ajustes que devem restabelecer as boas relações entre os dois países, reconhecia a lealdade com que sempre se conduziu o Império e o seu constante interesse pela sorte da República.

Passou-se à leitura do projeto do tratado definitivo de paz, composto de uma ligeira introdução e 22 artigos.

Foram adotados sem alteração os artigos 1.º e 2.º. Abriu-se a discussão sobre o 3.º, 4.º, 5.º e 6.º, relativos à dívida de guerra. O plenipotenciário paraguaio observou “que não podia desconhecer o princípio em que se fundam os artigos que acabavam de ser lidos”, era de prática universal, “mas circunstâncias havia em que a justiça ou, pelo menos, a equidade, pede que não seja seguido, ou que não o seja em todo o seu rigor.”

Tal era o caso presente da República: quasi sem indústria, sem renda e sem população. Pleiteou, por isso, a supressão de *toda e qualquer* indenização de guerra.

Cotegipe respondeu, dizendo que seu colega reconheceu, como não podia deixar de fazê-lo, “que o Brasil não exige do Paraguai senão a execução de um princípio geralmente seguido entre as nações, e ademais princípio moralizador, quando as guerras são injustamente provocadas, como foi a que declarou ao Brasil o governo paraguaio.”

“Sente, por isso, não poder admitir em toda a sua extensão a solicitação do sr. Plenipotenciário paraguaio, para que o Brasil prescindisse de toda e qualquer indenização pelos fatos e prejuízos resultantes da guerra.”

“Entretanto, se o sr. Plenipotenciário paraguaio prestar maior atenção às disposições dos artigos 3.º, 4.º, 5.º e 6.º, verá que o Governo Brasileiro não fechou os olhos à situação da República, e procedeu de modo a justificar a confiança que nele deposita o sr. Plenipotenciário paraguaio.”

“De duas ordens são as indenizações que o Brasil reclama: uma pelos gastos de guerra; outras, pelos prejuizos causados às propriedades públicas e particulares.”

“Para ajuste das da primeira ordem concede-se o prazo de dois anos, quando, aliás, os gastos de guerra são conhecidos, e promete-se que eles serão fixados *benevolamente*, o que significa que o Império não exigirá tudo a que tem direito, e atenderá à situação presente e futura da República.

Na celebração da concessão especial de que fala o artigo 4.º, é a ocasião asada de a República alegar e o Brasil avaliar as circunstâncias financeiras e os compromissos a que ficará sujeita com os outros aliados. É por isso que não foi fixada desde já a soma das referidas indenizações.”

“Para ajuste das da segunda ordem, marca-se também o prazo de dois anos, passados os quais nenhuma reclamação será mais admitida; exige-se, porém, que vão sendo pagas à proporção que se liquidarem. São prejuizos causados a particulares inofensivos sem que as necessidades da guerra as justificassem. A demora em indenizá-los é uma agravação ao muito que já esperam e estão sofrendo os súditos brasileiros, vítimas do vandalismo do inimigo. Ainda assim o Governo Brasileiro, podendo e, talvez, devendo fixar por si só a importância dessas indenizações, sujeita o seu exame a uma comissão mista, na qual entram em número igual membros paraguaios.”

“O Governo Imperial não pode, portanto, sem prejudicar interesses que lhe cumpre defender, levar mais longe sua moderação e benevolência.”

Loizaga disse tomar nota da segurança que lhe dava Cotegipe de que na celebração da convenção especial, mencionada no artigo 4.º, seria atendida a situação da República. Propôs, porém, que as indenizações por danos às propriedades públicas, incluídas no parágrafo 2.º do artigo 3.º, passassem para o parágrafo 1.º e fossem consideradas como dívida de guerra, sujeitas às mesmas condições que as dívidas por gastos de guerra. Havia, assim, uma diminuição dos encargos que teriam de pesar imediatamente sobre a República. Também propôs que o prazo para a apresentação das reclamações, a que se refere o artigo 6.º, ficasse reduzido a dezoito meses.

Cotegipe acedeu. Os artigos 3.º e 6.º foram convenientemente modificados.

Examinaram-se, em seguida, os artigos do projeto desde o 7.º ao 16.

Foram aceitos, bem como ao 17.

Passou-se ao 18, em que se consignava a neutralidade do Paraguai e se lhe proibia levantar, no seu litoral e ilhas, fortificações que

pudessem impedir a livre navegação comum. Loizaga analisa-o e expõe os motivos por que o não aceita.

“A primeira parte — diz ele — estipula a neutralidade do Paraguai. É um pensamento generoso, que a República aceitaria se fosse realizavel; mas a sua simples declaração não basta para que as outras nações a aceitem e, muito menos, a respeitem. Seria mister que essa neutralidade fosse, não só reconhecida, como também garantida. Quem a garantiria? Compromete-se o Brasil a isso? Se a não garante, uma semelhante declaração serviria apenas para coartar a ação da República, sem compensação equivalente. A República deseja e pretende viver em paz com todas as nações e, mui especialmente, com seus vizinhos, como lhes aconselham seus interesses; se recusa a neutralidade é porque não vê que lhe seja de modo algum garantida.”

“A segunda parte do artigo, sendo consequência da primeira, e já recusada esta, não precisaria ser examinada, porque uma nação não poderia ser sistematicamente privada de seus meios de defesa sem renunciar à sua soberania e independência; tendo sido apresentada, porem, como consequência da neutralidade, ainda nessa hipótese ele a não aceitaria, por isso que a neutralidade, para se fazer efetiva e respeitada, necessita poder defender-se em caso de ataque; pela forma consignada o Paraguai poderia ser teatro de hostilidades, sofrer as consequências desta e ver, assim, comprometida essa neutralidade, que se lhe aconselha, sem meio de fazê-la respeitada.”

Cotegipe replicou, afirmando que não pretendia de forma alguma impor ao Paraguai sua neutralidade perpétua; propõe-na, porque entende que é essa a mais segura garantia de independência e do progresso da República. O Brasil, reconhecendo-a, não duvida de que as nações vizinhas, impelidas pelos mesmos sentimentos, igualmente a reconhecerão, e não seria improvavel que a garantissem coletivamente, o que não pode o Império fazer por si só. A soberania e independência da República não sofreu por esse fato a menor quebra, como não sofreu o Reino da Bélgica e a Confederação Helvética. O desarmamento não é condição essencial da neutralidade. O Paraguai poderá aceitar a primeira parte do artigo, recusando a segunda. Mas, desde que o sr. Plenipotenciário funda, principalmente, a sua recusa por não ver garantida a neutralidade, ele, Cotegipe, julga não dever insistir convindo, porem, consignar-se que a proibição de levantar nas margens do rio Paraguai fortificações, que possam embaraçar a sua livre navegação, era uma estipulação entre os aliados, da qual o sr. Plenipotenciário abre mão, confiado em que a nova era de liberdade e progresso, em que entrou a República, tornará impossivel a repetição de fatos e receios que deram causa a inserir em um tratado a sobredita estipulação...

Concordou-se, afinal, que o artigo 18 seria suprimido. Foram aceitos os artigos 19, 21 e 22.

Estando, assim, terminado o exame de todos os artigos do projeto, o plenipotenciário paraguaio ponderou que, no tratado de 1.º de maio, foi estipulado que os aliados respeitariam a independência, soberania e integridade do Paraguai, e as garantiriam por espaço de cinco anos, mas que essa disposição não figura no projeto de tratado que acabava de ser discutido. Ele a reputava necessária “para desfazer preocupação e tranquilizar os espíritos, devendo-se torná-la mais ampla do que fora ajustado entre os aliados”.

Propunha, por isso, que o Brasil “garantissem perpetuamente a independência, soberania e integridade da República”.

Cotegipe responde “que era inadmissível a proposta do sr. Plenipotenciário paraguaio; que não reproduzira a estipulação do tratado, a que ele se referia, de respeitar a independência, soberania e integridade do Paraguai, por lhe parecer excusado; e omitira a garantia de cinco anos por ser uma obrigação comum da aliança e não do Brasil isoladamente.

Loizaga replicou “que seria de bom efeito moral e político que, pelo menos, o Brasil assumisse por si a obrigação que contraiu com a aliança e assim o propunha.”

Cotegipe aceitou a proposta de Loizaga, para que sua recusa “não fosse falsamente interpretada.”

Redigiu, pois, um artigo nestes termos:

“O Governo de S. M. o Imperador do Brasil confirma e ratifica o compromisso que contraiu pelos artigos 8.º e 9.º do tratado de 1.º de maio de 1865, que celebrou com a República Argenina e a República Oriental do Uruguai.”

“Consequentemente se obriga a respeitar perpetuamente por sua parte a independência, soberania e integridade da República do Paraguai e a garanti-la durante o prazo de cinco anos.”

Este artigo recebeu o n. 17 e o 17 do projeto, com um pequeno acréscimo, passou a ser 18.

E, assim, ficou assentado o *tratado definitivo de paz* entre o Brasil e o Paraguai.

Os plenipotenciários celebraram, no dia 8 de janeiro de 1872, nova conferência, em que se ocuparam do *tratado de limites*.

Cotegipe apresentou um projeto, composto de quatro artigos. A linha divisória era assim traçada no artigo 1.º:

“O território do Império do Brasil divide-se com o da República do Paraguai pelo álveo do Rio Paraná, desde onde começam as pos-

sessões brasileiras na foz do Iguassú, até onde se lhe ajunta o rio Igureí, pela margem ocidental abaixo do Salto das Sete Quedas."

"Da boca do Igureí segue a linha divisória pelo álveo acima até a sua principal origem, na serra de Maracajú.

"Daí segue em linha reta ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados, a encontrar a serra de Amambai."

"Prossegue pelo mais alto desta serra até a nascente mais austral do rio Apa, e baixa pelo álveo deste até sua foz, na margem oriental do rio Paraguai."

"Todas as vertentes que correm para o norte e leste pertencem ao Brasil, e as que correm para sul e oeste pertencem ao Paraguai."

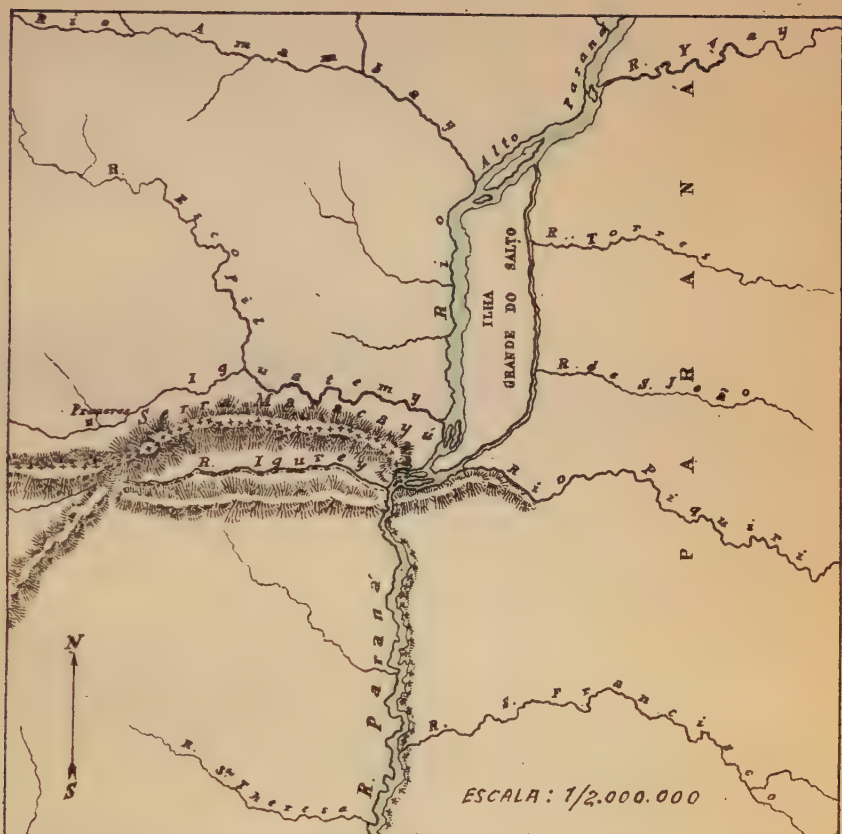
"A ilha do Fecho dos Morros é do domínio do Brasil."

O plenipotenciário paraguaio observou que a linha assim traçada tirava ao Paraguai, na margem do Paraná, território que o Governo do Brasil já tinha reconhecido pertencer-lhe. Em 1856 e mesmo antes, já havia o Brasil proposto, como ponto de partida da fronteira, a foz do Iguatemi, prova de que não se julgava com direito ao terreno desde aí até a foz do Igureí, e também não tinha posse nessa região que pudesse alegar em seu favor.

Propunha, por conseguinte, que a linha, "começando defronte da foz do Iguassú, seguisse pelo canal do rio Paraná, até a foz do Iguatemi; daí procurasse a serra de Maracajú e desta o rio Apa, como se acha no artigo, suprimindo-se, porem, as palavras "nascente mais austral do Apa" e substituindo por estas outras "nascente principal do Apa".

Cotegipe respondeu ser exato "que o Governo Brasileiro propusera ao do Paraguai a linha do Iguatemi, porem como uma transação, com o fim de evitar conflitos e não porque deixasse de possuir títulos que lhe dessem direitos à linha do Igureí.

Assim como também era exato que o Governo paraguaio, em 1844, ratificara um tratado admitindo como base o de Santo Ildefonso, que designa justamente essa linha, e em 1847, 1852 e 1856 propusera a linha do Salto Grande do Paraná; o que prova contra o Paraguai o mesmo que o sr. Plenipotenciário paraguaio pretende contra o Brasil, isto é, que o Paraguai não tinha títulos nem posses que lhe dessem direito à linha do Iguatemi. De uma e outra parte foram rejeitadas as referidas propostas, ficando, portanto, as coisas no *status quo* anterior. Examinando-se este, chega-se à convicção de que o Império não exige mais do que aquilo que exigiria se a guerra não tivesse tido lugar e que, podendo depois reivindicar territórios que foram usurpados durante o domínio espanhol, limita-se ao que recebeu quando declarou sua independência, porque é esse o princípio que pode evitar dissensões e guerras entre os países americanos."



TRECHO DA CARTA DA FRONTEIRA DO IMPÉRIO DO BRASIL
COM A REPÚBLICA DO PARAGUAY, ORGANIZADA PELO CON-
SELHEIRO DUARTE DA PONTE RIBEIRO.

“Nenhuma questão, acrescentou o plenipotenciário brasileiro, tendo sido mais debatida do que a de limites entre as antigas possessões portuguesas e espanholas. Os inúmeros documentos até hoje publicados dão-lhe completa luz. Em poucas palavras demonstrou que o Império não pretende, como nunca pretendeu, abusar da força, e que a sua proposta é prova cabal de sua moderação”.

“O tratado de 13 de janeiro de 1750 e o de 1.º de outubro de 1777, assinalando os pontos por onde devera correr a linha divisória entre o que é hoje República do Paraguai e Império do Brasil, dispõe que “da foz do Igureí seguirá a linha pelo álveo deste até sua origem principal; daí procurará as contravertentes do rio mais próximo (que se supunha ser o Corrientes) e descerá por este até sua entrada no Paraguai.”

“Reconheceu-se que o rio que correspondia aos termos do tratado era o Xejui, que deságua no Paraguai, na latitude sul 24º 11'45”. A proximidade em que ficava o Xejui da cidade de Assunção e, mais do que isso, a política da coroa de Espanha de apropriar-se da navegação exclusiva do Rio da Prata, Paraná e Paraguai, não consentiram que nenhum dos tratados fosse literalmente executado.”

“O meio empregado para ilud-los foi: ou negar a existência dos rios ou dar-lhes nomes diferentes.”

“O mais habil, como o mais tenaz nesse sistema, foi d. Felix de Azara, comissário espanhol.”

“A posição do Igureí era perfeitamente reconhecida no mapa de 1749, que os plenipotenciários das duas cortes assinaram para servir de guia aos demarcadores; está claramente escrito o — Igureí — rio de que já tinham conhecimento os jesuitas, conforme se vê no mapa que mandaram a Roma, e foi ali gravado em latim, no ano de 1632. Não obstante, Azara negou ousadamente a existência desse rio, reduziu-o às proporções de um *arroyo*; mas, ainda assim, lhe conservou o nome de Garai. Não bastava isso a seus fins, era mister indicar qual o verdadeiro Igureí, e foi descobri-lo no rio Ivinheima, já mui conhecido e explorado pelos portugueses, e deu-lhe, pela primeira vez, não o nome de Igureí, mas ora de Jaguarí, ora de Iguareí. A fraude é hoje tão patente, que alguns geógrafos, ao nome de Ivinheima acrescentam ou *Igureí de Azara*.”

Para pôr termo a estas dúvidas, e por transação, ordenaram as duas coroas, em instruções de 6 de junho de 1788, que começasse a demarcação da foz do Iguatemi até suas cabeceiras, e daí procurasse as do Ipané Guazú, descendo por este até sua entrada no rio Paraguai, que fica na latitude 23º 29’.

“O Ipané era também conhecido pelo nome de Corrientes.”

Disposição tão clara foi ainda sofismada pelo comissário espanhol, porque suas vistas e esforços tendiam todos a excluir os portugueses dos terrenos secos da margem oriental do rio Paraguai, dificultar socorros a Mato Grosso, em caso de ataque, e *apossar-se da província em poucos anos*, como positivamente declarou na sua conferência reservada, que foi, depois, entregue à publicidade. Em última análise satisfazia-se com a linha do Aquidabaniquí, na latitude sul 23° 11', que ainda deixava aos portugueses todo o território que forma hoje o departamento do Salvador.

"Entretanto, o Governador do Paraguai adiantava a ocupação da margem esquerda do rio deste nome até a margem austral do Apa, parte extrema das aspirações de Azara, nada inovando pelo lado do Paraná, a que só dava importância para encobrir e justificar a usurpação em que se prosseguia pelo outro lado da linha ou do Paraguai."

"Neste estado estava a questão de limites, quando as colônias portuguesas e espanholas declararam a sua independência. De então para cá nenhum dos dois Estados ultrapassou a linha do Apa e do Igureí."

"Respeitando o princípio do *uti possidetis*, o Brasil não disputa ao Paraguai suas possessões — embora noutro tempo abusivo — até o rio Apa; não pode, porem, abrir mão da linha proposta pelo lado do Paraná, porque aí não tem a República estabelecimento ou posse de qualidade alguma; e, ao contrário, o Império tem aí exercido atos de jurisdição e é a dita linha a mais conveniente para cobrir os estabelecimentos brasileiros e a comunicação terrestre para Mato Grosso."

"A República, aceitando a linha do Igureí, não fica prejudicada no presente nem no futuro; não cede uma polegada de terreno que lhe pertença; evita para sempre questões de que lhe podem provir graves danos; e no direito, e não na força, encontrará sempre sua maior garantia."

"Não vê, pois, razão plausível para que deva aceder à proposta do sr. Plenipotenciário paraguaio; aceita-a, porem, na parte em que pede que se declare que a linha continuará pela origem ou nascente principal do Apa, porque não é mais que mudança de redação, visto que no galho mais austral está a origem principal desse rio. Se a fronteira não ficar bem assinalada por essa forma, os dois governos, conforme o art. 4.º, levado pelo mesmo espírito de conciliação, acordarão em qualquer variação que seja mais conveniente aos seus interesses."

"O plenipotenciário paraguaio replicou que o Paraguai não tinha, na realidade, povoação ou posse efetiva do Igureí ao Iguatemi, espaço

ocupado por indígenas que nenhuma jurisdição reconheciam; mas que o Brasil também os não tinha; que não pretende reproduzir questões nunca definitivamente decididas sobre os nomes, posições e direção dos rios, de que falam os antigos tratados; aceita o princípio do *uti possidetis*, adotado pelo sr. Plenipotenciário brasileiro; e, desde que este não prove que tinha posse no referido território, é mais justo que seja ele adjudicado ao Paraguai, o qual, em época remota, teve, mesmo além do Iguatemi, estabelecimentos e povoações importantes e lhe fica mais próximo. Por isso o que o sr. Plenipotenciário brasileiro chama transação de 1856 está no caso de ser hoje reproduzido e áceo.”

Cotegipe respondeu “que as posses antigas, a que aludira o sr. Plenipotenciário paraguaio, nunca foram reconhecidas pelos portugueses, que, ao contrário, obrigaram os espanhóis a abandoná-las, sem que jamais tornassem a restituí-las. Os tratados que, posteriormente, foram celebrados entre as duas cortes, cortaram de uma vez esta questão, e desde mais de 150 anos nunca se repetiram semelhantes tentativas; se, presentemente, não há estabelecimentos brasileiros aquém do Iguatemi, já existiram e não é exato que as tribus que aí vivem não reconheçam a soberania do Brasil.”

“Como transação, a linha do Iguatemi seria inconveniente, por deixar descobertos estabelecimentos brasileiros e os que novamente se forem fundando, ficando, assim, um germe de conflitos, que os negociadores devem ter muito a peito evitar.”

“O plenipotenciário paraguaio disse que no mesmo caso estava a linha do Igureí para com o Paraguai. Caíndo o Igureí no Paraná, abaixo do Salto Grande, transporá neste ponto a fronteira do Brasil a serra de Maracajú, sem vantagem própria; ficando também, por essa forma, descobertos os estabelecimentos paraguaios, e difícil o policiamento do departamento vizinho. Essa parte de território será asilo de criminosos e desertores, que perturbarão a fronteira, sem que o Brasil, pela grande distância, os possa conter ou punir. Prescindindo de qualquer direito de uma e outra parte sobre terrenos desertos e inhabitados por longos anos, propunha que se adotasse uma linha mais conveniente, no sentido indicado, parecendo-lhe que a do Salto Grande preenchia perfeitamente o fim de oferecer mais facil defesa a ambos os Estados; ficando, assim, toda a margem direita do Paraná, do Salto por baixo, pertencente exclusivamente ao Paraguai, e, para cima, ao Brasil.”

Cotegipe concordou “para dar uma prova do espírito conciliador do seu governo” e porque “a linha divisória por esse ponto atendia melhor às conveniências de polícia e defesa”.

O artigo 1.º ficou afinal redigido desta forma:

“O território do Império do Brasil divide-se com o da República do Paraguai pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras, na foz do Iguassú, até o Salto das Sete Quedas, do mesmo rio Paraná.”

“Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da serra do Maracajú até onde ela finda.”

“Daí segue em linha reta ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a serra Amambaí.”

“Prossegue pelo mais alto desta serra até a nascente principal do rio Apa e baixa pelo álveo deste até sua foz, na margem oriental do rio Paraguai.”

“Todas as vertentes que correm para norte e leste pertencem ao Brasil e as que correm para o sul e oeste pertencem ao Paraguai.”

“A ilha do Fecho dos Morros é do domínio do Brasil.”

O artigo 2.º marcava o prazo de três meses para a nomeação dos comissários, que deveriam ser encarregados de balizar no terreno a linha de fronteira. O 3.º e 4.º davam providências sobre o mesmo assunto.

Cotegipe e Loizaga assentaram depois (16 de janeiro de 1872) um *tratado para a entrega de criminosos e desertores* e outro (18 de janeiro de 1872) de *amizade, comércio e navegação*.

Destarte, ficaram concluídos e firmados quatro tratados entre o Brasil e o Paraguai, a saber:

1 — *Tratado definitivo de paz*.

2 — *Tratado de limites*.

3 — *Tratado para a entrega de criminosos e desertores*.

4 — *Tratado de amizade, comércio e navegação*.

Os dois primeiros foram submetidos à apreciação do Congresso paraguaio, que os aprovou em sessão secreta, no dia 20 de janeiro de 1872, por 23 votos contra quatro.

Todos foram ratificados e as ratificações trocadas no Rio de Janeiro em 26 de março de 1872. No dia seguinte (27), a Princesa Imperial Regente os promulgou em nome do Imperador.

E assim logrou Cotegipe findar com bom êxito a tarefa que se havia proposto.

Escrevendo a Correia, no dia 8 de janeiro de 1872, dizia-lhe:

“A minha correspondência anterior explica e, creio, justifica o meu procedimento que, se merecer a aprovação do Governo Imperial, compensará o sacrifício e, direi mesmo, o desgosto de tratar com quem tão mal compreende nossa lealdade e boa fé.”

A 22 de janeiro, escreve-lhe de novo, dando explicações sobre o tratado de paz definitivo e o de limites, e termina desta forma:

"Lisonjeio-me de haver interpretado fielmente o pensamento do Governo Imperial, manifestado no citado despacho de 31 do passado; conto, por isso, com a sua aprovação e excusa às faltas infalíveis em trabalhos que hão de, por força, ressentir-se da pressa com que foram feitos."

As instruções a que se refere Cotegipe são as que Correia lhe prometera para depois de ouvido o Conselho de Estado.

Antes de comentá-las, convem resumir as opiniões emitidas por este conselho.

Dirigindo-se a ele, a 16 de dezembro de 1871, propôs-lhe o Governo os seguintes quesitos:

1.º O compromisso do artigo 17 do Tratado de Aliança de 1.º de maio obriga os aliados a sustentarem como limites da República Argentina os que ela designou no art. 16 como base para o ajuste de paz com o Paraguai?

2.º Não sendo possível um acordo comum, convirá que o plenipotenciário brasileiro trate separadamente com o Governo paraguaio, que se mostra a isso disposto, sobre as bases do referido tratado, garantindo os direitos do Brasil, e, com estes, os dos outros aliados, no tocante à liberdade da navegação e às indenizações da guerra?

3.º Convirá o alvitre de tratarmos separadamente, se o plenipotenciário argentino, prevendo as dificuldades da sua questão de limites ou por outro motivo, não quizer celebrar os ajustes definitivos de paz com o presidente atual, alegando que este se tornou ditador com a dissolução do Congresso?

"O presidente declarou, em manifesto público, que tomara aquela medida extrema e apelara para a nação, por ter descoberto uma conspiração em que estava envolvida a maior parte dos membros do Congresso. Foi depois desse fato, e de estar convocado novo Congresso, hoje eleito, que os plenipotenciários dos governos aliados entregaram suas credenciais a esse mesmo presidente."

4.º Convirá que essa separação se dê, ainda que o plenipotenciário argentino, que tem recusado reconhecer como obrigatória para o seu governo a cláusula do protocolo anexo ao tratado de 1.º de maio e parte integrante deste, por fim o aceite como tal?

"Essa cláusula é a que mandou arrasar as fortificações paraguaias e veda que outras se levantem no litoral da República."

"5.º A não convir que, em nenhuma das hipóteses figuradas, o plenipotenciário brasileiro trate separadamente, não podendo haver então ajuste definitivo de paz, que medidas coercitivas se devem tomar contra o Paraguai para obrigá-lo a celebrar o dito ajuste?

Foram estas as respostas dadas pelos membros do Conselho, na sessão de 22 de dezembro de 1871: (42)

O conde d'Eu começa recordando o texto dos artigos 16 e 17 do tratado de aliança e afirma não ser o mesmo inteiramente claro.

A garantia que os aliados *reciprocamente assumem* não começa a vigorar senão depois de celebrados com o novo Governo do Paraguai os ajustes definitivos de paz. O art. 16 não preceitua terminantemente que tais ajustes, convênios, tratados e estipulações, consignem rigorosamente os limites ali indicados; apenas diz que tais limites servirão de base aos tratados definitivos. "Pode-se muito bem sustentar que tais bases são meros pontos de partida, susceptíveis de serem modificados no decurso das negociações que devem preceder às celebrações do tratado definitivo". É esta a sua opinião, confirmada por vários documentos. Cita a ressalva quanto às reclamações da Bolívia, o artigo do protocolo de 20 de junho de 1870, as declarações feitas na discussão que precedeu a esse protocolo e que patenteia a interpretação dada pelos plenipotenciários ao artigo 16. Por essas declarações e pelas que constam das notas dirigidas a 27 de dezembro de 1869, à Missão Especial do Brasil e ao Governo Provisório do Paraguai pelo Ministro das Relações Exteriores da República Argentina, acerca da ocupação de Vila Ocidental, vê-se que na referida época os representantes do Governo Argentino eram os primeiros a reconhecer como susceptíveis de modificações as bases do tratado de 1865. O Governo do Paraguai, por essa mesma ocasião declarou que pretendia usar oportunamente do direito de solicitar qualquer modificação, direito que não lhe foi contestado.

Se a Argentina e o Paraguai não chegarem a acordo sobre essas modificações, ele vê três alternativas para o Brasil:

1.º, adiar indefinidamente os ajustes de paz; 2.º, celebrá-lo na parte em que não sofrem contestação, deixando aberta a questão de limites do Paraguai com a Argentina; 3.º, compelir pela força o Paraguai a aceitar as exigências do Governo Argentino.

Pode-se eliminar a primeira, por ser inconveniente ao Brasil e não satisfazer ao que preceitua o tratado de 1.º de maio.

A segunda é a mais consentânea com os compromissos e, mesmo, com as conveniências dos governos aliados, pois "nem do texto do tratado de aliança (o qual, no seu artigo 8.º, mandou respeitar a integridade territorial da República do Paraguai), nem, sobretudo, dos documentos oficiais que praticamente viessem a servir-lhe de comen-

(42) Abrevio-as usando com frequência as próprias expressões dos conselheiros.

tário, pode-se deduzir que o Brasil esteja obrigado a prestar à República Argentina o concurso de suas armas para servirem de base ao seu tratado de limites com o Paraguai, enquanto, pelo menos, tal tratado de limites não se achar assinado por falta de concordância entre as partes que o tem de celebrar.”

Relativamente ao segundo quesito, acha o conde que está, em parte, respondido, pelo que ele disse sobre o primeiro. Antes, porém, de o Brasil tratar com exclusão do Governo Argentino, deve este ser convidado a assinar o tratado de paz, navegação e comércio, que nada tem com a questão de limites, ficando, depois, a cada aliado celebrar separadamente com o Paraguai os seus ajustes de limites. É isto, aliás, o que prescreve o artigo 16. Se a Argentina, feito o convite, se recusar, estará o Brasil justificado em concluir o tratado comum de paz e navegação por si só ou de acordo, se possível, com o Estado Oriental.

Quanto ao terceiro quesito, entende que, havendo os plenipotenciários entregado as suas credenciais ao atual Governo do Paraguai, foi este, de fato, reconhecido por eles.

Sobre o quarto, diz que, se o plenipotenciário da Argentina se recusar a reconhecer como obrigatória a cláusula do protocolo anexo ao tratado de 1.º de maio, será isso, sem dúvida, um fato que autorizará o Brasil a prescindir do concurso da Argentina para a celebração do tratado de paz.

A hipótese formulada no quinto quesito fica prejudicada se prevalecer a sua opinião sobre o primeiro. Chegado, porém, o caso de deverem tomar medidas coercitivas contra o Paraguai, entende que a mais eficaz será os aliados chamarem a si, apoiados em suas forças de ocupação, o cobro das contribuições da alfândega ou de outras que alimentam os serviços públicos. Se o Governo do Brasil, por qualquer consideração para com o Governo Argentino, julgar dever acompanhá-lo no intuito de forçar os paraguaios a ceder às suas exigências territoriais, pensa que as forças com que o Brasil concorresse para a consecução desse interesse puramente argentino nunca deveriam ser maiores do que as empregadas para o mesmo fim pelo próprio Governo Argentino.

O visconde de Abaeté cita os artigos 16 e 17 do tratado de aliança e as reversais sobre a Bolívia. Na primeira parte do artigo 17 estipulou-se, em termos claros e precisos, a garantia recíproca das potências aliadas para o fiel cumprimento das bases do tratado definitivo de limites que o Governo do Paraguai teria de celebrar com o Império e a República Argentina, e na segunda e terceira parte o modo como a garantia deveria ser prestada. Ora, como tal garantia foi uma das obrigações recíprocas que contraiam as potências aliadas,

em virtude do tratado de aliança de 1.º de maio de 1865, não se pode negar que, se tivesse de atender somente à letra do artigo 16, o Governo Imperial seria obrigado a prestar a solicitada garantia. Mas o tratado foi completado pelas reversais a respeito da Bolívia. Se, portanto, os limites assentados pela Argentina e o Paraguai prejudicarem qualquer reclamação da Bolívia sobre território que ela considera como lhe pertencendo, não está o Brasil obrigado a prestar a garantia estipulada. "Somente depois de terminadas as questões de limites entre a Bolívia e a Argentina, é que o Governo Imperial poderá prestar a este a garantia estipulada no tratado de 1.º de maio de 1865". Por isso, conclue Abaeté, a minha resposta ao primeiro quesito *é completamente negativa*.

Quanto ao segundo, o Conselho pleno já se manifestou anteriormente sobre ele. Depois de expender algumas reflexões, termina assim: "Do que tenho exposto, parece-me poder concluir-se que, tanto a opinião do Conselho de Estado, enunciada em 1870, como o pensamento do Governo Imperial, é que, na impossibilidade de um acordo comum, convirá que o Governo Brasileiro trate separadamente com o Governo do Paraguai".

Sobre o terceiro quesito, a sua opinião é afirmativa. Desde que os plenipotenciários entregaram as suas credenciais ao atual Governo paraguaio, está este reconhecido como legítimo.

Quanto ao quarto quesito, responde pela negativa. Sobre o quinto diz que as dificuldades para o ajuste em comum não provêm do Paraguai; se proviessem, os meios coercitivos para obrigá-lo à execução do tratado de aliança deveriam consistir principalmente na ocupação de parte de seu território.

O visconde de Itaboraí responde negativamente ao primeiro quesito. O art. 17 refere-se unicamente a convênios, ajustes e tratados, que se celebrarem ou tiverem celebrado posteriormente, em virtude do que se concordou no tratado de aliança. E' verdade que no artigo 16 deste tratado se converteu em que os aliados exigissem do governo do Paraguai o reconhecimento dos limites ali fixados, e o verbo *fixar* indica o emprego de meios coercivos; mas o art. 2.º do protocolo de 20 de junho de 1870 alterou profundamente aquela disposição do tratado de aliança, substituindo o *emprego de meios de coação e o direito da vitória pela força do direito e o acordo amigável à vista dos títulos das partes contratantes*. Recordo o incidente da Vila Ocidental. "E", pois, claro que o governo brasileiro não pode agora intervir na questão de limites entre a República Argentina e a do Paraguai sinão por seus bons ofícios e a favor daquele que, no seu entender, *tiver mais razão*". "Não há no tratado de aliança artigo nenhum que imponha aos aliados o dever de não negociarem separadamente com o

Governo do Paraguai senão o art. 6.º, o qual lhes veda fazerem separadamente com o inimigo comum tratado de paz, tréguas ou armistício para suspender ou findar a guerra. Esta expressa declaração do art. 8.º firma ainda mais a regra que, quanto às outras questões, os aliados podem tratá-las separadamente na parte relativa a cada um deles.”

Responde afirmativamente ao 3.º quesito e ao 4.º Não dá importância ao protocolo anexo. Acha que o governo deve retirar com urgência a força que tem no Paraguai, a qual, além das avultadas despesas que custa ao Tesouro, está alimentando e exacerbando as malquerenças, as antipatias e as intrigas contra o Brasil, tanto ali, como principalmente nas Repúblicas do Prata, e fazendo lançar à nossa conta todos os erros ou desatinos que se tenham cometido ou possam cometer no Paraguai.”

Sobre o quinto quesito, diz que a única medida que se poderia tomar, se a questão versasse sobre limites e na hipótese figurada no quesito, seria “cada um dos aliados apoderar-se da parte do território a que os outros o julgassem com direito em virtude do tratado de 1.º de maio.”

O visconde de São Vicente declara que o artigo 16 não estabeleceu por si só limites entre o Brasil e o Paraguai, nem entre esta República e a Confederação Argentina, como linhas definitivas e peremptórias, mas bases para os tratados que se deveriam celebrar só com o Paraguai depois de vencido. Logo o art. 16 não obriga, por si só o Brasil a coagir o Paraguai a aceitar esses limites sem discussão ou modificação alguma em favor da Confederação, e nem tão pouco obriga a esta pelo que toca ao Brasil. “De mais, o dito artigo 17, como dele se vê, obriga os aliados não a impor tais limites, mas sim a garantir o cumprimento dos convênios ou tratados que se celebrarem, o que certamente é coisa diversa.”

Quanto ao 2.º quesito, diz que, se pelas exigências exageradas da Confederação Argentina, não for possível o acordo comum com o Paraguai, parece fora de dúvida convir “que o plenipotenciário brasileiro trate separadamente com o governo do Paraguai, o qual se mostra disposto a isso, garantindo os direitos do Brasil sobre as bases do tratado de aliança, bases que devem ser atendidas também sobre aquilo que for do interesse comum dos aliados, como sejam as indenizações de guerra e dos prejuízos ilegítimos anteriores, livre navegação e bases de uma política liberal dos rios. Tal expediente parece mesmo indispensável desde que o governo do Brasil se acabe de convencer de que a política, ou vistas reservadas da Confederação Argentina, tende a procrastinar a solução dos negócios da aliança, com graves despesas brasileiras e com incerteza da paz definitiva e dos direitos

do Império. O fato de negociar em separado pode trazer ou não, como consequência, ficar prejudicado o tratado de aliança em tudo ou mesmo em parte; é, porém, questão que deverá ser ventilada e resolvida pacificamente, tendo-se em vista as idéias que a Confederação manifestar. Em todo o caso, a culpa será dela e não nossa. E' esta a resposta já outrora formulada pelo Conselho de Estado pleno".

Sobre o 4.º quesito, seu parecer é que, "ainda quando o plenipotenciário argentino reconheça como obrigatória a cláusula relativa às fortificações, ainda assim, se outro qualquer pretexto ou exageração impedir a negociação comum, entende que convem tratar em separado pelos motivos já ponderados nas respostas ao 2.º quesito."

O 5.º fica sem objeto, porque o Brasil nas hipóteses previstas deve tratar separadamente.

Bernardo de Souza Franco conforma-se com o parecer dos conselheiros que o precederam.

Nabuco de Araujo diz que, "em seu conceito, a recíproca garantia estipulada pelo art. 17 do Tratado da Tríplice Aliança não é um compromisso fatal, sem arbítrio algum e sem relação com as outras estipulações do mesmo Tratado".

"Sem dúvida essa garantia refere-se aos tratados de limites individualmente celebrados pelos aliados com o Paraguai, mas conforme o respeito e o grande fim da aliança".

"Se os aliados estipularam a recíproca garantia do art. 17, também estipularam no art. 9.º a garantia coletiva da independência, soberania e integridade da República do Paraguai."

"Que os limites descritos no art. 17 não são definitivos, resulta dos Protocolos do Tratado preliminar de paz, em os quais se admitia questão sobre eles e, por consequência, a solução conforme a combinação dos ditos artigos."

"Se os aliados não tivessem na aliança outro interesse e outro fim que os seus limites, não haveria questão; eles seriam garantes de si mesmos contra o Paraguai; mas, comprometidos aos olhos do mundo civilizado a manter a soberania e a integridade do Paraguai, eles são também garantes do Paraguai, e pois temem que ver se os limites pretendidos ofendem a soberania e integridade do Paraguai, e temem que recusar sua garantia aos aliados neste caso. Quando uma nação é garante de uma das partes contratantes, ela não tem outro arbítrio que não seja o interesse dessa parte; quando, porém, é garante do tratado, ou de uma e de outra parte, ela não pode deixar de ter arbítrio. Ainda há uma outra relação diplomática que pode autorizar a recusa da garantia, e é se o Tratado de limites da República Argentina invalidar ou prejudicar os direitos da Bolívia, ressalvados

pela nota de 1.º de maio de 1865. Conclue que o Governo imperial pode recusar a sua garantia se os limites pretendidos ofenderem a integridade do Paraguai ou os direitos da Bolívia. Entende mesmo que, quando tal garantia fosse devida, o Brasil não *deveria prestar forças* contra o Paraguai; porque, no estado em que se acha esta nação, a República Argentina por si mesma pode constrangê-la, sendo que, conforme os princípios do Direito Internacional, a garantia só deve ser prestada quando o Estado garantido não tem meios para fazer valer os seus direitos.”

“Aos quesitos 2.º, 3.º e 4.º, a solução que vai dar é uma e a mesma, isto é, que, em todo caso, o Brasil deve abster-se de tratar individualmente com o Paraguai, ou sobre os limites territoriais ou sobre as questões relativas à navegação dos rios e soberania do Paraguai, quanto aos limites, porque assim daria o Brasil uma prova de lealdade na aliança e nas relações diplomáticas, quanto à navegação e outros interesses internacionais, porque, conforme o tratado, são objeto de tratados coletivos e só pelo concurso das Nações aliadas podem ser mantidas, sendo que o Brasil tomaria sobre si um grande comprometimento querendo mantê-los a sós, sem esse concurso, e contra duas nações. Digo hoje o que disse quando foi consultado o Conselho de Estado sobre a hipótese do tratado preliminar celebrado pelo Brasil sem a República Argentina. A guerra foi feita pelos aliados, a paz deve ser feita por eles; por tratados coletivos, como o Tratado estabelece. O procedimento do Brasil, separando-se da República Argentina e tratando a sós, pode trazer dificuldades diplomáticas graves e imprevistas. E não há necessidade deste proceder. Existem os tratados preliminares de paz; esperemos que os outros se possam fazer. Que não se façam por culpa nossa é o que devemos prevenir.”

O barão de Muritiba opina deste modo: Atendendo-se exclusivamente às estipulações do tratado de 1.º de maio, não lhe parece duvidosa a obrigação dos aliados, em virtude do art. 17, de sustentarem como limites da República Argentina com o Paraguai os que foram designados no referido artigo.

Mas a interpretação depois suscitada pelo governo argentino, por ocasião da ocupação da Vila Ocidental, e aceita pelo protocolo de 20 de junho de 1870, em consequência do qual foi celebrado o ajuste preliminar de paz, fez caducar aquela obrigação e hoje os limites dependem dos tratados e convenções que se firmarem. Atualmente o compromisso do art. 17 “não obriga os aliados a sustentarem os limites que a República Argentina designa no art. 16 do tratado de 1.º de maio, como bases para o seu ajuste de paz com o Paraguai.”

Com respeito ao 2.º quesito, diz que, se não houver esperança fundada, ou for impossível chegar-se a um acordo comum, acha conveniente que o plenipotenciário brasileiro trate separadamente com o governo paraguaio nos termos indicados na questão. Pensa que o tratado de 1.º de maio se presta a este alvitre, porquanto o compromisso, que expressamente tomaram os aliados, de não tratarem em separado foi o do art. 6.º do mesmo tratado. Segue-se por isso, *a contrario sensu*, que nos demais casos, não podendo haver acordo comum, qualquer dos aliados tem direito de tratar separadamente, uma vez que não lese as bases do referido tratado. E mais força dá a isso o artigo 10, que torna comum a todos os aliados as franquias, privilégios e concessões que qualquer deles obtenha do governo paraguaio. Somente em ajuste não comum é possível que esta hipótese tenha realidade. Todavia o tratado em separado não terá a garantia do art. 17 do de 1.º de maio, salvo se for depois aceito pelos que nele não intervierem. Pensa, porém, que a falta dessa garantia não nos trará prejuízo sensível.

Quanto ao 3.º quesito, reputa frívolo o motivo apresentado para não tratar com o atual presidente do Paraguai. Este presidente foi eleito legalmente e o fato de lhe terem os plenipotenciários entregue as suas credenciais e de estar ele na posse do poder, dá-lhe a necessária capacidade para concluir tratados propriamente ditos. Se o plenipotenciário argentino obstinar-se e não quiser tratar por este motivo, dará prova de não querer levar à execução as estipulações do tratado de 1.º de maio. Se, porém, fosse por algum outro motivo razoável, julgava prudente que se tratasse separadamente. A boa fé, que é a base principal e essencial das convenções internacionais, não permite resilir das obrigações contraídas senão quando há motivo justo.

Sobre o 4.º quesito, julga que "a cláusula relativa à proibição de não levantarem os paraguaios fortificações no litoral, não é de tanta importância que nos iniba de tratar em separado, se o governo argentino se mostrar refratário a outras condições essenciais". E pois entende que, sem deixar de insistir pela observância da mesma cláusula, não devemos fazer dela um obstáculo para celebrar de comum acordo o Tratado definitivo, si com a eliminação de tal cláusula contentar-se aquele governo, e nem devemos privar-nos de tratar separadamente si os argentinos reconhecerem as obrigações da cláusula.

Relativamente ao 5.º quesito pronuncia-se deste modo: "Admitindo, conforme as suas respostas anteriores, que se trate em separado, não há razão para cogitar de medidas coercitivas contra o Paraguai, tanto mais quanto dos ditos quesitos se infere não haver ele oposto obstáculos à celebração do ajuste definitivo. Estes obstáculos

proveem do governo argentino. Se, todavia, for o governo paraguaio a causa de se não celebrar o Tratado, os meios de obrigá-lo são os conhecidos e praticados pelo Direito Internacional, devendo ter execução o disposto no art. 12 do Tratado da tríplice aliança, porque o ajuste definitivo de paz é uma garantia para que esta se estabeleça e se conserve, e esse artigo estipulou a intervenção dos aliados acerca das medidas que cumpre adotar em tal caso”.

O visconde de Sapucaí votou com o conselheiro Souza Franco.

O barão das Três Barras, manifestando-se sobre o 1.º quesito, disse “que o art. 17 do Tratado de Aliança de 1 de maio de 1865, entendido literalmente, obriga os aliados a sustentarem como limites da República Argentina os que ele designou no art. 16 como base para o seu ajuste de paz com o Paraguai”. Este artigo, porem, não pode hoje ser entendido desse modo. Em notas reversais dessa mesma data ficou entendido que o dito artigo não prejudicava a qualquer reclamação que fizesse a República da Bolívia de território na margem direita do Paraguai.

Cita depois o que declararam os membros do governo provisório do Paraguai sobre o art. 2.º do protocolo de 20 de junho, declaração aceita pelos plenipotenciários do Brasil e da Argentina. “O reconhecimento da *plena liberdade* do governo do Paraguai para propor e sustentar, relativamente a limites, o que julgasse conforme aos direitos da República, a declaração solene dos governos aliados de que não pretendem conquistar territórios, mas exigir somente o que é de seu próprio interesse, mostram que não deve ser entendido literalmente o art. 17 do Tratado, e que não há obrigação para os aliados de sustentarem como limites definitivos os assinalados no art. 16”.

Ademais disso, Mariano Varela deu a entender, nas conferências de 1869, que o governo argentino se contentaria com a linha do Pilcomayo, e aludiu em seu *memorandum* às disposições *generosas* nesse sentido, confirmadas pelo plenipotenciário brasileiro. O governo paraguaio ficou ao corrente de tudo isso. “Pondo de parte as boas razões que tenha o Paraguai, para propor e sustentar modificações aos limites dados pelo art. 16 do Tratado da tríplice aliança, não pode no estado das coisas a República Argentina exigir rigorosamente o cumprimento das estipulações do dito artigo, faltando a promessas tão solenes; semelhante indignidade não se deve esperar de uma nação que se respeita, e o Brasil, a quem couberam todos os sacrifícios do triunfo de uma nobre causa, mancharia indelevelmente suas glórias, fazendo-se cúmplice de uma ambição injustificável.” A sua resposta é, pois, pela negativa.

Quanto ao 2.º quesito, se não for possível um acordo comum, convém que o plenipotenciário brasileiro trate separadamente com o governo paraguaio, “mas por ora somente nos pontos que o interessam peculiarmente, visto que os interesses comuns devem ser objeto de um tratado em que intervenham todos os aliados”. Sua resposta é, pois, afirmativa em parte.

Responde afirmativamente ao 3.º quesito e ao 4.º.

A separação é necessária para honra e dignidade do Brasil, desde que o governo da República Argentina estiver no propósito de faltar às suas promessas solenes para com o Paraguai, e apartar-se da política conciliadora e generosa do Brasil.

Quanto ao 3.º quesito, não convém o emprego de medidas coercitivas, embora por isso não se celebre o ajuste definitivo.

O Brasil deve limitar-se, na hipótese formulada, a manter os direitos que lhe resultam do acordo preliminar, esperando que os acontecimentos esclareçam a política que convirá adotar no futuro.

O duque de Caxias conformou-se com a opinião dos conselheiros que o precederam.

Ressalta desses pareceres que a maioria do Conselho de Estado justificava o procedimento do Brasil, se porventura este país se visse na contingência de tratar separadamente com o Paraguai. Quanto aos limites reclamados pela Argentina e descritos no art. 16 do tratado de 1.º de maio, opinavam alguns conselheiros que as estipulações eram de fato terminantes, mas que, em vista da ressalva quanto aos direitos da Bolívia e da interpretação dada posteriormente ao mesmo artigo pelo governo argentino, já não podia este exigir de nós que o ajudássemos a impô-lo ao Paraguai; outros entendiam que tais limites figuravam no sobredito artigo apenas como *bases* para as negociações definitivas.

Nove dias depois da sessão do Conselho de Estado, isto é, a 31 de dezembro de 1871, Correia manda as suas derradeiras instruções a Cotegipe. Como é documento de grande relevância, vou transcrevê-las na íntegra (43):

“Foi presente a S. A. a Princesa imperial regente o importante ofício que V. Ex. me dirigiu com data de 4 do corrente, sob n. 12.

“Nesse ofício refere-se V. Ex. ao de n. 14 da série Secção Central, escrito no 1.º do mesmo mês. A matéria de ambos prende-se à do n. 10 da mesma série e data do primeiro.”

(43) Arquivo Público, *Coleção Guerra do Paraguai*.

“Este último acompanha o protocolo das modificações feitas ao projeto do tratado definitivo de paz, que foi acordado pelos plenipotenciários em Buenos Aires, nas conferências de 9 de dezembro de 1870 e 5 de janeiro do corrente ano.

“Vê-se dos referidos documentos a demora que o plenipotenciário argentino tem causado às negociações e os termos em que ele por fim estabeleceu as questões que o preocupavam e eram origem de suas hesitações e dúvidas.

“Ainda depois de haverem os três plenipotenciários apresentado suas credenciais ao presidente da República do Paraguai, entrou em dúvida o da República Argentina, o sr. dr. Quintana, se convinha ou não tratar com aquele presidente, alegando o ato discricionário que dissolveu o Congresso paraguaio e convocou outro.

“Com este motivo pediu o plenipotenciário argentino novas instruções ao seu Governo e obteve de seus colegas que adiassem a resposta devida às notas pelas quais lhes fora comunicada a nomeação dos plenipotenciários paraguaios.

“Encetada entre os plenipotenciários da aliança a revisão do acordo prévio celebrado em Buenos Aires, pelo qual concordaram os governos aliados nos artigos do tratado definitivo de paz e no plano de sua negociação com o governo paraguaio, renovou o sr. dr. Quintana as mesmas dúvidas já consideradas por ocasião do dito acordo.

“Estas dúvidas versaram sobre a matéria do protocolo anexo, que trata das fortificações paraguaias, e sobre os ajustes de limites que o Império e a República Argentina, cada uma por sua parte, teem de celebrar com o governo do Paraguai.

“Estava reconhecido, pela negociação prévia havida em Buenos Aires entre os aliados, que a questão do protocolo anexo, cuja obrigação desconhece hoje o Governo argentino, e a de limites, em que se previa suma dificuldade entre o nosso aliado e o Paraguai, deveriam ser resolvidas no decurso da negociação com o Governo paraguaio.

“O sr. Tejedor, ministro das Relações Exteriores da República Argentina, e seu representante no referido acordo prévio, propôs o adiamento da questão de limites, reconhecendo que os plenipotenciários dos governos aliados não podiam comunicar juízo definitivo acerca dos limites controvertidos, sem que fosse ouvida a outra parte interessada, isto é, o Paraguai.

“O plenipotenciário brasileiro propôs igual adiamento para a questão do protocolo anexo, com expresso consentimento do seu colega o sr. Tejedor, declarando este que podia dar-se a aceitação espontânea daquela cláusula por parte do governo paraguaio, ou alguma hi-

pótese não prevista, em que a dita cláusula deixasse de ser ponto de discórdia. O visconde do Rio Branco, plenipotenciário brasileiro, manifestou por sua parte que não hesitaria em facilitar a solução dessa dificuldade, desde que o Governo argentino se mostrasse igualmente conciliador em remover o grande embaraço que ao acordo comum com o Paraguai opunha a questão do domínio sobre o Chaco, desde a embocadura do rio Pilcomaio até a Baía Negra.

“Sendo estas as bases do acordo preliminar dos aliados entre si, e de sua negociação com o governo paraguaio, não era conforme ao espírito de amigável conciliação que a elas presidiu, o suscitarem-se as mesmas questões prévias, já consideradas, e mesmo sobre elas exigir decisões preempatórias.

“Foi, não obstante, o que se deu por parte do plenipotenciário argentino, o sr. Quintana.

“Sobre a cláusula do Protocolo anexo, que foi sempre, e não podia deixar de ser, considerado pelos Governos do Brasil e da República Oriental, como parte integrante do tratado de aliança, exprimiu-se ele em termos de uma recusa indeclinável.

“Ao mesmo tempo pretendeu que os aliados, antes de conhecerem os fundamentos com que o Governo paraguaio disputa o território do Chaco ao Governo argentino, e em que extensão o reclama para o seu domínio, se declarassem previamente obrigados a sustentar, como *casus fæderis* o direito da República Argentina a todo esse território.

“Não atendeu o plenipotenciário argentino ao compromisso do acordo celebrado em Buenos Aires. Inutilizou-o nas partes mais graves, reproduzindo como questão preliminar o que prudentemente se adiara na esperança de que o curso natural da negociação ulterior com o Governo paraguaio conciliasse ou eliminasse de fato esses pontos de divergência.

“Recordadas ainda as declarações solenes feitas pelo Governo argentino quando resolveu ocupar a Vila Ocidental, o plenipotenciário respondeu que o seu governo mudara de opinião e que ainda assim estava no seu direito.

“Essas declarações, porem, dizem que o Governo argentino não resolvia com aquele fato a questão de direito, e, o que é mais expressivo, que não pretendia decidir a sua questão de limites pelo direito da vitória, mas à vista dos títulos de uma e outra parte interessadas. Nesse sentido apelou o Governo argentino para o espírito de boa fé, moderação e justiça do Governo do Brasil, indicando que este deveria proceder do mesmo modo.

“Certo estas disposições do Governo argentino não estavam em perfeita coerência com o fato da ocupação de território tão contestado e em que antes não tivera posse; ocupação não só do território de Missões, entre o Uruguai e o Paraná, sobre o qual não anunciara litígio o Governo paraguaio, mas também do Chaco, e em ponto próximo à Assunção, como é a Vila Ocidental. Todavia, harmonizavam-se aquelas declarações com as que ele fizera nas conferências e *memoranda* que determinaram o acordo de 2 de junho de 1869, pelo qual os aliados anuíram ao estabelecimento de um Governo provisório no Paraguai.

“Dizia então o Governo argentino que os aliados deviam ser generosos para com o vencido; que não deviam exigir-lhe garantias que tinham nos próprios fatos, isto é, nos efeitos inevitáveis de uma guerra tão destruidora; que não lhe deviam impor pela coação ou dependência os ajustes de paz, mas obtê-los de sua convicção e reconhecimento.

“Foi com tais fundamentos que o Governo argentino opôs-se a que os aliados considerassem desde logo o governo provisório como competente para os ajustes definitivos; e assim por muito tempo hesitou, terminada de todo a guerra, em celebrar com esse governo o acordo preliminar de paz, que se verificou nos termos do Protocolo de 20 de junho de 1870.

“As declarações do Governo argentino foram assaz claras e positivas. O memorandum de 8 de maio de 1869 alude às manifestações, feitas nas conferências desse ano, pelos plenipotenciários argentino e brasileiro, de que seus governos estavam dispostos a alguma concessão em favor do Paraguai nos ajustes de limites.

“Na verdade, dado esse bom acordo, o Brasil não duvidava ceder da linha do Igureí, substituindo-a pela do Salto das Sete Quedas; e por parte do Governo argentino se deixava perceber que ele se contentaria, quanto à divisa do Chaco, como parte deste território.

“O memorando brasileiro confirma aquela alusão, que afinal foi reiterada, em forma de um compromisso moral, pelo art. 2.º do ato preliminar de paz, como o explica o segundo dos protocolos que constituem esse ato.

“Nestes protocolos está, pelo menos, bem expresso que os aliados prometeram ao Governo paraguaio que não resolveriam entre si a questão de limites, sem que ele fosse ouvido sobre o que julgasse de seu direito e sobre o que devesse propor-lhes no interesse da República.

“O plenipotenciário argentino pretende agora que, a despeito de todos esses precedentes, os governos aliados da República Argentina

se reconheçam previamente obrigados a sustentar como território argentino o que o art. 16 do tratado de aliança assinalou como base para o seu ajuste especial e definitivo para com o Paraguai:

“E, ao passo que apresenta esta exigência, nenhuma concessão sobre limites promete ao governo paraguaio, antes alega que suas pretensões poderão ir, do lado da margem esquerda do rio Paraguai, até o Tebicuarí, quando a semelhante pretensão não só se opõe a mesma base do art. 16 do tratado de 1.º de maio, mas até o tratado de 29 de julho de 1856, celebrado entre a República Argentina e o Paraguai. Neste último tratado as duas altas partes contratantes descriminaram como ilha argentina a do Apipé, no rio Paraná, o que virtualmente importa reconhecer que nessa parte a margem direita do Paraná pertencia à soberania paraguaia.

“O Governo imperial considerou atentamente o grave desacordo que se manifestou por parte do plenipotenciário argentino, e as consequências que daí podem provir, quer em relação aos aliados, quer em relação ao Paraguai.

“A desinteligência não pode ser mais lamentável, depois de cinco anos de uma aliança que procuramos manter a todo custo, não poupando-nos a sacrifício algum que a causa comum exigisse, e dando em todo esse longo período as mais significativas provas de nossa boa fé e amizade para com os aliados.

“Em tal conjuntura deseja ardentemente o Governo imperial que, por sua parte, nenhum esforço decoroso se poupe para conseguir algum alvitre que, se não conciliar a dissidência sobrevida entre os aliados, pelo menos mantenha inalteráveis suas relações amigáveis, sem detrimento da dignidade, direito e legítimos interesses de cada um deles.

“Nesse intuito, S. A. a Princesa imperial regente houve por bem ouvir o Conselho de Estado Pleno, e determinar-me que, tendo presente o parecer dessa ilustrada e experiente corporação, expedisse a V. Excia. as seguintes instruções:

“Duas são as dificuldades que encontra entre os aliados o seu desejado acordo comum com o governo paraguaio: a questão de limites da República Argentina e as cláusulas do protocolo anexo.

“Cumpre, pois, considerar o direito convencional dos aliados em relação a cada um desses pontos de dissidência e examinar a solução amigável que, em face do mesmo e das conveniências recíprocas, possam ter aquelas dificuldades.

“O art. 17 do tratado de 1.º de maio estatuiu a garantia coletiva dos aliados *para o fiel cumprimento dos convênios, ajustes e tratados*

que celebrarem com o governo paraguaio em virtude do que foi acordado no mesmo tratado de aliança.

“Diz o final daquele artigo:

“Este tratado ficará sempre com toda a sua força e vigor para o fim de que estas estipulações (as que teem de ser celebradas) sejam respeitadas e executadas pela República do Paraguai.

“Há aquí de certo um compromisso recíproco coletivo; mas esse compromisso refere-se aos ajustes definitivos que forem celebrados e celebrados de conformidade com as bases do pacto de aliança.

“Não há por ora outro ajuste com o governo paraguaio, para o qual se possa invocar aquele compromisso, senão o acordo preliminar de paz de 20 de junho do ano passado.

“Vejamos, pois, o que os aliados estipularam a respeito de limites entre si ao celebrarem o pacto de aliança; e com o governo paraguaio, depois de finda a guerra.

“Pelo art. 16 do tratado de 1.º de maio estipularam entre si os aliados que exigiriam do governo paraguaio — que celebrasse com o Brasil e com a República Argentina os tratados definitivos de limites sob as bases ali indicadas.

“Estas bases são as que declaram o Brasil e a República Argentina, cada uma por sua parte.

“Tais declarações foram inteiramente livres e espontâneas, sem que sobre elas se instituisse exame e discussão entre os aliados. Eram bases que cada um dos governos interessados poderia modificar em seu ajuste especial com o Paraguai, e sobre os quais, portanto, um rigoroso exame dos outros aliados era então impossível e impertinente.

“Estes só tinham que interpor juízo definitivo e expresso a esse respeito, no caso de exigir-se a responsabilidade e a ação coletiva para que as linhas divisórias fossem aceitas pelo Paraguai.

“O Brasil, longe de comprometer-se desde logo a sustentar como território argentino o Chaco desde a embocadura do rio Paraguai até a Baía Negra, viu-se pelo contrário obrigado a ressaltar imediatamente sua responsabilidade pelo que respeitava aos direitos que a Bolívia alega ter sobre parte desse território.

“A ressalva do Brasil foi, como era de esperar, aceita pelo governo argentino.

“Esse proceder dos aliados, além de ser conforme à confiança e deferência que mutuamente se deviam, era também fundado no art. 8.º do pacto de aliança, no qual se obrigaram a respeitar a independência e integridade territorial da República do Paraguai, arredando assim de seus compromissos toda idéia de conquista territorial.

“A primeira vez que os aliados foram chamados a considerar o alcance de suas recíprocas obrigações, em relação ao vencido, deu-se por ocasião de tratar-se da organização do governo provisório do Paraguai. Então procurou o Governo imperial conhecer o pensamento de seus aliados a tal respeito, e o que estes manifestaram, e consta dos *memoranda* de seus ilustres plenipotenciários, foram proposições no sentido mais benigno para com o Paraguai. Essas proposições já acima recordei.

“Quando o Governo argentino mandou ocupar a Vila Ocidental, fez declarações muito expressivas a seus aliados e ao governo paraguaio; e, segundo estas, não queria ele resolver a sua questão de limites pelo direito da vitória, mas pelo da razão, à vista dos títulos que uma e outra parte interessada exhibissem.

“De acordo com estas declarações, e com as promessas feitas nas conferências e documentos de 1869, relativos ao estabelecimento do governo Provisório, estatuiu-se no art. 2.º do acordo preliminar de paz de 20 de junho de 1870 o seguinte:

“O Governo Provisório da República do Paraguai ratifica uma vez mais as declarações anteriores, que fez ao aceitar o protocolo de 2 de junho do ano próximo passado, e por conseguinte aceita em sua substância o Tratado da Tríplice Aliança, celebrado em Buenos-Aires no 1.º de maio de 1865, reservando-se para os ajustes definitivos com o governo permanente as modificações deste mesmo tratado, que possa propor o governo paraguaio no interesse da República.

“O pensamento deste artigo do ato preliminar de paz, artigo que fora modificado em sua redação primitiva, para fazer-se aquela ressalva por parte do Paraguai, esse pensamento aparece claramente nas seguintes palavras do plenipotenciário argentino, insertas no protocolo anexo àquele ato:

“S. Ex. o sr. Plenipotenciário argentino concordou com esta ressalva, declarando que as intenções retas e amigas do seu governo não poderão ser melhor manifestadas do que o foram em suas notas relativas à ocupação da Vila Ocidental. Que aí está bem expresso que o Governo argentino não quer usar de seu direito de vencedor para resolver a questão de limites, mas dirimí-la por um acordo amigável à vista dos títulos de uma e outra parte.

“Agora perguntará o Governo imperial: em face do direito convencional dos aliados e das próprias declarações ou promessas do governo argentino, pode exigir-se que os aliados, antes de toda tentativa de acordo com o governo paraguaio, antes de ser este ouvido, desde logo reconheçam definitivamente o direito da República Argentina ao território contestado do Chaco?

“Seguramente, não. O que o governo argentino pode exigir previamente de seus aliados, e estes de certo nunca recusarão, é que reconheçam como base de seu ajuste especial com o Paraguai, a fronteira que designou no art. 16 do Tratado de aliança. Pode ainda exigir que não autorizem qualquer relutância do governo paraguaio, ou que não sejam juizes nessa questão, se o seu concurso ou juízo definitivo não for reclamado pelo governo argentino, para sustentar o direito deste àquele território.

“O plenipotenciário argentino, porem, antes de qualquer tentativa de acordo com o governo paraguaio, exigiu dos plenipotenciários aliados, não que se compromettessem a sustentar o que a discussão mostrasse ser direito perfeito entre a República Argentina e a do Paraguai, mas que prescindissem da discussão necessária e convenionada, e desde logo decidissem a questão a favor do governo argentino, e por essa decisão precipitada obrigassem os seus governos.

“Não parou aí a exigência do plenipotenciário argentino.

“Ao mesmo tempo que pretendia dos governos aliados um procedimento incoerente e injusto, recusava peremptoriamente a cláusula do protocolo anexo ao tratado da aliança.

“O fundamento desta recusa é que o referido protocolo não foi aprovado pelo Congresso argentino. Mas os governos aliados não podem ser responsáveis pelo que devia e deixou de fazer o governo argentino, se, com efeito, aquele protocolo carecia de sanção legislativa e não foi esta solicitada. A falta do nosso aliado, se houve, não pode hoje constituir para a República Argentina um direito e para as outras nações aliadas uma obrigação.

“Longe de prevenir o que ora se manifesta e passou em sessões secretas do Congresso argentino, o Governo imperial e o da República Oriental deviam crer na perfeita aceitação daquele protocolo por parte da República Argentina, desde que as ratificações dos ajustes da aliança foram trocadas sem essa ressalva, e mais de uma vez os generais argentinos socorreram-se desse protocolo nas questões sobre partilha de despojos tomados ao inimigo.

“Invalidada só pela vontade de uma das partes contratantes uma das estipulações da aliança, invalidadas ficam de direito as demais estipulações.

“Não obstante esta grave emergência, em que o governo argentino declara que não pode nem quer sujeitar-se a uma das condições de paz prescritas pelo tratado de aliança, o Governo imperial, a bem da mesma aliança, cederia por sua parte, se esta concessão fosse a única necessária para facilitar o acordo comum.

“Não é, porém, a cláusula do protocolo anexo, sobre a qual não se manifestou ainda relutância da parte do governo paraguaio, o embaraço que encontram os aliados em seus ajustes de paz.

“A dificuldade prevista para o acordo comum está na questão do Chaco, e neste ponto o governo argentino, segundo as declarações de seu plenipotenciário, nada quer ceder.

“Em tais circunstâncias, qual o partido que a razão, o direito e a amizade aconselham?

“Ao que parece, o plenipotenciário argentino não via outra solução possível senão darem os aliados por findo o pacto de aliança, e proceder cada um com inteira independência dos outros, consultando somente seus direitos e interesses.

“O Governo imperial, porém, persuade-se de que, antes dessa solução extrema, há alvitre prudentes e conciliatórios, que se conformam perfeitamente com as estipulações do pacto de aliança.

“O governo do Paraguai não reclamou contra a ocupação do território de Missões, que é da maior importância. Pelo lado do Paraná, pois a questão de limites da República não encontrou resistência. O território contestado é o do Chaco, e aí o domínio argentino não só é disputado pela República do Paraguai, mas também pelo da Bolívia.

“Não poderia o governo argentino contentar-se por enquanto com o reconhecimento de seu direito ao importante território de Missões e a uma parte do Chaco, ficando o domínio da outra parte deste para ser decidido por arbitramento, na falta de outro acordo amigável, entre a República Argentina, a República do Paraguai e a Bolívia?

“Sendo aquele território disputado por três nações e estando o governo argentino obrigado a sujeitar-se ao juízo de um árbitro, se for preciso, na sua questão de limites com a Bolívia, não seria aceitável o alvitre acima sugerido?

“Acaso não está esse alvitre em harmonia com as declarações do governo argentino em relação ao Paraguai, não será mesmo a solução mais prudente e a única definitiva, visto que o governo da Bolívia não tem cessado de reclamar ser admitida como parte interessada nos ajustes dos limites do Chaco entre os aliados e o Paraguai?

“Se esta solução não agradar ao governo argentino, o melhor arbítrio a seguir em tal caso, não será o rompimento da aliança, mas a separação amigável dos ajustes dos aliados, tratando cada um deles com o governo paraguaio, como e quando lhe aprouver, sobre as bases do tratado de 1.º de maio, que assim continuará a servir de norma e garantia para todos”.

“O plenipotenciário argentino pôs em dúvida o direito que tem cada aliado de tratar separadamente, se o acordo comum não for possível.

“Examinemos este ponto de direito.

“Tratarem os aliados conjuntamente com o vencido não é hoje condição obrigatória, mas regra de conveniência recíproca e de boa amizade, uma vez que não seja isto possível.

“O tratado de 1.º de maio só proibiu que os aliados procedessem individualmente para o fim de suspender ou pôr termo à guerra. Ainda assim esta cláusula não foi absoluta, mas sujeita à exceção do prévio assentimento de todos os aliados. E’ a doutrina expressa do art. 6.º do tratado.

“O art. 16 fala de tratados definitivos de limites. O 10 prevê explicitamente que haja ajustes separados, e por isso dispõe que as franquezas, privilégios ou concessões, que obtiver um dos aliados, serão extensivas a todos eles, sob condições idênticas ou equivalentes.

“O acordo comum, que era indispensável, segundo o art. 6.º do pacto de aliança, para que os aliados pudessem depor as armas e dar a guerra por finda, já foi preenchida pelo ato preliminar de paz, celebrado em Assunção a 20 de junho do ano passado.

“O art. 1.º deste documento declarou:

“Fica estabelecida a paz entre o Império do Brasil, a República Argentina, a República Oriental do Uruguai e a República do Paraguai.

“Os aliados podem, pois, negociar separadamente os seus ajustes definitivos de paz, desde que se torne impossível o acordo comum; e podem fazê-lo amigavelmente, respeitando as bases prescritas pelo pacto de aliança.

“Nem há outra solução possível e conveniente, porque, a não ser assim, a vontade de um dos aliados subordinaria a dos outros, e os direitos e interesses de todos ficariam indecisos, precários, sem mais garantia que a da força.

“As circunstâncias do Paraguai são tais, que não há nessa solução, se for inevitável, perigo algum para os direitos especiais do nosso aliado. A República Argentina não carece do auxílio do Brasil e da República Oriental para defender o seu domínio territorial. O Paraguai não poderá opor-lhe outra resistência que não seja a de um protesto.

“Entretanto, dados os ajustes dos outros aliados com o Paraguai, terá aí a República Argentina mais uma garantia dos direitos e interesses comuns.

“Basta atentar na posição em que ficariam os aliados para com o Paraguai por tempo indefinido, e no carater e efeitos que teriam as medidas coercitivas que quisessem empregar, para reconhecer que as soluções propostas pelo governo imperial são preferíveis à recusa dos ajustes definitivos de paz por parte de todos os aliados, unicamente pela questão do domínio sobre o território do Chaco.

“Consequentemente entende o governo imperial que, esgotados os meios persuasivos e conciliatórios, se o acordo comum for inexecutível nos termos em que seria justo e decoroso aceitá-lo, V. Exc. pode tratar separadamente e deve fazê-lo se contar com bom êxito. O bom êxito dependerá das disposições do governo do Paraguai e do seu Congresso.

“Tomando esta resolução, o governo imperial espera que o da República Argentina apreciará com justiça e amizade o seu procedimento. Ele próprio reconheceu conosco, no art. 7.º do acordo preliminar de paz, que os ajustes definitivos, no interesse de todos, não podem ficar adiados por muito tempo.

Se, porem, apesar das razões jurídicas e da conveniência recíproca que legitimam e aconselham que se resolva, por algum dos modos indicados, a dificuldade que até hoje tem obstado a celebração dos ajustes definitivos com o Paraguai, tiver V. Excia. sérios motivos para receiar que daí sobrevenha a iminência de uma guerra entre o Império e a República Argentina, convirá que sobresteja em seu procedimento ulterior.

“Nesta hipótese, que o governo imperial não julga provável, mas deve prever, releva que V. Ex. antes de entrar em negociações com o governo paraguaio, demonstre em *memorandum* ao governo argentino o fundamento e as intenções leais e amigáveis com que julgamos de nosso direito e de nosso dever optar por aquela solução.

“Deste modo, poderá V. Ex. melhor apreciar as disposições de ânimo do nosso aliado, e prevenir que ele proceda sob as primeiras impressões de juízos errôneos e apreensões infundadas.

“Nos ajustes separados deve V. Ex. limitar-se ao que é essencial, e mudar os termos do preâmbulo dos tratados, visto que, a não haver rompimento da aliança, alguma obrigação nos fica de apoiar o nosso aliado em suas pretensões, até onde forem justas.

“O ponto de partida desses ajustes deve ser o acordo preliminar de paz de 20 de junho do ano passado.

“Os ajustes essenciais são:

1.º Reconhecimento da fronteira do Brasil com a República do Paraguai;

2.º, as estipulações que devem garantir o livre trânsito de nossos navios mercantes e de guerra;

3.º, as indenizações de guerra e as reclamações particulares por prejuízos dela provenientes.

"Nessas estipulações, V. Ex. seguirá o projeto do tratado definitivo de paz acordado entre os aliados, no que o mesmo projeto lhes for applicavel.

"O tratado de comércio pode ser reservado para mais tarde. Se o julgar oportuno, V. Ex. incluirá na convenção fluvial algumas das disposições convenientes ao comércio direto e de trânsito.

"Tratando separadamente, não devemos ser menos generosos do que se a negociação fosse coletiva. No interesse de nossas futuras relações com o Paraguai, e para dar exemplo de moderação e desvanecer odiosas interpretações, convem que, no ajuste de limites, cedamos da linha do Igureí, como antes tínhamos anunciado condicionalmente.

"Não devemos fazer questão da cláusula relativa às fortificações paraguaías, se esta exigência repugnar ao governo de Assunção. As circunstâncias são diversas, desde que não se firma a paz definitivamente entre o Paraguai e a República Argentina, e não poderíamos senão condicionalmente, ou de modo imperfeito, garantir a neutralidade que se tinha estipulado em favor da primeira daquelas Repúblicas.

"Nossas forças de terra não poderão permanecer aí por muito tempo. Parte delas será retirada para Mato Grosso, logo que termine a missão de V. Ex.

"Queira V. Ex. prevenir o sr. comandante das mesmas forças destas disposições do governo imperial, declarando que oportunamente lhe serão expedidas ordens especiais para esse fim."

Tais são as instruções do ministro Correia ao barão de Cotegipe. O ponto de vista do Império resume-se aí no seguinte:

E' lícito ao Brasil tratar em separado. O art. 6.º do pacto de aliança exige sem dúvida o acordo entre os aliados para deporem as armas e darem a guerra por finda, mas isso já foi feito em comum pelo tratado preliminar de paz de 20 de junho de 1870. Continuarem depois disso os países da aliança a tratar conjuntamente não é mais *condição obrigatória*, porem *regra de conveniência recíproca e boa amizade*. O art. 10 prevê tratados em separado.

Quanto a limites, as linhas marcadas no art. 16 representam *bases* para as negociações definitivas. O Brasil propôs logo uma reserva quanto aos direitos da Bolívia. Por outro lado foi a própria Argentina quem declarou não pretender impor os seus limites es-

cudada no direito do vencedor, mas fixá-los por acordo amigavel em vista dos títulos de uma e de outra parte. Agora muda de opinião e exige, antes de ouvido o governo do Paraguai, que os demais aliados se comprometam a apoiá-la, na imposição dos limites do art. 16. Ao mesmo tempo que faz isso, recusa-se a reconhecer a validade do protocolo anexo ao tratado de 1.º de maio.

Toda a dificuldade do momento gira em torno do território do Chaco, de que a Argentina quer ficar senhora absoluta até a Baía Negra. Seria de grande conveniência que ela restringisse as suas pretensões a uma parte desse território, deixando que a posse da outra fosse decidida por sentença arbitral.

Se esta solução não for de seu agrado, só resta ao Brasil tratar separadamente de modo amigavel e sem romper a aliança — guiando-se pelas bases do tratado de 1.º de maio.

Penso que Cotegipe recebeu essas instruções tardiamente e que as negociações já estavam em andamento, se não terminadas, quando elas lhe chegaram às mãos. De fato, o officio de Correia é de 31 de dezembro de 1871, ao passo que o tratado definitivo de paz e o de limites foram firmados a 9 de janeiro de 1872. O pequeno intervalo de tempo que medeia entre as duas datas parece-me insufficiente para que as referidas instruções pudessem, naquela época, alcançar a capital do Paraguai, salvo se se tomassem para isso medidas especiais (44).

(44) Já estavam impressas estas linhas, quando o Dr. Wanderley Pinho fez-me a gentileza de oferecer um exemplar do trabalho de seu digno pai intitulado *O Barão de Cotegipe no Rio da Prata*. Há na pág. 39 uma nota a uma carta de Cotegipe a Correia assim redigida: Este despacho (*de 31 de dezembro*) contem as instruções positivas pedidas por Cotegipe e que não chegaram em tempo útil". Este depoimento indiscutível do Dr. A. T. de Araujo Pinho mostra que Cotegipe recebeu tardiamente as referidas instruções.

TERCEIRA PARTE

Irritação causada na Argentina pelas negociações separadas entre o Brasil e o Paraguai — Grave dissídio entre os dois aliados — Crise de rompimento da aliança — Negociação para o restabelecimento desta.

“Não é oportuno entrar em um debate que reclamaria um livro. Permitir-me-ei apenas aconselhar-vos que estudeis este assunto (*Missão Mitre no Brasil*) tão digno de vosso interesse, e um dos mais importantes na história diplomática de nossos países”.

“Hoje, que a boa inteligência impera em todas as consciências, podemos estudar retrospectivamente, sem que um de nossos países agrave o outro, e sem incorrer na tacha de maus cidadãos, argumento que esgrimiram a miudo os *patrioteiros*, parecendo comprazer-se em incitar as paixões dos dois povos.”

LEON SUAREZ — *Diplomacia Universitária Americana*, página 409.

(Conferências feitas na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, a 2 e 4 de Setembro de 1913.)

CAPÍTULO I

Indignação provocada na Argentina pelo procedimento de Cotegipe — Apreciações da imprensa portenha — Opinião de Mitre — A Argentina nomeia um governador para o Chaco — Protesta do Paraguai — Este país envia circular às potências para explicar as violências de que foi vítima — Resposta de Tejedor, em nome do governo argentino — Este governo manifesta ao do Brasil o seu desagrado pelo procedimento de Cotegipe — Quer a desocupação da ilha do Atajo ou Cerrito — O governo imperial consulta sobre o caso o Conselho de Estado — Pareceres dos conselheiros — Resposta do Brasil à Argentina sobre o desocupação da referida ilha — Nota do governo brasileiro aos seus agentes diplomáticos para explicar o procedimento de Cotegipe em Asunción — O governo brasileiro ouve o Conselho de Estado sobre se os tratados de Cotegipe devem ser retificados — Pareceres dos membros do Conselho — Resposta do Brasil ao protesto da Argentina — Correia refere-se nesse documento à aliança do Brasil com a Argentina em 1852, de que resultou a batalha de Caseros, razão por que a denominam “Nota de Caseros”.

Logo que se soube que o Brasil havia negociado sozinho com o Paraguai, desencadeou-se na Argentina uma campanha de acerbas censuras contra o seu procedimento. Os velhos ódios e as antigas prevenções ressuscitaram com mais vigor.

“Em Buenos Aires — escreve Joaquim Nabuco — é o *Standard* que primeiro dá a notícia. A *Nación* vê tudo sombrio; culpa os protocolos Varela-Paranhos-Rodriguez, que já importavam em quebra da Aliança. “Vão romper-se as nossas relações com o Brasil, ficamos em estado de guerra com o Paraguai, e o tratado ultimamente celebrado importa uma aliança do Brasil e Paraguai contra esta República. Quando menos pensarmos, o Paraguai tornará a tomar posse

dos terrenos que ocupamos, e que possuía antes da guerra, e estando Corrientes em guerra civil ser-lhe-á isso mais facil (18 de janeiro)".

A queixa principal é contra Varela: "Tomou ao sério uma doutrina que serviria para arma de oposição, mas inadmissível como base de política sábia e patriótica; declarou que a vitória não outorgava direitos; reconheceu no Paraguai *jus* para discutir questões decididas pelo Tratado de Aliança; assentiu a que os Aliados tratassem em separado, e adotou outros princípios, tão perigosos e arriscados como aqueles". A *República*, órgão do partido do dr. Quintana, prega a aliança da América republicana contra o *Império*. "O sonho dourado de Bolívar tem probabilidade de ser o complemento da Revolução americana, que, no entender daquele grande homem, devera penetrar no coração do Brasil, cuja monarquia antolhava-se-lhe perigo permanente, como instrumento e base natural de reações adversas... Tema o Brasil, Império circundado de Repúblicas, com as quais vive em pleito por causa de limites, que as questões platinas não se convertam em questões americanas, e que um movimento geral nesta parte do continente realize a feição delineada por Bolívar, e cale no coração do Império para proclamar os direitos da República, repelindo para o outro lado do Atlântico a coroa dos Braganças e proscrevendo, para todo o sempre, do solo da América livre, a realeza, que alí se levanta, qual atalaia da vetusta Europa, e que se estende aos nossos domínios, à semelhança do braço dominante da conquista estrangeira. Não faça o Brasil fiança em nossa fraqueza, nem em nossa abstenção. Uma faísca basta para atear incêndios. Se irromperem as chamas, não se hão de apagar enquanto não estiver de todo transformada a fisionomia política e social do Império." O *Nacional* é ainda mais violento. E' preciso que Mitre chegue a Buenos Aires para a *Nación* mudar de tom e citar a *Reforma* do Rio de Janeiro, dizendo que não houve ofensa, mas somente *um erro*, da parte do Brasil, em tratar em separado. E' nesta atmosfera do patriotismo argentino que Quintana lança como manifesto, o seu *memorandum* e Tejedor a sua Nota de 15 de fevereiro, diretamente ao nosso governo." (45)

Referindo-se a essa quadra, disse o professor Leon Suarez:

"A maioria dos políticos, tendo à frente o dr. Quintana, proclamam das colunas do jornal *La República* uma espécie de Santa Aliança americana e republicana contra o Império.

"O populacho e seus agitadores pedem abertamente a guerra.

(45) *Um Estadista do Império*, 3.º vol., págs. 345 e 346.

"O Governo do Brasil a espera a cada momento e o gabinete do visconde do Rio Branco toma as medidas próprias ao caso.

"No Uruguai os *blancos* agitam-se contra o Império.

"Qualquer imprudência pode ocasionar o estalido.

"O populacho, sempre irresponsavel e sempre injusto, culpa a Mitre e à Aliança, em vez de irritar-se contra os que a desnaturalizam e destroem.

"Mitre reiterou a sua desaprovação ao ato de Cotegipe, o qual, disse ele, não demonstrou *nem inteligência política, nem elevação moral*.

Nessa situação, é natural que o governo argentino se aproveitasse de todas as circunstâncias para evidenciar o seu desgosto contra o Império e o Paraguai. E' assim que ele proclama a sua resolução de senhorear-se do Chaco, nomeando para governador do mesmo (31 de janeiro de 1872), o general Júlio Védia, cargo que ele acumulará com o de comandante das forças argentinas estacionadas no Paraguai.

O governo paraguaio protestou contra a medida (26 de fevereiro 1872).

"Semelhante ato — disse ele — contrário à justiça, à razão, às espontâneas promessas e aos compromissos do governo argentino, não pode ter outra origem senão uma apreciação errônea das disposições da República do Paraguai para com a República Argentina.

"Sente o abaixo assinado que, sem atenção às boas relações de amizade existentes entre os dois países, sem a menor inteligência com o governo paraguaio, se creia o governo argentino no caso de praticar um ato de força em vista dos antecedentes da questão.

"O território do Chaco, na margem ocidental do rio Paraguai, foi sempre de jurisdição e domínio desta República por uma posse não interrompida."

Alem desta resposta direta à Argentina, o governo paraguaio enviou uma circular (18 de fevereiro de 1872) aos países americanos e europeus, em que lhes participava a violência de que fora vítima e os antecedentes da questão. Terminava deste modo:

"Diante, porem, de semelhante decreto, já não resta dúvida ao povo paraguaio sobre as idéias de absorção que nutre a República Argentina com respeito ao Paraguai, e é esse o motivo por que o governo, cumprindo seu dever, protesta e não reconhecerá o Chaco como território argentino, enquanto não se apresentarem melhores títulos do que os seus."

Tejedor replicou em nome do governo de Sarmiento:

“Em vista do tratado de Aliança, aceito no fundo (*en el fondo*) pelo governo paraguaio, estava convencido de que as negociações posteriores se fariam coletivamente. Era dever dos Aliados não dar passo nenhum senão de acordo. Era dever, e até conveniência do Paraguai, não receber imposições isoladas. Animado destas convicções, o governo argentino não pôde ver sem surpresa que esse governo celebrasse com o Brasil tratados que se afastam violentamente destes antecedentes, e que, estipulando a permanência em território paraguaio de forças brasileiras também indefinidas, podem comprometer não só seu porvir, como a paz do rio da Prata.”

E acrescentou:

“Não me deterei, senhor Ministro, em contestar as frases da mesma nota em que se fala dos direitos indisputáveis e da posse não interrompida do Paraguai no território do Chaco, porque o governo argentino crê inoportuno semelhante debate neste momento, e desta forma. Não posso todavia prescindir de recordar-lhe que o tratado de 1.º de maio não devolveu à Argentina todos os territórios perdidos por uma posse abusiva e que posses dessa natureza, que em nosso caso nem sequer é antiga, não conferem direitos respeitáveis entre as nações. Posse como essa teve-a o Paraguai na margem esquerda do Paraná, na Província de Missões, e nem por isso lhe ocorreu, nem agora lhe ocorre, reclamar esta parte do território, que por *título foi sempre argentino, como o é o Chaco.*” (46)

Na mesma data em que a Argentina criava o cargo de governador do Chaco, para dar maior testemunho de firme resolução de o considerar como território seu (31 de janeiro de 1872), voltava-se contra o Brasil e patenteava-lhe o seu desgosto pela atitude de Cotegipe, solicitando-lhe a desocupação da ilha do Atajo ou Cerrito e a retirada do material ali existente. Tomava como pretexto o fato de um patacho argentino, denominado *Novo Triunfante*, ter tocado na referida ilha e desembarcado mercadorias sem conhecimento e permissão das autoridades argentinas, ocasionando destarte um contrabando que ficara impune. (47)

(46) *Diplomacia Universitaria Americana* — José Leon Suarez — Páginas 355-356.

(47) O fato ocorreu em começo de 1871. O patacho fora despachado em Montevidéu.

Em sua nota dizia Tejedor:

"Enquanto o governo argentino esperava a desocupação geral do Paraguai pelo tratado definitivo de paz, julgou inoportuna toda exigência a este respeito; porem, ficando de novo demorada essa esperança, e crescendo ao mesmo tempo os inconvenientes da ocupação, recebi ordem do sr. Presidente para dirigir-lhe esta nota, solicitando a expedição das convenientes instruções para retirar-se da ilha a guarnição e o material ali acumulado."

Sentindo que não passaria despercebida pelo menos essa má vontade do governo argentino para com o Brasil, acrescentou Tejedor deplorar o dito governo que a necessidade desta exigência tivesse lugar no atual momento, mas esperava que as provas dadas até aqui de sincera adesão à aliança, convenceriam o governo imperial de que esta medida era puramente aduaneira e incapaz de afetar as relações amigáveis entre os dois países.

Antes de responder à solicitação, houve por bem o governo Imperial consultar com seu parecer o Conselho de Estado. Pro pôs-lhe estes quesitos:

1.º Convem aceder à solicitude do governo argentino?

2.º Adiado essa desocupação dá-se fundado motivo de queixa àquele governo?

3.º Não se prestando o governo imperial à desocupação imediata, convem que entre os motivos que alegar inclua o de não estar ainda reconhecido se a dita ilha do Atajo pertence à República Argentina ou à do Paraguai?

"A ilha do Atajo — dizia ainda o governo no aviso de convocação do Conselho — atravessa a linha média do rio; em alguns pontos aproxima-se mais do Chaco; em outros da margem esquerda, que é paraguaia. Os dois canais laterais são nevegáveis, mas o do lado da margem paraguaia, sendo de maior profundidade, serve ao trânsito geral. A ilha esteve sempre ocupada pelos paraguaios, sem que sobre o seu domínio fizesse reclamação alguma o governo argentino, quando em 1852 e 1856 tentou resolver a questão de limites com o Paraguai." ... "Há na ilha do Atajo um estabelecimento naval do Império, fundado durante a guerra, no qual existe a necessária guarnição. Conforme o uso admitido em todo tempo de guerra, estabeleceram-se aí alguns negociantes, que fazem o pequeno tráfico próprio de um acampamento militar."

Em sessão de 1.º de março de 1872, manifestaram-se os conselheiros deste modo:

O conde d'Eu respondeu negativamente ao 1.º quesito. Achava que, se cedêssemos, o governo argentino mandaria logo ocupar a ilha,

criando assim novo argumento em favor de suas pretensões. Quanto ao 2.º quesito, pronunciou-se pela negativa, e quanto ao 3.º pela afirmativa.

O visconde de Abaeté manifestou-se nestes termos: Quanto ao 1.º quesito: sim, oportunamente, sem prejuízo dos interesses do Brasil e salvo a solução que possam ter as questões entre o Paraguai e a Confederação Argentina sobre o domínio da ilha e nas quais não figura o Império. Quanto ao 2.º quesito: sim e não, conforme o procedimento do governo imperial, usando ou não lealmente da oportunidade. E quanto ao 3.º quesito: não.

O visconde de São Vicente declarou que o governo argentino não se limitava a pedir a desocupação da ilha; pretendia implicitamente o direito de ocupá-la desde já por ser *cousa sua*.

“O fato, porem, é que a ilha do Atajo, desde antes da independência das duas Repúblicas até hoje, fez sempre parte integrante do território paraguaio, e nessa qualidade foi que o Brasil a ocupou.” Antes de a República Argentina fazer o seu tratado de limites com o Paraguai, falece-lhe *qualidade e título* para exigir a desocupação da ilha, desocupação que não seria política *desde já*. “A honra do Brasil e a previsão de consequências muito prejudiciais teriam de opor-se.” O Brasil não pretende o domínio da ilha, mas não deve desocupá-la senão oportunamente, pertença no futuro a quem pertencer, quer para não estragar o material que ali possui, quer para poder velar sobre a navegação e o trânsito de seus navios mercantes e de guerra, “atentas as circunstâncias do Paraguai e vistas, que parecem suspeitas, do governo argentino.” Relativamente ao 2.º quesito, entendia não se dar motivo de queixa. Quanto ao 3.º, respondia afirmativamente.

Souza Franco disse que o Brasil não podia entregar a ilha à Argentina, pois que estava em poder do Paraguai quando ele a ocupou. “Decidam os dois Estados entre si a quem pertence, e o Brasil a entregará logo que possa remover o material que ali tem.”

Nabuco de Araujo exprimiu-se desta forma: “Supondo o tratado definitivo de paz entre o Brasil e o Paraguai, devo dizer que ao Brasil convem abrir mão de uma ocupação que se fundava somente na necessidade e direito da guerra. A ocupação com o fundamento de velar o Brasil pela fiel execução dos tratados definitivos com o Paraguai, somente seria admissível e confessável, se a ilha, sem contestação, fosse do Paraguai, porque, conforme os citados tratados, o Brasil ainda continua a ocupar pelos ditos motivos o território paraguaio. Sendo, porem, duvidosa a propriedade da ilha, o ocupá-la depois da paz é ocupá-la em nome do Paraguai e julgar a questão

Norte

Planta da Ilha do Cerrito

Levantada pelo
Cap^m de Frag^o Cunha Couto e
Prim^o Ten^o F. G. de Lurence

Extrahida dos trabalhos do Alto Paraná, em 1872.



Oeste



Escala 1:100,000

Variação d'

Lat. do Cerrito
Longitude O. R.

A profundidade do
estendo baixo o rio
A maior parte do

Rio de Janeiro, Junho de 1872.

Sul

da propriedade.” Pronunciou-se afirmativamente quanto ao 2.º quesito e negativamente quanto ao 3.º

O visconde de Sapucaí, votou com os conselheiros visconde de São Vicente e Souza Franco.

Torres Homem disse que “não convinha ceder à solicitação do governo argentino, visto que, havendo litígio entre o governo do Paraguai e a Argentina sobre o domínio da ilha do Atajo, o governo imperial não tinha o direito de entregá-la ao governo argentino, quando o Paraguai é o que tinha a posse da dita ilha antes da nossa ocupação.” “Cumpra ao governo imperial restituir a ilha, em tempo oportuno, ao possuidor *ante bellum*, devendo o governo argentino fazer valer junto deste os seus direitos. O contrário seria erigir-se o governo do império em árbitro da questão sem competência alguma.”

Quanto ao 2.º quesito, achava não haver motivo de queixa; o 3.º ficava respondido pelas suas reflexões anteriores. “Entretanto — acrescentava — convem que o governo brasileiro tome as providências a seu alcance para impedir que se reitem os fatos de contrabando, de que se queixa o governo argentino, e que servem de fundamento à urgência de sua reclamação.”

Sua resposta era, em resumo, negativa ao 1.º quesito e ao 2.º, e afirmativa ao 3.º

O duque de Caxias manifestou-se deste modo: “Ao 1.º já, não convem; oportunamente, sim, mas conforme o resultado das negociações entre o Paraguai e a República Argentina e seus compromettimentos dos interesses brasileiros. Ao 2.º, não. Ao 3.º, sim.”

Carneiro de Campos respondeu afirmativamente ao 1.º quesito. A entrega deveria ser feita oportunamente, depois de retirado o material e resolvida a questão entre as duas Repúblicas. Não sendo nossa a ilha, deve ser entregue a quem pertencer.

Quanto ao 2.º e 3.º quesitos, considerou-os prejudicados pela sua resposta ao 1.º.

A maioria do Conselho de Estado foi, pois, de parecer que a ilha não devia ser entregue imediatamente.

O governo imperial respondeu à Argentina a 21 de março de 1872.

Em sua nota, escreveu o ministro Correia:

“Sabe o governo argentino que a ocupação da ilha do Atajo, sita à foz do rio Paraguai, foi determinada pelas operações da guerra, desde a invasão do território inimigo, para satisfazer necessidade das forças brasileiras de mar e terra, que se achavam a grande distância de nossos arsenais. Era também um ponto de apoio para os exércitos

aliados, enquanto estes sitiavam as posições inimigas de Tuiuti, Curupaití e Humaitá.”

“Os generais brasileiros ocuparam aquela ilha no interesse da aliança, e persuadidos de que se utilizavam de território inimigo e não de território aliado. A ilha do Atajo esteve sempre em poder dos paraguaios, que ali conservavam um posto militar denominando-o guarda do Cerrito.”

“O governo imperial nunca teve a menor idéia de ganhar território algum do inimigo, nem mesmo de levar suas pretensões de limites além do que em plena paz propusera ao Paraguai, para o que aliás não lhe faltariam títulos, fundados nas próprias declarações e propostas do governo de Assunção, feitas muito antes de calamitosa guerra por ele provocada.”

Salienta o procedimento do Brasil sempre respeitador dos compromissos tomados no tratado de 1.º de maio com respeito à independência e integridade territorial do Paraguai. Lembra o que ele acaba de fazer no recente ajuste de limites desistindo da fronteira pelo Iguaré.

“A ocupação — ajunta — teve a origem que fica assinalada, e não se pretende com ela estabelecer posse, como o manifesta e garante o referido ajuste de limites celebrado com a República do Paraguai. Esta ocupação cessará logo que seja possível; o próprio interesse do Brasil assim lho aconselha.”

“Tão pesado material, que deve ser levado para Mato Grosso ou tornar para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, não se remove de um dia para o outro; e o governo argentino há de reconhecer igualmente, em seu juízo reto e amigável, que não fôra oportuna a desocupação precisamente no momento em que o governo imperial tem de atender à execução dos ajustes há pouco assinados em Assunção.”

“O tratado de aliança não falou das ilhas do Paraná e do Paraguai; referiu-se somente, sobre questões de limites, ao território separado pelas margens desses dois rios. Atenta a situação da ilha do Atajo, que não é separada pela linha media do rio Paraguai, e a antiga posse dos paraguaios, a mesma ilha não pode ser reconhecida como território argentino senão em virtude dos ajustes pendentes entre essa República e a do Paraguai.”

“Quando o Governo argentino comunicou aos representantes do Brasil que resolvera ocupar o território de Missões, entre os rios Uruguai e Paraná, e a Vila Ocidental, no Chaco ou margem direita do rio Paraguai, antes de seus ajustes de limites com o governo paraguaio, e antes mesmo da conclusão da guerra, os ditos representantes do Brasil limitaram-se a ressaltar a responsabilidade do governo im-

perial a respeito de um ato em que este não fora parte. Ali existiam internadas e forças brasileiras, e tratou-se de retirá-las no intuito de evitar qualquer desinteligência por efeito das novas condições em que ficavam esses territórios.”

“A ilha do Atajo não está no mesmo caso daqueles territórios; mas, sem embargo desta consideração, quisera o governo imperial poder já abandoná-la, não assumindo responsabilidade alguma na questão do domínio da mesma ilha. A isso, porém, opõem-se as circunstâncias acima ponderadas.”

Observa a seguir que na ilha só existe, além da guarnição brasileira, um ou outro comerciante, “desses que se estabeleciam durante a guerra em torno dos acampamentos dos aliados”.

“O que for importado na ilha, segundo as ordens vigentes, que ora são reiteradas, deve levar despacho regular, ou da administração militar do Império, ou das alfândegas dos Estados limítrofes.”

“O fato que mencionam os documentos anexos à nota do Sr. ministro, ocorrido em princípios do ano passado, consistiu com ter descarregado na ilha o patacho argentino *Nuevo Triunfante*, despachado em Montevideu para Cerumbá.

Como nesta alfândega do Brasil não se cobram hoje direitos, e demais alegou-se caso de força maior, foi o dito navio admitido a desembarcar ali o seu pequeno carregamento.

Não se mostrando que essas mercadorias saíram da ilha para o território argentino, antes devendo-se crer o contrário, parece que não houve contrabando ou extravio de direitos devidos às alfândegas da República.”

“O contrabando não carece da pequena e bem policiada ilha do Atajo para tentar suas operações; pode fazê-lo fácil e impunemente sem tocar nessa ilha, se não for impedido por outros meios e em outros lugares. Com efeito, da costa paraguaia fronteira a Corrientes, das ilhas do Paraná, e durante o trânsito das embarcações, os indivíduos, que se empregarem nessas especulações ilícitas, podem conseguir o seu intento, se não encontrarem no próprio território argentino eficaz vigilância e repressão.”

Em vista das acusações formuladas contra o Império pela imprensa de Buenos Aires, com a só excepção do *Standard*, pelo fato de Cotegipe haver tratado sozinho com o Paraguai, julgou o governo brasileiro conveniente esclarecer os demais governos por intermédio de seus agentes diplomáticos, explicando-lhes os acontecimentos como realmente se haviam passado e os fundamentos de sua decisão. Com esse intuito, dirigiu o ministro Correia (3 de fevereiro de 1870) uma nota às legações brasileiras no estrangeiro.

Nela investiga se realmente qualquer dos aliados poderia negociar isoladamente com o governo do Paraguai.

Quanto ao tratado de limites, é isso indiscutível “pela letra e espírito do pacto de aliança”.

“Fora com efeito absurdo pretender que o tratado de limites entre a República Argentina e o Paraguai ficasse dependente da ratificação do governo brasileiro, assim como que igual tratado fixando as divisas entre o Brasil e o Paraguai dependesse, para sua validade, de aprovação do congresso argentino e da ratificação do governo da República.”

“Ora, a entender-se diferentemente o pacto de aliança, não só ficariam esses tratados em tal dependência, como ainda necessitariam a aprovação do Congresso e do governo da República Oriental do Uruguai, que aliás não tem que decidir nenhuma questão de limites com o Paraguai.”

Não há no tratado de 1.º de maio disposição tão categórica quanto essa sobre os outros ajustes definitivos de paz, mas “não é menos evidente a faculdade de negociá-los separadamente cada um dos aliados” quando se analisam os arts. 6.º e 10 desse tratado.

“O art. 6.º estabelece solenemente o compromisso dos aliados de não deporem as armas *senão de comum acordo*, e somente depois de derribada a autoridade do governo então existente no Paraguai; e bem assim o de não negociarem *separadamente* com o inimigo comum, nem celebrarem tratados de paz, trégua ou armistício, nem convenção alguma para *sustentar ou findar a guerra*, *senão de perfeito acordo* entre todos.”

“Assim o art. 6.º vedava negociar separadamente nas hipóteses ali previstas, a saber: deposição das armas, e celebração de tratados de paz, trégua ou armistício com o inimigo comum, ou de convenção que tivesse por fim a suspensão ou terminação da guerra.”

Porem desde 1.º de março de 1870 que esse inimigo comum desapareceu e, além disso, o ajuste preliminar de paz de 20 de junho de 1870 foi feito de comum acordo entre os aliados.

“Para sustentar que os demais tratados e convenções devem rigorosamente ser celebrados em comum, fora preciso generalizar a disposição do art. 6.º; e isto não pode ficar ao arbítrio de qualquer dos aliados.”

“Tanto é esta a inteligência que se deve dar ao tratado, que, no art. 10, concordaram as altas partes contratantes *que as franquias, privilégios ou concessões que obtivessem do governo do Paraguai haviam de ser comuns a todos eles, gratuitamente se fossem gratuitas, ou com a mesma compensação ou equivalências, se fossem condicionais.*”

“Se os tratados, com exceção dos do art. 6.º, devessem ser necessariamente celebrados em comum, não haveria plausível explicação para o concordado no art. 10.”

“O art. 17, que estabeleceu a garantia recíproca dos aliados, para os ajustes que fossem celebrados com o novo governo paraguaio, confirma a inteligência que damos ao tratado do 1.º de maio. A garantia seria escusada, se em todo caso os ajustes de paz devessem ser firmados em um ato coletivo, no qual figurassem como partes, de um lado os aliados, e do outro o governo paraguaio.”

“Tratar conjunta ou separadamente era questão de conveniência e oportunidade. Conjunta ou separadamente os aliados podiam e podem proceder de comum acordo, ou respeitando fielmente os seus compromissos.”

“Não é só o governo imperial que, estudando detidamente o tratado do 1.º de maio, com o deliberado propósito de cumprí-lo exatamente, assim o entende. Igual opinião manifestou o plenipotenciário da República Oriental do Uruguai; e, declarando-o, rendo com prazer a devida homenagem ao caráter conciliador do dr. Adolfo Rodríguez, que se empenhou tanto como o plenipotenciário brasileiro para que a aliança, nos ajustes de paz, fosse coroada de tão feliz êxito, como nas lides da guerra.”

“Desejando o governo imperial que o tratado definitivo de paz, com o Paraguai fosse firmado por todos os aliados, recomendou a seu plenipotenciário que, para conseguí-lo, não poupasse esforço decoroso.”

“Há dois anos estão adiados estes ajustes, por divergência do governo argentino quanto à oportunidade de celebrá-los.”

Passa depois a historiar as negociações nesse sentido. Lembra como foi adiada a “questão de limites e a do protocolo anexo, únicas que ofereciam dificuldades, para serem tratadas com o governo do Paraguai. Pelo art. 2.º do ajuste preliminar de paz, deu-se direito a este governo “de propor, no interesse da República, modificações ao tratado de 1.º de maio.”

“Apesar, porem, desse ato internacional, apesar do que fora assentado no acordo previo dos aliados, queria agora o dr. Manoel Quintana, plenipotenciário argentino, que os governos aliados se reconhecessem previamente obrigados a sustentar como território da República Argentina o que o art. 16 do pacto de aliança assinalou como base para o ajuste definitivo com o Paraguai.”

“Poderiam os governos do Brasil e da República Oriental do Uruguai assumir a responsabilidade de impor ao do Paraguai sem ouvi-lo, que se conformasse com tais limites, tornando assim irrisória a garantia que lhe fora dada de que seus títulos à posse daquele

território seriam tomados em consideração, decidindo-se a questão a seu favor se fossem eles os mais valiosos ?”

“Poderiam proceder assim o Brasil e a República Oriental do Uruguai, quando se sabe que o território da contenda entre a República Argentina e a do Paraguai, é também disputado pela Bolívia, cuja reclamação ressalvamos ao assumir o tratado do 1.º de maio, em que o governo argentino designou como seu todo o território do Chaco até a Baía Negra, onde começam por esse lado as possessões brasileiras ?”

“Era, porem, isso o que pretendia o plenipotenciário argentino, que, inutilizando em ponto essencial o acordo prévio de Buenos Aires, exigia decisão peremptória sobre este melindroso ponto, que também se prende ao art. 8.º do tratado do 1.º de maio, em que os aliados se obrigaram a respeitar a independência e integridade do Paraguai, arredando de seus compromissos toda idéia de conquista.”

“Não menos intransigente se mostrava o plenipotenciário argentino na segunda das questões acima indicadas, desconhecendo a validade da cláusula do protocolo relativa às fortificações paraguaias, que foi sempre, e não podia deixar de ser, considerada pelos governos do Brasil e da República Oriental como parte integrante do tratado de aliança.”

“Para assim proceder fundava-se o mesmo plenipotenciário em que o dito protocolo não fora aprovado pelo congresso argentino.”

“Os governos aliados, porem, não podem ser responsaveis pelo que devia e deixou de fazer o governo argentino, se com efeito o protocolo carecia de sanção legislativa nos termos do art. 19 do tratado do 1.º de maio e deixou ela de ser solicitada.”

“Essa falta, se houve, não podia constituir para a República Argentina um direito, e, para as outras nações aliadas uma obrigação. Antes deviam estas crer na perfeita aceitação do protocolo, desde que as ratificações dos ajustes de aliança foram trocadas sem ressalva alguma, e mais de uma vez os generais argentinos dele se socorreram nas questões sobre divisão de despojos tomados ao inimigo.”

“Em consequência da divergência que assim suscitara entre os plenipotenciários aliados, e da repugnância que mostrava em entender-se com o atual governo da República do Paraguai, o plenipotenciário argentino retirou-se de Assunção antes de encetada a negociação dos ajustes definitivos de paz, deixando só o plenipotenciário brasileiro, pois que o dr. Adolfo Rodriguez, plenipotenciário oriental, havia dali regressado por motivo de moléstia e persuadido de que nada se faria.”

“Em tais circunstâncias, na impossibilidade de tratar coletivamente, o que cumpria fazer?”

“Os legítimos interesses das três nações não podiam ficar indefinidamente à mercê do bom querer de qualquer dos aliados, tanto mais quanto foi reconhecido no art. 7.º do acordo preliminar de paz de 20 de junho de 1870 que, em vantagem de todos, e portanto também da nação argentina, os ajustes definitivos não podiam ficar adiados por muito tempo.”

“A República do Paraguai, conquanto vencida, tinha direito a que os aliados, satisfeitas suas legítimas exigências como beligerantes vencedores, a deixassem livre, independente e respeitada.”

“Não restava, pois, ao representante do Brasil outro alvitre a seguir senão usar do direito, já demonstrado, de tratar separadamente, cingindo-se aos preceitos do pacto de aliança, ao acordo prévio dos aliados concernente aos ajustes definitivos de paz, e às generosas manifestações feitas por parte do governo imperial para com o Paraguai.”

“Foram-lhe dadas neste sentido as precisas instruções.”

“Para afastar todo pensamento de conquista, não terá o governo imperial dúvida em ceder da linha do Iguaré, designada no tratado de 1.º de maio, aceitando o salto das Sete Quedas do lado do rio Paraná.”

“Não duvidará também abrir mão, no interesse do Paraguai, da cláusula das fortificações, na qual não insistiria a bem da aliança, se isso fosse suficiente para que o governo argentino chegasse a um acordo com o Paraguai na questão do Chaco.”

“O governo imperial sente que, a despeito de seus repetidos esforços, não se possa celebrar o ajuste final.”

“Separando-se não o fez com o intento de romper a aliança que, há quasi sete anos, tem procurado manter com inteira cordialidade, não poupando sacrifícios em prol da causa comum e dando em todo esse longo período as mais significativas provas de boa fé e amizade para com os aliados.”

“Foi assim que não levantamos dúvida ao ocuparem os argentinos, sem acordo com seus aliados, o importante território de Missões entre os rios Uruguai e Paraná, e, mais tarde, a Vila Ocidental, tão próxima a Assunção, na margem direita do rio Paraguai; e isto quando somente forças brasileiras perseguiam ainda o ditador López, e não podiam aqueles nossos aliados alegar posse anterior a esses territórios, que deviam ser objeto dos ajustes definitivos de paz.”

“Acredita, portanto, o governo imperial, à vista de tudo quanto fica exposto, que nenhuma censura se pode com justiça fazer ao seu

procedimento, que, sem ofensa dos compromissos de aliança, atende à dignidade, independência e legítimos interesses de cada um dos aliados.”

Logo que o governo argentino teve conhecimento da celebração dos tratados definitivos entre o Brasil e o Paraguai, exprimiu a sua máguia e lançou o seu protesto contra esse ato, que reputou violador do tratado de 1.º de maio de 1865.

Em nota dirigida ao governo imperial (15 de fevereiro de 1872) disse Tejedor :

“A aliança do 1.º de maio de 1865 foi um ato de necessidade, mas um ato providencial, que podia servir para estreitar a amizade de duas nações que haviam combatido entre si em uma época não mui remota.”

“Três anos de convivência nos campos de batalha e seis cobertos pelo amplo manto do tratado do 1.º de maio, haviam começado a destruir as mútuas preocupações, consolidando a comunhão de interesses do Império com as Repúblicas do Prata.”

“Desejosos de obter estes grandes resultados, e fiéis a seu compromisso, o governo argentino e o próprio governo imperial seguiam unidos até agora nos seus propósitos e fins; e nada faziam nem projetavam que não se comunicassem previamente, sacrificando muitas vezes alguma cousa de seus próprios interesses para guardar essa harmonia, que ambos os governos pareciam desejar com a mesma convicção.”

“Nesta situação o governo argentino soube por modo que já não lhe é permitido duvidar, que o representante brasileiro em Assunção celebrou separadamente um tratado de paz, e outro de limites com o governo do Paraguai, e que além do fato por si mesmo grave de negociar sem o concurso dos aliados, esses tratados conteem estipulações que o governo argentino não pode ver sem surpresa, nem consentir sem protestar, dado o caso que sejam eles ratificados pelo governo imperial.”

“Segundo essas estipulações o governo imperial poderá conservar na República do Paraguai por tempo indefinido e ainda mesmo depois do tratado de paz, o número de forças que considere necessárias para o melhor cumprimento dos ajustes e manutenção da ordem pública, garantindo também por si só, e pelo tempo de 5 anos, a independência, e integridade territorial da República.”

“A enormidade destas estipulações não pode ficar oculta a ninguém. Importam a ocupação militar à discrição de um dos vencedores em seu único proveito, ou a permanência de um estado de guerra, depois da guerra, ou, o que é ainda peor, a aliança do vencido

com um dos vencedores contra os aliados de ontem, ou, se é preferível, um protetorado do Brasil em favor do Paraguai, e todas estas coisas, ou qualquer delas, serão a violação mais flagrante do texto do tratado de 1.º de maio, que proibiu expressamente todo protetorado, e do espírito que o inspirou em geral contra o despotismo de um homem, e em favor da liberdade e independência de um povo.”

“Na grande desgraça do Paraguai, os Estados republicanos do norte e sul da América compreenderiam talvez o protetorado de outra República; compreenderiam mesmo a garantia comum do Império e seus aliados, que tiraria do fato todos seus atributos perigosos; mas não compreenderiam nunca a garantia separada e a ocupação militar, ainda depois da guerra, somente pelo Império, que por suas condições naturais não pode garantir bem a existência de uma República, ajudando-a a sair do abismo em que caiu. O protetorado em tal caso seria em outros termos a absorção; e deste modo a República Argentina appareceria ante as nações como fazendo a aliança e a guerra para o engrandecimento do Império.”

“O Presidente da República, em cujo nome tenho a honra de dirigir as precedentes considerações, espera que pesarão bastante no ânimo do governo imperial para impedir que se levem a efeito os tratados celebrados em Assunção pelo sr. Barão de Cotegipe, com quebra da aliança, ou para achar ao menos o meio conciliatório que a conserve, até que tenha produzido os benéficos resultados que se tiveram em vista, assegurando por sua parte, se fosse necessário, a disposição, mais franca e enérgica de continuar a manter todas as obrigações da aliança.” (48)

Como se vê, a Argentina vibra de indignação contra o Império, a quem acusa de haver violado o pacto de aliança e submetido o Paraguai a um verdadeiro protetorado. Sua pretensão agora é impedir que os tratados de Cotegipe sejam ratificados. Receosa, porém, de não ser atendida, abre logo uma brecha à conciliação: pede que o Império encontre um meio conciliatório que conserve a aliança até a consecução do seu objetivo final.

Que deveria fazer o Brasil? Ceder à solicitação da Argentina e desautorar o seu negociador? Não, evidentemente.

O que ele havia feito por intermédio de Cotegipe fora consequência de deliberação tomada após exame prolongado e sereno dos acontecimentos; o ato praticado era dos que muito difficilmente comportam recuo.

(48) Esta nota foi recebida a 1.º de março no Rio de Janeiro.

Sem embargo, resolveu o governo imperial ouvir o Conselho de Estado. Propôs-lhe esta questão:

“Há motivos e assaz poderosos que devam obstar à ratificação de todos ou de algum dos referidos tratados?”

O Conselho reuniu-se a 1.º de março de 1872.

O Conde d'Eu respondeu pela negativa. A não ratificação seria interpretada pelo governo e povo argentino como um ato de fraqueza do governo imperial.

Tambem se manifestam pela ratificação dos tratados estes conselheiros: Visconde de São Vicente, Souza Franco, Visconde de Sapucaí, Duque de Caxias, Barão das Três Barras e Carneiro de Campos.

O Visconde de Abaeté insiste em sua opinião já exposta: “não acha demonstrada a impossibilidade de tratar-se em comum, e sustenta com várias razões o seu pensamento, que é amplamente desenvolvido”.

Nabuco de Araujo diz persistir na opinião que já manifestou: “a guerra foi feita pelos aliados e por isso a paz tambem deve ser feita por eles. E’ essa a doutrina consagrada pelos autores de Direito Internacional. Confessa haver excepções, mas são fatos irregulares, que “não derogam os princípios, nem podem ser invocados para consequência jurídica”.

Analisa depois o tratado de 1.º de maio e as razões por que o Brasil fez ajustes em separado. “Examinades os protocolos sujeitos ao exame do Conselho de Estado, não lhe parece verificada a impossibilidade de tratado coletivo, impossibilidade que autorizasse o Brasil a tratar só.”

O tratado comum estava *aprovado e ajustado* quando sobreveiu a dificuldade. Acha natural que o ministro argentino pedisse a solução da questão de limites “porque dessa solução dependia a firmeza do tratado comum”.

“Mas, se a impossibilidade do tratado comum procede da impossibilidade do tratado de limites, a impossibilidade do tratado comum não pode ser atribuída ao governo argentino somente, mas tambem ao Brasil, porque todos convieram em que *não seria firmado o tratado comum senão depois de reconhecido o direito territorial de cada um dos aliados interessados, Brasil e República Argentina.*”

“A impossibilidade do tratado de limites não era razão para o Brasil fazer a sós o tratado comum, mas para não se fazer o tratado comum. O que pediu o ministro argentino em 30 de novembro de 1871, não era senão a consequência do que se concedeu em 9 de dezembro de 1870.”

“Por outro lado, em 30 de novembro de 1871 não se dava ainda o caso extremo do tratado separado.”

“Com efeito, o Ministro Argentino pediu afinal que os Plenipotenciários se transportassem à cidade de Buenos Aires para aí resolver-se a dificuldade.”

“O Ministro Oriental dizia que desejava instruções do seu Governo, porque não as tinha para esse caso imprevisto.”

“A prudência exigia que, em negócio tão grave que poderia importar o rompimento da Aliança, se esgotassem, ainda sem esperança, todos os meios, que se ouvisse a última palavra dos Governos Aliados. Ao demais, a República Oriental, que tão inclinada se mostrava para o Brasil, merecia esta deferência.”

“Foi, porem, o Plenipotenciário Brasileiro que rompeu a negociação, declarando para logo que trataria por si só com o Paraguai.”

Do estudo dos Protocolos resulta: que a República Argentina, quanto à questão de limites, teve sempre toda a franqueza e precisão, sempre disse o que queria:

“Que o nosso Ministro sobre essa questão tergiversou, recorrendo a adiamentos e questões de forma.” (49)

“Fosse como fosse, e ainda verificada a impossibilidade do tratado coletivo, concludo como comecei, dizendo, como sempre tenho dito, que não deve o Brasil, ele só, fazer com o Paraguai o tratado definitivo de paz, navegação e garantia da independência do Paraguai, porque esse tratado será irrisório e suscetível de consequências funestas e imprevistas.”

Considera depois as consequências que resultariam: 1.º) de o Brasil não fazer o tratado; 2º) de fazê-lo.

No primeiro caso continuaria o *statu quo* dos limites antes da guerra, e não há urgência de outros. Subsistiria indefinidamente o Tratado Preliminar de 20 de junho. Porem, até hoje subsiste sem inconveniente o Tratado Preliminar de Paz com a República Argentina. Antes o Tratado Preliminar de 20 de junho do que nenhum, do que o rompimento da Aliança “e o pesado encargo de tomar sobre nós sós, contra todos e até contra os Aliados, a garantia da independência do Paraguai. O estado provisório prolongar-se-ia e com ele a permanência de nossas forças no território inimigo; este último inconveniente subsistiria em se fazendo o tratado, pois nele se estipula “que as nossas forças continuam a permanecer no Paraguai”.

(49) Rio Branco, então chefe do gabinete imperial, rebateu essa acusação injusta na mesma sessão do Conselho, mostrando com o texto do protocolo n. 4 de Assunção, que Cotegipe se houvera com a necessária franqueza sobre a questão de limites.

No segundo caso haveria :

“Rompimento da Aliança e consequente perempção do Tratado Preliminar.”

“O pesado encargo de manter contra todos, e até contra os aliados, a independência, soberania e integridade do Paraguai, o que equivale ao Protetorado repellido pela Aliança, protetorado de fato e pela força das coisas.”

“Contingência de guerra, provocada pelos conflitos que a República Argentina pode suscitar, cujas hipóteses são várias e imprevistas.”

Nabuco figura uma: a Argentina continua a guerra contra o Paraguai, afim de impor-lhe os limites que pretende. Estende até a Baía Negra a ocupação do Chaco, ocupa cidades e povoações e obsta a livre navegação dos rios com medidas fiscais e de polícia.

Se o Brasil lhe declara a guerra pelo exercício destes atos de sua soberania, faz-lhe uma guerra injusta e justifica a idéia do Protetorado. Se não faz e deixa o Paraguai a sós, “viola este tratado que vai fazer, confessa o erro deste tratado, incorre na cumplicidade, que desejava prevenir, da violação da integridade do Paraguai, e incorre nesta cumplicidade como maior causador”.

Ou a guerra ou o ludíbrio, tal é a alternativa.

E Nabuco conclue: “Firme nos princípios que tenho sempre sustentado, opino contra a ratificação do tratado.”

“Não desejo que se faça o tratado de limites, porque não será generoso e leal fazê-lo desde que o nosso aliado não pode fazê-lo: não contesto, porem, o direito que o Brasil tem de fazê-lo separado.”

Todo o Conselho de Estado, com exceção de dois membros (Nabuco e o Visconde de Abaeté) opina contra a ratificação dos tratados de Cotegipe. Nabuco continua sendo o defensor estrênuo da conservação da aliança e da paz entre os aliados.

Só a 22 de março de 1872, deu o governo imperial a devida resposta ao protesto da Argentina contra os tratados definitivos com o Paraguai.

“O governo imperial — diz Correia em sua nota — recebeu com prazer os protestos de adesão ao tratado do 1.º de maio, que se leem em a nota do governo argentino, e pesou maduramente os motivos da reclamação que lhe é apresentada por causa dos tratados que o Brasil celebrou separadamente com a República do Paraguai.”

“Compraz-se o governo de S. M. o Imperador em crer que suas explicações, que serão dadas de ânimo sereno e com amigável franqueza, hão de satisfazer completamente ao seu aliado, desva-

necendo as apreensões infundadas de que ele se deixou possuir e sob as quais viu e apreciou o procedimento do Império no fato de que se trata.”

“Não datam do 1.º de maio de 1865 as relações de perfeita amizade entre o Brasil e as Repúblicas do Prata. Estas relações existiam desde a aliança de 1852, que libertou o Estado Oriental e a República Argentina da opressão dos ditadores Oribe e Rosas.”

“A aliança de 1865, bem que devesse exercer mui benéfica influência entre as três nações, ligando-as por cinco anos de sacrifícios e glórias comuns em defesa de sua honra e direitos essenciais, já encontrou aquela base sólida de uma união não menos honrosa e talvez de maior alcance político para a paz e prosperidade desta parte da América.”

“Tal era a confiança que deviam inspirar, e já inspiravam por esse tempo a prudência, retidão e sentimentos amigáveis da política do Brasil, que o governo argentino propunha em 1863 ao da República Oriental, como meio pacífico e seguro de resolverem suas questões pendentes, o juízo arbitral do chefe supremo dessa nação.”

“E foi sob o influxo de tão cimentada confiança que o governo imperial assinou o tratado do 1.º de maio e esforçou-se por fazer triunfar a causa da aliança, sem medir sacrifícios, sem disputar primazias, nem aspirar a mais do que o seu direito e o desagravo de sua honra, injusta e audazmente ofendida pelo inimigo comum.”

“Sendo estes os sentimentos que animavam o governo imperial, compreenderá o da República Argentina quanto devia ser sensível a presunção, que pode ver-se em a nota do Sr. Tejedor, de que o Brasil procedesse por vistas egoistas ou ambiciosas, e que até faltasse aos solenes compromissos que contraíra, tão franca e nobremente, para com seus aliados.”

“Esta presunção carece de fundamento, e se dissipará facilmente à luz dos fatos e da exata apreciação do direito convencional dos aliados.”

Historia depois as sucessivas negociações para os ajustes de paz. O Brasil queria negociar definitivamente com o governo provisório do Paraguai e só não o fez para se manter de acordo com a Argentina, que revelara disposições *moderadas* e *generosas* para com aquela República. Terminada a guerra, fez-se o acordo preliminar de paz.

“Ficou desde logo bem conhecido que uma única dificuldade ofereceria o tratado definitivo de paz: a prevista dificuldade consistia na fixação dos limites do Chaco, entre a República Argentina e o Paraguai.”

“O importante território de Missões, que se estende do rio Uruguai ao Paraná, o governo de Assunção não o disputava, e já tinha

sido ocupado, assim como a Vila Ocidental, no Chaco, por deliberação do governo argentino."

"O reconhecimento dos limites do Brasil não encontrava objeção e os outros ajustes de interesse comum achavam-se nas mesmas condições de fácil acordo."

"Era de prever que com o correr do tempo, e por efeito natural das relações, cada vez mais amigáveis, que assim se estabeleciam entre os aliados e o vencido, a esperança de concessões cresceria no ânimo do povo paraguaio. O governo imperial o previra, mas nada por sua parte receava, porque estava no firme propósito de ser tão generoso quanto razoavelmente se lhe pudesse pedir, e da parte de seus aliados contava com iguais disposições."

"Esta crença baseava-se nas considerações do *memorandum* argentino, relativo ao estabelecimento do governo provisório; nas manifestações feitas em conferências, e a que aludem aquele *memorandum* e os do Brasil; finalmente, nas declarações relativas ao fato da Vila Ocidental, e na promessa do art. 2.º do acordo preliminar de paz."

"Segundo aquelas declarações, o governo argentino aconselhava aos aliados moderação e generosidade para com o vencido, e entendia que os limites não deviam ser traçados pela espada do vencedor e sim pela força do seu direito."

"Segundo aquela promessa, ficou assentado que a aceitação desse princípio dos artigos de paz do tratado de aliança não importava para o Paraguai o reconhecimento dos limites ali assinalados; consequentemente, conveiu-se em que o governo paraguaio teria o direito de propor modificações e alegar seus títulos ao domínio do território contestado."

"Estes precedentes, dos quais alguns constam de documentos assinados ou trocados entre os aliados e o governo paraguaio, não podiam deixar de obrigar a todos, ante a sua consciência e ante o juízo das outras nações. Era necessariamente o ponto de partida dos futuros ajustes definitivos com o Paraguai."

"E assim o compreenderam os representantes dos aliados quando se reuniram em Buenos Aires, de dezembro de 1870 a janeiro de 1871, para concertarem as bases de sua negociação final com o governo paraguaio."

"Aí se tocou mais uma vez a dificuldade que apresentava a questão de limites, e foi reconhecido que os aliados não podiam deliberar a esse respeito sem ouvir a outra parte interessada, o Paraguai; não só por observância ao art. 2.º do acordo preliminar de paz, senão ainda *ex-vi* do art. 8.º do tratado de aliança, pelo qual se obrigaram a respeitar a integridade territorial dessa República."

Correia lembra depois a questão relativa à cláusula do protocolo anexo ao tratado de 1.º de maio, que o governo argentino se obstinou em desconhecer, sob o pretexto de não ter sido aprovado pelo Congresso, e que foi adiado por proposta do plenipotenciário brasileiro.

“Reunidos os plenipotenciários em Assunção, o da República Argentina fez espaçar por quasi um mês a urgente negociação que lhe estava cometida, alegando a necessidade de novas instruções de Buenos Aires; e isto depois de tantas e tão debatidas negociações prévias, havidas entre os aliados no decurso de dois anos, que se contam desde sua vitória final em Cerro Corá.”

“Abertas as conferências, com surpresa dos outros plenipotenciários, o da República Argentina não só se exprimiu quanto à cláusula do protocolo anexo, em termos de uma repulsa prévia e absoluta, qualquer que fosse o pensar do governo paraguaio, mas até exigiu solução nova e antecipada sobre o ajuste de limites. Assim apartava-se abertamente, num e noutro caso, do que fora acordado em Buenos Aires entre os mesmos aliados.”

Correia recorda os princípios que Quintana pretendeu fossem inteiramente aceites pelos demais aliados.

“Semelhantes exigências, absolutas e peremptórias, reproduziam a dificuldade que, pelo acordo prévio de Buenos Aires, se procurava evitar com ânimo o mais conciliador; e tiravam toda a esperança de ajustes definitivos de paz com o Paraguai.”

“Na verdade, pretender que o governo do Brasil e o da República Oriental sejam solidários na questão de limites com a República Argentina, e ao mesmo tempo negar-lhes o direito de julgar das pretensões de uma e outra parte interessada, fora rebaixá-las a posição inferior à do vencido, a quem ao menos se prometera ouvir.”

“Recordar o compromisso comum de respeitar a integridade territorial da República do Paraguai, e negar o direito de alegar esse compromisso e zelar a sua exata observância, fora pretender que o tratado do 1.º de maio fixou fronteiras a arbítrio dos aliados, ou em virtude de prévio e rigoroso exame sobre o direito das partes interessadas.”

“Ora, os protocolos assinados em Buenos Aires expõem, ainda que com a reserva conveniente às questões pendentes, a história do art. 16 do tratado de aliança, e estabelecem a verdadeira doutrina deste artigo.”

“Não há dúvida de que o beligerante vencedor pode exigir as condições de paz que julgue conformes ao seu direito e essenciais à sua segurança, ficando a cessação do estado de guerra dependente de aceitação de tais cláusulas. Debaixo deste princípio o tratado de

1.º de maio estabeleceu-se para os ajustes com o Paraguai, mas todas sujeitas em sua aplicação e desenvolvimento a um acordo ulterior e definitivo dos aliados entre si e com o mesmo Paraguai.”

“Quando em meados de 1869, ainda durante a guerra discutiam-se as bases das relações dos aliados com o governo do Paraguai, o governo imperial desejou que se firmasse a inteligência e o alcance dos compromissos do tratado do 1.º de maio. Os *memoranda* do plenipotenciário brasileiro ficaram nessa parte sem resposta explícita, ou antes depreendia-se da contestação do governo argentino que, na opinião deste, os acontecimentos impunham aos aliados o dever de modificar aquelas condições de paz, no interesse da República do Paraguai.”

Circunscrevendo agora o exame dessas bases à de limites, única que, há dois anos, embaraça o acordo comum dos aliados, o abaixo assinado chama a atenção do sr. Tejedor, para o que foi exposto e ponderado a esse respeito nas conferências de Buenos Aires.

“O protocolo n. 7 das sobreditas conferências é bastante claro, e aí se refere:

1.º Que os limites designados no art. 16 do tratado de aliança o foram como bases para os ajustes com o Paraguai, sem que nem o direito do Brasil, nem o da República Argentina, fosse então examinado e discutido entre os aliados.

2.º Que o plenipotenciário sustentou sempre que as questões de limites não podiam ser *casus belli* para os aliados que não tivessem nelas interesse especial.

3.º Que todos os plenipotenciários concordaram em que estes ajustes estão virtual e expressamente subordinados ao compromisso de respeitar-se a integridade territorial do Paraguai.”

“Ninguém negará à República Argentina o direito de fazer para si *casus belli* do que tenha por justo exigir do Paraguai, quanto aos limites em questão. O que não se conformaria com o pacto de aliança, e repugnaria à dignidade e à consciência dos outros aliados, é que estes fossem obrigados a aceitar passivamente a responsabilidade do que não pudessem discutir e apreciar.”

“A questão dos limites argentinos versa sobre o território do Chaco; o das Missões já lhe foi reconhecido de fato. Ora, aquele território é também contestado pela Bolívia, cujos direitos o governo imperial ressalvou do compromisso da aliança, ao assinar o tratado de 1.º de maio.”

“Logo não é justo colocar a questão desse território, em toda a sua extensão até a Baía Negra, nos termos absolutos em que o pretendeu o plenipotenciário argentino.”

“O compromisso do art. 17 do tratado do 1.º de maio é assaz explícito e compreende todos os ajustes que celebrem os aliados com o Paraguai em conformidade daquele fato. E’ consequência deste princípio que nenhum dos aliados está obrigado a aceitar a responsabilidade de um ajuste, e menos de uma exigência, que repute contrária ao tratado do 1.º de maio.”

“Foi por isso que os aliados procuraram pôr-se de acordo previamente sobre os pontos essenciais dos ajustes definitivos de paz, e não puderam resolver as questões de limites antes de ouvir o Paraguai, como se prometera e era de justiça.”

“Assim entendidas as estipulações da aliança, já não restava outro alvitre ao Brasil, nas circunstâncias em que se achou no Paraguai, senão o de tratar separadamente. Essas circunstâncias nasciam da posição que tomou o representante argentino, ao cabo de dois anos de negociações prévias, e quando acabava de receber novas instruções, que deviam ser a última palavra do seu governo.”

“Por um lado exigia-se dos outros aliados que subscrevessem um compromisso prévio, incompatível com a sua dignidade e sua consciência, por outro lado queria-se eliminar do pacto da aliança uma de suas mais importantes cláusulas, a do protocolo anexo, pela única vontade de uma das altas partes contratantes.”

“A negociação coletiva tornou-se, pois, impossível, e dado que o Brasil e a República Oriental pudessem, digna e conscienciosamente, assumir a responsabilidade que lhes era exigida, qual seria a posição dos aliados para com o Paraguai?”

“Entrariam de novo em guerra contra esse infeliz Estado, com quem já vivem, há dois anos, em paz amigável, e que lhes não poderia resistir eficazmente?”

“Decretar-se-ia a completa ruína do Paraguai, talvez o aniquilamento de sua nacionalidade, quando ele tudo reconhecia aos aliados, e só fazia questão dos limites do Chaco, onde de fato já a República Argentina estabeleceu o seu domínio?”

“Pareceu ao governo imperial, como ao da República Oriental, segundo o voto expresso do seu ilustre negociador, que uma tal solução não fora prudente, nem aproveitaria aos interesses legítimos e essenciais da aliança.”

“Com esta convicção resolveu tratar separadamente, mas de conformidade com o tratado do 1.º de maio e com o acordo prévio assinado em Buenos Aires, sem declinar, portanto, de nenhuma das obrigações que por estes atos contraiu, nem para com os aliados, nem para com o vencido.”

“De fato, e na mente do governo imperial, a aliança subsiste em seu perfeito vigor para os fins especiais e expressos a que ela se propôs

pelo seu pacto, que tão mal fora compreendido entre os outros Estados sul-americanos.”

“O tratado do 1.º de maio, estabelecendo desde logo as condições essenciais da paz, e tornando os aliados solidários na sustentação dos ajustes que celebrassem com o novo governo paraguaio conforme essas bases, não exigiu a negociação coletiva.”

“A negociação separada, como se vê do art. 6.º, só era excluída durante a guerra com o inimigo comum, para depor as armas ou suspender as hostilidades.”

“Fora destas circunstâncias aquela proibição não é aplicável; e este é precisamente o caso em que se acham os aliados, desde que terminou de fato a guerra em Cerro-Corá, e sobretudo desde que assinaram com o Paraguai o acordo preliminar de paz de 20 de junho de 1870.”

“Os ajustes que o Brasil acaba de celebrar com o Paraguai, não só respeitam as bases do tratado do 1.º de maio, mas até o desenvolvimento que a estas deu o acordo prévio dos aliados, assinado em Buenos Aires o ano passado.”

“À parte a questão do Chaco, em que até hoje nenhum alvitre conciliatório tem sugerido o governo argentino, não pode ser objeto de dúvida a disposição em que está o governo paraguaio de celebrar iguais estipulações com a República Argentina, como as celebrará com a República Oriental do Uruguai no momento em que esta o exija.”

“O tratamento de igualdade, que os aliados se garantiram, está salvo, e o Brasil o sustentaria como interesse próprio, se o Paraguai o recusasse aos outros aliados, o que não é de recear.”

“A respeito de limites por parte do Brasil, observou-se à risca a norma prescrita no art. 2.º do acordo preliminar de paz, e nos protocolos de Buenos Aires. Discutiu-se a matéria com o governo paraguaio, demonstrou-se o nosso direito, que aliás muito antes da guerra fora levado à evidência em conferências protocolizadas, e cumpriu-se a promessa de moderação e generosidade, cedendo o governo imperial da linha do Igureí, e ao mesmo tempo da cláusula relativa a novas fortificações sobre o litoral da República.”

“Além do tratado de limites, celebramos um que consagrou as condições de paz e dois outros sobre extradição, comércio e navegação.”

“O abaixo assinado cumprirá o dever de transmitir ao sr. ministro das Relações Exteriores, por forma autêntica o teor de cada um daqueles ajustes, logo que sejam eles ratificados, para que o governo argentino possa melhor apreciar a moderação e coerência com que procedeu o governo imperial.”

“Nada alegando a nota argentina em relação aos tratados de limites, extradição e comércio, sua reclamação assenta unicamente no fato da negociação singular do Brasil, fato que já está suficientemente explicado; na estipulação que faculta a conservação temporária de forças brasileiras no Paraguai, e na que assegura a garantia do Brasil à independência, soberania e integridade territorial dessa República.”

A seguir ocupa-se ainda Correia com duas questões. A primeira é uma faculdade que o Brasil se reservou “para proteger a execução dos ajustes celebrados e auxiliar a manutenção da ordem interna da República, elemento necessário àquela execução”.

Com isso nada se inova nas relações do Brasil com o Paraguai. A estipulação arguida é “a expressão do fato preexistente aos últimos ajustes, derivado das circunstâncias e estipulado entre os aliados e o governo paraguaio, nos acordos de 2 de junho de 1869 e 20 de junho de 1870”.

“É uma faculdade mais limitada do que essa que até hoje tem tido o Brasil, assim como a República Argentina, e da qual nenhum dos dois governos há usado senão do modo mais prudente e benéfico ao Paraguai.”

Adiante acrescenta:

“Quando o governo imperial procura sair espontaneamente dessa posição, oferecendo ao vencido honrosas e benévolas condições de paz, quando, fiel a todos os precedentes de suas relações com o Paraguai, ratifica o empenho, que tomara com seus aliados, de respeitar e defender a independência, soberania e integridade dessa República, seria suposição inteiramente gratuita, e por demais injusta, a que desse àquelas estipulações o caráter de aliança com o vencido contra os outros aliados, de protetorado ou de meio de absorção.”

“O Brasil viu-se constrangido a tratar separadamente, e não podia deixar de tomar a bem de seus direitos, sem ofensa dos de seus aliados, as cautelas que se julgaram antes precisas e que acompanham necessariamente a execução de todos os tratados de paz.”

“A República Argentina quer, como o Brasil, ver respeitada a independência e soberania do Paraguai; deseja, como o Brasil, não a morte, mas a prosperidade desse Estado; não deve, portanto, considerar um perigo o fato de poder o Império prestar algum apoio à ordem interna do mesmo Estado, como até hoje lhe tem prestado.”

Examina depois a questão da garantia dada pelo Brasil à independência, soberania e integridade territorial do Paraguai.

De nenhum modo ofende o pacto de aliança aquilo precisamente que os aliados tinham acordado entre si “como ponto essencial de sua política e empenho comum”.

O tratado de aliança estipulou a garantia coletiva, "mas esta tanto obriga a todos, como a cada um dos aliados".

"A garantia que o Brasil deu ao Paraguai, não é mais do que a observância daquele compromisso comum."

"Não é possível entender-se que seja vedado a um dos aliados defender só por si a independência, soberania e integridade territorial do Paraguai, quando realmente atacadas, porque os outros não possam ou não queiram fazê-lo. Tal inteligência converteria a garantia coletiva em promessa negativa, torná-la-ia um estorvo, em vez de auxílio à defesa do garantido."

"Se o governo argentino pretende que a garantia individual do Brasil não o exime de obrar de acordo e em comum com seus aliados, sempre que estes queiram prestar o seu concurso, nada há que obste a esse procedimento, nem é diverso o desejo e o intuito do governo imperial."

"A garantia em questão não é nova por parte do Brasil, muito antes da injusta guerra a que foi provocado, ele a havia oferecido ao Paraguai, contra a ominosa política do ex-ditador Rosas. Contraiu-a de novo em 1865 por um prazo limitado, mas declarou sempre que estava pronto a mantê-la por sua parte sem limitação de tempo. Se agora, tratando separadamente, a estipulou por aquele mesmo prazo, assim o fez para dar-lhe o caráter de uma consequência do tratado do 1.º de maio, a que o governo imperial tem sido e será sempre fiel."

"De tudo quanto fica exposto resultam indubitavelmente, no parecer do governo imperial, os seguintes fatos:

1.º O Brasil não pretendeu do Paraguai concessões que este não possa e não deva fazer aos outros aliados.

2.º Exigiu, na questão de limites, menos do que a base que estabelecera no tratado de 1.º de maio.

3.º Não pretendeu, não lhe foi oferecida e não aceitaria nenhuma espécie de protetorado.

4.º Sua garantia individual à independência do Paraguai, que não podia ser dada por outra forma, não exclue a garantia coletiva, antes a ela se refere.

5.º O Brasil não violou ponto algum do pacto de aliança; mantém os seus compromissos, e estará sempre pronto a entender-se com seus aliados para a inteira execução dos empenhos comuns.

6.º O Brasil tratou separadamente quando, depois de repetidos esforços e de um adiamento de dois anos, lhe não deixaram outro alvitre mais prudente e decoroso as negociações do negociador argentino e sua retirada de Assunção.

7.º A questão do Chaco é a única dificuldade que oferecem os ajustes definitivos da República Argentina com o Paraguai, e o governo imperial está persuadido de que a soberania e prudência do gabinete de Buenos Aires conseguirá vencer essa dificuldade, sem criar uma situação penosa para si e para seus aliados, e sem agravar a sorte da infeliz nação paraguaia, que muito deve à aliança e lhe merece a continuação do mesmo procedimento justo e generoso.”

CAPITULO II

Cotegipe deixa Assunção — Chega a Buenos Aires — Conversa com Tejedor. Trocam explicações — Solução que apresenta o embaixador brasileiro e que regista por escrito — Os tratados de Cotegipe são ratificados pelo governo brasileiro — Opinião de Mitre sobre o procedimento do Brasil — Sarmiento pensa em mandá-lo ao Rio de Janeiro como plenipotenciário, para aplinar as dificuldades — Reflexões de Mitre ao governo argentino — Nota de Tejedor ao Brasil, conhecida pelo nome de “Nota de Ituzáingo”, a qual foi previamente aprovada pelo Congresso Argentino — Preparativos da Argentina para a eventualidade de uma guerra — A nota argentina chega à Corte em momento de crise ministerial — Nota de Correia em resposta à de Tejedor — O “memorandum” anexo à mesma — Comentários de Cotegipe à nota de Tejedor — Sarmiento resolve mandar Mitre ao Rio de Janeiro em missão especial, para restabelecer a aliança.

No intervalo de tempo decorrido entre a nota de Tejedor e a resposta de Correia, regressou ao Brasil o Barão de Cotegipe.

O nosso plenipotenciário deixou Assunção no dia 17 de fevereiro de 1872. Inteligente e profundo conhecedor do meio em que havia atuado, previu a borrasca que se iria desencadear na Argentina contra o seu procedimento e sobretudo contra o Império Brasileiro, mas vinha disposto a afrontá-la.

No dia 26 de fevereiro já se encontrava em Buenos Aires e visitava o presidente Sarmiento, em companhia do conselheiro Magalhães, nosso representante na República Argentina (50).

(50) O dr. Domingos José Gonçalves Magalhães, depois Visconde de Araguaia, era então enviado extraordinário e ministro do Brasil na Argentina.

Nesse mesmo dia, teve ainda uma conferência com Tejedor, na secretaria das Relações Exteriores. Quando ele entrava, saía o ministro do Brasil, já tendo entregue a Tejedor a nota circular do governo imperial de 3 de fevereiro de 1870. Cotegipe viu-a, ainda fechada, em mãos dele. A conversação foi logo encaminhada para a questão do momento e que tantas iras provocava aos argentinos. Tejedor desabafou as suas queixas, embora guardando a linha que lhe impunham o seu cargo e a sua educação. Cotegipe manteve-se sereno, esforçando-se por demonstrar que o Brasil podia fazer o que tinha feito e que assim procedendo de nenhum modo golpearia de morte a tríplice aliança.

Tejedor acusou-o de ser o causador do rompimento das negociações, porquanto estando já assentadas as suas bases na conferência de Buenos Aires, ele propusera a revisão das mesmas e *procurara modificá-las introduzindo, ou novas cláusulas, ou outras que tinham sido adiadas, dando assim a perceber que não reconhecia as referidas bases e tinha fins diferentes*. Daí e só daí — concluía Tejedor — nasceu a divergência que ocasionou o rompimento da negociação (51).

Cotegipe replicou chamando a atenção para o fato de o plenipotenciário argentino não haver oposto a mínima observação à revisão das sobreditas bases, procedimento que Tejedor aliás reprovou. Disse que seu intuito fora: 1.º, corrigir alguns defeitos de redação; 2.º, incluir as estipulações sobre neutralidade e fortificações, que não podiam deixar de fazer parte do Tratado de Paz, como obrigação comum da aliança. Que nessa ocasião foi desconhecida a validade do Protocolo anexo ao Tratado de 1.º de maio e, apesar disso, adiou a dificuldade para não romper. Que a única estipulação nova, proposta por ele, fora a conservação das forças aliadas para a manutenção da boa ordem e cumprimento do ajustado, proposta que retirou e que, por conseguinte, não poderia ser causa do rompimento da negociação. A causa — afirma — foi a questão da garantia dos limites argentinos, apresentada a 30 de novembro, depois de estarem os plenipotenciários aliados acordes no projeto comum de paz, e essa mesma questão não ficou adiada, porque a isso se negou o plenipotenciário argentino, como aliás ficara registado nos protocolos do governo.

Tejedor insistiu em atribuir à revisão dos protocolos e, portanto, a Cotegipe, o rompimento das negociações. Para conseguir este

(51) Offício reservado de Cotegipe a Correia, escrito em Buenos Aires a 28 de fevereiro de 1872. Vou reproduzir-lhe alguns trechos quasi literalmente.

resultado, disse ter recorrido o nosso representante aos protocolos de Varela, já inutilizados (*borrados*) pelos de Buenos Aires, quando os negociadores nada mais tinham a fazer do que abrir logo a negociação com o governo paraguaio e aguardar as suas alegações.

Cotegipe afirmou que tal era o seu desejo e por isso mesmo insistira; mas que o plenipotenciário argentino o retivera e ao representante oriental, de 6 a 30 de novembro com repetidos adiamentos, à espera de novas instruções, até que lhes apresentou a questão da garantia prévia dos limites com carater de *ultimatum*, contra o que fora ajustado em Buenos Aires. Então, e só então, declarou que trataria separadamente, único recurso que lhe restava. Ainda assim limitou-se a declarar que negociaria os tratados *peculiares* ao Brasil, deixando tempo ao governo argentino para mandar outro ministro, se o entendesse conveniente.

Tejedor replicou nunca ter acreditado que Cotegipe assim procedesse sem dirigir-se ao governo argentino para preveni-lo, de sua resolução, e por isso guardara silêncio e só protestara contra o ato quando não tivera mais dúvida de que estava realizado (52).

Cotegipe observou que a declaração ou intimação era inutil; 1.º, por estar oficialmente feita no protesto de 30 de novembro; 2.º, por estar precisamente aprovado o procedimento do plenipotenciário argentino; 3.º, por não poder ele no Paraguai comunicar-se directamente com Tejedor. Os tratados nada continham que contrariasse os interesses presentes ou futuros da República Argentina, como de certo Tejedor já teria verificado, visto que havia sido mostrado ao General Védia pelo governo paraguaio.

Tejedor disse que *não aprovava nem reprovava* o procedimento de Quintana; que o ter sabido dos tratados em resumo e por intermédio da parte contrária, era motivo de queixa sua contra Cotegipe.

Este respondeu não lhe ser permitido dá-los a conhecer antes de serem presentes ao seu governo, a cujas mãos chegaram a 15 ou 16 do corrente (fevereiro). Ele próprio, Cotegipe, estava em Buenos Aires no dia 24, disposto a comunicá-los todos a Tejedor.

A um pedido deste para que lhe fossem dadas cópias dos tratados, respondeu que talvez não houvesse tempo de tirar cópias senão do de paz, e do de limites. Da-las-ia particularmente. O governo do Brasil faria isso por nota, se approvasse os tratados.

(52) Esse protesto é o que se contem em a nota de 15 de fevereiro enviada do Brasil, e a que já fiz referência.

Cotegipe solicitou por sua vez cópia do protesto dirigindo ao governo imperial e do *memorandum* de Quintana. Tejedor prometeu enviar-lhos antes de sua partida.

Em seguida ocupou-se o plenipotenciário brasileiro das medidas tomadas pelo governo argentino com relação ao Paraguai. Ponderou que um aumento de forças em Assunção poderia excitar rivalidades e era desnecessário, visto que tão respeitados seriam 10 homens como 10.000.

Tejedor afiançou que, quaisquer que fossem essas medidas, não tinham por fim acautelar-se contra o Brasil, pois estava convencido do que Cotegipe lhe dizia, mas sim contra o Paraguai, visto que hoje os argentinos se encontravam sós por abandono nosso. Cotegipe protestou contra este último conceito, que era inexato, e a prova disso era que subsistiam as mesmas ordens para que o nosso general procedesse de harmonia com o general Vêdia, e conforme as estipulações do Acordo Preliminar de Paz, enquanto o governo imperial não resolvesse o contrário.

O tom geral da conversação, que durou três horas — refere Cotegipe — posto que as vezes animado, foi sempre polido e amigável.

Ao despedir-se, pediu-lhe Tejedor que demorasse um pouco o seu regresso ao Brasil, pois desejava ter com ele nova conferência.

Esta realizou-se no dia 28 de fevereiro.

Tejedor começou referindo-se à nota-circular do governo brasileiro, que o ministro Magalhães lhe havia entregue a 26. Disse não considerá-la como resposta antecipada ao seu protesto, mas que havia nela algumas *considerações* que pareciam *acusações* ao governo argentino e de que guardava ressentimentos. As considerações eram as referentes à ocupação dos territórios de Missões e do Chaco sem acordo dos aliados e a falta de concurso de forças argentinas na última fase da guerra, o que era inexato, ajunta Cotegipe.

O nosso representante disse então que apenas ouvira ler a circular, e que, portanto, não causaria estranheza não lhe ser possível explicar-lhe o sentido, mas que lhe parecia que o governo imperial, mencionando esses fatos, não tinha em mente recriminar e sim provar com eles que o governo argentino tem obrado *por si só* em casos graves, não dando ao tratado de 1.º de maio sentido tão restritivo como hoje lhe dá.

Entregou a Tejedor cópia dos tratados de paz e de limites, porem ele só aceitou a daquele, dizendo já possuir a deste.

Cotegipe propôs-se ainda a ler-lhe o tratado de extradição e o de comércio e navegação, mas o seu interlocutor dispensou-o

do trabalho sob o fundamento de que não conteriam mais do que as estipulações usuais nesses casos.

Passaram então a considerar a situação da Aliança.

Cotegipe inquiriu qual a *intenção* do governo argentino e a *marcha* que pretendia adotar.

Tejedor respondeu que aguardaria a resposta à nota dirigida ao governo imperial e, conforme a mesma resposta, declararia, ou não, rota a Aliança.

Cotegipe ponderou que Tejedor não devia contar com a não ratificação dos tratados, razão por que todo acordo que tivesse por base essa condição, não ofereceria probabilidade de bom êxito.

Os pontos do tratado de paz que mais impressionaram o ministro argentino foram a garantia singular do Brasil à integridade e independência do Paraguai, e a conservação de forças brasileiras por tempo indefinido.

Quanto ao primeiro, explicou Cotegipe que o Brasil garantindo, por sua parte, a integridade e independência do Paraguai, deixava a porta aberta para a garantia coletiva; e, quanto ao segundo, que, pelo fato de *tratarmos separadamente*, deveríamos tomar cautelas para a execução de nossos ajustes, *maxime* quando não conhecíamos o pensamento dos outros aliados. Como, porem, a ocupação militar ficara dependente de uma *Convenção*, estava o governo do Brasil livre para celebrá-la ou não, conforme o aspecto que os negócios tomassem. Leu o protesto da negociação do tratado de paz, do qual se via que não nos eximimos das obrigações da Aliança, senão que fora tudo aí calculado para chegarmos ao mesmo resultado, ainda que por caminho diverso.

Essas explicações verbais pareceram a Cotegipe ter modificado as opiniões de Tejedor, pois este declarou que o pensamento revelado no protocolo (de que pediu cópia) e as explicações do nosso representante provavam não ter sido nossa intenção, negociando separadamente, romper o tratado de aliança. Se o fosse, ponderou Cotegipe, ter-nos-íamos aproveitado do desconhecimento do protocolo anexo ao tratado, que para nós é parte integrante dele. Havia assim possibilidade de acordo.

Debateu-se então o modo de realizá-lo.

Cotegipe tomou um pedaço de papel e escreveu sobre a mesa de Tejedor, estas linhas:

“Que, se o governo do Brasil contestar (53) a nota que o argentino lhe dirigiu, reconhecendo a obrigação do tratado de aliança,

(53) Cotegipe empregou aqui o verbo *contestar* no sentido de *responder*, usual na língua espanhola.

embora tratasse separadamente, não seria esta considerada rota. Que o governo argentino volveria ao acordado em Buenos Aires sobre a retirada das forças comuns. Que então, ou dada esta explicação, poderiam ser ratificados os tratados. Que o governo argentino se apressaria a mandar um ministro para *arreglar* as questões pendentes ou o modo prático do acordo.”

Depois de ouvir a leitura dessa nota, achou Tejedor mais simples o seguinte:

“Que o governo do Brasil declarasse, em resposta à nota do governo argentino, que reconhece as obrigações do tratado de aliança e está disposto a dar as garantias que ele oferece. Feito o que, o governo mandará um negociador ao Paraguai, o qual depois iria ao Brasil reduzir à *forma de protocolo* as declarações da nota. Feitas aquelas declarações nenhum inconveniente há em que sejam ratificados os tratados.”

Parecendo-me o pensamento o mesmo — escreve Cotegipe — aceitei a correção, sem contudo ocultar que eu procedia pelo conhecimento que tinha das intenções do meu governo, e não por instruções, que não tivera tempo de receber.

“Afinal concordamos em que, se o governo imperial, já tivesse respondido à nota do governo argentino, poderia retirá-la, pelo que não se faria obra por ela, enquanto eu não chegasse à Corte e desse a V. Ex. (o ministro Correia) conta do que entre nós ocorrera.”

Com essas duas conferências entre o nosso plenipotenciário e o ministro das relações exteriores da Argentina, parecia acalmada a tormenta contra o Brasil.

Em carta particular a Correia, de 1.º de março de 1872, dizia-lhe Cotegipe:

“O resultado foi, penso, satisfatório, podendo-se chegar a um acordo sem quebra de nossa dignidade e perda da posição que assumimos. Para esse fim cumpre que o governo imperial não se apresse em ratificar os tratados, e aguarde a minha presença, assim como que não responda ao protesto do governo argentino contra eles. Eu estarei na Corte até o dia 9 do corrente. Tenho esperança fundada de que os nossos opositores ficarão representando o papel de *maís argentinos* que os próprios argentinos. A imprensa tinha mudado de tom e *La Nación*, que me ameaçava com *canhonzos* pela retaguarda e flanco, remeteu-se ao silêncio depois da minha chegada. A nuvem, que parecia carregada, desfez-se com maior facilidade do que se formou. Tranquilizem-se, pois, se é que tiveram temor.”

Cotegipe chegou de fato à Capital do Império a 9 de março de 1872. Já o Conselho de Estado se havia reunido a 1.º dêsse mês e emitido o seu parecer favorável à ratificação dos tratados.

A 22 de março Correia dava resposta à nota de Tejedor de 15 de fevereiro e a 26 a princesa imperial regente ratificava os quatro tratados celebrados por Cotegipe.

Esta última resolução do governo brasileiro fez que recrudescessem no Prata as hostilidades contra o Império. Alguns espíritos nutriam quiçá a esperança de ver desaprovados os atos de Cotegipe, mas logo que ecoou a nova desagradável do contrário, irromperam em ataques ardentes e apaixonados contra o que consideravam nossa deslealdade. Como Bartolomeu Mitre fora um dos organizadores da aliança, sempre timbrara em defendê-la e justificá-la, e, ademais disso, dirigira por algum tempo as operações contra Lopez, é natural que se voltassem de preferência contra ele as queixas dos que não simpatizavam com a guerra ou desejavam ferir-lo para lhe enfraquecer a influência política.

“À chuva de doestos que lhe dirigiam como a um defensor do Brasil — escreveu Leon Suarez — limitou-se ele a opor isto: “Nada mais temos que acrescentar ao que dissemos antes, senão para pôr na cabeça do governo do Brasil a responsabilidade que antes pesava tão somente na do barão de Cotegipe.”

“O Brasil vai ensaiar por algum tempo a política atrasada, egoística, insincera, mesquinha, estéril e perigosa do antigo Portugal, perdendo o que ganhara no rio da Prata e lutando contra a própria consciência do Brasil novo.”

“Em nosso país isso dará razão momentânea aos inimigos do Brasil, que se julgarão desse modo justificados contra a aliança, e lhes proporcionará o ensejo de ensaiarem em parte a política do antagonismo dos povos e do ódio perpétuo das raças, mas sem alcançar nenhuma consequência racional, nem atrever-se a produzir nenhum fato.”

Ensaieemos essa política seis meses, de ambos os lados, e vejamos se é melhor do que a política pacífica, racional e cristã da aliança, cujos resultados podem malograr-se em parte, porem que nunca deixará de ser a aspiração dos povos, o ideal do pensador e do político que se inspira em uma atmosfera de idéias sãs.”

Segundo o mesmo Leon Suarez, são ainda de Mitre estes conceitos em prol da aliança:

“Resolvidos a manter estas idéias em presença das dificuldades diplomáticas que atravessamos... permitimo-nos fazer estas digressões, antes de afirmar de novo a nossa bandeira, que hoje, como sempre, é a da política da aliança, política que é a paz e a amizade

com os países limítrofes, que consulta os interesses recíprocos dos povos e o cumprimento das leis da civilização, e que se condensam nestas palavras do livro sagrado: "Mui saudavel é que busquemos a paz e que a guardemos."

Embora em completo desacordo com o procedimento de Cotegipe, e, portanto, com o governo imperial, Mitre continua defendendo a tríplice aliança e propugnando a manutenção da paz.

Em março de 1872, o governo argentino, desejoso de aplainar as dificuldades com o governo do Brasil, lembra-se de Mitre para ir ao Rio de Janeiro desempenhar tão delicada tarefa.

Leon Suarez qualifica de estranho, e com razão, esse ato do governo de Sarmiento, "que faz a Mitre todo o mal possível, não só aos seus interesses políticos — o que poderia ser desculpavel — senão também à obra realizada, a qual, por ser obra de governante, já não era de Mitre, mas do país, porem que, quando não sabe como sair do atoladouro em que, por ingenuidade ou imprudência, se meteu, recorre ao patricio perseguido, como Justiniano recorrera a Belisário para salvar o Império, embora depois, cioso de seu prestígio, volte a perseguí-lo quando não necessite mais dele."

Mitre, porem, manifesta-se contrário à missão à Capital do império, que considera inutil. A 5 de abril de 1872, envia um *memorandum* a Tejedor com este pensamento (54).

Leon Suarez aprecia-o deste modo:

"No estado a que chegaram as cousas, crê Mitre que tudo quanto a missão fosse perguntar ao Brasil, ou pretendesse negociar com ele, poderia sabê-lo de antemão."

"Os pontos a resolver são: se subsiste a aliança, se subsiste a garantia, se se evacuará o Paraguai. Já sabemos o que vão responder-nos, dizia Mitre, e provocar respostas desagradaveis, quando não se quer ir à guerra, é agravar as dificuldades de uma situação já difficil."

"Quando não estamos nem preparados, nem decididos à guerra, quando ela não nos convem por outros motivos, e o Brasil o sabe, a missão é mais do que uma inutilidade ou um erro, é um passo em falso, um proceder sem plano, sem objeto e sem mais resultado do que peorar as coisas, se é que não nos precipitaria até onde não quiséramos chegar."

(54) Achou-se uma cópia no seu arquivo. *La Nación* publicou-a a 3 de março de 1913. (Informe de Leon Suarez).

“O general tinha que falar assim, com rude franqueza. Não dizer simplesmente ao governo que procure salvar a paz, senão convencê-lo de que não pode ir à guerra.”

Continua o *memorandum*:

“Pensar que um enviado vai obter a evacuação dentro de três meses, a garantia em todos os casos e o restabelecimento das cousas da aliança ao estado em que se encontravam antes do tratado de Cotegeipe, é querermos enganar-nos deixando para mais tarde o que se deve fazer hoje, perdendo na demora ainda mais do que ganhamos.”

“Os sucessos seguem seu caminho e não os desviarão dele os que os provocaram; o peor é que os que assim procederam fizeram que tomássemos a iniciativa, parecendo que vencíamos resistências. De fato o ministro Varela, com suas declarações e, mais que tudo, com os protocolos e ajustes em que se consignou o contrário do que hoje exigimos, o plenipotenciário Quintana, abandonando o campo aos contrários, depois de negar a subsistência de uma parte dos protocolos da aliança, e até o negociador dos protocolos de Buenos Aires deixando a questão de limites para quando surgisse no Paraguai e aceitando a negociação e os tratados parciais, todos facilitaram a obra da diplomacia brasileira para livrar-se do laço da garantia com que a prenderamos no tratado de aliança, garantia que fora mal recebida no Brasil pelo partido conservador, mas em que os brasileiros apesar disso perseveraram, aparentando sustentá-la contra nós, e de que hoje se consideram desligados.

“Com a sua invejável equanimidade, Mitre aconselha a Tejedor moderação e comedimento nas palavras e no estilo. Dá-lhe conselhos, como este, que são de alta diplomacia: “Em tão errada campanha diplomática, onde o único certo é o tempo que se perde, e o decoro exterior que se sacrifica, não teríamos sequer as honras da moderação”. Quer dizer que, depois de haver destruído toda a obra de concórdia e de comunidade política com o Brasil, a República perderia a única vantagem que poderia conservar para o caso de um conflito maior: a moderação na defesa do que julgava seu direito.”

“E’ certo, pondera Leon Suarez, que, se Mitre não interviesse, o governo de Sarmiento teria agravado a situação com alguma nota irreparável. Se intervindo e sendo aparentemente ouvido, deu esse governo uma nota dissonante, pode-se calcular qual a que teria redigido, entregue aos impulsos intransigentes de Tejedor.”

Por fim dizia Mitre: “Nada obstante, tudo pode conciliar-se. A resposta ao protesto deve ter a sua réplica, em que o refutemos

restabelecendo os fatos, firmando o nosso direito e explicando o nosso procedimento, porque não podemos ficar com eles por cima de nós. Deve-se fazer isso com tranquilidade e não tão somente por despique, afim de chegar serena e resolutamente à conclusão lógica que se depreende de tal documento, a saber: que a aliança está rota, rota de fato por eles (os brasileiros) e o rompimento também defendido teoricamente por eles — protestando e aceitando o fato com dignidade, porem sem cerrar as portas a uma conciliação possível, embora improvável. Pode-se dizer, por exemplo, no fim, que, não obstante tudo isso, o governo argentino espera que o brasileiro, refletindo maduramente, ainda encontre um meio (*conciliatório* ?), manifestando em termos sóbrios e austeros a nossa boa disposição nesse sentido. Isso que é ato de moderação, também o é de prudência, e até de habilidade, porque lhes deixamos a responsabilidade do rompimento até nos seus últimos e mínimos incidentes, e assumimos desde logo a atitude que estamos decididos a conservar até ao fim e quiçá a todo transe.”

“Se alguma cousa pode exercer pressão moral, já que não estamos resolvidos a exercê-las de outro modo mais eficaz, essa atitude o fará indubitavelmente, porque a situação deles ficará muito comprometida perante o mundo, perante seu próprio país e perante as repúblicas do Prata.”

“Ficaremos então com o nosso direito salvo, livres de obrar e com as honras da moderação.”

“A missão ao Rio nem isso nos proporciona.”

O *memorandum* de Mitre a Tejedor revela com extrema clareza o estado de irritação da Argentina contra o Brasil por causa dos tratados de Cotegipe. A nossa vizinha sente-se ferida no seu amor próprio, pensa em romper conosco, em reagir energeticamente e parece só não ter chegado a esse extremo limite, entre outras razões, porque as suas condições materiais não lho permitiram.

Embora condenando o nosso procedimento, Mitre levanta a sua voz austera e serena para se opor a qualquer idéia de conflito armado entre os aliados de ontem, e aconselha de preferência à missão projetada, o envio de um protesto escrito ao governo imperial, recomenda, porem, que seja redigido de modo que não impossibilite uma reconciliação.

da Argentina, subscrita em 27 de abril de 1872, e que alguns

Tejedor dirige então ao Império a famosa nota de protesto denominam *nota de Ituzaingo*.

: Começa o ministro de Sarmiento acusando o recebimento, com imensa demora, da nota imperial de 3 de fevereiro e da de 22 de março (55).

Poderia dispensar-se de responder à primeira, em vista de sua *origem e carater*, mas como foi escrita antes de consumados os fatos, e contem manifestações que importa deixar consignadas como prelúdio à discussão, começará por ela.

Não é novidade no mundo o rompimento de um tratado por *interpretação interessada* de suas cláusulas ou por já não serem estas *necessárias* a algumas das partes contratantes.

“Entretanto o tratado de 1.º de maio parecia estar ao abrigo de qualquer dessas contingências pela clareza evidente de suas estipulações e pela separação das cláusulas transitórias das de carater permanente, estando aquelas compreendidas nos artigos de 1 a 7 e estas nos outros.”

As estipulações relativas à guerra deviam, sem dúvida, cessar com esta, como o disse a nota de 23 de fevereiro, estando ajustado que durante ela os aliados não deporiam as armas senão quando houvessem derribado o governo do Paraguai, e que até então não negociariam com o inimigo comum separadamente, nem celebrariam tratado de espécie alguma sem o perfeito acordo de todos (art. 6.º). ”

“Até aqui era impossível a dissidência de opiniões. Um tratado puramente defensivo não necessitava senão dos sete primeiros artigos. Derribado o governo do Paraguai, os aliados dispersavam-se e cada um estabelecia com o novo governo as relações que mais lhe agradassem. A amizade havia nascido, e terminava naturalmente com a guerra.”

O governo argentino esteve sempre tão persuadido de que, pelo tratado de 1.º de maio, havia contraído um compromisso inviolável até a vitória, que nem as adversidades da luta, nem as más circunstâncias do seu erário, nem a oposição que crescia com os contratempos, dentro e fora do país, foram bastantes em qualquer tempo para inspirar a idéia de ceder, deixando seus aliados sós na luta.”

“O tratado, com efeito, contem dez artigos que não são de guerra, que se referem a fatos posteriores, e que por seu texto expresso requerem uma execução coletiva.”

(55) Ramon Cárcano explica a demora deste modo: “As notas do governo imperial são de 23 de fevereiro e 22 de maio (março ?), de cuja demora se queixou Tejedor; foram recebidas pela Chancelaria argentina 23 dias depois de cada uma dessas datas por causa do atraso que as medidas sanitárias contra a febre amarela ocasionavam à correspondência. (*A Missão Mitre no Brasil*, pág. 31). E’ a explicação que Correia dará mais tarde em sua réplica.”

"Assim são os *aliados*, e não um deles, os que se obrigam a respeitar a independência, soberania e integridade territorial da República do Paraguai por cinco anos (arts. 8.º e 9.º)."

"São os *aliados* os que, de comum *acordo*, entre si e os demais ribeirinhos, derribado o governo do Paraguai, devem proceder aos ajustes necessários para assegurar a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai, e tomar as garantias convenientes para a sua efetividade (art. 11)."

"São os *aliados* que se reservam combinar entre si os meios mais próprios para garantir a paz na República do Paraguai, depois de derribado seu governo (art. 12)."

"São os *aliados* os que devem nomear oportunamente os plenipotenciários necessários para a celebração dos ajustes, convenções ou tratados, que se tenham de fazer com o governo que se estabeleça no Paraguai (art. 13)."

"São os *aliados* que devem exigir desse governo o pagamento das despesas da guerra, dos danos causados às propriedades e às pessoas, e ainda dos verificados posteriormente com violação dos princípios do direito da guerra (art. 14)."

"São os *aliados* que, *para evitar as dissensões e guerra que trazem consigo as questões de limites*, têm o direito de exigir que o governo do Paraguai celebre com os respectivos governos tratados definitivos de limites sob as bases ali estabelecidas (art. 16)."

"São os *aliados* que se garantem reciprocamente o fiel cumprimento dos convênios, ajustes e tratados com o governo do Paraguai, em virtude do que foi concordado no pacto de aliança, "o qual ficará *sempre*, diz textualmente, em toda a sua força e vigor para o fim de que estas estipulações sejam respeitadas e executadas pela República do Paraguai (art. 17)."

"São os *aliados* que, para conseguir este resultado, *concordam* que, no caso em que uma das partes contratantes não possa obter do governo do Paraguai o cumprimento do ajustado, ou que este governo tente anular as estipulações ajustadas com os *aliados*, têm os mesmos *aliados* o dever de empregar ativamente seus esforços para fazê-las respeitar, declarando-se que, se estes forem inúteis, eles concorrerão com todos os seus meios para fazer efetiva a execução do ajustado (art. 17)."

"São os *aliados*, enfim, que devem determinar em uma convenção especial o modo e forma de liquidar e pagar a dívida procedente das causas mencionadas (art. 15)."

"A solidariedade da aliança, sr. ministro, e com ela a indivisibilidade da negociação, antes e depois da vitória, estava tão incrustada no ânimo dos plenipotenciários que firmaram o tratado de 1.º de março,

que ele contem não só os deveres coletivos dos aliados entre si, como também os do Paraguai vencido para com os aliados coletivamente.”

“Assim, o governo paraguaio poderá escolher o governo e as instituições que lhe aprouverem, porem não poderá encorporar-se nem pedir o protetorado de nenhum dos aliados (art. 8.º).”

“Assim também ficou concordado entre as altas partes contratantes que as franquezas, privilégios ou concessões que obtivessem do governo seriam comuns a todos e sob as mesmas condições (art. 10).”

Tejedor rebate o argumento de que o tratado de limites entre o Paraguai e a Argentina ficaria dependente da ratificação do governo brasileiro, e vice-versa, o do Paraguai e do Brasil dependente da aprovação do congresso e governo argentino, e que além disso ambos estariam sujeitos à aprovação do congresso e governo oriental *que nenhuma questão de limites tem que decidir com o Paraguai*. Em primeiro lugar isso de nada valeria diante de estipulações terminantes; depois cumpre refletir que os diferentes governos e congressos, aprovando o tratado de 1.º de maio, implicitamente aprovavam os limites nele fixados. O de que estes limites ainda precisavam era da garantia comum, se porventura o Paraguai se negasse a reconhecê-los, e isso “quer se ajustassem em atos separados, quer se repetisse o ato comum de 1.º de maio.”

“As convenções de limites, que os protocolos de Buenos Aires permitiam se fizessem separadamente, tinham precisamente por fim impedir que nem mesmo na forma parecesse recair sobre elas ratificações estranhas, facilitando ao mesmo tempo as concessões graciosas que cada um dos contratantes julgasse conveniente fazer, de todo ou de parte de seus direitos; tendo, porem, o cuidado de declarar que seriam partes de um todo, que não valeria sem elas, nem elas sem ele. *Conjunta ou separadamente*, como muito bem disse a mesma nota do governo imperial, *os aliados podiam proceder de comum acordo, respeitando fielmente seus compromissos*.” O mesmo despacho — continua Tejedor — passa a referir antecedentes, ainda que com alguma inexactidão, e acrescenta que a despeito deles queria agora o plenipotenciário argentino que os governos aliados se reconhecessem previamente obrigados a sustentar como território da República Argentina o que o art. 16 do pacto de aliança assinalou apenas como base para o ajuste definitivo com o Paraguai. A verdade dos fatos foi outra, e o abaixo assinado se vê forçado a restabelecê-la, animado pela recomendação, que o governo imperial disse ter feito ao seu plenipotenciário, por essa ocasião, de não poupar esforço algum para que o tratado definitivo de paz fosse firmado por todos os aliados.”

“Observando o negociador argentino que na revisão dos protocolos de Buenos Aires, solicitada sem razão nem objeto pelo plenipotenciário brasileiro, e a que se prestou por mera deferência, se havia posto em dúvida, primeiramente o ministro oriental e depois o brasileiro, a solidariedade da aliança em princípio, reclamou contra esta interpretação, que era, em seu conceito, conculcadora da realidade da aliança, e não tendo podido convencer aos seus adversários, um dos quais nenhum interesse tinha nas questões de limites, e o outro mostrava pressa em assegurar os seus, foi-lhe forçoso retirar-se, seguindo sua própria inspiração e as instruções que recebera.”

Assim, pois, o ministro Tejedor explica e justifica o procedimento de Quintana, em Assunção, com o fato de *se haver posto em dúvida a solidariedade da aliança*. Entende que o plenipotenciário argentino não queria na Capital do Paraguai senão o que estava estabelecido no tratado de 1.º de maio, e o que os plenipotenciários da aliança haviam reconhecido em todas as conferências de Buenos Aires.

Contesta que os ajustes definitivos tenham ficado adiados por dois anos em vista de *divergências* do seu governo. Depois das conferências de Buenos Aires as negociações foram suspensas “pela ausência inesperada do ministro brasileiro.” O governo argentino esteve sempre “pronto a atender ao menor convite do governo imperial”, e foi tal o seu desejo “de cumprir fielmente os deveres da aliança”, que não se recusou a tratar desses assuntos nem mesmo durante a rebelião de Entre Rios.

“A declaração prévia, enfim, que solicitava o plenipotenciário argentino, não importava que o Brasil e a República Oriental importariam os limites sem ouvir o Paraguai, nem que a aliança negasse por esse ato (*ipso facto*) a pretensão da Bolívia acerca do território do Chaco. Os ministros da aliança haviam-se trasladados para Assunção precisamente com o fim de ouvir o Paraguai sobre todos os seus limites. A questão nunca versou sobre este ponto, mas sim sobre as obrigações do tratado de 1.º de maio, que pela primeira vez se desconhecia. A questão com a Bolívia era peculiar à República Argentina e estava ressalvada expressamente em notas reversais. Onde estava, pois, a dificuldade seria para opor-se ao pedido prévio do plenipotenciário argentino e romper por esse motivo a indivisibilidade da negociação?”.

O mais doloroso de tudo isso para o governo argentino — declara Tejedor — é o *espírito* que ressalta de toda a nota de Correia. Esquecendo o tratado de aliança, o Brasil reconhece agora que o Paraguai liga a maior importância, e com razão, aos seus limites pelo Chaco.

Até este momento a Bolívia não se dirigira ao governo argentino sobre os seus pretendidos direitos a esse território. E', porem, o nosso aliado quem interrompe esse silêncio com qualquer motivo, e se encarrega de fazer-nos saber oficialmente que tinha recebido comunicações do governo da Bolívia. Pretenderia acaso nosso aliado fazer agora suas todas as pretensões contra o aliado de ontem?"

Tejedor passa depois a ocupar-se da nota brasileira de 15 de fevereiro de 1872.

"E' certo, sr. Ministro — diz ele — que a amizade de dois povos não tem data fixa, como também não a tem a inimizade. *A batalha de Ituzáingo não nos separou para sempre, assim como não nos ligou para sempre a cooperação brasileira que libertou as Repúblicas Argentina e do Uruguai de seus ditadores Oribe e Rosas.* Os povos são todos irmãos, membros da humanidade, e na frente do homem, em todas as zonas, há a centelha da inteligência, que aspira ao progresso, como há em todos os corações o amor à liberdade e à pátria".

"A aliança dos povos, neste sentido é anterior a todas as datas; a aliança, porem, de 1865 era alguma coisa mais do que isso. Era a confiança que o governo da República tinha no governo imperial. Era, durante a guerra, a confusão de seus territórios respectivos, a associação completa para vingar injúrias comuns. Era, depois da guerra, a comunidade de idéias e de propósitos no sentido da paz e da liberdade destas regiões. Era, portanto, uma obra de guerra e de paz, uma obra de presente e de futuro, por modo algum comparavel, em alcance político, com o de batalhas ganhas ou perdidas".

Confessa que o governo argentino não julgou conveniente tratar com o governo provisório do Paraguai, mas como este por seu lado também se negava a fazê-lo, conclue-se que não se deve atribuir àquele a pequena demora havida na negociação.

"A nota de que me ocupo — continua Tejedor — entrando mais em matéria — compraz-se em repetir várias vezes que desde o princípio se conheceu bem que a única dificuldade que ofereceria o tratado definitivo de paz, era a que consistia na fixação dos limites do Chaco entre a República Argentina e o Paraguai. Não consta tal cousa de nenhum documento público. Pelo acordo de 20 de junho de 1870, a aliança contraira o dever de ouvir o Paraguai, tanto a respeito de uns como de outros limites. As conferências de Buenos Aires nesta parte se referiram também, não só aos limites da República Argentina, como aos do Brasil, com o Paraguai. Nem outra cousa podia ser, sr. Ministro. As questões de limites entre

o Brasil e o Paraguai eram muito antigas. No ano de 1856 deram-las matéria para longos protocolos e para uma dissidência tão profunda, que deixou logo entrever a guerra, que sobreveiu depois. Que milagre era esse que se havia operado nas regiões oficiais do Paraguai, governando os mesmos homens e com as paixões mais exaltadas pela presente guerra? Seria por que Humaitá já não estava em pé, arrasada pela aliança? Seria por que o Brasil mantinha ainda no território paraguaio um exército de 3.000 homens e dentro dos rios uma forte esquadra? Porém, se o milagre provinha de tudo isso, todo ele era devido à aliança; e não pareceria leal nem nobre aproveitar-se um dos aliados de vantagens, que a todos deviam caber, para fazer reconhecer os seus limites próprios, sem cuidar que se reconhecessem ao mesmo tempo os do aliado, que se achava no mesmo caso, mas não tinha nem esse exército, nem essa esquadra”.

Depois destes conceitos injustos e desatenciosos para com o Brasil, Tejedor ainda não se julga satisfeito; agrava-os com estes períodos, em que põe o fel do seu ódio e do seu despeito.

“Alem disso mantem o Brasil com todas as repúblicas espanholas, que o cercam como uma cinta de um extremo ao outro do Império, dificuldades sobre limites que não tem conseguido até aquí aplainar, e, se as há aplainado em alguma parte, tem sido sublevado os ódios das repúblicas interessadas. A República Argentina, pelo contrário, para evitar essas questões, tem sofrido frequentes dilacerações de seu território, usurpações evidentes, e tanto assim que, em vez de usurpadora, adquiriu a reputação de longânime”.

Que fenômeno foi esse que permitiu que potência acusada por todas as repúblicas espanholas de invasão de territórios não encontrasse dificuldades com o Paraguai, e as encontrasse a República Argentina?

“Pondera o sr. Ministro a moderação e generosidade do governo imperial, que cedeu da linha do Iguaré, traçada no tratado de 1.º de maio, entretanto que a República Argentina não quer ceder, da linha do rio Paraguai até a Baía Negra. Lançando rápida mirada ao mapa, vê-se que a parte cedida se limita a um pedaço de terreno sobre o Iguaré, que o Brasil nunca pretendeu antes do tratado de 1.º de maio, e o Iguatemi, que lhe havia sido disputado pelo Paraguai antes desse tratado”.

“O Brasil cedeu, pois, ao Paraguai o que era e foi sempre deste, ficando, todavia, em nome do tratado de 1.º de maio, com território que havia sido também do Paraguai, porquanto nunca até à guerra atual quisera reconhecer sobre ele a soberania do Brasil. Porque, pois, se estranhe que a República Argentina queira assegurar-se, em nome do tratado de 1.º de maio, de territórios que lhe

pertencem de direito, apesar das pretensões do Paraguai ? Pode-se tão pouco comparar um átomo a um mundo ? Como sabe, enfim, o Brasil, que a República Argentina não teria cedido de seu direito do tratado ? Não ficava aberta sobre este ponto a negociação ?”

Tejedor comenta a afirmação de Correia de que a aliança subsiste para os fins expressos a que ela se propôs. Quais são esses fins a juízo do governo brasileiro ? pergunta ele. Há no tratado fins que deviam ter conservado todos os aliados unidos até o tratado definitivo, conforme ficou demonstrado. O Brasil só poudé chegar a uma conclusão contrária “dando às palavras significação diversa da que elas tem no idioma”. As bases já não são bases, agora são pontos que se tem de discutir, e o desenvolvimento, em vez de robustecê-las, é destinado a destruí-las. A inconsistência de semelhantes conceitos ressalta deles próprios e não precisa de comentário”.

Em troca disso, que oferece a nota de Correia ? *Um tratamento de igualdade e a garantia* por parte do Brasil dos tratados que a República Argentina e a do Uruguai venham a celebrar separadamente. “O governo argentino não explica este oferecimento, a não ser pelo esquecimento involuntário das conveniências internacionais. A garantia recíproca, como resultado do tratado de 1.º de maio, era a continuação da aliança, consagrava a fé prometida, dignificava os aliados a seus próprios olhos e aos do mundo, inspirava confiança, ao mesmo vencido, que não podia crer na liga de três nações para humilhá-lo ou subjugá-lo. A garantia *ex post facto* do Brasil, que negociou separadamente, recaindo sobre uma negociação separada da República Argentina, seria o protetorado do Império estendido até a República. A República não quer, nem necessita dessa garantia. Se o tratado de aliança não garante seus direitos, se seus aliados a abandonam no momento preciso em que podiam ser-lhes uteis, a República tem poder bastante para por si só fazer reconhecer seus direitos ao inimigo comum”.

“Se o Brasil — pergunta Tejedor — garantiu sozinho a integridade territorial do Paraguai, se acha que, por força do art. 8.º do tratado, essa garantia acarreta como consequência o respeito às pretensões do Paraguai, no tocante a limites, ou que tais pretensões não podem ser rejeitadas senão depois de discutidas e, no caso de insistência, sem haver arbitramento da questão, como crê poder garantir ao mesmo tempo os limites marcados no tratado para a República Argentina ? A garantia comum teria sido por acaso uma palavra vã no tratado, como a palavra base ?”

“A negociação separada — conclue Tejedor — sob qualquer aspecto que se encare, é uma infração do tratado e aliança, não de um só de seus artigos, mas de todos eles”.

“Porem a occupação militar do Paraguai por forças brasileiras, depois de celebrado o tratado de paz, é mais do que isso, porque viola os protocolos de Buenos Aires”. E’ o protetorado ignominioso para aquele que o sofre, porque se funda na desconfiança que inspira. E’ uma flagrante contradição da parte dos que invocam a prostração da nação vencida, e que por desgraça é bastante certo, para que por si só sirva de garantia, não só à poderosa Nação Brasileira, como também às próprias Repúblicas limítrofes. E’ o desprezo flagrante dos direitos de soberania e independência, em que nação alguma consente livremente, e contra o qual todas as nações vizinhas teem o direito de protestar. E’, enfim, uma causa pernamente de desconfiança e de ódio, que, a despeito de todos, tarde ou cedo terminaria pela guerra”.

O Brasil defende-se alegando que a faculdade de conservar alguma força sua no território paraguaio, tem por fim proteger a execução dos ajustes celebrados e auxiliar a manutenção da ordem interna, e depende de acordo com o governo paraguaio. Donde tira o Brasil essa faculdade? Dos acordos de 2 de junho de 1869 e 20 de junho de 1870? Mas neles se estipulava como limite da occupação o tratado definitivo de paz. Por outro lado o projeto deste tratado, combinado em Buenos Aires, dizia que as forças occupantes seriam retiradas três meses depois da troca das ratificações do mesmo tratado.

Tejedor salienta “a desproporção das forças de occupação e até de influência”.

“Quando a República não deixava em Assunção mais do que uma guarda para a sua bandeira, o Brasil deixava um exército e uma esquadra. Quando a República não enviava seus ministros senão forçada pelo cumprimento de seus deveres de aliada, o Brasil fazia constantemente de Assunção a residência de seus principais homens de Estado e subvencionava uma imprensa favoravel”.

“A faculdade, pois, de occupação e de influencia que há exercido a República em união com o Império, não pode comparar-se nem durante esse tempo. A occupação real, a influencia efetiva tem sido toda do Brasil, que desatendeu até o convite que a República lhe fez alguma vez de desocupar totalmente o Paraguai ainda antes dos tratados definitivos”.

“Podia-se sem embaraço admitir — diz Tejedor — a razão da segurança dos ajustes se estes realmente corressem perigo, mas nunca a da ordem interna. Antes da paz, a ordem interna do vencido interessa a todos que contra ele lutaram e justifica a occupação e os auxílios nesse sentido; mas depois da paz é a *abdicação da nacionalidade, o protetorado primeiro e depois a absorção*. As nações estran-

geiras não são juizes da ordem interna e por isso mesmo poderiam muitas vezes apoiar o despotismo e não a ordem.

Correia parece admirar-se de que o governo argentino considere ofendido o pacto de aliança pela garantia isolada do Brasil à independência, soberania e integridade do Paraguai. A diferença entre a garantia coletiva e a isolada salta à vista. Aquela deixava em pé a aliança e esta rompe-a. A garantia coletiva importava a fiscalização de todos os aliados em favor do vencido. A garantia individual significa a aliança com o vencido contra os aliados da véspera, que pudessem atentar contra seus direitos ou pretensões, e aos quais se provoca ao mesmo tempo a tratar separadamente, como se se procurasse dar origem a um conflito. A garantia individual é como a ocupação individual, que destrói e aniquila a soberania. A garantia coletiva, pelo contrário, é uma prova de segurança, porque, com ela, bem como com a ocupação coletiva, a nação que a sofre, está ao abrigo de usurpações iníquas, pelo equilíbrio de interesses, que nunca são iguais, ainda que de aliados”.

Tejedor ocupa-se a seguir com a questão das indenizações. Tratando separadamente, o Brasil constituiu-se em único credor. Se o Paraguai não puder pagar-lhe facilmente, menos ainda o poderá fazer a todos os aliados reunidos. “O total ficou assim sem fiscalização e a cobrança monopolizada em proveito de um só”. O tratado de 1.º de maio dispõe coisa diferente (arts. 14 e 15).

“Examinadas em globo as infrações da aliança — continua Tejedor — e os termos em que ela se fez, toca-me agora restabelecer o histórico que da negociação faz a nota a que respondo, para esgotar a matéria, na esperança sempre de que a sabedoria e prudência do governo imperial adotem o meio conciliatório que lhe foi proposto, ou qualquer outro que julgue equivalente. O governo argentino recusa, e recusará até onde lhe for possível, dar por terminada uma aliança que tanto custou a popularizar, mesmo em meio das glórias e dos perigos comuns”.

Como tomou parte nas conferências de Buenos Aires no carater de plenipotenciário da Argentina, e destarte foi testemunha de quanto nelas ocorreu, protesta contra a asseveração de que os aliados tomaram ali para ponto de partida dos ajustes futuros com o Paraguai o fato de que não haveria outra dificuldade senão os limites do Chaco, e reconheceram não ser possível resolver este ponto sem ouvir previamente a parte interessada, quer em vista do art. 2.º do acordo preliminar de paz, quer pelo que determina o art. 8.º do tratado de aliança. Também reclama contra a afirmação de haver o plenipotenciário oriental declarado que, para seu governo, as questões de limites não podiam constituir *casus foederis*.

"O protocolo n. 7 devia ter sido muito mais extenso do que é. Redigido o projeto pelo plenipotenciário brasileiro, que solicitou esse encargo, o seu preâmbulo começava por citar unicamente, na parte relativa a limites, os *memoranda* e acordos de 20 de junho: e, sem excluir estes antecedentes, por indicação do plenipotenciário argentino, foi citado em primeiro lugar o tratado de aliança, que dominava a matéria, inclusive os mesmos *memoranda* e o acordo".

"No mesmo projeto de redação se havia posto, como da boca do plenipotenciário argentino, o seguinte: "Que em vista do ato preliminar de paz e do que ficava ajustado nas conferências sobre separação de ajustes de limites em tratados especiais, o proceder mais lógico e prudente seria entrar cada uma das partes interessadas em negociações a esse respeito com o governo paraguaio. Que, se os limites brasileiros fossem aceitos pelo Paraguai, não seriam seus aliados os que lhes contestariam, e o mesmo devia dizer-se em relação aos limites argentinos. Que, se houvesse dificuldade a respeito de ambos, ou de um só desses ajustes, seria o caso de considerá-los com perfeito conhecimento de causa, e de traçarem os governos aliados a norma de seu procedimento futuro".

"O plenipotenciário argentino rejeitou esta redação e propôs a seguinte:

"Que o governo argentino conservava, não obstante, o direito de exigir, antes da vitória como depois dela, os limites fixados pelo tratado de 1º de maio, devendo resolver-se qualquer dificuldade com a cooperação dos aliados reunidos em um só ato com o representante do Paraguai, consignando-se o resultado em atos separados, segundo o ajustado a princípio".

"Nem antes, nem depois, nem em tempo algum, o plenipotenciário oriental manifestou que, no entender do seu governo, a questão de limites não era *casus foederis*; e, se o tivesse feito, teria encontrado como adversário nessas conferências não só o plenipotenciário argentino, como também o brasileiro, que em mais de uma ocasião manifestou opinião categórica a esse respeito".

"O ministro oriental limitou-se de seu lado a dizer o que expressa o protocolo firmado, que nesta parte não contem uma só palavra de menos, nem diversa do projeto, a saber:

"Que não podia deixar de assentir à proposta do plenipotenciário argentino, porque sempre estivera o seu governo persuadido de que não se podia resolver entre os aliados questões de direito territorial sem ouvir a outra parte interessada, que é o governo do Paraguai. Que, mesmo quando o acordo preliminar de paz não o dissesse, a razão e a justiça dos aliados lhes imporiam esse dever".

“Para os negociadores de Buenos Aires, portanto, o tratado de 1.º de maio fixou efetivamente fronteiras a arbitrio dos aliados, e, como era um pacto internacional, passado com autoridade de coisa julgada, nenhum deles se considerou com direito de resolver sobre a justiça das pretensões de qualquer das partes... Nunca tão poucos os negociadores concordaram, como o assevera a nota, em que os ajustes de limites estavam virtual e expressamente subordinados ao compromisso de respeitar a integridade territorial do Paraguai. Esse acordo não era possível, nem ante a garantia, nem ante a razão. O compromisso de respeitar essa integridade era unicamente para impedir que fora de seus termos os vencedores abusassem da vitória e dividissem entre si todo ou parte do território vencido”.

“Tratando-se em seguida das fortificações de Humaitá, o projeto de protocolo, cujos originais existem nesta secretaria, atribuía ao plenipotenciário argentino as seguintes considerações:

“O plenipotenciário argentino tomou em primeiro lugar a palavra e expôs o que se passou no congresso argentino a respeito daquele protocolo”.

“Dessa exposição resulta que o congresso argentino, em sessões secretas, havia tratado da circunstância de não ter sido submetido o protocolo, como o tratado, à aprovação do mesmo congresso, e que, em consequência desses debates, se havia declarado, por ato das duas câmaras, que o protocolo carecia daquela aprovação. Que o governo argentino não cumpriu aquela declaração do congresso; portanto, disse o sr. Tejedor, o protocolo não é lei da República Argentina”.

“Acrescentou S. Exa., que ainda quando os debates do congresso não versassem sobre o mérito das estipulações do protocolo, mas sobre a questão da competência constitucional, revelaram-se, não obstante, sentimentos mui contrários à cláusula de que agora se tratava”.

“Que, considerada a questão, como agora podia e devia sê-lo, do ponto de vista das conveniências internacionais, julgava também o governo argentino que a referida cláusula restringia, sem necessidade para os aliados, os direitos de soberania do Paraguai, e que além disso os aliados deviam contentar-se com as garantias que de fato tinham já na demolição das fortalezas e no atual estado inofensivo do Paraguai”.

“O plenipotenciário argentino, pouco satisfeito com esta redação, propôs em lugar do primeiro e segundo parágrafos, o do protocolo aprovado, acrescentando-se como quarto, depois do segundo e terceiro, o seguinte:

“Que, finalmente, era em si mesma exorbitante a cláusula sobre as fortificações futuras do Paraguai, e muito mais à vista

da circunstância de se não absterem também as Repúblicas Argentina e Oriental, e o Brasil, que, pelo contrário, conservava suas fortificações de Mato Grosso sobre o rio Paraguai”.

“O plenipotenciário brasileiro, em sua resposta, falando de fortificações interiores para suprir as da costa, e do silêncio do governo argentino sobre a resolução do Congresso, o ministro argentino pediu que se acrescentasse à sua réplica:

“Que as fortificações interiores não podiam ser consideradas da mesma importância das colocadas sobre as costas para a defesa do território. Que o silêncio do governo podia também considerar-se como procedimento coerente com a ratificação do tratado, desde que ao começar a conferência havia tido a honra de submeter à consideração de seus colegas as próprias palavras do ministro de relações exteriores, então senador da República”.

“Por sua parte o ministro oriental, às palavras que contem o protocolo assinado, segundo o projeto, acrescentou as seguintes:

“Que não desconhecia a obrigação contraída por seu governo, mas que agora os aliados pediam e deviam, no interesse de todos e com espírito justo e amigável, reconsiderar esta estipulação, como qualquer outra do tratado de 1.º de maio. Que, posta a questão no terreno das conveniências, era sua opinião que se abandonasse a cláusula de que se tratava, por desnecessária e pela odiosa interpretação a que se prestava”.

“Tem, pois, razão, o sr. ministro — deduz Tejedor — quando, em sua nota de 23 de março, disse que não podia ser direito para o governo argentino, o que era obrigação para os aliados; e o governo argentino de nenhuma maneira houvera estranhado que o brasileiro declarasse caduco por este motivo o tratado de 1.º de maio. Porém, não tem razão quando diz que a falta se deveu unicamente à República Argentina, porquanto em sua opposição era acompanhada pela República Oriental; e ainda menos a tem quando os sucessos demonstraram depois que o grande obstáculo para a negociação conjunta não o era para a separada. Ocorrência curiosa, que faz presumir que a razão verdadeira de não declarar-se então caduco o tratado por esse motivo, está na odiosidade da cláusula, e somente nisso, ficando assim indiretamente justificada pelo Brasil mesmo a atitude do congresso argentino”.

“Em seguida, continuava o projeto de protocolo, o sr. Plenipotenciário brasileiro ponderou a seus colegas que, estando concordado que os ajustes de limites constituiriam atos separados e distintos,

e dependendo estes do que o plenipotenciário brasileiro, por sua parte, e o argentino pela sua, ajustassem com o governo do Paraguai, não obstante dever-se fazer essa negociação com a assistência de todos os plenipotenciários, convinha desde logo fixar um ponto que era de interesse geral”.

“Que o tratado de aliança, em seu art. 17, estabeleceu um compromisso comum, relativamente aos ajustes que se celebrarem de conformidade com o mesmo tratado; que, porem, como esse tratado não oferecia para o ajuste de limites senão a base das fronteiras interiores ou separadas pelos rios Paraná ou Paraguai, restava fazer a separação das ilhas, segundo os princípios que se estipulassem em cada um dos tratados especiais”.

“Importava, portanto, ter presente que a regra que se adotasse no tratado com o Brasil e, reciprocamente, a que prevalecesse no tratado com a República Argentina, não obrigaria aos outros aliados senão depois de prévio e expresso consentimento”.

“O sr. Plenipotenciário argentino disse que o direito das gentes estabelecia as regras pelas quais tinham de ser demarcadas as ilhas em relação aos territórios adjacentes, e lhe parecia escusado tratar desse ponto”.

“O plenipotenciário argentino não julgou suficientes essas poucas palavras para completa resposta a considerações tão avançadas e de tanto alcance como as emitidas pelo plenipotenciário brasileiro, pelo que exigiu que se acrescentasse:

“Que o compromisso do art. 17 não devia ir além do seu texto, visto que as conferências atuais não tinham por objeto ajustar todas as questões possíveis dos aliados entre si, ou entre eles e o Paraguai, mas unicamente as que se originassem do tratado de 1.º de maio”.

“Que não havendo ilhas que pudessem estar sujeitas a litígio, a não ser nas águas do rio Paraguai, limite do Paraguai e da República Argentina, não podia aceitar a intervenção que se pretendia para o seu ajuste, que nem o tratado, nem interesse algum digno de consideração conferiam essa intervenção ao Brasil”.

“À vista disso, reconhecendo os plenipotenciários que semelhantes discussões levavam a negociação para um terreno que nenhum deles desejava, convieram, de comun acordo, em reduzir e suprimir mesmo as respostas e réplicas, firmando, em 20 de janeiro de 1871, o protocolo n.º 7; agora, porem, que uma negociação violenta reabriu a desinteligência, que então apenas assomava, e que a

circunspecção e cordura dos representantes das três nações souberam evitar oportunamente, não será por demais restabelecer o texto primitivo, como filiação das idéias e dos sucessos que pudessem sobrevir”.

Tejedor examina então um tópico de Correia sobre as consequências que promanariam da aceitação das exigências de Quintana, nas conferências de Assunção.

“O sr. Ministro — diz ele — parece preocupar-se muito, em sua nota, da posição em que ficariam os aliados para com o Paraguai se o Brasil e a República Oriental assumissem a responsabilidade que se lhes exigia, e com não pequena solicitude pergunta: “Entrariam de novo em guerra com esse infeliz Estado, com quem já vivem há dois anos em paz amigável e que não lhes poderia resistir eficazmente? Decretar-se-ia a completa ruína do Paraguai, talvez o aniquilamento de sua nacionalidade, quando ela tudo reconhecia aos aliados, só fazia questão dos limites do Chaco, onde de fato já a República Argentina estabeleceu o seu domínio?”

“A solicitude que nestas linhas mostra o governo imperial pela sorte do Paraguai — comenta Tejedor — é digna de todo o elogio; porem não é concordante com a resistência que o governo argentino encontrou sempre nesse governo para tornar menos penosa a sorte do vencido, renunciando os aliados, de comum acordo, à indenização pelos gastos da guerra e danos feitos a cada Estado. O Chaco, deserto, o Chaco que o Paraguai nunca poderia colonizar, é nada em comparação da imensa dívida procedente da guerra, que por séculos o terá atado à gleba e lhe impedirá respirar livremente, para cair prostrado aos pés de qualquer vizinho prepotente e ambicioso. Porque não condoer-nos antes da sorte do Paraguai neste terreno mais positivo? O plenipotenciário argentino, entretanto, o que poudé unicamente fazer a esse respeito em favor do Paraguai, nas conferências de Buenos Aires, foi introduzir a palavra *benevolamente* no art. 3.^o do respectivo protocolo, que depois o plenipotenciário brasileiro encareceu nas conferências de Assunção”.

Tejedor continua:

“O empenho de manter a aliança, que em sua nota repete o sr. Ministro, não é concordante com o procedimento que se teve ultimamente. Ao passar por esta cidade, o plenipotenciário brasileiro teve duas conferências com o abaixo assinado, e o resultado delas foi acordar-se num meio conciliatório, que mereceu suas calorosas simpatias. O meio conciliatório que se desejava obter

sobre o Chaco, consultando interesses alheios, tinha-o agora o governo imperial em campo e em questões mais vastas. Por este meio os tratados feitos ficavam feitos. Restabeleciam-se os protocolos de Buenos Aires. A República Argentina, tratava, como o Brasil, com o Paraguai. Nesta negociação separada se entendiam sobre seus limites as duas Repúblicas. E o resultado de tudo ficava sob o império do tratado de aliança”.

“O que se revogava da negociação brasileira em Assunção era a permanência de suas forças no Paraguai. Porem isto mesmo não podia ser uma dificuldade, uma vez que a República Argentina havia querido sempre a desocupação e o Brasil a declarava facultativa. O plenipotenciário brasileiro levou o seu entusiasmo ao ponto de expressar que nada importava que viesse antes de sua chegada ao Rio de Janeiro uma nota em sentido oposto, porque ela poderia ser retirada. Pois bem, sr. ministro, desse entusiasmo tão espontâneo, dessas promessas tão lisongeiros nada ficou. Os tratados foram ratificados dezessete dias depois da chegada do plenipotenciário”.

Tejedor remata deste modo:

“O governo argentino não quer, nem deve ocultar a gravidade da situação que todos estes fatos criam, usaria de hipocrisia indigna procurando esconder a profunda dor que eles lhe teem causado, e aceitando como satisfatórias as explicações dadas. A realidade e grandeza do tratado de 1.º de maio estão comprometidas por tal modo, que nada poderá já restabelecê-las senão a concorrência franca e enérgica dos três governos signatários para seu fiel e mais perfeito cumprimento. A República Argentina, que necessita essa reparação, espera-a ainda da sabedoria do governo brasileiro, em retribuição à lealdade com que cumpriu durante sete anos seus compromissos de aliança. Espera-a também de sua jovem irmã a República Oriental, cujos interesses são os mesmos no Rio da Prata, e cuja heroicidade esteve sempre muito acima de sua pequenez”.

“Mas, se desgraçadamente a hora do rompimento da aliança tivesse soado, e os aliados de ontem a revogassem hoje, espera ainda a República Argentina que o tempo revelará, cedo ou tarde, os inconvenientes de semelhante política, persuadida por sua parte de que o futuro pertencerá sempre às nações, fortes ou debéis, que não se separam da linha do direito movidas pelo interesse particular”.

Como o leitor acaba de verificar, a nota de Tejedor encerra acusações injustas e desairosas ao Brasil. E' um documento agressivo, de quem parece disposto a enfrentar todas as consequências do conflito, quaisquer que sejam.

“Apesar da convicção que Mitre lhe inculcara — escreve Leon Suarez — Tejedor escravo do seu temperamento e do seu despeito, expôs as dissidências a uma crise iminente, em vez de conciliá-las. Não é uma nota diplomática de um governo que não pode ou não quer ir decididamente à guerra, senão, ao contrário, de quem está disposto a chegar até lá. E não era isso o aconselhado por Mitre, nem o combinado com ele depois de maduro exame das circunstâncias”.

“Tejedor — escreve de seu lado Ramon Cárcano — elaborou a nota indicada por Mitre, porem sem a serenidade do conceito deste”.

“A resposta ao protesto, segundo o autor da aliança, devia ter réplica tranquila, decisiva e lógica: as expressões sóbrias e austeras, um ato de moderação e ao mesmo tempo de prudência e habilidade, “sem fechar de todo as portas a uma conciliação possível, embora improvável”.

“O chanceler argentino necessitava de poderosa energia moral, de forte disciplina de si mesmo, para se emancipar da pressão íntima do seu temperamento e do sentimento agressivo que as circunstâncias do momento diplomático infundiam. Mal sucedido em todas as suas gestões, sem força para impor, excitado pela opinião do país e o triunfo ruidoso do adversário, sem esperanças de vitória, persistia na vontade de combater”.

“O ministro Tejedor não pode conter-se; não reserva impressões e descobre-se completamente. Chega até a ferir o amor próprio brasileiro; alude a Ituzáingo, subleva o sentimento público e induz o Império a espreitar a desforra. A réplica aconselhada como ato de moderação e conciliação, aparece desenvolta e feita para alheiar as vontades e aumentar as resistências. Bastava expor o direito argentino para patentear o agravo brasileiro; nunca lançar um agravo para obter reparação. E' na ofensa que a lei da reciprocidade é mais rigorosa, e esse rigor cresce quando se roça a suscetibilidade patriótica. Deixar filtrar a irritação em cada parágrafo, descobrir a má fé no rival, reflexionar sobre uma batalha perdida, em uma discussão que poderia findar em novas batalhas, é mais do que um erro elementar de procedimento nas relações humanas, é obra de mau gosto, aberta a todas as interpretações, que exalta todos os temperamentos e arma todas as resistências”.

Cárcano explica-nos ainda como foi elaborada a nota de 27 de abril:

“Redigida a nota de Ituzáingo, Tejedor, em companhia do sub-secretário Quirno Costa corrigiu alguns conceitos muito ásperos

e leu-a a Sarmiento. Os ministros também tiveram conhecimento da referida nota. O presidente aprovou-a, expressando e ouvindo satisfações íntimas. Esta circunstância tira-lhe o carater de obra pessoal e isolada, de leve condescendência ou de cega confiança oficial, para dar-lhe significação superior, de verdadeira solidariedade moral, testemunho de que a exaltação dos espíritos também invadia o critério dos homens de governo”.

Depois de resumí-la e comentá-la, diz Cárcano:

“Malogrou-se o propósito de Mitre. A política de moderação transformou-se em política de agressão. A célebre nota de Ituzáingo só acumulou dificuldades e perigos nas relações do império e da República, as quais ficaram como nunca suscetíveis, intransigentes e ameaçadoras. Tejedor, porem, via com clareza o futuro (56).”

Sarmiento leva ao conhecimento do Congresso os termos da nota argentina (10 de maio de 1872) e este manifesta-lhe a sua solidariedade (10 de junho de 1872).

Embora não esteja preparado para a guerra e quiçá no íntimo não a deseje, concebe o governo argentino a possibilidade de uma reação enérgica por parte do Império. Na mesma ocasião em que dirige a este a célebre nota (27 de abril de 1872), escreve uma circular às suas legações no estrangeiro, explicando-lhes o conflito e juntando documentos, os quais, ordena, serão comunicados aos respectivos governos.

Era uma manobra evidente para contrarestar os efeitos da circular brasileira e captar simpatias, caso irrompesse um conflito armado.

“A Inglaterra, a França, a Itália e o Chile responderam que enviavam instruções a seus ministros no Rio de Janeiro para interponem seus bons ofícios em prol da manutenção da paz. Os Estados Unidos prometeram suas disposições amistosas em favor “de nossos interesses republicanos, da paz e do desenvolvimento de nossos povos”.

O Uruguai respondeu formulando votos pelo feliz desenlace das dificuldades pendentes (57)”.

Apesar disso, a Argentina não se descuidou de sua preparação militar.

(56) *La Misión Mitre en el Brasil.*

(57) *La Misión Mitre en el Brasil.*

“O presidente Sarmiento, escreve Cárcano, secundado decisivamente por Mitre, resolveu armar a República dentro de suas necessidades e meios (58). Começa então a formação da armada nacional.

“Desde 1867 estava com a comissão de guerra do senado, já tendo a sanção da Câmara dos deputados, um projeto que autorizava a aplicação de um milhão de pesos fortes na compra de dois monitores de primeira classe. Mitre, presidente da comissão de guerra, apresenta novo projeto, em que se votava a soma de dois milhões e seiscentos mil pesos para a aquisição “de três navios de guerra encouraçados e armas portáteis de precisão” (59). Defendeu amplamente a idéia, apoiado por Oroño e Llerena (60), como uma necessidade para o serviço ordinário das costas marítimas e fluviais da República, até então completamente desamparadas.

“O senador Araoz combateu enérgica e detidamente o projeto. Pensava que a Argentina, regida pelas instituições mais liberais do mundo, não tinha necessidade de entrar na política ruinosa dos armamentos, a qual não produz outro resultado senão levar desconfiânça e alarme às nações vizinhas (61). O Congresso sentiu vivamente as exigências daquele momento histórico. O projeto de armar a nação só foi atacado, em ambas as câmaras, pela palavra e pelo voto do senador de Jujui. Sarmiento propôs-se obter do governo dos Estados Unidos os navios e armas autorizadas pelo Congresso. Encar-

(58) Nessa época Mitre representava Buenos Aires no Senado.

(59) É interessante conhecer o texto do projeto que funda a nossa armada de guerra:

Art. 1.º Autoriza-se o poder executivo a inverter até a soma de dois milhões e seiscentos mil pesos fortes no seguinte:

1.º Compra de três navios encouraçados, do sistema mais aperfeiçoado e mais próprio ao serviço nas águas da República.

2.º Compra de armas portáteis de precisão.

Art. 2.º Fica igualmente autorizado o poder executivo a usar de crédito para os efeitos do artigo precedente, caso não bastem as rendas ordinárias.

Art. 3.º Comunique-se ao poder executivo. — *Mitre, Darac, Llerena.*

Esse projeto foi aprovado contra o voto do dr. Araoz, senador por Jujui; na Câmara dos deputados passou sem discussão e por unanimidade. (Nota de Cárcano, pág. 54.)

(60) Oroño, senador por Santa Fé; Llerena, senador por S. Luís.

(61) Diário das sessões do Senado; sessão de 18 de maio de 1872.

regou dessa gestão, urgente e reservada, ao ministro Garcia, que fez os maiores esforços para desempenhá-la satisfatoriamente (62).

Sobre os preparativos militares da Argentina, para uma guerra eventual com o Brasil, escreve ainda Ramon Cárcano:

“Tinha-se fundado uma escola náutica a bordo do vapor *General Brown* (lei n. 568), preparava-se e discutia-se um projeto de aumento e recrutamento geral do exército, que rapidamente se converteu em lei (lei n. 542). Todos os fatos comprovavam que o governo tinha a preocupação e o empenho de constituir de forma sistemática, previosa e permanente a força militar da República”.

A nota de Tejedor chegou ao Rio de Janeiro num momento de crise política do ministério Rio Branco, provocada pela lei que declarara livres os filhos das mulheres escravas.

“O caso foi — escreve Correia — que a nota agressiva do sr. Tejedor me veio às mãos no momento em que eu me dirigia para o paço de São Cristovam, onde o ministério ia porpor a Sua Majestade o sr. d. Pedro II a dissolução da Câmara dos Deputados, na qual não tinha

(62) Manuel R. Garcia, ministro argentino nos Estados Unidos.

“Como o sr. deve saber — escreve Tejedor — a Mitre — o presidente trata de investigar por meio de Garcia se seria possível conseguir dos Estados Unidos os navios, cuja compra foi autorizada”.

“A primeira carta de Garcia é pouco satisfatória, porem a 7 de julho (1872) recebeu-se uma carta dele em que relata uma entrevista com o secretário de estado Fisch. Nunca o vi mais expansivo — diz textualmente Garcia — nem mais interessado por nossos assuntos. Ofereceu-se para levar-me à presença do presidente, afim de induzi-lo a enviar imediatamente um ministro à Argentina. Manifestou-me o maior interesse pelos negócios do Prata e do Paraguai, cujas instituições, progresso e bem estar republicano — me disse e'e — interessavam vivamente a seu país. Comunicou-me que, conforme se lhe pedira, escrevera aos ministros dos Estados Unidos no Rio de Janeiro e em Montevideu; que o primeiro havia cumprido a ordem de manifestar ao governo do Brasil que o governo tinha interesse na pacificação do Paraguai, de acordo com as promessas e compromissos do tratado de aliança; que Perkius, ministro no Brasil, recebera como resposta que o Império tinha consultado e consultaria os interesses das Repúblicas aliadas e do Paraguai. Isto disse-me ele com ironia.

Depois — ajunta Garcia — que o ministro lhe pedira os tratados, memórias e últimas notas, e termina deste modo: “Ao despedir-me do sr. Fisch, ele me repetiu: “Escreva a seu governo que este negócio nos interessa deveras e que faremos tudo quanto pudermos para prová-lo a essas Repúblicas”. Mandou ao mesmo tempo recomendar o assunto, armas e navio, ao ministro da marinha. Garcia previne todavia que nada poderá dizer de positivo senão pelo vapor de 13, o que lhe permite exclamar no final de sua carta: “Vamos por aqui *all right*.” (Carta particular e confidencial de Tejedor a Mitre, de 26 de agosto de 1872. Manuscrito inédito do Museu Mitre. (Nota de Cárcano, na página 55.)

o preciso apoio, em consequência de haver proposto o projeto, convertido na lei de 28 de setembro de 1871, que secara a fonte da escravidão, declarando livres os filhos de mulher escrava, passo agigantado para a libertação total que a lei de 13 de maio de 1889 consumou, não vacilando jamais o meu voto quanto a essas e outras providências tendentes à abolição da nefasta instituição, tão prejudicial à raça opressora como à oprimida... Entregue como me foi a extensa nota argentina em momento tão apurado da política interna, quanto frequentes eram as conferências ministeriais, não se oferecendo oportunidade para apressar a tradução, que logo mandei fazer, de sorte que, ao ocupar-se de novo o governo com aquela nota, algum tempo havia decorrido, e forçoso foi responder da forma que é conhecida. Fica destarte explicado porque não se pode mais considerar a questão, extremamente grave, de ser a nota devolvida, como depois alguns entenderam que se devera ter feito. E assim foi melhor, como os sucessos posteriores demonstraram” (63).

O governo imperial respondeu ao argentino em nota de 20 de junho de 1872, assinada pelo ministro Correia.

“Compreenderá o sr. Ministro — diz ele dirigindo-se a Tejedor — o esforço que vai fazer o abaixo assinado, no interesse da paz e da amizade de duas nações, para contestar aquela nota, atenta a natureza e forma de algumas de suas injustas apreciações. Se a resposta do governo imperial, não obstante sua moderação e espírito conciliador, causou sumo pesar ao governo argentino, unicamente porque havia discordância na interpretação do pacto de aliança, quão penoso não devia ser ao governo do Brasil o tomar conhecimento da réplica de S. Ex. o sr. ministro de Relações Exteriores, concebida em tais termos”.

“O governo imperial hesitou se devia considerar a referida nota como um empenho de paz e de manutenção dos vínculos da honrosa aliança de 1865, ou se antes como propósito deliberado de romper com essa aliança e provocar uma decisão extrema e funesta para ambos os povos.

“Tal foi a impressão, sr. Ministro, que no ânimo do governo imperial produziram certas observações de V. Ex., que poderiam parecer ofensas intencionais ao amor próprio e à dignidade do Brasil.

(63) *Missão especial do general argentino d. Bartolomeu Mitre ao Brasil em 1872*, por Manuel Francisco Correia. Revista do Instituto Histórico, 1897.

“Considerando, porem, que o governo argentino declarou em sua nota que usara da maior franqueza, e que, portanto, devem ter o mesmo carater seus protestos de sentimentos pacíficos e amigaveis, o governo imperial resolveu responder à nota de 27 de abril, movido por estas declarações e sobretudo pelas que mais alto e solenemente fizeram Sua Majestade o Imperador do Brasil e o exmo. sr. Presidente da República, em suas recentes falas aos representantes de uma e outra nação.

“Entretanto, para que não fique estabelecido semelhante precedente, cabe ao abaixo assinado o dever de reclamar contra as estranhas insinuações que o sr. Ministro dirigiu ao governo do Brasil; e porque seria prejudicado o exame do grave assunto, que merece a maior atenção e solicitude de ambos os governos, se o abaixo assinado tomasse aquí em consideração tão desagradaveis incidentes; farão estes objeto de um *memorandum*, com que se completará a presente resposta.”

Dito isto, entra Correia em matéria:

Tejedor replica a duas notas: uma de 3 de fevereiro e outra de 22 de março, mas só esta lhe foi dirigida. Aquela era uma circular às legações do Brasil, de que, por lealdade, o representante do Império em Buenos Aires lhe deu conhecimento.

A demora na entrega de ambas explica-se pelas medidas sanitárias tomadas no rio da Prata. A primeira chegou a destino no dia 3 de fevereiro e a outra a 5 de abril.

A questão vertente — prossegue Correia — consiste em saber *se os aliados podem hoje tratar separadamente com o Paraguai; se o Brasil teve razão bastante para tomar esse alvitre; se em seus ajustes o Império ofendeu direitos e legítimos interesses de seus aliados ou violou algum dos compromissos da aliança; finalmente, qual a intelligência do art. 16 do tratado de 1.º de maio, concernente a limites, e a do art. 17, que estabelece a garantia recíproca dos aliados para o que for ajustado com o vencido de conformidade com o mesmo tratado*”.

Passa depois ao estudo destes assuntos.

Reconhece, com Tejedor, que o tratado de aliança contém estipulações concernentes ao período de guerra e outras relativas à paz. “Até ao art. 7.º, tratam os aliados dos direitos e deveres recíprocos durante a guerra; nos artigos seguintes proveram às reparações que lhe seriam devidas pelo Paraguai depois de vencido e às garantias de sua paz futura com esta nação vizinha...”.

O art. 6.º proíbe de fato de modo expresso que qualquer dos aliados trate separadamente com o inimigo durante a guerra.

Tejedor, porém, julga que essa proibição se estende aos ajustes definitivos de paz. Correia contesta. Diz que se fosse este o pensamento dos negociadores, com certeza tê-lo-iam enunciado com a mesma precisão e clareza.

Examina a argumentação de Tejedor sobre a matéria. Vários artigos do tratado referem-se aos deveres e direitos dos aliados, conforme ele salientou. Mas não quer isso dizer que os mesmos aliados estejam na obrigação de tratar conjuntamente. "Tejedor confunde os meios com o fim, a igualdade dos direitos reconhecidos no tratado de 1.º de maio com a ação conjunta dos aliados, que se pode dar, que deveria mesmo ser preferida se fosse possível, mas que não é indispensável e nem necessária para a garantia recíproca do pactuado conforme o tratado de aliança. O tratado de 1.º de maio estabelecendo direitos comuns e deveres recíprocos, não podia deixar de referir-se a todos os aliados, como a cada um deles. A forma da negociação, ou o processo desta, é cousa diferente; ficou ao prudente e esclarecido arbítrio dos interessados". Previu-o sabiamente o art. 10, que determina sejam extensivas aos demais aliados as franquezas, privilégios ou concessões que porventura qualquer deles conseguir.

A interpretação de Tejedor é contrariada pelo art. 16, concernente a limites, em que se fala de tratados a serem celebrados com os governos respectivos do Brasil e da Argentina.

E' certo que Tejedor entende "que os atos podem ser separados, sem que a negociação deixe de ser coletiva".

Correia diz não contestar a diferença que nestes termos estabelece Tejedor, "mas que isso prova que o mesmo Tejedor considerava a solidariedade dos aliados por tal modo, que negava aquilo mesmo que o art. 16 expressamente determina".

"Se a separação dos atos não exclue a garantia recíproca, como é indubitável, a questão é só de forma, e cumpre reconhecer que a negociação separada do Brasil em nada altera as obrigações recíprocas dos aliados, quando é igualmente certo que nada exigiu do vencido que não estivesse autorizado pelo pacto de aliança e pelos direitos de soberania inerentes a cada uma das partes contratantes."

O art. 12 não aproveita ao ponto de vista de Tejedor. Diz o seguinte: "*Os aliados reservam-se combinar entre si os meios mais próprios para garantir a paz com a República do Paraguai, depois de derribado o governo atual*".

Refere-se este artigo a outras garantias que pudessem ocorrer aos aliados além das previstas e expressas no tratado de aliança. "Em que a negociação separada do Brasil prejudicou esse acordo eventual,

e do qual se não cogitara nem nas conferências de Buenos Aires, nem nas de Assunção?”

“A garantia recíproca do art. 17, para os ajustes que forem celebrados com o Paraguai de conformidade com o tratado de 1.º de maio, é outra estipulação privativa dos aliados, que tanto subsiste por uma negociação conjunta, como de outro modo. Qual dos aliados negou a existência e valor desta garantia entendida nos seus precisos termos?...

“Não desconhece o governo imperial que a negociação conjunta para o instrumento geral de paz, que podia constituir um tratado comum, como se ajustara nas conferências de Buenos Aires, fora preferível; mas não se conclua da maior conveniência dessa forma de negociação para dar-lhe o caráter de única admissível, e menos para aplicá-la a todos os ajustes dos aliados...”

“Há de certo no tratado de 1.º de maio disposições que não poderiam ser bem desenvolvidas, e que poderiam mesmo ser mal interpretadas, se não houvesse acordo prévio entre os aliados. Felizmente, porém, este acordo deu-se nas conferências de Buenos Aires, cujos protocolos correm impressos; e o abaixo assinado já demonstrou com relação aos artigos 12 e 17, e o demonstrará em relação aos outros citados, que o plenipotenciário brasileiro respeitou perfeitamente aquele acordo, sendo destituídas de fundamento, e sobremodo injustas as observações que em sentido contrário se leem em a nota argentina”.

Tejedor não tem razão quando denuncia a violação dos artigos 14 e 15 pelo fato de o Brasil haver estipulado sozinho a indenização de guerra que lhe deve tocar.

“A evidência do contrário resulta daqueles mesmos artigos, do acordo prévio dos aliados e do que se estipulou entre o Brasil e o Paraguai”.

A exigência da indenização é um direito reconhecido pelo art. 14 a cada aliado; logo tinha o Brasil todo o fundamento para fazê-la.

“Alega-se, porém, que, segundo o art. 15 do tratado de 1.º de maio, em uma convenção especial se marcará o modo e forma de liquidar e pagar a dívida procedente das causas mencionadas, e que esta convenção deve ser celebrada em comum”.

“Ainda este argumento não pode subsistir em presença da verdade dos fatos.

“O tratado brasileiro, depois de definir (art. 3.º) a natureza das indenizações, nos termos do tratado de aliança e do acordo prévio dos aliados, estabelece no art. 4.º: “Uma convenção especial, que será

celebrada o mais tardar dentro de dois anos, fixará benevolmente o *quantum* das indenizações de que trata o 1.º número do artigo antecedente, à vista dos documentos oficiais; regulará a forma do pagamento e as quotas do juro e da amortização do capital, e designará as rendas que tenham de ser aplicadas ao pagamento.

“A convenção especial não está, portanto, prejudicada; as rendas da República não estão absorvidas pelas indenizações brasileiras, com esquecimento da que deve caber aos outros aliados. E, com efeito, seria bem estranho que o Brasil, que em meio dos maiores encargos do seu tesouro nunca se mostrou egoísta, hoje pretendesse prejudicar os seus aliados nessas indenizações, que aliás por muito tempo serão para todos puramente nominais.”

Tejedor estranha que, em vez de uma conversa comum prevista no tratado de aliança, tenha ficado estabelecida uma particular entre o Brasil e o Paraguai. Cumpre, todavia, advertir que pode haver ainda acordo entre os aliados antes de findo o prazo dos dois anos e que, pelo combinado em Buenos Aires, qualquer dos aliados tinha autorização para celebrar esse acordo separadamente.

O 3.º protocolo diz o seguinte (art. 4.º):

“E’, porem, permitido a qualquer dos aliados tratar separadamente sobre o objeto da dita convenção especial, na parte que lhe for concernente, com prévio aviso aos outros aliados.”

Quanto à garantia da independência e integridade do Paraguai, também carece de fundamento a censura argentina.

Eis o que diz o pacto de aliança:

“Art. 8.º Os aliados se obrigam a respeitar a independência, soberania e integridade da República do Paraguai. Em consequência o povo paraguaio poderá escolher o governo e instituições que lhe aprouverem, não podendo incorporar-se a nenhum dos aliados, e nem pedir o seu protetorado, como consequência desta guerra.

“Art. 9.º A independência, soberania e integridade territorial a República do Paraguai serão garantidas coletivamente, de acordo com o artigo antecedente, pelas altas partes contratantes durante o período de cinco anos.

“Acaso o plenipotenciário brasileiro se apartou desta norma ou a enfraqueceu de alguma sorte? Não, sr. Ministro; acatou-a religiosamente e deu o mais solene testemunho das vistas desinteressadas do Brasil para com a República do Paraguai.

“Eis a estipulação do art. 17 do tratado de paz, firmado em Assunção, em nome do Brasil, pelo sr. barão de Cotegipe:

“O governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil confirma e ratifica o compromisso que contraiu pelos arts. 8.º e 9.º do tratado de 1.º de maio de 1865, que celebrou com a República Argentina e a República Oriental do Uruguai.

“Consequentemente se obriga a respeitar perpetuamente por sua parte a independência, soberania e integridade da República do Paraguai e a garanti-las durante o prazo de cinco anos.

“O Brasil — ajunta Correia — tratando separadamente, confirma e ratifica o compromisso que contraiu com os seus aliados no tratado de 1.º de maio; obriga-se a respeitar por sua parte perpetuamente e a garantir durante cinco anos a independência e integridade daquela República.

“Não está aqui o Brasil mostrando-se aderente aos seus aliados, invocando estipulações destes para consagrá-las em seu tratado especial com o Paraguai?...

“Confirmando e ratificando o compromisso anterior, não se reconhece o Brasil obrigado para com os seus aliados à garantia coletiva?...

Correia aduz ainda o seguinte:

“A garantia coletiva não exclue a ação singular de cada um dos garantes, quando este o possa fazer e os outros não estejam no caso de prestá-la, ou entendam que não se dão circunstâncias que lhe imponham esse sacrifício.

“A garantia da aliança é um auxílio positivo e não uma prisão ou estorvo para que cada um dos aliados não faça, pela independência e integridade do Paraguai, o que os outros não possam ou não queiram fazer.

“A aliança, que se obrigou a respeitar a nacionalidade paraguaia e a defendê-la contra qualquer ataque à sua independência e integridade, não pode levar a mal que o Brasil se preste a cumprir esse dever comum, mesmo sem o concurso dos outros aliados quando este não seja possível.

“Pode acaso essa garantia importar numa *liga* do Império com o inimigo comum, “ou implicar com a questão de limites”, como o pretende o ministro Tejedor?

De forma alguma. Correia confessa não saber explicar como essa prevenção se incutiu no ânimo do governo argentino.

“Desde a ocupação da Vila Ocidental pelos argentinos, ficou assaz manifesto que o Brasil, bem que não aceitasse a responsabilidade do fato nas condições em que era praticado e subsiste, todavia o respeitava, porque aquele território está compreendido dentro dos

limites que o governo argentino declarou, no tratado de 1.º de maio, que seriam a base de seus ajustes com o Paraguai. O governo imperial tem sido e será coerente com aquele procedimento.”

Correia examina a questão da conservação de forças brasileiras no território paraguaio.

O tratado de Cotegipe diz que o governo do Brasil “poderá, de acordo com o da República do Paraguai, conservar no território da República, ainda depois do presente tratado, a parte do seu exército que julgar necessária à manutenção da ordem e à boa execução dos ajustes celebrados.

“Em convenção especial se fixarão o número dessas forças, o prazo de sua conservação, o modo de satisfazer-se a despesa ocasionada, e demais condições que forem precisas.”

Tejedor critica essa disposição por contrária ao acordo prévio de Buenos Aires, em que se assentara a retirada das forças aliadas dentro de três meses contados da troca das ratificações dos ajustes de paz. Deve, porém, lembrar-se que esse acordo ainda não era um *tratado*, mas um *projeto*, que poderia ser modificado nas negociações posteriores com o Paraguai, pressupunha uma negociação em comum, o que não foi possível realizar.

“Havendo o Brasil tratado separadamente, pela exigência do plenipotenciário argentino a respeito da questão de limites, e recusa dos outros plenipotenciários, a situação dos aliados para com o Paraguai já não era a que antes se previra.

“Tratandó só, não podendo, entretanto, contar com o apoio moral de seus aliados, e resultando daqueles sucessos maior fraqueza para o governo paraguaio, o Brasil devia ser providente. Não fora prudente confiar a sorte dos ajustes que acaba de celebrar à mercê de tais circunstâncias.

“Neste caso podia usar do direito que lhe dera a vitória, obtida à custa de tantos sacrifícios, para não retirar de todo suas forças enquanto não visse bem assegurada a execução dos ajustes de paz. Praticaria assim o que em condições semelhantes tem praticado todos os beligerantes. Mas o governo imperial como se vê da estipulação acima transcrita, levou seus escrúpulos ao ponto de não usar desse direito senão de acordo com o próprio governo paraguaio.”

Correia mostra que isso não encobre nenhum protetorado ao Paraguai. As forças que o Brasil aí conserva só tem sido úteis à paz interna da República pela confiança que inspiram à população. A Argentina também dispõe de tropas no território paraguaio, embora menos numerosas que as brasileiras. Entre os generais aliados que comandam essas duas forças tem havido perfeita harmonia, e são

no sentido de sua conservação as instruções dadas pelo governo brasileiro ao seu general.

“O auxílio à ordem interna que pode eventualmente ser chamada a prestar a força brasileira, nos termos da estipulação contida no tratado de paz, não é essa intervenção imprudente, cega e ominosa, que a nota argentina presume. E’ o apoio benéfico, que, no seu próprio interesse, e no dever de humanidade, os aliados podem prestar a um governo nas circunstâncias em que se acha o do Paraguai, contra criminosas perturbações de ordem e segurança pública.”

“Não são novos, nem contrários ao direito público os auxílios dessa natureza. Sem recorrer a exemplos de outra parte do mundo, basta para comprová-lo recordar o que reconheceram necessário o Brasil e a República Argentina, relativamente ao Estado Oriental, na convenção preliminar de paz de 27 de agosto de 1828. No art. 10 dessa convenção obrigaram-se os dois governos, durante cinco anos, a proteger a autoridade legal contra qualquer perturbação da tranquilidade e segurança pública.

“Estipulações semelhantes se encontram no tratado de 12 de outubro de 1851, celebrado entre o Império e o Estado Oriental, com pleno assentimento e garantia do governo argentino.

“Ainda mesmo quando se desatendesse às considerações expostas, aquele artigo do tratado brasileiro não seria embaraço para um perfeito acordo entre os dois governos, porque é apenas uma faculdade, de que se poderá usar ou não. Tão pouco deseja o Brasil demorar suas forças no Paraguai, que não se deu pressa em ajustar a convenção especial de que fala o mesmo artigo.”

Deste modo julga Correia ter rebatido os argumentos da nota argentina. Salienta, porem, ainda o fato de Tejedor haver combinado com Cotegipe um meio conciliatório, pelo qual os *tratados brasileiros poderiam ser ratificados sem alteração do seu texto*.

“Logo — diz Correia — a causa das reclamações do governo argentino é diversa, e o abaixo assinado passa a considerar esse ponto essencial com igual franqueza e a firme convicção de que, ou não há razão para se collocarem às relações dos dois governos em declive tão perigoso, ou então exige-se do Brasil o que é contrário à sua honra e não tem fundamento nos compromissos da aliança.”

Ocupa-se a seguir das conferências de Cotegipe com Tejedor em Buenos Aires, quando aquele volvia de Assunção para o Brasil.

Depois de referir o meio conciliatório ali combinado, diz Tejedor: “Por este meio os tratados ficariam feitos. Restabeleciam-se os protocolos de Buenos Aires. A República Argentina tratava, como o Brasil, com o Paraguai. Porem isto mesmo não podia ser uma

dificuldade, uma vez que a República Argentina havia querido sempre a desocupação, e o Brasil a declarava facultativa.

A isso opõe Correia este comentário:

“Se o governo argentino não exigia a anulação dos tratados brasileiros e se estes ficavam feitos, não é a sua ratificação que veio embaraçar o meio conciliatório.

“O restabelecimento dos protocolos de Buenos Aires é uma idéia que se não compreende, porque ninguém anulou esses protocolos, antes o acordo prévio dos aliados, aí estabelecido, foi a norma seguida pelo plenipotenciário brasileiro, não havendo outra diferença que a negociação separada, que em todo o caso seria quanto aos limites, e à nova estipulação concernente à permanência das forças brasileiras.

“Se a República Argentina ia tratar separadamente com o Paraguai, como o Brasil, e nessa negociação separada entendia-se com aquela República sobre os seus respectivos limites, e se o resultado dessa negociação ficaria sob o império do tratado de aliança, qual é o embaraço superveniente que obsta à negociação separada do seu aliado?

“O governo imperial não se opôs de certo à negociação separada do seu aliado, antes a deseja e esperou sempre; e também nunca desconheceu que os ajustes dos aliados, feitos em virtude do tratado de 1.º de maio, sejam celebrados na forma coletiva ou singular, estão sob a garantia comum da aliança. A faculdade de conservar as forças brasileiras no Paraguai além do tempo indispensável para a remoção do material de guerra, também nunca foi condição incompatível com os desejos do governo argentino.”

Correia analisa depois o trecho da nota argentina em que Tejedor conta ter dito Cotegipe, depois de combinar com ele a solução conciliatória, que, se antes de sua chegada ao Rio viesse do Brasil uma nota em sentido oposto, isso não teria importância, *porque a nota poderia ser retirada.*

Depois de recordar as frases escritas por Cotegipe e Tejedor, para o efeito de uma conciliação, frases que o leitor já conhece, declara Correia:

“Não era um acordo formal e preciso, como se vê; e o nosso plenipotenciário declarou logo *que o não aceitava em virtude das instruções especiais que houvesse recebido, mas pelo conhecimento que tinha das intenções do seu governo.* Portanto, não seria de admirar se, mantendo o governo imperial suas deliberações anteriores, não se achassem estas inteiramente de acordo com o meio proposto pelo sr. Tejedor naquela ocasião e por aquela forma.”

Correia explica então por que o governo brasileiro não susteve as ratificações:

“As ratificações dos tratados estavam já resolvidas e só dependentes do preparo dos respectivos autógrafos. *O protesto do governo argentino era um fato notório, e o procedimento do Brasil já tinha sido desfigurado do modo mais odioso pela imprensa argentina. A resposta ao protesto era indispensável*, mas felizmente estava ela de acordo com os termos genéricos da proposta do sr. Tejedor iniciada na conferência com o sr. barão de Cotegipe.”

Tudo quanto Tejedor achou bastante para restabelecer a harmonia entre os dois governos, e propôs a Cotegipe, já foi lembrado pelo Brasil em sua nota de 22 de março.

O governo imperial disse ali:

“O Brasil não violou ponto algum do pacto de aliança, mantém os seus compromissos, e estará sempre pronto a entender-se com seus aliados para a inteira execução dos empenhos comuns.”

Tejedor diz em sua nota que o Brasil oferece *um tratamento de igualdade e a sua garantia* aos tratados que o Uruguai e a Argentina firmaram separadamente com o Paraguai. Isso se lhe afigura o esquecimento involuntário *das conveniências internacionais*.

Acha que a garantia recíproca, decorrente do tratado de 1.º de maio, era a *continuação da aliança*, mas que a garantia *ex post facto* para uma negociação separada da República Argentina *seria o protetorado do Império estendido até a República*, e dessa garantia ela não precisa; se os seus aliados a abandonarem, terá poder bastante para fazer valer sozinha o seu direito.

Mas então — exclama Correia — “se o meio conciliatório proposto pelo sr. ministro das Relações Exteriores, na referida conferência com o sr. barão de Cotegipe, não exigia a anulação dos tratados brasileiros, não retardava mesmo a sua ratificação, e colocava os ajustes separadamente feitos sob a garantia da aliança, como pode ser esta hoje considerada impossível ou indecorosa?”

Enfrenta depois Correia o ponto “que encerra toda a dificuldade, que foi causa da divergência dos plenipotenciários em Assunção e que esteve a pique de o ser em Buenos Aires”.

“De sua decisão depende o acordo que devem procurar os dois governos”.

“O governo argentino entende que o art. 16 do tratado de 1.º de maio traçava, sob a garantia coletiva dos aliados, os limites do Brasil e os da República Argentina com o Paraguai? Esta é a questão.”

Correia diz que vai encará-la de frente, e discutí-la de ânimo tranquilo e com a franqueza que os aliados devem à sua consciência e à sua responsabilidade perante o mundo civilizado.

Tejedor esforça-se para provar que, nas conferências de Buenos Aires, ficou resolvido sobre limites o mesmo que pretendera o plenipotenciário argentino em Assunção.

O histórico das negociações — replica Correia — demonstra o contrário, e para confirmar o seu asserto, revoca à lembrança os antecedentes da questão.

O protocolo n. 7 (de 17 e 20 de janeiro de 1871), relativo às conferências de Buenos Aires, patenteia o pensamento dos aliados nesse particular.

O plenipotenciário brasileiro historiou então os antecedentes sobre a questão de limites da Argentina com o Paraguai, e que o leitor já conhece.

“O seu pensamento, bem manifesto, era que os limites indicados no art. 16 do tratado de 1.º de maio não podiam ser considerados como direito perfeito dos respectivos aliados, e ficar sob a garantia coletiva da aliança, sem que fosse ouvido o governo do Paraguai, e por esta discussão se conhecesse de que lado estava a justiça. Manifestava mais que a dificuldade prevista versava sobre a questão do Chaco, porque no acordo preliminar de paz não houve outra objeção por parte do Paraguai; e que sobre o território foram ressalvados por um protocolo adicional ao tratado de 1.º de maio.

“À vista dessa exposição, conquanto indubitavelmente o sr. Tejedor desse no art. 16 do tratado de 1.º de maio o carater de um caso julgado pelos aliados, quanto aos limites que ali assinalaram o Brasil e a República Argentina, todavia foi S. Ex. mesmo quem propôs o alvitre de nada decidir-se a esse respeito antes da discussão com o Paraguai.”

Eis o que reza o protocolo:

“Apreciados pelos srs. Plenipotenciários os ditos antecedentes em seu sentido e alcance, o sr. Tejedor observou que não era somente entre os aliados que o direito territorial da República Argentina e do Brasil deviam ser discutidos. Que semelhante discussão antecipada, sobre hipótese de aceitação ou não aceitação por parte do Paraguai, era prematura e não podia deixar de constranger a todos. “Que o exame do direito argentino e do direito brasileiro deveria ter sido feito antes, quando se negociou o tratado de 1.º de maio, que era, porem, inutil toda vista retrospectiva a este respeito, quando pelo acordo preliminar de paz se deu ao governo paraguaio o direito de

entrar em discussão com os aliados sobre esse ponto e propor modificações que julgasse razoáveis ou justas.

“Que, portanto, era lógico e prudente reservarem os aliados sua resolução definitiva a respeito daquela importante questão para ser tomada durante a negociação com o governo paraguaio, depois de conhecerem as pretensões deste e os títulos em que as assenta.”

A essa doutrina aderiu o plenipotenciário oriental.

O brasileiro observou “que fora para desejar que, como indicou o sr. Tejedor, a estipulação do tratado de aliança, no que respeita a limites, resultasse de um exame consciencioso sobre o direito do Brasil e o da República Argentina, mas que de fato não se instituiu esse exame prévio, já pela importância e natureza do assunto, já pela pressão das circunstâncias. Que os governos aliados procederam reciprocamente com absoluta confiança e certos de que nos ajustes finais os guiaria a mesma prudência e os mesmos sentimentos de mútua amizade e moderação. Concordou com o sr. Plenipotenciário oriental em que, ainda quando o acordo preliminar de paz o não dissesse expressamente, os aliados não poderiam vedar ao Paraguai toda discussão sobre limites, porquanto é também estipulação expressa do tratado de aliança que se respeitará a integridade territorial da República.”

Em vista disso — proclama Correia — é claro que para o plenipotenciário brasileiro e o oriental as questões de limites não estavam resolvidas, pelo art. 16 do tratado *para a garantia da aliança*, enquanto a negociação com o Paraguai não demonstrasse que este os aceitava ou não tinha bons títulos para recusá-los.

“Vê-se também, o que a nota argentina nega sem razão, que o plenipotenciário brasileiro enunciou a idéia, que parece inconcussa, de que a obrigação, que pelo seu pacto se impuseram os aliados, de respeitar a integridade territorial do Paraguai, compreende virtualmente a de não exigirem-lhe limites a que não tenham perfeito direito. Que isso, porém, não quer dizer que o Brasil ou a República Argentina reclamasse, no art. 16 do tratado de aliança, limites que em boa fé não reputasse legítimos.”

“A doutrina sustentada pelos plenipotenciários brasileiro e oriental tinha muito antes sido estabelecida pelo governo argentino nos documentos a que aludira o plenipotenciário brasileiro.”

Correia lembra a nota argentina de 27 de dezembro de 1870, em que se recusa à vitória a faculdade de criar direitos e o acordo preliminar de paz de 20 de junho de 1870, no qual o governo paraguaio declarou aceitar em sua substância (*en su fondo*) o tratado de aliança.

“Reservou-se ao Paraguai não só o direito de ser ouvido, mas o de propor modificações, e os protocolos explicam que a reserva de modificações se refere à questão do Chaco.”

Tal é — conclue Correia — o estado da questão de limites do governo argentino, única que tem impedido que ele firme com o Paraguai as mesmas convenções que celebrou o Brasil e sob idênticas condições.”

Foi para superar essa dificuldade que se assentou nas conferências de Buenos Aires (protocolo n. 7):

1.º Que os plenipotenciários dos governos aliados iriam negociar com o governo paraguaio, de conformidade com o acordo prévio que se menciona nos protocolos das presentes instruções;

2.º Que, a respeito dos ajustes de limites e da cláusula do protocolo anexo ao tratado de 1.º de maio, procederão na forma proposta pelos srs. Plenipotenciários argentino e brasileiro.

Consequentemente, que os ditos ajustes e a dita cláusula serão objeto de ulterior deliberação entre os aliados, no caso de que se reconheça ser impossível um ajuste amigável sobre esses pontos ou qualquer deles com o governo do Paraguai.”

Tudo isso, porém, é completamente posto de lado por Quintana nas conferências de Assunção com Côtégipe. O representante argentino vai mais longe: reclama de seus colegas a aprovação prévia dos oito itens que o leitor já conhece e que provocam o rompimento das negociações.

“Confrontem-se estes princípios e esta exigência — escreve Correia — com a doutrina e alvitre do acordo adotado em Buenos Aires, e diga-se se não há completa discordância. Revivia-se a questão adiada e de impossível acordo nestes termos absolutos; impunha-se aos aliados a obrigação de sustentar os limites argentinos, negando-se-lhes ao mesmo tempo todo o direito de intervir nessa negociação e dar juízo sobre as diferenças que se pronunciassem entre as partes interessadas. Obliteravam-se inteiramente todos os precedentes, que os aliados não podiam esquecer.”

“O plenipotenciário brasileiro manteve-se no terreno do acordo de Buenos Aires, confirmando em nome do Brasil a sua doutrina e o seu prudente alvitre.”

O representante oriental também dissentiu do plenipotenciário argentino e foi ainda mais explícito, conforme o prova Correia transcrevendo trechos do protocolo.

Não tendo conseguido o apoio de seus colegas, e não querendo desistir de sua existência, resolveu Quintana abandonar Assunção, não sem haver antes intimado ao governo paraguaio o adiamento dos ajustes de paz.

"Foi nestas circunstâncias — pondera Correia — quasi dois anos decorridos depois da vitória final dos aliados em Cerro-Corá, e quando a negociação em comum se mostrara impossível, que o governo imperial tomou o alvitre de tratar separadamente com o Paraguai, sem desligar-se, porém, dos compromissos de honra e amizade que o prendiam a seus aliados, respeitando expressamente esses compromissos, e deixando o caminho aberto para que os mesmos aliados por sua vez se entendessem com o Paraguai, e todos os ajustes, feitos de conformidade com o tratado de aliança, ficassem sob a garantia deste."

"O governo argentino reclamou contra a negociação separada, mas pelo que se vê em sua nota e nesta resposta, aquella forma de negociação não impede que os aliados se prestem reciprocamente seu concurso amigavel, procedam com sujeição a seus compromissos, mantenham e façam efetiva a garantia comum, quando e como for preciso."

Correia rebate a crítica de Tejedor à revisão do acordo de Buenos Aires, pedida por Cotegipe e a que Quintana, segundo ele afirma, se prestou por mera deferência. A revisão teve por fim correções de forma e foi aceita pelo próprio Quintana, que até offereceu algumas emendas. Daí não promanou nenhum inconveniente.

"O último protocolo dessa revisão é de 6 de novembro; devia seguir-se a negociação com os plenipotenciários paraguaios, muito antes nomeados, mas o sr. dr. Quintana deteve os seus colegas desde aquella data até 30 do mesmo mês de novembro, à espera de novas instruções, que dizia ter solicitado do seu governo, apresentando por fim a questão da garantia prévia dos limites, como já ficou referido, a despeito do que fora concordado em Buenos Aires."

Tejedor acusa o Brasil de demora nos ajustes de paz.

Não é preciso ser longo para desfazer a acusação, declara Correia.

"O governo imperial reporta-se ao que ponderou sobre este ponto em sua nota de 22 de março, donde se vê que o governo argentino não quisera tratar com o governo provisório, que se opusera mesmo à celebração com este do acordo preliminar de paz, depois da vitória definitiva da aliança em 1.º de março de 1870. Foi por instâncias do mesmo governo argentino que os ajustes definitivos ficaram adiados até que a República do Paraguai se desse uma constituição política e um novo governo."

"A demora que se attribue à ausência do plenipotenciário brasileiro entre a negociação prévia dos aliados em Buenos Aires, que durou desde 9 de dezembro de 1870 até 23 de janeiro de 1871, e a reunião dos plenipotenciários no Paraguai, foi em grande parte cau-

sada pela terrível epidemia que assolara as cidades de Assunção, Corrientes e Buenos Aires.”

Mas tudo isso — reflete Correia — não tem importância no momento. “O que cumpre aos aliados é considerar a causa real que embarçou a negociação comum com o governo paraguaio e tem até hoje impedido que a República Argentina firme também os seus ajustes definitivos de paz com aquele governo.”

“Que deseja afinal a Argentina? Os demais aliados precisaram sabê-lo, para lhe prestar o seu concurso.”

“A nota do sr. Tejedor deixa esta questão na maior obscuridade e incerteza. Se uma vez diz que os tratados feitos pelo Brasil não embarçam o desejado acordo, segundo a proposição que fizera ao sr. barão de Cotegipe, e que o abaixo assinado já analisou, a mesma nota, em suas conclusões parece fechar a porta a algum meio conciliatório sobre essa base, dirigindo aos aliados esta declaração:

“A realidade e grandeza do tratado de 1.º de maio estão comprometidas de tal modo, que nada poderá já restabelecê-las senão a concorrência franca e enérgica dos três governos signatários para seu fiel e mais completo cumprimento. A República Argentina, que necessita esta reparação, a espera ainda da sabedoria do governo brasileiro, em retribuição da lealdade com que cumpriu durante sete anos seus compromissos de aliança. Espera-a também de sua jovem irmã a República Oriental, cujos interesses são os mesmos no Rio da Prata e cuja heroicidade esteve sempre muito acima de sua pequenez.”

“O que significa o concurso franco e enérgico que a República Argentina espera de seus aliados? Para que fins o reclama, e como entende que deve ser prestado? A nota não o declara, mas é isto o que convem conhecer e combinar.”

“Não se ilude seguramente o governo argentino a respeito da única dificuldade que se opõe aos seus ajustes de paz com o Paraguai. A dificuldade está nos limites do Chaco. O Paraguai não lhe contesta seu direito ao território das Missões, e os demais ajustes estão fora de toda dúvida.”

“Porque, pois, quando os seus aliados não declinam de nenhuma das obrigações que contrairam pelo tratado de 1.º de maio, e nobremente o provaram na época dos grandes esforços da guerra, não procura o governo argentino entender-se com o governo paraguaio, para conhecer se é ou não possível um amigável acordo com este? Semelhante passo, que só depende do governo argentino, pode cortar toda a questão, e talvez a tivesse evitado, se o plenipotenciário argentino houvesse querido observar a norma dada nos protocolos de Buenos Aires.”

Correia acrescenta adiante:

"O governo imperial e o da República Oriental nunca quiseram pôr em dúvida o direito do seu aliado ao território do Chaco ou a qualquer outro ponto de sua fronteira com o Paraguai. O que eles declararam foi que não podiam reconhecer como empenho da aliança o sustentar esses direitos em toda a extensão que o governo argentino designara no tratado de 1.º de maio, antes que o Paraguai fosse ouvido e qualquer que fosse o valor dos títulos que este exhibisse."

"Nem o Brasil, nem a República Oriental, podem ter o pensamento de contestar os direitos da Argentina ao território do Chaco, se forem reconhecidos pelo Paraguai. Supor o inverso seria cometer uma injustiça, porque nunca houve, nem podia haver questão sobre tal base; neste caso o acordo do governo argentino com o vencido estaria autorizado pelo artigo 16 do tratado de aliança, salvos os direitos da Bolívia."

"Mas o que se tem pretendido até hoje, por parte da República Argentina, não é que os outros aliados, qualquer que possa ser o fundamento das alegações com que o Paraguai recuse reconhecer como argentino todo o Chaco até a Baía Negra, obriguem o vencido a esse reconhecimento, se o governo argentino o exigir em nome da solidariedade da aliança?"

"Se assim é, sr. Ministro, o governo argentino há de reconhecer que semelhante procedimento não seria conforme à justiça e ao pacto da aliança, já não falando nas solenes promessas que a República Argentina fizera espontaneamente ao Paraguai e que confirmou com seus aliados no acordo preliminar de paz."

"Posta nestes termos a questão, a dificuldade sobe de ponto, porque seria o mesmo que exigir dos seus aliados que obrigassem pela força o Paraguai a reconhecer como argentino um território que em parte é disputado pela Bolívia, cujos direitos foram expressamente ressalvados pelo protocolo anexo ao tratado de 1.º de maio."

Correia lamenta que a sua franqueza não tenha sido apreciada por Tejedor e o levasse a fazer certas observações "em que ele não quisera tocar." Tejedor chegou a pôr em dúvida que a única dificuldade para os ajustes de paz com a Argentina fosse a questão do Chaco, quando isso "consta de documentos oficiais autênticos e o atestarão quantos tenham ouvido aquele governo."

"Levado por esse falso juízo, o sr. Tejedor mostrou-se admirado de que os limites do Brasil não encontrassem igual objeção, enunciou sobre todas as questões e ajustes de limites infundados conceitos, apontou a nossa situação geográfica e até parece que atribuiu ao governo imperial o empenho com que a Bolívia tem procurado fazer

valer suas reclamações, nos ajustes de paz dos aliados com o Paraguai.”

“Estes e outros pontos da nota argentina terão explicações cabais no *memorandum* anexo, mas é forçoso que não passem aqui sem breve contestação.”

“A admiração do sr. Tejedor há de cessar desde que S. Ex. avalie bem a grande diferença que há entre a questão de limites do Brasil e a da República Argentina. O Brasil não exigiu do Paraguai um só palmo de terra que este ocupasse antes ou depois da guerra; exigiu menos do que a fronteira designada no artigo 16 do tratado de 1.º de maio. Estes limites, como o recorda o Sr. Tejedor, haviam sido amplamente discutidos, e nenhum paraguaio esclarecido e desapaixonado os poria em dúvida.”

“Os limites argentinos compreendem o território de Missões, de que os paraguaios estiveram sempre de posse, e toda a margem direita do estreito rio que dá nome àquela República, e que, bem ou mal, os paraguaios ocupavam antes da guerra e por longos anos acostumaram-se a considerar sua. Agregando à esta importante diferença a ocupação prévia da Vila Ocidental, não obstante a promessa de que foi acompanhada, terá o governo argentino a explicação natural do fato que lhe causara admiração.”

“O abaixo assinado não contesta o que expôs o sr. Tejedor em honra do governo argentino, quanto às suas questões de limites; mas não pode deixar de reclamar contra as asserções que se leem com referência ao Brasil. Nossas fronteiras já estão em geral assinaladas por tratados obtidos pela discussão e pela força do direito. Se as questões dessa natureza são difíceis de estudar, e por isso encontram entre todos os povos preocupações e dúvidas, nem por isso é exato que nos ajustes de limites sublevassem os ódios das Repúblicas interessadas. O tempo tem revelado, e vai revelando de dia em dia, que os Estados que cercam o Brasil não tem outro vizinho mais pacífico, nem melhor amigo. O abaixo assinado pode também dizer, sem orgulho, que a prosperidade do Brasil tem muito concorrido para a civilização e riqueza desta parte da América.”

“O sr. Tejedor declara que o governo argentino recusa e recusará, até onde lhe seja possível, dar por concluída uma aliança que tanto custou a popularizar ainda em meio de glórias e perigos comuns.

O abaixo assinado exprime igual sentimento por parte de seu governo e crê haver provado até a evidência, que não é ao Brasil que se poderá aplicar esta observação com que o sr. Ministro começou a sua resposta: “A história dos tratados rotos por uma interpretação interessada de suas cláusulas, ou por não serem já necessários a alguma das partes contratantes, não é nova no mundo.”

“O governo argentino, bem que desconhecendo a verdadeira razão do procedimento do Brasil, confessou que pudéramos romper a aliança, dando por caduco o tratado de 1.º de maio, desde que ele recusou cumprir a cláusula relativa às fortificações paraguaias. Esse fato e todos os precedentes da aliança, mostram altamente que não há sacrifício, menos o de sua honra e de seus direitos impreteríveis, que o Brasil não tenha feito e não esteja disposto a fazer para que a aliança de 1865 consiga todos os seus fins.”

“Não pensa o governo imperial que o tratado de 1.º de maio de 1865 tenha, para os três Estados, mais importância do que a segurança, que obtiveram pelas armas e os ajustes concernentes a limites, comércio e navegação fluvial, sobre que deve assentar sua paz futura com o Paraguai; não pensa que as recordações dessa aliança devam ser mais gratas aos três povos do que a de 1852, que acabou com duas tiranias e abriu uma nova era de liberdade e de progresso para as Repúblicas do Prata.”

“Mas não é preciso levar os propósitos da aliança além de suas positivas estipulações e compromissos, para afirmar que ela foi determinada por uma causa de honra e por interesses essenciais às tres partes contratantes. A desigualdade dos sacrifícios, ou das vantagens, não dá mais direitos, nem isenta das obrigações contraídas, a nenhum dos aliados.”

“Essa desigualdade, sr. Ministro, que não foi de certo a favor do Brasil, não influirá hoje, como não influíu antes, em sua fidelidade ao pacto de aliança. O Brasil cumprirá sempre seus empenhos de aliado com a boa fé e cavalheirismo de que deu provas durante a guerra: Se, porem, o governo imperial sabe quanto deve à honra de sua palavra, à paz e à amizade que interessa a todos os aliados, não é menos vivo o sentimento de sua dignidade; e a consciência íntima lhe assegura que não é a causa das dificuldades que está encontrando a execução do tratado de 1.º de maio, depois de vencido o grande obstáculo do inimigo comum.”

Finalmente, remata Correia a sua réplica com este período:

“Se a glória da aliança viesse a romper-se, o que não se deve esperar da sabedoria dos aliados, a responsabilidade desse ato e de suas consequências não recairia sobre o governo imperial; cedo ou tarde o juízo imparcial das outras nações e a própria República Argentina fariam justiça ao direito, à lealdade e à prudência do Brasil.”

Conforme havia prometido juntou Correia à sua resposta um *memorandum*, em que rebate algumas críticas e alusões descabidas de Tejedor.

A primeira que enfrenta é a insinuação de que o Brasil parecia constituir-se em advogado da Bolívia na questão do Chaco. Correia

historia os fatos. As pretensões da Bolívia à parte de seu território vinham de mais longe. Em 1852 já ela protestara contra o tratado entre o Paraguai e a Argentina, alegando o seu direito a um trecho da margem ocidental do rio Paraguai. O governo brasileiro levou isso em conta quando regulou com o governo paraguaio a polícia e navegação do rio comum, declarando que ficavam ressalvados os direitos da Bolívia no território do Chaco. "Foi igualmente por isso que, ao assinar o tratado de aliança de 1.º de maio de 1865, os aliados ressaltaram, por um protocolo adicional, aqueles alegados direitos da Bolívia."

Como estranha agora a Argentina o procedimento do Brasil escudado nesse compromisso? Ignora acaso que o representante da Bolívia no Brasil e nos Estados do Prata, sr. Ricardo Bustamante, manifestou a idéia de que a Bolívia tinha direito a tomar parte nas negociações de paz no que concerne ao Chaco? Em 23 de abril de 1871, o governo boliviano pediu ao do Brasil ser informado da época em que se faria a demarcação de limites entre os países da aliança e o Paraguai, pois, estando ressalvados os seus direitos pelo tratado de 1.º de maio, queria fazê-los valer. O governo imperial respondeu que não se tratava ainda de demarcação. Correia também adverte "que a anunciada missão diplomática do sr. Reys Cadorna, junto ao Brasil, e às Repúblicas do Prata, missão de que o governo argentino deve ter notícia, parece ter por objeto principal as questões de limites desse Estado com a República Argentina e o Paraguai. Não é, pois, novidade o interesse da Bolívia pela questão do Chaco."

A nota argentina, diz Correia, afirma *não constar de nenhum documento* que a única dificuldade para a celebração de um tratado definitivo de paz estava justamente na fixação dos limites pelo Chaco.

Para rebater isso bastaria apelar para a consciência do governo argentino. Porque ocupou ele Vila Ocidental ainda durante a guerra? Os protestos a tal ocupação, formulados pelo governo paraguaio, não patenteiam essa dificuldade?

Mas há outro documento escrito — continua Correia — e mais expressivo do que o protesto paraguaio.

"O governo argentino sabe que o seu representante na Assunção, o sr. general Védia, firmou com o plenipotenciário brasileiro, o sr. conselheiro Paranhos, visconde do Rio Branco, um protocolo de acordo preliminar de paz, que tinha a data de 31 de maio de 1870. Esse acordo foi firmado *ad referendum* pelo dito sr. general, porque, a instâncias do governo provisório, se modificaram os termos pelos quais propuseram os aliados que o Paraguai aceitasse as condições de paz estipuladas no tratado de aliança. Pois bem, o referido protocolo, que só diferia nesse ponto do que afinal foi adotado em 20 de junho do

mesmo ano, deixou de ser aceito pelo governo argentino, porque no protocolo explicativo o governo provisório motivava a sua restrição com a necessidade de defender seus direitos sobre o Chaco.”

“Nenhuma dúvida apresentava sobre as outras condições; não fazia questão sobre os limites do Brasil, nem sobre o território das Missões entre o Uruguai e o Paraná, que também já havia sido ocupado por ordem do governo argentino. A sua ressalva referia-se unicamente ao território do Chaco.”

Eis as palavras textuais desse protocolo:

“Durante a discussão foi dito, por parte de SS. EE. os Senhores membros do governo provisório da República do Paraguai, que, pelo sobredito art. 2.º substitutivo, entendiam deixar-se ao governo paraguaio plena liberdade para propor e sustentar, relativamente aos limites do Chaco, quando se tratar dos ajustes definitivos, o que julgar conforme aos direitos da República, não podendo da aceitação genérica, que consagra o mesmo artigo, deduzir-se que ficava resolvida essa importante questão territorial nos termos do tratado da tríplice aliança.”

“Pareceu ao governo argentino — prossegue Correia — que a simples menção do Chaco no acordo preliminar, questão esta que lhe dizia respeito singularmente, poderia ser olhada como menos deferente para com ele. O plenipotenciário brasileiro declarou que, se o caso se desse em relação aos limites do Império, não pediria ao seu aliado uma tal supressão, que não dava nem tirava direitos, sendo impossível semelhante igualdade, porque eram distintas as duas questões de limites. O plenipotenciário brasileiro anuiu, sem embargo destas justas observações, à emenda supressiva, porque não valia a pena dificultar o acordo por tal motivo. Mas o primeiro protocolo ficou autenticado por todos os negociadores e cada um destes com o seu exemplar.”

“Logo é indubitável a asserção da nota brasileira, e acha-se comprovada por mais de um documento irrecusável.”

Correia volta-se então para a crítica de Tejedor à linha de fronteira assentada entre o Brasil e o Paraguai. Disse o ministro argentino que aquele país desistindo da linha do Iguaré cederia território que era e foi sempre deste e ficara, *em nome do tratado de 1.º de maio*, com terras que haviam sido do Paraguai, “porquanto nunca até a guerra actual o dito Paraguai quisera reconhecer a soberania do Brasil.”

A acusação é grave, sobretudo por partir de um dos aliados, mas demonstra que o governo argentino não desconhece a questão de limites entre o Brasil e o Paraguai.

O direito do Brasil foi bem elucidado em protocolos que estão no domínio do público, e ainda recentemente o plenipotenciário brasileiro em Assunção recordou os títulos que pudemos invocar à

linha do Igureí e à do Jejuí ou Ipané-guassú, senão deveríamos ser moderados e generosos para com o vencido.”

“Pode-se admitir que o governo argentino ignorasse os legítimos títulos do Brasil à linha de limites que menciona o artigo 16 do tratado de 1.º de maio, mas não que ele se compromettesse a ser cúmplice de uma usurpação de território do Paraguai. Daquela asserção conclue-se, portanto, rigorosamente, que a nota argentina de 27 de abril veio confirmar que o tratado de 1.º de maio não traçou fronteiras sob a responsabilidade coletiva dos aliados; por outros termos, que estes não examinaram os direitos alegados, mas só convieram nas pretensões que serviriam de base aos ajustes de limites, recaindo a garantia da aliança sobre o que se liquidasse afinal como legítimo ou fosse estipulado entre as partes interessadas, de conformidade com a dita base.

Tejedor acha digna de encômios a solicitude do Brasil pela sorte do Paraguai, mas salienta que nosso país resistiu à idéia da renúncia às indenizações de guerra.

O Chaco — entende ele — é nada comparado a essa imensa dívida do vencido, que por séculos o terá atado à gleba, e lhe impedirá respirar livremente para cair prostrado aos pés de qualquer vizinho prepotente e ambicioso.” “Porque — pergunta — não condoer-nos antes da sorte do Paraguai neste terreno mais positivo?”

E’ assim um dos aliados — reflete Correia — quem ataca um dos direitos incontestáveis de todo beligerante, expressamente estipulado no artigo 16 do tratado de aliança.

O Paraguai nunca o desconheceu e acaba de respeitá-lo nos últimos ajustes com o Brasil.

Não é verdade que o nosso país sempre ofereceu resistência à cessão dos gastos da guerra.

Quantas vezes e por que forma se apresentou ao governo do Brasil essa notavel proposta?

Apareceu pela primeira vez nas conferências de Buenos Aires para o acordo prévio dos aliados, antes dos ajustes definitivos de paz. Apresentou-a o plenipotenciário oriental. Aderiu a ela o argentino. O brasileiro ponderou que haveria na proposta muita generosidade para com o Paraguai, “notando ao mesmo tempo que fosse condicional e tão desigual para o Brasil.” O governo imperial “não pensara em ceder um direito incontestável e que é talvez o maior coercitivo contra povos que provocam guerras tão injustas e sangrentas como a do Paraguai.” O Brasil, “alem do maior sacrifício de sangue”, tinha despendido “dez vezes mais do que qualquer dos seus aliados; o que estes poderiam equitativamente propor-lhe seria que cedesse tanto quanto eles.”

Feitas estas observações, os dois plenipotenciários argentino e oriental retiraram a sua proposta, e, perguntando o do Brasil, que se encarregara da redação dos protocolos, se esse fato deveria ser mencionado, foi-lhe respondido que não, e assim convieram todos."

A proposta de cessão só uma vez foi tratada séria e oficialmente entre os aliados; não houve a insistência que figura na nota argentina, nem a resistência tão absoluta que se atribue ao Brasil.

De fato, a palavra *benevolmente* foi introduzida nas conferências de Buenos Aires por proposta do sr. Tejedor, mas refere-se à fixação de quanto e foi aceita como simples emenda de redação, sem repugnância alguma dos outros plenipotenciários, por isso que "o pensamento de ser generoso com o vencido era comum a todos os aliados." E' lamentavel que se invoque hoje essa palavra como documento da generosidade argentina e para tornar o Brasil odioso ao povo paraguaio.

Ninguém ignora "que o Brasil deu as mais exuberantes provas de generosidade para com o vencido, no tratamento que proporcionou aos seus prisioneiros, cedendo toda a sua quota de presas que não era material de guerra, para ocorrer às necessidades do governo paraguaio, distribuindo socorros à população infeliz que regressava das matas, e por vários outros meios de que dará testemunho o mesmo governo e povo paraguaio. A nação que assim procede não podia ser avara no fixar a sua indenização de guerra e as condições do seu remoto pagamento."

"Tejedor — diz Correia — julgou conveniente inserir em sua nota o que a primeira minuta ou projeto do protocolo n. 7 das conferências de Buenos Aires regista em seu nome no tocante a cláusula das fortificações paraguaias. Ora, essa minuta foi emendada por mútuo acordo; não se explica, pois, o fim com que a nota argentina a recorda e dá "incompleta publicidade a incidentes que foram eliminadas durante a negociação."

"Quer o governo argentino mostrar que o seu plenipotenciário foi oposto nessa negociação à cláusula de que se trata? Isto constava já do protocolo n. 7, assinado pelos três plenipotenciários. Pretender mais do que isso é tornar odiosa uma das disposições do pacto de aliança. E menos conveniente parece essa discussão, quando essa cláusula não está em questão. O governo imperial renunciou-a em sua negociação com o Paragui e nunca dissera que era condição *sine qua non*.

"Uma vez, porem, que a nota argentina se alonga nessas particularidades, de que não fizeram menção os protocolos assinados, e as apresenta sob uma cor desfavoravel ao Império, força é retificá-las e dar-lhes seu verdadeiro sentido e alcance."

“A cláusula relativa ao arrasamento das fortificações paraguaias, e que proibia o levantamento de outras que pudessem estorvar a livre navegação, era uma cláusula do protocolo anexo ao tratado de 1.º de maio, protocolo pelo qual também se regulou a divisão das despesas do inimigo.”

“Nunca, até as negociações definitivas de paz com o Paraguai, o governo argentino declarara aos seus aliados que esta cláusula lhe repugnava e que não a poderia cumprir, por carecer de aprovação do seu congresso. Pelo contrário, os generais argentinos mais de uma vez, durante a guerra, invocaram aquele protocolo anexo para a divisão das presas, e em virtude da mesma estipulação se completou o arrasamento das fortificações paraguaias.”

“A questão desta cláusula apareceu nas conferências de Buenos Aires. Então o sr. Tejedor não só combateu a cláusula como desnecessária e inconveniente, mas até declarou que o seu governo não poderia cumpri-la, porque o congresso em sessões secretas resolvera que esse ato carecia de sua aprovação, que não se verificou, ficando antes pendente no senado um projeto de outra câmara, que a recusava.”

“Era aqui o caso de dizer-se, como se exprime a nota argentina a respeito da estipulação de limites, boa ou má, a referida cláusula estava aceita e fazia parte integrante das estipulações da aliança, segundo a fé que devia merecer a troca das ratificações dos aliados, sem nenhuma reserva a esse respeito.”

“O plenipotenciário brasileiro sustentou que o governo argentino estava obrigado a respeitar a referida cláusula, e justificou o pensamento e o direito dos aliados em compreendê-la nas condições de paz do tratado de 1.º de maio.” Muitos exemplos históricos, e alguns recentes, justificariam essa exigência, e com isso não tiveram em mira os aliados deixar indefeso o Paraguai, mas tirar-lhe o perigoso incentivo que nessas fortificações do litoral encontraram seus ditadores para estorvar o trânsito fluvial, e provocar os Estados vizinhos até ao ponto da última guerra, que tanto sangue derramou.”

“Sustentando essa cláusula em nome do direito dos aliados, o plenipotenciário brasileiro a apresentava sob uma nova forma, acompanhada de tais garantias para o Paraguai, que era, não uma imposição, mas uma reciprocidade pelas seguranças que se ofereciam à República, e com as quais se arredaria toda prevenção de um pensamento latente e hostil.”

“Com efeito, por parte do Brasil era proposto ao mesmo tempo, que se reconhecessem a neutralidade da República do Paraguai em quaisquer conflitos entre os seus vizinhos, ou destes com alguma outra potência; obrigando-se, outrossim, os aliados a não recorrer à força contra o Paraguai em nenhuma emergência, antes de tentarem

os bons officios de alguma nação amiga. A essas garantias de paz e de segurança, acresciam a da independência e integridade da República."

"O Brasil, que assim se manifestara, poderia ter outro pensamento que não fosse o bem comum dos aliados e do Paraguai?"

"Mas a cláusula, reconhecida como válida e obrigatória por dois aliados, embora o oriental opinasse então pelo seu abandono, era declarada sem vigor e inaceitavel para a República Argentina, pelo órgão do seu plenipotenciário.

Uma tal exigência, antes mesmo de ser ouvido o Paraguai e quando por outro lado, na sua questão de limites, que era a grande dificuldade dos ajustes de paz, o governo argentino nada queria ceder, colocava os outros aliados em posição de nímia condescendência, se não desairosa."

"Hoje reconhece o governo argentino que o Brasil estaria em seu direito se desse então por caduco o tratado de aliança, por falta do implemento daquela cláusula."

Convem transcrever aquí esta declaração:

"Tem, pois, razão o sr. Ministro, quando em sua nota de 22 de março disse que não podia ser direito para o governo argentino o que era obrigação para os aliados; e o governo argentino de nenhuma maneira houvera estranhado que o brasileiro declarasse caduco por esse motivo o tratado de 1.º de maio."

"O governo argentino não estranharia que a aliança se rompesse por aquela cláusula, mas estranha que o Brasil, sem romper a aliança, sem ofender direito algum da República Argentina, vendo frustrados durante dois anos, todos os seus esforços para uma negociação em comum, tratasse separadamente com o Paraguai. O contraste destas duas soluções não escapará à refletida apreciação do próprio governo argentino."

Correia examina depois a afirmação de Tejedor de que a República Oriental apoiou a Argentina na opposição à cláusula anexa ao tratado.

O plenipotenciário oriental, diz ele, esteve quasi sempre de acordo com o brasileiro, nunca houve divergência entre eles nem sobre o acordo preliminar de paz, nem sobre o definitivo.

"O plenipotenciário oriental opinava que não se tornasse efetiva a cláusula nos ajustes de paz com o Paraguai, discorria assim sob o ponto de vista das conveniências, mas reconhecia que o seu governo a tinha aceitado e que se julgava obrigado a cumpri-la. O plenipotenciário argentino negava-se a cumpri-la em nome do seu governo.

Eis a diferença, e para cortar toda a contestação a este respeito, convem citar as palavras textuais do plenipotenciário oriental no protocolo n. 7 das conferências de Buenos Aires:

“O sr. Plenipotenciário oriental declarou que, por parte da República Oriental do Uruguai, o pacto de aliança foi em todas as suas estipulações aprovado pelo poder legislativo competente, como o foram os demais atos, que a situação excepcional do seu país obrigou o general Flores a praticar, na qualidade de governador provisório, durante a falta da assembléia geral.”

Nas conferências de Assunção, à vista das idéias enunciadas pelo plenipotenciário argentino, o mesmo sr. dr. Adolfo Rodrigues, representante do Estado Oriental, aderiu ainda mais à opinião do representante do Brasil. O protocolo n. 2 daquelas conferências o demonstra:

“O sr. Plenipotenciário oriental declarou que, por sua parte, concordaria com aquilo em que assentassem os seus colegas; mas tinha por conveniente observar que se pronunciava pela inserção da cláusula do protocolo anexo ao tratado da aliança, não só por ser obrigatória para o seu governo, como também por desejar ver adotado o princípio contrário ao sustentado pelo seu digno colega, representante da República Argentina. O próprio exemplo de Martin Garcia dava maior força à sua convicção”.

Logo é destituído de fundamento o que afirma Tejedor sobre este particular.

Ele diz ainda que os sucessos posteriores demonstraram que essa cláusula, embora houvesse sido o grande obstáculo para a negociação conjunta, deixara de o ser para a negociação separada. Parece, pois — acrescenta — que a verdadeira razão por que o Brasil não declarou caduco o tratado de aliança, estava na odiosidade da cláusula e somente nisso. Destarte o próprio Brasil justificou a atitude do congresso argentino.

Correia replica observando que, se o próprio governo argentino confessa que o tratado caducou, ao deixar de ser obrigatório para os dois outros aliados, desde que o terceiro se recusou a cumprir a cláusula do protocolo anexo, não se compreende como esse violador do tratado recrimine o seu aliado pelo fato de haver negociado separadamente com o Paraguai, “depois dessa e de outras ocorrências.”

O espírito de conciliação, em que se inspirou o governo brasileiro para não declarar caduco o tratado, é agora posto em dúvida, atribue-se essa sua resolução ao receio das odiosidades que a cláusula despertaria.

Correia lembra, citando o protocolo n. 7, que foi o representante brasileiro quem propôs se adiasse a cláusula anexa para ser decidida mais tarde com o governo paraguaio, juntamente com a questão de limites.

“O governo imperial tinha empenho em proceder de acordo com os seus aliados e conciliar todos os direitos e interesses; não declarou o tratado caduco na esperança de que as dificuldades se resolvessem afinal de modo satisfatório.”

Tejedor chama a atenção para o fato de o Brasil haver desistido da mencionada cláusula em seus ajustes definitivos com o Paraguai.

“A explicação — responde Correia — está evidentemente na diferença das circunstâncias e nos precedentes recordados, pelos quais se vê que o Brasil cederia também na negociação conjunta, se isto fosse necessário para facilitar o acordo comum, e o pudesse fazer decorosa e convenientemente.”

“O governo imperial entendia que a mencionada cláusula devia ser acompanhada da neutralidade do Paraguai e de outras garantias a esta República, que só podiam ser dadas pelos aliados coletivamente. Sendo o Brasil obrigado a tratar separadamente, essas condições desapareciam e não ficava mal à dignidade do Brasil conceder ao vencido o que antes se pretendia impor-lhe como exigência de um dos aliados, a despeito da obrigação que todos contrairam, e quando por sua parte o governo argentino nada queria ceder a bem do acordo comum com o Paraguai.”

Correia examina finalmente as últimas acusações da nota argentina.

Tejedor escreve:

“Vem ao caso mencionar aqui também a mesma desproporção das forças de ocupação e ainda de influência. Quando a República não deixava na Assunção mais do que uma guarda para a sua bandeira, o Brasil deixava um exército e uma esquadra. Quando a República não enviava seus ministros senão forçada pelo cumprimento de seus deveres de aliada, o Brasil fazia constantemente de Assunção a residência de seus principais homens de Estado e subvencionava uma imprensa favorável.

“A faculdade, pois, de ocupação e de influência que há exercido a República, em união com o Império, não pode comparar-se, nem durante esse tempo. A ocupação real, a influência efetiva tem sido toda do Brasil, que desatendeu até ao convite que a República lhe fez alguma vez, de desocupar totalmente o Paraguai, ainda antes dos tratados definitivos.”

Correia acha surpreendente que se lance em rosto ao Brasil a influência legítima, que porventura adquiriu no espírito do governo e do povo paraguaio, a qual só poderia derivar da boa fé do seu procedimento, do seu desinteresse e do auxílio moral e material que tem prestado àquele povo, para reerguer-se como nação soberana e independente.

“A desproporção entre as forças brasileira e argentina no Paraguai não datam da paz, ajunta Correia. Ainda os exércitos aliados não tinham passado de Humaitá, e já o da República era retirado em parte para acudir à sua ordem interna. Na última fase da guerra nunca o Brasil teve no Paraguai menos de vinte mil homens, além da sua esquadra, entretanto que as forças argentinas não passavam de cinco mil e deixaram de tomar parte na perseguição do inimigo pelos desertos de Curuguatí, Igatemi e Aquidaban, onde recebeu ele o golpe mortal.”

“Se o governo imperial nunca se queixou dessa desigualdade de sacrifícios, e antes procurou demonstrar praticamente que não pouparia esforços para conseguir que triunfasse a aliança, porque hoje é isso mesmo tão mal visto pelo seu aliado? Deveria o Império retirar apressadamente suas forças, quando seus direitos não estavam reconhecidos pelo Paraguai?”

“O governo argentino retirou, não se contesta, quasi todo o resto de suas forças do Paraguai, mas não as retirou no interesse da liberdade do Paraguai, que elas saberiam respeitar, e sim por conveniência própria. Quando assim procedia, o governo argentino deixava ali a força que lhe parecia bastante para assegurar o seu domínio sobre a Vila Ocidental, e depois de ver também segura a sua posse no território das Missões.”

“O Brasil não podia então imitar o seu aliado, porque as circunstâncias não eram idênticas, nem exercia sobre o Paraguai a mesma influência que o governo argentino poderia exercer naqueles territórios, de Corrientes e Buenos Aires.”

“Com tantas afinidades naturais para o povo paraguaio e em tão próxima vizinhança, a República Argentina estava em condições mais favoráveis para ganhar a influência que attribue ao Brasil e de que este não usaria em detrimento do seu aliado, nem para vistas ambiciosas, que nunca abrigou, do que é prova inequívoca seu procedimento anterior e posterior à guerra.”

“À capital do Paraguai enviou o governo argentino um illustrado representante para assistir à instalação do governo provisório e tratar com este.

Enviou depois o seu ministro das Relações Exteriores para os ajustes preliminares de paz, e conservou sempre, na dupla qualidade

de representante militar e diplomático, um distinto general. Se um de seus homens de Estado não se prestou a conservar-se no Paraguai durante a última fase da guerra, ou se o governo argentino não o julgou preciso, culpa não é do Brasil.

O governo imperial conservou ali durante esse tempo um ministro de elevada categoria, porque lhe importava muito evitar todas as complicações políticas que pudessem retardar a conclusão da guerra, cujo onus então quasi pesava exclusivamente sobre o Império, e porque ligava grande importância aos ajustes pacíficos e amigáveis com o governo provisório."

"Para não tornar mais desagradavel essa discussão, deixa-se de responder à temerária alegação da imprensa subvencionada pelo Brasil. Basta sobre este ponto observar que a imprensa argentina estava à pequena distância de Assunção e que não cessava de recomendar a influência de sua nacionalidade. Na própria capital do Paraguai publicava-se um periódico notoriamente redigido por um funcionário militar da legião argentina."

"O governo imperial nunca se lembrou de dar importância às injustas apreciações que algumas vezes apareciam nessas gazetas contra a política brasileira, e menos podia levantá-las à altura da responsabilidade do seu aliado."

E assim pôs o ministro brasileiro o ponto final na sua réplica à objurgatória apaixonada e arrogante de Tejedor.

Cotegipe encontrava-se na Baía quando teve conhecimento da nota argentina de 27 de abril, já tornada pública, e provocada pelo seu procedimento na Capital do Paraguai.

Achou que era indispensavel retificar-se sem demora alguns pontos capitais. Fê-lo por mais de uma carta ao ministro Correia, datada na Baía em 25 de junho de 1872, e divulgada pela imprensa.

E' documento interessante e fundamental, a que não posso deixar de referir-me. (64)

Começa Cotegipe mostrando serem infundadas as críticas de Tejedor à revisão prévia, na capital do Paraguai, do projeto do tratado definitivo de paz combinado em Buenos Aires. O objetivo dessa revisão era resolver *qualquer dúvida, incorreção ou omissão*. A ela se prestou o plenipotenciário argentino, não por deferência, mas porque isso lhe pareceu prudente e razoavel; tambem não foi ele o que menos se utilizou dessa faculdade.

Terminada a revisão, é certo — confessa Cotegipe — que propús: 1.º, fosse inserida no tratado definitivo a cláusula do protocolo anexo

(64) Tocarei nos pontos essenciaes, resumindo o pensamento do autor e por vezes me utilizando de suas próprias palavras.

ao tratado de aliança, pela qual se inibia ao Paraguai conservar ou levantar novas fortificações às margens dos rios; 2.º, se reservassem os aliados o direito de conservar parte de seus exércitos no Paraguai, para garantia da execução dos ajustes celebrados e manutenção da boa ordem.

Os aliados haviam adiado para as negociações de Assunção a sobredita cláusula e ela só poderia figurar no instrumento comum. O plenipotenciário argentino combateu-a, não por julgá-la importuna, sinão porque seu governo não a considerava obrigatória para si. E daí não se afastou. Na conferência de 4 de novembro chegou a afirmar que persistia em repelir a inserção da cláusula, *por mais inesperadas e contrárias que fossem a seus desejos as consequências a que o sr. Plenipotenciário brasileiro se julgou no caso de aludir na conferência anterior.*

As consequências a que aludí — diz Cotegipe — eram as resultantes do rompimento do tratado de aliança por falta de implemento *de uma de suas estipulações.* E que essas consequências seriam lógicas, prova-o Tejedor, quando escreve que *o governo argentino de nenhum modo haveria estranhado que o brasileiro tivesse declarado caduco por esse motivo o tratado de 1.º de maio.*

Se o governo imperial quizesse fugir aos seus compromissos, nenhuma razão se lhe antolhava mais favorável.

Ele poderia agora lançar sobre a Argentina as acusações de que está sendo vítima. Em vez disso, porem, ele Cotegipe preferiu adiar a questão, na esperança de encontrar meio capaz de evitar esse desenlace.

Em que, pois, a revisão dos protocolos e a tentativa de inclusão de duas novas estipulações no projeto de tratado poderia ter prejudicado às negociações?

Tejedor diz ter sido então que o plenipotenciário oriental e o brasileiro puseram em dúvida a solidariedade da aliança, interpretação contra que reclamou o representante argentino Quintana, e que isso forçou este último a retirar-se, cedendo à *sua própria inspiração e às instruções recebidas.*

Há erro de data da parte de S. Ex., responde Cotegipe. Nos protocolos das conferências de Buenos Aires (3, 4 e 6 de novembro), únicas em que se tratou de revisão, não existe vestígio de ter sido assentada semelhante questão. Só em conversa e de passagem, perguntou-nos o representante argentino — a mim e ao enviado oriental — como entendíamos a cláusula do acordo preliminar de paz que concedia ao Paraguai o direito de *discutir e propor modificações ao tratado de 1.º de maio.* Respondemos inferir-se da mesma que os aliados fariam concessões de território ao Paraguai.

O ministro oriental acrescentou que o presidente do Paraguai lhe havia dado essa interpretação, e estava resolvido a renunciar o poder se porventura a cláusula fosse omitida; deveríamos, pois, contar com dificuldades sérias e talvez invencíveis se nos cingíssemos à execução rigorosa das estipulações do tratado.

Não se agitou, pois, a questão da solidariedade da aliança. O longo intervalo de tempo decorrido de 6 a 30 de novembro, mostra que o rompimento das negociações teve outra causa que não essa.

“Logo que o Paraguai nomeou os seus representantes para a negociação connosco, explica em resumo Cotegipe, pediu-nos Quintana que demorássemos a abertura das negociações afim de lhe dar tempo para receber a sua correspondência e novas instruções. Acedemos, deixando sem resposta a nota do governo paraguaio. Como isso, todavia, se prolongasse, fizemô-lo sentir a Quintana, mostrando que devíamos uma resposta ao governo paraguaio, embora dilatória. Para decidir o caso, reunimo-nos a 18 de novembro, e concordamos nos termos de uma resposta com esse carater. O plenipotenciário oriental declarou que, estando assentadas as bases do tratado definitivo — único que interessava à República do Uruguai — e não podendo por motivo de saúde permanecer em Assunção, iria retirar-se, mas voltaria a tempo de assinar o referido tratado. Foi então que Quintana levantou a questão da solidariedade dos aliados no tocante a limites. Discutimô-la com franqueza e cordialidade. Quintana não pôde deixar de reconhecer que os atos anteriores da aliança nos davam razão, mas declarou que seu governo *mudara* de idéia e tinha o direito de voltar à execução do tratado, desde que se permitia ao Paraguai apresentar e discutir os seus títulos. Confesso não ter prestado a essa conversação a importância merecida e só lhe haver percebido o alcance quando Quintana nos convidou para uma conferência formal, em que o assunto fosse discutido e resolvido. O protocolo de 30 de novembro expõe os argumentos apresentados. Sua leitura prova que a negociação poderia prosseguir sem o mínimo inconveniente, com a reserva apenas do direito, que Quintana pensava assistir-lhe, de exigir a *garantia prévia* dos limites. O próprio Tejedor dignou-se a dizer-me que, diante das minhas declarações finais, não duvidaria em prosseguir na negociação.”

Quanto a Quintana haver procedido de acordo com instruções de seu governo, levanta Cotegipe dúvidas fundadas. Não havia tempo de recebê-las e depois ele próprio deu-lhe a entender que não as possuía. Assim é que, quando nos reunimos a 4 de dezembro — diz Cotegipe — para combinar a redação do protocolo de 30 de novembro, eu e o dr. Rodriguez, prevalecendo-nos da intimidade com Quintana, insistimos com ele para que abrisse as negociações com o

Paraguai, sem prejuízo de suas opiniões, e lhe mostramos os graves inconvenientes de uma negociação separada. S. Ex. respondeu-nos comovido que lamentava não poder assentir aos nossos desejos e que sua convicção era tão profunda, que, se seu governo *divergisse do seu modo de ver neste ponto de vista, retirar-se-ia de Assunção e advogaria no Senado o rompimento da aliança*. A responsabilidade do governo argentino se afigurou a Cotegipe uma responsabilidade póstuma.

O nosso plenipotenciário conta a grande paciência de que precisou revestir-se no período de 3 de novembro a 15 de dezembro de 1871. Conhecia o assunto em vista das funções de ministro de Estrangeiros, que exerceu interinamente de fevereiro de 1869 a julho de 1871; sabia, portanto, da sua complexidade. Previra o caso de não se poder chegar a acordo, embora com ânimo de não poupar esforços para que ele se realizasse. Fez desta decisão a norma do seu parecer.

De passagem em Buenos Aires abriu-se com Tejedor. Propôs-lhe porem-se de harmonia sobre o que deveriam exigir do Paraguai, para não revelar divergências diante dele. Chegou a lembrar meios coercitivos contra o inimigo vencido, se fosse recalcitrante. Aludia às questões adiadas para Assunção. Tejedor evitou entrar em explicações íntimas. Pareceu-lhe, nada obstante, que o governo argentino estava disposto a fazer concessões ao adversário, mas desejava fossem espontâneas de sua parte. Essa falta de confiança, impôs-lhe mais reserva e prudente cautela. E assim continuaria, em Assunção, se a sua intimidade com Quintana não o houvesse autorizado a quebrar o propósito e a ser mais expansivo.

Um dos meus maiores receios — confessa Cotegipe — era que o governo paraguaio — não querendo, ou não podendo, afrontar o espírito de patriotismo do povo, exaltado até ao fanatismo — abandonasse o poder, deixando a nação acéfala entregue aos aliados. Esse receio, não sem fundamento, fazia com que eu afrontasse o outro de parecer esposar a causa do vencido contra a aliança.

“Não duvido — ajunta — que o espetáculo da miséria de um povo heróico, com quem a Providência foi pródiga de dons materiais, e a educação mesquinha fosse parte para que eu abafasse o rancor da luta e lhe dedicasse profunda simpatia. Não me defendo desse sentimento; mas afirmo que ele não teve influência no que insinuei como merecendo nossa aprovação e eficaz cooperação.”

Mostrou a Quintana as vantagens de limitar a Argentina as suas pretensões no Chaco. Quando ele resolveu abandonar Assunção, foi ainda mais explícito; disse que, se a Argentina se contentasse com as Missões e a linha do Pilcomaio, o Brasil também recuaria a

sua fronteira, e ele Cotequipe, não só não concluiria tratado com o Paraguai, como faria causa comum com o seu aliado e destarte ficaria suprimida a divergência. Com essa solução conciliatória nem de leve sofreriam a dignidade e os interesses da Argentina. Cumpre salientar que Mitre, o mais exaltado dos acusadores do tratado, confirma este conceito, pois declarou em um discurso no Senado argentino: “A bandeira argentina foi arvorada nas *margens do Pilcomaio* e domina em todo o alto Paraná, sem que o Paraguai nos conteste os nossos limites por esse lado. A única questão pendente é a do território do Chaco, que, é de esperar, seja convenientemente regulada, *desde que não é uma ameaça à nossa segurança, nem compromete o nosso decoro como nação independente e soberana*. Quintana não repeliu estas idéias, mas receando que o Paraguai não as aceitasse, (cria-o de má fé e de pretensões exageradas) pô-las de lado e eu — diz Cotequipe — calei-me pesaroso.

Alguns verão nesse procedimento a intenção deliberada de desfazer a aliança. Quintana é tido no Prata e entre nós como nosso inimigo e da aliança, e adversário implacável do Brasil. Cotequipe, porém, declara nunca haver percebido esses sentimentos, mas acha possível que as suas opiniões anteriores sobre essa mesma aliança, e uma certa preocupação de sua culminante posição política, não lhe deixassem toda a liberdade de ação.

Que teria feito Tejedor — pergunta Cotequipe — se estivesse em meu lugar? Sem dúvida teria tratado separadamente, sem ofender os direitos e interesses do aliado. Foi o que eu fiz.

Acha que a aliança não é, nem nunca poderá ser uma cadeia de forçado, que prenda uma Nação aos caprichos ou vistas futuras de outra, fazendo que ela renuncie à sua própria soberania, e isso ainda quando se admitisse serem tão claras e evidentes as disposições do tratado no art. 8.º e seguintes, como as dos arts. de 1.º a 7.º

“A situação a que nos quer impelir o governo argentino é por demais singular, exclama Cotequipe.”

“Fizemos a paz, não com o inimigo armado, mas com o governo reconhecido amigo *por acordo comum dos aliados*. Nem levemente ofendemos seus interesses: reconhecemos subsistentes os deveres da Aliança e estamos dispostos a prestar a garantia estipulada, logo que o governo argentino trate com o Paraguai. Entretanto, levantam contra nós o que os franceses denominam *querelle d'allemand*, ofendem nossos brios, ameaçam nossas instituições e previnem-se para uma agressão armada!”

“Com que fim se perturba a nossa tranquilidade, interrompendo-se o nosso progresso pacífico e obriga-se-nos a transformar em in-

trumento de guerra o ferro de que necessitamos para lavrar a terra e animar as indústrias?"

"Vencedora ou vencida, teria a República de talar ou ver talados campos, incendiadas cidades, expostas à fúria da soldadesca crianças e mulheres inofensivas, e sangue derramado em jorro. Tudo porque e para que? Para satisfação de vaidades ofendidas..."

"O sangue e o suor dos povos merecem tão pouco daqueles que fazem praça de sentimentos humanitários?"

Não serão preferíveis as glórias alcançadas nos campos da inteligência e do trabalho?"

"Se, a despeito da nossa longanimidade e moderação, nos virmos constrangidos a repelir pela força ofensas à nossa soberania e dignidade, não perderemos da memória a recordação que ora se nos desperta das glórias de *Ituzáingo*, já que o sangue brasileiro derramado em *Caseros*, pela libertação do nosso aliado, e nos campos do Paraguai, não basta para lavar a *mancha* de uma batalha perdida ou de êxito duvidoso".

Avisei — diz Cotegipe — que ia tratar separadamente e fiz consignar isso no protocolo de 30 de novembro. O governo argentino soube-o oficialmente e só a 15 de fevereiro formula reclamação.

Tejedor reputou *milagre* a mudança em favor do Brasil da opinião paraguaia, a ponto de nada opor aos limites combinados. Mas o Brasil apenas exigia, como disse Mitre, *uma simples retificação de fronteiras*, ao passo que a Argentina visava a aquisição de uma Província (Missões) e um terreno de 686 milhas de extensão na margem ocidental do rio Paraguai. Milagre maior seria aceitarem os paraguaios, sem soltar um gemido, esse prejuízo extraordinário.

Pode-se acaso — pergunta Cotegipe — comparar um *átomo* a um *mundo*?

Quisera, por minha vez, que Tejedor explicasse por que singular *fenômeno* o Brasil logrou resolver as suas dificuldades, sem recurso à força material, não com algumas das Repúblicas vizinhas, mas com a Bolívia, Perú, Venezuela e Estado Oriental, restando apenas o Equador, Nova Granada e o nosso Aliado para que essas questões, legadas pelas metrópoles, fiquem de todo e para sempre ajustadas. Conseguimos isso, expondo e discutindo o nosso direito, tendo moderação paciente e fazendo concessões generosas.

Pactuamos com a nossa aliada em tratado de limites (14 de janeiro de 1857), que foi aprovado pelo Congresso, mas cujas ratificações deixaram de ser trocadas, afim de que fôssemos *punidos de não haver querido pronunciar-nos contra a Província de Buenos Aires, então em luta com o Uruguai*.

Esse tratado dorme nas pastas do governo argentino, quem sabe se para sublevar ódios?

Ao espírito de *ambição e invasão* do Brasil opõe Tejedor a longanimidade da Argentina, que se *deixou mutilar e sofreu usurpações evidentes para evitar conflitos*.

Nenhum documento prova esse asserto, a menos que não se queira aludir ao fracionamento do antigo vice-reinado de Buenos Aires em Estados independentes. Ao contrário disso, a Argentina procurou sempre e ainda procura, com paciência e tenacidade, reivindicar os territórios a que pensa ter direito. É assim que, em 1811, invadiu com esse intuito o Paraguai e, apesar do tratado de 12 de outubro deste ano, em cujo artigo 4.º se mandava que o território das Missões ficasse com o Paraguai, ela reivindicou-o pelo tratado de aliança e, escudada no direito da vitória, ocupa, não só esse território, como toda a margem do rio Paraguai, do lado do Chaco, até a Baía Negra. É assim que não desistiu de suas pretensões a três Províncias da Bolívia, conforme se vê num artigo da *Nación*, de 31 de outubro de 1871. É assim que mantém litígio com o Chile sobre a Patagônia. É assim que ocupou e armou a ilha de Martín García, sita junto à margem do Estado Oriental. Esses são os fatos. Quanto às intenções, basta dizer que um dos homens de Estado mais ponderados e notáveis da República as revelou, dizendo, em momento de expansão patriótica, que esperava não morrer sem antes ter visto o vice-reinado do Prata reconstituído num só Estado.

“Intenções e fatos recebem uma claridade sinistra das posições estratégicas que a República ocupa, ou procura ocupar, mais adaptadas à agressão do que à defesa. Martín García tranca as portas do Uruguai e do Guazú, domina com os seus fogos o Estado Oriental; Cerrito trancará o Alto Paraná — a foz do Paraguai; Vila Occidental, distante 868 milhas de Buenos Aires, é um quartel de tropas e não uma colônia civil; o estreito de Magalhães será um novo Gibraltar ou um mais extenso Dardanelos para as Repúblicas do Pacífico.”

“Por entre as cerrações do Prata descobrem-se os raios de luz em que teem fitos os olhos seus argonautas políticos.”

“Admiro-os — exclama Cotegipe — mas, por Deus, peço-lhes que não nos tomem por cegos ou ignorantes...”

Examina, a seguir, a questão da dívida do Paraguai. São também infundadas as acusações de Tejedor a esse respeito. O Brasil não se constituiu em único credor do vencido. Dei a S. Ex. uma cópia dos protocolos de 4, 5 e 7 de janeiro deste ano, em que S. Ex. terá lido o seguinte: Na celebração da convenção especial de que fala o art. 4.º (relativo às indenizações de guerra), é a ocasião asada

de a República alegar, e o Brasil avaliar as *circunstâncias financeiras e os compromissos a que ficará sujeita para com os outros aliados. E é por isso que não foi fixada desde já a soma das referidas indenizações.*” Onde o carater *exclusivo* da dívida contrário ao interesse dos outros aliados? Como falar de percepção de uma dívida, cujo montante é ainda ilíquido?

Poderia imitar Tejedor e dizer que não é nem *leal*, nem *nobre* concluir que o Brasil impõe ao Paraguai o reconhecimento de uma *dívida imensa*, que, *durante séculos*, o trará preso à *gleba* e o *impedirá de respirar livremente até cair prostrado aos pés de qualquer vizinho prepotente e ambicioso*. Não fará, porem, isso. “A invectiva não atinge o Brasil, que facilitou ao Paraguai a negociação de um empréstimo avultado, cedeu-lhe a crédito todo o material rodante para a exploração da sua estrada de ferro, restituiu-lhe toda a prata e jóias tomadas nos campos de batalha, abandonou para as necessidades administrativas a parte que lhe tocou na divisão das presas de guerra, cedeu armas e munições para sua segurança interna, nada exige daquilo que podia ser seu direito de vencedor, garante a paz de que tanto precisa a República, respeita as autoridades e trata a todos como irmãos. Não, o povo que assim procede não pode ser o *prepotente e ambicioso* a que alude o digno ministro argentino.

“A ingenuidade com que ele procura convencer-nos de que o *Chaco deserto*, que o Paraguai nunca poderia colonizar, é nada em comparação da *imensa dívida proveniente da guerra*, traz à lembrança a tática de certos mercadores, que depreciam o objeto que almejam adquirir. Infelizmente os paraguaiois não pensam assim; antes, resistentes, acreditam que o Chaco é para eles questão de segurança interna e externa, de independência, enfim questão de vida e de morte. Alegam, a exemplo de Pedro, o Grande, talvez com mais razão, que o sono das belas filhas de Assunção não deve ser perturbado pelo estampido do canhão argentino; que, em caso de guerra, sua capital poderia ser destruída em poucas horas, mas que a ocupação por forças argentinas da Vila Ocidental (que eles não podem colonizar a 15 milhas de distância!) é um padraço a todo o Paraguai, especialmente à sede do Governo; que suas rendas são defraudadas pelo contrabando; que os criminosos e conspiradores ali acham asilo e dali podem ameaçar constantemente a segurança do Estado; que de uma dívida se podem libertar, não assim da espada de Dâmocles, sempre coruscante sobre suas cabeças.”

Cotegipe acha desnecessário responder à crítica contra a garantia temporária da independência do Paraguai, prevista no tratado de aliança e reproduzida no de paz. Nenhum perigo encerra, nem há princípio de direito que se lhe oponha.

Quanto à ocupação militar, entende Tejedor que é um *protetorado ignominioso, um desprezo flagrante aos direitos da soberania e independência, uma causa permanente de desconfiança e de ódios, que, a despeito de todos, tarde ou cedo terminaria pela guerra*. Admite que, para justificá-la, se invoquem os tratados concluídos, mas não a necessidade de garantir a ordem interna. O apoio depois da paz seria e é a *abdicação da nacionalidade, é o protetorado primeiro e, depois, a absorção*.

Tudo isso é lindo e calculado para produzir efeito — diz Cotegipe — mas não tem aplicação ao caso. Em rigor, esses princípios são aceitáveis e aceitos, mas sofrem exceções. A nação que solicitasse ou a que se impusesse, em circunstâncias normais, o auxílio estrangeiro para conservar a ordem, mereceria a sentença condenatória do sr. Tejedor. Aquí, porém, o caso é diferente. A ocupação militar do Paraguai é um fato; a proteção aos poderes constituídos e à ordem pública real e efetiva. A estipulação censurada nada, pois, invocou. O que seria preciso verificar é se se tornava ou não necessária. Sem esse apoio moral e material dos aliados, a República teria passado por mais de uma convulsão. Ele facilita a transformação do governo, há pouco despótico, em governo livre.

Encontra-se disposição análoga no tratado de aliança do Brasil com o Uruguai (12 de outubro de 1851). Por ela obrigou-se o Brasil a apoiar o governo constitucional da República contra qualquer *movimento armado*, fosse qual fosse o pretexto dos sublevados. Fez-se isso em 1853, a pedido dos orientais. Nossa força de ocupação retirou-se logo que o governo da República o desejou, sem que exigissemos satisfação prévia das despesas que havíamos feito e que, até agora, não foram pagas. Nenhum vizinho protestou contra isso. A Argentina contraiu o mesmo compromisso pelo artigo 20 do tratado de 29 de maio de 1851. Não há, portanto, motivos de receio com relação ao Paraguai...

Cotegipe aborda, afinal, a parte referente às suas conversas com Tejedor, quando de volta ao Paraguai. Depois de reproduzir o que ele escreveu e o que escreveu o ministro argentino (textos ambos já conhecidos do leitor), diz ser possível que alguém deduza do último trecho da nota argentina que ele prometeu, direta ou indiretamente, que os tratados não seriam ratificados senão depois da negociação de Assunção ou de certa demora.

Quando Tejedor, acrescenta o nosso compatriota, depois de explicações mútuas, se mostrou disposto a acreditar não ter sido intenção minha romper a aliança, e me convidou para procurarmos um meio conciliatório, preveni-o logo: 1.º, de que, se tal meio tivesse por base a não ratificação dos tratados, o meu governo não o acei-

taria; 2.º, de que eu não tinha poderes para qualquer acordo, mas que, se me parecesse honroso, advogaria calmamente a sua adoção.

Tejedor respondeu que contava com a ratificação dos tratados e, pois, qualquer meio proposto, os não prejudicaria. Foi, então, que conviemos o que acima fica exposto, que me pareceu e me parece honroso e aceitável.

Ignorando os termos do protesto dirigido pelo governo argentino ao do Brasil e não podendo, por conseguinte, prever os da resposta, declarei a Tejedor que, se antes de minha chegada ao Rio, houvesse sido expedida alguma resposta contrária, eu recomendaria ao ministro brasileiro em Buenos Aires que a demorasse em seu poder.

Isso, que não passava da mais trivial prevenção, é por S. Ex. elevado ao grau de *entusiasmo*. Seja; não me ofendi com a ironia, que me dá a conhecer por entusiasta da paz. (65)

"Feita esta retificação, em curto comentário, e postas em face uma da outra as duas declarações, e que, no seu fundo, se acham conformes, sinto dolorosa surpresa, vendo que negócio de tão facil conclusão vá sendo complicado por discussões azedas, produto de lastimavel equivocação. Não obstante a celebração dos tratados em separado, o governo argentino declara que recusa e recusará *até onde for possível dar por concluida uma aliança, cujo prestígio tanto custou a manter-se, mesmo no meio das glórias e perigos comuns*. O governo brasileiro, respondendo ao protesto contra os referidos tratados, declara *que não considera quebrada a aliança pela celebração deles e está pronto a entender-se com os aliados sobre o modo prático de serem observadas as suas estipulações*. O que pode, pois, entravar um acordo entre os dois países? O receio de parecer fraco, o cortejo à popularidade, o orgulho de uma e outra parte."

Termina, fazendo votos pela paz e concórdia final.

Apesar de sua nota agressiva ao Brasil, Sarmiento, sem dúvida, não desejava que o seu desabafo ocasionasse nova guerra, para a qual a República Argentina, naquele momento, não se encontrava devidamente aparelhada. Daí o seu desejo de concórdia, a despeito das máguas que o lance havia formado. (66) Conhecia, além disso,

(65) O leitor já sabe, pela nota de Correia, qual a razão por que o Governo brasileiro não sancionou essa promessa de Cotegipe, promessa, aliás, que ele fez, confessando não estar autorizado para tratar com Tejedor acerca do assunto.

(66) Tejedor dizia ao Congresso argentino, em seu relatório daquele ano: "Com a nota de 27 de abril, não dirigiu o Governo um *ultimatum*. Tinha,

a indole dos estadistas brasileiros, pacíficos por temperamento, embora ciosos de honra e da dignidade do Brasil. Nenhum deles pensaria em cometer a loucura de envolver o país em novo conflito armado, antes de qualquer apelo a outros meios de aplinar as dificuldades. Ademais disso as conversas de Cotegipe com Tejedor haviam demonstrado, com toda a evidência, que o Brasil, embora houvesse tratado separadamente, não se eximia aos seus compromissos anteriores, desejava a continuação da aliança e declarava-se pronto a auxiliar a celebração das pazes entre a sua aliada e o Paraguai.

Nas combinações verbais de Buenos Aires havia-se cogitado da ida de um representante da Argentina ao Brasil, para restabelecer a harmonia e reatar as negociações. (67)

Sarmiento decidiu-se por esta solução. A quem deveria confiar tão espinhosa tarefa? Lembrou-se novamente de Mitre. Não o consultou, diz Leon Suarez, mas exigiu, em nome do patriotismo, que se

pois, aberta a porta da negociação e era de seu dever, antes de cerrá-la, esgotar todos os recursos compatíveis com a dignidade e os direitos da Nação". (Leon Suarez — *Diplomacia Universitária Americana*.)

(67) Ramon Cárcano dá à publicidade uma carta de Cotegipe, escrita da Baía a Tejedor, em 11 de maio de 1872. Diz que se guardava inédita no Museu Mitre. Ei-la: "Meu colega o senhor conselheiro Magalhães diz-me que V. Ex. estranha a falta de carta minha após o meu regresso ao Brasil, conforme a promessa que lhe fiz. Tem V. Ex. razão e peço desculpa dessa falta, para que há alguma atenuante, senão justificação. Poucos dias me demorei na Corte e durante eles foi-me impossível ter mais de duas entrevistas com os ministros; pois estavam fora da cidade, para lhes dar conta do que se passou entre mim e V. Ex. Ficaram de acordo no essencial, isto é, em não considerar rota a aliança e cumprir-lhe as cláusulas, desde que o governo argentino se entenda com o do Paraguai; também respondem ao protesto argentino anterior à ratificação dos tratados. Retirei-me para esta província (Baía) sem conhecer os termos da resposta. Porem sei que está no fundo de acordo com o desejo de V. Ex. e com o meu. Se a forma não estiver no mesmo caso. V. Ex. compreende que não é isto motivo para não findarmos uma questão que vai tomando o carater de capricho e complicando inutilmente as nossas boas relações. Se não mediou maior tempo entre a resposta e a ratificação, foi por conveniências de política interna, visto que a opposição faria da demora arma de guerra contra o gabinete, que muito perderia em força moral. Deixou de ser ajustada com o ministro paraguaio a convenção militar, que tanta impressão causou a V. Ex., ficando as coisas no *statu quo*. A imprensa, aí em Buenos Aires, continua em suas apreciações injustas, reprovando até as disposições que foram acordadas entre os aliados. Aquí discutimos o menos possível, afim de evitar que a questão se complique. Permita-me V. Ex. dizer-lhe que uma pronta negociação com o Paraguai e a presença de um agente diplomático no Rio, me parecem de grande vantagem. Este estado de incerteza, mantendo agitado e preocupado o espírito público, tira a esses governos a calma necessária para cuidarem dos melhoramentos internos."

Esta carta foi publicada em espanhol, no trabalho de Cárcano, denominado *Misión Mitre en el Brasil*.

pusesse a caminho do Rio de Janeiro. Era, comenta o mesmo autor, o ingrato Justiniano, apelando de novo para Belisário.

Cárcano prova, todavia, que Mitre foi consultado por Tejedor. Transcreve uma carta daquele a este, em que se lê:

“Medito séria e patrioticamente sobre a sua proposição de hoje, e minha resolução será em definitivo, subordinando minhas convicções e até minhas idéias, à conveniência superior do interesse geral, se me convencer de que minha aceitação é um meio (embora duvidoso, se não há outro melhor) de prevenir males e de tornar possível obter algum bem.” (Cárcano, pág. 61.)

CAPÍTULO III

Mitre é nomeado para ir à Corte — Instruções que lhe foram dadas pelo seu governo — Parte de Buenos Aires — Conversa em Montevideu com o presidente do Uruguai e o seu ministro das Relações Exteriores — Chegando ao Rio de Janeiro, toma logo contato com Francisco Manoel Correia, ministro de Estrangeiros do Brasil — Conversações havidas entre os dois — Debatem a questão preliminar “de forma” da nota argentina — Mitre é recebido pelo Imperador — Continuam as conversações entre o enviado argentino e Correia — Mitre pede uma audiência do Visconde do Rio Branco — Trocam idéias — Combinam uma solução da dificuldade, isto é, da “questão de forma” — Projetos de notas conciliatórias — A nota argentina e a brasileira — Solução final da questão de forma mediante a troca das referidas notas.

A 4 de junho de 1872, foi Bartolomeu Mitre nomeado ministro plenipotenciário da Argentina, em missão especial no Rio de Janeiro.

Como era natural, deu-lhe o governo as instruções que lhe deveriam servir de guia.

Rezavam as mesmas: (68)

“Ameaçada a aliança de rompimento pela negociação do Brasil com o Paraguai, acha-se a República desprevenida para esta grave emergência.”

“Em sua nota de 27 de abril, pronunciou o governo argentino a sua última palavra, provocada pela atitude do governo brasileiro que, em Assunção se ligara ao vencido, e acusava o seu antigo aliado, ante os governos estrangeiros, de manter projetos ambiciosos, porem não lhe dirigiu nenhum *ultimatum*.”

“Com esse espírito, pois, de recíproca deferência, é possível estabelecer a boa inteligência entre ambos os governos sobre as bases trocadas com o barão de Cotegipe, e que foram estas:

1.º Reconhecimento explícito, por parte do governo brasileiro, da vigência do tratado de 1.º de maio, em todas as suas estipulações, tanto na guerra, como na paz.

2.º Negociação separada da República Argentina com o Paraguai, respeitando-se o referido tratado.

3.º Desocupação pelas forças aliadas do território paraguaio três meses depois dos tratados definitivos, segundo foi convencionado nas conferências de Buenos Aires.

4.º Reconhecimento, por parte da República, dos tratados de Cotegipe, no que não estiverem em oposição com as bases anteriores.”

“Encerram ainda as referidas Instruções outras bases de transação, inclusive a retirada das últimas notas, sempre que isso fosse ato recíproco.”

“Recomenda a desocupação da ilha do Atajo.”

“Com as bases e propósitos das sobreditas instruções, confere-se a Mitre a mais ampla liberdade de ação para dirigir a negociação e, até, para deixar de iniciá-la, se assim lho aconselhassem as circunstâncias em que se visse quando chegasse ao Rio de Janeiro; por seu lado, estava certo o governo de que entregava a execução de tudo a um diplomata circunspecto e habil.”

Mitre saiu de Buenos Aires a 29 de junho (1872). Deteve-se em Montevideu, onde conversou com o Presidente do Uruguai, dr. Gomensoro, e seu ministro de Relações Exteriores, dr. Velazco. Diz Cárcano que obteve a promessa de que o Uruguai não trataria separadamente com o Paraguai, a despeito das insinuações que, neste sentido, lhe haviam sido feitas pelo ministro brasileiro Gondim.

Leon Suarez vai, porem, mais longe. “Tão grave era a situação, que, de passagem por Montevideu, tratou Mitre com o Governo de Gomensoro e com seu ministro das relações exteriores, Ernesto Velazco, da intervenção amistosa do Estado Oriental e de sua neutralidade num caso de guerra entre a Argentina e o Brasil.” (69)

A 6 de julho, chegava Mitre ao Rio de Janeiro. Trazia, como secretário, o dr. José M. Cantilo.

Desembarcou e foi hospedar-se no Hotel dos Estrangeiros. Ninguem o procurou a bordo, para lhe dar as boas vindas; não apareceu nenhum representante do governo imperial. Mitre ressentiu-

se com essa frieza. No pé em que se encontravam as relações entre os dois países, parece natural houvesse certo retraimento dos brasileiros; sem embargo, não se justifica que o governo imperial deixasse de mandar cumprimentá-lo, quando ainda a bordo ou no momento do desembarque.

Procurou logo Mitre tomar contacto com o conselheiro Manuel Francisco Correia, então Ministro do Exterior. Avistou-se com ele no dia 9. A primeira conferência foi extremamente cordial. Explicou o plenipotenciário argentino o fim da sua missão. Salientou que a circunstância de ter sido ele, propugnador da aliança, o escolhido para vir ao Brasil em missão de paz e amizade, era atestado palpitante de que a política que preconizava, achava apoio no governo e na opinião de seu país. Disse que, se o Brasil visse alguma ofensa na última nota argentina, estava autorizado a declarar não ter sido intenção do seu governo ofender o povo ou o governo brasileiro. Assim como Correia lhe afirmara que a referência a Caseros só visara enobrecer a nossa aliança, a da nota argentina a Ituzáingo só tivera por objetivo mostrar que a recordação de lutas herdadas da metrópole não podia impedir a celebração de aliança e atos generosos, que a Argentina jamais olvidará.

Correia ponderou ser necessário, antes de tudo, responder às últimas notas, ao que Mitre replicou que a resposta seria no sentido de dar *por finda a discussão de governo a governo, e de passarem os negócios para o representante da Argentina no Brasil*. Mas era preciso, ajuntou Correia, que a sobredita resposta atenuasse a impressão desagradável causada pela correspondência anterior. A referência a Ituzáingo *havia ofendido a suscetibilidade popular*. (70)

Desse primeiro contacto ressaltam claramente os pontos de vista divergentes dos dois. Mitre quer limitar-se a explicações ou desculpas verbais, Correia deseja sejam dadas em nota escrita.

No dia 12 fez Mitre uma visita particular ao visconde do Rio Branco, então presidente do conselho.

Trocaram idéias. Rio Branco frisou a necessidade de resposta, por parte do governo argentino, à última nota brasileira, *para restabelecer de todo a harmonia*, bem como da participação da Bolívia e do Uruguai nas negociações em curso. Mitre apresentou argumentos em sentido contrário.

(70) Valho-me, sobretudo, do que Correia escreveu e publicou na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1897, tomo LX, parte I). Encontram-se aí vários ofícios de Mitre a Tejedor.

A 13 de julho foi ele recebido oficialmente pelo Imperador, em audiência pública. No dia seguinte esteve em casa do ministro Correia. Versaram as mesmas questões. Mitre achava que se devia esperar a resposta de Tejedor à última nota brasileira, a qual, como ele prevenira a Correia, na primeira conferência, seria no sentido de ficar a questão a cargo do plenipotenciário argentino na Corte. Correia frisou a conveniência de *ser atenuada a parte* da nota de 27 de abril, *que se podia ter por ofensiva*. Mitre reiterou estar autorizado a fazer-lo do modo por que havia comunicado anteriormente, mas que, *agora, depois da resposta, a atenção devia ser recíproca, pois que o governo imperial também dera motivo de queixa ao argentino*. Correia obtemperou que a resposta ficou muito aquém da nota argentina e que *uma coisa é responder e outra provocar*. Não existe ofensa na circular expedida pelo governo do Brasil. Este fora apontado **como tendo violado o tratado de aliança**, e era acusado, perante as nações, *de procedimento menos digno*. Cabia-lhe defender-se. As coisas deviam ser postas em seus verdadeiros termos; ao lado da acusação colocar a defesa. Mitre achou que se devia entrar no caminho das soluções práticas. Para tal fim, opinou Correia ser conveniente esperar as respostas do Governo argentino. Mitre concordou. Relatando essa conversação, em seu ofício a Tejedor, de 17 de julho, refere o mesmo Mitre que, tendo-se convencido de ser desejo do Brasil obter que na resposta argentina “se desse uma espécie de satisfação ao incidente da nota, repeliu a idéia vigorosamente”.

A 27 de julho, Correia visitou duas vezes a Mitre, que estivera doente e já havia recebido a nota argentina, de 15 de julho — em resposta às notas brasileiras de 20 e 27 de junho — da qual Tejedor lhe remetera cópia. Às mãos de Correia a referida nota só chegara depois da primeira visita ao embaixador argentino. Como era natural, o ministro brasileiro fez sentir que a resposta de Tejedor não resolvia o problema. Interpelado por Mitre sobre qual o teor da frase que a Argentina devia empregar para afastar a mágua do Império, esquivou-se Correia a precisá-la, para não parecer que havia exigiência de sua parte; parecia-lhe, porém, que se devia dizer *mais ou menos* o que Mitre teria dito no caso de a nota argentina não haver sido respondida quando ele chegou; que o governo argentino (para não falar de nação a nação) sentia ou deplorava a situação criada pelas notas e a impressão manifestada pelo governo do Brasil, não tendo havido de sua parte a intenção de ofensa, inimizade ou coisa semelhante, enfim alguma coisa que salvasse a dificuldade de forma, que considerava séria, mesmo antes de consultar os seus colegas, e que desejava pudesse ser regulada amigável e confidencialmente, sem dar à nota andamento oficial. Mitre achou que Correia tinha alguma

razão; a resposta argentina ainda não era pública: sabia-se de sua existência, mas não de seus termos; ele, Mitre, também não a publicaria. Prometeu escrever, no dia seguinte, a seu governo, relatando as conversações havidas. A nota de seu país parecia-lhe satisfatória, quando dizia que a *questão podia ter solução em um ajuste amigavel*. Correia replicou que só se poderia enfrentar a questão principal depois de terminada satisfatoriamente a questão de governo a governo. Mitre alvitrou, para ganhar tempo e adiantar trabalho, que a resposta argentina fosse considerada como nova credencial *ad hoc* para ele dar as explicações desejadas, *que não julgava contrariar à dignidade da República*. Correia não estava de acordo com isso; Mitre pediu-lhe que submetesse o caso à apreciação do ministério, para que o governo brasileiro sobre ele deliberasse. Correia aquiesceu.

A 31 de julho convidou Mitre para nova conferência. Participou-lhe então, confidencialmente, que seus colegas do ministério se haviam mostrado de acordo com ele Correia. *Não se desconhecia de forma alguma a alta representação do ministro argentino*, ao revés disso; mas o governo brasileiro achava que a discussão de governo a governo *devia terminar digna e amigavelmente com algumas explicações e palavras cordiais*, vindas diretamente do governo argentino.

Em nota de 31 de julho, expôs Mitre a situação a seu governo. Julga-o livre para deliberar como entendesse. *Acha não haver inconveniente em ceder ao desejo amigavel do governo do Brasil*. Pede novas instruções.

Até 25 de agosto, Correia não mais o reviu. Resolveu, por isso, falar-lhe. Fê-lo a 26, na sua secretaria. Patenteou-lhe o desejo, após um mês de espera, de saber o andamento da questão. Mitre reafirmou as suas idéias com respeito à questão preliminar *de forma*. O governo argentino, como ele previra, *encontrava dificuldade em aceder ao governo do Brasil, porquanto não julgava a pretensão motivada pelos antecedentes, nem considerava necessária a sua resolução para se entrar, desde já, na questão de fundo*. A *de forma*, que nem sequer fora insinuada na última nota brasileira, *carecia de antecedentes* e era contrária à lógica. Nada obstante, mantém a sua opinião pessoal, já expressa sem comprometer o seu governo, a saber: *que, embora não seja justificada tal pretensão, não via grande inconveniente em que a ela se accedesse, ainda que não fosse senão para tranquilizar uma suscetibilidade tão amigavelmente manifestada*, visto deixar ao governo argentino a *espontaneidade no que diz respeito à forma e ao alcance que podia ter*. Salienta a situação em que ficaria o Brasil, se a negociação se demorasse ou interrompesse por

mera questão de forma. A Argentina iria entender-se com seus vizinhos, inclusive o Paraguai, e fá-lo-ia bem. Correia replica, lembrando a nota de 15 de julho, que ele havia guardado, de combinação com Mitre, por se encontrar este aquí e poder-se *empregar o meio conciliatório, que haviam utilizado*. Como, porem, Mitre lhe declarava que não estava ainda habilitado para comunicar a decisão final do seu governo e que deviam considerar a questão como *pendente*, esperaria ainda, pois não queriam a *precipitação, tanto que, só depois de um mês de silêncio*, o havia convidado para a presente conferência, tendo-lhe, aliás, dito Mitre que, no dia 27 de julho, escreveria a seu governo, e que no princípio deste mês poderia estar aqui a resposta. Depois de o plenipotenciário argentino explicar a futura ação de seu país para se entender com os vizinhos, inclusive o Paraguai, e seu desejo de se harmonizar com o Império, afirma Correia, haver-lhe o mesmo declarado que, se ficasse perdida a esperança de entendimento com o Brasil, *teria de dar por finda a sua missão, trazendo, então, a público tudo quanto tem ocorrido nas conferências, ficando a aliança rota de fato e as relações dos dois governos no pé que daí resultaria, embora não com prejuizo da paz*. A Argentina, ponderou Correia, estava no seu direito de tratar com o Paraguai, como o fizera o Brasil. Resumiu e precisou as suas idéias, dizendo *ficar certo de que devia considerar como ainda não recebida a nota de 15 de julho, para o ulterior procedimento do governo imperial, e esperar mais um pouco a notícia da decisão do governo argentino*.

Releva explicar aquí que Mitre já havia recebido a nota de Tejedor de 10 de agosto, em que o ministro de Estrangeiros da Argentina recalcitra quanto aos desejos do Império. Nesse documento estranha Tejedor o pé em que se encontra a negociação. Mitre, segundo suas comunicações oficiais, havia *repellido energicamente* a idéia de dar à Argentina, em sua resposta, *uma espécie de satisfação* ao incidente da nota. Desenvolve a seguir o seu ponto de vista. Não pode aceitar a solução indicada para a questão de forma nos últimos officios de Mitre. Ela estava em contradição com as instruções dele, que dizem categoricamente: “se, com o mesmo fim de obter e facilitar o resultado da negociação, for necessário dar por não passadas as últimas notas, fica igualmente autorizado o sr. Ministro para fazê-lo, contanto que a declaração compreenda as notas brasileiras, a que elas respondem, e que o ato importe somente a mútua resolução de afastá-las com espírito amigavel, para facilitar a negociação, tendo presente que a primeira publicação destes documentos foi iniciada pelo governo brasileiro.”

A solução que Mitre oferece é a única que concilia a dignidade dos dois governos e dos respectivos povos, porque ela permitiria, na resposta que se desse, corresponder aos sentimentos amigáveis que ele manifestasse em nome do governo argentino, precedendo acordo acerca dos termos de uma e outra nota. O aditamento, que Correia indicou, se fizesse à acusação do recebimento, ficaria sem resposta e, portanto, como satisfação exclusiva do governo argentino, que, certamente, não se recusaria a isso, se se considerasse culpado, mas que repele decididamente, porque julga, como Mitre, que as reminiscências, iniciadas pelo governo brasileiro, foram recíprocas. Se a nota argentina menciona Ituzáingo, a nota brasileira recorda Caseros. Se a nota argentina põe em dúvida os direitos territoriais do Brasil, a nota brasileira declarou razoável a recusa do Paraguai em reconhecer os limites argentinos fixados no tratado de 1.º de maio. Os fatos praticados pelo Brasil são mais atentatórios do que essas palavras. Não foi uma ofensa tratar o Brasil separadamente? Prescindir das estipulações de Buenos Aires para continuar a ocupação militar? Não entregar a ilha de Atajo? Acha que a solução de Mitre é aceitável e deve ser aceita. O governo argentino “*não opõe dificuldade a que ele dissipe*, pela forma que lhe parecer mais conveniente, a dúvida acerca dos conceitos a que alude a nota brasileira, que, segundo ela, pareciam conter intenção ofensiva, sob a base, porém, do prévio acordo aludido.”

Mitre responde a 19 de agosto. Explica como surgiu a questão de forma e como a referiu em suas comunicações. Tejedor não deve ter tido surpresa. Depois de sua nota de 26, endereçada diretamente ao governo brasileiro, e de que apenas recebeu cópia, a dita questão foi formulada claramente pelo ministro Correia. Pediu novas instruções. O governo argentino recusou-se a aceitar o deslinde da questão de forma antes do início do objeto real das negociações e também recusou a solução amigável, lembrada confidencialmente, “a qual consistia em acrescentar-se à declaração do recebimento da nota algumas palavras que, importando em ato espontâneo, restabelecessem a cordialidade das relações alteradas pelo incidente das notas trocadas, admitindo, todavia, o alvitre proposto por mim, e não aceito por este governo”, de dissipar as dúvidas relativas a conceitos, a que alude a “última nota brasileira, os quais pareciam, no entender da mesma nota, envolver intenção ofensiva — sobre a base do acordo prévio, relativamente aos termos das notas que, com tal motivo, se trocassem, o que equivalia a que *esta legação fizesse, em nome do governo argentino*, ainda mais do que aquilo que o governo brasileiro solicitava do nosso, que era a adição de uma *simples frase de cortezia e boa amizade*. Mas isso não foi aceito pelo Brasil e, se renovar-se a

idéia, é possível seja de novo repelida. Declara Mitre que, em sua opinião, não havia inconveniente em acudir ao desejo amigável do governo brasileiro. Acreditou não infringir as suas instruções, que o autorizavam a *dar por não passadas* as notas trocadas "o que ainda sobre a base da reciprocidade, importava a mútua eliminação ou as recíprocas explicações sobre alguns pontos dessas notas."

Uma simples frase era muito menos do que ele estava autorizado a fazer. Manifestou isso como opinião pessoal, e não se persuadiu que seu governo pudesse, nem mesmo indiretamente desaprovar-lhe o procedimento". Agora sente-se mal colocado. Formula algumas reflexões, para o que chama a atenção do presidente argentino. A questão prévia de forma demonstra que o Brasil nutre pouco desejo de entrar na questão principal ou de fundo. Por meio dela pode o governo brasileiro *salvar-se perante a opinião pública* da acusação que lhe fazem de haver respondido com frouxidão à nota argentina. Já fez os seus tratados com o Paraguai; o concurso argentino tornou-se-lhe inútil e daí *menos apreço à sua garantia*. Pede instruções para o caso de o governo brasileiro insistir na questão de forma. Deverá fazer pressão, declarando que romperá, ou não iniciar a negociação especial de que foi encarregado, se porventura não chegarem a acordo no tocante à questão preliminar? Se isso ocorrer definitivamente, deverá romper toda a negociação e dar a sua missão por finda?

A 9 de setembro, solicitou Mitre uma audiência e entreteve longa conversação reservada com o ministro Correia. O negociador argentino já havia recebido, datadas de 26 de agosto, as necessárias instruções de Tejedor, pedidas a 19. O ministro de Estrangeiros da Argentina, falando em nome de seu governo, mandava-lhe um projeto de nova nota, ligeiramente modificada, para substituir a última suspensão, e outro com os termos de que deveria servir-se o Brasil para responder àquele. Aceitava este desenlace da questão, porém sob as seguintes condições: responder o Brasil nos termos indicados; entrar-se imediatamente na questão de fundo. Achou Mitre que as novas instruções lhe criavam inconvenientes e que a nota argentina, modificada, *pouco differia da anterior, no fundo e na forma*, e apenas satisfazia indiretamente o desejo manifestado pelo governo brasileiro. Nada obstante, procurou cumpri-las. Leu a Correia os projetos de nota de Tejedor. Renovou, ampliando-a, a sua argumentação anterior, afim de convencê-lo. Vieram novamente à baila as queixas contra o Império, por haver negociado sozinho com o Paraguai, violando o tratado de 1.º de maio e os protocolos de Buenos Aires, por persistir de modo indefinido na ocupação militar do Paraguai e não haver restituído a ilha de Cerrito. O primeiro protesto argentino fora

resposta a um *ato ofensivo* do Brasil, de que a Argentina só teve conhecimento por intermédio do ministro brasileiro em Buenos Aires, quando já era fato consumado. A primeira resposta do Brasil a essa *justa reclamação fora alguma coisa mais que ofensiva*, visto haver sido *menos amigável*, pois não abria caminho conciliatório e chegava até a *dar razão* ao Paraguai, na sua resistência ao estatuido nos tratados da tríplice aliança. No decurso da conversação, perquntou Mitre a Correia se o governo brasileiro aceitava como base para a negociação das questões pendentes as que Cotegipe havia comunicado a Tejedor. Correia respondeu-lhe afirmativamente. Ponderou Mitre que, havendo *quasi acordo* na questão principal, seria *doloroso* e até *vergonhoso* não se iniciarem as negociações por mera questão de forma.

Depois de ouvi-lo atentamente, disse Correia que não voltaria ao que já havia manifestado na conferência anterior. Declarara o bastante para justificar a opinião de que a *responsabilidade dos sucessos posteriores não pesava* sobre o Brasil. Recebia o projeto de nota, que este país teria de enviar, como *documento histórico* e para dar dele conhecimento a seus colegas. Apreciando o texto da nota que tem de ser enviada, em substituição, parecia-lhe que se confundia o procedimento dos dois governos, como se o brasileiro tivesse escrito alguma nota semelhante à de 27 de abril. A má vontade do governo argentino torna-se patente no seu procedimento. Não se explica a sua dificuldade em satisfazer ao governo imperial, *a não ser que ele tenha visto no procedimento do brasileiro um ato menos conforme à sua dignidade, uma humilhação*.

Porem não podia haver semelhante idéia, visto que o Brasil só manifestou o *desejo de que se escrevessem, em resposta, palavras a arbitrio do governo argentino, que desfizessem a má impressão causada pela nota de 27 de abril*. Embora a resposta ficasse ao arbitrio do referido governo, era preciso que fosse satisfatória para o Brasil. *Não há intuito de humilhação, que o governo brasileiro, que não o suportaria por sua parte, não manifesta mesmo para os Estados menos poderosos*. Iria conversar com seus colegas de ministério e inteirá-los de tudo.

Mitre terminou, manifestando estar disposto a fazer tudo que de si dependesse *para evitar uma desinteligência e chegar a um acordo*; pretendia avistar-se com o visconde do Rio Branco, presidente do Conselho, idéia que Correia aplaudiu calorosamente.

Escreveu, de fato, ao visconde. Pediu-lhe uma conferência *para trocar amistosamente algumas idéias sobre uma emergência que podia*

ser grave. (71) Foi recebido a 12 de setembro, em casa do presidente do Conselho. Discretaram longamente. Examinaram de frente, com franqueza, tanto quanto a questão de forma como a de fundo. Mitre enunciou as suas queixas (não desocupação da ilha de Cerrito, ocupação militar brasileira permanente do Paraguai, celebração dos tratados de Cotegipe prescindindo-se da Argentina). Rio Branco, defendeu o procedimento do Império. Mas, em dado momento, declarou que o último projeto de resposta, entregue a Correia, abria caminho a *um acordo*. Achou-o possível mediante troca de notas convenientemente redigidas, em que se salientasse a interpretação amistosa dada pelos dois países.

Mitre afirmou que aceitava esta solução, *ad referendum* de seu governo.

Durante essa entrevista com Rio Branco, expressou Mitre alguns conceitos judiciosos, que merecem ser recordados:

“Os homens de Estado de nossos países (Brasil e Argentina) devem buscar as garantias de uma boa política de vizinhança em considerações menos pessoais e idéias mais transcendentes. Nem o antagonismo de forma de governo, nem a política de proselitismo conveem a um e outro país. Toda forma de governo é conciliável com a liberdade e felicidade, desde que tenha por base a vontade nacional. Reconhecemos no Império do Brasil uma civilização progressiva, com instituições que correspondem a um desenvolvimento democrático e, não obstante ser a República, para os que a praticam, a última forma da lógica humana, ela deve ser o resultado das forças próprias de cada um. Portanto, eu, republicano por convicção, adotaria provavelmente, se fosse político brasileiro, a forma monárquica como base e ponto de partida.”

“Como republicano do Rio da Prata, e considerando esta questão de outro ponto de vista, me interessava mais uma monarquia tranqüila e com princípios de fixa estabilidade, que nos desse garantias de viver em paz, do que duas ou três repúblicas turbulentas, em que provavelmente se dividiria o Império, sem antecipar pela revolução o que devia ser obra lenta dos tempos, e do progresso pacífico das idéias.”

.....

“As vitórias da força não teem horizonte nem para um nem para outro país; só causam desperdício de forças de que necessitamos para impulsionar nossos progressos. Na marcha que levamos, nem o Bra-

sil nem a Argentina se reconhecerão a si mesmos dentro de vinte anos, em que, felizes e ricos pelo progresso desenvolvido na paz, poderemos ver duplicada a nossa população e multiplicados os nossos elementos de prosperidade, devendo ser a garantia de tudo, não seus homens nem as paixões do momento, porem uma boa política internacional, fundada em idéias sãs e nos interesses de todos os tempos." (72)

Estava, assim, vencido o impasse.

A 17 de setembro, Mitre e Correia avistaram-se no Ministério de Estrangeiros. Restava somente agora assentar a redação final das duas notas — a argentina e a brasileira. Correia entregou o projeto de redação das mesmas ao embaixador da Argentina, que prometeu estudá-las.

No dia seguinte (18), conversaram de novo e o mesmo fizeram no dia 19. Mitre propôs nova redação da nota. Correia aceitou-a e disse que, em vista disso, a nota brasileira devia sofrer modificação no tópico a que aludira Mitre. Indicou uma, *que salvava algum inconveniente de redação*.

Ficou deste modo combinada a redação das referidas notas. Ei-las:

NOTA DO GOVERNO ARGENTINO AO IMPERIAL

Ministério de Relações Exteriores da República Argentina,
Buenos Aires, 25 de setembro de 1872.

Sr. Ministro — Tive a honra de receber as notas de V. Ex., de 20 a 21 de junho, e o *memorandum* que as acompanhou.

Disse V. Ex., em sua nota de 20 de junho, que, não obstante a primeira impressão produzida por certas observações, que poderiam parecer ofensas intencionais, considerando que o governo argentino declara, em sua nota de 27 de abril, que usara da maior franqueza e que, portanto, devem ter o mesmo caráter seus protestos de sentimentos pacíficos e amigáveis, o governo imperial resolveu respondê-la, movido por essas declarações e, sobretudo, pelas que mais alto e solenemente fizeram Sua Majestade o Imperador do Brasil e o Exmo. Sr. Presidente da República Argentina, em suas recentes falas aos representantes de uma e outra nação.

O governo imperial faz justiça ao da República, ao dar as palavras e conceitos da nota de 27 de abril a única interpretação compatível com os francos protestos de sentimentos pacíficos e amiga-

veis que nela se conteem e que lhe é grato reiterar nesta ocasião, não tendo podido existir a intenção de irrogar ofensa ao amor próprio e à dignidade do Brasil, tratando-se de manter a inviolabilidade do tratado de aliança, em que está empenhada a fé pública de três nações.

O governo argentino, fazendo igual justiça ao do Império, interpretou com o mesmo espírito algumas proposições de sua referida nota de 20 de junho, que poderiam ter significação menos amigavel, posto que não ofensiva, que parecesse contrária aos deveres e obrigações da aliança e faz, por sua parte, a honra devida aos seus protestos de amizade e às seguranças, que dá, de manter os compromissos do tratado de 1.º de maio.

Acredita, portanto, o governo argentino que, exposto por uma e outra parte o que cumpria, não há conveniência em prolongar uma discussão que poderia retardar um cordial acordo, como convem entre aliados que combateram unidos, durante cinco anos, para assegurar a paz destas regiões da América, estando todos igualmente interessados em manter seus compromissos para que essa paz seja fecunda e duradoura.

Esta consideração e a de ter deliberado, antes de receber as referidas notas, enviar a esse governo um ministro altamente caracterizado e munido de plenos poderes para ajustar as questões pendentes, fazem com que o governo argentino limite a sua resposta ao que fica exposto, reportando-se em tudo mais ao que esse ministro tenha manifestado ou manifeste em seu nome.

O governo argentino pensa que, transferida a discussão para os atos diplomáticos, será mais facil manter as cordiais relações, que poderiam ficar prejudicadas pela troca de notas directas, ultrapassando, sem prévias explicações, as intenções benévolas de ambos os governos.

Aproveito esta ocasião para reiterar a V. Ex. as seguranças de minha alta e distinta consideração.

A S. Ex. o Sr. conselheiro Dr. Manoel Franciscó Correia, ministro dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. — *C. Tejedor.*

NOTA DO GOVERNO IMPERIAL AO ARGENTINO

Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2 de outubro de 1872.

O abaixo assinado, do Conselho de Sua Majestade o Imperador, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros,

teve a honra de receber a nota que S. Ex. o Sr. D. Carlos Tejedor, ministro de Relações Exteriores da República Argentina, lhe dirigiu, com a data de 25 do mês próximo findo, em resposta às do governo Imperial, de 20 e 21 de junho último.

Diz o Sr. ministro:

“Que o governo imperial faz justiça ao da República, ao dar às palavras e conceitos da nota de 27 de abril a única interpretação compatível com os francos protestos dos sentimentos pacíficos e amigáveis que nela se conteem, e que lhe é grato reiterar, não tendo podido existir a intenção de irrogar ofensas ao amor próprio e à dignidade do Brasil, tratando-se de manter a inviolabilidade do tratado de aliança, em que está empenhada a fé pública de três nações.

“Que o governo argentino, fazendo igual justiça ao do Império, interpretou no mesmo espírito algumas proposições da referida nota de 20 de junho, que poderiam ter significação menos amigável, já que não ofensiva, que parecesse contrária aos deveres e obrigações da aliança, e faz, por sua parte, a honra devida aos protestos de amizade e às seguranças, que dá, de manter os compromissos do tratado de 1.º de maio.

“Que, portanto, acredita o governo argentino que, exposto por uma e outra parte o que cumpria, não há conveniência em prolongar uma discussão que poderia retardar um cordial acordo, como convem entre aliados, que combateram, unidos, durante cinco anos, para assegurar a paz destas regiões da América, estando todos igualmente interessados em manter seus compromissos para que essa paz seja fecunda e duradoura.

“Que esta consideração, e a de ter deliberado, antes de receber as referidas notas, enviar a esta Corte um ministro altamente caracterizado e munido de plenos poderes para ajustar as questões pendentes, fazem com que o governo argentino limite a sua resposta ao que fica exposto, reportando-se, no mais, ao que esse ministro tenha manifestado ou manifeste em seu nome.

“Que o governo argentino pensa que, transferida a discussão para os atos diplomáticos, será mais fácil manter as cordiais relações, que poderiam ficar prejudicadas pela troca de notas diretas, ultrapassando sem prévias explicações as intenções benévolas de ambos os governos.”

Com satisfação, viu o abaixo assinado a confirmação do Sr. ministro de que a nota de 27 de abril não contem ofensa alguma intencional ao amor próprio e à dignidade do Brasil, bem como a nova expressão dos sentimentos pacíficos e amigáveis do governo da República.

Conquanto esteja persuadido de que, em suas notas, não há uma só expressão ou conceito que possa pôr em dúvida a reciprocidade de iguais sentimentos de consideração e amizade para com a República Argentina, e creia, outrossim, assaz provado o empenho do governo imperial em manter a aliança, que tantos benefícios assegura aos dois Estados e aos seus vizinhos, todavia não tem dúvida o abaixo assinado em renovar aqui as declarações amigáveis das notas anteriores.

Convem o abaixo assinado com o Sr. Tejedor em que, pelas presentes notas, se deve dar por terminada a correspondência direta de governo a governo, e confiar à boa vontade e prudência dos plenipotenciários quaisquer explicações que, por uma e outra parte, se julguem ainda precisas, ao mesmo tempo que tratem da sua principal missão, que será a mais perfeita inteligência ou o melhor acordo entre os dois governos sobre os direitos e obrigações do pacto de aliança de 1.º de maio de 1865.

O abaixo assinado tem a honra de reiterar ao Sr. ministro os protestos de sua mais alta e distinta consideração.

A S. Ex. o Sr. D. Carlos Tejedor, ministro de Relações Exteriores da República Argentina. — *Manoel Francisco Correia*.

Correia afirmou estar pronto a entrar na questão principal ou de fundo, mas compreendia ser necessário esperar um pouco a decisão do governo argentino sobre o combinado.

Escrevendo a seu governo (19 de setembro), disse-lhe Mitre: “É minha opinião que o governo argentino deve aceitar esta solução, que, além de ser reciprocamente satisfatória e digna, nos dá a segurança de nos podermos ocupar desde já da questão de fundo, partindo de bases conhecidas, que prometem um ajuste honroso e feliz.”

O governo argentino aprovou a solução de Mitre. A 13 de outubro ele e Correia trocaram as notas combinadas; aquele recolheu a nota suspensa. (Ramon Cárcano.)

CAPÍTULO IV

Negociações de Mitre com o marquês de São Vicente (José Antônio Pimenta Bueno), representante do Brasil — Assentam um acordo, que restabelece a Aliança — Artigos principais de acordo Mitre-São Vicente — Algumas reflexões sobre as divergências entre o Brasil e a Argentina — Este país aprova o referido acordo sem poupar Mitre — Conceitos do Imperador do Brasil.

Para negociar com Mitre, por parte do Brasil, foi nomeado o marquês de São Vicente (José Antônio Pimenta Bueno).

Antes de iniciar as conversações, achou o Governo Imperial que devia convidar o Uruguai, como terceiro aliado, a se fazer representar nas mesmas (24 de setembro de 1872). A nossa vizinha, porém, excusou-se (1.º de outubro de 1872). Julgou que devia abster-se, *por enquanto*, visto o assunto interessar diretamente o Império e a Argentina. Mantendo-se alheio, mas não indiferente, ficaria em situação de poder, *no caso desgraçado de um rompimento entre os dois vizinhos, mediar eficaz e amigavelmente, fazendo ouvir sua voz, desapaixpnada e conciliadora, em favor da paz e harmonia entre os dois países.*

Os negociadores realizaram cinco conferências (5, 8, 12, 15 e 19 de novembro de 1872). Reinou em todas a mais perfeita harmonia. Na última, assinaram os plenipotenciários um acordo, substanciado em 11 artigos.

Declara-se no primeiro “que o tratado de aliança de 1.º de maio de 1865, continuava em seu positivo e pleno vigor, e, consequentemente, que o Brasil estava disposto a cumprir todas as obrigações recíprocas que ele impunha aos aliados, e a dar e aceitar todas as garantias que ele assinava.” No segundo declaravam-se aprovados os tratados de Cotegipe. No terceiro dizia-se que a Argentina iria

negociar com o Paraguai seus respectivos tratados. O quarto era assim redigido:

“O governo Imperial cooperará eficazmente com a sua força moral, quando os aliados julguem oportuno, para que a República Argentina e o Estado Oriental cheguem a um acordo amigável com o Paraguai a respeito dos tratados definitivos, a que se refere o pacto de aliança.”

O quinto era deste teor:

“Se a República do Paraguai não se prestar a um acordo amigável, o Brasil com os demais aliados examinarão a questão e combinarão entre si os meios mais próprios para garantir a paz, superando as dificuldades.”

No sexto previa-se a retirada das tropas argentinas e brasileiras do território paraguaio, três meses depois de celebrados os tratados, ou antes, se os aliados isso combinassem. Ficava subentendido que o Brasil desocuparia a ilha do Atajo. Nos artigos seguintes cogitava-se da dívida do Paraguai e do modo de ser satisfeita, da garantia coletiva à independência e integridade do Paraguai, e declarava-se em pleno vigor o acordo preliminar de paz de 20 junho de 1870.

O governo brasileiro aprovou o acordo Mitre-São Vicente (25 de novembro de 1872) e o mesmo fez o argentino (27 de novembro de 1872). Por seu lado o uruguaio, a quem o Brasil enviara cópia do mesmo, conforme nele se estipulava, afirmou de que o terceiro aliado lhe prestasse a sua acessão, respondeu que aderiria ao combinado (9 de dezembro de 1872).

Estamos agora habilitados a julgar com serenidade os fatos que acabo de resumir.

A primeira interrogação que acode ao espírito é a seguinte:

Podia o Brasil tratar separadamente com o Paraguai?

Basta ler com atenção o tratado de aliança para reconhecer haver-se nele imaginado implicitamente que as negociações de paz seriam feitas com perfeita harmonia entre os aliados. Pelo artigo 6.º “eles se comprometem a não depor as armas senão de comum acordo, e somente depois de derribada a autoridade do atual governo do Paraguai, bem como a não negociar separadamente com o inimigo comum, nem celebrar tratados de paz, trégua ou armistício, nem convenção alguma para suspender ou findar a guerra, senão de perfeito acordo entre todos”.

Dir-se-á que o tratado preliminar de paz já estava feito (20 de junho de 1870), após acordo entre os aliados. É incontestável; mas não o estava o definitivo, de que agora justamente se cogitava. Quando mais não fosse, havia, pois, obrigação moral de não se tratar separadamente.

Outra interrogação que assalta o espírito é esta:

Os limites fixados no tratado por um dos aliados deveriam ser sustentados intransigentemente e impostos ao vencido?

A esse respeito o tratado nada refere de modo explícito, mas compreende-se que os lindes nele expressos eram os que cada aliado desejava para si, ou a que supunha ter direito, e contava impor depois da vitória, sem excluir, todavia, quaisquer concessões nos ajustes finais. Tinha esse pensamento íntimo o Brasil, embora lamentasse as pretensões excessivas da Argentina na região do Chaco.

Justifica-se, portanto, a grande surpresa de Paranhos, quando Mariano Varela enunciou doutrina radicalmente oposta, afirmando que *a vitória não dava direito às nações aliadas de proclamarem como seus os limites que o tratado assinala*. Estes limites deveriam ser discutidos com o governo que se estabelecesse no Paraguai, e sua fixação feita nos tratados que se celebrassem, depois de exibidos pelas partes contratantes os títulos em que cada uma apoiar os seus direitos.

Nada obstante, aceitou o Brasil com prazer tal ponto de vista, pois se lhe afigurava próprio para evitar ao Paraguai a injustiça que lhe iriam fazer, arrebatando-lhe todo o território do Chaco.

Já sabemos como a Argentina tempos depois, no Governo de Domingos Sarmiento, sucessor de Mitre (12 de outubro de 1868 a 12 de outubro de 1874) e por intermédio de Mariano Varela, seu ministro das Relações Exteriores, se arrependeu do passo que havia dado e buscou volver atrás. O Brasil, porem, e a meu ver com muita sensatez, não recuou, não modificou a atitude que assumira, compelido pela Argentina. Sem embargo, a nossa aliada não esmoreceu; nas vésperas da celebração dos tratados definitivos, quis impor em Asunção o seu novo ponto de vista a Cotegipe, que, com todo o fundamento, se lhe opôs de modo enérgico e decidido; O Brasil não podia agora dizer ao Paraguai que só lhe restava submeter-se aos limites do tratado de 1.º de maio, quando a Argentina já lhe havia declarado que a discussão estava aberta para o exame dos títulos de cada uma das partes.

Releva ainda ponderar que o procedimento da Argentina guardando silêncio sobre a atitude do seu poder legislativo no tocante ao protocolo suplementar do sobredito tratado, embora se houvesse valido dele durante as operações de guerra, não encontra desculpa accei-

tavel. Devia ter sido logo franca com o Brasil. É óbvio que não cabia a este nenhuma responsabilidade pela falta de qualquer formalidade julgada indispensável pela legislação de nossa vizinha.

Diante da demora na celebração dos tratados que deveriam por termo definitivo à guerra (cerca de dois anos), das imposições de Quintana em Assunção, reputo justificável e oportuno o procedimento de Cotegipe, tratando sozinho com o Paraguai. Era melhor isso do que persistir numa procrastinação, cuja duração ninguém poderia prever. Acresce ainda que, procedendo dessa maneira, não contestava o Brasil à Argentina o direito de também negociar separadamente, nem lhe recusava a sua assistência como aliada.

Ao saber do golpe de Cotegipe, não pôde o Governo argentino esconder, nem refrear a sua decepção.

Embora Cotegipe houvesse prevenido a Quintana que iria tratar sozinho, parece que o plenipotenciário argentino julgou-o incapaz de tamanha ousadia.

Desse estado de espírito dimanou a nota de Tejedor de 15 de fevereiro de 1872, na qual ele pede ao governo brasileiro que não aprove os tratados de Cotegipe, por serem contrários à aliança, e reputa inadmissível a ocupação brasileira no Paraguai e a garantia da sua independência por cinco anos dada pelo Império.

Afirma que as Repúblicas da América compreenderiam, talvez, o protetorado do Paraguai por outra República, até a garantia com a colaboração do Império, mas a garantia exclusiva deste equivaleria à absorção. Em segunda nota (27 de abril de 1872), Tejedor, no auge da irritação, desabafa os seus ressentimentos e queixas contra o Império. É nela que se nos depara o trecho alusivo à batalha de Ituzáingo ou do Passo do Rosário.

Basta lê-lo hoje sem espírito prevenido, para verificar que não encerra, pela sua redação, nenhuma ofensa ao Brasil. A meu ver, é simples revide à nota de 22 de março de 1872, em que Correia faz referência à aliança de 1852, "que libertou o Uruguai e a República Argentina da opressão dos ditadores Oribe e Rosas". Não havia, pois, motivo para má-gua de qualquer lado, se tudo se limitasse a isso. Porém Tejedor excedeu-se e lançou contra o Brasil acusações injustas e desairosas. Apontou o seu procedimento como falta de nobreza e lealdade. O leitor já conhece esses trechos da nota de 27 abril, razão por que se torna desnecessário reproduzi-los por extenso. É óbvio que o Brasil tinha sobejos motivos de sentir-se injustamente ofendido. A sua dignidade impunha-lhe o que ele fez, isto é, liquidar preliminarmente este episódio, antes de enfrentar o assunto da missão Mitre. Compreende-se, todavia, o seu sincero desejo de não agravar mais os acontecimentos, e de pôr toda a sua

boa vontade e espírito de concórdia na busca de um desenlace honroso para os dois países.

O Império não desejava guerra, nem sequer rompimento com a sua aliada, e isso por motivos faceis de perceber.

Ficou, porem, firme no seu propósito de ser previamente desagravada. O espírito de concórdia, que em todo esse delicado período patentearam Mitre e o governo brasileiro, merece os maiores aplausos. Ambos pairaram em ambiente elevado, resistindo ao predomínio exclusivo do orgulho e da vaidade. Sem o sentimento de fraternidade americana e a serenidade que animavam Mitre e, sobretudo, dadas as prevenções de Sarmiento e Tejedor contra nós, fora de recear um rompimento entre os aliados.

Releva ainda salientar a franqueza e lealdade com que Mitre sempre se manifestou a seu governo com respeito à delicada missão que lhe haviam confiado.

Em seu officio confidencial a Tejedor, de 30 de junho de 1873, assim se expressava: (73)

“Como signatário do tratado de aliança, posso dizer que as pretensões da República Argentina pareciam não ir além do Pilcomaio, o que satisfazia completamente as aspirações nacionais, guardando o nosso território, evitando questões e guerras futuras com os nossos limítrofes, por amor a desertos de que não necessitávamos.”

.....

“Penso que o interesse presente e futuro da República Argentina lhe aconselha *contentar-se com o limite pelo Pilcomaio*, propendendo para que o Paraguai e a Bolívia se estabeleçam no Chaco, à margem direita do rio Paraguai, o primeiro em contacto immediato conosco pela navegação comum do Pilcomaio, extensiva à Bolívia, e esta entre as possessões paraguaias e o Brasil (até a Baía Negra), com o que tudo se concluirá, tudo ficará previsto e garantido.”

Em outro officio, também confidencial, de 8 de julho (1873), insiste na idéia de que o tratado de aliança, depois de ressaltar os direitos da Bolívia não teve, nem podia ter em vista, senão os nossos limites até o Pilcomaio, que é até onde vão as aspirações nacionais, e dentro dos quais pode desenvolver-se a República Argentina.”

Repete estes conceitos no officio de 21 de junho (1873). Com o conhecimento que lhe proporciona o estudo dessa questão histó-

(73) Suplemento ao *Relatório do Ministro de Negócios Estrangeiros do Brasil*, de 1875.

rica e legal, é que disse que as pretensões argentinas não podem ir além do Pilcomaio. Esta linha é a que, com direito, pode a Argentina sustentar no terreno da discussão; a que a *prudência* e o *patriotismo* aconselham. Ficar com Vila Ocidental, povoação de origem paraguaia, é manter um motivo de *desconfiança* e *discórdia*; o Paraguai consideraria a posse dessa vila pela Argentina como *despojo* obtido pela *força*.

Não é outro o seu pensamento no ofício de 15 do mês seguinte (agosto). Reitera a sua opinião de que a República Argentina poderá apresentar melhores títulos legais e históricos do que a Bolívia e o Paraguai até a linha do Pilcomaio, *mas que, para ir além, seria difícil encontrar argumentos sólidos para conservar essa supremacia até a Baía Negra*.

Quando lemos hoje estas expansões de Mitre, e consideramos que a sua doutrina acabará vitoriosa no pleito, conforme havemos de verificar, não nos é possível sopitar a nossa admiração pelos sentimentos desse argentino ilustre e patriota, mas justo e fraterno, que fazem dele uma das grandes e imorredouras figuras do continente americano.

Apreciando, com elevado critério, a obra de Mitre, escreveu Leon Suarez:

“Não se lhe poderia humanamente pedir mais, nem melhor. Isso mesmo teria sido impossível a qualquer outro diplomata argentino conseguí-lo em 1872. Regular em outubro a questão de forma, que, por causa de Tejedor, se havia tornado capital, em novembro a de fundo, além de restabelecer uma cordialidade de relações que, se não era a de 1868, que o general Mitre deixara cultivadas, era mais ou menos a de 1869 e 70, quando Varela e Tejedor facilitaram a sua decomposição, equivalia em conjunto a uma obra extraordinária.” (74)

Embora aprovando o acordo, fez Tejedor algumas observações a Mitre. Achava, por exemplo, que os tratados de Cotegipe deveriam ter ficado suspensos, até que os outros aliados negociassem por sua vez. Mitre replicou com vantagem, levando Tejedor a dizer-lhe que o governo argentino não tivera em mente fazer-lhe censura direta ou indireta, e a proclamar por escrito que o plenipotenciário argentino “prestara um serviço verdadeiro a seu país.”

A má vontade de Tejedor para com Mitre faz-se patente na resposta dada por ele a uma narrativa confidencial, em que o seu delegado relata lealmente uma conversa que tivera com o Imperador, em São

Cristovam (17 de novembro de 1872). No decorrer da mesma, perguntara-lhe D. Pedro:

*Como é que o Sr. Sarmiento deixou criar-se esta situação ?¹
Como é que o Sr. Tejedor passou a nota de 27 de abril?*

Mitre esclareceu tudo. D. Pedro ponderou que muitas vezes os homens de Estado tem que obedecer às exigências da opinião pública, e os povos, por excesso de zelo, comprometem situações delicadas. Cabe àqueles sobrepuem-se a tudo para buscar o que mais convenha ao bem público, sem menoscabo da honra. Reconheceu existir em ambos os países essas preocupações vulgares, mas achava ser maior na Argentina a prevenção contra o Brasil do que o inverso. Ali existiam partidos que faziam profissão de fé da animadversão ou do ódio ao Brasil. (75)

Tejedor não escondeu o seu desagrado pela atitude de Mitre, “que originou as perguntas do Imperador”. Revelou a sua má vontade para com o homem “que havia salvo o governo de uma situação sem saída, até ao ponto de fazer-lhe observações mínimas e pouco favoráveis sobre palavras da mensagem verbal, de pura cortezia, que ele Mitre havia transmitido a D. Pedro em nome de Sarmiento.” (76)

Mitre regressou à sua pátria jubiloso da obra que havia realizado. A 5 de janeiro de 1873 desembarcava em Buenos Aires.

(73) Leon Suarez — *Diplomacia Universitária Americana* — pág. 393.

(76) Leon Suarez — *Diplomacia Universitária Americana* — pág. 393.

QUARTA PARTE

A paz da Argentina com o Paraguai

CAPÍTULO I

A Argentina nomeia Mitre para ir a Assunção negociar os seus tratados com o Paraguai — O Brasil manda Araguaia acompanhar as negociações — O Paraguai designa Rosário Miranda para representá-lo — Negociações de Mitre com Miranda — Não chegam a acordo — Memorandum de Mitre — Memorandum de Miranda — Mitre retira-se para Buenos Aires — Araguaia faz o mesmo — Seus esforços para que se renovem as negociações — Atitude de Tejedor — O Brasil ouve o Conselho de Estado — Ligeira notícia das opiniões dos conselheiros — A Argentina concorda afinal em negociar novamente com o Paraguai.

Restava agora à Argentina negociar por sua vez os seus tratados com o Paraguai, consoante o que se havia estatuido no acordo de 19 de novembro de 1872, firmado no Rio de Janeiro.

Para ir a Assunção desempenhar tão delicada tarefa, escolheu novamente a nossa vizinha o general Bartolomeu Mitre.

“Seus inimigos — reflete Leon Suarez — não o deixaram descansar. O governo julgou que o autor do acordo com o Brasil, deveria ser o que ajustasse os tratados com o Paraguai. Nomeado em fins de março, chegou a Assunção a 2 de abril (1873). (77)

Por seu lado, o Brasil, desejoso de cumprir pontualmente o artigo 4.º do sobredito acordo, enviou ao Paraguai, em missão especial, para colaborar com Mitre, o barão de Araguaia, que a 11 de abril de 1873 chegava a Assunção e a 14 entregava as suas credenciais.

Para negociar por parte do Paraguai, foi designado D. José de Rosário Miranda, ministro das Relações Exteriores do governo paraguaio.

Logo de começo, teve o plenipotenciário brasileiro de interpor os seus bons ofícios, no intuito de evitar "uma primeira dificuldade." O presidente paraguaio Jovellanos parecia decidido a não iniciar os ajustes com a sua vizinha enquanto esta não revogasse o seu decreto sobre o governo do Chaco. Araguaia aconselhou-lhe desistir desse propósito e foi afinal ouvido. As conversações deviam versar precisamente sobre um território que compreendia Vila Ocidental; a ocupação prévia da Argentina poderia ser anulada pelo ajuste final. A exigência paraguaia era, portanto, descabida e patenteava intransigência inoportuna; só serviria para embaraçar ainda mais a solução do problema.

A primeira conferência entre Mitre e Miranda realizou-se a 10 de abril (1873). Houve troca de idéias. Reconheceu-se que a dificuldade principal era assentar os limites pelo Chaco, onde a Argentina já se havia instalado, ocupando militarmente a Vila Ocidental.

Desejoso, parece, de proceder como no Brasil, isto é, achando melhor examinar a matéria particularmente, mencionar as decisões por escrito, e só depois passar às negociações formais, registou Mitre em protocolo o que ficara mais ou menos combinado no dia 18 e enviou-o, a 21 de abril, ao embaixador paraguaio, que respondeu a 22.

Miranda estava de acordo, disse ele, em que, resolvida a questão do Chaco, se fizesse um protocolo, que findaria a questão de limites. A divisória pelo rio Paraná deixaria as Missões à Argentina, à qual também passaria a pertencer a ilha do Apipé, cabendo ao Paraguai a de Iaceretá. "Ficava, porém, entendido que, no correr das negociações, seria admitida a discussão das propostas, que o Paraguai julgasse convenientes ao seu direito, a respeito de outros pontos do tratado de aliança, que devem ser matéria dos ajustes definitivos de paz ou condições essenciais para o seu melhor êxito. Como o tratado de aliança não faz menção da ilha do Atajo, haveria acerca deste ponto acordo em separado, para que se assegurasse a paz entre as partes contratantes de modo terminante e indissolúvel."

A 24 de abril, celebrou-se nova conferência. Discutiu-se outra vez a matéria. Afirmou Mitre que a ilha do Atajo pertencia à Argentina; quanto à fronteira pelo rio Paraná, não havia dúvidas.

A 7 de maio assinaram os plenipotenciários o protocolo n. 1, em que aceitavam a 1.^a base do acordo, a saber;

1.^a BASE

"A República Argentina se dividirá da do Paraguai, da parte do alto Paraná, pelo meio do canal principal do dito rio, desde sua confluência com o Paraguai até encontrar os limites do Império do



TRECHO DA CARTA DA FRONTEIRA DO IMPERIO DO BRASIL
COM A REPUBLICA DO PARAGUAY, ORGANIZADA PELO CON-
SELHEIRO DUARTE DA PONTE RIBEIRO.

Brasil pela margem esquerda, pertencendo a ilha do Apipé à República Argentina e a de Iaciretá à República do Paraguai, sem prejuízo dos ajustes que se façam sobre as demais ilhas, e outros pontos conexos, quando se proceder ao ajuste definitivo de limites entre ambos os países.”

Conforme se vê, consignam-se os lindes sobre que não havia dúvidas, afastando-se por enquanto os dois pontos nevrálgicos a saber: o Chaco e a ilha do Cerrito.

Sobreveiu uma interrupção nas negociações, provocada pela revolução que estalou no Paraguai. Foram retomadas cerca de um mês depois, a 4 de maio (1873). Mitre abordou então o limite pelo rio Paraguai. Apresentou estas bases para a respectiva solução:

2.^a BASE

“Pela parte oeste a República Argentina se dividirá da do Paraguai pelo meio da corrente do canal principal do rio Paraguai, desde sua confluência com o Paraná até onde se fixem definitivamente os limites setentrionais da República Argentina no Chaco, pertencendo a esta a ilha do Atajo ou Cerrito, e sendo comum a ambas as repúblicas a navegação do canal do Atajo, sem prejuízo dos ajustes que se façam sobre as demais ilhas do dito rio na época determinada na base primeira.”

O plenipotenciário argentino busca destarte firmar a posse da ilha do Cerrito, embora deixando vago o extremo norte da fronteira formada pelo rio Paraguai.

A essa base se juntou um aditamento, para harmonizar opiniões. Ficaria impedida a execução de trabalhos, ou de regulamentos, na ilha do Cerrito, ou nas demais ilhas dos rios Paraná e Paraguai, que pudessem embaraçar a livre navegação dos rios. Por esta forma tentava-se resistir ao plenipotenciário paraguaio, que se batia pela neutralização da ilha do Cerrito.

A essa 2.^a base, opôs o plenipotenciário Miranda outra assim redigida:

BASE PARAGUAIA

“Pela parte de oeste, a República Argentina se dividirá da do Paraguai pelo meio da corrente do canal principal do rio Paraguai, desde a confluência deste com o rio Paraná, até o primeiro canal do rio Pilcomaio, que desemboca no rio Paraguai quasi defronte de Angustura; o governo paraguaio crê entretanto que qualquer demarcação de limites pelo lado do Bermejo, depende de um acordo com a Repú-

blica da Bolívia, cujos direitos no Chaco foram ressalvados pelos aliados e também pelo Paraguai. Fica entendido que a ilha do Atajo (ou Cerrito), que só tem importância para a República Argentina como ponto estratégico, enquanto que é necessária ao Paraguai para a polícia do rio, achando-se no meio do canal a igual distância de uma e outra margem, será neutralizada pelo Paraguai, que se obriga solenemente a não levantar ali fortificações que impeçam a livre navegação do rio."

Está patente o pensamento do Paraguai; quer como extremo limite setentrional no Chaco o rio Pilcomaio e a posse da ilha do Cerrito. Entende, todavia, que o caso interessa à Bolívia, cujos direitos no referido Chaco os aliados e ele próprio ressalvaram.

A marcha das forças revolucionários contra Assunção, e os fatos subsequentes, ocasionaram nova interrupção nas negociações.

A 22 de junho, Mitre conversou com o presidente Jovellanos. Discutiram a intervenção da Bolívia na pendência. Mitre não a achava justificavel; o Paraguai nada tinha com o caso; a questão era entre a Argentina e a Bolívia. Declarou então não admitir se pusesse em discussão o direito argentino sobre o terreno entre o Pilcomaio e o Bermejo, o qual era liquido, e acrescentou "estar disposto a aceitar a discussão, com todas as suas consequências, sobre o território que se *estende do Pilcomaio*, ressaltando sempre os direitos da Bolívia, e mesmo procurando e estimulando seu concurso num caso dado, que não era o presente, e que, em tal situação, não estaria distante ou de sujeitar esta questão ao estudo ulterior de comissários especiais, que examinassem os respectivos títulos e praticassem o reconhecimento do terreno, ou de *dirimí-lo* por meio de arbitramento".

Mitre não transige quanto ao terreno entre o Bermejo e o Pilcomaio, mas quanto ao que demora ao norte deste rio, isto é, a uma grande extensão do Chaco disputado, concebe a possibilidade do recurso a uma decisão arbitral, que será finalmente, conforme havemos de ver, o critério vencedor.

Posteriormente entreteve-se de novo Mitre com Miranda. Versaram a questão da ilha do Cerrito. Afirmou Mitre ter Miranda declarado não fazer questão desse ponto, *uma vez que se ajustassem os limites pelo Chaco*.

Mitre redigiu duas novas bases, a que chamou respectivamente quarta e quinta. última proposta que *podia fazer e aceitar de conformidade com as suas instruções*.

Leu-as a Miranda, que se mostrou conforme com as mesmas, *acrescentando que o arbitramento era o meio mais conveniente de dirimir às questões de limites dos dois países*."

Eis as últimas bases:



TRECHO DA CARTA DA FRONTEIRA DO IMPÉRIO DO BRASIL
 COM A REPÚBLICA DO PARAGUAY, ORGANIZADA PELO CON-
 SELHEIRO DUARTE DA PONTE RIBEIRO.

4.^a BASE

“A República do Paraguai declara por sua parte fora de toda questão, atualmente e para o futuro, os limites da República Argentina pela parte do Chaco até a margem direita do canal principal do rio Pilcomaio, que desemboca no rio Paraguai aos 25°20 de latitude, segundo o mapa de Monchez, e 25°21, segundo Azara.”

5.^a BASE

“A República Argentina aceita por sua parte a discussão sobre o território do Chaco ao norte do braço principal do rio Pilcomaio determinado na quarta base, com a condição de se não renovar o *statu quo*, devendo ser exibidos por uma e outra parte os títulos ao dito terreno, para serem examinados e discutido por comissários, que se nomearão oportunamente para esse fim, os quais, se for necessário, farão estudos sobre o terreno. No caso de não concordarem por esse modo, ambas as partes se submeterão ao que decida definitivamente a sentença arbitral de uma ou mais potências amigas, com o prévio acordo de ambas a respeito da nomeação, ressaltando-se em todo o caso os direitos da Bolívia a essa parte do território, e solicitando-se o seu concurso no que for necessário.”

O representante do Brasil, barão de Araguaia, ia acompanhando os acontecimentos mediante informações de Mitre e do governo paraguaio.

A 26 de junho, procurou o seu colega argentino e lhe ofereceu novamente o seu concurso, franco e leal, para apressar as negociações. Mitre mostrou-lhe as suas novas bases. Araguaia ponderou: que (pela 5.^a) ficaria a Argentina ocupando indefinidamente o Chaco até a Baía Negra, que provavelmente o governo paraguaio não concordaria com isso, visto desejar ver desocupada *quanto antes* a Vila Ocidental, para evitar *contrabandos e prejuizos em suas rendas*. Mitre revelou-se inabalável quanto à Vila Ocidental, onde a Argentina permaneceria se não celebrasse os tratados definitivos, pois era território seu, reconhecido pelo tratado de aliança de 1.º de maio de 1865. Discutiram o assunto. “Conclui amigavelmente — escreve Araguaia ao ministro de Estrangeiros do Brasil (28 de junho de 1873) — declarando ao plenipotenciário argentino que daria conhecimento ao meu governo do ocorrido naquela conferência; que me não opunha a que o Paraguai tratasse com ele como melhor lhe conviesse, mas, pela relutância com que o Sr. Jovellanos cedera até o canal meridional do Pilcomaio, receava que ele repelisse essa base, que teria por fim dar à República Argentina

a posse indefinida do resto do Chaco e o direito de permanecer na Vila Ocidental.” E acrescentou: “O Sr. Jovellanos, comunicando-me as novas bases propostas pelo plenipotenciário argentino, disse-me que estava surpreso com tais exigências; que só por atenção ao Brasil, e por conselho meu, havia concordado na linha do Pilcomaio, que está resoluto a não ceder mais nada, qualquer que seja o resultado e se fosse constrangido a ceder mais de que já tem cedido, preferiria retirar-se da presidência.”

Araguaia prevê a retirada de Mitre e pede ordens.

Nos primeiros dias de julho — informa Mitre — celebraram-se várias conferências entre ele e o seu colega paraguaio. Queria este que se cedesse ao Paraguai uma faixa de terreno na costa de Chaco de frente de Assunção, pretensão que Mitre repeliu *in limine*. No dia 6 de julho teve uma conferência com o presidente Jovellanos, a que compareceram Miranda e Araguaia. Repetiu a sua resposta a Miranda. Propôs-lhe como linha divisória o canal principal do Pilcomaio e a fixação de um prazo indeclinável para o arbitramento do Chaco até a Baía Negra, quer *continuando*, quer *cessando o statu quo*. (78) Jovellanos não concordou; só aceitaria o arbitramento para todo o Chaco até a linha do Bermejo, caso em que retiraria a proposta do seu plenipotenciário relativa a uma faixa de terreno fronteiria a Assunção.

Refere Mitre que as bases enunciadas verbalmente pelo presidente paraguaio foram estas:

“Ou o arbitramento com discussão de títulos a respeito de todo o território do Chaco até o Bermejo, ficando fora de questão o território das Missões e o domínio da ilha do Atajo, ou a linha definitiva do Pilcomaio sem discussão de títulos e por transação amigável.”

O Paraguai aceitava, pois, o limite pelo Pilcomaio sem mais disputa. A não ser isso só admitiria o arbitramento se fosse para todo o Chaco, desde o Bermejo até a Baía Negra.

Mitre prometeu transmitir ao seu governo as bases de Jovellanos. Contestou as opiniões do presidente paraguaio. A Argentina não podia aceitar nenhuma proposta que pusesse em questão uma só *polegada* do terreno entre o Bermejo e o Pilcomaio.

No ofício de 8 de julho ao ministro Visconde de Caravelas, em que Araguaia resume o ocorrido na conferência presidencial desse dia, depara-se-nos este trecho.

“A maneira pela qual se pronunciou o Sr. general Mitre nessa ocasião, me induz a crer que ele está disposto a ceder, e assim sua

(78) Ofício de Araguaia, datado em 8 de julho de 1873.

TRECHO EXTRAÍDO DE UMA
CARTA DA CIA. ARGENTINA DE
NAVEGAÇÃO MIHANDOVICH LDA.



missão terá um feliz resultado, se ele, oficiando ao seu governo, mostrar a conveniência de renunciar às suas exageradas pretensões.”

Assentou-se no dia 8. de *comum acordo* e *amigavelmente*, suspender a negociação, até que o governo argentino respondesse à consulta que lhe iria fazer o seu plenipotenciário.

A resposta à mesma foi dada a 2 de agosto (1873) nestes termos :

“O governo argentino, que aceitou a discussão motivada pela ocupação da Vila Ocidental, reconhece também o dever de aceitar o arbitramento sobre ela e sobre os demais territórios ao norte até a Baía Negra ; mas só nesta parte, por ser a única litigiosa ; a menos que, fazendo o governo paraguaio um esforço de patriotismo e o governo brasileiro outro de lealdade, se trace a linha definitiva, sem discussão, ou pelo *Taconas* ou pelo *Verde*, ou pelo *Mboicae*, um pouco ao norte do *Confuso*, sobre cuja margem esquerda se encontra a Vila Ocidental. O governo argentino, desejando concluir sem mais demora esta enfadonha questão de limites com o Paraguai, também não repeliria a idéia de se traçar a linha definitiva por qualquer destes rios ou riachos.”

“Se não se conseguir por transação, e sem discussão de títulos, ajustar uma linha definitiva, o governo argentino reconhecerá o dever de aceitar o arbitramento da parte litigiosa desde o Pilcomaio até a Baía Negra, inclusive a Vila Ocidental ; mas se esta idéia triunfasse finalmente, como se pode esperar das palavras do Sr. ministro Magalhães que “talvez o governo do Brasil se resolvesse a não insistir,” teriam de ser também matéria desse arbitramento a nova posição da vila ; as construções argentinas nela feitas, as concessões de terreno e a dispendiosa administração que desde a ocupação ali se mantem, fazendo-se uma verdadeira vila do que não era senão um local para corte de madeira, ou guarnição paraguaia, antes da guerra ; e depois dela um montão de ruínas e um deserto. Quando o governo argentino se decide por este meio conciliatório, apesar de poder conservar-se firme em seus direitos consagrados duas vezes pelo tratado de aliança e pelo acordo de 19 de novembro, fá-lo animado de verdadeiro espírito de transação e persuadido ao mesmo tempo de que, ao dar esta grande prova de generosidade, assegura, dentro dos limites que reserva para a República Argentina, seus direitos de grande nação, contribuindo ao mesmo tempo para que o Paraguai e a Bolívia se estabeleçam no Chaco à margem direita do rio Paraguai. (79)

A discordância entre a Argentina e o Paraguai salta à vista.

A 31 de agosto (1873), officiou Mitre a Miranda ; participava-lhe “que resolvera, com autorização do seu governo, passar a Buenos Aires.

(79) *Do Memorandum de Mitre, a que breve me vou referir.*

afim de dar pessoalmente conta do estado da negociação”, que entremetidas ficava suspensa amigavelmente.

Em todo esse lance, houve-se Mitre de acordo com as instruções que havia recebido para a sua missão ao Paraguai. Antes de partir de Buenos Aires, dissera-lhe Tejedor, por escrito (1.º de março de 1873):

“O debate que se vai abrir, e a que adquiriu direito o Paraguai pelo generoso acordo de 20 de junho de 1870, nunca importa expor a julgamento estes limites em toda a sua extensão. Nascido da questão da Vila Ocidental, é a ela somente, ou a qualquer outra posse de fato do Paraguai, depois do ano 10, na margem direita do Rio, desde o Pilcomayo, até Baía Negra, que deve reduzir-se a discussão, estando inibido o Sr. Ministro de aceitá-la com respeito aos demais territórios.”

“Na parte referida, o governo argentino não faria grande dificuldade em conceder ao Paraguai direito de domínio, salvando sempre as pretensões de Bolívia e a Vila Ocidental, posto avançado de nossa fronteira por esse lado, e que só deseja manter por considerações políticas e militares, que não é necessário explicar aqui. O sr. Ministro fica por consequência autorizado a empregar na concessão de todo o território, ou parte dele, qualquer meio conciliatório, que lhe permita chegar a um resultado definitivo, submetendo em último caso a questão a uma arbitragem. Se a dificuldade viesse da Vila Ocidental, e só deste ponto dependesse o êxito da negociação, o sr. Ministro, sem dá-la como rota e sem nada ajustar, consultaria antes o Governo com os conhecimentos que houver adquirido no terreno, e que forem a propósito para se saber toda a importância da Vila.” (80)

Quanto à ilha do Atajo, determinava Tejedor, nas mesmas instruções, que Mitre só poderia estipular o reconhecimento franco, sem debate (*liso e llano*) do domínio da República Argentina sobre ela.

Antes de abandonar Assunção, remeteu Mitre ao seu colega paraguaio um *memorandum* (31 de agosto de 1873). Explana nesse documento:

1.º Os antecedentes da questão de limites.

2.º Os incidentes da negociação.

3.º Os títulos históricos e legais aos territórios das Missões, discutidos antes da guerra, e a solução definitiva desta questão em presença do direito colonial e dos fatos e compromissos posteriores à revolução de 1810.”

4.º Discute a soberania e domínio da ilha do Atajo, ou Cerrito e exame da idéia da neutralização desta ilha.

5.º) Resenha e faz breve exame dos títulos da Argentina aos territórios do Chaco, especialmente até a linha do Pilcomaio, considerada fora da questão nas negociações do limites com o Paraguai, e reflexões sobre os territórios ao norte deste rio, tendo presentes os direitos da Bolívia ressalvados pelas reversais do tratado de aliança.

6.º) Conclusões.

O *memorandum* é longo; foi publicado no Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros do Brasil relativo ao ano de 1874.

Em ofício a Mitre (2 de setembro de 1873), o ministro paraguaio Miranda acusou o recebimento desse documento importante, e prometeu responder no *devido tempo*.

Fê-lo a 31 de outubro, mediante um *contra-memorandum*, no qual se empenhou em rebater os argumentos argentinos.

Em seu ofício de 2 de setembro a Mitre, declara Miranda, entre outras cousas, o seguinte:

“Que não se celebrou desse modo o tratado de limites por causa da exigência apresentada pela República Argentina de se conservar na Vila Occidental, o que seria a ruína do Paraguai, sujeitando-se a arbitramento o terreno que se estende do Pilcomaio à Baía Negra.”

Aproveitou a oportunidade para dizer a Mitre “que o governo paraguaio esperaria com ansiedade a resposta do governo argentino até 30 de novembro próximo futuro, afim de continuar a negociação dos tratados, hoje suspensa, e que, passado esse prazo, se considerariam sem efeito e de nenhum valor as concessões a que o Paraguai vencido se resignava, não porque reconhecesse à República Argentina direito algum ao território que ela exige, mas somente pela força das circunstâncias e pelo desejo de viver em paz e boa harmonia com uma República vizinha.”

Apreciando este período da política internacional da Argentina, emitiu Leon Suarez diversos conceitos, que é oportuno interpolar aqui.

“Esta missão (*de Mitre*) — escreve ele — malogrou-se em grande parte porque Tejedor publicou as cartas confidenciais e até as *instruções*, que o autorizavam a ceder em determinados casos.”

“Em 30 de maio, diz Mitre a Tejedor: “Divulgado pela Memória (Relatório do ministério de Relações Exteriores) o principal de minhas instruções reservadas, muito especialmente no atinente ao Chaco (que, como foi registado em protocolo, é a única dificuldade a resolver), não escapou de certo a V. Exa. que a minha posição, em face do Paraguai e do aliado que nos acompanha com o seu apoio moral nesta negociação, variava até certo ponto de carater, e que a dita negociação, por nossa parte, tinha necessariamente de mudar de plano e até de tom,

se este governo (o *paraguaio*), buscando a discussão sobre o único ponto a resolver, tornasse a pôr tudo o mais novamente em questão, inclusive Missões e a ilha do Atajo.”

“Tejedor — continua Suarez — publicava tudo e o Paraguai ficava sabendo *oficialmente* o que o seu contendor pensava com respeito ao litígio.

“Observa-se este procedimento anormal: em abril, o ministro brasileiro Magalhães, em missão especial em Assunção, dizia a Mitre, confidencialmente, que o presidente Jovellanos lhe havia insinuado a idéia de pedir ao plenipotenciário argentino a derrogação do direito de ocupação do Chaco, como ato prévio e condicional para o início das negociações. Mitre respondeu que tal insinuação seria rechassada *in limine* e até poderia provocar a guerra.”

Leon Suarez expõe os argumentos de Mitre justificadores dessa opinião. Depois aduz: “Ao mesmo tempo publicavam-se as instruções do plenipotenciário argentino.” Somente a parte relativa ao Chaco, para demonstrar que as determinações com respeito a ela não eram tão terminantes como as referentes às Missões e à ilha do Atajo.

“E’ natural que desde esse momento a única solução a que se poderia chegar era o limite pelo Pilcomaio e a arbitragem para o resto do Chaco, isto é, subscrever em 1873 um tratado como o que firmou o Dr. Irigoyen com Fernando Machain em 1876.”

“Com tais procedimentos de chancelaria, são impossíveis negociações dessa natureza. Há lamentavel confusão de critério. A reserva absoluta das instruções de um agente negociador não é *diplomacia secreta*, tão justamente combatida.”

Logo adiante opina que Mitre não devia ter ido ao Paraguai. Era o indicado para o Brasil, porem o menos conveniente para tratar em Assunção. “Nem os paraguaios o estimavam, antes pelo contrário era odiado da maioria, nem o governo do Paraguai estava disposto a tratar a questão com ele, nem com ninguém.” Explica que Jovellanos acreditava ser o governo argentino, e especialmente Mitre, o fomentador da revolução paraguaia encabeçada por Caballero, e contar o plenipotenciário argentino resolver a questão do Chaco com o governo revolucionário triunfante.

“Estas circunstâncias — prossegue Leon Suarez — e os antecedentes da ascendência que os diplomatas brasileiros exerciam em Assunção sobre Jovellanos, haviam colocado o presidente paraguaio, com ou sem razão (creio que de boa fé, sem nenhum motivo) na situação de inimigo da Argentina. Desencadeada a revolução, ele a atri-

buiu a Mitre e buscou, obtendo-o, o apoio das forças brasileiras de ocupação.” (81)

Vendo que Mitre se retirava para Buenos Aires, achou o Visconde de Araguaia que para lá também se deveria trasladar; nutria ademais o desejo de conversar pessoalmente com Sarmiento e ver “se podia convencê-lo da conveniência de aceitar definitivamente a linha divisória no Pilcomaio, para por termo à questão tanto com o Paraguai, como com o Brasil” (82).

Parece-me útil deter-nos aqui um instante, afim de recapitular tão espinhosa questão.

Que desejavam afinal o Paraguai, e a Argentina?

Em que divergiam?

Discordavam na discriminação da linha de fronteira que os devia separar e em outros pontos subsidiários.

Podemos grupar os principais assuntos em vários itens:

- a) os limites na região do Chaco;
- b) a posse das Missões;
- c) a posse das duas grandes ilhas do Paraná (Apipé e Iaceretá);
- d) a posse da ilha do Atajo ou Cerrito;
- e) a retirada das forças brasileiras de ocupação, quer de Assunção, quer de Cerrito;
- f) as indenizações de guerra.

(81) Já tendo em mira a elaboração deste trabalho procurei em 1927, pôr-me em contato com o Professor Leon Suarez, por intermédio do dr. José Rodrigues Alves, nosso embaixador na Argentina. De uma carta de informações que ele mandou (22 de novembro de 1927) ao mesmo embaixador, extraio estes conceitos:

“Convem que o general (*Tasso Fragoso*) atente na mudança de papéis que a política interna argentina impôs aos atores daqueles dias, e como Mitre, que defendeu o texto do tratado de Aliança no tocante a limites, contra Sarmiento e seus ministros; defende depois o Paraguai contra o mesmo Sarmiento e seu novo ministro Tejedor. Encontra-se isto especialmente nas págs. 401 e 402 de meu livro. Poucos entre nós se deram conta desse nobre proceder de Mitre; no Paraguai, ninguém. Foi grande injustiça o que fez recentemente o governo paraguaio quando inauguramos a estatua de Mitre, a saber: mandar contra ordem para que a Escola Militar não formasse na cerimônia. Sem a honradez de Mitre teríamos subtraído o Chaco ao Paraguai, apesar da doutrina de que a vitória não dá direito, e, se houvessem aceitado o conselho de Mitre, a Argentina teria dado ao mesmo Paraguai o território ao norte do Pilcomaio sem necessidade de arbitragem. Porem a justiça é sempre assim: nem sempre dá sentenças acertadas no momento oportuno, quando as dá, senão tardiamente”.

(82) Ofício de Araguaia a Caravelas (9 de setembro de 1873).

Pelo que já sabemos, e resulta das conclusões dos *memoranda* de Mitre e Miranda, não havia dificuldade nos itens *b* e *c*. Havia, porem, divergência nos itens *a* e *d*.

O Paraguai desejava ter o Pilcomaio como limite setentrional no Chaco, fixado por transação, isto é, por acordo amigavel. A não ser assim, apelava para o arbitramento, mas de todo o Chaco, a partir do Bermejo para o norte, até a Baía Negra.

A Argentina aceitava o Pilcomaio e o arbitramento, mas só do Pilcomaio para o norte, inclusive Vila Ocidental.

O Paraguai relutava quanto à ilha de Cerrito, desejava conservá-la, ou então que fosse neutralizada. A Argentina não cedia uma linha neste particular, e como o Brasil ainda se mantinha na dita ilha, empregava esforços para que ele a desocupasse.

Era natural que estas questões subsidiárias só fossem assentadas depois de resolvido o problema principal e embaraçoso, a saber: os limites no Chaco. Mas a Argentina pretendeu alterar essa ordem mais de uma vez, para afastar logo do Paraguai as poucas forças brasileiras que ainda aí se conservavam, esquecendo-se de que também ela ocupava militarmente Vila Ocidental, donde não queria arredar pé.

Sem embargo cumpre reconhecer que já se havia desbravado muito caminho, e não seria difícil obter com tempo e boa vontade a solução definitiva.

Em Buenos Aires, entrou o visconde de Araguaia em conversações com Tejedor. Convidado por ele, falou-lhe a 16 de outubro (1873). Disse-lhe Tejedor, em nome do governo argentino, que depois de refletir sobre a proposta paraguaia, resolvera a República Argentina não aceitá-la. O Paraguai pretendia que se fixasse a raia pelo Pilcomaio, renunciando os argentinos a todo o Chaco daí para o norte até a Baía Negra. A Argentina aceitava o arbitramento para essa zona, "continuando entretanto a ocupação de Vila Ocidental... ou então um tratado em que esta Vila ficasse em poder da Argentina". Nesse sentido iria dirigir-se ao Paraguai, "respondendo à nota paraguaia que marcara um prazo de espera". Queria que o governo imperial soubesse de tudo isso e desse instruções a Araguaia para apoiar qualquer das duas propostas e ajustar "a retirada da força aliada do território paraguaio". Na mesma data (16), passou a Araguaia uma nota nesse sentido. Se o governo brasileiro — diz-se nesse documento — não expedir as instruções necessárias, "para se continuar a negociação sobre uma e outra base", será chegado momento de se concordar na desocupação definitiva do Paraguai, conforme se previu no art. 6.º do acordo de 19 de novembro.

Inteirado desses fatos, o governo paraguaio não modificou a sua attitude. Tejedor quer agora valer-se junto ao governo imperial do art. 6.º do acordo de 19 de novembro, no qual se preve a retirada das tropas brasileiras três meses depois de celebrados os tratados, o que ainda não havia ocorrido. Arma, portanto, uma manobra de flanco contra o Império, que sobre o assunto resolveu ouvir o Conselho de Estado.

Abramos aquí ligeiro parêntese afim de mencionar o que nele ocorreu.

O governo imperial dirigiu-se à Secção dos Negócios Estrangeiros do referido Conselho (20 de novembro de 1873). Descreveu-lhe os antecedentes da questão e o pé em que se encontrava. Apresentou-lhe, os seguintes quesitos:

1.º “Pode-se entender que a Nota do Governo argentino respeita o disposto no art. 5.º do acordo de 19 de novembro, que assim se exprime: *Se a República do Paraguai não se prestar a um acordo amigavel, o Brasil com os demais aliados examinarão a questão, e combinarão entre si os meios mais próprios para garantir a paz, superando as dificuldades*”.

2.º “Está o governo imperial obrigado a entrar no ajuste de que fala o art. 6.º do acordo de 19 de novembro, antes de preencher-se o que dispõe o art. 5.º, e qualquer que seja o resultado das conferências que os Aliados celebrem em cumprimento do dito art. 5.º?”

3.º “Convirá que o governo imperial aceda à retirada imediata de suas forças do Paraguai, sem resolver-se a questão argentina com a República do Paraguai, pendentes ainda a demarcação dos limites do Brasil e o trábaho da Comissão Mista, que está conhecendo das nossas reclamações particulares por prejuizos de guerra?”

Deverá fazê-lo, em tais circunstâncias, sem que o governo argentino desocupe semelhantemente a Vila Ocidental, e se comprometa a não ocupar a ilha do Cerrito, enquanto estiver indecisa a questão de limites do Chaco?”

4.º “Convirá que o governo imperial, de conformidade com o seu desejo de que a pendência se resolva amigavelmente, e sem a menor quebra de dignidade, aconselhe o arbitramento e, para que este se realize, empregue sua influência junto das duas partes dissidentes, solicitando para esse fim o concurso de terceiro aliado, o Estado Oriental?”

“Exigindo o governo paraguaio o arbitramento geral e o argentino o parcial, por qual dos dois se deve decidir o Brasil?”

“Como convirá que o governo imperial proceda no caso de se frustrarem todos os meios conciliatórios?”

“Deverá abandonar ou sustentar o Paraguai, mesmo com o risco de provocar a guerra?”

Quanto ao 1.º quesito, opina o parecer da Secção, de que foi relator Nabuco de Araujo — que a nota argentina “não implica com o art. 5.º do acordo de 18 de novembro de 1872, porque ainda não é chegada a vez dos Aliados”.

“Pondera, porem, a Secção que seria todavia chegada, se não forçada, a vez dos Aliados, e se daria a hipótese do art. 5.º do Convênio, se o Brasil peremptoriamente recusasse as instruções impetradas pela nota argentina para continuação das negociações com assistência do nosso Ministro, havendo assim por terminada a mesma negociação. Mas, então, gravíssima responsabilidade tomaria sobre si o Brasil, porque seria ele a causa imediata de não haver a negociação; deixaria ele de ser o cooperador e garante do aliado para identificar-se com o vencido; e ficaria moralmente impossibilitado, ele, parte e juiz, para exercer a missão do art. 5.º”.

Com respeito ao 2.º quesito, entende o parecer que, em vista do art. 6.º do Convênio, “se o Paraguai não se prestar a um acordo amigavel, a consequência não será o ajuste de que fala o citado artigo, mas o recurso aos meios do art. 5.º, cabendo então a ação dos aliados”.

Relativamente ao 3.º quesito, examina-se a conservação das forças brasileiras no Paraguai do ponto de vista não só do *interesse* do Brasil, como do seu *dever*. Não é do interesse deste país a manutenção de forças no território paraguaio. Seu dever, porem, “no interesse dos fins da Aliança de 1865, e as relações de direito que por ela contraiu para com os Aliados e o Paraguai, determinam a conservação das forças durante o estado provisório em que se acha o Paraguai, e até fazer-se uma situação definitiva”.

“Essa conservação de forças, por parte do Brasil, é tanto mais justificavel quanto o propósito da República Argentina manifestado ao ministro do Brasil (ofício de 28 de junho) é que manterá a ocupação de Vila Ocidental, ainda que os demais aliados retirem as suas forças”.

“Ora, o direito da República Argentina, ocupando a Vila Ocidental, é o mesmo do Brasil continuando a ocupação que tem”.

“Qual é esse direito?”

“Não é a posse *ante bellum*, porque a posse da Vila Ocidental era do Paraguai”.

“Não é o direito reconhecido pelo tratado de 1.º de maio, porque esse tratado faz depender os limites, convencionados entre os Aliados, de tratados com o Paraguai”.

“Não é outro direito senão o direito da guerra, ainda não resolvido pelo tratado definitivo de paz”.

“Só nesses tratados definitivos de paz é que se pode fundar o direito de postlimínio do Paraguai para reaver o território ocupado durante a guerra, e da República Argentina para adquirir a propriedade do território, de que só tem posse em virtude da guerra”.

“Qualquer outra pretensão não é legítima, não tem fundamento no Direito das Gentes”.

“A Alemanha ocupou a Alsacia e a Lorena na guerra com a França, mas não se arrogou a soberania e propriedade desse território, senão em virtude da cessão constante dos Preliminares da Paz de Versalhes, de 26 de fevereiro de 1871, e desde a data da ratificação do Tratado de 2 de março de 1871”.

“O Direito Internacional contém muitos exemplos no sentido pressuposto pela Secção, isto é, que a ocupação, no caso de guerra, não importa propriedade, senão posse, e a propriedade só pode fundar-se nos tratados de paz (veja-se Conde de Garden, tomo 2.º, pág. 291)”.

“Está dito que o direito da República Argentina, para conservar suas forças no território paraguaio é o mesmo que o Brasil tem até a definitiva situação do Paraguai, e, pois, não há direito para que a República Argentina pretenda a retirada das forças do Brasil, mantendo ela as suas”.

“Poderia o Brasil, para conservar suas forças, invocar o Tratado de Paz com o Paraguai (de 27 de março de 1872, art. 19); mas deve precindir dessa posição especial, quando aliás tem por si seu carater de aliado, a posição comum da Aliança, o interesse da Aliança e o Convênio de 19 de novembro de 1873”.

No tocante ao 4.º quesito, recomenda o parecer a solução pelo arbitramento. E' isso que o Brasil deve aconselhar. O arbitramento “deve ser parcial, não compreendida a linha do Pilcomaio, mas só a do Norte até a Baía Negra”. O árbitro natural é a República dos Estados Unidos da América do Norte, “sobranceiro a questões de limites e preponderante na América do Sul”. Qualquer outra república deste continente seria suspeita ao Paraguai ou à Argentina.

O Brasil não deve auxiliar com tropas a Argentina caso esta entre em guerra com o Paraguai. “A razão é porque essa garantia, comparadas as forças da República Argentina e as do Paraguai,

é desnecessária, é um verdadeiro luxo. O garante não é obrigado, conforme os princípios do Direito Internacional, a prestar socorro, quando o Estado garantido está no estado de, por si mesmo, fazer-se justiça. (Vattel, § 237 — C. de Garden. 1.º vol., pág. 634 — Dalloz N. 175”).

A intervenção do Brasil em favor do Paraguai seria “uma quebra da aliança e, ainda mais, uma violência do justo e do honesto”. A verdade é que, se a Argentina insiste nos limites até a Baía Negra, “o Brasil os reconheceu no Tratado da Tríplice Aliança e se comprometeu a exigí-los”; não pode, por conseguinte, “identificar-se com o vencido comum, hostilizando o aliado da véspera, precisamente porque esse aliado pretende o que lhe foi concedido pela Aliança”.

“O rigor do direito, a letra do tratado, estão em favor da República Argentina.”

Acha o parecer que o arbitramento é a única e verdadeira solução desse problema intricado.

“No conceito da Secção toma-se o caminho verdadeiro, e conforme a natureza das coisas, promovendo-se o arbitramento, e fazendo-se sentir ao Paraguai que, em caso de guerra com a República Argentina, o Brasil não intervirá; assim o Paraguai não será induzido em erro, contando com o sangue e o dinheiro do Brasil em seus cálculos de resistência.”

O visconde de Jaguarí, membro da Secção, divergiu em alguns pontos do parecer de Nabuco.

“Cooperação moral! — disse ele — ditada pela razão, pelo direito, pela justiça, não é a imposição arbitrária do forte contra o fraco e de que o Brasil não deve fazer-se o instrumento e cúmplice”.

E mais adiante: “O tratado de aliança não resolveu a questão dos limites do Brasil e da República Argentina; cada aliado disse o máximo que exigiria do Paraguai, como base para ajustes especiais”.

“Não se examinou o fundamento do direito territorial de cada um; confiou-se que assim o Brasil como a República Argentina não pretenderiam afinal senão o que fosse justo, e posteriormente declararam mais de uma vez, em documentos que correm impressos, que seriam até generosos.”

O visconde de Niterói, outro membro da Secção, concordou com Jaguarí. “cujo bem elaborado parecer declarou adotar e subcrever”; ajuntou, porem, algumas reflexões;

Em consequência de um aviso do governo, de 20 de novembro de 1873, o Conselho do Estado reuniu-se em sessão plena, (24 de janeiro de 1874), sob a presidência do Imperador. Foi-lhe presente o parecer da Secção dos Negócios Estrangeiros, a que acabei de referir-me. Abriu-se o debate sobre os quatro *itens*, já mencionados. Falaram diversos conselheiros. Os pareceres foram longos; vou mencioná-los de corrida.

O marquês de São Vicente manifestou-se contrário à retirada das forças brasileiras ainda existentes no território paraguaio.

Opinou pelo arbitramento; achou que o governo devia decidir-se pelo arbitramento geral.

Nabuco de Araujo respondeu a Jaguarí; fez também comentários sobre as opiniões de Niterói.

O visconde de Muritiba disse subscrever o parecer da Secção quanto ao 2.º quesito e ao 3.º. Relativamente ao 4.º conformou-se com as conclusões do mesmo parecer.

O visconde de Bom Retiro opinou pelo arbitramento geral. Estava de acordo com o parecer da Secção quanto ao 2.º quesito e ao 3.º.

O duque de Caxias declarou-se contrário à retirada das forças “sem que seja previamente resolvida a questão argentina, ou que se obtenham garantias que removam as consequências que desse passo poderiam resultar, ainda quando a demarcação de limites já estivesse concluída”. Era pelo arbitramento geral quanto ao Chaco ou então só pelo da Vila Ocidental, como propôs o visconde de Jaguarí, ficando daí para o Norte desde já para o Paraguai”.

Jaguarí e Niterói replicaram a Nabuco.

Reatemos agora o fio da narrativa.

Araguaia respondeu a Tejedor em ofício de 24 de fevereiro (1874). Resenhou o estado das negociações. O governo de Sua Magestade entende que, não se tendo realizado o ajuste amigável entre as duas partes, é caso de se apelar para o art. 5.º do convênio, no qual se estabelece que os aliados poderão examinar a questão e “combinar entre si os meios mais próprios de garantir a paz, superadas as dificuldades”. O governo do Brasil está pronto para essa reunião e muito desejaria que ela se realizasse no Rio de Janeiro. Não tem esperança de ver findar a questão, se for retomada sobre as mesmas bases, mas está pronto a prestar a sua cooperação. Uma ameaça ou imposição do Império e dos seus aliados — escreve Araguaia — poderia talvez mover o Governo paraguaio a assinar o tratado de limites que exige o Governo argentino, mas este Governo não quererá esta solução, um semelhante ato de força, que, no estado em que se acha a infeliz nação paraguaia, provavelmente

não produziria mais do que confusão e anarquia, o que de certo não poderia sair legítima e desinteressadamente do compromisso de 19 de novembro. O art. 4.º desse acordo fala de *cooperação moral* e para um *ajuste amigável* com a República do Paraguai.

Afim de superar a dificuldade, formula uma proposta em nome do governo imperial.

“A solução que ofereço — acrescenta logo adiante Araguaia — como novo testemunho dos sentimentos profundamente pacíficos e amigáveis do meu governo, consiste em modificar-se o compromisso do arbitramento, já aceito em princípio por ambas as partes contratantes, com a diferença de querer uma que seja geral e a outra limitado ao território ao norte do Pilcomaio.”

O governo paraguaio aceita, segundô as suas propostas, como definitiva a linha do Pilcomaio, desistindo, portanto, nessa hipótese de toda oposição ao demais território do Chaco e ao de Missões. O governo argentino também desistiria do arbitramento, se o Paraguai conviesse em traçar a linha divisória de modo que ficasse a Vila Ocidental para a República Argentina. Logo, a causa real do litígio, que tanto nos preocupa, está no território da Vila Ocidental, com o limite setentrional que assinalou o governo argentino”.

“Parece, pois, razoável que, pondo-se fora da questão o reconhecimento dos territórios ao sul do Pilcomaio e ao norte da Vila Ocidental, o *arbitramento só tenha por objeto decidir do domínio desta Vila*, mantendo-se o *statu quo* sem nenhuma outra intervenção, até que o árbitro, escolhido de mútuo acordo pelas duas partes contratantes, profira sua sentença, da qual ficará dependente a celebração definitiva do tratado de limites dos dois Estados.”

“Esta solução é a consequência lógica da proposta argentina, e parece conciliar melhor todos os escrúpulos de dignidade e todos os direitos recíprocos do governo argentino e do governo paraguaio.”

Atente bem o leitor nesta proposta de Araguaia, pois será mais tarde a base da solução final. Reduz-se em dar à Argentina o Chaco ao sul do Pilcomaio e ao Paraguai todo o que demora ao norte de Vila Ocidental, e em restringir a dúvida ou o arbitramento à pequena zona que compreende esta Vila.

Araguaia discute ainda a idéia da desocupação militar imediata do território paraguaio. O Brasil deseja fazer isso o mais cedo possível, mas ainda não reputa oportuna a ocasião.

Tejedor responde a 5 de março (1874). Insiste em que o art. 6.º é o aplicável e não o 5.º. A Argentina não nutre a esperança de que a proposta do Brasil concernente ao arbitramento leve a bom resultado. Pensa que ele deveria “ensaiar por si só” a nova base, junto ao governo paraguaio, “antes de comprometer a República

Argentina em uma quarta e inútil negociação". Mas se isso fosse exequível, proporia uma modificação. "Se — escreve Tejedor — concordando no arbitramento sobre a Vila Ocidental, se há de pôr fora de questão o resto dos territórios ao norte em favor do Paraguai e ao sul para a República Argentina, mais lógico seria fazer definitivamente este reconhecimento, *desocupando desde já o Brasil a ilha de Atajo*, mencionado como território argentino no acordo de 19 de novembro". Participa que vai passar para a Vila Ocidental a pequena guarnição argentina que se encontra em território paraguaio.

E' a manobra de flanco contra o Brasil! Ainda uma vez quer, pois, a Argentina inverter a ordem natural das questões, sempre preocupada com entrar na posse imediata da ilha do Cerrito, que o Brasil continua ocupando por motivos faceis de perceber, mas que está pronto a largar, logo que se decida a qual dos dois países ela passará a pertencer. O que surpreende é que a Argentina olvide que também tem forças em Vila Ocidental, de que se apossou durante a guerra e de onde não se quer afastar.

Dirigindo-se ao poder legislativo, assim se expressou Tejedor, em seu relatório de 1874:

"Convidado o Brasil, após o mau êxito da negociação de Assunção, para ajustar a desocupação definitiva, consoante o estipulado no art. 6.º do acordo de 19 de novembro, respondeu, depois de quatro meses, propondo a reunião dos aliados no Rio, em nome do art. 5.º do referido acordo, ou uma nova negociação com o Paraguai sobre a 2ª base argentina modificada, ficando pendentes os tratados definitivos não só da sua aceitação dessa base, senão também do arbitramento, que poderia ser a sua consequência."

"Recusou por isso, em nota, a ida ao Rio em nome do art. 5.º; também se recusou uma nova negociação iniciada pela República Argentina, mas *aceitou-se a proposta do arbitramento na forma modificada pelo Brasil*, que não altera substancialmente a proposta argentina, anunciando-se desde logo a desocupação de Assunção pela nossa guarnição militar".

"Apesar desses contratempos, o Brasil não desanimou, continuou trabalhando pela solução do problema, quer junto à Argentina, quer junto ao Paraguai. Recomendou ao ministro brasileiro em Assunção que aconselhasse ao governo paraguaio o abandono do arbitramento e a aceitação da linha do Pilcomaio, proposta por Mitre.

Esses esforços frutificaram. Ouvindo os conselhos do Brasil, dirigiu o Paraguai, a 18 de agosto (1874), um convite a Argentina

para realizarem negociações no Rio de Janeiro. Participou ter nomeado Jaime Sosa seu representante nas mesmas.

Tejedor responde a 31 de agosto.

Declarou: 1.º, que o governo argentino, instado pelo Brasil, havia aceitado o arbitramento modificado de modo que a ele se submetesse unicamente o território da Vila Ocidental, reconhecendo-se ao mesmo tempo que pertencia à Argentina o território ao sul do Pilcomaio e ao Paraguai o ao norte deste rio, sem prejuízo dos direitos da Bolívia;

2.º, quanto à transação, que devia o Brasil comprometer-se a desocupar imediatamente o território paraguaio e a entregar, também imediatamente, a ilha do Cerrito à República Argentina;

3.º, que não se devia aceitar o convite enquanto o governo paraguaio não admitisse qualquer das duas propostas formuladas (83).

Aceita o governo paraguaio estas condições? pergunta Tejedor. Não no disse e, diante do seu silêncio, não é permitido à Argentina *por enquanto* aceitar-lhe o convite.

O Paraguai replica a 15 de setembro. Já declarou que não rejeitava o arbitramento na forma proposta pelo governo imperial, embora esperasse, e espere, que a República Argentina “desistiria de uma condição, que tanto pode demorar o ajuste necessário ao Paraguai para se restabelecer depois de tantas calamidades”. Quanto à desocupação da ilha do Cerrito e à retirada das forças brasileiras, são assuntos que só podem ser discutidos e resolvidos pelos respectivos plenipotenciários”.

O ministro brasileiro em Buenos Aires (Luis Augusto de Pádua Fleury) disse em nota a Tejedor, de 20 de setembro (1874), que o governo imperial acreditava poder assegurar ao da República Argentina que “se não fosse mais, seria aceito pelo plenipotenciário paraguaio o arbitramento limitado à Vila Ocidental, com a continuação do *statu quo*, no qual se entende a ilha do Atajo ou Cerrito”.

“A outra solução, isto é, a da celebração do tratado de limites pelo Pilcomaio, sendo imediata e simultaneamente retiradas as forças brasileiras e argentinas, também é aceita pelo Brasil, e o será pelo Paraguai, uma vez que, quanto às forças que se acham em Assunção, se defina em termos habeis, o que se deve entender por *imediatamente*”. O governo imperial julgava precisar de quatro meses para repatriar as suas forças sem precipitação, nem despesas extraordinárias de transporte.

Mas nem assim deu-se Tejedor por satisfeito. O Brasil, porém, não esmorecia. Mandou dizer-lhe “que viesse à Côte, ouvisse com benevolência o que lhe propusesse a outra parte interessada, e tudo se poderia arranjar em duas ou três conferências”.

“Com efeito — escreve Cotegipe, em seu relatório de 1875 — a desocupação, idéia fixa do governo argentino, não era recusada por nossa parte, e só dependia de se fixar o prazo para realizá-la, à vista da resolução que tivesse a questão de limites”.

CAPÍTULO II

Negociações entre a Argentina e o Paraguai celebradas no Rio de Janeiro — Tejedor é o representante daquela e Jaime Sosa o deste — O governo brasileiro designa Paranhos e Caravelas para seus representantes nessas negociações — Tejedor e Sosa combinam um tratado contrário ao parecer dos brasileiros — O governo paraguaio desaprova-o e demite Jaime Sosa — Apreciação sobre este negociador e sobre o presidente Jovellanos, decorrentes do que aquele escreveu e de uma carta que este último dirigiu a Paranhos — A derradeira negociação entre a Argentina e o Paraguai, realizada em Buenos Aires — Os tratados combinados entre os negociadores (Facundo Machain, pelo Paraguai, e Bernardo de Irygoyen, pela Argentina) são aprovados pelos dois países — A questão do Chaco é submetida a arbitragem do presidente dos Estados Unidos da América do Norte — Laudo deste em favor do Paraguai — Cerimônia da retomada de posse de Vila Ocidental pelos paraguaios, que lhe mudam o nome para Vila Hayes — A comissão paraguaia é levada até lá pela canhoneira brasileira "Fernandes Vieira" — Epílogo — Reflexões finais

Afinal o governo argentino, então em mãos de Nicolau Avellaneda, acedeu e mandou Tejedor ao Rio de Janeiro em missão especial, para liquidar o assunto (2 de abril de 1875). O governo brasileiro designou o visconde de Caravelas e o Visconde do Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros, para seus representantes na negociação (27 de abril de 1875).

A primeira conferência realizou-se a 28 de abril. Tejedor levantou logo a questão da ordem dos problemas. "Julgava que se devia começar pela desocupação do Paraguai pelas forças brasileiras, passar depois a tomar em consideração, quer a proposta sobre a transação, a qual, se fosse aceita, daria lugar ao tratado correspondente entre o Paraguai e a República Argentina, quer a proposta

sobre arbitramento, estabelecendo-se regras que o delimitassem, no caso de optar-se por esta proposta, o que também seria objeto de tratado entre as duas Repúblicas, e terminar pelo acordo em que as duas partes contratantes ressaltassem os direitos da Bolívia". Tudo isso, acreditava Tejedor, poderia ser matéria de quatro protocolos.

Conforme se infere destas palavras, o plenipotenciário argentino continuava dominado pela idéia de fazer, antes de tudo, que o Brasil retirasse do Paraguai as poucas forças que ali ainda mantinha.

Os plenipotenciários brasileiros responderam-lhe com vantagem. Explicaram a razão por que, mau grado seu, ainda tinha o Brasil tropas no Paraguai; que isso "não influia na demarcação das fronteiras entre o mesmo Paraguai e a República Argentina".

Tejedor insistiu na sua idéia. "A ocupação do Paraguai pelo Brasil era na verdade o *ponto capital*; da solução que se lhe desse, dependeria o êxito de uma ou outra das duas propostas, de conformidade com as instruções que havia recebido". Ainda no caso do arbitramento "tinham em vista a desocupação total, ou, pelo menos, a desocupação imediata da ilha do Atajo". Só isso explicava a sua presença no Rio, que não teria razão de ser caso apenas se cogitasse de ajustar os limites entre as duas Repúblicas. Para isto bastariam negociações em Assunção ou Buenos Aires.

Os plenipotenciários brasileiros replicaram refutando a argumentação de Tejedor. Mostraram que a missão do Brasil nos ajustes definitivos de paz entre a Argentina e o Paraguai, não podia ser outra senão a que lhe lhes marca o acordo de 19 de novembro. A reunião do Rio de Janeiro tinha explicação natural. O Brasil era chamado a prestar a sua colaboração a um dos aliados.

Tejedor contestou essa missão do Brasil na presente negociação.

O representante do Paraguai explicou os motivos por que seu governo havia solicitado a permanência das forças brasileiras em Assunção. O governo brasileiro declarara não ser possível proceder assim por mais tempo, em vista das despesas daí decorrentes para o tesouro, resposta *franca e terminante*, que levou ao conhecimento de seu governo. Se dependesse apenas do Paraguai, as forças brasileiras continuariam ainda no seu território, em benefício da *ordem e paz interna* da República; mas, tomando em consideração o que dissera o Brasil, e certo de que a desocupação se efetuaria logo após a celebração do tratado com a Argentina, "se sujeitaria à desocupação como a uma medida necessária".

Os plenipotenciários brasileiros reiteraram os seus argumentos. Continuavam a achar que, conforme provava a experiência, "era

preciso resolver a questão de limites, causa de tudo, para então tratar-se da desocupação, a qual dependerá dos termos dessa resolução, e não poderá ser obrigatória senão depois que os ajustes celebrados tenham sido sancionados e ratificados, sendo trocadas as ratificações, isto é, depois que possam ser considerados atos perfeitos e definitivos”.

Tejedor voltou à carga. Falou na desocupação da ilha do Cerrito, desocupação prévia, que a Argentina sempre pedira.

Os plenipotenciários brasileiros responderam que a desocupação desta ilha entrava no caso geral. O governo argentino talvez pretendesse *ocupá-la e fortificá-la*. Chegado o momento oportuno o governo imperial a deixaria, mas não lhe cabia entregá-la à Argentina; a entrega deveria resultar de acordo entre as duas Repúblicas.

Tejedor pretendeu que a ilha fora ocupada *em nome da aliança e por motivo de guerra*. Se o Brasil julgava não dever entregá-la à Argentina, que o fizesse ao Paraguai, ou, se não queria entregá-la a ninguém, que a deixasse *livre no rio*. Nem o Paraguai, nem o Brasil deviam ter receio quanto à ilha; aquele possuía a fortaleza de Humaitá, e este grandes arsenais em Mato Grosso, e uma esquadra em Assunção. Ademais disse a *fortificação* de Cerrito não era necessária a quem possuía a ilha de Martin Garcia e poderia fortificar *as duas margens do rio Paraná e uma do Uruguai*.

Facilmente rebateram os brasileiros tão fracos argumentos. O Brasil — disseram eles — não ocupou a ilha por deliberação com os aliados, escusada no caso, mas por seu próprio arbítrio, para as operações militares de sua esquadra; desocupação é cousa diferente de entrega; só a nação que a detinha antes da guerra caberá entregá-la à Argentina, se assim for convencionado. O Brasil não ambiciona nenhum pedaço do solo paraguaio. Se pelo acordo final a ilha passar à Argentina, só o que proporiam seria não fosse a mesma fortificada, em vista das *apreensões que este fato naturalmente causaria e em respeito ao princípio que os aliados estipularam em 1865, o de impedir novas fortificações no território paraguaio*.

Neste ponto suspendeu-se a reunião.

Na segunda conferência (4 de maio de 1875) houve exibição e exame das cartas de plenos poderes.

Voltou à baila a questão da desocupação do território paraguaio. Tejedor persistiu no seu ponto de vista, que os brasileiros atacaram com raciocínios claros e simples. Discutiu-se também o papel do Brasil nas negociações. Afinal declarou Tejedor que, “sem abandonar, como o havia dito, seu ponto de partida, nem suas exigências quanto à desocupação e redução das forças, *convinha*

em dar um passo adiante, como desejavam os Senhores Plenipotenciários brasileiros, pelo que propunha que a base que havia oferecido ficasse assim redigida:

“Ficou consequentemente acordado que, no caso de entenderem-se a República Argentina e a do Paraguai, quer fixando por transação a linha definitiva de seus limites, quer submetendo-os a um arbitramento, a desocupação terá sempre lugar nos termos que se estipularem nos respectivos protocolos”.

Tejedor cedeu, mas visivelmente contrariado; sua base foi aceita pelos colegas; ele prometeu entrar na questão de limites na reunião subsequente.

E destarte findou a 2.^a conferência.

Na terceira (10 de maio de 1875), Tejedor abordou a questão dos lindes, recordando antes certos antecedentes de sua nomeação como plenipotenciário. Apresentou duas bases: uma de *transação* e outra de *arbitramento*. Ei-las:

BASE DE TRANSAÇÃO

“Não obstante o estabelecido no tratado de aliança, aceitam-se como limites entre o Paraguai e a República Argentina, os rios Paraná e Paraguai, e pelo oeste o Pilcomaio, em seu braço fronteiro a Assunção; convindo a República do Paraguai pelo mesmo ato em ceder à Argentina a vila chamada Ocidental, sobre a margem esquerda do Confuso, com um território de duas leguas ao sul, quatro ao norte e quatro a oeste; e a República Argentina *em dar por cancelada com esta concessão a indenização que aquela lhe deve pelos gastos de guerra*”.

“Nos limites anteriormente fixados, está entendido que fica compreendida a ilha do Atajo, ou Cerrito, como do domínio da República Argentina, devendo ser desocupada e entregue a esta República, logo que esta transação seja aprovada pelos poderes públicos do Paraguai e da República Argentina”.

Como vê o leitor, surge aí uma novidade, ao que parece, surpreendente para os brasileiros, a saber: a cessão, feita pelo Paraguai à Argentina, da Vila Ocidental e de um pequeno território em torno da mesma vila, *mediante o cancelamento da dívida do Paraguai pelos gastos de guerra*.

Tejedor esforçou-se em defendê-la com argumentos inconsistentes.

Apresentou a seguir a

BASE DE ARBITRAMENTO

“A República Argentina e o Paraguai conveem em sujeitar à decisão de um árbitro ou árbitros, nomeados de comum acordo, o domínio da Vila Ocidental, com um território de duas léguas ao sul, quatro ao norte e quatro a oeste”.

Estabelecem-se em seguida seis regras para esse arbitramento, a saber: Vila Ocidental não pode sair do poder do país a que for adjudicada (1.^a); se a Argentina perder nesse pleito, respeitar-se-ão os direitos territoriais adquiridos pelos atuais povoadores (2.^a); dado este caso, a Argentina será indenizada previamente dos gastos com a ocupação e desenvolvimento da vila; a sentença arbitral fixará a importância e forma do pagamento (3.^a); serão indenizados os povoadores que desejarem mudar de domicílio, e assim o declararem dentro do 1.^o ano (4.^a); durante o juízo arbitral poder-se-á manter o *statu quo* da ocupação das forças brasileiras e reduzir-lhes o efetivo até ao que mantenha o governo argentino em Vila Ocidental (5.^a); ficarão fora de discussão, e reconhecidos como paraguaios, os territórios a oeste do rio Paraguai e ao norte do Pilcomaio, com exceção da área que envolve Vila Ocidental, sujeita a arbitramento; e, como pertencentes à República Argentina, os ao sul do mesmo Pilcomaio, devendo ser desocupada, e entregue à Argentina a ilha do Atajo, logo depois de assinado no Rio o convênio que se está negociando 6.^a.

Afirma Tejedor que suas instruções o inibiam de ocupar-se do arbitramento, se a desocupação e a entrega da ilha do Cerrito não se fizesse logo depois de firmado no Rio o dito convênio, pois não haveria então necessidade de se aguardar a sentença arbitral, como pretendiam os brasileiros, a qual já não poderia de forma alguma influir sobre o domínio da ilha.

Buscou ainda ressaltar os direitos da Bolívia propondo que, em qualquer caso se adotasse a seguinte

BASE

“As três partes deliberantes e presentes a este acordo, confirmam a ressalva dos direitos da Bolívia a todo o território objeto desta negociação, de conformidade com o previsto no tratado de aliança.”

Os plenipotenciários brasileiros recordaram alguns antecedentes da questão, notadamente os esforços do Brasil no sentido de se

abrir caminho a uma solução definitiva. Convidaram o plenipotenciário paraguaio a manifestar-se.

Este entrou em matéria afirmando que “desde o princípio se havia tratado de ocupação e desocupação; que por sua parte lhe cumpria declarar que o Paraguai *ganharia, como tem ganho até aqui, com a permanência das forças brasileiras em Assunção*; mas que, sendo isso obstáculo à negociação, não insistia na ocupação total ou parcial” (84).

Examinou a 1.^a base. Preferia como limite o braço principal do Pilcomaio que deságua em frente a Villeta.

Concluiu que das duas bases de Tejedor “optava pela transação, porque oferecia a vantagem de pôr termo rápido a este assunto, ficando todos tranquilos e sem receios para o futuro”, mas que suas instruções não lhe davam faculdade para a troca da vila pelo cancelamento da dívida.

Acrescentou que a cessão da referida vila era prejudicial ao Paraguai, porquanto o seu comércio necessita de garantias que impeçam a diminuição das rendas pelo contrabando, o qual desse modo continuaria. Aceitava, portanto, *ad referendum*, a solução sobre a mesma base.

Comentou depois a base do arbitramento e as suas regras. Terminou dizendo que “entre as duas propostas, persistia em acreditar que a mais conveniente era a de transação”.

Percebe-se facilmente quão surpresos deveriam ter ficado os brasileiros com a idéia inesperada de trocar-se um pedaço do território paraguaio pela dívida de guerra deste país. Tejedor já havia feito alusão a esse estado de espírito dos colegas. Usando da palavra, mostram os brasileiros ser isso natural, “desde que o próprio sr. Tejedor declarara que o Governo argentino tem hoje exigências que antes não apresentara”. Examinam essas exigências ou inovações, em número de sete. O plenipotenciário argentino tem expressado o desejo de que eles, brasileiros, manifestem francamente o seu juízo sobre as soluções propostas nestas negociações. Fa-lo-ão oportunamente. Restringem-se agora a considerações gerais. Sem dúvida a transação, isto é, a solução definitiva seria preferível ao arbitramento. Porém a 1.^a regra dessa solução, a saber: a ces-

(84) Atente bem o leitor nestas palavras do sr. Jaime Sosa em plena conferência, para compará-las mais tarde com o seu procedimento final.

são da Vila Ocidental pelos gastos de guerra “encontra com as disposições do tratado de aliança e as bases preliminares, negociadas em Buenos Aires, para os ajustes definitivos de paz, e o acordo de 19 de novembro”.

“O tratado de aliança, e aquelas estipulações posteriores, estabelecem o compromisso de respeitar-se a integridade territorial do Paraguai, e a mais perfeita igualdade de condições quanto às indenizações por gastos e prejuízos de guerra, bem como a respeito de quaisquer outros interesses. O governo imperial e o da República do Uruguai não poderiam ver essa transação pecuniária sem reclamar contra ela, como ofensiva do pacto de aliança ou, pelo menos, terão o direito de exigir para si a mesma forma de pagamento. Até hoje não tem o governo do Brasil recebido um real como indenização de guerra, e nem mesmo a importância total dos auxílios que prestou ao governo provisório do Paraguai, a título de empréstimo. Os ajustes celebrados pelo governo do Brasil com o do Paraguai, no tocante a indenizações de guerra, respeitaram as estipulações da aliança e tiveram muito em vista nada pretender que não fosse inteiramente aplicável aos seus aliados”.

O argumento era irrefutável, mas Tejedor não lhe prestou atenção, houve-se com sobranceria; achou que a discussão estava esgotada; o sr. Sosa já se havia pronunciado; agora seria fácil chegar a um acordo, se os brasileiros quisessem fazer um esforço no mesmo sentido; tocava-lhes a palavra. Ele, Tejedor, nada modificaria. A sua discussão com o sr. Sosa estava terminada. Nada obstante, como os brasileiros haviam dito que desejavam *refletir*, mandava a cortezia que, por deferência para com eles, se suspendesse a reunião.

Os brasileiros retorquiram. Também queriam brevidade; mas, tendo havido pela primeira vez novas proposições, não se podia pretender que eles manifestassem *in continenti* opinião definitiva. Não era o caso de dizer *sim* ou *não*. O plenipotenciário paraguaio manifestara apenas preferência pela primeira proposta argentina.

A isso redarguiu Tejedor que ambas as propostas estavam aceitas por ele *no fundo*. Os plenipotenciários brasileiros afirmaram por sua vez a necessidade de saber-se por qual das duas se decidiam o seu colega argentino e o paraguaio. Fizeram ainda outras reflexões. Parecia-lhes que o plenipotenciário paraguaio não aceitara a primeira parte do primeiro alvitre, porque a tanto não o autorizavam as suas instruções, embora a sua opinião pessoal lhe fosse favorável. Não estava, pois, tudo *dito* e *resolvido*. Esperavam que na próxima conferência seus colegas dissessem *clara e definitivamente* qual o seu acordo de limites. Se prevalecesse o arbitramento, sugeriam a idéia

de serem retiradas todas as forças brasileiras e argentinas. Tejedor objetou. A ocupação argentina não era a mesma coisa que a brasileira. A Argentina estava ocupando território seu pelo tratado (Vila Ocidental), enquanto que o Brasil mantinha-se em Assunção. Confessou que as observações dos plenipotenciários brasileiros quanto à cessão da Vila Ocidental, tinham *indubitavelmente certo peso*, mas que tal cessão era “antes suposta que real”, imaginada para obtenção de um acordo, visto a Argentina sustentar os seus direitos não só à Vila Ocidental, como a todo o Chaco até a Baía Negra. Os outros aliados não podiam alegar o mesmo. O Uruguai não era limítrofe com o Paraguai, e o Brasil havia obtido todo o território que previra no tratado de aliança. A verdadeira cessão fazia-a seu país renunciando aos territórios até a Baía Negra e à dívida de guerra. O plenipotenciário paraguaio não tinha a mínima repugnância em ceder a Vila Ocidental nos termos expostos ou em *quaisquer outros*; se o Brasil o apoiasse, o negócio estaria concluído.

O sr. Sosa, tomando a palavra, declarou que, embora suas instruções não cogitassem do caso, aceitava a transação, pois destarte seu país se libertaria do enorme peso da dívida de guerra.

Tejedor agarrou-se a esta opinião. Já que o seu colega paraguaio se expressava desse modo, não havia mais dificuldade para se celebrar o tratado por transação *ad referendum*.

Os brasileiros não foram do mesmo parecer. A anuência do representante paraguaio, sem autorização do seu governo, à primeira base, não destruía as graves objeções opostas por eles à cláusula da transação pecuniária, que o próprio representante da Argentina considerara como tendo *algum peso*. Achavam que a objeção tinha ao revés *muito peso* e merecia ser considerada e discutida em outra conferência. Esperavam lhes fosse nela comunicada a solução definitiva sobre limites, que seus dois colegas acordassem entre si”, para então enunciarem seu juízo definitivo sobre esse importante assunto e resolverem o que deviam adotar quanto à retirada das forças.”

Decidiu-se encerrar a sessão.

Houve ainda uma quarta e última conferência, não registrada em protocolo.

O representante paraguaio disse haver-se lembrado, para evitar o arbitramento (meio mais difícil e moroso) de se dividir o território disputado acima do Pilcomaio, com a renúncia por parte da Argentina da indenização dos gastos de guerra. Tejedor aceitou a idéia, mas não se puseram de acordo quanto à linha divisória entre o

arroio Verde e o Pilcomaio (85). Disseram que estudariam entre si esta questão geográfica.

Os plenipotenciários brasileiros mantiveram-se no seu ponto de vista; não aceitaram a responsabilidade de aconselhar essa solução, *em desacordo com os antecedentes do negócio*. Ponderaram, todavia, que o representante paraguaio não se dizia autorizado pelo seu governo e que o imperial não poderia convir na cessão de território a *título de renúncia dos gastos de guerra*. Se o Paraguai quisesse ceder, fizesse-o sem essa cláusula, *porque a soberania daquele território valia mais do que alguns milhares de pesos*.

Tejedor lembrou fazer-se a renúncia mediante um protocolo reservado, que os brasileiros não tivessem necessidade de assinar. Haveria sempre transação — aduziram estes — a qual, tarde ou cedo, *constaria, provocando os protestos do Brasil*. Se o representante paraguaio queria dividir o território, que o fizesse *em nome dos altos interesses políticos*, e tirasse ao fato o caráter de *uma venda de território*, o que não embaraçaria a Argentina quando tivesse de tratar com os aliados sobre as indenizações de guerra.

E assim terminou a 4.^a conferência.

Era intenção dos brasileiros propor o arbitramento em nova reunião, e, se prevalecesse a idéia da divisão do território, limitarem-se a declarar *que não a impugnavam, mas que também não a aconselhavam*.

Porem nenhuma outra conferência se realizou. A 2 de junho (1875), Tejedor abandonou o Rio de Janeiro, de regresso a seu país.

Antes de partir, entendeu-se direta e particularmente com Jaime Sosa, no Hotel dos Estrangeiros, onde residia, e ambos firmaram um *tratado de limites* no sentido de suas idéias (20 de maio). E' um documento singelo, que maravilha aos que estão acostumados a compulсар peças oficiais dessa natureza. Consta de dois artigos. No primeiro, fixa-se a fronteira. E' assim redigido:

“Não obstante o tratado de 1.º de maio de 1865, a República Argentina se dividirá ao Sul e a Leste da República do Paraguai pelo meio do canal do rio Paraná até encontrar por sua margem esquerda os limites do Império do Brasil; a Oeste pelo rio Paraguai, desde sua confluência com o rio Paraná até a desembocadura do Arroio Verde, situado imediatamente ao norte da Vila Ocidental, continuando a divisa pelo braço principal do mesmo arroio até a distância de

(85) Pela notícia da conferência, que se encontra no Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros para 1875, parece que a idéia era dividir em duas partes o território entre o Verde e o Pilcomaio; uma parte ficaria para a Argentina e a outra para o Paraguai.

quatro léguas em linha reta pela sua margem direita do mesmo, e deste ponto por uma linha paralela ao rio Paraguai até encontrar o rio Pilcomaio”.

Juntamente com esse tratado, foi assinada uma *Convenção Adicional de Danos e Prejuizos*, em cujo artigo 1.º se lê:

“Art. 1º. O governo argentino renuncia em favor do Paraguai os gastos de guerra e danos públicos”.

Em offício de 31 de maio (1875), deu notícia Tejedor a seus colegas — Caravelas e Rio Branco — do que havia conseguido com Jaime Sosa.

Caravelas respondeu-lhe no mesmo dia. “Não se pode compreender — escreveu ele — como se acha concluída a negociação, quando faltam documentos essenciais, que mostrem qual o resultado, a que se refere o sr. Ministro, e o juízo e declarações dos plenipotenciários do Brasil”.

Ainda a 31 de maio, avisou Tejedor que, *antecipadamente* autorizado, iria volver a seu país no dia 2 do mês seguinte.

O governo imperial dirigiu ao da Argentina (18 de junho de 1875) uma nota, e juntamente com ela um *memorandum*, em que historia resumidamente as negociações, refere o procedimento e a retirada célere de Tejedor, e protesta contra a cessão de território paraguaio, mediante indenização, a qual ofende o princípio que os aliados se obrigaram expressamente a observar quanto à integridade territorial do Paraguai. Termina o *memorandum* desta forma:

“Retirou-se o sr. Tejedor desta Corte apressadamente sem comunicar ao governo imperial os ajustes que assinara com o representante do Paraguai, e sem pedir uma audiência de despedida à Sua Majestade o Imperador, junto ao qual fora acreditado, nem motivar a dispensa desta formalidade, nunca preterida nas relações diplomáticas. O sr. Tejedor, que não recebeu do governo imperial senão mostras da maior consideração, retirou-se sem despedir-se do chefe deste Estado, junto ao qual fora acreditado, e nem sequer procurou justificar de alguma sorte tão notavel omissão”.

“O governo imperial, expondo estas circunstâncias, espera que o da República Argentina não hesitará em reconhecer a falta do seu enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, e se apressará a desvanecê-la, como o exigem a cortesia e respeito, que mutuamente se devem os governos de duas nações civilizadas”.

Logo que o governo paraguaio teve conhecimento do tratado Tejedor-Sosa, baixou um decreto, no qual se expressa desta maneira:

“Considerando que no dito tratado, além de o plenipotenciário paraguaio se haver afastado de suas instruções até o ponto de contrariá-las, se desconhecem e prejudicam não só os interesses que a dignidade e o bom desejo de alcançar um acordo haviam permitido à República sacrificar, senão também seus direitos vitais,

Decreta:

Art. 1.º Desaprova-se o Tratado de limites e a Convenção adicional de danos e prejuízos, celebrados *ad referendum* entre a República do Paraguai e a Argentina, por meio de seus respectivos plenipotenciários, a 20 de maio de 1875.

Assunção, 17 de junho de 1875. — *Gill*. — *Facundo Machain*.

Na mesma data, e por outro decreto, dispensou Jaime Sosa do cargo de Ministro Plenipotenciário em Missão Especial junto ao governo de S. M. o Imperador do Brasil.

Em sessão de 18 de junho a Câmara dos Deputados paraguaia, informada, pelo Ministro das Relações Exteriores, da desaprovação do tratado Tejedor-Sosa, resolveu dar um voto de confiança ao poder executivo por tão *digna e acertada resolução*.

Ficaram assim anuladas as negociações do Rio de Janeiro entre Sosa e Tejedor. Chegando a Buenos Aires, publicou este último um *manifesto*, destinado a explicar seus atos como plenipotenciário argentino na Capital do Império (86). Lembra nele os antecedentes da questão e o que havia ocorrido nas conferências, cujos protocolos já resumi. Não apresenta nenhuma razão de peso e incontrastável para justificar-se.

Ocupando-se de suas instruções, redigidas por ele próprio, escreve:

“Sentia-se repugnância, e com razão, em sacrificar a Vila Ocidental, ainda nos termos indicados por mim como ministro de Relações Exteriores.”

(86) É datado de 1.º de junho de 1875 e vem reproduzido, em versão portuguesa, no Relatório do Ministro de Negócios Estrangeiros do Brasil desse mesmo ano.

“O próprio arbitramento, se não fosse seguido, logo depois de ajustado, da desocupação geral ou, pelo menos, da entrega da ilha do Cerrito, era considerado inconveniente, pela duração do juízo arbitral e os perigos do *statu quo*.”

Essa desocupação brasileira, especialmente de Cerrito, era — sabemo-lo — a sua mania e um dos argumentos que opunha aos brasileiros para também não desocuparem os argentinos a Vila Ocidental.

E' lícito, pois, concluir que foi o desejo de entrar na posse imediata da Vila Ocidental e o temor do desenlace do arbitramento, que orientaram o negociador argentino, e causaram o malogro de suas gestões. E' possível que também o seduzisse a idéia, de golpear os brasileiros de surpresa e pô-los de lado sumariamente, para proporcionar à Argentina um desforço do desaire que julgava ter recebido com as negociações isoladas de Cotegeipe. Que Tejedor era homem inteligente, enérgico e voluntarioso, mostram-no os seus escritos e toda a sua atuação nas conferências do Rio de Janeiro. Penso que não nos estimava. Enganar, portanto, a um diplomata consumado como o visconde do Rio Branco e vencê-lo, era idéia que devia seduzi-lo e dar-lhe grande satisfação. Cumpre reconhecer que foi com rapidez e habilidade que ele dominou o espírito fraco e mediocre de seu colega paraguaio. A desaprovação dos tratados deve ter ocasionado grande abatimento em ambos os negociadores, sobretudo em Jaime Sosa, por causa de sua imediata destituição do cargo de que estava investido. A Tejedor feria-lhe o amor próprio, aniquilando-lhe a manobra contra os brasileiros, desferida com tão bons auspícios, a Jaime Sosa humilhava-o.

No *Manifesto* refere-se Tejedor à descortesia para com o Imperador, de que o haviam acusado. Foi ao Rio — diz ele — em missão especial; estava autorizado a suspender a negociação e até a não iniciá-la. Não tinha, por conseguinte, carta revocatória, nem o dever de esperá-la. “Podia buscar uma audiência privada com o imperador, era livre de fazê-lo, mas não faltava a nenhum dever diplomático ou de cortesia dispensando-a. A cortesia estava plenamente satisfeita com a sua visita a São Cristovam. “A audiência privada, sem apresentação de carta revocatória, ficava sem objeto, depois da conversação do Casino e da conferência com o sr. Paranhos”.

Termina deste modo: “Se eu saía descontente com a *diplomacia feita*, só tinha motivos de agradecimento pelas considerações que havia recebido”.

Jaime Sosa também procurou defender-se publicamente, mediante um folheto, a que pôs este título:

“Negociações Diplomáticas com o Brasil, a República Argentina e o Paraguai. Missão do cidadão paraguaio Jaime Sosa — Buenos Aires (1875) (87).

Reproduz nele as instruções que recebeu do presidente Jovellanos (31 de agosto de 1874) e que o autorizavam a negociar sobre as seguintes bases:

Art. 1.º Abandono, por parte do governo argentino, do arbitramento limitado, como propôs o sr. barão de Araguaia, de ordem do governo imperial, em nota de 24 de fevereiro último, e sua substituição pela linha do Pilcomaio, aceita *ad referendum* pelo general Mitre, a qual deve ser pelo braço principal ao sul de Assunção.

2.º Recomendação desta linha pelo Brasil, com a declaração da retirada imediata e simultânea das forças brasileiras que se conservam nesta Capital e na ilha do Atajo ou Cerrito, e das argentinas que ocupam o Chaco ao norte do Pilcomaio, inclusive Vila Ocidental, segundo a indicação feita pelo sr. Tejedor em conferência com o sr. Araguaia.

3.º Essa mesma recomendação, porem, modificada quanto à retirada das forças brasileiras, a qual se limitaria à ilha do Atajo ou Cerrito.

Art. 2.º Aceitar a linha divisória pelo Alto Paraná pela metade da corrente do canal principal deste rio, desde sua confluência com o rio Paraguai, até encontrar os limites do Império do Brasil pela margem esquerda, pertencendo, a ilha do Apipé à República Argentina e a do Iaceretá à do Paraguai, sem prejuízo dos ajustes que se façam sobre as demais ilhas.

Art. 3.º Reconhecer as propriedades concedidas pelo Governo Argentino em Vila Ocidental, sem prejuízo de terceiro.

Art. 4.º Fazer todos os esforços possíveis para obter a devolução de Vila Ocidental no estado em que se encontra, sem nenhuma indenização, e para tal fim solicitará a amistosa cooperação do Governo imperial.

Art. 5.º Ceder à ilha do Atajo ou Cerrito à República Argentina, fazendo todo o possível para obter a declaração explícita de que

(87) Existe na Biblioteca do Itamarati um exemplar do dito folheto, que pertenceu ao barão do Rio Branco, e em que há várias notas de seu punho para contestar certas afirmações de Jaime Sosa.

nela não se farão trabalhos que prejudiquem a livre navegação e de que os canais serão comuns a ambas as repúblicas.

Concluindo as presentes instruções, recomendo-lhe expressamente pôr tudo previamente de acordo com o Governo Imperial."

Deste documento ressaltam dois fatos: não se cogita de cessão de nenhum trecho do território paraguaio pelo cancelamento da dívida de guerra, e recomenda-se que se busque o acordo prévio do governo imperial.

Sosa afirmava, pois, uma verdade quando dizia não estar autorizado pelo seu governo a aceitar a solução proposta por Tejedor para o caso da Vila Ocidental. Daí a cláusula *ad referendum* imposta à mesma.

Seu folheto é de leitura penosa; compõe-se de um amontoado de frases, em que não se vislumbra um motivo elevado, capaz de justificar a transação combinada.

O que ele pensava com respeito à Vila Ocidental, núcleo paraguaio de que os argentinos se haviam apossado e desejavam nunca mais restituir, está claro neste trecho de seu ofício ao governo paraguaio (30 de maio de 1875):

"A Vila Ocidental não é indispensável, nem é nada que se possa chamar *necessidade nossa*, nem ainda relativamente ao contrabando; pode ser substituída com proveito por estabelecimentos novos entre ela e a Baía Negra, em locais que oferecem vantagens nunca inferiores às dela."

Basta esta frase, que nenhum outro paraguaio escreveria naquela época, e muito menos agora, para se aquilatar do critério e patriotismo de Jaime Sosa.

O folheto historia a negociação e relata o que ocorreu nas conferências. Encerra queixas amargas contra os dois plenipotenciários brasileiros. Queriam ambos que ele fizesse o que lhe determinassem. Censuraram-no de modo descabido por não haver adotado o arbitramento. Rio Branco chegou a tratá-lo com descortesia, o que é positivamente inacreditável. Sosa atribue a manejo deles a desaprovação do tratado.

Logo nas primeiras páginas faz uma revelação sensacional: diz que, juntamente com as suas instruções, recebeu esta carta reservada do presidente Jovellanos (23 de agosto de 1874):

"No estado em que se encontra o país, não estranhará o sr. me valha deste meio para manifestar-lhe o meu pensamento íntimo sobre a negociação de que o encarregaram".

"Todos os paraguaios amantes da pátria, e que se interessam pela sorte e porvir da República, não desconhecem a necessidade e conveniência de dirimir nossas questões com a Aliança, afim de libertar-nos da dominação estrangeira.

"Tendo em consideração esse estado e obedecendo a essa necessidade, e mais ainda, confiante e animado pela influência e cooperação oferecida pelo negociador brasileiro, barão de Cotegipe, para a realização dos tratados com a República Argentina, dos quais dependia a desocupação militar do Paraguai, não restava outro caminho senão admitir os tratados que o Império do Brasil impôs à República, despojando-a de um imenso território.

"Desgraçadamente os tratados com a República Argentina estão ainda pendentes, servindo de obstáculo principal para a sua realização a intervenção do Império, a título de bom aliado e de defensor officioso da independência e integridade da República do Paraguai.

"As consequências funestas deste estado de coisas redundam em imenso prejuizo do Paraguai, que sofre uma tutela ignominiosa e está exposto a perder a sua independência.

"Por estas considerações, e com o desejo de remediar de algum modo os males que oprimem o país, autorizo-o, invocando o seu patriotismo, a efetuar os tratados com a República Argentina tomando por base a imediata desocupação brasileira, por mais que a isso se oponham as instruções oficiais, que, como o sr. sabe, foram redigidas na Legação Brasileira.

"Este passo, por insólito que seja, dou-o, sr. Sosa, como cidadão e magistrado, com a consciência tranquila, pois o sr. não ignora o perigo iminente que corre a independência do Paraguai se este estado de coisas continua.

"Desejando-lhe acerto nesta negociação, reputo-me seu affmo. amigo e compatriota. — *S. Jovellanos.*"

A esta carta apôs o barão do Rio Branco uma nota, em que diz ter sido a mesma arranjada em Buenos Aires, quando ali se encontrava Jovellanos depois de haver deixado a presidência. Quando ainda no cargo, escreveu por várias vezes ao visconde do Rio Branco, pedindo-lhe não retirasse do Paraguai a divisão brasileira. Eu próprio, conta o barão, recebi recados de Jovellanos nesse sentido.

A seguir, junta este documento:

Cópia de uma das cartas de Jovellanos quando presidente.

Assunção, junho, 3-73.

Ilmo. sr. visconde do Rio Branco. — Senhor do meu maior apreço e distinção.

“Em minha última falei a V. Ex. do movimento revolucionário, que estalou neste país. Hoje, com mais dados, e que os fatos se produzem à luz do dia, pondo de manifesto os meios de que se está valendo a ambição de um mau vizinho, para fazer desaparecer a independência e a soberania desta República. Em vista de certos acontecimentos que se desdobram no país, vejo-me obrigado a distraí-lo de suas múltiplas preocupações, afim de chamar a sua atenção e a do governo imperial para a conveniência que há de continuarem as forças brasileiras permanecendo na República; do contrário, ver-nos-emos obrigados, eu e os membros do meu governo e demais amigos, a retirar-nos do país, pois estamos convencidos de que, se se retiram as forças brasileiras, o governo argentino seguirá fomentando cada vez mais a revolução, até que consiga elevar a Barreiro e demais adeptos, para que realizem o que pretendem. Falo a V. Ex. com inteira franqueza, pois compreendo que, depois de cinco anos de luta, em que o governo imperial sacrificou tantos de seus ilustres cidadãos e tantos rios de sua fortuna, não abandonará hoje este pobre país, destruído por essa mesma guerra, ao capricho e vontade de um vizinho ambicioso.

“Creia-me V. Ex. que, no dia em que o governo imperial nos abandone a nossas próprias forças, os sacrifícios feitos pelo Império do Brasil terão sido inúteis, e a República Argentina se aproveitaria, como mais forte, e consumaria o que acaba de iniciar.

“A linguagem franca que me permiti usar com V. Ex. neste assunto, não foi imposta pelo cargo presidencial que ocupo, não, mas porque em minhas veias corre sangue paraguaio puro e tenho amor à minha pátria e à minha bandeira.

De V. Ex. o mais af.º amigo e atento S. S. — *J. Jovellanos*:

Se estes documentos são verdadeiros, e são-no de certo, está o leitor habilitado a julgar com absoluta justiça o carater de Jovellanos e o de Sosa, sobretudo lembrando-se do que disse o último, nas conferências do Rio de Janeiro, com relação à presença de tropas brasileiras em território paraguaio.

O governo argentino respondeu em 20 de julho (1875) à nota brasileira de 18 do mês anterior, que diz só ter recebido a 3 de julho. Procura desculpar o procedimento de Tejedor nos últimos dias de sua estada no Brasil. Insiste nos direitos da Argentina aos limites fixados pelo tratado de aliança, um de cujos objetivos era fazer que o Paraguai reconhecesse os limites nele especificados. O Brasil conseguiu obter o que nele se estatue a seu respeito, porem “recusou o seu concurso à Argentina quando ela quis dirimir essa questão; daí a demora que sofrem os ajustes definitivos com o Paraguai”. A situação é anormal, apesar da perfeita igualdade prevista no tratado do 1.º de maio. “O Brasil ajustou os seus limites e a indenização dos gastos de guerra, e conseguiu tudo quanto podia pretender dentro das cláusulas da aliança. A República Argentina, pelo contrário, ainda não regulou os seus limites e V. Ex. (*o ministro de Estrangeiros do Brasil*) até pretende que ela o não pode fazer, nem mesmo renunciando à maior parte dos territórios que lhe pertencem, segundo aquelas cláusulas, e apesar de não exigir do Paraguai o pagamento das despesas de guerra”.

A exigência argentina ficou limitada à Vila Ocidental e destarte a solução devia ter-se aplainado, mas tal não aconteceu em vista das “opiniões enunciadas pelos plenipotenciários do Império, em diametral oposição aos nossos evidentes interesses e direitos, que não podem ter por contraditor ao aliado que firmou o tratado em que eles se acham reconhecidos”.

Finalizando, refere-se ainda à partida de Tejedor, sem preenchimento das formalidades previstas no cerimonial diplomático. Diz “ter recebido ordem do presidente da República para declarar que lamentaria profundamente que o governo imperial cresse ter sido até intencionado. O plenipotenciário argentino estava muito longe de pretender uma inovação dos usos consagrados pela diplomacia. E’ o primeiro a reconhecer que mereceu do governo imperial, e de sua Majestade o Imperador, as maiores considerações. Se prescindiu de pedir uma audiência solene, foi porque na particular, que Sua Majestade se dignou conceder-lhe no dia 28 de maio, lhe havia pedido as suas ordens. Por outro lado, o dr. Tejedor ainda não tinha recebido a sua carta revocatória, e era possível que voltasse imediatamente a essa Corte, se o governo paraguaio aprovasse os tratados”.

O governo do Paraguai levou ao conhecimento do governo do Brasil a desaprovação do tratado Tejedor-Sosa, mas participou-lhe (19 de junho de 1875) “estar disposto a abrir novas negociações, para terminar tão importante assunto” e em vista disso “houve por bem acreditar junto ao governo brasileiro o ministro das Relações Exteriores

res, dr. Facundo Machain, Cotegepe, então ministro de Estrangeiros do Brasil, respondeu a 10 de julho, dizendo-se inteirado da desaprovação do tratado de 20 de maio e da nomeação de Machain, que nessa época já se achava no Rio de Janeiro. A 24 de julho remeteu o governo paraguaio ao brasileiro, cópia do tratado desaprovado. Afirmou estar disposto a tudo fazer em prol da paz, isto é, de um ajuste que facultasse ao Paraguai viver tranquilo, mas "que não podia permitir voluntariamente na ocupação permanente de Vila Occidental pela República Argentina, ou, o que vinha a ser o mesmo, segundo se disse, decretar por um tratado a sua própria deshonra".

Declaração idêntica à dirigida ao Brasil, fê-lo o Paraguai à Argentina (19 de junho de 1875). Está disposto a abrir novas negociações, e para tal fim nomeou o seu ministro de Relações Exteriores para ir ao Brasil, em missão especial junto ao governo de d. Pedro II.

Em vista das boas disposições dos três governos, tornou-se extremamente facil reatarem-se as negociações, com inteiro esquecimento do malogro do tratado Tejedor-Sosa. Por mútuo acordo, ficou decidido que elas se realizariam em Buenos Aires, para onde Facundo Machain se dirigiu.

A Argentina designou para representá-la a Bernardo de Irigoyen e o Brasil a Francisco Xavier da Costa Aguiar d'Andrade (82).

Discutiram-se todos os problemas pendentes, em cinco conferências (21, 25 e 28 de janeiro, 1.º e 3 de fevereiro, tudo de 1876).

Combinaram-se os artigos de três tratados, que foram firmados no dia 3 de fevereiro de 1876, a saber:

- a) Tratado definitivo de paz;
- b) Tratado de limites;
- c) Tratado de amizade, comércio e navegação.

A linha divisória entre os dois países foi assim definida:

Artigo I

"A República do Paraguai divide-se da República Argentina, a leste e ao sul, pelo meio da corrente do canal principal do rio Paraná, desde a sua confluência com o rio Paraguai, até encontrar,

(88) Nicolau Avellaneda desempenhava então o cargo de presidente da Argentina.

pela sua margem esquerda, os limites do Império do Brasil; a ilha do Apipé pertencerá à República Argentina e a de Iaceretá à do Paraguai, conforme se declarou no tratado de 1856.

Artigo II

Do lado de oeste, a República do Paraguai divide-se da República Argentina pelo meio da corrente do canal principal do rio Paraguai, a partir de sua confluência com o rio Paraná, ficando definitivamente reconhecido como pertencente à República Argentina o território do Chaco até o canal principal do rio Pilcomaio, que desemboca no rio Paraguai aos 25°20' de latitude sul, segundo o mapa de Mouchez, e 25°22', segundo o de Brayer.

Artigo III

Pertence ao domínio da República Argentina a ilha de Atajo ou Cerrito. As demais ilhas, firmes ou alagadiças, que se encontram em um e outro rio, Paraná e Paraguai, pertencem à República Argentina ou à do Paraguai, conforme a sua situação mais adjacente a uma ou outra República, de acordo com os princípios de Direito Internacional que regem esta matéria. Os canais que existem entre as ditas ilhas, inclusive a do Cerrito, são comuns para a navegação de ambos os Estados.

Artigo IV

O território compreendido entre o braço principal do Pilcomaio e a Baía Negra considerar-se-á dividido em duas secções; sendo a primeira a compreendida entre a Baía Negra e o rio Verde, que se encontra a 23°10' de latitude sul, segundo o mapa de Mouchez; e a segunda a compreendida entre o dito rio Verde e a boca principal do Pilcomaio, incluindo-se nesta secção a Vila Ocidental.

“O governo argentino renuncia definitivamente a toda pretensão ou direito sobre a primeira secção.

A propriedade ou direito ao território da segunda secção, inclusive a Vila Ocidental, fica submetida à decisão definitiva de uma sentença arbitral.

Artigo V

As duas altas partes contratantes concordam em escolher o exmo. sr. Presidente dos Estados Unidos da América do Norte como árbitro para resolver sobre o domínio da segunda secção do território, a que se refere o artigo precedente."

Dentro do prazo de 60 dias, deviam os contratantes dirigir-se ao árbitro escolhido, para solicitar-lhe a aceitação do encargo com que o honravam. Se a resposta fosse afirmativa, cumpria-lhes, dentro do prazo de um ano, apresentarem as memórias, e todos os documentos acessórios, suscetíveis de esclarecê-lo sobre os direitos dos litigantes e destarte facultar-lhe uma decisão justa.

Conforme se acaba de ver, a famosa pendência sobre o Chaco foi dirimida de modo simples: a Argentina limitou as suas pretensões ao terreno entre o Pilcomaio e o Verde, e resolveu sujeitar-se à decisão de um árbitro.

Reconheceu-se a dívida de guerra do Paraguai para com a Argentina (tratado de paz, arts. de III a VIII).

Confirmando e ratificando o compromisso resultante dos artigos 8.º e 9.º do tratado com o Império e a República Oriental, de primeiro de março de 1865, a Argentina obrigou-se a respeitar perpetuamente a independência, a soberania e a integridade do Paraguai.

Na segunda conferência, quando se debatia este último assunto, lembrou o representante do Brasil ser de cinco anos a garantia prevista nos citados artigos, e ter declarado o art. 9.º do convênio de 19 de novembro de 1872 que, concluídos os ajustes definitivos dos aliados, ficava em pleno e idêntico vigor o compromisso da garantia coletiva de cada um deles "em favor da integridade e independência da República do Paraguai". Propunha, em vista disso, que o governo imperial e o argentino convidassem o da República do Uruguai a fixar, por um acordo, a data em que começaria a correr o período da garantia.

Todos os plenipotenciários aceitaram a idéia.

No final dessa mesma conferência, ao serem discutidos os artigos do tratado de paz, levantou o plenipotenciário brasileiro a questão da fortificação da ilha do Cerrito e da Vila Ocidental. Propôs se redigisse um artigo para proibi-la, qualquer que fosse quem dela ficasse senhor. No seu entender, essa estipulação decorria do princípio geral da livre navegação. Se os referidos pontos fossem adjudicados à Argentina, ninguém iria ali atacá-la; ao passo que as obras de fortificação podiam ser vistas como ato de hostilidade ao Brasil, tendentes a impedir-lhe a navegação para Mato Grosso.

Em vista do adiantado da hora, adiou-se o assunto para a próxima conferência, mas só na 5.^a foi novamente debatido. O plenipotenciário argentino estudou-o e opôs vários argumentos ao seu colega brasileiro. Lembrou que a Argentina proclamara há vinte e três anos a livre navegação dos rios, consignara o princípio em sua Constituição e celebrara tratados nesse sentido com diversos países, inclusive com o Brasil. Não era intenção sua valer-se dos dois pontos para impedi-la. Pensava que a liberdade da navegação e do comércio assentavam felizmente em bases mais sólidas do que as suscetíveis de serem oferecidas por duas localidades afastadas; esteiavam-se na honra desta Nação (a Argentina), na das que com ela fizeram pactos, na fidelidade aos mesmos, e na perfeita harmonia que o Brasil, as Repúblicas do Prata e o Paraguai estão chamados a cultivar. Terminou expressando a esperança de que suas declarações seriam aceitas pelo seu colega brasileiro e desse modo dispensariam a ele, plenipotenciário argentino, de opor-se a uma insinuação que, conforme havia dito, crê ser *limitativa da Soberania Nacional*.

Aguiar de Andrade conformou-se com as explicações de Irigoyen, ficando, portanto, definitivamente afastada essa pequena divergência.

Combinou-se na 4.^a conferência que as forças militares brasileiras e argentinas deixariam o Paraguai (inclusive Vila Ocidental) no prazo de cinco meses, ou antes, *se fosse possível*, prazo contado da data em que se firmassem os tratados.

Remetendo ao plenipotenciário brasileiro cópia dos tratados ajustados com o Paraguai (8 de fevereiro de 1876), disse-lhe Bernardo Irigoyen:

“Para as conclusões destes ajustes, que consolidam a harmonia e confiança nesta parte da América, contribuiu V. Ex., interpretando fielmente a política reta e amigável do governo que representa.

“O sr. Presidente, a quem informei da ilustração, e prudência com que V. Ex. cooperou para o bom êxito desta negociação, encarega-me de manifestar-lhe o apreço em que tem o seu digno procedimento.”

Os tratados Irigoyen-Machain foram aprovados pelo Congresso nacional argentino e também pelo do Paraguai. O Brasil, por sua vez, aprovou o procedimento de Aguilar de Andrade no decorrer das negociações.

EPÍLOGO

O Brasil cumpriu pontualmente o que lhe tocara executar em consequência das últimas negociações.

Tinha no Paraguai, como tropa de ocupação, uma brigada sob o comando do general Frederico Augusto Mesquita, composta do 3.º regimento de artilharia a cavalo, do 2.º batalhão de artilharia a pé, do 8.º batalhão de infantaria, do 2.º regimento de cavalaria ligeira e do 17.º batalhão de infantaria. Mandou que essas unidades se recolhessem ao Brasil, levando consigo o material e a munição que tinham a seu cargo. Os três primeiros corpos seguiram para Mato Grosso, o quarto para o Rio Grande do Sul e o quinto para Santa Catarina.

Sobre a evacuação do território paraguaio pelas últimas forças brasileiros nele existentes, escreveu o ministro da guerra em seu Relatório de 1877:

“A cavallhada, e mais animais pertencentes à brigada, foram todos remetidos para a província de Mato Grosso, bem como os utensílios de quartel, hospital, roupas e armamentos.

“Concluída a retirada da força e de todo o material, recolheu-se a esta Corte o comandante da brigada com o estado-maior, e também a Caixa Militar, cujo chefe está atualmente prestando contas na Repartição competente.”

Mais adiante declara ainda:

“A última fração de forças brasileiras deixou Assunção a 22 de junho de 1876, antes de expirar o prazo marcado na 5.ª conferência. Só a 11 de julho participou o governo argentino à legação imperial que o Congresso havia aprovado o tratado de 3 de fevereiro”.

Restava fixar a data inicial do período de cinco anos, no qual os aliados se comprometiam a garantir a soberania e integridade territorial do Paraguai.

Com esse objetivo reuniram-se em Montevidéu: Aguiar de Andrade, representante do Brasil, Ambrosio Velazco, ministro das Relações Exteriores do Uruguai, e Jacinto Villegas, encarregado de negócios da Argentina, e firmaram um protocolo, a 30 de julho de 1877, no qual se fixou este mesmo dia como origem da contagem do sobredito prazo de cinco anos.

O presidente da República dos Estados Unidos da América do Norte, Rutherford B. Hayes, aceitou o encargo de ser árbitro na questão de limites no território do Chaco. Em 30 de março de 1878, o dr. Benjamin Aceval, representante do governo paraguaio, entre-

gou-lhe a memória e toda a documentação em que o Paraguai estribava o seu direito.

Cerca de oito meses depois, isto é, a 12 de novembro de 1878, Hayes lavrava a sua sentença e a dava a público. Terminava-a desta forma:

“Faço, portanto, saber que eu, Rutherford B. Hayes, presidente dos Estados Unidos da América, havendo tomado na devida consideração as referidas exposições e documentos, resolvo decidir pela presente que a dita República do Paraguai tem justo e legal título ao dito território, situado entre os rios Pilcomaio e Verde, bem como à Vila Ocidental nele compreendido; em consequência disso resolvo adjudicar pela presente à dita República do Paraguai o território situado na margem ocidental do rio do mesmo nome, entre o rio Verde e o braço principal do Pilcomaio, inclusive a Vila Ocidental.”

A República Argentina acatou nobremente a sentença arbitral.

O Congresso paraguaio determinou por lei que todo o território do Chaco, do Pilcomaio à Baía Negra, formaria uma circunscrição denominada *Departamento Ocidental*, a que serviria de capital a antiga Vila Ocidental, cujo nome passaria a ser Vila Hayes, em homenagem ao presidente americano.

Para tomar conta do território, que o árbitro lhe entregara definitivamente, designou o governo paraguaio (13 de maio de 1879) uma comissão formada do general Patricio Escobar, Benjamin Acebal e Higino Uriarte.

No dia 14, foi a mesma levada à vila Hayes, a bordo da canhoneira *Fernandes Vieira*, da esquadra do Brasil.

Argentinos e paraguaios combinaram uma ata de entrega do território e foram depois à praça em que estava arvorada a bandeira argentina.

“Uma vez ali — escreve a comissão em seu relatório ao governo — e formadas as forças paraguaias e argentinas, deu-se uma salva de 21 tiros; o secretário, governador interino, arriou a bandeira argentina, após haver pronunciado breves e eloquentes palavras alusivas ao ato. A bandeira nacional foi logo içada pela comissão paraguaia e saudada com 21 tiros, pronunciando o dr. Acebal breve discurso em nome da referida comissão.

“Firmou-se a seguir, em dois exemplares e ao pé do mastro em que se desfaldava a bandeira, a ata da tomada de posse, cujo original tenho a honra de juntar aquí, para que seja levado às mãos do cidadão presidente da República. Ambos esses exemplares também foram assinados por vários senhores, que estavam presentes e quiseram pôr seu nome em baixo do documento relativo a esse ato solene.

“A comissão não poudé terminar esta nota sem fazer presente ao sr. ministro a maneira delicada e cortês por que foi tratada, durante a viagem, pelo sr. Vasconcelos, encarregado de negócios do Império, bem como pelo sr. comandante e oficiais da *Fernandes Vieira*” (89).

* * *

E’ chegado o momento de depor a pena.

Penso haver alcançado o objetivo que me propús, a saber: reunir e coordenar para o leitor uma série de informações, hauridas frequentes vezes em documentos oficiais, e que lhe facultem juízo seguro sobre a intricada questão da paz com o Paraguai, depois da guerra da tríplice aliança. Fi-lo com ânimo sereno e amor à verdade.

Quanto a mim, não tenho a mínima dúvida de que o Brasil se houve nessa grave ocorrência com muita elevação, patenteando espírito generoso e verdadeiramente americano. O Paraguai encontrou nele um amigo desambicioso e leal. Sempre que o nosso vizinho pensar no Chaco, e quiser ser justo, terá de reconhecer o amparo que lhe prestou o Brasil na regulação de seus limites com a Argentina e que tão útil lhe foi para que o território do Chaco, ardentemente disputado, ficasse por fim sob o seu exclusivo domínio. A própria Argentina, de seu lado, deve agora rejubilar-se com a resistência que lhe opôs o Brasil, quando ela quis mudar de orientação com respeito a limites, e obrigar o Paraguai a cumprir pontualmente o que se continha no tratado de 1.º de maio. País grande, próspero e de elevados ideais, fica-lhe bem reconhecer, como reconhece, que a verdadeira política com o Brasil deve ser a que Mitre preconizava e não a que inspirava Tejedor.

Expondo em seu Relatório de 1877, como ministro de Estrangeiros, as negociações finais para os tratados da Argentina com o Paraguai, escreveu Cotegepe:

“Pelo seu feliz resultado tem o governo imperial a satisfação de haver contribuído eficazmente, como lhe cumpria”.

Tal me parece ser o juízo definitivo da História.

OBSERVAÇÃO FINAL

O autor sempre seguiu, em seus trabalhos, a ortografia oficial em Portugal. Desta vez, porem, não foi possível fazê-lo. A ortografia do texto é a adotada pela Imprensa Nacional.

(89) *Sobre los Escombros de la Guerra — Una década de vida nacional* — 1869-1880, por Hector Francisco Decoud. Asunción, 1925, pág. 407.

TRÊS ILUSTRES ALMIRANTES

Custodio José de Mello

Julio Cezar de Noronha

Antonio Coutinho Gomes Pereira

PELO

COMANDANTE ADALBERTO RECHSTEINER

TRÊS NOTAVEIS ALMIRANTES BRASILEIROS

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, num gesto que lhe deve acarretar o reconhecimento da nossa Marinha de Guerra, decidiu reproduzir nas páginas de sua prestigiosa Revista os relatórios dos três comandantes de navios nacionais, que efetuaram viagens de circunavegação.

As viagens dessa natureza, em que se devem cortar sucessivamente diversos mares do planeta, em condições atmosféricas as mais variadas, constituem nos navios que, como os nossos, deviam utilizar principalmente o pano em seus cruzeiros, o *test* supremo a que podem ser submetidos os respectivos comandantes que, a par de uma sólida cultura e elevada competência profissional, precisam possuir predicações de energia, decisão pronta e apurado traquejo social para realizarem a viagem com a necessária segurança e representarem com o desejado brilho a Marinha e o País a que pertencem.

Todos esses requisitos, em seu mais alto grau, patentearam os três oficiais, cujos relatórios vão ser agora reproduzidos e que, mais tarde, com uma larga folha de serviços à Pátria, foram os almirantes Custódio José de Melo, Júlio Cesar de Noronha e Antonio Coutinho Gomes Pereira.

Digno, pois, de todos os elogios é o Instituto, fazendo reviver os relatórios desses três ilustres marinheiros, relatórios pouco conhecidos do grande público e que agora vão ter a honra de uma consagração definitiva e perene nas páginas da Revista. Esse gesto, além de uma natural homenagem à Marinha do passado, constitui um incentivo para os que hoje teem a zelar uma tradição gloriosa que, estamos certos, saberão cultivar e manter à custa de todos os sacrifícios.

Quis o benemérito e infatigável Secretário Perpétuo do Instituto, o dr. Max Fleiuss, me incumbisse eu de, em poucas linhas,

fazer como que uma apresentação dos ilustres marinheiros aos que só imperfeitamente os conhecerem, traçando-lhes ligeiras biografias. Muito embora reconheça a minha deficiência para tão honrosa tarefa, que tantos outros melhor poderiam desempenhar, não quis esquivar-me a ela, porque, sobre ser extremamente penoso desatender a um pedido do ilustre Secretário Perpétuo, não me pareceu lícito recusar um encargo dessa natureza, que, afinal, é, ainda, um pequeno serviço à Marinha, fora de seu quadro ativo. Confio, porem, na benevolência dos que lerem estas linhas, especialmente dos dignos sócios do Instituto, para que, diante das razões expostas, excusem as falhas que encontrarem por não ter a minha boa vontade podido suprir o que me faltava em competência.

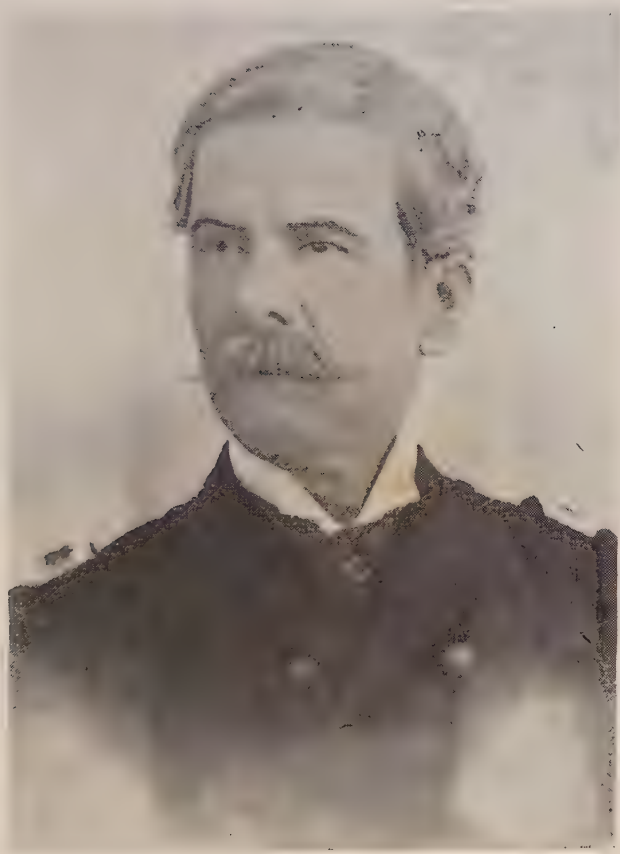
CUSTÓDIO JOSÉ DE MELO

Um dos mais distintos oficiais que teem illustrado os quadros de nossa Marinha de Guerra, reunia o almirante Custódio José de Melo, aos seus profundos conhecimentos técnicos e grande coragem, notavel distincção de maneiras e uma elevada cultura geral.

Filho legítimo de José Francisco de Melo e de d. Maria Rosa Moreira da Silva, nasceu o futuro almirante na Baía, em 9 de junho de 1840, assentando praça de aspirante na Academia de Marinha aos dezesseis anos de idade. Depois de um curso dos mais destacados, saía guarda-marinha a 1.º de dezembro de 1858, e embarcava na corveta *Baiana* para a viagem de instrução regulamentar. Promovido a 2.º tenente, desempenhou várias comissões de embarque, entre as quais, no brigue *Eolo*, na Província da Baía, onde teve ocasião de auxiliar grandemente o comandante do cruzador francês *D'Entrecasteaux*, em campanha hidrográfica, o que lhe valeu, por parte do Imperador dos Franceses, o hábito da Legião de Honra.

Embarcando no encouraçado *Rio de Janeiro*, seguiu, em março de 1866, para o Rio da Prata, afim de tomar parte nas operações de guerra contra o ditador do Paraguai. Durante todo o período das hostilidades, revelou sempre o jovem official grande energia, competência técnica e inexcédível bravura.

Tendo sido posto a pique o *Rio de Janeiro*, por se ter chocado com duas minas paraguaias, Custódio de Melo foi dos raros officiaes que conseguiram salvar-se, sendo, então, muito "particularmente recomendado à consideração do Governo Imperial, pelos bons serviços que prestou". Embarcando posteriormente no encouraçado *Barroso*, teve, por várias vezes, ocasião de distinguir-se nos reconhecimentos e ataques às fortificações de Curupaití; assim, foi mandado louvar pelo Imperador "pela bizzarria, dedicação e coragem de que deu mais uma



Almirante Custodio José de Mello

N — 9-6-1840

F — 15-3-1902

prova gloriosa no combate naval de 22 de setembro de 1866” e pelo chefe de esquadra Joaquim José Ignacio, futuro Visconde de Inhauna, redobrando o elogio do Marquês de Caxias, em ofício a ele dirigido, “pelo denodo, sangue frio e inteligência de que deu sobejas provas em frente ao inimigo”, no reconhecimento à viva força feito pela divisão de encouraçados. Assumindo interinamente o comando do seu navio, foi mais uma vez elogiado, pela “galhardia do costume com que se portou” no combate de 2 de fevereiro de 1867.

Citar todos os elogios que sucessivamente lhe foram feitos durante toda a campanha seria alongar demasiadamente este trabalho, que deve ser breve; entretanto, não podemos omitir ainda uma citação do chefe de esquadra acima mencionado, pelo “capricho e constantes esforços que empregou no estudo e prática da artilharia”.

Comandando o monitor *Pará*, tomou parte no forçamento das passagens de Curupaití, Humaitá e Timbó, pelo que foi mandado louvar nominalmente pelo Imperador, sendo promovido a capitão-tenente e agraciado com o oficialato da Ordem do Cruzeiro. Ainda no comando do *Pará*, tomou parte no desembarque da divisão expedicionária no Chaco, na passagem do exército no Tebicuarí, cuja entrada forçou com o seu navio; comandou em seguida a canhoneira *Felipe Camarão*, o encouraçado *Barroso* e o vapor *Beberibe*, com o qual regressou ao Rio, terminadas as hostilidades.

Em duas ocasiões, alternadas com o comando de diversos navios da esquadra, foi designado para estudar na Europa artilharia e armamento em geral, sendo que na última, na qualidade de adido naval às legações de Londres, Paris, Viena e Berlim. Tornou-se, assim, Custódio de Melo, que já há muito se vinha dedicando ao estudo da artilharia, um dos nossos mais competentes especialistas em armamento da época, o que fez com que o Governo Imperial, em 1883, mais uma vez o distinguisse com uma comissão na Europa, afim de “tomar posse do segredo do torpedo Whitehead e fiscalizar o fabrico de setenta torpedos”. Regressando ao Brasil, organizou a flotilha de torpedeiras e comandou a corveta *Niterói*, em viagem de instrução de aspirantes. O governo português concedeu-lhe a Real Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, em atenção a “seus merecimentos e qualidades”. Entre as comissões que então desempenhou destacaremos o comando do encouraçado *Aquidaban*, em sua viagem inicial, e o do *Almirante Barroso*, em circunavegação, no decorrer da qual foi promovido a contra-almirante.

Regressando ao Rio de Janeiro, foi nomeado para comandar a Divisão de Encouraçados, de onde saiu para tomar posse da cadeira de deputado ao Congresso Constituinte, para que fora eleito pelo seu Estado natal.

Por ocasião do golpe de Estado de 3 de novembro de 1891, encabeçou a revolta da esquadra, que levou o marechal Deodoro da Fonseca a resignar, assumindo o poder o seu substituto, marechal Floriano Peixoto, em cujo governo foi o almirante Custódio de Melo nomeado Ministro da Marinha e, posteriormente, interino da Guerra. A reação militar contra o golpe de Estado continuou no novo Governo; governadores foram depostos e a oposição contra esse ato e seus correlários foi sufocada pelos decretos que reformaram 13 oficiais-generais de terra e mar, demitiram lentes vitalícios e deportaram para o Amazonas todos aqueles que gozavam de maior notoriedade entre os oposicionistas. Custódio referendou esses decretos e, com razão ou sem ela, foi julgado como grande responsável, dada a sua posição de destaque no Governo. A Floriano, desconfiado por índole e cioso de suas prerrogativas e responsabilidades, não podia convir um auxiliar do valor e do prestígio do almirante; assim, tratou logo de afastá-lo, o que se efetivou, realmente, em 9 de abril de 1893.

É geralmente conhecida a atuação de Custódio à frente da revolta da Armada de 6 de setembro daquele ano; dela não nos ocuparemos, nem dos motivos que a provocaram, por exceder ao escopo deste modesto esboço biográfico. Citaremos apenas trecho do depoimento do comandante A. Vinhaes, em artigo publicado na *Revista Marítima Brasileira*, no qual, defendendo a memória de Custódio da acusação de ter, por desmesurada ambição, engendrado e preparado a revolta, arrastando seus companheiros de armas à insubordinação e à luta, declara: "Em uma noite de 12 de agosto de 1893, após a agitada reunião clandestina no Clube Naval, presidindo-a o almirante Barão de Jaceguai, ficou resolvido convidar o almirante Custódio de Melo para assumir a chefia da revolta em preparo. Note-se que, previamente, o almirante Saldanha da Gama fora consultado se assumiria a direção do movimento. Ante a recusa formal de Saldanha, alegando ser, por índole e disciplina, infenso a revoltas, é que, na sessão do Clube Naval, ficou resolvido dirigir-se a Custódio de Melo. Este, alheio ao que se vinha passando, nobremente indicou o seu colega para a chefia do movimento".

A revolta de 6 de setembro devia encerrar prematuramente a carreira do preclaro almirante, que nunca mais teve comissão militar alguma. Anistiado em outubro de 1895, reverteu ao serviço ativo dois anos mais tarde. Boatos que se espalharam posteriormente sobre uma pretendida perturbação da ordem fizeram com que, em março de 1901, fosse mandado para o Amazonas e daí para Fortaleza, afim de aguardar comissão, sendo, pouco depois, preso por desobediência às ordens do Governo. Recolhendo-se ao Rio, e absolvido pelo Conselho de Investigação a que foi submetido, foi posto em liberdade.

Graduado em vice-almirante em 14 de março de 1902, foi reformado, a pedido, no posto de almirante em 15 do mesmo mês, vindo a falecer nesse mesmo dia, em sua residência, nesta capital.

Além das condecorações já mencionadas, possuía a Grã-Cruz da Ordem de Aviz e a Medalha Argentina Comemorativa da Guerra do Paraguai.

São ainda do comandante Vinhaes, seu amigo e companheiro de lutas, os seguintes conceitos, corroborados por quantos com ele conviveram ou lhe estudaram a carreira: "Saldanha e ele, parece, nasceram sob o mesmo signo. Custódio, mais velho, precedeu-o na carreira; ambos, porém, nela se encontraram, honrando-a e deixando rastros inapagáveis. Ambos caminhavam de cabeça erguida, fitando o horizonte longínquo: corretos, quer no moral, quer no físico. A correção no traje, a elegância maneirada, um ao outro não pediam meças; igualavam-se nos conhecimentos profissionais; políglotas, diziam, no próprio idioma, ao estrangeiro, o que de bom havia no Brasil".

JULIO CESAR DE NORONHA

O almirante Julio Cesar de Noronha foi, sem favor, uma das figuras mais representativas e acatadas de sua classe que honrou na paz como na guerra.

Filho legítimo de José Joaquim de Noronha e de d. Carlota Joaquina de Noronha, nasceu no Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1845. Iniciando seus estudos na Escola de Marinha como aluno paisano, com a idade de 15 anos, teve praça de aspirante a 26 de abril de 1862, saindo guarda marinha em 26 de novembro do mesmo ano. Concluindo, assim, de modo brilhante, o curso escolar, embarcou na corveta *Baiana*, a cujo bordo, em viagem de instrução, se distinguiu pelo seu amor ao estudo e disciplina.

Designado para embarcar na fragata *Amazonas*, que fazia parte das forças navais em operações no Rio da Prata, sob o comando de Tamandaré, assistiu, embarcado no vapor de guerra *Recife*, já promovido a 2.º tenente, aos combates contra Paissandú, em dezembro de 1864 e janeiro de 1865. Os serviços que prestou na Campanha do Estado Oriental do Uruguai lhe valeram o hábito da Imperial Ordem da Rosa, além de um elogio pelo "comportamento no assédio de Paissandú e, principalmente, na bateria de posição que bombardeou a praça".

No memorável combate naval de Riachuelo foi um dos oficiais que mais se distinguiram a bordo da gloriosa *Amazonas*, chamando a atenção do ínclito Barroso, pela calma e denodo com que durante

toda a ação dirigiu, na tolda, o fogo do rodízio de ré. Promovido por merecimento ao posto de 1.º tenente, em atenção aos serviços prestados na Campanha Oriental e na Guerra contra o Paraguai, o jovem oficial regressou ao Rio em seu glorioso navio, em janeiro de 1867, seguindo, logo depois, para o Pará, de onde regressou ao Prata no mesmo ano, a bordo da corveta *Araguari*. Embarcando no encouraçado *Brasil*, não tardou a distinguir-se mais uma vez; na lancha desse navio fez parte da flotilha que, na lagoa Pires, tantos serviços prestou para acelerar a ocupação de Humaitá, batendo-se e levando de vencida várias chalanas com soldados paraguaios que, daquela fortaleza, tentavam alcançar o Chaco. Esse feito trouxe-lhe um elogio “pela maneira distinta, bravura e boa vontade que empregou na ocasião em que o inimigo, refugiando-se no Chaco, tentou evadir-se em canoas.

Ainda a bordo do *Brasil*, forçou as passagens de Angostura e Timbó. Em 1869 procedeu à exploração e levantamento do rio Manduvirá e seus afluentes, pelo que foi mandado elogiar pelo Imperador. Promovido a capitão-tenente e nomeado para comandar o monitor *Rio Grande*, foi novamente louvado pela “a lição e zelo na especialidade a que se dedica com vantagem para o serviço público, à vista da planta e roteiro que organizou dos rios Jejuí e Araguaia”.

Nomeado posteriormente instrutor da turma de guardas-marinha em viagem de instrução na corveta *Eaiana*, levantou as plantas de Fernando de Noronha, Martim Vaz e parcel das Rocas e, ao terminar a comissão, publicou o seu compêndio de Hidrografia. Recebeu, por essa época, a medalha comemorativa do Combate Naval de Riachuelo.

Sempre distinguido com comissões de destaque e responsabilidade, exerceu, sucessivamente, entre outras, a de membro da comissão encarregada de confeccionar o Dicionário Tecnológico da Marinha e a de Vice-Diretor do Colégio Naval. Os seus reconhecidos méritos fizeram com que fosse, então, agraciado com as insígnias de Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz. Promovido por merecimento a capitão de fragata, foi, pelo almirante Barão de Angra, escolhido para comandar a corveta *Vital de Oliveira*, que devia realizar a primeira viagem de circunavegação empreendida pela Marinha Brasileira.

Terminada essa comissão a que deu cabal desempenho, foi Julio de Noronha nomeado para comandar o encouraçado *Lima Barros*, de onde saiu para ser Vice-Diretor da Escola de Marinha. Os seus notórios predicados de critério, ponderação e competência profissional levaram-no, em 1883, a simples capitão de fragata, às funções de membro efetivo do Conselho Naval, onde, então, só tinham assento oficiais generais. Em 5 de julho de 1888 foi-lhe concedida a medalha de



Almirante Julio Cezar de Noronha

N — 26-1-1845

F — 11-9-1923

Mérito, com direito a três passadores, por atos de bravura, praticados no Paraguai; ainda nesse mesmo ano foi distinguido com a comenda da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Promovido por merecimento a capitão de mar e guerra, comandou diversos navios da esquadra, entre os quais o encouraçado *Aquidaban*, em viagem aos Estados Unidos; foi mais uma vez nomeado membro efetivo do Conselho Naval e fez parte da comissão organizadora do Código Penal da Armada. Elevado a contra-almirante, foi nomeado para comandar a Divisão Naval, composta do *Aquidaban* (capitânea), *República* e *Tiradentes*, que foi a Hampton Roads tomar parte nos festejos da Exposição Internacional de Chicago. Naquele porto teve a nossa divisão a honra de ser incorporada à esquadra combinada de diversas nacionalidades, sob o comando em chefe do contra-almirante Gherard, da Marinha dos Estados Unidos e, assim, seguiu para Nova York, onde foi passada em revista pelo Presidente Cleveland.

Regressando ao Brasil, motivos de moléstia fizeram-no deixar o comando da divisão, sendo, mais tarde, nomeado inspetor do Arsenal de Marinha. Em janeiro de 1894, em plena revolta da Armada, Julio de Noronha, que se mantivera fiel ao governo legal, foi nomeado para o delicado cargo de Chefe do Estado Maior, do qual se exonerou em julho do ano seguinte, para voltar a ocupá-lo novamente em novembro de 1896, pelo espaço de 17 meses. Durante o primeiro termo dessa comissão ocupou interinamente, por algum tempo, a pasta da Marinha.

Em rápida passagem pela Diretoria da Escola Naval, modificou-lhe o regulamento com proveito para a administração e ensino. Convidado pelo Presidente Campos Salles, fez parte da comitiva que o acompanhou à capital argentina.

Promovido a vice-almirante, foi-lhe concedida a Medalha Militar de Ouro, por contar mais de 30 anos de bons serviços. Elevado ao cargo de Ministro da Marinha, no quadriênio Rodrigues Alves, conseguiu, por sua ação moderada e enérgica, vencer os maiores obstáculos para obter os recursos necessários à organização da nossa Marinha de Guerra. O seu programa naval, meticulosamente estudado com competência e critério, era verdadeiramente completo e notável; ele não se limitava apenas à aquisição de unidades para a esquadra, mas, ao contrário, estabelecia um programa de navios adequados às nossas conveniências e possibilidades e, paralelamente, promovia a construção do porto militar, que viria oportunamente libertar a Marinha dos estaleiros europeus. Tudo era previsto e minuciosamente estudado pelo Ministro, com ponderação e sem pruridos exibicionistas ou delírio de grandeza. Nem mesmo a pavorosa catástrofe do *Aquidaban*, na enseada de Jacuacanga, catástrofe em que assistiu, pessoal-

mente, com estoicismo, ao desaparecimento de um dos seus queridos filhos, entibou-lhe o ânimo ou fê-lo desanimar.

Não permitiu, porém, o destino, infelizmente, para a Marinha, que tal programa, apesar de contratado com construtores estrangeiros, tivesse começo sequer de execução. Terminado o quadriênio Rodrigues Alves, o novo Ministro tudo alterou, nada deixando subsistir do que havia projetado o seu antecessor. Pode-se dissentir da localização do porto militar em Jacuacanga, como desejava Noronha, mas é inco testavel que, se tivesse ele sido construído então, mesmo naquele local, teríamos lucrado enormemente durante a Grande Guerra e estaríamos hoje em posição de construir, se não todos os tipos de navios de que carece a nossa Marinha, pelo menos os cruzadores, destroyers e submarinos, sem falar nos navios mercantes e nas unidades para a nossa frota comercial.

Um grande e notavel serviço prestou o Ministro Noronha, instituindo as Escolas Profissionais da Armada, base em que assentou toda a eficiência do pessoal, oficiais e praças e que forneceram numerosos contingentes de especialistas em todas as armas. Só esses dois atos do almirante Noronha, a reorganização da Marinha e a criação das Escolas Profissionais, bastariam para recomendá-lo à gratidão da classe, se outras providências igualmente de utilidade não houvesse ele tomado. Bastará manusear os seus alentados relatórios anuais para se constatar o quanto eficientemente trabalhou para que o Brasil tivesse a Marinha de que necessitava.

Deixando o Ministério, exerceu o cargo de inspetor do Arsenal de Marinha e, em janeiro de 1911, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Militar; graduado no posto de almirante em abril de 1910, solicitou reforma do serviço ativo em dezembro do ano seguinte, devido ao seu precário estado de saúde e, em 7 de janeiro de 1919, cinquenta e sete anos após o início de seus estudos na Escola de Marinha, encerrava a sua longa série de serviços à corporação, sendo posto em disponibilidade no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Em 11 de setembro de 1923 falecia nesta capital cercado pela afeição de sua extremosa família e envolvido pela consideração e respeito de seus companheiros de classe.

ANTÔNIO COUTINHO GOMES PEREIRA

O almirante Antônio Coutinho Gomes Pereira foi, incontestavelmente, pelo seu talento, elevada cultura, competência profissional, 1-0-breza de caracter e aprimorada educação, uma das mais brilhantes e

completas figuras que já ilustraram os quadros da nossa Marinha de Guerra.

Filho legítimo de Manuel Antonio Gomes Pereira e de d. Joaquina Freitag Gomes Pereira, nasceu no Rio de Janeiro em 16 de setembro de 1865, iniciando seus estudos no Colégio Naval aos doze anos de idade e obtendo praça de aspirante na Escola de Marinha dois anos mais tarde.

Concluindo o curso com brilhantismo e promovido a guarda-marinha em 24 de novembro de 1881, foi desligado da Escola, sendo elogiado em Ordem do Dia da respectiva diretoria, pela "sua aplicação ao estudo e exemplar conduta nos tres anos de curso".

Embarcando na corveta *Vital de Oliveira*, efetuou a sua viagem de instrução regulamentar aos portos do Báltico, com escala pelo Cabo da Boa Esperança e Santa Helena, regressando ao Rio em 1882 e sendo promovido a 2.º tenente dois anos mais tarde. Revelando sempre o seu grande amor à profissão que abraçara, teve o jovem oficial diversas comissões de embarque em vários navios da esquadra, vivendo em constantes viagens ao longo da costa, que percorreu repetidas vezes de Norte a Sul, adquirindo grande experiência do mar e aperfeiçoando cada vez mais os seus conhecimentos técnicos e as suas notáveis qualidades de mando. Assim mencionaremos, entre muitos outros, os seus embarques no rebocador *Lima Duarte*, na qualidade de imediato em viagem para o Rio Grande do Sul, no cruzador *Imperial Marinho*, em viagem ao Prata e daí a Recife, no vapor *Madeira*, na corveta *Niterói*, ao longo da costa e, finalmente, no cruzador *Guanabara*, em março de 1889, em viagem aos portos da França e Inglaterra, com escalas pelo Cabo da Boa Esperança e ilhas de Santa Helena e Ascensão.

Exercendo por essa época, no intervalo entre duas viagens, o cargo de ajudante de ordens do Inspetor do Arsenal de Marinha, cargo que, em geral, por sua própria natureza, é puramente burocrático, ponde o jovem 2.º tenente revelar o seu valor, merecendo de seu chefe um elogio "pelo zelo e inteligência com que auxiliou os diretores das oficinas de construção naval, máquinas e torpedos".

Promovido a 1.º tenente em 8 de janeiro de 1890, embarcou, sucessivamente, nos encouraçados *Riachuelo* e *Aquidaban*, exercendo, então, o cargo de Secretário e Ajudante de Ordens do comandante em chefe da Esquadra. Foi, em seguida, imediato do cruzador *Orion*, que deixou para ser ajudante de ordens do Ministro da Marinha, cargo esse de que foi exonerado para embarcar na Flotilha de Torpedeiras.

Nomeado secretário e ajudante de ordens do comando da 2.ª Divisão Naval, embarcou no encouraçado *Aquidaban*, seguindo

com a Divisão para os Estados Unidos, afim de tomar parte nos festejos realizados por ocasião da Exposição Internacional de Chicago. Regressando ao Brasil em agosto de 1893, solicitou exoneração e entrou no gozo de licença para tratamento de saúde.

Repetidos e constantes são os elogios que se encontram em seus assentamentos, nos quais seus chefes reconhecem e agradecem os serviços prestados, enaltecendo o seu concurso para o bom êxito das comissões; citá-los todos seria alongar demasiado este modesto trabalho.

A revolta da Armada veio encontrar Gomes Pereira ainda em gozo de licença, ao terminar da qual, em 9 de dezembro de 1894, apresentou-se ao Governo e foi mandado servir na Flotilha do Rio Grande do Sul. Embarcado na canhoneira *Cananéia*, tomou parte no combate de 7 de abril contra a Divisão revoltosa, composta do cruzador *República* e vapores *Iris* e *Meteoro*, que tentava investir a Barra do Rio Grande. A superioridade dos revoltosos era esmagadora e, assim, por ordem superior, foi a *Cananéia* posta a pique com o fito de obstruir a entrada do canal da barra. “Gomes Pereira, narra o dr. Max Fleiuss, em sua magnífica conferência *Um marinheiro moderno*, num escaler, com um dos engenheiros do porto e alguns homens de bordo, debaixo de cerrada metralha e fuzilaria, trabalhou com denodo até ver concluídas as obras de obstrução. Em suas grandes linhas revelava-se a figura do militar disciplinado, inflexível no cumprimento do dever, embora o mais doloroso, qual o de reagir pelas armas, dentro da lei, contra os seus irmãos queridos de classe”.

Terminada essa delicada missão, assumiu Gomes Pereira a imediata da canhoneira *Camocim*, posto em que se conservou até 7 de maio de 1894, quando recebeu ordem para regressar ao Rio. Promovido a capitão-tenente em 9 de agosto desse ano, por “serviços de campanha em defesa da República”, o seu precário estado de saúde obrigou-o a nova licença, da qual se apresentou em dezembro de 1884, sendo nomeado para comandar a torpedeira *Pedro Ivo*.

Em janeiro de 1895 o Arsenal de Marinha de Pernambuco terminava a construção do brigade *Recife*; Gomes Pereira, escolhido para comandá-lo, trouxe a pequena embarcação ao Rio de Janeiro em 26 dias de cruzeiro direto, confirmando mais uma vez as suas notórias qualidades de perito marinheiro. Deixando o comando por ter sido nomeado Secretário e Ajudante de Ordens do Chefe do Estado Maior da Armada, exerceu esse cargo até fins de maio de 1895, quando seguiu para a Alemanha, a acompanhar os trabalhos de construção do caça-torpedeiro *Tamoio*, que trouxe para o Brasil. O chefe do Estado-Maior, com quem servira, elogiou-o ao deixar a comissão “pela competência, lealdade e inconfundível zelo com que me auxiliou no



Almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira

N — 16-9-1865

F — 18-7-1926

desempenho das funções de seu cargo". Quando de sua estadia na Europa, esteve em Fiume, nas oficinas de Whitehead, examinando os torpedos em fabricação para o seu navio.

Como comandante do *Tamoio* e em condições particularmente dolorosas, três dias apenas após o falecimento de sua digníssima esposa, deixava o Rio de Janeiro em cumprimento do seu dever militar, fazendo parte da Divisão Naval, que conduziu ao Prata o Presidente Campos Salles.

Ainda como capitão de corveta comandou o encouraçado *Deodoro*, cujo comando competia à patente de capitão de mar e guerra, e exerceu o cargo de ajudante da Diretoria de Hidrografia da Reparação da Carta Marítima.

O almirante Julio de Noronha, nomeado pelo benemérito Presidente Rodrigues Alves para o cargo de Ministro da Marinha, convidou-o para seu secretário; Gomes Pereira foi dedicado auxiliar do inolvidável ministro, colaborando com lealdade, critério e competência na obra grandiosa da reorganização da nossa Marinha de Guerra.

Promovido por merecimento, em 1904, ao posto de capitão de fragata, era, dois anos mais tarde, nomeado para o comando do encouraçado *São Paulo*, em construção na Inglaterra, encargo de que não chegou a tomar posse por ter sido exonerado um mês mais tarde, pelo novo Ministro, na ânsia de alterar o programa naval, que encontrara em começo de realização.

Nomeado para comandar o navio-escola *Benjamin Constant*, efetuou diversos cruzeiros ao longo da costa, em viagens de instrução de aspirantes e praças e, em 22 de janeiro de 1908, partia para a sua memorável campanha de circunavegação, com uma turma de guardas-marinha. Regressando ao Rio em 16 de dezembro do mesmo ano, depois de ter percorrido 30.465 milhas e cumprido rigorosamente as instruções que recebera, foi elogiado "pela inexcusável competência que revelou no comando do referido navio e pelo brilhante desempenho dado à comissão, conseguindo com rara habilidade levar a efeito sua árdua comissão com os mais felizes resultados, conduzindo-se com firmeza e prudência, cuidando zelosamente da instrução dos seus oficiais e da disciplina, conforto e higiene e educação das praças, revelando apreciáveis qualidades de administrador na prudente distribuição dos créditos que lhe foram confiados, efetuando com rara habilidade o salvamento dos naufragos encontrados na ilha Wake e representando condignamente o país nos portos estrangeiros visitados".

É geralmente conhecido o episódio do salvamento dos 20 pescadores japoneses, naufragados na ilha Wake, ilha deserta e fora das

rotas habituais da navegação, mas o que nem todos sabem é que o comandante Gomes Pereira, contrariando o parecer da maioria dos oficiais reunidos na câmara do comando e com o objetivo humanitário de salvar aqueles pobres homens, tomou sobre seus ombros a grave responsabilidade de pairar com o seu navio, durante toda uma noite, nas proximidades mal conhecidas da ilha e para as quais as cartas de navegação recomendam aos mareantes extremo cuidado com os arrecifes encobertos e continuamente mutáveis. O grande e nobre coração do ilustre marinheiro não podia admitir que se abandonassem aqueles infelizes ao seu destino sem tudo arriscar para salvá-los. Assim, chegando ao Japão, podia o comandante do *Benjamin* ter a indizível satisfação de dizer ao legendário almirante Togo, na tolda do seu navio, apresentando-lhe os náufragos: "Almirante, as minhas credenciais". Em sinal de reconhecimento, concedeu-lhe o Imperador nipônico a Medalha de Mérito de Ouro, com fita rósea". Já era, então, como observa o comandante Eugenio de Castro, a figura mais representativa da nossa Marinha". Exonerado do comando, seguiu para Londres, onde exerceu o cargo de adido naval à nossa Legação até fins de fevereiro de 1910.

Regressando à Pátria, foi nomeado para o comando do Corpo de Marinheiros Nacionais, onde o foi encontrar a dolorosa revolta das guarnições, em novembro daquele ano. Da sua atuação durante esse angustioso transe por que passou a Marinha, melhor diz o Aviso de 6 de março de 1911, do Ministro da Marinha de então, o íntegro almirante J. Marques Baptista de Leão: "Os serviços que tem prestado o capitão de mar e guerra (Gomes Pereira havia sido promovido a esse posto, por merecimento, em janeiro de 1911) Antonio Coutinho Gomes Pereira, comandante geral do Corpo de Marinheiros Nacionais, desde as primeiras horas do levante de 22 de novembro último, não podiam passar despercebidos ao Governo da República.

"Assumindo imediatamente o seu posto, o comandante Gomes Pereira mais uma vez evidenciou suas qualidades, já bem conhecidas pelos seus companheiros de armas. Sob as baterias dos couraçados revoltosos conseguiu manter a ordem entre seus comandados, fazendo arriar a insígnia da rebelião, que já havia sido içada, e, ainda, nessa crítica circunstância transportar para o Arsenal de Marinha mais de 500 homens, mantendo-os em ordem e precisa disciplina. Adido ao meu Gabinete enquanto as forças de marinheiros permaneceram aquarteladas em terra, o comandante Gomes Pereira prestou serviços não menos estimáveis, auxiliando-me não menos dedicadamente nos momentos mais difíceis daquele primeiro levante, com coragem, calma, tino e lúcida inteligência. Quando o Governo resolveu retirar dos couraçados *Minas Gerais*, *São Paulo* e *Deodoro* as tripulações que

havia tomado parte no levante de 22 de novembro e que, ainda de armas na mão, continuavam amotinadas, coube ao comandante Gomes Pereira o comando de todas essas guarnições recolhidas ao quartel do Corpo de Marinheiros Nacionais. Não é preciso encarecer as dificuldades em que então se achou o capitão de mar e guerra Gomes Pereira para fazer uma justa idéia das altas qualidades que revelou como chefe militar. O Governo, devidamente apreciando tão relevantes serviços, resolveu mandar registá-los nos assentamentos do capitão de mar e guerra Antonio Coutinho Gomes Pereira e dos oficiais que dignamente o coadjuvaram, tornando-se merecedores do mais alto elogio pela sua coragem, inteligência e dedicação à causa pública. Saude e Fraternidade”.

Como capitão de mar e guerra, comandou ainda o encouraçado *Minas Gerais* em dezembro de 1911 e exerceu o cargo de sub-chefe do Estado-Maior da Armada, que deixou para comandar a Defesa Movel do Rio de Janeiro.

Promovido por merecimento ao posto de contra-almirante em 4 de novembro de 1912, desempenhou sucessivamente, com a distinção habitual, as funções de Inspetor do Arsenal de Marinha, Superintendente da Navegação, Diretor da Escola Naval de Guerra (a que deu novo regulamento) e comandante da Primeira Divisão Naval.

Posto à disposição do Ministério das Relações Exteriores, fez parte, na qualidade de Delegado Naval, da Embaixada que, chefiada pelo egrégio Ruy Barbosa, representou o Brasil no Primeiro Centenário da Proclamação da Independência das Províncias do Rio da Prata, reunidas no Congresso de Tucuman.

Graduado em vice-almirante em junho de 1916, foi, dois meses mais tarde, efetivado nesse posto, voltando mais uma vez a dirigir a Escola Naval de Guerra, cargo onde o foi procurar o saudoso Presidente Rodrigues Alves para confiar-lhe as elevadas funções de Ministro da Marinha.

Assim, a 15 de novembro de 1916 entrou ele no exercício do novo cargo, levando consigo as esperanças da Marinha, que muito justamente nele confiava para a sua reorganização e desenvolvimento.

Pela segunda vez, porém, na história da Marinha contemporânea não permitiu a fatalidade que se realizassem os anelos da classe. Sabendo-se das precárias condições de saúde em que se encontrava o venerando Presidente Rodrigues Alves, que não chegou a assumir o poder, exercido desde logo pelo seu substituto legal. Nessas condições, Gomes Pereira, criterioso e digno como sempre, considerou-se como em exercício interino, abstendo-se de tomar em sua pasta providências de vulto ou de natureza radical. Falecendo Rodrigues Alves, o Dr. Epitacio Pessoa, elevado à suprema magistratura, resolveu con-

fiar a civis as duas pastas militares e, assim, convidou o almirante Gomes Pereira, ainda no Ministério, para a chefia do Estado Maior da Armada, o mais elevado cargo de natureza técnica em contraste com o de Ministro, cujas funções são, de fato, de natureza política e administrativa.

Nessa delicada emergência, deu o preclaro almirante talvez a maior prova de abnegação de toda a sua brilhante vida militar, revelando a exata compreensão de suas responsabilidades e o seu elevado patriotismo. A resolução do Presidente Epitacio, desnecessário é dizer, criou, principalmente no seio das classes armadas, uma forte atmosfera de animosidade e um começo mesmo de agitação, que podia degenerar em grave crise nacional.

“Gomes Pereira, diz o dr. Fleiuss em sua citada conferência, viu com os olhos de patriota o grave problema e, por isso, não mais recusou o cargo para que o reclamavam com insistência. E aceitou-o com a mesma varonilidade de atitude que sempre manteve em todos os seus atos.

“Descendo do seu merecido posto, como criteriosamente observa Eugenio de Castro, para mais subir ainda, com salvar, movido só pelo seu patriotismo, o princípio da autoridade no Brasil, assumindo a Chefia do Estado Maior, num gesto heróico de renúncia de si mesmo, em benefício de uma classe inteira, mais do que isso, de toda a Nação Brasileira, a página já agora legendária de Gomes Pereira deu o mais belo exemplo de integridade moral e de amor espartano ao dever militar dentro da ordem constitucional e política da República.”

Deixando o cargo de Chefe do Estado Maior em 7 de janeiro de 1920, exerceu mais tarde as funções de Chefe da Comissão incumbida de estudar a localização do porto militar e a 20 de maio do mesmo ano foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Militar, sendo elogiado pelo Presidente da República “para que a Nação e, especialmente, a Marinha, soubessem o alto conceito em que o Governo tinha o digno oficial e a elevada consideração que lhe mereciam os seus serviços”.

Por decreto de 2 de setembro de 1920 foi graduado em almirante, posto em que foi reformado, a pedido, em 13 de julho de 1926, vindo a falecer nesta capital, cinco dias mais tarde.

Os seus companheiros de classe, que tanto nele confiavam e em quem punham toda a sua esperança para o engrandecimento e eficiência da Marinha, elegeram-no por seis vezes Presidente do Clube Naval, sendo que da primeira como simples capitão de fragata, fato excepcional nos anais daquela associação.

Não só a Marinha o honrava e admirava; Gomes Pereira era sócio efetivo e membro da Comissão de Geografia do Instituto His-

tórico e Geográfico Brasileiro e pertencia à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da qual foi Presidente.

Requerendo, na Câmara dos Deputados, um voto de pesar pelo falecimento do ilustre almirante, disse o sr. Otávio Mangabeira:

“Boa cultura profissional, modelo de correção na prática de todos os deveres que a espiuhosa carreira das armas impõe aos que a professam; uma carreira que, apesar de longa, desde aspirante a almirante, Chefe do Estado Maior e, alguns meses, Ministro da Marinha, não teve, nunca, um deslize, abrilhantada, entretanto, por páginas honrosas; um prestígio militar que nunca inspirou ambições em sua consciência retilínea; incontestado no merecimento, íntegro, impoluto na virtude — eis o seu perfil em traços rápidos. Nele perde a Pátria uma expressão de inteligência e de dignidade, de compostura e de patriotismo, de circunspeção e de inteireza.”

Não se poderia traçar com mais justiça e concisão o perfil do grande e inolvidável almirante, que a Marinha ainda hoje recorda com carinho e veneração.

Adalberto Rechsteiner.

AS TRÊS VIAGENS DE CIRCUNAVEGAÇÃO DA
MARINHA DE GUERRA DO BRASIL

RELATORIO

Da viagem de circumnavegação da corveta “Vital de Oliveira”

“ 2ª secção. — N. 1.935. — Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios de Marinha, 10 de Novembro de 1878.

“ A corveta *Vital de Oliveira*, sob o commando de V. S. destina-se a uma viagem de circumnavegação de accôrdo com o itinerario annexo ao presente Aviso. — O fim principal desta commissão é proporcionar aos officiaes embarcados no referido navio a instrucção profissional que se adquire nas viagens de longo curso, para o que forão expedidas ao Chefe de Divisão Arthur Silveira da Motta as inclusas instrucções, estabelecendo as regras que têm de ser estricktamente observadas para o bom desempenho do serviço a que me refiro. V. S. prestará áquelle Official General todo o auxilio e cooperação na parte pratica dos diversos serviços que são incumbidos, estabelecendo de accordo com elle o horario para os estudos, sem prejuizo do serviço de bordo. Em Lisboa receberá V. S. a bordo da corveta os Enviados Extraordinarios Ministros Plenipotenciarios em missão especial á China e no porto do seu destino aguar-

“ dará que sejam concluidas as negociações de que forão incumbidos pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros. No caso, porém, de impedimento de um ou de ambos os Enviados, que obrigue V. S. a demorar-se em qualquer porto mais tempo do que o que está estipulado no itinerario, V. S. seguirá viagem findo esse prazo independentemente da estada d'elle a seu bordo. — Para as despesas da viagem fica V. S. autorizado a effectuar saques de conformidade com o art. 13 do Regulamento annexo ao Decreto n. 4.342-A, de 30 de Junho de 1870, para o que na presente data expõem-se as necessarias ordens á Delegacia do Thesouro em Londres com quem V. S. se corresponderá desde que chegue á Lisboa. — V. S. poderá effectuar os saques so e exclusivamente para o pagamento da officialidade e da guarnição, para as despesas de municiamen'to a bordo, de accordo com as tabellas em vigor, e para os concertos e reparos no navio. — N'este ultimo caso V. S. participará por intermedio do Quartel General as causas que porventura originarem semelhante despesa. — Fica entendido que nenhuma outra despesa extraordinaria ou de representação é autorizada em caso algum, ficando V. S. responsavel na forma do Regulamento já citado e do que estipula o Regimento Provisional si semelhante determinação não fôr rigorosamente cumprida. — O que á V. S. comunico para seu conhecimento e devida execução. — Deus Guarde á V. S. — (Assignado) *João Ferreira de Moura*. — Sr. Capitão de Fragata Julio Cesar de Noronha.”

Itinerario da viagem da corveta "Vital de Oliveira" a que se refere o aviso n. 1.818,
da presente data

TRAVERSEIAS	DISTANCIA A PERCORRER		ESTADIA	OBSERVAÇÕES
	A VAPOR E A VELA			
	A VAPOR			
Rio de Janeiro á Lisboa.....	4270	25,5	39	20
Lisboa á Malta.....	1280	8	1	2
Malta á Suez.....	1027	6	9	4
Suez á Aden.....	4320	8	10	2
Aden á Galles.....	2134	13	18	6
Galles á Singapura.....	1510	9	11,5	4
Singapura á Hong-Kong.....	1440	8,5	16	10
Hong-Kong á Shanghai.....	800	5	8	15
Shanghai á Tien-Tsin.....	735	4,5	6	45
Tien-Tsin á Nangasaki.....	960	6	7,5	4
Nangasaki á Yokohama.....	660	4	5	15
Yokohama á S. Francisco.....	4500	26	35	40
S. Francisco á Valparaíso.....	5100	31	47	10
Valparaíso á Montevideo.....	2800	19	26	3
Montevideo ao Rio de Janeiro.....	960	6	7,5	
	179,5	28492	255,5	150

Incluindo 2 dias de escala em Punta Arenas.

Incluindo 2 dias de escala
em Punta Arenas.

Duração da viagem redonda — 1 anno, 1 mez e 10 dias.

As milhas da columna a vapor representam as distancias de ponto a ponto pela derrota mais favoravel para os navios a vapor e os dias de viagem forão calculados á razão de 168 milhas por singradura, isto é, sete milhas por hora.

As milhas da columna a vela representam as distancias de porto a porto da derrota mais favoravel para um navio mixto que utiliza a machina nas passagens de mares estreitos, contra monções para ganhar barlavento, em calmas e nas saídas e entradas de portos.

Os dias de viagem nesta columna são calculados á razão de 130 milhas por singradura, isto é, 5,4 por hora.

A viagem redonda poderá ser encurtada de um mez fazendo-se sempre a vapor as passagens de menos de 1.500 milhas, pois o navio tem combustivel para percorrer essa distancia com a marcha média de sete milhas por hora.

Nesta hypothese, gastará no maximo 1.680 toneladas de carvão durante toda viagem que, á razão de £ 2 por tonelada, representa a despesa de £ 3,360.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 24 de Outubro de 1879. — (Assignado) *Sabino Eloy Pessoa*.

PRIMEIRA PARTE

Travessia do Rio de Janeiro a Lisboa

Ao meio dia de 19 de Novembro de 1879, levantámos ancora do porto do Rio de Janeiro com destino ao de Lisboa, primeiro marco da viagem de circumnavegação cujo desempenho nos fora confiado pelo Governo Imperial.

A's 3 horas da tarde estavamos com a ilha mais meridional das Maricás ao N. verdadeiro, na distancia de 1'; ás 6 horas com a Ponta Negra, tambem ao N na distancia de 7', e á meia noite com o pharol de Cabo Frio ao NE $1\frac{1}{2}$ N. Soprando então o vento de ENE:E, isto é, adverso ao nosso rumo, navegámos com amuras á BB.

Detidos por ventos ponteiros e pertinazes, só a 7 de Dezembro conseguimos attingir a região dos alisios de SE.

A 13 de Dezembro entrámos nos limites da contra-corrente equatorial, cuja velocidade para O era de 20' em 24 horas. A temperatura d'agua na superficie decresceu de 0°,5, isto é, passou de 26 a 25°,5 (centigrados.)

A's 6 horas e 45 minutos da tarde de 13, transpuzemos o equador no meridiano de 24°50, O Gw.

Foi apoiado na opinião do illustre Maury e nos diagrammas de ventos organizados pelo capitão Tomybee,

que deliberámos cortar o equador no meridiano de 25° . Com effeito, Maury, condemnando que os navios destinados ao hemispherio sul, transponhão a linha equinocial em um meridiano á E do de 28° OGw, implicitamente aconselha esta derrota á quem se dirige ao N, e, pela força das circumstancias, durante o verão e o outomno, entra na zona dos alisios de SE com uma fraca longitude.

E, dado mesmo o caso de não reinar em Dezembro a monção de S á O, annunciada pelo sabio geographo, será vantajoso para um navio mixto atravessar a cunha das calmas mais perto da sua base, visto que d'ahi lhe resultará ganhar barlavento para entrar na região dos alisios de NE.

Cada sorte de navegação tem o seu itinerario distincto: o navio mixto contando a calma como vento provavel, percorre paragens vedadas áquelles cujo motor exclusivo é o vento.

Effectivamente, o alisio de SE estendeu o seu limite equatorial até 4° N e em 40 horas, com o auxilio de duas caldeiras transpuzemos as paragens sombrias, monotonas e insalubres que constituem a zona das calmas e cuja largura foi apenas de $4^{\circ} 30'$.

No paralelo de $8^{\circ} 30'$ N, sobreveio o vento de OSO, variavel ao NO e NNO que nos impellio até 10° N, onde começou a soprar bonançoso o alisio de NE.

Na facha comprehendida entre os parallelos 8° e 10° N, foi a corveta impellida para E com a velocidade de 10' em 24 horas, pela contra-corrente equatorial dirigida no verão e outomno para o golpho de Guiné.

Convém notar que a temperatura da superficie desta contra corrente foi inferior a da corrente equatorial, que assim perdeu o seu principal traço caracteristico: a baixa tempera-

tura das suas aguas. Verdade é que no meridiano por onde passamos não deve isso causar estranheza.

A 27 de Dezembro pescaram-se alguns sargaços. Coincidiu o apparecimento desta alga marinha, com a diminuição de 1° na temperatura da superficie, o que não vem confirmar a opinião de que os sargaços são trazidos dos bancos do golpho do Mexico pela corrente do "Gulf-Stream".

O sargaço, cuja côr amarellada é attribuida a falta de renovação d'agua em torno de si, tem fructos vesiculares, cheios de gaz, que parecem contribuir, de alguma sorte, para fazel-os fluctuar. E' curioso que estas plantas vegetem e produzão sem que tenham raizes.

A's 8 horas da noite de 27 de Dezembro, refrescou o vento de ESE que começára na tarde anterior, relampejando sem interrupção do NO ao SE, passando pelo N. O horizonte ennegreceu, a atmospherá mostrou-se sensivelmente alterada, mas o barometro não accusou perturbação alguma; manteve-se firme em 764mm.

Ao anoitecer de 28, começarão a suspender pesados agua-zeiros e o vento soprou rijo de ESE: E, crescendo logo o mar; as gaveas forão aos primeiros, ferrada a gata e risado nos segundos o latino grande.

Durante 43 horas o vento soprou de ESE com violencia e o mar manteve-se muito alteroso. A corveta, cuja amplitude de oscillação no plano transversal foi de 25° para sotavento e 10° para barlavento, abriu o trincanil entre os mastros grande e o do traquete e todo o convez; cuspio o calafeto das costuras do costado e principalmente dos topos, dando de si o verdugo da borda. A 30 o vento principiou a fazer recalmões, o mar a abater, sendo ainda o movimento pendular da corveta em torno do eixo longitudinal, de 20° para sotavento e 4° para barlavento.

A 31 atravessamos extensas linhas de sargaços.

O ESE, variavel ão SE, trouxe-nos, sem interrupção de calmas, do paralelo de $17^{\circ} 34' N$ e meridiano $35^{\circ} 46' OGw.$, até o paralelo de $28^{\circ} 51' N$ e longitude $36^{\circ} 7' OGw.$ D'ahi a corrente tropical do SE:ESE, impellio-nos até quasi o paralelo de Santa Maria.

Na região dos alisios de NE, mantivemos sempre caçado o cutello do velacho, isto é, conservámos o navio á bolina folgada, no intuito de, ganhando em velocidade o que perdia em direcção, attingir mais depressa a zona dos ventos de O.

A's 6 horas e 30 minutos da manhã de 5 de Janeiro de 1880 (ao clarear), avistámos a ilha de Santa Maria por $56^{\circ} SE$, ponto que buscámos para rectificação de nossa derrota; na mesma occasião a força do vento e do mar nos compellio a diminuir de panno, risando nos primeiros as duas gaveas e ferrando a gata.

A's 10 horas da manhã tornámos a divisar a ilha entre aguaceiros, mas a atmosphaera, cerrando completamente, reduzio o horizonte ás dimensões do navio.

A's 2 horas, havendo recrudescido o vento SO, com velocidade horaria de $48'$ e as vagas attingido a altura de $6m,5$, capeamos com gaveas nos segundos, latino grande risado e polaca.

A amplitude de oscillação no plano transversal foi de 32° para sotavento, e 20° para barlavento; o mar chocando frequentemente as mesas das enxarcias, arrebatou das antenhas um turco volante de escaler.

Esse temporal, cahindo com violencia sobre a ilha de São Miguel, produzio grandes estragos em Ponta Delgada, cujo quebra-mar foi galgado pelas vagas.

A corveta, não obstante ter aberto o trincanil, o corrimão da borda e todo o calafeto, é, incontestavelmente, dotada de excellentes qualidades nauticas; é tão estavel como veleira. Não encontrámos um só navio que podesse competir com ella em celeridade de marcha.

Nos dias 6 e 7 o vento soprou fraco de OSO:SSO e, comquanto relampejasse de ONO, predominou a 8 a corrente tropical de S:SSE bonançosa.

A's 3 horas da manhã de 10 de Janeiro avistámos o pharol das Rócas, primeira vedeta que encontrámos neste longo percurso, ao SE $1/2$ S, na distancia de 20'.

A's 4 horas da manhã determinámos o ponto de chegada pela marcação do pharol ao SE 4 E magnetico (Vm 19° NO) e observação da estrella polar.

Navegámos em demanda do porto de Lisboa até Cascaes, onde recebemos o pratico. Ao meio dia de 10 de Janeiro de 1880 ancorámos em frente á Belém, do lado do Lazareto. A corveta içou a bandeira amarella, ao passo que o pessoal teve livre pratica.

A 15, terminada a quarentena da corveta, viemos para o ancoradouro de Alcantara. Além dos navios portuguezes, *Vasco da Gama*, *Bartholomeu Dias* e *Mindélo*, estava no porto uma divisão ingleza sob o mando do contra almirante Hood, e composta dos encouraçados *Minotaur*, *Agincourt*, *Achilles* e *Northumberland*, antigos representantes da época em que o canhão de 100 libras (45 kilogrammas) era considerado o mais poderoso engenho de destruição, a ultima palavra do poder offensivo da artilharia.

Directamente do Rio de Janeiro á Lisboa, tendo quasi que por unico motor o vento, era impossivel realizar uma travessia tão longa, mais rapidamente do que fizemos. Medida

a linha sinuosa que indica sobre a carta o traçado da nossa derrota; vê-se que, em 52 dias, a corveta percorreu uma extensão de 6,754 milhas, sendo 2,985 no hemispherio sul e 3.769 no hemispherio norte, com a marcha horaria de 5',4.

No dia 26 de Janeiro tivemos a honra de cumprimentar a S. M. o Rei D. Luiz I, que se dignou mandar-nos convidar para o baile que teve lugar a 28 no palacio da Ajuda.

Atarefado com os aprestos da partida, só nos foi possível visitar o arsenal de marinha e o observatorio real na Tapada da Ajuda.

O arsenal está mal situado e occupa uma área insufficiente para o seu desenvolvimento futuro. Estavão no estaleiro duas canhoneiras de madeira: *Rio Ave* e *Rio Vouga*.

O dique unico de que dispõe, é pequeno para conter grandes navios, mas dotado de uma dupla porta para evitar os terriveis effeitos dos temporaes do SE.

A serraria é modesta e a casa do risco só é rica de antigos modelos de architectura naval.

Os productos da cordoaria, quer de linho e de cairo, como de pita e couro, são excellentes.

A escola de marinha funcçiona no proprio arsenal; o seu curso consta de dous annos, precedidos de um outro preparatorio que é estudado na escola polytechnica.

O melhor navio que Portugal possui é o seu encouraçado *Vasco da Gama*, cujo casamata ou reducto central é armado de dous canhões Krupp, de retro-carga e 17 toneladas cada um. Este navio reúne ao seu poder offensivo e defensivo, a reputação de possuir boas qualidades nauticas.

Os navios de guerra portuguezes, ainda mesmo as menores canhoneiras, são dotados de um escaler a vapor, o que dá rapidez ao serviço, com economia de braços. Este melho-

ramento é de incontestavel vantagem, porquanto não ha quem desconheça a inconveniencia de manter fora de bordo as guarnições dos escaleres.

Recebemos a visita do Exmo. Sr. almirante visconde de Soares Franco, commandante geral da armada, que com a maior amabilidade nos facilitou a visita ao arsenal.

O observatorio real occupa na Tapada da Ajuda um edificio bem disposto e coroado de uma torre á 112 metros acima do nivel do mar, onde estão montando uma equatorial, cuja objectiva tem 15 pollegadas de diametro. Esta equatorial e uma luneta meridiana, são os melhores instrumentos que alli existem. Nas salas em que estão os instrumentos das passagens, ha um relógio que é posto em communicação com o pendulo por meio da electricidade.

De recente fundação, o observatorio ainda não deu publicidade aos seus trabalhos.

Nunca olvidaremos o acolhimento cordial e sympathico do nosso illustre representante, S. Ex. o Sr. barão de Japurá e sua digna familia.

Travessia de Lisboa a Gibraltar

Concluido o calafeto geral do navio e os demais preparos da partida, deliberámos deixar o Tejo á 29 de Janeiro, com destino á Toulon, ponto designado pelo Exmo. Sr. Chefe de Divisão Arthur Silveira da Motta para o embarque da missão diplomatica. Effectivamente, ás 9 horas da noite, de 29 de Janeiro de 1880, aproveitando a calma e a maré de vassante, singrámos em demanda do canal do sul, cujo eixo é determinado pela projecção de dous pharóes encarnados, um sobre o outro.

Vencido o cachopo do norte, seguimos até Cascaes, onde deixámos o pratico da barra; então, navegámos de modo á passar o pharol do Cabo Espichel, já visível, e do qual á 1 hora e 30 minutos da manhã de 30 de Janeiro, estávamos distânciados dez milhas na direção E — O.

A's 9 horas e 20 minutos da manhã marcámos a Serra Monchique á E. em distancia de 20'; ás 2 horas e 15 minutos da tarde, a torre do pharol do Cabo de S. Vicente demoravamos ao norte e o páo da bandeira de Sagres (estação semaphorica) por 22° N. E.; ás 8 horas da noite o pharol de Santa Maria estava ao N. em distancia de 11'. A's 11 horas da noite o céu nublou-se, o vento sobreveio fresco de E. S. E. e o mar cresceu rapidamente.

Ao meio-dia de 31 de Janeiro, arriámos 35 braças de linha sem encontrar fundo; uma hora depois com 70 braças obtivemos o mesmo resultado. A's 6 horas avistámos o pharol do Cabo Spartel, marcado uma hora depois por 75° S. E. A' esta mesma hora avistámos da gavea o pharol do famoso Trafalgar com o qual ás 11 horas da noite estávamos N. S. A' meia-noite marcavamos o pharol de Spartel ao sul e ainda não víamos a luz de Tarifa, excellente pharol encarnado, visível á 20', e que, envolto pela bruma, só foi avistado ás 3 horas da manhã de 1° de Fevereiro, á 6' de distancia. O vento soprava de rajadas duras de E: E. S. E. acompanhadas de chuva, à cerração era muito densa e o mar bastante encapellado.

A's 4 horas da manhã entrámos no circulo luminoso dos pharões de Ceuta e Ponta da Europa. Este ultimo, comquanto seja de luz branca, tem um sector encarnado para oeste que abrange cerca de 23°; enquanto se está comprehendido no limite d'aquelle sector, não se deve fazer rumo directo para

entrar em Gibraltar nem se approximar da costa da Hespanha, no intuito de evitar a rocha "perola", immersa e situada ao sul da ponta Carneiro, onde ha um pharolete. Foi sobre esta pedra que, ha alguns annos, encalhou o encouraçado inglez *Agincourt* ao sahir do porto de Gibraltar.

A's 7 horas da manhã, attenta a impetuosidade crescente do vento do levante, resolvemos entrar em Gibraltar, certos de que assim evitavamos uma despesa inutil de combustivel e não expunhamos o navio ás chances de alguma avaria. Mais tarde (3 de Fevereiro), o vapor *Catay* da *Peninsular and Oriental Company*, dando noticia de haver soffrido violento temporal do levante no Mediterraneo, veio justificar a nossa deliberação.

A's 8 horas e 45 minutos da manhã de 1º de Fevereiro, ancorámos em 20 braças de fundo, areia, marcando S. Roque ao N. 4 N. E. e o Telegrapho ao S. E. 1½ S.

O melhor ancoradouro é ao lado dos Pontões de Carvão ou, então, nas cercanias do Pontão Inglez, fundeado perto de S. Roque. O porto é aberto á quasi todos os ventos, mas os navios de guerra inglezes ancorão em uma dóca perfeitamente abrigada, onde estão os almoxarifados e os depositos de carvão. Ahi havia um unico navio de guerra, a canhoneira *Express*.

Desde 1º até 5 de Fevereiro soprou sempre com violencia o vento do levante e o céu manteve-se nublado.

Na travessia de Lisboa á Gibraltar percorremos 284' com a marcha horaria de 5',1.

No estreito de Gibraltar, com mais propriedade chamado de Tarifa, os ventos ordinariamente sopráo de E. ou de O. O levante é sempre mais temido tanto pela sua pertinacia e tempo sombrio que o acompanha como pela violencia com que

sopra, principalmente na ponta Tarifa, onde ha apenas 8º de largura. No inverno, mórmente em Fevereiro e Março, a navegação do estreito é difficil e incommoda; os pharóes de ordinario são velados pela nevoa e o proprio vento do poente, que no verão é moderado e seguido de tempo claro, sopra com violencia, obscurecendo pela chuva a entrada occidental.

A aterragem do Cabo Spartel, cujas cercanias são profundas, é mais facil do que a de Trafalgar; entretanto, com tempo brumoso e sem um ponto exacto, ha perigo em confundir o valle ao sul de Spartel com o canal e ir sobre a costa, illudido por falsa apparencia.

A corrente impellio-nos com impetuosidade para oeste, quando os roteiros as annunciação seguindo a direcção leste, ainda mesmo com ventos do levante.

Edificada na fralda de uma montanha, Gibraltar tanto se distingue pela importancia das suas fortificações como pela boa disposição e asseio dos seus edificios. Os inglezes, com a perseverança que os caracteriza, conseguirão dotar aquella praça de guerra, em cujo solo predomina a rocha, de um jardim, preparado com esmerado cuidado, onde erguerão as estatuas de Lord Wellington e do General Eliott, intrepido defensor do sitio de 1782.

A maioria da população é hespanhola, cujo idioma todos fallão.

A "galeria da rocha", dispendiosa excavação feita em pedra caicarea, perdeu toda a sua importancia em face dos progressos da artilharia. As peças de 68 cederão o passo aos canhões de grosso calibre com que estão armadas as possantes baterias á beira mar, entre as quaes destacão-se a da Rainha Victoria, a do Principe de Galles e o Bastião do Sul; cada uma dellas conta tres canhões de 18 toneladas.

Ao lado do Bastião do Sul estão tres canhões de 38 toneladas, constituindo uma bateria casamatada e revestida de couraça.

Preparava-se ainda, por cima da nova dóca, uma plataforma para receber dous canhões de 100 toneladas que devem dominar completamente a entrada do porto.

Os hespanhóes nada têm que possam oppôr á aquelle colosso militar cuja guarnição compunha-se de 6.000 homens sob o mando do Major General Anderson, governador interino, na ausencia de Lord Napier.

Gibraltar, não obstante a sua grande importancia strategica, sem o auxilio de uma esquadra não poderá impedir o passo á uma força naval moderna que queira transpor a entrada oriental do estreito, cuja largura é de 12'.

O nosso Consul, o Sr. José Bento, acompanhou-nos na visita ás fortificações e mostrou-se sempre disposto á facilitar tudo quanto precisamos.

Travessia de Gibraltar a Toulon

A's 11 horas e 50 minutos da manhã do dia 6 de Fevereiro de 1880, tendo abonançado o vento do levante e clareado a atmospheria, deixámos o porto de Gibraltar em demanda do de Toulon. A's 12 horas e 30 minutos da tarde estavamos á O.4 ao sul do pharol da Ponta d'Europa; as 10 horas e 20 minutos da noite cercámos o pharol do Cabo Sacratif ao N. Então, havendo cerrado o tempo, fizemos rumo de 81° N E. isto é, meia quarta mais affastado da costa.

Ao clarear viemos reconhecer a terra e ás 6 horas e 40 minutos da manhã de 7, tinhamos á vista o cabo da Gata por 26° N. O. e a povoação Carbonera por 1° N. O.; ás 4 horas e

45 minutos da tarde estavam N — S. com o pharol do Cabo de Palos; ás 5 horas e 45 minutos estando o mesmo pharol á O. marcamos o das Formigas por 61° N O.; ás 11 horas da noite o pharol de Santa Pola demorava-se por 6° N, O.

A' 1 hora da manhã de 8 de Fevereiro avistámos o pharol do Cabo Santo Antonio por 39° N O.; ás 3 horas e 45 minutos o pharol Conejera (Iviça) por 5° N E.; ás 5 horas e 45 minutos este mesmo pharol por 84° S. E. em distancia de 8'. Avis-támos a luz de Conejera sendo ainda visivel a de Santo Antonio, o que é contrario á indicação do alcance destes pharóes, segundos ás cartas Inglezas e Francezas.

Ao meio dia demorava-nos a Ilha Dragoneira da Maiorca por 70° S E. A' 1 hora o vento soprou do N O., mas logo em seguida variou para o N. e E., declarando-se muito bonançoso desta direcção e acompanhado de tempo sombrio. O movimento oscillatorio do barometro foi apenas de 2 millimetros.

A's 3 horas e 15 minutos da manhã de 9, avistámos o pharol de S. Sebastião por 31° N. O. Ao romper d'aurora vimos algumas serras da Hespanha com os seus picos cobertos de neve e logo que o pharol de S. Sebastião foi marcado por 61° N. O., fizemos rumo para Toulon, com tempo sombrio, vento S. O.: S S O., o golfo de Lyon carregado e o horizonte cerrado; o vento foi gyrandó para o S E. e ás 3 horas começamos á avistar confusamente a costa meridional da França.

A's 5 horas e 40 minutos da tarde marcámos para determinação do ponto de chegada o pharol Grand Rouveau por 39° N E. e o Cabo Cépet por 53° N E. A's 6 horas e 15 minutos da noite avistámos tres luzes: a do Grand Rouveau por 16° N O., a do Cabo Cépet ou ponta de Rascas por 45° N E. e a de Porquerolles por 85° N E. O vento, saltando do norte, im-

pellio com rapidez grossos nimbus que vierão prognosticar a imminencia de um desses frequentes e violentos desequilibrios atmosfericos, cuja inclemencia justifica a funesta celebridade do Golfo de Lyon.

A's 8 horas e 30 minutos da noite demos fundo no ancoradouro exterior (Grande-Rade) do porto de Toulon, em 16 braças de profundidade, marcando o pharol fluctuante encarnado por 40° SO. o verde por 79° SO e o da Torre Grossa por 51° N O.

A's 10 horas da noite o vento gyrou novamente para o S E, d'onde soprou tempestuoso e acompanhado de chuva.

Na manhã de 10, reinando ainda máo tempo, amarrámos em uma boia, junto ao Mourillon, no ancoradouro interior, que é bastante extenso para conter grande numero de navios e abrigado, pelas montanhas que o circundão, de todos os ventos, sem mesmo exceptuar o mistral ou N O.

Estavão no porto os seguintes navios de guerra: francezes: cruzador *Forfait*, não *Souveraine*, transportes *Annamite* e *Aveyron*, fragata encouraçada *Couronne* e a divisão volante sob o mando do contr'almirante Galiber, composta das fragatas *Flore*, *Armorique* e mais duas outras; norte-americano: cruzador *Trenton* com a insignia do contr'almirante Howell, chefe da estação do seu paiz nos mares da Europa.

A navegação do Mediterraneo, facil no verão porque é sempre possivel tomar um porto, torna-se muito difficil no inverno mormente em Fevereiro, quando a terra saturada de humidade é frequentemente velada pelo nevoeiro, o céu quasi de ordinario encoberto e os ventos reinantes de E: ESE sempre violentos e acompanhados de chuva, levantão muito mar. As correntes, tão irregulares e impetuosas como os ventos, dependem, em força e direcção, de causas locaes.

No Mediterraneo é regra geral: sempre que atneçar máo tempo deve-se ganhar um porto, porquanto sendo quasi impossivel capear, attenta a violencia do vento, a corrida em um mar estreito póde occasionar a perda do navio ou grandes avarias.

A nossa travessia, comquanto realizada em pleno inverno, foi muito feliz; o máo tempo sobreveio duas horas depois da nossa entrada em Toulon.

Percorremos 642 milhas com a marcha horaria de 8',1.

Desgraçadamente já com o cabo Cépet á vista, tivemos que lamentar a morte do imperial marinheiro de 1ª classe, 17ª companhia, n. 208, Luiz da França Pereira, casualmente despenhado da verga do joanete grande ao mar, tendo na queda batido de encontro á verga grande e ás antenas de BB. Imediatamente atravessado o navio, arriamos com a maxima presteza, um escaler com o Mestre, no intuito de, pelo menos, recolher o cadaver do infeliz marinheiro.

Todos os esforços forão baldados, porquanto nem dos váos, nem do tombadillo, d'onde pressurosos todos investigavão a superficie do mar, foi possivel divisar o corpo do nosso desditoso companheiro de fadigas.

O escaler regressou, ao cahir da noite, tendo apenas recolhido o bonet do desventurado marinheiro, união despoço que fluctuou.

No dia 16 desembarcou uma grande parte da guarnição para assistir á missa mandada resar por alma do infeliz Luiz de França, no 7º dia do seu fallecimento. Tão regular foi a conducta da nossa gente, tão boa ordem reinou sempre, que o jornal *La Sentinelle du Midi* publicou, no dia subsequente, o artigo ora transcripto:

Chronique Méridionale. — Le 9 ce mois, vers cinq heures du soir, la corvette brésilienne *Vital de Oliveira*, commandant Noronha, était en vue de Toulon, lorsqu'un malheur irréparable est venu jeter le deuil à son bord: le matelot França, occupé à serrer l'un des perroquets, tomba à la mer. Aussitôt, le bâtiment stopa, on amena les embarcations; mais, malgré toutes les recherches, il fut impossible de le retrouver. Détail bien douloureux: cet infortuné marin était à la veille de rentrer dans sa famille, son temps de service étant fini.

Les matelots du *Vital de Oliveira*, tenant à donner un dernier témoignage d'affection et de regrets à leur camarade, l'un des plus capables et des plus considérés, s'empressèrent de demander à leur commandant l'autorisation de faire dire, à leurs frais, une grand'messe pour le repos de l'âme de leur brave compagnon d'armes. Cette autorisation leur fut immédiatement octroyée.

Hier, un service solennel a été célébré, pour cette victime du devoir, à l'église Sainte-Marie, dont la nef principale avait été tendue de noir pour la circonstance. Le catafalque placé devant le maître-autel était recouvert du drapeau brésilien, sur le quel reposaient les vêtements du défunt.

M. le commandant Noronha, accompagné de son état-major et de tout l'équipage, y compris les mousses, dont la bonne tenue et le recueillement ont été particulièrement remarqués, assistaient à cette triste cérémonie, pendant laquelle la musique du *Vital de Oliveira* a exécuté des morceaux funèbres.

En quittant la cathédrale, les marins de cette corvette ont défilé, musique et officiers en tête, par le cours Lafayette, pour se rendre sur le quai du port, où les attendaient leurs embarcations.

Sur leur passage, la foule se montrait pleine de sympathie et de respect."

Emquanto aguardavamos a chegada dos nossos ministros, dispuzemos do tempo para visitar os estabelecimentos mais importantes da marinha. Estas visitas são sempre proficuas, porquanto offerecem um meio facil de estudar os melhoramentos mais recentemente introduzidos na marinha pelo rapido progresso da industria.

O Arsenal de Toulon, um dos primeiros do mundo e o unico da França no Mediterraneo, distingue-se tanto pela extensão como pela vastidão dos seus recursos. No museu, que é rico de modelos, mórmente dos antigos navios, portas de diques, etc., o que mais nos despertou a attenção foi o modelo do leme do encouraçado *Richelieu*, cujas qualidades evolutivas nada deixão a desejar.

A cordoaria, montada em um edificio antigo, tem grandes proporções e prepara excellente cabo.

A praça d'armas, artisticamente disposta, está enriquecida com a nova carabina de repetição *Verndl*, adoptada na marinha e cujo invento data de 1878. O systema desta arma que uma vez carregada dispõe de 9 tiros, é simples e parece possuir solidez; mas ella é pesada e talvez mesmo comprida para o manejo a bordo.

Percorrendo as docas tivemos ensejo de ver entre os representantes da antiguidade, outros que attestão o progresso sempre crescente da sciencia e da industria. Ao lado da *Eylau*, *Ville de Paris*, *Belle Poule*, etc., figuravão: como cruzadores o *Tourville* e o *Eclaireur*; como encouraçados o *Richelieu* e o *Duperré*; como transportes o *Tonquin* e o *Annamite*.

O *Tourville*, construido de ferro e madeira, é um cruzador de 1ª classe, cuja machina desenvolvendo a força de 7.340

cavallos imprimio-lhe, nas experiencias realizadas sobre a base medida das Ilhas Hyères, a velocidade horaria de 16',93. Toda a sua artilharia montada em meias torres salientes de cada bordo, está disposta de modo á ser utilizada tanto em caça como em retirada; um formidavel esporão de bronze faculto-lhe occasião de, em momento opportuno, usar do choque como principal meio de ataque. Dispondo de mastreação reduzida e de excellentes picadeiros para as suas embarcações miudas, aquelle cruzador revelou qualidades nauticas não inferiores á sua grande velocidade. Não obstante sua recente construcção (1878), no começo de 1880 estava elle com toda a machina desmontada e em reparo.

O *Éclaireur*, menor do que o *Tourville*, é um cruzador de 3ª classe, construido de madeira com vãos de ferro, mastreação reduzida, 6 caldeiras, força nominal de 450 cavallos, marcha de 13',5 em boas condições, 8 canhões de 14 centímetros, dos quaes um no castello e outro no tombadilho e 160 praças de guarnição,

O *Duperré* (*Amiral*) poderoso navio, cuja construcção ainda não está terminada, do systema cellular, duplo fundo de 1m,20 de altura, e carena de aço, é dividido longitudinalmente em dois grandes compartimentos symetricos e cada um delles subdividido em outros dous de modo á deixar espaço para visitar as porcas da couraça na altura da linha d'agua; possui grande numero de compartimentos estanques formados por anteparas transversaes e possantes bombas para esgotar em uma hora cem toneladas d'agua. Vai receber grande mastreação e quatro tubos, avante e acima da linha de fluctuação, para expellir torpedos do systema Whitehead.

O esporão é de extrema solidez porque faz parte da construcção do navio e é apoiado sobre as chapas da blindagem.

A couraça da carena é de 55 centímetros de espessura e se estende a 35 centímetros acima e a 1m,20 abaixo da flutuação. O costado é de ferro; o convez da bateria é revestido de couraça e bem assim quasi todas as escotilhas acima do mesmo convez para proteger a machina, a chaminé e o serviço dos paíões.

A velocidade esperada é de 14 milhas; dispõe de duas machinas, cada uma em seu compartimento especial, devendo desenvolver a força de 8.000 cavallos e dupla helice. Recebe 700 toneladas de carvão e póde andar quatro dias a toda força.

Tem quatro torres á barbeta, plataforma movel, sendo duas avante, (uma de cada bordo) e duas no eixo longitudinal (uma a meio navio outra á ré); cada uma destas torres leva um chapéo ou cúpula de ferro que, se abriga os artilheiros da fuzilaria e metralha, póde se tornar mortifero no caso de ser chocado por uma bala de canhão. Cada torre será armada de um canhão de 34 centímetros (60 toneladas de peso) retro-carga, podendo atirar em caça ou retirada, além de 18 canhões de 14 centímetros, em bateria.

Todas as divisões internas são de ferro para evitar incendio e o convez superior é revestido de uma chapa de ferro.

Este encouraçado, construido pela companhia *des Forges et Chantiers de la Méditerranée*, estava em um dos diques do Arsenal.

O *Duperré* e o *Baudin* são os mais poderosos encouraçados da marinha franceza, dous verdadeiros rivaes do *Inflexible*.

O *Annamite*, transporte destinado á navegação entre a França e a Conchinchina, é de ferro, 105 metros de compri-

mento sobre 15m,7 de boca; 5.340 toneladas de deslocamento; 6m.25 de calado; 650 cavallos de força nominal e dois canhões.

Esse navio que pôde receber em totalidade 2.000 homens, dispõe, como todos os transportes das Colônias, de uma enfermaria bastante espaçosa que é dividida em três partes: uma para os feridos, outra para as molestias graves e a terceira para os convalescentes; 36 leitos suspensos à Cardan servem para os feridos ou doentes graves que assim supportam melhor os balanços do navio.

O *Annamite* acabava de regressar da Cochinchina á França em 29 dias, inclusive os de demora nos portos de escala.

Depois de visitadas as officinas, diques, obras hydraulicas, depositos, etc., fomos ao Mourillon, parte do Arsenal onde estão os grandes depositos e os fossos de conservação das madeiras, uma excellente serraria á vapor e diversos estaleiros. Estavam em construcção os cruzadores de 1ª classe *Naiade* e *Aréthuse*, navios de madeira, vãos de ferro, uma helice e força nominal de 600 cavallos; o encouraçado *Foudroyant* de carena de aço, encouraçamento parcial, espessura de couraça 38 centímetros, reducto central, quatro canhões de grosso calibre, ariete e duas helices; o guarda-costa de 1ª classe *Caiman*, de carena de aço, de duas helices, 1.500 cavallos de força nominal.

Fomos sempre acompanhados nessas visitas por um Official do Estado-Maior do contr'almirante Libaudière e o vice-almirante Hrantz, Prefeito marítimo, teve a delicadeza de pôr o seu escalor á nossa disposição para facilitar o tracto nas docas.

Nos estaleiros da companhia *des Forges et Chantiers de la Méditerranée*, tão conhecida entre nós pela maneira honrosa porque tem satisfeito os seus compromissos, havia em construcção um cruzador russo e estavam sendo concluidos os reparos do vapor *Petersburg* da frota voluntaria da Russia, que ali fôra apropriar-se ao seu novo papel de cruzador.

Nesta visita, o que vimos de mais curioso foram as lanchas-torpedos. Cada uma dellas de 19' de velocidade horaria, é hermeticamente fechada por uma cobertura de aço para vedar o ingresso d'agua. Umas têm dous tubos de cada bordo para lançar torpedos Whitehead; outras, uma lança de aço, movida por um apparelho facil, e bastante solida para supportar o peso do torpedo immerso e a resistencia proveniente da marcha da lancha a todo vapor. Esta lança, experimentada com um peso de 400 kilogrammos, vergou á principio, tornando a endireitar logo que a pressão cessou.

No caso de collisão o embate é amortecido por um para-choque.

Essas embarcações pertencião ao Governo Francez.

O engenheiro em chefe, Lagane, teve a amabilidade de acompanhar-nos durante toda a visita ao estabelecimento.

Recentemente fortificada, dispondo de reductos situados nas eminencias e armados de canhões de grosso calibre, a bacia interior de Toulon é defendida por fogos convergentes e em avultado numero para, só por si, tornar difficil o accesso de qualquer força naval; entretanto, para completar as linhas de defesa, estavam se fazendo obras hydraulicas no intuito de facilitar o emprego dos torpedos que alliados á artilharia, tornarão, em caso de guerra, o Arsenal e a esquadra ao abrigo de qualquer tentativa ousada.

No dia 15 de Março, recebemos a bordo os Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios em missão especial á China, os Exms. Srs. Chefe de Divisão Arthur Silveira da Motta e Dr. Eduardo Callado.

O pessoal da missão ficou composto dos dous ministros, um secretario, dous addidos militares e um interprete.

O procedimento do nosso Vice-Consul contrastou com o do cidadão francez Henri Lectuaire, á cuja solicitude somos agradecidos.

Travessia de Toulon a Malta

A's 10 horas e 30 minutos da manhã de 16 de Março de 1880, soprando o vento de E: ESE, acompanhado de céu nublado, deixámos o porto de Toulon em proseguimento da nossa commissão. A's 10 horas e 50 minutos estavamos N—S com a barca-pharol (luz verde) que assignala o extremo do quebra-mar da Torre Grossa, e 10 minutos depois ao N do outro pharol fluctuante (luz encarnada) ancorado no extremo do quebra-mar do sul. Passa-se sempre ao norte deste e ao sul daquelle.

A's 11 horas e 20 minutos marcámos o pharol do cabo Cépet por 44° NO em distancia de 0',5, ao meio dia determinamos o ponto de partida pela marcação do cabo Cépet por 49° NO e do pharol Grand Ribeaud por 82° NE; á 1 hora e 30 minutos da tarde tinhamos o pharol de Porquerolles ao N, em distancia de 9'.

Navegámos em demanda do pharol de Asinara, na entrada do estreito de Bonifacio; ás 8 horas da manhã de 17 era a nossa posição determinada pela marcação do pharol por 86° NE e da Torre Falcone por 4° SE.

Ao meio dia estava o pharol de Acacia por 74° SE em distancia de 10'; ás 11 horas da noite avistámos o pharol de Sandalo que á 1 hora e 30 minutos da manhã de 18 estava por 60° NE.

Ao meio-dia o ilhóte a oeste de Gallita era marcado por 7° SO; ás 5 horas e 15 minutos da tarde o cabo Branco demorava-nos ao sul; ás 7 horas o pharol de Canis tambem ao sul em distancia de 3'; á meia noite estavamos ao norte do pharol de cabo Bon em distancia de 6',5.

A's 5 horas da manhã de 19 avistámos a ilha Pantelaria que 30 minutos depois estava ao sul; nessa occasião cruzamos derrota com um grande encouraçado francez. A's 7 horas e 30 minutos o barometro começou a ter um movimento ascencional, o céu nublou-se e o vento soprou fresco de ENE até o meio dia em que abonançou chamando-se para E e ESE; o mar que já era alteroso abateu rapidamente. A's 7 horas e 50 minutos da noite avistámos o pharol de Guirdan na ilha de Goso, pharol que, ás 11 horas e 30 minutos, demorava-nos ao sul em distancia de 2'.

A' meia-noite divisámos a luz Sant'Elmo; ás 2 horas estando ella ao S4SO em distancia de 3', resolvemos seguir ao rumo de NNE, até clarear o dia, hora em que de novo approamos para a barra. A's 6 horas e 35 minutos da manhã de 20 de Março, recebemos o pratico junto ao forte Sant'Elmo e ás 7 horas amarrámos em uma boia na segunda dóca do porto grande de La Vallete, na ilha de Malta.

Não é conveniente, durante a noite, investir este porto cuja barra é estreita, mórmente quando ha mar, como nos succedeu, produzido pelo NE ou Gregale, vento que no inverno é temido pelos grandes estragos que faz no porto.

Malta, cuja importancia deriva-se da sua posição geographica, é o centro da estação naval ingleza no Mediterraneo; alli encontram-se recursos marítimos tanto nos depositos do governo como nos do commercio.

Estavam no porto seis grandes encouraçados: o *Alexandra*, o *Thundèrer*, o *Monarch* e tres outros que sahiram pouco depois da nossa chegada. Todos esses navios faziam parte da esquadra commandada em chefe pelo vice-almirante Seymour, que içava a sua insignia no *Alexandra*, um dos melhores encouraçados da marinha ingleza.

Os maltezes viram com admiração pela primeira vez um vaso de guerra brasileiro no porto de La Vallete, onde nunca se havia mostrado o emblema da terra de Santa Cruz.

Visitámos o *Alexandra* e o almirante Seymour que dedicadamente nos retribuiu a visita mesmo em um domingo.

O governador, general Borton, concedeu-nos autorização para visitar o forte Sant'Elmo, reputado o melhor das fortificações de Malta. O forte, bateria á barbete onde nada existe de notavel, além de tres canhões raiados de 25 toneladas, deixa muito a desejar em face da artilharia moderna e resente-se do grave defeito de ter os seus paioes muito expostos.

Nessa visita foi nosso companheiro um ajudante do governador que nos facultou ensejo de conhecer o tenente Carey, de funesta reputação na guerra dos Zulús pelo abandono do joven principe Napoleão.

Na travessia de Toulon á Malta percorremos 639 milhas com a marcha horaria de 7,2.

O nosso consul e o vice-consul attenderam sollicitamente a tudo quanto necessitámos com referencia á rapida promptificação do navio.

Travessia de Malta a Port-Saïd

A's 11 horas e 45 minutos da manhã de 22 de Março de 1880, estando o céu claro, o vento fraco de E: ESE, deixámos a amarração e seguimos em direcção á barra que ao meio-dia foi transposta. Navegámos ao rumo de NE½E até ás 12 horas e 30 minutos em que determinámos o ponto de partida pela marcação do pharol por 56° SO em distancia de 3'.

Ao amanhecer de 24, soprando ainda mais intenso o vento de E:ENE que refrescara ao anoitecer do dia antecedente e estando o mar bastante agitado, reduzimos o rosso velame ao de capa; ás 5 horas e 10 minutos da tarde, estando em frente ao immenso golfo de Syrte, outr'ora o terror dos marinheiros, desfizemos a capa e corremos com gaves nos terceiros, vélas d'estay e traquete ao rumo de O4NO.

A' meia-noite o vento entrou a declinar e o mar a abater de modo que ás 7 horas da manhã de 25 estavamos de novo em caminho para Port-Saïd.

As vagas, comquanto o vento fosse impetuoso (velocidade horaria de 40'), attingirão em pouco tempo a altura de cinco metros; o mar tornando-se então, curto, alteroso e incerto em direcção, fez-nos perder as antenas de sótavento (uma verga de gavea e um páo de bujarrona), cujas peias e manilhas das forquetas forão despedaçadas. O movimento pendular em torno do eixo longitudinal, em termo médio, foi de 14° para ba-iavento e 25° para sótavento.

Attenta a observação da rapidez com que se formarão vagas de cinco metros, parece-nos que a extensão do mar submettido á acção do vento e os obstaculos interpóstos á

sua livre propagação, exercem uma influencia directa sobre as dimensões das vagas. Desta vez, assim como na travessia de Gibraltar á Toulon, tivemos occasião de observar que o traço caracteristico das vagas do Mediterraneo está na presen-
teza em que ellas se elevam ou abatem.

E' tambem curiosa a observação que fizemos ácerca do movimento das nuvens superiores quasi sempre contrario ao das inferiores; o que parece explicavel em um mar estreito, onde o vento varia com a configuração da terra á ponto de produzir os *contrastes* tão usuaes no Mediterraneo. Ha quem assevere ter observado contrastes tão accentuados que o vento do panno de ré differia do de prôa.

A corveta, tanto á capa como na corrida, revelou ser dotada de excellentes qualidades nauticas. A amplitude de oscillação na corrida foi de 20°.

A's 4 horas e 30 minutos da manhã de 27 de Março, avistámos a Ilha de Candia ao rumo de NE; ás 10 horas e 15 minutos estavamos ao sul do Ilhote ao NO de Gavdo em distancia de 18'; ao meio-dia, Candia estava perfeitamente visivel, reflectindo o sol sobre a neve que corôava o cume das serras.

A's 9 horas e 10 minutos da noite de 29 de Março, avistámos o pharol de Damietta ao rumo de 40° SE; ás 10 horas e 45 minutos estando ao Norte do pharol, premámos em 14 braças, fundo de lodo.

A costa do Egypto, comquanto baixa e arenosa, está bem illuminada. Quem se destina á Port-Saïd deve rectificar a sua derrota pelo pharol de Damietta, porquanto evita assim o incommodo de varar a barra d'aquelle porto, impellido pelas fortes correntezas (3' a 4' de velocidade horaria) que, de ordinario, actuão para Léste.

A 1 hora e 10 minutos da manhã de 30 de Março avistámos o pharol electrico de Port-Saïd ao SE $1\frac{1}{2}$ S em distancia de 20', sendo ainda visível a luz de Damietta, extinta 15 minutos mais tarde ao rumo de Oeste. A's 2 horas e 15 minutos estávamos ao Norte do pharol electrico em distancia de 12'; ás 2 horas e 40 minutos divisámos a luz encarnada da barca-pharol do extremo exterior do quebramar de Oeste e ás 2 horas e 50 minutos demorava-nos o pharol electrico ao rumo de 14° SO.

Não querendo fundear, pairámos o resto da madrugada, tendo o cuidado de não conservar o pharol encarnado muito aberto do electrico afim de manter a posição do melhor ancoradouro exterior, onde estavam fundeados muitos vapores.

Ao clarear, recebido o pratico, seguimos em direcção ao pharol do Lago que marca o eixo do canal, por sua vez assinalado por pequenos pharões fluctuantes de côr encarnada a Oeste e de côr verde a Leste. A's 7 horas da manhã de 30 de Março, amarrámos de popa e prôa em duas boias, na estreita bacia de Port-Saïd, porta do canal de Suez no Mediterraneo.

O canal que conduz ao porto é formado por dous quebra-mares de pedras superpostas, os quaes, partindo da costa arenosa se projectão para o NNE e para o N. Este canal que é recto, de oito metros de profundidade e tranquillo, recebe constantemente grande quantidade de areia trazida pela corrente atravez dos intersticios das pedras que constituem os quebra-mares, o que naturalmente exigirá trabalhos de conservação.

Port-Saïd, pequena cidade de recente fundação e cujo aspecto faz lembrar o da ilha do Cerrito, no Paraguay, está

bem situada para ser o entreposto do algodão bem como dos productos do delta do Nilo, logo que uma ferro-via a ligue ao Cairo, segundo projecto já sancionado pelo Khédiva.

Os productos de Zagazig, vindos pelo canal de agua doce até Ismailia, seguem pelo canal maritimo d'ahi á Port-Saïd.

Dias antes da nossa chegada, havia deixado o ancoradouro o navio suéco *Vega*, que havendo realizado, após 294 dias de captiveiro, a passagem do NE, ha tres seculos e meio em vão tentada, desvendou mais um mysterio da natureza com imperecedoura gloria para todos os exploradores, nomeadamente Nordenskiöld e Palander que mais concorreram para o successo da ousada empresa.

Na travessia de Malta á Port-Saïd percorremos 1.127 milhas, sendo a marcha horaria de 6,1.

Travessia de Port-Saïd a Suez

A's 6 horas da manhã de 31 de Março de 1880, sahimos de Port-Saïd com destino á estação central de Ismailia.

Ne Port-Saïd a Kantara percorremos 24'5 de distancia em profundidade não inferior a 8 metros. O canal em toda esta extensão atravessa uma planicie de areia humida, salvo no lugar chamado o Acampamento, proximamente a 2' ao Norte de Kantara, onde a margem é alta. Esta planicie, mais elevada do que a superficie das aguas do lado de Leste, occupa um nivel inferior da parte do O, por onde é alagada ou inundada quando o Nilo transborda. O canal é separado do lago Menzaleh por uma especie de muralha de areia e lama solidificada.

Entre estes dous pontos ha tres estações.

De Kantara á extremidade N do Lago Ballah o canal tem 9'5 de extensão, sendo 2'5 entre comoros de areia de 8 a 9

metros de altura. Quando o vento sopra fresco, esta areia que é muito fina, obscurece a vista e deposita-se no leito do canal. Neste percurso ha duas estações.

Entre os lagos Ballah e Timsah o canal atravessa 8' de uma extensão margeada por comoros de areia de 11 a 12 metros de altura. Nas cercanias de El-Guisr tornou-se preciso fazer uma excavação em pedra calcarea, o que explica a curva entre Guisr e Timsah ou Ismailia. Ao terminar esta parte do canal, vê-se o palacio do Khediva.

Ismailia, estação central cujo ancoradouro é largo e de profundidade de 5 a 7,5 metros, pode conter muitos navios e é um excellente ponto de partida para quem deseja visitar o Cairo. Dentro de poucas horas transportam-nos á capital do Egypto, não obstante alguma demora em Zagagig, onde houve mudança de trem.

Ao amanhecer de 4 de Abril desaferrámos de Ismailia em busca da bahia de Suez, onde ancorámos ás 4 horas e 30 minutos da tarde.

Entre Ismailia e Toussoun os parapeitos que constituem as margens do canal sendo de areia, não bastam para impedir que nelle penetre a lama do lago, o que obriga as dragas a um trabalho quasi continuo, sem incommodar o transito.

Na parte comprehendida entre Toussoun e os lagos Amargos, o canal, que tem 6' de extensão, é quasi todo aberto em pedra calcarea, salvo uma milha acima de Serapeun onde parte diminuta é cavada na rocha.

Lagos Amargos. — A 1,5 da entrada Norte, ha um torre de pharol pintada de encarnado e de 12^m de altura para assinalar o limite dos grandes fundos do lado de Leste; assim como na parte do Sul ha tambem outro pharol identico ao

primeiro. Estes pharóes correm ao rumo 34° NO-SE e distam entre si de 8'. Como, durante a noite, a navegação está prohibida, osapparelhos dos pharóes não funcçãoam, estão sempre apagados. O canal aberto, é marcado por balisas de ferro terminadas por uma esphera negra.

Dos lagos Amargos á bahia de Suez, o canal atravessa comoros de areia e terrenos calcareos.

Percorremos de Port-Saïd a Suez 86' de facil navegação porque todo o canal está balisado. O ancoradouro exterior de Suez é desabrigado, mas ha na bahia uma magnifica dóca para receber os navios que necessitem carregar ou descarregar com urgencia.

A maré, na extremidade N do canal, depende do nivel das aguas do Mediterraneo, ao passo que na extremidade Sul participa do movimento das aguas do golpho de Suez. Esta influencia, porém, não vai além do extremo Sul dos lagos Amargos. Nestes lagos e em Timsah, não se tem observado correntes de marés. No lado de Leste, o canal é terminado por um quebra-mar construido sobre parte do banco Kaddel-el-Marakeb, no intuito de impedir o movimento da lama e areia trazidas pelas marés do golpho.

Inaugurado a 16 de Novembro de 1869, após 10 annos de longos trabalhos e difficuldades oppostas pela Inglaterra, o canal de Suez tem tanta importancia commercial como militar. Em 1865 aquella potencia, conscia do erro politico que commettera, chamou, em parte, a si esta via de communição mediante o dispendio de quatro milhões de libras sterlinas.

Durante a campanha russo-turca em 1878, a Inglaterra fez transportar da India para Malta, por via Suez, uma di-

visão do exercito, composta de 6.132 homens, com cavallos e todo o trem bellico.

Anteriormente, já se havia utilizado do canal por occasião da guerra da Abyssinia.

Scott Russel opina que nas futuras construcções, limite-se o calado maximo dos navios a 7^m,5 ou 6^m,6, condição indispensavel para transpor o canal de Suez, cujo transito é de importancia capital para a Inglaterra.

O vapor que realizou o transito do canal em menos tempo, fêl-o, segundo constou-nos, em 12 horas e 10 minutos. Os maiores navios que têm atravessado o canal mediam 135^m de comprimento e 7^m,39 de calado. O que torna a navegação demorada, é a prescripção regulamentar, aliás necessaria, de não se poder caminhar mais de 5' por hora.

Navega-se sempre com um escaler a reboque, munido de espia e prompto a coadjuvar a amarração quando se é obrigado a estacionar para dar passagem a outros navios em rumo opposto. As estações avisam com antecedencia, por meio de signaes, quando o transito está livre ou interrompido.

Não podemos deixar de prestar a nossa homenagem de admiração por esta grandiosa obra, outr'ora julgada inextinguivel, e capaz, só por si, de dar imperecedouro renome á engenharia do nosso seculo, ainda posteriormente glorificada pelos colossaes trabalhos do Monte Cenis e S. Gothardo. Seja-nos licito, porém, não esquecer o nome de Ferdinand Lesseps, universalmente conhecido como o principal auctor da canalisação do isthmo de Suez.

A cidade de Suez, cujo desenvolvimento era retardado pela carencia de agua potavel, ganhou importancia depois da construcção do canal de agua doce em 1863.

A população, na maior parte composta de Arabes, Malaioes e Chins, não goza de boa reputação: é mesmo assignalada por seus habitos repulsivos.

Travessia de Suez a Aden

A's 8 horas e 45 minutos da manhã de 6 de Abril de 1880 levantámos ancora da bahia de Suez e começámos a seguir de modo a vencer a boia Gad-el-Marakeb da qual passámos a O; então, governámos a deixar por BB a barca-pharol de New-Port que ás 8 horas e 50 minutos demorava a E em distancia de O',5. Dahi fizemos rumo ao Sul até ás 11 horas e 5 minutos em que marcando a parte Norte da montanha Abuderay por 85° NO e Bar-Hill por 73° NE, seguimos com prôa de 20° SE.

A's 12 horas e 43 minutos da tarde marcámos Ras Abuderay a O em distancia de 3' e 2 minutos depois avistámos o pharol *Zafarana* ao S; o vento que era fraco de Oeste saltou para ESE; ás 2 horas e 30 minutos da tarde, estando o pharol *Zafarana* a O em distancia de 4', fizemos rumo de 27° SE em busca do pharol de Ras-Charib; ás 3 horas e 55 minutos avistámos o Monte Sinai por 75° SE; ás 8 horas e 41 minutos da noite marcamos o pharol de Ras-Gharib a O em distancia de 2',1, pharol que ás 11 horas desapareceu por 50° NO em distancia de 20', maximo limite do seu alcance.

A' meia-noite, tendo avistado o pharol de Ashrafi por 37° SE, navegámos ao rumo de 48° SE e ás 2 horas e 30 minutos da manhã de 7 de Abril, estando o pharol a O em distancia de 3', entramos no estreito de Jubal.

A's 3 horas da manhã, marcada a ilha Jubal por 24° SO e o pharol de Ashrafi por 55° NO, fizemos prôa de S E $\frac{1}{4}$ E;

às 4 horas ainda estava o pharol ao mesmo rumo e a ponta N da ilha Shadwan por 28° SE; às 5 horas e 45 minutos, marcado o pico mais sul de Shadwan a O em distancia de 3', entrámos no Mar Vermelho.

E' deficiente a illuminação do golpho de Suez, mormente na parte meridional ou entrada do Mar Vermelho. No estreito de Jubal vai-se livre do perigoso recife de Aboo-Nahas sempre que conservar-se o pharol de Ashrafi no azimuth de 55° NO.

Um forte vento do Sul acompanhado de espessa cerção deteve-nos na bahia de Suez por mais de 24 horas. Em Abril, não é raro vêr seguir-se aos ventos do Sul violentos temporaes de O, denominados ventos Egypcios; mas o Oeste que sobreveiu foi brando.

A's 3 horas e 5 minutos da tarde de 7 de Abril, a balisa do ilhote Norte dos Dous Irmãos demorava a E em distancia de 2'. Os roteiros annunciam um pharol em construcção naquelle ilhote onde não ha mais do que uma balisa.

A's 9 horas e 26 minutos da manhã de 8 de Abril avistámos o pharol Dedalo ao rumo de 19° NE em distancia de 7'; às 7 horas da noite a ilha de S. João ou Zeberget estava a O em distancia de 8'. A's 9 horas e 50 minutos da manhã de 9 de Abril estavamos E-O com o cabo d'Elba.

Do dia 7 ao dia 10, navegámos a vela com vento N:NNO. A's 8 horas da noite de 11 de Abril, havendo calma, a temperatura na praça da machina attingiu a 40° e a da praça das caldeiras elevou-se a 48° centigrados.

A's 3 horas da manhã de 11 de Abril, marcando Jebel-Tier por 80° NE em distancia de 5', navegámos em demanda de Jebel Zebayia, avistada ao amanhecer do dia 12. A's 7 horas e 50 minutos da manhã a ilha Centre Peak demorava

a E em distancia de 2',5; ás 3 horas, tendo clareado o horizonte, avistámos Jebel Zurkur por 29° SE em distancia de 17'; ás 5 horas investimos o canal formado pelas ilhas High e os ilhotes Abú-Ail; ás 6 horas e 40 minutos, marcada a ponta oriental de Jebel Zurkur a O distancia de 1',5, seguimos ao rumo de 25° SE.

Em Zurkur, na praia fronteira a High, havia um grande vapor encalhado sobre pedras.

A's 8 horas e 55 minutos da noite estavam E-O com o grande Hamish.

Uma forte correnteza, originada pelo vento Sul, que soprou, deteve-nos em caminho de Móka a Perim, cujo pharol marcámos ás 11 horas da manhã de 13 de Abril por 72° NO, em distancia de 1',7.

Investimos o estreito de Bab-el-Mandeb entre a ilha Perim e o Ras-Bab-el-Mandeb e entrámos no golfo de Aden.

Ao meio-dia de 13, dirigimos a nossa derrota ao rumo de ESE; ás 4 horas e 30 minutos determinámos a nossa posição pelos azimuths do Jebel Karaz (21° NE) e Jebel Kaû (51° NE).

A's 5 horas da tarde, começámos a seguir a 88° SE até a 1 hora e 15 minutos da manhã de 13 em que o pharol de Ras Marshig demorava por 27° NE, em distancia de 18'.

Pairámos até ao amanhecer, hora em que investimos a bahia de Aden, cujo pharol estava visivel; ás 6 horas e 15 minutos passámos pela barca-pharol, tendo antes recebido o pratico do ancoradouro interior, onde demos fundo ás 6 horas e 50 minutos da manhã de 14 de Abril, com 45 br. de filame, em 4 bros. 5 d'agua, e, uma vez filados, á maré que era de enchente, amarrámos a popa com um virador dado em uma boia.

A entrada de Aden é facil; enquanto se conservar a barca-pharol ao N:NE, vai-se livre de todas as pontas, unico perigo a evitar, pois que o canal é limpo. Para ganhar o ancoradouro interior é necessario tomar pratico perto da barca-pharol que assignala a quantidade d'agua na barreta da entrada.

O pharol de Ras-Marshig só fica encoberto pela Ponta Taih, quando está a ENE de quem se atterra ou investe o porto.

O Mar Vermelho, attento o seu grande transito, é mal illuminado e a sua hydrographia deixa muito a desejar.

O ceu conservou-se claro, de grande transparencia no zenith; mas, de ordinario, havia no horizonte uma facha brumosa de 5° a 8° de largura, que durante a noite se mostrava mais densa. Ao Sul de Jeddah a bruma estreitava muito o horizonte, ainda com bom tempo. A terra nunca se mostrou distinctamente e o orvalho foi sempre abundante.

As correntes foram sempre dependentes dos ventos reinantes, sendo a impetuosidade dellas proporcional á força com que elles sopravam. Os ventos do norte fazem baixar as aguas ao passo que os do Sul as elevam.

Na viagem de Toulon a Aden experimentámos, em poucos dias, uma elevação de 22° na temperatura.

Percorremos no Mar Vermelho e golpho de Aden, 1.134' que somnadas ás 182',5 andadas no golpho de Suez, perfazem um total de 1.316'5 sendo a marcha horaria 6',93.

A cidade de Aden, propriamente dita, edificada a Leste da Peninsula, sobre o mar de Oman, é a residencia do governador e da tropa; está bem fortificada. Em frente ao ancoradouro a O da peninsula ou cabo de Aden, na encosta da montanha, está Steamer-Point, centro de abastecimento

dos navios, ligado a Aden por uma boa estrada aberta na rocha.

Aden, além da importancia strategica e politica, é um porto commercial que exporta café de Moka e fornece de carvão a todos os vapores que sulcam o Mar Vermelho.

O que ha de mais curioso alli são as enormes cisternas cavadas na rocha para supprir a população de agua, outr'ora muito escassa, mas hoje abundante pelo grande numero deapparelhos distilladores.

A construcção daquellas cisternas, denominadas pelos indigenas — poços de Moysés — é um trabalho gigantesco que faz honra aos portuguezes.

Naquella região, onde domina o granito e a carencia quasi absoluta das chuvas não minora os ardores do sol, nenhum traço de vegetação existe: a terra ergue-se desnuda, esteril e calcinada. E' uma paizagem contristadora e digna, segundo a legenda popular, do tumulo do primeiro assassino da humanidade.

Travessia de Aden a Ponta de Galles

A's 6 horas e 5 minutos da manhã de 19 de Abril de 1880 deixámos o ancoradouro interior de Aden com destino á Ponta de Galles. A's 6 horas e 12 minutos despedimos o pratico junto á barca-pharol e ás 7 horas e 30 minutos estavamos ao Sul do pharol de Ras Marshig em distancia de 1',5.

De 19 a 21 de Abril seguimos na direcção do cixo do golpho de Aden, o que nos dava uma posição favoravel para fazer caminho ainda mesmo que sobreviessem ventos do NE; a 22 fizemos rumo directo para Minicoy; a 23 começamos a avistar algumas nuvens.

Atravessamos a ellipse traçada nas cartas para representar a região do mar da Arabia em que, durante a monção do SO, o ceo está geralmente sem nuvens, o vento é mais fraco e o mar menos agitado.

A 28 de Abril o barometro elevou-se a 763^m,5, baixando em seu movimento diurno a 760^m; nos outros dias a amplitude de oscillação variou entre 759 e 762^m.

Das 8 horas até ás 11 da noite de 29 de Abril, relampejou quasi sem interrupção na direcção SE.

Não avistamos Minicoy, que sendo muito baixa, é pouco visivel. A conveniencia de um pharol naquella pequena ilha, situada a meio canal no caminho de Aden á Ponta de Gallés, já está geralmente reconhecida; entretanto, apesar dos grandes interesses da navegação, das frequentes passagens de navios de todas as nacionalidades, a questão ainda não sahiu da categoria dos projectos.

Labrosse, em seu roteiro do mar das Indias, diz: "Quando começam a apparecer durante as noites de Abril relampagos na altura das Laccadivas, sobrevêm, mais tarde, fortes aguaceiros acompanhados de ventos do SE e algumas vezes de O:ONO. O mez de Abril é caracterizado pela inconstancia do tempo e frequentemente por temporaes do Sul ou mesmo por um cyclone."

Felizmente, os continuos relampagos por nós observados póde-se dizer que desde Aden, em nada modificaram as calmas e brisas loucas, cujo predominio, nos compellindo a um emprego constante da machina, veio abreviar a nossa travessia. Na noite de 30, recommçaram os relampagos, seguidos de aragem de ONO e de vagalhões do NE.

Tantos e tão variados são os signaes reputados como precursôres de uma tempestade gyratoria, tão commum é

a apparição de alguns delles que, a acreditar na probabilidade de taes symptomas, o homem do mar sentir-se-ha acabrunhado pela intranquilidade, vencido pela vigilia, antes do momento supremo em que necessita de todas as suas forças para fazer face á natureza revolucionada, aos terriveis meteóros, verdadeiros cataclysmos que são o flagello dos mares da India e da China. O que ha a fazer, como em toda a navegação, é acompanhar o barometro, investigar o horizonte, estudar o movimento das nuvens e manter um velame em relação com a apparencia geral da atmospherá.

A' 1 hora da tarde de 2 de Maio, não obstante estar o horizonte encinzeirado, começamos a divisar o litoral de Ponta de Galles.

A's 2 horas e 15 minutos avistámos o pharol que, marcado a E 4 $\frac{1}{2}$ NE, mostrou estarmos desviados das rochas: grande e pequena Baleia; fizemos então rumo para a Torre Branca, conservando a bóia do banco Cadda de fóra pela amura de BB.

A grande Baleia é uma rocha immersa, sobre a qual nem sempre quebra o mar, situada á 2',5 do pharol; a pequena Baleia é descoberta e bem visivel durante o dia. Quem marca o pharol a E 4 $\frac{1}{2}$ NE está desviado de ambas.

Junto á boia de sino do banco Cadda recebemos o pratico do porto, e ás 4 horas da tarde de 2 de Maio demos fundo em 4 braças d'agua, com 35 braças de filame no ferro de EB e 30 braças no de BB, amarrando a pôpa em um grosso virador talingado em uma ancora da praticagem do porto, a cujas expensas está balisado o canal da entrada. Amarramos na direcção N—S, tendo a prôa para o lado do Sul, donde é sempre crescido o vagalhão que não cessa ainda com os ventos do NO. O ancoradouro é desabrigado e máo durante

a monção do SO. Depois de ancorados marcamos a ponta do pharol ao rumo de SO4S e a ilha do Carvão a ESE.

O governo inglez, concentrando todos os seus cuidados sobre Colombo, tem deixado em abandono Ponta de Galles, que pela sua posição geographica é a escala de toda a navegação entre a Europa e a Asia.

Ponta de Galles, situada no extremo Sul da Ilha de Ceylão, é uma pequena cidade, de agradável aspecto, cuja fertilidade contrasta com a aridez de Aden. Ha alli a exuberancia de vegetação dos paizes equatoriaes: uma flora riquissima.

A cidade é intra-muros, defendida por um forte á barbeta construido pelos portuguezes e sem um monumento que prenda a attenção. O que mais agrada são os passeios extra-muros, feitos em magnificas estradas de rodagem, á beira-mar, e margeadas de esplendidos coqueiraes e de cabanas de Cingaleses. Comquanto muito bem cuidadas, aquellas estradas não são mais bonitas do que as da nossa provincia do Pará.

Os recursos navaes da Ilha de Ceylão estão em Trincomale, onde ha um pequeno Arsenal inglez.

E' difficil, senão impossivel, em distancia, distinguir os sexos entre os Cingaleses imberbes, porquanto se vestem e penteiam do mesmo modo.

A tradição aponta a antiga Taprobana como o berço da raça humana, o paraíso terrestre.

E' notavel a riqueza do littoral, onde a industria da pesca de perolas está muito desenvolvida.

Na travessia de Aden a Ponta de Galles percorremos 2.202 milhas, sendo a marcha horaria de 6',85. As correntes sempre dirigidas para Leste, muito concorreram para acce-

lerar a nossa travessia, realizada em pleno dominio de calmas e brisas loucas. A monção do SO constantemente esperada nunca deu signal de si, nem declarou-se mesmo depois da nossa chegada ao porto.

Travessia da Ponta de Galles a Singapura

A's 2 horas da tarde de 8 de Maio de 1880, estando o tempo claro, vento ONO bonançoso, suspendemos e seguimos auxiliados pelo pratico do porto até á boia de sino que assignala a rocha Cadda. Dalli, tendo navegado 3' ao Sul, fizemos prôa de ESE, quando o pharol era marcado por 5° NO e Eduard's Pillar por 22° NE, no intuito de vencer Dondra Head em cujo meridiano estavamos ás 6 horas da tarde. Dirigimos então a nossa derrota ao rumo de 88° SE em demanda do pharol de Pulo Brasse, situado na entrada do Estreito de Malacca. A's 7 horas relampejou frequentemente para o NE e, mais tarde, os relampagos propagaram-se por todo o horizonte; o vento chamou-se para o SO.

Ao anoitecer de 9, recommçaram os relampagos por todo o horizonte.

O Observatorio de Madrasta tinha annunciado, poucos dias antes da nossa sahida de Ponta de Galles, a imminencia de um temporal gyratorio, e a capitania, nesse presuppuesto, havia mandado reforçar os viradores da amarração de ré da corveta. Effectivamente, o barometro teve uma oscillação anormal, o tempo assumiu feição ameaçadora; mas, nada se manifestou de extraordinario.

Como o Golpho de Bengala era o logar onde devia desabar o temporal previsto, atravessamo-lo com muito cuidado e com todas as precauções aconselhadas pela razão e pela pru-

dencia. Felizmente, realizamos a nossa travessia sem medir luta com as convulsões da natureza.

A' 1 hora e 30 minutos da tarde de 12 de Maio, tendo clareado a atmosphera, começamos a avistar a costa NO de Sumatra e Acheem Head; ás 3 horas esta ultima terra que era a mais proeminente demorava por 85° SE. O monte do Ouro, apenas visivel por espaço de um minuto, nublou-se logo; ás 3 horas e 30 minutos avistamos a torre do pharol que ás 4 horas estava á Leste. Pulo Way tornou-se logo bem visivel e ás 5 horas e 15 minutos da tarde já estava á vista Pulo Rondo. A's 6 horas e 50 minutos estavam E-O com Pulo Way, e ás 9 horas e 50 minutos era a nossa posição determinada pela marcação do pharol por 45° SO e do meio de Pulo Way ao Sul.

A velocidade da correnteza medida pelo confronto da marcação com a marcha indicada pelo odometro era de 0,5 por hora na direcção de Oeste.

A's 11 horas e 30 minutos da noite, sendo a posição do navio Lat. 6°, 5', 30', N e Long. 95° 33', 30, E Gw fizemos rumo de E 4½ SE afim de passar 15' ao Norte da Ponta Diamante.

A esta mesma hora formou-se um enorme aguaceiro arqueado do NO; deu pouco vento. Esses aguaceiros arqueados que sopram do NO chamam-se Malaccas ao passo que os do SO tomam o nome de Sumatras; ambos são frequentes e muito temidos pela impetuosidade com que desabam.

A's 2 horas e 35 minutos da tarde de 13 de Maio, levantado o nevoeiro, conseguimos avistar Gunong-Tumian por 5° SE e a Ponta Diamante por 35° SE. O calculo da posição do navio fez ver que a contra-corrente para Oeste, junto da

costa Pedir, influíu sobre a marcha do navio com uma velocidade horaria de 0',8.

A's 4 horas e 10 minutos da tarde, estando a Ponta Diamante ao rumo S 4 $\frac{1}{2}$ SO em distancia de 10', seguimos com prôa de SE 4 $\frac{1}{2}$ E em busca de Pulo Jarra; ás 8 horas da noite a sonda nos deu 40 braças, arêa e lama.

Ao meio-dia de 14 de Maio, avistamos Pulo Jarra que ás 3 horas e 50 minutos demorava por 16° SO em distancia de 1'; então fizemos rumo de SE4S em demanda do pharol do Banco de uma braça; ás 10 horas da noite prumamos em 35 braças, arêa e lodo; á 1 hora e 55 minutos da manhã de 15 de Maio, debaixo de chuva torrencial, avistamos o pharol do Banco por 80° SE, pharol que ás 4 horas da manhã estava por 34° NE em distancia de 3',5. D'ali navegamos na direcção de E4SE. A's 5 horas e 40 minutos o pharol demorava por 50° NO em distancia de 12' e ás 8 horas e 15 minutos da manhã estávamos N-S com o Monte Parcellar.

Ao meio-dia, marcado o pharol da Rachada ao Norte em distancia de 1',5, dirigimos a nossa derrota ao rumo de 53° SE, isto é, em direcção das Ilhas d'Agua.

Não convindo atravessar, durante a noite, o canal de Formosa que é bastante estreito e correntoso, deliberamos tomar o ancoradouro de Malacca, onde fundeamos ás 4 horas e 20 minutos da tarde de 15 de Maio, em 15 braças d'agua, fundo areia, com 45 braças de filame, marcando Tonjong por 30° NO, Monte China por 20° NE e Pulo Bessar (uma das ilhas d'Agua) a Leste.

A's 6 horas e 30 minutos da manhã de 16 de Maio levantamos ancora e começamos a navegar com destino a Singapura; ás 8 horas da manhã Pulo Ondano demorava ao N, em distancia de 0',5. Ha uma construcção naquella ilha

que parece uma torre de pharol. Ao meio-dia, determinamos a nossa posição pela marcação da ponta Tór ao N e morro Formoso por 85° NE; ás 4 horas demorava a montanha Polai por 79° NE, Pulo Pisang por 79 SE e morro Formoso por 20° NO; ás 9 horas da noite a Ponta Bolus (a mais meridional da Asia) estava ao Norte e o pharol Raffles era avistado a E½ SE. Trinta e cinco minutos depois, fundeamos em 3 braças d'agua, com 20 braças de filame, marcando o pharol de Raffles a E4SE, Cariman Pequeno a O 4 ½ SO e a ponta Bolus ao N4NO.

A's 6 horas e 30 minutos da manhã de 17 de Maio suspendemos e seguimos ao rumo de ENE: pouco depois avistamos a balisa do banco Sullão e a boia do banco Ajaccio que assignalam a entrada do canal que conduz a New-Harbour. A's 7 horas e 35 minutos investimos o canal balisado de Salat Sinki e ao terminal-o recebemos o Pratico.

Transpuzemos New-Harbour e ás 10 horas da manhã demos fundo no porto de Singapura em 3 braças d'agua com 20 br. de filame, marcando o pharol ao Norte.

Havia no porto uma corveta e duas canhoneiras inglezas.

Não existe em Pulo Pisang o menor vestigio de construção destinada a um pharol, como indicam os roteiros; entretanto, uma luz naquella ilha seria de grande vantagem á segurança da navegação no canal da Formosa.

O canal de Malacca não se póde dizer — bem illuminado; a ponta do Diamante, sendo muito baixa, necessita de um pharolete para facilitar o seu reconhecimento.

Durante a nossa navegação no estreito encontramos com frequencia grossos páos trazidos pela corrente.

Percorremos na travessia de Ponta de Galles a Singapura 1.518 milhas, sendo a marcha horaria 8',2.

A carta ingleza n. 2.403 tem um erro em longitude (para mais) de 4',5.

Singapura, edificada sobre as margens de um pequeno riacho e na parte meridional da ilha do mesmo nome, é uma cidade aprazível, dotada de excellentes estradas, de um lindo jardim botânico, situado em uma pequena eminencia e de edificios commodos, vastos e apropriados ao clima. Além de ser o entreposto do commercio da China e da India, aquella cidade tem importancia como ponto de abastecimento para os navios que navegam nos mares da Asia.

E' no porto novo (New-Harbour) que os navios carregam e descarregam com facilidade, atracados a um espaçoso cáes, onde ha vastos depositos de carvão.

Travessia de Singapura a Hong-Kong

A's 10 horas e 15 minutos da manhã de 20 de Maio de 1880, deixamos o porto de Singapura em proseguimento do nosso itinerario.

Ao meio-dia determinamos a nossa posição pelos azimuths do pharol (85° NO) e de Johore hill (39° SE).

A's 3 horas da tarde, estavamos ao N do pharol de Homburg ou Pedra Branca; ás 3 horas e 40 minutos estando o pharol por 55° SO em distancia de 5',5. fizemos prôa de N 4 ½ NE; ás 6 horas, Pulo Aor estava ao N4NO e Tingy ao NO; ás 10 e 50 minutos da noite, marcado Pulo Aor a O4NO em distancia de 14', seguimos ao NE4 ½ N em demanda do Banco Carlota.

A's 5 horas da manhã de 21 de Maio, marcamos o ilhote Manki das Ilhas Anamba por 67° SE em distancia de 22'. Durante toda a noite de 21 relampejou em diversas direcções.

Ao meio-dia de 22 avistamos Pulo Sapato ao NO em distancia de 27'.

A's 5 horas e 15 minutos da manhã de 26 de maio prumamos no Banco Macclesfield em 30 braças, coral branco. O thermometro centigrado ao sol marcou 42° e o movimento do barometro oscillou entre 760 e 757,5. A' noite relampejou de todos os lados. Desde a nossa sahida de Aden observamos relampagos quasi todas as noites.

A monção do SO que, no dizer dos roteiros, começa a 15 de abril, ainda não dera signal de si.

A's 8 horas e 50 minutos da manhã de 28 de Maio avistámos a ilha Ladrone Grande ao N e o ilhote Nut a E4NE. O nevoeiro não nos permittiu avistar a ilha Ladrone Grande que assignala a entrada do canal Oeste de Hong-Kong senão a pequena distancia. A correnteza actuou na direcção do NO com velocidade horaria de 1'.

A's 10 horas e 30 minutos da manhã, marcámos a ilha Sharp ao N $\frac{1}{2}$ NO e a ilha mais meridional de Simoun Group ao NE. Vencido o canal Oeste da ilha Lamma, transpuzemos o passo entre as ilhas Green e Hong-Kong. A's 3 horas e 17 mñutos da tarde de 28 de Maio ancorámos na bahia Victoria (ancoradouro dos navios de guerra) em 8 braças d'agua, fundo de lodo, amarrando na direcção E-O com 45 braças de filame em cada ferro. Achavam-se fundeadas no porto a corveta ingleza *Cosmus* e o pontão *Victor Emmanuel*; a fragata allemã *Principe Adalberto* e a corveta italiana *Victor Pizzani* sob o mando do duque de Genova.

Na travessia de Singapura a Hong-Kong percorremos 1.365 milhas, sendo a marcha horaria 6',9.

Em uma ilha montanhosa, sob um clima inhospito a Inglaterra fundou em 1842 a importante e florescente cidade

de Hong-Kong, cujo porto foi franqueado ao commercio da Europa com a China. O desembarque é facil, o cáes é todo de cantaria e nas ruas ha animação e movimento.

Lindos lances de uma estrada arborisada e de declive suave circumdam a montanha, onde está edificada grande parte da cidade, tornando facil, commoda e agradável a ascensão, de ordinario feita em cadeira por modico preço.

O porto Victoria, comquanto abrigado, soffreu enormes prejuizos com o tufão de Setembro de 1874, que tambem devastou Cantão e Macáu. Em Hong-Kong ha recursos navaes de toda a sorte e a Inglaterra fez um pequeno arsenal onde repara os seus navios.

O clima é quente e humido a ponto do hygrometro conservar-se sempre no maximo limite da sua graduação; as chuvas são frequentes e o cume da montanha está de ordinario velado pelo nevoeiro.

A monção do SO, cuja regularidade é tão proclamada, soprou por 3 dias, cedendo o logar ao NE que foi a direcção dominante do vento durante os 19 dias em que estivemos no porto Victoria.

E' notavel o numero de juncos e vapores tanto no porto como nos canaes e littoral. A 50 milhas da Ladrone Grande encontrámos um junco que nos offereceu o auxilio da praticagem, alias facil quando o tempo está elaro.

Ha crescido numero de Chins em Hong-Kong; parte delles habita ou vive com toda a familia a bordo dos juncos ou de pequenas embarcações com tolda de esteira chamadas *sampans*.

Estes homens, comquanto na maior parte fortes e robustos, não gozam de boa reputação. Um audacioso attentado praticado, ha poucos annos, a bordo do vapor inglez

Spark, que serve de correio entre Hong-Kong, Cantão e Macáu, attentado cruento do qual resultara a morte do capitão e de alguns estrangeiros e o roubo do carregamento, tornou vedada toda a communicação entre os passageiros estrangeiros e os Chins que são encerrados em um compartimento á parte. No caso de ataque promovido por aquelles piratas, os passageiros encontram no salão revolvers e espingardas já carregadas, das quaes podem lançar mão.

Assim nos expressando, não nos alistamos no numero dos que consideram desvantajosa a immigração chinesa; ao contrario, acreditamos firmemente que os Chins sendo vigorosos, intelligentes, sobrios, submissos, com aptidão para trabalhos de toda a sorte, reúnem em si excellentes predicados para serem uteis ao engrandecimento da lavoura, primeiro manancial da nossa riqueza.

Comquanto o espirito mercantil seja o traço dominante do seu character, o Chin é, sob todos os pontos de vista, superior ao Africano de cujo serviço nos temos utilisado com vantagem.

Em nossa opinião, a questão unica está na escolha dos immigrants, que devem ter o habito do trabalho para o qual são chamados em um paiz como o nosso, de um solo uberrimo, mas em luta com a carencia de braços.

No dia 10 de Junho assistimos á festa litteraria realizada no Club Luzitano em honra do tricentenario de Luiz de Camões, sobre cujo busto, no salão principal, estavam entrelaçadas as bandeiras brasileira e portugueza. A musica da corveta tocou durante o festejo.

A colonia portugueza, tendo á sua frente o nosso consul Sr. Agostinho Romano, distinguio-se pela amabilidade com que nos acolheu.

Em Hong-Kong desembarcou todo o pessoal da missão diplomatica, seguindo immediatamente para Shanghai o Exmo. Sr. Ministro Dr. Eduardo Callado e sua digna familia.

Sua Ex. o Sr. Ministro, chefe de divisão Arthur Silveira da Motta, desembarcado no dia de nossa partida, teve a delicada attenção de acompanhar-nos em uma lancha a vapor até perto da barra de Leste. Antes de seu desembarque, o illustrado chefe, nosso antigo mestre, enviou-nos os dous officios que ora transcrevemos:

"Bordo da corveta *Vital de Oliveira*, surta no porto de Hong-Kong, em 16 de junho de 1880.

"Illm. Sr. — Havendo o Governo Imperial ordenado por telegramma que regresse esta corveta para o Rio de Janeiro, pelo caminho mais curto, e achando-se ella hoje prompta, deverá V. Ex. deixar este porto amanhã, 17 do corrente, com aquelle destino, fazendo escala por Yokohama, S. Francisco e Valparaíso, d'onde tomará pelo Estreito de Magalhães para ganhar o Oceano Atlantico do Sul.

"Devidamente pesadas todas as considerações relativas a estações, ventos e monções, conforme fizemos juntamente, é essa a derrota, senão a mais curta, ao menos a mais segura, e a que offerece a dupla vantagem de ser sempre acompanhada de ventos favoraveis nos mares da China e do Japão, e de boa estação no Pacifico Norte e Sul, ao mesmo tempo que permite chegar ao Estreito de Magalhães na época mais propicia para atravessal-o. Demais, estando V. Ex. autorizado a usar da machina nas occasiões de calma, poderá por esse meio encurtar o tempo de viagem entre diversos pontos desse itinerario.

“Entre S. Francisco e Valparaíso, notoriamente, essa faculdade permitirá a V. Ex. vencer com mais rapidez a facha de calmas equatoriais do Oceano Pacifico, afim de evitar a longa travessia, a que não se presta esta corveta pela insufficiencia de sua aguada.

“Por esse caminho, sem duvida, V. S. alcançará o porto do Rio de Janeiro do modo mais rapido e mais seguro.

“A escala de Yokohama, segundo combinámos, é indispensavel, não só para V. S. refazer-se do carvão que houver despendido até aquella altura, como para deixar o pratico dos mares da China, que deste porto leva.

“Não entro em mais particularidades, quanto á navegação, por confiar no zelo de V. S. pelo serviço publico e em seus conhecimentos profissionaes.

“Deus Guarde a V. S. — Illm. Sr. capitão de fragata Julio Cesar de Noronha, commandante da corveta *Vital de Oliveira*. — *Arthur Silveira da Motta*, chefe de divisão.

“Bordo da corveta *Vital de Oliveira*, surta no porto de Hong-Kong, em 16 de Junho de 1880.

“Illm. Sr. — Ao desembarcar desta corveta para desempenhar a missão diplomatica de que me acho encarregado junto ao Governo do Imperio da China, é-me grato significar a V. S., aos officiaes, inferiores e tripulação em geral do navio, a minha satisfação pelo estado de boa ordem e disciplina em que este sempre se manteve durante o tempo que estive a bordo.

“Como official de marinha, e como brasileiro, ufano-me de haver testemunhado da boa impressão deixada em todos os portos do nosso itinerario pelo primeiro vaso de guerra brasileiro a que foi commettida a gloriosa empresa de uma viagem de circumnavegação, com tanta pericia desempenhada por V. S. desde a partida do Rio de Janeiro até aqui.

"Deus Guarde a V. S. — Ilm. Sr. capitão de fragata Julio Cesar de Noronha, commandante da corveta *Vital de Oliveira*. — *Arthur Silveira da Motta*, chefe de divisão."

Travessia de Hong-Kong a Nagasaki

A's 10 horas da manhã de 17 de Junho de 1880, estando o tempo de aguaceiros, aragem do SE, suspendemos e seguimos pelo canal de Leste da ilha Hong-Kong. A's 10 horas e 55 minutos da manhã vencemos o passo Lyemun, e pouco depois o pharol Collinson.

A's 12 horas e 15 minutos o pharol do cabo Aguillar demorava por 67° SO e o ilhote mais meridional das Nove Ilhas por 75° NO; ás 2 horas e 50 minutos a ilha Single estava ao Norte em distancia de 1',5; ás 6 horas e 15 minutos da tarde obtivemos a nossa posição pelos azimuths da ilha Mendoza (78° NO) e de Pedro Blanco (15° SE).

A's 3 horas da tarde de 18 de Junho avistámos os ilhotes Brothers por 12° NO em distancia de 7'. Dirigimos então a nossa derrota para o Ockseu, devendo passar no limite do alcance da luz de Chapel, avistada ás 8 horas e 50 minutos da noite ao NNO em distancia de 15'; ás 6 horas da manhã de 19 de Junho o pharol Ockseu appareceu-nos por 5° NO.

A's 10 horas e 35 minutos, apesar de estar encinzeirado o horizonte, avistámos o pharol Turnabout por 30° NO em distancia de 9'; ás 5 horas e 45 minutos da tarde, marcado o ilhote Alligator ao NNO em distancia de 4', approámos para Akuisi-sima. Em seguida formou-se um enorme aguaceiro ao N e o vento, tendo rondado do SO para o NE passando pelo Norte, soprou fresco, acompanhado de chuva. A's 9 horas e 30 minutos da noite, attenta a força do vento e o

estado do mar, começámos a seguir ao NE, no intuito de contornar a costa da China e poder, em caso de necessidade, ganhar um abrigo. A vaga do mar da China distingue-se, como a do Mediterraneo, pela presteza com que se levanta e pela sua fôrma curta e alterosa.

A's 6 horas da manhã de 20, insistimos em caminhar para Akuisi-sima por haver o vento abonçado e querermos aproveitar a influencia do Kuro-Siwo ou corrente negra do Japão. A's 6 horas da tarde de 21, havendo de novo refrescado o vento do NE, crescido o mar e se manifestado indícios vehementes de que o vento ia perdurar, resolvemos ganhar Yokohama pelo mar interior, e para isso tornou-se necessario demandar Nagasaki em busca de um pratico do Seto-Uchi.

A monção do SO, pelo que temos lido e observado, raras vezes attinge a parte Norte da Formosa, onde, em todas as épocas, predomina o vento NE.

E' esta asserção confirmada pelos factos que vamos enumerar. A corveta *Vital de Oliveira*, em 7 dias de viagem de Hong-Kong a Nagasaki, no mez de Junho de 1880, encontrou 4,5 dias de NE, 1,5 de SE muito fraco e apenas 1 de SO; o vapor *Dove* em 9 dias de viagem no mez de Maio de 1859 encontrou 5 dias de NE fresco, 2 de E e SE e sómente 30 horas de SO; em Agosto de 1858, o *Actæon*, durante 14 dias de viagem observou 5 dias de NE, 4 de SO, 1 de E, 1 de sul e 2 de calma; o *Renard*, no mez de Junho, lutou por 5 dias com vento NE.

Duas são as derrotas aconselhadas de Hong-Kong a Yokohama: uma pelo estreito de Van-Diemen ou canal das Linschoten; outra pelo mar interior do Japão.

A primeira é vantajosa do SO; a segunda recommenda-se por offerecer uma navegação de 279' em aguas tranquillas. Soprando rijo o vento do NE, demos preferencia á segunda, isto é, fizemos rumo para Meac-Sima ou Orelhas de Burro.

A 23 entrámos na contra-corrente polar e ás 5 horas da manhã de 24, levantada a cerração, vimos o grupo Meac-Sima.

Não obstante a ausencia da altura meridiana durante dous dias consecutivos e a influencia das correntes, demandámos perfeitamente aquelle grupo de ilhas, obtendo as posições do navio pelo methodo Sumner.

A's 10 horas e trinta minutos estavam á vista as ilhas Goto e grande quantidade de sargaços; ás 5 horas da tarde passámos por Taka-Sima, onde existe uma mina de carvão que é vendido em Nagasaki por 12\$600 a tonelada. Esse carvão arde bem mas resente-se do defeito de sujar os tubos.

A's 6 horas da tarde estavamos E-O com o pharol Iwo-Sima que assignala a entrada de Nagasaki, porto onde ancorámos ás 7 horas da noite de 24 de Junho de 1880, amarrando em frente ao dique da marinha russa com 30 braças de filame em cada ferro e em 9 braças d'agua.

Estavam no porto: a fragata russa *Minine* com a insignia de um contra almirante; o cruzador da mesma nação *Asia* com a insignia do contra-almirante Aslambegoff; a corveta norte-americana *Ticonderoga*, incumbida de uma viagem longa, e com um commodore a seu bordo, e a canhoneira ingleza *Fly*.

O porto de Nagasaki, comquanto seja muito abrigado, soffreu estragos com o tufão de 1º de Julho de 1880, desabado exactamente no dia em que entrámos em Yokohama; houve innumeradas victimas nos juncos de pesca e de cabotagem.

No mar da China dentre todos os signaes caracteristicos ou precusores de uma tempestade gyratoria, o que nos parece mais acceitavel para quem está no mar e não dispõe do conhecimento dos gradientes resultantes de observações simultaneas em estações differentes, é o indicado por Maury: sempre que o barometro baixar com o vento do N, deve-se receiar um tufão. E de facto, vimos repetidas vezes quasi todos os outros indicios sem que o temporal se manifestasse.

Na travessia de Hong-Kong a Nagasaki percorremos 1.099 milhas com a marcha horaria de 6',2.

Nagasaki é uma pequena cidade construida em amphitheatro, cujas verdejantes collinas mais ou menos habitadas, e onde se elevam os templos japonezes com as suas longas escadarias e original architectura, dão-lhe um aspecto agradável.

As casas, em geral, são de madeira e acanhadas, mas nas ruas demasiadamente estreitas, ha movimento e animação.

O bairro europeu é o mais bonito, porém o menos corrido.

Nagasaki, celebre pelas suas fabricas de porcellana, fornece carvão, extrahido das minas de Taka-Sima.

Na estreita entrada daquelle porto está a ilha Pappenberg, appellidada a rocha dos Martyres, theatro, no fim do seculo XVI, de uma horrivel carnificina contra o christianismo. Emquanto o Governo Japonez mandava desapiedadamente degollar milhares de inoffensivos concidadãos, Roma os canonisava como martyres da fé.

Procuramos em palacio o governador que, estando ausente, fez-se representar pelo seu substituto na visita immediata ao nosso cumprimento.

O Consul Inglez, o Sr. James Troup, procurou-nos por ordem do seu Governo, pondo á nossa disposição os seus valiosos serviços.

Travessia de Nagasaki a Yokohama

A's 10 horas e 10 minutos da manhã de 26 de Junho de 1880, estando a atmosphera clara, aragem do NO e maré de vasante, deixámos o estreito porto de Nagasaki com destino ao de Yokohama, via Seto-Uchi.

A's 11 horas e 25 minutos marcamos o pharol Ywo-Sima ao SO em distancia de 9',5 e ás 2 horas da tarde Hiki-Sima a Leste distancia de 1'; ás 3 horas e 15 minutos determinamos a posição do navio pelos azimuths de Oô-Taté (15° NE), Ko-Taté (25° NE), Yenoi-Sima (32° NO); ás 10 horas e 40 minutos da noite retificamos a nossa derrota pelas marcações de Futakami a E4NE e Ponta Sul de Atsusi-no-Osima ao S41/SE.

A's 2 horas e 30 minutos da manhã de 27 de Junho, o pharol de Yebosi avistado ás 11 horas da noite, estava ao N em distancia de 0',4; ás 8 horas da manhã Siro-Sima do Norte demorava por 26° SE e o pharol Shirasú por 50° SE; ás 9 horas estavamos com a boia que assignala os recifes de Ai-Sima e 30 minutos depois ao NE do pharol de Rokúren em distancia de 0',2.

A's 10 horas e 10 minutos enfrentamos com a boia encarnada da entrada do estreito de Simonoseki e ás 11 horas com a cidade que deu nome ao estreito.

Ao meio-dia estando N-S com o pharol Isoki, entramos no Swo-Nada, um dos seis mares que constituem o Seto-Uchi ou mar interior do Japão.

O estreito do Simonoseki, de 7' de comprimento e de 3 a 7 amarras de largura, está balisado e é muito frequentado por vapores, juncos e mesmo navios de vela que fazem a navegação de cabotagem. No ancoradouro da cidade de Simonoseki havia muitas embarcações e até vapores. A corrente da vasante era muito forte no estreito; em Mosi-Saki attingiu a velocidade horaria de 6'.

A's 4 horas da tarde, estando o tempo chuvoso, o horizonte encinzeirado e o vento do NE, marcamos Hime-Sima ao S em distancia de 1',5; ás 10 horas da noite Kúo-Minasi estava ao N em distancia de 1'; ás 11 horas, marcado Yuri ao N, avisamos o pharol Tsuru-Sima em cujo meridiano estavamos á meia-noite.

A' uma hora da manhã de 28 de Junho, não tendo encontrado o ancoradouro desejado, deixamos Gogosima, a E da qual nos achavamos em distancia de 0',5 e entramos no Misima-Nada; ás 3 horas obtivemos a nossa posição pelos azimuths de Tsuru-Sima (22° SO) e Itsuki-Sima (89° SE); ás 4 horas passamos por Mitarai-Sima e 30 minutos depois investimos o Aogi-Seto, canal preferido ao de Kuru-Sima, onde a correnteza é muito impetuosa e a curva pronunciada; ás 6 horas enfrentamos com a povoação Noji-Ura; ás 9 horas e 35 minutos entramos no Bingo-Nada e ao meio-dia no estreito de S. Vicente; ás 2 horas e 45 minutos estavamos ao Sul da torre do pharol de Nabac-Sima em distancia de 0',5, ás 3 horas e 10 minutos, havendo muita cerração e sendo fresco o vento do NE, demos fundo em 7 braças d'agua com 25 braças de filame, marcando Sei-Sima ao SO, Nabac-Sima ao $NO\frac{1}{2}N$ e a Ponta Oô-Saki ao NE. Não distante do ancoradouro ha uma povoação.

Ao amanhecer de 29 de Junho, continuando a nossa navegação pelo canal S. Vicente até ás 7 horas e 45 minutos em que, marcada a Ponta Ukada ao N em distancia de 1', entramos no Harima-Nada.

Ao meio-dia investimos o Akashi-no-Seto cujo pharol, 10 minutos depois, estava ao Sul em distancia de 0',2. Em frente ao pharol está edificada a aprazível cidade, Akashi, cujas casas são vistas atravez de frondosos arvoredos.

A' 1 hora e 30 minutos da tarde, desembarcado o pratico japonéz. começamos a navegar no Isumi-Nadã em demanda do pharol Tomagay-Sima, situado no estreito de Isum; ás 4 horas e 20 minutos marcado Tomagay-Sima a Leste em distancia de 0,5. investimos o canal Kii.

O mar interior, mais ou menos tranquillo, semeado de ilhas quasi em totalidade habitadas e ornadas de abundante vegetação, sulcado por innumerous juncos tanto de pesca como da cabotagem, offerece uma navegação commoda e cheia de attractivos.

A's 7 horas e 40 minutos da noite, marcada a Ponta Hino-Misaki a Leste em distancia de 4', entramos no Oceano Pacifico do Norte. Um pharol em Hino-Misaki muito facilitará a entrada do canal Kii e a atterragem da costa do Japão frequentemente velada pela bruma.

Do parallelo de Hino-Misaki fizemos rumo para Itiyé-Misaki, contornando a costa no intuito de avistar Swo-Misaki, pharol que não nos foi possível reconhecer em razão da abundante chuva que cahia e da inpetuosidade da corrente anormalmente dirigida para o SE. A direcção do Kuro-Siwo que é para o NE, naquella noite, sem causa apparente, desviou-se para o SE, o que é tanto mais estranho quanto era a hora da enchente no Isumi-Nada.

A grande quantidade de fachos usados pelos pescadores em todo o littoral do Japão, difficulta o reconhecimento dos pharoes de luz branca e fixa. No mar interior, principalmente, é tão facil a confusão que uma vez distinguimos a luz de Tsuru-Sima da dos fachos, pela marcação das ilhas que ficavam em nosso trajecto.

No dia 30 de Junho passamos pelo meridiano antipoda do nosso observatorio do Castello.

A's 2 horas da manhã de 1 de Julho, o vento que soprava fresco do SSE, acompanhado de chuva torrencial e de relampagos, saltou ao NO, gyrou pelo Norte até Leste e depois retrogradando, firmou-se do N:NNE; ás 2 horas e 10 minutos levantada por um momento a cerração, avistamos as luzes de um vapor e logo após o pharol de Mikomoto ou Rok-Island, de 20' de alcance, mas que só distava de nós 7',5. A corrente do Kuro-Siwo actuou na direcção 26° NE com a velocidade horaria de 1',5.

Clareando mais a atmospheria vimos o pharol Iro-ô-Saki que ás 3 horas e 30 minutos estava por 49° NO e Mikomoto ao Norte.

A's 5 horas e 40 minutos da manhã, estando o mar bastante encapellado, avistamos Oô-Sima ou Ilha Vries, cuja ponta N foi marcada por 40° NE. Densa cerração envolveu toda a ilha em cujo vertice ha um volcão em actividade. A's 9 horas, conservando-se o cume da ilha encoberto pelo nevoeiro, divisamos a ponta N ao SSO.

A's 11 horas e 45 minutos da manhã estávamos N-S com o pharol de Tsuruga, em distancia de 1'; ás 3 horas e 30 minutos da tarde de 1 de Julho de 1880 ancoramos no porto de Yokohama, em 5,5 braças d'agua, fundo de lodo, com 45 braças de filame, marcando o pharol fluctuante ao SO em distancia de 1'. A maré era de vasante, o vento fresco do NNE e o tempo carregado de chuva.

Achavam-se fundeados no porto os seguintes navios: Inglezes *Iron-Duke* com insignia do vice-almirante Coote *Modest* e *Vigilant*; Japonezes: corveta *Kongo* com a insignia do contr'almirante Hayashi e uma canhoneira; vapor norte-americano *Ashuelot*, corveta italiana *Victor Pizzani* e a corveta allemã *Vineta*. Posteriormente entraram a corveta hespanhola

D. Maria de Molina e a corveta *Richmond* com a insignia do cōntr'almirante Patterson.

Percorremos na travessia de Nagaski a Yokohama 707',5 com a marcha horaria de 6',3.

Yokohama, aprazivel cidade, cuja fundação data de 1860, é construida sobre a parte Leste da bahia do mesmo nome e fronteira a Kanagawa; sua posição geographica no golfo de Yedo a tornou centro de um grande commercio promovido pelos estrangeiros, cujo numero attinge a 2.000.

Comquanto edificada em um terreno pantanoso, aquella cidade tem reputação de saudavel; suas condições hygienicas, mantidas pelas brisas do mar, nada têm soffrido com a influencia do arrozal dos valles.

O bairro vulgarmente chamado Europeu, sito em fiente ao mar, é limitado ao Sul por uma collina em grande parte habitada e muito saudavel e ao Norte pelo Benten ou bairro Japonez, onde cada habitação é uma casa de commercio. Ahi os edificios são, na maior parte, acanhados e sem architectura, ao passo que os do bairro Europeu são mais commodos e de agradavel aspecto.

As ruas, em geral, são largas, asseíadas e cheias de vida; algumas dellas, como de Tokio, são cortadas por canaes que dão passagem a pequenas embarcações, o que constitue um meio de locomoção rapido e pouco dispendioso.

O porto, comquanto desabrigado, é de boa tença. O desembarque é feito em uma grande rampa protegida por extensa dóca, onde se abrigam as pequenas embarcações e está situada a Alfandega. Uma barca-pharol pintada de encarnado e com uma luz da mesma côr, assignala na barra o extremo do banco da cidade; um pharolete indica o caes de desembarque.

Na entrada do golpho de Yedo, vimos surgir entre pesadas nuvens de chuva, tão frequentes de Junho a Outubro, o Fusi-

Yama, vasta cratera situada a 3.800 metros acima do nível do mar e excellente ponto de reconhecimento na aterragem, com tempo claro.

O Japão luta com tres inimigos: os tremores de terra, os incendios e os tufões.

Os tremores de terra, menos frequentes do que outr'ora, são de uma celebridade funesta. Falla-se ainda com pavor das convulsões de 1854 e 1855. A primeira destruiu a cidade de Simoda e a segunda derrubou mais de 100.000 casas, causando a morte de 200.000 pessoas.

Os incendios, adoptados como meio facil de liquidar negociações mal encaminhadas, adquirem extensão rapida em cidades onde o material predominante nas construcções é a madeira.

Ainda no dia 1° de Julho de 1880, Nagasaki soffreu serios estragos em consequencia de um tufão. Estas devastações, frequentes no littoral, de ordinario só attingem as cidades quando se manifestam inundações.

Avultado é o numero de estrangeiros residentes em Yokohama, entre elles ha alguns Macaistas que distinguiram-se pela solicitude e cordialidade com que nos obsequiaram.

A pouca demora da corveta no porto não nos permittiu fazer outra excursão a não ser a Tokio, que está ligada a Yokohama por um caminho de ferro de 28 kilometros de extensão, e a Yokoska, onde está o Arsenal de Marinha.

Yokohama está em communicação com a Europa por duas vias telegraphicas: a da Índia e a da Siberia. O serviço telegraphico não tem sido descuidado naquelle paiz, onde uma linha japoneza une as cidades principaes desde Nagasaki até a ilha de Yeso.

Usando de todos os meios ao seu alcance para elevar o paiz ao papel de potencia maritima, o governo Japonez re-

solveu construir um arsenal em Yokoska, porto bem situado tanto pela facilidade de defesa, abrigo e profundidade como pela sua vizinhança de Yokohama, a mais importante das cidades abertas ao commercio estrangeiro.

Aquelle arsenal, fundado em 1867 por um francez que o dirigiu durante 9 annos, e hoje exclusivamente entregue á direcção de engenheiros japonezes, tem prestado excellentes serviços á marinha e construido diversos navios, entre os quaes a corveta *Seiki* que recentemente realisára uma viagem ao Occidente.

Excellentemente disposto, dotado de boas officinas e de engenhos modernos, o arsenal de Yokoska tinha nos estaleiros, dous navios de madeira, e em via de conclusão a *Ga-leota Imperial*, cuja machina, construida nas suas officinas, havia-lhe imprimido, em experiencia preliminar, a velocidade horaria de 14'.

Os diques, com capacidade para os grandes navios, têm sido de não pequena utilidade ás marinhas estrangeiras. O maior delles mede 124^m de comprimento sobre 25^m de largura e 7^m de profundidade, e o menor 85^m de comprimento sobre 12^m,5 de largura e 5^m,6 de profundidade.

Estavam em reparos varios navios japonezes e um cruzador russo.

O arsenal, dispondo de recursos proprios para construir e reparar a frota japoneza, veio desaggravar o orçamento da marinha, outr'ora sobre-carregado de avultadas despesas para a conservação e obtenção de seus navios comprados todos no estrangeiro.

A' frente da direcção do arsenal está o vice-almirante Nakamuta de quem obtivemos permissão para visitar aquelle estabelecimento, tão importante para a marinha militar como

para a mercante, em um paiz onde não se póde recorrer á industria privada.

Indubitavelmente a marinha japoneza vai ganhando rapido desenvolvimento: sua esquadra actual conta bons navios e uma officialidade de esmerada educação.

A Escola de Marinha em Tokio, dispensa hoje os officiaes de irem aprender nas marinhas estrangeiras, onde se formou o nucleo principal e mais instruido.

O vice-almirante Enomotto Takeaki, ministro da marinha, teve a amabilidade de offerecer-nos, no dia 5, um esplendido almoço no palacio Enrios, ao qual compareceram entre outros prestimosos chefes da marinha japoneza, o vice-almirante Ito, o contra almirante Nire, os capitães de mar e guerra Fukushima e Inowyé, os capitães de fragata Etuski, Kunitomo, Suki e Kasama. Findo o almoço fomos visitar o jardim de Oueno, onde, após renhido combate, triumphou o Mikado da usurpação do Taikoun.

Summamente penhorado pela inequivoca prova de deferencia e apreço com que nos distinguiu o illustre almirante, apresentamos ao Governo Imperial, antes mesmo de deixar o porto de Yokohama, o nome de S. Ex. como merecedor de uma condecoração condigna com a sua elevada patente.

Mencionando aqui os nomes de todos aquelles officiaes rendemos-lhes um testemunho do nosso reconhecimento ás suas delicadas atenções.

O consul inglez, o Sr. Bohmen, procurou-nos de parte do seu governo e acompanhou-nos na visita ao Governador Namura Iasuski, que no dia subsequente veio a bordo retribuir o nosso cumprimento.

O contra almirante Hayashi, commandante em chefe da esquadra japoneza, antes de seguir na corveta *Kongo* para Kobé, visitou-nos, pondo á nossa disposição tudo quanto necessitassemos do almirantado.

Travessia de Yokohama a S. Francisco da California

As 10 horas e 30 minutos da manhã de 10 de Julho de 1880, deixamos o porto de Yokohama em proseguimento do nosso itinerario; naquella occasião o digno contra almirante Patterson, da corveta norte-americana *Richmond*, despediu-se de nós ao som do hymno nacional, cortezia immediatamente correspondida pela nossa banda de musica.

A's 10 horas e 50 minutos estando a Leste da barca-pharol do banco da cidade, dirigimos a nossa derrota de modo a passar a O da boia que assignala o baixo de Futsu-Saki; ás 12 horas e 30 minutos estavamos E-O com o pharol Kanon-Saki; ás 2 horas e 55 minutos avistamos o pharol de Nosima a E 1/2 NE, pharol que ás 4 horas da tarde estava ao N. em distancia de 2,5.

No dia 14 de Julho, fomos arrastados por uma forte corrente na direcção 41° SO com a velocidade de 67' em 24 horas; é a mais impetuosa corrente que temos encontrado.

E' possivel que este desvio seja devido á acção da contra-corrente polar ou corrente fria de Behring? Estende-se ella a 240' da costa? A temperatura da agua, inferior á do ar ambiente, mostrou que estavamos sob a influencia do Oya-Siwo, contra-corrente fria que vem do Kamchatka pelas Kurillas até a costa NE de Nipon, cujos limites e intensidade parecem variar com as monções do mar da China e outras locaes; a côr esverdeada das aguas confirmou que estavamos na corrente do Behring, reconhecida como mais impetuosa no verão do que no inverno.

O conhecimento da circulação oceanica está ainda muito incompleto. Si as correntes da superficie pelo partido que dellas pode tirar a navegação, estão sendo objecto de estudos, outro tanto não succede com as correntes submarinas, quasi inteiramente ignoradas.

No dia 16 de Julho entramos definitivamente no ramo oriental do Kuro-Siwo ou corrente negra do Japão. Na tarde desse mesmo dia, recebemos aviso de que ao SE havia alguma coisa branca ao nível do mar, casco fluctuante ou arrebentação, circundado de crescido numero de passaros que, em parte, se approximou do navio. Arriamos immediatamente o prumo com 70 braças de linha, sem encontrar fundo. Ora, coincidindo aquella apparencia com a indicação duvidosa de um baixo, citado na Lista publicada pelo governo dos Estados Unidos, resolvemos reconhecê-la por meio de um escaler confiado aos tenentes Malveiro e Romão. O pretenso banco não era mais do que uma enorme baleia em putrefacção, arrastada pela correnteza das aguas e coberta de um enxame de passaros, aliás abundantes no Oceano Pacifico do Norte. O monstro, agitado pelas ondulações do mar, mostrava o seu ventre de côr branca, como uma pedra em arrebentação. No dia subsequente, tivemos um encontro identico a pequena distancia do navio.

Em occasião menos propicia a um reconhecimento, não hesitariamos em acreditar na existencia de mais um escolho no Oceano Pacifico que parece os contar em não pequeno numero. As brumas frequentes constituem um empecilho a qualquer descobrimento e o numero de passaros que, de ordinario, circumdam o navio, faz crer que não se está distanciado de algum baixo ou ilha desconhecida.

Na verdade, o leito do Pacifico parece sobrelevar-se lentamente em certos pontos. A recente sondagem realizada pela corveta norte-americana *Tuscarora* disse dá cabal testemunho, fazendo ver que no dia seguinte ao da sua partida de S. Diogo (California) sondou em 370 e 568 metros, quando anteriormente a profundidade obtida era de 1.916 metros; outra elevação do sólo submarino foi observada perto das ilhas

de Sandwich. Acredita-se hoje na existencia de uma cadeia submarina, paralela á costa da California.

No dia 21 de Julho, durante a noite, clareou no zenith, e a cerração, condensando-se em uma facha de 15° de altura, circumdrou todo o horizonte, que conservou-se ennegrecido não obstante estar a lua brilhante. O raio do nosso horizonte não ultrapassava o comprimento do navio (67 metros).

Depois que a corveta penetrou nos limites do Kuro-Siwo tornou-se frequente o apparecimento de grossos troncos de arvores.

No dia 29 de Julho, transposto o meridiano de Greenwich ou de 180° de Leste para Oeste, subtrahimos uma unidade da nossa data, o que quer dizer que dous dias consecutivos foram contados com o nome de 29. Assim evitamos a differença de datas pela primeira vez notada pelos companheiros de Magalhães em seu regresso á Europa.

No dia subsequente ao da nossa passagem pelo meridiano de Greenwich, soprando o vento de ENE: NE, com a velocidade horaria de 40' (Beaufort) e sendo a altura das vagas de 4^m,8, reduzimos o nosso velame ao de capa. O movimento pendular do navio em torno do eixo longitudinal foi de 25° para sotavento e 10° para barlavento. A' noite, comquanto baixasse o barometro, o vento abonançou.

Ao anoitecer de 31 de Julho, após um violento aguaceiro do SE que rasgou o velacho, o vento, acompanhado de chuva e cerração, soprou rijo do SE:SSE, compellindo-nos a risar as gaweas nos 2°.

Na manhã do 1° de Agosto recrudesceu o vento do SE com a intensidade horaria de 56', o mar cresceu formando vagas de 6^m,5 de altura e a corveta á capa com as duas gaweas nos penultimos, latinos risados, polaca e mesena triangular lutou, durante 24 horas, com tanto esforço que abriu o trincanil, do

mastro grande para vante, e appareceu um veio d'agua na parte inferior do conductor do eixo, proveniente da carencia de calafeto entre os dous cadastes, logo acima do nivel do mar. A' medida que a vaga crescia da pôpa a agua augmentava de volume. O navio teve grandes oscillações no plano transversal, cuja amplitude maxima foi de 30° para sotavento e 20° para barlavento. O mar vinha em parte do travez, o que denunciou mudança, mais tarde verificada, na direcção do vento (SE:SSE).

Emquanto a corveta debatia-se em gigantesca luta com os elementos, alguns passaros, especie de albatros escuros, affrontando a tempestade sem esforço visivel, moviam-se serenamente, ora erguendo o vôo, ora rasando a crista do mar com a ponta das azas. Era verdadeiramente surpreendente vê-los tão placidos, tão desdenhosos em face da natureza revolucionada, a redobrar de esforços, mas sempre vencida. Aquelles albatros acompanharam-nos desde o Japão até o Faralhão do Sul, na entrada de S. Francisco.

O barometro que havia baixado no dia 1° de Agosto a 751^{mm}, marcava 763^{mm},4 quando o vento adquiriu a sua maior intensidade; no dia subsequente a pressão barometrica elevou-se a 770^{mm} e o vento soprou do Sul. A maior pressão barometrica teve logar no dia 10 de Agosto; a columna mercurial elevou-se a 775^{mm}.

A's 4 horas e 20 minutos da tarde de 19 de Agosto, avistamos o Faralhão do Norte por 72° NE; ás 4 horas e 50 minutos divisamos o Faralhão do Sul pela prôa, isto é, á Leste em distancia de 7' e ás 6 horas estava elle ao Norte em distancia de 1'.

Comquanto nos approximassemos á menos de meia milha do Faralhão do Sul, nunca conseguimos vêr a torre do pharol

nem a luz, veladas pelo nevoeiro que coroava o cume da ilha, cuja base estava bem visível.

A's 7 horas e 25 minutos da noite, attenta a espessa cerração que sobreviera e que não nos deixaria vêr as luzes da Ponta Bonita e de Fort-Point, que assignalam a entrada de S. Francisco, pairamos toda a noite sem nos distanciar do Faralhão.

A's 10 horas e 30 minutos da manhã de 20 de Agosto, depois de haver sondado em 45 braças, fundo lodo, avistamos confusamente o Faralhão, envolto pelo nevoeiro; logo em seguida, divisamos a arrebentação do mar e marcamos o Faralhão ao NO em distancia de 2'. A's 11 horas e 5 minutos, obtida a nossa posição pelos azimuths da Ponta Norte da ilha (65° NO) e da Ponta Sueste (85° SO), fizemos rumo de 73° NE em demanda da boia de apito, ancorada perto da barra de S. Francisco; ali recebemos o pratico do porto.

A's 2 horas e 10 minutos da tarde, passamos pelo pharol da Ponta Bonita e, 30 minutos depois, pelo Fort-Point. A's 3 horas e 40 minutos da tarde de 20 de Agosto de 1880, estando o tempo cerrado, o vento fresco do NO e a maré de vasante, ancoramos em 11 braças d'agua, fundo lodo, com 45 braças de filame, marcando o pharol de Yerba Buena por 56° NE e o dos Alcatrases por 50° NO.

No intuito de guiar a navegação durante os nevoeiros, aliás frequentes em S. Francisco, estabeleceu-se junto a cada um dos pharoes de Bonita e Yerba Buena um apito a vapor, e junto a cada um dos pharoes de Alcatrases e Fort-Point um sino.

O Oceano Pacifico do Norte é pouco frequentado; durante 42 dias só encontramos dous navios nas cercanias do Faralhão do Sul. Em compensação, vimos, com frequencia, enormes baleias que acompanhavam a corveta.

Na travessia de Yokohama a S. Francisco, percorremos 4.921 milhas sendo a marcha horaria de 4',95.

Deixando Yokohama no dia 10 de Julho, procuramos distanciar-nos o mais possivel das costas SE e Leste do Japão, onde os temporaes começam exactamente em Julho e os tufões produzem grandes devastações.

Em Julho de 1871 a divisão americana soffreu violento temporal ao largo de Yedo; em Julho de 1874, o *Iron Duke*, procedendo do mar interior, lutou com muito máu tempo ao Sul de Yedo; a 1º de Julho de 1880, Nagasaki foi visitada por um tufão que causou grandes estragos nas embarcações de pesca, ainda mesmo dentro do seu abrigado porto, e dous outros tufões fizeram não pequenas avarias em Cantão e Shangai.

Em Setembro de 1860, a corveta ingleza *Camilla* e a corveta prussiana *Frauenlob* perderam-se totalmente com um tufão perto da costa SE de Nipon.

Duas são as derrotas aconselhadas na travessia de Yokohama a S. Francisco: uma, pelo circulo maximo, de modo a cortar o meridiano de Greenwich em 50° N; outra, seguindo um pouco ao norte da linha que une os dous pontos em questão. A primeira, comquanto mais curta, apresenta o inconveniente de atravessar uma zona supersaturada de humidade, e nem sempre favorecida pelas correntes polares; a segunda, effectuada nos dominios das correntes tropicaes, deve ser longa sem evitar totalmente a bruma, que reina ainda mesmo no paralelo de 39° N, nem as calmas do Cancer que no verão se elevam até perto de 40° N.

Pesando todas as vantagens e inconvenientes dessas derrotas, deliberamos realizar a nossa travessia entre os paralelos de 40° e 45°, onde sopram no verão as correntes polares

e melhor proveito poderíamos auferir do ramo oriental do Kuro-Siwo.

O exame de algumas travessias realizadas no verão, deixou-nos vêr que os ventos de Oeste não predominaram sempre, ainda mesmo nas altas latitudes; entretanto, compreendendo que acima de 40° é onde ha mais chances de vento favoravel, transpuzemos esse paralelo sem querermos ultrapassar o de 45° para embrenharmo-nos na zona anti-hygienica das brumas e da humidade. Effectivamente, os ventos predominantes sopraram variaveis do S:E e do S:O.

O facto de algumas travessias longas podendo ser excepcional, não constitue razão para o abandono de instrucções deduzidas do estudo de numerosas observações mais ou menos perfectas. Perturbações accidentaes da atmosphaera, cuja importancia não se póde ter em conta, explicam certas anomalias reconhecidas pelos navegadores em diversas travessias realizadas em uma mesma região. Com effeito, succede muitas vezes que a derrota cujas vantagens são preconisadas, dá, em outras occasiões, máu resultado. Assim é que um mesmo navio abrevia a sua viagem seguindo uma derrota que posteriormente alonga-lhe a travessia. E, geralmente, commette-se a injustiça de julgar da habilidade do commandante e das qualidades nauticas do navio pela rapidez da travessia, sem levar em conta causas anormaes cujo predominio não é dado prever.

O que tornou a nossa travessia sobremodo fastidiosa, foi o nevoeiro, mais ou menos espesso, que envolveu-nos durante 16 dias, isto é, de 20 de Julho a 4 de Agosto; nevoeiro, aliás frequente naquellas paragens, e cuja influencia é tão nociva á saude como á segurança da navegação. Não raras vezes a bruma adquiriu a intensidade da chuva e limitou o horizonte ás proporções do navio. Tão supersaturada de humidade es-

teve a atmospherã que o môfo invadiu-nos e os moveis se descolaram. O convez da coberta e o da propria camara ficaram humedecidos á ponto de ser necessario enxugal-os com areia quente.

Não ficaram ahi os soffrimentos desta penosa travessia: outro mal, o beri-beri, que parecia em estado latente e cuja gravidade é facil de avaliar pelos seus tristes effeitos, surgiu com incrível rapidez e desmesurada vehemencia. Dentro de poucos dias, tres cadaveres de infelizes companheiros tinham por ultima morada o Oceano e quatro outros repousavam em terra estranha. Perdemos em alto mar, e com pequeno intervallo, cinco praças, sendo duas de dysenteria.

Este espectaculo desolador, ante o qual se confrange o coração humano, tornou-se ainda mais sombrio em face do avultado numero de doentes que atulhava a coberta. Já o desanimo e a tristeza iam ganhando o moral da guarnição, que não desconhecia o mallogro das drogas medicinaes nem os mingoados recursos de bordo, isto é, a carencia de dietas, quando todas as esperanças convergiram para S. Francisco, fonte de recursos de toda a sorte, que facultando-nos a remoção dos doentes do meio em que a enfermidade se propagou, offerecia as condições hygienicas necessarias para debellar o mal. Neste presupposto, 24 doentes foram recolhidos ao hospital no dia subsequente ao da nossa chegada.

As primeiras apparencias não corresponderam á nossa expectativa: O numero de casos fataes augmentou e a invasão da molestia não se deteve. A situação era bastante anormal e exigia demora em S. Francisco, cuja duração não era dado prever. Em taes condições, dirigimos a S. Ex. o Sr. Ajudante General da Armada o seguinte telegramma: " O estado sanitario da guarnição, durante a travessia, foi mau. Continúa a enfermidade: 23 beribericos e 6 mortos. Total 40

doentes. E' indispensavel demorar no porto, porquanto a guarnição está reduzida. A officialidade boa." Este telegramma, expedindo a 24 de Agosto, obteve no dia subsequente a resposta: "Demore; empregue os meios para melhorar o estado sanitario."

Medidas hygienicas foram adoptadas desde o momento da chegada e, felizmente, aprouve á Providencia Divina libertar-nos de um mal tão terrivel quanto traíçoeiro.

A 4 de setembro, tendo deixado 16 praças no hospital (12 imperiaes marinheiros e 4 soldados) sahimos de S. Francisco, contando não pequeno numero de convalescentes, com destino a Valparaíso via Acapulco, no intuito de evitar larga travessia, capaz de dar origem á reaparição do terrivel flagello que reduziu a pobre guarnição da corveta.

Não é fóra de proposito confessar que o navio estava em completo estado de asseio e dispunha de dous medicos, zelosos, intelligentes e dedicados.

A causa desta grave perturbação do estado sanitario, em nossa opinião, reside na insalubridade dos climas que a corveta atravessou desde Suez até S. Francisco. Do Estreito de Malaccá ao Japão, as chuvas foram frequentes e, em Hong-Kong, póde-se dizer nunca interrompidas. Nossas guarnições, mal alimentadas, sem vestimentas apropriadas ás intemperies, não se podem eximir das terriveis consequencias de uma atmospherá supersaturada de humidade. Além de respirar o ar da coberta excessivamente humido, a guarnição conservava por vezes a roupa molhada por não haver como enxugar-a. E' mesmo raro vêr um navio effectuar larga travessia, em região onde predominam chuvas e brumas, inimigos implacaveis do marinheiro, sem que se manifeste a erupção de certas enfermidades devastadoras. Assim é que a fragata franceza *Venus*, em uma viagem de 33 dias do Kam-

chatka a Monterey, teve mais de 30 homens gravemente acometidos de escorbuto, enfermidade que perdurou até Acapulco isto é, durante quatro mezes.

Em Ponta de Galles, já algumas praças tinham adoecido de beri-beri, mas o mal declinou sem consequencias funestas. Estes foram os primeiros ensaios da terrivel enfermidade.

A cidade de S. Francisco, apesar da sua recente fundação (1848), é a mais bonita e importante das que visitamos; dispõe de excellente e vastissimo porto cuja entrada está perfeitamente defendida por possantes baterias.

O general Mac-Dowell, commandante em chefe do exercito de Oeste, recebeu-nos com a maior amabilidade em seu quartel general, situado no logar chamado Presidio.

Desejosos de visitar todos os estabelecimentos da marinha, fizemos uma excursão a Mare-Island, onde está o Arsenal de S. Francisco. Este arsenal, fundado em uma parte da ilha, é notavel pela boa disposição de todas as officinas, depositos, hospital, residencia do inspector e officiaes, etc. Tem um dique já prompto e outro em construcção.

O porto é profundo e abrigado: estava atracada ao caes do Arsenal, em concerto, a corveta *Pensacola*.

Havia em construcção dous navios: um de madeira e outro de ferro.

A ilha é bastante extensa e o Arsenal póde desenvolver-se logo que o governo disponha de verba sufficiente.

O commodore Edmund R. Colhoum, inspector do Arsenal, não contente de dispensar-nos o mais sympathico e cordial acolhimento, já em seu gabinete de trabalho, já no seio de sua illustre familia, teve a delicada attenção de mandar dar-nos uma salva, no momento da retirada, com o numero de tiros correspondente á nossa patente. Já tivemos

ensejo de apresentar o nome do illustre commodore á consideração do Governo Imperial.

O nosso vice-consul, o Sr. David B. Blair, acompanhou-nos em todas as visitas officiaes e tornou-se digno do nosso reconhecimento pela boa vontade e dedicação com que sempre nos attendeu.

Travessia de S. Francisco a Acapulco

A's 7 horas e 30 minutos da manhã de 4 de Setembro de 1880, não obstante estar muito densa a cerração, levantamos ancora e seguimos em proseguimento do nosso itinerario.

A's 9 horas passamos pelo forte de Golden Gate, unico ponto que avistamos. A nossa navegação foi guiada pelo som do sino dos Alcatrases, do de Fort-Point e pelo apito da Ponta Bonita. A's 10 horas marcámos para ponto de partida a Ponta Bonita ao N em distancia de uma milha, marcação realizada pela direcção do som do apito da ponta que a bruma nos impediu de avistar. Logo em seguida deixamos o pratico da barra e navegamos ao rumo de 50° SO. A cerração perdurou todo o dia e noite.

A's 5 horas da tarde de 8 de Setembro, divisamos a ilha Guadalupe, cujo extremo Norte foi visto ao rumo de 63° NE, exactamente quando o ilhote mais Sul estava por 87° NE.

A 11 de Setembro, avistamos os Alijos, cujo ilhote maior, ao meio-dia, demorava por 60°NE em distancia de 5'. Determinámos a posição desse ilhote por uma observação feita ás 2 horas da tarde, marcando-o ao Norte. (Lat. approximada 24° 46' 51" N, long. 115° 41' 5" O Grw.)

Os Alijos são quatro pequenos ilhotes dos quaes o maior tem 34^m de altura, descobertos em 1791 e situados quasi a 3° do littoral. Como quasi todas as rochas dessas paragens,

são cobertos de guano, mormente na parte superior. Vistos de longe parecem dois navios á vela.

Nos dias 12 e 13, encontramos grande quantidade de coriolas, plantas que, segundo Maury, são consideradas como um bom signal de aterragem nas costas da California. Si ellas apparecem horizontalmente dispostas e entregues á corrente, não ha perigo em atravessal-as; mas, quando vistas em posição vertical, devem ser evitadas porque assignalam a presença das rochas sobre as quaes vegetam.

A 14 conseguimos fisgar uma, entre as muitas tartarugas que avistamos. De 16 em diante passaram por nós grossos troncos de arvores.

Do paralelo do cabo Corrientes até Acapulco, os ventos do NO cederam o passo ás calmas, apenas interrompidas durante um dia por vento de ESE, bastante fresco.

A's 5 horas e 50 minutos da manhã de 17, avistamos as Tetas de Telupan ao rumo de 49° NE e, a partir d'ahi, navegámos sempre com a costa á vista.

Ao amanhecer de 18, após um violento aguaceiro do N, o vento saltou fresco para ESE, o mar encapellou-se e a chuva cahiu abundantemente. Esta perturbação atmospherica não foi accusada pelo barometro. A' meia noite, estando perto da praia do Coyuca de modo a distinguir a arrebentação, não encontramos fundo, arriando 45 braças de linha; seguimos então ao rumo de 20° SE.

A's 4 horas e 30 minutos da manhã de 19, tendo invetido para a costa com prôa de ENE em busca de Acapulco, conseguimos ás 7 horas e 30 minutos divisar a ilha Roqueta, onde ha uma pyramide de madeira com uma luz de 4 a 5' de alcance, privativa da companhia de paquetes norte-americanos; ás 8 horas e 30 minutos determinámos as coordenadas

do ponto da chegada pelo azimuth da ilha Roqueta (71° SE), em distancia de 9 minutos.

A's 11 horas e 50 minutos da manhã de 19 de Setembro de 1880, estando a maré de vasante, calma, ancoramos no porto de Acapulco em 10 braças d'agua, fundo areia e lama, com 30 braças de filame, marcando: o Forte por 4° NE, o pharol por 14° SO e a Ponta Grifo por 59° SE.

Nesta travessia percorremos 1.911' com a marcha horaria de 5',3.

Em termo medio, 27 foi o numero dos nossos doentes.

A hydrographia da costa do Mexico deixa muito a desejar; recentemente a corveta norte-americana *Tuscalosa* realizou importantes trabalhos, que estão em via de publicação. As Tetas de Coyuca, a Serra Siclata e o termo de cordilheira chamada Costa Grande, são pontos que servem de guia para reconhecer Acapulco, cuja aterragem de ordinario é feita em latitude. Com tempo claro, a ilha Roqueta é visivel a 10 milhas de distancia. Não ha illuminação na costa do Mexico.

A entrada é facil, quer pelo canal de Leste, quer pelo de Oeste; entretanto os grandes navios devem preferir aquelle á este.

O porto de Acapulco, comquanto circulado de montanhas, é, durante a má estação, açoutado pelos ventos de SE que, em começo de Setembro, isto é, poucos dias antes da nossa entrada, lançaram á praia o vapor *Colima* e puzeram em risco o *South Caroline*; entretanto, é o unico da costa mexicana no Pacifico conveniente á creação de estabelecimentos navaes.

O calor é excessivo, não obstante um cóрте artificial da montanha ao OSO para dar accesso ás brisas do mar; a temperatura média foi 31° centigrados.

Durante 15 dias de viagem só encontramos um paquete e já nas proximidades do porto.

Acapulco, antigamente Ciudad de los Santos Reys, foi, como o unico entreposto do commercio das Philippinas no Pacifico, uma rica, populosa e florescente cidade, cuja decadencia data da emancipação politica do Mexico. Hoje, sem commercio, sem animação, contando 2.400 habitantes extremamente indolentes, só é visitada pelos navios que necessitam de combustivel para as travessias do Pacifico.

Não ha na cidade um só monumento, um unico vestigio de sua antiga opulencia; o proprio forte de S. Diogo, outrora muito reputado pelos hespanhoes, está em ruina e em completo desarmamento; nelle residem 100 praças que constituem toda a força militar de Acapulco.

Exposta a frequentes tremores de terra, a cidade tantas vezes tem sido destruida que parece haver-se renunciado a toda e qualquer construcção de importancia.

Em Acapulco distinguem-se tres sortes de tremores de terra: por trepidação, vibração e ondulação. Os da primeira especie consistem em choques bruscos, dirigidos de baixo para cima, perpendicularmente á superficie da terra; os da segunda, sentidos parallelamente á superficie da terra, são comparados ao movimento que um cão imprime ao corpo para sacudir a agua do pello; os da terceira são comparados ás ondulações que se propagam na superficie de um liquido. Os dous primeiros são os mais destruidores.

Não raras vezes o mar representa um papel importante nessas terriveis commoções; dentre todas, porém, a de 1820 foi a mais desastrosa. Naquelle anno, o mar, depois de deixar parte do porto em secco, invadiu a cidade até a igreja, erecta no alto da praça, destruindo tudo quanto lhe oppoz resistencia.

A's 8 horas e 30 minutos da noite de 19 de Setembro de 1880, houve um tremor de terra que, pondo em vibração a amarra da corveta, produziu-nos uma impressão analoga á do estremecimento de um navio que arrasta a quilha sobre o fundo; foi de pouca duração.

E' curioso ouvir-se o ruido que se propaga no centro da terra como uma trovoada longinqua.

Mantivemos boas relações com o coronel, capitão do porto.

Travessia de Acapulco a Valparaíso

A's 6 horas e 40 minutos da manhã de 23 de Setembro de 1880, levantamos ancora do porto de Acapulco com destino ao de Valparaíso. A's 7 horas e 10 minutos demorava a Ilha Roqueta a Oeste em distancia de O', 5. Durante a noite, relampejou seguidamente ao rumo de ENE.

Encontramos, na zona de calma, fortes aguaceiros e vagalhão sempre crescido.

A 27 de Setembro entramos no dominio da contra-corrente equatorial, cuja influencia se fez sentir na facha comprehendida entre 8° N e 3° 52. N com uma velocidade variavel de 18' a 37', em 24 horas.

A 6 de Outubro no paralelo de 2° 54' N manifestou-se a corrente equatorial que nos acompanhou até o paralelo de 16° e 42' S com a intensidade variavel de 10 a 67 milhas em 24 horas.

Os ventos, de 28 de Setembro até 7 de Outubro, em que definitivamente entramos no limite dos alisios do SE, sopraram quasi sempre do quadrante de SO.

A 10 de Outubro attingimos o hemispherio sul, cortando a linha equinocial no meridiano de 110° 40' O Grw.

Na proximidade da ilha Gallego appareceu-nos um passaro, especie de pelicano.

As calmas do Capricornio fizeram-se sentir na estreita zona comprehendida entre os parallelos de 19° S e 24° S, que procuramos atravessar o mais normalmente possivel; dahi em diante, soprou de novo o alisio SE cujo limite polar se estendeu até o parallelo de 32° S.

A 22, encontramos um enorme vagalhão do SE cuja altura era de 2m,5 e a largura de 199m,6; nesse dia, mais um cadaver, de um grumete, criado, teve por tumulo o Pacifico, cuja voracidade é insaciavel.

A 26, appareceram 3 pelicanos, não obstante a terra mais proxima, ilha da Pascoa, estar 480' de distancia.

A 28 de Outubro, após uma baixa barometrica de 7mm. em 11 horas, o vento saltando do N para O, gyrou rapidamente até o Sul, donde soprou com a intensidade horaria de 56' (Beaufort) por espaço de 24 horas. O mar manteve-se crescido e as vagas ultrapassaram muitas vezes a altura de 5m,5.

A 30 de Outubro, soprou o vento muito impetuoso de E: ESE (velocidade horaria de 65'), compellindo-nos a correr por ser difficil capear; o mar escrespou-se formando vagas de 7m, 8 de altura. Tendo o velacho e a gavea sobre as pégas, a corveta singrava 10' por hora.

A circulação atmospherica, depois de ultrapassado o limite polar dos alisios do SE, tornou-se extremamente irregular: o vento soprou sempre rijo e variavel, pode-se mesmo dizer aos saltos, frequentemente interrompidos pela calma, que expunha o navio aos caprichos de um mar extraordinariamente crescido e descontrado. De 28 de Outubro a 6 de Novembro, reinaram borrascas successivas.

O emprego opportuno da machina quando o navio, des-governado, ficava passivamente entregue a enormes vagas de 7 a 8 metros de altura, incertas em direcção, salvou a mastreação e o proprio navio de graves avarias originadas pela amplitude descommunal do movimento pendular de BB a EB. Ainda assim, perdemos o pé de gallinha da verga do traquete, a mesa do mesmo mastro ficou abalada, o convez, o trincanil, corrimão da borda, grande numero de costuras do costado abriram e até algumas cavilhas das curvas dos vãos soffreram. Reappareceu e com muito mais intensidade o veio d'agua da pôpa, proveniente de falta de calafeto entre os dous cadastes, na altura da linha d'agua.

A 11 de novembro navegamos com um vagalhão da alheta para o travez, de 2m de altura e 387 metros de dimensão transversal, que imprimiu á corveta uma amplitude de oscillação de 44°, sendo 22° para cada bordo; avistamos duas baleias e alguns passaros pequenos que vieram attestar a vizinhança de Mas a fuera.

A's 4 horas da manhã de 13 de Novembro surgiu entre nuvens, a ilha Mas a fuera, bastante elevada para ser visivel de 16 a 18 leguas, mas completamente esteril do lado do Oeste. Mais tarde appareceu um navio e enormes baleias passaram frequentemente pela corveta.

Os navios que se empregam na industria da pesca, antes de partirem para Gallapagos, de regresso á California, visitam assiduamente as aguas do grupo Juan Fernandes.

Ao amanhecer de 14, o ilhote Santa Clara, situado na extremidade Oeste da ilha Mas a tierra ou Juan Fernandes, foi avistado ao N. 1/2 NO.

Juan Fernandes, descoberta em 1653, celebrou-se pelo abandono do marinheiro Alexandre Selkirk que, ahi vivendo

sozinho de 1704 a 1709, deu assumpto a Daniel de Foe para o seu immortal romance *Robinson Crusoe*; é de origem vulcanica como Mas a fuera e bastante elevada, porém menos arida. Na parte de NE está a bahia de S. João Baptista, cujo ancoradouro, inconveniente pela grande profundidade, é completamente desabrigado dos ventos do Norte, frequentes durante o inverno.

No grupo Juan Fernandes, como nas demais ilhas do Pacifico, nota-se que a parte do Sul, exposta aos ventos polares, é mais esteril do que a do Norte. Mas a tierra, que já foi um presidio, é hoje uma fazenda de criação de gado.

A 15 soprou muito rijo o vento do SE, variavel ao Sul, o mar cresceu e o navio, com gaweas nos 2^{as}, traquete, vela de estay e mesena triangular, tinha a inclinação média de 15°, inclinação que, com a acção da vaga, se elevava a 24° no maximo. O luar era esplendido, mas o vento só declinou na manhã de 16, dia em que ancoramos no porto de Valparaiso.

A aterragem de Valparaiso, para quem vem de Oeste, durante o verão, época do predomínio dos ventos do Sul, é feita em uma latitude mais elevada do que a daquelle porto. Na propria estação invernosa, quando predominam os ventos tropicaes, tendo em conta a influencia da corrente de Humboldt, a aterragem é feita no mesmo paralelo de Valparaiso. Assim, estando visivel a costa do Chile e a cordilheira de onde emerge o gigantesco Aconcagua, de cujo vertice, então coberto de neve, não raras vezes irrompe o fogo, fizemos rumo para Caraumilla, ponta rochosa, abrupta e de facil reconhecimento com tempo claro; nessa ponta devia existir um pharol para guiar a navegação difficultada pela bruma, pharol tanto mais conveniente quanto o de Angeles é invisi-

vel para quem vem aterrado do Sul. Depois contornamos a costa até o pharol de Angeles que assignala a entrada de Valparaiso, em cujo porto, após 54 dias de viagem, ancorou a corveta em 24 braças d'agua, com 75 braças de filame.

A entrada de Valparaiso, apezar de facil, reclama attenção particular pelos innumerados cascos e amarrações a pique que occasionam frequentes perdas de ancoras, facto tão commum que deu origem á creação de uma companhia especialmente incumbida de reboques e suspensão de ancoras.

Pagamos o nosso tributo deixando alli um ferro da corveta que, á custa de muito esforço, foi mais tarde suspenso e vendido pelo nosso infatigavel consul.

Si, durante o inverno, época do predominio dos ventos do Norte, o porto de Valparaiso é desabrigado e considerado de levante, outro tanto não succede no verão, quando reinam os ventos do Sul, quasi sempre muito intensos e de fortissimas rajadas. O ancoradouro dos navios de guerra, situado na parte SO do porto, junto ao Forte de Santo Antonio, é um lugar de grande fundo (18 a 20 br.), mas acanhado para conter muitos navios.

Partindo de Acapulco com destino a Valparaiso, era nosso intento atravessar normalmente, como atravessamos, a zona das calmas, para mais depressa entrar no limite equatorial dos alisios de SE que esperavamos attingir no paralelo de 5° 30' N, afim de passar um pouco a Oeste de Gallapagos, conforme aconselham Labrosse e Kerallet.

Si, por um lado, Maury falla de uma monção do Sul que, durante o verão e outono (Junho a Novembro), do hemispherio boreal sopra a Leste do meridiano de 100° e alonga a travessia dos navios que vindos de S. Francisco, tentam ganhar barlavento, por outro, o illustre geographo diz, com referencia á

travessia do Panamá á California, que entre 0° e 5° N a Oeste do meridiano de 95° O Grw os ventos reinam com regularidade do SE ao Sul, excepto de Janeiro a Maio. O sabio geographo parece haver incorrido em flagrante contradicção, porquanto, ora affirma que ha uma monção do Sul, ora que o vento é variavel de SE:S.

Com que vento poderíamos contar?...

Maury, accrescenta ainda: dá-se na costa occidental da America o mesmo que na costa d'Africa no que é relativo aos ventos. Ora, em Dezembro de 1879, cortando a linha por $24^{\circ} 54'$ O Grw, esperavamos tirar partido da monção do Sul annunciada pelo illustre geographo, quando com surpresa, após poucas horas, o vento passou do Sul ao NNO e NO, adquirindo bastante intensidade. Não se poderia dar o mesmo no Pacifico? E se assim fosse ou mesmo si o vento variasse do S:SE, não seria abreviada a nossa travessia? E isso com tanto mais probabilidade quanto é certo que diversos navios têm tido a boa chance de encontrar ainda muito a Leste de 100° , no meridiano da Ilha dos Cocos, ventos firmes de ESE, ganhando intensidade nas cercanias de Gallapagos.

Estas leis, comquanto geraes, estão sujeitas a tantas modificações, a tão repetidas anomalias, que convém meditar antes de seguir a prescripção dos roteiros, frequentemente em desharmonia entre si e não raras vezes consigo mesmo. E' o illustre geographo quem nos ajuda com a sua autorisada palavra quando diz: "Agosto e Setembro são dous excellentes mezes ao Sul da linha, emquanto que ao Norte, o navegador terá necessidade em igual gráo, de paciencia e habilidade. E' a época em que a influencia das planicies e dos desertos da America começa a actuar sobre os alisios do NE, a para-

lysal-os, a transformal-os em brisas que illudem e embaraçam o marinheiro."

No paralelo de 5° 43' N e meridiano de 99° O Grw (dia 28 de Setembro), o vento declarou-se do SSO, mas terá elle a firmeza de uma monção?

E si a causa da conversão dos alisios de NE em uma monção do Sul reside na rarefacção das planicies ardentes do Novo Mexico, do Texas septentrional e das regiões vizinhas, não parece natural que o phenomeno se deveria operar ao Norte da facha de calmas, maximo limite equatorial daquelles alisios? Não é esta a questão que, com todo o fundamento, primeiro resalta ao espirito?

Tendo variado o vento do SSO:SO, poderíamos com amura a BB e o auxilio da corrente equatorial, passar a Oeste de Gallapagos; entretanto, no paralelo de 4° N ainda dominava a contra-corrente equatorial, cujo limite Sul não é de 5° N como geralmente assignalam os roteiros. Embora o vento soprasse ponteiro, attento o auxilio da corrente que, a partir de 3° N, foi para Oeste, ser-nos-hia facil transpor a linha equinocial no periodo de dous dias, si o aparelho motor da corveta não despendesse tão avultada quantidade de combustivel, em manifesta desproporção com a sua diminuta força.

Cedendo a um conjuncto de circumstancias inesperadas, resolvemos fazer caminho para Oeste, preferindo assim a travessia de duração media á outra que, sujeita a probabilidades, poderia alongar-nos a viagem, quando a guarnição era diminuta e urgia chegar para cumprir as nossos instrucções. No emtanto é convicção nossa que, com um navio mixto dos modernos, a travessia de Acapulco a Valparaíso será extraordinariamente abreviada, ganhando-se os alisios do SE um

pouco a Oeste de Gallapagos. Deste modo evitar-se-ha entrar com uma forte longitude na zona dos geraes do Oeste, com mais propriedade chamada dos variaveis, porquanto ali os ventos sopram de todas as direcções sem exceptuar a do Oriente. Tal é pelo menos o resultado da nossa experiencia individual nessa travessia e o da leitura de diversas derrotas, sem excluir a da corveta, realisada nos mezes de Outubro e Novembro de 1876.

Valparaíso, comquanto populosa, florescente e cercada de collinas em parte habitadas, não é de aspecto risonho. Ligada á capital por uma magnifica estrada de ferro, aquella cidade é, póde dizer-se, o centro do principal commercio do Chile. Alli se encontram grandes recuros maritimos, mórmemente agora que duas dócas fluctuantes, a Santiago e a Valparaíso, prestam excellentes serviços em um porto onde é perigosissima a operação de virar de carena.

A carencia de uma dóca capaz de conter com segurança os encouraçados chilenos, levou o Governo á construcção de um dique em Talcahuano, cujos trabalhos proseguem com celeridade.

O porto de Valparaíso, de fórma semi-circular, não é bastante extenso, mas muito profundo. Vai-se tornando sensivel a diminuição da bahia; suas aguas estão sendo invadidas pela terra, cujo movimento ascencional parece constante.

Depois do bombardeamento da esquadra hespanhola em 1866, a defesa de Valparaíso tornou-se o objecto da solicitude do Governo; crescido numero de baterias, armadas de canhões de grosso calibre e situadas nas eminencias, difficultam, se não impedem, a reproducção daquella grave desfeita, impu-nemente realisada.

O littoral do Chile ou antes de toda a parte occidental da America do Sul, tem accusado um movimento ascencional, mórmente nos logares correspondentes em latitude aos picos mais elevados dos Andes. Em Chiole, Darwin encontrou conchas modernas a 106 metros de altura; ao Norte da Conceição são visiveis as linhas de nivel esculpidas pelas marés, a uma elevação de 300 metros; e essas linhas em Valparaiso têm sido reconhecidas a 400 metros acima do nivel do mar, ao passo que em Coquimbo não exceedem a altura de 100 metros.

Comparando o estado actual das cousas com as observações historicas, verifica-se que de 1817 a 1834, isto é, no periodo de 17 annos, o sólo de Valparaiso elevou-se de 3m,20 ou de 19 centimetros por anno, emquanto que no periodo de mais de dous seculos (1614 a 1817) a elevação apenas attingiu a 1m,80, o que constitue prova de que aquelle movimento rapido foi precedido de um repouso relativo.

Por mais lento e imperceptivel que seja o phenomeno, o littoral sul-americano acabará por ser deformado, por mudar de aspecto.

Os estudos do Professor Agassiz no estuario do Amazonas parecem deixar ver que, emquanto a parte occidental da America do Sul se eleva, a oriental se deprime.

Os tremores de terra, frequentes e muito temidos, nem sempre deixam de ser acompanhados de effeitos desastrosos. Em o periodo de 14 annos Santiago foi quatro vezes destruida; em 1868 o mar tomando parte na destruição causada pelas commoções subterraneas, produziu serios estragos nos portos da republica, mórmente em Talcahuano, onde a invasão das aguas attingio uma extensão de 6 milhas; no mez de Novembro de 1879 a frequencia dos tremores de terra em Val-

paraíso compellio muitas familias a uma residencia provisoria em barracas nos jardins e pateos das suas habitações.

Esses phenomenos determinaram o modo de construcção das casas, quasi em totalidade de madeira e tijolo; presentemente o terror vai diminuindo, porquanto nem sempre o phenomeno manifesta proporções desastrosas. Assim é que já estão construindo edificios de um e mais andares.

O maior flagello de Valparaiso está na constancia dos incendios, cuja voracidade é inextinguivel; em o curto periodo de 14 dias, crescido foi o numero dos predios que vimos reduzidos a cinzas.

Empenhado em luta colossal contra a Bolivia e o Perú, conseguiu o Chile, graças ao valor, á virilidade e ao patriotismo de seus filhos, levantar um exercito que de triumpho em triumpho caminhou até a cidade de los Reis, da qual acaba de assenhorear-se sem grandes perdas, apesar da posição estrategica dos Peruanos e do auxilio da dynamite com profusão derramada sob o sólo invadido.

O Chile é para nós de gratas e saudosas recordações.

O acolhimento amavel e cordial com que nos distinguiram as autoridades e a sociedade daquelle paiz; a sua nobre e franca hospitalidade; as inequivocas e não interrompidas demonstrações de apreço da parte de toda a imprensa, vieram justificar o elevado conceito em que é tido o povo chileno, com o qual contrahimos imperecedoura divida de amizade e reconhecimento; recebemos ali testemunhos de sympathia tão honrosos para quem os prodigalisa, como poderosos para consolidar os laços de união e respeito de nação a nação.

Extremamente penhorados por tantas finezas, já apresentamos ao Governo Imperial como dignos do seu elevado apreço os nomes dos illustres Srs. D. Thomaz Eastman, Inten-

dente de Valparaíso, D. Zenon Freire, Intendente de Santiago, D. José Maria Necochea, D. Guilherme Claro e D. Julio Prieto Urriola.

Fizemos uma incursão a Santiago, onde, em companhia do nosso ministro, tivemos a honra de visitar o digno Sr. D. Annibal Pinto, Presidente da Republica, os illustres senhores ministros do interior e das relações exteriores e o Intendente daquela cidade.

O nosso encarregado de negocios, o Sr. Ponte Ribeiro, o consul, Dr. L. Pires Garcia, e o vice-consul Augustin Viollier e suas dignas familias foram incansaveis em prodigalisar-nos as mais delicadas atensões e carinho.

Percorremos na travessia de Acapulco a Valparaíso 6.684 milhas com a marcha horaria de 5', 2.

Travessia de Valparaíso a Port-Otway com escala por Lóta e Huamblin

A's 9 horas e 30 minutos da manhã de 30 de Novembro, estando nublada a atmospheria e soprando fraco o vento do Norte, partimos de Valparaíso em demanda de Lóta.

A's 10 horas e 40 minutos, marcado para ponto de partida o ilhote occidental da ponta Caramilla ao Sul em distancia de 1 milha, seguimos ao rumo de 21° SO; ao meio-dia determinamos as coordenadas da nossa posição pelos azimuths da ponta Caramilla (21° NE) e do cabo Carauna (56° NE) (Lat. 33° 5' 0" S e Long 71° 44' 0" O Grw.).

Durante a tarde de 1° de Dezembro sobreveio densa cerração que, no correr da noite, dissipou-se.

A's 12 horas e 30 minutos da manhã de 2 de Dezembro, avistámos o pharol de Quiriquina por 15° SE em distancia

de 15', pharol que as 2 horas e 35 minutos desapareceu, encoberto pela ponta Tumbes, ao rumo de 58° SE em distancia de 5'; ás 4 horas e 20 minutos marcámos o ilhote Culinto por 73° NE em distancia de 3'; ás 5 horas e 15 minutos o Morro Pequeno demorava por 41° NE e a ponta Coronel por 33° SE; ás 6 horas da manhã, a marcação da ponta Puchoco por 76° NE em distancia de 3', serviu para determinar o ponto de chegada a Lóta, em cuja enseada demos fundo ás 7 horas e 10 minutos da manhã de 2 de Dezembro, em 5 braças d'agua, com 15 de filame, marcando a ponta occidental por 30° NO e a Fundição por 62° NE. A atmospherá estava brumosa e o vento começava a soprar do Sul.

O ancoradouro é de proporções acanhadas e aberto aos ventos do S, SO, O e NO.

Na noite de 1º de Dezembro, Lóta soffreu um forte tremor de terra de 40º de duração e que não produziu outra consequencia além do susto que assaltou a toda a população

Percorrendo uma milha em caminho de ferro, visitámos o Parque Causiño e as minas de carvão. Uma dellas tem 105m. de profundidade e a outra 180; nesta ultima deve ainda fazer-se uma perfuração de mais 150m.

Riquissimo de mineraes, o Chile, em cujo sólo predomina o granito, vai prosperando tanto no reino vegetal como no animal.

O carvão de Lóta, si bem que de boa qualidade e modico preço (9\$000 a tonelada), queima rapidamente, o que origina grande consumo.

A's 5 horas e 40 minutos da manhã de 3 de Dezembro de 1880, estando clara a atmospherá, o vento do S:SSO, suspendemos em proseguimento do nosso itinerario e navegámos ao rumo de 85° SO afim de transpor o canal do Sul da Ilha

Santa Maria. A's 7 horas e 50 minutos da manhã a ponta meridional da ilha demorava ao Norte e ás 10 horas e 10 minutos estava a ponta Lavapié ao Sul. Este canal de 5' de largura deve ser transposto com muito cuidado, porquanto nelle ha algumas rochas de existencia contestada e as correntes do fluxo e refluxo são muito impetuosas.

A's 11 horas e 10 minutos, estavamos a Oeste da ponta Carneiro em distancia de 4'; ao meio-dia determinámos o ponto de partida pelos azimuths do ilhote da Ponta Carneiro (39° NE) e do Rio Lebú (38° SE); ás 6 horas e 20 minutos, demorando a ponta Septentrional da ilha da Mosca a Oeste, entrámos no canal formado por esta ilha e a costa, vencido ás 7 horas e 20 minutos quando a ponta Sul da Mosca estava a Oeste, em distancia de 6',5. Nesta parte da ilha ha rochas perigosas que se estendem a 3' de distancia; em uma dellas perdeu-se o paquete inglez *Illimani* em viagem do estreito de Magalhães a Coronel.

A's 8 horas e 55 minutos da manhã de 4 de Dezembro, obtivemos a posição do navio pela marcação da Ponta Galera por 86° SE em distancia de 5',9; no instante do meio-dia observamos o azimuth da ponta Pucatrihue (56° SE); ás 6 horas e 15 minutos da tarde a ponta de Santo Antonio estava por 49° NE, a ponta Quedal por 74° NE e a ponta Capitanes por 56° SE.

A 5 de Dezembro soprando o vento do O:ONO com a velocidade horaria de 56' rasgámos o traquete, não obstante estar o velame reduzido ao de capa. O mar manteve-se crescido (vagas de 6m,5 de altura) e o barometro accusou uma depressão de 6mm, em 5 horas.

Ao amanhecer de 6, o vento rodando para o SO, abonançou a ponto de calmar, soprando depois brandamente do Norte;

o vagalhão conservou-se alteroso do SSO. Às 10 horas da noite, após uma baixa barométrica de 21 millímetros em 10 horas (761mm a 740mm), sobreveio um violento temporal do NO que immediatamente gyrou até Oeste, soprando com a intensidade horaria de 65' e acompanhado de chuva. Às 4 horas e 30 minutos da manhã de 7 não convindo proseguir com amura a EB, e sendo o mar extraordinariamente crescido (vagas, em termo médio, de 8m de altura), virámos no outro bordo em busca de abrigo na ilha Huamblin ou Soccorro. Assim procedendo, conseguimos dar algum repouso á nossa diminuta guarnição (77 praças), insufficiente para a manobra, mesmo em condições normaes, não perder caminho e nem expôr o navio ás chancas de maiores avarias. Ao meio-dia, rectificada a nossa posição geographica, já determinada pelo methodo Sumner, sempre que era possível a observação do sol, cujo disco mal se desenhava atravez de grossas nuvens, avistámos a ilha Huamblin pela amura de EB; á 1 hora e 40 minutos, marcada a ponta Septentrional da ilha por 21° NE e a ponta Sul por 59° NE, determinámos o ponto de chegada. (Lat. 45° 0' 0" S; Long. 75° 16' 5" O. Grw.) Às 4 horas e 15 minutos da tarde de 7 de Dezembro ancorámos na enseada Leste da ilha Huamblin que tem 122 a 213 metros de altura com 45 braças de filame em 7,5 de fundo, vasa consistente, marcando a ponta Sueste por 42° SO e a ponta Leste por 24° NO. (Lat. 44° 52' 40" S; Long. 75° 2' 30" O. Grw.)

Huamblin é deshabitada e não offerece recursos. Comquanto o mar que contornava a ilha ainda chegasse crescido ao ancoradouro e o fundo não fosse de boa tença, a corveta conservou perfeitamente a sua posição, não obstante a vio-

lencia das rajadas que, desviadas pela configuração do cume da ilha, sopravam incertas em direcção.

Durante tres dias consecutivos, 5, 6, 7, reinavam temporaes cuja violencia recrudesceu nas ultimas 18 horas que precederam a nossa chegada a Huamblin. Acossada por impetuossissimo vento de Oeste que compelliu-nos a metter as gaveas nos ultimos, e por enormes vagas de 8 metros de altura, a corveta travou renhida luta, cuja extensão é facilmente medida pelas avarias soffridas em seu casco, já fatigado pela inclemencia do tempo e do mar. Assim é que diversos vãos foram abalados em consequencia de se haver alluido ou mesmo partido algumas cavilhas das curvas de ferro, o trincanil da tolda e coberta, o corrimão da borda, o convez e os topos do cintado abriram, as curvas de ferro que reforçam a parte superior do cadaste externo cederam á pressão do mar, a mesa da enxarcia do traquete a EB ficou tambem alluida, alguns descancos das mesas das enxarcias partiram-se e a agua que o navio mette pela pôpa, quando o mar é crescido, augmentou de volume a ponto de ser preciso empregar as bombas da machina para esgotal-a, porquanto a corveta só dispunha de uma bomba capaz, a comprada em Hong-Kong.

Em tal emergencia e quando ainda estava distanciado o termo da viagem, insistir no proseguimento de tão desigual como destruidora luta seria um desacerto, cuja gravidade, sendo facil de avaliar, põe em relevo o alcance da nossa deliberação.

No dia 8 de Dezembro, reinando ainda mau tempo de O:ONO, havendo indicios vehementes de vento Norte, não obstante ter subido o barometro e estando ainda muito cres-

cido o mar, resolvemos permanecer no ancoradouro até que o vento amainasse.

Desejosos de conhecer a sondagem da enseada, assás deficiente no pequeno plano que possuímos, incumbimos desse serviço o 1º tenente Serra Pinto que o desempenhou com muito zelo e presteza.

Ao amanhecer de 9 de Dezembro, estando a atmosphera clara, o vento regular do Norte e o mar de vagas, levantámos ancora com destino ao golfo de Peñas afim de ganhar o estreito de Magalhães pelos canaes lateraes ou occidentaes da Patagonia. Ao meio-dia já o vento soprava com violencia; o barometro baixava rapidamente; o mar era alteroso e a atmosphera, obscurecida pela chuva, tornava indistincta a fórma da terra; ás 3 horas avistámos confusamente terra que, 20 minutos depois, reconhecemos ser o cabo Gallegos, promontorio arido, escarpado e abrupto, que marcámos por 27° SE, ao mesmo tempo que o ilhote Rees estava por 19° SE; ás 4 horas e 40 minutos pelo azimuth do cabo Rees (15° NE) determinamos o ponto de chegada ao golfo de Peñas. Contornamos a peninsula de Tres Montes a menos de 1,5 de distancia, no intuito de não perder a terra de vista, porquanto, apesar de muito alta, estava velada pelo nevoeiro, frequente naquellas paragens.

Todas as pontas são flanqueadas de ilhotes sobre os quaes o mar quebra com violencia, mas que não parecem projectar recifes a grande distancia. De ordinario quando o cume da peninsula está encoberto a base é visivel a 2' de distancia.

A's 6 horas e 45 minutos da tarde, sendo o azimuth do cabo Tres Montes, promontorio escarpado, de 610 metros de altura, e o do qual se póde approximar livre de perigo

(21° NE), seguimos contornando a costa a curta distancia até Porto-Otway onde ancoramos ás 9 horas e 45 minutos da noite, em 16 braças d'agua, fundo areia, com 30 br. de filame. A posição do navio foi determinada pela marcação da ponta do lado de Léste e da entrada por 51° NE e a da ponta Oeste por 21° NE.

De Huamblin a Port--Otway, o mar esteve muito agitado, o vento impetuoso de N:NO, baixando o baromêtro 11 millímetros em 9 horas; mas a corveta pôde fazer bastante caminho, de modo a ganhar esse porto, apesar da noite e da chuva que obscureciam a terra.

A' noite, sobreveio tremendo temporal do NO que nos encontrou perfeitamente abrigados.

O porto é grande e pôde conter muitos navios; é um excellente abrigo para quem é surpreendido pelos maus tempos que habitualmente reinam no golfo de Peñas.

Naquellas altas latitudes são tão repentinas as mudanças de tempo, quanto impetuosos os ventos e crescido o mar. E' força confessar que no Oceano impropriamente chamado — Pacifico — a corveta soffreu mais do que em todos os outros mares reputados tempestuosos, por onde temos navegado; alli vimos os maiores desequilibrios atmosphericos e as mais crescidas vagas (altura de 8m).

Muitos se tem exaggerado a altura maxima das vagas que, attenta a sua importancia para a navegação, tem sido objecto de vivas discussões. Em 1837 suscitou-se grande debate entre Arago que adoptava como limite das alturas 6 a 8 metros e Dumont Durville que pretendia tel-as visto, ao Sul do cabo da Boa Esperança, de 30 metros.

A experiencia parece vir em abono do limite estabelecido pelo sabio astrônomo. Assim é que Wilkes observou

vagas de 9m,5; Scoresby de 13m; Armand Paris de 11m,5 e Calvados, perto do Cabo d'Horn, de 14m.

Tessan, a bordo da *Venus*, nunca mediu, como nós, vagas cuja altura, em termo medio, excedesse de 8 metros....

Aproveitamos o dia 10 de dezembro para fazer alguma lenha e calafetar a popa na altura da linha de flutuação, pregando-se uma precinta para vedar a agua que o navio mette, quando o mar é alteroso. Percorremos na travessia de Valparaíso a Port-Otway 1.022 milhas com a marcha horaria de 6'.

Travessia de Port-Otway a Punta Arenas pelos canaes lateraes da Patagonia

Ao amanhecer de 11 de Dezembro de 1880 deixámos Port-Otway em busca da ilha Ayautau que assignala a entrada do canal Messier. A's 6 horas e 3 minutos estavamos a Leste da Ponta Stokes em distancia de 1'. A vaga no Golfo de Peñas era alterosa de Oeste e o vento, de rajadas de O S O, acompanhado de chuva que velava a terra.

Ao meio-dia demorava Ayautau a Leste em distancia de 1'. Esta ilha, de 344 metros de altura, com tempo claro é visivel a 25'; meia hora depois, estando E-O com a ilha Sombrero, entrámos no canal Messier afim de ganhar o Estreito de Magalhães pelos canaes lateraes da Patagonia; ás 4 horas da tarde demos fundo no ancoradouro exterior de Harbour Island em 20 braças d'agua, com 45 br. de filame, marcando a ponta septentrional por 11° NE, a ilha Phipps por 53° NE e o Ilhote da observação por 82° SE. Harbour Island é de facil reconhecimento por um regato que se precipita da montanha ao fundo do porto. Este regato, sendo bastante volumoso para

causar um movimento de refluxo no surdidouro, torna difficil o accesso dos grandes navios, aos quaes não é facil fazer cabeça para sahir de tão acanhado espaço.

Ao amanhecer de 12 de Dezembro, depois de cumprido o triste dever de deixar em sua ultima morada mais um compatriota e companheiro de trabalhos, o soldado do batalhão naval Manoel Benedicto, que na noite anterior succumbira victima de uma enterite ulcerosa, seguimos com vento Norte e atmospherá nublada em demanda de Gray-Harbour.

O tempo tornou-se mau; o vento soprou rijo; a chuva cahiu torrencialmente e o barometro baixou 6 millimetros em 7 horas, conservando-se o mar mais ou menos tranquillo.

A's 8 horas e 45 minutos estavamos E-O com Middle Island e ás 11 horas e 30 minutos com a ponta Stopford; ás 12 horas e 15 minutos ancorámos em Gray-Harbour com 30 br. de filame em 15 braças d'agua, fundo lama, marcando a ponta Oeste por 52° NO, a ponta Leste por 61° NE e a ponta Sul por 23° SE. Esse porto offerece excellent abrigo e boa lenha.

O que nos compelliu a fundear em Gray-Harbour, apenas 55,5 distante de Harbour-Island, foi a conveniencia de esperar a hora da prêa mar em English-Narrows, que é a melhor para transpor este passo, pela ausencia de corrente. Assim obvia-se o inconveniente de fortes guinadas em um canal estreito, sinuoso e onde a influencia da correnteza é de 6' por hora, durante as sysigias.

A's 8 horas e 30 minutos da manhã de 13 de Dezembro, seprando o vento do Sul, partimos de Gray-Harbour em demanda do porto Grappler; ás 9 horas e 30 minutos passámos pelo ilhote Loney na entrada de Hoskin Cove, avistando pouco depois a ponta Cedar e o ilhote Patagonia na entrada do English-Narrows e bem assim a pequena boia encarnada que assignala o banco ao SE do ilhote Clio; logo em seguida divisá-

mos a Middle Channel Island, cuja parte oriental tem 4 barricas pintadas de branco e sobrepostas duas a duas, o que a torna de facil reconhecimento para quem vem do Norte.

A maré estava cheia (quasi prêamar); a correnteza era diminuta e, apesar de soprar o vento do Sul, a corveta governou perfeitamente, com a velocidade horaria de 9', no canal ou passo de Oeste, preferivel ao de Leste para grandes navios. Assim transpuzemos sem o minimo accidente o passo reputado mais difficil na navegação dos canaes lateraes.

A's 10 horas e 15 minutos estavamos E-O com a Ilha Adão; ás 11 horas e 5 minutos, passando apenas a duas amarras do porto Rio Frio, tivemos ensejo de verificar que sobre a pedra Covadonga já não existe a balisa marcada nas mais recentes cartas do Almirantado Inglez; ao meio-dia passámos pelo ilhote Toro, tendo antes visto os sargaços da rocha Vaudreuil; a 1 hora e 30 minutos estavamos E-O com a ilha Foot; ás 2 horas e 20 minutos fundéamos em porto Grappler com 20 braças de filame em 6 braças de agua, marcando a ilha Cloué por 63° SO, a ilha Diamante por 32° NE e a ponta Astrée por 27° SO.

Os navios pequenos podem ancorar por dentro da ilha Diamante. Porto Grappler, cercado como todos os outros, de altas montanhas corôadas de neve, é bastante abrigado e commodo.

Naquellas paragens sombrias e solitarias, em meio daquella natureza selvagem, havia traços da humanidade: a rocha registrava os nomes da *Astrée*, *Chasseur*, *Christoforo Colombo*, etc., navios que nos precederam. Por nossa vez, ali, como em Port-Otway, deixámos gravado o nome da corveta, primeiro navio brasileiro que transpoz os canaes lateraes da Patagonia.

A's 3 horas e 30 minutos da manhã de 14 de Dezembro deixámos porto Grappler com destino a porto Bueno, soprando fresco o vento de ONO, acompanhado de chuva. Receiando que

o canal oriental da ilha Saumarez estivesse interrompido pelos degelos do golpho de Eyre, preferimos o canal occidental. A's 4 horas e 20 minutos da manhã transpuzemos a parte Norte da ilha Saumarez e ás 5 horas a ilha O'connor; ás 6 horas e 20 minutos entrámos no Wide channel e ás 10 horas e 30 minutos no canal Concepcion; ás 10 horas e 45 minutos passámos pela bahia Tom; ás 12 horas e 30 minutos obtivemos a nossa posição pelos azimuths do ilhote Wheeler (39° SE) e do cabo Children (11° NE); ás 2 horas e 30 minutos marcámos a ilha de S. Juan por 55° NO e a ilha Longa por 18° NE; ás 2 horas e 35 minutos, estávamos com a ilha Guard na entrada norte de Guia Narrow, onde o canal tem apenas duas amarras de largura.

A chuva velava a terra, apenas uma ou outra vez visível; o vento era rijo do N:NO; a corrente impetuosa para o Norte e a corveta, apesar de todo o cuidado no governo, dava guinadas inevitáveis.

Ao transpor a Guia Narrow, contornámos a Costa Leste afim de evitar uma pedra de posição duvidosa, e não longe da Ponta da Europa. Da Ponta Charles tomámos o canal entre as ilhas Esperança e Bouduca. A's 5 horas e 15 minutos da tarde demos fundo em Porto Bueno com 30 braças de filame em 9 braças d'agua, marcando a Ilha Pound por 80° SO, Payenter por 40° NE e a Ilha Hoskins por 55° NO.

Porto Bueno, abrigado e de profundidade moderada, offerece dous ancoradouros, excellente agua de cascata e boa lenha.

Soprando, durante o dia 15, NO tempestuoso, resolvemos permanecer no porto, attenta a impossibilidade de divisar a terra encoberta por uma chuva torrencial.

A's 5 horas e 15 minutos da manhã de 16 de Dezembro, comquanto o tempo continuasse mau, sahimos de Porto Bueno na intenção de fazer o maior caminho possível. O thermometro

estava em 4° centígrados; o frio era intenso e a neve se havia estendido do cume á base das montanhas que, aos primeiros raios do sol, apresentavam um aspecto phantastico; pouco depois, o barometro baixou um millimetro, o thermometro desceu á 2° e sobreveiu um temporal de Oeste, acompanhado de granizo e neve, que obscureciam a terra a ponto de impedir a navegação. Em taes circumstancias, resolvemos ganhar porto Mayne, onde ancorámos ás 8 horas da manhã em 11 braças d'agua, com 30 braças de filame, marcando o ilhote do Meio por 37° SO, o de dentro por 35° NE e a ponta Lecleychelf por 30° SE.

Porto Mayne tem dois ancoradouros, mas ambos aca-nhados para conter qualquer navio maior do que a corveta, salvo se espiar a pôpa para não girar.

A caça, a lenha e o mexilhão são os unicos recursos com que póde ali contar o navegador.

Já não existe o signal levantado na parte norte pela *Nassau* para facilitar o reconhecimento do porto.

A's 5 horas e 30 minutos da manhã de 17 de Dezembro, não obstante conservar-se o céu nublado, o vento de rajadas impetuosas de OSO e a frequencia do granizo e da neve, sahimos de Porto Mayne com destino ao ancoradouro de Long Island, preferido ao da bahia Otter.

A's 6 horas e 35 minutos passámos pela ilha Vancouver e ás 8 horas pelo cabo Hamilton; ás 11 horas entrámos no estreito da Callingood que põe em communicação os canaes Sarmiento e Smyth; ao meio-dia estavamos com a ilha Catalina e, 45 minutos mais tarde, investimos o passo Victoria, distinguindo os recifes Cloyne, quasi immersos, e a rocha Bessel que emerge cerca de 4 metros. O vento recrudesceu e as fortes rajadas vindas pelo Estreito de Nelson deram indicio vehe-mente de mau tempo no Pacifico; á 1 hora montámos a ponta Osprey; ás 2 horas e 40 minutos estavamos com a bahia do

Isthmo e ás 3 horas e 15 minutos com a ilha Cutler; ás 3 horas e 50 minutos entrámos no canal Mayne e avistámos a boia encarnada, situada ao Norte da ponta oriental da ilha Summer; ás 4 horas e 5 minutos ancorámos com 30 braças de filame 6 braças d'agua, fundo areia e cascalho, sobre o banco comprehendido entre as ilhas Summer e Longa, marcando a boia por 48° NO, a ilha Summer por 47° SO e o pico mais elevado de Long Island por 82° NE.

A' tarde appareceu uma canôa de Indios em completa nudez, não obstante a temperatura de 3° centigrados que elles pareciam supportar sem incommodo. Acolhidos com benevolencia e caridade, não tardaram em fazer boa colheita de roupa, com que promptamente se vestiram.

A's 4 horas da manhã de 18 de Dezembro, soprando vento fresco de OSO:SO acompanhado de chuva, seguimos em demanda do estreito de Magalhães; ás 5 horas estavamos com a ponta Mary e ás 5 horas e 35 minutos passámos o canal formado pelas ilhas Simpson, Richards, Shoal e Renouard; ás 7 horas e 40 minutos transpuzemos o canal occidental das ilhas Fairway; ás 8 horas, estando E-O com o Cabo Phillippe, ponta occidental da bocca do canal Smyth, começámos a navegar no estreito de Magalhães depois de haver realizado no Golpho de Peñas e canaes lateraes da Patagonia um percurso de 408 milhas.

A's 9 horas e 30 minutos montámos o Cabo Tomar, tendo cuidado com a correnteza que nos arrastava para a bahia Beaufort; ao meio-dia, passando pelo Cabo Upright, saltou o vento para ONO. Não obstante a chuva ser intensa, avistámos sem difficuldade o cabo Pillar, extremo Sul da boca occidental do estreito de Westminster Hall; ás 12 horas e 30 minutos enfrentámos com a ilha Cordova, na entrada de Long Reach; á 1 hora estavamos com o Cabo Mondey e ás 3

horas com a ilha Settler; ás 4 horas e 17 minutos demorava ao Norte o cabo Notch. Passámos depois por Swallow Bay e Snow Sound, braços de mar tão largos como o proprio Long Reach. A's 5 horas e 40 minutos, tendo marcado o ilhote occidental do Cabo Quod ao Norte, entrámos no Crooked Reach, facil de navegar com tempo claro, mas que pede cuidado quando ha cerração pela existencia da Crooked Rock, pedra de pequena extensão sobre a qual a sonda não indica profundidade superior a um metro. Quem vem de Oeste evita a Crooked Rock ou pedra tortuosa, desde que vê a Pequena Borja projectada sobre a grande ilha do mesmo nome, ou então desde que marca o cume da ilha Grande Borja por 40° NE. Não divisámos o sargaço que de ordinario assignala a pedra tortuosa.

A's 5 horas e 45 minutos demorava ao rumo 22° SO o Cabo Morion, notavel por uma mancha branca e visivel a grande distancia tanto de Leste como de Oeste; ás 6 horas e 20 minutos da tarde ancorámos em Borja Bay com 45 braças de filame em 17 braças d'agua, fundo lama, marcando a ilha Borja Grande por 17° SE, a Ponta A por 40° SO e a Ponta Isabel por 75° NE.

A chuva era torrencial e o vento fresco do SO.

O ancoradouro é de boa tença e abrigado dos ventos do quadrante de SO, que são os predominantes, mas completamente aberto aos ventos do SE, raramente impetuosos.

A's 5 horas e 35 minutos da manhã de 19 de Dezembro de 1880 levantámos ancora com chuva e vento fresco do OSO:SO e seguimos com destino a Punta Arenas. A's 5 horas passámos o cabo Crosstide na ilha de Carlos 3° e entramos no English Reach; ás 7 horas e 25 minutos vencemos o Cabo Gallant e ás 3 horas e 45 minutos o cabo Holland; ás 10 horas e 45 minutos

estávamos no meridiano do Cabo Froward, extremo meridional do Continente Sul Americano e tradicionalmente conhecido pela transição brusca do tempo, tão chuvoso e nublado do lado do Oeste como claro e limpo da parte de Leste. Dobrando o cabo não observámos mudança sensível na atmosphera que se manteve ora limpa e clara, ora nublada e de aguaceiros.

Ao meio-dia estávamos NO-SE com a ilha Nassau; á 1 hora e 30 minutos E-O com a ponta Famine e ás 3 horas com a ponta Sul da Freshwater Bay; ás 5 horas e 55 minutos da tarde demos fundo em Punta Arenas com 45 braças de filame em 12 braças d'agua, marcando o pharol por 55° NO e River Point ao Norte.

O surgidouro, abrigado dos ventos predominantes de Oeste e SO, torna-se mau quando sopra com força o vento de Leste (verdade é que mui raro), pelo muito mar que levanta, mar que impede a comunicação com a terra e por vezes tem causado avarias na ponte de desembarque. O melhor ancoradouro para os navios que necessitam de combustivel é perto do Pontão de Carvão. Com um tufão de SO, perdemos ahi o cepo de madeira de uma ancora.

Punta Arenas, ponto de escala de toda a navegação do estreito e que, até 1868, não passou de um presidio, é hoje uma colonia de cerca de 2.000 pessoas em grande parte occupadas na pesca dos lobos, cujos lucros são muito cobiçados; alli se encontram recursos de abastecimento e até excellente carvão Cardiff. Em agua fresca está o gado da Colonia de Magalhães, em numero mais que sufficiente para supprir a população. A canalisação do isthmo de Panamá, fazendo diminuir a affluencia da navegação do estreito, naturalmente virá prejudicar o desenvolvimento da colonia Chilena.

Ao Governador de Punta Arenas, o honrado Sr. D. Francisco Rodrigues de Sampaio e a sua illustre familia devemos

o mais benevolo e cordial acolhimento; não temos devéras expressões que traduzam a nossa gratidão á sua franca, delicada e sincera hospedagem. Em officio n. 202, de 14 de Fevereiro do corrente anno, recommendamos o nome do distincto governador, como digno do elevado apreço do Governo Imperial.

Na travessia de Port-Otway a Punta Arenas percorremos 588 milhas com a velocidade horaria de 7,4.

Havendo deixado Port-Otway ao amanhecer de 11 de Dezembro de 1880, atravessamos os canaes lateraes da Patagonia e ancoramos em Punta Arenas na tarde de 19 de Dezembro, com 8 dias de viagem. O tempo, continuando mau, veio ainda justificar a nossa deliberação de ganhar o estreito de Magalhães pelo canal Smyth, frequentado pelos paquetes allemães e pela maioria dos navios de guerra que atravessam estas paragens. Assim effectuamos a navegação em aguas mais ou menos tranquillias e sem outro incommodo, além da chuva, do graniso e da neve que cahiam com frequencia.

Não raras vezes tornou-se necessario demorarmos o navio no ancoradouro por ser impossivel distinguir a terra velada pela chuva e pelo graniso, o que concorreu para retardar a travessia.

A navegação dos canaes, sendo facil, é preferida porque dá mais descanso ás guarnições e abriga os navios dos temporaes que frequentemente reinam na zona comprehendida entre o golpho de Peñas e o cabo Pillar.

Travessia de Punta Arenas a Montevidéo

A's 4 horas e 45 minutos da manhã de 26 de dezembro de 1880, estando o céu nublado, o vento fraco do NE e a maré de

enchente, quasi prea-mar, sahimos de Punta Arenas em proseguimento do nösso itinerario.

A's 5 horas e 15 minutos demorava-nos ao Norte a boia que assignala o baixo de Punta Arenas, da qual passámos á Leste em distancia de 1'. O baixo vai tão rapidamente ganhando extensão que a boia actual, collocada em 1878 pela corveta *Magallanes*, está 350 metros mais para Leste do que primitivamente. Esta boia, como todas as que ficam a BB de quem atravessa o estreito de O:E, é pintada de encarnado, ao passo que as do lado de EB são de côr preta.

A's 7 horas e 25 minutos, tendo marcado o Cabo Porpese a Oeste e o Cabo Thora por 68° NO, entrámos no canal da Rainha onde atravessámos grande quantidade de sargaços; pouco depois avistámos a boia preta do banco Santa Martha e começamos a fazer muito caminho sob á influencia da vasante.

A's 9 horas e 10 minutos, determinada a nossa posição pelos azimuths da balisa encarnada do Cabo S. Gregorio (60° NE) e da ponta S. Vicente (51° SE), entrámos no Second Narrow, cuja extensão é de 11',5, sendo a menor largura de 3',7; ás 11 horas e 27 minutos passámos pela boia do banco Triton; ás 12 horas e 10 minutos, estando a ponta Barranca por 22° NE e a balisa da ponta Baxa por 83° SE, investimos o First-Narrow, cujo comprimento é augmentado pelo canal dos bancos na direcção de Orange, sendo a maior largura de 2'.

A influencia da correnteza, que se faz sentir com velocidade horaria de 5' a 8', desviava a nossa derrota, rectificada por frequentes marcações, em direcção ao Banco Satellite, isto é, para o NO; á 1 hora e 30 minutos da tarde a collina da direcção estava ao Norte e a ponta Anegada por 85° SE.

A's 2 horas e 5 minutos obtivemos a nossa posição pelos azimuths do Cabo Orange (5° SE) e da collina da direcção

(76° NO); 25 minutos depois avistámos a boia do Banco Narrow por onde passámos ás 3 horas e 10 minutos, hora em que divisámos a balisa do Cabo Possession, encoberta pela chuva.

A's 4 horas e trinta minutos da tarde, marcado o cabo Possession por 8° NO e a mancha branca de arêa por 72° NE, contornámos a costa da Patagonia em distancia sufficiente para evitar o Banco Walis até ás 6 horas e 42 minutos em que a balisa encarnada e preta da ponta Dungeness estava ao Norte em distancia de 0',5. Vae-se livre do Banco Walis, sempre que conservar-se o Cabo das Virgens ao Norte de Cliff-Hill.

A's 7 horas e 30 minutos da tarde, marcando a ponta Dungeness por 88° NO e o Cabo das Virgens por 48° NO, prumámos em 8 braças d'agua sobre o Banco Sarmiento; o mar era chão.

A's 8 horas da noite a marcação do Cabo das Virgens a Oeste em distancia de 7' serviu de ponto de partida para nossa travessia a Montevideo.

A erecção de um pharol no Cabo das Virgens facilitará a atterragem da bocca oriental do estreito onde convém evitar a rocha Nassau nem sempre assignalada pelo sargaço e situada a E 1/2 SE do Cabo das Virgens em distancia de 3',5. E' admiravel, attenta a affluencia da navegação no estreito, que a illuminação esteja ahi descuidada a ponto de só existir uma lanterna em Punta-Arenas.

A navegação do estreito de Magalhães, facil quando o tempo está claro e o movimento das aguas é favoravel nas passagens estreitas, apresenta alguma difficuldade na primeira garganta entre os bancos da direcção de Orange, pela carencia de pontos distinctos e bem situados para a rectificação da derrota, incessantemente alterada pelas correntes, sempre impe-

tuosas, das marés. A balisa da collina da direcção e o Cabo Orange, formando um angulo muito obtuso, não satisfazem; entretanto, em nossa opinião, tudo ficaria sanado com a collocação de duas balizas nas pontas Delgada e Anegada que, por muito baixas, são pouco visiveis.

A boia do Banco de Orange desapareceu com mau tempo.

Ao transpormos a primeira garganta, já perto da ponta Delgada, a maré, repontando á enchente, e o vento, soprando fresco do NE, seguido de chuva e trovoadas, vieram entorpecer-nos a marcha e difficultar a navegação entre os Bancos d'Orange e da direcção. Na impossibilidade, pela occultação dos principaes pontos da costa, de rectificar a nossa derrota desviada pelos movimentos combinados das correntes aereas e aquosas sobre o banco da direcção, tomámos unicamente por guia as indicações da sonda e da côr das aguas. O resultado correspondeu á nossa expectativa, não obstante ser difficilimo distinguir a côr da agua dos bancos da dos canaes toldada pela chuva e ennegrecida pela projecção dos grossos nimbus que obscureciam a atmosphera.

A hydrographia do Estreito de Magalhães e dos canaes lateraes será enriquecida com a impressão dos trabalhos recentemente realizados, pelo Capitain Nares, comandante do *Alert* em viagem de circumnavegação.

A 27 de Dezembro, durante a noite, passou por nós um grande navio que pareceu-nos ser o encouraçado francez *Triomphante*, já esperado em Punta-Arenas.

Às 12 horas e 10 minutos da manhã de 31 de Dezembro apoz uma baixa barometrica de 12^{mm},5 em 5 horas, seguida de uma apparencia atmospherica ameaçadora, desabou um tufão do NNO, acompanhado de chuva e relampagos, que durou 4

horas. O mar tornou-se muito agitado, attingindo as vagas á altura de 6 metros; o vento gyrou até Oeste e depois, abanancando, retrogradou para o NO, firmando-se á noite do NE com chuva e trovoadas.

Ao amanhecer de 3 de Janeiro de 1881, tendo recrudescido o vento de SE com chuva e cerração muito densa, capeámos no paralelo do Cabo Santo Antonio á espera que o vento amainhasse ou fosse permittida a determinação da nossa posição, incerta pela influencia da corrente que actuava para o NO com a velocidade horaria de 2 a 3 milhas. Effectivamente, rectificada a nossa derrota por uma altura do sol ás 3 horas da tarde, fizemos rumo ás 10 horas da noite para o pharol de Maldonado já com o vento mais bonançoso e o mar menos agitado. Sondámos duas vezes sobre o Banco do Cabeção.

A's 5 horas da manhã de 4 de Janeiro avistámos a ilha dos Lobos que, 35 minutos depois, marcada por 3° NE em distancia de 5', nos serviu para a determinação do ponto de chegada; ás 8 horas e 30 minutos estavamos no meridiano da Ponta Negra; ás 11 horas avistámos a ilha de Flores para onde passámos ao meio-dia; e, ás 2 horas e 40 minutos da tarde, ancorámos no porto de Montevideo, com 30 braças de filame em 4 braças d'agua, marcando o pharol do Cerro por 49° NO e a Ponta de S. José por 74° NE. O vento era fresco do S:SSE.

Nesta travessia, onde são communs os ventos do Poente, á excepção de um tufão do NNO e de uma Suestada seguida de densa cerração, predominaram ventos variaveis e bonançosos.

Em 9 dias de navegação realizámos um percurso de 1.386 milhas com a marcha horaria de 6',4.

A illuminação do Rio da Prata deixa a desejar pela má disposição de alguns pharóes: o da ponta Brava, a não ser collocado no extremo do recife que se projecta ao largo, torna-se

uma inutilidade: a installação da luz de José Ignacio, identica á da ponta de Leste, da qual apenas dista 17', longe de guiar a navegação constitue uma fonte de erro que já tem sido funesta a alguns navios.

Além da nossa corveta *Trajano*, da corvêta norte americana *Shenandoah* e de outras canhoneiras de diversas nacionalidades, ancorava em Montevidéo uma esquadra ingleza que, sob o commando do contra-almirante Cramwilliam, deve fazer a volta ao globo; visitando o almirante, percorremos com interesse o *Inconstant*, o mais antigo e um dos mais importantes cruzadores da Gran-Bretanha.

No dia 7 de Janeiro fomos alvo de uma verdadeira manifestação de apreço promovida pelo Governo da Republica Oriental do Uruguay que se dignou offerecer-nos um magnifico lunch em homenagem ao feliz desempenho da nossa viagem, reputada pela imprensa platina uma gloria sul americana. A esse acto, revestido do mais solemne apparatus, assistiram em 1º uniforme todos os officiaes dos corpos militares de guarnição em Montevidéo.

Não contente com esta significativa prova de deferencia, o Governo mandou-nos buscar a bordo pelo coronel ajudante de ordens da presidencia e pelo mestre de cerimonias, em escaletres da capitania, pondo á nossa disposição oito carruagens. A recepção foi brilhante, sem precedente, e digna dos altos funcionarios que, com a mais distincta cortezia quizeram nos proporcionar um acolhimento tão honroso como sympathico.

Folgamos de dizer que ahi, como em toda a parte, fomos muito bem acolhidos e considerados.

A 14 de Janeiro teve logar o sumptuoso baile a nós offerecido pelo illustre representante do Imperio, o Sr. Conselheiro Lopes Netto. A festa, em todos os sentidos notavel, com-

pareceram o Presidente, Dr. Vidal, todo o ministerio, corpo diplomatico, officialidade do exercito e as mais gradas familias do logar, etc.

Dos nossos dignos collegas, o commandante e os officiaes da corveta *Trajan*, recebemos tambem uma prova de deferencia, pela qual nos confessamos summamente penhorados.

A 17 de Janeiro, vespera de nossa partida, demos um lunch a bordo em retribuição ao que nos fôra offerecido pelo Governo Oriental. O presidente da Republica, todo o ministerio, o corpo diplomatico e as mais notaveis familias da sociedade montevideana compareceram a esta festa que esteve animada, não obstante o tempo ser desfavoravel.

Durante a nossa estada no porto fomos visitados por uma faisca electrica que, seguindo o conductor do mastro grande, não produziu outro effeito mais do que uma forte commoção em um machinista que se achava perto do logar onde passára o meteo.

A corveta, comquanto estivesse prompta para emprehen-der viagem no dia 8, foi demorada, por ordem superior, até 18 de Janeiro.

Travessia de Montevidéo ao Rio de Janeiro

A's 10 horas e 45 minutos da manhã de 18 de Janeiro de 1881, estando o tempo claro e o vento fraco do SO, partimos de Montevidéo com destino ao Rio de Janeiro, ponto terminal da nossa viagem.

A's 12 horas e 40 minutos marcámos para ponto de partida o pharol da ilha das Flores por 8° NO em distancia de 1',6; ás 4 horas e 10 minutos da tarde conseguimos distinguir a Ponta Negra por 38° NE, já com vento impetuoso do S:SSE, cerração

e mar muito crescido; e, ás 7 horas e 35 minutos, obtivemos a posição do navio pelos azimuths do pharol da Ponta de Leste (34° NO) e da ilha dos Lobos (67° NE).

A corrente, actuando na direcção NNO com a velocidade horaria de 4', compelliu-nos a aproar ao Sul, isto é, ao vento e ao mar para vencer a ilha dos Lobos.

A's 11 horas e 15 minutos da noite, marcado o pharol da Ponta de Leste por 36° NO em distancia de 15', começou o vento a declinar e o mar a abater. A vaga do Rio da Prata, curta, alterosa e notavel pela celeridade com que se fórma, abate logo que cessa a causa que a produz.

A 19, comquanto o vento soprasse fraco de ENE, a corrente seguia a direcção 30° NO com a velocidade horaria de 1 milha.

A 22 tornou-se impetuoso o vento do SE:SSE que começou na vespera acompanhado de chuva e mar alteroso.

Ao amanhecer de 23, apoz prolongados recalmões e chuva torrencial, o vento gyrou para o NE, donde relampejou amiudadas vezes.

A' 1 da manhã de 24 divisámos, ainda fluctuante a luz da *Rasa*; sentinella avançada das terras da patria, ardentemente almejada como o termo das longas e penosas fadigas desta campanha.

A's 5 horas e 30 minutos da manhã de 24 de Janeiro de 1881 ancorámos no poço (ancoradouro dos navios de guerra), tendo realizado um percurso de 1.056 milhas com a marcha horaria de 7,3.

Assim terminámos a nossa viagem de circumnavegação que, em falta de outro merecimento, teve sempre o da boa vontade com que trabalhámos para corresponder á honrosa confiança do Governo Imperial.

A 19 de novembro de 1879 deixou a corveta *Vital de Oliveira* o porto do Rio de Janeiro, no duplo intuito de realizar uma viagem de circumnavegação e de conduzir a missão diplomatica enviada ao Imperio da China.

Esta viagem tinha para nós um attractivo particular: cabia-nos a honra de realizar a primeira circumnavegação ao globo emprehendida pela marinha nacional e de, ao mesmo tempo, mostrar o emblema sagrado da patria em longinquas paragens onde nunca dantes se desfraldára o nosso Pavilhão.

A 24 de Janeiro de 1831, apoz uma ausencia de 430 dias dos quaes 268 passados no mar e 162 nos portos, regressou a corveta a este porto, tendo percorrido o seguinte itinerario: Lisboa, Gibraltar, Toulon, Malta, Porto-Saíd, Ismailia, Suez, Aden, Ponta de Galles, Singapura, Hong-Kong, Nagasaki Yokohama, S. Francisco da California, Acapulco, Valparaizo, Lota, Canaes lateraes da Patagonia, Punta-Arênas, Montevidéo e Rio de Janeiro.

Si por ordem do Governo Imperial foram supprimidos do itinerario os portos de Shanghai e de Tien-Tsin, acresceram, por conveniencia do serviço, os de Gibraltar, Toulon, Acapulco e Lota.

De Toulon a Hong-Kong conduzimos a missão diplomatica composta dos Exmos. Srs. Chefe de Divisão Arthur Silveira da Motta e Dr. Eduardo Callado.

No periodo de 430 dias percorreu a corveta uma extensão de 35.044 milhas, sendo 23.375 no hemispherio do norte e 14.669 no hemispherio do sul, com a marcha horaria de 6',4.

Ao prestar contas de tão longa, importante e ardua viagem, congratulamo-nos com o Governo Imperial pelo feliz desempenho da honrosa incumbencia confiada á exiguidade das nossas forças.

**Officialidade da corveta “Vital de Oliveira”
em viagem de circumnavegação**

COMMANDANTE

Cap. de Fragata: Julio Cesar de Noronha.

IMMEDIATO

Cap. Tenente: Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto.

OFFICIAES DO CORPO DA ARMADA

Primeiros Tenentes:

João Carlos da Fonseca Pereira Pinto;
Alexandrino Faria de Alencar;
Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes;
Antonio Gonçalves Rosa;
Joaquim Diniz Cordeiro;
Henrique Christiano Braune;
José Pereira Guimarães (tomou o navio em Lisboa);
Arthur da Serra Pinto;
Francisco dos Santos Matta (promovido em viagem);
José Martins de Toledo (promovido em viagem);
Arthur Indio do Brasil e Silva.

Segundos Tenentes:

Lindolpho Malvino da Motta;
Antonio de Souza Reis;
Francisco Mariani Wanderley;
Romão Waldemar de Aguiar;
Henrique Alves Pinto Bastos;
João de Perouse Pontes.

OFFICIAES DO CORPO DE MÁCHINAS

Machinista de 2ª classe: Demetrio Pundas.

Machinistas de 3ª classe:

Paulino Alves dos Reis;

José Barbosa Pinto;

Alberto da Silva Pinto.

Machinistas de 4ª classe:

João Baptista de Moura;

Paulo Paquet.

Praticantes:

David João Allen;

Joaquim Augusto Affonso da Costa;

Alfredo Gomes de Paiva.

OFFICIAES DO CORPO DE SAÚDE

Primeiro Cirurgião: Dr. Galdino Cicero de Magalhães.

Segundo Cirurgião: Dr. José Amado Coutinho Barata.

Segundos Pharmaceuticos:

José Esteves da França Pinto;

Prudencio José dos Santos.

OFFICIAL DO CORPO DE FAZENDA

Official de 2ª classe: João Antonio da Silva Picanço.

Viajaram a bordo o Sr. Chefe de Divisão Arthur Silveira da Motta e seu Secretario Cap. Tenente Luiz Philippe de Sal-danha da Gama.

VINTE E UM MESES AO REDOR DO PLANETA

Viagem de circunavegação do Cruzador “Almirante Barroso”,
sob o comando do contra-almirante Custodio José de
Mello, então Capitão de Mar e Guerra — 1888-1889 (*)

Relação do pessoal do C. “Almirante Barroso”:

Comandante — Cap. de Mar e Guerra — Custodio José de
Mello.

Imediato — Cap. de Fragata — Joaquim Marques Baptista
de Leão.

Primeiros Tenentes:

Candido dos Santos Lara;
Lindolpho Malveiro da Motta;
José Frutuoso Monteiro da Silva;
José Augusto Armelin;
Carlos de Castilho Midosi.

Segundos Tenentes:

Virtulino de Magalhães Moreira Sampaio;
Alberto Carlos da Rocha;
Bernardo Silveira de Miranda;
Francisco Nobre;
José Marques da Rocha;
Carino de Souza Franco;

(*) Resumo feito pelo almirante Raul Tavares.

Americo Brazilio Silvado.
Caio de Vasconcellos;
Theodorico Machado Dutra;
Antonio Julio de Oliveira Sampaio;
João Augusto dos Santos Porto;
Raul Fernandes;
Rodolpho Lopes da Cruz;
Manoel Accioli Pereira Franco;
Altino Flavio de Miranda Corrêa;
Pelagio Daltro Dantas;
Narciso do Prado Carvalho;
José Maria da Fonseca Neves;
Augusto Theotonio Pereira;
Delfino Lorena;
Arthur Lopes de Mello;
Alipio Mursa;
Tancredo Burlamaqui de Moura;
Augusto Leopoldo;
Antonio Accioli de Magalhães Castro.

Guardas-Marinha:

Luiz Thimoteo Pereira da Rosa;
Henrique Boiteux;
Fonseca Rodrigues;
Theophilo Nolasco de Almeida;
Fernando Pinto Ribeiro.
Alberto Carlos da Cunha;
Tranquillino de Alcantara Diogo;
Moura Rangel;
Carlos Augusto Camisão de Mello.

MÉDICOS

Primeiros Tenentes:

Henrique Reis;
Joaquim Dias Laranjeira.

FARMACÊUTICO

1º Tenente — Manoel Jorge da Paixão.

COMISSÁRIO

2º Tenente — João Teixeira de Carvalho Junior.

MAQUINISTAS

Segundos Tenentes:

Francisco de Assis Camelier;
Nicolau José Marques.

MAQUINISTAS DE 3ª CLASSE

Ernestino Moura;
João José de Paiva;
Julianette Alves de Moura;
Francisco Braz de Cerqueira e Souza.

MAQUINISTA DE 4ª CLASSE

Manoel Isaias dos Reis Lobo;
Bartholomeu Caetano Fontes;
Antonio Rodrigues Pereira;
Carlos Arthur da Costa Bastos.

PRATICANTES MAQUINISTAS

Joaquim Corrêa Dias;
Luiz Gonzaga Junior;
Dagoberto Paes Leme;
Manoel Dias Braga;
Thomaz Pinheiro dos Santos;
Eduardo Corrêa da Silva.

DO RIO DE JANEIRO A MONTEVIDÉU

Depois de se terem retirado de bordo o Conde d'Eu, a condesa d'Eu, o príncipe D. Pedro e outras pessoas, deixou o — *Almirante Barroso* — a amarração à 1,30 horas da tarde do dia 27 de outubro de 1888, com destino a Montevidéu, onde chegou às 5 horas da tarde do dia 6 de novembro, levando a seu bordo o número considerável de 46 oficiais de ré, cujos nomes constam da relação anexa, 15 maquinistas e praticantes, 10 oficiais inferiores e 269 praças de guarnição. Durante a travessia do Rio a Montevidéu, encontramos calma, ventos fracos de todos os quadrantes, predominando, porem, o de SE., mar chão e correntes na direção de SW. e S., com os quais fizemos o trajeto do Rio de Janeiro até aos 29° de lat. mais ou menos; donde prosseguimos viagem a vapor por continuar a soprar vento fraco e algumas vezes contrário e ter a corrente diminuído de intensidade. Esta corrente é o ramo conhecido pelo nome de Corrente do Brasil, da qual, subindo do S. para o N. ao longo da costa ocidental da África, segue até o Equador, onde, atravessando o Atlântico, divide-se, algum tanto a L. e ao S. do cabo de São Roque, em dois ramos, dos quais um corre ao longo da costa setentrional do Brasil e entra no golfo do México emergindo daí com o nome de corrente do Golfo (*Gulf stream*), e o outro, que é a referida corrente do Brasil, desce pela costa deste país e, voltando para L., um pouco ao S. de Santa-Catarina, atravessa de novo o Atlântico e entra no mar das Índias ao S. da corrente das Agulhas, a qual, como se sabe, é constante e dirige-se deste mar (das Índias ao Atlântico) contornando o extremo meridional da África.

DE MONTEVIDÉU A BUENOS-AIRES

Recebido o carvão de que carecíamos para atestar as carvoeiras, às 5 horas e 30 minutos da tarde de 30 de novembro, achando-se a

bordo o 1º Tenente honorário José Rolon, prático de nossa esquadra, zarpamos com destino a Buenos Aires, onde ancoramos vinte e quatro horas depois. A travessia não deixou de ser um tanto anormal. A demora da viagem teve por causa o incidente que passo a relatar, às 10 horas e meia da noite, havendo nós passado pela barca-farol do banco do Índio, o prático fez-nos governar ao rumo NW. magnético. Com esta prôa devíamos passar a 1 ½ milha da ponta SE. do banco Chico. Às 12 horas e 30 minutos da noite, tendo um pouco antes o fundo continuado a diminuir, sondou-se em tres braças, razão por que mandei tocar a máquina atrás e largar ancora. Ao clarear do dia verifiquei que o navio se achava um tanto ao S. do segundo daqueles bancos e bem assim que do lado de BB., isto é, do lado da costa argentina, que estava inteiramente à vista, havia 2 ½ braças e na popa quatro de fundo, e que esta mesma profundidade era a que se encontrava do lado de BE. Mandeí, então, suspender âncora, tocamos atrás e demos fundo apenas nos achamos em lugar conveniente.

Este desvio do navio da derrota em que ia, só pude atribuir à correnteza, para cujo desconto havíamos dado estritamente meia quarta, que era o desvio de denominação NE., que tinha a agulha ao rumo NW., correntesa muito mais forte do que eu e o prático, a princípio, supusemos.

Na parte meridional do banco Chico estava a pique um navio, do qual apenas se viam os mastros de certo ponto para cima, e que mais tarde soubemos ser o patacho inglês — *Jumbo* — que cinco dias antes havia encalhado e aberto água. Verificada que foi a nossa posição, seguimos em demanda da barca-farol do banco que acabamos de mencionar e pelo qual passámos às 12,30 horas da noite, quando para atender aos sinais BLII e DMW do Código Internacional, feitos por essa barca e significam: “Querem dar passagem? Somos naufragos de um navio que encalhou”, tive de parar, recebendo a bordo um bote com um piloto e tres marinheiros, que declararam pertencer à tripulação do referido patacho e relataram mais, não somente o que já eu contei acerca do naufrágio, como o terem ido para terra em um bote o capitão e o resto da guarnição.

Mal chegamos ao ancoradouro das Balisas Exteriores, onde largamos âncora, mandei que o mencionado bote, com o piloto e os três marinheiros do patacho inglês, fosse levado para bordo do couraçado argentino *Almirante Brown*, que tinha içado a insígnia de comodoro que ali comandava a divisão argentina estacionada no porto, a qual se compunha desse couraçado e das canhoneiras *Paraná* e *Uruguai*.

No dia 14 de novembro, precisando fazer o navio um calafeto no convés levei o cruzador para a boca do Riachuelo, onde demos fundo com duas espias para terra e com o ferro de BE. em 15 braças de amarra.

O canal, que de Balisas Exteriores vai à boca do rio Riachuelo, e que se denomina canal do Riachuelo, é estreito e não mede mais de 14 pés de profundidade na baixa-mar ordinária. Quando por ele passamos e quasi a chegar à foz do rio, estava sossobrado um vapor, de sorte que, nesse ponto, a largura do canal ficára reduzida a pouco mais da boca do cruzador. Ressente-se Buenos Aires da falta de um porto, sendo o do Riachuelo, além de pequeno, incapaz de admitir navios de mais de 18 pés, convindo ainda notar que oferece o grande inconveniente de, às vezes, conservarem-se baixas suas águas durante muitos dias, o que obsta a entrada e saída dos navios. Com o espírito empreendedor que não se lhe pode negar, esse espírito *go ahead*, no dizer dos norte-americanos, os argentinos haviam já dado começo à construção de um porto artificial, que, a meu ver, será uma obra gigantesca de incalculáveis vantagens para o comércio daquela Capital, que cada dia se torna mais florescente e mais cresce de importância.

O futuro porto, a que aludo, ficará em frente à cidade e terá de extensão duas milhas e meia, apresentando duas entradas com uma darsa cada uma: uma das entradas não é senão a boca do Riachuelo, ou entrada do S., e a outra, que será a entrada do N., ficará no extremo oposto, correspondendo a cada uma delas um canal, o do Riachuelo, a que já me reportei e que mede 8 milhas de comprimento, e será ainda mais aprofundado, e outro, inda não aberto então, o qual medirá 12 milhas de comprimento e 7^m,3 de profundo na preamar ordinária. Entre as duas entradas terão de ficar quatro diques em comunicação uns com os outros, cada um dos quais medirá 550 metros de comprimento, 150 metros de largo e 7^m,3, mais ou menos, de profundidade.

Ao longo, e de um e outro lado deles, edificar-se-ão os depósitos e galpões para acondicionamento de mercadorias. O engenheiro encarregado de tão importantes obras teve a gentileza de convidar-nos, a mim e aos oficiais, para vê-las e examiná-las; mas apenas foram os oficiais, porque, na ocasião, achava-me doente, e não me foi dado apreciar de perto as obras dessa futura maravilha, testemunho eloquente de patriotismo de um povo que se engrandece aos olhos da civilização moderna. A cidade de Buenos Aires conta nada menos de 450.000 habitantes e tem um cunho acentuadamente europeu, sendo, a meu ver, a mais importante cidade da América do Sul, quanto ao seu clima, à beleza magestática de seus edifícios e à excelente disposição de suas ruas e praças. Ia ela em um progresso admirável, no-

tando-se ali uma verdadeira febre de edificação, e nesta é incontestevel o gosto estético que se revela.

Quando ali estávamos, asentavam-se os alicerces de um edifício à imitação do *Lowvre* e do *Bon Marché* de Paris, e, como estes, destinado a armazens de modas, assim como muitas casas, ou antes palacetes, achavam-se em via de prontificação. É-me pesar, mas devo confessar que, ao invés do que entre nós se observa, descobre-se nos edifícios, quer públicos, quer particulares, de Buenos Aires, um tal ou qual respeito aos preceitos da estética e da hygiene; e se, conforme se exprime um ilustre *touriste*, na arquitetura de uma cidade reflecte-se o grau de cultura intelectual de seus habitantes, não devo occultar, mesmo para estímulo de nossos construtores e proprietários, que ainda nesse particular os *porteños* nos levam vantagem. Nos arredores daquela cidade e não mui distante dela, ha um logar de *rendez-vous* para a população, o qual muitos pontos de contato tem com os Campos Eliseos de Paris: é Palermo, belo e aprazível sítio, onde estive nas horas de maior concorrência, entre 5 e 6 da tarde, quando me foi permitido admirar o luxo oriental, assim dos trens, tirados, em geral, por cavalos de elevada estima, como das *toilettes* das *señoras* e *señoritas* que ali iam ostentando a proverbial beleza das *porteñas*. É de sentir-se que o Rio de Janeiro, que se pode considerar uma cidade de primeira ordem, não possua um desses sítios, que se encontram em quasi todas as principais cidades da Europa, e mesmo da Ásia e Oceania, sobretudo, nas colonias inglesas, e que para nós seria como um vasto pulmão durante os calores estivais, quando mal podemos respirar.

DE MONTEVIDÉU A PUNTA-ARENAS

No dia 1º de dezembro deixamos o porto de Montevideú e dirigimo-nos para o estreito de Magalhães, onde devíamos entrar no de Punta-Arenas, ou, segundo os chilenos, *Colonia de Magalhães*; o que houve lugar às 6 horas da tarde de 19 do mesmo mês.

Durante essa viagem, para nós cheia de terríveis provanças, e que foi feita parte a vela e parte a vapor, encontramos calma e ventos variáveis, predominando os dos quadrantes NW. e SW., até a latitude 48°25'7", e ainda densa cerração e excessiva umidade. Dessa latitude até ao Cabo das Virgens, na entrada do referido estreito, experimentamos dois temporais, um de SW. e outro de W. SW., com o intervalo de um dia, sendo tão violento o segundo, o qual nos sobreveiu ao acharmo-nos a 50 milhas daquele cabo, que nos obrigou a correr.

No primeiro destes temporais o vento rondou de SW. para N. por W., abanancando no segundo destes rumos, quer dizer: rondou no sentido dos ponteiros do relógio, o que com grande fundamento causou o receio que de mim se apossara; outro fenômeno ocorreu não menos significativo — subia o barômetro até 750,5 para logo descer bruscamente a 737,0 ou 10 mm. abaixo da pressão média que, na latitude em que então estávamos, 50°00, é, segundo Labrosse, 747,7, e esse abaixamento continuou a operar-se até 729, que era a pressão atmosférica no momento em que se desencadeou a segunda das aludidas tempestades.

Visto termos então pouco carvão e o reservarmos para a navegação do estreito, recebemos a tormenta com gáveas nos quartos rizes, latino grande nos segundos e velas de estai; e foi com este pano que procuramos disputar-lhe a nossa posição, a qual era de 50 milhas a NE. do cabo indicado; vimo-nos, porem, compelidos a ceder em face do mar enorme que se levantou e chegou a arrebatar-nos um escalor, fazendo o navio inclinar-se 42°.

O cruzador portou-se galhardamente, tanto na capa como na corrida, durante a qual tive vez de experimentar o azeite para aplacar a ira do oceano, e com prazer verifiquei que o resultado não é nada negativo, porquanto vimos as ondas abaterem-se sob sua influência. O consumo de azeite, que era de baleia, foi, porem, excessivo, talvez por não o havermos aplicado convenientemente.

Conta-se como rara exceção o navio que, em viagem do Rio da Prata para o estreito de Magalhães, não paga seu tributo à colera de Netuno, na altura do Cabo das Virgens. Assim succedeu à corveta *Vital de Oliveira*, em sua viagem ao Pacífico, sob o comando do Sr. Piquet, a esse tempo capitão de mar e guerra, que igualmente apanhou ali fortissimo temporal, sendo, como nós, forçado a correr, após sete dias de capa e a refugiar-se nas Malvinas. Entre o Rio da Prata e o cabo das Virgens, tive de observar dois fenômenos em desconcerto com o que afirmam os roteiros da Patagônia: um consistiu em haver continuado a cerração, embora soprassem ventos do lado de W.; o outro foi a correnteza de 24 milhas para W. em vinte e quatro horas, entre as latitudes 42°6'37" S. e 44°33'37" S., tendo, entretanto, soprado ventos do N. até W.NW. e estando o navio a 80 milhas da parte mais oriental da costa, parte esta que é a península de Valdez, entre os golfos de S. Matias e Novo.

No entanto, quanto ao primeiro fenômeno, dizem os roteiros — que o tempo limpa com os ventos do lado de W.; e, no referente ao segundo, que — naquelas paragens, a mais de 50 milhas da costa, segue a corrente a direção do vento reinante.

Tanto nas Malvinas como nas costas da Patagônia ha um animal curioso, que merece ser aquí descrito: é um anfibio a que dão o nome de *Pinguim*. Pode-se dizer que este animal participa da ave e do peixe. Em vez de asas apresenta o *pinguim* espécie de fortes barbatanas que o ajudam a nadar e não se prestam ao voo. Conhece-se tres espécies de pinguim: o *rei*, o *macarrão* e o *burro*. O *pinguim-rei* é do tamanho de um ganso; suas pernas projetando-se diretamente para trás fica em pé, e, à certa distância, parece um homem. O peito é branco, enquanto a cabeça e as costas são negras, e o focinho afila-se progressivamente até terminar em ponta; sobre os olhos como que uma sobranceira formada por longa lista de penas vermelhas, a qual desce, de um e outro lado, duas polegadas pelo pescoço abaixo, dando ao animal bela aparência.

O *pinguim-macarrão* não mede mais que dois terços do precedente, com o qual, entretanto, se parece, exceto na cor, que difere algum tanto, pois, é mais branco na face anterior do pescoço, e em lugar das sobranceiras de penas encarnadas, apresenta uns filamentos semelhantes, pela disposição, às barbas de um gato e com aparência, já pela cor amarelada, já pela forma, de delgados tubos de macarrão, donde vem o nome que se dá a esta espécie de *pinguim*.

O *pinguim-burro*, assim chamado por causa de sua voz e por não ser tão belo como as duas outras espécies, não difere muito, quanto ao tamanho e à cor, do *pinguim-macarrão*, sendo contudo um pouco menor. De noite recolhem-se à terra o macho e a fêmea, e então é um grasnar o mais desagradavel e atordoador que imaginar se possa. São desta última classe os que povoam as costas da Patagônia, e deles dou aquí a descrição, porque, pelo episódio que passo a narrar, vejo que ela pode interessar a quem haja de navegar por aquelas paragens. Navegámos à noite a umas 50 milhas da costa patagônica; eis senão quando um official, immediato do de quarto, achando-se à prôa, ouviu, fora, no mar, como que uma voz que dizia — *náufrago* — e logo mandou fazer o toque de alarma. Ao ouvir semelhante toque saí da câmara a toda pressa; mas não tardou que ouvisse estas palavras: Não é nada; é um *pinguim*, proferidas pelo práctico do estreito de Magalhães, que trouxéramos de Montevideu. Prestei atenção, e, com efeito, notei que a voz ou grito do animal era modulado de tal maneira, que imitava a articulação do vocábulo — “*náufrago*”. — Depois disso tive ocasião de ver de dia muitos *pinguins*, não só nas costas da Patagônia, como no estreito de Magalhães.

NA COLÔNIA DE MAGALHÃES

Esta colônia, que está edificada em um planalto, a uma elevação de 10^m,5, foi fundada em 1842 e até aos últimos tempos serviu de penitenciária. Tendo-se, porem, aumentado o trânsito do estreito e adotado essa derrota pela linha de paquetes-correios entre a Europa e Valparaíso, a atenção do governo chileno foi chamada para o estreito como ponto de parada e aprovisionamento dos navios que o atravessavam. Desde então, no começo de 1868, prometeu-se concessões de terras e outras vantagens a imigrantes que ali se dispusessem a se estabelecer, de modo que, em janeiro daquele ano, chegou à colônia um novo governador em um navio de guerra, trazendo ao mesmo destino cerca de 300 colonos. Trouxe, igualmente, provisões e madeiras, para os recém-chegados, enquanto estes não conseguissem desbravar e amanhlar seus próprios lotes. Tal a origem da colônia de Magalhães, cuja população, de 1.000 almas em 1877, ascende hoje a 3.000, tendo, portanto, triplicado no lapso de 12 anos. Um terço dessa população compõe-se de estrangeiros, predominando a nacionalidade alemã. As casas são de madeira, pela dificuldade de obter-se pedra e talvez também porque ficam mais abrigadas contra o frio; as ruas, tortuosas, irregulares e descalçadas. O comércio de exportação consta de madeiras, couro de lobo marinho e de outros animais. Presentemente exporta também lã, mas em pequena quantidade, pois, só há pouco tempo começou ali a indústria pastoril, que de futuro será a principal fonte de riqueza da colônia, e bem assim ouro, que estrai da Terra do Fogo e da terra firme, no cabo Dungenes. É servida a colônia por quatro linhas de paquetes a vapor: uma inglesa, duas alemãs e uma francesa. A primeira é a única subvencionada pelo governo chileno, pelo que é obrigada a ali mandar seus navios quatro vezes por mês, duas na ida para Valparaíso e duas na volta para a Europa. Esses vapores, bem como os alemães e franceses, tocam em quasi todos os portos do sul e em alguns do norte da costa chilena, sendo que os únicos que passam pelos canais interiores ou de Smith são os da Companhia Cosmos, porque fazem escala nos portos de Chiloé. Estes últimos vapores vão às Malvinas antes de entrar no Estreito, vindo diretamente de São Vicente àquelas ilhas. O porto da colônia de Magalhães é formado por uma enseada na costa da Patagônia, ficando seu ancoradouro cerca de tres milhas distante da ponta Arenas (*Punta Arenas*) propriamente dita, da qual tirou a colônia seu outro nome — *Punta Arenas* — Essa ponta é baixa e coberta de hervas, tendo algumas árvores no interior, e estende-se mais de uma milha fóra da direção geral da costa. Ao N. e ao NE.

dela (da ponta) há fundo até junto dela; a E. e ao SE. encontra-se menos de 5^m,5 à distância de 1 ½ milha de sua extremidade. O governador da colônia de Magalhães, o Exmo. Sr. Francisco R. Sampaio, comendador da Ordem da Rosa por serviços prestados à comissão brasileira que observou a passagem de Venus, o qual visitamos no dia seguinte ao de nossa chegada ali, foi incansável em obsequiar-nos. Desde o primeiro dia S. Excia. recebeu-nos, a mim e os oficiais do *Almirante Barroso* em sua casa com extremo agasalho e cativante afabilidade, apresentando-nos à sua excelentíssima e simpática família, a qual soube belamente secundar seu ilustre chefe nesses sinceros sinais de afetuoso cavalheirismo com que se fizeram credores de nossa imorredoura gratidão. É preciso ver em todas essas brilhantes manifestações não mero cavalheirismo, simples gentileza dos chilenos a seus hospede do *Almirante Barroso*, mas a prova a mais eloquente da amizade que o Chile de há muito vota à nação brasileira e à que o último governo da monarquia correspondeu com achamboada descortesia.

Na colônia de Magalhães começou a esplendida e indescritível recepção que nos fez o culto povo chileno, e que terminou em Valparaíso, de uma maneira tão brilhante, que excederia em muito os recursos da melhor pena que se propusesse a pintá-la. Dela tratarei em lugar próprio.

DA COLÔNIA DE MAGALHÃES A VALPARAISO

Deixamos o porto da colônia no dia 28 de dezembro às 3 horas e 30 minutos da manhã e às 7 e 40 minutos da tarde de 23 de janeiro de 1889 tomamos uma boia no ancoradouro de franquia do porto de Valparaíso, gastando, portanto, na travessia, 26 dias e 17 horas, pouco mais ou menos. Para descrever metódicamente esta viagem, cheia de peripécias e em excesso trabalhosa, faz-se mistér dividi-la em duas partes, a saber: até a saída do Estreito, isto é, até vencermos o Cabo Pillar e daí até ao porto de destino. Antes, porem, de entrar nessa descrição, parece-me de necessidade dar uma idéia do Estreito, quero dizer, de sua topografia, hidrografia e meteorologia.

Em 19 de agosto de 1519, de Sevilha largou velas a pequena frota de Magalhães, composta de 5 navios, o maior dos quais não tinha mais de 130 toneladas de arqueação; e, após grandes trabalhos, perigos e privações, em outubro de 1520 lograram avistar um Cabo, que denominaram das Virgens e em 1º de novembro do mesmo ano começaram a entrar no estreito que, recebendo o nome daquele celebre navegador, deu-lhe a imortalidade. Desde então, com efeito, tem

vivido na memória das gerações que se hão sucedido, e viverá eternamente no espírito da humanidade, o glorioso navegador que, depois de afrontar os elementos atravessando mares desconhecidos até então semeados de escolhos, como o Pacífico meridional e setentrional, foi morrer vítima da flecha do selvagem, justamente quando combatia por bem firmar o domínio do rei da Espanha na terra que vinha de descobrir; rei, a cujo serviço ele, que era português de nascimento, se havia posto com dedicação e lealdade. É, pois, um fato incontroverso que a glória dos descobrimentos dessa perigosa passagem, desse Estreito que comunica o Atlântico, o oceano que mais serviços há prestado à civilização moderna, com o Pacífico, o mar mais naufragoso que se conhece, cabe inteira ao grande Magalhães. Mas, pertence a Fitzroy, King, Maine e outros a de seu reconhecimento e exploração. A estes muito deve igualmente a humanidade por tão assinalado serviço prestado à navegação. E neste momento, quando me reconheço carecido de expressões bastantes vivas e ornamentadas para devidamente celebrar a alta benemerência de todos esses vultos respeitados que luzem na história do espírito humano, manda a justiça e a ela me é grato curvar-me, que não deixe no olvido os oficiais da marinha chilena, pequena sim, mas dotada de um pessoal cheio de atividade e demasiado esclarecido, os quais teem incontestavelmente corrigido muitos erros cometidos por aqueles antigos navegadores e suprido não poucas lacunas por eles deixadas em aberto, sendo as cartas mais exatas do Estreito, até agora conhecidas, as levantadas pelos referidos oficiais da simpática república transandina. No tocante á topografia, hidrografia e meteorologia, e bem assim à climatologia, divide-se o Estreito em duas partes distintas: em uma, a que se acha compreendida entre o Cabo das Virgens e o Negro e mede 130 milhas em distância, a terra é baixa e coberta de arbustos, mas despida de árvores. Toda esta parte, cuja largura varia e que oferece uma profundidade que raro excede de 55 a 73 metros, contem vários bancos e aí é a corrente muito violenta, principalmente nas duas angusturas a que já me referi, variando a diferença de nível das águas entre 4^m,50 e 13^m, e pode-se fundear quasi que em qualquer ponto. No Cabo Negro começa o país a tornar-se montanhoso e assim continua ininterruptamente em toda a parte ocidental do Estreito, isto é, desde esse cabo até entrar-se no Grande Oceano.

Nessa parte é grande a profundidade, fracas e regulares as marés, não se havendo observado, até ao presente, os fenômenos das marés que se há notado na outra parte, dos quais já tive ensejo de ocupar-me, e poucos são os parceiros. A única dificuldade para a navegação nesse trecho do Estreito consiste, como terei vez de mostrar, em não encontrar-se portos de abrigo que não sejam despovoados,

ouriçados de escolhos e, por este e outros motivos, de difícil acesso; embarço notável, sem dúvida, para um navio de vela ou para aquele que, sendo misto, não disponha de máquina bastante poderosa para vencer os impetuosos ventos de NW., que ali constantemente sopram. A leste do Cabo Negro, dizem os roteiros, o tempo mantém-se, de ordinário, belo e claro com fortes ventos de NW. SW., não caindo chuvas senão com os ventos de NW. N. ou então com os raros golpes de vento de E. A oeste do mesmo Cabo, porem, sobretudo depois de dobrar-se o Cabo Froward, seguem os ventos, o mais das vezes, a direção do canal. É aí que caem os aguaceiros que os ingleses chamam *Williwavs* e que sopram em temporal, fazendo inclinar os navios.

Das observações de King, Maine e outros navegadores que estudaram a meteorologia do Estreito, infere-se que, em sua parte oriental, entre o Cabo das Virgens e a Colônia de Magalhães, assim como na última porção de sua parte ocidental, isto é, em todo *Sea Reach*, são de utilidade as indicações barométricas, havendo, portanto, uma parte, a que fica entre as duas precedentes, em a qual não merecem confiança os conselhos do barômetro.

King cita um exemplo de indicações anômalas deste instrumento no *Sea Reach*, a que acabei de me referir. "Um dia, diz esse navegador, vi descer o barômetro a 715 e em seguida subir bruscamente até 774, sem que, entretanto, tivesse havido vento. A única mudança que se operou na atmosfera resumiu-se em um grande frio, baixando o termômetro a 11°". O que notei em toda parte ocidental do Estreito, inclusive o *Sea Reach*, foi que o barometro se conservou baixo enquanto reinou o mau tempo de NW. que aí apanhamos e que nos forçou a buscar abrigo em tres dos portos despovoados que por ali se encontram.

EM VALPARAISO

Como dispusessemos de uma só âncora, em vez de fundearmos propriamente no porto de Valparaiso, tomamos um das bóias que ali há no ancoradouro de franquia, e a ela esteve o navio amarrado, até que logramos obter as âncoras e amarras de que havíamos mister. Uma dessas âncoras, a da roça, foi-nos cedida gratuitamente, assim como 135 braças de amarra e mais 190 toneladas de carvão Cardiff, pelo governo chileno, a quem nesse sentido dirigi-me, tendo encontrado a melhor vontade da parte do contra-almirante Ouribe, autoridade incumbida de comigo entender-se a respeito; e se a esse governo recorri, foi por não se haver encontrado no mercado os referidos objetos e ser-nos inadiável sua aquisição. Foi, pois, esse, como se vê, um importante obséquio que nos prestou o governo chileno, porquanto, sem

as âncoras e amarras, para substituir as duas que perdemos de Punta-Arenas ao Cabo Pillar, não podíamos prosseguir viagem; e foi por igual uma grande fineza a cessão graciosa daqueles objetos, convindo notar que não foi esse o único favor que recebemos do ilustre governo da nobre e hospitaleira república transandina, durante a nossa estada no porto de Valparaíso. Por tanta e tão fidalga obsequiosidade fez jus o governo e povo do Chile ao mais fundo e sincero reconhecimento dos brasileiros, pois é fácil de ver que tamanhas finezas não foram dispensadas a mim individualmente, nem tão pouco a meus companheiros de trabalhos e fadigas, mas à Nação que ali representávamos a bordo de um navio, em cuja pôpa estava inscrito em letras de ouro um nome mil vezes glorioso para a história pátria, e que é para a nossa marinha motivo do mais justo desvanecimento. O porto de Valparaíso é, no inverno, varejado pelos ventos do Norte, que nesta estação sopram às vezes com grande intensidade, produzindo dentro da baía altas vagas, e assim, expondo os navios a acidentes sérios. No verão, o vento ali reinante é, pelo contrário, o do Sul o que, passando por sobre as montanhas em cuja aba e encosta está edificada a cidade, se precipita na baía com impetuosidade. Assim, pois, convem que no inverno se fundeie fora dos demais navios, mas ao sul das bóias colocadas perto da Laxa, ao passo que, durante a estação estival, se fica tanto melhor fundeado, quanto mais próximo de terra. Foi por tal que, apenas de posse das âncoras que nos eram precisas, fomos fundear em posição conveniente, consoante a estação em que nos achávamos. Do que fica dito sobre o porto de Valparaíso se infere, desde logo, que lhe falecem as condições de segurança ou abrigo. E se a isto aditar-se a circunstância de não ser ele defensável, ter-se-á o porque de um porto militar que o governo chileno trata de construir, sendo a lagoa Villuquem o lugar em que, segundo ali me informaram alguns oficiais generais, tem ele em mira estabelecer semelhante porto. É tão vasta essa lagoa, que pode conter todas as esquadras do mundo reunidas. Por meio de um canal natural comunica ela com o mar, de cujo lado é cercado de montes, que a põem a coberto de um bombardeio, sendo que a única obra a fazer-se consiste em dois pequenos quebra-mares à entrada do canal, tendo por fim obstar a que na boca deste acumulem-se as areias levadas pela corrente que ali reina do sul para o norte e da qual já tive vez de me ocupar. É que os chilenos não se descuidam nem dormem sobre os louros que com indizíveis sacrifícios alcançaram, não há muito, contra as forças aliadas do Perú e Bolívia, quando ganharam a fama, aliás merecida, de guerreiros intrépidos. E, de feito Churillos, Miraflores e Punta Agamos são incontestavelmente tres verdadeiras epopéias, que traduzem o valor indômito dos soldados e marinheiros do Chile. Pena é que neste

momento esse belo povo de bravos, que tão presto marchava caminho do progresso, esteja a esgotar suas energias em uma luta intestina, que esteriliza o solo riquíssimo da simpática República ensopando-o em sangue de irmãos.

Mas, ainda assim, é de lá que nos vem agora as sublimes lições de civismo, de que nós outros, os brasileiros, tanto carecemos. Além do porto militar para abrigar sua esquadra, ocupava-se ainda aquele governo afincadamente com a defesa de suas costas, para o que havia organizado um corpo de artilharia de costa, e àquele tempo mandára fabricar, para o mesmo fim, nas oficinas de Essen, alguns canhões de grosso calibre, cuja construção está fiscalizando, como representante do Chile, o coronel Dublé Almeida, que comandava o referido corpo quando nós em Valparaíso. A esquadra chilena, que então se compunha de tres couraçados, um excelente cruzador, o *Esmeralda*, uma torpedeira de oceano e alguns navios sem importância, ia ser reforçada com um couraçado de cerca de 7.000 toneladas de deslocamento e do tipo *Pelayo* espanhol, mas dois cruzadores de marcha de 20 milhas e duas torpedeiras também de oceano. Estas estavam sendo construídas na Inglaterra, o couraçado e os dois cruzadores, construções que visitei, no estabelecimento de *La Seine* (Forges et Chantiers de la Méditerranée), em o qual foi construído o referido couraçado espanhol, com razão reputado um dos mais poderosos engenhos de guerra. Contando que, em caso de guerra com o exterior, seus inimigos prováveis o ataquem por terra, o Chile também não descarta de seu exército, o qual, relativamente à população — 2.572.320 almas — da República, não se pode dizer pequeno, pois consta de um efetivo de 5.610 homens das tres armas, não contando a guarda-nacional, que é de 48.854 homens e com a qual se poderá contar em caso de guerra, do que são provas os importantes serviços prestados por ela e pelos voluntários na guerra chilo-peruana. Para armar a guarda nacional e os voluntários em dado momento, tem em depósito o governo chileno armamento moderno para 120.000 homens. E o que mais admira é que ali tudo isso se fizesse, sem que, no entanto, fosse perturbado o estado financeiro do país, que a esse tempo era o mais li-songeiro possível, pois na Europa os títulos chilenos sustentavam-se acima do par. De todas as repúblicas hispano-americanas, não há negar, era o Chile a mais bem governada. E se-lo-ia ainda hoje, se não fossem as intenções despóticas ultimamente manifestadas pelo presidente Balmaceda, em absoluta antinomia com os princípios genuinamente democráticos que, na época em que ali estivemos, faziam a felicidade da pátria chilena, impelindo-a na larga estrada

de um progresso indefinido, assim sob o ponto de vista material, como, e sobretudo, sob o intellectual e moral.

Ainda mais: os chilenos são, dentre os povos sul-americanos de procedência espanhola, os mais sinceros, os mais cultos, os mais lhanos e os mais hospitaleiros, ciosos da sua nacionalidade e muito dignos, sem dúvida, como o estão mostrando, de modo eloquente, das liberdades de que gozavam sob a égide do regime constitucional, o qual, ao que dali nos dizem, pretende D. Balmaceda substituir por esse detestavel aristocratismo que, com Rosas, Lopez, Máximo Santos e outros, foi varrido da América, onde não póde medrar, porque nesta parte do mundo a liberdade é nativa e ostenta-se fulgurosa na própria grandiosidade da natureza americana.

Os chilenos são também o povo que na América Meridional, mais confiança nos deve inspirar, a nós brasileiros, mesmo porque nos há dado as mais vivas mostras de amizade e simpatia.

Que o Chile nos vota a mais sincera amizade, dizem com muita eloquência as manifestações que nos há feito todas as vezes que às suas plagas tem aportado um vaso de guerra brasileiro.

As de que fomos alvo, os oficiais e tripulantes do *Almirante Barroso*, foram atroadoras, quasi chegaram ao delírio. Em suma, tantas e tão faustosas, que a minha pena se reconhece mui pequena e obscura para as descrever em toda a sua imponente realidade. No dia 25 de outubro apresentou-se a bordo, acompanhado do seu ajudante de ordens, o general Valdevieso, afim de visitar-nos, a mim e ao príncipe D. Augusto, e bem assim significar-me que recebera ordem do Exmo. Sr. Presidente da República para pôr-se à disposição de Sua Alteza enquanto estivesse em Valparaiso. Respondi imediatamente ao ilustre militar, dizendo que, em nome do governo imperial e no meu, agradecia muito cordialmente tamanha gentileza do chefe da nação chilena, mas que me via obrigado a não aceitar tão distinta honra, porquanto Sua Alteza viajava como simples 2º tenente da Armada imperial. Insistindo, porem, o mesmo general em cumprir a ordem que lhe fora dada, a ponto de declarar-me graciosamente que, mau grado meu, ele daria desempenho a essa ordem, entendi que seria requintada grosseria me não submeter a tão doce quão gentil ameaça, tanto mais que, depois daquela minha declaração, semelhante serviço, perdendo toda a feição official, tornava-se méra fineza, ato de carater puramente particular, quasi simples officio de amizade ao neto de D. Pedro de Alcantara.

No terreno em que o general colocou a questão e em face da firme resolução que ele tomara, correspondendo, sem dúvida, aos desejos do presidente do Chile, só um meio tinha eu de impedir o cumprimento daquela ordem: era mandar que ficasse retido a bordo

o 2º tenente D. Augusto. Mas isso, além de poder traduzir-se por uma afronta ao chefe da nação amiga, a qual vinha de fazer jus à nossa gratidão, importava numa pena infligida ao oficial, sem um delicto que a pudesse justificar.

Não podia, pois, ser mais correto meu procedimento, nem outro romandante comportar-se-ia de modo diverso, ainda mesmo o Exmo. Sr. barão de Ladário, que, aliás, do alto de sua cadeira de Ministro da Marinha julgou dever censurar-me por esse meu ato, que, a aviso de S. Excia., era atentatório da disciplina militar, mas que eu considero da maior correção entre os preceitos mais comezinhos da civilidade. São modos diversos de ver as coisas.

Com efeito, cumprido meu dever desde que ao General Valdivieso dei a sentir que não era lícito aceitar aquela subida honra pelos motivos já expostos, daí em diante a infração, que se pudesse dar, das regras disciplinares, corria à revelia minha e por conta tão somente do presidente Balmaceda e seu digno enviado, os quais, estou certo, não compreendem a disciplina militar de modo diferente daquele por que a entendem os generais brasileiros, nem tão pouco a iriam quebrantar unicamente para, no meio das instituições republicanas, que lhes era um dever acatar, fazerem uma barretada a um representante da família então reinante no Brasil. Não, não era nada disso; não se tratava de uma homenagem do presidente da futura república transadina ao príncipe da monarquia brasileira, ao neto do imperador do Brasil e muito menos ao 2º tenente D. Augusto. Era simplesmente questão de finíssima galanteria, que só sabe ter um homem de aprimorada educação; que fazia um distinto chileno ao descendente do homem mais ilustre da América do Sul, daquele que, por suas excelsas virtudes e entranhado amor às letras, impunha-se, como ainda se impõe, à estima e veneração de todo o mundo civilizado. Esta a verdade, que no Brasil nem os mais ardorosos republicanos ousam escurecer; porque, se é certo que entre nós a monarquia tinha inimigos cordiais, não é menos real que o Monarca, o homem que o mundo conhece hoje por um simples D. Pedro de Alcantara, só contava amigos sinceros. Adotamos as novas instituições. Pois bem, defendamo-las à custa do próprio sangue, se tanto for mister. Honremos tão adiantado regime de governo, fazendo-nos dignos dele, mantendo-o em sua base constitucional. Mas, nesse empenho, jamais nos olvidemos que somos homens antes de tudo, que pertencemos a essa numerosíssima família que se chama humanidade e cujo fim supremo, a perfeição, nunca seria atingido, se na história não houvesse um culto para os apóstolos do bem e da razão: desapareceu, liquidou-se o Monarca, mas ficou o homem, muito maior do que no trono, na memória da hu-

manidade, que é eterna. O presidente do Chile, D. Balmaceda, que teve a gentileza de ofertar-me sua fotografia com dedicatória do seu punho, é um homem que representa não ter ainda atingido os cinquenta anos de idade, favorecido por uma fisionomia simpática, fronte larga e inteligente, mais magro do que gordo, de porte esbelto e dotado de mentalidade invulgar e que parece mui bem cultivada. Admirar, pois que, com semelhantes predicados intelectuais, e devendo ter dado aos instintos da alma a educação a mais própria para levantar um homem à posição mais sobrestante no seio de uma nação policiada, pudesse D. Balmaceda conceber o pensamento anacrônico e imoral, que se diz S. Excia. alimenta, de um poderio absoluto sobre seus concidadãos, pretendendo rasgar a constituição da República e assumir o poder ditatório, que, certo, seria semente exótica, africana e inviável, lançada naquele meio adiantado, naquela região a todos os respeitos florescente, onde há tantos anos frondeja pleno de viço o baobab da democracia, à cuja protetora sombra se tem desenvolvido a possança daquele povo simpático. Custa ainda mais a crer que no coração desse homem, cujas maneiras afaveis e cavalheirosas inculcavam, até certo ponto, alto senso moral, tenham encontrado guarida sentimentos os mais bestiais, a serem reais as atrocidades que ultimamente lhe hão sido atribuídas e que, como bem se exprime uma folha fluminense, “são indignas deste século”.

Espanta igualmente que o primeiro magistrado da República do Chile, possuindo alta erudição, se mostre entretanto, tão hospede na história pátria, não vendo que jamais sofrerão que se realizem suas loucas pretensões os filhos dos americanos, os descendentes dessa raça guerreira que fez recuar Biobio, as hostes espanholas e abater a efêmera tirania dos tres célebres usurpadores em 1812. E a prova mais viva e esplendida da inanidade dessas pretensões está já patente nas sucessivas vitórias ganhas pelo exército constitucionalista, um punhado de patriotas fiéis aos dogmas do evangelho democrático, os quais estão levando às recuadas o pretenso ditador, e, afinal, obriga-lo-ão a transpor os desfiladeiros da cordilheira e procurar asilo do outro lado, se antes a morte não for o preço de tamanha ousadia. Causa, realmente, dor e pasmo o que a esta hora se está passando para lá dos Andes. Mas é que a desmarcada ambição de poder tem a ingrata virtude de obsecar os espíritos, ainda os mais esclarecidos, constituindo verdadeira anormalidade psicológica. Eu com particularidade tenho razão para deplorar semelhante estado de coisas, sentindo, ao mesmo tempo, que o sangue que vivifica essa nação de heróis não circule o organismo brasileiro.

Afinal, tantos favores, testemunhos eloquentes de amizade e consideração ao Brasil, que nós, em nome do nosso país, tínhamos,

não de retribuir condignamente, porque tanto nos fora impossível, mas a que devíamos uma prova bem significativa do nosso reconhecimento e apreço. E belamente se compreende que, para isso, não devíamos lançar mão dos recursos que os paíóis de bordo nos ofereciam, nem nos limitarmos a alguma serenata pela banda do navio; assim como fora deprimir, amesquinhar nossa nacionalidade, regatearmos o preço dos meios por que tínhamos de ao povo cavalheiro significar nossa gratidão de brasileiros. Entretanto, gastamos muito menos do que, justamente nessa data, ao estrebuchar da monarquia, no último domínio do velho partido *liberal*, se despendia em qualquer farça eleitoral de qualquer burgo podre, ou no pagamento do voto inconsciente ou mercenário de certos deputados governistas. Resolvi, pois, dar uma demonstração extensiva a todas as classes daquela sociedade e neste sentido fiz queimar no mar, próximo ao cáis que orla a cidade, um grande fogo de artifício, em o qual, num momento dado, apareceu em letras de fogo esta simples, mas expressiva saudação — “Ao povo chileno, o Brasil agradecido”. Enquanto à alta sociedade oferecemos especialmente uma *matinée* a bordo, a qual durou das onze horas da manhã as sete da tarde e foi realçada com a presença de todo o ministério e da *elite* da bela sociedade chilena.

As despesas com essas festas obrigadas, imprescindíveis mesmo, subiram a quatro contos e trezentos mil réis, e mandei-as fazer por conta do cofre de bordo, pedindo depois, em ofício ao governo, aprovação deste meu ato, a qual, conforme já se sabe, foi-me negada, mandando o ministro da marinha, o Sr. barão de Ladário, descontar de meus vencimentos aquela quantia! Sobre esta conduta por S. Excia. observada para com um brasileiro que, como eu, revestido de carater oficial, soubera honrar no estrangeiro o nome da nação, não posso adiantar ao muito que disse em meu favor a imprensa do país, em especial a da então Capital do Império e hoje da República; imprensa esta última que, em linguagem veemente e digna, profligou o ato ministerial. O país ergueu unisono o mais solene protesto contra o ato do governo *liberal*. Foi geral a reprovação e nesse concerto de protestos, em o qual não houve, por assim dizer, quem desafinasse, salvantes apenas alguns articulistas anônimos, assalariados pelo erário, salientou-se a Baía, terra que me foi berço e cuja intensiva indignação, neste tempo traduzida por sua imprensa, bem alto fala em pról de seu patriotismo nunca desmentido. Felizmente, em suma, fez-se a verdadeira luz sobre a questão. O primeiro governo da República reparou a grave falta em que incorreu para com um povo amigo o último governo da Monarquia, um governo que se dizia *liberal*! E o produto da subscrição nacional aberta pela

grande imprensa da Capital Federal, então Corte do Império, teve um justo emprego, aplicado, como foi, a instituições beneficentes e estabelecimentos religiosos.

Agora, e para fechar esta parte do presente Relatório, algumas palavras sobre esse belo e florescente país, que não se me pode tirar do coração cativado e agradecido. O Chile, atravessado pela cordilheira dos Andes e seus contrafortes, em a qual se divisam os picos do Aconcágua e Tupungato, mais alto que o famoso Chimborazo e bem assim muitos vulcões ativos, é uma longa tira de terra apertada entre os Andes a leste e o Grande Oceano a oeste. Sujeita a frequentes terremotos, que desde o começo do século a tem várias vezes devastado, como o de 1822, que lhe levantou a costa acima de seu antigo nível, essa região, sem embargo, há grandemente prosperado à sombra de suas excelentes instituições e graças à uberridade de seu solo, à opulência mineral que nele se encerra e à inteligente atividade dos habitantes, para a qual muito contribue seu clima temperado e saudável. Ali, com efeito, encontra-se cobre, prata, ouro, ferro, chumbo, mercúrio, zinco, antimônio, estanho, enormes nitreiras ou salitrais, sal gema, muita hulha, carvão, etc. Ha poucos anos, a exportação só de metais ascendeu a 18.000.000 de pesos e vai hoje a muito mais. Possui também abundantes depósitos de guano, que exporta para estrume, constituindo fonte quasi inexaurível de receita. A agricultura vai em rápido progresso: recolhe-se abundantemente trigo da melhor qualidade, do qual se fabrica farinha, que é exportada, cevada, frutas da Europa (peras, pêssegos, maçãs, etc.), vinhos, etc.

Tem admiravel criação de gado de toda espécie, sendo afamados seus carneiros, e exporta peles bellissimas de avestrúz, guanaco e vicunha.

Entretem ativo comércio com a França, Inglaterra e, sobretudo, com os Estados Unidos, fazendo notavel exportação de grãos para a California. Sua cabotagem é assaz ativa. Possui o Chile uma rede não pequena de caminhos de ferro, que liga entre si suas principais cidades, e com o litoral, os mais importantes centros de mineração e agrícolas. Entre essas ferrovias já em tráfego, nota-se a de Santiago a Valparaíso, passando por numerosos túneis perfurados em elevadíssimos platós, as de Santiago a S. Fernando e a Aconcágua, daí a Talcahuano, deste a Concepcion, de Caldera a Copiapó, e a de Tongoi a Tamaya. O telégrafo elétrico põe em correspondência diferentes pontos do país, assim como este com o resto do mundo. Há, entre outras, uma linha de paquetes a vapor entre Liverpool e Caldera com escala pelo Rio de Janeiro, Punta-Arenas e Valparaíso. A população do Chile consta de brancos de procedência espanhola, índios aborígenes (araucânios, etc.), mestiço resultantes do cruzamento das

duas raças precedentes e alguns negros. Aí se encontram muitos ingleses e franceses e o governo trata de atrair a emigração européia, em especial a alemã.

O Chile é uma república democrática unitária. O poder executivo reside em um presidente eleito por cinco anos e reelegível, com um conselho de ministros. O poder legislativo é exercido por um congresso, composto de dois ramos: o senado, eleito por 9 anos, e a câmara dos deputados, eleita por 3 anos. Em 1810 sacudiram os chilenos o jugo da metrópole, mas a Espanha só veio a reconhecer-lhe a independência em 24 de abril de 1844, durante a presidência do General Bulnes, a qual durou dois lustros (1841-1857).

Desde aquela data a nação esteve sempre à mercê das facções, que se disputavam encarniçadamente o poder, até que uma guerra contra Santa Cruz (1837-1839), presidente da Bolívia, reuniu todos os partidos, desenvolvendo o sentimento nacional. Em resumo: o Chile ia marchando rapidamente a pôr-se na vanguarda das demais nações hispano-americanas, se é que já lá não estava e tudo lhe prometia para breve um papel saliente na América meridional, eis senão quando rebentou a guerra fratricida que lhe convulsiona as entranhas, roubando-lhe o melhor de suas energias e cujas consequências lhe hão de tolher, por largo tempo, os passos no caminho do progresso, no itinerário de seu aperfeiçoamento. Santiago é a sua capital, sobre o Topocalma ou Maypoca, com 200 mil habitantes, cabeça do departamento de seu nome, sede do governo e de um arcebispado. É uma cidade regular e bem edificada em um platô elevado sob clima delicioso, e desde 1855 ligada a Valparaíso pelo importante caminho de ferro de que já falei. Compreendendo os chilenos que a felicidade de um povo depende, antes de mais nada, de sua cultura intelectual, e que sem esta o regime democrático não passa de comédia das mais ridículas, imprimiram grande impulso à instrução pública, à qual tem dado notável desenvolvimento, dotando a capital com o instituto nacional, museu, universidade, liceus, biblioteca, escolas de artes e ofícios e de agricultura, além de grande número de escolas primárias, que também se acham espalhadas por todo o território da República. São ainda dignos de nota, em Santiago, o banco, a igreja de São Domingos, o antigo colégio dos jesuitas, a casa da moeda, o belo passeio da Alameda, a fábrica de louça envernizada e a de selas, as serrarias, etc.

Em suas vizinhanças encontram-se minas de ouro.

Santiago que, como toda a República, está fundada sobre terreno eminentemente vulcânico, é exposta, como se sabe, a frequentes tremores de terra, e não se perdeu de memória, nessa cidade, os dois grandes terremotos de 1822 e 1829, que imensos estragos lhe

causaram. Entretanto, aquele povo, que ali está de contínuo sob a iminência da morte, por assim dizer sem abrigo sobre a cabeça, nem apoio abaixo dos pés, abeirado a grandes vulções nessa moderna Pompéa e sobre um solo convulsivo, vive despercebido, entregue aos labores da luta pela vida individual e social! Talvez até que os cataclismos do solo lhe hajam comunicado essa espécie de nevrose belicosa, que em impetos tremendos, sem contudo lhe obliterar a consciência dos deveres e direitos, os patriotas dalem Andes estão agora desdobrando aos olhos do mundo, na resistência heróica que opõem às pretensões desarrazoadas de Balmaceda.

A segunda cidade do Chile em grandeza e população e primeira sob o ponto de vista comercial é Valparaíso (Valle do Paraíso), na baía do mesmo nome, defendida por tres fortes e uma bateria à flor d'água e principal *debouché* da República. Possui pequeno arsenal de marinha, onde os navios podem realizar apenas pequenos concertos, mas, em compensação, há alguns estaleiros particulares de construções navais e excelentes oficinas de máquinas a vapor, sendo a melhor a que concertou as caldeiras do *Almirante Barroso*, a qual prestou importantes serviços ao governo chileno durante a guerra chilo-peruana.

Valparaíso é entreposto de um comércio consideravel; exporta farinha de trigo, cobre, mercurio, lã, sebo (graxa), frutas em conserva, anil, peles etc. e importa da Europa e Estados Unidos todas as mercadorias não existentes no país.

A cidade, cortada de linhas de bondes e com elevadores que comunicam sua parte alta com a baixa, apresenta algumas ruas bonitas, tais como a *calle* Esmeralda, a de San Juan de Dios, a de Arturo Prat, de Elias, etc., tendo todas alguns belos edifícios particulares. Há ali de notavel o monumento dos bombeiros e o monumento da marinha, comemorativo das glórias da marinha chilena na guerra com o Perú.

DE VALPARAISO A SIDNEY

No dia 24 de fevereiro de 1889 levantamos âncora do porto de Valparaíso e fomos caminho do de Sidney, que, como se sabe, é a capital da Nova Galles meridional, a mais próspera e auspiciosa colônia britânica da Austrália, cujas águas nunca dantes foram navegadas por quilha brasileira! No porto desta capital entramos, com efeito, a salvamento no dia 7 de maio, depois do longo lapso de 72 dias, em os quais aprouve ao acaso cobrir-nos com o manto de sua cega proteção e amarramos a uma boia que nos foi cedida pelo Contra-

Almirante Fairfax, que comandava em chefe a esquadra inglesa ali estacionada. O Oceano Pacífico foi fortuitamente descoberto pelo espanhol Basco Nunes Balboa, o qual por então governava Darien. De feito, este governador, informado pelos naturais dali da existência de um novo oceano, pôs-se à frente de uma expedição, de que fazia parte Francisco Pizarro e atravessou o istmo do Panamá; e, como foi chegado ao pé de uma montanha e lhe disseram que de seu cume se avistava o novo mar, ele ali subiu sozinho e rendeu graças ao Criador por lhe haver concedido a honra de ser o primeiro europeu que avistasse essa massa enorme de água, que, em razão de ficar relativamente ao sul do ponto da costa de onde foi vista, recebeu de Balboa a denominação de *mar del Sur* (mar do Sul), primeiro nome por que foi conhecido. Depois, Fernando de Magalhães, chamou-o — Oceano Pacífico, por tê-lo navegado sempre com bom tempo em sua audaciosa e longa travessia pelas duas partes, norte e sul, do mesmo mar, posto houvesse encontrado temporais logo após sua saída do estreito a que ligou seu nome e onde, depois, a história o imortalizou. Considerando que nesse Oceano, nas estranhas de cujas orlas, como nas de seu próprio leito, operam-se essas profundas reações que constantemente as abalam até a superfície, e cujos produtos são vomitados em terríveis jatos pelas numerosas crateras que o cercam, formando-lhe como que uma grinalda de fogo; considerando, repito, que semelhante mar nem fica mais ao sul nem tampouco é mais pacífico que os outros, mas é maior que todos eles, Malte-Brun propôs que se o chamasse Grande Oceano ou simplesmente Oceano. O certo é, porém, que hoje é ele geralmente conhecido por Oceano Pacífico ou somente Pacífico, em virtude dessa tendência instintiva do homem a continuar a servir-se dos vocábulos a que se tem habituado; nome este, do Oceano Pacífico, que em nossa viagem e pelo mesmo motivo, mereceu a sagração que lhe deu o Grande Magalhães, porquanto nos ocorreu o mesmo exatamente que ao celebre navegador, pois, tendo atravessado sem contra-tempo algum as suas duas partes, meridional e setentrional, fomos também acossados por forte temporal ao deixarmos o estreito. Quem primeiro navegou o Pacífico, deixando de tão arriscada empresa resultados reais para a ciência, foi James Cook, tido com justo motivo como o mais notável dos navegadores ingleses. A primeira viagem por ele empreendida através deste mar foi em 1769 com o propósito de observar a passagem do planeta Venus; observação que houve lugar na ilha Rei George (Tahiti), descoberta por Wallis e Content, em a ponta ainda hoje conhecida por Ponta de Venus. De volta então para a Inglaterra foi que Cook descobriu a Austrália onde fundeou no porto a que deu o nome de Botany Bay, por causa

da grande variedade de plantas aí encontradas e colecionadas por Banke e o Dr. Solander, os quais o acompanharam, como naturalistas, naquela expedição.

A narração de semelhante expedição, aditada das observações do Dr. Hawkesrorth, que a escreveu, constitue uma das mais interessantes memórias sobre a hidrografia do Pacífico. Cook dirigiu mais duas expedições neste Oceano: uma, com o fim de resolver a questão da existência ou não existência do suposto continente Sul e a outra, para examinar a separação dos continentes americano e asiático. Em uma e outra descobriu grande número de ilhas, acabando por ser assassinado em 14 de fevereiro de 1779, na baía Karakakova, nas Hawaii, pelos naturais. A outros navegadores de nomeada não inferior deve-se, igualmente, a exploração do Grande Oceano, entre os quais se salientam Bougainville, La Perouse, que faleceu em um naufrágio na ilha Unikoro, Dumont d'Urville, George Vancouver, D. Alessandro Malaspina e outros. Deve-se ponderar que os melhores estudos sobre a hidrografia desse vasto mar são devidos ao navegador russo Adam John von Krusenstern, conhecido por *Hidrografo do Pacífico*, a quem se deve o primeiro mapa, ou verdadeiramente atlas, deste Oceano. A hidrografia e meteorologia do Grande Oceano não estão, contudo, tão bem conhecidas como as do Atlântico e Indico, isto porque a ciência e o comércio teem atraído para estes número muito maior de viajantes do que para aquele, sobretudo ao norte de sua parte ocidental. É coisa mui conhecida o fenômeno das brisas de terra e mar, que é consequência do desequilíbrio da temperatura atmosférica e é por isso que nas vizinhanças da terra os ventos não seguem a mesma regularidade que em mar aberto (alto mar). E está provado que mesmo pequenas áreas de terra tem influência mui marcada sobre a regularidade dos ventos gerais. Os dados acumulados nestes últimos anos não bastado para nos dar um quadro suficientemente exato da meteorologia do Pacífico para fins de navegação.

Segundo esse dados, o mapa da meteorologia deste Oceano divide-se, como o dos outros, em três zonas ou faixas, a saber: uma intertropical e duas extra-tropicais. Na primeira sopram os ventos gerais, que em a parte meridional da zona seguem a direção SE. e na setentrional a NE., sendo separadas as regiões onde cursam estes ventos por uma faixa de calma, conhecida pelo nome de *Doldrums*. Nas zonas extratropicais os ventos dominantes são os de W. Essa faixa de calma segue o sol em seu curso, isto é, move-se para o N. ou S., conforme este astro inclina-se para N. ou S. Assim, pois, todo o sistema de faixas de ventos e de calma move-se para o N. do fim de maio até agosto e para o S. de dezembro a fevereiro

ou março, ficando estacionário no intervalo, do fim de agosto a princípios de dezembro. Como é desigual a distribuição das terras e das águas nos dois hemisférios, sendo as proporções de 100 de terra para 150 d'água no hemisfério do norte e de 100 de terra para 268 de água no Sul, e, segundo já foi dito, exercem as terras grandes influência sobre as correntes aéreas, resulta que a separação dos dois sistemas de ventos é ao N. do equador, quer dizer: o equador meteorológico não coincide com o matemático. Supunha-se, outrora, que os ventos gerais sopravam em toda a extensão do Pacífico. Mas, a observação encarregou-se de demonstrar que assim não é e que os gerais do Sul sopram somente entre o meridiano de Galapagos e o do arquipélago Baixo ou de Pomatu e os do Norte vão somente até o arquipélago das Marianas.

A oeste destes dois limites há monções regulares, sucedendo, porem, que as de oeste de Pomatu são de um carater menos decidido, não tão determinado. Nesta parte que se estende até a costa da Austrália, os ventos gerais de SE. cursam de março a outubro e durante todo o resto do ano são substituídos por ventos de W. e calmarias, tempestades e chuvas. Na referida zona ou na Polinésia, ocorrem, às vezes, os ciclones e isto de novembro a maio inclusive. Estes ciclones do Pacífico austral oferecem muita semelhança com os do oceano Índico. Eles se formam, em geral, abaixo dos paralelos 8° ou 10°, seguindo de princípio a direção W. e depois SW. e SSW., e inclinando-se mais a mais, de maneira a descreverem espécie de parábola, cujo vértice fica mais ou menos no paralelo 25° S., sendo os dois ramos simétricos entre si. Estas tempestades ciclônicas ou giratórias podem ser encontradas desde o arquipélago de Pomatu até a costa da Austrália e se vão tornando mais frequentes à proporção que desta costa se avança para o W. do mesmo arquipélago, onde, propriamente nele, são demasiado raras. Em fevereiro de 1878 por sobre ele passou um ciclone. Mas, consoante asseguram os naturais, 40 anos havia que o arquipélago era poupado. É nos arquipélagos de Samoa, Cook, Tonga-Tabu, cuja parte mais visitada pelos ciclones é a do sul, por onde passamos, de Fidji e de Nova Caledônia, que essas medonhas tempestades cursam com maior frequência. O de Fidji raro é o ano que não é devastado por uma tempestade giratória. Em 1853, nas proximidades deste arquipélago, foi apanhada por um ciclone a corveta russa *Constantina*. — É recente (14 março 1889) a devastação das Samoas. Achavamo-nos a 50° graus destas ilhas e a 12° E do arquipélago de Pomatu (*)

(*) Notei que nos dias 16, 17 e 18 de março e nos lugares onde então nos achávamos cessou de soprar o vento alisado, que foi substituído por ventos variáveis dos quadrantes NW. e SW. e por calmarias podres.

quando sobre ele caiu formidável ciclone, que ficou célebre pelos estragos que causou. Nessa cruel emergência viram-se envolvidos o navio inglês *Calliope*, que escapou com avarias, os cruzadores alemães *Eber*, *Adler* e *Olga* e os americanos *Trenton*, *Vaudaho* e *Nipsic*, que estavam todos fundeados no porto de Ajeita. O *Calliope* (cruzador), que se achava por fora dos outros, conseguiu, deitando apenas 1 milha por hora, sair do porto com ligeiras avarias e lá se foi de rota batida para Sidney; o *Eber* e o *Adler* deram a costa, perecendo oficiais e as tripulações, e salvou-se o *Olga*, com toda a tripulação, por tê-lo encalhado seu comandante, o barão von Erhardt, não sem sérias avarias que foram reparadas em Sidney. Dos americanos, ficou somente o *Trenton*, para contar a seus compatriotas a dolorosíssima tragédia e dizer-lhes que a posse de umas ilhas, onde com admirável frequência vai Eolo despejar o cúmulo de seus furores, não valia o sacrifício de tanto dinheiro e, o que é mais, de tantas vidas preciosas, e que lutas dessa natureza pouco ou quase nada contribuem para o progresso social e muito menos para a conquista do fim supremo da humanidade. Devemo-nos, com efeito, recordar que esses navios, alemães e americanos, ali estavam com o fito de deslindarem pela lógica dos canhões a conhecida pendência sobre a posse das Samôas, à qual os americanos se julgavam com direito, quando os alemães arvoraram em uma delas o pavilhão do Império germânico. Não sei porque os comandantes dos referidos navios não fizeram todo o possível para sair do porto, mal que conheceram os sinais precursores da tempestade, principalmente, sendo notório que quasi todos os ciclones que hão passado por aquelas regiões tem ocorrido em o mês de março. Em 26 de março de 1883, por exemplo, sobreveiu ali um dos mais violentos. E Piddington, em sua obra acerca desses terríveis meteoros, cita o caso de um havido no mesmo mês.

Se aqueles navios houvessem abandonado o porto, certo não teriam sofrido tanto os que lograram salvar-se e os demais, é bem provável, que não se tivessem perdido. Diz, efetivamente e com sobra de fundamento, o autor que venho de citar, que é dez vezes mais perigoso apanhar-se um ciclone quando se está fundeado em um porto desabrigado do que em alto mar; o que, aliás, não é de difícil compreensão. Na ilha da Nova Caledônia e suas adjacências são também muito a temer-se as tempestades giratórias, ali frequentes, além de que se acha ela situada em uma das zonas mais recifosas do Grande Oceano. Só em 1880 passaram três ciclones por cima dessa colônia francesa: em 24 de janeiro, 9 e 10 de fevereiro e, por último, em 9 de março, a breve trecho, como se vê, um dos outros. Essa parte do Pacífico, quer dizer de Pomatu à Aus-

trália, nós a atravessamos em má estação, em abril. Mas, por felicidade encontramos sempre bom tempo, sendo que o vento predominante foi o alisado de SE., o mesmo que tivemos na parte oriental daquele arquipélago desde Valparaíso, o que está de acordo com os roteiros do Pacífico; devendo, todavia, observar que, nos dois primeiros dias, o vento se manteve em SSW. e SSE. Isto, porém, explica-se pela influência dos ventos do sul, que sopram assiduamente na costa setentrional do Chile, na costa de Atacama e em toda a do Perú.

Do arquipélago das Marquesas, a qual avistamos em a madrugada de 1º de abril, sem receio de que tivéssemos sido vítimas de algum "canard" ou "poisson", pois o que viamos era evidentemente a ilha a que tínhamos aprobeado, tendo dois dias antes encontrado calma e ventos variáveis, o que atribuí a estarmos pertos de Pomatu, a quatro gráus de distância de sua ilha mais nordeste, a Puka-puka.

Fatu-hiva foi, das ilhas do arquipélago das Marquesas ou de Mendana, a primeira que se descobriu, e este descobrimento teve lugar em 1594, na véspera do dia de Santa Madalena, pelo que seu descobridor, Alvaro de Mendana, chamou-a Madalena, e a todo o grupo sul, por ele também descoberto, deu o nome de ilhas Marquesas de Mendonza, em honra do vice-rei do Perú, marquês de Canete, por cuja ordem foram armados os navios que, sob o comando de Mendana, deviam ir à ilha San Christobal, uma das de Salomão, afim de ali fundar uma colonia; e foi então que, por engano, foi esse chefe à ilha da Fatu-hiva, supondo ser aqueloutra, que ele vinte e oito anos antes descobrira; razão pela qual foi escolhido para dirigir esta expedição.

Fatu-hiva, ou Madalena, a ilha mais meridional do grupo das Marquesas, é, como as demais do grupo, de origem vulcânica e tem uma altura de 3.670 pés, podendo ser vista à distância de 40 milhas. Ela mede oito milhas de comprimento, de N. a S., e quatro de largura, tem um porto, a baía de Bom Repouso, que fica na ponta Vemes, a O. da ilha, e seu melhor ancoradouro, à cerca de 1 milha da praia em 17 braças de fundo. Segundo os roteiros do Pacífico, pode-se, nesta ilha, obter água, embora com alguma dificuldade, assim como toda sorte de frutas, sendo, porém, escassas a verdura e a carne.

Também avistamos Santa Cristina, ilha do mesmo grupo, igualmente descoberta por Mendana. Tem 9 milhas de comprimento, de norte a sul, e de circuito cerca de 7 léguas; possui um porto, o da Madre de Deus ou Vaitabu, que Cook chamou Port Resolution, e que está situado quasi no meio da costa ocidental dela e abaixo de sua terra mais elevada. São habitadas ambas as ilhas que acabo de mencionar.

Depois de termos montado Fatu-hiva, avistamos a seu norte uma pequena embarcação, que fazia-se de vela, e que supus ser uma das escunas da linha americana que navega entre São Francisco e Tahiti, colônia francesa. Esta linha de escunas-paquete tem um contrato com o governo francês para conduzir as malas a essa colônia, e faz uma viagem mensal entre esses dois pontos, tocando em Tai-o-hae. Faz a travessia a este porto em 17 dias, e daí a Tahiti em 4 ou 5. A torna-viagem é realizada em 27 ou no máximo 33 dias.

Montada que foi a ilha de Fatu-hiva, fizemos rumo para o sul do arquipélago de Tonga-Tabu, ou dos Amigos, de jeito a passarmos ao norte da ilha Palmerston, entre o arquipélago das Samôas, ou dos Navegadores, e a ilha Savage, e à vista desta. Avistamos a ilha Eova, a mais meridional das do arquipélago dos Amigos, em o dia 21, às 6 horas e 30 minutos da manhã, sem que, porem, houvessemos avistado a Savage, conforme pretendíamos, e isto em consequência de forte correnteza para W. mais intensa que a que até então havíamos tido; excesso de intensidade, portanto, com que não contávamos e com o qual não entramos em cálculo. Gastamos, assim, 20 dias em vencer esse trecho de nossa viagem, durante o qual encontramos calmaria e ventos variáveis, predominando os dos quadrantes NE. e SE., e se deram os seguintes fatos: no dia 16, por ocasião de se cruzarem os sôbres, um marinheiro nacional que se achava nos vãos do joanete grande, perdeu o equilíbrio e caiu sobre o convés, fraturando o occipital e contundindo a região sacro-lombar. Os ferimentos foram considerados graves pelos cirurgiões de bordo, mas, por felicidade, não tiveram resultado funesto; o que devo atribuir a ter o homem caído primeiro sobre o bolso do latino grande e daí então sobre o convés. Não fora esta circunstância e a morte mais ou menos pronta seria, penso eu, o desfecho necessário dessa cena, que levou a consternação a todos os corações. Nesse mesmo dia, o 1º maquinista deu parte que o navio estava fazendo água pelo chaço de uma das válvulas de Kingston, isto é, pelo mesmo lugar por onde já fizera durante a viagem de evoluções que efetuou antes de partir para a de circunavegação, de que ora me ocupo; avaria que foi reparada, é certo, antes de nossa partida, no Arsenal do Rio de Janeiro, mas de tal arte, tão mal, com tão pouco cuidado, que se reproduziu a introdução d'água. Em o dia 19 o mesmo maquinista comunicou que se descobrira um veio d'água na carvoeira de vante, em táboas do costado próximo à quilha, sendo, porem, diminuta a quantidade de água que por aí penetrava. Em virtude da correnteza mais intensa que encontramos e que foi causa de não avistarmos a ilha Savage, como tencionávamos, sotaventeamo-nos de sorte a termos de cochar à bolina e fazer força de vela, para podermos montar o arquipélago

de Tonga-Tabu. Era SE. o vento, e tão fresco que nos obrigou a termos as gáveas nos primeiros rizes e rasgou uma delas, que, sem tardança, foi substituída.

O vento começou a aumentar de intensidade no dia 16, quando nós entre a ilha Palmerston e a Savage e veio a acalmar às 12 horas da noite de 13, tendo antes rondado até N. para depois soprar de NW., quando nós entre a ilha Eova, de que já falei, e o recife Acis e um outro, cujo nome não é conhecido, que fica a SE. desta ilha. Tivemos então de bordejar, avistando a mesma ilha no dia 21, às 6 horas e 30 minutos da manhã, quando iam no bordo do norte com amuras a BB. A ilha que acabo de nomear é, como ficou dito, a mais meridional das do arquipélago dos Amigos, descoberto em 29 de janeiro de 1643 por Tasman, que a denominou Middellburg. Foi Cook o segundo navegador que viu este arquipélago, em sua segunda viagem, tendo, na terceira, demorado 36 dias na ilha Tonga-Tabu, com cujos indígenas entreteve as mais cordiais inteligências, o que veio justificar e consagrar o nome dos — Amigos — pelo qual já então era conhecido o arquipélago. Verdade é que, a dar-se crédito a certos historiadores, os naturais, tendo à frente Finow, projetaram atacar os dois navios de Cook e deste intento desviou-os uma desinteligência com um dos seus chefes. Assim, também, segundo Dumont D'Urville, o mesmo projeto eles tiveram contra D'Entrecasteaux e suas embarcações. Mas tudo isso se ressentia da falta de provas robustas e constitui um ponto histórico que aquela denominação vem de alguma sorte esclarecer de modo favorável à índole desses aborígenes. A ilha Eova demora ao SE. da Tonga-Tabu, da qual é separada por um canal de três léguas de largura e tem 10 léguas de circuito e uma elevação de 600 pés. É pedregosa e despida de vegetação, mas, não obstante, habitada. Os ventos mais constantes no arquipélago dos Amigos são, diz Findlay, os gerais de SE. e ESE.

Entretanto, nos meses de fevereiro, março e abril, sopram com frequência os de W. e NW., muitas vezes por vários dias, acompanhados de aguaceiros e violentas rajadas.

As tempestades de caráter ciclônico, diz o mesmo autor, são aí frequentes e raro se passa uma estação sem alguma ocorrência desta natureza. Os meses de fevereiro e março são aqueles em que mais se observam dessas tempestades, que começam pelo NW., de onde giram para E. e terminam em SE. Conforme deixei dito, antes de avistarmos a ilha Eova o vento chamou-se para o NW. e porque, segundo Findlay, é neste rumo que as tempestades ali começam e estivéssemos em março entendi dever tomar, como efetivamente tomei, minhas precauções, ainda que o barômetro não desse

indício de mau tempo. Este continuando bom, e afirmando também Findlay que o vento NW. é ali geralmente local, não se estendendo muito além das ilhas, nós, que íamos, como já foi dito, no bordo do norte com amuras a BB. quando avistamos Eova, resolvemos virar no outro bordo, afim de ver se, afastando-nos dela, o vento mudava. Efetivamente viramos de bordo às 9 horas e 30 minutos da manhã de 21, e, depois de nos acharmos a 41' da mesma ilha, realçou-se o que eu esperava: o vento começou a rondar para o Sul por W, firmando-se em SE. no dia seguinte (22), às 11 horas da noite. Porque fosse um tanto arriscada nossa posição, cercados como estávamos de ilhas e recifes, apenas o vento chegou a S. SW., 1 hora da manhã do dia 22, mandei preparar a máquina e uma vez pronta, seguimos a vapor até às 6 horas da tarde do mesmo dia, depois de havermos montado a ilha Pilstart e o recife Peloro. Esta última ilha, também chamada Kaafa e descoberta por Tasman, tem uma altura de 600 pés, é coberta de árvores, entre as quais se nota o coqueiro e mede 3 milhas em sua maior extensão.

Outrora foi povoada, tendo seus habitantes emigrado para Eova. O recife Peloro, descoberto em junho de 1861 pelo navio de guerra inglês *Pelorus*, tem um quarto de milha de comprimento e uma profundidade de 1 a 2 braças em sua parte W., onde se vê arrebentação. Existindo, como levo dito, além do recife Peloro, um banco entre ele e a ilha Pilstart, navegamos de sorte a passarmos o mais próximo possível (meia milha) dela visto não estar determinada a posição desse banco. Perdida de vista Pilstart, o que succedeu às 6 horas da tarde de 22 de abril, inclinamos a derrota, afim de montarmos o recife Seymour e outros duvidosos, situados mais ou menos no mesmo paralelo do precedente. E, uma vez montados estes e o banco Minerva, ao norte do qual passamos, dirigimos a derrota um pouco ao norte a passar por entre dois recifes duvidosos e, passados que foram, fizemos rumo para avistar a ilha Hunter ou Fearn, no propósito de retificar os cronômetros.

No dia 25 passou por nosso barlavento um vapor, que presumi ser vindo da Austrália com destino às ilhas Viti e no dia 28, às 6 horas e 30 minutos da manhã, apareceu-nos pela proa e na distância de 30 milhas, a ilha Hunter. E quando estávamos N. S. verdadeiro, com ela, houve vista da ilha Mathiew. Aquela desapareceu às 6 horas e 50 minutos da tarde ao rumo de E. 4 ½ NE. mag., marcando-se nessa ocasião a outra ao rumo N. 4 NW. Com esta marcação e a distância estimada determinei a posição do navio e daí fizemos rumo a demandar a ilha Walpole, que foi vista dos vãos do joanete às 9 horas e 25 minutos da manhã do dia seguinte (29), mas por barlavento da proa, em vez de por sotavento

dela, como eu esperava, notando-se que, três horas antes de avistarmola, mandei orçar duas quartas. Essa derivação do navio para sotavento eu não posso atribuir senão à corrente geral equatorial, que, ao chegar à Nova Caledônia, bifurca-se, conforme os roteiristas do Pacífico, enviando um ramo ao longo da costa desta ilha e o outro para W., passando ao Sul dela. Desta corrente tratarei mais detalhadamente, quando dela volver a ocupar-me.

Por agora darei breve notícia das três ilhas de que por último falei, seguindo a ordem em que foram vistas. A ilha Hunter ou Fearn que não está assinalada na carta porque navegamos, foi descoberta por Fearn, comandante do navio *Hunter*. Tem uma elevação de 974 pés e é de procedência vulcânica. Afirma Findlay que de quando em quando se vê dela desprenderem-se jatos de vapor sulfuroso e o comandante W. Goodwin, do *Florentina*, disse que lhe foi chamada a atenção por uma nuvem branca exatamente no horizonte, a qual ele verificou que se levantava da ilha Hunter. Devo, porem, confessar que nada disso vimos, nem qualquer outra coisa de extraordinário. A ilha Mathiew, cuja descoberta se deve ao comandante Gilbert, da *Charlotte*, mede de altitude, segundo o capitão Durban, 465 pés, e, segundo o capitão Fearn, dista da ilha Hunter 14 léguas. A de Walpole tira seu nome do navio *Walpole*, cujo capitão a descobriu. Tem apenas 229 pés de altura, podendo dizer-se completamente achatada e é coberta de pequenos arbustos, não sendo habitada, como por igual não o são as duas precedentes. Jazendo ao SE. da Wapole um recife perigoso, o Brillhante, cuja latitude difere 35 milhas da desta ilha, ao deixarmos a Mathiew navegamos de modo a avistar um tanto por sotavento de nossa proa a primeira destas ilhas, afim de bem conhecermos nossa posição e afoitamente continuamos a navegação sem receio daquela rocha. Aconteceu, porem, que, em lugar de avistarmos por sotavento da proa, ela nos apareceu por barlavento, devido isto, como já eu o disse, à tal corrente geral conhecida pelo nome de corrente Rossel que, supponho, bifurca-se não junto à costa da Nova Caledônia, segundo dizem os roteiros do Pacífico, mas dois ou tres graus para cá desta ilha, suposição esta que se funda na derivação que sofreu o navio para o norte e leste. Em consequência de tal derivação ficamos algum tanto sotaventeados, de sorte que, tendo de orçar para montarmos a ilha dos Pinheiros (*Des Pins*), a qual como que forma o extremo SE. da Nova Caledônia e em cuja ponta SE. já o recife Torche, tornou-se escasso o vento, pelo que mandei acender a máquina, e como o vento viesse a tornar-se de intensidade tal a exigir as gáveas nos segundos rizes, ordenei de metê-las nos primeiros, afim de que o navio aguentasse mais para barlavento. Assim, pois, a vapor

e com estas velas e mais os papafigos, latinos e velas de estái, conseguimos montar aquele recife, que não deixa de ser também perigoso; o que se deu à meia-noite, quando, mandando apagar os fogos, arribamos e fizemos rumo ao Cabo Sandy, na Austrália, conforme aconselham os roteiristas do Grande Oceano. O recife Brilhante que, como ficou dito, é muito perigoso, deve sua descoberta, segundo Findlay, ao Conde Dubruzet, comandante da corveta francesa *Brillante*, o qual supôs não ter mais de 6 a 10 pés, porque o mar estava aí inteiramente amarelo. O Capitão Duhran, de um navio de guerra inglês, debalde procurou esse recife, mas afiança Findlay sua existência por ter sido visto em 1856 por um navio francês, collocando-o na latitude $32^{\circ}9'30''$ Sul e longitude $170^{\circ}11'$ Leste. Foi visto, igualmente, pelo capitão Krabe, da *Créole*, em outubro de 1859, o qual achou para coordenadas desse escolho: $23^{\circ}14'$ de latitude Sul e $170^{\circ}6'$ de longitude Leste, que pouco diferem daquelas. O recife Torche já, segundo Findlay, 16 milhas a SE. da ilhota sul das que ficam na ponta SE. da Nova Caledônia e $17\frac{1}{2}$ milhas a SE. 4. Léste do Pico. Depois de havermos montado a ilha Walpole, começou o vento a refrescar na direção SE.E.SE. e neste rumo, e com a mesma intensidade, soprou até o dia 2 de maio, em que se tornou de intensidade regular, para afinal amainar no dia 3, pelo que mandei acender a máquina e a vapor navegamos até dar fundo no porto de Sidney. Não devo esquecer que, na navegação pela costa da Austrália, deve-se ter muito em atenção a correnteza, que é forte e segue ao longo dela e para o Sul. Esta correnteza não é outra que a conhecida pelo nome de Perú ou de Humboldt. A corrente do Perú sobe para o Norte desde a ilha Chiloé até ao arquipélago de Gallapagos, onde, encontrando a costa, que se deita para W., toma esta direção, na qual mais ou menos segue, bifurcando-se na altura dos arquipélagos de Cook, Tahiti e Samôas; e então um dos ramos segue na mesma direção W., ao passo que o outro corre na direção W.SW., indo passar pelo Sul da mesma ilha, segue daí em diante a direção W. até encontrar a costa australiana, donde desce para o Sul, prolongando-se com ela. Na altura da Tasmânia este ramo, encontrando a corrente geral fria, que vem, segundo Biot, da extensa linha da costa antártica descoberta por Sir James Ross, em 1841 e da grande barreira de gelos, que daí se estende até ao polo respectivo, com ela se une para tomar a direção NE. ao longo da costa ocidental da Nova Zelândia. A corrente de Humboldt, como já vimos, não é mais que um grande ramo desta corrente fria antártica e também fria como ela; mas, atravessando toda a zona intertropical do Pacífico e contornando quasi todas as ilhas da Polinésia, chega quente à costa da Austrália. Uma feita,

Sir James Ross, ao sair do porto Jackson, ou Sidney, encontrou para a temperatura do ar 55° a 60° Fhr. e para a da superfície do mar 55° a 63°, temperaturas que se mantiveram durante sua derrota para Léste, em direção a Nova Zelândia. O navio americano *Peacock* deixou Sidney a 3 de março e, a 70 milhas da costa, na latitude 33°30' Sul, experimentou uma diferença de 4° para mais na temperatura do mar.

Quanto a nós, na latitude de 29° Sul e a 20 milhas da costa, encontramos uma diferença de 1° para mais na temperatura do mar e de 2° na latitude 33°00' Sul e na distância de 60 milhas.

Durante toda a nossa travessia verificamos que o curso das correntes por nós encontradas não discorda das indicações fornecidas pelos roteiros do Grande Oceano.

Assim é que encontramos correntes na direção W. até à altura do grupo Fidji, onde tomaram o rumo W.SW. para depois seguirem de novo na direção W.; isto na parte meridional da Nova Caledônia, ponto onde se bifurca a corrente, como já mostrei. Notamos, igualmente que, a partir deste ponto, a corrente cresce de intensidade por uma distância de 7 graus e que, finalmente, ao sul do paralelo do cabo Sandy, ponta NE. da costa australiana, toma ela o rumo Sul até ao cabo Byron, onde segue a direção S. SE, mais ou menos.

EM SIDNEY

Deixo amarrado o navio a uma boia na enseada Farm (Farm Cove), no porto de Sidney, e passo a dizer alguma coisa sobre essa vasta região, a Austrália, colônia inglesa, também chamada Nova-Holanda e Novíssimo Continente, a qual muito há prosperado nestes últimos anos. O Colombo deste imenso país foi indubitavelmente Pedro Fernando de Queiroz, grande e nobre navegador espanhol, que em 1606 fez-se de vela do Perú com o fim expresso de descobrir um continente sul, em cuja existência não cessava de confessar a sua crença. Como Colombo, deixou ele também de avistar a terra firme, mas, tendo logrado alcançar uma costa que se estendia a uma grande distância N.S., ele tomou pelo continente em busca do qual fora e lhe deu o nome de Terra Austrália do Espírito Santo. Essa costa, entretanto, não era outra coisa senão uma das ilhas do grupo das Novas Hebridas, a qual é conhecida ainda hoje pela ilha do Espírito Santo. Depois de Queiroz, vários navegadores, holandeses e ingleses, visitaram o norte da Austrália, porem este país só começou a ser conhecido depois que Cook lhe descobriu a parte oriental. Julgo já haver falado nesta descoberta, que teve lugar de 1769 a 1770 tendo sido o

primeiro ponto avistado o cabo Howe, assim denominado por esse notável navegador.

Nessa ocasião passou Cook em frente ao porto Jackson ou Sidney, que supôs ele não passar de pequena enseada só própria para desembarque em escaleres.

A descoberta deste porto deve-se propriamente ao capitão Arthur Philipp, da real marinha inglesa, o qual foi ali enviado como comandante de uma expedição composta de dez navios, o maior dos quais deslocava 450 toneladas e 270 o menor deles. A dificuldade em dispor da população criminosa da metropole foi, principalmente, o motivo que levou o governo inglês a encontrar naquele tempo, para colonizar, a Nova Gales do Sul, tendo para isso colocado à frente dessa expedição o referido capitão, nomeado depois governador e capitão-general da nova colônia. O primeiro porto a que chegou Philipp foi Botany Bay e isto se deu em janeiro de 1788. Desta baía partiu ele com sua gente em escaleres à procura de um lugar mais próprio que aquele para estabelecimento de uma colonia e foi então que encontrou o porto que Cook chamara Port Jackson e que ele denominou Sidney, em honra ao visconde Sidney, naquele tempo secretário de estado das colônias.

Quanto Arthur Philipp saiu de Botany Bay com os seus navios para tomar o porto de Sidney, ocorreu um incidente assaz interessante, o qual foi seu encontro com os navios franceses *Astrolabe* e *Boussole*, sob o comando do célebre navegador Conde de La Perouse, que veio a falecer em um naufrágio na ilha Uanikoro, uma do grupo Santa Cruz e à cuja memória se ergue um monumento em a ponta setentrional de Botany Bay.

Foi, pois, Philipp o fundador e primeiro governador da colônia da Austrália, que serviu de colônia penitenciária até 1840, quando então baixou um decreto proibindo a remessa de presos para ali. E ainda que nove anos mais tarde se tentasse restabelecê-la, nada se conseguiu a respeito. Por largo tempo, antes desse decreto, o transporte de presos foi olhado com grande desfavor e repugnância pelos colonos, chegando a formar-se, em começo de 1830, poderosa liga no sentido de obstar a que continuasse semelhante costume. Ora, tendo cessado naquela data a remessa de presos, os quais serviram como escravos aos criadores e agricultores, foi isso motivo de retirar-se da circulação grandes somas que se despendiam em obras públicas e em manter as prisões e as forças militares necessárias para guardá-las; além do que o governo da metrópole interveiu de modo pernicioso nas leis de terras, resultando dessas e outras coisas consideravel depressão comercial e grande depreciação das terras e do

gado, o qual se vendia por tão baixo preço, que um carneiro não valia mais que um *shilling* ! Para dar remédios a tão crítica situação muitos *squatters* (criadores), em 1849, pensaram que seria favorável a seus interesses a restauração da antiga prática do transporte de presos para a colônia, o que não deixou de merecer o apoio do governo inglês, que ainda a esse tempo desejava possuir grande colônia penal.

Contra esta ameaçadora combinação muitos *meetings* se fizeram sob os auspícios da aludida liga e o resultado foi que a opinião pública manifestou-se veementemente adversa àquele plano. Sem embargo, porem, o governo da metrópole, a conselho de Sir Charles Fitzroy, então governador da colônia, perseverou na execução da sua idéia, chegando a enviar ali vários navios carregados daquele gênero avariado, cuja exportação saneava a sociedade inglesa com prejuizo da colônia, que, assim, se ia infeccionando; mas o povo, quer em Sidney, quer em Melbourne, opôs-se à descarga dos navios e destruiu de uma vez a abominável prática.

Continuava a crise comercial, senão quando descobriram-se, em 1851, abundantes jazidas de ouro, as quais logo entraram a ser exploradas, atraindo ali numerosos braços e capitais.

Daí data a grande prosperidade desse rico país, que a Inglaterra, entretanto, queria reduzir à humilde condição de colônia penal.

O continente australiano, cujo interior está longe de ser conhecido, divide-se em cinco colônias, todas situadas na costa, a saber: Queensland, capital Brisbane; Nova Gales meridional, capital Sidney; Vitória, capital Melbourne; Austrália meridional, capital Adelaide; Austrália ocidental, capital Albany. As três primeiras estão quasi de todo emancipadas, pois à mãe-pátria as liga apenas um laço — o governador — que é de nomeação da rainha, mas por elas pago, sendo dentre todas a mais antiga a Nova Gales do Sul.

A geologia desta colônia foi habilmente tratada por vários sábios, trabalho que tem sido prosseguido e consideravelmente aumentado por W. C. Wilkinson, eminente geólogo e paleontologista presentemente ao serviço do governo colonial. Ao reverendo W. R. Clarke é que se deve, porem, a primeira classificação sistemática das várias formações sedimentares ou neptunianas encontradas em a Nova Gales meridional e por ele divididas em tres classes: paleozoica, mesozoica e Cainozoica. Afirmam os sábios que o Novíssimo Continente é o solo mais antigo de formação que se conhece e que se tornou terra firme acima do nível do mar em um período durante o qual as formações mesozoicas e cainozoicas foram depostas sobre o globo. Assim também dizem ainda eles, e se depreende do que fica exposto, que este continente surgiu dos mares antes de todos os outros. Com uma

linha de costa tão extensa, parece que a Nova Gales do Sul deve oferecer muitos portos e baías dando saídas aos produtos coloniais. Tal é o caso, na realidade, porquanto ademais dos portos de importância comercial, outros há que dão abrigo aos navios varejados por temporais e são seguro refúgio em momentos de perigo. Por felicidade, porém, estes últimos portos poucas vezes são procurados, visto que o litoral da colônia é regularmente livre de ciclones e outros análogos e importunos visitantes. Os portos, a que venho de aludir, são: a baía Byron, ao norte da colônia e dentro do cabo do mesmo nome, oferecendo abrigo aos navios que navegam para Queensland contra todos os ventos, exceto do NE.; a baía Shoal, na entrada do rio Clarence, a qual possui seguro e cômodo ancoradouro, e, concluídas que sejam as obras em andamento para melhorar essa entrada, será um dos melhores portos da costa; a baía Trial, na foz do Macbay, oferecendo amplo abrigo em ancoradouro seguro, além de que o governo da colônia levantou uma grande prisão em uma montanha que olha para esta baía e pretende utilizar o trabalho dos presos na construção de um quebra-mar que transformará a baía em um porto não só de abrigo como de comércio; o porto Macquarie, na boca do Hastings, com bom ancoradouro; o porto Stephens, um tanto ao sul do precedente, dando em qualquer tempo o mais seguro e cômodo ancoradouro e não sendo inferior, como porto natural, ao porto Jackson; vinte milhas mais ao sul está o porto Hunter ou Newcastle, na boca do rio Hunter, porto a princípio inconveniente e mesmo perigoso, mas que se tornou bom após a construção de quebra-mares e é agora seguro, espaçoso e com facilidades para carregar e descarregar navios iguais, senão superiores, aos que se encontram em qualquer outro porto da Austrália. A grande importância de Newcastle vem, sobretudo, de numerosas minas de carvão de pedra existentes em seus arredores, as quais abastecem não somente todas as outras colônias australianas, senão também os portos da China, da América meridional e os do Pacífico, nos Estados Unidos do Norte.

Brocken Bay, a 30 milhas do porto de Sidney, forma a boca do rio Hawkesbury. Ao sul de Brocken Bay a linha da costa não é mais que uma sucessão de altos rochedos e praias de areia. A entrada da baía de Sidney é entre rochedos perpendiculares, constituídos de uma pedra arenosa, tendo de altura muitas centenas de pés e separados entre si cerca de uma milha. Este porto, que se intromete 8 a 10 milhas pela terra, é uma das maiores belezas do mundo. A meu ver, a baía de Sidney é muito mais pitoresca e poética que a do Rio de Janeiro, a qual, em compensação, tem mais majestade, mais imponência e é também mais adereçada pela natureza, ao passo que, para embelezar aquela, muito há contribuído a mão do homem, pois quasi toda a

sua margem está povoada e é ocupada por belas casas de campo (*cottages*), cercadas de lindos jardins cheios de flores e árvores frutíferas de quasi todos os climas.

Essa beleza é ainda mais sedutora e surpreendente para quem entra pela primeira vez na baía, em razão do contraste que forma sua entrada, ladeada de rochas de cor escura, a qual lhe empresta aspecto lóbrego, com as mais margens interiores cobertas de verdura matizada de flores e por entre a qual, ali e acolá, a curtos trechos, descobrem-se as belas *cottages*, ao mesmo tempo que a par levanta-se a cidade com os seus grandes e bem arquetetados edifícios, permitindo que se descortine apenas se dá volta pela ponta sul interior da entrada.

A baía de Sidney é, além disso, recortada de centenas de baías e enseadas por ela formadas, em torno das quais se oferecem aos olhos extáticos do observador variados panoramas, qual a qual mais encantador. Dir-se-ia que por aí tiveram o berço as três Graças, as célebres deusas que simbolizam a alegria, a floração e o esplendor do belo. Várias dessas baías constituem, por sua vez, espaçosos portos que penetram muitas milhas pela terra a dentro.

A baía de Sidney, propriamente dita, tem uma área de 9 milhas quadradas, medindo a distância de 4 milhas da entrada à cidade, além da qual as águas ainda se estendem 13 milhas no que se chama rio Paramata, que não é outra coisa senão um braço de mar. A cidade de Sidney está edificada à margem da baía e toda ela é orlada de cais, que são conhecidos: um por cais circular, o da enseada de Sidney, o qual mede 3.100 pés de extensão, podendo a ele atracar em nado os maiores navios; outro pelo nome de cais de Cowper, na baía Woolloomooloo, com 1.200 pés; o novo cais da ferrovia, todo de ferro, no porto Darling, tem de comprimento 1.800 pés. Além destes, há outros cais que, com os precedentes, ocupam uma extensão de 6 milhas. Nessa cidade encontram os navios todos os recursos, pois, além de um mercado profusa e variadamente fornecido de artigos navais, víveres, carvão de pedra, etc., há ali estaleiros de construção, oficinas de máquinas e fundições importantes, mortonas e docas secas e flutuantes, que podem receber grandes navios, e em breve uma haverá com capacidade para as maiores embarcações, quando chegarem a termo os trabalhos da doca que o governo colonial tem em construção.

Todos esses meios, providos tanto pelo governo como por particulares para reparos de navios, correspondem perfeitamente às necessidades do comércio da colônia, o qual é dos mais importantes. Três são as docas secas, incluindo a que está por ultimar-se, quatro as flutuantes e seis as mortonas, sendo que das três primeiras, duas são propriedade da colônia, que as tem na ilha Cockatoo. A em construção medirá 635 pés de comprimento, 84 de largo e 32 de profundidade,

vindo assim a ser a maior do mundo. É realmente admirável o comércio da Nova Gales do Sul e para se fazer idéia do seu desenvolvimento, basta dizer que o valor total do comércio, importação e exportação, que em 1832 foi apenas de 400.000 libras, montou a libras 40.487.368 em 1885. A população desta colônia também tem crescido rapidamente: há três anos não excedia de 345.000 habitantes, entretanto, hoje orça por 1.500.000 almas. E para que se veja quanto é ali grande e bem aproveitada a imigração, basta saber-se que a quarta parte da renda pública, que é considerável, resulta da venda de terras públicas. As demais colônias australianas também não são carecidas de importância, sendo que, em riqueza e população, Vitória é a primeira depois da Nova Gales meridional. Como é sabido, a Nova Gales do Sul é o que se pode quasi chamar uma colônia emancipada e esta quasi emancipação data de novembro de 1855, ano em que foi promulgada sua constituição, sendo de notar-se que em 16 de julho do mesmo ano foi que recebeu a sanção da rainha de Inglaterra a lei que conferiu a essa colônia o poder de se constituir.

É que a Inglaterra é, sem dúvida, a nação colonizadora por excelência. Ela, conhecendo o grande segredo da colonização, e sabendo que a liberdade é um sentimento que não há comprimir sem risco das mais violentas explosões e que não há povo que, cedo ou tarde, não acabe por conquistá-la, vai fazendo às suas colônias a maior soma de concessões possível no terreno político, e dest'arte mantendo e estreitando os laços que nos prendem a ela; vai daí auferindo todas as vantagens comerciais e outras que lhe é lícito colher e das quais, por favor de tão belo sistema, continua a gozar ainda depois de lhe haverem sacudido o jugo.

E assim tem os ingleses se assegurado a hegemonia entre as nações marítimas. Assim tem eles mantido a supremacia comercial e industrial no mundo, ao mesmo tempo que estende seus domínios sob todos os céus e o império da civilização em proporções indefinitas.

A Inglaterra satisfaz a sua desmesurada ambição, é verdade, mas é certo por igual que, sem o querer, presta, até certo ponto, reais serviços à civilização. No tocante ao assunto de que ora trato, a velha Albion fez-se na escola da experiência própria e da alheia: ela viu que o opressor sistema tributário, posto em prática em suas colônias da América, trouxe a guerra que lhes ganhou a independência, constituindo a imensa República dos Estados Unidos do Norte, em cujo mercado, entretanto, ela, a velha mãe-pátria, continuou a sustentar sua preeminência, graças aos elementos etnológicos que ali plantara e que, apesar de tudo, não podiam deixar de frutificar, e mais do que isto, ao preço comparativamente baixo de suas mercadorias. A partir daquele momento, a poderosa Britânia abandonou resolutamente a pretensão de fazer suas colônias contribuírem para outra

coisa que não seja para seu próprio governo e sua milícia local, e daí só lhe tem vindo vantagens. Ela viu, igualmente, as desgraçadas consequências dos erros cometidos pelas duas nações ibéricas na administração das respectivas colônias, cujos nativos viviam como meros párias, excluídos de todas as dignidades e funções públicas, que eram monopolizadas pelos filhos da metrópole, enquanto que aqueles ficavam reduzidos à condição de simples bestas de carga. É realmente evidente que, como pensam hoje os ingleses, depois de haver-se colonizado um país, não é necessário, para daí tirar todas as vantagens possíveis, que a mãe-pátria o conserve em estado de tutela, de dependência e vassalagem, sob pretexto de que só assim oferecerá um escoadouro e meios de fortuna à população superabundante e desocupada da metrópole. O só interesse dos primeiros emigrantes aí estabelecidos basta para manter sempre aberto esse escoadouro, pois que a prosperidade de uma colônia nova depende do crescimento de sua população e de seus capitais. E' exatamente o que há muito bem compreendido a Inglaterra; e daí essa tal ou qual autonomia, essa quasi absoluta independência em que vivem quasi todas as suas colônias, inclusive as australianas. Promulgada a constituição da Nova Gales meridional, para logo entrou em vigor, acabando desde então com o velho sistema governamental, que tinha a colônia atrelada ao carro do governo da metrópole e instituindo uma assembleia representativa desta forma equiparando, pela concessão de iguais regalias, os súditos da rainha na colônia a seus concidadãos em qualquer outra parte do império britânico. Os laços que ligavam a colônia à mãe-pátria nem por isso foram afrouxados, visto que a constituição da Nova Gales do Sul não faz mais do que conceder aos súditos coloniais os mesmos direitos que até então só cabiam aos do Reino Unido, a saber: o direito de tributarem-se a si mesmo e de serem governados por ministros responsáveis perante um parlamento de eleição popular. A autoridade investida no soberano ficou a mesma que dantes, ainda que o modo de ser exercida seja fundamentalmente diferente. Antes da constituição, o soberano, por intermédio do governador da colônia, exercia um poder quasi despótico. Este funcionário resumia em si as funções executivas e legislativas, e a liberdade e independência individuais estavam em suas mãos. Um tal estado de coisas cessou com o estabelecimento do governo constitucional perfeitamente consorciado com o mais completo respeito e proteção aos direitos políticos. Todas as leis são ainda promulgadas em nome do monarca, mas por deliberação da assembleia legislativa e do conselho da colônia.

O governador, em sua qualidade de delegado real, ou dá imediatamente a sanção do soberano aos atos do parlamento ou os reserva, se assim lhe parece conveniente, para que o próprio monarca os considere. Iguaes favores foram concedidos a todas as outras colônias da

Austrália, exceto a de Oeste, por não estar ainda em condições de fruí-los. É minha opinião que muito em breve todas essas colônias proclamarão a sua completa independência e esse meu modo de ver funda-se não somente no que ouvi de vários filhos da Nova Gales do Sul, mas ainda no fato de já haver o parlamento da Nova Zelândia aventado a idéia de separação da mãe-pátria, cortando-se o único laço que as liga uma à outra — a nomeação do governador pelo soberano.

Pronto o navio, deixamos o porto de Sidney às 9 horas da manhã de 6 de junho, com destino a Yokohama, no Japão. É-me doloroso, mas justo, confessar que, dos portos em que tocamos durante toda a nossa longa viagem, foi esse, o de Sidney, o único que abandonamos sem saudades, sem esse sentimento inexprimível, misto de gratidão, afeto e pesadume, que nos avassala o coração ao despedirmo-nos, às vezes para sempre, de um povo em cujo seio nos hospedamos por algum tempo e a cujos costumes chegamos a adaptar-nos; sentimento que cosmopolitiza o marinheiro, tornando-o um cidadão do mundo, um filho de todas as praias, mero exemplar da humanidade, apto a prontamente indignizar-se debaixo de todos os céus e ao sopro de todos os ventos. Que outro sentimento, a não ser o de repúdio e funda aversão, podia inspirar-nos um povo como o de Sidney, que, imerso na noite de sua beduina ignorância, não possuía sequer a mais fraca noção da nossa nacionalidade? Que a cada passo nos vexava com a sua curiosidade alvar? Que nos não dispensou mesmo os preceitos tão comuns de hospitalidade e cujo comércio, desfaçadamente, deshonesto, outra coisa não era senão uma agremiação de calabreses oceânicos, de mercadetes mais corretos e aumentados que os de Balzac, mormente depois que um dos periódicos da cidade, o *Sunday Times*, açulou-lhe a voracidade? Mas esse vício é de origem, é constitucional, é, em suma, hereditário naquela população, e como os ingleses são pouco amigos de reformas, e tão aferrados aos costumes que chegam a traduzi-los em leis, é de crer que seja muito custoso extirpá-lo. E oxalá não o transforme em lei! Com efeito, que esperar sinão aquilo mesmo de um povo que, em sua maioria, descende dos grilhetas da Inglaterra, primeiros povoadores da Austrália, que lhes foi o grande receptáculo até 1840, quando deixou ela de ser colônia penal?

Cumpro, todavia, um dever declarando que guardo no coração os obséquios por nós ali recebidos das autoridades e que nem de ligeiro pode a elas tocar, individualmente, o que com verdade levo expellido acerca do povo de Sidney e do carater inglês em geral e em especial do *habil* comércio da grande capital da Nova Gales do Sul, mesmo porque não há regra sem exceção.

DE SIDNEY A YOKOHAMA

Eis-nos em pleno oceano, fora da baía de Sidney, a caminho do vasto arquipélago que constitue o grande império do Japão.

É preciso muita coragem para empreender e efetuar esta travessia, que, pelo rumo mais curto, tem nada menos de 4.200 milhas, pela parte mais perigosa do Grande Oceano, por um trecho de mar coberto de recifes, bancos e ilhas, a ponto de quasi se transformar em uma rede de canais, e, o que é mais, sob a iminência de ciclones, os quais parece terem estabelecido por essas paragens o seu quartel-general. O dever, porem, leva-nos a afirmar a sangue frio todos esses perigos, passeando por aí a bandeira brasileira, e ir surpreender o império do Extremo Oriente em seu período de renascimento, já se havendo apropriado de grande parte da civilização occidental. Com efeito, às 9 horas da manhã de 6 de junho, como deixei dito, zarpamos do porto de Sidney em viagem para Yokoama, onde lançamos ferro às 3 horas e 3 minutos da manhã de 20 de julho, tendo assim gasto 44 dias nessa longa e difficil travessia. Do Equador até 1 hora da manhã de 2 de julho, o grande dia da Baía, andamos a vela e sempre com o vento ESE., acendendo-se aquella hora a máquina por haver este acalmado, sem dúvida por influência da ilha da Ascensão, vista às 5 horas e 25 minutos da manhã daquele mesmo dia, isto é, quatro horas e vinte e cinco minutos depois de começarmos a navegar a vapor e por nós montada ao meio dia, tendo passado a duas milhas dela. Esta ilha pertence a um grupo de tres ilhas, ao qual ela, que é a maior do arquipélago das Carolinas, dá seu nome. Foi descoberta pelo Capitão de mar e guerra Lütke, então comandante da corveta russa *Seniavinc*, nome que por tal lhe é aplicado. Supõe-se que tenha sido visitada antes deste official, o que se funda na seguinte descrição feita pelo capitão de mar e guerra Cheyne: "Próximo do porto de Metalamien veem-se algumas ruinas interessantes, a respeito das quais reina, contudo, grande obscuridade, ignorando os mais antigos habitantes a origem delas e não possuindo tradição alguma com referência à sua história. Que outrora existiu neste local uma cidade fortificada, não edificada por selvagens, é coisa que não padece dúvida, pois o estilo das ruinas é exuberantemente significativo de civilização.

Dentre as pedras algumas há que medem 8 a 10 pés de comprimento e são hexagonais, isto é, faceadas em seis lados, e evidentemente foram ali trazidas de algum país civilizado, porquanto na ilha não havia, semelhante a elas, uma só pedra. Há ruas desembocando em diversas praças e a cidade toda parece ter sido uma successão de casas fortificadas. Várias grutas artificiais foram igual-

mente descobertas dentro das fortificações. Esta cidade foi, sem dúvida, em algum tempo, uma fortaleza de piratas e, como os naturais não podem dar disto notícia, é verossimil que fosse ela construída por bocaneiros espanhóis de há uns dois ou três séculos. Esta suposição é corroborada pelo fato de, há cerca de três ou quatro anos, ter-se encontrado em uma das montanhas um canhão de bronze, daí tirado pelo navio de guerra inglês *Larne*. Viram-se, também, diversos lugares limpos de árvores e abertos um tanto no interior, em diferentes partes da ilha, alguns dos quais com muitos acres de extensão e perfeitamente nivelados. Em uma destas planícies, a denominada K-par, próximo do porto Kiti (que frequentemente visitei) levanta-se grande muralha que mede cerca de 20 pés de largo, 8 de alto e um quarto de milha de comprimento. Deve ter sido construída como defesa ou como limitando o recinto de algum cemitério para mortos em alguma grande batalha.

Ruínas semelhantes encontram-se na ilha Strong, também pertencente ao grupo d'Ascensão, das quais não sabem dar notícia os naturais. A ilha d'Ascensão, cuja população conta 5.000 almas, tem um monte de 2.858 pés ingleses, conhecido por Monte Santo, nome que lhe foi dado em memória da vitória naval ganha sobre os turcos pelo almirante Leviniane, e é toda cercada de um recife de coral a 2 milhas da costa. Neste recife há sete consideráveis abertas, ou quadradas, formando outros tantos portos, diversos dos quais são realmente excelentes.

Estes portos são frequentados por baleeiros americanos, que ali vão em busca de víveres e água.

Da ilha d'Ascensão continuamos a vapor até ao dia seguinte às 5 horas da manhã, quando se largaram as velas por ter começado a fazer-se sentir o vento SE., que pelo dia em diante rondou, firmando-se, por fim, em E.NE., para tornar-se depois variável entre este rumo e SE. até chegarmos a Yokoama, predominando o vento E.SE. e tendo por algum tempo reinado calma nas proximidades das ilhas Marianas. Afinal, avistamos a ponta meridional da baía de Yokoama, a qual não nos foi difícil demandar, porque avistamos um ponto mui conspícuo e facilmente cognoscível, o Fusi-Yama. Se bem que até alguns minutos antes de nos aparecer estes montes, nos tivéssemos visto em dificuldades por causa da cerração que reinava e não termos confiança na posição do navio determinada pelo cálculo. O Fusi Yama, que tem a forma de um cone truncado simétrico e uma altura de 12.450 pés, faz-se ver, em tempo claro, a mais de 100 milhas de distância, e por sua

forma especial não se pode confundir com nenhuma outra terra ao meio dia do Japão. Este monte, tido como sagrado pelos naturais, não é mais que um vulcão extinto, tendo sua cratera 500 pés de profundo. Em o princípio de verão numerosos romeiros sobem ao cume do monte sagrado, que, segundo reza uma lenda japonesa, surgiu da terra ao mesmo tempo que o lago Biwa, em virtude de medonho terremoto que teve lugar em o ano 286 antes de Christo, reinando o imperador Korei. Foi no Fusi-Yama, diz também a lenda, que morreu Sen-Fu, famoso médico chinês, chefe de uma expedição composta de 300 jovens intrépidos, seus compatriotas, a qual fora da China ao Japão, no ano 200 ou mais da era christã, com o fito de neste país procurar a droga para o elixir da vida ou da immortalidade. Reza ainda a mesma lenda que esses jovens, depois de haverem em vão procurado, sob a direção de seu chefe, a droga imortalizadora, foram acampar nas costas do sul do Japão e aí ficaram, tendo sido eles os que introduziram no país o conhecimento das artes e várias ciências então conhecidas na China. O afamado Sen-Fu, passados alguns anos, faleceu no Fusi-Yama e até hoje os japoneses veneram neste monte o nome do celebrado médico. Logo depois de havermos avistado este natural relevo do Japão, outras terras apareceram, que eu, tomando o vulcão sagrado para ponto de referência, não custei a reconhecer e foram: os cabos Iro-o e Mela e a cadeia de ilhas a que acima me reporteí. Conhecida estas terras, fizemos sem práctico a seguinte derrota, primeiro para demandar a entrada do golfo de Yedo e depois o porto Yokohama, que tínhamos pressa de tomar, atento o sintoma precursor manifesto na baixa do barômetro, achando-nos, sobretudo, na quadra das tempestades giratórias.

Embarcado a nosso bordo o práctico, um norte-americano e amarrada a sua embarcação ao costado do cruzador, prosseguimos a viagem sob sua direção. Tendo-o tomado unicamente porque, como tínhamos de fundear à noite no porto, queria eu fazê-lo em lugar próprio, de maneira a não termos de, pela manhã, mudar de ancoradouro. Entretanto, como adiante se verá, foi iludida minha expectativa neste particular. Montado do farol de Kanon-Saki, mandou o práctico andar ao rumo de N. 4 ½ NW. e com esta proa seguimos até avistarmos a luz do navio-farol, para o qual fizemos rumo logo que o vimos e assim fomos até que fundeamos, não no ancoradouro dentro do porto, mas fora e pela alheta de BB. desse navio, o qual estava aproado para o Sul ou para a barra; isso por me ter dito o práctico haver dentro do porto muitos navios, o que, ao clarear do dia, verifiquei ser verdade.

EM YOKOHAMA

A essa hora veio a nosso bordo um práctico do porto, que nos levou para o ancoradouro, onde ficou o navio amarrado a dois ferros, trabalho que às 9 horas da manhã estava terminado.

Em seguida salvamos à terra e ao vice-almirante Sir Nowel Salmon, chefe da esquadra inglesa nos mares da Ásia, composta de 21 navios e oito torpedeiras, duas das quais de oceano. Esse almirante, porem, ali estava, ao chegarmos, com sete navios apenas, aos quais se reuniu no dia seguinte o encouraçado *Conquest*. O comandante de um destes navios, o cruzador *Cordelia*, era filho do finado almirante Greenfell, que esteve ao serviço e cujo nome ocupa lugar conspícuo em nossa história. Salvamos, igualmente, ao contra-almirante Geo E. Bolkuap, comandante da força naval dos Estados Unidos do Norte na Ásia, força que se compunha de uma corveta velha, a *Omaha*, navio-chefe e de dois vapores de roda pequenos e também velhos, *Monocaci* e *Palos*, estando os dois primeiros ancorados no porto de Yokohama, sendo que o último encontramos depois em Nagasaki, tendo vindo da Koréia com destino ao primeiro destes portos.

Foi Marco Polo o primeiro que no ocidente deu notícia deste rico país; e só depois, em 1542, um naufrágio, devido a terrível tempestade, atirou às suas costas o navegador português Fernando Mendes Nunes, que, voltando à Europa, fez do país descrição tal, que excitou o espírito de proselitismo religioso. Numerosos missionários sob a direção de São Francisco Xavier, aportaram ao Japão, sendo bem recebidos pelo imperador, que lhes permitiu converterem seus súditos e em 1598 foi ali estabelecida uma colônia portuguesa. Ainda depois os holandeses organizaram uma expedição composta de cinco navios, com destino ao mesmo país, afim de estabelecerem comércio com seus habitantes e fundaram uma colônia em Nagasaki, único porto então aberto aos estrangeiros, mas somente concedido estabelecerem-se unicamente na ilha De (Desima) que fica fora do porto. Desejosos de monopolizar o comércio com o Japão, os holandeses concitaram os naturais contra os portugueses, do que resultou a matança dos cristãos e consequente expulsão dos que escaparam, figurando entre as vítimas do massacre os naturais que se haviam convertido ao cristianismo. Ingleses mesmos, que ali se tinham estabelecido, de repente abandonaram o país após dez anos de residência, ficando, porem, os holandeses.

No reinado de Carlos II a Grã Bretanha tentou meter o pé no Japão, mas não o conseguiu, sem embargo de haver ali enviado um

plenipotenciário. Desde então o Japão não foi mais conhecido senão pela narrativa de alguns viajantes, até que em 1854 o comodoro Perry, à frente de forte esquadra, para intimidar a corte japonesa, obrigou-a a autorizar permutas com os Estados Unidos aos quais se seguiram a Inglaterra, Russia, França, Holanda e Portugal. O império japonês, situado no Grande Oceano, é um vasto arquipélago estendido de N. a S. entre 50°40' e 24° N. e de 120° a 156°38' E. e formado de longa série de ilhas, separadas da costa oriental da Ásia pelos mares Amarelo, do Japão e de Ohkotsk. Começa nas ilhas Kurilas e desce na direção Sul até o grupo Liu-Kiu inclusive, sendo que a parte que lhe pertencia, na ilha Sakalin Saghalian foi cedida à Russia em troca das Kurilas. As ilhas principais são Yeso, Nippon ou Nippon, que é a maior da Ásia, Sikok e Kiusiu; as outras, menores, são em número de três mil, muitas das quais não passam de meros rochedos inhabitados, enquanto as outras são de consideravel tamanho e feracissimas, principalmente as ilhas sem conta existentes em o Seto Uchi, comumente conhecido pelo nome de mar interior, o qual fica entre Nippon ao Norte e Leste e Sikok e Kiusiu ao Sul e W. Para fins administrativos o Japão todo, exceto o Hockaido, está dividido em três governos de cidade (fu) a saber: Yedo, Ozaka e Kioto e trinta e cinco prefeituras (kiu). Kioto, chamada outrora Miako, foi capital do império até 1869, quando o imperador resolveu mudar a corte para Yedo, hoje Tokio.

O número de ancoradouros e portos de comércio, chamados Ominatos (grandes ancoradouros) pelos naturais, são 66, muitos inacessíveis a navios de grande tonelagem, mas admiravelmente próprios para acomodar os *juncos* que se empregam na navegação costeira e na pesca.

Neste particular prima o mar interior; e o porto Mitarai, entre duas ilhas próximas da província Aki, é muito procurado e frequentado. A baía de Yedo é abundante de ancoradouros, alguns dos quais estão situados dentro das embocaduras dos rios.

Além dos portos, há nas costas do Japão baías de consideravel extensão, como sejam Yedo, Ozaka, Owari, Kagoshima, na prefeitura de Satsuma. Esta última baía é célebre pelo ataque a Kagoshima (castelo do senhor de Satsuma), em 1863, por uma esquadra inglesa que foi abatida, ocasião em que fizeram fiasco os primeiros canhões Armstrong de retro-carga. Toda a costa do Japão acha-se perfeitamente farolizada; até nos pequenos portos de juncos encontram-se faróis. Só do golfo de Yedo a Yokohama, isto é, em uma distância de 60 milhas, contam-se sete faróis. Em 1859 o governo inglês celebrou com o Japão um tratado, ratificado em Yedo, pelo qual se obrigou aquele país a abrir aos estrangeiros os portos de Yokohama, Hiogo (Kobe) e Niizata na ilha Nippon, Nagasaki em

Kiusiu e Hakodati em Yeso. Quem, porem, deu os primeiros passos para este resultado foram os americanos (1854). Desde 1887 que o governo japonês tratava da revisão dos tratados, no intuito de abolir as leis de jurisdição estrangeira, isto é, de anular a cláusula inserida nos tratados com as nações estrangeiras, em a qual estava estatuido que os estrangeiros residentes no país, não reconheceriam outra jurisdição que não a de seus respectivos representantes, prometendo, em compensação, abrir os portos do império e franqueá-los aos estrangeiros de qualquer procedência. Após algumas sessões, havidas em Tóquio, a questão ficara no *statu-quo*, em consequência de dificuldades opostas pelas pequenas nações, que faziam maioria naquelas sessões e que não queriam abrir mão do que elas chamavam seus direitos. O príncipe de Bismark, porem, lançou à margem a opinião dessas nações e em 10 de junho de 1889 concluiu em Berlim, por parte do imperador da Alemanha, o novo tratado com o Japão e por parte do Mikado o marquês Saionji, ministro japonês ali residente.

Antes da Alemanha, já os Estados-Unidos haviam aceitado a proposta do governo japonês a que acima me referi e a estas duas nações seguiu-se a Russia, que a 8 de agosto de 1889 assinou um tratado idêntico ao celebrado pela Alemanha. Estes tratados deviam vigorar desde o ano passado (1890) e todo o Japão daí em diante ficaria aberto assim para as nações orientais como para as européias. Não sei, porque, dizer si tão grandioso acontecimento houve realmente lugar.

O Japão era dividido em territórios ou províncias governadas por príncipes chamados Daimios, os quais crearam um lugar-tenente militar, Kubo, Shogun ou Tahicun. Em o fim do século XVI o Shogun reduziu o Mikado a um poder nominal, mas sempre reconhecido e respeitado.

A abertura dos portos do império, feito pelo Shogun, em 1854, sem consultar o Mikado, trouxe a sublevação dos Daimios (1866 a 1870), que derribaram o lugar-tenente, reivindicando o Mikado todo o seu poder temporal e espiritual e daí para cá uniram-se todas aquelas províncias, formando o império nipônico sob o cetro único do Mikado ou Dairi. Reza uma lenda japonesa terem existido cinco gerações de divindades celestes, que foram seguidas de cinco divindades terrestres, as quais foram a seu turno sucedidas por soberanos mortais, dos quais é o atual Mikado o centésimo vigésimo segundo. É daquele tempo, de 1866 a 1870, que data o renascimento do Japão, o qual entrou desde então para o grêmio da civilização moderna, encarrilhando no caminho de um progresso indefinido.

Hoje possui o império uma constituição liberal, promulgada no dia 11 de fevereiro de 1889, aniversário da coroação do primeiro

imperador, Jinmu Tenno, tendo sido um ano depois (11 de fevereiro de 1890) inaugurado o parlamento, que se compõe de duas câmaras: uma alta ou dos nobres e outra baixa ou dos comuns. Demais, abriu seus portos ao estrangeiro, o que é sem dúvida largo passo para o progresso à civilização, se bem que isso muito concorrerá, a meu aviso, para tirar a esse país sua originalidade, seus encantos e atrativos. O exército japonês que, exceção da reserva, é de cerca de 50.000 homens, consta das três armas: infantaria, artilharia e cavalaria, todo ele uniformizado à alemã e instruído também por oficiais alemães, tendo-o sido até certa época por oficiais franceses e uniformizado à francesa. Tive vez de observar que, assim os oficiais como os soldados japoneses, são bem uniformizados e limpos, bem como que todos eles ostentam sem afetação certo garbo marcial. Referiu-me um estrangeiro em Yokoama que, pouco antes de nossa chegada ali, houve um concurso de tiro naquela cidade, em o qual tomaram parte marinheiros ingleses e franceses e soldados japoneses, cabendo a estes os principais prêmios; prova de que estão bem exercitados. A marinha imperial compõe-se de oito couraçados, 26 navios não couraçados, uma corveta de instrução, 5 torpedeiras de oceano, 17 de 1ª classe e 5 de 2ª; havendo em construção três cruzadores de 4.140 toneladas, sendo um em França, outro na Inglaterra e o terceiro no Japão, no arsenal de Yokosuka. Quando visitei este arsenal, vi o navio a que acabo de aludir, e ouvi de um dos engenheiros construtores, os quais são todos japoneses, salvante apenas o engenheiro chefe, que é francês, que tinham mandado construir no estrangeiro dois cruzadores iguais, para depois comparar o custo e a mão de obra do feito no país com o dos construídos fora. Há igualmente, em construção na Europa, para o mesmo país, algumas torpedeiras de oceano. Vi também no arsenal de Yokosuka outro cruzador, já quasi pronto, o qual tinha as formas muito finas, pelo que me pareceu duvidosa a estabilidade. O Japão, como se vê, possui marinha superior à nossa no que respeita ao material, e assas forte; tanto mais quanto quasi todo o pessoal é nacional e mais ou menos instruído, como faz presumir o fato de ter esse país constantemente no mar navios de instrução. O uniforme dos oficiais e marinheiros é à inglesa, assim como é inglês o regulamento interno dos navios, ao passo que é toda francesa a organização da marinha em geral; tanto assim que a costa do império está dividida em distritos marítimos, em cada um dos quais há um prefeito marítimo e um major de frota, etc.

Quando nós ali, exercia cumulativamente o cargo de prefeito marítimo e o de comandante em chefe da esquadra japonesa estacionada em Yokoama o vice-almirante visconde de Niré e o major

da frota o contra-almirante Fukushima. O arsenal de Yokosuka, que mostra o gráu de adiantamento a que chegou o Japão no tocante à marinha, está muito bem montado, com máquinas as mais modernas e aperfeiçoadas; tão bem montado, que nele se constroem navios de 4.140 toneiadas. Encontram-se neste arsenal três docas, cujas dimensões são: as da primeira 119^m,50 de comprimento, 29 metros de largura e 6^m,40 de profundidade; as da segunda 153^m,125 de comprimento, 32 metros de largura e 8 metros de profundo; as da terceira, 94 metros de comprimento, 18 metros de largura, 5^m,50 de profundidade. O estabelecimento de Yokosuka fica no fundo da baía do mesmo nome, a qual é completamente fechada e dividida em dois portos, o externo e o interno, sendo este formado por dois quebra-mares de consideravel espessura, situados na estrada. Pode-se fundear em qualquer parte da baía, em seis e oito braças, mas navios grandes não devem passar por dentro de uma bóia encarnada que ali há, porque esse lugar mede apenas duas amarras de largo. Nesses últimos anos muito há progredido o Japão no que respeita à viação férrea e novas linhas de ferrovias foram abertas ao tráfico. As linhas presentemente em tráfego atingem uma extensão de 592 milhas, mas outras há em construção, cujo percurso total é de 116 milhas e dizia-se, quando ali estivemos, que o governo japonês estava em negociações para a construção de algumas linhas na ilha de Kiusiu. E o que é digno de nota é que hoje quasi todo o pessoal empregado nessas estradas, inclusive os engenheiros, é nativo. Uma coisa observei que, a meu ver, constitue falta sensível: é que, sendo o inglês o idioma tão usual no Japão, os empregados das estradas de ferro em tráfego, chefes de trens, maquinistas, chefes de gare, etc., não falam senão o japonês. A instrução por igual tem ali recebido grande impulso, tanto a adquirida no país, como na Europa e nos Estados-Unidos, onde, de alguns anos a esta parte, o governo japonês mantém certo número de jovens estudando os diferentes ramos dos conhecimentos humanos; e é assim que os japoneses se tem desenvolvido nas ciências e a muitos outros respeitos com incalculaveis vantagens para sua pátria. Em 1868, um antigo Daimio disse a lord Elgin: a língua japonesa é muito difficil para os estrangeiros aprenderem-na, mas nós, os japoneses, não esperaremos que a estudeis; trataremos, sim, de aprender as línguas estrangeiras, para que nos seja facil estreitar o mais possíveis e prontamente as relações entre os diferentes povos e o Império do Japão”.

Depois que o Mikado transferiu a corte para Tokio, mandou fundar ali uma universidade (dai-gakko), idéia que foi recebida com aplausos; e tanto assim que, ao cabo de breve tempo, o número de professores europeus, contratados para esse importante estabelecimento de ensino, já era insufficiente para a numerosidade de estu-

dantes que o frequentavam, sendo o governo compelido a contratar mais professores e aumentar-lhes o ordenado; e como no edificio houvesse falta de acomodações, mandou construir um mais amplo. Além da universidade há institutos de preparatórios, como o Eigo-gakko, o Guaiko-ku-go-gakko e o Rioyo-gakko; e tal é o anseio de progresso intelectual, que alguns argentários japoneses associaram-se, contrataram professores estrangeiros e abriram escolas em vários pontos do Império, nas quais, além da língua vernácula, ensinasse o inglês, o francês e o alemão.

Entre as principais escolas particulares figuram Fakusawa e Namahura, em as quais se ensina a falar e escrever o inglês, pagando cada discípulo externo a diminuta quantia de meio *yen* por mês e os internos 3,50 *yens* cada um, inclusive cama e mesa.

Ha em Osaka uma escola que é considerada a mais dispendiosa e só recebe os filhos da nobresa, os fidalguitos japoneses; paga-se aí por aluno de 15 a 20 *yens*, incluindo a mesa. Nesta escola também se ensina o chinês, idioma que continua a ser o clássico da aristocracia nipônica. Conta-se presentemente no Japão 136 escolas públicas, dentre as quais 5 para o sexo feminino, com 1.475 professores. Há ainda algumas escolas mantidas por missionários protestantes e por padres franceses, nas quais cada aluno paga apenas 85 avos de *yen* mensalmente, meio de facilitar a propaganda dos respectivos credos.

Para a instrução do exército existem uma academia militar, uma escola militar, uma escola especial para oficiais inferiores, uma escola de tiro e ginástica e uma de veterinária e para os oficiais de marinha e marinheiros uma escola naval e uma de tiro. O comércio do Japão é próspero e importante. Em 1887 o comércio de importação elevou-se a 51.699.769 *yens* e o de exportação a 52.409.223 *yens*, o que fala eloquentemente em favor da prosperidade desse país privilegiado. Não padece dúvida que os aborígenes do império japonês são os ainos, raça singular que habita hoje, com uma vida patriarcal, as ilhas de Yeso e Sagalian e a península de Kamtschatka; raça que por muitos séculos habitou o Japão, antes de ser este país invadido por naturais da Mongólia, das províncias chinesas e da península da Korêia, sendo destes invasores que procede a raça atualmente dominante no Japão. Ainda depois dessa invasão, que houve lugar há trinta séculos, dessas regiões não tem cessado de emigrar famílias inteiras para o império do extremo oriente. O japonês é robusto, bravo sem crueldades, afável e delicado sem astúcia, curioso, deixando-se apaixonar por toda sorte de conhecimentos, trabalhador e industrioso; razão por que se vê ali tão poucos vagabundos e raros mendigos e bêbedos, que aliás na China são encontrados em grande

cópia. Quem, como nós, houver viajado os países da Ásia e Oceania, há de convir em que o japonês é o povo mais amavel, hospitaleiro, simpático e de melhor índole, e, sobretudo, cortês, de todo o Oriente e mesmo mais que certos povos da civilizada Europa e América.

A urbanidade especialmente é levada ao excesso e se há tornado proverbial naquela gente.

Quando se entra em um restaurante ou em uma casa particular, é-se recebido pelos homens e as mulheres prostrados de joelhos, as mãos no chão e o rosto quasi a tocá-lo; posição de cumprimento e respeito aos hóspedes. O furto é coisa inteiramente desconhecida no Japão e por isso as casas ali não carecem, e de fato não têm, porta à entrada. A esse país não se pode aplicar o adágio — ninguém vive contente com a sua sorte — porque cada qual se satisfaz com o que possui, e só do trabalho próprio e lícito espera os meios de subsistência; e as crianças já ganham por si o pão em trabalhos condizentes com a idade. As japonesas trazem salientemente estampada na simpática fisionomia seu carater bondoso, simples e leviano ao mesmo tempo, sem que sejam indiferentes aos reclamos da natureza; tanto assim que nada ali é mais comum do que se casarem mulheres temporariamente, mesmo por dias, com estrangeiros e nativos, sendo as condições previamente estipuladas e religiosamente cumpridas. Terminado o tempo do contrato, fica livre aos ex-cônjuges contrairem novos enlances, temporários ou perpétuos, sendo que ali também há a instituição da família. Nem homens nem mulheres, no Japão, sabem o que seja pudor e é coisa mais natural do mundo andarem em plena rua e à luz do dia moças com os seios inteiramente a descoberto e homens completamente nus e, o que mais é, nos banheiros públicos homens e mulheres de todas as idades banham-se nus na mais santa e primitiva promiscuidade. Assim como não é raro ver-se mulheres banhando-se nuas nas ruas, junto às portas das respectivas casas, sob as vistas cúpidas de muitos transeuntes.

Entretanto, apesar de toda essa inocência, que recorda a beatífica convivência do paraíso antes das solicitações da *serpente*, as japonesas casadas à perpetuidade tem o costume de, *ad cautelam*, distinguirem-se das demais, tingindo de negro as respectivas dentaduras. Muito há feito sem dúvida, o governo do Japão para arraigar no país a civilização moderna e impulsioná-lo na larga estrada do progresso. E conquanto não pequenos resultados já hajam brotado de seus esforços, contudo, há ainda graves senões a destruir e cumpre-lhe extirpar de vez esses e outros costumes primitivos, o que não será difícil, porquanto se não conhece povo algum que possa competir com o japonês na facilidade de amoldar-se a novos hábitos e instituições. E, na verdade, são disto um exemplo os no-

bres, que ainda há dez anos odiavam cordialmente aos estrangeiros, e, no entanto, foram os primeiros a trocar pelas vestes européas suas vestimentas tão pitorescas quão ridículas, bem como quasi todos os costumes indígenas, pelos da Europa.

Assim é que vivem em casas de estilo europeu e mobiliadas à européia e suas mulheres e filhas dansam polcas, quadrilhas e valsas e vestem-se *à la mode de Paris*. Em seus colégios ensinam-se as ciências modernas e já falam, em suas reuniões, a língua universal, o inglês, e, no entanto, são apenas decorridos trinta anos depois que os japoneses consentiram na entrada dos estrangeiros no território do império, e uns dez somente depois que extinguiram o feudalismo, sob cujo jugo esteve por séculos o país. Os nobres vivem nas cidades principais, em casas, como já foi dito, construídas e mobiliadas à européia. Os demais habitantes, porem, ainda conservam suas casas edificadas no estilo primitivo. Estas são todas de madeira e cobertas de telhas, e, exceto nas grandes cidades, raro se encontram casas de mais de dois andares, se bem os hotéis e hospedarias tenham geralmente quatro. Ao rés do chão, o soalho é levantado de cerca de 18 polegadas e esteirado. As paredes divisórias nessas casas são quadros de madeira forrados a papel e as portas de corrediças. Em casas de primeira ordem, porem, emprega-se nas salas principais, em vez de papel, seda para forrar as paredes. Não há mobília nas casas, comem e dormem no chão e sentam-se em almofadas; assim, quando entra uma visita, a criada ou criado oferece-lhe logo a almofada, tendo-se antes colocado na postura, já descrita, de respeitosa cortezia, e após a almofada vem sem detença o clássico chá verde sem assucar, servido em pequenina xícara de finíssima porcelana. Assim nas casas particulares, como nos hotéis, ninguém entra sem primeiro descalçar-se à porta da rua, sendo os sapatos entregues a um criado ali postado para recebê-los, supõe-se que, como medida de asseio e economia, para evitar que se suje e estrague a esteira com que alcatifam o assoalho. Por intermédio do Encarregado de Negócios de Portugal, pois o Brasil não tinha no Japão representação diplomática, o illustre Sr. José Loureiro, obteve que o Mikado me concedesse uma audiência e no dia designado eu e oito oficiais por mim indicados metemo-nos em um trem do caminho de ferro, que vai de Yokohama a Tóquio, com destino a esta cidade, levando conosco nossos uniformes. A hora marcada para a audiência nos achamos em o novo e esplêndido palácio imperial, sendo transportados do hotel, onde nos hospedamos, em carruagens para tal fim postas à nossa disposição pelo governo.

Após uma espera, que não durou mais de cinco minutos, se tanto, fomos introduzidos pelo mestre de cerimônias, o ministro da

casa imperial, visconde H. Hijikata, à presença do Mikado, que trajava o uniforme de almirante, enquanto aquele seu ministro trazia casaca civil. Sua Majestade saudou-nos muito amavelmente e por intermédio do mestre de cerimônias, que nos dirigiu a palavra em francês, perguntou-me qual o itinerário da nossa viagem, assim como nos disse que muito desejava estabelecer com o Brasil relações de amizade e comércio; e como lhe perguntasse eu, sempre pelo órgão do visconde Hijikata, porque não mandava ao nosso país um navio de guerra, respondeu-me que era muito longe, e então lhe respondi que tão longe ficava para os brasileiros o Japão quanto o Brasil para os japoneses, riu-se Sua Majestade ao ouvir do mestre de cerimônias a objeção que lhe vinha de fazer. Ao príncipe D. Augusto, que era um dos oito oficiais, perguntou o Mikado pela saúde do ex-imperador, depois de o haver Sua Alteza cumprimentado da parte deste. Finda a audiência, cumprimentamos Sua Magestade e passamos a percorrer o palácio, acompanhado pelo mesmo personagem, o visconde Hijikata, cavalheiro demasiado amável e de alta distinção. Ficamos realmente extáticos e deslumbrados do luxo, esplendor, gosto estético e riqueza desse palácio, que, sem exagero, é uma maravilha, particularmente a sala do trono, onde à mais aprimorada elegância aliam-se opulência e luxo archi-orientais, formando um conjunto admirável. E a sala de espera onde estivemos antes de sermos introduzidos ao Mikado, a qual é mobiliada à européia e à japonesa, vimos objetos de arte japonesa de um primor peregrino. Percorrido todo o palácio, retiramo-nos acompanhados até ao vestíbulo pelo mestre de ceremonias, que, por suas maneiras, assenhoureou-se-nos do coração.

De volta para o hotel, visitei o conde Saigo Tsugumichi, ministro da marinha, e o conde Okuma, ministro dos negócios estrangeiros e no dia imediato o visconde H. Hijikata. O primeiro retribuiu-me em pessoa a visita, para o que foi a Yokohama; o segundo por seu secretário particular, o Sr. T. Sameshima e o último por meio de um cartão. Tanto o ministro da marinha como aquele falavam corretamente o inglês.

No dia seguinte ao da audiência do Mikado, o conde Tsugumichi ofereceu-nos um *lunch* em sua quinta de Shiba Rikin, em Tóquio, no qual foram compartes todos os ministros, príncipe Snajo Sametoni, o governador de Yokohama e outros magnates. Afinal, depois de quatorze dias de demora, tivemos de abandonar Yokohama, onde tão bem acolhidos fomos, quer pelas autoridades, quer pelo povo, e da qual guardamos as mais gratas recordações.

DE YOKOHAMA A NAGASAKI

Apercebido o *Almirante Barroso* de quanto se fazia mister para a travessia que tñhamos de realizar de Yokohama a Shanghai, na China, deixamos o primeiro desses dois portos à 1 hora e 26 minutos da tarde de 4 de agosto. A entrada do porto de Nagasaki é em uma enseada pouco profunda, que começa no cabo Nomo (*Nomo-Saki*) e vai, com a direção Ne., terminar na ponta Megami, a qual forma o lado oriental da entrada do porto. Em frente a este há grandes e pequenas ilhas, pertencentes todas à cadeia de ilhas que começa um gráu ao sul do estreito de Simonoseki, sendo a maior das que ficam defronte de Nagasaki, a Koiaki, que demora ao SW. da entrada deste porto. Ao sul desta ilha e à distância de 3 milhas ao S.4.SW, está a ilha Taka (*Taka-sima*), notavel por suas abundantes minas de carvão de pedra; o qual como já tive vez de dizer, é o melhor carvão do Japão. Um navio que vai demandar o porto de Nagasaki tem alguns perigos a esquivar e são eles: a rocha Hirase, que demora a E. 4 ½ SE. do farol da ilha Ywo, quatro amarras da costa leste desta ilha e que só fica coberto na preamar, estando assinalada por uma balisa encarnada de 10 pés de altura; a rocha Barracouta, que jaz a W.4NW da ponta Papenburg, e a uma amarra de umas ilhotas situadas fora de Kabuto-Saki, ponta sueste da ilha Kamino (*Kamino-sima*), a maior ilha do lado norte do caminho para o porto, e onde se veem algumas baterias, que comandam a passagem, podendo a rocha em questão ser evitada desde que se conserve aberto de Papenburg, quando se marcar esta a Leste, a parte da costa acima de Megami, e a rocha Swinger, que fica à meia distância entre Takaboko, ou Papenburg e a ponta Ogami, extremo Oeste da entrada do porto de Nagasaki. Evita-se semelhante escolho sabendo-se que ele está em uma mesma linha com a ponta noroeste da ilha Ywo e o forte do cabo Kabuto (*Kabuto-saki*). Para se passar livre dele, basta conservar o mastro de sinais daquela ilha pelo referido forte. Só pode, pois, tornar-se perigoso o escolho em questão quando succeder passarem ao mesmo tempo dois navios em suas vizinhanças.

Há três passagens para demandar o porto: uma pelo canal Oki, entre Oki-sima e Koyaki; outra, ao sul desta ilha, pelo canal existente entre ela e ilha Kiusiu; e, finalmente, a terceira, que é a do norte e deve ser sempre preferida e que fica entre a ilha Ywo, onde estão o mastro de sinais e o faról, e o cabo Tukuda (*Tukuda-saki*). A entrada do porto de Nagasaki é estreita, pois tem apenas um quarto de milha entre as duas pontas, Ogami e Megami. Ele, porem, é grande, comodo e perfeitamente abrigado, mas, sem embargo disto, exposto aos ciclones. Por sobre ele um desses meteoros

passou em 1872, produzindo notáveis estragos, assim no mar como em terra; perderam-se então dois navios de guerra japoneses, que se despedaçaram de encontro a umas pedras situadas em frente à cidade e próximos do lado oposto do porto e uma divisão naval americana se viu em mui sérios apuros.

EM NAGASAKI

Como no estio, na monção do SW., que ali sopra constante e fresca e entra justamente pela barra, sente-se nos navios, quando a ela aprofados, intenso calor; tem por costume os vasos de guerra, por meio de um ancorote e virador, conservarem-se, nas horas em que é mais elevada a temperatura, com o costado oferecido ao vento, o que grandemente lhes atenua os rigores da canícula. Nagasaki foi o primeiro porto que no império japonês se abriu ao estrangeiro e o único que gozou deste favor desde 1623 até 1857, isto é, até dois anos antes da ratificação do tratado celebrado pelos ingleses para a abertura dos outros portos do Japão.

Os primeiros estrangeiros que estabeleceram colônia em Nagasaki foram os portugueses e só depois foram ali estabelecidos os holandeses, que tiveram a habilidade de conseguir dos naturais a expulsão daqueles, explorando, para este fim, a incandescente questão de crenças religiosas. Daí resultou que os holandeses ficaram sós no gozo daquela regalia, mas que somente na ilha De (*De-sima*) lhes foi permitido estabelecerem-se. A cidade é pequena e possui uma população que não excede de 75 a 80 mil almas, está dividida em duas partes: uma feramente japonesa, a E., e a outra, a W., mista; achando-se, porém, na ilha De as melhores casas de moradia. Esta ilha, onde tiveram os holandeses sua feitoria fica ao SW. da cidade e um tanto a cavaleiro de seu solo e a esta se acha ligada por uma ponte de pedra.

No que respeita ao comércio, é Nagasaki a terceira cidade do Japão, sendo Osaka a primeira e Yokohama a segunda.

DE NAGASAKI A SHANGHAI

Mandei acender os fogos na manhã de 14 de agosto, para logo depois sairmos a barra de Nagasaki com destino ao porto chinês Shanghai. Mas, porque o vento soprasse demasiado fresco e do SE.E.SE, acompanhado de chuva copiosa, e o tempo estivesse nublado, e o barômetro a baixar, ordenei que abafassem os fogos. Du-

rante todo aquele dia o tempo continuou o mesmo e, sabendo eu à tarde, por mo ter mandado dizer o consul americano, que o Nagasaki Clube recebera um telegrama, comunicando que um ciclone seguia das Philippinas na direção de Tonkin, conclui que o mau tempo reinante não era senão consequência do meteoro (*). Em vista disto, julguei de bom aviso adiar a partida para o dia imediato, caso o tempo melhorasse, o que efetivamente sucedeu e as 6 horas da manhã de 15 deixamos o porto de Nagasaki com destino a Shanghai, onde aportamos no dia 18, amarrando, às 9 horas e 5 minutos da manhã, em uma bóia pertencente à companhia inglesa Peninsular and Oriental, cujo agente mui expontaneamente ma ofereceu.

Visto que já tenho falado e continuarei a falar em ciclones, parece-me de conveniência consagrar algumas linhas ao estudo destes meteoros, cuja teoria há sofrido ultimamente algumas modificações.

O ciclone (do grego *Kiklos*, círculo) é um turbilhão no qual o vento tem dois movimentos, um de rotação e outro de translação. Os ciclones que cursam no mar da China tomam o nome de *typhoons*, sem que, porem, haja diferença notavel entre estes e os outros. O movimento de rotação dos ciclones efetua-se da direita para a esquerda, isto é, no sentido contrário ao dos ponteiros de um relógio, no hemisfério setentrional, e no mesmo sentido desses ponteiros, isto é, da esquerda para a direita, no hemisfério oposto; o movimento de translação faz-se, em ambos os hemisférios, de E. para W., quer dizer, dos quadrantes de E. para os de W., descrevendo o centro do meteoro uma parábola, cujo ápice fica do lado de W. Há, porem, ciclones que descrevem curvas verdadeiramente extravagantes: é o que se observa, em especial, nos mares da China, sendo que os das Antilhas tambem apresentam, algumas vezes este fenômeno.

Em suas *Memórias sobre a meteorologia dinâmica*, cita Mr. Elias Leonis um ciclone, o de 30 de dezembro de 1874 a 18 de janeiro de 1875, o qual, durante estes vinte dias, não fez mais do que vagar pelo Atlântico, descrevendo circuitos dos mais esquisitos.

O fenômeno de que me estou ocupando pode-se bem apreciar nos mapas dos *typhoons* (ciclones do mar da China), que ocorreram durante 12 anos, mapas que estão anexados aos registos (dos *typhoons* organizados pelo observatório Zi-Ka-Wei, lugar situado seis milhas ao S. W. de Shanghai e onde teem os missionários jesuitas seus principais estabelecimentos.

(*) Nagasa¹ é uma das estações meteorológicas do Japão, sendo as outras Tokio, Kioto e Hiroshima e tanto nesta como naquela cidade há observatório, Alem dessas estações, existem mais doze, estabelecidas em faróis.

Este observatório foi fundado e é dirigido pelos ditos missionários, sendo o padre Marc Dechevrens seu diretor-chefe e encarregado das observações meteorológicas.

O centro do meteoro é que descreve a trajetória; e como seu círculo de ação abrange milhares de milhas, essa trajetória divide este círculo em duas partes, das quais, para o observador que estiver voltado para o lado onde se move o ciclone, uma chama-se semi-círculo da direita e a outra semi-círculo da esquerda, ou, em outros termos, semi-círculo maleável e semi-círculo perigoso. Esta discriminação varia com o hemisfério: no boreal o semi-círculo perigoso é o da direita e o maleável o da esquerda; o inverso sucede no hemisfério austral. Um navio, surpreendido por um desses medonhos inimigos, deve, antes de mais nada, procurar conhecer a que rumo demora o centro do meteoro e, depois, em qual dos semi-círculos está ele (o navio). Sobre este particular estão acordes todos os autores em que no hemisfério norte se estará no semi-círculo da direita, se o vento girar da esquerda para a direita e no semi-círculo da esquerda, se o giro for no sentido contrário e que o inverso terá lugar no hemisfério sul. Uma vez conhecido o semi-círculo em que se acha o navio, tem este de determinar a direção em que fica o centro do meteoro, afim de, por todos os meios, evitar que por sobre si passe esse centro; porquanto é ele, sem dúvida, a parte mais perigosa do ciclone, em razão do mar montuoso e confuso que se levanta no ponto correspondente a essa parte; mar em que, segundo pintam-no alguns escritores, a água parece elevar-se e logo após cair em catadupas piramidais, obliterando-se a habitual sucessão regular das vagas. Consoante velhos autores, Redfield, Reid e Piddington, que se baseavam na lei circular, criada pelo primeiro desses escritores, o centro do meteoro está sempre a oito quartos da direção do vento e, conforme o hemisfério, à direita ou à esquerda do observador voltado para o lado donde ele sopra. Em oposição a este modo de ver, Espy e outros sustentam, firmados principalmente em bases teóricas, que em um ciclone o vento não se move em volta de um círculo, mas sopra diretamente para o centro de um círculo ou, por outra, sopra radialmente. Esta lei chama-se radial e aquela, como foi dita, circular. Posteriormente outros observadores sustentam que o vento nem sopra circularmente nem radialmente, mas entre o rádio e a tangente do círculo, com uma inclinação para dentro da tangente, sendo de cerca de duas quartas a indicação média; de sorte que a direção do vento fez com o rádio um ângulo de seis quartas e o vento move-se espiralmente para dentro. As investigações feitas em milhares de tempestades giratórias por quasi todas as partes do mundo deixaram acima de qualquer dúvida a verdade das conclusões dos primeiros observado-

res, a saber: que a rotação do vento faz-se invariavelmente da direita para a esquerda no hemisfério boreal e em sentido oposto no austral.

Mostraram, igualmente, essas investigações que nenhuma das citadas leis, circular, radial e espiral, é exclusiva e restritamente aplicável a todo um ciclone, se bem cada uma delas, dentro de certos limites, possa aplicar-se a alguma parte do meteoro, isto é, a lei circular à parte interior, onde é mais violento o vento, a radial à parte externa, onde a força do vento é menor que em qualquer outro ponto do ciclone e a espiral à parte intermédia, onde a intensidade é mediana relativamente às procedentes.

Em face do exposto não é difícil de compreender-se que o centro do ciclone não pode conservar a mesma direção em todas as partes do meteoro, assim como que essa direção é relativa à força do vento; porquanto, conforme foi dito, essa força varia segundo a lei, circular, espiral ou radial, porque é regida a parte do meteoro que se considera. Com respeito a este ponto, Mr. Frederick Chambers, diretor do observatório de Bombaim, chegou aos seguintes resultados: Para a força do vento 7 (na escala de Beaufort) a direção do centro do ciclone é de 11 quartas à direita de quem está voltado para o vento; para a força 8 é de 10 quartas, para a 9 de 9 quartas, para a 10 de 9, para a 11 de 6, para a 12 de 8. Diz esse observador, F. Chambers, que estes dados constituem uma lei espiral modificada, lei que, embora um tanto simples, é mais precisa que qualquer das comumente usadas e acrescenta que ela, se for observada, habilitará os navegadores a fazerem melhor estimativa do que a que até hoje lhes tem sido possível fazer, da direção do centro de um ciclone no mar Árábico. Sobre a direção do centro do meteoro relativamente à do vento, Mr. W. Dobereck, astrónomo do governo da colónia de Hong-Kong e diretor do observatório ali existente, diz o seguinte: "O ângulo que a direção do vento forma com a do ráio (linha reta tirada do observador ao centro do *typhoon*, é, em média, entre 10° e 25° de latitude, de 43° na frente do centro e de 35° atrás. Entre 30° e 35° de latitude, de 65° na frente e 85° atrás, e, entre 10° e 35° de latitude, isto é, entre os limites ordinários da zona dos *typhoons*, de cerca de 49° à frente e 62° atrás. Daí deduz o mesmo autor uma regra para, a bordo de um navio no mar da China, achar-se a marcação do centro de um *typhoon*, a qual diz ele ser aproximadamente a correta. A regra é esta: dando as costas ao vento, ter-se-á o centro à esquerda, mas a 3 quartas diante da mão esquerda, isto é, o centro demorará a 11 quartas, mais ou menos, do vento. Se o navio estiver em mui baixa latitude, o centro poderá ficar a 4 quartas diante da mão esquerda, quer dizer a 12 quartas do vento; se em alta latitude, o centro poderá demorar a 9 quartas do vento.

Diz ainda o autor que, quando o vento tem atingido a força do vento duro, o ângulo médio entre e a direção do centro não parece mudar inteiramente, mas pode oscilar para um e outro lado de seu justo valor o vento que, em um *typhoon*, sopra por fortes lufadas, Como se vê, diz Mr. Doberck que, depois do vento adquirir a intensidade do vento duro, a direção do centro do *typhoon* parece não mudar de todo; o que está de acordo com os resultados obtidos por Mr. Frederick e já mencionados, porquanto, para essa intensidade, que corresponde a 9 na escala Beaufort, a direção do centro é de 9 quartas, ao passo que, na maior força do vento, correspondente a 12 da mesma escala, é de 8 quartas essa direção, isto é, uma quarta apenas de diferença para menos.

A determinação do rumo a que está o centro de um ciclone é uma questão das mais importantes para um navio assaltado por um desses meteoros, questão para cuja solução nem sempre são applicáveis as regras dadas geralmente pelos autores que hão tratado do assunto, visto que, como já tive ensejo de dizer, *typhoons* há que descrevem circuitos dos mais bizarros e para estes falham todas as leis ciclônicas já enunciadas. Ainda não é perfeitamente conhecida a origem ou causa dos *typhoons*, os quais, pelo que se tem observado, estão ligados a uma alta anormal de temperatura e humidade em algum sítio, comparativamente ao *quantum* termométrico e higrométrico das vizinhanças desse sítio. Como é sabido, entre dois lugares em que haja diferença notável de pressão atmosférica, o vento sopra do lado direito do observador voltado para o ponto de maior pressão, e com tanto mais força quanto maior é essa diferença, a qual tem o nome de *gradiente* (*gradient*). E o gradiente constitue o mais seguro elemento para prever-se em terra a formação de um *typhoon* ou a mudança de tempo. O gradiente é expresso em centésimos de polegada para quinze milhas, e, correspondendo a uma certa força de vento, é algum tanto incerto, mormente se essa força excede à do furacão; mas, em média, o gradiente de 0^o,02 em 15 milhas corresponde a uma força de vento igual a 6 da escala Beaufort; 0^o,03 corresponde a 7 da mesma escala; 0^o,04 8; 0^o,05 a 9; 0^o,07 a 10; 0^o,010 a 11; e onde o gradiente é superior a 0^o,1 em 15 milhas, o vento, diz Doberck, sopra com a força de um *typhoon*. O gradiente é perpendicular à linha isobar e, segundo ficou dito, constitue o elemento mais precioso para prever-se o tempo. Assim, diz ainda Doberck, durante a monção de SW. o barômetro, por via de regra, está mais alto em Luzon do que ao longo da costa da China, o gradiente sendo dirigido de SE. para NW., indicando vento Sul com o prevalecente no mar da China, segundo a regra de 12 quartas. Mas, como ocasionalmente acontece na quadra dos *typhoons* durante a monção de SW. as pressões anunciadas das estações meteoroló-

gicas situadas ao longo da costa da China são mais altas que as anunciadas de Luzon, o gradiente então está invertido, sendo dirigido para SE. e desta sorte, indicando ventos do Norte. Em ocasiões tais pode-se esperar um *typhoon* e as probabilidades crescerão se o barômetro estiver baixando em Luzon e subindo vagarosamente ao norte da China e no Japão, e antes se houver observado *cirrus* vindos de E. ou Norte. Os *typhoons* do mar da China estão bem estudados, graças a numerosas estações meteorológicas e observatórios existentes nas Filipinas, China e Japão, estabelecimentos estes em que se colhem dados sempre que por eles passa um *typhoon*, o que geralmente sucede; servindo tais dados, com os colhidos pelos navios que acontece serem apanhados por algum desses meteoros, para a determinação das trajetórias dos *typhoons*, pelas quais se pode estudar as respectivas leis. Ha em Manilha (na ilha de Luzon, uma das Filipinas) um importante observatório, dirigido pelo Padre Faura, um dos mais notáveis astrônomos que se conhece e aquele que melhor tem estudado as tempestades giratórias e uma estação meteorológica em Bolinan (tambem em Luzon), lugar por onde passam quasi todos os *typhoons* do mar da China. A leste do império chinês existem dois observatórios, um em Hong-Kong e o outro em Li-Kai-Wei, próximo a Shanghai e muitas estações meteorológicas na costa chinesa e no Japão quatro observatórios alem das estações meteorológicas em 12 faróis, sendo que no Japão muita importância ligam ao estudo da meteorologia. Segundo Redfield, Reid, Piddington, La Brosse e outros, o número de *typhoons* em cada ano é quando muito de três; entretanto, segundo Doberck, a média é de 15 por ano, número que combina com o que se deduz dos registos dos *typhoons* ocorridos em 12 anos, organizados pelo observatório de Zi-Kai-Wei. Enquanto estivemos no oriente da Ásia houve naquelas paragens seis ciclones, sendo um depois de havermos deixado o mar da China. Este último, um furioso *typhoon*, que houve lugar de 31 de outubro a 1 de novembro de 1889, apanhou junto dos Porceles (Parceis) o paquete francês *Natal*, em viagem de Hong-Kong para Saigon. O tenente J. de Suguy, da marinha francesa, em um livro, *Éléments de météorologie nautique*, assim se exprime a propósito dessa terrível tempestade: "Um medonho exemplo do perigo que corre um navio, passando pelo centro de um *typhoon*, acaba de nos ser dado pelo *Natal*, paquete da "Messageries Maritimes". Este *typhoon* formou-se ao SE. das Filipinas e seguiu a princípio a direção oeste, curvando-se, depois, para o sul, pouco mais ou menos no meio do mar compreendido entre o continente de um lado e do outro o arquipélago das Filipinas e os que lhe ficam ao sul". Ao sair de Hong-Kong, reconheceu o referido paquete que para Oeste se movia um *typhoon* e que o paquete se achava do lado direito (lado

perigoso) do meteoro, e quis então fazer a manobra que alguns aconselham, mas que só em casos muitos excepcionais eu executarei e por ela passar por diante do centro do ciclone para o lado maleável. Aconteceu, porem, que não se tendo calculado bem a distância a que estava o paquete desse centro ou a velocidade de translação do meteoro, elementos estes cuja determinação é indispensavel para que se possa executar aquela manobra, mas difíceis de serem calculados, passou o centro do *typhoon* por sobre o *Natal*, que bem caro ia apagando o seu arrojo, pois por pouco esteve a sossobrar, tendo-lhe ficado completamente limpo o convés; camarins, cobertas de escotilhas e tudo mais quanto nele estava lhe arrebatou o mar que, no dizer do tenente Suguy, era medonho. Conforme já dei a entender, quasi todos os *typhoons* teem sua origem a E. e SE. do arquipélago das Filipinas, nessa parte do Pacífico setentrional, a qual é caracterizada por alta temperatura em sua superfície. Formam-se tambem *typhoons* no mar da China, mas, em geral, fracos e de pequeno raio de ação, porque, movendo-se rapidamente para o norte, entram pelo continente ou pela ilha Formosa; e é um fato averiguado que em terra perdem os *typhoons* grande parte de sua força. Se, porem, acontece passarem tais *typhoons* (os formados no mar da China) para o norte pelo canal da Formosa, então tornam-se tão formidáveis como os que se originam no Pacífico. A origem dos *typhoons* é de 12° de latitude para cima, mas se tem observado typhoons formados em 9° e 8° de latitude Norte. Segundo Dorberck e mais autores que teem escrito sobre ciclones, a direção da trajetória destes meteoros é grandemente influenciada pelo vento da monção reinante. Assim é que a trajetória dos *typhoons* na monção de SW. curva-se mais para Leste do que a dos que ocorrem em outra monção, na de NW., bem como a velocidade de translação do meteoro aumenta à medida que ele sobe em latitude. Dorberck fornece os seguintes dados, muito uteis para o caso da manobra de que falei a propósito do paquete *Natal*. A velocidade média de um *typhoon* é, em 11° de latitude de 5 milhas por hora; em 13° de latitude de 6 ½ milhas; em 15° de 8 milhas; em 20° de 9 milhas, em 25°, de 11 milhas; em 30° de 14 milhas; em 32°, de 17 milhas por hora. Segundo o mesmo autor, o aumento de velocidade pouco varia no caso de *typhoons* formados ao sul de 13° de latitude, assim como em 32 ½ de latitude ela varia de 6 a 36 milhas por hora; de sorte que, diz o autor, não se pode ter inteira segurança de que, nesta última latitude, marche um *typhoon* com a velocidade média, que é de 17 milhas.

Em tal caso, ou, por outra, estando-se em tal latitude ou próximo dela, não se deve por fórmula alguma praticar a referida manobra,

isto é, procurar passar do lado perigoso para o maleável do meteoró por diante do centro. Dorberck sugeriu a idéia de dividir-se os *typhoons* em quatro classes, segundo as direções que eles geralmente seguem, a saber: 1.^o, *typhoons* de 1.^a classe, os que ocorrem no começo e fim da estação dos *typhoons*. Eles atravessam o mar da China e seguem ou na direção W.NW., da vizinhança de Luzon para Tonkim, passando ao sul ou atravessando a ilha Hainan, ou, se a pressão atmosférica é grande no Annan, seguem primeiro para W. e subsequentemente para SW.

2.^o, *typhoon* de 2.^a classe, que são os que mais frequentemente se encontram. Eles seguem geralmente rumo NW., enquanto nas proximidades de Luzon, ou vão de encontro à costa da China ao sul do canal da Formosa, caso em que, por via de regra, perdem bruscamente o caráter de tempestade tropical, recurvam-se pelo interior da China, tornam a entrar no mar em algum lugar entre Shanghai e Tchefoo, atravessam a Koréia ou passam próximo dela e vão perder-se na direção E.NE., ou passam pelo canal da Formosa, recurvam-se para NE. e seguem ao longo da costa do Japão, ou, finalmente, chocam com a costa da China ao norte da Formosa. Os *typhoons* que seguem esta última direção, originam-se mais a E. das Philippinas do que os outros. Eles ou continuam a mover-se para NW., caso em que se perdem ao cabo de breve tempo, ou curvam-se daí e seguem para NE., passando próximo da Koréia. Os *typhoons* de 2.^a classe ocorrem de junho a setembro inclusive, porém, são mais comuns em agosto e setembro. Parece que à classe em questão pertence um terço dos *typhoons*; eles podem prolongar-se, em média, por sete dias, ou ter uma duração entre cinco e 12 dias.

3.^a, *typhoons* de 3.^a classe, que provavelmente são, dentre todos, os mais numerosos, mas não são encontrados frequentemente com os de 2.^a classe e pois, a existência de um *typhoon* dessa classe (3.^a) é algumas vezes apenas suspeitada, posto seja certo que eles influem no estado do tempo, ao longo da costa oriental da China, na área do bom tempo, dentro da qual fica esta costa. Eles passam geralmente próximo do Japão. Sucede, porém, que, às vezes, um *typhoon* de 3.^a classe continua a mover-se ao rumo N. NW., e não se curva senão quando chega a W da Koréia. Eles prevalecem na mesma quadra que os de 2.^a classe e duram de 3 a 12 dias. Ordinariamente um *typhoon* de 3.^a classe aparece após um de 2.^a É bem sabido que em lugares que acabam de sofrer uma depressão barométrica, outras da mesma natureza são suscitadas.

4.^o, *typhoons* de 4.^a classe, os que passam ao sul de Luzon, seguindo para W., ou primeiro nesta direção e depois para SW. Eles ocorrem no começo e fim da quadra dos *typhoons*, quando é forte a monção NE., isto é, em abril e no outono; são, porém, muito raros.

Há quem diga que são eles mais violentos no outono que na primavera, e como aparecem em latitudes relativamente muito baixas, sua extensão é demasiado limitada. A média dos *typhoons* em cada um dos meses em que ocorrem é: janeiro 2, fevereiro 0, março 2, abril 2, maio 5, junho 5, julho 10, agosto 19, setembro 27, outubro 16, novembro 8 e dezembro 3. Daquí se infere que esses meteoros são mais frequentes nos meses de agosto, setembro e outubro, em o primeiro e último dos quais navegamos no mar da China, sendo que, pela parte setentrional deste mar passamos em agosto, mês em que soem curvar os *typhoons* de 2.^a classe, cuja trajetória passa pelo canal da Formosa ou pelo norte desta ilha, indo até Koréia. E pela parte meridional do mesmo mar andamos no mês de outubro, em o qual são frequentes os ciclones de 1.^a classe, que atravessam esta parte, isto é, que cursam entre Luzon e Tonkin ou Hainan. Por um feliz acaso não encontramos nenhum desses temíveis e devastadores inimigos, sem embargo daquela circunstância e a de ter havido seis ciclones, enquanto nós no oriente da Ásia.

Um destes teve lugar na véspera de nossa entrada em Yokoama e passou sobre Tonkin; outro quando nós fundeados em Nagasaki, que também passou sobre esta cidade chinesa; outro, e este subiu, tendo atravessado o canal da Formosa, quando estávamos em Shanghai; e os tres outros quando nos achávamos em Hong-Kong. Desses, dois passaram a Leste da Formosa, seguindo um pelo sul do Japão e outro através deste país; e o terceiro, que ocorreu no dia 23 de setembro, véspera do equinócio, passou por sobre Tonkin, verificando-se com relação à data, o que dizem todos os autores que se occupam de semelhantes meteoros, a saber: que é quasi infalível haver um *typhoon* um ou dois dias antes ou depois do equinócio, se este coincide com a conjunção da lua, coincidência que se deu dessa vez.

De Nagasaki até Shanghai tivemos sempre ventos fracos e variáveis no quadrante SW., razão por que fizemos toda essa travessia a vapor e, bem assim, por não ser conveniente nem prudente demorar à espera do vento, visto ser agosto, como já tive ocasião de mostrar, um dos três meses em que são mais frequentes os *typhoons*. O trecho de mar compreendido entre a costa da China a W., desde o rio Yang-tse-Kiang até ao promontório Shantung, a costa da Koréia ao N. e Leste e uma linha imaginária que, partindo da ponta sueste desta península e passando pelas ilhas Liu-Kiu, vai ter ao extremo norte da Formosa, e, ao Sul, a linha imaginária tirada do Norte da Formosa à foz daquele rio; todo esse trecho de mar, quero dizer, é conhecido com o nome de Mar Amarelo pelos navegadores.

Mas os chins dividem em duas partes esta porção do mar e a uma delas dão nome de Tug-hai (*Tung*, Leste e *hai*, mar: mar de

Leste), a qual fica compreendida entre a costa da China e uma linha imaginária que, tirada da boca do Yang-tse-Kiang, passa pela ponta sueste da Koréia e a cadeia de ilhas estendida de Kiu-siu a Liu-Kiu e vai terminar ao N. da Formosa, dando eles então o nome de Whang-Hai (*Whang* amarelo e *hai* mar: mar amarelo), à outra parte, que é limitada a W. pela costa da China, desde o Yang-tse até o promontório Shantung, e a E. pela costa oeste da Koréia.

Assim, pois, de Nagasaki ao Yang-tse navegamos pelo mar de Leste dos chins e Amarelo dos navegadores, sendo que estes não admitem aquela divisão, que aliás é aceita pelos geógrafos. Se bem que seja pequeno o espaço compreendido pelo mar Amarelo dos navegadores, contudo os ventos reinantes em sua parte leste ou mar de leste dos chins, não são os mesmos que sopram em sua parte oeste ou mar Amarelo propriamente dito (*Whan-Hai* dos chins); devido a isto, sem dúvida, a achar-se esta parte entre duas costas, como que comprimida entre elas, e talvez outro não fosse o motivo que induziu os chins a fazerem a mencionada divisão. Assim é que, junto à costa no Whang-Hai ou a parte oeste do mar Amarelo dos navegadores, os ventos são locais durante a maior parte do ano, enquanto na linha que separa esta parte da que se chama mar de Leste, isto é, entre Shanghai e a Koréia, em dezembro e janeiro, o vento sopra quasi constantemente de NW., com temporais muito duradouros de N. NW., umas vezes conservando-se o tempo claro, outras nublado e chuvoso. No mar de Leste os ventos que prevalecem durante a primavera e até ao fim de junho, são os de Leste, trazendo chuva. No findar dessa estação eles se inclinam para SE. e no começo de setenbro predominam os ventos entre ENE. e Sul. O tempo melhor em toda a China é de abril a maio. A corrente em os dois mares é fraca e, segundo os roteiros, seguem os ventos; o que é conforme ao que observei, pois, que encontramos vento SW. fraco e corrente para NE., também fraca. A parte setentrional da costa da China entre o rio Yang-tse e o golfo de Lian-Tung, com quasi 100 milhas de extensão, foi desconhecida dos europeus, assim como esse rio, até ao tratado de Tientsin, celebrado em 1858, pelo conde Elgin, cidade esta, Tientsin, que é banhada pelo rio Peh-ho (*Peh*, branco e *ho*, rio: rio branco), também chamado Tientsin-ho, o qual é a grande estrada para Pekim, capital do Celeste Império. Antes do referido tratado, só por informações dos missionários jesuitas, tinham-se algumas notícias da mencionada parte da costa chinesa e dos rios que a irrigam. A exploração deste trato da costa, bem como a do rio Yang-tse, que é um dos maiores do mundo e a via de comunicação da mais alta relevância na Ásia para o comércio europeu, deve-se a oficiais da marinha inglesa. Este rio nasce nas montanhas do Thibet e tem 3.000

milhas de extensão, 1.100 das quais estão exploradas e destas são navegadas por navios estrangeiros 600, isto é, até Hankow, posto digam que os paquetes que por aí navegam podem ir até Tchang, a 950 milhas do mar. Hankow é um dos portos do tratado do rio Yang-tse, abertos ao comércio estrangeiro, sendo os outros Shanghai, Chinkiang e Kiukiang; e, se bem o porto de Nankin, no mesmo rio, esteja também compreendido no tratado de Tientsin, todavia ainda está por ser aberto aos estrangeiros.

O estuário do Yang-tse-Kiang tem 70 milhas de largura e sua entrada é dividida pela ilha Tsung-ming e o grande banco Tsung-sha, formando aquela ilha, a maior ilha de aluvião que se conhece, a parte norte e o banco a parte sul do delta ali existente. Uma e outro, ilha e banco, dividem em tres canais aquela entrada, o do norte, o do meio e o do sul, sendo por este que passam os grandes navios que se dirigem a Shanghai, já por ser o que oferece sufficiente profundidade, já por ser o mais curto e conveniente caminho para esse porto, embora se diga que o do meio se está tornando o melhor dos três.

Os bancos que ficam ao sul da entrada do Yang-tse e a 14 milhas W4½NW da ilha Gustslaff e, bem assim, o Tsug-sha, estendem-se à grande distância fora da foz do rio, a 150 e mais milhas e estão assinalados por boias nas partes de menos fundo. Àquella distância, mais ou menos, as águas são barrentas, de cor amarelada, aproximando-se à de oca; o que em tempo nublado constitue um sinal pelo qual se conhece que se está perto da costa. O rio Wusung, que banha Shanghai, grande cidade comercial e 12 milhas de sua foz, e é um tributário do Yang-tse, tem cerca de 60 milhas de curso e nasce no lago Tien-shan.

EM SHANGHAI

O porto de Shanghai é um dos mais importantes empórios comerciais do mundo, graças à sua comunicação por água com quasi todo o império chinês e por ser o porto mais próximo à rica cidade de Suchau, situada à margem do grande canal. Seu ancoradouro mede quatro milhas de extensão, sendo dividido em seis secções, em as quais os navios ficam amarrados segundo o regulamento que o rege e cuja execução, bem como a conservação do porto, está a cargo de uma autoridade, capitão do porto, a qual tem na alfândega sua repartição. Há nesse porto três grandes docas, duas na margem esquerda do rio, no lugar chamado Hong-kew, abaixo da cidade e a terceira de frente desta, no lugar denominado Pootung, situado à margem direita. Uma das duas primeiras, a chamada doca velha, tem 374 pés de comprimento, 52 de boca, 14 de profundidade na preamar de águas

vivas e 9 na de águas mortas. Ao lado destas duas docas encontram-se oficinas bem montadas e preparadas para realizarem qualquer reparação em navios de madeira e de ferro e em máquinas. A terceira doca, que se chama Muirhead, mede 380 pés de comprimento, 125 de largura na parte superior e 75 na inferior, 21 de profundidade na preamar de águas vivas e 16 na de águas mortas. A única moeda nacional é de cobre chamada *sapeca*, a que dão os ingleses o nome de *cash*. É circular e tem no centro um furo pelo qual se enfia um cordão, o que fazem os chins, quando são muitas. A primeira moeda deste padrão foi cunhada 1.120 anos antes de Cristo, quando Saul era rei de Israel. Desde então a *sapeca* tornou-se na China moeda nacional corrente. Para transações comerciais, usam-se, em todas as províncias do litoral, os dólares espanhóis (duros), cinco pesetas, mexicanos e norte-americanos, mormente os mexicanos. As moedas de que se fala nas contas comerciais com os chins são o *liang*, *tsien*, *fan* e *li*, as quais pelos estrangeiros são respectivamente chamadas *tael*, *mace*, *candarcem* e *cash*: 1 *tael* vale 10 *maces*, 100 *candarcens*. Os *taels* são trocados por dólares na razão de 720, por 1.000 dólares e se é a vista o pagamento, na razão de 717 *taels* por 1.000 dólares, sendo que os negociantes são pagos pelos compradores na razão de 715 a 717 *taels* por 1.000 dólares. O comércio de ópio importado é quasi todo procedente da Índia e é consumido juntamente com o que produz a China, dizendo os fumantes que aquele é superior a este. Fundeado no porto de Shanghai estava, em frente mesmo à concessão inglesa, um pontão pintado de amarelo, que serve ali de depósito de ópio. Esta côr que é a da bandeira de quarentena, parece-nos mesmo a mais apropriada para aquela morada da morte, receptáculo de uma substância tóxica destinada ao uso de seres humanos! Eu não olhava para esse navio, em cujo bojo se encerrava o aniquilamento de um povo, que não se me afigurasse ver uma dessas vítimas do narcotismo crônico, um chim anguloso, esquelético, idiótico, de magreza esquelética e cor de oca, verdadeira múmia semovente, como tantos exemplares que vi nas casas de fumar ópio, ou antes, lúgubres dormitórios, que visitei em Shanghai, onde os há em grande número, alguns bastante grandes. Estas casas possuem grandes salões para o narcotismo em comum e quartos particulares para os viciosos mais recatados, onde se servem a largos haustos os vapores desprendido do inebriante suco do *papaver somniferum* e lentamente com eles a morte moral e depois a física. Salões e quartos oferecem aos *habitués* leitos convidativos, que consistem, nos salões, em um grande estrado elevado um metrô e meio do chão e dividido em compartimentos separados uns dos outros por anteparos de madeira de 70 a 80 cm. de altura. Os compartimentos são outras tantas camas, para uma pessoa cada compar-

timento, e tem por toda mobília, cada um deles, um travesseiro de pau e uma lâmpada de vidro, onde de continuo arde uma torcida embebida em alcool que se contem no reservatório da lâmpada. Nos quartos há camas semelhantes às dos salões, mas somente uma ou duas em cada um. Quem quer fumar dirige-se ao dono do estabelecimento, ou ao caixeiro, que está assentado por detrás de um balcão em um lugar reservado, aluga um cachimbo apropriado, por tempo determinado, por uma ou mais horas, compra certa quantidade de ópio e, recolhendo-se ao compartimento que lhe é destinado, prepara o cachimbo pondo-lhe ópio e deita-se; após o que, encosta o cachimbo à chama da lâmpada e vai fumando até queimar-se todo o ópio contido. Repete-se a operação uma ou mais vezes, segundo a tolerância do fumante, o qual fica, afinal, preso nos braços do sono por tempo mais ou menos longo.

Disse-me o proprietário de uma dessas casas que ali costumavam tambem fumar marinheiros de navios de guerra ingleses e norte-americanos; o que não deve causar admiração a quem tem noticia do abuso que, na Inglaterra e alguns outros países, fazem da morfina muito: representantes do *high-life*, de um e outro sexo; não fumam ópio mas se injetam de morfina pela via sub-cutânea até produzirem o morfismo, cujas consequências não diferem das do abuso do ópio.

Li em um jornal que raro é se não encontrar seringa de Pravaz no toucador das damas da aristocracia inglesa. Se a noticia exprime a verdade, é caso de dizer-se, a propósito do lento envenenamento dos infelizes chins pelos ingleses por meio do ópio: "quem com ferro fere..."

Alem de que, na Inglaterra, o consumo de bebidas alcoólicas, sem embargo das sociedades de temperança existentes, é maior que em qualque outra parte do mundo, e até se conta que o presidente de uma dessas sociedades compareceu a uma sessão debaixo de *chuva* torrencial. E' sabido, igualmente, que na velha Albion a gota é o triste apanágio dos lords e argentários. Pode-se, pois, proclamar: *A China está vingada!* Parece que é da natureza mesma do chim o pendor mais ou menos pronunciado que ele mostra para todos os vícios, os quais por tal geito se arraigam, que impossivel se torna extirpá-los. Por vezes tem o governo chinês tomado medidas severas no sentido de coibir o hábito do ópio; mas todas elas tem sido infrutíferas, mesmo porque os ingleses as hão contrariado, mantendo o comércio do soporífero e, dest'arte, alimentando o funesto vício, do qual não pequenas somas lhes adeem. Assim tambem são certos costumes que na China estão adotados, alguns dos quais, se não trazem a morte, com certeza martirizam, causam verdadeiras deformidades, criam uma situação intoleravel, impossivel mesmo.

Vem de molde falar nos pés das damas da aristocracia chinesa, coisa aliás muito conhecida. É, com efeito, geralmente sabido que, no Império do Meio, é sinal antes de distinção que de beleza a pequenez dos pés, pelo que a parte fragil do *high life* procura tê-los de menores dimensões possíveis; e, para tal conseguirem emprega-se um processo inortopédico dos mais simples, mas também dos mais inquisitoriais: desde o nascimento da fidalga começam a apertar-lhe os pés em todos os sentidos e assim continuam progressivamente, até que, na idade adulta, se achem eles reduzidos a insignificantes dimensões; em uma palavra, impedem pela compressão o desenvolvimento dos pés, e, por fim de contas, não se tem mais que um aleijão. O grande artelho fica dobrado sob os mais, estes trepados e achataados uns sobre os outros e a planta do pé profundamente sulcada em todos os sentidos. Possuo um modelo de madeira de um desses pés aristocratas, que não mede mais de tres centímetros de comprido sobre dois de largo.

Daquí resulta que, com tão flagrante infração das leis de gravidade, uma fidalga chinesa, em pé e parada, não pode manter-se senão em um estado de equilíbrio instavel; de sorte que, para andar, precisa ter duas criadas, uma de cada lado, que a sustentam, e como, ainda assim precisa dos braços para equilibrar-se, outra criada vem atraz, com a sombrinha aberta para resguardá-la dos raios solares. Se tal uso na China fosse geral, poder-se-ia chamar o Império da Imobilidade; assim com tal denominação se dá agora com relação ao progresso, que ali é nenhum sob todos os pontos de vista. Os chins efetivamente, adiantaram-se muito nas artes e indústrias e ainda hoje são inimitaveis a certos respeitos. Atribue-se-lhes mesmo a descoberta da pólvora antes de nossa era e há também quem afirme que eles, antes de qualquer outro povo, já conheciam a bússola e a imprensa. Mas certo é que há séculos chegaram a esse grau de adiantamento e aí pararam, até hoje não mais deram um só passo avante. O que na China seria digno de admiração, se não fosse tão sofismada, é a justiça, que ali é gratuita e pública, podendo cada qual ser advogado de si mesmo perante qualquer tribunal. Mas, acontece que as leis sendo boas, excelentes mesmo, a justiça é, de ordinário, mal distribuida, arbitrária e venal. Mas, neste particular, o Celeste Império não está só e, muito ao inverso, encontra imitadores em países que se tem em conta de adiantados e onde Themis, no entanto, só não é cega, surda e parálitica quando tem de atuar sobre os fracos. Finalmente, sob o ponto de vista intelectual e moral, é a China um dos países mais atrasados do munto. E' caso de se dizer que Confúcio e Fó perderam o tempo e o latim: suas doutrinas acabaram por misturar-se com um sem conta de superstições, como estão hoje ali, e, apesar dos esforços do imperador Lien-Long, a literatura e a

ciência estacaram no Império do Meio ou no meio do império. Assim é que, naquele vastíssimo e populoso país, os instrumentos de astronomia, a pólvora, a bússola, a imprensa, etc., são ainda hoje o que foram primitivamente. A cidade de Shanghai, vista de fora, tem bela aparência, por causa da casaria geralmente alta e de bonita arquitetura que se vê ao longo do cais, na extensão de uma milha. Mas, para dentro deste lanço de casas, poucas são as que apresentam bom aspecto, a não ser nos arrabaldes, onde há quintas de muito gosto, propriedades de ingleses. A cidade está dividida em quatro partes, a saber: as tres Concessões, americana, inglesa e francesa e a cidade chinesa. Esta fica ao sul da Concessão francesa, que está ao lado da inglesa, da qual é separada por um canal, o Yang-King-Pung, que desemboca no rio e contígua à Concessão inglesa fica a americana, que dela é separada pelo canal Suchau. A Concessão americana, conhecida pelo nome de Hing-Kiew, ocupa a extensão de uma milha na margem meridional do canal de que acabo de falar. Assim, sobre os dois mencionados canais, como sobre outros que cortam a cidade, há pontes sem importância, sendo a melhor delas a que liga, junto à margem do rio, as Concessões inglesa e americana entre si. Das tres concessões, a melhor é incontestavelmente a inglesa. É aí que se encontram clubes, jardins e as habitações mais belas e confortáveis, quer dentro delas, quer fora, nos arrabaldes. Na Concessão francesa há apenas um edifício bonito, o qual é o respectivo consulado e este mesmo ameaçava ruína e tanto que estava todo espedado. Em cada Concessão há uma parte reservada aos chins, que, em geral, negociam em artigos fabricados no país, distinguindo-se suas casas de negócio por um pano preto ornado de caracteres chineses ou dragões dourados que lhes pende de cada uma das portas. Na Concessão inglesa ha uma elegante capela protestante, e na francesa uma igreja católica, pequena e modesta, em a qual, enquanto nós naquele porto, costumava ouvir missa a parte da guarnição que estava de folga. Nesta última Concessão existe um colégio, dirigido por irmãs de S. Vicente de Paula, para meninas ricas e pobres, e, segundo informações que ali colhi, merecedor de particular menção. Nada, porem, atrai mais a atenção em Shanghai que o reservatório de água, que abastece as tres Concessões.

A água ali usada é a do rio, a qual se filtra por meio de areia e carvão em grandes tanques, pelo mesmo processo empregado em Londres para filtrar a água do Tâmis, sendo ela tirada do rio para esses tanques por poderosas bombas a vapor. Há tres clubes na Concessão inglesa: um inglês, o Shanghai Club, muito bem arranjado, com todas as comodidades; um alemão, o Concórdia, que é também confortável e um modesto clubes português. Todos eles nos con-

vidaram, a mim e os oficiais, para frequentá-los durante nossa demora no porto.

Três são os melhores hotéis, um em cada Concessão. Mas, não são todavia bons e o mais confortavel é o da Concessão americana, chamado Hotel Americano.

É ali, pelo que se observa nas três Concessões, que pode bem comparar-se o gênio colonizador inglês com o das duas outras nações; sendo, contudo, de notar que o americano é superior ao francês.

A parte propriamente chinesa de Shanghai é o que há de mais imundo em todo o globo e na América não existe um só lugar a que possa comparar-se; nem mesmo a nossa Baía, que, no tocante à higiene, eu até então supunha ser o monturo do mundo. Visitamos, igualmente, eu e os oficiais, o observatório de Zi-Kai-Wei, a que já mais de uma vez me referi. Aí fomos recebidos por seu diretor, o Sr. Marc Descrevens, missionário da companhia de Jesus. Esse estabelecimento, que já conta doze anos de existência e foi fundado pelos missionários da referida companhia, continuando a ser por eles custeado e dirigido, presta reais serviços à meteorologia, sobretudo, no atinente aos *typhoons*, dos quais o observatório publica anualmente um registo completo e detalhado com todas as informações precisas para o estudo destes meteoros. Ali, ademais de observações para a determinação da hora do lugar, que é dada aos navios surtos no porto, por meio de um balão em um mastro colocado em posição muito visível para esses navios, sendo executada do próprio observatório e por meio da eletricidade, a manobra de içar e arriar o balão, fazem-se também observações para a determinação das pressões atmosféricas, temperaturas, intensidade de irradiação solar, umidade relativa e absoluta, nebulosidade, quantidade de chuva, magnetismo terrestre e intensidade do vento, empregando-se nesta última observação o anemômetro de Robinson. Das observações ali feitas sobre magnetismo terrestre resulta que, em Shanghai, a agulha tem uma declinação de cerca de 2°W. e a sua ponta norte uma inclinação de 46° abaixo do horizonte, assim como a declinação varia muito tardi-gradamente e a inclinação é variavel no decurso do tempo. Não longe de Zi-Kai-Wei, em Ton-si-wé, ficam dois importantes estabelecimentos orfanológicos, dos quais um para o sexo masculino e o outro para o feminino, o primeiro sob a direção de missionários jesuitas e o segundo sob a de religiosos de São Vicente de Paula. A estes estabelecimentos pios são recolhidas as crianças abandonadas pelos pais, a maior parte das quais ainda de peito e aí criadas e educadas. Aprendem a ler e escrever, bem como artes e ofícios, segundo a vocação de cada uma. Vimos no primeiro trabalhos interessantíssimos de marcenaria, carpintaria, pintura e muitos outros e há uma bem montada tipografia, cujos operários são educandos do estabelecimento. Nela

se imprimem todos os livros e folhetos dados à luz pelo observatório e bem assim obras diversas por encomenda; e daqui, como de outros trabalhos, adveem lucros, que são applicados ao custeio da util instituição. Aí nos foi, igualmente, mostrado vasto armazem repleto de objetos de madeira para o culto religioso, tais como altares, custódias, sacrários, cruzes, púlpitos e etc., tudo fabricado pelos orfãos. As meninas também aprendem a ler e escrever, assim como todo e qualquer trabalho de agulha e os vários misteres de uma dona de casa. De ordinário os educandos casam-se com as educandas e, uma vez casados, ficam residindo mesmo em Ton-si-wé, que de nada que era tornou-se uma aldeia importante, habitada quasi exclusivamente por filhos dos dois estabelecimentos.

É realmente uma obra sublime e altamente meritória, direi mesmo divina, essa dos missionários jesuitas e das irmãs de S. Vicente de Paula, não só pelos inestimáveis resultados que daí decorrem, como pelos sacrificios imensos que fazem esses abnegados apóstolos da caridade e da civilização, sofrendo toda sorte de privações em um clima fundamente insalubre e, o que é mais, tendo a vida em constante perigo, expostos, como se acham, à brutal agressão de um povo viciado, inculto e fanático.

DE SHANGHAI A HONG-KONG

Posto a bordo o que de mister nos era para esta travessia, aos dez minutos depois do meio-dia de 20 de agosto largamos a bóia a que estava amarrado o cruzador, e, sob a direção de H. H. Cunningham, piloto da costa da China, começamos a navegar rio abaixo. Não devo occultar, antes de tudo, que só tomei prática para, caso fossemos apanhados por um *typhoon*, o que eu tinha como muito possível, visto nos acharmos então em quadra própria, podermos mais facilmente entrar em algum dos portos de abrigo, segundo aconselham os roteiros daquela costa; porquanto é corrente, naquelas paragens, que um navio de vela ou um a vapor de pequena marcha, que no canal da Formosa haja de lutar com um ciclone, ver-se-á em sérios perigos e isto já por falta de sufficiente espaço para as manobras em casos tais requeridas, já pelo mar montanhoso e irregular que se levanta por virtude da pouca profundidade do canal.

Hong-Kong é a maior das ilhas do grande arquipélago que se estende em frente da grande baía do Cantão, em cujo fundo deságua o rio deste nome ou Si-Kiang e da que lhe fica contígua e um tanto ao sul, e em a qual se acha a colônia portugueza de Macau. Esta ilha,

pelos chins chamada Heang-Keang, tem 9 milhas de comprimento, de NW.4.W| a SE.4.E., e 2 a 5 milhas de largura, e é cercada de outras menores, as quais são todas, como ela, de constituição róchea.

O porto de Hong-Kong, situado entre esta ilha e a terra firme, oferece duas entradas, a de E. e a de W; a primeira é estreita e fica entre a ponta nordeste da ilha e a terra firme, porem, antes de chegar-se a este passo, que se denomina Lymnoon e mede $1/4$ de milha de largura, há um largo canal compreendido entre a parte oriental da mesma ilha e a ocidental da ilha Tantu. Neste canal há apenas a evitar-se as rochas Bokhara e a Tathong, sendo esta descoberta e elevada acima d'água e aquelas cobertas; das primeiras (Bokhara) a do SW., em a qual bateu o vapor *Boúhara*, fica na baixa-mar, três braças abaixo da superfície d'água e demora ao S. $4\frac{1}{2}$ —. SE. da Tathong e a E. 4. NE. do cabo Aguilar e está assinalada por uma bóia pintada de preto e branco e sita não propriamente sobre ela, mas a $1\frac{1}{2}$ milha NE. $\frac{1}{2}$ E. dela, sendo que o centro desta bóia fica ao rumo N. 4. $3/4$. NW., em linha com a rocha Tathong e a ponta Collison.

EM HONG-KONG

O porto de Hong-Kong é dividido em duas partes pela península de Kowloong, das quais uma é chamada porto interior e situada a E. e a outra porto exterior e sita a W., sendo nesta, que fica em frente à cidade, que fundeiam os navios, dos quais os mercantes ficam por fora dos de guerra. A menor largura deste porto é entre a ponta leste da referida península e a mais setentrional da ilha de Hong-Kong e mede apenas $4/5$ de milha. O porto exterior está exposto aos ventos de W., os quais, comtudo, não levantam muito mar, graças às ilhas que estão fora e ao banco Killet, que corre paralelamente à barra; o porto interior é completamente abrigado de todos os ventos. Entretanto, ambos estes portos ficam expostos aos *typhoons* que, por felicidade, são ali raros. Ao sul da terra firme, ou parte setentrional do porto de Hong-Kong, assim como ao sul desta ilha, há enseadas que abrigam dessas tempestades, e é para tais pontos de abrigo que soem ir os navios de guerra e mesmo os mercantes, logo que o observatório dá sinal de ciclone.

Por isso, quando nós ali, contratei um práctico para levar o navio a uma dessas enseadas, caso se fizesse o referido sinal, o qual consiste em tiros dados por um canhão assestado ao pé de um mastro onde se fazem sinais de entrada e saída de navios e, por meio de um

balão, indica-se a hora, balão que se iça cinco minutos antes do meio dia e a esta hora se arria. Dois tiros anunciam a aproximação do *typhoon* e três que é de esperar ronde o vento. O porto de Hong-Kong, sobre ser uma das bases de operações da marinha inglesa nos mares da China e centro da esquadra inglesa nos mesmos mares, é também uma das estações de carvão, das quais depende a mesma marinha para sua comunicação com o Oriente pelo canal de Suez, sendo Gibraltar, Malta, Aden, Ceilão e Singapura as demais estações. Tal a razão por que Hong-Kong está fortificada tanto por terra como por mar, tão bem defendida, que é tida por inexpugnável. A defesa por mar consiste em minas sub-aquáticas e na esquadra, que é poderosa. Como já tive ensejo, de dizer, o grosso desta esquadra nós encontramos em Yokohama, sob o comando do vice-almirante Samon, em trânsito para um dos portos do norte do Japão, afim de aí passar o verão, como de costume, mas em Hong-Kong ficam sempre navios destinados à defesa da costa, sob o mando de um comodoro. A cidade de Hong-Kong ou cidade da Vitória, que, em 1839 era habitada por 7.000 piratas, conta entretanto hoje 160.432 habitantes e seu porto é frequentado anualmente por 63.967 navios medindo 12.996.396 toneladas, sendo ingleses 5.231, outras nacionalidades 2.460 e 56.386 juncos, dos quais 47.567 empregados no comércio estrangeiro e 8.819 no local. De começo Hong-Kong serviu de estação aos navios da companhia das Índias que levavam ópio a Kiran-Tong. Depois, porem, que Liu, comissário do Celeste Império, incendiou as feitorias de Cantão e declarou guerra ao pernicioso comércio do ópio imposto pela Inglaterra, muitos chins se refugiaram em Hong-Kong, que veio a ser colônia inglesa por virtude do tratado de Cantão, em 1842. Foi, pois daí que Hong-Kong começou a desenvolver-se, e, portanto, ao cabo de 46 anos apenas chegou ela ao estado florescente em que hoje se acha, o qual se deve, em grande parte, à companhia Jardine, cujos vapores ali afluem em número consideravel conduzindo seda, ópio, chá, arroz, açúcar, algodão, óleo, sal, etc.; sendo estas mercadorias, em grande parte, re-exportadas para outros portos. Hong-Kong, que outro produto não tem para exportar senão granito, faz no entanto espantoso comércio de trânsito, é imenso depósito de mercadorias européias destinadas a várias praças da Ásia e, vice-versa, destas para a Europa e, sem embargo de sua esterilidade, há tomado desenvolvimento admiravel; o que unicamente se explica pela sua posição geográfica. Foi incontestavelmente o florescimento de Hong-Kong, que trouxe a decadência e a morte de Macau, que presentemente é para Portugal antes um grande onus que fonte de

rendas; e tal estado é também devido à cessação da exportação de *coolis* que dali se fazia para as Repúblicas do Perú e Bolívia e illas do Pacífico setentrional, em virtude de um tratado celebrado entre os governos inglês e português. Entretanto, ouvi em Macau muitas queixas e protestos contra este último governo, pela celebração de semelhante pacto, que não tem sido cumprido pelos ingleses, pois que não saem *coolis* de Macau, mas saem de Hong-Kong com ciência das respectivas autoridades, que fecham os olhos a tal abuso. Estes dois portos comunicam-se, diariamente, por uma linha de pequenos vapores, havendo outra que põe em comunicação Hong-Kong e Cantão. Além da navegação a vapor, há a de juncos entre os referidos portos. Dão-se ainda frequentes casos de piratarias nas costas da China, principalmente na zona austral, sendo que esses ladrões do mar atacam não somente juncos senão também vapores. Não há muito tempo ocorreu um desses ataques a um dos vapores que andam entre Hong-Kong e Macau. Algum tempo após haver saído do primeiro destes portos esse vapor, os chins que nele iam como passageiros atacaram o comandante, a guarnição e outros passageiros e obrigaram o maquinista a parar a máquina e então juncos que estavam próximos do lugar, atracaram ao vapor, a cujo bordo saltaram piratas, que só se retiraram depois de haverem-no saqueado. Daí em diante aqueles vapores tomaram a prudente medida de reservar para os passageiros chins a primeira coberta e de, apenas se acharem a certa distância do porto, fechar com grades de ferro todas as escotilhas, exceto uma, onde fica postada uma sentinela armada, além da que se encontra no salão de ré, cabides com armas de repetição carregadas, para serem utilizadas pelos passageiros no caso de algum assalto. Quanto aos juncos empregados no comércio, estes andam armados com canhões, antigas caronadas, para se defenderem. Vi alguns assim armados no porto de Macau. Contam-se em Hong-Kong 97 escolas públicas, sendo a maior parte puramente chinesas e as demais anglo-chinesas e 107 particulares, completamente independentes da ação do governo. Há ainda duas escolas portuguesas, frequentadas pelos filhos da colônia portuguesa, que ali é grande (procedente de Macau). As escolas públicas são todas para o sexo masculino. Em 1880 o diretor da instrução pública propôs ao governo a criação de uma escola anglo-chinesa para o sexo feminino; proposta que pela população inglesa foi olhada com desagrado e contra a qual fortes objeções se levantaram, fundadas principalmente no fato, que a observação confirmara, de concubinarem-se com europeus e seus descendentes as raparigas chinesas que recebiam educação inglesa, o que seria alimentar a libertinagem local. Citou-se até o fato de, por tal motivo, haver uma comissão de senhoras fechado em 1865 uma escola que ela abria em 1862, isto é,

apenas tres anos antes. A ser, porem, verídico o que alegam os ingleses de Hong-Kong, ninguem deixará de attribuir o fenómeno à incompetência das preceptoras, que não sabem pelo cultivo intelectual e pelo exemplo estetizar os instintos naturais das discipulas, matando-lhes os vícios, depurando-lhes os costumes adquiridos no regaço materno. Se a instrução, ou antes, a educação intelectual não pode atingir esse fim moral, torna-se então coisa quasi inútil, senão inteiramente inutil. A cidade de Hong-Kong ou da Vitória, edificada na vertente de uma montanha, mede tres milhas de circunferência. A parte compreendida entre o sopé desta montanha e o cais é bastante larga, perfeitamente plana, estendida em todo o comprimento da cidade e toda edificada com boas casas, geralmente de negócios, bancos, clubes e bem assim quartéis de tropa, etc. Esta parte, tanto por ser a em que se encontra todo o comércio, como por ser plana e prestar-se por isto ao trânsito de carro e ir ter ao Jardim Botânico, lugar de passeio, é a mais concorrida, principalmente a certas horas do dia, das 2 às 4 da tarde, e em certo quarteirão, nas proximidades do Grande Hotel, visto ser aí que se reúnem os corretores, em sua maior parte portuguezes de Macau, para transações mercantis, espécie de *Ensihamento*.

A cidade estende-se pela montanha acima até o meio de sua altura, pouco mais ou menos, sendo que no pico da Vitória há também casas de residências, inclusive um hotel; e este pico, conforme já foi dito, está ligado, até certa altura, à cidade por um ferrocarril do sistema do de Santa Teresa, no Rio de Janeiro.

Na parte alta da cidade, exceção feita de algumas casas, que são sem dúvida bonitas e mesmo de bela arquitetura, todas as mais são feias e sujas, mormente as do bairro chinês, que demora no lado oriental da cidade, sendo quasi todas estas de três e mais andares. As ruas macadamizadas umas e as outras calçadas de pedras, e as ladeiras, que também teem este calçamento são geralmente em degraus largos bastante para tornar suave a subida. Para transporte de gente, o carrinho japonês, *jín-ric sha*, é o veículo usado na parte baixa da cidade, e nas ladeiras é o palanquim, uma cesta de palha com seis faces iguais, das quais só a anterior é aberta, sustentada por dois varais, um de cada lado, onde pegam dois homens, um atrás e outro adiante, os quais as carregam aos ombros, sendo que os varais atravessam a parte superior do palanquim. É de vêr a presteza com que esses carregadores chins, de complexão aparentemente fraca, levam ladeira acima essas cestas conduzindo um adulto dentro delas sentado. Palanquins há particulares, todos bem arrançados, com rica almofada de seda sobre o assento, varais pintados ou forrados de custoso estofa e os carregadores uniformizados, trazendo

alguns na gola da camisa o monograma do patrão. Em Hong-Kong, cuja população é quasi inteiramente chinesa, o comércio a retalho está quasi todo nas mãos dos chins, que vendem não só mercadorias chinesas como até japonesas e européias; quasi todo o comércio de câmbio é também feito por eles, que são geralmente os alfaiates, sapateiros, marceneiros, etc., da terra. Enfim, os chins parecem gozar ali da maior soma possível de liberdade e, segundo ouvi de alguns negociantes dessa nacionalidade, vivem contentes e satisfeitos. O mesmo, porem, não succede com a classe mais baixa, à qual pertencem os tiradores de *jin-rick-shas* e os carregadores de palanquins; porquanto, pelo que observei, essa classe é olhada com o mais soberano desprezo pelos ingleses, que tratam esses chins ilotas como cães leprosos, ao mesmo tempo que a polícia trá-los de contínuo amassados a cacete. E note-se que não são raras na Inglaterra as sociedades protetoras de animais!

DE HONG-KONG A SINGAPURA

Não obstante em outubro, sobretudo em seu começo, um mau mês para a navegação ao sul de Hong-Kong, mormente por navios à vela ou por vapor de pouca marcha e isto não só por causa dos *typhoons*, que então ainda são frequentes, como porque até o meio e, às vezes, até o fim do mês, a monção de SW. é ainda algum tanto fresca, e durante ela não é nada facil navegar-se para o sul; às oito horas e 35 minutos da manhã de 29 de setembro largamos a bóia e, sob a direção do práctico, saímos do porto de Hong-Kong pela barra de leste, passando pelo canal existente entre a ilha Green e a de Hong-Kong, e, quando nos achamos fora de todas as ilhas, retirou-se o práctico.

Fizemos a travessia com os cuidados que os roteiros aconselham e chegamos em Singapura.

EM SINGAPURA

Depois de havermos dado as salvas do estilo, veio a bordo nosso Consul, o Sr. Almeida, que se nos apresentou uniformizado, mas com um uniforme que de brasileiro só tinha o emblema do *bonet* e este mesmo consistia em uma chapa de latão das que outrora traziam nos respectivos *bonets* os nossos fuzileiros navais; tudo o mais era inglês. Como estivessemos fundeados um pouco fora do ancoradouro dos navios de guerra, pedimos ao consul que, mal chegasse em terra, tratasse de nos enviar um práctico do porto para fundear o cruzador em

lugar conveniente; e, de fato, foi satisfeito meu pedido, vindo a bordo esse prático, que efetuou a remoção do navio, o qual ficou fundeado em cinco braças de fundo com o ferro de BB. e 45 braças de filame.

O porto de Singapura está dividido em dois: o antigo e o novo. O primeiro, que fica em frente à cidade, é tão espreado que os grandes navios ficam fundeados a considerável distância da cidade, o que, sem dúvida, constitue grave inconveniente, além do de ser um porto aberto completamente, acrescento que em Singapura dão-se frequentes aguaceiros, embora pouco duradouros, sendo de NE. ou de SW., segundo as respectivas monções, os quais são respeitados por sua violência e numerosidade e ali conhecidos pelo nome de *sumatras*. E, coisa notável, esses aguaceiros ocorrem geralmente entre uma e cinco horas da manhã, devido provavelmente ao maior resfriamento da atmosfera. Os navios de guerra fundeiam do lado W. do porto em fundos de cinco a seis braças, existindo uma bóia que marca o limite Leste deste ancoradouro. O porto novo está situado entre o extremo meridional da ilha de Singapura e as ilhas Blakan Mati. Singapura é uma ilha de cerca de 27 milhas de comprimento sobre 14 de largura e está separada do extremo sul da península de Malaca por um estreito de $3/4$ de milha de largura. É sede do governo das Colônias do Estreito (Strait Settlements), que compreende Singapura, Penang com a província de Wellesley e Malaca.

Como é sabido, depois que a Inglaterra perdeu a colônia de Java, Sir Stamford Raffles, ex-governador desta colônia, compreendendo, como homem de talento genial, a situação excepcional de Singapura e as inúmeras vantagens que daí adviriam para seu país, assim sob o ponto de vista estratégico, como sob o comercial, deu-se pressa em ali plantar a bandeira inglesa, propondo logo um tratado a Toumong, sultão de Djshore. Havendo os holandeses, diz a história, comprado o estreito de Rhio, os ingleses, como que em represália, compraram Singapura àquele sultão.

Mas, sabendo este que o sultão de Rhio, Rhaman Shah, pretendia vender à Holanda a mesma ilha (Singapura), da qual se considerava então senhor como o sultão de Djshore, Sir Stamford mandou buscar Rhaman Shah por um navio de guerra e o fazendo proclamar verdadeiro sultão pelo Toumong e o Randahara, conseguiu em 1819, que ele assinasse o tratado pelo qual entrou a Inglaterra na posse da ilha. Esse espírito superior, glória da nação inglesa, côncio das gravíssimas consequências que para uma colônia decorrem do vexatório sistema taxativo sobre ela exercido, do que eram frísante exemplo as vizinhas colônias holandesas, onde era praticado esse pernicioso sistema, de que também se servira a Companhia das Índias,

com o fim de auferir rendas para a metrópole, fez de Singapura um porto livre, idéia que teve ali sua primeira aplicação.

Esta sábia resolução, unida à excepcional posição geográfica da ilha, fez que ela, cuja extrema esterilidade é aliás conhecida e onde não existe indústria alguma, encarrilhasse no caminho de um desenvolvimento crescente até chegar ao estado lisongeiro em que de presente se vê. Sem embargo, porém, é força confessar que, de certo tempo a esta parte, tem ela decaído algum tanto, visto que, sendo Singapura o empório de todo o comércio da Europa com a China e o Japão e provindo daí todo o seu adiantamento, nestes últimos tempos resolveram os negociantes fazer diretamente suas remessas para aqueles países asiáticos e deles para a Europa. Não padece dúvida que foi Singapura que matou Batávia, assim como Hong-Kong trouxe o aniquilamento de Macau e Penang, colônia inglesa na península de Malaca e já em pé de notável desenvolvimento, há de ser sempre poderosa antagonista da colônia holandesa de Acheen, no extremo noroeste de Sumatra, dado que a Holanda consiga subjugar os acheenenses, que ainda agora disputam com admirável heroísmo a livre posse de seu país natal. Sob o ponto de vista estratégico, a posição de Singapura é de grande relevo, porquanto é esta ilha a chave obrigada do extremo oriente. Para a conservação de sua colônia da Cochinchina, a França está inteiramente dependente da Inglaterra e da Holanda, principalmente daquela, porque a passagem da Europa para a Ásia Oriental pelo estreito de Sonda é, além de muito mais longa, mais difícil e perigosa que pelos estreitos de Malaca e Singapura. Os ingleses tem tão fortificada Singapura, que ela é hoje, como Hong-Kong, considerada inexpugnável. Dest'artes asseguram eles uma das bases de operações e uma das estações de carvão para a sua marinha, caso haja de operar no Oriente. Para tal fim, a Inglaterra, além das fortificações, tem ali grandes depósitos de carvão e auxiliou os particulares na construção de docas e grandes oficinas a elas anexas. A cidade de Singapura pode chamar-se a moderna Babel, povoada como é por europeus, malaio, chins, hindús, malabares, kingos, bengaleses, árabes, persas, etc., dividindo-se cada uma das raças em cinco ou seis castas de origens diferentes. A cidade está dividida em quarteirões, cada um dos quais é habitado por uma tribu, tomando cada uma o nome do lugar de onde procede a tribu que a habita. Assim é que se vê rua de Bornéo, Pekim, Delhi, Benares, Coromandel, Sinai, Teheran, etc. Encontram-se ali boas casas e alguns edifícios públicos notáveis por sua arquitetura, como sejam: o palácio da Justiça, a Municipalidade ou casa da Câmara, o Correio, a Capitania do Porto e a igreja de Santo André, que passa por ser um dos mais belos templos das Índias Orientais. São pitorescos os arrabaldes de

Singapura, sendo o melhor deles o Belvedere, onde residia o Consul Brasileiro. Singapura é servida pelas mesmas linhas de paquetes que navegam da Europa para Hong-Kong e uma espanhola que vai até às Philippinas tocando nesse porto.

DE SINGAPURA A BATÁVIA

Às tres horas e quinze minutos da manhã de 16 de outubro suspendemos de Singapura e, sob a direção do práctico Deinsdad, de nacionalidade inglesa, seguimos com destino a Batávia, onde fundeamos.

Às 5 horas e meia da manhã de 20 de outubro atracou um bote com o práctico do porto e um escaler com um oficial do navio-chefe holandês.

O práctico conduziu o cruzador para dentro do porto onde o amarrou com o ferro de BB. e 20 braças de amarra e, mais, com duas espias pela pôpa amarradas a uma boia e outra pela proa presa a uma outra bóia; e o oficial, depois de me haver comunicado o que o levara a nosso bordo, isto é, que fora visitar-me por parte do Almirante e da parte do mesmo ofereceu-me tudo quanto precisasse o — *Almirante Barroso*.

EM BATÁVIA

O porto de Batavia é propriamente comercial.

O militar é o de Sourabaya, o qual está fortificado e é onde o governo holandês tem um arsenal regularmente montado, sendo este o principal estabelecimento naval das possessões holandesas no Oriente. Nota-se neste porto militar uma doca flutuante de ferro com 202 pés de comprimento e 47 de boca e uma seca, que pode conter um navio de consideravel grandeza. O navio-capitânea que estava no porto de Batávia, disseram-me, foi construido naquele arsenal e especialmente para esse fim, isto é, com todas as condições para ser habitado em um país quente. A ilha de Java, país de uma fertilidade admiravel, tem cerca de 575 milhas de comprimento e uma largura variando de 48 a 117 milhas e é considerada uma das regiões mais densamente povoadas do mundo, porquanto, para uma área de 37.029 milhas geográficas quadradas, conta uma população de 20.594.168 de almas, sendo a de Batávia, que é uma das mais populosas cidades do globo, de 1.013.884 de habitantes, dos quais 10.262 são europeus.

Java constitue grande fonte de rendas para o governo holandês, as quais proveem principalmente de pesados impostos de que se acham

sobrecarregadas a importação e exportação; sistema que contrasta com o adotado pelo governo inglês em suas colônias e não é outro o principal motivo por que Singapura tanto tem concorrido para a retrogradação dessa colônia neerlandesa. Como é sabido, está em Java instituído o trabalho forçado, que o holandês mantém por rioio dos Rajahs, os quais para isso são por ele liberalmente remunerados e cercados de todas as honras e esplendores, aumentando-lhes o prestígio entre os indígenas, que outra coisa não são que infelizes bestas de carga, jungidos ao carro do conquistador, ou melhor, do usurpador. Divide-se a grande ilha em presidências, em cada uma das quais há um Rajah e, além deste, um funcionário holandês, senhor de baraço e cutelo, sem cuja audiência nada pode fazer aquele príncipe indígena, o qual, por fim de contas, não passa de um mero papelão, uma espécie de fetiche. Sobre o sistema colonizador da Holanda ouçamos a palavra autorizada do conde Bouvoir: "Java é uma soberba e brilhante exploração, minuciosamente regulamentada pelo governo desde A até Z, com uma *entente* inaudita para derramar nos cofres do Estado tudo quanto é possível tirar-se dessa bela ilha, a mais fértil do globo, ou, antes, dessa imensa fazenda administrada por pequeno número de funcionários." Para conseguir e perpetuar tal estado de coisas, o governo da Holanda tem por conveniente conservar os colonos na ignorância. E tanto é assim que Batávia, com população de mais de um milhão de almas, conta apenas 64 escolas primárias. O governo neerlandês mantém nessas possessões do Oriente um exército de 32.290 homens de todas as armas, dos quais 14.607 europeus e os mais indígenas e uma esquadra de 26 navios de combate, 19 transportes, uma torpedeira e tres pequenos navios à vela empregados no serviço hidrográfico.

Toda esta esquadra estava guarnecida por 3.597 marinheiros. Da força de terra 5.000 homens achavam-se ao norte de Sumatra, em Atjeh; e dos navios dez, sem um encouraçado, o *Rei de Holanda*. Batávia, capital da ilha de Java é sede do governo das possessões holandesas do Oriente; é uma cidade original; é, pode dizer-se, um paraíso de eterna verdura. E, na verdade, propriamente falando, Batávia não tem ruas, mas longas e largas alamedas ladeadas de frondosas árvores seculares que as ensombram e por trás das quais se erguem as casas, que são todas de construção adequada ao clima intertropical, varandadas e com portas e janelas altas e largas e até as lojas, armazens do comércio, em quasi sua totalidade, escondem-se no copado do arvoredado. De sorte que quem está na extremidade de uma dessas ruas e olha para o extremo oposto, não vê as casas, mas somente as árvores majestosas, que se levantam diante delas, ostentando toda a luxuriosa pujança da flora tropical.

O brasileiro que se vê naquela cidade sem igual, banhada por uma atmosfera ricamente oxigenada, abrigada sob bastas ramadas, de encontro as quais se vêm quebrar os raios de um céu de fogo, cortada de largas avenidas, que são como vastos brônquios, por onde o ar livremente circula, com sua casaria leve e acessível aos ventos, não pode deixar de deplorar nossas cidades, de ruas estreitas, tortuosas e infectas, orladas de construções pesadas e acanhadas, constantemente assaltadas por ondas de poeira e difícil e irregularmente ventiladas. De certo tempo a esta parte a nossa capital federal tem tratado de modificar as suas habitações, mas acontece que, sem atenção ao nosso físico e afeitos como estamos a macaquear em tudo os povos mais adiantados da velha Europa, está ela substituindo em geral as suas antigas construções, carecidas de toda significação arquitetônica, por estreitos *chalets* variada e profusamente arabescados, muito justificáveis nos vales da Suíça, mas nada compatíveis com o nosso clima. *Chalets* no centro de uma cidade e uma cidade capital de um vasto país, só no Rio de Janeiro. Fica-lhe faltando gravidade, é o cunho de uma grande capital; além de que, no rigor da canícula, ficam seus habitantes metidos em verdadeiros fornos. Nossos antigos colonizadores, os portugueses, geralmente avessos às artes e ciências, legaram-nos muitos erros e prejuízos, sobretudo no tocante à arquitetura, que quasi não possuíam nem conheciam; e esses erros e preconceitos temos nós procurado corrigir com outros novos erros, imitando a todos os respeitos povos que vivem em meios inteiramente diferentes, transplantando para debaixo de nosso céu límpido e ardente o que se pode acomodar sob céus mais brumosos e frígidos da parte culta do antigo continente; de modo que nos podemos dizer um povo de copistas servís, inteiramente falho de espontaneidade e originalidade. Os holandeses dão-nos exemplo proveitoso, mas que nós não procuramos imitar, só porque não tem símile, nem é possível ter em alguma das grandes capitais européias! Eles buscam, por todos os meios que a ciência e o bom senso aconselham, adaptar a capital de suas possessões orientais às condições do clima em que ela se acha, ao mesmo tempo que procuram indigenizar-se ali, obedecendo religiosamente às regras higiênicas para tanto indispensáveis.

Quasi todas as casas de Batávia são de um só andar e muito bonitas e elegantes. E como por causa do calor seus moradores passam nas varandas a maior parte do tempo, são então mobiliadas e a mobília aí permanece dia e noite; o que prova que naquela cidade, aliás grandemente povoada, não existem ladrões. Há ali boas lojas e bem sortidas, mas muito caras são todas as mercadorias estrangeiras e isto por virtude dos impostos aduaneiros, que são pesadíssimos. O que de mais importante e curioso vi em Batávia foi o museu, onde há curiosas coleções de artefatos, em especial armas, fabricadas nas ilhas

da Notásia pertencentes à Holanda, assim como exemplares de metais, pedras preciosas e outros minerais encontrados nas mesmas ilhas e, finalmente, modelos de casas nelas usadas. Das coleções as mais ricas e curiosas, jamais no tocante a instrumentos de musica, são as de Bornéo. O clima de Batávia é quente e insalubre; mas, durante o tempo que lá estivemos, no começo da estação calmosa, notei que até ao meio dia ou uma hora mais tarde sentia-se muito calor, porem, depois da chuva que cai periodicamente àquelas horas, pouco mais ou menos, a temperatura baixa muito, a ponto de tornar-se agradável, mormente à noite. Em consequência do calor é costume ali todo o mundo, mesmo os oficiais e marinheiros dos navios de guerra estacionados no porto, dormir a sesta após o segundo almoço que ali, como em todo o Oriente, chama-se *tifin* e tem lugar ao meio dia, estendendo-se a sesta até as tres horas da tarde, quando a temperatura já está muito suportavel. Para fugirem à insalubridade do clima, os europeus ricos vivem em Bintenzorg, lugar pitoresco e elevado a 30 milhas de Batávia, à qual está ligado por um caminho de ferro. É tambem em Bintenzorg que reside o governador das possessões neerlandesas da Notásia. A sua residência é um palácio de bela arquitetura e construido, pouco mais ou menos, no estilo das melhores casas de Batávia, todo cercado de espaçosas varandas, cujos tetos são sustentados por colunas, e tendo portas e janelas bem rasgadas; e, para maior conforto, o palácio é rodeado por um grande e magnífico parque, onde se vêem árvores colossais e soberbos jardins. Foi aí que visitei esse governador, o qual foi de extrema e fidalga gentileza para comigo, assim como o foi igualmente o almirante comandante geral das forças navais dos Países Baixos estacionadas no Oriente.

DE BATÁVIA A ATJEH

(Extremo NW. de Sumatra)

Em o dia 30 de outubro deixamos o porto de Batávia com destino à Colombo, na ilha de Ceilão; mas de caminho e por circunstâncias que depois relatarei, tivemos de ir a Atjeh ou Acheen, onde chegamos à 1 hora menos um quarto da manhã do dia 30 de novembro. A parte do mar de Java compreendida entre Batávia e o estreito de Sonda é cheia de recifes, bancos e ilhas, que a tornam de navegação difficil e mesmo perigosa; mas as cartas desse mar levantadas pelos holandeses são tão exatas e tão bem balizadas se acham os aludidos escolhos, que resolvi não tomar práctico; e, de feito, sem ele empreendemos nossa viagem. Às 12 hs. 45 m. da manhã de 30 demos fundo em

10 braças com o ferro de BB. e 45 braças de filame e nesta posição ficamos, por ser noite, esperando clarear, o que foi feito, às seis horas e 50 minutos da manhã do mesmo dia 30, quando suspendemos, largando âncora, em 12 metros de fundo no porto de Acheen.

EM ACHEEN

Como é sabido, em virtude de um tratado, a Inglaterra cedeu à Holanda, em troca das possessões holandesas em Malaca e na Índia, todas as suas de Sumatra, excepção apenas da de Acheen que, afinal, em 1871 passou igualmente à Holanda, do que resultou, pouco tempo após, a guerra dos achins com os holandeses, que ainda hoje, sem embargo de incessantes esforços, não lograram o perfeito domínio deste canto da grande ilha, o qual lhes disputam os nativos com heroísmo e tenacidade inexcedíveis. Os holandeses, vão-na conquistando palmo a palmo do litoral para o interior. Se até hoje hão conservado posse da parte conquistada, não tem sido senão à custa de muito dinheiro, de muito trabalho e muito sangue; e ainda assim nela se mantem, não obstante um exército de 5.000 homens e uma esquadra de 10 navios, por detrás de trincheiras com 15 fortins, que se veem apoiar na costa. O bloqueio por mar é rigoroso para impedir que os nativos recebam qualquer recurso, para o que os 10 navios estão sempre em movimento, cruzando no estreito de Malaca e na costa ocidental de Sumatra. Pouco depois de darmos fundo no porto de Acheen, veio a bordo o comandante do vapor de rodas *Brono*, navio de guerra holandês, ali estacionado, e, depois de cumprimentar-me, perguntou-me se tínhamos notícias recentes do Brasil, e, como lhe respondesse eu que em 30 de outubro deixáramos o porto de Batávia e desde então nada sabíamos de ocorrido em nosso país, disse-me o oficial holandês: "Pois bem: hontem (29 de novembro) recebemos jorrais de Penang, entre os quais um em que vem a notícia telegráfica de haver o general Fonseca se apossado do poder, fazendo embarcar para a Europa o imperador e toda sua família e isso sem ter havido efusão de sangue". Após a retirada do comandante holandês, com quem me entendi a respeito do que precisávamos para o cruzador, comuniquéi aos oficiais a notícia que vinha de me ser dada e que, devo dizê-lo, não nos causou grande surpresa, em vista dos repetidos e gravíssimos erros da monarquia, dos desgostos que lavravam fundo em todas as classes da sociedade, e principalmente dos fatos ocorridos pouco antes de nossa partida do Rio de Janeiro.

Realmente, não se fazia mister grande perspicácia para ver-se então que, muito embora a propaganda republicana apenas começasse a fazer seus primeiros passos, e o novo dogma não houvesse ainda

dominado senão pequeníssima parte da nação brasileira; muito embora esta não estivesse mesmo preparada para gozar os belos frutos do governo democrático, pois. tão preciosa semente não pode vingar no terreno sáfaro e ingrato da ignorância em cuja noite se envolvia, como ainda agora, o país quasi todo; não era preciso, quero dizer, muito atilamento para vêr-se que, a despeito de tantos inconvenientes, os graves acontecimentos que dia a dia se desdobravam, tanto na política como na alta administração do velho império, precipitariam necessariamente o advento da república, a qual, depois, pelo exemplo dos governantes e dos próceres da propaganda, e só por ele, se poderia afirmar na alma de um povo, qual o brasileiro, geralmente falho de cultura intelectual, precisa para por outro modo poder compreender as imensas vantagens do novo sobre o antigo regime. Ao mesmo tempo que tratava do abastecimento ao cruzador, ocupava-me do leme, cuja avaria foi a causa que me levou a tocar em Acheen. Fizemos uma reparação por bordo, que não deu o resultado que esperava, pois, mesmo dentro do porto pequena vaga era bastante para produzir as pancadas no leme. Estávamos ainda no porto quando chegou o dia 2 de dezembro, aniversário natalício do ex-imperador do Brasil e, considerando eu que o telegrama do jornal de Penang, não sendo de origem oficial, podia não ser exato ou, pelo menos, não exprimir toda a verdade, deliberei cumprir o regulamento de bordo, mandando embandeirar em arco e dar a salva da tabela, no que nos acompanharam os navios de guerra holandeses que estavam no porto. Meu procedimento não podia ser outro, nem mais correto, desde que nada de oficial me constava sobre a transformação que no Brasil se operara.

DE ACHEEN A COLOMBO

As 5 horas e 30 minutos da tarde de 7 de dezembro de 1889, zarpamos daquele porto para o de Colombo, sem notícias oficiais do Brasil, nem resposta ao telegrama que passamos de Acheen pedindo notícias. Ao clarear do dia 14 estava à vista a costa ocidental de Ceilão e às 8 horas marcamos o pico de Adão, cuja altitude é de 7.240 pés. Por ser noite e não nos ter aparecido o práctico do porto, largamos ferro fora do ancoradouro. Mas, logo depois appareceu um práctico, levando o cruzador para lugar conveniente, amarrando-o com dois ferros e com 30 braças de amarra.

EM COLOMBO

Colombo é uma estação de carvão para a marinha de guerra da Inglaterra, quando haja de operar no Extremo-Oriente; pelo que o

governo inglês está aumentando os meios de defesa desse porto, os quais, por poderosos que sejam, não lograrão, a meu ver, impedir um bombardeio. Em Ceilão, a velha *Taprobana*, “além da qual passaram as armas e os barões assinalados que, da ocidental praia lusitana, por mares nunca dantes navegados, foram entre gente remota edificar novo reino, que tanto sublimaram”; na famosa ilha esplendorosamente pitoresca e pujante, o paraíso terreal, diz a lenda que esteve o Pai Adão, que, vindo do Indostão para ali passou por uma restinga, que a liga ao continente, e que, por aquele motivo, ainda hoje é chamada *Ponte de Adão*. E, realmente, a julgar ao menos pela vegetação que ela ostenta como testemunho eloquente da feracidade de seu solo, a ilha de Ceilão bem merece a fama de que goza. Que, porem, fosse aí o paraíso terrestre do Velho Testamento, é problema que só os crentes sabem resolver; os que não o são pensam naturalmente que de nosso *pai comum* pode dizer-se o que se diz das belas artes — não se lhe conhece a pátria, nem o inventor — acrescentando que também não se sabe onde ele colheu o fruto proibido. Colombo, capital da ilha, oferece aspecto agradável; suas ruas são largas e ladeadas de boas casas, entre as quais um grande hotel bem confortável. Dos edifícios notáveis merecem particular menção o palácio do governo, o museu, demasiado interessante por suas coleções, a igreja Vofendal, o templo de Buda, etc.; e no que toca aos arrabaldes, em os quais residem os europeus, pode-se dizer que se recomendam pelo pitoresco. Os *singaleses*, oriundos da Índia e que formam a maior parte da população nativa da ilha, são negros ou, mais propriamente, cafusos; porem, os demais característicos, genuinamente arianos, são finos e delicados, e tanto que os rapazes imberbes confundem-se facilmente com as mulheres da mesma nação. E, na verdade, nada há mais fácil do que semelhante confusão, porque, além do mais, os singaleses trazem os cabelos, que são negros, corridos e luzidios, dispostos em trança com alto e largo pente de tartaruga e usam vestuário composto de corpete com longas mangas e saiotte liso, que a ele se liga. Os singaleses são, dentre os insulares, os mais civilizados, conservam a língua e os costumes dos seus antepassados, os hindus, e professam a religião de Buda. Encontram-se também *malubares* em Ceilão, os quais são também de origem hindú, mas passaram para a ilha muito tempo depois dos precedentes e seguem o brahmanismo. Supõe-se, porem, serem os *veddas*, povo selvagem, que vive nas florestas do interior, os primitivos habitantes de Ceilão. Dos naturais muitos são cristãos, uns católicos e os outros protestantes. A cidade de Colombo liga-se à de Kandy, antiga capital do reino deste nome, por meio de uma ferrovia, notavel por suas obras de arte. Kandy possui um lago de margens mui pitorescas, um rico jardim botânico e um templo de Buda, onde está o dente desta divindade, o

qual segundo a crença indígena, tem a virtude de transmitir a quem o possua o direito de governar o reino de Kandí. Mas, como este, passando ao poder dos ingleses com toda a ilha, de há muito deixou de existir, com toda a certeza o dente divino não faz mais milagres nem a Inglaterra consentirá que continue a exercer semelhante virtude. No dia 17, recebi o seguinte telegrama assinado pelo vice-almirante Wandenkolk, ministro da marinha do governo provisório: "Mande telegrama Penang. Encontrará outras instruções em Bombaim — Brasil República. Bandeira mesma, sem corôa. Recebe nacional Nápoles. Príncipe peça demissão serviço. Seus atos aprovados. Ladário reformado".

Ainda nesse dia (17) chegaram-me às mãos dois telegramas mais que haviam sido expedidos para Penang e que, pelos motivos que já apresentei, não me foi dado receber em Acheen. Eis os telegramas a que acabo de referir-me: "Siga Bombaim onde encontrará ordens. Wandenkolk, ministro marinha". "Mande instruções telegrama Bombaim. Procure seguir breve. Seus atos aprovados. Dentro poucos dias saudarei novo general. Príncipe peça demissão serviço. Brasil República. Receberá nova bandeira Nápoles. Ice agora mesmo nacional, substituindo corôa estrela vermelha. Wandenkolk."

Em virtude do primeiro e do último dos tres telegramas acima transcritos, duas ordens tinha eu de fazer executar em Colombo: a relativa à modificação da bandeira e a referente ao pedido de demissão do serviço por D. Augusto. Quanto à primeira foi fácil e rápida, quanto à segunda a coisa mudava de figura e limitei-me a mostrar a D. Augusto o telegrama em que ela estava exarada, visto que em face da lei outro procedimento não me era lícito observar. Este official, depois de haver lido o despacho telegráfico, disse-me que ia consultar seu avô, o ex-imperador, sobre o que devia fazer, ao que lhe respondi: Vossa Alteza faça o que quiser.

Nem diversa podia ser a minha linguagem, pois, o telegrama ministerial me não autorizava a fazer mais do que fiz; além de que, no exercício de minhas funções, eu não sei haver-me senão de conformidade com a justiça e a lei.

Na manhã do dia 18 veio ter comigo o 2º Tenente D. Augusto e declarou-me que resolvera não pedir demissão, mas uma licença de seis meses e mostrou-me um telegrama em que a ex-princesa imperial, o conde d'Eu e o príncipe D. Pedro, que o subscreviam, aconselhavam-lhe esse alvitre. Telegrafei então ao ministro da marinha fazendo-lhe ver o que D. Augusto vinha de declarar-me — que não pedia demissão, mas dois meses de licença e me foi dada em telegrama esta resposta: "Príncipe peça demissão serviço, concedo licença".

Mostrei a D. Augusto esta resposta, após o que mandei ajustar-lhe as contas e desembarcá-lo, afim de entrar no gozo da licença

que lhe fora concedida, e em sua caderneta foi lançada a competente nota; declarando-se então firme no propósito de não pedir demissão. Não devo, porém, ocultar que o príncipe permaneceu sob a bandeira da República até à vespera de nossa saída do porto de Colombo, pois, só então desembarcou.

DE COLOMBO A BOMBAIM

Sendo-me comunicado pelo official immediato estar concluido o remendo das caldeiras e apercebido o cruzador de tudo quanto se fazia mister para a travessia que íamos fazer, ordenei que estivesse pronta a máquina na manhã de 21, afim de partirmos. Efetivamente, nesse dia, suspensas as âncoras e soltas as espias, às seis horas da manhã seguimos a vapor para fora do porto de Colombo, sob a direção do respectivo práctico, trabalhando, porém, a máquina com vapor gerado só em tres caldeiras, por se acharem as outras em estado de não poder funcionar senão depois de efetuados vários reparos que requeriam. Navegando à noite e reinando vento SE, observamos no mar e belo fenômeno da fosforecência, mui conhecido de quem navega para Bombaim, o qual é por uns attribuido a dejectos de peixes putrefactos e por outros a miríades de animálculos que tem a propriedade de exhibir como fósforo luz na obscuridade. O espetáculo que o mar então oferece ao navegante é dos mais esplendidos, e, para descrevê-lo, cedo a palavra a um illustre escritor, podendo eu, porém, garantir que, quanto às causas de semelhante fato, a segunda, das hipóteses acima apontadas não pode deixar de ser aceita, porquanto cheguei a verificar a presença dos referidos animálculos e sua luminosidade, na água do mar em a região a que me estou reportando. Leiamos o aludido escritor:

“Um fenômeno dos mais singulares e dos mais admiraveis é o que se apresenta na superfície das águas, quando parecem iluminar-se subitamente em uma vasta extensão. Queremos falar da fosforescência do mar. Posto se o possa observar em todas as zonas, é, sobretudo, nas índias, nas costas de Malabar, das Maldivas e outras ilhas vizinhas que o mar apresenta este espetáculo em toda sua magnificência. Ele se reproduz todas as noites, com especialidade em tempo calmo, quando o mar está ligeiramente ondulado. Quem não haia testemunhado este fenômeno na zona tórrida, sobretudo, no Grande Oceano, diz Humboldt, não poderá fazer senão idéia imperfeita da majestade de tão grande espetáculo. Quando um vaso de guerra, impellido por vento fresco, fende as ondas espumantes e o observador conserva-se junto às enxárcias, não pode faltar-se de apreciar o choque das vagas.

De cada vez que, durante o balanço, o flanco do navio sai fora d'água, flamas avermelhadas, semelhantes a relâmpagos, parecem sair da quilha e arrojarem-se na superfície do mar. Guoy e Gomard, que muitas vezes observaram nos mares tropicais esta iluminação das águas, dizem que, mal o dia desaparece, começa a cena, parecendo que trilhões de corpos luminosos rolam por entre as ondas. A intensidade da luz aumenta na crista das vagas, nos flancos do navio ou dos rochedos, contra os quais a onda se vem quebrar. Cada remada faz golfarem jatos de luz, e o navio, marchando, deixa após si longo sulco de fogo, cuja intensidade enfraquece à proporção que o navio se afasta. O espetáculo é talvez ainda mais surpreendente dentro de um porto quando se o atravessa em escaler: os remos abrem n'água sulcos luminosos e, quando se levantam, dir-se-ia que deixam cair lágrimas de luz".

Não tive oportunidade de observar as cobras do mar, que se diz servirem de sinal de proximidade de Bombaim e sobre as quais Niebulk, viajor aliás digno da maior confiança, escrevendo há um século, assim se exprime: "No Oceano Índico, a certa distância de terra, vê-se levantarem à tona d'água muitas cobras do mar de 12 a 13 polegadas de comprimento". Tais cobras encontramos, sim, em grande número, durante nossa viagem de Hong-Kong a Singapura, mas somente na porção meridional do trecho de mar compreendido entre essas duas ilhas.

EM BOMBAIM

O porto de Bombaim pode conter com segurança uma grande armada. A sua entrada, compreendida entre a ponta Kolaba na illa Bombaim e a ponta Thull, extremo sueste do porto, mede seis milhas de largura, mas não navegavel em toda a sua extensão, por causa dos bancos jacentes em sua parte sueste. Dentro da baía veem-se várias ilhas, bancos e recifes, sendo assinalados por bóias e balizas. A ilha Elefanta, assim chamada de uma estátua de elefante talhada em pedra e que estivera erguida no antigo desembarcadouro em o lado sul da ilha, é muito celebrada por suas grutas ou antes templos subterrâneos. Há dois séculos ainda existia próximo desta estátua a de um cavalo, e ambas, de das quais nem vestígios se encontra, reza a história terem sido belos modelos de estatuária. O mais notavel daqueles templos, abertos na rocha viva, tem exteriormente a forma de uma cruz e mede 117 a 120 pés de alto, 120 de comprimento e outros tantos de largo, não incluindo as capelas que ficam de um e outro lado e as câmaras adjacentes.

Das 49 colunas colossais que havia no vestibulo do templo apenas se veem hoje os respectivos capitéis, presos à abóbada, tendo sido as bases minadas pelas águas pluviais. O principal ídolo e as figuras esculpidas nas paredes não puderam resistir à ação do tempo, tudo ficando muito estragado, notando-se entre estas figuras um busto com três caras, que representa uma divindade bramânica.

Hoje, é geralmente tida como errônea, a opinião segundo a qual esse busto, não é senão a representação da tríade ou trindade (*trimurti*) indiana Brama, Vischnu e Siva. Pensa, com efeito, Hebert que o templo em questão é consagrado especialmente à adoração de Siva, divindade popular dos Mahratas, a qual, segundo este escritor, é representada algumas vezes com três faces. Entretanto, apesar da competência de Hebert, estou inclinado a aceitar a primeira opinião, isto é, acompanhar aqueles que se diz laborarem em erro, porquanto, segundo autoridades não menos respeitáveis, Siva, o deus da destruição e da morte, é representado com *três olhos* e quatro braços, tendo na mão um tridente e, às vezes, *com cinco cabeças* e montado em um touro.

E, na verdade, as divindades do bramanismo são representadas por figuras monstruosas, das quais umas com muitas cabeças e outras com muitos braços, parecendo, pois, que as três caras do referido busto representam as três pessoas da *trimurti* e, reunidas, formam um todo, que é Brama, o ser supremo. Por fim de contas, o que nos representa o grande templo da ilha Elefanta com suas figuras não é mais que parte do imenso mitologismo da Índia que, no dizer de notavel sacerdote da ciência, "é o país onde se admira a mais rica mitologia de par com um desenvolvimento metafísico muito superior ao da Grécia, talvez mesmo ao da Alemanha". E são raríssimos os que podem, como Ernesto Renan, penetrar o segredo dos "poemas divinos", escritos ou esculpidos, onde a antiguidade indiana "depositou seus sonhos ácerca do mundo suprasensível."

Um templo semelhante ao precedente, porem, muito maior que ele, vi eu em Kandala, lugar que dista de Bombaim cinco horas em caminho de ferro. Este templo, diz a lenda, appareceu da noite para o dia, sem que a mão do homem houvesse entrado em sua construção. Mas o que deveras espanta, ao mesmo tempo que denuncia a enorme virilidade daquela raça, e nos dá a amostra de uma civilização que de há muito se extinguiu; o que sem dúvida assombra, quero dizer, é que trabalho tão gigantesco se houvesse executado em uma época em que se não conhecia nenhum desses meios modernamente empregados na perfuração das rochas. Sobre o vasto templo de Elefanta presume-se que a sua construção data do século X da nossa era; mas a respeito não há sair do terreno de vagas conjecturas, já porque a tradição, neste particular, é demasiado obscura, já porque a pedra

em que se gravaram o quando e o por quem foram escavados os templos daquela ilha, diz-se que pelos portugueses foi transportada para Lisboa e da há muito se perdeu dela a memória.

A religião mais antiga do Indostão e professada pela maioria dos seus habitantes é o bramanismo, segundo o qual é Brama, a Suprema divindade. A opinião mais seguida a respeito da origem desta religião é que ela se formou no imenso vale banhado pelo Djuma e o Ganges. Mas é assunto controverso a época do seu aparecimento, a qual só aproximadamente pode ser estimada. Entre os livros sagrados da Índia, o mais antigo é o Rig-Veda e a este livro está apenso um calendário astronômico, que um célebre indianista, Colebrook, faz datar do século XIV antes da nossa era, e onde se pode inferir, com alguma probabilidade, diz um escritor de nota, que a redação de tal livro remonta a 16 ou 17 séculos antes de Cristo. Bram produziu Brama, Vischnú e Siva, isto é, o deus criador, conservador e destruidor, cujo conjunto constitue a trindade bramânica (*trimurti*), que não é senão o próprio Bram, unidade trina, considerado em seus três principais atributos. As três pessoas ou deuses da *trimurti* exercem seu poder por meio de um número prodigioso de divindades subalternas, tais como Indra, Rati, Surja, etc.

Para dar idéia mais perfeita do bramanismo, passo a transcrever, mas resumindo, excelente artigo devido à pena do altíssimo escritor, do qual omitirei o que sobre tal religião já deixei dito: "Dos livros santos da Índia; os principais e mais antigos são os Vedas, a saber: o Rig-Veda, o Jadjua-Veda, o Sama-Veda e o Stharva-Veda.

O primeiro é uma coleção de hinos; o segundo contem preces em prosa; o terceiro preces para serem cantadas; o quarto, apenas fórmulas de consagração, imprecções e sortilégios. Seguem-se aos Vedas os dezoito livros chamados Puramas ou comentários, que são de uma época muito mais recente. Cada Purama contem o seguinte: a criação do mundo, seus progressos, seu renovamento pelo dilúvio, a genealogia dos deuses e dos heróis e uma cosmogonia. Os Puramas, foram, consoante os indus, inspirados a Vjasa, o compilador dos Vedas. Conta-se, também, entre os livros sagrados uma compilação dos Brâmanes ou preceitos dogmáticos dos Vedas, conhecia pelo nome de Upanischads. Um último monumento, que os brâmanes consideram divinamente inspirado, é o Monava — Darm — Sastra ou leis de Manú.

Este livro, tal como hoje se o apresenta, é escripto em versos e composto de 2.685 *slocas* ou discursos. O estilo deste código tem caracter manifestamente mais antigo que todos os outros livros indianos, exceto os Vedas. Entre os personagens neles citados, nenhum

parece posterior ao século XII antes de Cristo. Ele é, com os Vedas, o monumento mais autêntico do bramanismo. Os sábios que tem estudado com mais cuidado a origem do desenvolvimento do bramanismo não são acordes quanto à natureza desta religião. Uns pensam que a antiga doutrina da Índia é um verdadeiro monoteísmo; outros a consideram como um politeísmo muito complexo; muitos, enfim, a consideram como um panteísmo mal disfarçado sob aparências politeístas.

O Rig-Veda pertence evidentemente a uma crença e a um culto politeísta. Aí se encontram os nomes de trinta e três divindades, que são, em geral, personificação das forças da natureza. Entretanto, ou porque a tradição do culto monoteísta primitivo da raça humana se houvesse conservado entre alguns homens, ou porque, entre os redatores dos Vedas posteriores ao Rig-Vedas, alguns homens houvessem logrado elevar-se, por suas próprias forças, à recepção de um Deus único, o certo é que se acham nesses livros diversas passagens em que esta concepção está claramente formulada. Seja como for, a verdade é que a crença primitiva da Índia nos aparece, nos Puramas e no Manava Darma-Sastra, como um panteísmo confuso, com um cortejo de emanações ao infinito e com um sistema de cosmogonia que é a tradução exata da própria doutrina teológica. Ora, como toda a concepção teológica deste gênero dá, necessariamente, em uma mitologia interminável pela personificação inevitável de cada uma das emanações divinas, segue-se que o bramanismo é um verdadeiro panteísmo para um pequeno número de brâmanes, é um verdadeiro politeísmo para todo o resto da população, o qual tomou *apud litteram* o ensinamento contido nas fórmulas do culto, isto é, nas preces e nas cerimônias exteriores. Demais, os Puramas e as epopéias indianas não são outra coisa senão repertório de fábulas mitológicas, dadas como narrações históricas e são estes os únicos livros que conhece a grande massa da população. O sistema teológico do bramanismo nos apresenta na culminância de sua hierarquia de divindades uma tríade (*trimurti*) composta de Brama, Vischnú e Siva. Mas esta concepção não aparece desde logo na história da Índia. Nos Vedas e no código de Manú apenas se faz menção de Vischnú e Siva e mesmo estes deuses não representam aí papel algum. O próprio Brama não recebe no Rig-Veda nenhum dos atributos da inteligência suprema que mais tarde lhe foram conferidos. No Manava — Darma — Sastra, Bram, o Deus supremo, eterno infinito, incompreensível, existindo por si mesmo e do qual o mundo e tudo quanto

o compõe não são senão manifestações, rege, com o nome Brama, o universo, do qual é ele sucessivamente criador e destruidor.

Brama é ainda aí chamado Paramatma (*a grande alma*). É sobretudo nos Puramas que se acha desenvolvida a exuberante mitologia por que se distingue o bramanismo. Aqui Brama não representa papel algum; está ele exilado na solidão, ao passo que Vischnú e Siva, por uma mudança inexplicavel, aparecem no primeiro plano, e não só teem logar a seu lado, mas ainda se mostram muitas vezes superiores a elle. O olvido em que cahiu Brahma explica-se facilmente. Os povos indús nada mais esperam do Deus creador, mas tudo teem a esperar e a temer das duas divindades que têm por funcções especiaes a conservação e a destruição. Assim é que na India se não encontra nenhum templo dedicado a Brahma. Mesmo seu culto e seu nome estão hoje condemnados a completo esquecimento. Os atuais indús não honram mais senão a Vischnú e Siva. D'ahi tres seitas e poder-se-ia quasi dizer tres religiões diferentes inimigas. Eis o quadro traçado pelo abbade Dubois, que misto está de acordo com os homens que melhor teem estudado o estado religioso dos indús de nossos dias:

Em geral, os indianos fazem profissão de honrar igualmente às duas grandes divindades do país, que são Vischnú e Siva, sem dar preferença a nenhuma delas. Entretanto, encontra-se entre eles mui grande número de sectários, dos quais uns seguem exclusivamente o culto de Vischnú e os outros o de Siva. Cada seita exalta o deus que ela honra e trata de deprimir o da seita oposta. As pretensões das duas seitas, Vischnú-baktars (devotos de Vischnú) e Siva-baktars (devotos de Siva), a respeito dos respectivos deuses dão lugar, muitas vezes, a alterações e rixas violentas. É, porém, justo confessar que a maior parte dos indianos e, sobretudo, os brâmanes, não tomam parte alguma nessas querelas religiosas. O sistema destes últimos é honrar igualmente as duas principais divindades do país e, posto, em geral, eles pareçam ter predileção por Vischnú, todavia, não passam um só dia sem oferecer, em suas casas, um sacrifício a Siva. Dos dois cultos, o de Vischnú, é sem dúvida, o mais humano. Com efeito, este deus não é somente a divindade que conserva, senão também o redentor da humanidade e do universo. Quanto a Siva, seus setários o adoram, ora como o princípio da geração, ora como o da destruição, sob o aspecto de deus terrivel e ameaçador. Sabe-se que a seita terrivel dos *Thugs* ou Estranguladores, que lançou, há alguns anos, o terror na Índia inteira, pretendia ser agradável a esta medonha divindade, diminuindo quanto possível o número dos vivos. Segundo Wilson, há hoje, na Índia, vinte seitas de Vichnunistas e nove de Sivaistas. Mas, levando-se em conta divindades subalternas

que recebem um culto quasi exclusivo, crenças, por assim dizer, locais, e alterações que as diversas escolas filosóficas teem introduzido nas diferentes partes do sistema bramânico, pode-se dizer que as seitas indús são em número de muitas centenas. Não obstante, porém, todas as diversidades que se observam, quer nas crenças, quer nos cultos da Índia, todas as seitas são acordes em dois pontos, que, por isso, podem ser consideradas como o laço comum entre elas e o carater essencial e distintivo do bramanismo; queremos falar da instituição das *castas* e do dogma da *transmigração*. A distinção das castas é de origem divina. Para a propagação da raça humana, diz o código de Manú, Brama produziu de sua boca, de seu braço, de sua coxa e de seu pé, o *Brâmane* (sacerdote), o *Kchatriza* (guerreiro), o *Vaisiza* (agricultor (comerciante) e o *Sudra* (servo proletário). Para conservação desta criação, o Ser soberanamente glorioso assinalou ocupações diferentes a cada um dos que ele assim produzira. O dogma da *transmigração* das almas ou da *Metempsychose* é a sanção da lei civil e religiosa dos indús. Segundo Manú, os males que afligem o homem são castigos e consequência inevitáveis de seus pecados. A vida atual é uma expiação, porque é a continuação de vidas anteriores. Entretanto, o homem, depois de uma serie mais ou menos longa de transmigrações, pode chegar a um tal grau de perfeição, que é absorvido no seio de Brama e dispensado devolver a esta terra de provações. A verdadeira concepção da metempsychose há produzido consequências que importa assinalar: queremos falar do desenvolvimento exagerado da vida solitária ou eremítica e contemplativa e do olvido das obras pelas penitências e fórmulas expiatórias, por meio das quais, pensam os indús, pode-se evitar transformações muita vez desagradáveis, de que está ameaçado o homem culpado, o violador da lei.

“Os grandes criminosos, diz Manú, e todos os outros homens culpados de diversas faltas, ficam absolvidos de seus pecados por meio de penitências feitas com exatidão. As almas dos vermes, dos gafanhotos, das serpentes, dos animais, dos pássaros e mesmo dos vegetais chegam ao céu pelo poder da devoção austera. As penitências a que voluntariamente se submetem os anacorêtas indús hão em todos os tempos tomado de espanto os viajantes. Muitas são enumeradas no código de Manú e são atrozes mortificações que vão até ao suicídio. Assim é que na festa tão célebre de Djaggernath os devotos indús se fazem esmagar sob as rodas do carro em que é conduzido o idolo do Deus.”

Os ingleses que, para melhor assegurarem-se o poder em suas colônias, costumam respeitar as crenças e costumes dos nativos, entretanto, não compreendendo que essas práticas religiosas, por mais sel-

vagens e cruéis que sejam, não deixam de ter certo valor ideal, acabaram por proibí-las e conseguiram abolí-las completamente.

Tem-se exagerado muito o número dos sectários do bramanismo, os quais, segundo opinião autorizada, não podem exceder de 60 milhões, porque tal região¹ é ainda habitada por muitos milhões de indivíduos que professam o maometismo, o budismo ou o nanequismo, etc.

O budismo, assim chamado do nome de Buda dado a seu fundador, é ao mesmo tempo uma doutrina filosófica e um sistema religioso, uma e outro procedentes do bramanismo. A religião de Buda, fundada no século VI ou VII antes de Cristo, desenvolveu-se na península indostânica, apesar dos brâmanes e aí dominou por muitos séculos.

Mas foi perseguida e é hoje professada especialmente na ilha do Ceilão, na Indo-China, na China, no Japão, etc. Sucede com o Budismo o mesmo que com o Cristianismo: este, nascido do judaísmo, é repellido pelos judeus, como aquele, oriundo do bramanismo, o é pelos brâmanes.

O sânscrito é a língua mais antiga da Índia, tronco de todas as línguas indo-germânicas e na qual são escritos os monumentos da religião e da literatura indianas. É do sânscrito que descendem o *pali* (língua sagrada dos budistas de Ceilão), o *prakrit* (dialecto da Índia septentrional), o *Kavli* (falada na ilha de Java), dialectos menos ricos que o sânscrito, mais simples e mais claros que ele, os quais produziram, a seu turno, dialectos ainda mais populares, o indú, o bengali, o marata e demais idiomas vulgares do Indostão. Esta proliferação do sânscrito obedece, diz eminente filólogo, a uma das leis mais gerais da história das línguas, "lei por virtude da qual em todos os países onde se produz algum movimento intelectual, duas camadas de línguas se hão superposto, não se expelindo uma à outra, mas saindo a segunda de insensíveis transformações do pó da primeira. Em toda parte uma língua antiga tem dado lugar a um idioma vulgar, que não constitue propriamente uma língua diferente, mas sim uma idade diferente da língua que o precedeu. Esta é mais sábia, mais sintética, mais carregada de flexões que exprimem as mais delicadas relações do pensamento, mais rica mesmo em sua ordem de idéias, bem que essa ordem de idéias fosse mais restrita. Imagem, em uma palavra, da espontaneidade primitiva, em que o espírito confundia os elementos em uma obscura unidade e perdia no todo a vista analítica das partes. O dialecto moderno, ao contrário, correspondendo a um progresso de análise, é mais claro, mais explícito, separando o que os antigos reuniram, quebrando os mecanismos da antiga língua para dar a cada idéia e a cada relação sua expressão isolada. Seria possível, tomando uma após outra as línguas

de todos os países em que a humanidade tem uma história, verificar essa marcha, que não é outra senão a marcha mesma do espírito humano." Como prova temos o exemplo do sânscrito em relação às línguas que dele descendem. Numerosos outros exemplos podia eu oferecer. Mas contento-me com apontar o grego e o latim, línguas "de cuja análise, submetidas ao trabalho de decomposição dos séculos bárbaros, saíram o grego moderno e as línguas neo-latinas." O porto de Bombaim é uma das bases de operações e ao mesmo tempo uma das estações de carvão para a marinha inglesa, quando esta haja de operar no Oriente; e por isso o governo de S. M. Britânica não se cansa de aumentar a defesa deste importante porto. As obras neste sentido projetadas ou ainda em execução ou já prontas são:

1.º Um forte que, quando nós ali, se estava construindo em uma banco denominado Middle Ground, sito em o meio do porto e a 1.200 jardas de terra. O armamento deste forte constará de 2 canhões de ante-carga de 12 toneladas, montados em casamata e outro de igual calibre em uma torre.

2.º Um forte sobre Sunk Rocks, a 1.000 jardas de terra e 3.000 ao sudoeste do Middle Ground, e armado com 3 canhões de 9 polegadas e 2 de 38 toneladas, estando a concluir-se sobre esta bateria uma outra, que será guarnecida com 2 canhões de 18 polegadas e 2 de 7 polegadas.

3.º Uma bateria na ilha Cross, no extremo norte do porto e a 1.000 jardas de terra e 4.000 de Middle Ground; bateria que será armada com 5 canhões, dos quais um de 38 toneladas, 2 de 9 polegadas e 2 de 40 libras.

4.º Uma torre no rochedo Twelve-feet-Patch, a 4.000 jardas a NE. de Middle Ground, com 2 canhões de 40 libras.

5.º Há em terra, em Malabar Point, do outro lado da ilha Bombaim (do lado oposto à entrada do porto), para defender Back Bay, uma bateria com 3 canhões de 9 polegadas em barbeta.

6.º Na ponta Kolaba (Kolaba Point) existe também uma bateria na qual estão montados um canhão de 38 toneladas e 3 de 9 polegadas, e que, ao que me constou, ia ser reforçada com 2 canhões mais de 38 toneladas e 2 de 10 polegadas ou 18 toneladas.

7.º Outra bateria se vê em Breach Candy, conhecida por bateria Machaluxmee, que tem um canhão de 38 toneladas, um de 18 e outro de 12 e pensava-se em reforçá-la, dotando-a de mais um canhão de 38 toneladas e 2 de 18.

Alem das poderosas fortificações que defendem o porto e que, contudo, não são, a meu ver, suficientes para pô-lo a coberto de um bombardeio, possui a colônia dois monitores, o *Abissínia* e o *Magdala*, que ali estavam fundeados e são destinados a auxiliar a defesa

daquele porto. A ilha, ou mais propriamente, península de Bombaim, foi por Portugal doada ao governo inglês como dote da infanta Catarina em seu casamento com Jorge II. Supõe-se geralmente que o nome de Bombaim vem dos dois vocábulos portugueses — noa baía — empregados para exprimir uma vantagem da posição geográfica da ilha ou península, os quais por corruptela degeneraram naquele nome. Diz, porém, Briggs que antigamente chamava-se Mahum parte da península e Mumbaié (nome de um ídolo indiano) a outra parte e daí o nome atual de Bombaim ou Bombay (em inglês). Esta cidade conta uma população de 773.169 almas, compreendendo todas as raças, castas e seitas, que assim se dividem: Budistas ou Gains, 17.218; Brâmanes, 35.428; Lingamhets, 1.167; Bhathias, 9.417; Indús de outras castas, 407.717; Indús mestiços, 49.122; Maometanos, 158.024; Negros africanos, 689; Parsis ou Guebos, 48.597; Judeus, 3.321; Cristãos indígenas (Goenenses), 30.708; Eurasianos, 1.168; Europeus, 10.451 e Chins, 169. Os budistas, brâmanes, lingamhets e bhatias compreendem as castas que se absteem por preceito religioso de comer carne de vaca. Os indús bramânicos são os indús ortodoxos, os quais vivem sob a inspeção dos brâmanes (sacerdotes) e formam duas grandes divisões: os sectários de Vischnú (divindade conservadora) e os sectários de Shiva ou Siva (divindade destruidora), a segunda e a terceira pessoa da trindade indú. Os vischnuistas são assinalados com um traço escuro vertical na fronte, os shivitas com o mesmo traço na mesma região, mas horizontalmente colocado, traços que uns e outros renovam religiosamente todas as manhãs. Seguem-se os brâmanes, banias ou banianos, que constituem a classe mais importante dos indús e a mais conhecida dos europeus, estando nela incluídos os batias. Os maometanos estão divididos em duas seitas: os sunitas e os chigtas; os primeiros são os crentes ortodoxos, que aceitam a sucessão histórica dos califas Abubekr, Omar e Othman, depois de Maomé, ao passo que os segundos esposam a causa de Alí, o quarto califa, cuja autoridade unicamente reconhecem.

Os sernuís são principalmente os turcos e árabes e os chigtas os persas; destas duas seitas islamistas é a primeira que predomina em Bombaim. Os parsis teem ali uma posição sobrestante, já pela facilidade com que assimilam os idiomas europeus, já por sua inteligência e ainda pela energia, tino e atividade que revelam no comércio, sendo que são inteiramente despidos de todo prejuizo de casta. Devido, sem dúvida, a estes predicados, é que em Bombaim as maiores fortunas acham-se nas mãos dos guebos. Como é sabido, no século XVII, após a conquista da Pérsia pelos musulmanos, os parsis ou adoradores do fogo, não querendo submeter-se à religião dos conquistadores, tiveram de emigrar dali e primeiro estabeleceram-se em Ormuz, no

golfo Pérsico, onde, diz-se, aprenderam a arte de construção naval, que lhes foi, depois, de grande utilidade; tanto assim que, em Bombaim, são afamados como calafates, além de que lhes pertencem quasi todos os estaleiros de construção naquela cidade, sendo ainda de se notar que, no tempo da Companhia das Índias, os construtores navais ali eram parsís. De Ormuz foram eles descendo para o sul e, de princípio, estabeleceram-se em Surat, de onde foram passando para Bombaim à proporção que esta cidade crescia de importância. Desde então se foram acreditando por seu tino comercial e espirito empreendedor e hoje em poder deles está, por assim dizer, todo o comércio da grande cidade indiana. Os parsís salientam-se pelos seus sentimentos altruistas. Foi por suas obras de caridade que, há 20 anos, ao Guebro Sir Jamsetjee Jejeebhoy conferiu o governo da rainha Vitória o título de baronete e a dois outros parsís o de *Knight* (cavaleiro). A cidade de Bombaim é dividida em duas: a europeia e a indígena. A primeira, que ocupa a parte sul, estende-se da ponta Kolaba até a de Malabar Hill, prolongando-se algum tanto pelo interior, até além do lugar conhecido por Esplanada; sendo naquelas duas pontas que residem as principais autoridades, a aristocracia e a rica burguesia da colônia europeia. O *bungalow* (casa de campo) do governador fica na ponta Malabar Hill, a qual é elevada, como indica o nome e passa por ser o ponto mais saudavel de Bombaim. As ruas da cidade europeia são largas e macadamizadas e algumas orladas de árvores e assaz longas, tais como são propriamente avenidas, como Queen Road, Cannon Road, Malabar Hill Road, etc. As casas de comércio são, por via de regra, altas, de dois, três e quatro andares e de belo aspecto; mas não assim as de moradia, que, em conformidade com o clima, são quasi todas baixas, com largas varandas, para as quais se abrem portas e janelas bem rasgadas. Na Bombaim europeia há edifícios grandiosos e mesmo dignos de nota por suas dimensões e pelo estilo arquitetônico, predominando o gótico e o veneziano, o qual a experiência tem mostrado ser impróprio para os climas intertropicais. Em tais edificios que, em sua maioria, acham-se na Esplanada, merecem particular menção os seguintes: A *gare* do caminho de ferro de Great-Indian-Peninsula, que é no mundo o que há de mais belo no gênero. Este edificio, de estilo gótico-veneziano, é coroado por uma cúpula gigante, a qual é incimada por uma figura colossal do Progresso e custou a enorme soma de 24 *lake* de rupias ou, em dinheiro esterlino, £ 240.000. O Asilo dos marinheiros (Sailors' Home), perto do cais Apolo Bunder, também de estilo gótico-veneziano e custou 366.269 rupias, das quais contribuiu com 200.000 Sua Alteza Khunderas Yackwar, princesa indígena, em comemoração da visita à Bombaim pelo duque de Edimburgo, que foi quem colocou a primeira pedra do magestoso edificio. A Univer-

sidade, que é o edifício mais proeminente de Bombaim pelo belo de sua arquitetura, do primitivo tipo francês do XIII século. De beleza não inferior é a biblioteca deste importante estabelecimento, que forma um edifício em separado, tendo uma torre de 167 pés de altura e em a qual se vê um quadrante, que é iluminado à noite por luz elétrica. O custo do edifício da Universidade foi de 879.389 rupias.

O novo Secretariado, onde funcionam todas as principais repartições públicas, é de uma aparência a um tempo faustosa e bela, com arquitetura gótico-veneziana e importou em 1.260.844 rupias ou, em moeda brasileira, câmbio ao par, em 1.120:886\$760. Por esse custo pode-se avaliar a grandeza e o belo estético de semelhante edifício. A Alta Corte de Justiça (Supremo Tribunal de Justiça), edifício de puro gótico, é, em grandeza, o primeiro depois da *gare* acima referida e custou £ 164.000 ou, em dinheiro nosso, câmbio ao par, 1.457:960\$000.

O Correio é, igualmente, uma construção notável, tendo custado 244.679 rupias. Além de edifícios que acabo de enumerar, outros existem ali, que não deixaria de apontar, não fora o receio de exceder em muito as fronteiras deste meu despretencioso trabalho. A cidade também, encerra vários jardins públicos, dos quais são mais importantes o Elphinstone Circle, Horuby Row, o jardim Vitória, onde se ergue o Museu Vitória, bela estrutura levantada por subscrição popular e o jardim da Universidade; cometeria verdadeiro crime de lesa-arte, se deixasse em silêncio dois monumentos soberbos, que exornam a porção meridional ou européia da cidade de Bombaim, a saber: a estátua, em mármore branco, da rainha Vitória, presente do príncipe indígena Khanderao Yackwar, a quem custou esse preito de pedra a bagatela de £ 18.000 e a estátua equestre do príncipe de Gales, oferecida à cidade pelo judeu Sir Albert Sasson para comemorar a visita do herdeiro presuntivo da coroa britânica à Índia (1875-1876) e cujo custo total foi de £ 12.500.

A quem pela vez primeira chega a Bombaim nas horas de maior bulício, afigura-se-lhe uma cidade em pleno carnaval tal o variegado de cores e formas das vestimentas indianas, mormente no que respeita aos turbantes e o fluxo e refluxo da gente que pelas ruas se acotovela em incessante vozear de todos os metais e diapasões; e nem se pense que falta a clássica máscara nesse carnavalesco de todos os dias, porque não são poucos que sabem afivelar a natural quando lhes convém, em Bombaim, como em todas as outras partes do mundo. No meio, porém, dessa variedade de costumes sobreleva o traje elegante dos parsís, todo de seda das mais vivas cores, em especial a amarela e a vermelha, artisticamente combinadas. Mas, muito mais admirável é a polícia que pouco tem que fazer nessa

Babel hodierna, onde só por exceção rompe-se a harmonia que reina no meio de tantas raças e castas diferentes, cada qual com seus usos, crenças e seu dialeto e todas eivadas de preconceitos etnográficos de toda natureza. A manutenção da ordem em um meio tão profundamente heterogêneo, constituindo verdadeiro prodígio, sociológico, é ainda (justiça se faça, neste particular, à velha Albion), o segredo do sistema colonizador inglês, segundo o qual aos naturais são garantidas todas as liberdades dentro da lei, especialmente a liberdade religiosa, sendo que os ingleses interferem no sentido de serem ali respeitadas mutuamente as diferentes religiões, cujos sectários podem exercer seus cultos de concerto com o respectivo ritual, sem que se lhes oponha embaraço algum; e não foi, sabe-se, sem muito jeito e dificuldade com que na Índia se conseguiu abolir a prática de certas penitências bramânicas.

É sabido que o governo inglês, igualmente, não permite aos cristãos, com particularidade os católicos, plena liberdade de propaganda religiosa na parte do território índico sob sua jurisdição; e, neste sentido, nenhuma conversão ali se efetua sem prévia audiência do governo colonial, que, fazendo de Sumo Pontífice, dá ou não o seu consentimento, conforme as razões apresentadas pelas partes interessadas. Ao contrário da Holanda, o governo inglês interessa-se pela instrução pública em suas colônias e cura de derramá-la por todas elas. Assim é que Bombaim, com uma população de setecentas e tantas mil almas, possui uma Universidade, à qual estão filiados 13 colégios, 66 escolas de ensino secundário e 3.598 escolas primárias, frequentadas por 190.000 alunos.

O exército inglês na presidência de Bombaim, comandado, ao tempo em que ali estivemos, pelo tenente general duque de Connaught, tinha um efetivo de 38.892 homens de combate, sendo 11.284 europeus e 27.608 indígenas. Assisti a manobras executadas por batalhões inteiramente indígenas (commandante, oficiais e soldados) e fiquei maravilhado pela firmeza que apresentavam em forma e a precisão e rapidez das evoluções.

Os navios da esquadra inglesa nas Índias Orientais, a qual tem por base Bombaim, de ordinário estão fora deste porto. Quando nós ali estávamos fundeados a canhoneira *Griffon*, pertencente a essa esquadra e os dois monitores de que já falei e que muito se assemelham a nossos monitores-couraçados *Javari* e *Solimões*. Estes monitores pertencem à marinha da colônia, Indian Marine, a qual, tendo sido abolida por Sir Charles Wood, em 1863, foi recentemente restabelecida pelo governo da Índia.

Na manhã do dia 30 de Novembro, chegou-me às mãos o seguinte telegrama, que ali estava à nossa espera tendo sido despachado a 22 de Novembro de 1889: "Diga príncipe peça demissão serviço.

Entre quanto antes Mediterrâneo e toque Alexandria, Nápoles, Gibraltar e venha Rio diretamente, observando demora portos. Ministro Marinha."

Esse telegrama foi respondido com outro, em que eu comuniquéi que D. Augusto ficara em Colombo, no gozo da licença que lhe fora conseguida e que era força demorar-nos, visto o navio precisar de concertos.

No dia 3 de Janeiro recebi do nosso ministro da marinha mais este telegrama: "Príncipe hoje demitido serviço. Pode fazer concertos necessários."

Pelo cabo telegráfico tive oficialmente ciência de que foram promovidos, eu, o imediato e mais alguns oficiais do *Almirante Barroso*. E, como tivesse de içar meu pavilhão de contra-almirante, fiz as devidas comunicações às diversas autoridades de marinha presentes no porto onde nos achávamos.

Após o telegrama sobre as promoções, recebi do ministro da marinha este outro: "Concedo arbítrio entregar comando imediato recolher Rio ou terminar comissão. Previno vence comando força data promoção. Faça possível *Barroso* chegar Rio junho mais tarder."

Diante deste telegrama nenhuma dúvida podia haver quanto à resolução que me cabia; um só caminho se abria a meu espírito e era aquele aonde me impeliavam o dever e o pundonor. Resolvi, pois, levar a termo a comissão cujo desempenho me fora confiado pelo governo do extinto regime, muito embora no posto de contra-almirante não me fosse dado comandar navio solto. Telegrafei então ao ministro, declarando-lhe que preferia prosseguir em minha comissão mas que, ainda neste caso, parecia-me dever passar o comando do cruzador ao imediato, sendo-me respondido com estoutro telegrama ministerial: "Entregue comando. Qual custo passagem Bombaim ao Rio?"

Esta segunda parte do telegrama era relativa ao em que consultei ao ministro sobre se não seria conveniente, visto nossa demora em Bombaim, fazer seguir para o Rio alguns oficiais. Depois de meu telegrama informando sobre o preço de cada passagem, recebi da mesma autoridade o seguinte:

"Fazei recolher Rio vinte primeiros-tenentes. Procuraes obter redução preço passagem."

De conformidade com esta ordem fiz seguir para o Rio de Janeiro o 1.º tenente Malheiro da Motta e dezesseis 2.ºs tenentes, tendo conseguido um abatimento de 33 % no total das passagens dos oficiais e de um enfermeiro e sete praças, que, por doentes, tiveram de seguir na mesma ocasião, e com igual destino; destino que também

teve, porem, mais tarde e tambem por moléstia, o praticante de maquinista Dagoberto Bueno Paes Leme. No dia 26 entreguei o comando do navio, com as formalidades costumeiras, ao immediato do navio, capitão de fragata Joaquim Marques Baptista de Leão e mandei que este official passasse a imediatice ao official mais graduado depois dele, o Capitão-tenente Candido dos Santos Lara. Terminados todos os trabalhos a que esteve submetido o *Barroso*, inclusive pintura interior e exterior, no dia 15 de Fevereiro abandonamos a doca Vitória, onde permanecemos 37 dias, durante os quais o procedimento de nossa guarnição foi tão correto que mereceu os elogios do gerente e mais pessoal da referida doca.

Em nosso trajeto da doca para a bóia que antes ocupávamos, experimentamos as caldeiras, que funcionaram bem com uma pressão de 18 libras, a qual, segundo o engenheiro que as remendou, não devia ser excedida. Era de mister que não deixássemos a joia do Malabar sem darmos um último sinal de que não éramos uns botucudos fardados, mas participantes da civilização contemporânea. Dei, pois, a bordo, no dia 19, um banquete a que assistiram, alem do redator do *Times of India* e algumas autoridades do lugar, diversas outras pessoas das mais distintas da cidade, tendo sempre reinado a mais perfeita cordialidade entre os convivas. Não devo finalizar sem fazer sentir a falta de um consul brasileiro em uma cidade da importância commercial de Bombaim, quando o temos, entretanto, em Sidney, Hong-Kong e Singapura.

DE BOMBAIM A ADEN

Não foi sem pesar que deixamos Bombaim entre 6 e 7 horas da manhã de 22 de Fevereiro de 1890, com destino a Aden (na Arábia), em cujo porto largamos ancora às 7h. 15m. da noite de 5 de Março.

EM ADEN

Aden é o porto de Móca e por ele é que se exporta o café desta procedência, o qual é, a meu ver, inferior ao nosso e não merece a fama de que goza. Os outros productos que por ali saem são: mel, resinas, penas de avestruz, sal, etc. Célebre outrora por seu comércio, arruinado depois da guerra dos turcos e portuguezes, esse porto é hoje uma das mais importantes estações do vastíssimo império britânico, em o qual o sol jamais se esconde, e comanda a entrada meridional do golfo arábico.

DE ADEN A DJEDDAH

Tendo nós entrado no porto de Aden com o fim único de ali tomarmos carvão, nele só três dias nos demoramos, deixando-o às 7 horas de manhã de 8, com destino a Alexandria. Mas, como de caminho nos faltasse combustível, tivemos de arribar a Djeddah (na costa oriental do mar Vermelho), onde ancoramos às 5h. 55m. da tarde de 13.

O mar Vermelho ou golfo Árábico, em árabe *Bahrsuph* (mar das algas), celebrado na Bíblia pela passagem de Moisés à frente do povo hebreu e pelo afogamento, com todo seu exército, do Faraó que os perseguia, não é mais que um golfo alongado pelo Oceano Índico e compreendido entre a Arábia, a leste, e a costa d'Africa ou, mais explicitamente, a Abissínia, a Núbia e o Egito, a oeste. Este mar se estende do estreito de Bab-el-Mandeb (porta da aflicção) até ao istmo de Suez, formando ao Norte os golfos de Suez e de Akabah, separados um do outro pela pequena península do monte Sinai (Arabia Petrea), em o qual, segundo o Velho Testamento, entregou Deus a Moisés as tábuas do Decálogo. Mede o golfo Árábico 1.048 milhas de extensão e uma largura que varia entre 20 a 80 milhas. Sua profundidade, que se supunha não ser muito grande, após a sondagem efetuada pelo navio de guerra inglês *Cyclops*, trabalho executado para a colocação do cabo telegráfico submarino, verificou-se ser geralmente de 400 a 600 braças, tendo-se, porem, encontrado sondas de 1.054 braças ao norte do porto de Djeddah. Os estudos hidrográficos do mar Vermelho devem-se principalmente à Companhia das Índias e às explorações realizadas pelo capitão J. S. Nares, da Marinha de Guerra da Inglaterra. O mar, em questão, muito frequentado na antiguidade, tornou-se pouco navegado depois de descoberta a passagem do cabo da Boa Esperança. Mas depois recolheu sua primitiva importância, quando se estabeleceram linhas de vapores para todas as partes do Oriente, tendo-se então construído o caminho de ferro entre Alexandria e Suez. Foi propriamente de 1838 a 1840 que o golfo Árábico tornou-se a entrada real entre os dois mundos, o Leste e o de Oeste, estabelecendo-se o que então se chamava *caminho por terra* para a Índia, isto é, sendo transportadas no Oriente as mercadorias através do mar Vermelho e o golfo de Suez e depositadas na cidade deste nome, para daí seguirem com destino aos portos da Europa. Desde 1869, com a conclusão das obras do canal de Suez, um dos mais gigantescos e gloriosos empreendimentos de nossa época, devido ao gênio de Lesseps, notavel engenheiro francês, desde então, quero dizer, a navegação do mar Vermelho tem crescido progressivamente e hoje é ativíssima. A origem do nome deste mar não é questão de todo liquidada. Segundo

Plínio e outros, ele procede do nome de um rei Eritros, do país adjacente.

Na opinião de alguns, deriva-se da cor vermelha que suas águas às vezes apresentam e que é devida a algas zoófitas microscópicos. No pensar de Findlay, porém, é mais provável que tal nome provenha da grande abundância de coral ali encontrado, ou da palavra Eden (nome da península arábica), que significa vermelho. A Bíblia, como é sabido, dá-lhe o nome de mar das algas e Heródoto chamou-o mar Vermelho.

Entretanto, a coloração vermelha, sobre não se estender uniformemente em todo este mar e nem sempre ali se apresentar, acresce que não lhe é peculiar; é um fenómeno que se atribuiu uma vegetação submarina e que também se observa na costa de Coromandel, em redor da Nova Guiné, no Golfo da Califórnia, que igualmente se chama mar Vermelho, e no lago Morat, na Suíça.

EM DJEDDAH

Antiga Badio Regium, quasi nada produzindo, a província de Hedjaz, de que é capital Meca, cujo porto, Djeddah, importa tudo de que tem necessidade, e o mercado que a supre é o da Índia. A importação sobe a 2 milhões esterlinos, enquanto a exportação não passa de 150 a 200.000 libras.

A cidade, que está assestada em um areal, é toda cercada de uma muralha com alguns fortes em ruínas e tres portas, uma ao norte, outra ao sul e a terceira a leste. E' pela porta do norte que passa toda a gente, é ela a passagem comum e ordinária; a do Sul é raro abrir-se, e a de leste, que olha para Meca, é exclusivamente destinada à passagem dos peregrinos maometanos e só então se abre. Djeddah tem uma rua principal, que corre ao longo da praia; as demais são estreitas, irregulares e descalçadas. Exceto mui poucas casas construídas em estilo occidental, nas quais residem os cônsules e os negociantes europeus, todas as outras são antigas e de estilo árabe, com portas e janelas estreitas, tendo estas uma rótula que a projeta para a rua sob a forma de uma caixa.

Visitei o túmulo de Eva, em Sittna Harrva, situado fora da cidade e muito simples: consta de dois muros de tijolo, baixos e paralelos, deixando entre si um intervalo de seis passos de largura e medindo cada um 200 jardas de comprimento; sobre os extremos de cada muro vê-se pequena elevação representando, de um lado, a cabeça e, do outro, os pés da primeira mulher, e no meio uma cúpula pintada de branco, que dizem representar a cintura, mas que, a meu ver, melhor representaria o abdome da companheira de Adão.

A propósito fala-nos Findlay de uma interessante observação do capitão Burton: "Não posso deixar de ponderar que, se a nossa primeira mãe media 120 passos da cabeça à cintura e apenas 80 desta aos calcanhares, devia ter muita semelhança com uma pata." A população de Djeddah é de 250 mil habitantes, dos quais apenas 70 mil são estrangeiros, predominando entre estes a nacionalidade grega.

Alí me asseguraram que a maior parte dos habitantes estrangeiros são facínoras, evadidos dos respectivos países. Sendo Djeddah, como ficou dito, porto de Meca, que é a cidade santa do islamismo e pátria de Maomet, acontece que é alí o desembarcadouro de todos os peregrinos que atravessam o mar para visitar o túmulo do profeta, nesta última cidade. O número dos romeiros que anualmente vão a Meca é calculado em 50 a 60 mil (há quem compute em muito mais), dos quais 8 a 12 mil da Índia, 5 a 6 de Java, e os restantes da Pérsia, Berbéria, Turquia, Egito, Siracusa, etc.

Não há época certa para essa romaria anual, depende isso da lua. De sorte que em cada ano a peregrinação incide dez dias antes da em que teve lugar no ano anterior. Assim, em o ano passado (1890), em que alí estivemos, ela ocorreu em 7 de agosto e este ano (1891) em 27 de julho. Djeddah, como todo o litoral arábico de leste, está sob o domínio do império otomano, que também o exerce, se bem que nominalmente, no interior do país. Mesmo no litoral esse poder sofre certas restrições. Assim é que, por exemplo, a cidade de Djeddah pertence à província de Hedjaz, cuja capital é Meca, residência do Grande cherife (príncipe, senhor). Pois bem; a nomeação desta autoridade é feita pelo governo turco, mas não pode recair sinão em membro de duas famílias, procedentes do profeta Maomet. Devido muito provavelmente à navegação não pequena que ha para aquele porto de Hedjaz, o mercado alí está bem abastecido. E por falar nisto, lembro-me de ter visto, em uma visita que fiz ao grande bazar (mercado público) da cidade, cestos cheios de endocarpo ou subcasca do café e, perguntando a meu cicerone para que servia essa bagaceira, respondeu-me ele, apontando para um daqueles cestos: "Isto é o café dos pobres". A propósito disse-me mais o mesmo indivíduo que todo o café consumido em Djeddah é procedente de Java; o que deve causar admiração a quem sabe que a Arábia é justamente a pátria da famosa rubiácea (*coffea arábica* ou, em arabe, *Kalmet*). E' que talvez suceda com as plantas o mesmo que com os homens, dos quais nenhum é profeta em sua terra, exceto todavia, Maomet que, neste particular, foi mais feliz que o seu compatriota, o café.

DE DJEDDAH A SUEZ

Recolhido a bordo o combustível de que havíamos mister, às 7 horas e 15 minutos da manhã de 17, abandonamos o porto de Djeddah, sob a direção do práctico. Às 7 horas e 50 minutos, isto é, 35 minutos depois de havermos levantado ferro, deixamos a última balisa, a do último recife, quando começamos a navegar ao rumo NW. $\frac{1}{2}$ N. e uma hora depois a NW. $4\frac{1}{2}$ W., rumo este, que mantivemos até às 4 horas da tarde, tendo nós, pois, como se vê, saído pela barra do norte. No dia 22, aos 25 minutos depois da meia noite, demos fundo no porto de Suez com o ferro de BE. e 30 braças de filame.

EM SUEZ

Neste porto, onde apenas ancoramos para esperar que nos chegasse a vez de entrarmos o canal, tivemos uma demora de somente 29 horas. Este tempo o empregamos todo em fazer aguada e tomar medidas prescritas pelo regulamento do mesmo canal, afim de o podermos atravessar.

Consistem elas em suspender-se na popa do navio um ancorote aboçado a um virador passado por um dos escovens de ré; passar-se uma adriça no lais de B. E. do relacho; bracearem-se as regras à bolina e meter-se dentro o pau da giba, desenvergando-se antes a respectiva vela.

A nosso bordo vieram os empregados da companhia do canal, afim de efetuar as medidas precisas para o cálculo da tonelagem do cruzador.

DE SUEZ A PORT-SAID

Achando-se a bordo o práctico do canal de Suez, às 6 horas e 10 minutos da manhã de 23 suspendemos a âncora, começando a navegar em direção à boca do mesmo canal, o qual entramos vinte minutos após nossa partida do referido porto (Suez). Suez (antiga Arsinoé ou Cleópatris), cidade do baixo Egito, situada na costa do mar Vermelho, no golfo de seu nome (antigo *Heroopolites sinus*) e ligada ao Cairo por via férrea, foi, até alguns anos passados, um porto de alta importância no caminho das Índias, para a Europa e empório do comércio do Egito, com os portos da Arábia, principalmente com Djeddah.

A sua importância, porem, não decresceu depois de aberto aquele canal, com o qual direta e facil comunicação ficou estabelecida entre o Oriente e a Europa. De sorte que hoje essa importância procede

quasi exclusivamente da circunstância de ser Suez escala obrigada de todos os navios que, com destino aos portos da Europa e da costa setentrional da África, teem de atravessar o canal; porquanto naquele porto (Suez) é que tais navios se apresentam de conformidade com os preceitos regulamentares prescritos pela companhia do canal e aguardam que lhes toque a vez de penetrar nessa grandiosa passagem marítima, cujos pilotos são eles obrigados a receber previamente. O canal de Suez, que começa em Port-Said, no Mediterrâneo, e termina em Suez, no mar Vermelho, é, sem contestação, uma das maravilhas do presente século e levará à posteridade cheio de glória o nome, já hoje universalmente conhecido, daquele que o concebeu e levou a termo.

Quero falar do notavel engenheiro francês Ferdinand de Lesseps. É verdade que, em remotíssima antiguidade, surgiu pela primeira vez a idéa de um canal desembocando no mar Vermelho, e semelhante canal foi mesmo alternativamente aberto e obstruído, até que, em 775 foi definitivamente abandonado e sua embocadura fechada por ordem do califa Al-Manour, com o fim de impedir as incursões dos egípcios. Mas o canal partia do Nilo e não do Mediterrâneo. Pode-se, pois, afirmar que a glória advinda do atual canal pertence inteira àquele príncipe da engenharia contemporânea, o qual, rasgando o istmo de Suez, sem embargo dos numerosos obstáculos de toda ordem que se lhe antolharam, entre os quais a hostilidade dos ingleses, estabeleceu essa grande via marítima, cuja relevância política e comercial não há mister ser encarecida, e a que já se deve o grande florescimento que hão tido nestes últimos tempos não poucas regiões do Oriente, postas, assim, em facil comunicação com os grandes centros da civilização ocidental.

O canal de Suez tem sido de incalculaveis vantagens para a navegação; e, por que disto se forme uma idéia, basta ver que, de 1869 (época de sua solene inauguração e definitiva entrega ao tráfego) até 1875, a tonelagem total dos navios que por ali transitaram aumentou, segundo Findlay, de meio milhão de toneladas em cada ano.

Da parte meridional começa o canal ao sul do extremo NE. do golfo de Suez, isto é, ao sul da ponta Ibraim, duas milhas ao sul da pequena cidade deste nome, em o sítio onde está uma doca molhada, destinada ao embarque e desembarque de mercadorias e de onde parte uma ferrovia, que vai ter a Alexandria. Por espaço de duas milhas o canal é cortado em um banco de areia; e nesta parte sua orientação é, pouco mais ou menos, NE.SW., mas, depois de tal distância, toma elle a direção N.S. Naquela parte (nas duas milhas a que me referi), bem como nos lagos por ele atravessados, há bóias, de um e outro lado, para linitarem o caminho por onde o navio deve seguir, sendo encarnadas as do lado ocidental e brancas as do lado oposto. De sua

boca no golfo de Suez ao grande farol em Port-Said, mede o canal 87 milhas, das quais 66 propriamente suas e 21 de três lagos, que ele atravessa, que são, ao partir do sul, o Pequeno Lago Amargo, o Grande Lago Amargo e o Timsah. As margens do canal são talhadas em rampa, havendo uma largura de 320 pés em sua parte superior e de 72 na inferior, isto é, no álveo; tendo a companhia assumido compromisso de sempre manter uma profundidade de 36 pés d'água, com a condição, porem, de não exceder de 24 pés o calado de qualquer navio que por ali haja de navegar. Em consequência da largura do canal, não podem dois navios navegar nele emparelhados; pelo que, em toda sua extensão encontra-se, de seis em seis milhas, um lugar mais largo, ali denominado *gare*, para, no caso de dois navios navegarem em direções contrárias, um deles encostar-se à margem amarrados com duas espias, uma na popa e outra na proa, presas em estacas fincadas em terra e, desta sorte, esperar que o outro passe. Assim, às 11 horas e 10 minutos da manhã, passamos pelo quilômetro 25 e, às 3 horas da tarde, pela última estação, avistando então Port-Said, onde chegamos às 4 horas.

DE PORT-SAID A ALEXANDRIA

Às 5 horas da manhã do dia 25 deixamos Port-Said e, uma vez fora do porto, o que se deu às 6 horas e 15 minutos a. m., sob a minha direção e responsabilidade, continuamos a navegação, com rumo feito a passarmos à vista do farol de Damietta. Foi ao rumo de W. SW. que avistamos o farol de Damietta, a antiga *Thamiathes*. Esta cidade foi destruída em 1249, depois de tomada pelos franceses, e depois reconstruída pelos seus habitantes, porem um tanto ao sul do antigo sítio, tomando então o nome de *Menschich*, que significa reedificada. Às 3 h. e 5 m. da madrugada avistou-se da verga da gávea o farol da cidade de Roseta, célebre pelos seus jardins e, sob o ponto de vista científico, por uma preciosa pedra, cujas inscrições deram as chaves dos hieroglifos, exumada pelos franceses, quando cavaram o terreno para lançar os alicerces do forte de São Julião. Esta pedra de granito, que foi levada para Londres, trazia uma inscrição em três línguas e continha o nome de Ptolomen. Por ela poudo o sábio Champollion contruir toda uma língua, mediante um processo análogo ao dos paleontologistas. Nas duas cidades acima mencionadas, Damietta e Roseta, ficam as duas bocas principais do Nilo: a boca de W. nesta. Roseta e a de E. naquela, Damietta; é entre estas bocas que está compreendido o delta. Quanto à origem ou nascente do Nilo, "o rio sagrado e abençoado", o rio que, desde a mais remota antiguidade, tem sido, e com razão, objeto de verdadeiro culto para os egípcios,

que lhe dedicaram um templo em Nilópolis, onde se via a colossal estátua do deus, em mármore negro, coroado de louros e de espigas, o rio que formou o Egito e do qual vive este país. A respeito das nascentes desse rio providencial, repito, é sabido que por muitos séculos constituiu ela o assunto das mais sérias investigações e, de algum tempo para cá, o objeto de numerosas e ousadas explorações no interior dos lagos. *Quocere caput Nili* foi por longo tempo problema tão importante quanto era o da pedra filosofal, e diz a história que aos sacerdotes egípcios chegou Cesar a assegurar que deixaria o seu império e exército, se eles lhe indicassem as cabeceiras do Nilo, cuja enchente era por Juliano atribuída a Serapis, o deus a que, no Egito antigo, se consagrava o *nilômetro*.

Graças, porem, a Stanley, pode-se considerar resolvida a intrincada questão, sendo coisa hoje decidida que a fonte mais meridional do Nilo não é outra senão o lago Vitória Nianza, em o qual se lança, após um curso de 350 milhas, o rio Shimeeyer. E não foi sem justo motivo que a origem do Nilo tanto preocupou os espíritos investigadores; porquanto, sobre perder-se nas brenhas do misterioso continente negro, tratava-se de um rio que é a providência de toda a vasta região, de um rio sem o qual o Egito não seria mais que um deserto e que, entre suas bocas, abraça o delicioso delta, que mereceu de Michelet as seguintes referências, demasiado justas e lisonjeiras:

“Este delta, embebido de água, é o paraíso da África; todos queriam nele viver, todos anelavam por gozá-lo, mesmo depois da morte; para ali se conduziam em barcos os corpos e lá se amontoavam os túmulos. Ele, que não é senão o baixo Egito, opulento de produções, é o triunfo da vida, é como que uma orgia na natureza”. A três milhas, avistamos o farol de Alexandria, que fica na ponta Eunostos, dos antigos e, com uma elevação de 180 pés, emite uma luz de eclipses visível a 20 milhas. Antes, porem, de chegarmos a essa posição, passamos pela baía de Abukir, que é formada entre o castelo de Bourg e a ponta oeste da boca Roseta do Nilo. Ao passarmos por essa baía, tão célebre na história, ocorreu-me logo a memorável façanha aí praticada pelo grande Nelson, a quem a Inglaterra imortalizou no bronze e de quem a esse tempo se dizia que era o maior herói nacional do seu país.

EM ALEXANDRIA

Chegamos, afinal, no Egito, à terra dos Faraós e Ptolomeus, por muitos chamada a terra dos prodígios, protegida pela Providência, que lhe deu o “rio Santo” (o Nilo), o qual lhe trás todos os benefícios e, na frase de Heródoto, o pai da história, lhe é como um pre-

sente do céu, fertilizando-lhe o solo ao mesmo tempo que lhe ameniza o clima.

O Egito é, como se sabe, um estado tributário da Turquia e o seu poder é exercido por um príncipe que, desde 1867, tem oficialmente o título de Alteza e o tratamento de Khediva. Hoje os ingleses têm ali um exército de ocupação, sob color de garantia à paz. Quando nós ali, o consul inglês, homem de nota e muito versado em finanças, era, segundo me informaram, o Khediva de fato, pois nada se fazia sem sua audiência, mormente em questões financeiras. Tive o cuidado de ouvir a opinião de alguns homens influentes no país acerca da ocupação inglesa e foram todos unânimes em declarar-me que consideravam a influência inglesa como elemento de paz, e de prosperidade para o Egito. A cidade de Alexandria está edificada em uma península que vai terminar nas duas línguas de terra — Pharos e Eunostos. Conta uma população de 231.396 habitantes, entre os quais muitos estrangeiros, predominando os helenos, em cujas mãos se acham quasi todos os negócios de bolsa. Como se sabe, durante a campanha do Egito, já aludida na presente descrição e na qual, dizem, Arabi-Pachá se rendeu às esterlinas em Tele-Ke-bir, o povo indígena de Alexandria incendiou o quarteirão europeu. Este, porem, foi reedificado e está hoje um primor, mormente a praça Mehemet-Ali, ou dos cônsules, onde só se veem casas altas de arquitetura elegante. É nesta praça que fica a bela estátua equestre de bronze de Mehemet-Ali, levantada sobre vasto pedestal de mármore branco. Quando, em Bombaim, recebi do ministro da marinha um telegrama em que reduzia o itinerário da viagem, eliminando os seguintes portos: Constantinopla, Pireu, Brindisi, Trieste, Veneza; Spezia; Gênova; Toulon, Barcelona, Cadiz, Lisboa, Portsmouth, Plymouth, Brest, Cherburgo, Tenerife e Baía.

Reconsiderando seu ato, S. Ex. expediu-me para Alexandria o seguinte telegrama: "Pode tocar Toulon e Barcelona — Ministro Marinha".

DE ALEXANDRIA A NÁPOLES

Às 8 h. 30 m. a. m. de 7 de abril deixamos o porto de Alexandria, sob a direção do práctico, que deixamos às 9 h. 20 m., quando estávamos fora do quebra-mar.

Viáramos sem práctico de Port-Said a Alexandria e entendi de continuar a navegar sem ele, embora soubesse que todos os navios de guerra brasileiros que até então haviam atravessado o Mediterrâneo não tinham dispensado e tivéssemos de transpor o estreito de Messina, que os roteiros aconselham que se não navegue a primeira vez sem práctico, por causa da irregularidade de suas correntes e dos fortes

ventos e até violentos que soem soprar naquelas paragens. Confiado, pois, em mim e nas boas cartas do estreito, as quais eu possuía, dirigi o navio sob minha só responsabilidade até o Rio de Janeiro, sendo que, até Alexandria, só tomei prático para lugares onde era ele indispensável. Às 7 horas e 50 minutos da manhã de 7 procedemos à cerimônia do desfraldamento da nova bandeira da República, o que consistiu no seguinte: os oficiais em segundo uniforme e formada a guarnição, uma guarda de honra com música sobre o tombadilho e quatro oficiais de patente na adriça da bandeira, mandei que a içassem, o que se executou ao som do hino nacional, e de uma salva de 21 tiros. Içado o pavilhão, dirigi à guarnição uma alocução, explicando as causas que lhe determinaram a mudança com a conservação das suas cores: verde e amarela.

Fiz esta cerimônia no Oceano e não no porto, afim de evitar qualquer questão internacional. Ao meio dia avistou-se por BE. terra do sul da Itália, reconhecendo-se pouco depois o cabo Spartivento, o antigo *Hercules Promontorium*, ponto meridional da península Itálica, a qual, às 5 horas e 35 minutos nos demorava ao Sul. O estreito ou o Faro de Messina, o *fretum* ou *silicium* dos antigos, é formado pela costa da Calábria e pela Oriental da ilha Sicília. Do lado do Norte sua direção é W. em uma distância de quatro milhas e, depois, volta-se para SSW. por espaço de 14 milhas; sua largura varia de 13 $\frac{3}{4}$ milhas entre Faro e a costa oriental da Sicília, a 2 $\frac{3}{4}$, em frente a Messina e cerca de 12 milhas entre os cabos Grosso e Armi, seu limite sul. Este estreito os antigos temiam e investiam com muitos terrores imaginários por causa da rapidez e irregularidade de correntes, conhecidas por eles como Caríbes, porém hoje, localmente chamadas Garáfolo. Verdadeiramente chamavam Caríbes um redomoinho que ha no Norte de Messina, formado pelo encontro de duas correntes opostas, o qual fica em frente a Scylla, cujos perigos eram proverbiais. Entretanto, Scylla não é outra coisa mais que uma rocha a pique, um tanto carcomida na base pela ação do mar, encimada de um castelo e isolada, tendo uma praia de areia de cada lado. Não sei, pois, porque os antigos tanto temiam esta parte do estreito. Presumo que outrera os navios eram pequenos e, quando passavam por esse lugar, bordejando contra o vento, procuravam evitar Caríbes, pois fica muito perto de Scylla e, naturalmente, eram obrigados a prolongar mais a bordada para o lado de Scylla e viam-se embarcados por ocasião de virar de bordo, por causa da ação da corrente, que puxa para a costa ou, outras vezes, não tendo calculado bem a distância a Caríbes, na bordada para ele eram colhidos pelo redomoinho e sossobravam. Por isso é que diziam os antigos: "*Incidit in Scyllam capien vitare Carybium*". A defesa do estreito é formidável

e cresce todos os dias em novas baterias. Depois de terem refundido as antigas obras de Messina, fortificou-se o farol (*Faro*), isto é, o ponto mais apertado do estreito. Sobre a costa da Sicília, desde Santa Gata, ao SW., até à ponta do farol, NW., as baterias sucedem-se quasi sem interrupção na borda do mar, dominadas pelo forte do monte Sparta, que se eleva a 100 metros de altitude, sobre um esporão destacado da cadeia do monte Cici. Sobre a costa da Calábria, um pouco ao SW. de Scylla, desde Torre Cavalo até Catona, em duas léguas de costa não há senão baterias rasantes e mergulhantes. Mais de 120 peças de grosso calibre, 24 c|m. e 32 c|m. obuzeiros de 24 c|m. e 28 c|m. estão assestados no caminho dos navios que quiserem passar do mar Tirreno para o Jônio, e vice-versa. Nápoles foi avistada às 8 horas e 30 minutos da manhã. Do canal que leva ao porto, vimos a bela *Sorrento* (antiga *Syrentum*), situada em um lado de uma montanha e cercada por muralhas medievais; *Castelamar*, porto militar, com estaleiros de construção, o qual fica a quatro milhas da torre Dell'Annunziata, ocupando parte dela o sítio da antiga cidade de Stabio, que foi destruída ao mesmo tempo que Pompéia e Herculano, e, finalmente, gozamos desse panorama que oferece a bela baía de Nápoles, rodeada por esta cidade, vilas e pitorescos subúrbios e também por montanhas, algumas das quais com antigos castelos e casas de campo, sobressaindo entre elas o *Vesúvio*, donde de dia saem constantemente penachos de fumaça e à noite línguas de fogo, que servem de guia aos navios que demandam o porto. O Vesúvio, que tragou Silva Jardim, tem sido por estes últimos anos o vulcão mais ativo da Europa. Levanta-se imediatamente acima do mar e fica na cabeça da baía de Nápoles. A altura do cone em atividade tem variado consideravelmente nestes últimos anos, sendo presentemente de 4.100 pés acima do nível do mar. Às 9 horas e 30 minutos, passamos fora do quebra-mar para receber o práctico, que levou o cruzador para dentro do porto, onde o amarrou com dois ferros e duas espías passadas pela popa e presas ao quebra-mar, ficando o navio perpendicular a este.

EM NÁPOLES

O golfo de Nápoles, um dos mais belos do mundo, fica entre o cabo Misseno e as ilhas Procida e Ischia ao Norte, e a ponta de Campanela e a ilha de Capri, ao Sul, sendo esta entrada a principal chamada Boca Grande, entre Capri e Ischia, com 14 milhas de largura e a outra entrada, conhecida por Boca Piccola, entre a mesma ilha de Capri e o cabo Campanela, no continente. A baía de Nápoles, antiga *Crater Sinus*, está compreendida entre o cabo Caraglia a Oeste,

e a Torre del Greco (no sopé do Vesúvio) a Leste. A cidade de Nápoles, com uma população de 463.172 habitantes, é, como se sabe, de origem muito remota. A princípio colônia de Cannes, sob o nome de Parthenope, tomou depois o nome de Palépolis (cidade velha) pela chegada de novos colonos, que fundaram Nápoles (cidade nova). Edificada em anfiteatro, a cidade encerra belos quarteirões: a grande e bela rua Toledo, o passeio de Chiaja, bordado de magnificas casas e hotéis e plantado de laranjeiras e limoeiros. Sob o ponto de vista histórico, Nápoles é importantíssima. Tem um museu célebre e interessante, o de Bourbon, principalmente pelas suas cinco coleções: antiguidades egípcias e etruscas; bronzes, medalhas e curiosidades da idade média; manuscritos, estátuas e inscrições. Possui uma Universidade, que data de 1.124 anos; faculdade de medicina e cirurgia; instituto de belas artes, sociedade real de ciências; conservatório de música; bibliotecas, a Bourbônica com 200.000 volumes e 3.000 manuscritos e a Brancaceiana do convento de São Felipe. Durante nossa estada em Nápoles saíram várias torpedeiras para o Oceano, afim de fazer exercícios, tendo nós encontrado duas outras na altura de Boca-Piccola, que, provavelmente, faziam o mesmo. Isto prova que na Itália não se dorme no que respeita à marinha, assim como ali se compreende que não é fundeados os navios nos portos que se forma uma marinha, artilheiros e torpedistas. Entre nós não se pensa assim e os navios criam ostras e se estragam nos portos, amarrados nas bóias; já uma vez sucedeu um encouraçado nosso, o *Javari*, fazer água a ponto de ser preciso entrar imediatamente no dique, por uma avaria produzida pelo atrito do costado na bóia a que estava amarrado.

DE NAPOLES A TOULON

Às 8 horas e 25 minutos da manhã de 24 de abril deixamos o porto de Nápoles, e, tendo feito regular travessia, quasi sempre com bom tempo, no dia 28, avistamos as ilhas Hyères e, às 7 horas da manhã, começamos a entrar no porto de Toulon.

EM TOULON

O porto de Toulon é demasiado conhecido e, por isso, abstenho-me de descrevê-lo, assim como o arsenal, que é considerado um dos mais importantes da Europa. A cidade de Toulon, a *Telo Martius* dos romanos, cenário de muitos sítios, incluindo o memoravel de 1793, tem uma população de 70.122 habitantes e está dividida em cidade

velha e nova, aliás como quasi todas da Europa. Como, ao entrar no porto, não dei as salvas do estilo, em virtude de não estar a novel República do Brasil ainda reconhecida nem mesmo pela República Francesa, entendi que não deveria ir visitar o comandante em chefe da esquadra e Prefeito Marítimo, com espada e, neste sentido, expliquei-me com essas altas autoridades, que me pagaram estas visitas, também, sem espada. O Almirante Dupetit-Thouars, homem simpático, muito lhano e amavel, quanto notavel profissional, disse, ao visitar-me, que ia a Paris, mas que, na volta, me convidaria a jantar consigo. Este convite não se poudo realizar, pois no dia seguinte ao seu regresso a Toulon, foi fulminado por uma hemorragia cerebral. Perdeu a França um dos seus mais notaveis almirantes, assim pela bravura como pela illustração. Houve uma coincidência digna de nota com relação a este acontecimento e foi que a última continência que no mar teve o illustre morto foi feita por marinheiros brasileiros; o que foi anunciado por telegrama ao *Petit Journal*, de Paris. Eis o telegrama:

Toulon, 10 Mai, 4 heures soir.

“Hier soir, à sept heures, un certain nombre de sous-officiers e matelots brésiliens se rendaient à leur bord dans le bateau du patron Mantes, batelier, lorsque la baleinière dans laquelle se trouvait le regretté amiral Dupetit-Thouars, qui descendait à terre en ce moment vint à passer près d'eux. À la vue du commandant en chef de notre esquadre, les brésiliens se levèrent comme un seul homme et leur firent le salut militaire que l'amiral rendit aussitôt avec la meilleur grâce. C'était, hélas! le dernier salut militaire qui devait lui être rendu.”

DE TOULON A BARCELONA

Às 5 horas e 35 minutos da manhã de 18 de maio largamos o cabo da bóia e seguimos avante, com destino a Barcelona, onde fundeamos às 9 horas e 10 minutos da manhã do dia seguinte.

O golfo de Lyon, que tem fama de bravio, nos recebeu com toda a bonança com que costuma estar, tornando a curta travessia muito agradável.

EM BARCELONA

O porto de Barcelona, porto de guerra e de comércio, ao mesmo tempo, é um dos mais comerciais do Mediterrâneo e nele um navio encontra todos os recursos: provisões de boca, artigos navais, etc.

A cidade de Barcelona, o *Barcino* dos cartagineses, é uma das mais belas e florescentes da Espanha. Considerada praça forte, defendida por uma cidadela ao NE. e por diversos fortes, cujo principal é o de Monjuich ou Maritong, ao Sul. Entre os edifícios notáveis, podemos citar a catedral gótica, edificação do XIV século, a Universidade, cujo salão de grau, de estilo mourisco, é um primor, o palácio do governo, a bolsa, dois belos teatros, academias de belas-arts, medicina, história, etc.

DE BARCELONA A GIBRALTAR

Às 3 horas da tarde de 5 de junho deixamos, com bastante saudade, o porto de Barcelona, onde havíamos encontrado tantos atractivos, como só sabe prodigalizar o simpático povo espanhol. A viagem foi excelente sob todos os pontos de vista, havendo encontrado ventos bonancosos e variáveis nos quadrantes de NW., SW. e SE. peio S., estando as correntes de acordo com as indicadas nos roteiros.

EM GIBRALTAR

A baía de Gibraltar é vasta e formada entre a ponta Carnero, a W., e a da Europa, a Leste, distante uma da outra quatro milhas.

O comércio de Gibraltar foi muito florescente, mas decresceu consideravelmente com a introdução no vapor na navegação. O período de maior desenvolvimento comercial ali foi o do bloqueio continental, decretado por Napoleão, durante o qual a bandeira inglesa foi excluída de todos os pontos do continente, desde o Báltico até o Adriático.

Nesse período tornou-se Gibraltar grande empório, onde eram aparentemente conduzidos os negócios das nações europeias. A riqueza, consequentemente, afluíu para ali; o valor da propriedade desembarcada aumentou e os felizes proprietários da terra tornaram-se de repente ricos e independentes. Em 1824 começou a decair o co-

mércio, tendo, entretanto, o número de navios aumentado consideravelmente, mas isto era devido à extensão das transações mercantis pelo Mediterrâneo, porque outrora, nos dias dos navios de vela, Gibraltar formava grande entreposto de mercadorias, destinadas à distribuição, não só ao longo das costas vizinhas, e ainda para as mais remotas costas do Mediterrâneo e mar Negro. Como estação de carvão, porem, é importante, achando-se os depósitos em cascos de navios, que se acham fundeados nas águas inglesas e na altura, mais ou menos, do antigo quebra-mar. Disseram-me que, entre os cascos de navios que servem de depósito de carvão do Estado, havia, há alguns anos, o do navio espanhol *San Juan*, tomado na batalha de Trafalgar, cuja câmara sempre fechada se conserva, como sinal de respeito à memória do bravo capitão Churneca, que, mortalmente ferido, na batalha, morreu nela.

As fortificações de Gibraltar estão entre as mais formidáveis do mundo e o valor do rochedo para a Inglaterra dobrou depois da introdução do vapor na marinha de guerra e daí a necessidade de estação de carvão protegida e foi isto que induziu o governo inglês a manter a defesa em tal estado de perfeição a tornar as fortalezas inexpugnáveis. Tive ocasião de ver as galerias abertas no rochedo, nas quais há canhoneiras onde está montada a artilharia.

São, na realidade, obra digna de se ver estas longas galerias, cuja idéia e execução se deve ao sargento-maior Ince, que foi, por isto, promovido a tenente no batalhão da guarnição real. Para fim da defesa o rochedo está dividido em oito distritos, a saber: 1.º, The Upper, compreendendo The Rock Gun e Signal Station; 2.º, North; 3.º, Lower Lines; 4.º, Town; 5.º, Waterport; 6.º, Rosia; 7.º, Windmill Hill; 8.º, Europa.

Gibraltar foi tomado aos espanhóis pelos ingleses, em 1704 e, depois de várias tentativas empreendidas por aqueles para rehavê-lo, foi, finalmente, cedido a estes pelo tratado de Utrecht, em 1713, tendo sido feito porto livre em 1808, por um decreto especial da rainha Ana. A cidade de Gibraltar, que tem uma população de 24.467 habitantes, incluindo os militares em número de seis mil e tantos homens, consiste de duas partes distintas, conhecidas por parte norte e parte sul, a primeira sendo a mais importante por ser nela que está a parte comercial, a qual está compreendida principalmente entre as duas ruas Waterport e Irish e os becos que as ligam. As encostas abruptas do rochedo, detrás da cidade, são densamente cobertas de casas construídas umas acima das outras até uma altura de 250 pés acima do nível do mar; e, na extremidade Norte deste distrito está um cas-

telo mourisco com suas antigas muralhas. A parte Sul é formada por pequena coleção de casas, que fica na encosta do monte abaixo do O'Haras Towes, e inclui Rosia e a praça do novo quebra-mar. Este subúrbio é separado da cidade pela praça da Alameda e por jardins públicos. Do lado de E. do rochedo as únicas casas, excetuando a casa de campo do governador, são as da aldeia da baía Catalan, cujos habitantes são pescadores e de origem genovesa.

Ao norte da cidade, e entre ela e pequena vila espanhola, há o território neutro, que tem de largura 800 jardas. Sendo Gibraltar porto livre, as autoridades espanholas na tal vila exercem grande vigilância para evitar o contrabando e mesmo assim não conseguem impedi-lo.

O arsenal, situado ao SW. do rochedo, foi construído durante o último século e em algum tempo foi de grande importância. Foi neste arsenal que, em outubro de 1805, depois da batalha de Trafalgar, repararam suas avarias os navios de lord Nelson, antes de seguirem para a Inglaterra, sendo um destes a nau *Victory*, que trazia o herói morto.

DE GIBRALTAR À BAÍA

No dia 8 de julho avistamos Inhambupe, na Baía, quando, depois de 20 meses e dias, vimos terras da Pátria; e, às 10 horas da manhã do dia 9, demos fundo com o ferro de BB. em 15 braças de amarra e em cinco de fundo, tendo sido a travessia de 30 dias.

NA BAÍA

Logo depois de darmos fundo, salvamos à terra com 21 tiros e, no dia seguinte, fui visitar o governador do Estado, marechal Hermes da Fonseca, que me retribuiu a visita 24 horas depois, tendo-se-lhe feito as honras inerentes a seu cargo. O navio foi muito visitado, recebendo nós por parte da população sinceras provas de simpatia e consideração.

DA BAÍA AO RIO DE JANEIRO

Deixamos o porto da Baía no dia 23 de julho, às 11 horas e 15 minutos da manhã. Ao clarear do dia 28, avistou-se Cabo Frio. Lançando rumo em demanda do Rio de Janeiro, aí demos fundo no dia seguinte (29), às 11 horas da manhã, depois de uma travessia de seis

dias. Éramos finalmente chegados de volta ao ponto de partida para a viagem de circunavegação, durante a qual o navio percorreu 36.691 milhas, quasi duas vezes a volta do globo, em 21 meses e dois dias. Deixo consignado um voto de agradecimento aos officiais, meus companheiros de comissão, que tiveram consciência de me haverem em tudo auxiliado no desempenho dela.

Capital Federal, 25 de novembro de 1891. — *Custodio José de Mello*, Contra-Almirante.

O “BENJAMIN CONSTANT” À VOLTA DO MUNDO

Relatório da viagem de circumnavegação do navio-escola “Benjamin Constant”, apresentado pelo seu comandante, capitão de fragata Antonio Coutinho Gomes Pereira.

PRIMEIRA PARTE

A viagem

DO RIO DE JANEIRO A MONTEVIDÉU

No dia 22 de janeiro de 1908, depois de recebida a visita do Exmo. Sr. Presidente da República, seguimos para o fundeadouro do Poço, onde pairámos nas proximidades da Armação. Nesse mesmo dia deviam sair a frota americana, sob o comando do almirante Evans, e as três divisões da nossa esquadra, que partiam para exercícios.

Ao *Benjamin Constant* fôra designado o último lugar, cumprindo-lhe navegar nas águas da Divisão de Instrução, que, por sua vez, sairia depois das outras duas.

Às 4 horas p. m., seguindo na popa do *Primeiro de Março*, de-mandávamos a barra. Transposta esta, começámos a navegar livremente em busca do primeiro porto do itinerário traçado para a viagem que fôra cometida a este navio. Às 9 horas e 30 minutos perdíamos de vista o farol da Rasa, encoberto por aguaceiros frequentes e tempo cerrado, para só tornar a vê-lo depois de ter circumnavegado a Terra.

Geralmente, nesta época as viagens do Rio de Janeiro para Montevideú são feitas em condições muito favoráveis.

À monção de NE, que sopra do cabo de S. Roque para o Sul, até além do Rio Grande, junta-se a corrente, por ela formada, para SW.

Não nos foi dado, porém, ter vento NE senão dois dias depois da partida, e esse mesmo não durou mais de 48 horas, tornando-se depois variavel, até que se firmou em SW, com aguaceiros violentos a princípio, durante a noite de 27, começando a amainar ao amanhecer, conservando-se, todavia, bem fresco até o dia seguinte. Era um *pampero* de verão.

Não tivemos, é verdade, o vento com que contávamos, mas a corrente favoravel não nos faltou, auxiliando-nos até o paralelo de 31°, com uma velocidade que atingiu a 34 milhas nos dois primeiros dias.

Retomando o caminho do qual fôramos afastados, avistámos na manhã de 29 o farol do cabo Polônio; e seguindo daí com outros faróis sempre à vista e a pequena distância, largámos ferro em Montevideu, no ancoradouro externo, à 1 hora e 10 minutos a. m. do mesmo dia, em treze metros de profundidade, marcando a Punta Brava por 75° NE e o farol do Serro por 30° NW.

Na manhã seguinte aproximámo-nos mais da cidade, indo para o antigo *fundeadoiro das fragatas*. Informaram-me que o porto interior, por dentro do quebra-mar, posto que fosse acessivel ao navio, era servido por um canal cujas águas às vezes baixavam de modo a não permitir a saída das embarcações do calado do *Benjamin*. Não nos convinha, portanto, entrar. A partida estava marcada para o dia 4 de fevereiro e não podia ser adiada. O itinerário era longo e o tempo concedido o estritamente necessário para percorrê-lo.

Mas a distância a que estávamos de terra era grande e outras informações me foram prestadas, contrárias às que tinham motivado a minha primeira resolução. Deliberei então dirigir-me ao práctico-mor, que me deu todas as seguranças de que o navio, calando 6^m,40, poderia sair no dia e hora que quisesse e ofereceu-se para pilotéá-lo.

Sem mais demora aceitei este oferecimento, vindo com o referido práctico para bordo e suspendendo logo que a pressão na caldeira acesa permitiu dar movimento à máquina motora. Ao meio dia de 1 de fevereiro amarrávamos a dois ferros no fundeadouro interior. Graças a esta circunstância, pudemos aprontar o navio para partir no dia designado. Protegidos pelo quebra-mar, não foram os nossos preparativos prejudicados pelo *pampero*, que quasi inesperadamente caiu na madrugada de 2.

EM MONTEVIDÉU

A pequena demora que tivemos neste porto não nos permitiu sermos recebidos pelo sr. Presidente da República. A audiência fôra solicitada pela nossa legação, caso fosse possível realizá-la antes do dia 4. Aconteceu, porém, que ao domingo que passámos succedeu um dia de festa nacional; dois dias, portanto, perdidos. Trocámos, entretanto, visitas com as autoridades navais. O nosso consul geral, sr. Calmon, com muita solicitude atendeu a tudo quanto era referente ao navio.

De acordo com a autorização do Estado-Maior da Armada, fiz regressar ao Brasil 12 praças em cujas cadernetas constavam diversas baixas ao hospital, por terem sofrido de beriberi. Não me pareceu prudente levá-las, tendo o navio que percorrer regiões quentes e úmidas. Eram organismos, segundo a opinião dos médicos, depauperados e propensos a contraírem mais uma vez a terrível enfermidade, que tantas vítimas tem feito em nossa marinha.

Para atender também à higiene, mandei adquirir, prevalecendo-me de autorização, que me fora dada, camisetas, ceroulas e meias de lã grossa, para distribuir às praças, afim de abrigá-las do frio no Estreito de Magalhães.

DE MONTEVIDÉU A PUNTÀ ARENAS

Atestadas as carvoeiras e a aguada, no dia 4 de fevereiro, às 12 horas e 55 minutos, saímos do porto interior. Para encurtar caminho resolvemos seguir em demanda do cabo de Santo Antonio, passando a W dos bancos Inglês, Archimedes e Rouen. Esta derrota não é muito aconselhada para os navios de grande calado, mas não me pareceu perigoso segui-la, por estar o tempo claro e não ser difficil verificar frequentemente, como o fizemos, a posição do navio por marcações do Serro.

Este ponto me permitiria conhecer os efeitos das correntes nas proximidades dos bancos.

Os paquetes costumam demandar Maldonado e daí seguir francamente sua derrota para o Sul. Esse caminho, porém, aumenta de cerca de 60 milhas a distância a percorrer.

Logo que montámos o banco Archimedes, soltámos rumo para passar a 15 milhas do farol do cabo de Santo Antonio.

Às 9 horas e 12 minutos avistamo-lo e reconhecemos então que a corrente nos havia impellido muito para dentro do estuário. Foi

preciso mudar de rumo duas vezes, porque à medida que nos aproximávamos, como era natural, mais forte era o efeito dessa corrente.

E assim é que de 10°SE, que fazíamos quando avistámos o farol, tivemos de orçar até 40° SE. A corrente aí segue, segundo a maré, direções opostas NW e SE com a intensidade de 2 a 4 ½ milhas horárias. A que experimentámos foi de 3 milhas para NW. Vencido o paralelo do farol e devido, naturalmente, a ter mudado de direção a corrente aludida quando ainda estávamos sob a sua influência, sentimos o efeito contrário: não vimos a luz que pretendíamos, de Medano.

Daí em diante procurámos seguir, tanto quanto possível, a derrota aconselhada por Paulo Cave no seu roteiro: passámos a 40 milhas do cabo Corrientes, navegámos em direção ao meio da baía de São Jorge até o paralelo da península Valdez, daí fomos, no dia 11, avistar as terras altas ao sul do cabo Branco, a 22 milhas de distância, e seguimos rumo direto ao cabo das Virgens.

Sendo os ventos W os predominantes no litoral da Patagônia, a navegação próxima à costa deve ser a preferida; pois, como é natural, o navio, protegido pela terra, encontra mar menos alteroso e vento menos fresco. Em frente ao golfo S. Mathias, quando ficámos mais afastados da costa, por causa da configuração desta, o vento tornou-se duro, levantando mar, que arrebatou o taboado da varanda da popa, não obstante estarmos capeando a vapor; o barômetro baixou apenas 3 ^m/m da média.

O capitão Smyley, que despendeu 22 anos de sua vida nesses mares, em navios de pesca, é também partidário da navegação próxima à terra. Diz ele que quando se chega à distância de 40 a 50 milhas avistam-se pequenas gaivotas. De fato, nós as vimos uma vez, quando estávamos, mais ou menos, a essa distância.

As correntes por nós encontradas foram variáveis em intensidade e direção.

Excetuando o vento duro, a que já aludí, o tempo conservou-se bom. Do paralelo 41° para o sul tivemos brisas fracas e variáveis.

A 12, às 5 horas e 40 minutos, avistámos o cabo das Virgens; estávamos, pois, à entrada do estreito de Magalhães.

Nas condições excepcionalmente favoráveis em que o demandávamos, não havia dificuldade alguma. O farol à vista permitia-nos conhecer o efeito da corrente, que aí é bastante forte. Às 7 horas e 11 minutos p. m. estávamos a seis milhas a leste desse farol, e passando por fora da rocha Nassau, cruzámos o banco Sarmiento em demanda da ponta Dungeness, cujo farol montámos às 9 horas e 30 minutos p. m.

Às 10 horas tínhamos à vista a luz do cabo Possessão, que é um dos extremos da baía desse nome, onde íamos fundear para esperar o clarear do dia e a maré de enchente.

Às 12 horas e 55 minutos ancorámos com 90 metros de amarra, marcando essa luz a 88° NE mg. na distância de duas milhas, em 20 metros de profundidade. Posto que a essa hora estivéssemos em meia maré da vasante, não convinha buscar sondagem menor, por ser aí de 10 a 12 metros a diferença de marés.

Esse fundeadouro tinha também a vantagem de estar próximo à primeira garganta ou *angustura* (First-Narrow).

No dia imediato, às 5 horas e 45 minutos, seguimos em demanda dessa primeira *angustura*, em que a corrente atinge, nas marés vivas, a velocidade de oito milhas horárias, e às vezes mais, na vasante, quando ha vento fresco de W. Os navios mesmo que disponham de máquinas poderosas, terão, em tais circunstâncias, dificuldade em vencer essa corrente impetuosa.

Todos roteiros aconselham que se procure entrar no Estreito pela manhã, nas proximidades dos dias de lua cheia ou nova, em que a preamar começa cedo, permitindo assim chegar a Punta Arenas ainda com dia. Tive também isto em vista quando, aproveitando o tempo bom e ventos bonancosos que não dariam para o *Benjamin* velejar, puxei a vapor.

O *Benjamin* não tem uma máquina fraca; mas as suas caldeiras, que são as primitivas, estão enfraquecidas pelo trabalho e pela idade.

Ao entrar na primeira *angustura*, o farol que a assinala, na Ponta Delgada — fez-nos o sinal “seja bem-vindo”, que imediatamente agradecemos, apresentando as nossas saudações ao povo chileno.

A navegação aí faz-se bem, a meio canal, ficando assim a uma milha de cada uma das margens.

Vencidas as sete milhas que formam o seu comprimento, entra-se em uma vasta bacia, onde se navega 20 milhas em demanda da segunda *angustura*, tendo muitos pontos para marcar e podendo ainda empregar o prumo.

As correntes aí são mais fracas, não excedendo de 4,5 milhas nas marés de sizígias.

A segunda *angustura* é mais larga que a outra, pois tem de 4 a 6 milhas por 11 de comprimento.

Facilmente evitam-se os bancos que ha na parte norte. Vencido o cabo S. Vicente, que é um dos seus extremos, navegámos para o sul, passando entre a bóia que marca o Novo Banco e a que assi-

nala uma pedra ao N da ilha de Santa Martha, em busca da bóia situada no banco que fica a leste da ilha de Santa Madalena, onde ha um farol. Deixamo-la por BE e seguimos rumo direto para Punta Arenas, fundeando em frente à cidade, às 2 horas e 50 minutos.

EM PUNTA ARENAS

Ainda o navio não tinha ancorado, já o capitão do porto seguia-o para dar-nos as "boas vindas" em nome do seu Governo e das autoridades locais. As manifestações de simpatia não se fizeram esperar. O governador civil do território de Magalhães, sr Fernando Chaigneau, obsequiou-nos com um almoço, ao qual comparecí com quatro oficiais. No dia seguinte, o sr. almirante Rojas, prefeito marítimo, ofereceu a mim e a tres de meus oficiais um jantar íntimo, e o capitão do porto, Sr. capitão de fragata Martin, fez-nos igual convite.

Todos, estes senhores tiveram a bondade de aceitar um almoço que lhes oferecí, vindo o sr. Governador com sua Exma. família.

À noite, na véspera da partida, o Club Magalhães deu uma recepção em honra aos oficiais do *Benjamin Constant*.

Alem destes obséquios, houve uma festa campestre dada por ordem do ministro da Marinha, aos oficiais e marinheiros.

Não houve tempo para outras festas, por ser a nossa demora apenas de quatro dias.

A cidade continua a progredir, graças aos favores do Estado e à facilidade de navegação.

O comércio desenvolve-se, protegido tambem pela entrada livre de direitos de todos os artigos.

O Estado, que a princípio cedeu gratuitamente todo o terreno em que está edificada a cidade, permite ainda hoje a exploração de suas matas.

A criação do gado vacum e lanígero prospera e ha grande esperança na indústria de mineração, para a qual importam-se muitos maquinismos. Fala-se muito no ouro existente nessa região. Ha tambem o negócio de peles.

Enquanto, porem, essa população de 10 a 12 mil almas trabalha animada, resistindo ao clima duro e inconstante, sujeito a frequentes tempestades, que o tornam quasi insuportavel, os norteamericanos, resistindo tambem a um clima desagradavel, não pelo frio, mas pelo calor abrasador, lutando com as terríveis febres, vão cavando a terra no Panamá, abrindo esse canal, que será a morte da cidade, que parece tão segura do seu futuro.

A passagem obrigatória de alguns navios pelo Estreito anima o negócio de carvão, deixando dinheiro e facilitando as permutas. Os fretes para esse ponto de escala forçada são naturalmente reduzidos. É, no fundo, essa facilidade de transporte que estimula o progresso. Aberto, porém, o canal de Panamá, poucos navios terão necessidade de passar por essa região inhóspita.

A navegação entre as repúblicas do Pacífico e a Europa procurará o caminho que, sendo o mais curto, se torna também o mais cômodo, pela ausência de temporais. Na costa da América, entre Panamá e o sul do Perú, só ha calmas e ventos bonançosos.

Acresce que nove décimos da população de Punta Arenas são formados por estrangeiros, que regressarão a seus lares ou procurarão climas mais amenos, logo que cessem as vantagens que existem atualmente.

O capital, sempre precavido, pressentirá cedo o perigo e, deslocando-se para outros lugares, deixará de impulsionar alí o comércio e as indústrias; a bela cidade sentirá que as forças vão lhe faltando e o Governo, por sua vez, não tendo mais o que lhe dar, não poderá evitar a decadência, embora lenta.

Restará ainda a esperança do ouro. As pepitas dão geralmente para enriquecer meia dúzia de indivíduos, mas não chegam quasi nunca para remunerar o capital empregado em maquinismos dispendiosíssimos.

DE PUNTA ARENAS Á TALCAHUANO

Até Punta Arenas o Estreito de Magalhães não apresenta nada de extraordinário, a não ser os fenômenos de refração. As terras são baixas, cobertas de uma vegetação rasteira, parecendo veladas por uma gase esbranquiçada, sem contornos nítidos nem cores acentuadas. Nenhum interesse despertam.

Do cabo Negro em diante começam elas a elevar-se e a vegetação vai-se tornando mais frondosa, à proporção que se avança para o cabo Froward.

Só depois que se deixa Punta Arenas é que aparecem as majestosas montanhas negras, coroadas de neve, que são a beleza dessa região.

A oeste do cabo Negro não ha quasi bancos, nem altos fundos; as costas são alcantiladas; as correntes tornam-se pouco sensíveis e a diferença de marés insignificante.

As dificuldades da navegação tornar-se-iam menores, si as condições do tempo não peorassem.

A leste de Punta Arenas o tempo é quasi sempre belo, embora o vento sopra duro; a oeste, porem, principalmente depois de dobrar-se o cabo Froward, os ventos dominantes de W trazem chuvas, neve e cerração, que tornam a navegação mais incômoda e perigosa do que no primeiro trecho.

Ocasões ha em que os navios a vapor, não podendo prosseguir à noite, por ser impossivel ver a terra com tempo cerrado, param e mantêm-se em direção perpendicular ao eixo do canal, afim de ter manobra facil, tocando adiante ou atrás, para safar da costa, caso a corrente os faça cair sobre ela.

Alguns roteiros aconselham que se mande, quando possivel, fazer uma fogueira em terra para servir de farol, uma vez que as grandes profundidades não permitam fundear.

A navegação no Estreito com bom tempo não ofereceria dificuldade a um navio a vapor, mas é muito difficil, raríssimo mesmo, passá-lo sem apanhar um temporal.

Não se sabe mesmo qual é a melhor estação aí: no inverno os dias são curtos, de 8 horas apenas, o frio é intenso, mas os ventos são menos violentos e o tempo claro; no verão, ao contrário, os dias são de 17 horas, menos frios, mas os temporais mais frequentes e as cerrações mais comuns.

O mês de fevereiro é tido como excepcional; dizem que é o melhor, especialmente na primeira quinzena. A natureza parece preparar-se para os grandes temporais de março, poupando as suas forças.

No dia 18 de fevereiro, às 3 horas e 15 minutos da madrugada, suspendemos de Punta Arenas, prosseguindo a nossa viagem. É de bom aviso para os navios que se destinam ao Pacífico deixar este ponto duas ou tres horas antes do clarear, para aproveitarem as 25 milhas de navegação franca, que pode ser feita à noite.

O Estreito aí tem uma largura de 16 milhas até a ponta Santa Anna. E' a *Broad Reach*. Nessa ponta, onde começa a *Famine Reach*, a largura reduz-se a nove milhas. No cabo S. Isidro principia a *Froward Reach* com uma largura que varia de cinco a sete milhas e se estende até o meridiano de Porto Gallant.

O cabo Froward, a ponta mais meridional do continente americano, é o vértice do ângulo que forma o Estreito, cuja direção até aí é mais ou menos de NNE a SSW e daí em diante segue, quasi em linha reta, ao WNW até o Pacífico.

É, a meu ver, esta mudança de direção que torna tão distintas, quanto ao clima, as duas regiões.

A sua parte oriental é protegida pelas altas terras dos ventos predominantes de oeste.

O ar, passando por sobre as neves, penso, perde, por efeito da condensação, grande porção da umidade com que o sobrecarrega o Grande Oceano; ha, por isso, chuvas menos frequentes.

Na parte ocidental não ha a mesma proteção, soprando o vento quasi sempre em direção próxima à do canal.

A navegação de Punta Arenas em diante faz-se à distância de duas a tres milhas da costa da península Brunswick.

Às 3 horas e 15 minutos da tarde desse mesmo dia 18 ancorámos na baía de Fortescue em 19 metros de fundo de areia fina, marcando-se a ilha Cross a 5° NW na distância de tres milhas.

Esta baía, chamada pelos hespanhóis *Fuerte Escudo*, por causa das elevadas montanhas que a protegem dos principais ventos, está em comunicação por uma estreita abertura com o porto Gallant, que é bem fechado e só accessivel a navios de calado inferior a quatro metros.

A baía de Fortescue é com justa razão reputada uma das melhores de todo o Estreito: boa tensa, pouca profundidade e bom abrigo. Realmente, bem poucas são as que reúnem estas qualidades.

Não tendo sido possivel pintar a coberta e a tolda antes da partida do Rio e nos portos anteriores, onde a pequena demora permitiu apenas receber carvão e lavar a roupa da guarnição, resolví aproveitar o bom tempo aí para fazer esse serviço.

Tres dias foram despendidos nesse trabalho.

Às 3 horas da madrugada de 21 suspendemos. Entrámos logo na *English Reach*, que se alonga até à ponta W da ilha Carlos III, e nella seguimos, a meio canal, deixando todas as ilhas, desde as Chariles, por bombordo.

Passada aquella ilha, estávamos no *Crooked Reach*. Aí o canal é mais estreito, variando de duas a tres milhas.

Como o vento de W tivesse refrescado muito, com rajadas violentas, resolví fundear no ancoradouro Field. Às 10 horas e 30 minutos aí amarrámos com dois ferros.

Devido à impetuosidade do vento de través, quando demandava o ancoradouro, o navio governou mal, e o segundo ferro foi arriado na posição em que foi possivel fazê-lo em tal emergência. Esta circunstância deu lugar a que ficássemos com a popa à pequena distância de uma pedra. Durante o dia, com a máquina pronta, como estava, não havia nenhum perigo; demais, contávamos que à tarde o vento amainasse.

Não tendo, porem, se realizado esta esperança, resolví suspender o ferro de BE, antes de anoitecer, para largá-lo mais afastado.

Na ocasião em que manobrávamos para esse fim, verificámos que a amarra viera sem o ferro, cujo anete se havia partido; largámos então outro na posição em que pretendíamos.

Nessa segunda posição, sem dúvida mais segura, tínhamos 90 braças no ferro de BB e 45 no de BE, e estávamos em 15 metros de profundidade, acerca de 300 metros da ilha Hat, que era marcada ao N verdadeiro.

O ancoradouro é desabrigado para os ventos de SW. Isto reconhece-se logo, verificando-se ao mesmo tempo a frequência e impetuosidade de tais ventos pela inclinação das árvores.

É curioso vê-las todas inclinadas, tendo, porem, a copa horizontal e aparada, como si alguém se occupasse desse serviço. Os brotos que crescem são quebrados ou crestados pelo vento rijo e frio; só resistem unidos. Essa me parece a explicação única da forma caprichosa da copa dessas árvores, de que só se encontram iguais em alguns jardins, à custa de muito trabalho.

Ha tambem no fundo da baía uma geleira, talvez a mais bela de todo o Estreito. Ela é formada pela neve que se deposita em uma espécie de bacia existente entre os cumes do monte Wyndham, de 1.200 metros de altitude, e de tres outros, cuja elevação excede a mil metros. A neve recebida por estes e outros picos mais afastados foi rolando para essa depressão, comprimindo e congelando os flocos já existentes e dando-lhes consistência. Acumulando-se, transbordou e desceu quasi verticalmente por entre os dois montes mais próximos ao litoral e chegou até 10 ou 15 metros do nivel do mar, onde um acidente do terreno a deteve. Mais larga na parte superior, ela vai-se estreitando para baixo, comprimida pelos dois montes, que se vão unindo. A sua superfície ondulada faria acreditar, a quem não conhecesse o modo de formação dessas geleiras, que a água caía em borbotões quando subitamente foi congelada. A cor leitosa, com uns matizes azulados, dá-lhe o aspecto de uma opala colossal, engastada naquelas rochas negras.

No dia 22 de fevereiro, às 7 horas e 30 minutos da manhã, suspendemos e seguimos pela *Long-Reach*, que chega ao cabo Monday, sempre com uma largura de tres a quatro milhas, dilatando-se até seis milhas no seu extremo, que é a ilha Tamar, onde começam os canais da Patagônia e a *Sca-Reach*, que se lança no Pacífico, no cabo Pilar. Navegámos a meio canal com uma chuva fina e vento fresco de W.

À medida que o navegador aproxima-se do Pacífico as condições meteorológicas peoram sensivelmente: parece que a natureza o hostiliza.

A *Long-Reach* é, talvez, em todo o Estreito, o canal mais imponente: é de grande extensão, quasi retilíneo, pouco largo, margeado de montanhas elevadas, algumas das quais descem quasi a prumo para a água, montanhas em que a neve, depositando-se nas cavidades que encontra, apresenta, à meia altura, manchas alvas, de formas às vezes caprichosas, contrastando com a cor enegrecida da rocha. A sua navegação seria agradável, si não fossem as muitas contrariedades que o navegador aí experimenta, mesmo em navio a vapor. Para os veleiros que vão para oeste, ela deve ser um caminho de mártires: sem *lascira* para manobra, sem bons abrigos, muito profunda e quasi sempre varrida por vento forte de direção oposta. Para nós foi relativamente boa.

Às 11 horas e 30 minutos a. m. dobrávamos o cabo Tamar e entrávamos no canal Smyth, um dos canais laterais da Patagônia. Por ele seguimos, em demanda da ilha Fairway, que nos ficou por BE. Navegando a igual distância das duas margens, passámos a leste das ilhas Renoward, Evans e Richards e a oeste das denominadas Shoal, Adelaide e Simpson. Puxámos depois para a ilha Campbell, ao sul da qual ha um estreito banco, onde largámos ferro às 6 horas e 10 minutos da tarde. É o fundeadouro exterior de Otter-Bay.

No dia 23, às 6 horas e 45 minutos da manhã, suspendemos e seguimos pelo canal Mayne, que começa no ponto em que estávamos, e, desviando-nos dos escolhos, todos já balisados, entrámos no estreito de Collingwood, que dá ingresso ao canal Sarmiento, pelo qual navegámos até Puerto Bueno, em que fundeámos às 4 horas e 20 minutos.

No dia 24, às 5 horas e 30 minutos, suspendemos e navegámos pelo canal Sarmiento até a *angustura* de Nossa Senhora da Guia, a *Guia Narrow* dos ingleses, que tem seis milhas de comprimento e 1 ½ de largura, exceto na parte norte, entre a ponta Porpoise e a ilha Guard, em que ela se estreita a ficar reduzida a 350 metros.

Aí é preciso ter todo o cuidado, porque algumas vezes a corrente impele para a ponta citada, que é baixa.

Vencida essa ponta, entra-se no canal Concepción, em cujo lado de oeste está o porto Molyneux, onde fundeámos a 400 metros a oeste da ilha Rômulo, em 35 metros de profundidade, com 60 braças de amarra.

Às 4 horas e 30 minutos a. m. de 24 suspendemos e seguimos pelo canal Concepción, entrando no denominado *Wide*, até a ilha de Sanarez. Aí, deixando-a por BB, entrámos na *Ice Reach*, que nos deu passagem para a *Indian Reach*. A navegação desse canal, da ponta Gregory em diante, exige cuidado, pelas muitas pedras que

existem, embora balisadas. Às 2 horas e 35 minutos fundeámos em Porto-Eden.

Apareceu-nos uma canoa com índios, semi-nus, formando, ao que parecia, uma família composta de um casal velho, dois rapazes, uma índia moça e duas crianças, sendo uma de colo.

No fundo dessa canoa havia um braseiro. Depois de obterem bolachas, roupas e fósforos, retiraram-se tranquila e alegremente.

O casco dessa canoa era formado de peles de lobos marinhos, cosidas sobre um armação de madeira, que lhe dava a forma.

À tarde chegou um pequeno navio da marinha chilena, o *Meteor*, que estava recorrendo o balisamento dos canais.

Já tínhamos encontrado em Puerto Bueno. No dia imediato pela madrugada continuou a sua missão.

No dia 25, às 5 horas e 45 minutos, suspendemos para prosseguir a nossa viagem. Tomámos o porto Eden para esperar a hora mais conveniente à passagem da *English Narrow*, que só deve ser transposta por navios de um hélice na ocasião em que não ha corrente, o que a experiência tem demonstrado ser 45 minutos depois da preamar. O canal aí, além de muito estreito, é bastante tortuoso; qualquer corrente pode ser fatal aos navios, que, nas melhores condições, precisam governar muito bem para passá-lo sem acidente.

Às 7 horas e 15 minutos chegámos às *angusturas*, que são precedidas de rochas balisadas.

Efetivamente, não havia corrente alguma; o vento, felizmente, era bonançoso. Foi, portanto, sem difficuldade que as transpusemos. A sua forma é proximamente de um S, com uma largura de 300 metros em alguns lugares.

Quando se passa ao oriente da ilha do Meio, o canal é ainda mais estreito, não excedendo de 200 metros.

Vencido este passo, seguimos pelo canal Messier em demanda do golfo de Peñas. O vento, porem, foi se tornando mais fresco do NW à medida que avançávamos, atrasando-nos a marcha e ao mesmo tempo advertindo-nos que havia temporal no Pacífico.

Com esses ventos de W, dizem os roteiros, o mar naquele golfo é muito alteroso — *tremendamente grueso*, na linguagem expressiva dos officiaes chilenos. Não valia, portanto, a pena ir despendar carvão inutilmente capeando no Grande Oceano. Resolví, por isso, às 5 horas p. m. amarrar na enseada Hale, na ilha Orlebar, em sessenta metros de fundo, com dois ferros, ficando a 300 metros de terra.

Apesar do vento impetuoso, chuva e frio, apareceram-nos algumas canoas de índios, que, indifferentes ao tempo, permaneceram próximo ao navio, recebendo tudo quanto se lhes dava, até alta noite; vindo outras pela madrugada.

No dia 28, às 6 horas a. m., suspendemos os dois ferros e seguimos em demanda do golfo de Peñas, no qual entrámos às 8 horas e 15 minutos, marcando a ilha de São Pedro a W, na distância de tres milhas.

Deixámos, assim, os canais da Patagônia, que são formados pelas ilhas que ladeam a costa até àquele golfo. Tínhamos percorrido 300 milhas a partir do estreito de Magalhães, tínhamos evitado talvez temporais, ou, mais acertadamente, havíamos trocado os incômodos desses temporais no oceano pelos de uma navegação penosa, feita sempre com chuva e, às vezes, com granizo, frio cortante e vento contrário, soprando com violência em muitas ocasiões.

À noite não se navega em tais canais, estreitos, tortuosos e sem iluminação. Em nenhum lugar tem mais de cinco milhas de largura, a média é de 1 1/2 milha, chegando mesmo em alguns passos a ter poucas dezenas de metros. O balisamento está bem feito e é frequentemente examinado. Os portos são assinalados por quadros e em alguns lugares ha pirâmides.

As cartas existentes são satisfatórias e prestam-se à navegação.

As que tínhamos eram de pequena escala; mas há outras maiores, que muito esclarecem o navegador.

Não devo omitir que na navegação do Estreito e desses canais fui auxiliado pelo habil práctico Thomaz Howard, que ha 50 anos navegava nessas regiões.

Saindo do golfo de Peñas, procurámos logo fugir da costa, para velejar em demanda de Talcahuano. Os roteiros aconselham este afastamento, porque nessa costa são frequentes os ventos de W, muito frescos, e as águas correm para ela .

Encontrámos mar grosso, restos do temporal da véspera, e vento regular de WSW. Mareámos o pano, mas pouco depois sobreveio a calma, que nos obrigou a ferrá-lo.

Seguimos até 100 milhas ao largo, e só encontrámos vento muito bonançoso de NW. Não nos pareceu conveniente ir mais fora; seguimos então numa paralela à costa.

O mar tornou-se menos agitado, conservando-se, todavia, alteroso, com essas vagas grandes e lentas peculiares ao Pacífico, nas regiões em que dominam os ventos de oeste.

Conservando-se o vento bonançoso de NW, como até então, puxamos para a baía de Concepción. No dia 1º de março, às 9 horas e 30 minutos a. m., avistámos a cordilheira dos Andes. Ao meio dia avistámos o farol de Santa Maria, o qual foi marcado a 80º NE v., na distância de 7,2. à 1 hora e 45 minutos. Seguimos então em demanda do farol da ilha Quiriquina, na entrada da baía de Concepción. Às 6 horas e 30 minutos passávamos por esse farol

e, entrando pelo canal de leste, aproávamos ao porto do Talcahuano, que fica no extremo SW dessa ampla baía, que tem cerca de seis milhas de comprimento e de largura. Vencida aquela ilha, pode-se fundear em qualquer lugar, bem protegido contra todos os ventos, exceto os do norte.

A sua entrada é franca por qualquer dos dois canais formados pela mencionada ilha; o de leste, porém, é mais largo, tendo cerca de duas milhas, e mais limpo. Os navios grandes o preferem sempre.

A baía de Concepción está bem iluminada e não nos foi difícil ir buscar o ancoradouro.

Antes de fundearmos, veio a bordo um oficial da marinha chilena indicar-nos o lugar que nos estava reservado, próximo aos cruzadores *Esmeralda* e *Prat*.

Às 8 horas p. m. largávamos o ferro.

EM TALCAHUANO

A alegria da chegada não foi completa. Pela manhã havia falecido o foguista extranumerário de 3ª classe Agostinho Antonio da Luz, de mielite sifilítica, e o seu corpo estava a bordo, para ser enterrado, como efetivamente o foi, no dia seguinte.

O capitão do porto, mesmo à noite, veio cumprimentar-nos com um ajudante de ordens do Contra-Almirante Perez Cacitúa, comandante em chefe do porto.

No dia seguinte começaram as provas de afeto. Entre os muitos obséquios que recebemos, registarei apenas os dois que mais se destacam pelo seu carater oficial.

O sr. Ministro da marinha, que veio de Valparaíso no cruzador *Chacabuco*, para encontrar-se em Concepción com S. Ex. o sr. Presidente da República, que estava fazendo uma excursão pelo sul do país, ofereceu-nos um jantar de 100 talheres, no hotel da Vila Balneária de São Vicente, no dia da sua chegada, a 5 de março. O brinde entusiástico que S. Ex. fez ao Brasil foi calorosamente aplaudido pelo auditório, que era composto quasi exclusivamente de oficiais de marinha.

Com benévolos aplausos foram recebidas as palavras que pronunciei em agradecimento ao brinde feito e a todos os obséquios que já havíamos recebido. A esse banquete compareci com os quatorze oficiais, que foram convidados.

Antes, no dia 3, nos fora oferecido um espetáculo de gala, no teatro, em Concepción.

Foram convidados o comandante, oficiais e marinheiros. Acompanhados pelo sr. Contra-Almirante Perez Gacitúa e muitos outros oficiais chilenos, seguimos para aquela cidade. Ao chegarmos fomos alvo de uma manifestação popular de cerca de cinco mil pessoas, que nos esperavam. Na estação receberam-nos o presidente (intendente) da província, sr. Gregorio Burregos, e as autoridades civis e militares.

Acompanhados por essa multidão, que dava entusiásticos vivas ao Brasil e ao Chile, seguimos até o teatro. Ao passar pela porta da Municipalidade, fomos saudados pelo primeiro e segundo alcaides.

Ao entrarmos no salão, todos os espectadores levantaram-se e a orquestra tocou os hinos brasileiro e chileno, que foram calorosamente aplaudidos. No regresso também fomos acompanhados até a estação da estrada de ferro por grande massa popular.

O sr. Almirante Gacitúa e sua Exma. família nos cumularam de atenções e obséquios.

Não nos foi possível sair, no dia 5, como desejávamos, por estar marcada para esse dia a chegada do sr. Presidente da República a Talcahuano. Não seria um ato delicado. Resolvi adiar a partida, para prestar as honras a S. Ex., que só chegou dois dias depois.

Aproveitámos a demora para oferecer uma *matinée* a bordo, no dia 7, a qual esteve bastante concorrida.

Nesse mesmo dia, pela manhã, chegou, por terra, o sr. Presidente da República, a quem apresentei os meus cumprimentos na estação da estrada de ferro, onde fui recebê-lo com o meu imediato e alguns oficiais.

No dia seguinte, 8 de março, ao clarear, seguimos em demanda de Valparaíso. O tempo era duvidoso, o vento fraco do norte e o céu nublado. Passámos a 10 milhas do farol do cabo Caranza e aí soltei rumo para passar a 20 milhas da ponta Topocalma, para dar desconto à corrente e por estar a terra toda encoberta. A noite conservou-se escura, tendo o vento refrescado durante a tarde. Ao clarear avistámos logo os Andes e verificámos que a corrente, tão acusada pelos roteiros, não se tinha feito sentir.

Às 6 horas e 15 minutos avistámos o farol de Curaumila e às 7 horas e 50 minutos passávamos por ele, marcando-o a E v., na distância de duas milhas.

Ao passar pelo posto semafórico, próximo a este farol, recolhemos e agradecemos o sinal — “sejam bem-vindos”.

Às 9 horas e 30 minutos a. m. do dia 9 de março amarrámos em Valparaíso, em boias do Estado, que nos foram indicadas pelo patrão-mor e um oficial, mandado pelo governador marítimo.

O porto de Valparaíso é aberto para o NW. No inverno, época dos temporais deste quadrante, todos os navios de guerra vão para os portos do Norte. A estreiteza do porto, próximo à cidade, obriga os navios a amarrarem de popa e proa. Mais afastados, estariam em grande profundidade.

Esta grande profundidade é que tem demorado as obras de melhoramentos do porto.

Compreende-se quanto seria cara a construção de um quebra-mar. Estudavam-se quando lá estivemos, vários projetos apresentados, e o Governo mostrava-se disposto a realizar as obras. O porto é bem defendido por diversas fortalezas.

A cidade, construída no sopé de uma montanha, tem ruas planas, paralelas à costa. A parte destruída pelo terremoto não estava edificada, dando a essa zona um aspecto triste.

A avenida *Brasil*, a mais bela das vias públicas, conservava ainda os restos de alguns de seus palácios. A reconstrução estava sendo retardada, por estarem os proprietários à espera de uma decisão judiciária. As companhias de seguros negavam-se a pagar os prédios que se incendiaram, que foram muitos; sendo contra elas movida uma ação, que corria ainda os seus trâmites.

EM VALPARAISO

Logo ao chegar, nos foi apresentado o programa das festas que estavam organizadas. Não havia um dia vago: em alguns havia mais de uma função. Os inferiores e marinheiros não foram esquecidos. Eram o Governo e o povo que se associavam, não para receber-nos como simples hóspedes estimados, mas sim como irmãos queridos. Desde o Presidente da República, que nos ofereceu um banquete, até o humilde *roto*, que dava vivas à nossa passagem pelas ruas, todos tomaram parte nas manifestações de simpatia à nossa pátria.

Nunca tive tanto orgulho de ser brasileiro como quando ouvia o nome do nosso caro país, tão longe, entusiasticamente aclamado por milhares de filhos dessa nobre nação, que não cessa de dar-nos as provas mais eloquentes e mais delicadas da sua grande estima e amizade.

O entusiasmo das sociedades de operários, que não podiam ter fito político, dão bem idéia da sinceridade do povo chileno.

Era de ver o entusiasmo que reinava também nas festas oficiais, frequentadas pela alta sociedade. Os moldes estreitos da etiqueta fundiam-se ao calor dos vivas ao Brasil. A cordialidade era a nota dominante de todas as reuniões. Todos se referiam aos brasileiros com carinho e amizade. Todas as frases tinham o cunho da sinceridade.

O intendente de Valparaíso, sr. Henrique Larrain Alcaide e o Presidente da Municipalidade, sr. Henrique Bermudez, as duas primeiras autoridades civis da cidade, foram os organizadores do programa. Foram infatigáveis em obsequiar-nos.

Os oficiais da marinha chilena, com a distinção que lhes é própria, dispensaram-nos atenções e finezas que jamais poderemos esquecer. Até as crianças tomaram parte nessas festas de confraternização de dois povos. A bordo vieram alguns colégios de meninos e meninas, trazer-nos os seus cumprimentos.

Todos, enfim, associaram-se, como disse, a essas demonstrações cativantes de estima ao Brasil, representado pelo *Benjamin Constant* e seus obscuros tripulantes.

Seria longo descrever todas essas festas; a sua enumeração bastará para mostrar o quanto devemos ser gratos àquele povo.

No dia da chegada tivemos um *smoking concert* no Círculo Naval, onde o presidente, Capitão de Mar e Guerra Nef, dirigiu-nos eloquente saudação, a que respondi agradecendo. Aos oficiais inferiores foi oferecida uma recepção na sociedade "La Lira Chilena".

No dia imediato tivemos o banquete, que nos foi oferecido pela Municipalidade, no Clube Valparaíso. A esse banquete concorreram as altas autoridades civis e militares. O Brasil foi aí saudado pelo alcaide, sr. Bermudez, e pelo deputado sr. Rivera, que, em brilhantes discursos, celebraram a fraternidade dos dois povos. O consul geral do Brasil, dr. Alberto Conrado, e eu agradecemos esses brindes.

No dia 11 teve lugar, à noite, no Parque Municipal, o concerto. A iluminação com lanternas, focos elétricos e gambiarra dava-lhe aspecto feérico.

No dia 12 realizou-se o banquete oferecido pelo sr. Presidente da República, ao qual compareci com o imediato e mais dois oficiais. Pela manhã havíamos sido apresentados a S. Ex. pelo Ministro do Brasil. Nessa noite houve um baile no Centro Vitória, oferecido aos marinheiros (cabos) e inferiores.

Pela manhã teve também lugar, a bordo, uma cativante manifestação de carinho. Um grupo de alunos da escola n. 26 veio com duas professoras trazer-nos um artístico ramo de flores, ornado de fitas, com as cores nacionais chilenas e brasileiras. Uma interes-

sante menina de dez anos de idade deu-nos as boas vindas, em uma belíssima alocução.

No dia 13 fomos convidados para assistir, na Playa Ancha, a um torneio de *lawn tennis*, que foi uma linda festa campestre.

À noite assistimos a um concerto no Conservatório de São Carlos.

A 14 realizou-se o concerto no Jardim Vitória. A bordo do *Zenteno* e do *Esmeralda* foram oferecidos banquetes aos nossos oficiais e marinheiros.

No dia 15 houve corridas no Hipódromo, oferecidas pelo Clube Hípico. Os páreos tinham os nomes dos nossos almirantes.

Pela manhã vieram em duas barcas muitos veteranos da guerra de 79, oficiais e praças de mar e terra, trazer dois diplomas de honra da Sociedade dos Veteranos de 79, ricamente emoldurados, como homenagem à Marinha Brasileira. Um era destinado ao navio e outro ao seu comandante.

Nesse mesmo dia teve lugar o jantar oferecido a bordo, pela nossa guarnição às guarnições chilenas.

Depois das corridas, o sr. Intendente da Província ofereceu-nos um jantar no principal hotel de Vina del Mar, onde, em seguida, houve um sarau.

A 16 realizou-se a *matinée*, que oferecemos à sociedade chilena. Graças à obsequiosidade do sr. Almirante Jorge Montt, heróico chefe da marinha, tivemos um pontão para colocar a nossa guarnição. Só assim houve espaço para receber mais de 500 pessoas, que tiveram a bondade de aceitar o nosso convite. Na tolda, tombadilho e castelo de proa, que estavam enfeitados com folhagens, bandeiras e flores, dansaram os convidados. Uma orquestra à ré e a banda do navio à vante tocavam quasi sem interrupção. Na coberta, praça de armas e câmaras estavam as mesas, onde eram servidas iguarias e bebidas.

No dia seguinte o Sr. Ministro do Brasil reunia a sociedade de Valparaíso em uma *garden party* em Salinas.

Enquanto todas estas festas se realizavam em Valparaíso, uma comissão de dez marinheiros e oito oficiais inferiores, mandada a Santiago por solicitação instantânea das sociedades operárias à nossa legação, recebia, durante seis dias, manifestações entusiásticas naquela cidade.

A 17 os nossos inferiores ofereceram, em um hotel, um almoço de 200 talheres aos representantes das sociedades que os haviam obsequiado.

Mesmo no dia da partida, no momento em que devíamos suspender, atracaram duas lanchas com cerca de cinquenta meninas da

escola n. 56, que nos vinham trazer as suas despedidas e oferecer como recordação ao comandante uma artística medalha de ouro.

De outra ordem, mas não menos expressiva, foi a delicada lembrança do ilustrado sr. Clemente Barahona Vega, que, para comemorar a nossa visita, escreveu um livro de 100 páginas sobre o Brasil, seus homens e seus produtos, enviando-nos, por intermédio da nossa legação, 350 exemplares, para serem distribuídos à guarnição.

Consignando aqui a minha profunda gratidão à sociedade chilena, não devo esquecer os representantes do Brasil, srs. Ministro Henrique Lisboa e Consul Geral dr. Alberto Conrado, que não cessaram de nos obsequiar.

O prazo da nossa permanência em Valparaíso fora dilatado por ordem do estado-maior da Armada, a pedido do Governo chileno. Era uma demora que já esperávamos e que já tínhamos previamente compensado, apressando as travessias anteriores.

DE VALPARAISO A CALLAO

No dia 18, às 4 horas da tarde, largámos a amarração. Logo que o navio começou a andar, mandei içar nos laíses da gata os sinais do código — *Adens e Obrigado*, e demos uma salva de vinte e um tiros, com a bandeira chilena no mastro grande. Era uma justa manifestação do reconhecimento. Ao passar pelos navios de guerra chilenos, estes, com as guarnições na borda, davam vivas, a que respondíamos com a nossa gente nas enxarcias. Eram as últimas despedidas.

Em terra, sobre um morro, próximo ao lugar em que estávamos, marinheiros, vestidos de branco e deitados na relva, formavam a palavra ADIOS.

Às 4 horas e 45 minutos marcávamos o farol ao Sul v., na distância de 1',7. O rumo direto para Calau afastava-nos da costa: seguimo-lo. O tempo era bom e o vento SSW. O vento assim continuou e nós prosseguimos a vela.

A 21 a brisa foi girando para S e SE lentamente e, ao mesmo tempo, diminuindo de intensidade. O bom tempo nessa costa de Cobija para o norte é quasi uma tradição. Muitas vezes ha calma. como nos sucedeu da latitude de 24° para o norte.

A corrente fria de Humboldt faz-se sentir nessa região, amenizando a temperatura. A corrente encontrada foi quasi sempre para o NW, variando de 6 a 20 milhas.

Às 8 horas e 30 minutos a. m do dia 25 estava à vista a cordilheira dos Andes. Às 4 horas reconhecemos a ilha de São Lourenço

e o farol da ilha Palominos. Aproámos então à ponta norte da ilha de São Lourenço. Às 5 horas e 55 minutos estávamos a 2',7, a oeste daquela ilha. Ao anoitecer (6 horas e 30 minutos) passávamos a ilha de São Lourenço e entrávamos na baía de Callao, em demanda do fundeadouro, guiando-nos pelas luzes da cidade, próximo à qual fundeámos às 7 horas e 40 minutos.

A baía de Callao só é boa por achar-se numa zona onde não ha temporais. Contra os ventos, que são mais frequentes de SW a SE, é abrigada pela ilha de São Lourenço. A sua entrada, que tem cerca de seis milhas, é aberta para o N e NW. A pouca profundidade permite fundear em qualquer lugar.

Ha, às vezes, nesta baía, um cheiro desagradavel de ácido sulfuroso. Os roteiros chamam-no *Calláo Barber* ou *Painter*, porque mancha as pinturas brancas, dando-lhes uma cor de chocolate.

Alguns querem atribuir isso à constituição do fundo, que, quando agitado por ligeiros tremores de terra, dá lugar a desprendimento de gases. E' essa a opinião corrente entre os officiaes peruanos. Não me parece, porém, que tenham razão. E' verdade que lugares ha em que as matérias orgânicas, trazidas com a argila calcárea pelos rios, ao encontrar a água salgada, se precipitam e, reagindo sobre os sulfatos contidos na vasa do fundo e na própria água do mar, ocasionam a formação de sulfuretos com desprendimento de hidrogênio sulfuretado. Mas não me parece tambem ser esse o caso.

Penso que existe no fundo dessa baía uma ou várias *sulfataras*, que não são mais do que aberturas no solo, que permitem o escapamento de gases, de uma forma mais ou menos contínua, nas regiões vulcânicas. Às vezes são vestígios de vulcões extintos.

E' verdade que não se tem até agora averiguado a existência de sulfataras submarinas; mas, assim como ha vulcões submarinos, que ninguem contesta, deve tambem haver *sulfataras*, que difficilmente serão percebidas, quando situadas no oceano, onde os navios passam rapidamente.

EM CALLAO

O Perú acolheu-nos com muita cortezia e afabilidade. A imprensa dispensou-nos cordialidade e gentileza.

Encontrámos, a princípio, uma certa reserva, perfeitamente explicavel. Havia trinta anos que o pavilhão brasileiro não tremulava em águas peruanas do Pacífico. No decurso desse longo período ocorreu a guerra com o Chile, com o qual se tinham tambem estreitado mais as nossas relações. Parecia a uma parte da popu-

lação que, sendo tão amigos do povo chileno, os brasileiros não podiam estimar os simpáticos peruanos, seus adversários. Não foi, porém, difficil fazer desaparecer essa suspeita o proceder dos nossos officiaes e o modo por que se expressavam em pouco tempo convenceram a todos do contrario.

A grande estima de que gozava o nosso Ministro, Sr. Domicio da Gama, muito concorreu, sem dúvida, para facilitar esse resultado.

Acompanhado do immediato e mais dois officiaes, fui com o sr. Ministro Domicio da Gama cumprimentar o sr. Presidente da República, todos os seus ministros e autoridades civis.

No dia 28 offereceu-nos o sr. Ministro das Relações Exteriores, dr. Solon Polo, um banquete de cerca de cem talheres. Nesse banquete S. Ex. ergueu um entusiástico brinde ao Brasil, que foi recebido com applausos; saudação que agradei, brindando o Perú.

O sr. dr. Larabure e Uparme, representante desse país junto ao nosso Governo, obsequiou-nos com um banquete em sua esplendida residência.

Cativantes atenções dispensaram-nos ainda os srs. Hernan Velarde e Amador Solar, ex-ministros no Brasil, que se revelaram muito amigos do nosso país. O Clube de Chorrillos, cidade balnearia, que dista uma hora de Lima, deu-nos um baile. Houve tambem uma excursão a Oroya, a convite do Ministro do Exterior.

Para agradecer a estes outros obséquios, o sr. Domicio da Gama offereceu um banquete e uma *garden party* às principais autoridades e à imprensa.

Nós demos a bordo uma *matinée*.

No dia da partida, o Capitão de Fragata Caballero y Lastres, comandante do *Iquitos* e diretor da Escola Naval, convidou-nos para um almoço, em que confraternizaram os officiaes das duas marinhas.

À noite deixámos Callao, levando as mais gratas recordações da delicadeza e fina cultura da sociedade peruana, que tão carinhosamente nos havia acolhido.

DE CALLAO A HONOLULU

Às 6 horas p. m. do dia 2 de abril zarpámos. Ao passar pelos navios de guerra peruanos, mandámos a guarnição às enxárcias para dar vivas, que foram entusiasticamente correspondidos por eles.

Às 7 horas e 20 minutos marcávamos ao sul o farol do cabo São Lourenço, na distância de cinco milhas.

Íamos começar o cruzeiro mais longo de toda a comissão; tínhamos diante de nós 5.200 milhas a percorrer. Os roteiros aconselhavam aos veleiros que têm de fazer essa viagem a aproveitarem os ventos para seguirem francamente para oeste, afim de ir cortar o equador entre os meridianos 135° e 140° W. Essa derrota tinha para nós o inconveniente de alongar muito o caminho. Ela é aconselhada aos navios à vela, para encontrarem uma zona de calmas mais estreita. Para nós ela tinha outra desvantagem: levar-nos-ia muito para W, fazendo-nos encontrar o alísio de NE, no hemisfério norte, em posição que dificultaria ao *Benjamin Constant*, que é muito pesado e barlaventea mal, tomar as ilhas de Sandwich. Demais, o prazo estava fixado nas instruções: devíamos fazer a travessia em trinta dias, no máximo. Atendendo a este limite de tempo, tal derrota não podia, pois, ser seguida.

O caminho a vapor seria o arco de círculo máximo, que une os dois pontos; mas por aí teríamos que nos aproximar, mais do que convinha, da costa da América, junto à qual ha uma ampla região de calmas; não utilizaríamos assim o pano nem aproveitaríamos a corrente. Sem o concurso do vento era impossível vencer tão larga distância.

O raio de ação do navio não excedia de 3.000 milhas, não obstante termos colocado 40 toneladas de carvão na tolda.

Este excesso seria talvez para compensar a qualidade do carvão recebido — australiano e americano. Não havia em Callao carvão inglês.

Não poderíamos, portanto, pretender fazer a viagem a vapor. A isso se opunham também as nossas instruções.

Seguimos uma derrota intermediária, que não alongaria muito o caminho e nos permitiria aproveitar o vento e as correntes.

Sempre com bom tempo, ventos de SE e SSE, seguimos para oeste, ganhando também algum caminho para o norte. Na latitude de 5° S sentimos que o vento ia abonançar; começaram a aparecer alguns aguaceiros, que acreditámos anunciar proximidade de região de calmas; orçámos um pouco mais, seguindo quasi numa paralela ao equador; durante tres dias a corrente favoreceu-nos cerca de trinta milhas diariamente.

No dia 13 fizemos rumo direto a Hawai, indo cortar o equador no meridiano de 111° W.

Tivemos o alísio de SE até 2° N; aí sobreveio um dia de calma. Entre os paralelos 4° e 6° N soprou vento fraco de S para SSW, havendo depois calma até o paralelo de 8° 30' N, em que encontrámos o alísio, soprando fresco de NNE.

Não obstante a grande distância a que estávamos de terra, vimos andorinhas, o pássaro que mais voa. Elas conseguem vencer de 300 a 400 léguas em 24 horas. Um fato que mostra bem do quanto são capazes essas aves, é referido por Sabin Berthelot, na sua obra *Oiseaux voyageurs et poissons de passage*. Conta ele que uma andorinha, que havia feito o seu ninho em um vagão de bagagem de caminho de ferro, seguiu o trem em movimento durante um dia, entrando e saindo do ninho várias vezes, afim de ir buscar comida para os filhos.

A presença dessas aves parecia-nos uma confirmação do que havíamos lido.

No dia 16, porém, estávamos a 20 graus da terra mais próxima, quando nos apareceram tres garças brancas, que não gozam da mesma fama. Elas vieram juntar-se às andorinhas grandes e pequenas.

Esses novos companheiros de viagem nos fizeram suspeitar que houvesse alguma ilha nas proximidades da nossa derrota, suposição essa que não é descabida no Pacífico, a maior baía vulcânica do mundo.

O fato de todos os passaros desaparecerem no dia 19 para só reaparecerem a 28, quando estávamos a 400 milhas de Hawai, veio como que corroborar a nossa suspeita.

Muitas são as ilhas que têm aparecido e desaparecido em virtude de erupções vulcânicas submarinas.

Além destas, ha as ilhas madreporicas, que, são por assim dizer, construidas pelos polipos coralíferos.

Como se sabe, estes radiados vivem em água clara e corrente, cuja temperatura não seja inferior a 21º centigrados, em uma profundidade nunca maior de 47 metros.

Aceitando a teoria de John Murray, chamada dos picos submarinos, estes polipos apossam-se desses picos, nas regiões em que eles vivem e formam grandes colônias. Aderem às rochas e vão secretando carbonato de cálcio, ao qual ficam presos. A proporção que as partes carnosas crescem para cima, essa secreção vai adquirindo consistência de rocha, como que formando parte do mesmo polipo.

O carbonato de cálcio é da própria água do mar. E assim essas construções vão se elevando até a superfície do mar, formando geralmente o *atoll*, onde, depois, as areias trazidas pelos ventos, vão constituindo as ilhas. Ha ainda um fator que ajuda o crescimento e consolida a obra polipeira: o depósito de matérias sólidas que se acham dissolvidas na água.

John Murray, segundo afirma Thoulet, na sua Oceanografia (Statica), pesou a quantidade de carbonato de cálcio que ha em uma

massa de água de um quilômetro quadrado de superfície com uma profundidade de 100 braças (182^m,9) e encontrou 16.256 quilogramas de carbonato. Ha ainda outras matérias sólidas em dissolução náguia, alem do mencionado carbonato.

Se considerarmos que o polipo vive em regiões correntosas, podemos avaliar a grande quantidade de matéria sólida que se vai depositando nos interstícios das rochas coralíferas e sobre elas, concorrendo para facilitar o seu crescimento. Segundo alguns oceanógrafos, só esses depósitos fazem elevar o fundo do mar de cerca de uma polegada (0,025) em 100 anos.

A teoria de Murray parece confirmada pela disposição das ilhas de coral no Pacífico. Quem observa um mapa desse oceano, nota logo que essas ilhas agrupam-se entre os dois trópicos; fora deles ha, relativamente, poucas. Além dessas razões, insuficientes para demonstrar que não era descabida a minha suposição acima, ha o fato de não estar o Grande Oceano ainda bem estudado.

Em 1880 a repartição hidrográfica dos Estados Unidos da América do Norte publicava dois fascículos com o título *List of reported dangers in the Pacific Ocean*, um para o Pacífico Norte e outro para o Pacífico Sul. Nesses fascículos ha descrições de muitas ilhas e pedras acima d'água.

Nós mesmos tivemos ocasião de verificar que a ilha Wakes tem a sua posição mal determinada, estando, entretanto, colocada em um ponto que seria excelente para reconhecimento dos veleiros, se não fossem os escolhos reais ou imaginários próximos dela, de que falam os roteiros.

E' bem verdade que, devido à má qualidade dos instrumentos ou defeito de observação, navios anunciam posições de ilhas, já conhecidas, em pontos diferentes. Essas comunicações, embora não partam de autoridades científicas, são recolhidas como verdadeiras.

Muitas vezes elas são referidas às coordenadas obtidas pelo observador 10 ou 12 horas antes, sem atender ao efeito das correntes. As cartas editadas por particulares registam todas essas ilhas, embora com interrogações, causando apreensões aos navegantes.

As do Almirantado inglês suprimiram essas interrogações, mas não são mais tranquilizadoras.

Todas elas, mesmo as recentes, "recomendam aos navegantes muito cuidado, porque é possível que a posição de muitos perigos não esteja bem determinada e que existam outros não descobertos".

E compreende-se bem que uma dessas construções madreporicas, enquanto está a mais de cinco metros abaixo do nível do mar, só poderá ser revelada pela arrebentação devida à agitação das vagas;

entretanto, um navio como o *Benjamin Constant*, com tempo calmo e mar tranquilo, pode nela encalhar ou mesmo perder-se. Na carta inglesa por que navegámos havia uma arrebentação (breakers) descoberta em 1901.

Accresce que estávamos seguindo um dos caminhos menos frequentados; não era nem a derrota dos veleiros, nem a dos navios a vapor.

Com a maior vigilância, especialmente à noite, prosseguimos no nosso caimnho, que era em direção ao meio da ilha Hawai, afim de avistar o vulcão Mauna Lôa em posição mais conveniente.

No dia 30 de abril, às 11 horas da manhã, avistámos a ilha de Hawai, verificando nessa ocasião que a corrente para oeste, nas proximidades do arquipélago, referida nos roteiros, não se tinha feito sentir.

O Mauna Lôa estava e conservou-se encoberto.

Contornámos a ilha Hawai pelo lado de oeste, na distância de sete milhas e, depois de montá-la, fizemos proa sobre o Oahu, em que está o porto a que nos destinávamos. Às cinco horas e 10 minutos p. m. tínhamos a ponta Kanna pelo través. O tempo estava de aguaceiros e apenas nos permitiu ver às seis horas e 15 minutos a ilha Maui.

No dia seguinte, ao clarear, estavam à vista essa ilha, em que se eleva o pico Red Hill de 3.000 metros de altura, e a ilha Lanai. Às duas horas avistamos Oahu, tendo já reconhecido Malokai. Às duas horas começámos a demandar o porto de Honolulu. Desde meio dia que estávamos falando com a estação radiográfica ali existente. Às duas horas e 45 minutos recebêmos o práctico do porto, e às tres horas e 15 minutos de 1 de maio, contando 30 dias de viagem incompletos, estávamos amarrados à ponte, que nos foi oferecida pelo comandante da estação naval.

Nessa travessia tivemos de lançar ao mar, no dia 23 de abril, o corpo do foguista extranumerário de 2ª classe Alexandre Rodrigues de Moura, vitimado por uma intoxicação urínosa.

Logo que entrámos, o sr. Capitão de Mar e Guerra A., S. Canavarro, consul geral de Portugal, enviou-nos a correspondência e, antes de arriar da bandeira, veio visitar-nos.

EM HONOLULU

A cidade de Honolulu é bem provida de recursos e o seu porto excelente e cômodo, sendo por isso bastante frequentado. A população é muito hospitaleira.

A colônia portuguesa aí é grande, a maior depois da japonesa. Muitos foram os obséquios dela recebidos: trataram-nos como compatriotas.

O que mais impressionou na cidade foi o grande número de escolas, que ocupam os principais edifícios. Não ha cursos superiores. Nas escolas existentes ensinam-se os preparatórios exigidos para a matrícula nas academias americanas e dá-se a instrução primária. Ha tambem diversos liceus de artes e ofícios e cursos de agronomia.

A principal cultura nas ilhas Sandwich é a de cana de açúcar, que é feita como em nenhuma outra parte, com vantagens tambem que não têm sido alcançadas em lugar algum. E' a justa recompensa do esforço inteligente.

O açúcar é preparado em 53 plantações, representando um capital de 83 milhões de dólares; ha cinco destas plantações que não dispõem de usinas e duas usinas sem plantação, para os pequenos lavradores. Em 1905 o número das pessoas empregadas nessas plantações elevava-se a 45.000. O pagamento aos trabalhadores regula ser de 18 dólares por mês aos japoneses e demais asiáticos, e de 20 a 22 aos europeus; os engenheiros, químicos e outros especialistas percebem de 12 a 15 dólares diários.

Os proprietários das diferentes usinas, grandes capitalistas ou sociedades anônimas, são os mais empreendedores e mais adiantados do mundo.

Eles introduzem muitos aperfeiçoamentos na cultura e extração e estão ao corrente de todos os melhoramentos obtidos em outros lugares. Cada plantação, além dos engenheiros, tem um químico e um entomologista, que não cessam de estudar o terreno e a produção, de modo a compensar as perdas da terra com o adubo, que é preparado de acordo com as necessidades do terreno, reveladas pelas análises frequentes. Além disso, os plantadores associados mantêm um instituto, dirigido por notáveis especialistas, para experiências e estudos.

Por conselhos desse instituto têm sido introduzidas nas plantações parasitas defensivos para a destruição de certos insetos ecriptogamas. Graças a estes métodos científicos, já conseguem extrair 96 % da matéria sacarina total, revelada por análises químicas rigorosas. Todas as usinas dispõem de poderosas bombas que extraem água do solo para depositar em açudes, de onde se a distribue para irrigação do terreno, a qual é indispensavel.

Em Honolulu demorámo-nos oito dias. Foram muitos os serviços que nos prestou, durante esses dias, o consul geral de Portugal,

com dedicação que não poderia ser excedida por qualquer funcionário brasileiro.

Ao partir deixámos o 2º tenente Joaquim de Avellar Brandão e o marinheiro nacional grumete Candido Francisco dos Santos, que ficaram com o 1º tenente Alfredo de Sá Rabello, incumbido de acompanhar aquele oficial, cujo estado de saúde não permitia que fizesse a viagem só.

O navio de instrução *General Baquedano* ancorou, no dia imediato ao da nossa chegada e partiu no mesmo dia que nós, com o mesmo destino. Aí, como em Yokoama, gozámos ainda da amável companhia dos oficiais chilenos.

DE HONOLULU A YOKOAMA

Às 8 horas e 15 minutos da manhã de 8 de maio largámos as últimas espias que nos prendiam à ponte e seguíamos em demanda do pequeno e estreito canal que dá saída ao porto, e que não é mais do que uma solução de continuidade no parcel de coral, que protege a baía ou, antes, que a forma; parcel esse em que o aterro e a edificação ocultam a sua origem.

Trocados os sinais de despedida com os amáveis tripulantes do *General Baquedano*, sinais e vivas com a guarnição nas enxárcias, ganhámos o oceano.

Às 9 horas a. m. marcávamos o farol de Diamond Head a E v., na distância de 4,5 milhas. Duas horas depois mareávamos o pano para aproveitar a brisa de ENE.

A viagem que íamos empreender devia ser feita à vela, entre os paralelos de 20º e 15º N., isto é, na zona em que os alísios são mais firmes, até o meridiano das ilhas Marianas, de onde seguiríamos para a costa do Japão. Nas proximidades do paralelo de 15º o vento é mais fresco.

Não fomos tão ao sul, porque seria preciso perder 12 graus em caminho, descendo para depois subir.

O número de dias estava marcado no itinerário; não havia, portanto, tempo para essa experiência.

A diferença de marcha, devida ao aumento da intensidade do vento, não compensaria o acréscimo de caminho no prazo concedido. O *Benjamin* não pode ter pretensões de bom veleiro, embora a superfície do seu pano atinja a 1.800 metros quadrados.

Era intenção minha seguir pelo paralelo de 20º, ou descer o menos que fosse possível, e assim o fizemos, vindo só até 19º de latitude, onde já encontrámos vento que nos satisfez. Seguimos

entre 19° e 20°, aproximando-nos mais de um ou de outro desses paralelos por efeito das correntes. No dia 17 cortámos o meridiano de 180°, sendo, por isso, suprimido na escrituração o dia 18 de maio, que, de fato, não tinha existido para nós, visto estarmos fazendo a volta de leste para oeste.

No dia 22, logo ao clarear, verificámos, pelo caminho andado, que era possível passar pela ilha Wakes, indicada nas cartas, antes do anoitecer. Resolvi então puxar com duas caldeiras para reconhecê-la.

Na "List of reported dangers in the North Pacific" (1880) ha nada menos de oito ilhas, cujas posições estão compreendidas entre os meridianos de 165° 33', E e 166° 55' E, e os paralelos 19° 23' N e 19° 14' N. Um arquipélago! A carta, é verdade, só consignava uma; mas lá estava a observação a que aludi. O roteiro de Findlay traz algumas descrições da ilha Wakes, feitas por capitães de navios; mas essas descrições são bem diferentes; um atribue-lhe o comprimento de 25 milhas e a altura de 200 pés, enquanto que outros afirmam que a sua extensão não excede de cinco milhas e é tão baixa que é lavada pelo mar. Consignam também coordenadas diversas.

O mais seguro para a navegação é, muitas vezes, procurar o perigo para melhor evitá-lo; foi o que fizemos.

Determinada a nossa posição ao meio dia, retifiquei o rumo e seguimos em demanda do escolho ou ilha, cuja altura marcada na carta americana era de oito pés, ao passo que a inglesa indicava 15. Essas informações, tão discordantes, despertaram, como era natural, nossa curiosidade.

Uma hora antes da indicada ao oficial de serviço, era vista do passadiço, mais ou menos ao rumo que esperávamos, uma pequena ilha arenosa, que foi crescendo mais do que contávamos, à medida que para ela caminhávamos. Esta circunstância teve depois a sua explicação: a ilha, pela carta, estava oito milhas mais a oeste da sua verdadeira posição. Era uma confirmação da advertência das cartas do almirantado.

Reconhecida a ilha que pretendíamos e sendo minha intenção vencer, ainda com dia, todo o *arquipélago*, cuja existência era problemática, dispunha-me a prosseguir, quando me avisaram que havia na parte culminante dessa ilha uma bandeira vermelha.

Em um ponto as descrições harmonizavam-se; a ilha era deserta. Não era, portanto, natural que ali houvesse bandeira. Aproximámo-nos mais; viram-se homens na praia, acenando com uma bandeira presa a um pau. Queriam comunicar-se conosco; era mister atendê-los.

Providenciámos logo para que largasse um escaler bem aparelhado e com gente armada, levando tres officiaes, que para isso se ofereceram.

Debalde esse escaler procurou um ponto em que pudesse atracar; estávamos a barlavento e a ilha era toda cercada por um recife, sobre o qual o mar arrebentava com violência; mas dessa parte é que nós chamavam.

Pouco antes do pôr do sol, demos um tiro de peça, que era o sinal convencionado para o regresso do escaler. Cerca de meia hora depois atracava ele, trazendo um japonês, que se atirara ao mar, arriscando a vida para tomar o escaler. Infelizmente, ele só falava a própria lingua e essa ninguém entendia a bordo; todavia foi possível compreender, pela mímica, que eram ao todo vinte.

À noite afastámo-nos e esperámos: na parte em que estava a bandeira foi feita uma fogueira, que nos serviu de farol. Queríamos receber os 19 que tinham ficado.

Logo ao clarear fizemos um reconhecimento pela parte de leste, até descortinar o lado do sul, oposto àquele em que na véspera havíamos estado. Pareceu-nos que a arrebentação era a mesma. O vento soprava de E, que é mais ou menos a direção do eixo da ilha.

Voltámos então ao mesmo ponto e mandámos dous escaleres com officiaes e uma chalana. Ao aproximarmo-nos içámos no mastro do traquete a bandeira japonesa, e a nossa carangueja. Era, assim, em nome da própria pátria que um desconhecido vinha buscá-los.

Depois de seis horas de trabalho, regressou o escaler, trazendo 13 nipões, entre os quais havia um que se fazia compreender em inglês. Esse declarou que eram náufragos da escuna *Hokio-Marú* e que estavam a um ano nessa ilha.

Os alimentos de que dispunham eram peixes e ovos de aves aquáticas; a água que bebiam era a da chuva.

Informou-nos mais que na parte SW da ilha havia um lugar relativamente abrigado, onde o escaler podia atracar sem perigo.

Para o ponto indicado dirigimo-nos, imediatamente, mandando um escaler com um dos japoneses para servir de guia. Já era noite, quando voltou o escaler, trazendo mais dois. Faltavam, portanto, quatro, que não tinham tido tempo, no dizer do official, para vir ao encontro do escaler que tinha obedecido ao chamado.

Pairar mais uma noite pareceu-nos um dever, para receber os quatro restantes.

Esses retardatários, pelas informações colhidas, só tinham hesitado em vir com a segunda turma para furtarem-se aos riscos do embarque; supunham-se todos eles em uma ilha próxima ao Japão e não queriam arriscar a vida, para salvá-la. Dentro de poucos dias,

quando os outros chegassem à pátria, uma embarcação viria buscá-los. Estavam, entretanto, a 1.600 milhas dos seus lares.

Na manhã de 24 foi novamente um escaler à terra e trouxe os restantes. Estava completa a nossa obra.

A ilha é de constituição madrepórica — verdadeiro *atoll* — tendo no centro uma laguna de forma elítica, cujo comprimento, no eixo maior, é de quatro milhas e no menor de uma milha.

Comunica com o mar esta laguna, que é profunda, por tres aberturas, partes em que os recifes ainda não chegaram bem à superfície.

A ilha ou, antes, as tres porções que a constituem, são arenosas, sendo na parte superior uma vegetação fraca, composta de árvores de pequena altura.

A sua forma é aproximadamente triangular tendo de comprimento, no sentido de SSE para WNW, cinco milhas, sobre duas de largo. A sua altura é de cerca de oito metros. Ao NW ha um grande recife circular, que se estende uma milha para W.

Os oficiais que estiveram em terra informaram que havia um cemitério com 16 sepulturas, separadas por garrafas, com inscrições em caracteres japoneses sobre montículos de pedra. Essa informação combinava com a declaração feita pelo que se entendia conosco; haviam morrido 16 companheiros durante o tempo em que aí estiveram.

Aproveitámos a circunstância de permanecermos junto à ilha para determinar a sua posição.

Para a observação da longitude o navio foi colocado no meridiano da ilha, e tres oficiais observaram séries de alturas, enquanto o comando o mantinha na posição conveniente, atendendo ao mesmo tempo ao serviço dos escaleres. Para determinação da latitude foi o navio mantido no paralelo do extremo do recife do NW, acima referido. Para a latitude todos os observadores acharam o mesmo resultado. Para as longitudes foi encontrada entre os tres, com as diversas séries nos dous dias, uma diferença máxima de uma milha. Em Yokosama, 11 dias depois da observação, os cronómetros demonstraram não ter sofrido alteração sensível nas suas marchas. Assim, as coordenadas que obtivemos para a ilha Wakes foram:

Lat. — 19° 20'00" N.

Long. — 166° 37'57" E GW.

A latitude é a da carta; a longitude, porém, é diferente de cerca de oito milhas para leste. Esta longitude aproxima-se da encontrada pelo cruzador *Bremen*, da marinha alemã, que a estimou em referência às suas coordenadas, passando próximo, em 166° 41' E GW.

Em anexo acha-se uma cópia dos cálculos feitos pelo encarregado da navegação, Capitão-Tenente Manoel José Nogueira da Gama.

Não mandei fazer observações em terra por ser difícil o desembarque e parecer-me suficiente para as necessidades da navegação o resultado que obtivemos.

No dia 24 de maio, à tarde, prosseguimos na nossa rota, caminhando para oeste até o meridiano de 155 E, onde resolvêmos puxar para Yokoama. Procurámos, então, com observações mais frequentes, estudar o efeito da Euro-Siwo, a corrente quente e a negra, que se dirige com força para NE, nas proximidades da costa do Japão, na zona em que navegávamos. O seu efeito só se fez sentir próximo às ilhas, quando demandávamos o golfo de Yedo, a uma distância de 40 milhas dessas ilhas.

Nesse dia tivemos a temperatura do mar apenas 0,5 abaixo da do ar. A coloração das águas pareceu-nos a mesma.

Do meridiano de 141° E em diante, tivemos sempre tempo cerrado e céu encoberto. O céu do Pacífico raríssimas ocasiões apareceu-nos completamente limpo. Às vezes apresentava-se inteiramente azul, mas havia sempre uma tênue camada de cirrus, que era bem percebida nas ocasiões de observação.

O vento de NE, alísio, foi girando para E, à medida que nos aproximávamos das ilhas Marianas e, quando já de rumo feito para o golfo de Yedo, atingimos a latitude de 24, tivemos brisa de SW, como anunciava a carta feita pela repartição meteorológica dos Estados Unidos da América do Norte, para o Pacífico Setentrional, rio mês em que o cruzávamos.

No dia 31 o vento soprou duro de WSW, levantando muito mar.

No dia 3 de junho, às 8 horas e 45 minutos, com o tempo ainda cerrado, graças a uma reta de altura que nos deu uma observação do sol, fomos avistar, já à pequena distância, o farol de Nojima-Saki. Às 9 horas e 30 minutos a. m. marcámo-lo ao Vv., na distância de quatro milhas.

Estávamos na entrada do golfo de Yedo. Amplo e bem balizado, não oferece ele dificuldades à navegação.

Seguimos em demanda de Susaki, dando resguardo ao Recife próximo a Mela-Head e, depois, com as marcações dos faróis Tsuruga-saki e a Kanon, embora houvesse um pouco de nevoeiro, fomos pelo meio do canal Uruga, até à linha que junta este último à Futssu-saki. Aí, a carta do almirantado por que navegávamos, carimbada em 1907, assinalava apenas uma ilha, quando efetivamente havia duas, que nada mais eram do que fortalezas a meio canal.

Passámos entre estas fortalezas e seguimos em direção à baía de Yokoama. Às 4 horas e 45 minutos fundeávamos junto a um pontão, que é o posto sanitário, e salvámos à terra. Essa salva não foi correspondida e explicaram-nos depois que no Japão só os navios de guerra respondem às salvas; onde não os ha, não se deve salvar.

Recebida a visita, aproximámo-nos mais do quebra-mar, ficando próximos à divisão inglesa da China, sob o comando do vice-almirante Lampton, a cujo pavilhão também salvámos.

No dia 4, pela manhã, amarrámos no porto interior, por dentro do quebra-mar, com dois ferros pela proa e espias pela popa, presas a uma boia. Nesse dia desembarcaram os náufragos em uma lancha da polícia do porto, repartição a que eu tinha comunicado a ocorrência já narrada. Ao afastarem-se do navio, todos eles gritavam *banzai*: repetidas vezes, erguendo os braços verticalmente.

EM YOKOAMA

O grande empório comercial do Japão se vai tornando uma cidade européia pelos usos e costumes. A população aos poucos vai trocando os hábitos nacionais pelos do ocidente e o progresso vai dando à cidade o cunho cosmopolita que caracteriza os grandes centros comerciais.

As ruas são limpas, largas e bem calçadas; ha arrabaldes muito pitorescos.

Yokoama está ligado a Tóquio por um caminho de ferro. Fomos a esta última cidade cumprimentar as autoridades navais e o Ministro de Estrangeiros. Todos nos acolheram com muita amabilidade, fazendo benévolas referências aos nosos esforços para recolher os náufragos encontrados na ilha Wakes.

O Almirante Conde de Togo ofereceu-nos um banquete de 80 talheres em um clube de Tóquio, banquete esse que foi seguido de uma sessão de prestidigitação.

O Vice-Ministro da Marinha, Contra-Almirante Kato, que estava substituindo o ministro, por achar-se este na ilha Formosa, ofereceu-nos uma recepção no Clube Naval, à qual compareceu o Príncipe de Fushimi. A nossa legação, que estava então a cargo do secretário, sr. Luiz Guimarães, ofereceu ao Ministro de Estrangeiros e d'versas autoridades um banquete no principal hotel de Tóquio.

Fomos também obsequiados pelo nosso consul em Yokoama, sr. Alcino Silva, que, além da solicitude que sempre revelou, nos deu um grande jantar, para o qual convidou todo o corpo consular e as principais autoridades da cidade.

O Almirante Togo fez-nos a honra de aceitar o convite para um almoço a bordo do *Benjamin*, a que compareceram os Vice-Almirantes Kataoka e Midsú, o Vice-ministro da Marinha, o Comandante Fontana, do *Baquedano*, e diversos oficiais japoneses.

Finda a refeição, e depois de percorrer todo o navio, s. ex., retratou-se com os demais convidados e o estado-maior do *Benjamin*, e separadamente com os 2^{os} tenentes em instrução.

Como era natural, fomos visitar o arsenal de Yokesuka, que fica situado na baía de Yokosuka, 10 milhas ao sul de Yokohama, próximo à entrada do golfo de Yedo. Essa baía tem a forma de ferradura e é cercada de montanhas elevadas, que muito facilitam a sua defesa. Entre esses morros e o mar ha a planície em que ficam as oficinas, diques, etc.

Essa area, porém, vai-se tornando pequena para o desenvolvimento que ele tem tido, do modo que já é necessário ir excavando a montanha para ampliar a planície. As suas oficinas estão dotadas das máquinas e ferramentas mais modernas, que são manejadas por operários habilitados.

O *Satsumo*, que lá estava em construção, já flutuando, é a prova de que ele está preparado para as grandes construções. Esse couraçado terá, depois de armado, mais de 19.000 toneladas.

O *Kurama*, cruzador de 14.000 toneladas, mais atrasado que aquele, já está nágua. O Japão já faz couraças e canhões de qualquer calibre; pode, portanto, sem auxílio da indústria estrangeira, construir navios de guerra de qualquer deslocamento. E', sob o ponto de vista militar, uma nação verdadeiramente autônoma.

As couraças e os canhões são construídos em Kure, que é o porto mais importante, onde também está a Escola Naval.

Yokosuka ocupa o segundo lugar. Na baía de Yokosuka estavam o *Novik* e o *Pobieda*, tomados aos russos.

Como sempre acontece, as visitas a esses arsenais resumem-se a uma ligeira inspecção de oficinas, que mais interessam à engenharia naval do que propriamente a oficiais de marinha.

A instalação do estabelecimento, pelo exame dos planos, o estudo dos recursos de que dispõe para a sua defesa e outros elementos igualmente interessantes não podem ser colhidos em visitas tão rápidas.

DE YOKOHAMA A NAGASAKI

No dia 16 de junho, às 9 horas e 30 minutos a. m., suspendemos e seguimos pelo golfo de Tokio. Ao passar pelo navio de instrução general *Baquedano* trocámos sinais de despedidas e saudações.

Não havia mais outros navios de guerra no porto.

Às 12 horas e 35 minutos passávamos a 1 milha do farol de Tsumigisaki, no canal Uraga, que é a entrada do golfo.

Navegámos então em demanda de Mikomoto (Rock Island) passando a 2 milhas a oeste da ilha Vries.

Às 8 horas a. m. de 17 montámos o farol daquela ilha e aproá-mos o Oshima, tendo-se avistado o farol de Ormai-saki. Era a estação das chuvas; o tempo cerrado só nós permitiu ver a ponta Uragami à 1 hora da tarde.

Às 2 horas montávamos o farol de Kashima-saki a 2,5 milhas e às 2 horas e 30 minutos passávamos a 2 milhas pelo de Shio Misaki.

Demandámos então o canal Kü, entrada de leste do mar interior do Japão. Às 7 horas e 15 minutos p. m. tínhamos pelo través o farol da ponta Hino, que assinala a entrada daquele mar.

Às 9 horas e 30 minutos transpunhamos o estreito Isum, passando a meia milha a W do farol de Tomaga Sima, que é a entrada do golfo de Osaka ou Isumi-Nada. Avistámos a iluminação de Kobe e Osaka. Contornámos a ponta Yesaki, cujo farol passámos às 11 horas, dando resguardo aos bancos, que são indicados pelo setor vermelho.

Estávamos no Harima-Nada; tínhamos transposto o estreito de Akashi. Como a noite estivesse muito escura e de aguaceiros, resolvi fundear às 2 horas da madrugada de 18 nas proximidades da ponta Ukdo, visto não convir navegar no canal que aí começa. O práctico mostrava-se indeciso e muito nervoso.

Ao clarear suspendemos. Às 8 horas e 45 minutos passámos entre a ilha Mashiina e a ponta Ugon-Ywa. Navegávamos no Bingo-Nada (Mar Bingo). Às 12 horas e 10 minutos p. m. tínhamos por BB a ilha Kaji e às 12 horas e 30 minutos a Hiki.

Às 12 horas e 45 minutos montámos a ilha Osima e entrámos no canal Kurusima. Passámos pelo canal Sei à 1 hora, entre as ilhas Uma e Ko. Aí a corrente foi forte.

À 1 hora e 45 minutos passámos pela ponta Osuma Bana. Às 4 horas p. m. montávamos o farol de Tsurúa, a uma milha de distância. Estavamos, pois, no Iyo-Nada.

Às 4 horas e 35 minutos passámos pela ilha Yuri a meia milha; às 5 horas e 30 minutos marcámos a Oninasi ao NE, deixando a Iwahi por BE fomos demandar o farol Hime (ilha). Estavamos no Suwo-Nada.

Montada a Hime soltámos rumo para o farol de He-saki, que assinala a entrada do estreito de Simonoseki. À meia noite fundeamos a 2 milhas a E deste farol, para passarmos o estreito com dia.

Às 4 horas da manhã de 19 suspendemos e procurámos a entrada do Simonoseki e às 6 horas e 15 minutos estava ele transposto.

Este estreito é tortuoso e bem pouco longo; lugares ha em que o canal navegavel não excede de 100 metros. O seu balisamento e iluminação são admiráveis.

Deixámos assim o Seto-Uchi ou Mar Interior, cuja beleza, tão celebrada pelos viajantes, não nos fôra dado bem apreciar, por causa da chuva e nevoeiros que velavam muitos trechos da terra. Estavamos no estreito de Coréa. Seguimos, próximo à costa, passando às 4 horas e 10 minutos p. m. pela ilha Nagasima a meia milha; às 5 horas e 10 minutos estava a ilhota Hoage-Iwa pelo travez de BB a 2 milhas.

Deixámos por BE a 2 milhas, entre a ilha Huado e o grupo Goto, o farol de Otate e, contornando a costa, que é limpa, fomos por dentro das ilhas, passando a W de Nateusima demandar os farões de Nagasaki. Às horas e 45 minutos da noite de 19 de junho fundeámos ao ancoradouro exterior de Nagasaki.

No dia immediato (20) pela manhã, foi o navio para o ancoradouro interior, ficando à pequena distância de terra.

Nagasaki foi a primeira porta que o Japão abriu ao mundo. E' o maior centro católico do país. Aí esteve S. Francisco Xavier.

Hoje, menos florescente do que outrora, conserva todavia alguma importância commercial, se bem que os negócios se tenham deslocado para outros pontos mais favorecidos pela viação interior do país, e que foram posteriormente abertos ao trafego internacional.

E' aí que a *Mitsui Bishi*, rica companhia que dispõe de minas de carvão, bancos, etc., tem os seus estaleiros, que podem rivalizar com os melhores do mundo pelos recursos e pessoal de que dispõem. Com tres grandes diques, seis estaleiros de construção, oficinas dotadas de todos os aperfeiçoamentos, ela está apta a satisfazer qualquer encomenda do Governo ou particular. Desses estaleiros já saiu pronto a navegar, sem o concurso da indústria estrangeira, um paquete de 18.000 toneladas, para as viagens aos Estados Unidos em concorrência com os americanos e os inglezes.

Esses estabelecimentos foram visitados pela turma de segundos-tenentes. Estabelecimentos como este é que fazem compreender o quanto estão ameaçados a indústria e o comércio da Europa e da América no Extremo Oriente. E' esse talvez o verdadeiro perigo amarelo.

O Japão, com a mão de obra 50 % mais barata do que a da Europa, dispondo de operário tão habéis quanto ela, poderá produzir e fazer chegar a todos os mercados do Extremo Oriente, por preços muito inferiores aos daquelas procedências, os artigos de maior consumo. O seu natural prestígio na China, para só falar no maior desses mercados, cresce diariamente. Ha mais de tres mil estudantes chinezes nas escolas de Tokio e talvez outros tantos professores japoneses no território chinês.

O Japão já começou a conquista dos espíritos e, feita esta, não lhe será difícil conquistar o mercado, oferecendo comercialmente todas as vantagens. Para o Sião, vimos nós em Hong-Kong passarem duas torpedeiras e um destroyer em divisão, que foram construídos para a nascente marinha siameza, que está sendo organizada por oficiais japonezes.

A Coréa será japoneza. Não faltará, portanto, saída para os produtos das suas indústrias.

DE NAGASAKI A SASEBO

No dia 24 de junho, às 8 horas e 10 minutos a. m., deixámos o acanhado porto de Nagasaki em demanda de Sasebo. Como não ha à venda cartas dessa baía, o vice-ministro da marinha pediu-me para telegrafar-lhe a hora em que pretendíamos chegar à barra, afim de dar as providências para que um oficial nos levasse ao porto.

Assim o fiz na véspera da nossa partida. Logo que montámos o farol de Yoshima, fomos ladeando a costa em demanda da ilha Okiki, seguindo depois em direção ao farol de Urate. Passado este, buscámos o que fica próximo à entrada daquela baía. Aí avistámos o rebocador, que vinha saindo ao nosso encontro, o qual, por sinais, nos convidou a seguir nas suas águas e avisou-nos de que devíamos amarrar à boia n. 10.

A baía de Sasebo é bastante vasta, tendo cerca de 6 milhas de comprimento e 5 de largura; a largura da entrada, porém, não excede de meia milha. A sua forma é quasi a de uma estrela, em uma de cujas pontas fica a entrada, estando no extremo da outra o arsenal. Caminha-se seis milhas, sendo tres em uma direção e as outras em sentido quasi perpendicular. Rodeada de montanhas elevadas, ela abriga bem o arsenal. Este estabelecimento ainda não está concluído. Já dispõe, entretanto, de diques de 600 pés de comprimento, de numerosas oficinas de ferro e tijolo, altas e arejadas, em plena atividade, onde trabalham cerca de 4.000 operários. Ha quartéis para marinheiros, um bom hospital e tudo mais quanto é necessário em um porto militar. A doca ainda não estava concluída e, pelo que nos disseram, os trabalhos faziam-se muito lentamente, por falta de verba para aumento do pessoal. Segundo ai nos informaram, os operários, em geral, têm uma diária que, na nossa moeda, não atinge a 1\$000. São divididos em mais de vinte classes, de acordo com os vencimentos. Alguns ha que ganham menos de 100 réis. Os mestres ganham cerca de 1\$500. Os operários são divididos em grupos de quatro, que trabalham juntos, sob a direção, fiscalização e responsabilidade de um deles.

O vice-almirante, barão de Uriú, era o comandante-em chefe da praça, estando o arsenal sob a direção do vice-almirante Mucoyama.

O primeiro ofereceu-nos um almoço no dia em que visitámos o arsenal e depois convidou-nos para uma recepção no Club Naval. A ambos e a todos as principais autoridades navais dêmos um almoço a bordo.

Os exercícios de torpedeiros neste porto eram frequentes.

Infelizmente não nos foi dado encontrar nenhuma das grandes unidades japonesas já prontas. A esquadra estava em exercícios na Coréa.

DE SASEBO A SHANGHAI

A 27 de junho, às 6 horas e 40 minutos, a. m. largámos o cabo da bóia e seguimos, como na entrada, as águas do rebocador que nos mostrara o canal. Transposta a barra, demandámos o farol de Utate; às 8 horas e 30 minutos era ele marcado a E v., na distância de 3 milhas.

Passámos sucessivamente pela ilhota Hitotsuse a tres milhas de distância, ponta Sawo a 8, eilhote Kaba a 7.

Às 12 horas e 27 minutos marcavamos a ilha Oshima no extremo sul do grupo Goto por NW, na distância de 5 milhas, e fizemos rumo para a entrada do Iang-tse-Kiang.

Às 6 horas marcavamos o centro da ilha maior do grupo Me-Sima aos 37° SW.

Às 5 horas e 30 minutos passavamos ao sul de Pallas Rocks, na distância de milha e meia.

À noite caiu forte cerração, que se conservou até o amanhecer.

O vento foi de SW, tornando-se fresco da meia noite em diante; depois girou para W, abonançando no dia 28 à tarde.

Pouco depois da meia noite foi avistado o farol da ilha Sadie (norte), que era demandado, aos 75° SW. Às 2 horas e 40 minutos da madrugada de 29 era esse farol marcado ao S verd. na distância de 5 milhas.

Às 2 horas e 45 minutos avistou-se o farol de Gutzlaff, outra das muitas ilhas que ha na embocadura do rio Iang-tsé. Foi ele marcado aos 80° NW. Prumando e marcando-o, seguimos em demanda da bóia de entrada, junto à qual se encontra o vapor em que se acham os práticos do rio.

Ao clarear, avistámos o referido vapor, do qual nos aproximámos e recebemos o práctico, que nos levou rio acima em demanda do porto do nosso destino. Desde que montámos Oshima, isto é, durante cerca de 36 horas, fomos acompanhados por um paquete de carga russo.

Ao chegarmos em frente à entrada do Hwang-poo, parámos para esperar a preamar.

Nessa ocasião salvámos à terra, com a bandeira chinesa e muito surpreendidos ficámos ao ver o forte içar a nossa bandeira prontamente e corresponder à salva.

Logo que a água assinalada permitiu a entrada do navio transportemos a barra do Wusung, nome também por que é conhecido o Hwang-poo.

Doze milhas acima dessa barra, na margem esquerda desse tributário do Iang-tsé, está a cidade de Shanghai, estendendo-se cerca de quatro milhas. O rio aí varia de uma a meia milha de largura.

Um funcionário da capitania do porto vem indicar aos navios a posição em que devem amarrar.

A cidade de Shanghai é perfeitamente européia e, pode-se dizer, a mais bela do Extremo Oriente. E' dividida em *concessões*, das quais a maior é a inglesa; não sendo tão importante a francesa, que é também bastante grande e limpa, porém menos comercial; segue-se a *concessão* internacional, vindo depois, separada por muralhas, a cidade puramente chinesa, que é infecta, de ruas estreitas e imundas e na qual os casebres cheios, repletos, parecem pequenos para conter toda a gente que se agrupa nas ruas.

Na parte européia, a que os chineses adiantados chamam *cidade nova*, ha muitas casas de negócio importantes, pertencentes a filhos do Celeste Império. Não são raros os negociantes de importância; nenhum deles abandona os trajes e costumes nacionais: o camisolão de seda, geralmente azul, deixando ver do joelho para baixo umas calças largas e o sapato chinês. Todos usam rabicho e a cabeça raspada até o meio.

Os estrangeiros não ocultam o desprezo com que tratam a esse povo humilhado, elogiando, entretanto, a sua submissão.

Este desprezo atinge as proporções de ultraje nas portas do Jardim Público, na *concessão* inglesa, onde em um quadro estão transcritos alguns artigos do respectivo regulamento, entre os quais ha um que proíbe a entrada de cães e outro que veda o ingresso a chineses que não estejam acompanhando europeus. E' uma permissão para as criadas chinesas que levam as crianças de origem européia a passeio.

Navegando-se no litoral da China e do Japão percebe-se bem a diferença de carater dos dois povos: os *juncos* japoneses não se afastam dos navios que deles se aproximam — estão em sua casa e não cedem caminho ao *invasor*; os chineses, ao contrário, muitas vezes sem necessidade, desviam-se do rumo para não embarçar a navegação do navio que passa.

Foi para nós muito difícil encontrar a nossa correspondência: não tínhamos consul e as cartas foram distribuídas pelos sete correios de nacionalidades diferentes que havia.

Shanghai representa bem o que seria a China se tivesse sido possível o acordo entre as grandes potências para retalhá-la antes do Japão ser poderoso.

No dia 3 de julho resolvemos ir fundear no Iang-tsé, por fora das duas barras do Wusung. Aproximavam-se as marés de *quadratura*, dando apenas 19 pés de água sobre o banco. Era mistér estar livre para sair no dia determinado.

Próximo a este fundeadouro ha a cidade de Wusung, que é ligada por caminho de ferro a Shanghai, com a qual estivemos sempre em comunicação, durante a nossa permanência aí.

DE SHANGHAI A HONG-KONG

No dia 6 de julho, às 11 horas e 30 minutos a. m., suspendemos e sob a direção do práctico do rio descemô-lo até encontrar a bóia Fairway, que fica a doze milhas ao norte de Gutziäff. Aí encontrámos o vapor dos prácticos e deixámos o que tínhamos.

Como estávamos na estação dos ciclones, que aí tomam o nome de *tifones*, e por não possuímos então boas cartas da costa — as que havia a bordo tinham servido na viagem da *Vital de Oliveira*, em 1879 — resolvi contratar um práctico, que se me apresentou com grande número de atestados de comandantes de navios de guerra. Ele era recommendado como conhecedor dos abrigos para os *ty-phoons*.

Alguns desses abrigos ha cujas entradas dependem de praticagem local, que não pode atender às embarcações que as demandam em más condições de tempo. Era preciso, pois, estarmos prevenidos.

Deixando o práctico do rio, seguimos em demanda do farol de Gutzlaff. Às 6 horas e 20 minutos p. m. marcâmô-lo a tres milhas de distância, ao rumo de 63° SW. Prosseguimos por dentro dessas ilhas, que formam o arquipelago de Chusan. Às 8 horas e 30 minutos marcou-se o farol de Horn aos 62° SE e o Vulcan a 11° SW; às nove horas e 45 minutos marcámos este último aos 35° SE.

Às 10 horas e 20 minutos, estando o tempo cerrado, de aguaceiros e vento fresco, fundeámos a tres milhas ao SE do farol de Vulcan.

Às 5 horas e 30 minutos do dia 7 suspendêmos e seguimos para o sul; passámos os canais Blackall e Tower Hill e entrámos no mar da China Oriental pelo canal Wernon.

A 1 hora p. m. passámos pela ilha Tau-Tansan na distância de uma milha. Às 6 horas p. m. estávamos a E da Tung-chu, na

distância de duas milhas, e seguindo entre Tai-chan e o continente alcançamos às 7 horas a ilha Soudan, passando a tres milhas a léste.

Aí afastámo-nos da costa para a navegação à noite. Na costa da China, os roteiros aconselham duas derrotas, a interior e a exterior. Aquela é junto à costa, por dentro de todas as ilhas, e esta por fora das ilhas exteriores.

Durante o dia seguimos a primeira, quando isso não aumentava muito o caminho, e à noite preferíamos a segunda.

Os roteiros aconselham também seguir sempre uma dessas derrotas por eles indicadas detalhadamente e que se não confie muito nas cartas de outras localidades que ainda não foram bem estudadas.

Às 6 horas a. m. de 8 estávamos 14 milhas a E das ilhas Tae. Às 4 horas e 40 minutos p. m. marcavamos ao NW o farol de Tur-nabout, na distância de seis milhas. Às 7 horas e 40 minutos estava por 52° NW a ilha High-cone (ponta norte). Estávamos no estreito de Formosa.

Às 8 horas e 45 minutos passámos a W do farol de Ochsea, na distância de milha e meia.

Às 7 horas e 45 minutos a. m. do dia 9 passámos a E do farol Chapel, na distância de seis milhas. Às 11 horas a. m. estávamos a oeste das ilhas Brothers uma milha; a 1 hora e 45 minutos passávamos à mesma distância por dentro de Lamack (farol). Às 7 horas e 45 minutos marcavamos a W verd. o farol da ponta Breaker a seis milhas de distância.

Daí aproámos à ilha Pedro Blanco, que, pela madrugada, estava pela nossa proa.

Marcámo-la a W na distância de uma milha, às 5 horas e 10 minutos da manhã do dia 10.

Seguimos então em demanda de Hong-Kong. Às 10 horas e 50 minutos a. m. do mesmo dia marcavamos o farol de Wag-lan ao S ver. na distância de duas milhas e entrávamos no canal Tathon.

Ao meio-dia amarrávamos à boia, que nos foi oferecida pelo chefe da Estação Naval.

Havia peste na cidade entre os chineses; não quis, por isso, dar licença às praças, nem permitir que os oficiais pernoitassem em terra.

A cidade é edificada na parte oeste da ilha que lhe dá o nome. Essa ilha é montanhosa, tendo uma pequena parte plana, junto ao mar, onde ha tres ruas paralelas à costa. O seu comércio é muito importante, especialmente o de opio.

A edificação, na parte plana, é alta, parecendo pretenderam suprir a falta de área com a elevação dos prédios. A parte montanhosa é toda edificada até o extremo superior, havendo para facilitar o acesso

um plano inclinado e muitas *cadeirinhas* carregadas por chineses. As ladeiras são muito íngremes; não permitem a subida de carros.

Aí fomos obsequiados pelo nosso consul honorário sr. Leiria e pelo Club Lusitano. O comandante da Estação Naval, contra-almirante Stokes, ofereceu-nos um jantar em sua residência.

Estes obséquios foram retribuídos com um almoço a bordo.

No dia em que suspendêmos, pelas 8 horas da manhã, a capitânea inglesa fez-nos o seguinte sinal, pelo Código Internacional: "Alin-rante lamenta tão pequena demora, esperando ter ainda o prazer de encontrá-lo"; sinal que agradecemos.

DE HONG-KONG A SINGAPURA

No dia 16 de julho, às 10 horas e 15 minutos a. m., largámos cabo da bóia e seguimos, passando entre a ilha Green e Hong-Kong e o canal West-Lamas.

Às 2 horas marcámos o farol de Cap-Rock ao S verd., na distância calculada de pouco mais de uma milha.

Tínhamos duas derrotas a fazer: ou ir passar entre os parciais e o banco Macclesfield e daí seguir diretamente em demanda do Estreito de Singapura, ou aproximarmo-nos da costa Annan.

Na primeira, o caminho seria mais curto, mas o vento mais intenso, enquanto que na outra os ventos seriam fracos e quiçá favoráveis.

Mas não foi esta a razão que mais pesou em meu espírito para seguir essa segunda derrota, que é recomendada por muitos roteiros.

Os ciclones, na estação de junho a novembro, são frequentes nesse mar, sendo que no começo e fim da estação, quando se firma a monção de NE, eles açoitam a costa da Cochinchina e Estreito de Annan, e nos meses de julho, agosto e setembro seguem geralmente para o norte de Annan.

Estes meteoros formam-se a E e SE das Filipinas e, passando por sobre estas ilhas, vão ao mar meridional da China, onde mudam de direção e aumentam de velocidade de translação.

Os navios que vierem pelo meio desse mar têm, portanto, mais probabilidade de cair no raio de ação de um destes terríveis meteoros, de que aqueles que passarem por dentro dos parciais e aproximarem-se do Annan, pois que ficam expostos somente aos que seguirem na normal a esta costa, muito menos frequentes de que os outros.

Assim pensando, soltei rumo para passar 30 milhas a oeste dos Parciais.

Nos dois primeiros dias de viagem o barômetro esteve baixo e sentia-se um calor opressivo. Apareceram nuvens rubras e, em uma

das tardes, essas nuvens tornaram-se de um rubro mais carregado, com manchas de côr cinzenta azulada, como o ferro aquecido que começa a resfriar-se; havia também uma vaga morta que vinha de SE. Estes maus indícios, felizmente, duraram pouco, normalizando-se o tempo no dia 19, com a descida do termômetro e subida do barômetro.

Depois que chegámos a Singapura soubemos que no dia 16, dia da nossa saída, havia caído um *typhoon* nas Filipinas. O que observámos foi sem dúvida indício da passagem desse meteóro a uma distância talvez, de 400 milhas.

E' possível que se tivéssemos seguido entre caminho, não cruzássemos a tão grande distância com *thyphoon*, cujos indícios observámos.

Ao clarear do dia 19 avistámos terra alta ao sul do Cabo Batagon, e, prosseguindo no mesmo rumo, fomos nos aproximando da costa. Às 3 horas e 10 minutos passámos pelo farol de Pulo-Gambir, a 12 milhas de distância. Às 8 horas p. m. marcou-se o farol do cabo Varella aos 87° SW, na distância de 10,2 milhas.

Ao clarear do dia 20 estávamos com a barra da baía de Kam-Rhan à vista; resolvi então entrar, para mostrar aos oficiais o porto em que a grande esquadra russa se tinha reunido e preparado para o combate que veio a ter lugar nas proximidades de Tshuma, por onde havíamos passado. Às 8 horas e 40 minutos fundeámos.

Kam-Rhan é uma ampla baía, que fica ao fundo de um pequeno golfo; essa baía, cuja entrada não excede de meia milha de largura, tem de comprimento cerca de oito milhas e de largura tres, estando toda ela balisada.

À 1 hora e 15 minutos desse mesmo dia 20 suspendêmos e seguimos em demanda de Singapura. O vento estava muito fresco do SW e o tempo cerrado. Encontrámos uma corrente de 31 milhas para o NE.

Passámos a E de Pulo Cecir e Sapata e do escolho Julia; montado este, demandámos as ilhas Anamba, que foram avistadas às 6 horas da manhã de 23, a 34 milhas de distância, aos 55° SE.

Às 11 horas avistámos por BE Pulo Tioman. Às 2 horas tínhamos pela proa Pulo Aor por BE Pulo Pinangil, na distância de 24 milhas.

Às 5 horas e 20 minutos marcámos Pulo Aor a 79° NW, na distância calculada de 9,3 milhas. Daí aproámos à entrada do estreito de Singapura.

Às 10 horas e 30 minutos p. m. avistámos o farol de Horsburg (Pedra Branca) e à 1 hora e 10 minutos da madrugada de 24 marcámo-lo ao S verd., na distância de uma milha. Estavam no estreito de Singapura.

A sua largura é, na media, de 10 milhas e o comprimento não excede de 30 milhas, até à cidade que buscavamos.

Com a marcação deste farol, nos mantivemos, mais ou menos, no centro do canal. Às 2 horas e 40 minutos avistámos o farol de Singapura e por ele nos orientámos até o clarear do dia.

Às 6 horas e 15 minutos ancorámos junto à bóia que marca o fundeadouro dos navios de guerra, a uma milha do desembarque.

A cidade, como as de todas as possessões inglesas, está bem tratada, tendo belas estradas, muito bem arborisadas.

Na parte sul ha um canal com cáis para os navios atracarem, o que facilita muito a descarga das mercadorias. E' o chamado Porto Kopel.

O elemento predominante em Singapura é o chinês, posto que se encontrem representantes de todos os povos que habitam a Ásia.

O chinês aí parece menos tímido que na sua própria pátria. Não é raro encontrá-los vestidos à européia, em bons carros. Nas suas mãos está o comércio mais importante. Eles constituem 72 % da população.

Para nós, brasileiros, o que ha de mais interessante aí e o cultivo da seringueira, que se desenvolve assombrosamente nessa e em quasi todas as colónias européas que ficam na região próxima ao equador.

Na península de Malaca, em 1903, havia tres milhões de pés de seringueira, dos quais apenas 100.000 tinham de cinco a seis anos de idade; todos os outros eram de menos de quatro anos.

Em 1906, o número de pés já tinha ascendido a treze milhões plantados em cem mil acres, sendo a produção de 385 toneladas de borracha.

Em Ceilão, tambem em 1903, havia um milhão de seringueiras de todas as idades, das quais apenas 70.000 tinham mais de seis anos.

Atualmente essa cultura, só no sul da Ásia, ocupa uma superfície de 446.000 acres, assim distribuidos:

	Acre
Ceilão	180.000
Península de Malaca	150.000
Java	58.000
Sumatra	23.000
Bornéo	7.000
Índia Burmah	28.000
Total	446.000

Aí não estão compreendidas as plantações na Indo-China, nas Filipinas e nas colônias européias da África; mas já se pode ajuizar o quanto está ameaçado o produto da nossa região amazônica.

E' verdade que, dizem, a nossa borracha é de melhor qualidade; porém, essa vantagem tende a desaparecer, porque a nossa seringueira (Pará rubber) já tem sido cultivada com sucesso em Java e Sumatra. Mas, acreditando mesmo na superioridade do nosso produto, não podemos esquecer que o asiático e o africano terão as suas aplicações, restringindo a procura. Acresce que o trabalho indígena é feito por um preço ínfimo.

As metrópoles poderão ainda proteger a produção colonial, elevando os impostos aduaneiros para a de outras procedências.

Aquí, confiados na fertilidade do solo, conservamos os processos primitivos; lá estuda-se, faz-se a cultura por processos modernos e usam-se máquinas que estão sempre se aperfeiçoando, de acordo com a experiência.

Enquanto nós enviamos aos mercados consumidores a borracha bruta, sobrecarregada de impurezas, eles a exportam já preparada, purificada. Assim, conseguem uma redução real de frete, porque só vai o que é utilizavel pela indústria e diminue o número de intermediários, tudo em benefício próprio.

Repito: o nosso produto está ameaçado de uma concorrência com que não poderemos lutar, si não estivermos preparados.

DE SINGAPURA A COLOMBO

No dia 1 de agosto, às 5 horas e 20 minutos a. m., suspedenios e seguimos em demanda do estreito de Malaca. Às 6 horas e 40 minutos marcámos a Quarentine Island a 35° NW. Às 6 horas e 54 foi ela marcada ao N verdadeiro. Às 7 horas e 55 minutos passávamos pelo sul do farol Raffles na distância de meia milha. Entrávamos no estreito de Malaca.

Às 10 horas e 50 minutos passamos ao N. do farol das ilhas Brothers, na distância de tres milhas; aproamos à ilha Pisang, que foi novamente montada a 0h,30m p. m. na distância calculada de 2,5 milhas.

Às 5 horas e 30 minutos marcamos o monte Ofir ao N e o Formosa aos 82 NE.

Às 7 horas e 45 minutos passamos pelo farol Undam a tres milhas de distância.

Às 9 horas e 30 minutos marcamos o farol de Ponta Rachada, a 50° NW, sendo montado às 11 horas e 45 minutos p. m. a duas milhas.

As 3 horas e 55 minutos a. m. do dia 2, avistamos o farol One Fathom Bank, que foi passado às 5 horas e 10 minutos.

Às 4 horas e 15 minutos p. m. tínhamos Pulo Berbala ao S v., na distância de 5 milhas.

Seguimos em demanda da Ponta Diamante, que foi avistada na manhã do dia 3. Contornando a ilha de Sumatra, pelo lado do norte, com a terra próxima, seguimos em demanda da passagem de Malaca, situada entre Sumatra e Pulo Weh, a qual foi avistada às 4 horas e 50 minutos p. m.

Às 7 horas e 35 minutos p. m. marcamos o farol de Pulo Buru ao sul v., na distância de 2 milhas. Seguimos então em direção ao farol de Willemstoren, passando entre Pulo Weh e Pulo Bras. Às 9 horas e 25 minutos passamos por ele na distância de 2,5 milhas. Estávamos no Oceano Índico.

Como a monção de S W não estivesse forte, o que aliás era natural, por isso que nessa época ela sopra rija só no interior do golfo de Bengala, tornando-se mais branda ao sul, fizemos caminho para oeste, dando um pequeno desconto às correntes para o norte, que não se fizeram sentir.

A monção de SW, que reina na parte N do mar Índico, dura de junho a setembro, trazendo tempo cerrado e chuvoso.

Tivemos sempre vento fresco de SW, céu encoberto, aguaceiros e reîâmpagos à noite.

No dia 7 de agosto, às 7 horas e 15 minutos p. m., avistamos o farol da Great Basses (Ceilão), o qual montamos às 7 horas e 50 minutos, a 5 milhas de distância. Começamos, então, a contornar a ilhas de Ceilão com os faróis à vista, verificando sempre a distância por duas marcações. Às 5 horas e 25 minutos marcamos ao N o farol da Ponta de Galles e continuando a contornar a costa da ilha seguimos, com terra vista, em demanda de Colombo.

À 1 hora p. m. de 8 de agosto marcávamos o farol de Colombo a E v. na distância calculada de duas milhas.

À 1 hora e 30 minutos recebemos o práctico e à 1 hora e 50 minutos amarramos de popa e proa no porto, por dentro do quebra-mar.

DE COLOMBO A ADEN

As 9 horas e 45 minutos a. m. do dia 17 de agosto saímos de Colombo e seguimos em direção a SW para passar no caual de *Um e Meio*, que fica entre os atolls Haddumatti e Suvadiva, que com outros formam as Maldivas.

Às 2 horas e 15 minutos p. m. de 19 avistamos algumas ilhas do Haddumatti. As 4 horas e 52 minutos marcamos a ilha Kumahanou ao N, na distância de tres milhas, tendo outras à vista até o anoitecer.

Seguimos assim numa paralela ao equador até o dia 23, em que começamos a navegar para o norte. Estávamos no meridiano 59º E. Depois de passarmos o meridiano de Sokotorá fomos demandar os cabos Ras Hafon e Guardafui.

A aterragem do Guardafui é muito difficil durante a monção SW, porque a terra conserva-se sempre encoberta por um muito cerrado nevoeiro e ha correntes muito fortes, que atingem, às vezes, a velocidade de quatro milhas por hora. O vento é rijo e o mar de vagalhões.

O navio tem de passar entre o último desses cabos e a ilha Sokotorá, em um canal de cerca de 50 milhas de largo.

A existência de um banco de sondagens, próximo ao continente africano, é que auxilia a navegação. A cinco milhas da costa ha 70 metros. A coloração verde-escura da água tambem foi por nós notada, como indicam os roteiros. Prumamos em 60 metros e depois em 35, o que quer dizer que estivemos a menos de quatro milhas da terra, sem ter conseguido vê-la.

Cerca de tres graus ao sul de Sokotorá ha um remoinho de água, onde o mar é muito desencontrado. Em toda essa zona o mar é bastante alteroso.

Um farol no cabo Guardafui é uma necessidade: todos a reconhecem e proclamam-na; mas não tem sido possivel fazê-lo, porque os somalis não o permitem.

A Itália, sob cujo protetorado está a Somalilândia, não levou ainda a efeito essa construção, por ser necessário, para guardar o farol, ter aí um ou mais batalhões e talvez obras de defesa.

Os somalis julgam-se com direito à carga dos navios que naufragam anualmente nessa região. A existência do farol diminuiria, sem dúvida, esses naufrágios, que, infelizmente, são muitos. Tirava-se-lhes essa fonte de renda.

Pouco antes da nossa passagem havia encalhado um paquete sueco, que trazia 6.000 sacas de arroz. Essa carga foi posta em terra, em dois dias, pelos saqueadores.

Presentemente eles já respeitam as vidas.

Montado o cabo Guardafui, prumando, entramos no golfo de Aden e seguimos em demanda da cidade que lhe dá o nome.

Às 2 horas p. m. do dia 26 avistamos o promontório que a abriga e ao por do sol amarrávamos no porto, em frente à cidade.

Encontramos aí o cruzador inglês *Proserpine*, a canhoneira portuguesa *Diu*, que nos recebeu com sinais, saudando-nos muito amavelmente.

No Oceano Índico as leis que regem a circulação aérea sofrem uma grande perturbação ocasionada pelo continente asiático. No verão, o aquecimento no deserto de Gobi e terras áridas desse continente produz a rarefação e o aquecimento das camadas atmosféricas que estão em contacto com essa zona. Essas camadas que, assim aquecidas, se tornam menos densas, elevam-se e são imediatamente substituídas por outra. Ha como que uma aspiração. A corrente intensa que se estabelece é a monção do SW.

Tão forte é essa aspiração que não só suprime a circulação natural em todos os oceanos das corrente de ar que descem dos trópicos para as regiões quentes próximas ao equador e que formam os alisios, como produz um vento contínuo, que sopra com a intensidade de temporal durante os tres meses de junho, julho e agosto.

No inverno, ao contrário, os gelos do lago Baikal e regiões próximas, extremamente frias, determinam, por um tenômeno inverso, uma área de alta pressão, que concorre para tornar mais fresco o alisio, que é chamado monção de NE.

Desta direção, o vento sopra com menos violência, sendo por isso tal monção menos desagradavel do que a do SW. Esta traz os tempos cerrados, aguaceiros, trovoadas, etc., enquanto que aquela é acompanhada de bom tempo, ceu limpo: — é a boa estação. Estas monções se fazem sentir tambem no Pacífico Ocidental; mas raras vezes com tanta impetuosidade como no Oceano Índico.

Com a derrota que seguimos, caminhando tanto quanto possível para oeste, nas proximidades do equador, tivemos em vista evitar por algum tempo o vento rijo que, de fato, só encontramos quando fomos forçados a ir para o norte, afim de ganhar o golfo de Aden. Contornamos a monção. A medida que nos aproximávamos do Guard, aqui mais intensa ela se tornava.

Dois couraçados americanos, o *Maine* e o *Alabama*, navios poderosos, com marcha de 10 milhas folgadas, fizeram a viagem direta em nove dias e meio, vencendo correntes de duas a tres milhas, e quanto que o *Benjamin* fê-la em 11 dias, sem ter corrente contrária e em mar calmo durante oito dias, conseguindo desenvolver a sua velocidade máxima, que é de nove milhas.

DE ADEN A SUEZ E ALEXANDRIA

No dia 2 de setembro, às 7 horas e 10 minutos da manhã, largamos a espia que nos prendia pela popa a uma boia, e suspendemos o ferro, seguindo avante.

Ao passarmos pela canhoneira portuguesa Diu, esta fez-nos sinais de "boa viagem", mandando a sua guarnição às enxárcias. Agra-

decemos os sinais e com a nossa gente, também nas enxárcias, correspondemos aos vivas.

As 8 horas e 40 minutos marcávamos o cabo Ras Alarga aos 45° NW v., na distância de quatro milhas, e seguimos, sempre com a costa asiática à vista, em demanda do estreito de Bab-el-Mandeb.

As 2 horas e 30 minutos avistamos o cabo desse nome e às 3 horas e 50 minutos a ilha Perim aos 52° NW, estando as terras da costa africana à vista desde as 3 horas e 30 minutos.

As 6 horas e 45 minutos passávamos pelo pequeno estreito de Bab-el-Mandeb, isto é, entre aquela ilha e a Ásia. A sua menor largura é de milha e meia, que é reduzida ainda pela ilha Ostra e seu recife.

Montado o farol de E da ilha Perim, entrámos no Mar Vermelho. A distância a navegar para chegar a Suez é de 1.200 milhas. Ha neste mar muitos recifes de coral paralelos às margens.

A navegação aí exige cuidados, não só porque em alguns lugares esses recifes estreitam o canal, como também porque, além das correntes que variam com as estações, no sentido do eixo desse mar, ha outras transversais que ainda não foram bem estudadas e não podem ser previstas. Estas são as mais perigosas, porque afastam o navio da sua derrota, impelindo-o para os recifes. Tem mesmo causado muitos naufrágios.

Não se pode, entretanto, dizer que a navegação apresente as dificuldades que exageradamente lhe atribuem, mormente depois da inauguração dos faróis nas ilhas que, por assim dizer, balisam o caminho por onde devem seguir os navios, na zona em que ha mais bancos.

A meu ver, presentemente, a navegação feita pelos práticos indígenas é menos segura do que a que poderá ser dirigida por qualquer comandante que disponha de boas cartas.

O práctico, para conhecer a posição, precisa aproximar-se de uma das margens, afim de avistar pontos de terra; mas não poderá fazê-lo, muitas vezes, sem ficar à pequena distância dos recifes, sobre os quais o navio poderá ser atirado por uma inesperada corrente; o comandante, porem, que não carece de tais pontos de reconhecimento, dirigirá a sua navegação mais afastada de tais escolhos, a meio canal, com o espaço bastante para cair, por efeito das citadas correntes, para um ou outro lado sem ir sobre eles.

Na parte mais difficil ha atualmente faróis, de modo que não faltam pontos de referência, mesmo de noite.

Ao avistarmos o farol de Moca (8h,40m. p. m.), que é o primeiro que se encontra, depois dos dois que assinalam os extremos da

ilha Perim, notamos que a corrente nos havia impellido cerca de tres milhas para a costa asiática.

Essa corrente, que foi a única transversal que encontramos, fez-se sentir até que fosse montado esse farol, que nos permitiu conhecê-la e corrigir os seus efeitos.

Passamos por esse farol à distância de oito milhas e fomos em demanda de Abu-Ail, que avistamos à 1 hora e 35 minutos da madrugada, quasi que na mesma ocasião em que perdíamos a luz de Moca.

Passamos a uma milha a leste de Abu-Ail, deixando, portanto, por BB, as ilhas Zucur e as Hanisha. Às 7 horas e 30 minutos marcamos o extremo oeste de Zukur aos 24° SE v., na distância de duas milhas e meia, quando já seguíamos em demanda de Zebayr, que foi avistada às 8 horas e 50 minutos da manhã do dia 3.

Às 11 horas e 10 minutos a. m. passamos a oeste de Zebayr na distância de sete milhas e fizemos rumo sobre Teir, que era avistada à 11 horas e 55 minutos. Às 3 horas p. m. passamos a uma milha ao oeste de Teir.

Daí em diante não ha mais essas ilhas providenciais que guiam o navegante. Começa um canal de cerca de 40 milhas de largura, com 120 de comprimento; findo este, a navegação é tranca, havendo sempre da costa africana à asiática uma distância de mais de 100 milhas sem escolhos.

De Teir poderíamos fazer rumo direto a Delatus, mas esse caminho nos aproximaria muito dos recifes de leste; preferimos navegar a meio canal.

As correntes transversais geralmente não excedem de 20 milhas, em 24 horas, e nós assim tínhamos espaço bastante para cair durante as 14 horas em que devíamos vencer esse percurse de dois graus.

Pela madrugada encontramos 20 metros de profundidade, o que demonstrava que não havíamos sido desviados do caminho traçado. Puxamos, então, sobre Delatus.

No dia 4, às 2 horas e 20 minutos da tarde, tivemos o pezar de lançar ao mar o corpo do marinheiro nacional Modesto Ribeiro da Silva, vítima de uma bronco-pneumonia.

O céu, sempre limpo no zen'ith, nos permitia ter a posição do navio durante a noite por observação de estrelas.

No Mar Vermelho é muito comum o horizonte cerrado e o céu claro nas partes altas. Ha uma espécie de nevoeiro, até cerca de 10° de altura.

No dia 6 de setembro, às 3 horas e 45 minutos, avistamos o farol da ilha Delatus, a 6,5 milhas de distância, ao rumo de 72° NW.

Às 4 horas e 47 minutos passámo-lo, na distância de 5,5 milhas.

A 1 hora e 45 minutos da madrugada de 7 avistamos e marcamos o farol de Brothers aos 30° NW mg., o qual foi montado às 4 horas a. m. na distância de 5 milhas. Daí seguimos rumo direto sobre Shadwan, que foi avistada às 2 horas p. m. Às 2 horas e 45 minutos estávamos a E com o farol dessa ilha e entrávamos no estreito de Jubal, que dá ingresso ao golfo de Suez.

Este golfo tem cerca de 172 milhas de extensão, variando a sua largura de 15 milhas a seis e meia, no estreito acima referido.

Ha alguns bancos de coral e a sua navegação exige cuidado, atendendo à pouca largura. Fizemo-la sempre próximo à costa africana, que é a mais limpa.

Às 5 horas e 57 minutos p. m. passamos pelo farol de Ashrafi na distância de cerca de uma milha.

Às 7 horas e 55 minutos montamos a ponta Ras Zeiti, na distância de tres milhas.

Com marcações do farol demos resguardo ao escolho Moresbi, que fica a meio canal.

Às 8 horas e 40 minutos p. m. perdemos de vista o Ashrafi e avistamos a luz fixa do Ras Gharib; às 11 horas e 15 minutos p. m. passámo-lo na distância de quatro milhas e seguimos em demanda da ponta Zafarana, cujo farol passamos à distância de cinco milhas, às 5 horas e 45 minutos a. m. do dia 8.

Seguimos então até avistar as montanhas de Ras el Adabich e aproamos à baía de Suez.

Às 11 horas e 35 minutos marcamos o farol New Rock, a N v., na distância de tres milhas, e a 1 hora p. m. fundeamos na baía de Suez.

Concluimos assim a nossa travessia do Mar Vermelho, feita sempre com mar calmo e ventos bonançosos do norte e noroeste, tendo encontrado correntes fracas para o sul.

Logo que chegamos, fomos visitados pelo médico da saude do porto, que nos apresentou o questionário mais minucioso que é possível, indagando de todos os casos de enfermidade desde o início da viagem.

Ha no Egito um Conselho Internacional de Saude, composto de delegados de diversas nações, que pretendem assim impedir a invasão, na Europa, do *cólera* e da *peste*, endêmicas no Oriente.

São de um desusado rigor esses médicos, principalmente para os navios que vêm de procedências sempre suspeitas.

Comunicamos à Companhia do Canal de Suez que desejávamos passá-lo. Os empregados não se fizeram esperar e vieram arquear o navio. A taxa paga importou em 4:091\$213, ouro.

DE SUEZ A ISMAILIA

Às 7 horas a. m. do dia 9 entramos, sob a direção do práctico, no canal, que é todo balizado por bóias na parte navegável, tendo de quilômetro em quilômetro sobre a margem um poste com o número indicativo da distância.

A velocidade regular é de 10 quilômetros por hora.

De Suez a Ismailia a navegação é feita entre dunas de areia em um canal cuja largura é de cerca de 250 metros, exceto nos lagos Amargos, onde ela é muito maior. De espaço em espaço ha estacas, onde os navios podem amarrar.

A companhia regula o serviço de modo que dois navios nunca se cruzem em marcha, exceto nos lagos.

Nós, felizmente, fizemos a viagem sem esperas, isto é, sem parar.

À 1 hora e 20 minutos p. m. fundeamos em Ismailia, no largo Tinsah, que é a estação central do canal.

Posto que os navios naveguem à noite no canal, com auxílio de holofotes, que a Companhia aluga para serem colocados na roda de proa, preferi ficar fundeado e só navegar de dia.

DE ISMAILIA A ALEXANDRIA

Ao clarear do dia 10 suspendemos sob a direção do práctico e seguimos em direção a Port Said. Nesse trecho o canal é mais estreito, não excedendo de 50 metros.

Às 2 horas p. m. paramos em frente a Port Said para atender a umas exigências médicas e receber nova carta de saúde. Pairamos até às 3 horas e 45 minutos, hora essa em que entramos no Mediterrâneo, depois de ter passado a estátua de Fernando de Lesseps, que é o marco de entrada do canal. É uma estátua pedestre, em que o grande engenheiro francês, com o braço direito estendido, indica aos navegantes o caminho do Oriente. Esse gesto é completado pela palavra — *Passez !* — gravada no pedestal.

Tínhamos assim transposto as 87 milhas desse canal, que o gênio de Lesseps concebeu e a engenharia francesa executou, cavando 56 milhas no terreno e aproveitando 21 dos tres lagos que atravessa: Pequeno Lago Amargo, Grande Lago Amargo e Lago Tinsah.

A companhia francesa que o explora não cessa de trabalhar para melhorá-lo sob todos os pontos de vista, inclusive o de torná-lo mais profundo, como exigem os navios modernos.

Às 4 horas p. m. do dia 10 marcávamos o farol de Port Said por 22° SW v., na distância de 3,5 milhas. Estávamos, pois, no Mediterrâneo com sete meses e 18 dias de viagem.

Às 7 horas e 18 minutos p. m. marcávamos o farol de Damietta aos 54° SW mg., na distância de 14 milhas. Às 11 horas marcávamos o farol de Brulos aos 68° SW mg., pelo qual passamos na distância de 11 milhas.

Às 4 horas e 40 minutos da manhã passamos a 7,7 milhas do farol de Roseta. Ao clarear avistamos a ilha de Abukir e demandamos o porto do nosso destino.

Às 9 horas e 23 minutos a. m. do dia 11 de setembro marcamos o farol de Alexandria ao S v., na distância de quatro milhas e às 10 horas recebemos o práctico do porto.

Às 11 horas amarramos, por dentro do quebra-mar, na bóia que nos fôra designada.

Ainda em marcha, recebemos o médico da saúde do porto, que, depois de muitas perguntas ao cirurgião de bordo, pretendeu inspecionar toda a guarnição.

Perentoriamente declarei-lhe que, em caso algum, me submeteria a essa exigência e que, se ela fosse mantida, o navio deixaria o porto no mesmo dia, sem comunicar com a terra.

Não querendo resolver o caso por si, voltou à cidade para consultar, vindo depois com o vice-presidente do Conselho Internacional, que me pediu uma declaração de que a bordo, durante a viagem, não ocorrera caso algum de moléstia infecto-contagiosa. Essa exigência, parecendo-me razoável, foi satisfeita.

O porto de Alexandria é grande e muito concorrido. Abriga o um quebra-mar construído sobre recifes. O aspecto da cidade é mais europeu do que egípcio.

O nosso consu geral aí, o sr. Joseph Debbané, que é um dos mais abastados capitalistas, goza, pela sua fortuna e seu caráter, de uma situação muito favorável, representando-nos com um certo brilho. Foram muitas as finezas que nos dispensou durante a nossa permanência.

Para não alongar-me falando de quem já por tantos títulos tem direito à nossa gratidão, referirei apenas o banquete e baile que nos ofereceu no palácio de sua residência.

No dia 19, eu e mais tres oficiais, fomos apresentados a S. A. o Khediva, que havia chegado na véspera e deu-se pressa em conceder-nos a audiência pedida. Foi muito cordial o acolhimento que S. A. nos dispensou.

DE ALEXANDRIA A NÁPOLES

À 1 hora e 30 minutos da tarde de 20 de setembro deixamos a amarração e seguimos em prosseguimento da nossa comissão.

Às 2 horas e 30 minutos marcamos o farol de Alexandria a E v., na distância de tres milhas e soltamos rumo para a entrada do estreito de Messina.

No dia 22 avistamos a 50 milhas a ilha de Candia.

No dia 24, às 7 horas a. m., avistamos terras da Calábria e às 10 horas tínhamos pela proa as da Sicília. Às 11 horas e 30 minutos foram marcados o cabo Spartivento aos 63° NE, e o Del Armi a 2° NW.

Ao meio dia entrávamos no estreito de Messina, aproximando-nos da costa da Sicília, para evitar a corrente contrária que nessa ocasião havia junto ao continente.

Assim fomos até próximo a Messina, de cujo farol passamos a uma milha. Daí em diante a corrente nos foi favorável.

Passamos a meia milha do farol da ponta Pezzo. Às 3 horas e 30 minutos saímos do estreito, marcando o farol Peloro aos 50° SW v., na distância de duas milhas.

Ao passar por aquela ponta e junto a este farol, notamos o remoinho de água, o famoso Charybdis, de que tanto temiam os antigos navegadores e que, ainda hoje, causa às vezes desgoverno aos navios.

Pouco adiante está Scylla, tendo nas proximidades um escolho, de que também fogem os navios.

Às 7 horas e 40 minutos p. m. marcamos o Stromboli aos 59° NW, na distância de 11 milhas; e daí soltamos rumo para a entrada do golfo de Nápoles.

Ao clarear avistamos a ilha Capri e às 8 horas a. m. de 25 de setembro, investindo pela boca Piccola, entramos naquele golfo.

A rumo, por haver nevoeiro que encobria a cidade, fomos em demanda de Nápoles, que só nos apareceu à curta distância.

Junto ao quebra-mar tomamos o práctico, que amarrou o navio às 10 horas a. m.

Aí encontramos os couraçados americanos *Alabama* e *Maine* com os quais já havíamos estado em Colombo e Ismailia e que faziam parte da esquadra do almirante Evans, quando saíram com o *Benjamin Constant* do Rio de Janeiro.

Durante toda a travessia de Alexandria a Nápoles o tempo foi bom, havendo vento fraco de N.W. As correntes foram fracas.

Em Nápoles, o Governo italiano mandou entregar-nos a bordo 500 cartuchos para salvas, que eu havia encomendado de Aden à casa Armstrong, por intermédio do sr. chefe da Comissão Naval na Europa. A referida firma, não podendo enviar essa pólvora a tempo, procurou adquiri-la do Governo italiano para não-la ceder. O Governo, porém, preferiu oferecê-la, com 500 cápsulas, que não foram aceitas, por não se adaptarem aos nossos cartuchos. Um

oficial veio a bordo declarar que o seu Governo tinha muito prazer em fazer tal oferta.

Não foi esta a única gentileza recebida das autoridades. SS. AA. RR. os Duques de Aosta convidaram a mim, tres officiais e o nosso consul, sr. Aluisio Azevedo, para um jantar no seu palácio de Capodimonti.

O nosso consul, além da solicitude e interesse por tudo quanto era referente ao navio, foi infatigavel em obsequiar-nos.

DE NÁPOLES A SPEZIA

Às 8 horas a. m. do dia 29 de setembro largamos as espias da popa que nos prendiam ao quebra-mar e suspendemos os dois ferros, deixando em seguida o porto.

Às 9 horas e 10 minutos marcamos o cabo Possilipo a W V., na distância de 3,5 milhas.

Às 10 horas e 30 minutos passávamos pelo canal, entre a Ischia e a Prócida, e seguimos pelo oriente das ilhas Steffano e Zanone em demanda do cabo Circeo, pelo qual passamos a tres milhas, indo montar o cabo Anzio a cinco milhas; seguindo em demanda da ilha Giglio, cujo farol do sul avistamos às 3 horas e 45 minutos.

Ao clarear passamos entre esta ilha e a de Monte Cristo, 11 milhas a leste desta.

Às 11 horas a. m. do dia 30 passamos pelo canal Piombino, entre a ilha d'Elba Palmajola.

Daí seguimos sempre à pequena distância da costa (de tres a 10 milhas) em demanda de Spezia. Avistamos as vilas e cidades existentes no litoral, entre as quais Livorno.

Ao anoitecer avistamos o farol da ilha Tino e começamos a demandar o ancoradouro. Às 7 horas e 30 minutos n. m. marcamos o farol da ilha Tino a W na distância de uma milha.

Às 8 horas e 30 minutos fundeamos no ancoradouro exterior, a uma milha do quebra-mar, marcando o farol por 45° SW.

No dia seguinte, pela manhã, entramos no porto, que é protegido por um quebra-mar, que ainda não está concluído.

Graças à amabilidade das autoridades de marinha, foi esse, de toda a viagem, o porto mais instrutivo sob o ponto de vista militar. Com toda a franqueza mostraram aos officiais o arsenal, navios em fabrico e até um navio completamente armado — o *Regina Margherita*.

Cada turma de officiais fez duas visitas ao arsenal, que inegavelmente é um dos melhores que encontramos.

Ocupa ele uma vasta área (talvez uma milha de comprimento e meia de largura), separada por um fosso profundo, que o cerca pela parte de oeste e do norte; na parte de leste ha um canal em comunicação com a baía e onde entram as embarcações pequenas.

Além desse fosso, o estabelecimento está cercado de uma elevada muralha, que o isola inteiramente.

A cidade mesma é rodeada de montanhas, sobre as quais ha uma muralha contínua com fortalezas que tornam muito difficil o seu ataque pelo lado de terra. Esses morros ficam a cavaleiro do arsenal.

O arsenal dispõe de duas grandes bacias, que eu calculo que tenham, uma, 500 metros de comprimento sobre 400 de largura, e a outra, um pouco mais de comprimento. Nesta segunda estão os diques, entre os quais um de 180 metros. As duas bacias têm a profundidade de 10 metros. As oficinas são dispostas aos lados dessas bacias.

Como se sabe, foi esse arsenal o primeiro que teve tanque de provas para experimentar a resistência dos cascos em marcha, com modelos de parafina.

Ha vastos armazens, onde são depositados os materiais para o serviço do estabelecimento, em ruas bem arborizadas.

A sala das experiências do material a adquirir é completa. Ha máquinas para a prova dos metais, estudo das fazendas, exame completo dos lubrificantes, etc. As provas são as mais rigorosas.

O arsenal dispõe de uma oficina de artilharia para reparos. A força motora é a electricidade.

Vimos em serviço do arsenal um batelão de cimento armado, capaz de conter 80 toneladas de carvão. Este batelão, cujo custo, segundo nos informaram, não excedeu de 10.000 liras, presta bons serviços. A sua resistência já está muito comprovada.

Os depósitos de carvão ficam fora do estabelecimento, à beira-mar, mas em lugar raso.

A falta de um cais, em que os navios possam atracar para abastecerem-se de tudo quanto necessitam, é talvez o único senão do arsenal de Spezia. Todas as suas instalações são boas e modernas, dignas de um estabelecimento de primeira ordem de uma grande potência naval.

A pequena demora que tivemos neste porto e os deveres de cortezia não me permitiram visitá-lo mais detidamente e me privaram de ir ver na oficina *Fiat*, em S. Giorgio, arrabalde de Spezia, os submersíveis que ali se fazem, e que pelas descrições me pareceram excellentes. Todos os officiaes visitaram essas oficinas.

Só não foram vistas as fortalezas.

Desse porto enviei um officio à nossa legação em Roma, comunicando a delicada oferta da pólvora e as gentilezas com que fomos

tratados pelas autoridades navais. O sr. ministro dr. Fialho respondeu-me que havia dirigido uma nota ao Governo italiano agradecendo.

DE SPEZIA A TOULON

Às 6 horas da manhã do dia 6 de outubro largamos a bóia em que estávamos e saímos do porto. Às 10 horas a. m. passamos entre a ilha Tino e o continente.

À 10 horas e 10 minutos marcávamos a E v., na distância de meia milha, o farol dessa ilha e fazíamos rumo para as ilhas Hyères. Pela madrugada avistamos o farol de Camarat a 17 milhas.

Às 4 horas e 45 minutos passamos ao sul do farol de Titan a sete milhas e às 5 horas e 20 minutos pelo de Parquerolle a cinco milhas. Aproamos depois ao do cabo Sepet, na entrada de Toulon, pelo qual passávamos a uma milha de distância às 7 horas e 10 minutos.

Às 7 horas e 50 minutos amarrávamos à bóia que nos fora de signada, próximo ao arsenal.

Encontramos em Toulon toda a esquadra do Mediterrâneo, sob o comando em chefe do almirante Germetin.

Essa esquadra era composta de quatro divisões, dos mais modernos tipos. Os capitâneas eram: *Patrie*, *Justice*, *Bouvet* e *St. Louis*. As divisões tinham concluído as manobras e, reunidas em esquadra, faziam então exercícios separadas, saindo frequentemente.

Quatro dias depois da nossa chegada foi o *Benjamin* para as oficinas *Forges et Chantiers de la Méditerranée*, em la Seyne, onde executou as obras ordenadas pelo Governo.

Tivemos ocasião de visitar o estabelecimento, que está hoje perfeitamente montado.

Além de todas as oficinas para o trabalho do ferro, para o casco, máquinas e caldeiras, com modernas máquinas-ferramentas, movidas pela força elétrica, ha oficinas para construção de turbinas.

Estava no estaleiro o couraçado *Voltaire*, que terá cerca de 18.000 toneladas de deslocamento. As suas turbinas estavam sendo feitas na oficina a que aludo.

Em Toulon faleceram, na enfermaria de bordo, quasi repentinamente, os marinheiros nacionais de 1ª classe Melchiades Lisboa de Oliveira e de 2ª classe Manoel Alves, o primeiro de edema no pulmão e o segundo de síncope cardíaca.

No dia 4 de novembro, por ordem do sr. chefe do Estado-Maior da Armada, seguiram para a Inglaterra, com o 1º tenente Aarão Reis, dois guardiães, um segundo sargento, cinquenta marinheiros e 24

foguistas. Este destacamento foi de Marselha diretamente a Glasgow, onde estão em construção os *destroyers* que vão guarnecer.

Por doente, desembarcou no dia 7, afim de seguir para o Rio de Janeiro, o capitão-tenente Marcio Monteiro, que foi substituído no cargo de encarregado da artilharia pelo 1º tenente Oscar Spinola.

DE TOULON A GIBRALTAR

No dia 8 de novembro, ao meio dia, deixamos o porto de Toulon. O vento era ESE duro e o tempo de aguaceiros.

O barômetro baixo (em 743 m/m) continuava a baixar.

Logo ao montar o quebra-mar, verificamos que havia muito mar.

À 1 hora e 55 minutos marcamos o farol do cabo Sepet aos 21º NW v., na distância de 2,1 milhas. Pouco tempo depois toda a terra estava encoberta.

A viagem por dentro das Baleares nos aproximaria muito do golfo de Lyon, mas com o mau tempo que havia, era de esperar que daí, mais do que em qualquer outro lugar, o mar estivesse muito grosso. Preferi então seguir a derrota por fora das Baleares, que me daria campo para manobra, caso o mau tempo recrudescesse.

A tarde o vento saltou para SW, e depois para NW, onde firmou-se duro.

Acontece, porém, nessa região muitas vezes o vento voltar de novo a SW e o tempo piorar. Assim, não obstante o vento NW ser um bom indício, resolvi continuar no rumo que seguia. Estaríamos bem em qualquer condição.

No dia 9, às 8 horas e 55 minutos, marcamos o farol de Aire, na Minorca, aos 58º NW mg., na distância de 15 milhas.

As 6 horas e 50 minutos a. m. do dia 10 avistamos a ilha Maiorça. Às 10 horas e 50 minutos marcamos o farol de Cabrera aos 10º NW, na distância de 1 milha. Às 8 horas p. m. passamos a 20 milhas do farol de Fromentera.

Na manhã do dia 11 avistamos o cabo Palos, que foi montado ao meio dia, na distância de 23 milhas. Daí em diante navegamos sempre com a costa de Espanha à vista.

Às 7 horas e 45 p. m. montávamos o farol do cabo Gata e soltávamos rumo sobre Gibraltar.

À noite avistamos os faróis de Salinal e Sacrativo, pelos quais passamos respectivamente a 10 e 18 milhas de distância.

Ao clarear estava à vista a costa e a Serra Nevada.

Às 11 horas e 55 minutos do dia 12 de novembro estava a vista o promotório Gibraltar. Às 2 horas marcávamos o farol da Ponta da Europa a W v. na distância de tres milhas.

Às 4 horas p. m. amarrávamos a uma das bóias, por dentro do quebra-mar.

Aí encontramos a esquadra inglesa do Atlântico sob o comando do vice-almirante sir Curson Howes, composta do *Exmouth* (capitânea), *Cornwallis*, *London*, *Albermale*, *Russel* e *Duncan*. Quando demandávamos o porto estavam estes navios fazendo exercício de tiro ao alvo em movimento.

Um deles rebocava o alvo e outro, marchando em direção oposta, atirava, de uma distância de cerca de 4.000 metros; voltando todos à tarde ao ancoradouro. Só aos sábados não saiam, para dar licença à guarnição.

O Governo inglês procura atualmente dificultar o comércio em Gibraltar, para torná-la exclusivamente militar, na parte que fica próxima aos grandes diques.

Não é mais permitida a visita às fortalezas.

DE GIBRALTAR A PERNAMBUCO

No dia 14 de novembro, às 3 horas p. m., deixamos o porto de Gibraltar. Às 3 horas e 5 minutos marcávamos o farol da ponta Carneiro a W v. na distância de duas milhas.

Às 5 horas e 25 minutos passamos a tres milhas ao sul do farol de Tarifa.

Às 7 horas e 20 minutos montamos o farol do cabo Spartel a distância de quatro e meia milhas. Às 10 horas e 25 minutos perdemos de vista essa luz.

Soltamos rumo para passar a oeste de Palma.

Não desejávamos cruzar as Canárias, não só porque ha no arquipélago, nessa época, chuva e nevoeiros, como também para nos afastarmos mais da costa da África, afim de encontrar o alísio mais firme.

Tendo, porém, o vento norte refrescado muito na tarde de 16 e o mar crescido bastante, tornou-se penoso continuar no mesmo rumo, não só por causa dos balanços muito fortes, como também porque o navio embarcava muita água pela borda.

Na esperança de que melhorasse, meti-o à capa na manhã de 17 até às 3 horas da tarde, quando deliberei arribar, para ir, com vento da alheta, passar entre Tenerife e a Gran Canária.

A 18 à tarde avistamos Tenerife e passamos com as luzes de Santa Cruz à vista e faróis da costa oriental.

Os aguaceiros não nos permitiram ver a Gran Canária.

Vencida a ponta sul daquela, fizemos rumo sobre S. Vicente, a qual avistamos conjuntamente com Santo Antão na madrugada de 25.

Seguimos então em demanda de Fernando de Noronha, pela qual passamos, duas milhas a oeste, às 7 horas e 30 minutos do dia 1 de dezembro. Como já era noite, fizemos sinais com o holofote comunicando, pelo telégrafo Morse, que não havia novidade; sinais esses que foram compreendidos e transmitidos para o continente.

Puxámos daí para o Recife, onde fundeamos na Lamarão, às 2 horas e 30 minutos da madrugada de 3 de dezembro a uma milha SE do farol do Picão. Ao meio dia, suspendemos e entramos no porto.

O alísio foi muito fraco, no hemisfério norte, e as correntes variáveis. de 20° de latitude para o sul o vento manteve-se em ESE fraco e as águas correram quasi sempre para NE.

Do equador para o sul elas dirigiram-se para NW e o vento variou entre SSE e SSW.

DO RECIFÉ AO RIO DE JANEIRO

No dia 10 de dezembro, às 4 horas da tarde, zarpamos do Recife.

As 5 horas e 20 minutos p. m. marcamos o farol do Picão aos 30° NW v. na distância de duas milhas e meia.

As 7 horas p. m. montamos o farol de Santo Agostinho a W mg., na distância calculada de 11 milhas.

As 10 horas e 20 minutos passamos com o farol de Tamandaré à vista na distância de nove milhas e meia.

No dia 13, ao meio dia, tínhamos o farol dos Abrolhos à vista na distância de 12 milhas.

No dia 14 pela manhã foram vistas terras do Espírito Santo, que o nevoeiro não permitiu reconhecer.

As 8 horas p. m. foi avistado o farol de S. Tomé ao WNW, na distância de 15 milhas, tendo-se feito antes algumas prumadas.

Pela madrugada de 15 sobreveio densa cerração, que se dissipou às 9 horas a. m., sendo reconhecido nessa ocasião o Cabo Frio. A costa do Rio foi então aparecendo.

Como nas nossas instruções estava marcado o dia 16 para o termo da comissão, pairamos até meia noite. A essa hora deman-

damos a barra e às duas horas da madrugada amarrávamos à bóia, no ancoradouro do Poço.

Assim terminamos a viagem de circumnavegação, que nos fôra confiada, para instrução de oficiais e praças.

No prazo estipulado, precisamente no dia marcado, o *Benjamin Constant* regressava a este, tendo percorrido 30.465 milhas.

Do itinerário foi, por solicitação nossa, suprimida pelo Governo a escala no porto de Ponta de Gales (Ceilão), onde deveríamos demorar dois dias. Esse porto, com a monção de SW, é desabrigado, e a pequena demora aí não daria tempo para a guarnição repousar. Proposta, de Singapura, a supressão da referida escala e o aumento do prazo concedido para a de Colombo, fomos atendidos.

Em Aden recebemos telegrama do Estado-Maior mandando apressar a viagem, para fazer reparos em Toulon.

Obedecendo a esta ordem, não demoramos em Suez senão o tempo necessário para passar pelo canal. Pelo itinerário, a nossa demora aí devia ser de 13 dias. Estes, somados aos que já havíamos ganho nas travessias anteriores e aos que conseguimos ainda no Mediterrâneo, nos permitiram chegar àquele porto da França com um adiamento de 18 dias.

Graças a esta circunstância, nos foi possível ancorar no desta capital no dia 16 de dezembro.

Sinto-me feliz em registrar que durante toda essa longa viagem nenhuma avaria digna de menção ocorreu.

Juntando a este o traçado da derrota, indicando os ventos e corrente encontradas (1), e anexando mapas das principais travessias com todos os elementos que serviram de base àquele traçado, julguei desnecessário entrar em detalhes que, a meu ver, sem proveito algum, tornariam demasiado extensa a narração da viagem.

Alguns desses detalhes poderão, entretanto, ser encontrados na derrota apresentada pelo encarregado da navegação, capitão-tenente Manoel José Nogueira da Gama, que desempenhou com competência as funções do seu cargo.

(1) Por conveniência da impressão, foi a carta contendo esse traçado obsequiosamente reduzida pelo sr. 1º tenente Eulino Cardoso, deixando por isso de figurar nela a indicação dos ventos e correntes — N. R.

SEGUNDA PARTE

A despesa

Pelos mapas anexos verifica-se que a despesa com a comissão propriamente importou em 659:090\$804 (ouro) ou £ 74.138-8-11. Da despesa total deduzimos a importância das obras feitas em Toulon, que não eram necessárias para o prosseguimento da viagem.

Fez-se lá aquilo que o tempo não permitiu executar aqui antes da partida.

Descontámos também o custo dos sobressalentes adquiridos para o Depósito Naval.

Seria justo que abatêssemos ainda o pagamento do pessoal correspondente ao mês de novembro, que só teve lugar em viagem em outro, por causa da demora em Toulon. Este pagamento excedeu de £ 4000.

Se daquela importância (£ 74138-8-11) descontássemos esta quantia (£ 4000) e mais o custo da passagem do destacamento que seguiu para a Inglaterra, o custo da comissão, como estava ordenada, não atingiria a £ 70000.

À Pagadoria da Marinha entregámos o saldo de 164:313\$412, ouro, e na Delegacia em Londres deixámos 1:778\$000.

O crédito concedido para a comissão foi de £ 100.000 ou réis 889:000\$000.

O exame desses algarismos mostra bem o quanto nos esforçamos para economizar os dinheiros públicos.

Para aquisição do material em Toulon chamámos concorrência pelos jornais de Marseille e nomeámos uma comissão composta do imediato, capitão de corveta Henrique Feijó Junior, e dos capitães-tenentes Alvaro Nunes de Carvalho e Manoel José Nogueira da Gama, commissário Greenhalg Barreto e um segundo-tenente.

Esta comissão teve a incumbência de estudar as propostas apresentadas e dar preferência às que mais conviessem. Foi também encarregada de examinar e experimentar as amostras enviadas.

As suas deliberações eram registradas em um livro, com a assinatura de todos os seus membros.

Foi árduo o trabalho dessa comissão, que teve de lutar com proponentes pouco escrupulosos, que não hesitavam em lançar mão de todos os recursos para afastar os representantes das fábricas e casas mais importantes, com as quais não poderiam competir.

A estreiteza de tempo e as dificuldades que teve de vencer para bem zelar os interesses do erário exigiram dela um esforço digno de menção e de louvor.

O consul brasileiro em Marseille, sr. Paula Fonseca, tornou-se credor da nossa gratidão pela extrema solicitude com que nos auxiliou, concorrendo eficazmente para que os nossos desejos fossem realizados de modo satisfatório e a aquisição do material se fizesse em condições vantajosas.

TERCEIRA PARTE

Instrução, higiene, etc.

INSTRUÇÃO

A instrução dos oficiais e praças era o objetivo da comissão.

Os segundos-tenentes que haviam concluído o curso escolar iam receber os conhecimentos precisos para bem desempenharem as suas funções como oficiais; iam aplicar aquilo que tinham estudado e adquirir a prática do serviço no porto e no oceano.

Para atender a esta última parte determinei, logo ao iniciar a viagem, que os quartos das 4 às 8 da tarde fossem feitos pelos jovens oficiais, sob as vistas de um dos instrutores.

Nos demais quartos eram eles ajudantes. Assim procedeu-se, sem interrupção, até o fim da viagem.

O estudo da navegação e a prática da observação dos astros com o sextante, o uso dos cronômetros e da agulha de marear são, a meu ver, os conhecimentos que com mais vantagem podem ser adquiridos nessas viagens longas, em que ha tempo para um ensino metódico, aproveitando as circunstâncias que se apresentam no correr dos cruzeiros.

Geralmente, porém, este ensino não pode ser tão proveitoso quanto devera, porque os segundos-tenentes quando embarcam não têm sextantes.

Essa falta faz com que eles não possam adquirir essa prática de observação que torna o novel oficial confiante nos seus cálculos e em sí mesmo.

Dos segundos-tenentes embarcados no *Benjamin*, poucos eram os que dispunham desses instrumentos e aos outros só foi possível encontrá-los na Europa. Quer isto dizer que durante a maior parte da viagem, se bem que aprendessem a observar no sextante do navio

e de alguns oficiais que lhes emprestavam os seus, não adquiriram a experiência que teriam si diariamente se exercitassem. Só no fim da comissão, depois de Toulon, é que começaram com regularidade a fazer observações.

Com grande proveito para a instrução poder-se-ia, penso, obviar a este inconveniente, fornecendo a cada um dos oficiais, ao sair da Escola Naval, um sextante, que ele pagaria em prestações mensais descontadas dos seus vencimentos. O Ministério da Marinha poderia adquirir dos melhores fabricantes esses instrumentos por preços vantajosos. Conviria também dar-lhes uma carta geral do Brasil.

Não obstante a falta a que acabo de aludir, todos os segundos-tenentes vieram conhecendo e executando com desembaraço os cálculos mais correntes em navegação e alguns deles preparados para exercerem as funções desse cargo. O capitão-tenente Henrique Aristides Guilhem, com verdadeira dedicação e real competência, exerceu as funções de instrutor dessa matéria.

A instrutoria de artilharia foi habilmente desempenhada pelo capitão-tenente Ernesto Frederico da Cunha, até Yokoama, onde desembarcou, por ter sido nomeado adido naval à nossa legação em Tóquio.

Foi substituído pelo oficial de igual patente Agenor Monteiro de Souza, que fora nomeado por portaria de 27 de abril.

Para a instrução das praças organizei uma aula de curso primário, que funcionava diariamente, e duas outras, em que se ensinavam elementarmente as matérias que são lecionadas nos cursos das escolas de timoneiros e artilheiros.

A primeira estava a cargo do primeiro-tenente Alfredo Pinto Guimarães, auxiliado pelo segundo-tenente Raul Esnaty, que voluntariamente fazia esse serviço, sem prejuízo dos seus deveres.

E' justo consignar aquí o zelo e dedicação destes oficiais. Graças aos esforços de ambos, foram excelentes os resultados colhidos. Esta aula foi frequentada por 87 praças.

A do curso de timoneiros teve uma frequência de 30 praças. Esteve a cargo do oficial encarregado de sinais, 1º tenente Eulino Cardoso, que bem se desempenhou dessa incumbência. Auxiliou-o o 1º tenente Luiz Coutinho Ferreira Pinto.

A de artilharia, frequentada por 27 praças, esteve a princípio sob a direção do capitão-tenente Agenor Monteiro de Souza; depois a cargo do capitão-tenente Marcio Monteiro, que o substituiu na incumbência da artilharia; e, ultimamente, foi dirigida pelo 1º tenente Oscar Spinola, quando a guarnição já estava desfalcada e não era

mais possível haver regularidade no seu funcionamento. O zelo deste oficial não ficou, porém, a julgar.

Além das praças que frequentavam essas aulas, cujos nomes foram enviados ao Estado-Maior, 20 outras praticaram para foguistas. De Honolulu em diante foram elas dispensadas de todo o trabalho no convés, excetuando as limpezas de amarelos, para ficarem exclusivamente ao serviço da máquina. Graças a essa aprendizagem puderam elas prestar bons serviços, já como foguistas, na viagem de Toulon para o sul.

HIGIENE E ESTADO SANITÁRIO

Logo ao sair deste porto ordenei aos cirurgiões que inspecionassem todas as praças, algumas das quais haviam embarcado na véspera da partida.

Desse exame resultou a convicção de que 12, em cujas cadernetas figuravam diversas baixas ao hospital de beribéricos, achavam-se ainda depauperadas e, portanto, em más condições para resistir à viagem, que era longa e ia ser feita por lugares em que o mal de que haviam sofrido é endêmico.

Trazido o fato ao meu conhecimento, apressei-me em solicitar, logo que chegámos a Montevideu, a retirada de bordo desses homens predispostos a novos insultos, que lhes poderiam ser fatais, prejudicando também o navio. O Estado-Maior, sem demora, atendeu a esse pedido, ordenando que os fizesse seguir para Santa Catarina.

O estado sanitário foi sempre excelente até o navio chegar a Toulon. Houve na viagem de Honolulu para Yokoama um caso de beriberi, que foi prontamente curado, e outro em Shanghai, quasi sem importância.

As outras enfermidades que ocorreram até a França, não podiam ser atribuídas ao navio. Lisonjeou-me mesmo o fato de ter passado o Estreito de Magalhães e canais laterais da Patagônia sem ter praça alguma enferma de moléstias que o abaixamento rápido da temperatura e as chuvas frequentes, de certo ponto em diante, justificariam.

De Toulon para o sul foi menos satisfatório esse estado sanitário, si bem que ainda se pudesse considerá-lo bom. Na viagem de Gibraltar para o Rio apareceram alguns casos de beriberi, embora poucos, tendo morrido desse mal uma praça em viagem e outra no dia imediato ao da chegada do navio ao Recife.

E' curioso registrar o fato de ter o estado sanitário manifestado tendências a piorar quando as condições higiênicas do navio deveriam ter melhorado com algumas das obras executadas, principalmente com a substituição do *linoleum* da coberta, mudança das latrinas e conserto de encanamentos. O regime de bordo foi sempre o mesmo e a guarnição devia estar mais refeita com a demora de 30 dias em Toulon, usando da alimentação fresca.

Difícil é, sem dúvida, precisar a causa dessa mudança.

O 1º cirurgião do navio, 1º tenente dr. Samuel Prado, no seu bem elaborado relatório, estudando as moléstias que ocorreram nesse fim da comissão, considera-as ocasionadas pelo cansaço de uma longa viagem, em que a permanência nos portos fora pequena e os cruzeiros muito seguidos.

A fadiga atribuída ao pessoal, com fundamento, foi de alguma forma agravada pela redução do número de homens para o trabalho, em virtude de ter sido mandado para a Inglaterra um destacamento de 75 praças.

A viagem, entretanto, foi sempre feita de modo a poupar as forças da guarnição, e a expô-la o menos possível às intempéries. Quando navegávamos à vela, com tempo incerto, o pano, à noite, era reduzido de modo a que pudessem ser evitadas as manobras fatigantes. As zonas de chuvas eram atravessadas a vapor. Tínhamos, enfim, todos os cuidados higiênicos.

Bem diverso era o modo por que se procedia outrora na marinha, em que nas noites de aguaceiros a guarnição, sem roupas de abrigo, era conservada na tolda em constante faina. Uma ração de aguar-dente era tudo quanto se fazia para atender à saúde desses homens, que passavam uma noite inteira em trabalho, completamente molhados. Esse fato repetia-se muitas vezes e as guarnições, sempre fortes, regressavam robustecidas das viagens.

A alimentação era menos substancial do que agora. Consistia em carne seca, bacalhau, feijão, farinha e bolacha de má qualidade.

A despeito de tudo, não se viam, como presentemente, esses casos frequentes de anemia e outras moléstias que sintomatizam a fraqueza.

A conclusão a tirar é que as guarnições eram mais robustas e, por isso, mais resistentes.

O ar tônico do mar supria o que lhes faltava em higiene.

E' verdade que se não via a bordo uma percentagem tão elevada, como hoje em dia, de praças muito jovens, de desenvolvimento incompleto.

As exigências do serviço, de certo tempo a esta parte, tem obrigado as escolas de aprendizes a enviarem para o Corpo de Marinheiros Nacionais, grandes turmas de menores, que depois de inspecionados são alistados e começam a mais árdua das profissões. Uns, são levados, pelo destino, para navios onde os exercícios são moderados e conseguem assim ir se afeiçoando à profissão, gradativamente, sem prejuízo para o organismo; outros, são mandados para lugares onde o trabalho excessivo, principalmente o de remar, lhes causa sérios danos, atrofia-os. Esses são os que mais tarde baixam com frequência aos hospitais e tornam-se, por assim dizer, uns campos de batalha em que o médico e a moléstia andam sempre em luta.

Tem-se observado que a tuberculose vai aumentando na Marinha, e essa não pode deixar de ser uma das causas.

E' verdade que o navio moderno tornou-se menos higiênico do que o antigo; por isso mesmo demanda um pessoal mais resistente.

Talvez fosse possível conciliar as exigências do serviço com as da higiene, mandando para as escolas profissionais as praças alistadas, que assim teriam mais um ano para o seu desenvolvimento. Com as lotações completas, facil será dispensar no primeiro ano os grumetes de certos serviços que extenuam, impróprios da sua idade. Criar, enfim, um período de adaptação.

Não é tudo, mas já será alguma coisa.

Praticando seriamente a higiene é que conseguiremos ter guarnições robustas e sadias, capazes de suportar as fadigas da guerra.

Considerando que o *Benjamin Constant* pela sua função é um dos navios que demandam mais cuidados higiênicos, autorizei a compra de uma máquina Clayton, que pelas suas dimensões poderá fornecer o gás necessário para desinfetá-lo. Ela serve também para ventilar os porões e até para extinguir incêndios. Não chegou a funcionar, por exigir a sua instalação trabalhos que só poderiam ser executados pelo arsenal, uma vez que não foi possível realizá-los na Europa, por ter chegado tarde o aparelho.

O NAVIO

Obras executadas em Toulon

Como já dissemos, as obras eram necessárias ao prosseguimento da viagem; o navio já necessitava muitas delas quando a empreendeu, e só não foram levadas a efeito, umas, por falta de tempo e outras, por não haver material. Aproveitámos, é verdade,

a facilidade e barateza do trabalho para mandar fazer todos os pequenos reparos de que carece um navio depois de uma comissão tão longa, mas estes foram de pouca importância.

Os principais trabalhos executados foram:

Substituição de todo o *linoleum* da coberta e alojamentos, incluindo a câmara; substituição de todas as latrinas e dos dois banheiros; conserto de toda a tubulação de água doce e salgada, sendo esta do serviço sanitário, de incêndio e alimentação das caldeiras; pequenos reparos na canalização elétrica e colocação de um quadro suplementar, permitindo o funcionamento de um dínamo para os holofotes, enquanto o outro alimenta a iluminação interna; conserto de mobílias; colocação de novos altares nas caldeiras; e outras pequenas obras a que aludi, como consertos de escadas, portinholas, etc.

Fui autorizado a despendar até a quantia de 89:000\$ (ouro).

Entendi, porém, que não valia a pena executar grandes obras em um navio que teria de substituir dentro de pouco tempo as suas caldeiras.

A retirada dessas caldeiras exigiria talvez a destruição de algum trabalho que fosse realizado: pareceu-me por isso mais acertado fazer unicamente o indispensável.

E, assim pensando, ordenei apenas o necessário para o navio chegar a esta capital pronto para o desempenho de qualquer comissão, sem ter que pedir consertos ao arsenal.

A despesa feita nas Forges et Chantiers com os consertos foi de 29:280\$283.

Essas oficinas executaram com perfeição e celeridade todo o serviço.

Obras necessárias

O navio carece das seguintes obras e melhoramentos:

Substituição das caldeiras; substituição ou grande conserto no embono de madeira; instalação de dínamos mais poderosos e substituição da atual canalização elétrica; melhorar a ventilação da coberta; consertar os paióis de pólvora e tornar a sua temperatura menos elevada; instalar uma câmara frigorífica com a maior capacidade que as condições do navio permitirem; colocar gáveas dobradas; substituir todas as cavernas que se acham corroídas no interior das carvoeiras; elevar as hastes das válvulas de alagamento dos paióis de pólvora até o convés couraçado; dotar a caldeirinha de um condensador próprio e máquinas auxiliares, de modo a poder dispensar as das caldeiras, quando no porto.

Feito isto, o *Benjamin Constant* será um navio capaz de navegar mais quinze anos, continuando a prestar à instrução do pessoal o excelente serviço que até agora tem prestado.

A máquina

A máquina funcionou sempre bem, durante toda a comissão.

As caldeiras, embora velhas e enfraquecidas, suportaram, sempre que a máquina funcionava, a pressão de seis quilos. Só no regresso, de Gibraltar a Pernambuco, vasaram dois tubos.

O chefe da máquina e seus auxiliares corresponderam cabalmente à confiança neles depositada.

A derrota

As instruções ultimamente publicadas para confecção das derrotas só foram por nós recebidas depois que o navio chegou a esta capital, quando já tínhamos as nossas prontas. Não foi, por isso, possível, cumprir o que nelas está determinado.

Pessoal

Terminando este relatório, é do meu dever consignar que sempre encontrei da parte do imediato e oficiais combatentes e das classes anexas boa vontade em auxiliar-me.

Os jovens segundos-tenentes, em instrução, revelaram-se desejosos de aprender, sempre procederam bem, tornando-se dignos da estima dos oficiais e da do comando do navio.

Os oficiais inferiores cumpriram o seu dever, excetuando um dos guardiões, que cometeu diversas faltas; devo, porém, salientar os artifícios, que muito trabalharam, sempre com boa vontade.

As praças em geral procederam bem. Um ou outro delito, punido com rigor, deve ser levado à conta da falta de instrução. E' de justiça, porém, consignar a conduta correta que sempre tiveram em terra, não tendo havido em nenhum dos portos fatos desagradáveis. Alguns mereceram mesmo elogios pelo modo por que procediam.

Bordo do *Benjamin Constant*, no Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1909.

Antonio Coutinho Gomes Pereira, capitão de fragata, comandante.

Navio-Escola "Benjamin Constant"

RELAÇÃO DOS OFICIAIS E INFERIORES QUE FIZERAM A VIAGEM DE CIRCUMNAVEGAÇÃO

Imediato

Capitão de corveta Henrique de Albuquerque Feijó Junior.

Capitães-tenentes

Henrique Aristides Guilhem.
Alvaro Nunes de Carvalho.
Annibal do Amaral Gama.
Manoel José Nogueira da Gama.
Agenor Monteiro de Souza.
Heitor Xavier da Cunha.
Marcolino Alves de Souza.

Primeiros-tenentes

Eulino do Rosario Cardoso.
Mario Alves de Souza.
Oscar Borba e Souza.
Oscar de Souza Spinola.
Octavio Tacito de Carvalho.
Luiz Coutinho Ferreira Pinto.
Mario Pinheiro Coimbra.
Luiz Bulhões Vieira Barcellos.
Alfredo Buarque Pinto Guimarães.
Eugenio de Castro.

Segundos-tenentes

Turma em instrução:

José G. Pacheco de Aragão.
Flavio Figueiredo de Medeiros.
Oscar Gomes Nora.
Manoel Alves de Moura.
Nelson Simas de Souza.

Raul Esnaty.
Eugenio Moniz Freire.
Affonso Celso de Ouro Preto.
Annibal Corrêa de Mattos.
Jorge Hess de Mello.
Sebastião Fernandes de Souza.
Guilherme Bastos Pereira das Neves.
Rhadamanto Campo y Amoedo.
Wan Tuyl P. da Silva Torres.

Comissários

Capitão-tenente Alberto Greenhalgh Barreto.
Segundo-tenente João Cavalcanti Caminha.

Maquinistas

Capitão de corveta Manoel Augusto da Cunha Menezes.
Primeiro-tenente João Teixeira Cardoso.
Primeiro-tenente Maximiniano P. dos Santos.
Segundo-tenente Ismael Dias Braga.
Segundo-tenente Firmino de Freitas.
Segundo-tenente João Antonio Lopes.
Segundo-tenente Pedro Paulo Pereira de Souza.

Cirurgiões

Primeiro-tenente Dr. Samuel Gomes do Prado.
Primeiro-tenente Firmino von Doelinger da Graça.

Farmacêutico

Primeiro-tenente Flavio Nelson.

Sub-maquinistas

Luiz Tirelli.
Rufino da Silva.
Lafayette dos Santos Pinto.
Odilon Teixeira de Campos.

Oscar Rodrigues Seixas.
 Mario Duarte Hall.
 Paulo Netto dos Reis.

Corpo de oficiais inferiores da Armada

Mestre Marcellino Militão Braga.
 Contra-mestre Agostinho Circundes de Carvalho.
 Guardião Antonio Henrique.
 Guardião João Laurindo da Silva.
 Guardião Firmino Simplicio Alves Pimentel.
 Guardião José Pinto.
 Enfermeiro de 2ª classe Bemvindo da Silva Ramos.
 Enfermeiro de 2ª classe Luiz Augusto de Mattos Kelly.
 Carpinteiro de 2ª classe Athenogenes Francisco da Silva.
 Carpinteiro de 2ª classe Paulo Manoel da Boa Morte.
 Caldeireiro de 2ª classe Vitalino Correia de Sá.
 Armeiro de 1ª classe Jeronymo Marengo.
 Serralheiro de 2ª classe Antonio Tavares.
 Fiel de 1ª classe Manoel Martins Beltrão.

RELAÇÃO DAS PRAÇAS QUE FALECERAM DURANTE
 A COMISSÃO

Marinheiros Nacionais

1ª classe 17ª companhia n. 152 Elpidio do Nascimento.
 1ª classe 9ª companhia n. 165 Modesto Ribeiro da Silva.
 1ª classe 19ª companhia n. 147 Melchiades Lisboa de Oliveira.
 1ª classe 5ª companhia n. 17 Manoel Alves.
 Grumete 32ª companhia n. 108 Silverio de Faria Lemos.
 Grumete 10ª companhia n. 50 José Gonçalves Marques.

Foguistas extranumerários

2ª classe Alexandre Rodrigues de Moura.
 2ª classe Manoel Carlos Segundo.
 3ª classe Agostinho da Luz.

Taifeiro

Criado da praça de armas Domingos de Moraes Dina.

ATAS DE 1939

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 26 DE JANEIRO DE 1939
(SESSÃO N. 1.652 — 101 ANO)

PRESIDÊNCIA DO SR. MANOEL CICERO PEREGRINO DA SILVA

Às 17 horas abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: Manoel Cicero Peregrino da Silva, Max Fleiuss, Braz Hermenegildo do Amaral, Alexandre Sommer, José Maria Moreira Guimarães, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Bernardino José de Souza, José de Mesquita, Virgílio Corrêa Filho, Caio de Mello Franco, Fernando de Magalhães, Francisco José de Oliveira Vianna.

O Sr. MANOEL CICERO, *presidente*, declarou ter convocado a presente sessão para dar posse ao sócio correspondente Sr. Desembargador José de Mesquita, a quem deu a palavra.

mais belas e nobres de ardente civismo e de alta brasilidade. Na luta contra a natureza hispida e agressiva, contra o fero invasor das suas terras, e contra os cruéis usurpadores da sua liberdade, o matogrossense teve sempre de centuplicar-se para enfrentar o inimigo, antepondo à escassez numérica o multiplicador admirável da sua bravura. Aprendemos na lição de Ricardo Franco que, no Forte de Coimbra, resistiu, serena e impavidamente, em 1801, com quarenta homens, aos setecentos soldados de D. Lazaro de Ribera e na de Antonio João, em Dourados, morrendo, ao lado dos seus dezeséis bravos companheiros, antes que entregar a praça que lhe fora confiada.

Venho a vós, portanto, credenciado por esse Passado ancestral da minha gente e trago-vos destarte, como os pergaminhos do meu povo, não o fausto, a pompa, a divícia de que outros soem ufanar-se, mas esse patrimônio moral de resistência cívica, que enforma a subestrutura étnica do matogrossense e lhe plasma a psique, talvez única em nossa História. E vos apresento, nesta hora para mim solene e gratíssima de minha posse neste Instituto, a afirmação do sentimento de viva brasilidade de minha terra e de minha gente.

* * *

O aparecimento de Mato Grosso no cenário da vida nacional já é, por si só, uma forte e sadia afirmação de brasilidade. Capítulo dos mais impressionantes e emocionantes da história do bandeirismo, o descobrimento das minas do Cuiabá, *obra de brasileiros*, vale pelo mais admirável atestado da bravura e tenacidade de nossos avoengos. As bandeiras e as monções, duas páginas da epopéia sem par que sagrou os paulistas como denodados “flibusteiros do sertão”, têm na História de Mato Grosso lances dos mais audazes e extraordinários. Toledo Piza faz ver, em nota às Crônicas de Cuiabá, que “poderia haver entre estes bandeirantes alguns portugueses, porem os chefes eram paulistas e o grosso das forças era composto de índios mansos e mestiços ou mamelucos”.

Foi ao espírito heroico desses aventureiros, que se chamaram Paschoal Moreira, Miguel Subtil, os irmãos Antunes Maciel e Paes de Barros, Almeida Lara, Moraes Navarro e outros, que o Brasil deve o devastamento e ocupação definitiva do grande *hinterland* que, hoje, lhe leva os lindes até a Bolívia, ao Oeste, e o Paraguai, ao Sul. Ainda em obra recentíssima, Roger Courteville proclama que se pode “qualificar Matto Grosso como criação exclusivamente brasileira”, e chama a atenção para a organização autárquica da sociedade colonial da grande província mediterrânea.

Que quadros de bravura e heroísmo nos oferecem as crônicas primeiras de Cuiabá, vasadas no rude fraseado, simples e expressivo, do licenciado Barbosa de Sá e do camarista Costa e Siqueira, e nas quais o sentimento de brasilidade aflora na magnífica lição de amor à gleba virgem e de resistência aos mais agros revezes e às mais rijas provações!

Os Anais do Senado da Câmara de Cuiabá nos apontam no fundador do arraial do Bom Jesus, Paschoal Moreira Cabral, um "paulista dos bons" e retraçam-lhe a figura moral nestas linhas expressivas: "homem chão, sem letras, pouco polido, de agudo entendimento, sem maldade, sincero, caritativo por extremo, servia e remediava a todos com o que tinha e no que podia, experto na milícia dos sertões e no exercício de minerar pelo ter já exercitado nas Minas Geraes, valoroso e constante no trabalho"... Eis alguns tópicos do velho códice setecentista que registra a vida áspera dos primeiros anos de Cuiabá:

"Entrando o anno de 1720 fizeram viagem para estas minas algumas gentes divididas em diversos comboios. subindo o rio Anhanduhy, atravessando a Vaccaria, descendo pelo Mateteú deste pelo Paraguay acima. Padeceram grandes destroços, perdições de canôas nas cachoeiras por falta de pilotos e praticos, que ainda então não havia, mortandades de gentes por falta de mantimentos, doenças, comidas de onças e outras muitas miserias. Houve comboio de canôas em que morreram todos, sem ficar um vivo, pois eram achadas as canôas e fazendas podres pelos que vinham atrás e os corpos mortos pelos reductos e barrancos".

A tragedia das monções, cuja partida Almeida Junior immortalizou em tela sugestiva e cuja epopéia anônima Vicente de Carvalho perpetuou em versos magníficos, culmina na guerra dos Paiaguás, os rudes dominadores dos rios Paraguai, S. Lourenço e Cuiabá, oferecendo-nos episódios de vivo heroísmo, que marcam de forma imprecável o grande drama da conquista dos sertões.

Desde o encontro da barra do Xanés, mencionado no ano de 1725, no qual cerca de vinte canoas "com o melhor de 600 pessoas", "acabaram todos os que vinham na conserva, escapando um só branco e um negro, que foram tomados por outras canôas que vinham atrás". até o ataque da passagem do Paraguai, em 1775, menciona Beaurepaire Rohan, nos seus Anais de Mato-Grosso, dezeseite hostilidades dos índios, qual a qual mais feroz e sangrenta. No combate de 1726, na monção que de Cuiabá regressava a S. Paulo, os ituenses Miguel

Antunes Maciel e Antonio Antunes Lobo de tal modo se houveram que, no dizer do cronista Barbosa de Sá, mereciam seus nomes "letras de ouro escriptas nas azas da fama". Pelejaram das oito da manhã às duas da tarde, "primeiro com armas de fogo, depois deixadas estas á espada, e perdidos todos os companheiros e remeiros, manterão (sic) elles só a peleja. . . thé que renderão as vidas, deixando sufficiente materia para sabidos elogios". Celebrizaram-se no primeiro encontro do Carandá, em 1733, José Cardoso Pimentel, Maria mulata e um negro, de nome Sebastião, e, no segundo, tres anos após, Manoel Rodrigues do Prado, de Pindamonhangaba, por vulgo Mandú-Assú, por sua corpulência e força, e sua mulher, mulata como ele, que lhe carregava as armas, enquanto ele fazia pontaria.

Cabral Camello, outro cronista primitivo, relata uma viagem normal, que fez em 1727, tendo saído de Sorocaba com quatorze negros e tres canoas, numa frota de 23 embarcações, chegando apenas destas 14, sendo uma dele, e um dos escravos, pois teve de vender dez para pagar dívidas e os mais morreram!

Não eram somente estas as agruras que afligiram os nascentes povoados, senão que outras ainda e maiores, oriundas da própria natureza, quando não das duras extorsões do fisco, simbolizado no ferrenho D. Rodrigo Cesar, de cujo período diz a Crônica "era tudo misérias, queixas e lamentos; a terra falta de mantimentos por falharem as roças, que brotavam os milhos, espigas sem gram algum; as doenças actuaes, os que escapavão destas, não escapavão da fome, assim que tudo era gemer, chorar e morrer". Facil conceber o esforço que representa o enraizamento dos primitivos povoadores de Cuiabá, nômades e aventureiros, como, em geral, o são os mineradores, e deslumbrados constantemente pelos novos descobertos.

Um documento coevo, de subido valor, a informação do Governador Rolim de Moura no pedido de mercês de Antonio de Pinho e Azevedo, fala eloquentemente do que, na linguagem chan e despretençiosa da época, se denominam "as diligencias para conservar a villa de Cuyabá". Azevedo foi o abridor da chamada "estrada de terra" por Vila Boa de Goiaz, em 1736, marcando, dessarte, um novo ciclo da nossa História. Bastaria isso a immortalizar-lhe o nome, si ainda não o aureolasse a ingratidão com que os Poderes públicos corresponderam aos seus serviços. É com o depoimento dos próprios officiais da Câmara das Minas do Cuiabá, que Azevedo comprova "o industrioso meio com que o sup. e veyo a divertir os moradores das ditas Minas q' intentavão desertar dellas pela pouca conveniencia que nellas experimentavão, tanto por falta de ouro como de mantimentos". Esse meio foi comprar-lhes "varias moradas de casa que

seus donos pretendião arruinar pellas não deixarem, a mayor pte das quaes deu gratuitamente a m.tos p.^a nellas habitarem” e construir “um grandioso Engenho com duas casas de sobrado” e ainda mais segurou o povo “com hum serviço q’ na mesma V.^a de Cuyabá fez p.^a se minerar com agoa assistindo, tambem com 16 escravos seus em companhia de outras pessoas ao serviço q’ fez p.^a se tirar ouro em distância de uma legua das das Minas; e no serviço grde. da Motuca entrou com cinco escravos tudo afim de animar os moradores daquellas Minas a não desertarem dellas”.

Foi nessa escola rude de sacrifícios, que se caldeou essa raça que, numa resistência de dois séculos, esquecida, quasi abandonada do Centro, fez, sosinha, esse magnífico milagre de brasilidade, que é a conquista e a conservação da Mesopotâmia brasileira. Continuemos, porem, a deletrear as crônicas de antanho e veremos que, desde os seus primórdios, Mato Grosso irradiou o sentimento de brasilidade por todos os seus quadrantes, ao Norte, com Rosário, que surgia do primitivo sítio do Quilombo, Diamantino, que no Alto-Paraguai esplendida ao fulgor das suas gemas; a Serra, com a histórica Aldeia-Velha da missão jesuítica e a povoação de S. Ana de Chapada, cercada de ricos engenhos; a oeste, seguindo a grande linha de penetração, Cocaes, berço do Livramento, Beri-Poconé, a antiga S. Pedro Del Rei, Vila Maria e a Capital lendária, Vila-Bela, à margem do Guaporé, a “Cidade do ouro e da ruina” que Taunay celebrou em laudas magistraes. Sentinelas solitárias, bastiões da nacionalidade, nos longes extremos, Casalvasco, Caiçara, o Forte do Príncipe da Beira e, ao sul, Coimbra, o Pão de Açucar, as colônias de Miranda e Dourados, são outros tantos marcos de brasilidade ali erigidos na imensa linha lindeira, sabe Deus a custo de que ingentes sacrifícios!

À relativa calma que se succedeu após as guerras dos Paiaguás, deveria, em breve, seguir-se a luta contra os espanhóis da fronteira, que assinala outra fase de lides demoradas e angustiantes. Em 1771, as crônicas de Cuiabá registam a partida de “gente e mais gente para socorrer a fronteira da Capital” atacada e ameaçada de sítio pelos castelhanos. Segue a companhia de hussares, capitaneada por José Paes Falcão das Neves “que alem da propria despeza chegou a fardar a sua custa e preparar de outras coisas necessarias muitos dos seus soldados, que por pobres o não podião fazer. Pelo rio, seguem quatro companhias, duas de auxiliares e duas de ordenanças e, via terrestre, uma numerosa turma de capitães do matto e o Capitão-mór Vicente Rabello Leite com o resto das ordenanças”.

Si, assim, na defesa da terra comum, o matogrossense se revelou sempre cioso e cheio de um nobre entusiasmo, não menor é o seu

ardor a pród da sua liberdade, revelado em mais dum passo decisivo da sua História. Ensaçou, em 1821, num gesto ousado de brasilidade, o *self-government*, afastando do poder, cerca dum ano antes do grito do Ipiranga, o delegado da Metrópole, Governador Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, derradeiro Capitão-General de Mato-Grosso. Arguindo-o de "concussionario insaciavel, administrador vingativo", o povo de Cuiabá, num movimento de altiva reacção e sem medir as consequências do seu ato de franca rebeldia, substituiu o avido emissário da Coroa por uma Junta Governativa, em que o elemento nacional vinha representado pelo P. José da Silva Guimarães, por André Gaudie Ley e Antonio Navarro de Abreu. A exposição que, nessa ocasião, dirigiram a D. Pedro, vasada em sadios anseios de independência, proclama desassombradamente que "quando um povo luta pelo primeiro dos seus direitos (o da liberdade, o de sêr feliz) raraz vezes he sepultado".

Abre-se a campanha nativista, que vem desfechar nos trágicos acontecimentos da *Rusga*, em 1834, e nos quais, descontados os excessos, quasi inevitaveis em quadra anormal e de paixões desaçadas, se ha de ver, por sem dúvida, a notavel reacção do sentimento nacionalista, duramente oprimido e vilipendiado por longos anos. A "Sociedade dos Zelosos da Independência", verdadeiro club jacobino, atua fortemente para a deflagração da luta, em que cabe saliente papel a João Poupino Caldas, cuiabano, de enorme sonna de prestígio nas massas e figura de extraordinária projecção na política agitada da Província, às primeiras décadas do século passado.

Serenada a procela, com a vinda de Pimenta Bueno para o Governo, entra Mato Grosso a desfrutar um período de relativa calma, em que, todavia, ainda o turbulento espírito nativista se encarna em Manoel Alves Ribeiro, o prestigioso chefe poconeano do partido liberal. Não tarda que a guerra venha enublar os horizontes da Província. Os incidentes do Pão de Açúcar e Dourados, as palavras de advertência do deputado Antonio Corrêa do Couto, na Câmara, de nada valeram para forçar o Governo a melhor dotar a Província de aparelhamento defensivo contra a possivel invasão inimiga. E quando explode, em dezembro de 1864, o estopim que determinaria a campanha de um lustro com o tirânico Lopez, é Mato Grosso a primeira vítima visada pelas hostes paraguaias. Já a própria guerra fora causada pelo aprisionamento do vapor em que viajava o presidente Carneiro de Campos, nomeado para a Província de Mato Grosso.

Segue-se, logo a invasão, por água e por terra, da zona meridional, talada e espezinhada, de forma cruel e deshumana, pelas hostes do ditador de Assunção. É nessa fase tremenda de rudes provações e

inauditos sacrifícios que Mato Grosso teve, mais do que nunca, ensejo de manifestar o seu sentimento de viva brasilidade.

Colhido de surpresa, quasi sem recursos, teve de oferecer a mais decidida resistência ao invasor, vendo grande parte do seu território ocupada, os bens e fazendas depredados, os habitantes prisioneiros e sujeitos a humilhações e maus tratos, durante largo espaço de tempo.

Foi posta à prova, do modo mais cruento, a bravura, a tenacidade do caboclo matogrossense, em lances homéricos que assinalaram, para todo o sempre, a espartana coragem dos nossos voluntários, dignos descendentes dos "Leaes Cuyabanos" da quadra colonial.

Coimbra foi o primeiro baluarte da brasilidade contra os feros invasores, chegando as mulheres a passar as noites fabricando cartuchos, enquanto os pais e esposos, nas muralhas do forte, às ordens do bravo Portocarrero, defendiam, encarniçadamente, o reduto atacado por tropa numerosa e desigual. Somente foi evacuada a praça quando verificada de todo inutil a resistência. Quasi ao mesmo tempo em que caia Corumbá em poder dos paraguaios, uma coluna de cavalaria marchava contra a colônia militar de Dourados, onde Antonio João Ribeiro, só com os seus 16 comandados, inscreveria, com a imolação da própria vida, em lance invulgar, a página do mais puro heroismo da História Militar brasileira.

Ainda agora o General V. Benício da Silva enalteceu, em obra editada pela Biblioteca Militar, a grandeza desse herói, acerca do qual disse, com propriedade, Genserico de Vasconcellos, ser o "exemplo vivo desse Brasil, grande, generoso, descuidado, mas cavalleiro andante de todos os ideaes de Justiça, de belleza e de heroismo". E o Brasil acaba de render pública homenagem aos Heróis matogrossenses, erigindo-lhes em bronze, numa praça da Capital da República, a effigie gloriosa e inesquecível, nesse monumento idealizado pelo civismo de Cordolino de Azevedo e levado a cabo pelo malogrado Antonino de Mattos.

A retomada de Corumbá, feita com elementos exclusivamente nossos, em temerário assalto, notabilizaria o seu comandante Antonio Maria Coelho e o bravo Cunha e Cruz, morto gloriosamente no combate. Os fastos militares desses cinco anos de pugna formidável registam, a cada passo, cenas de heroismo dos voluntários e da Guarda Nacional, empenhados, ao lado do glorioso Exército brasileiro, em reivindicar a honra da Pátria, que os inimigos pretendiam conspurcar.

O combate do Desbarrancado é outro episódio digno de uma epopéia. Às margens desse afluente do Miranda, foi atingida, pela coluna invasora de Resquin, a tropa de cavalaria da Província comandada pelo Tenente-Coronel Dias da Silva e composta de 130 homens

mal montados. Resistindo bravamente ao grosso do Exército inimigo, tendo ao seu lado o capitão Pedro Rufino e o voluntário Gabriel Barbosa, que tombou na luta, conseguiu, recuando, estabelecer guerrilhas e escaramuças que detiveram a marcha dos paraguaios. A retirada da Laguna pôs de manifesto as qualidades extraordinárias do nosso sertanejo, tão bem encarnado no guia Lopes e seus filhos, e bem assim a do Sará, chefiada por Mello, o bravo, que reproduz, em proporções menores, os mesmos heroicos sacrifícios daquela.

E quando os paraguaios, subindo o rio a montante de Corumbá, já retornada, tentaram atacar a flotilha que rumava para a Capital, feriu-se, no Alegre, um decisivo encontro, em que mais uma vez os matogrossenses, com o comandante Costa e Balduino de Aguiar à frente, lograram por em retirada os seus atacantes, cuja superioridade numérica e eficiência bélica eram manifestas. "No meio da dolorosa catastrophe que foi a invasão, só Cuyabá, ficou de pé — diz o General Rondon em sua conferência "Influência de Cuyabá na evolução politica e historica de Matto Grosso" — e só por Cuyabá se não pode dizer que esta parte do territorio nacional deixou de ser, por alguns annos, brasileira".

Não faltou aos lopiztas intenção de avançar sobre a capital matogrossense, mas o denodo dos cuiabanos, assaz conhecido, e a circunstância de achar-se chefiando a defesa da cidade o bravo Leverger, nas colinas de Melgaço, os fizeram dissuadir de semelhante propósito.

Temos na vivandeira do 17, *Ana Mamuda*, um exemplo vivo da dedicação e coragem dessas mulheres do povo, e, na rainha do Puariteré, a negra Tereza, que preferiu a morte a ser reescravizada, quando deram cerco ao "quilombo", um símbolo do amor à liberdade, que existe inato em todos os corações brasileiros.

Não é, porem, só nos campos da luta que se ostentam as características vivazes de brasilidade da gente matogrossense: tambem no árduo e rijo labutar pacífico, nas terríveis investidas contra a força bruta dos elementos, desse meio cósmico tocado do mistério profundo das cousas desconhecidas, no desbravar os sertões e levar às mais impenetráveis regiões o sulco civilizador.

Uma das mais rudes e expressivas manifestações do espírito de brasilidade, de viril e quasi temerária coragem, nô-la deram os "paranistas", assim chamados aqueles que, rompendo as vastas solidões do norte, iam, de rio em rio, até Santarem, a busca de guaraná e castanhas, com que abasteciam Diamantino e Cuiabá.

Prodígio só comparavel ao arrojo dos exploradores primitivos do Guaporé, Manoel Felix de Lima e do Tapajoz, João de Souza Azevedo, essas incursões dos paranistas, que Florence e Bossi des-

crevem com as cores mais impressionantes, dão ao vivo a medida da resistência da nossa raça e do seu absoluto destemor em face das mais ásperas dificuldades. Levava a viagem redonda 5 a 6 meses, atravessando zonas infestadas pelas feras e pelos terríveis tapanhunus, tendo as canoas de fazer varações penosas nas cachoeiras, das quais o "Salto Augusto" era uma das mais temidas.

Não há, entretanto, admirar esses rasgos de valor, em uma gente que Deus parece haver talhado para empresas que tais, predestinando-a, pelas próprias condições ambientes a realizar obras lendárias, como, por exemplo, a que meteu hombros e executou Couto de Magalhães, no seu belo sonho da navegação do Araguaia, levando de Cuiabá ao grande rio lestinio o *Araguai-nerú assú*, através de mais de cem léguas de sertão, e vencendo os mais ingentes embaraços que se lhe antepunham ao ousado plano. Foi a um caboclo dos nossos, o Capitão Gomes, que o presidente confiou a tarefa e ela foi realizada, vencendo uma região somente povoada de selvagens — homens ou animais — atravessando serras híspidas e rios invadeáveis, e dando a prova da bravura e da pertinácia da nossa raça.

Em eras mais recentes, os dramas da conquista dos sertões do norte, pelos *seringueiros* e *poaieiros* oferecem páginas de não menos extraordinária coragem, emparceirando-se, por outro lado, a esse cometimento invulgar, a construção da linha telegráfica do Norte, que imortalizou a Comissão Rondon, a cuja testa se via um cuiabano, do Mimoso. o ínclito General a quem o Brasil deve serviços de grande, inapreciável significação. E si ainda achardes pouco o que aí vai mencionado, lembrar-vos-ei o que tem sido o trabalho hercúleo da expansão civilizadora no Sul, desde os inícios da ocupação de Sant'Ana, em que o mineiro Joaquim Francisco Lopes teve de enfrentar as onças, as sezões, o perigo das cachoeiras, passando dias e dias a mel e jatobá, que era o que encontravam — na faina de "semear posses", germens de futuras povoações, até a fundação de Campo Grande, em que aparece, também, um mineiro, José Antonio Pereira, que, como o seu conterrâneo, vivia de caça, do mel e abóboras, que os gafanhotos respeitavam.

Serviu-lhe de guia um cuiabano, o prático Luiz Pinto Guimarães, ao atravessar, com a família e agregados, num total de 62 pessoas, os sertões do sudeste matogrossense, nos seus rudes *carros mineiros*, rumo a Maracajú, a Canaan do seus sonhos. Acometeu-os, ao transporem o Paranaíba, a *matadeira*, febre maligna, do tipo palúdico, mas o velho caboclo, com a sua imensa fé e a só aplicação de raízes e tisanas, conseguiu salvar os doentes e continuar a sua viagem até as poéticas plagas onde a *Prosa* e o *Segredo* alternam o doce rumorejar de suas águas.

E mais recente, num espetáculo grandioso, já de nossos dias, vemos a expansão do Leste, nos ricos e inesgotáveis garimpos, oferecer um novo aspecto de admirável brasilidade, nesse caldeamento de raças, vindas do Norte e do centro do país, para povoar e fecundar com o seu trabalho o fúlgido Eldorado dos diamantes, que já ostenta primores de civilização nos seus centros urbanos de Poxorêo e Lageado.

Na extrema meridional, Ponta-Porã a Campanário nos apresentam originais aspectos com a sua cultura da erva, integrando à vida matogrossense considerável soma de elementos gauchos e dos países vizinhos, numa obra de assimilação racial pelo trabalho fecundo e produtivo.

A catequese indígena é outro aspecto que não pode ser posto à margem nesta rápida resenha, pois desde as primeiras tentativas, oficialmente levadas a efeito, no Governo Galdino Pimentel, com o bravo sertanista Antonio José Duarte, a que prestou decidida cooperação a Índia Rosa, até o trabalho atual das Missões Salesianas e do serviço de Proteção aos Índios — há uma sequência de heroísmos anônimos e de sacrifícios indescritíveis, colimando a finalidade de trazer ao convívio da grande Pátria comum os nossos irmãos das selvas. As próprias revoluções, em que observadores superficiais têm procurado ver motivos denegridores do nosso carácter, e cujo ciclo parece felizmente encerrado, foram em Mato Grosso, quasi sempre, reivindicações de direitos conspurcados, em justos e humanos anseios de liberdade.

O matogrossense é amigo da lei e respeitador da autoridade, dêz que esta não descambe para o arbítrio e para a violência. A sua fidelidade à disciplina encarna-se nessa figura varonil de Baptista das Neves, o herói diamantinense, que prefere morrer no seu posto a entregar à marujada infrene a nave que a Pátria lhe confiara. Ainda hoje, a história contemporânea de Mato Grosso se pontilha de episódios que delatam na nossa gente esse sentimento de sã brasilidade, formando ao lado daqueles que lutam por que o Brasil conserve a sua individualidade ou, para melhor exprimir com o nosso grande Calógeras, na sua "Formação histórica do Brasil" — essa decisão de "nunca deixarmos de ser o que somos",

E de como os matogrossenses sabem sobrepor os motivos de ordem nacional às próprias conveniências regionais, imolando-se em holocausto ao Brasil, na mais sublime das renúncias, qual a do seu patrimônio territorial, temos flagrante testemunho na cessão, até hoje não compensada, de parte do seu território para que se efetivasse o tratado de Petrópolis, em virtude do qual ficou solucionada a questão do Acre com a República da Bolívia. E, pela palavra do Governo, ao ter conhecimento das cláusulas do acordo que vinha mutilar a sua

integridade territorial, declarou o seu pleno assentimento, visto estar convencido “de que elle satisfazia os elevados interesses nacionaes”.

Meus Senhores:

Eu posso dizer, eu que, a fundo e longamente, tenho vivido com os meus, quanto esse sentimento de brasilidade se impregna nos hábitos, no fraseado, na vida íntima, na organização familiar e do trabalho da nossa boa gente do campo, a que tão bem se aplicam aqueles admiráveis conceitos de Oliveira Vianna em “Minas do lume e do pão”.

É preciso ter conhecido, de perto, esses nossos templos antigos, em que a crença sagrada dos nossos maiores nos dá a impressão segura da unidade racial através dos tempos e como que se objetiva o próprio Passado nos retábulos de ouro velho e nas incrustações de talha, prodígios de arte colonial, ainda não suficientemente apreciados. Mister se faz ter penetrado os velhos solares de antanho, os engenhos solitários da Serra-Acima e as fazendas da beira-rio, que conservam ainda, nos costumes, como no mobiliário, essa alma brasileira que Augusto de Lima Junior acaba de evocar e reviver no seu magistral ensaio sobre a “Capitania do ouro e a arte barroca”. E, principalmente, torna-se necessário ter conversado, auscultando-lhe a alma e o coração, o nosso caboclo, dormindo ao seu lado, nos ranchos de tropeiro, ou nas redes armadas no cerrado, à beira do córregos, sob o manto protetor dos amplos céus silentes e estrelados, embebendo-se da poesia humana do nosso *folk-lore*, ou ouvindo a plangência sentimental das violas e dos cochos, dos ganzás a se alternarem com os pratos nos rústicos siriris e cururús, que fazem o encanto da vida sertaneja. Porque, senhores, não é na orla litorânea, nem no fragor das Metrópoles estonteantes e cosmopolitas, que nós sentimos, fundo e vivo, o Brasil !

É, sim, no trato da gente simples do interior, roceiros e mine-radores, cuja oposta psicologia Joaquim Felício tão bem espelha nas suas “Memórias do Distrito Diamantino”, ou esses tocadores de tropas em que Baptista Pereira viu com justeza “os primitivos engenheiros das nossas estradas” — que vamos lobrigar esses tipos eminentemente “brasileiros” que parecem ressair do fundo de uma paisagem animada de Affonso Arinos ou de Alberto Rangel.

Só assim, no contato diuturno do nosso caipira, “soffredor resignado e sempre confiante”, desse caboclo cuiabauo a quem, no dizer expressivo de V. Corrêa Filho, “competiu a incomparavel

missão historica de fecundar com o seu esforço a terra maravilhosa, com que os seus avós integraram a base physica da nacionalidade", poderemos, com justiça, proclamar, através dos ensinamentos da história e da observação conscienciosa do presente, que é, na magnífica interlândia, que vivem o cerne da nossa raça, a medula da nossa gente e as nossas mais vivas, sadias e pujantes reservas de brasilidade." (*Aplausos*)

Em seguida, o Sr. FERNANDO DE MAGALHÃES, orador official do Instituto, respondeu ao Sr. José de Mesquita.

Antes de ser encerrada a sessão, o Sr. MAX FLEIUSS, secretário perpétuo, justificou a ausência, por motivo de força maior, do Sr. Augusto Tavares de Lyra, e propôs um voto de profundo pesar pela catástrofe, que acaba de ferir o Chile, pedindo que, como intérprete do sentimento do Instituto, o Sr. Presidente telegrafe ao Sr. Embaixador da nobre nação, tradicionalmente amiga do Brasil.

O Sr. MANOEL CICERO declarou aprovada a indicação, dizendo que dará immediata observância ao resolvido pelo Instituto, e transmitiu o seguinte telegrama ao Sr. Felix Nieto del Río:

“Exmo. Embaixador Felix Nieto del Río.

Tenho a honra de communicar a V. Ex. que o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, na sua sessão de hoje, por indicação do Dr. Max Fleiuss, secretario perpetuo, approvou unanimemente a inserção em acta de um voto de pesar á nobre nação de V. Ex. tradicional amiga do Brasil, pela dolorosa catastrophe com que acaba de ser attingida. — *Manoel Cicero*”.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,

2º Secretário.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA (SESSÃO 1.653), EM 23 DE
FEVEREIRO DE 1939

PRESIDÊNCIA DO SR. MANOEL CICERO PEREGRINO DA SILVA

Às 17 horas, abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: Manoel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Max Fleiuss, José Maria Moreira Guimarães, Alexandre Emilio Sommer, José Wanderley de Araujo Pinho, Virgilio Corrêa Filho, Leopoldo Feijó Bittencourt, Braz Hermenegildo do Amaral, Thiers Flemming, Alfredo Nascimento, Caio de Mello Franco, Emilio Fernandes de Souza Docca, Manoel Tavares Cavalcanti e José Mattoso Maia Forte.

O PRESIDENTE convidou o Sr. Tenente-Coronel Luiz Procopio, representante do Sr. Ministro da Guerra, a tomar assento à mesa.

O SECRETÁRIO PERPÉTUO leu a ata da sessão extraordinária realizada a 26 de janeiro último, a qual foi aprovada sem discussão e por unanimidade. Leu depois das "Ephemerides Brasileiras" do Barão do Rio Branco, as relativas à data da sessão.

Abrindo a sessão, o Sr. Presidente disse o seguinte:

"A presente sessão extraordinária tem por objeto render homenagem à memória do Marechal de campo Raymundo José da Cunha Mattos no centésimo aniversário do seu falecimento.

Pouco sobreviveu Cunha Mattos à fundação do Instituto Histórico, da qual foi um dos dois principais fautores. Por ocasião do centenário do Instituto foi aqui devidamente lembrada a sua iniciativa e foram postos em destaque os seus méritos e os seus serviços ao Brasil e inaugurado o seu busto de bronze no Cemitério de São Francisco de Paula, onde repousavam os seus despojos em jazigo perpétuo adquirido pelo Instituto.

Tendo-lhe escrito a biografia, uma das que reuniu em volume recentemente publicado sob o título "Os Fundadores", o Sr. Feijó

Bittencourt, nosso prestante consócio, que tantas vezes tem demonstrado a sua competência e a sua dedicação ao Instituto, estava indicado para ocupar-se, na sessão de hoje, da personalidade ilustre do Marechal Cunha Mattos.

Antes, porem, de dar-lhe a palavra permita-me suggerir seja consignado na ata um voto de profundo pezar pela morte do Sumo Pontífice Pio XI, grande propugnador da causa da paz no mundo, notavel figura a cuja memória todos tributamos, sem distinção de crenças, um preito de admiração, respeito e veneração.

Estou certo de que, considerando aceita a sugestão, interpreto o modo de pensar e de sentir do Instituto Histórico, em cujo nome já tive ocasião de enviar condolências a S. Excia. o Sr. Nuncio Apostólico, Monsenhor Aloisi Masella.

Como significativa homenagem ao vulto excepcional que acaba de desaparecer, peço que guardemos um minuto de silêncio."

(A assistência permaneceu de pé durante um minuto).

CUNHA MATTOS

O Sr. PRESIDENTE deu depois a palavra ao Sr. FEIJÓ BITTENCOURT, que proferiu a seguinte conferência, de todos muito aplaudida:

Quando me honraste, Sr. Presidente, com a indicação para vir hoje a este recinto fazer o elogio do vulto assinalado do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos, pela passagem do primeiro centenário da sua morte, estou a me lembrar de outra comemoração e de outro centenário ocorrido não há bem cinco meses atrás, e esse então deste Instituto. Ora, naquela ocasião, no programa que foi traçado, sabemos todos que se começou por prestar em uma das manhãs daqueles dias, o culto devido aos que vieram de público propor a criação da casa dos historiadores. Dois nomes então subcreviam a indicação, porem o primeiro é que na qualidade de secretário da Sociedade Auxiliadora da Agricultura proclamava de viva voz a necessidade de se fundar um centro de estudos para a cultura da História nacional. Deixo de me referir ao alcance da idéia. Não sei como encarecer o valor daquele ato de benemerência, porem não posso deixar esquecido que ao se evocar o varão do passado, se delineou logo na mente de todos a energia de um perfil de militar para sempre inesquecível. Este perfil, este vulto possa eu hoje neste dia evocar e fazer que reviva entre as recordações deste Instituto !

Senhores, a vida do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos apresenta esta circunstância:

- uma época de turbacões;
- uma attitude impressionante e pessoal;
- uma intelligência sobremaneira significativa.

E esses três elementos a comporem as situações mais expressivas !

Não vou mais longe. Basta que vos evoque o quadro de bravura militar. Sim; é um adolescente que defende a sua bateria. Duas

nações, Portugal e Espanha, tinham reunidos os seus exércitos para se oporem aos soldados mais aguerridos e melhor adestrados do mundo: os soldados de Napoleão. Tudo será improvisações, nervosismo para reagir e não ser subjugado. Nessa situação, aquele moço militar não tira o pé da posição em que se firmou. Passam por ele soldados em retirada enquanto se desenvolve a batalha travada. Mas é um dos únicos a não ceder. Quando se desfogou o território nacional do invasor, o seu feito se tornara conhecido e valeu-lhe o prêmio de uma pensão por toda a vida.

A figura de militar começava a estar assim na imaginação popular.

Entretanto quem era ele. Em uma época em que as grandes carreiras se abriam para o povo, em que o estudo já começava a seleccionar os homens, Raymundo José da Cunha Mattos era uma vocação enérgica que o trouxera, filho de pais modestos, para se matricular na escola de artífices, deixando então a sua vila natal, Faro, onde se esforçou para aprender as primeiras letras.

A sua inclinação para o estudo era notavel em uma época em que tudo se agitava, a ciência, o pensamento humano, e as grandes aspirações. Porem a energia do seu character levava a empresa que ele tomou para si, ao extremo de se tornar primeiramente official da arma mais difficil de manejar na época, pois assim era a artilharia, arma principal da estrategia de Napoleão. Não foi só a cultura militar, que o fascinou. Uma cultura geral como o conhecimento das diversas línguas torna-o o espírito capaz de compreender as idéias que se agitavam.

Porem essa amplitude de visão tem, entretanto, como consequência, tornar a pessoa em uma individualidade distinta, como que o isolando do meio, dos demais homens. De fato Cunha Mattos passou a ser uma figura singular; não um homem do seu meio, porem um espírito crítico acima de todos e de tudo.

Este espírito de argúcia que o emancipa de todos, ele o exerceu cedo, e assim é, que, logo que toma parte, como herói, na defesa de Portugal, critica a direção da guerra, assinala os erros do comando espanhol. Esta sua attitude tem assim expressão austera. De fato é ele homem para viver, só, de si mesmo, na solidão e face a face com a imensidade dos seus pensamentos.

E de fato um cenário condigno se apresentou para que decorresse uma grande fase da vida de Cunha Mattos.

O grande acesso na carreira militar teve ele quando, depois de receber o batismo de fogo, é designado furriel de artilharia de marinha, posto que vai exercer nas ilhas de São Tomé, e ali ficou dezenove anos. É o único a servir. É nomeado auxiliar do governo. Passou a procurador dos Feitos e logo depois a Provedor da Fazenda

e Alfândega. A extensão dos serviços que presta põe a prova a inteligência do soldado. A sua missão como que se desdobra. Porem esse homem destacado para longe de seu país fica assim como que sendo a consciência única e integral da nação que representa, e é solicitado para se conduzir por uma inspiração imprescindível. Não há como comparar a função do militar no país colonizador, com a do pretor romano ! Ambos tiveram que recorrer ao próprio gênio para cumprir a missão social, política, onímota que se lhe atribuía. O cargo era uma escola, um papel político e social, para desenvolver. Cunha Mattos na ilha do Oceano, onde exerceu posto e fez carreira militar, conheceu então o grande confronto das nações no Atlântico, presenciou a aspiração da política inglesa a se desenvolver. Daí lhe veio o que me pareceu devera chamar-se lição do Oceano; uma compreensão exata das competições internacionais, e a insidiosa modalidade que a política toma para iludir.

Porem, antes que essas lições frutificassem na sua inteligência e ele as applicasse, eis que se transfere para o Brasil, onde, com o espírito amadurecido, assume atitudes tão notáveis que distinguem nele uma grande personalidade, cuja significação intelectual preferi assinalar na comemoração a que estamos presentes.

No Brasil, Cunha Mattos encontra algo que é muito complexo, e que ele mesmo precisou de saber analisar.

Há a agitação social. Há a aspiração à independência. Há a reação contra essa agitação. Há a fermentação de ideais subversivos. E a política internacional a intervir nas questões sul-americanas !

É necessário, em primeiro lugar, ter visão aguda para ver nesta confusão de idéias e interesses prestigiados por quem se vale da situação, de maneira inconfessavel: sim; é necessário que se fale dessa maneira, para que saibamos que havia no Brasil daquela época o verdadeiro espírito de perturbação social, o qual não é tão puro, nem tão elevado, nem sempre sincero, neste mundo, onde as intenções vacilosas acodem de toda a parte para se valerem das situações precárias.

Em face da reação com que o governo português respondia às agitações locais (as revoluções), Cunha Mattos, assim que chega ao Brasil, tem ocasião de encontrar, uma vez que vai ao Norte, os revolucionários de 1817, presos para serem condenados à morte, e executados.

Extranhou aquele terror em reagir, e a maneira de proceder exterminando o mal pela devastação. Impressionou-lhe o espetáculo, e então é ele a chamar e a se dirigir ao governo para dizer: "*Se S. M. não se compadece deste povo ficará immensa gente perdida*".

A reação extrema é que lhe parecia desnecessária, e, então, talvez uma das consequências daquele estado de coisas, um fruto do geral terrorismo, do qual a pessoa se não devia contagiar. Aconselhar como aconselhou, era não receiar a situação ameaçadora. Desta única maneira, é que se pode interpretar a atitude de Cunha Mattos daquela ocasião.

Outra vez que o vemos é então a braços com a agitação que reinava, na província de Goiaz, por ocasião da independência. Nomeado para o comando das armas, encontra a desorganização e a confusão geral.

Os elementos militares, alheios do exército e a se imiscuirem na política.

A província agitada pelo flagelo da época: as idéias revolucionárias.

A questão social, abandonada pelo governo.

A maneira social, abandonada pelo governo.

A maneira que ele usou para resolver a crise, diz sobremaneira a respeito do seu caracter.

A desorganização militar leva-o a chamar os militares às fileiras, a punir, a prender os que se não mostram atentos e pressurosos no cumprimento dos regulamentos. É ele então, no exército, um disciplinador. Não admite por sua vez que a fundação militar fosse exercida sinão pelo exército; e caracteriza assim a significação desse órgão.

Porem, em face da agitação social provocada pelo jornalismo, que ele critica como sendo de extremado e revolucionário, faz espalhar editais afastando do espírito público a confusão e esclarecendo-o no que era o governo imperial. Imediatamente se torna em um paladino da educação e ilustração. Quero crer que o terreno ganho pela revolução estava a lhe parecer campo abandonado à ignorância. E esta é, pois, uma das feições da inteligência de Cunha Mattos: afirmar que *toda estado social se mantem uma vez assente em um espírito público esclarecido*. É a fé na ilustração, na inteligência, como fator social!

E ainda, em Goiaz, prossegue neste caminho da regeneração social pelo esclarecimento do espírito do homem, e submete os índios cano-ciros, verdadeiros flagelos da civilização, á custa da qual passaram a viver pelo assalto, pelo furto, pela prática do banditismo.

Tal papel teve ele em Goiaz que o elegeram deputado.

No parlamento a sua attitude, a sua maneira excepcional de se pronunciar em face dos acontecimentos revelam, mais uma vez, a sua inteligência singular. Ele ainda referiu, dessa vez, a glória de ser um atilado espírito critico, á conveniência do político. A coragem que teve empregou-a toda neste sentido !

A confusão social (digamos de passagem) encobria naquele tempo interesses ingleses, isto é, interesses comerciais em luta com a indústria brasileira incipiente.

A análise da situação feita por Cunha Mattos é minuciosa, é notável. Mostra a decadência e desproteção em que caía a produção industrial do Brasil.

A essa asserção contra o livre câmbio (aliás teoria inglesa e de interesses da Inglaterra, na ocasião merece ficar famosa. Ele é que despreza, assevera indignado) “as Economias Políticas que deram com os commerciantes brasileiros em vasa-barris”. Depois lembra a palavra de Pedro I, assim que desembarcou, depois de deixar a bordo D. João VI de partida rumo à Europa: — “Estão acabados todos os roubos; vai o governo tomar medidas para que os arsenaes sejam abastecidos com os generos do Brasil”. E, entretanto, advertia que a indústria brasileira estava desamparada !

A questão do tráfego e a interferência da Inglaterra para que cessasse o comércio de escravos estava eivada da mesma insídia.

Cunha Mattos aponta de fato o interesse inglês em fazê-lo. Mostra que a conduta daquele povo na África não condizia com a sua filantropia proclamada.

Esta sinceridade, este desassombro de opinião, Cunha Mattos exerceu-os enquanto Pedro I reinava no Brasil. Mas, retirando-se o Imperador em busca da Europa, depois de abdicar do trono, Cunha Mattos, que viaja por aquela parte do mundo, como que presenciou a campanha constitucionalista levada avante pelo ex-monarca do Brasil. Estava ele no Porto quando entraram na cidade as forças do Duque de Bragança. O que viu narrou nas suas “Memórias”, que começam pela célebre advertência aos brasileiros: *de que são espelho em que se refletem todos os males da guerra civil !* E conjurada a luta, é com o espírito confrangido que volta à América, onde logo encontra a notícia de tentativa de restauração e volta de Pedro I: quer dizer, a perspectiva de guerra.

Mas, senhores, emancipado pelo espírito crítico que o afastava de todas as situações, chegou dessa vez ao Rio de Janeiro para presenciar o que me parece ter sido *uma conspiração humilde*, no seio de uma revolução a cada passo refreída.

De fato Pedro I confundiu o espírito revolucionário entregando-lhe o país, afim de que ele se houvesse com as dificuldades políticas. Surpresos, sem se entenderem muito bem, os elementos agitadores, estarão no dia seguinte a enganar uns aos outros. É a *journée de dupes* que proclamou Ottoni; e o dia de todos pregarem uns aos outros a sua partida, como evocou Nabuco. O exército não faz boa liga com

a política; os *moderados* deixam os *exaltados* no caminho e prosseguem para fazer revolução, conclue Nabuco, não servem para governar.

Porem a necessidade de manter a ordem, é que faz pensar em nomes, e não em política.

Surge logo dessa necessidade aquela sotaína que avulta na História, impressionante pela sua energia.

Porem é grande homem para poucos dias, tais as exigências que vai fazendo: um contrato *sui generis* (para que lhe conferissem poderes excepcionais); um golpe de Estado que não foi dado. Porem a sua retirada do governo, arrebatado pelo seu temperamento e vontade irredutível, dá novo rumo aos acontecimentos.

Ficavam entretanto de pé: a ameaça, a situação que perdurou, pensando-se na volta ao passado, ao reinado de Pedro I; e também a situação política vigente, a ordem periclitante, que era necessário manter.

Manter essa ordem era a herança que Feijó deixava para os que viessem depois dele; e sucedeu mais tarde aquele, de quem todos haviam de se lembrar para prosseguir maneirado na obra de quem foi capaz de, como padre, se rebelar contra os preceitos da igreja, mostrando, entretanto, ter mão de ferro para repelir a desordem social.

Foi com discreção que Aureliano de Souza Coutinho aceitou o posto. E não sei eu se mais do que devia fazer ilaqueou a ação de José Bonifácio, homem da confiança de Pedro I, e então tutor de Pedro II, criança indefesa. Acusam o Andrada de agitar a situação já de si grave. Dizem que ele reunira certo dia pessoas no Paço alegando que tentaram raptar o princepezinho sob sua guarda; entretanto, ao mesmo tempo, acusam-no de subreção preparar a agitação e a volta do primeiro imperador. Ele é então apontado de público no meio do movimento desusado da gente que acolheu, de íato, sem se saber porquê, ao Paço.

Aureliano é o mais sagaz dos políticos afim de preparar as situações. Pune os juizes de paz que acodiram ao palácio prestando-se à trama, e socega; e acha graça na conspiração.

Há, dias depois, distúrbio, porque, por ocasião dos festejos de aniversário do Imperador menino, expõem um retrato que dizem ser de Pedro I, para muitos, o desejado. Dessa vez o espírito solerte do futuro Visconde de Sepetiba dirige-se ao público e proclama solene que manteria ordem. Sim, diz ele, estava perturbada! Que confiassem na energia do governo, destitue José Bonifácio do cargo de tutor.

Esta destituição é o ato mais ousado durante aquelas ocorrências.

José Bonifacio, quando lhe vêm a primeira vez à presença para retirá-lo do Paço, responde com a altivez e sarcasmo andradino. Ora, as ocorrências se deram como narra o *Jornal do Comércio*:

Desde os últimos acontecimentos dos dias 5 e 6 do corrente (dezembro), não se falava nesta cidade em cousa senão na suspensão do tutor de Sua Majestade Imperial e de Suas Augustas Irmãs, o Exmo. Sr. José Bonifacio de Andrada e Silva. Porem, como se vê pelos decretos abaixo transcritos, essa medida, que nas circunstâncias atuais o Governo julgou conveniente tomar para firmar a tranquillidade pública, não teve a sanção da Regência senão sabado, 14 do corrente, e ficou para ser posta em execução no dia seguinte. Em consequência disto, no domingo, às 9 horas da manhã, uma comissão de dez juizes de paz desta cidade dirigiu-se ao palácio de São Cristovão e intimou ao Exmo. Sr. José Bonifacio a resolução da Regência, para que houvesse de fazer immediatamente a entrega do seu cargo ao sucessor que lhe fora nomeado. Porem o Sr. José Bonifacio declarou que não reconhecia nos Srs. juizes de paz nem autoridade nem título, para se incumbirem de semelhante intimação, e protestou não querer demittir-se do seu emprego salvo a ser obrigado pela força. Apenas soube a Regência dessa resolução, nomeou logo outra comissão composta dos Srs. Brigadeiro Cunha Mattos e Lima e Silva, os quaes, acompanhados pelo novo tutor, o Marquês de Itanhaem, foram ao palácio de São Cristovão e em nome da Regência repetiram a intimação dos juizes de paz. Dessa vez o Sr. José Bonifacio não opôs resistência alguma, e o Sr. Marquês tomou pacífica posse da tutoria, sendo immediatamente reconhecido como tal por todos os criados do Paço. Ao depois a nova comissão apresentou-se a Sua Majestade o Imperador, e o Brigadeiro Cunha Mattos recitou o discurso seguinte:

"Senhor. A Regencia em nome de Vossa Majestade Imperial, encarregou-nos a honrosa commissão de supplicarmos a V. M. que se digne aceder aos seus votos e aos fervorosos desejos dos leaes habitantes da cidade do Rio de Janeiro, que se reputarão muito felizes se V. M. I. quizer ter a sua residencia por algum tempo nos Paços da cidade. Os brasileiros, que na pessoa Augusta de Vossa Majestade Imperial têm o penhor mais nobre das venturas a que aspiram, não podiam collocar o throno excelso de V. M. I. em pedestaes mais vigorosos e mais constantes do que os seus corações tão sensiveis como patrioticos, V. M. imperando sobre uma nação generosa, encontrará em toda ella subditos fieis, que não poupem vidas e fazendas para conservarem a existencia gloriosa de V. M. I.

Ninguém, Senhor, respeita mais a Augusta pessoa de V. M. I. do que a Regencia e os leaes moradores do Rio de Janeiro. Eu, tendo a honra de ser órgão da Regencia, constituo-me órgão do povo, e por isso com o mais profundo acatamento, supplico a V. M. I. que se digne aceitar e anuir aos votos da mesma Regencia e aos desejos dos fieis subditos de V. M. I. moradores do Rio de Janeiro, estabelecendo por algum tempo a sua residencia nos Paços da cidade”.

Este convite feito a Sua Majestade o Imperador e suas Augustas Irmãs foi mui graciosamente atendido, diz o Jornal. Porem havia ali duas figuras de militares: Lima e Silva, nome com tradição; e Cunha Mattos figura destacada a quem coube o papel por assim dizer de prestigiar o Monarca. A fama da personalidade que dirige a palavra a Pedro II dá a ver a intenção respeitosa dos que lhe exoneraram o tutor. Pouco importa que muitos falassem da afoiteza com que talvez os beaguins de policia entraram naquele momento portas a dentro do Paço, devassando as alcovas recônditas.

* * *

Esta intervenção de Cunha Mattos a favor da ordem a ser mantida (sim, porque esta era a situação que lhe pareceu conveniente) não agiu.

Apoiar o grupo de Aureliano era se declarar partidário de uma orientação incipiente, nova, que poderia ter por si apenas a crença no futuro. Era achar que o novo rumo convinha ao país. Mas, expulso Bonifacio, um grupo de poucas figuras se instalou no Paço, afim de manter o império com Pedro II, uma criança com o espírito por formar. A situação foi tão estranha que o diplomata francês Conde de Ney não deixa de classificar o acontecimento, em face das circunstâncias especiais: “revolution de Palais”, — revolução de palácio !

Desta vez Cunha Mattos seguiu o singular desfecho dos acontecimentos, e no dia seguinte estava ele com os áulicos no *club da Joana*. Sim; Aureliano nomeara Paulo Barbosa, mordomo do Paço; fizera Itanhaen tutor do monarca. Porem a casa do mordomo foi o refúgio, o cenáculo de todos, quando desceram do poder. Ali se reuniam; ali confabulavam. Ora, o povo chamava club da Joana aos bons amigos do Paço, pois junto à casa do mordomo corria a água poluida do riacho, que inspirava o apelido em menoscabo dos palacianos.

Esses entretanto aparecem de público fundando o Instituto Histórico: o ato não podia ser mais louvavel.

Mas pelo apoio que Cunha Mattos lhes deu em tempo ainda é figura principal entre esses cortesãos.

Desse grupo, da sua ação pública, surgiu o Instituto.

Senhores, essa modalidade política dos acontecimentos tem o sabor da época, e revelam a verdadeira psicologia dos caracteres do passado.

Porem Cunha Mattos é um espírito singular. A situação que ele encontra, serve para dar curso à sua inteligência sobremaneira original.

Fundado esse Instituto, digamos que eram três os nomes dos que reconheceram uma instituição para se escrever a História. Cada qual apresentou em tempo a sua sugestão. O primeiro (José Feliciano Fernandes Pinheiro) recomendava que se coligisse a documentação e que se obtivesse cópia do que havia em Portugal; e Varnhagem foi o primeiro a fazê-lo. Além disso, encarecia aquele o espírito filosófico da História em termos que ainda ninguém conseguiu realizar. Era ele um historiador de renome, que não podia deixar que passasse o momento sem que aconselhasse com a sua experiência de escritor, e falasse com o seu espírito de erudito versado nas grandes idéias da época.

Falou em segundo lugar Januario da Cunha Barbosa, exalçando com a pompa da sua linguagem de grande orador sacro, a criação desse Instituto como fato decorrente da Independência do Brasil: o que equivale a dizer, a História encerra um pensamento que tem unidade própria e se firma com a idéia de nacionalidade.

O terceiro particularizou mais o que dizia, e talvez tenha sido o mais original. A história do Brasil, assevera ele, deve começar pelo histórico das diversas localidades. Cada qual teve pois vida própria. No Brasil houve regiões diferentes. E sabemos nós que a nação é sempre a adaptação recíproca de diversas formas de viver diferentes. É então praticar o espírito de análise e decompor as épocas e localidades nos seus aspectos característicos, e não mais encetar narrativas simples, seguida à guiza dos velhos anais. Senhores, na época, esta asserção era uma originalidade, uma audácia de pensamento. Quem teve coragem de romper com a tradição de conceber a História como um todo, para decompô-la numa pluralidade de questões distintas, de monografias, de análises parciais, sim, tal qual os românticos, com o seu espírito fixo, tal qual um Michelet, um Guizot, conceberam-na para assunto das suas penas de historiadores, — foi esse espírito estranho, audacioso, original, impetuoso, que há cem anos, isto é, no dia 23 de fevereiro de 1839, deixou de existir.

Senhores, à posteridade compete recordar os grandes nomes, rever as grandes datas, mas principalmente tirar do olvido os grandes

pensamentos imortais e isto então para nos ilustrarmos neles. Quisera eu que revivesse nas minhas palavras a instituição daquele cuja memória reverenciámos, e cujo pensamento através de uma existência dispersiva pela pluralidade de aspectos que teve, ainda é objeto para nossa meditação e admiração, que vimos aqui proclamar. É a flama do seu espírito que eu quisera fazer luzir aqui entre nós; e apenas isso, senhores, para o seu gáudio, a minha ufania, e para assinalar alguém notavel na tradição dos estudos históricos, que, nesta tribuna, Joaquim Nabuco, ao fazer o elogio de Pereira da Silva, Couto de Magalhães, João Mendes de Almeida, Garcez Palha, Padre Belarmino de Souza, tanto souberam discernir para glória e celebridade desta casa. *(Aplausos)*.

Ao terminar o Sr. Feijó Bittencourt a sua conferência, pediu a palavra o Sr. Raphael Augusto da Cunha Mattos, que da bancada da assistência proferiu algumas palavras, agradecendo a homenagem prestada pelo Instituto ao seu notavel antepassado.

Levantou-se a sessão às 18 horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,

2º Secretário.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, EM 14 DE
ABRIL DE 1939 (SESSÃO 1.654)

PRESIDÊNCIA DO SR. MANOEL CICERO PEREGRINO DA SILVA

Às 16 horas, na SALA VARNHAGEN, abriu-se a sessão de assembléia geral extraordinária, com a presença dos seguintes sócios:

Srs. Manoel Cicero, Max Fleiuss, Virgílio Corrêa Filho, Francisco Radler de Aquino, Augusto Tavares de Lyra, Afranio de Mello Franco, Basilio de Magalhães, Leopoldo Feijó Bittencourt, Gago Coutinho, Alfredo Ferreira Lage, Martinho Nobre de Mello, Rodrigo Octavio Filho, Alexandre Sommier, Raul Tavares, José Wanderley de Araujo Pinho, José Maria Moreira Guimarães, Ataulpho de Paiva, Caio de Mello Franco, Manuel Tavares Cavalcanti, Braz do Amaral, Octavio Tarquinio de Souza, Rodolpho Garcia, Gustavo Barroso, Elmano Cardim, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Francisco José Pinto e Bernardino José de Souza.

O SR. MANOEL CICERO (*Presidente*) declarou que a assembléia geral extraordinária fora convocada para tomar conhecimento da seguinte proposta:

Propomos:

a) que seja elevado a sócio grande benemérito o benemérito Ministro Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, atual 2.º Vice-Presidente, que pertence ao Instituto desde 26 de Outubro de 1900, tendo sempre exercido cargos nas Comissões Permanentes;

b) que sejam elevados a beneméritos os sócios efetivos Embaixador José Carlos de Macedo Soares, atual 3º Vice-Presidente; General José Maria Moreira Guimarães e Coronel Emilio Fernandes de Sousa Docca, eleitos todos a 6 de Agosto de 1921, e os correspondentes Arcebispo D. Francisco Aquino Corrêa, eleito a 10 de Julho de 1926 e D. Ricardo Levene, admitido em 1 de Outubro de 1928;

c) que tenham admissão na classe de correspondentes os Srs. Cecílio Báez, Luiz Norton de Mattos, Roberto Simonsen, Jorge Hurley e Padre Serafim Leite, que ofereceram ao Instituto importantes trabalhos de sua lavra;

d) e na de honorários os Srs. Julio Dantas, J. Honorio Silgueira, General Candido Marianno da Silva Rondon, Ministro Dr. Hermenegildo de Barros, General Augusto Tasso Fragoso, Tobias do Rego Monteiro, Clarence Henry Haring e Nels Andrew Nelson Cleven.

Rio de Janeiro, 26 de Janeiro de 1939. — *Max Fleiuss*. — *Augusto Tavares de Lyra*. — *F. J. de Oliveira Vianna*. — *José de Mesquita*. — *Braz do Amaral*. — *Bernardino José de Sousa*. — *Virgílio Corrêa Filho*. — *Alexandre Sommer*. — *Raul Tavares*. — *Alfredo Ferreira Lage*. — *José Mattoso Maia Forte*. — *M. Tavares Cavalcanti*. — *Thiers Fleming*. — *Alfredo Nascimento*. — *José Wanderley de Araujo Pinho*. — *Arthur Cezar Ferreira Reis*. — *Leopoldo Feijó Bittencourt*. — *Herbert Canabarro Reichardt*. — *Basilio de Magalhães*. — *Pedro Calmon*. — *Vieira Ferreira*.

O Sr. SECRETÁRIO PERPÉTUO leu depois o seguinte parecer da Comissão de Admissão de Sócios, pedindo ao Sr. Presidente que consultasse a assembléia sobre a dispensa do interstício para ser o parecer votado imediatamente.

— “A Comissão de Admissão de Sócios só tem palavras de aplausos para a proposta que indica a elevação a sócio grande benemérito do sócio benemérito Ministro Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, atual 2º Vice-Presidente do Instituto e que faz parte da nossa associação desde Outubro de 1900.

Igualmente com relação a serem elevados a beneméritos os efetivos Embaixador José Carlos de Macedo Soares, nosso 3º Vice-Presidente; General José Maria Moreira Guimarães, Coronel Emilio Fernandes de Sousa Docca, os quais contam 18 anos de estágio e bem assim os sócios correspondentes D. Francisco de Aquino Corrêa e Ricardo Levene, que teem mais de 10 anos no mesmo cargo.

A Comissão aplaude também a eleição para a classe dos honorários dos Srs. Julio Dantas, José Honorio Silgueira, Generais Candido Marianno da Silva Rondon e Augusto Tasso Fragoso, Ministro Dr. Hermenegildo de Barros, Tobias do Rego Monteiro, Professores Clarence Henry Haring, Nels Andrew Nelson Cleven.

São nomes que, pelas obras publicadas e posição social que ocupam, merecem fazer parte do Instituto, ao qual, sem dúvida, prestarão todo o concurso.

Rio de Janeiro, 13 de Abril de 1939. — Dr. *Alfredo Nascimento*, relator. — *A. Tavares de Lyra*. — *Braz do Amaral*.

O SR. PRESIDENTE declarou que a parte relativa à elevação a sócios grande benemérito e a beneméritos podia ser feita por aclamação, mas para a relativa aos honorários era, nos termos dos estatutos, indispensável a votação por escrutínio secreto.

Consultada a assembléia, resolveu esta dispensar o interstício. Quanto à elevação a grande benemérito e beneméritos, foi aprovada por aclamação o respectivo parecer.

Quanto aos sócios honorários, procedeu-se ao escrutínio secreto, sendo eleitos unanimemente os constantes do parecer.

O SR. PRESIDENTE, ato contínuo, fez as proclamações:

Logo depois o SR. SECRETÁRIO PERPÉTUO leu o seguinte parecer:

— A Comissão abaixo assinada examinou com a devida atenção a proposta dos nomes dos Srs. Cecilio Báez, Luiz Norton de Mattos, Roberto Simonsen, Jorge Hurley e Padre Seraphim Leite para o quadro de sócios correspondentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O Sr. Cecilio Báez — que já presidiu aos destinos da sua terra natal, onde goza de grande e merecido prestígio político — é autor de diversos trabalhos sobre sociologia, direito, finanças e história.

Foi nesta última que se estreou com “Resumen de la historia del Paraguay, desde la época de la conquista hasta el año 1880” (Asunción, 1910), tendo publicado depois a sua excelente e desenvolvida “Historia diplomática del Paraguay” (em dois volumes, Asunción, 1931-1932).

Ao Sr. Luiz Norton de Mattos deve a nossa língua o aplaudido trabalho “A corte de Portugal no Brasil” (1938), vol. 124 da coleção “Brasiliana” da Companhia Editora Nacional de São Paulo. Nesse livro aparecem, pela primeira vez, alguns documentos de natureza íntima, sobremaneira esclarecedora do importante período, tão bem denominado por Sylvio Romero de “inversão brasileira”.

O Sr. Roberto Simonsen — que tomou parte no congresso do centenário deste benemérito grêmio — prestou valiosíssimo serviço aos estudiosos da evolução da nossa pátria, com a publicação, em 1937 (volumes 100 e 100-A da referida “Brasiliana”), da sua magnífica “História econômica do Brasil — 1500-1820”.

O Sr. Jorge Hurley — presidente do Instituto Histórico do Pará — é autor de alguns bem redigidos trabalhos, versando sobre

a arqueologia, a etnografia e as tradições da vasta região do nosso rio-mar. Devem-se-lhe, além de outras publicações, as seguintes: "Prehistória americana", "Amazônia ciclópica", "Itarana" e "Cabanagem".

O Revmo. Sr. Padre Seraphim Leite, finalmente, acaba de enriquecer o precioso escrínio da nossa literatura com a sua monumental "História da Companhia de Jesus no Brasil" (2 volumes, 1938). Esse substancioso estudo do erudito sacerdote vem confirmar a asserção do grande e indeslebrável mestre Capistrano de Abreu — de que não era possível escrever-se a história do Brasil sem que primeiramente se conhecesse bem a história dos jesuitas em nossa pátria.

Pelas razões acima expostas, a comissão abaixo assinada é de parecer que os já consagrados nomes dos Srs. Cecílio Báez, Luiz Norton de Mattos, Roberto Simonsen, Jorge Hurley e Padre Seraphim Leite honrarão o quadro social, para o qual acabam, em boa hora, de ser propostos, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sala das Comissões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 12 de Abril de 1939. — A Comissão: *Basilio de Magalhães*, relator. — *Max Fleiuss*. — *Herbert Canabarro Reichardt*.

O parecer será votado na próxima sessão e depois enviado à Comissão de Admissão de Sócios, sendo relator o Sr. Braz do Amaral.

Logo depois, o Sr. ALFREDO LAGE apresentou a seguinte proposta, que foi aprovada:

"O Senador do Império Firmino Rodrigues Silva foi uma das figuras mais nobres e de mais alta expressão do cenário político do Segundo Reinado.

O papel que teve em diversos acontecimentos culminantes da nacionalidade e a influência que exerceu no país davam-lhe direitos à mais ampla notoriedade.

O injusto esquecimento em que ficou a sua memória, como a de muitos outros homens públicos daquela época, vem tendo uma reparação merecida, no interesse do estudo de nossa história e a biografia dos estadistas da Monarquia está despertando investigações no espírito dos escritores novos.

O Senador Firmino, como era mais conhecido, exerceu diversos cargos relevantes.

Foi magistrado, parlamentar, jornalista e poeta. Em todas essas atividades espirituais seu nome cobriu-se de louros.

Além de parlamentar brilhante foi também magistrado ilustre, tendo-se aposentado como ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Embora fluminense de nascimento, fez toda a sua carreira politica em Minas Gerais e como juiz passou a maior parte de sua existência na mesma Província. Seus méritos de jornalista grangearam-lhe justa fama e teve por isso sob sua direção alguns dos mais prestigiosos órgãos da imprensa daquelle tempo.

Como poeta seu nome está consagrado pelas antologias, que o consideram um dos mais inspirados vates brasileiros.

Para nós do Instituto Histórico tem, porem, outro título, alem desses que o tornam de nossa particular atenção: o Senador Firmino Rodrigues Silva fez parte desta casa, eleito sócio correspondente em 1839.

Nos arquivos do Museu Mariano Procopio está o seu título de sócio do Instituto. Outro documento de alto valor encontra-se, igualmente, naqueles arquivos: a carta do Visconde de São Leopoldo, nosso primeiro Presidente-Perpétuo, convidando o joven escritor para fazer parte deste cenáculo.

O Governador do Estado de Minas, conhecendo os serviços prestados pelo illustre brasileiro, ao país e particularmente àquella Província, acaba de dar o nome de Senador Firmino a um dos Municípios recentemente criados naquelle Estado. Inúmeras foram as manifestações que esse ato de justiça despertou.

Penso que o Instituto Histórico não deve ficar indifferente à essa iniciativa, que veio honrar a memória de um seu antigo sócio. E, por isso, proponho que se officie ao Sr. Dr. Benedicto Valladares, aplaudindo a sua decisão e congratulando-se pela justa deliberação do seu governo.

O ato do Chefe do Executivo mineiro não tem uma significação isolada, porquanto outros vultos históricos receberam na mesma ocasião igual homenagem.

Rio de Janeiro, 14 de Abril de 1939. — *Alfredo Ferreira Lage*. — *Max Fleiuss*. — *Virgilio Corrêa Filho*. — *Basilio de Magalhães*. — *Wanderley Pinho*.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. PRESIDENTE declarou encerrados os trabalhos da assembléia geral extraordinária.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,

2º Secretário.

PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA (SESSÃO 1.655), EM 14
DE ABRIL DE 1939

PRESIDÊNCIA DO SR. MANOEL CICERO PEREGRINO DA SILVA

Às 17 horas, no salão nobre de sessões, abriu-se a sessão, presentes os mesmos sócios que compareceram à sessão de assembléia geral extraordinária.

No expediente da sessão foi lido o seguinte parecer da Comissão de Fundos e Orçamento, o qual foi unanimemente aprovado sem discussão.

“A Comissão de Fundos e Orçamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro examinou o balanço da Receita e Despesa do mesmo Instituto, relativo ao ano de 1938, bem como todos os documentos que o instruíram, achando tudo em completa ordem. Entende, por isso, que deve ser aprovado o referido balanço, com um voto de louvor ao digno Sr. Tesoureiro, Capitão de Mar e Guerra Radler de Aquino.

Rio de Janeiro, 12 de Abril de 1939. — *Rodrigo Octavio*, relator. — *Oliveira Vianna*. — *Alfredo Ferreira Lage*.

O Sr. MANOEL CICERO (*presidente*) disse, ato contínuo, o seguinte:

“Na primeira das suas sessões ordinárias do corrente ano, prossegue o Instituto Histórico no desempenho da missão que se impôs de celebrar o “Dia da América”, consagrado à concórdia e à confraternidade dos povos deste hemisfério.

A data de 14 de Abril, que, como se sabe, é a da resolução de que há 49 anos resultou a criação da União Panamericana, simboliza, desde que foi fixada, em 1930, a solidariedade, a mútua compreensão e a fraternal amizade que hão de sempre prevalecer nas relações internacionais americanas.

Instituído por sugestão do então embaixador do Brasil em Washington, Silvino Gurgel do Amaral, o "Dia Panamericano" é, por mais esse motivo, um dia brasileiro.

Na hora que passa, de graves apreensões para o mundo, que vê periclitante a paz, a celebração do "Dia da América" vale por solene reafirmação de fé inabalável no ideal panamericano de harmonia, de cooperação e de paz entre as nações do continente.

Ao Ministro Caio de Mello Franco, sócio efetivo do Instituto, cabe desta vez dissertar sobre a grande efeméride, com a elevação e a competência que são de esperar da sua inteligência brilhante e da sua ampla cultura, tantas vezes comprovada nos vários postos da carreira em que ele se tem distinguido e com trabalhos históricos e literários de indiscutível valor.

Secretário da Delegação Brasileira junto à Liga das Nações, encarregado de negócios em Paris, na Haia e em Londres, delegado do Brasil à Conferência de Cooperação Intelectual em Veneza, e à Conferência Internacional do Trabalho Social, em Londres, conselheiro de embaixada, ministro plenipotenciário, diretor da Divisão do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores, o Dr. Caio de Mello Franco apresenta uma folha de serviços que lhe fazem honra.

O Instituto Histórico agradece a S. Ex. o seu assentimento ao convite que lhe dirigiu. (*Palmas.*)

O DIA DA AMÉRICA

O SR. CAIO DE MELLO FRANCO realizou depois a seguinte conferência sobre o DIA DA AMÉRICA :

“Senhores Embaixadores, Senhores Ministros e Encarregados de Negócios, Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Senhor Representante de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Minhas Senhoras e meus Senhores:

Cumprindo as ordens que me foram dadas pelo nosso douto Presidente, aquí me tendes — Senhores — pronto a discorrer sobre a data de hoje. O simples enunciado dos nomes que me precederam nesta tribuna logo vos convencerá quão desproporcionada foi, este ano, a escolha do conferencista.

Mas há de ser que, de certo, desejou o nosso Presidente dar a palavra a um brasileiro que tão longamente andou por terras alheias, a um sócio desta veneranda e ilustre corporação, cujo mérito único consiste em ter vivido tão longos anos com o pensamento e o coração voltados para cá. Em verdade vos digo — as secções brasileiras e americanas das várias bibliotecas, em outras terras, conheceram-no bem. E’ que arrastado andou sempre por este amor entranhado à própria terra, primeiro, ao continente, depois.

Eis por que, talvez, Senhores, as horas de exílio jamais lhe pareceram insuportáveis e ele guardou sempre a impressão que, na fragil medida das suas possibilidades, melhor se preparava para servir o seu país e o seu continente. E nisso foi de sobejo alentado por duas grandes figuras, dois dos maiores nomes deste Instituto, cujo traço encontrou quasi que invariavelmente por onde quer que tenha andado. Aquí e além, nesta ou naquela biblioteca, livraria ou arquivo, os dois grandes nomes o precediam sempre, deixando um rastro claro reconhecível, ora por um traço insistente

de lapis no ângulo de um manuscrito, ora com uma nota rápida, esquecida num livro antigo. E que poderosos espíritos eram aqueles! Ambos vindos da mesma casa, que era a sua — este nobre e silencioso Ministério do Exterior. Já haveis adivinhado quais são eles, os grandes nomes. Sabeis que me refiro a Rio Branco e Oliveira Lima:

Se não fosse despropositada a comparação, dir-vos-ia que os dois numes agora citados, em outras épocas e em outros dias, deveriam ter sentido, mais de uma vez, a mesma emoção que o brasileiro moderno experimentava, divisando, ou no canto de um manuscrito ou nas folhas velhas de um *in-folio*, o traço visível deixado por outro nome, igualmente parte integrante deste Instituto, na irradiação da sua poderosa inteligência, do seu minucioso espírito de pesquisa e que, em épocas mais remotas, pertencera também ao grupo dos servidores do país no estrangeiro: Adolpho de Varnhagen. Assim, mesmo o mais pobre, como era o caso do brasileiro indicado, sentir-se-ia rico de esperanças, tão amplamente bafejado e alentado !

ITAMARATÍ

Perdoai, pois, Senhores, se ao iniciar esta despretenciosa palestra sobre o dia das Américas, palestra antes de compilação, começo por citar a casa de onde venho e à qual tudo devo. E' que ela está intimamente ligada ao dia que comemoramos. Ao seu trabalho silencioso, ao seu patriotismo exemplar, ao seu amor à idéia americana de confraternidade e de paz, muito deve o continente e disso dão testemunhos constantes e repetidos os espíritos mais altos dos outros países continentais.

No ideal panamericano, digamos sem pejo, o Itamaratí representa um farol sempre vigilante, sempre atento aos sinais da borrasca. "Em horas graves para os nossos países continentais, repetia-me um dia um nobre nome deste continente — em horas de confusão, de luta ou de guerra, é habito nosso voltar os olhos para certa casa de onde parte a palavra de justiça e de paz. E mais do que podeis pensar, senhor, em horas tais, com confiança absoluta volvemos para o Itamaratí os nossos olhos". E ao ouvi-lo, sem falsa modéstia, o meu coração respondia que a verdade falava pela sua boca. Quer agora ou antes, em Letícia, no Chaco, nas intrincadas questões de fronteiras, ontem como hoje e provavelmente amanhã, na incorporação de territórios ou na cessão de condomínios, o mesmo espírito altruista, justo e pacífico presidiu os nossos gestos. E a quem devemos ele, sinão à

índole generosa do nosso povo e ao seguimento maravilhoso da política que será, estou certo, qualificada um dia de alta política do Itamarati. Confrontai os gestos e as finalidades dos chefes, dos antigos como dos modernos chanceleres, há como uma identidade, uma continuidade perfeita de ação. E' que foram todos dominados pelas linhas mestras de uma política de confraternidade americana que sempre foi a política do Itamarati.

DIA DA AMÉRICA

Creio, pois, que o douto Presidente desta veneranda instituição, outro intuito não teve, ao indicar-me para vos falar hoje "Dia da América", sinão ouvir a voz, não do menos indicado dos vossos consócios, mas do humilde funcionário da Casa de Rio Branco. Rodrigo Octavio, Manoel Cicero, Pedro Calmon, Basilio Magalhães e Rodrigo Octavio Filho, em 1934, em 1935, em 1936, em 1937 e em 1938, longamente, com o mesmo brilho e a mesma inteligência falaram sobre a data que hoje se celebra — O DIA DA AMÉRICA — aquele que vem sendo comemorado ininterruptamente, por indicação do Conselho Diretor da União Panamericana, na sua sessão de 7 de Maio de 1930, sendo então fixada a data de 14 de Abril, por ser a que, na Primeira Conferência Internacional Americana, reunida em Washington, aprovou-se a criação de uma União Internacional das Repúblicas Americanas.

E já o nosso Presidente, em 1935, vos indicava que o panamericanismo deve a sua origem a um dos mais altos espíritos do continente, a Simón Bolívar, cogitando, no memorial de 1812, de uma confederação americana. E vos leu, então, uma parte da missiva do Libertador ao Diretor Supremo das Províncias Unidas do Rio da Prata, Pueyrredon, a qual termina: "La America así unida, si el cielo nos concede este deseado voto, podrá llamarse la Reina de las Naciones y la Madre de las Republicas." Tal foi a voz de liberdade no continente ao sul. Mas logo após a voz do norte fez-se ouvir, nas palavras de Henry Clay, o famoso Presidente da Câmara dos Representantes, o primeiro a idear a "Liga da Humanidade Livre na América", em que tomassem parte todas as nações, da Baía de Hudson ao cabo Horn e do Atlântico ao Pacífico. Três anos mais tarde e um após a nossa independência, o Presidente James Monroe, em Mensagem de 2 de Dezembro, solenemente declarava que o continente americano não mais poderia ser objeto de colonização de potência européia, embora indicando que os Estados Unidos da América não interviriam nas colônias já

existentes, mas acrescentando que, quanto aos governos cuja independência havia sido reconhecida, ele considerava como hostilidade aos Estados Unidos a intervenção de qualquer potência européia, com o fim de oprimí-los ou dirigí-los.

OS AGENTES BRASILEIROS

E então os nossos Embaixadores, Caldeira Brant, Gameiro Pessoa e os demais, terçavam armas na Europa e defendiam os nossos direitos de nação livre. Já o atilado Canning recebia as primeiras comunicações do teimoso Hippolito e do habil Brant, que de sobre lhe conheciam as tendências liberais, tendências essas que a sua permanência como agente diplomático da Grã-Bretanha em Lisboa não arrefecera, mas antes desenvolvera. Na Europa a luta diplomática prosseguia na preparação do nosso reconhecimento como nação livre. E aí está o Arquivo Diplomático da Independência, essa preciosa coletânea de documentos históricos que as nossas chancelarias guardaram preciosamente até 1922, para testemunhar da sagacidade e dos esforços dos nossos agentes. Enredados longamente estiveram eles na trama dos interesses europeus, lutando com desassombro pelo seu Príncipe. O clima americano, porem, era outro. O próprio ar que se respirava era o ar da liberdade. Por isso, desde 5 de Outubro de 1822, de Filadélfia, podia Gonçalves da Cruz escrever a José Bonifácio: "Os feitos do Príncipe Regente teem adquirido nestes Estados a pública opinião, e eu por efeitos de sentimentos patrióticos, e de gratidão, não cesso de os levar incessantemente ao Grau que eles merecem, com aqueles esforços permitidos ao estado de um homem particular."

JOSÉ BONIFACIO

E, logo, a 17 de Novembro, do mesmo ano de 1822 — pouco mais de um mês depois da proclamação da Independência e possivelmente antes de que qualquer despacho do Rio lhe chegasse às mãos, voltou à carga o futuro Primeiro Consul do Império do Brasil nos Estados Unidos, escrevendo ao mesmo José Bonifácio: "Lembra-me dizer a Vossa Excelência se o Brasil tiver necessidade de vasos de guerra, aquí se pode construir com presteza e comodidade fragatas, brigues, lanchas, canhoneiras, e até mesmo fragata de vapor da última e nova invenção para defesa dos portos e baías, também se pode grangear oficiais de Marinha bons que desempenham o

seu cargo, e dever. Tem-se fabricado em diferentes portos da União fragatas, brigues e canhoneiras para o México e Colômbia e não tem havido objeções alguma pelo Governo destes Estados."

A DOUTRINA DE MONROE

A doutrina de Monroe, pois, não é mais do que a consubstanciação de todas as aspirações continentais na época. Mas foi exclusivamente a nobreza do seu significado que fê-la atravessar intacta mais de um século de vida americana para, em nossos dias, brilhar de toda a sua claridade. Comparai as afirmações de Monroe com as de Cordell Hull, em 1938, em Lima, e verificareis a identidade absoluta de sentimentos. Ali o Secretário de Estado dos Estados Unidos declarou: "Não deve existir sombra de dúvida em parte alguma, sobre a determinação das nações americanas de não permitir a invasão, neste hemisfério, de forças armadas de nenhuma potência ou de nenhuma aliança possível de potências." E é de certo por isso que William Manger, Conselheiro da União Panamericana, assinala que "observados sob este aspecto os resultados da última Conferência Panamericana de Lima, são de uma significação sem precedentes". E, nesta América livre, que, desde 1824, ensaiava a criação de uma doutrina e de um espírito panamericano, cohabitavam fraternalmente exemplares humanos de várias nacionalidades. A Rússia distante — poderosa e selvagem — possuía o Alaska, território que se estendia indefinidamente; a Rússia, esse mesmo Império absoluto, dominador da Santa Aliança e protetor da Espanha, em suas tentativas para subjugar as colônias americanas; por outro lado, a França, inamistosa, dispunha de forte base de operações nas Antilhas e, no próprio Continente, possuía o território da Guiana. Assim, era singular a atitude assumida pela Grã-Bretanha. Aquela nação, animada por vários motivos, não só os do liberalismo e os de simpatia de Canning para com o continente, mas ainda os que lhe viriam das vantagens comerciais a serem usufruídos de uma América livre, adotara uma atitude amistosa para com os revolucionários da América Central e Meridional. Convem assinalar que se encontrava também a Holanda encravada nas Antilhas e em território sul-americano. Tal sendo, uma Conferência de nações americanas na época teria que tolerar, não só o representante dos Países-Baixos, como ainda os embaixadores do Rei da França e do Imperador da Rússia. Entretanto, esta última hipótese de participação européia entre nações do continente seria inadmissível, pois a febre de emancipação que sacudia violentamente os países da América encontrava incentivo na solidez dos Estados

Unidos, com a sua independência assegurada e os princípios de Monroe anunciados. Eram eles os vencedores da guerra colonial de 1812 e 1814 contra a Grã-Bretanha. Encontravam-se ainda fortalecidos pelo Tratado de 22 de Fevereiro de 1819, com Fernando VII, Tratado que lhes entregara as possessões espanholas do Mississipi, que lhes reconhecera os direitos sobre o Oregon e recuara a fronteira do México. Em lugar dos treze Estados da declaração da Independência, de Julho de 1776, a União contava 25 Estados, além de uma extensão territorial duplicada e uma população quasi triplicada.

A doutrina de Monroe nasceu, pois, da certeza do Presidente americano de que a Santa Aliança se propunha “colocar um termo no sistema de governo representativo” e planejava retomar as colônias revoltadas. Mas, na realidade, só em 1826 pôde reunir-se a primeira das Conferências Americanas — que foi o Congresso do Panamá, reunião provocada pela célebre missiva do Libertador, dirigida, na qualidade de Presidente dos Estados Unidos da Colômbia, que compreendiam as atuais Repúblicas da Colômbia, Venezuela e Equador, aos Governos de Buenos Aires, México, Perú e Chile, verdadeira carta-circular, na qual, referindo-se ao Panamá, assinalava com ênfase — “verdadeira capital do mundo, no centro do Globo, face de um lado a Ásia e do outro a África e a Europa”. Não obtem, entretanto, Bolívar, o resultado que esperava. As províncias Unidas do Rio da Prata e o Chile se debatiam com séria crise e não compareceram. Quanto ao Brasil, embora tenha recebido convite, não enviou delegado.

Não cessaram, entretanto, as aspirações americanas de congregar as suas forças dispersas. Assim é que temos os dois Congressos de Lima, o de 1847, com a participação da Bolívia, Chile, Equador e Nova Granada, e o outro de 1877, especialmente convocado para se estudar a unificação das diversas legislações. Nele participaram a Argentina, Bolívia, Chile, Cuba, Equador e, posteriormente, Costa Rica, Guatemala, Uruguai e Venezuela. O Brasil e os Estados Unidos declinaram do convite. Reunido esteve o Congresso até 1880, ano da declaração da guerra do Chile ao Perú, que se reunira à Bolívia na questão das jazidas de nitratos de Antofagasta. Entretanto, como bem assinala Eugène Pépin, em seu interessante livro “Le Panaméricanisme”, fora profícua a Conferência, pois aprovara, além de um Tratado de Direito Internacional Privado, um outro Tratado de Extradicação.

COLABORAÇÃO DO BRASIL

A colaboração ativa do Brasil em conferências americanas começou em 1888, com o seu comparecimento à Conferência de Montevideo, conferência esta que reuniu ainda os delegados da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Perú. Realizou aquela Conferência importantes trabalhos de codificação. Mas é certo que o desejo americano de reunir uma conferência de países americanos era anterior e vinha desde 1830, provocado pela mensagem do Secretário de Estado James G. Blaine, mensagem que repercutia favoravelmente em todos os países do Continente. Entretanto, foi aquela mensagem seguida de outra, em 1882, anunciando que não estando em paz a América “os Estados Unidos não desejavam se apresentar como protetores dos seus vizinhos, nem como árbitros predestinados e necessários nas suas disputas”, isso em virtude da guerra do Pacífico. A Conferência ficava adiada para hora mais propícia.

Sete anos mais tarde, a adiada Conferência reunia-se em Washington a 2 de Outubro de 1889. Foi nosso delegado o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, que, surpreendido pela proclamação da República, renunciou a 27 de Novembro. Viu-se, assim, a Conferência privada de um dos mais belos e lúcidos espíritos da América. Na realidade, foi a Conferência de 1889, tal como nós entendemos hoje, a primeira Conferência Panamericana. Os Estados Unidos já se encontravam em pleno desenvolvimento econômico. Com o seu prestígio reconhecido no mundo, Washington busca então colocar o panamericanismo em terreno prático. Os países da Europa enxergam na Conferência uma manobra norte-americana para afastar as jovens Repúblicas do continente da órbita de influências européias. Se, desde o início, verificou-se a impossibilidade de uma união alfandegária entre os países do continente, aspiração evidentemente irrealizável, adota a Conferência numerosas recomendações práticas, em vista de facilitar as trocas. Quanto às questões jurídicas do programa, a Comissão do “Bem-estar geral” elabora um interessante projeto de Tratado de Uniformidade de Arbitragem, com recomendação aos diversos países do continente. Mas, quando se trata de formular uma declaração sobre “a eliminação do direito de conquista dos princípios de direito público americano e sobre a nulidade das cessões territoriais em seguida a uma guerra ou ameaça de guerra”, verifica-se que os Estados Unidos hesitam, objetam, evitam as fórmulas demasiadamente estreitas, fórmulas estas que seriam suscetíveis de embaraçar as fatalidades políticas do seu imperialismo nascente.

Entre a Primeira e a Segunda Conferência Panamericana, nos anos que mediam 1889 e 1901, Cleveland assume o seu segundo período presidencial. Os Estados Unidos enfrentam o pânico financeiro de 1893. Cuba atravessa uma época revolucionária e apela em vão para a força americana. O próprio Tratado de anexação do Hawaii é retirado da discussão parlamentar. Mas os Estados Unidos, dando uma prova palpável do seu apego à doutrina de Monroe, intervem na pendência anglo-venezuelana, a propósito da Guiana Britânica. Certa vez, em Londres, eu próprio, consultando um número do *Times*, da época — 1895 — a propósito de outro assunto, fiquei altamente surpreendido com a leitura do comentário político do dia sobre a questão. Era significativa a desusada violência de linguagem do grande órgão conservador. Cleveland já havia publicado a sua célebre mensagem de 17 de Dezembro, na qual declarava que todo ato de soberania britânica, além de certa fronteira, encontraria a oposição tenaz dos Estados Unidos. Tratava-se da célebre mensagem que desencadeou o pânico em Wall Street. Perturbada a City, é todo o Império atingido na sua solidariedade econômica e financeira. A baixa na cotação da Bolsa foi a clara indicação da incerteza política do país em face da ameaça norte-americana. Estava firmado o princípio “a América para os americanos”. A inesperada resistência dos Estados Unidos, fazendo recuar o país de sua própria origem, em favor de um outro de raça e religião diferentes, era como a afirmação, pela primeira vez, da justiça e da eficácia de uma doutrina. A consciência da solidariedade americana, barrando os passos ao interesse europeu, infundiu respeito e gratidão ao Continente.

PANAMERICANISMO

Verificamos, assim, que com o tempo o ideal panamericano se desenvolve e com ele o espírito de união americana. E é de certo, valendo-se dessa confiança, que o grande dinâmico que foi Theodore Roosevelt, parte em defesa dos negociantes de Boston, cujos interesses nas plantações de cana em Cuba parecem periclitarem, com a participação da Europa. A opinião pública norte-americana, inflamada pelo verbo candente de Teddy Roosevelt, então à frente do Comité da Polícia de Nova York, indica claramente ao Presidente Mac Kinley que a decisão e a energia daquele homem devem ser aproveitadas. E, na realidade, ei-lo nas vésperas da guerra hispano-americana, no Ministério da Marinha, ocupando o cargo de Sub-Secretário de Estado. Assim, desde a abertura das hostilidades o político de Nova York organizou o primeiro regi-

mento de cavalaria dos voluntários dos Estados Unidos — os "roughriders", que deveriam assinalar sob o seu comando durante toda a campanha. Com as hostilidades abertas em duas frentes, nas Filipinas e em Cuba, deve a Espanha capitular e assinar o Tratado de Paris, pelo qual renuncia o seu direito sobre Cuba e cede aos Estados Unidos Porto Rico nas Antilhas e Guam no Pacífico, vendendo-lhes por vinte milhões de dólares o arquipélago das Filipinas. Uma potência americana, pois, inicia o seu ciclo histórico de potência colonial e de interesse mundial. Ha então como um retraimento geral na opinião do continente, um temor de que o apetite americano, no seu desejo de influência, se desenvolva em demasia. Elabora-se o Estatuto de Cuba, no qual a independência é restringida, dando aos Estados Unidos, com a emenda Platt, um direito permanente de intervenção. Mas os anos seguintes parecem dissipar as desconfianças continentais; em Março de 1899 o Comité Executivo Internacional do Bureau Comercial consegue o alargamento dos seus poderes, com a nomeação dos funcionários graduados. Em Haia, no mesmo ano, reúne-se a Conferência da Paz, convocada pelo Czar, na qual unicamente os Estados Unidos e o México participam. Aproximam-se os primeiros dias do nosso século e o Governo americano sugere a escolha do México como sede da Segunda Conferência Panamericana (22 de Outubro de 1901 a 22 de Janeiro de 1902). Os noventa dias da Conferência, nos quais se tratou da questão de arbitragem, com o Protocolo de adesão às Convenções de Haia de 1899, foram profícuos e permitiram a elaboração de numerosos textos. Assim é que foram elaborados quatro Tratados, seis Convenções, um Protocolo, além de várias Recomendações concernentes a assuntos jurídicos, económicos e intellectuais. Esteve o Brasil representado pelo brilhante espírito de José Hygino Duafte Pereira, cujo falecimento, a 18 de Dezembro de 1901, fez com que o nosso país se encontrasse ausente, ao encerrar-se a Conferência. No que especialmente concerne às questões económicas, limitou-se a Conferência a propor uma redução geral nas tarifas alfandegárias e a indicar a necessidade de um Congresso alfandegário, que na realidade se reuniu em Nova York no ano de 1903. Mas o receio manifestado pela imprensa européia, de ver os Estados Unidos monopolizarem o comércio da América do Sul era vão. Entretanto, é fora de dúvida que a diplomacia do dolar se fez mais ativa e a política do "bigstick" vai se desenvolver com Theodore Roosevelt, sucessor do Presidente Mac Kinley, que a guerra de secessão poupou, mas o dia rubro de um anarquista ceifaria em Búfalo.

Como de praxe, mediara quasi um quinquênio entre a reunião do México e a reunião do Rio de Janeiro. Entrementes, a dou-

trina de Monroe parecera atingida na sua própria finalidade, com o bloqueio estabelecido pelas marinhas inglesa, francesa e italiana à Venezuela, em virtude da falta de pagamento pela nação americana aos seus credores europeus. E' certo terem as tres potências respondido às reclamações americanas, que não traziam pretensões territoriais, mas unicamente exigiam o cumprimento de um contrato. Drago, então Ministro da Argentina, definiu, em nota de 29 de Dezembro de 1902, a doutrina que traz o seu nome e pela qual fica abolida na América a intervenção à mão armada para cobrança de dívidas públicas. Segue-se, então, fortificada, a política intervencionista, ou a política do dolar. A plethora de capitais nos Estados Unidos busca uma atividade continental. A primeira intervenção americana se produz no Panamá. Enquanto a Grã-Bretanha se encontra ocupada na África do Sul, procura a América negociar a construção de um canal interoceânico ou no Panamá ou na Nicarágua. Para isso, obtem o Presidente Roosevelt da Colômbia, pelo Tratado Hey-Herran, a cessão, por cem anos, de uma banda de 6 milhas ao longo do futuro canal. O Parlamento colombiano julga insuficiente a indemnização prevista. Revolta-se o Panamá, que encontra naturalmente a simpatia e o auxílio dos Estados Unidos. A 9 de Novembro de 1903 é reconhecida a nova República. A 18, assinado em Washington o Tratado Hay-Banan-Varilla, cedendo aos Estados Unidos perpetuamente a zona do canal. Roosevelt define, em sua mensagem de 6 de Dezembro de 1904, a nova concepção da doutrina de Monroe, nos seguintes termos: "Cada estado de coisas contínuo ou uma fraqueza do poder se trata por um enfraquecimento geral dos laços da sociedade civilizada, podendo, na América como alhures, necessitar em último caso a intervenção de alguma nação civilizada, e no hemisfério ocidental a adesão dos Estados Unidos à doutrina de Monroe os pode levar, nos casos flagrantes de faltas ou de imperícia, a exercer, contra a vontade, o papel de polícia internacional." Tal foi o fundamento da política intervencionista, aplicada em seguida à República Dominicana, precedente que será seguido em Honduras, Haiti e Nicarágua. A Terceira Conferência Panamericana, pois, defronta em seu início com a desconfiança latino-americana, em face do intervencionismo do norte. Entretanto, se à reunião do Rio de Janeiro deixam de comparecer dois países americanos — o Haiti e a Venezuela, vem o Secretário de Estado dos Estados Unidos — Elihu Root. E' a primeira vez que o chefe da diplomacia americana toma parte, fora dos Estados Unidos, em discussões internacionais e os governos latino-americanos mostram-se sensíveis a esta atenção.

O LAUDO DE 1904

Doia-nos ainda, e muito, o resultado do litígio anglo-brasileiro e o laudo de 1904. Tratava-se daquela “região em que não existe uma vaca”, como dizia o solerte Lord Salisbury a Nabuco, tentando diminuir a importância do litígio, que para nós representava muito. Se assim era, porque se empenhava a Grã-Bretanha com tanta tenacidade, em obter os trinta mil quilômetros quadrados, que tanto eram os que formavam os vastos territórios disputados? Em nossa defesa, a inteligência e sobretudo o monumental trabalho de Nabuco foi tão ingente, que levaria Ruy Barbosa a declarar: “A nossa defesa pelo Sr. Joaquim Nabuco é um trabalho maravilhoso e colossal de paciência, de crítica, de argumentação e de talento. Bastaria ele só para honrar a vida e fazer um nome.”

Isso mesmo pressentia a opinião brasileira, no seu imenso desapontamento. A sentença arbitral do Rei da Itália era peremptória e ficava apenas a certeza que: “In forza di tale delimitazione tutta la parte della zona in contesta che si trova ad Oriente della linea di frontiera appartenerà alla Gran-Bretagna”; e mais a queixa íntima do nosso Plenipotenciário: “Será a causa da minha morte!” O destino, porém, generoso, reservava-lhe ainda outros dias com outra glória. Rio Branco, compreendendo que há derrotas mais altas do que vitórias, pensara em Nabuco para a nossa primeira Embaixada em Washington.

1905

O belo livro sobre a vida de Joaquim Nabuco, de sua filha Carolina, abre-nos um miradouro sobre a alma dolorida do nosso Plenipotenciário. Nabuco escreve de Roma à esposa: “Esta manhã um terremoto, o telegrama de Rio Branco, oferecendo-me Washington. Vou pensar muito antes de responder; pensa e reza, certa que nenhum dever pode ser recusado.”

1906 — CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO

E’ a Terceira Conferência Panamericana, convocada para o Rio de Janeiro, em Julho daquele ano. A cidade rebarbativa, anterior a Passos, acabava apenas de existir. Ainda com os primeiros frios assistia-se os últimos aprestos da grande transformação. De um lado Pereira Passos, com o tropel das suas turmas e o ruído de suas picaretas e ao outro Oswaldo Cruz saneando, preparando o

bem-estar geral. Desaparecia a parte pitoresca da cidade, os recantos do tempo de Gomes Freire, do Conde de Azambuja, do Marquês de Lavradio e o cheiro insuportável da época de D. João VI e a modorra do Segundo Reinado, nos dias da fundação deste Instituto. O *Charleston*, que trás o Secretário de Estado, já encontra uma cidade transformada, tão rapidamente como as nossas almas. Longe andava a desilusão do litígio perdido; na cidade nova havia mais ar, neste despertar da consciência americana. Comentava-se o discurso de Nabuco em Filadélfia: "A consciência americana é o sentimento de nossa órbita especial, inteiramente separada da européia, com a qual se movem a Ásia e a África, sem falar da Austrália. Com toda a nossa simpatia pela Europa, cêncios do que devemos ao influxo europeu, produtos que somos do transbordamento das raças européias, duvidando mesmo, que em nosso solo as hastes da cultura européia possam produzir os mesmos frutos ou as mesmas flores que em seu próprio solo, somos todavia um sistema político inteiramente desligado da órbita da Europa." Elihu Root e Rio Branco são os Presidentes honorários da Conferência. Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo, o Presidente efetivo. Completam a nossa delegação: Assis Brasil, Gastão da Cunha, Gomes Ferreira, Calogeras, Amaro Cavalcanti, Xavier da Silveira, Graça Aranha e Fontoura Xavier. E um comentador europeu escreve: "A bien des égards, la sêssion de Rio apparait comme une réunion préparatoire américaine à la Conference Mondiale de 1907 à la Haya." Monroe, Drago e Fortêr são discutidos. Trata-se da codificação, do Direito Internacional Americano e do aperfeiçoamento dos órgãos de colaboração na América. Mas, sobretudo, o que existe é uma larga, uma dominadora esperança.

OUTRAS CONFERÊNCIAS PANAMERICANAS

Segue-se a Quarta Conferência Panamericana, que é a da consolidação do panamericanismo, em 1910. Reune-se em Buenos Aires. Fazem parte da nossa Delegação: Joaquim Murtinho, Domício da Gama, Almeida Nogueira, Olavo Bilac, Gastão da Cunha e Herculano de Freitas. Adota ela quatro Convenções sobre questões jurídicas, além de outras resoluções sobre serviços marítimos, troca de professores, etc. Prevê-se que a próxima sessão deverá ter lugar em Santiago, em 1914. Entretanto, só 23 anos mais tarde o que estava previsto poderia realizar-se. Os campos da Europa antes disso foram talados e ensanguentados. A Quinta Conferência, pois, vem encontrar a face do mundo modificada. Reune-se a Con-

ferência em Santiago, de 25 de Março a 3 de Maio de 1923. A delegação do Brasil é composta por Mello Franco, Gurgel do Amaral, James Darcy, Rodrigues Alves, Ipanema Moreira e Helio Lobo. Não a assistem nem a Bolívia, nem o México, nem o Perú. Abre-se a Conferência com uma ordem do dia carregada e os resultados se traduzem por quatro Convenções e 67 Resoluções. Fletcher, Secretário de Estado dos Estados Unidos, torpedeia uma proposta tendente a transformar a doutrina de Monroe em declaração continental, dando a todas as Repúblicas garantias mútuas e recíprocas. Mas a organização da União Panamericana torna-se mais sutil. Como real aperfeiçoamento, organiza-se a criação de quatro Comissões Permanentes: Relações Econômicas e Comerciais, Trabalho, Higiene e Cooperação Intelectual. Um europeu indica: "La Commission des Jurisconsultes de Rio, chargée de la codification du droit international et dispersée par la suite de la guerre, est reorganisée. Reunie en 1927, elle présentera à la Havane un travail extrêmement important."

O Pacto Gondra é o resultado essencial da Conferência — tratado continental de paz, para evitar ou prevenir conflitos entre os Estados americanos. A Sexta Conferência Panamericana reúne-se em Havana, de 16 de Janeiro a 20 de Fevereiro de 1928. São Delegados do Brasil: Raul Fernandes, Lindolpho Collor, Alarico, Silveira, Sampaio Correia e Eduardo Espinola. E' também a época do novo intervencionismo, continuação da prática da intervenção, que os anos de guerra e a presidência Wilson havia relegado para segundo plano. Anteriormente, em 1926, um tratado assinado com o Panamá reconhece aos Estados Unidos o direito de manobras em tempo de paz ou de ocupação em tempo de guerra.

Depois da intervenção na Nicarágua em 1927, os Estados Unidos atravessaram dias de dificuldade com o México, em virtude da lei dos petróleos.

Os nossos Plenipotenciários inserem em Havana um projeto sobre os direitos e deveres dos Estados e o princípio de não-intervenção, ou melhor — "métodos de solução pacíficos das diferenças internacionais", isso de conformidade com a resolução de 1º de Maio de 1923, na Quinta Conferência Internacional de Santiago.

O Presidente Coolidge, acompanhado do Secretário de Estado Kellog, busca com a sua presença galvanizar os ataques contra o intervencionismo, iniciados pelo Ministro do Exterior do Salvador, e, com o fim de manter a organização da União e evitar debates sobre a doutrina de Monroe, o Presidente dos Estados Unidos defende o ponto de vista de Washington, que é pela inteira liberdade da ação política no Continente.

Pela primeira vez todos os países americanos se encontram reunidos numa Conferência Panamericana. A propósito do projeto apresentado pelos nossos Delegados, o Ministro do Exterior, Guerrero, em nome do seu país, lança o ataque contra o intervencionismo americano, sendo mais ou menos acompanhado por todas as delegações, excetuadas as da Nicarágua e do Perú. A ata final comporta 11 Convenções, 62 Resoluções e quatro Acordos.

SOLIDARIEDADE CONTINENTAL

Com o Presidente Hoover (1929-1933) termina o período intervencionista e renasce no ideal panamericano a tendência para a completa solidariedade continental. A política de boa vontade e de boa vizinhança se traduz na viagem de Hoover pela América latina.

A Sétima Conferência reúne-se em Montevideu, com a presença de 10 Ministros das Relações Exteriores do Continente. Saavedra Lamas encontra-se com Mello Franco, trazendo na pasta o seu tratado contra a guerra, já comunicado em Setembro de 1932 a Washington e aqui assinado a 10 de Outubro de 1933, em época histórica para o panamericanismo. E' também nosso desejo convertê-lo, com outras assinaturas e adesões, em instrumento de paz americana e mundial.

Em virtude de uma Circular do Itamarati e na ausência do Ministro da Argentina na Haia, lembro-me que, como Encarregado de Negócios do Brasil, falando pela primeira vez em nome das duas maiores potências sul-americanas, trabalhei com entusiasmo e afincio junto ao Ministro dos Estrangeiros dos Países-Baixos, Dr. De Graft, para obter a adesão do seu Governo àquele Tratado.

O Secretário de Estado norte-americano leva a Montevideu a palavra do seu Presidente, que é de boa vontade e de boa vizinhança. Afirma que o seu Governo emprega todos os esforços, respeitando as obrigações contraidas no passado, para liquidar o mais cedo possível compromissos nascidos de circunstâncias extintas. Mas é certo que sobre a Conferência pesa a questão do Chaco, nuvem ameaçadora, problema em má hora entregue a Genebra. De 3 a 26 de Dezembro daquele ano, desenrolam-se acontecimentos que, na história diplomática americana, serão marcados com uma pedra branca. Compõe-se a delegação do Brasil dos Srs.: Afranio de Mello Franco, Lucillo Bueno, Francisco Campos, Gilberto Amado, Carlos Chagas e Samuel Ribeiro.

Ao terminar a Conferência, o Secretário de Estado Cordell Hull, depois de visitar o Rio de Janeiro, continuou a volta da América pelo Pacífico, levando a palavra de paz do Presidente Franklin Roosevelt.

O trabalho de consolidação continental prossegue. A Conferência Interamericana de Consolidação da Paz reúne-se em Buenos Aires de 1º a 23 de Dezembro de 1936, sendo nosso principal Delegado o ilustre Chanceler Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Fora o seu programa elaborado por uma Comissão de representantes diplomáticos americanos e ultimado pela União Panamericana.

O Presidente da grande democracia americana, de passagem pelo Rio de Janeiro, clama a sua esperança no novo espírito que anima o panamericanismo. E os dois Presidentes, Vargas e Roosevelt, reafirmam os laços de cordialidade intercontinental. Em Buenos Aires Roosevelt afirma que aquela "não se tratava de Conferência para estabelecer aliança, partilhar despojos de guerra, repartir nações ou brincar com seres humanos como peões sobre um taboleiro de xadrez." Tratava-se da consolidação da paz no continente. Assim, é sob o signo da solidariedade continental que se inaugura a Oitava Conferência Internacional Americana de Lima.

Os ecos desta última Conferência ainda estão vivos na memória de todos, pois é ela de ontem. E hoje, justamente, comemorando a data que comemoramos, um dos brilhantes espíritos que participaram da delegação do Brasil, o Sr. Edmundo da Luz Pinto falará à mocidade e dirá do seu brilho.

O Sr. Oswaldo Aranha, a grande e nobre inteligência da nossa geração, dirige hoje os destinos do Itamaratí. A ele muito deve também o espírito de solidariedade no continente. A sua ação em Washington, como Embaixador do Brasil, deixará na história da diplomacia brasileira traços tão profundos que só serão comparáveis aos que deixou Nabuco.

William Manger, Conselheiro da União Panamericana, assim termina o seu interessante estudo "Tres significativas Conferências Internacionais Americanas":

"Uma resenha concisa, diz ele, do trabalho da Conferência foi pronunciada pelo Presidente da Delegação do Brasil, Sr. Afranio de Mello Franco, na sessão plenária final da Conferência. Este breve estudo não poderia terminar com uma nota mais vibrante do que a que foi dada pelo Sr. Mello Franco, quando ele assim se expressou:

"Aprovada unanimemente pela Conferência a linha geral de nossa política continental em matéria comercial e econômica, restava-nos, como ponto culminante do nosso programa, o cumprimento do dever de afirmar perante o mundo a nossa firme e real solida-

riedade, bem assim como o nosso propósito de colaborar para que sejam mantidos, fora do continente, os princípios em que ela se baseia.”

“Esse dever foi cumprido na aprovação unânime da declaração que acabamos de votar.”

“A América continua unida e vigilante na salvaguarda dos nossos comuns interesses, na defesa da paz e no esforço de colaboração, para que se mantenham em todo o mundo os mesmos princípios em que se assenta a nossa fraterna política continental.”

“No princípio da solidariedade está implícito o reconhecimento de outro princípio, o da unidade da América.”

“Creio que a obra desta Oitava Conferência Internacional Americana concorrerá para o revigoramento dos laços de união já existentes entre os Estados Americanos e influirá para que se faça mais clara a atmosfera política de outras regiões, neste momento carregado de apreensões e de incertezas.”

Assim falou o Presidente da Delegação Brasileira à Oitava Conferência Panamericana.

Como homenagem ao homem a que me unem os mais estreitos laços de parentesco, rogo vênua à brilhante assembléia para ler uma página do escritor Jayme de Barros, no seu livro “Sete anos de Política Exterior do Brasil”, para que conste dos Anais deste Instituto.

Refere-se a pendência de Letícia e ela foi negociada em hora amarga para o Sr. Mello Franco — em hora em que o seu coração estava lanceado por uma cruenta dor de ordem íntima. O homem soube colocar mais alto e de forma primordial os interesses da América.

QUESTÃO DE LETÍCIA

Diz o Sr. Jayme de Barros:

“A solução do caso de Letícia, que tão poderosamente contribuiu para elevar o prestígio do Brasil no Continente e no mundo, foi uma das mais brilhantes vitórias da nossa diplomacia, em todos os tempos.

Uma madrugada de inverno, no período da revolução de São Paulo, encontrava-me no Serviço de Comunicações do Itamarati, fazendo companhia ao meu velho amigo Afranio de Mello Franco Filho, quando chegou o primeiro telegrama sobre o grave incidente. Forças peruanas haviam invadido Letícia, na fronteira com o Brasil, apossando-se daquela região do território colombiano.

Pouco depois, apesar do adiantado da hora, o chanceler Mello Franco recebia comunicação do que se passava e desde então só descansou com a solução do conflito e a assinatura, no Rio de Janeiro, do Protocolo de Amizade, entre o Perú e a Colômbia.

A pendência interessava bastante ao Brasil, embora houvéssomos desde 1928 resolvido, em tratado assinado no Rio de Janeiro com a Colômbia, após habil trabalho diplomático, as nossas questões de limites naquela região, esclarecidas, aliás, já em 1851, no tratado firmado com o Perú. O conflito verificava-se nas nossas fronteiras, entre países que são, com o Brasil, ribeirinhos do Amazonas. Além disso, havíamos assegurado à Colômbia em tratado de 1928, a perpetuidade na livre navegação desse rio e outros rios comuns a ambos os países. Abria-se, desse modo, ao Perú e à Colômbia a possibilidade de aproveitarem o Amazonas para o transporte de forças militares. Eram, portanto, iminentes as ameaças à nossa soberania.

Caracterizada a invasão pelos peruanos, o governo de Lima a princípio condenou o movimento, considerando-o obra de elementos exaltados. Mas não tardou em evoluir, apoiado na opinião pública, no sentido de reivindicar a posse de Letícia.

Diante da delicadeza da situação, que se agravava de maneira visível, o Brasil, dentro do espírito de concórdia que inspira sua política externa, guardou a melhor reserva, tomando apenas providências para impedir fosse violada sua soberania. Evitamos, com medidas prudentes, desgostar aos países litigantes.

A nossa discreta sondagem sobre a possibilidade de uma mediação, encontrou, a princípio, certa resistência da Colômbia, que considerava o caso uma questão doméstica, bem como da parte do Perú. Mas, não tardou que ambos, reconhecendo a lealdade dos nossos propósitos, aceitassem o oferecimento do Brasil.

Já então a crise se complicara ainda mais, com fatos de maior repercussão, entre os quais o incêndio da Legação da Colômbia em Lima. A iniciativa brasileira teve desde logo, o apoio decidido dos Estados Unidos da América, e, a seguir, de todas as nações do Continente e dos signatários do Pacto Briand-Kellog.

A nossa primeira fórmula de mediação, apoiada por todos os países do mundo, foi aceita em princípio pelas duas partes, das quais nos conservávamos equidistantes, numa linha de severa imparcialidade.

Várias vezes o Conselho de Defesa Nacional, presidido pelo Presidente Getúlio Vargas, examinou o conflito, traçando normas cuidadosas às forças brasileiras destacadas para a Amazônia. Algumas delas trazem notas do próprio punho do então Chefe do Governo Provisório.

O Itamaratí também desenvolvia intensa e reservada atividade. Na residência do chanceler Mello Franco, sucediam-se as reuniões com os delegados da Colômbia e do Perú, e de cuja marcha se inteirava sempre o Sr. Getúlio Vargas.

Afinal, após exaustivas negociações, entrecortadas de dificuldades várias, chegou-se a um acordo. Em Maio de 1934, realizou-se, afinal, no Rio de Janeiro, com grande solenidade, a assinatura do Protocolo da Amizade, firmado pelo Perú e pela Colômbia. Esse documento, que coroou o trabalho abnegado da diplomacia brasileira, representou inestimável serviço do governo do Sr. Getúlio Vargas à consolidação da paz na América, então dramaticamente ameaçada.

O Protocolo da Amizade, cuja assinatura repercutiu no mundo inteiro, foi, ainda há pouco, na Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, de Buenos Aires, motivo de homenagens excepcionais ao Brasil e ao Sr. Afranio de Mello Franco.

No seu relatório sobre o projeto brasileiro relativo aos "Bons ofícios e à Mediação", apresentado àquela Conferência, o Ministro Soto del Corral, da Colômbia, exaltara a ação do chanceler brasileiro na solução do litígio. Pouco depois um projeto de resolução, que trazia a assinatura dos Srs. Carlos Concha, do Perú, Urdaneta Arbeláez, da Colômbia, pedia à Comissão "uma homenagem de admiração ao notável estadista" e apresentava o seu nome "à gratidão dos povos do Continente".

Ao comunicar à comissão a existência desse projeto, o Sr. Castillo Najera, do México, juntou sua assinatura à daqueles delegados.

Durante a aprovação da resolução, falaram os seus autores, exaltando os serviços prestados pelo Sr. Afranio de Mello Franco à paz na América. O embaixador do México, Sr. Alfonso Reys, associando-se à homenagem, em nome do seu país, lembrou que o reatamento das relações dele com a Venezuela, fora realizado há poucos anos, sob o patrocínio daquele "grande homem generoso". O Ministro Parra Pérez, da Venezuela, recordando a ação pacificadora do Brasil no Continente, pediu fosse a homenagem extensiva "à grande Nação Brasileira". Em nome da Delegação da Argentina, aplaudiu a resolução o embaixador Cantilo, exprimindo a satisfação do seu país em reunir-se aos demais na homenagem ao Sr. Mello Franco e ao Brasil.

Coube ao embaixador Oswaldo Aranha, visivelmente comovido, agradecer, em memorável discurso, tão tocantes manifestações ao eminente brasileiro e ao nosso país.

O Protocolo da Amizade produziu efeitos imediatos. Subsistem, porem, certas cláusulas que obrigam a participação do Brasil,

por meio de uma delegação militar, chefiada por um general, na comissão constituída pelo seu art. 5º. Cabe-lhe velar pela execução de acordos especiais sobre alfândegas, comércio, livre navegação dos rios, trânsito, policiamento de fronteiras e outros casos, próprios da vida do território sobre o qual teve origem a controvérsia.

O Governo do Sr. Getúlio Vargas permanece atento a esses compromissos, empenhado em consolidar a paz entre os dois países vizinhos, aos quais nos prendem fraternos e indestrutíveis laços de amizade."

PRESIDENTE GETULIO VARGAS

Como vimos, o incidente de Letícia foi solucionado com os conselhos do Chefe da Nação, cuja inteligência aguda e profundamente intuitiva, não só ausculta os íntimos anseios do seu povo, como penetra na consciência de outros povos. Após Havana, todas as vezes que o sentimento panamericano esteve em jogo, presente esteve também, ou pessoalmente, como em Buenos Aires, ou pela voz dos seus delegados, o Sr. Getúlio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. E, na serenidade deste Instituto, esquecido das minhas qualidades de funcionário, qualidades que me vedam o direito de julgar ou discorrer sobre o primeiro magistrado da Nação, mas unicamente investido do direito que assiste ao intelectual e ao historiador, membro desta Casa, predigo que o nome do atual Chefe da Nação brasileira encherá uma era, que será do panamericanismo e da solidariedade continental. (*Aplausos*)

O SR. PRESIDENTE declarou que o Instituto agradecia ao Ministro Caio de Mello Franco o serviço relevante que lhe prestara produzindo a brilhante e substanciosa conferência que a assembléia acabava de ouvir. Agradeceu, igualmente, a presença dos Srs. Embaixadores, Ministros e mais representantes diplomáticos, assim como a de toda a distinta assembléia.

Comunicou em seguida que no próximo dia 19 o sócio efetivo Sr. Wanderley Pinho fará uma conferência sobre AURELIANO CANDIDO TAVARES BASTOS, a propósito do centenário do seu nascimento. Para essa conferência convidava todas as pessoas presentes.

Encerrou depois a sessão, que reuniu numerosa e escolhida assistência, tendo-se feito representar o Sr. Ministro das Relações Exteriores.

Levantou-se a sessão às 18 e me'a horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,
2º Secretário.

SESSÃO ESPECIAL (SESSÃO 1.656), EM 19 DE ABRIL
DE 1939

PRESIDÊNCIA DO SR. MANOEL CICERO PEREGRINO DA SILVA

Às 17 horas abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: Srs. Manoel Cicero, Max Fleiuss, Virgílio Corrêa Filho, Francisco Radler de Aquino, Bernardino José de Souza, Hermenegildo Rodrigues de Barros, José Maria Moreira Guimarães, Alexandre Sommer, Braz do Amaral, Herbert Canabarro Reichardt, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Alfredo Nascimento, Luiz Filippe Vieira Souto, Manuel Tavares Cavalcanti, Augusto Tavares de Lyra, José Wanderley de Araujo Pinho, Leopoldo Feijó Bittencourt, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt e Caio de Mello Franco.

Aberta a sessão, o Sr. MAX FLEIUSS, secretário perpétuo, leu a ata da sessão extraordinária, realizada a 14 do corrente, que foi, sem discussão, aprovada unanimemente, e, em seguida, das EFE-MÉRIDES DO BARÃO DO RIO BRANCO, as relativas à data da sessão. Disse mais — que ocorrendo amanhã o nonagésimo quarto aniversário natalício do Barão do Rio Branco, que durante quatro anos foi presidente do Instituto, e dos mais eminentes e dedicados, propunha que todos se erguessem em homenagem à memória daquele grande brasileiro.

O SR. PRESIDENTE declarou que a proposta estava implicitamente aprovada, ante a demonstração do auditório, levantando-se todos os assistentes por alguns minutos.

Em seguida o SR. FLEIUSS disse que, coincidindo a presente sessão com o natalício do Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República e presidente honorário, e que tanto tem feito pelo Instituto, propunha fosse consignado em ata um voto de congratulações a S. Ex., o que foi unanimemente aprovado.

Posto em discussão o parecer da comissão de História, lido na sessão de 14 e relativo aos Srs. Cecílio Báez, Luiz Norton de Mattos,

Roberto Simonsen, Jorge Hurley e Padre Serafim Leite, foi o mesmo, sem discussão, aprovado por unanimidade e remetido o processo à comissão de admissão de sócios, sendo relator o Sr. Braz do Amaral.

Logo depois, o Sr. MANOEL CICERO (presidente) disse o seguinte:

“Ao Instituto Histórico cumpria tomar parte na glorificação de Aureliano Candido Tavares Bastos, pensador e político, semeador de idéias, figura de grande relevo na história política do segundo Império.

E' o que faz o Instituto na presente sessão extraordinária, ao celebrar, com antecedência de um dia, o centenário do nascimento desse brasileiro de gênio, cuja existência foi tão breve, mas cuja atividade mental foi intensa, como propugnador de nobres e adiantados ideais.

A emancipação dos escravos, a liberdade de religião, a descentralização administrativa, a abertura do Amazonas e a liberdade de navegação dos grandes rios, a imigração, a eleição direta e outros problemas de capital importância naquela fase da evolução brasileira foram objeto de suas cogitações e por ele foram enfrentados com ardor e desassombro.

A memória do autor das *Cartas do Solitário*, da *Província*, do *Vale do Amazonas* e de outros escritos preciosos bem merece que as novas gerações a reverenciem.

Vai discorrer sobre Tavares Bastos o Sr. José Wanderley de Araujo Pinho, sócio efetivo do Instituto, que já lhe deve serviços de alta valia, antigo deputado federal pelo Estado da Baía, autor de interessantes trabalhos de caracter histórico, entre os quais avulta o livro que tem por objeto a personalidade do insigne estadista do império, Barão de Cotegipe, seu ilustre ascendente.

Com o mesmo critério com que tem considerado os assuntos para os quais o pendor para os estudos históricos tem atraído o seu culto e penetrante espírito, vai S. Ex. ocupar-se de Tavares Bastos, na conferência que vamos ouvir e para a qual lhe dou a palavra.”

Teve depois a palavra o SR. WANDERLEY DE PINHO, que leu a seguinte conferência sobre TAVARES BASTOS:

TAVARES BASTOS

“Muito maior do que eu julgava foi a ousadia de aceitar o convite do Sr. Presidente para falar nesta ocasião acerca de Tavares Bastos — tarefa difficil, pois aquelle, cujo nascimento há um século estamos relembrando, só por espíritos de grande subtileza permitiria ser apreciado em breve síntese, na sua vida e na sua obra. O melhor que eu podia era resumir o esplêndido livro de Carlos Pontes — raro entre nós, e nos tempos que correm, pelo aticismo de pensamento, de estilo e de linguagm, livro cuja nobre e cálida sympathia pelo biographado não demuda a verdade, e no qual o leitor goza o encanto de panoramas ambientes, e o deleite de uma preciosa galeria de retratos psicológicos — compostos com pincel e paleta de mestre.

Não conviria por outro lado à austeridade deste Instituto, nem à memória de um grande sincero, viesse eu recitar agora um panegírico de facil retórica, um louvor irrestrito, que talvez os próprios documentos que guardamos desmentissem.

Foi a estes documentos, aos manuscritos do Instituto e da Biblioteca Nacional, aos inéditos e aos livros do *Solitário* que recorri, numa rebusca incompleta, para aí faiscar, se pudesse, alguma novidade, aspectos, pequenos fatos, opiniões variantes de pensamento, marcos de uma evolução mental e política, e as confissões dos inestimaveis “cadernos”.

O exaltado liberal não sairia dessas minúcias de pesquisas diminuído, ainda visto à luz humana e real, que sempre projetam os papéis íntimos às biografias.

Se desse rápido mergulho nos arquivos descobrissemos neie alguma falha seria culpa feliz da mocidade. Bemaventurado o de quem se pode dizer que só teve os erros de sua juventude: — certos arroubamentos de panfletário, que não consentem tolerância e às vezes vão além da exatidão; alguns exageros chamejantes de uma alma que ardia em ideais nem sempre tocados de madureza.

* * *

Já esplendidamente retratado de pé, ativo, em corpo inteiro, como homem de idéias, cumpria-lhe situássemos as idéias no seu tempo e no futuro, anatonizando-as para lhes fixar a originalidade, para definir em escritos e discursos o acerto ou a erronia das premissas; para expurgar a lógica dedutora das amplificações do propagandista; para separar do realismo do observador as hipérboles do apaixonado, isolando do devaneio entusiástico a possibilidade oportunista de seus altos e patrióticos propósitos.

A um agitado agitador de idéias, um provocador de debates — uma revisão crítica seria pelas novas discussões que pode sugerir, o melhor tributo que lhe prestariam os contemporâneos nesta ocasião.

POETA DE COUSAS PRÁTICAS — SONHADOR POSITIVO

Como tantos fadados a uma morte prematura, Tavares Bastos foi um precoce infatigável. Começou cedo e forte, lutando por destruir males e depear abusos, acertar remédios e lembrar corretivos. Quasi imberbe entrou a batalhar duramente as batalhas reservadas aos veteranos. Seu símbolo poderia ser: Hércules menino, estrangulando as serpentes. De acadêmico a parlamentar, de parlamentar a publicista, de político a escritor, encheu a sua curta existência de tal modo que a transbordou em alto renome até nós e até hoje.

Parecia agir, opinar, escrever, dizer, obedecendo a uma intuição, que lhe predizia os curtos limites de seu destino; e deu de si nervosamente, precipitada e exaustivamente, em escasso tempo, o que outros constróem ou enfeitam lento e lento, nos prazos normais da vida humana.

Sem o querer lembramos aqueles poetas Alvares de Azevedo e Castro Alves, quando estamos recordando esse que, aos 36 anos de sua idade, deixava uma fama que não esmoreceu ainda, já lá vão mais de sessenta anos.

E, precoce e tão breve no mundo, como elles: não era também Tavares Bastos, como elles, um poeta?...

Ferreira de Menezes, compondo-lhe o necrológio, salientou que assim muitos contemporâneos o consideraram: “era moço demais e as vistas eram tão elevadas que o deram logo como um poeta de cousas práticas, como um sonhador positivo”.

Quando um dia Souza Franco, imaginando uma presidência de conselho, o convidava previamente para ministro, usou de uma forma congelante: — “apesar de que Você às vezes adianta-se muito...”; e ele anotou com desconsolo: “vê-se bem que também me reputa *visionário*”.

No seu afan de deduzir de um presente inconciliável o futuro que imaginava esplendido, criava para si o drama de um “chefe sem soldados” (Ferreira Menezes), de um “solitário”, de “um excêntrico” (seus pseudônimos), numa constante oscilação entre o ideal e a realidade, entre a possibilidade e a fantasia, entre os elementos exatos de que se servia e as conclusões ousadas, ou prematuras a que chegava.

Soa-lhe nas idéias e nos livros um certo ritmo de sonho, marcado, porem, com tal habilidade de talento, tal entusiasmo de expressão, tanta elevação de sentimento que ao seu embalo sorrimos cren-tes, onde muitas vezes devíamos estacar, negando e resistindo.

ANTES DE TUDO ESCRITOR

É que, antes de tudo, era um excelente homem de letras, a predominar sobre o político, ainda que os temas de sua predileção fossem político-administrativos. Na Câmara, uma vez aludia a sua educação e a seus “hábitos de homem de letras”, e muito mais tarde, numa carta a Saraiva, exultando com a volta da saúde, escrevia: “com ela vicejam as minhas ilusões de homem de letras” (carta de 7 de Outubro de 1817).

A política era talvez uma contingência; “que prazer sincero e calmo depara aos homens públicos a investigação dos problemas sociais! Em outras circunstâncias, por mim o digo, não duvidava preferir as incandescentes questões de alta política à suave tarefa de apregoar as soluções das três necessidades capitais do Brasil: instrução, emancipação, viação”.

E se vive ainda, não é pelo que fez, mas pelo que escreveu; não pelo que agiu, mas pelo que apregoou. O caracter excepcional de seus trabalhos, que lhe alicerça a fama e os torna deliciosos à leitura, está nas qualidades do escritor.

Trata dos “assuntos práticos” sem a aridez de forma dos relatórios, dos memoriais, dos pareceres, das razões. Dá sempre brilho, colorido, calor e paixão ao que escreve. A argumentação é vivaz e vibrante; negreça de pessimismo as descrições dos males a combater; aprofunda o vinco das premissas; empresta um tom altamente comunicativo à certeza que pretende irrecorrível das deduções, e disfarça em patriotismo a utopia de algumas conclusões.

Ainda pintando naturezas mortas lembra um paisagista; lembra o que de fato era — um pintor de batalhas.

O gênero literário que escolhera: o opúsculo, o folheto, o panfleto, as cartas — *Cartas de Erasmo*, *Cartas do Amigo Ausente*, *Libelo do Povo*...; o gênero político — programas, sugestões e

alvitres eram usanças da época. Na forma e na essência Tavares Bastos não trilhava estradas novas; nelas, porem, marchava com outro passo e outro sucesso. A dose de futuro que levava a seus temas comunicava duração a seus escritos. Muitos, ou quasi todos, os de seus contemporâneos feneceram com o tempo e valem hoje como documentos; nos dele ha ainda o calor de certa vida atual, e a forma com que os moldou doou-lhes dessa longevidade, desse ar de perpétua novidade que os erigem em livros clássicos da literatura política nacional.

O POETA NA AMAZÔNIA

No poeta político repontava o poeta sensível à natureza.

Na viagem à Amazônia acompanhavam-no ambas as musas. Ia armazenar fatos, observações, argumentos para sustentação de uma tese; mas também ver, sentir, ser dominado ou deixar que o vencesse o êxtase ante o rio-mar.

Não parece o tivesse chocado aquela decepção inicial que Euclides da Cunha definiu com o buril de seu estilo, num traço de pena: "o que eu prefigurara grande era um diminutivo; diminutivo do mar sem o pitoresco da onda nem o mistério da profunda".

Logo à primeira visão entusiasma-se. Mal chega e divisa, escreve a Nabuco: "acabo de chegar a Macapá, tendo atravessado norte-sul a grande foz do Amazonas, digna de um poema".

Há no livro *Vale do Amazonas* um trecho certamente escrito antes da viagem. O autor, ao envés de anotar uma impressão, deixou fixar-se uma aspiração, ao falar de "desertos à sombra de cujas florestas o espírito agitado repousa das fadigas e liberta-se das tristezas, onde o espetáculo da criação apura os sentidos varonís do homem, onde a alma enrugada pelos ventos frios da sociedade se expande e reverdece, onde a robustez do pensamento que se leva contemplando, o modera, acalma e fortifica".

Aquella libertação de tristezas, muito ao envés, viria a ser hipochondria; — "deixando as vizinhanças do Pará, penetra-se no deserto. A sensação de profunda melancolia que se apodera do espírito nos adverte que estamos dentro das mais densas solidões do mundo".

Aquele expandir-se da alma, antes enrugada pelos ventos frios da sociedade, não é mais que um encolher-se trânsida: — "no alto Amazonas principalmente domina esse amargo sentimento que obriga a alma a dobrar-se sobre si mesma".

Estamos sentindo com ele um como arrepio de terror, soprado na bafagem morna das florestas, sós, imensas, misteriosas: "o olhar lançado ali para qualquer ponto do horizonte só encontra o infinito, a

enormidade, o silêncio, a ausência do homem, mas a presença da natureza, grande, mas triste”.

A solidão o esmagava, aquela mudez o obsecava na cisma: — “no seio dessa natureza virgem, no silêncio dessas águas imensas, longe dos rios do mundo civilizado, no centro da América, percorrendo lentamente os espaços desse *equador visível* sente-se bem a energia da exclamação do viajante Gibbon no cume dos Andes: — “parecia-me estar ouvindo o globo girar sobre seu eixo”...

Dessas opressões, com que a natureza lhe marcava cunhos no espírito, volvia a agitar a alma nos costumados anhelos. “No meio de tantas grandezas” (maior que isto só é o universo) acometiam-no os “sonhos do futuro”. E, para certificar-se de que os não alimentava o tresvaio patriótico, arrimava-se à profecia de Humboldt, a anunciar concentrada ali na Amazônia, um dia, a civilização do globo.

La assim o poeta, da melancolia dos espetáculos, que mirava, à exaltação das promessas da imaginação. Não o dissuadia da miragem a miséria humana, que vislumbraava emergir a medo, aqui e ali, daquele mundo de águas e de árvores, ao contemplar aldeias e cabanas “semi-selvagens, todas vestidas da cor tristonha do limo do rio e das ramas secas da floresta”; não o chamava ao desânimo perceber “na fronte bronzeada de homens quasi primitivos a ausência dessa alegria de esperança, que é para os povos em marcha o distintivo do progresso”, ou quando tinha a impressão de “assistir a decadência de um mundo antigo ou fazer a escavação de ruínas perdidas na noite do tempo”.

Teimava, teimava sempre, em crer que uma só providência administrativa transformaria aquela região tremenda num paraíso, “num seio imenso de abundância edênica”, e que, apenas abertas as portas do Amazonas às bandeiras do mundo, mostrar-se-ia ele, afinal, o que era e devia ser — “um Eldorado”.

O ESTUDIOSO E O HOMEM DE PROGRAMAS

Ao poeta conjugava-se o erudito.

Foi Tavares Bastos um grande estudioso. Não o abandonava a curiosidade, a sede de certeza, a ância de saber e opinar nos assuntos que interessavam ao Brasil. Assim, desde os bancos da academia, assim até quando a morte lhe interrompeu esse labor da inteligência.

Em 1861, ilustrando-se como deputado, traçava para si um programa severo: “vou estudar como menino de colégio” (carta a Saraiva, 14 de setembro de 1861). Num caderno desse ano uma anotação testemunha os seus métodos de trabalho, ordem e disciplina: “Antes

da Câmara. *Estudos*. Durante os meses de março e abril, estudos gerais à noite; polêmica na imprensa à tarde; de manhã, estudar uma por uma todas as questões de que tenho de entreter-me nas sessões para as quais devo estar preparado. Exercício de declamação à noite”. E indica leituras a fazer; e registra atos da vida de Inhauma, que analisaria da tribuna da Câmara: “é preciso estudar o Joaquim José Ignacio. Desenvolver este pensamento: — um homem tal não pode exercer a autoridade suprema...”

Quería conhecer tudo; tudo esclarecer; preparava-se para discutir tudo. E assim passou e cançou a sua vida aquecida de entusiasmo e tenacidade no que pensou, acreditou, disse e agiu.

Todas as questões de seu tempo ele as versou, e pelas que tinham caracter liberal, bravamente terçou as armas da imprensa, do livro e da tribuna.

Mas ele não escrevia e falava como um desafogo do espírito, apenas; pretendia que o partido liberal não abandonasse aqueles propósitos nem esmorecesse naqueles designios. Os programas não eram promessas para efeito de popularidade, mas compromissos solenissimos com o país e o porvir.

Quando Nabuco, em 1869, no Senado, restringiu o programa liberal às “aspirações constitucionais”, abandonando as que demandariam a reforma da Carta, descoroçoado Tavares Bastos perguntava a si mesmo: “os nossos chefes recuam?”

Havia, porem, distinguir os princípios liberais dos objetivos concretos do partido brasileiro, num momento dado. “Uma coisa é a escola — dizia Nabuco — outra coisa é a política: as questões de escola pertencem à academia; o parlamento só se ocupa com a política”. Nem se confundissem “os princípios com as pretensões, as pretensões do futuro com as pretensões atuais”.

Tavares Bastos não conhecia essa escala de valores e graus, nem a sua retina percebia matizes de oportunidade. Para ele todas as aspirações eram inadiáveis e atuais.

QUESTÃO RELIGIOSA. A IGREJA UNITARISTA

Insubmissão às conveniências e reação ao tempo estão claras em seus livros e escritos; assim como nos fatos da sua vida uma adaptação custosa às contingências e às transigências, sem as quais as sementes da idéia não germinam. Poucas tentativas lhe lobrigamos de ensaiar-se nisso, que lhe prenderia os surtos e tanto lhe feria doloridamente as asas.

Duas idéias que viu corporificadas nos fatos, é que anotou com dois “triunfos” — a navegação de cabotagem e a liberdade do

Amazonas, limitou-as para, obtendo menos, alcançar alguma coisa. Na questão religiosa tateia as oportunidades úteis, hesita, oscila, adia, reserva e desenvolve o seu pensamento e suas opiniões numa sinuosa curva que sobe até o sisma e à igreja unitarista e contrae-se ao simples postulado da igreja livre no estado livre.

Nas cartas do *Solitário* não sustenta apenas a tese da igreja no estado livre; "liberdade para todos e privilégio para ninguém". Assesta suas baterias contra o clero e a igreja católica,

Bem via, porem, que tal rigor agressivo dava facilmente com ele na conta de inimigo do catolicismo, e opôs, ali mesmo, embargos à suspeita que adivinhava: "eu não movo guerra ao catolicismo; combato as pretensões góticas do fanatismo"; "prezo-me de ser católico e se não alardeio piedade fingida, procuro cumprir os preceitos sagrados. Meu zelo... não me permite deixar de meditar sobre as escrituras, e de ouvir missa em qualquer dia santificado". Não era um protestante, sempre fora fiel ao catolicismo.

De um homem daquele desassombro e franqueza viril que esta-deava não é lícito duvidar das afirmações de religioso com que de certo modo compensava censuras e ataques nem sempre justos.

Demais, um ano antes, em 1861, num artigo de imprensa, ele escrevia: "não invoquem muito menos as nossas susceptibilidades e o nosso zelo de católico fiel... O catolicismo, como a verdade, não morrerá; apurar-se-á. Hoje ele atravessa o cataclisma de uma transição, mas não há força no mundo que possa esmagar o Filho de Deus. Ressurgirá enérgico, vivaz, em todo o seu antigo esplendor. Mas ressurgirá com as suas legítimas aspirações e tendências, que os padres teem desvirtuado, a saber: proclamando a tolerância e a plena liberdade de crenças, porem incansavel em combater o erro e em converter as ovelhas desgarradas — não à força, por meio da palavra, que persuade, pelo exemplo que ensina, pela fé que inspira".

Quando foi da chamada questão religiosa, publicara, com Quintino Bocayuva e outros, uma circular em que se fala do conflito como uma continuação da "antiquíssima luta da igreja romana com a sociedade que ela aspira dominar e do estado com a igreja, cujas violências lhe incumbe reprimir e na qual se advoga a "emancipação das consciências, simultaneamente com a emancipação das religiões; *igrejas livres no estado livre*".

No ano seguinte, em 1875, anotava num de seus cadernos achar não deverem os liberais tomar partido nem pelos bispos nem pelo imperador: "aproveitando a feliz oportunidade do conflito entre os dois rivais, reclamemos a liberdade religiosa".

Era regalista *si et in quantum* — enquanto o catolicismo for a igreja *privilegiada*, que é, e ele confessa e quer ser, "para defender a sociedade desarmada contra a igreja privilegiada".

Como solução provisória, adotaria em 1869, com modificações, a lei vigente na Bélgica. E até para a adoção de tal regime desejava um acordo com o episcopado nacional: “poder-se-ia submeter ao parlamento uma lei neste sentido, pedindo primeiro o conselho dos *bispos*, era melhor que eles redigissem o projeto, tendo em vista a legislação belga. Estou certo que o adotariam”.

E voltava aos ataques e invectivas, que passavam do clero ao próprio catolicismo.

Seria que ao ateísmo do estado, que propagava, correspondesse o seu próprio agnosticismo?

Obumbrara-se naquela alma toda a crença; era agora um homem sem religião?

Duas páginas de um de seus “cadernos”, datadas de 27 de Novembro de 1869, respondem-nos a estas perguntas. Aí, depois de expor várias idéias e alvitre sobre as relações entre a igreja e o estado, ele acrescenta: “isto se pode dizer alto e de bom som. Mas agora vai a parte *reservada*”.

Ouçamo-ló por inteiro: “recusa absoluta de quaisquer favores para o ensino do clero, para seus seminários, etc., para esplendor do catolicismo, para concílios e sinodos. Razão: Enquanto o clero era ignorante não fazia mal algum; a sua desconsideração apressou o movimento liberal do país. O clero católico é impotente por se conservar ignorante. Os liberais não devem na mínima parte promover um ensino, que é mau, científico e moralmente. É ponto *reservado* da política liberal manter o clero católico no atraso em que jaz”.

Quem, em 1862, dizia que o zelo religioso reviveria se os padres fossem cultos e ilustrados, agora, sete anos depois, reservadamente fazia programa o manter na ignorância os sacerdotes brasileiros!

Pretendia aumentar a indiferença religiosa de que um dia se queixara? Ou admitia outra crença?

Continua essa nota curiosíssima: “entretanto, como o catolicismo com os seus *pagodes* religiosos no interior entretém a corrupção do povo, ataquemo-lo afinal; não para substituí-lo pelo protestantismo, mas por uma igreja nacional, modelada pela doutrina filosófica de *unitarismo* e com o casamento dos padres”, “a idéia de igreja nacional é antiga. São excelentes as bases que para ela apresentara Vasconcellos em 1827. (...) Ele pedia uma concordata; será sempre impraticável; melhor é que uma lei o decreto: a ocasião para isso é a expulsão do papado de Roma ou mesmo a anexação à Itália. A essas bases acresce acrescentar a extinção do celibato obrigatório”.

Nem sempre os liberais o são com aquilo ou aqueles que reputam antiliberais. Neste duplo programa — público e reservado — contra a igreja, contra o clero católico, contra o catolicismo, a favor,

já não da separação entre o estado e a religião, mas da criação por decreto, de uma igreja nacional, lá alguma cousa da exaltação de um convicto.

Que religião era essa que chegava a render naquele autêntico liberal o próprio liberalismo? Que religião era essa por cujo estabelecimento oficial no Brasil não se importaria ele de abrir mão de princípios bastas vezes sustentados e até de chamar em seu auxílio a ignorância, propositalmente nutrida no clero católico por todo um partido?

Vinha-lhe de uma de suas fontes de inspiração, daquela que mais buscou para abeberar o seu espírito sequioso e ávido de reformas; dos Estados Unidos, onde mais se desenvolvera, sobretudo em Boston, aquela seita que, negando a santíssima trindade, admitia um Deus uno, donde serem unitários, ou adetos do unitarismo.

Entusiasmava-o esse credo, “cujos templos eram os corações”, essa “religião dos intelectuais”, e que merecera, no dizer de Voltaire, o iouvor de Newton, o qual assinalava no unitarismo um “pensamento mais geométrico”.

Mas o paradoxal é que pretendesse Tavares Bastos fundar no Brasil uma igreja unitarista, contrariando justamente o postulado de Channing, o maior apóstolo dessa seita na Norte América, que se opunha à criação de uma nova igreja — “o túmulo da inteligência”.

Seria um desvairo momentâneo esse programa *reservado*, sem a menor viabilidade.

A quem lê, não só as obras impressas, mas os papéis, as confidências de um homem daquela expansibilidade, daquele poder incoercível de comunicação, tão grande que, mesmo as idéias que lhe passavam, rápidas, no cérebro registava-se em seus “cadernos”, é difícil acertar, na ordem dos pensamentos os que teem o caracter decisivo de propósitos senhoreados pela vontade do político e os que são opiniões, críticas, alvitres da inteligência, que os sugeria um dia para renegá-los depois.

É preciso, pois, para juízos definitivos, ler aqueles “cadernos” em confronto com livros e discursos, com o cuidado que requer uma navegação em águas plenas de correntes submarinas. Em face daqueles manuscritos estamos afinal devassando uma consciência. Ah! Se todos os grandes homens tivessem os processos mentais e mnemotécnicos de Tavares Bastos, quão diversos os veríamos, passados, assim por um feixe de raios XX, observados no vaivem das opiniões, na adaptação das inspirações, na filtragem das intuições, na elaboração dos vários itens dos seus programas?!

O ENSINO — A GEOGRAFIA E A HISTÓRIA

Tendo, por um dos seus princípios políticos, a maior restrição às atribuições do estado — “o que é o estado senão o representante, por assim dizer o comissário de uma nacionalidade, cujas funções limitam-se a manter a ordem e a distribuir a justiça?” — baixava ao manter o mesmo tipo de composição substituindo a palavra — *qualquer* — por a ingerência do poder público em matéria de ensino. Nenhuma; intervenção na indústria privada de ensinar, nem mesmo subvencionando a qualquer estabelecimento — “o estado não é instituido para instruir o povo nisto ou naquilo”; nem podia impedir que os mestres ensinassem o que quisessem.

Tais eram o sistema, a teoria, as aspirações do futuro que as circunstâncias do presente restringiam, fazendo obedecer esses seus ideais à “lei do progresso, do andamento gradual”. Influisse, embora, o governo, fiscalizasse, subvencionasse, ministrasse o ensino oficial, mas fosse “instrução leiga, instrução profissional, isto é, ensino util, sem latim, sem retórica, sem clericalismo, mas abundante de noções práticas e conhecimentos físicos”.

Abolido o estudo do grego e do latim, para ganhar tempo preciosíssimo aos alunos e não prejudicar outras matérias, o ensino de conhecimentos uteis — fossem livres as profissões: “o título científico não dá privilégios”.

Mantivessem os senhores de mais de cem escravos escolas para os seus moleques; tivessem entrada nas aulas públicas os filhos dos escravos.

No fito de preparar professores modelos que fossem ensinar pelas províncias aos demais fundaria escolas normais com mestres engajados nos Estados Unidos, no Canadá, na Escócia ou em lugares especiais da Europa e enviaria a estudos no estrangeiro homens capazes de aí buscar ensinamentos uteis ao progresso da instrução no Brasil. Mandaria Abilio Cesar Borges, então diretor do Ginásio Baiano, à França; Antonio Joaquim de Macedo Soares à Holanda e Alemanha; Quintino Bocayuva aos Estados Unidos, e ainda Thimotheo Pereira da Rosa à República Argentina — este para escrever um “relatório para ser vergonha a essa nossa gente com o exemplo dos nossos vizinhos”.

Em qualquer das suas cogitações, não seria possível agora resumir integralmente o que disse, sustentou e propôs Tavares Bastos. Sobre ensino opinou e alvitrou muito mais do que caberia em toda esta palestra.

Como, porem, interessa diretamente ao Instituto, vale salientar o que sugeria quanto ao estudo da geografia e da história. Eis como

distribuía essas matérias: "1º, geografia geral; 2º, geografia das províncias do Brasil; 3º, História geral; 4º, História especial das revoluções políticas na Europa e na América, desde a revolução inglesa".

Aquí o reformista, o liberal, ardendo na febre de transformações, pretendia, porventura, compendiar as aspirações liberais e o modo e a tragédia das realizações de algumas delas. Como que estamos vendo aí o panfletário a servir-se da história para agitar os espíritos, desde as aulas do estudo.

"5º, História especial da América desde o descobrimento; 6º, História especial do Brasil até a independência; 7º, História especial do Brasil desde a independência até nossos dias, com a indicação da fisionomia das leis que organizaram o império e suas datas e denominação dos períodos políticos; 8º, História especial e exposição das diferentes invenções modernas"...

CONTRA O INSTITUTO HISTÓRICO

Ninguém dirá que fosse antipático à categoria de nossos estudos, mas o era, infelizmente, à nossa instituição. Fazia reverter sobre o Instituto a repulsa que o separava de Pedro II, o animador, o patrono, o chefe desta casa durante todo o seu reinado.

Se por aquele tempo o Instituto Histórico era como uma academia da Corte, só lhe sentia Tavares Bastos, cheiro de insensu — era uma instituição áulica. E daí obscurecia o julgamento para suposições que eram inexatidões.

Chegou, talvez, a verificar, até onde aquêle seu memorando era injusto; porventura ali o deixou ficar, num "caderno" de 1861, como a recordação de um engano, corrigido por posterior observação mais rigorosa. E', porem, cabível, neste momento, comentá-lo com esse caracter de erro reconhecido, para que fique mais pública e solene a retificação... que no máximo será uma reconciliação de sua memória connosco.

Eis o registo: "Escrito: Um objeto para uma crítica fina é o nosso Instituto Histórico. Posso (*sic*, queria dizer pode) ser compreendido num quadro geral sobre associações literárias e científicas no Brasil. Dois lados: 1º, o espírito áulico; em todos os livros, nas idéias, etc.; 2º, no caracter official e mesquinho dos trabalhos; 3º, não é sócio daquilo nenhum homem importante."

O exagero de aulicismo é visão deformada de quem era hostil ao imperante; o caracter official e mesquinho dos trabalhos desta instituição é desconhecimento deles, pois contestam a suposição os volumes publicados; a afirmação de pouca importância dos sócios de então é fruto evidente de inexata notícia.

O Instituto contava naquele tempo, entre muitos outros *homens importantes*, nas letras, na política, nas armas e nas ciências, nomes deste quilate: Odorico Mendes, Gonçalves Dias, Joaquim Manoel de Macedo, Joaquim Caetano, Ignacio Accioly, Araujo Porto Alegre, Perdigão Malheiro, Levergé, Vidal de Oliveira, Calogeras, Raja Gabaglia, Queiroz Mattoso, Caxias, Inhauma, e mais Uruguai, Abrantes, Sapucaí, Abaeté, Jequitinhonha, Itaboraí, Inhomerim, Rio Branco, Alves Branco, S. Amaro, S. Lourenço, Junqueira, José Mariano, Joaquim Marcellino de Britto, Candido de Oliveira, Sergio de Macedo, D. Manoel, Rego Barros, Bellegarde, Villela Tavares, Euzebio, Ferraz, Boa Vista, S. Vicente, Olinda, Theophilo Ottoni...

CONTRA A "DITADURA" DE PEDRO II

Muitas de suas opiniões e atitudes, como é natural e humano, estavam em função ou sofriam a influência das suas simpatias e antipatias.

A que votava a Pedro II determinou os conceitos sobre este Instituto, e muito do que escreveu acerca do poder pessoal e da excessiva influência da coroa.

Seu amor à liberdade e à democracia levava-o a encarar o poder pessoal de Pedro II como uma tirania.

Não importava que o monarca para exercê-lo buscasse o mesmo modelo que seu opugnador — a Inglaterra, onde a influência e muitas vezes o predomínio da rainha na direção do país e na vida dos partidos eram exemplos que o imperador não desdenhava. Não importava: via em toda espécie de ditadura consequências funestas, que descrevia com horror, "o servilismo com o nome de prudência, a inépcia e a pusilanimidade simulando sabedoria e cálculo, a baixeza com título de ambição, o gozo material como único objetivo de vida, o esmorecimento das mais nobres consciências, a esterilidade dos mais vigorosos talentos, a prostração dos mais robustos caracteres, a indiferença do povo pela causa pública, e a sua incapacidade para reger-se por si mesmo".

Convencido de que a monarquia era opressora, pelo poder pessoal e pela centralização, queria "reduzir" o poder ao seu legítimo papel, emancipar a nação da tutela do governo", "desarmando-o das faculdades hostis à liberdade", porque era "um absurdo esperar a liberdade e a prosperidade de um regime que os sufocava". Os seus brados contra a centralização semelham o agitar das cadeias de um galé revoltado: "nestes dias nefastos em que o poder, fortemente concentrado, move mecanicamente uma nação inteira, caracte-

rizam o estado social, a inércia, o desalento, o ceticismo, e, quem sabe, a baixa idolatria do despotismo”.

Do Imperador, dizia: “não há dúvida que é um homem mui inferior à importância do cargo e à missão civilizadora do governo no Brasil”; e atenuava: “peiores do que ele são os *estadistas* de ambos os partidos que o tornaram tão ruim desde criança. Mas, como ele é príncipe, nós os democratas temos prazer em fazê-lo o bode expiatório”.

O SONHO DA ABDICAÇÃO

Essa repulsa pelo imperador levava-o a sonhar com a abdicação, à qual já aludia em 1872, no opúsculo *A situação e o partido liberal*.

A crença de que Pedro II se veria na contingência de abandonar o trono tomava-lhe o espírito com o vulto de uma quasi certeza. Aquele espírito positivo era suscetível do devanêio profetizante que aí, correspondendo ao seu desejo, desse desejo se alimentava.

Em Outubro de 1874 escrevia a Saraiva: “parece que o governo pessoal atingiu os seus últimos dias: os escândalos revelados nas últimas sessões, a desordem das finanças e os erros da administração desconceituaram o imperador como homem de governo, e hão de levá-lo à abdicação, se teimar; solução única compatível com a realidade do governo parlamentar. Na idade do imperador nada mais ha a esperar... Se ele for embora não falta quem dirija o país e muito melhor” (carta a Saraiva, 17 de Outubro de 1874).

Um ano depois escrevia de novo àquele amigo, falando na abdicação: “é a saída fatal preparada pelos detestáveis expedientes políticos que o teem gasto aos seus próprios olhos. Com hábitos e modos de ver totalmente incompatíveis com o giro do governo constitucional, não é em verdade illusório esperar mudança radical de um príncipe que conta 35 anos de efetivo reinado e cada um deles por outros tantos triunfos sobre a baixeza humana? Resistalhe uma poderosa minoria, como se lhe resistiu este ano, todos unisonos contra ele — e ele ver-se-á sem prestígio na opinião e sem auxiliares, na dura contingência de retirar-se do Brasil, para não ceder do *sistema*. Príncipes da sua raça não cedem, são fanáticos, teem o seu *non possumus*. Nesta hipótese, quem há de dirigir a corrente dos sucessos sinão a opposição liberal? Possa ela contar então respeitáveis caracteres dignos da confiança nacional e não chefes de motim, como os da Maioridade! Sr. Saraiva, talvez seja eu um visionário, mas sinceramente antevejo graves sucessos. *Macte*

animo ! Grande responsabilidade lhe caberá, meu amigo" (carta a Saraiva, 8 de Setembro de 1875).

Ao pai, antes, em Abril do mesmo ano, escrevera: "a abdicação é infalível", acrescentando: "a tarefa constitucional não era para sua inteligência e para seu estreito coração. Melhor, muito melhor fora conservá-lo do que experimentar o príncipe ou correr os azares da República; mas — impossível". (*Apud*. C. Pontes, pág. 348).

A ALIANÇA DOS LIBERAIS COM O CONDE D'EU

Na alternativa consequente à abdicação — experimentar o príncipe ou correr os azares da República — preferia o príncipe.

Com o Conde d'Eu simpatizava; pelo menos não lhe encontramos palavra de restrição.

Pois não era ele um correligionário, afinal?

Desde a guerra do Paraguai, liberais consideravam o príncipe consorte como um dos seus, e os conservadores preocupavam-se com as tendências partidárias do marido da herdeira do trono.

Se em 1869, Paranhos, do Paraguai, fazia reparo desse liberalismo, que o imperador procurava banir do espírito dos ministros conservadores (Cotegipe e Paranhos): "ele há de proceder de modo a que não suspeitem que ele inclina-se a este ou àquele partido e convençam-se de que, assim como eu, reputa a todos realmente amigo das instituições" (Cartas do imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe, pág. 154); se o comandante do exército em operações, contra os desejos do gabinete conservador, pretendia voltar do Paraguai à frente de milhares de voluntários como um triunfador, e se dispunha, regressando vitorioso, a impor suas idéias a respeito da emancipação "en dépit de tous les conservateurs de la terre" (A. Rangel, *Gastão d'Orleans*, pág. 369); se a correspondência entre Joaquim Manuel de Macedo e o Conde d'Eu testemunha uma espécie de pacto entre os liberais e o príncipe (Rangel, *id.*, 258, 288), razão tinham os *luzias* de considerar, como um aliado, ao Orleans, em que é possível lobiçar alguma complacência ao desejo de ver subir Isabel (ou ele), ao trono, antes da hora.

Tavares Bastos, porem, não queria que essa aliança fosse apenas um tributo de simpatia e uma "pedra no sapato" dos conservadores no poder. Desejava tirar partido da conjura, a favor de algumas de suas idéias. E' daquela época, e tem data de 7 de Dezembro de 1869, a nota em que redigiu as condições a serem impostas ao Conde d'Eu, em compensação ao apoio dos liberais. Lá

está escrito: “*O Príncipe* — Condições que os liberais devem pôr à promessa de apoiá-lo, a saber: O seu *inevitável* governo pessoal ha-de propor-se a: 1ª, reforma parlamentar e do Senado; 2ª, restauração do Ato Adicional e desenvolvimento das instituições provinciais; 3ª, escolas e taxa escolar; 4ª, emancipação rápida; 5ª, liberdade religiosa.”

CONTRA A REPÚBLICA

Mas, porque havia de conformar-se com o *inevitável* governo pessoal do príncipe estrangeiro, para apenas realizar uma parte de seu programa (ainda que a mais importante), quando poderia correr os azares da República, visando alcançar *todos* os seus objetivos?

Aquele liberal extremado receiava da República.

Sem apegos à Coroa, que farpeava de contínuo, não sentia forças para se decidir a abolí-la. Quando, em 1870, alguns correccionários se desgarraram para o novo partido, ele lamentava essa defeecção como uma “eterna dor do partido liberal”.

Trazia em mente, talvez, as palavras de fogo com que calcinara qualquer veleidade republicana dos 22 anos. Lembrava aquelas previsões funestas, cuja realização não queria experimentar, com a cumplicidade de sua adesão e de sua palavra.

Nos “Males do Presente e Esperanças do Futuro”, banindo a idéia de revolução, pergunta aonde pararia esta se com “loucura e força bastantes”, viesse a vingar: “numa monarquia extreme, como depois do 7 de Abril ? ou numa República formal ?”

Se, naquela monarquia extreme se haviam convertido “todos os germes da maior liberdade prática, administrativa e política”, em “elementos de revoltas parciais e de uma desordem geral”, o que seria a República ?

A voz profética toma o tom cavo da certeza cataclismal; só há negroses no horizonte de um Brasil republicano: “as paixões acesas pela revolução, os interesses privados, as companhias e as empresas infelizes ambicionando indenizar-se à custa do erário, como em França, em 48; e a socialista demanda de empregos desmoralizariam a República. As lutas de predomínio entre os chefes dividi-la-iam. A reacção dos partidos vencidos opor-lhe-ia uma dificuldade perene é todo o dia crescente”.

Era o lado dos embaraços internos, mas a parte mais sombria do retrato é o que sucederia ao país no convívio com as nações estrangeiras: “debilitada no interior, a política seria o ludibrio do estrangeiro. A França adiantar-se-ia das Guianas até o Amapá, até o Araguaí, e, anexado o Equador, como projeta, desceria até

o Amazonas. Abatido o comércio e perdida a reputação alcançada de uma certa sensatez política, embalde invocariamos os auxílios das armadas de Inglaterra, que poderia estender-nos o protetorado das Ilhas Jonias”.

Este prospecto trágico ainda hoje nos arripia, mesmo visto à luz clara das hipóteses não verificadas.

“Proclamada a República, escrevia ainda Tavares Bastos — não encontraria chefe capaz, nem servidores de governo. A demagogia poderia apenas invocar, em vez de Washington ou Lafayette, o frenezí dos demolidores, dos carbonários, dos Manin, dos Mazzini...” “o segundo dia da República havia de ser o primeiro da anarquia e a véspera da exaltação de um déspota. Os caudilhos suceder-se-iam aos caudilhos, como no México, sobre cuja carta Luiz Bonaparte traça os limites de uma nova possessão, como no Rio da Prata, cujas ondas cristalinas refletem agora, ainda uma vez, a lança e a bola, os instrumentos bárbaros da guerra civil. No primeiro abalo que a revolução sofresse, ela mesma, como em França, abandonar-se-ia aos braços de ferro de um chefe, de um déspota, que, embora aniquile-a, dê-lhe o prazer de esmagar os seus adversários, os parlamentares, os amigos das instituições livres, mas ordeiros”.

Quem assim pensava havia de preferir a essa República o reinado do Conde d’Eu.

A ELEIÇÃO DIRETA

Uma das poderosas armas que manejaria contra o poder pessoal seria a eleição direta.

Foi um dos mitos políticos do segundo reinado.

A não poucos estadistas de ambos os credos pareceu que ela tão só firmava o regime representativo parlamentar em linhas puras, libertando os partidos da tutela, do arbítrio ou dos caprichos imperiais. A eleição direta liquidaria o poder pessoal e traria a felicidade política ao Brasil.

Foi tal essa convicção em seu tempo que deixou marcas profundas em espíritos altos. Da glória de terem contribuído para aquela reforma enfeitaram-se não poucos. A maior fama de Saraiva está ligada a essa questão, e Ruy Barbosa, num crescendo de afirmativas, a que não faltaram contestações e polémicas, chegou, afinal, no discurso jubilar da Biblioteca, a arrolar como um dos lauréis de seu apostolado cívico, a asseveração por demais exclusivista: “fiz a lei da eleição direta”.

Tavares Bastos não escaparia àquele encanto, e no seu panfleto *Males do Presente*, apontava-a como um manancial de venturas. Naquela época, 1861, como tantos e tantos, então e depois, ele acreditava que na só expressão eleição direta se continha "um mundo novo". "Dada a eleição direta com um censo elevado e proporcional às localidades, restituir-se-ia ao sistema representativo a sua verdade. As câmaras, fortes pela independência de sua origem, compostas de homens superiores, não dessa infinita série de ridículas mediocridades levantadas pelo favor, as câmaras não permitiriam o triste espetáculo dos ministros de coteries e reposteiros."

Confiava, então, no censo alto para erguer o nível das câmaras.

Mais tarde, porém, e com razão, já não acreditava nesses efeitos de talismã. No seu opúsculo *A situação e o Partido Liberal*, em 1872, escrevia não bastar aquela reforma, "para anular a excessiva influência com que pesa a Coroa em nosso organismo político, desequilibrando-o, falsificando-o". "Por maior que seja uma reforma eleitoral, o poder saberá auferir das atuais instituições a necessária preponderância sobre o ânimo do eleitor, em compensação da força que perde sobre as urnas". Nada valia a eleição direta sem a reforma do Senado e da magistratura; sem acabar com a centralização policial, administrativa e política; sem presidentes de província eletivos; sem diminuir-se ou extinguir-se a influência das corporações militares e religiosas. "Não tardará a decepção para os que esperam o governo livre, só do sufrágio livre."

Em matéria de reforma eleitoral, a tradição que se firmou no Brasil-Império foi a das boas experiências animadoras, no primeiro pleito realizado sob o novo código.

Quando foi da lei dos círculos, o parlamento transformou-se; o localismo e o personalismo afirmaram-se de modo claro, como consequência natural da reforma, a respeito de cuja execução não houve queixas maiores. Já, porém, na eleição seguinte, aliás, realizada pelo sistema dos círculos de tres representantes, a "eleição triangular", pode-se dizer que a lei começava a diminuir o seu prestígio.

A reforma da lei do terço, em 1875, trazia das urnas uma numerosa e distinta minoria liberal, depois de uma abstenção prolongada dos luzias, desde 1869; mas, no segundo pleito, o partido liberal, que fora chamado ao governo, lograva com aquela mesma lei uma câmara unânime ou quasi.

Sob o regime da eleição direta, a primeira experiência, presidida por Saraiva, fora animadora, porque o estadista laiano se esforçava por ver derrotado o próprio partido, lembrando-se da

sentença de seu amigo Tavares Bastos: “no dia em que um ministério *perdesse* a eleição, por abster-se, nesse dia fundado estava o governo representativo no Brasil”. Mas a eleição direta até à República deu a ambos os partidos câmaras unânimes ou quasi, enquanto o cetro “elevava os humildes e precipitava os soberbos”.

A EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS

Uma das conseqüências esperadas por Tavares Bastos, da eleição direta, era a aceleração do movimento emancipador, que, aliás, sempre quis gradual: “é essencial que haja nas câmaras representantes não somente dos grandes proprietários de escravos, como atualmente (escrevia em 1864-1865). Atualmente as câmaras impedirão qualquer reforma. A eleição direta daria maioria nas grandes cidades e nos colégios onde os pequenos-brancos (*little-white*). os concidadãos pobres estiverem em maioria. A eleição direta emancipará os brancos pobres do jugo dos proprietários: é uma luta de classes, em proveito dos escravos e do trabalho livre”.

A dedução era perfeita, mas os fatos a contrariaram. Sem a eleição direta, de câmaras eleitas pelo regime, no qual, ao seu dizer dominavam os grandes proprietários de escravos, arrancaram Rio Branco e o Imperador a lei do ventre livre; e, mais tarde, com a eleição direta, aplicada por um gabinete emancipador, saiu das urnas uma câmara, na qual uma maioria, pequena embora, foi bastante para derrubar o abolicionista ministério Dantas.

A emancipação havia de ser forçosamente uma das preocupações daquele liberal. São numerosos os projetos que esboçou e apresentou e que testemunham seus estudos e interesse pela substituição, sem abalos econômicos e sociais — “lentamente”, “gradualmente” do trabalho escravo pelo livre. E é notável que, sendo em todas as outras questões precipitado e exigente, na sustentação de seus propósitos quanto à emancipação fosse moderado na linguagem e paulatino nos processos.

Um estudo do pensamento abolicionista e dos projetos de Tavares Bastos é tarefa para um opúsculo, um pequeno livro, do qual sairia a figura dele exaltada como a de um amigo da liberdade dos cativos, mas atento ao amparo e à educação dos libertos e à defesa da sociedade e da economia nacionais do funesto choque de uma libertação precipitada. Abolição, sim: mas prudentemente realizada, com assistência ao liberto e indenização ao senhor. Liberdade dos servos: não “como contentamento de vaidades filantropicas”, mas como “a reabilitação de uma raça”.

A RAÇA BRASILEIRA E A IMIGRAÇÃO

E não lhe escapava a questão étnica, ligada fortemente à emancipação.

Bem, é verdade que não abordou (como nenhum homem de seu tempo) o problema da localização do imigrante, questão que, abandonada desde o começo da imigração, já mostrava os seus maus efeitos em 1870, quando, na *Província*, ele escrevia: "Considerai a disposição geográfica das populações desta parte da América. Abstraidos do presente um instante, volvei alguns anos na fantasia; figurai-vos a perspectiva geral do Brasil no próximo século: será temerário supor o vale do Amazonas, cujas feições se estão pronunciando ao sol do equador, que o do S. Francisco, linha de união ligando ao sul o extremo norte, que a região tropical banhada pelo Paraíba e limitada pelas montanhas do Rio, Minas e São Paulo, que o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que se germanizam a olhos vistos, que o vastíssimo oeste estendido nas margens do Tocantins às do Paraguai, bem depressa ostentam cada um, não diremos tendências contrárias e repugnantes, mas traços distintos, civilizações desiguais, como serão distintas e desiguais suas raças predominantes?"

Uma região a germanizar-se a olhos vistos, raças predominantes em várias regiões do país, distintas e desiguais como aí desiguais e distintas as tendências e civilizações !...

Entretanto, Tavares Bastos antevia da fusão "em escala progressiva" das raças branca e africana, a formação da "raça brasileira".

"Daqui a um século a fisionomia geral da população do Brasil será a mais interessante do mundo, por causa dessa fusão. A raça *brasileira* (que então se formará) terá a imaginação do africano e a reflexão do branco."

Mas, como formar essa raça "brasileira", se quasi só se encaminhavam (e continuaram até hoje) os novos elementos, a serem fundidos com os existentes, a dadas regiões do país, esquecidas outras, e de tal maneira, que, em 1870 notava que Santa Catarina e Rio Grande se germanizavam e poderia, se vivesse, viajar hoje por paragens germanizadas do país, onde nem mesmo é falada a língua nacional ?

Foi este um problema totalmente esquecido de nossos estadistas e pensadores políticos, e muito mais grave se apresentaria se o fator econômico não tivesse no norte rarefeito o contingente colorido da população, encaminhando-o para alguns núcleos nacionais preferidos também pela imigração européia. A grande imi-

gração negra anti e post-abolição, de norte para o sul, é que evitou um antagonismo étnico e de costumes entre as duas grandes regiões do Brasil.

Por aquele tempo Tavares Bastos não pensava apenas na imigração como fonte de progresso econômico, mas, sobretudo, como aperfeiçoamento étnico.

Em certa passagem das *Cartas do Solitário*, fazendo vibrar os bordões grossos do pessimismo, numa descrição aniquilante, chega a esta conclusão: “querem que o país prospere, comecem pelo cruzamento das raças... é preciso por outra alma no corpo do brasileiro”.

Essa alma viria através dos Estados Unidos, nas “raças virís do norte do globo” — germânicos, ingleses, irlandeses, escoceses.

A regeneração moral e econômica promanaria da nossa aproximação da Inglaterra e dos Estados Unidos. O seu “cosmopolitismo” o indicava: “queremos chegar à Europa, aproximemo-nos dos Estados Unidos. E’ o caminho mais perto essa linha curva”.

AS QUESTÕES INTERNACIONAIS

Esse “cosmopolitismo” refrangia-lhe o raio visual, ao considerar os problemas diplomáticos. E’ que transplantava para as questões internacionais os postulados de seu liberalismo, orientando-se pela “liberalidade”. Colocasse-se o Brasil “acima do interesse momentâneo, não esquecendo o interesse maior de aparecer à frente dos Estados confinantes, como o mais liberal, o mais adiantado”.

No convívio sul-americano: nem desconfiar, nem disputar; reconhecer, doar. Quebraria as grandes linhas da diplomacia brasileira, que nos consolidaram o território, alargaram o prestígio e defenderam uma incontestável hegemonia.

Enebriado de humanidade, de fraternidade, de liberdade, tinha por secundários, ou objeto de faceis concessões — limites, fortificações, *uti-possidetis*, não absorção por outros Estados da independência de países vizinhos, essas bases político-militares de nossa segurança e influência continental.

Mas, no que a crítica política poderá achar aí para censurá-lo, vê-se a candidez de uma alma ingenuamente confiante nas leis da cordialidade, nas relações entre os povos.

Nessas relações cada país entra com um máximo de interesses e um mínimo de princípios; ele queria regulá-las por um máximo de princípios, ou melhor de generosos sentimentos.

No seu noviciado para estadista, era no sector diplomático onde mais se teria de libertar de idealismo e de irrealismo.

DE IDEALISTA A ESTADISTA, O PARTIDÁRIO

Antes de tudo havia que se adaptar melhor à vida política, à vida dos partidos.

Revelando um pensamento acertado e nobre — o de que o homem público deve cuidar, na sua profissão, de amealhar reservas que o ponham a salvo de dependências de cargos ou subsídios — acentuava, escrevendo certá feita a Saraiva, ser para ele secundária a atividade político-partidária: “trabalhe e forme seu pecúlio. A vida pública não pode ser coisa essencial nem importante para nenhum de nós”.

Manifestam-se, também, esse temperamento sobranceiro aos partidos e o pouco apreço pelo processo parlamentar, para as realizações que defendia — nos seus apelos aos “terrenos neutros”, aos “campos desconhecidos”, e às “terras longínquas”, muito longe do “preconceito político... do prejuizo liberal ou conservador, saquarema ou luzia”.

Entretanto, também em suas cartas e assentos e memórias, a prevenção anti-saquarema fica documentada. Rompe com Furtado, muito porque aproveita conservadores, tais como Paranhos, no Prata; irrita-se contra Zacharias, porque favorece a elementos adversários “que uma vez levantados, levantarão o partido inteiro” (*Memórias políticas*). Sabia ser amargo nos comentários e minucioso nos reparos à correção ou incorreção partidária dos amigos. Era, pois, capaz de agir dentro das facções.

Simultaneamente colhemos a impressão de ter certa volúpia nessa austera distância entre seus ideais e as contingências realistas de que dependiam para se fazerem leis e fatos. Havia vaidade em confessar-se — “um homem sem afinidades no passado e isolado no presente”. O pragmatista na essência dos propósitos deliciava-se em ser abstêmio e cético no modo de as corporificar, encarná-las na realidade nacional.

Se, porem, lhe aprazia, transformava, algumas vezes, as idéias em petardos da guerra política. Eram arremessos desusados. Hostilizar um governo, agitando diante dele uma idéia incômoda!... Aquí está um trecho de carta a Saraiva que isso documenta: “O *Solitário* atirou uma bomba: a carta 23ª trata da cabotagem e do Amazonas. O assunto é, destinado a meter medo em palácio. E’ preciso que esta gente abra os olhos e compreenda que o Brasil não se resume nos bancos e nas estradas de ferro do Rio de Janeiro. Leia a carta 23ª, está pedante” (24 de Fevereiro de 1862).

Estais vendo como é difícil sondar, até às suas grandes profundidades, aquela alma complexa?...

O tempo o levava a adaptar-se, e a penetrar com passo menos claudicante naquela zona de moderação transigente, que é o campo do estadista. O homem de idéias práticas teria, afinal, de para elas buscar meios práticos. Havia, além do jornal, do livro, do panfleto, agir com os homens e suas ambições, as assembléias e suas paixões e incidentes, o parlamento, os partidos, o governo. Ou então restaria na política do país, como esses entesouradores de argumentos e programas e palavras para uso dos partidos, relegados à categoria de consultores, teóricos, agitadores ou poetas.

Mas custava...

Um espírito de tamanha inquietude, sobre o qual exerciam tanto influxo as idéias, apaixonado por estas; acre e rude com aqueles que o contrariavam; de censura fácil e franca; pouco disposto às transigências, às habilidades oportunistas, às discreções, silêncios e disfarces da vida política, a um homem assim não faltariam incidentes no convívio partidário, alguns de grande publicidade — como seu desabafo contra Paranhos em 1864, como o seu inconformismo com o programa restrito dos liberais em 1872, que estalaria em escândalo na carta que escreveu a Saraiva e estampou no opúsculo *A Situação e o Partido Liberal* — notável documento político, mas rebeldia amarga aos chefes de seu partido.

Expansivo, quasi explosivo, a indiscreção não era para ele defeito, e nas grandes questões, como as daquela divergência, reputava um dever. “Não me exprobarão — dizia no citado opúsculo — divulgar esta correspondência política aqueles que avaliam quanto prejudicam ao país o excessivo recato e o obstinado silêncio dos seus homens públicos.”

Se entendia romper esse silêncio, lamentava, mas não fugia aos “dissabores das dissensões”, à “reprovação dos amigos”, às “irritações que bem pudera dispensar”.

Em sendo assim, porem, certo é que chefes e correligionários o acatavam e respeitavam. Parece mesmo que sobre eles o moço desabusado exercia alguma autoridade.

De outro lado também o consideravam e estimavam adversários ilustres. Um destes, um dos próceres conservadores — Cote-gipe — quando ministro, abria-se-lhe em perigosas confidências políticas; e lhe pedia, e aceitava, inteiros pareceres em questões de vulto; e, fora do poder, oferecia-se espontâneo para ajudar-lhe a eleição em Alagoas, em 1872, procurando trazer de novo à câmara aquele talento.

Esse respeito, tal autoridade, aquelas considerações raras seriam surpreendentes se não os explicasse: a sedução da inteligência, a atração da franqueza, o domínio da pureza de caracter.

Os documentos não nos desenham nítida a linha evolutiva do idealista ao estadista. Apenas semelha um primeiro esforço, logo abandonado, de ajuste com as conveniências e os interesses de partido, certo matiz de conformidade, do panfleto *Males do Presente* — com as grandes forças dominantes: a Coroa, o Senado, o Conselho de Estado, depois por ele combatidos direta e claramente.

A MARCHA PARA O GOVERNO

Só uma vida mais longa, completada aquela transformação, daria as dimensões exatas de Tavares Bastos. Faltaram-nos, para a delimitação de sua área pessoal, os ângulos do tempo, da idade, do governo.

Político e pregoeiro de reformas, não teve a prova do poder para descobrir toda a própria arcadura.

A morte poupou-lhe, quem sabe, as desilusões da impotência realizadora — desapareceu com todo o calor da esperança, e o inteiro vigor dos crentes no futuro.

Crente no futuro...

Um dia, defendendo-o dos aproveitadores que queriam subir sem compromissos com idéias, num desabafo íntimo dumas memórias políticas, devia referir-se a si mesmo, quando exclamava: “E o futuro? Não! Ha-de haver quem saiba governar, quem saiba no poder realizar idéias sinceramente professadas, estudadas, combinadas, vulgarizadas. Ha-de haver quem, sendo liberal, vá ao governo servir às aspirações liberais de seu país, e não surpreendê-lo fazendo do poder o mesmo uso que seus adversários... Não! As idéias não morrem! As idéias liberais hão de ter o seu dia de governo neste país. Não sereis vós os órgãos, serão outros; pouco importa os seus nomes, serão verdadeiros liberais.”

Morreu com o partido ainda fora do poder, no retiro e depuração do ostracismo, medicina, de cujos efeitos era tão crente — “não pensamos em voltar ao poder, nem queremos voltar já... divididos e enfraquecidos... a oposição durante algum tempo nos rehabilitaria, se tivéssemos juízo. Não ambicionando, nem esperando o poder, facil nos será escrever com liberdade” (carta a Saraiva, 24 de Outubro de 1868).

Mais valia a liberdade para o escritor, que a ambição satisfeita para o político; o doutrinador e o literato venciam o que poderia haver nele de homem de estado.

Não tinha pressa. Pouco mais de dois meses antes de morrer, escrevia, acalmando o pai, inquieto com a ausência e os riscos que

corria a sua eleição: "por enquanto a política ativa só teria tormentos para mim, e posto que quasi curado (e a morte o estava rondando tão perto !...) a inércia forçada destes últimos anos tornou-me um pouco indolente". Sentia um fastio prévio da actividade política, do poder, para o qual, entretanto, se estava preparando: "demais muito tenho que ler e meditar, para de novo entrar com vantagem no parlamento".

Estava quasi a acabar e muito "lia e mediatava". Quatorze anos antes, quando começava, dissera a Saraiva: "vou estudar como menino de colégio"...

Via que o poder, o governo, se aproximavam, e com eles a possibilidade de, afinal, realizar suas idéias, todas elas, todos os programas. Dia a dia, meditava, preparava-se e parecia preparar a esposa para as funções sociais de mulher de ministro. Na Europa "orienta a educação da mulher" (Carlos Pontes, pág. 345), assiste e aproveita as lições de piano e línguas.

A morte interrompeu estes aprestos ao governo.

MORTE OPORTUNA ?

Devemos lamentar que desaparecesse tão cedo?

Não é esse martírio de decepado nas suas esperanças uma das palmas de sua glória ?

Não nos apparece a sua estátua, assim mutilada, mais bela, como tantas do mundo antigo, despojadas de um gesto que a imaginação supre sempre com maior perfeição ?

Se a morte o poupasse então e assistisse seu partido chamado ao poder em 1878, por um ato do poder pessoal, por um *golpe de estado*, igual ao que o apeara dez anos antes? Se visse constituido um ministério, tirado da vontade imperial, contra uma maioria parlamentar, sem que a retirada do gabinete e a queda do partido adversos tivesse precedido o menor incidente com as câmaras ou mesmo com a coroa ?...

Acceptaria a pasta que por certo lhe offereceria Sinimbú ? Transigindo com o poder pessoal, acceptaria, com o compromisso prévio sobre o modo de realizar, ou melhor, de protelar a eleição directa ?

E limitaria só a essa questão o seu programa, abandonando no poder todas aquellas outras idéias, sem algumas das quais julgava inoperante a própria eleição directa ? Iria participar da desventura politica daquele gabinete, que se poderia apellidar um ministério de fracassos ?

Ou, fora do poder, manter-se-ia a doutrinar no vácuo, sem ser ouvido, já nem pelo próprio partido, nem por seu melhor amigo, armados do poder ?

Desiludido, impotente, desesperado, decidir-se-ia então pela República e a revolução ?

Que destino estava reservado àquele homem no porvir ?

Deus sabe porque lhe cortou a existência naquele tempo justo — talvez para não perdê-lo, certamente para que não perdesse nunca esse futuro.

* * *

Fosse como fosse, não abandonaria a vocação liberal que estava nas raízes de seu pensamento.

Podemos rastrear-lhe leves oscilações; esta ou aquela contra-dição; submeter à contra-prova da crítica a utilidade de alguns propósitos seus — há dois axiomas naquela vida — a fidelidade às principais idéias que defendeu, a rajada ultra liberal, quasi revolucionária, que o impelia.

Como faz bem lembrá-lo assim; como faz bem recordar esse liberal nesta nossa triste época, em que regula a lei da necessidade, a lei da ambição, a lei da força, e o "*Vae victis*" do bárbaro deixa de ser uma lamentação irônica do vencedor para ser o "*ai!*" dos fracos" a definição de uma política !...

Como faz bem lembrar um liberalismo assim — quando resurgem das camadas mais profundas das idades aqueles monstros morais, que já julgávamos de há muito fossilizados na história: — a conquista, o confisco, a perseguição por motivo de raça e religião, o saque, o silêncio compressor, a mordaga nas almas ? !...

Que estas recordações nos levantem o espírito; que nossos corações sacudam o desalento e antes se embeba com elas na firme esperança de tempos melhores." (*Grandes aplausos.*)

O SR. MANOEL CICERO (*Presidente*), agradecendo ao Sr. Wanderley Pinho o haver acedido ao convite que lhe fizera, felicitou-o pelo brilhantíssimo trabalho que acabara de ler.

Agradeceu, depois, a presença do auditório e encerrou a sessão.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,
2º Secretário.

SESSÃO ESPECIAL (SESSÃO 1.657), EM 19 DE MAIO
DE 1939

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Às dezesete e meia horas abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Cardeal D. Sebastião Leme, Max Fleiuss, José Wanderley de Araujo Pinho, Braz Hermenegildo do Amaral, Basilio de Magalhães, Raul Tavares, José Maria Moreira Guimarães, Hermenegildo Rodrigues de Barros, Candido Mariano da Silva Rondon, Manoel Tavares Cavalcanti, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Herbert Canabarro Reichardt, Francisco Radier de Aquino, Francisco José Pinto, Leopoldo Feijó Bittencourt, Alexandre Emilio Sommier, Augusto Tasso Fragoso, Virgilio Correia Filho, Alfredo Ferreira Lage, Elmano Cardim, Thiers Fleming, Carlos da Silveira Carneiro, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Augusto Tavares de Lyra e Antonio Leoncio Pereira Ferraz.

Ao assumir a presidência o Sr. MACEDO SOARES, pediu a palavra o Sr. BASILIO DE MAGALHÃES, que enalteceu a figura do novo presidente, de tanta projeção social, não só em nosso país, como no estrangeiro, referindo-se aos grandes trabalhos por ele publicados sobre *Psicologia e Pedagogia*, *Falsos trofeus de Ituzaingo*, *O Brasil e a Sociedade das Nações*, e, principalmente, o que escreveu para o Congresso do Centenário do Instituto e intitulado *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, que acaba de aparecer numa edição primorosamente feita.

Em seguida, o Sr. FLEIUSS, Secretário perpétuo, leu o ofício do Sr. RODRIGO OCTAVIO, concebido nestes termos:

— “Ex. Sr. Secretário Perpétuo.

“Acuso recebido o ofício em que V. Ex. se dignou comunicar-me que o Instituto Histórico, em sua última Assembléia geral houve por bem elevar-me à classe dos sócios grande beneméritos.

Apreciando na devida conta a alta distinção que me confere o Instituto, venho pedir a V. Ex. se digne apresentar aos nossos consócios que se reunirem em sua próxima sessão, a expressão de meu profundo sentimento de gratidão.

Prevalecendo-me da oportunidade peço a V. Ex. aceitar meus protestos de estima e consideração".— *Rodrigo Octavio*.

Depois leu este telegrama do Sr. BERNARDINO DE SOUZA:

Exmo. Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

"Lamento que por doente não me seja possível bater palmas hoje à sua ascensão à presidência do nosso Instituto. Saiba, porem, o dileto amigo, que ninguém deseja mais sua permanência neste posto por muitos anos do que o seu veraz admirador.— *"Bernardino de Souza"*.

Logo depois, o Sr. MACEDO SOARES leu a seguinte alocução:

"Eminência. Minhas Senhoras. Meus Senhores.— As generosas palavras pronunciadas pelo nosso distinto consócio, o preclaro historiador e geógrafo Sr. Basilio de Magalhães, em sendo uma demonstração da magnanimidade do ilustre mestre, constituem para mim um compromisso: o de tentar na gestão do cargo que tão munificentemente me foi confiado, seguir, ainda que de longe, a atuação dos beneméritos Presidentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Por felicidade minha, cabe-me presidir pela primeira vez uma reunião deste venerando sodalício, justamente quando se trata de prestar homenagem à República do Uruguai, recebendo sua eminente embaixada Militar que ora nos visita.

Não preciso dizer-vos que, fator da vida intelectual da Améri-rica, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro vem relembrar os seus infatigáveis trabalhos, realizados por mais de um século para alargar e aprofundar o conhecimento recíproco dos povos do continente, isto é, para fundamentar na razão os motivos sentimentais das nossas amizades internacionais.

O vosso país, senhor General Julio Roletti, tem um lugar dileto entre tais amizades.

A intimidade de relações, a comunidade de sentimentos e interesses, a solidariedade histórica entre os dois povos, dão-nos um ar de família, que explica o alvoroço da cordialidade da vossa recepção entre nós.

O Sr. coronel Orosman Vasquez Ledesma vai discorrer sobre um dos mais interessantes episódios da nossa comum vida militar, que chamamos batalha do Passo do Rosário, enquanto vós o conheceis por combate de Ituzaingó. E' assunto que foi tratado ca-

rinhosamente por dois presados historiadores brasileiros, o eminente sr. general Tasso Fragoso e o ilustre sr. Max Fleiuss, o nosso benemérito Secretário perpétuo.

O conferencista desta tarde é uma das mais brilhantes figuras culturais das corporações militares da América.

Percorreu todos os postos da hierarquia, ora na tropa servindo em unidades da arma da engenharia, ora comandando ou lecionando nas escolas de educação militar. Pouco depois do início de sua carreira na "Academia General Militar", recebeu nos anos de 1903 e 1904 as lições mais edificantes da vida nos campos de batalha. Tais lições, forçosamente, haviam de frutificar numa longa série de estudos e de trabalho, hoje culminando na direção da "Escuela de Armas e Servicios", um dos postos mais invejáveis que um mestre pode atingir na sua profissão.

O educador da mocidade militar uruguaia, que agora vos vai falar, é autor de numerosos trabalhos históricos e técnicos. Colaborando ativamente na elaboração das leis e regulamentos que deram o apuro atual da organização do Exército de seu nobre país, angariou uma autoridade profissional que o coloca na primeira plana dos oficiais uruguaiois.

Não quero retardar o momento de dar a palavra ao sr. coronel Vasquez Ledesma. Antecipo os agradecimentos e as homenagens respeitosas do nosso auditório". (*Palmas*)

Teve depois a palavra o sr. coronel Orosman Vasquez Ledesma, que discorreu sobre o tema: "Ituzaingó fué una batalla incompleta..." sendo, ao terminar, muito aplaudido.

Pediu em seguida a palavra o Embaixador do Uruguai, sr. dr. Juan Carlos Blanco, que enalteceu a personalidade do novo presidente do Instituto e o brilhantismo da sessão.

Ocuparam lugar à mesa, além do Sr. José Carlos de Macedo Soares e do Sr. Max Fleiuss, Sua Eminência o Cardeal D. Sebastião Leme, o Embaixador Juan Carlos Blanco, os Generais Julio A. Roletti, Francisco José Pinto, Valentim Benicio da Silva e Coronel Orosinan Vasquez Ledesma.

Fizeram-se representar, além do Chefe do Estado Maior do Exército, todas as corporações militares.

Levantou-se a sessão às 18 ½ horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,
2º Secretário.

SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA (SESSÃO 1.658), EM 31
DE MAIO DE 1939

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Às 17 horas abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, Francisco Rader de Aquino, Augusto Tavares de Lyra, Fernando Luiz Vieira Ferreira, José Wanderley de Araujo Pinho, Bernardino José de Souza, José Maria Moreira Guimarães, Braz Hermenegildo do Amaral, Rodrigo Octavio Filho, Candido Mariano da Silva Rondon, Lucas Alexandre Boiteux, Alexandre Emilio Sommer, Raul Tavares, Leopoldo Feijó Bittencourt, Elmano Cardim, Manoel Tavares Cavalcanti, Gustavo Barroso, José Mattoso Maia Forte, Rodolfo Garcia, Alfredo Ferreira Lage, Virgilio Corrêa Filho, Carlos da Silveira Carneiro, Hermenegildo Rodrigues de Barros, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt e Caio de Mello Franco.

O SR. FLEIUSS (*Secretário perpétuo*) leu as atas das sessões realizadas no dia 14 de Abril, 19 de Abril e 19 de Maio, as quais foram sem discussão aprovadas por unanimidade.

Leu, em seguida, das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio Branco, as relativas à data da sessão.

Logo depois, o Presidente Sr. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, disse o seguinte:

“Meus Senhores — Sabem todos os presados consócios que me coube a honra de presidir o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em consequência da renúncia que fez o ilustre Dr. Manoel Cicero do cargo que dignamente ocupava e da impossibilidade de assumir o alto posto, por motivos imperiosos, os dois eminentes patrícios Ministro Augusto Tavares de Lyra e Ministro Rodrigo Octavio, respectivamente, 1º e 2º Vice-Presidentes do Instituto.

Em se sabendo que os três ilustres nomes citados constam da diminuta lista dos nossos *grandes beneméritos*, compreende-se o aumento das minhas responsabilidades ao ter de substituí-los.

Manoel Cicero Peregrino da Silva tem vivido sempre entre os livros, pois dirigiu muito moço a Biblioteca da Faculdade de Direito de Recife, e depois durante vinte e quatro anos a Biblioteca Nacional. Foi professor e diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Reitor da Universidade do Rio de Janeiro. Pertence ao Instituto desde 1905, e tais os serviços a ele prestados que foi eleito seu 1º Vice-Presidente, e, neste posto, sucedeu ao inesquecível Conde de Affonso Celso. Está bem viva na memória de todos a maneira exemplar com que o nosso ilustre consócio presidiu às cerimônias do centenário do Instituto.

Augusto Tavares de Lyra é dos riograndenses do norte, afastados do Estado, um dos que mais tem provado o seu grande amor ao torrão natal, pois escreveu numerosos trabalhos sobre a história e a corografia do Rio Grande do Norte. Depois de ter sido Deputado Federal, Senador e Governador de seu Estado, Augusto Tavares de Lyra ocupou com grande destaque as pastas do Interior e Justiça e no Governo Affonso Penna e da Viação no quadriênio Wenceslau Braz. Por sua inteligência, cultura, notavel equilíbrio e grande conhecimento da administração e da legislação federal, firmou-se como um dos nossos maiores homens de governo. Continua prestando ao país serviços que o recomendam à gratidão nacional.

Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes tem sido um dos mais ilustres servidores do Brasil dentro e fora de suas fronteiras. Jurista, diplomata, professor, historiador, membro da Academia Brasileira de Letras, estava o eminente patricio naturalmente indicado para a presidência do Instituto Brasileiro de Alta Cultura, que ocupa com tanto brilhantismo. Há cerca de quarenta anos presta os melhores serviços ao nosso sodalício. Tem tido a glória de ver projetar-se nesta casa a figura do herdeiro de suas excepcionais qualidades: Rodrigo Octavio Filho.

Eis, meus senhores, grandes vultos do país e que tanto honram o quadro social do Instituto.

Meus consócios. Sabendo-se que o ilustre historiador Max Fleiuss é o Secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, compreende-se facilmente a tranquilidade com que estou recebendo o honroso encargo. E' que me sinto apoiado na excepcional experiência, na inteligência e critério de Max Fleiuss, que já dedicou cerca de quatro décadas de sua utilíssima existência ao nosso secular Instituto.

E' sina de Max Fleiuss tornar-se a coluna mestre de todas as instituições a que tem tão gloriosamente servido. Assim foi na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde serviu 17 anos, assim tem sido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Das minhas palestras com os meus ilustres companheiros de Diretoria sobre a direção dos nossos trabalhos, cheguei à conclusão de que o melhor programa a cumprir é prosseguir no traçado pelo saudoso Presidente Affonso Celso.

Cabe-nos, portanto, ultimar as catalogações da Biblioteca e Mapoteca, do precioso arquivo e dos numerosos documentos iconográficos que possuímos. Devemos procurar atualizar as diferentes publicações do Instituto, e em especial o notavel Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, de que apareceram, por ocasião do centenário da Independência, os dois primeiros volumes, graças principalmente à operosidade e dedicação do Comandante Carlos Carneiro, como já ficou dito no próprio prefácio da importante obra.

Meus senhores: Os que temos experiência de altos cargos de governo, já passado o meridiano da vida, devemos ser especialmente cuidadosos em depositarmos esperanças na cooperação eficiente dos poderes públicos. Toda prudência não deve, porem, excluir qualquer esforço no sentido de atrair a atenção dos poderes públicos para uma instituição do extraordinário valor cívico e cultural do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Devemos, pois, cogitar oportunamente de um plano que nos habilite a prestar os serviços que o Instituto deve ao Brasil, recla-

mando a colaboração do Governo; no que nada mais faremos do que despertar sua atenção para o cumprimento de um dos mais graves deveres do Estado Moderno, que é orientar a formação da mentalidade nacional que, como se sabe, baseia-se no conhecimento perfeito do passado, no culto das grandes tradições, no aperfeiçoamento das ciências que constituem o campo dos nossos estudos — para compormos o ideal brasileiro, legitimamente inspirado no complexo espiritual da Nação.

A brevidade do nosso mandato não deve ser empecilho para irmos desde já reunindo os materiais de uma grande construção destinada, como as antigas catedrais, a satisfazer as aspirações morais, como as vocações artísticas das gerações que se sucedem harmoniosamente através dos tempos.

O nosso lema deve ser: prosseguir, sempre mais por diante.

Sei que o Instituto pode contar com o concurso desinteressado e generoso de todos os consócios para realizarmos a obra comum. Agradeço a oportunidade que me deram de servir. Servir é um dever, e nada mais agradável do que cumprir utilmente um dever que fala ao nosso patriotismo.

Tenho dito.” (*Grandes aplausos.*)

O SR. FLEIUSS (*Secretário perpétuo*) disse ter duas comunicações a fazer. A primeira quanto ao volume XI do Boletim da Academia Nacional de História, de Buenos Aires.

O volume constitue uma homenagem daquela Academia ao Instituto Histórico, por ocasião do Centenário, encerrando a atuação do Dr. Rodolfo Rivarola, representante da Academia nas solenidades, bem como as homenagens oficiais do Governo Argentino, lembrando as palavras de Mitre: “O Instituto é a associação científica que mais alto se tem erguido na América do Sul.”

Traz a reprodução da medalha especialmente cunhada para celebrar o Centenário do Instituto, o discurso do Dr. Ricardo Levene, as palavras do Dr. Ramon Cárcano, o relatório do Dr. Rivarola sobre a comemoração, as memórias de Max Fleiuss denominadas — “*Cem anos bem vividos*” e *Pedro II e o Instituto Histórico; D. Pedro II e seus livros*, do Dr. Aurelio Lopes; *O Imperador e a instrução pública*, do Dr. Ramiz Galvão; *Mitre e Pedro II*, do Dr. Pedro Calmon.

Encerra também o histórico social dos argentinos que fizeram ou fazem parte do Instituto: Domingo Faustino Sarmiento, Wenceslau Paunero, Bartolomé Mitre, Estanislau Zeballos, Vicente G. Quesada, Angel Justiniano Carranza, Norberto Quirno Costa, Martin Rivadavia, Alexandro Sorondo, Miguel Juarez Celman, Martin Garcia Merou, José Clementino Soto, Mariano Pelliza, General Julio A. Roca, Adolfo Saldías, Ernesto Quesada, Carlos Lix Klett, Ramon J. Cárcano.

cano, Roque Saenz Peña, Julio Fernandez, Adolfo P. Carranza, Lucas Ayarragaray, José J. Biedma, Clemente L. Fregero, Ricardo Levene, Agustin P. Justo, Enrique de Gandia, Julio A. Roca. E todas as indicações transcrevendo as propostas, pareceres, discursos e recepção.

O volume, pois, da Academia Nacional de la História, de Buenos Aires, deve ser profundamente grato ao Instituto, sem deixar em olvido o nome do Dr. Ricardo Levene, que organizou o trabalho, demonstrando, assim, mais uma vez, a sua amizade ao Brasil e ao nosso Instituto, do qual é eminente sócio.

A segunda comunicação referiu-se ao aparecimento do inventário do arquivo Imperial, existente no Castelo d'Eu.

O inventário vem publicado em dois volumes dos Anais da Biblioteca Nacional, constituindo os de ns. 54 e 55.

Abrindo o trabalho, diz o Dr. Rodolfo Garcia, nosso ilustre consócio e proveto diretor daquele benemérito estabelecimento:

“O presente inventário dos inestimáveis documentos históricos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil, no Castelo d'Eu, em França, foi levantado por pedido de Sua Alteza o Príncipe D. Pedro de Orléans e Bragança, pelo ilustre escritor Sr. Dr. Alberto Rangel, auxiliado pelo Sr. Miguel Calogeras. Seus originaes foram confiados à Comissão do Centenário da fundação de Petrópolis, como contribuição de Sua Alteza à comemoração ali realizada. A publicação nos Anais deve-se à gentil intervenção do Sr. Dr. Alcindo Sodrê, digníssimo secretário daquela comissão, que para tanto obteve autorização de Sua Alteza.

Repertório abundante de indicações e subsídios para a história do período imperial, o Inventário do Arquivo d'Eu destina-se a prestar grandes serviços aos estudiosos brasileiros, que se interessam pelo mesmo período. À Sua Alteza o Príncipe D. Pedro, que se dignou de escrever a *Nota* que precede esta publicação, bem como ao Sr. Dr. Alcindo Sodrê, aquí ficam consignados os agradecimentos da direção dos *Anais*.

Biblioteca Nacional, 24 de Novembro de 1938. — *Rodolfo Garcia, Diretor.*”

Continuando, o Sr. FLEIUSS pediu que figurasse como anexo na ata da presente sessão o magistral artigo do Sr. Plinio Barreto, publicado no *Estado de São Paulo*, no dia 27 deste mês, no qual analisa com toda a justiça o magnífico trabalho do nosso atual Presidente, Sr. José Carlos de Macedo Soares, sobre “*Fronteiras do Brasil no regime Colonial*”.

O SR. FLEIUSS (*Secretário perpétuo*) leu, depois, os seguintes pareceres da Comissão de Admissão de Sócios:

— A Comissão de Admissão de Sócios aplaude inteiramente a eleição, para sócios correspondentes, dos Srs. Cecilio Baéz, Luis Norton de Mattos, Roberto Simonsen, Jorge Hurley, Padre Serafim Leite e Domingo Amunategui Solar.

Rio, 25 de Maio de 1939. — *Augusto Tavares de Lyra*, relator. — *Epitacio Pessoa*. — *Braz do Amaral*.

— A Comissão de Admissão de Sócios propõe para as duas vagas existentes na classe dos sócios efetivos os Srs. José Luiz Baptista e Edmundo da Luz Pinto.

O Sr. José Luiz Baptista é autor de duas monografias, apresentadas, respectivamente, ao 1º Congresso de História Nacional, realizado pelo Instituto em 1914, intitulada "*História das Entradas, determinação da árca que exploraram*" e ao Congresso do Centenário do Instituto, sob a denominação "*O surto ferro-viário*".

A primeira foi examinada e aprovada pela comissão composta dos Srs. Gastão Ruch (relator), Basilio de Magalhães, Domingos Monteiro, Geraldino Campista, Alfredo Russell e Jeronymo Jardim.

A segunda pelos Srs. Rodrigo Octavio Filho, Roberto Simonsen (relator), Bernardino J. de Souza, Affonso d'E. Taunay, Oliveira Vianna, Alfredo Ferreira Lage e Oscar G. Sant'Anna.

Quanto ao Sr. Edmundo da Luz Pinto é autor de um excelente trabalho oferecido ao Congresso do Centenário do Instituto, denominado "*Principais estadistas do segundo reinado*" e apreciado com grandes louvores pela comissão constituída pelos Srs. Octavio Tarquinio de Souza (relator), Tavares Cavalcanti, Wanderley Pinho, Leão Teixeira Filho e Pedro Calmon.

E para a vaga na classe dos sócios correspondentes a Comissão indica o Sr. Alcindo Sodré, autor da monografia "*A Abolição*", apresentada ao Congresso do Centenário do Instituto e julgada pela respectiva comissão composta dos Srs. Wanderley Pinho (relator), Carolina Nabuco, Edmundo da Luz Pinto, Octavio Tarquinio de Souza, Leão Teixeira Filho, Pedro Calmon, H. Canabarro Reichardt e Tavares Cavalcanti.

Rio de Janeiro, 25 de Maio de 1939. — *Augusto Tavares de Lyra*, relator. — *Epitacio Pessoa*. — *Braz do Amaral*.

O SR. BRAZ DO AMARAL pediu dispensa de interstício regulamentar para ser procedida a imediata votação desses pareceres, o que foi concedido.

Aprovados unanimemente os pareceres, o Sr. PRESIDENTE proclama:

Sócios efetivos do Instituto os Srs.:

Edmundo da Luz Pinto e José Luiz Baptista;

Sócios correspondentes, os Srs. :

Alcindo Sodré, Cecilio Báez, Domingo Amunategui Solar, Jorge Hurley, Luiz Norton de Mattos e Roberto Simonsen.

O SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES comunicou depois a oferta do Sr. Dr. Getulio Vargas, Presidente da República, e Presidente Honorário do Instituto, do exemplar n. 14, em papel fabriano, com dedicatória autógrafo, da sua obra "*A nova política do Brasil*", ficando resolvido que a mesa do Instituto agradeça pessoalmente a S. Excelência.

O SR. PEDRO CALMON disse que, por seu intermédio, o Sr. Francisco de Brito Gorjão, de Lisboa, oferece ao Instituto Histórico — uma homenagem à cultura e ao civismo brasileiro — uma coleção de cartas de D. Pedro I ao Marquês de Paranaguá, incluídas no espólio da Marquesa, sua mulher, de quem o ilustre ofertante é sobrinho e herdeiro.

Encarecendo o presente e manifestando o interesse que resulta da leitura desses velhos papéis, o Sr. Pedro Calmon comentou vários deles, para mostrar que a história parcial, contemporânea do primeiro imperante, foi com este muito injusta, ao retratá-lo como um príncipe mal educado e despótico, que não podia compreender as suas responsabilidades públicas. D. Pedro I não seria como o pintaram os lisonjeiros de sua corte, nem — em compensação — como o descrevem os inimigos do trono, ao calor das paixões desencadeadas entre 1824 e 1834. Cheio de defeitos, porém, ornado de qualidades heróicas, não foi um varão de Plutarco; simplesmente — e integralmente — um varão. Homem corajoso, forte, decidido, franco e patriota. Esses bilhetes do espólio de Paranaguá afirmam dois merccimentos que costumeiramente lhe têm sido negados: respeito pela administração pública, e empenho meticoloso em dotar o país com a sua defesa, habilitando-o a ser uma potência respeitada. Numa carta de 1824 (e a leu) pede ao Ministro da Marinha um favor para um protegido, mas sem se esquecer de, duas vezes em quatro linhas, lembrar que o fizesse "salvo inconveniente". Mandava, queria... e lembrava que a resistência à ordem se legitimava, havendo "inconveniente" em ser cumprida. Isto em Janeiro de 24, logo depois de acabada a Constituinte. Em 1826, da Baía replicava ao Ministro inglês Stuart como nenhum de seus antepassados talvez tivesse ainda respondido a um representante da "fiel aliada"... (Leu a carta). Em seguida, ia ao Arsenal de Marinha e estudava a construção de uma fragata com o cuidado, a minúcia, a inteligência de um especialista... (Leu) José da Costa Carvalho, a que se refere a carta, patrão-mor da barra da Baía, habil construtor naval, é o pai do estadista, regente do Império e Marquês de Monte Alegre,

que, no ano seguinte, fundou a imprensa paulista, com o seu primeiro periódico, *O Farol Paulistano*... Por fim, uma carta do exílio, 1832... (Leu).

Após a comunicação que fez, o Sr. Pedro Calmon felicitou o Sr. Presidente pelas palavras proferidas no início da sessão e propôs que — verificando o interesse que causavam semelhantes achegas arquivísticas — o Instituto consagrasse uma parte de suas sessões a trabalhos deste gênero. Apresentados documentos inéditos, e comentados em debate instrutivo e oportuno, mediante ordem do dia previamente estabelecida, com certeza resultariam disto os melhores proveitos, tanto para a verdade histórica, que é o supremo objetivo da instituição, como para o esclarecimento de certos aspectos essenciais da civilização nacional. Retificação e ratificação de sentenças ligadas à compreensão dos homens e das coisas de antanho. O seu julgamento digno e o seu estudo à luz dos papéis ainda ignorados. Enfim, atividades que se justificam pelo desejo, que é de todos os sócios do nosso secular Instituto, de cada vez mais contribuírem para que a História da Pátria se elabore com os materiais — insubstituíveis — do testemunho autêntico, do depoimento respeitável, do diploma contemporâneo, das “fontes” que dizem a última palavra !

O SR. CAIO DE MELLO FRANCO, apoiando calorosamente a proposta do Sr. Pedro Calmon, declarou que, em sessão reservada do Instituto, poderia dar conhecimento de algumas dezenas de cartas e bilhetes escritos pelo Imperador à Marquesa de Santos.

Essa correspondência, de ordem íntima mas com apreciáveis indicações políticas, pertenceu ao espólio da Duquesa de Goiás e foi recentemente adquirida em Paris.

O SR. FLEIUS, aplaudindo a sugestão dos Srs. Pedro Calmon e Caio de Mello Franco, achava interessantíssima a idéia de serem lidos alguns documentos do arquivo. E’ testemunha da paciente averiguação que o Sr. Wanderley Pinho está fazendo nos papéis do Conselheiro João Alfredo, havendo documentos que elucidam muitos pontos da nossa história contemporânea.

Levantou-se depois a sessão.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,
2º Secretário.

ANEXO

**Artigo do Sr. Plinio Barreto publicado no Estado
de São Paulo de 27 de maio de 1939**

FRONTEIRAS DO BRASIL NO REGIME COLONIAL

É com vivo prazer que registo sempre, nestas colunas, o aparecimento de livros dedicados ao Brasil e aos seus vultos representativos. Não faz muitos dias dei notícias dos dois últimos volumes dos "Anais da Biblioteca Nacional", em que vinha reproduzida copiosa documentação sobre o Tratado de Madrid de 1750. Logo depois, dava conta do livro do sr. Hildebrando Accioly sobre os limites do Brasil. Hoje, abre-se-me oportunidade para falar de outro livro consagrado ao Brasil. É o do sr. José Carlos de Macedo Soares sobre as "Fronteiras do Brasil no Regime Colonial".

Pela apresentação tipográfica, pelos desenhos excelentes de Wash Rodrigues, pelo luxo com que foi editada, essa obra é, se assim me posso exprimir, verdadeiramente suntuosa. O conteúdo do livro é dos mais importantes, pois que compreende tudo quanto interessa historicamente à fixação das nossas fronteiras na época anterior à Independência. A exposição dos episódios, que assinalaram essa fixação, feita com sobriedade, é acompanhada de farta documentação e apoia-se em uma bibliografia opulenta.

Depois de recordar o papel que o infante d. Henrique desempenhou nas conquistas e descobrimentos lusitanos, e o cuidado que ele, bem como os reis de Portugal, tiveram em buscar na proteção pontifícia a legitimidade dos descobrimentos que iam realizando, obtendo dos papas bulas assecuratórias dos novos domínios, enumera o sr. Macedo Soares os atos pontifícios, que desde 1436 puzeram sob a jurisdição do trono português as terras que portugueses conquistassem aos infiéis. Na atuação uniforme e persistente dos reis lusitanos e na linguagem repisada das bulas concedendo e confir-

mando o domínio de Portugal sobre as terras descobertas e por descobrir, adivinham-se, assinala o sr. Macedo Soares, dois ideais em mira: o dos papas, procurando estender os limites da fé cristã e reduzir a ela os infiéis e o dos reis lusos, ansiando alcançar a cobiçada Índia pelo *mare tenebrosum*.

Tudo correu à maravilha até que a Espanha entrou, por sua vez, no ciclo das conquistas. Quando Christovam Colombo lhe entregou, de presente, a América, a corte espanhola tratou de obter de Roma, com a maior rapidez, bulas que lhe sagrassem as conquistas, o que conseguiu facilmente. No dia 3 de maio de 1493 o papa Alexandre VI, em duas bulas, concedeu, aos reis de Castela e Leão e seus descendentes as terras firmes, ilhas remotas e incógnitas, descobertas e por descobrir para as partes ocidentais e mar oceano, com os mesmos privilégios, imunidades, graças e liberdades anteriormente concedidos aos reis de Portugal nas partes da África, Guiné e Mina de Ouro. Na segunda bula acrescentou que as concessões pontificias se referiram às terras que não estivessem constituídas sob o atual domínio temporal de nenhum príncipe cristão. No dia seguinte, nova bula alterou algumas palavras das primeiras. As duas bulas *Inter Cætera* (tal a denominação que tomaram), nota o sr. Macedo Soares, são iguais nas duas duzentas e vinte e duas primeiras palavras, começando aí as múltiplas diferenciações; destas a mais importante foi a acima citada (a substituição de palavras), sendo que há nove supressões de palavras ou frases incertas na bula do dia 3 e não reproduzidas na do dia 4 e seis acréscimos na deste dia. A segunda bula *Inter Cetera*, prossegue o sr. Macedo Soares, não dividiu o mundo em metades — uma para a Espanha e outra para Portugal — como erradamente se repete com insistência. Fez aos reis de Castela e Leão concessão absoluta de todas as ilhas e terras firmes achadas ou por achar, descobertas ou por descobrir, para o ocidente e meio dia de uma linha desde o Polo Ártico ou Setentrião até o Polo Antártico ou Meio Dia, “quer sejam terras firmes e ilhas encontradas e por encontrar em direção à Índia, ou em direção a qualquer outra parte. A qual linha diste de qualquer das illas que vulgarmente são chamadas dos Açores e Cabo Verde, 100 léguas para o Ocidente e Meio Dia”.

Se essa bula prevalecesse, estaria encerrado o ciclo das navegações portuguesas, pois “outorgara à Espanha todas as possibilidades relativas ao descobrimento”. Mas a atuação decisiva de dom João II e as deficiências da própria bula, “as quais forçaram uma acomodação entre os reis católicos e o de Portugal”, preveniram o desastre. Desses dois fatores conjugados originou-se, após longas e trabalhosas negociações, junto à Santa Sé e junto à coroa de Espanha, o célebre Tratado de Tordezilhas, assinado em 7 de junho

de 1494. Por esse tratado, como se sabe, o mundo foi dividido em dois hemisférios por um meridiano distante 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, pertencendo à Espanha tudo que ficasse ao Ocidente e a Portugal tudo que se contivesse no Oriente. Esse tratado deslocou o meridiano de 100 léguas, fixadas na bula de Alexandre VI, para 370 léguas. O ponto de partida deixou de ser, também, no Cabo Verde e Açores, mas sim nas ilhas de Cabo Verde, ficando expressamente declarada a zona de dominação portuguesa, coisa que não fora feita na bula *Inter Cetera*. Mas esse tratado, como observou Capistrano de Abreu, foi meramente formal e teórico. Apesar disso, representou, para Portugal, uma vantagem: aparou o golpe que as bulas de Alexandre VI haviam vibrado na expansão marítima lusitana.

Mas essa vitória foi, apenas, parcial. Se o Tratado de Tordezilhas houvesse sido observado a risca, o Brasil não teria, hoje, a extensão territorial que tem. Felizmente, porém, para nós, “jamais foi feita a projeção do meridiano demarcador não só pela imperfeição dos mapas e instrumentos astronômicos da época, como porque o Tratado de Tordezilhas não fixou a ilha de onde se deveria iniciar a contagem das 370 léguas; não determinou o paralelo sobre o qual deveria ser feita a contagem nem definiu as dimensões da légua adotada, visto como não eram uniformes as medidas náuticas dos portugueses e espanhóis. Para maior felicidade nossa, Portugal e colônias estiveram, durante 60 anos, sob o domínio da Espanha, o que tornou indistintas as fronteiras portuguesas e espanholas na América do Sul. Não só a nova metrópole fez estender para o norte a colonização e criou mais três capitanias como, nessa época, começou a “epopéia desbravadora” do este e do sul do Brasil, levada a cabo pelos Bandeirantes. Quando, em 1640, o duque de Bragança, o “Feliz Restaurador”, escreve o sr. Macedo Soares, foi aclamado rei de Portugal, o “bandeirismo” já havia decisivamente recuado o meridiano de Tordezilhas. A esse recuo devemos boa parte da imensa extensão territorial que constitui o Brasil de hoje.

Em 1750, pelo Tratado de Madrid, que se deve ao gênio diplomático de Alexandre de Gusmão, procuraram Espanha e Portugal definir os limites gerais do Brasil e das colônias espanholas na América do Sul. Esse Tratado revogou o de Tordezilhas e aplicou para delimitação das fronteiras, o princípio do *uti possidetis*, em virtude do qual cada parte contratante ficaria com o que, atualmente, possuísse. Graças a esse princípio, pondera com acerto o sr. Macedo Soares, foi que o Brasil conseguiu resolver pacificamente todas as suas questões de limites. Outro tratado de importância para a questão das fronteiras do Brasil foi o de Utrecht celebrado em 1713. Nesse Tratado, a França renunciou formalmente a todo e qualquer

direito e pretensão que “pode ou poderá ter sobre a propriedade das terras chamadas do Cabo do Norte, situadas entre o rio Amazonas e o de Yapoc, sem reservar ou reter porção alguma das ditas Terras para que elas sejam possuídas daqui em diante por Sua Majestade portuguesa, seus descendentes, sucessores e herdeiros, com todos os direitos da soberania, poder absoluto e inteiro domínio”.

Esse Tratado reconheceu, ainda, que as duas margens do rio Amazonas, assim meridional como setentrional, pertencem, em toda a propriedade, domínio e soberania à Sua Majestade portuguesa, prometendo o rei de França jamais fazer alguma pretensão sobre a navegação e uso do dito rio com qualquer pretexto que fosse. Em Utrecht celebraram-se dois tratados, este de 1713 e outro em 1715. Pelo segundo, foi restituída a Portugal a Colônia de Sacramento.

Apesar do que, então, se convencionou e da tranquilidade que, durante muito tempo, reinou nas fronteiras, houve, como se sabe, pendência entre a França e Portugal e, mais tarde, entre a França e o Brasil a propósito da linha fronteira. Todas essas pendências só tiveram termo pela decisão arbitral do governo da Confederação Suíça, perante o qual o delegado brasileiro, Barão do Rio Branco, demonstrou, de maneira irrefutável, que o rio “Yapoc” ou Vicente Pinson não é o Araguari, como pretendia a França, mas o “Yapoc” que se lança no oceano imediatamente ao oeste do Cabo Orange, e que, por seu *thalvegue*, forma a linha da fronteira a partir da nascente principal desse rio “Yapoc” até a fronteira holandesa. A linha da partilha das águas na bacia do Amazonas, a qual, nessa região, é constituída, na sua quasi totalidade, pelas cumeadas das serras Tumucumaqui, forma o limite interior.

Pelo Tratado de Santo Ildefonso, firmado em 1 de outubro de 1777, procuraram Espanha e Portugal facilitar a demarcação da fronteira do sul do Brasil. Mas, por felicidade nossa, esse Tratado nunca foi executado. Se o tivesse sido, teríamos perdido o Território das Missões, compreendido pelas margens: esquerda do rio Uruguai, direita do Ibicuí e esquerda do rio Pipiriguassú. Não seria, hoje, brasileira, entre outras localidades, a cidade S. Borja, no Rio Grande do Sul.

O Tratado de Badajóz, assinado em 6 de junho de 1801, e que firmou a paz entre Portugal e Espanha, não revalidou o Tratado de S. Ildefonso, observa o sr. Macedo Soares, nem mandou restabelecer o *statu quo anti bellum*. Continuaram, portanto, na posse dos portugueses os territórios conquistados no Rio Grande do Sul e definitivamente incorporados ao Brasil.

Das questões de fronteiras uma das mais interessantes foi a que culminou na incorporação do Uruguai ao Brasil. Os reis da casa de Bragança, recorda o sr. Macedo Soares, alimentaram, sempre, o

ideal de estender as fronteiras da colônia lusitana até à margem esquerda do rio da Prata. Tanto fizeram que, em junho de 1821, obtinham de um congresso uruguaio, por aclamação geral, a incorporação do Uruguai, ao reino lusitano, sob o nome de Província Cisplatina. Essa incorporação foi bem aceita por todos, inclusive pelos chefes libertadores, mas não durou muito tempo. O sr. Macedo Soares detem-se nesse ponto. É que, desse ponto em diante, entramos no período em que o Brasil deixa de ser colônia e as pesquisas históricas que o sr. Macedo Soares se propôs a fazer se circunscrevem ao período colonial.

Com a independência passou para o Brasil todo o território da América do Sul que, até então, se achava sob o domínio da metrópole portuguesa. Entretanto a linha de fronteira da colônia estava quasi toda por ser traçada. Ao Império é que caberia a tarefa de fixar as fronteiras. Para facilitar essa tarefa, permanecia em pleno vigor, na América do Sul, o providencial princípio da *uti possidetis*, em virtude do qual cada um continuou a possuir aquilo em cuja posse já se encontrava. As repúblicas sul-americanas, de origem espanhola, frisa a esse propósito, o sr. Macedo Soares, intentaram fazer uma distinção entre *uti possidetis* de "hecho" e *uti possidetis* de "derecho". Procuram, assim, criar o que também chamaram *uti possidetis de jure* e *uti possidetis* de 1810, que consistia no reconhecimento dos limites em vigor no ano de 1810, consoante a legislação da metrópole comum. Mas essa tentativa tem sido combatida com os melhores argumentos: o *utis possidetis jure* repousa sobre uma afirmação contraditória: baseia-se num título e não no fato da posse. Ora, o *uti possidetis*, na sua verdadeira acepção, significa a posse imemorial, mansa e pacífica, independentemente de qualquer título. O Brasil teve a fortuna, porem, de ver firmado e reconhecido o princípio geral do *uti possidentis* tal qual, sempre o defendeu, isto é, a posse real e efetiva herdada ao tempo da sua emancipação política.

O sr. Macedo Soares não poupou canseiras nem despesas para enriquecer o seu livro da mais farta e convincente documentação. Todas as bulas a que se refere fê-las traduzir e reproduzir textualmente. Os Tratados, que analisa, foram, também, trasladados por extenso. Entre eles figura o de Paz e Aliança entre Portugal e o Brasil que reconheceu a nossa Independência, bem como a Convenção Adicional, em virtude da qual o governo brasileiro deu ao de Portugal a soma de dois milhões de libras esterlinas para extinguir as reclamações que, a propósito da Independência, foram levantadas por parte de Portugal. São reproduzidas, também, a Carta de Lei pela qual D. João VI mandou publicar e cumprir a ratificação do Tratado de Paz e Aliança e a Carta Patente pela qual o mesmo rei legitimou a independência política do Império do

Brasil, ressaltando formalmente a sucessão de D. Pedro I à Coroa de Portugal. Por essa Carta Patente, o governo do Brasil seria, dali em diante, tido, havido e reconhecido com a denominação de Império em lugar da de Reino, mas o rei de Portugal continuaria com o título e dignidade de Imperador do Brasil. A plena soberania do Império do Brasil pertencia ao Imperador, como a plena soberania dos reinos de Portugal e Algarves pertencia ao rei. Mas o título de Imperador do Brasil era comum aos dois monarcas. A confusão de limites, que reinava no território, procurou o rei português estabelecer-la, também, por essa Carta Patente, no título e dignidade de Imperador do Brasil...

Mapas esplendidos facilitam o estudo das questões de limites que o livro examina. Notas de erudição amenizam a severidade da narrativa e esclarecem pontos obscuros.

Vê-se do livro do Sr. Macedo Soares que, seguindo a melhor orientação, esse infatigável estudioso das coisas do nosso passado foge, cautelosamente, às hipóteses sedutoras para só dar guarida, nas suas exposições, ao fato que é atestado por documentos. A documentação ele a procura onde quer que se encontre, sem olhar a despesas e fadigas. Isso dá grande valor ao seu trabalho, tornando-se fonte obrigatória de estudos futuros.

* * *

Esse amor às pesquisas nos arquivos, essa preocupação do documento certo e autêntico que é reproduzido na íntegra, com a maior fidelidade e carinho, coloca o Sr. Macedo Soares entre os beneméritos dos estudos históricos brasileiros. E' de esperar que não fique a meio caminho e complete a exposição das nossas controvérsias de fronteiras, contando-nos, em outro livro, tão documentado como este, o que foram essas controvérsias após a Independência, durante o Império e na República e a maneira como foram resolvidas. Está por ser feita, ainda, a narração minuciosa, que possa ser lida por toda a gente, das grandes campanhas internacionais em que, sob a direção de Rio Branco e de Joaquim Nabuco, nos empenhamos para resolver as nossas questões de limites com a Argentina e com a Guiana Inglesa. Todas as fases dessa campanha acham-se copiosamente descritas nos pesados e numerosos volumes em que se trasladaram as peças dos grandes processos diplomáticos em que aquelas duas soberbas inteligências souberam defender os direitos do Brasil aos territórios que reclamavam. Mas esses volumes nem se encontram ao alcance de todos, nem proporcionam leitura fácil. Reclamam um espírito ágil que dele extraia o essencial e, em livro de leitura suave, conte-nos no que consistiu o litígio entre

o Brasil e os seus vizinhos e o modo como esse litígio foi sustentado pelos delegados brasileiros e resolvido pelos árbitros, acompanhada a narração dos textos necessários para a plena elucidação dos fatos e bastantes para que se faça uma idéia do talento com que os nossos representantes pleitearam o direito do Brasil às linhas ironeiras por que se bateu. Algumas narrações existem desses episódios notáveis da nossa vida internacional. Mas nem são completas, nem rigorosamente documentadas, nem isentas de paixão. O que reclamo, e isso é que não temos, é uma história completa, documentada e imparcial, sem o mínimo laivo de paixão, sem preocupações de louvor ou de censura, clara e objetiva, rigorosamente justa desse capítulo admirável da nossa formosa história diplomática. Essa história, no seu conjunto, precisa, também, ser escrita. Quando o for, verão os brasileiros que nunca nos faltaram, na direção dos negócios internacionais, manifestações de alta e segura inteligência e de sólida e edificante nobreza moral. A história diplomática e a história militar do Brasil, quando se escreverem como devem ser escritas, deixarão patente que dispomos de todas as qualidades básicas indispensáveis para virmos a ser um grande povo. Nutro a esperança de que essas duas histórias não de aparecer logo. O nosso passado, no que tem de glorioso, está despertando, cada vez mais, o interesse da geração atual. Multiplicam-se, diariamente, os ensaios sobre episódios históricos e personagens de relevo, de modo que os próprios autores desses trabalhos sentirão, à medida que alargarem as suas pesquisas, a necessidade de aproveitar em obras de conjunto esse copioso material esparso.

Tudo quanto se tem escrito de Caxias e de outros grandes cabos de guerra brasileiros, por exemplo, já constitue boa parte, talvez a mais importante, da história militar que precisamos dar a lume.

Cuidemos seriamente desses trabalhos, não só para nos elevarmos aos nossos próprios olhos, como também para mostrarmos a certos imperialismos atrevidos que não seremos jamais presa fácil de quem quer que seja. Aprofundemos o estudo da nossa história, para que mais viva e mais forte se torne a consciência da nossa grandeza e do nosso valor. Somos um povo de nobres tradições e não um aglomerado de aventureiros, sem fibra e sem coesão, que a primeira nação poderosa se julgue com o direito de escravizar e explorar. A nossa história — vê-lo-ão todos — é um título ao respeito alheio. Honra-nos e justifica todos os orgulhos.

PLINIO BARRETO.

TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA (SESSÃO 1.659),
EM 18 DE JUNHO DE 1939

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Às 17 horas abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, Virgílio Correia Filho, Augusto Tavares de Lyra, Emilio Fernandes de Sousa Docca, Francisco José de Oliveira Vianna, José Wanderley de Araujo Pinho, Raul Tavares, Edmundo da Luz Pinto, Rodrigo Octavio Filho, José Maria Moreira Guimarães, Braz Hermenegildo do Amaral, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Alexandre Emilio Sommer, Manuel Tavares Cavalcanti, Afranio de Mello Franco, Hermenegildo Rodrigues de Barros, Caio de Mello Franco, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Mario Carneiro do Rego Mello, Augusto Tasso Fragoso, Octavio Tarquinio de Sousa, José Luiz Baptista, Gustavo Barroso e Pedro Calmon Moniz de Bittencourt.

Justificaram a ausência os sócios: Francisco Radler de Aquino, José Mattoso Maia Forte e Bernardino José de Sousa.

O sr. secretário perpétuo, Senhor MAX FLEIUSS, leu a ata da 2ª sessão ordinária efetuada em 31 de maio último, a qual sem discussão foi aprovada por unanimidade.

O SR. VIRGILIO CORREIA FILHO (2º *Secretário*) leu, das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio Branco, as relativas ao dia da sessão.

O sr. presidente JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES declarou que daria a palavra ao consócio Sr. Caio de Mello Franco, para ler alguns documentos pertencentes ao arquivo secreto da Duquesa de Goiás, por ele adquirido em Paris.

O SR. CAIO DE MELLO FRANCO leu algumas interessantíssimas cartas de D. Pedro I à Marquesa de Santos, fazendo sobre as mesmas vários comentários muito aplaudidos.

O SR. MAX FLEIUSS leu também algumas cartas do 1º Imperador à mesma Marquesa, pertencentes à coleção do Instituto.

Falaram igualmente os SRS. RAUL TAVARES, GUSTAVO BARROSO e PEDRO CALMON, que propôs um voto de louvor ao senhor CAIO DE MELLO FRANCO por haver adquirido tão precioso repositório de documentos legitimamente brasileiros.

O SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES agradeceu ao senhor CAIO DE MELLO FRANCO a contribuição tão curiosa e que deu tanto realce à sessão. Anunciou, em seguida, que a próxima sessão será no dia 26 de julho, lendo o sr. WANDERLEY PINHO algumas cartas pertencentes ao arquivo do Instituto, e fazendo sobre elas um comentário crítico.

Encerrou-se a sessão às 18 e meia horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,

2º Secretário.

SESSÃO SOLENE ESPECIAL (SESSÃO 1.660) EM HOMENAGEM AO SENHOR CARDEAL-LEGADO E AO EPISCOPADO, EM 18 DE JULHO DE 1939

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Às 17 horas abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, Virgílio Corrêa Filho, Francisco Radler de Aquino, Augusto Tavares de Lyra, Braz Hermenegildo do Amaral, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Rodrigo Octavio Filho, Afranio de Mello Franco, José Maria Moreira Guimarães, José Wanderley de Araujo Pinho, Manoel Tavares Cavalcanti, Hermenegildo Rodrigues de Barros, João de Oliveira Sá Camello Lampreia, José Mattoso Maia Forte, Alfredo Ferreira Lage, Alfredo Valladão, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Herbert Canabarro Reichardt, Emilio Fernandes de Souza Docca, Thiers Fleming, Candido Marianno da Silva Rondon, Fernando Magalhães, d. Francisco de Aquino Corrêa, Martinho Nobre de Mello, Liberato Bittencourt, Alexandre Emilio Sommer, Augusto Tasso Fragoso, Alfredo do Nascimento Silva, Edmundo da Luz Pinto, Jonathas Serrano, Elmano Cardini, Levi Fernandes Carneiro e Raui Tavares.

ORAÇÃO DO SR. PRESIDENTE JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

O sr. PRESIDENTE MACEDO SOARES, iniciando os trabalhos, disse o seguinte:

“Acolhendo-vos, eminentíssimo sr. cardeal, exmos. srs. arcebispos e bispos.— tem esta Casa honra excelsa e intensa alegria. Estamos aqui em um templo. Há mais de um século entretemos neste Instituto um grande ideal patriótico, procuramos conhecer e avaliar todos os elementos do espírito que formam a história e assentam as bases morais da Nação brasileira.

Assim a obra deste veneravel Instituto é das que estão à mão direita de Deus que nesse lado do seu Trono pôs o Filho que é o ideal, a centelha divina coroando a obra universal da Criação.

São nobres todas as providências que a Inteligência humana perlustra na sua vocação de saber; mas as que dão vivo e inconfundível testemunho da vontade de Deus são as que indagam e fixam os fatos e as ações na esfera do espírito, na ordem do ideal, nos limites em que splende a personalidade humana.

“O verbo criou o Céu e a Terra. A Terra era informe e nua, as trevas cobriam a face do abismo; o espírito divino vogava sobre as águas”. Eis aí a primeira ata da Criação. O Verbo é o autor do Mundo!

O movimento natural que nos reúne no estudo e no trabalho deste veneravel sodalicio parte da profunda convicção da imortalidade espiritual da personalidade humana. O nosso afan é organizar e transmitir aos pósteros o patrimônio nacional do espírito. Essa obra tem tanto a ver com a pura contemplação da imagem divina que, transpondo estes humbraís, entre os nossos livros e arquivos, manuseando papéis que, como as águas do primeiro dia da gênese suportam a Idéia — pensamos nas palavras de David quando

dizia: "pedi uma só coisa ao Eterno, morar para sempre na sua Casa para contemplar-lhe eternamente a face".

Estamos, pois, aqui reunidos na grande família espiritual do Brasil. O nosso preclaro consócio, orador oficial da Casa, sr. professor dr. Fernando Magalhães, vai saudar-vos, eminentíssimo senhor Cardeal Legado; e o brilhante consócio sr. professor Pedro Calmon dirá em seguida da nossa admiração e respeito pelo venerável episcopado brasileiro.

Antes devo dirigir ao eminentíssimo sr. Cardeal-Legado a homenagem do nosso profundo devotamento a Sua Santidade o Papa. Por certo a homenagem protocolar rende-se ao Pontífice aqui presente na pessoa de seu Legado. Mas o nosso intuito é aludir com suma reverência ao Pastor Angélico, o grande amigo do Brasil, o predestinado da reconciliação da humanidade, o apóstolo da paz !

Nas armas do cardeal Pacelli fulgurou a divisa: "Opus justitia pax, conservada nas armas do Pontífice reinante, e que se pode entender a paz é obra da justiça ou a justiça é obra da paz. Efetivamente esses grandes ideais: a Paz e a Justiça andam juntas e entrelaçadas. O conclave relâmpago, sob a inspiração divina, não somente pelo acerto como pela rapidez da escolha, quis aplacar a grande sede da humanidade, de Justiça e de Paz. Tal é a sublime missão do grande Pontífice, no fundo de cujo coração fulge com recordação amavel o cruzeiro do sul.

Peço-vos, meus senhores e minhas senhoras, que nos concentremos um minuto na figura magna do chefe da Igreja, unidos no amor de Deus! (*Palmas.*)

ORAÇÃO DO SR. FERNANDO MAGALHÃES

(ORADOR OFICIAL)

Logo depois teve a palavra o orador do INSTITUTO, sr. FERNANDO MAGALHÃES, que proferiu a seguinte oração:

“Revestido da alta dignidade, expressiva e impar, de representante do Supremo Padre da Igreja Católica, em horas intermináveis de tanta amargura e nesta Casa secular onde se venera uma tradição de glórias, de lutas, de sofrimentos do povo brasileiro, aceitai, eminente Cardeal, a afirmação de solidariedade cristã na atitude de uma reverência reconhecida.

Redimido de culpa e agasalhado de fé, por longos anos de renúncias, de bravuras e de recordações — tal a história de nossa terra, nascida e vivida à sombra da Cruz — o Brasil segue feliz a abençoada palavra de seus pastores que, na meditação e na prece, perscrutam os horizontes indecifráveis e, na angústia cruciante dos tempos, exultam de alegria santa na plenitude das certezas futuras.

Longo sacrifício a faina apostólica. Um imenso território semeado de encantos, mas servido também de hostilidades. Pontos turbulentos de gente aglomerada e silêncios infinitos de desertos impiedosos. Homens desvairados na atração pecadora das cidades licenciosas ou no abandono mórbido das paragens indígenas, nutridos de perversidade ou gerados na ignorância, sem a visão de divindade pela cegueira do vício ou pela aflição da miséria. Por toda parte brados de socorro, gritos de orgia. E tudo longínquo ou rumoroso, corroído no indiferente, faminto ou herético, imoral ou inútil, mirrado de penas ou devorado de culpas, blasfemo ou fanático, analfabeto ou demagogo. Vale, porem, ao bando estoico e predicante a Providência, que reforça, pela vocação a milícia missionária, enriquecendo, dia por dia, o florilégio do martírio e do devotamento, sem que, em dois mil anos, tenha emudecido a voz do Profeta dos Profetas, onde palpita o Espírito condutor de almas, subindo das privações e dos esplendores da terra até a morada luminosa de Deus.

No impressionante espetáculo da semana conciliar, crepitante a chama perpétua da devoção, erguem-se ao Alto as vossas mãos ungidas pelo esplendor da realização, que tanto destaca a sabedoria da Igreja, como afaga a piedade de seus filhos.

Os homens decisivos entram na História com o signo da oportunidade. Na corte católica a mitra coroa o pensamento, o báculo encaminha a obediência. Quando a desordem social parece inevitável, surge inesperado o eleito dominador da tempestade. É o guia socegando o rebanho tresmalhado. Mal se anuncia o tumulto, as ovelhas, balindo, compõem o canto crepuscular do dia sopitado. Ao chefe, a serenidade da ação salvadora. Esse chefe, esse guia sois vós, cheio de ternura e rico de conselho, praticando para o bem do Brasil as lições de Cristo, vindo humano à terra pagã para abrandar e penetrar o coração dos homens.

Vivamos o reinado de Deus. *Tu solus Sanctus, tu solus dominus, tu solus altissimus, Jesu Christe.*

Os homens, no manejo subalterno dos interesses, querem para atender às alucinações da presunção, investir-se da onipotência. A ambição, iludida na glória fugaz das coisas terrenas, ávida e desenfreada, atira-se aos empreendimentos suntuários para ser tragada pela voragem do tempo e vencida na imobilidade da morte.

A realeza humana é uma trama de imprevistos, de ímpetos, de sobressaltos, de destruições. Todos cobiçam-na. No tumulto das investidas entrechocam-se os desejos que a inveja avilta. E a realeza humana é o espetáculo trágico da desigualdade que incita ao desespero e nele se fortalece. Os grandes ímpetos coletivos ruem solapados pela hipocrisia. A realeza humana é, assim, a crueldade da força própria e a escravidão de vontade alheia: desdobra-se no palavriado das falsas promessas e entorpece o sofrimento com as esperanças mentirosas.

Não compreendem os homens o seu destino. O mundo é o sonho, a submissão, o pesadelo. Na usurpação de autoridade e no desprezo pela obediência tudo se gasta: a justiça, a crença, a verdade, a sabedoria. Quebra-se a harmonia dos sentimentos, anuvia-se a doçura das expressões.

Na ânsia de subir todos se dilaceram e os desenganados choram de remorso no caminho plantado de cruzeiros que sombreiam os desvairados sepultos.

Reinar é atributo divino. Falta à criatura imperfeita a vocação criatória, estrutura integral, arcabouço da bondade opulenta. Por isso, tantas vezes o poder é ostentação, a autoridade domínio, a lei castigo, o pensamento condenação, a vida tormento.

As eras inquietas não teem faltado doutrinas e princípios espartados. Os códigos de direito acumulam-se, mutilam-se, conso- mem-se no esquecimento. Memória alguma lembrará tanta ordenação. Mas, um povo humilhado parte pelo desconhecido para a promessa, fiado na sabedoria dos mandamentos que reabilitam os perjuros e os idólatras.

Longe de seu olhar e perto de seu coração, recebe o homem feliz o consolo infinito que o espera. No fundo remoto de todas as vidas, mesmo as dos que as desatendem, a cruz é indelevel. Cruzam os fogos do céu na simetria das estrelas. Cruzam os caminhos da terra no silêncio das peregrinações. Cruzam as linhas do corpo na postura dos acolhimentos.

Transferindo a realza que o mistério da criação arrancou do deslumbramento, a turbulência das paixões retrocede indomável ao caos. Consequências da realza ímpia que nem a arrogância dos Césares pode amparar.

Dissídios, ódios, guerras — obra do homem-rei. Paz, concórdia, verdade, força do Rei pacífico, vindo ao mundo para unir todos os corações. No uso exato e providencial de suas investiduras, magistrados, príncipes e sacerdotes servem humildes a autoridade divina.

Homens de todas as terras, suportando o peso da vida afastarão de suas dores a soberba infiel e contaminada. A recompensa não se alcança com o cálculo corrompido, nem com o sangue imaculado. Sangue fecundo, tributo do Rei onipotente, cheio de mansuetude que, já próximo do Calvário, entre cânticos e aclamações, só e simples, pisou triunfante a terra festiva da Jerusalem predestinada.

O catolicismo, no seu maravilhoso instinto, sem armas ameaçadoras e sem arrogâncias tirânicas, impõe pelo espírito seu império indestrutível. Inimigos e adversários, durante dois milênios, no máximo do poderio, nunca venceram a Igreja, segura de sua perpetuidade pelo milagre de sua disciplina. No momento das maiores apreensões, quando parece vacilar a Casa de Deus, uma reação vigorosa amparada em energias vivas e vigilantes, reanima a hierarquia, senhora tanto da autoridade como da obediência, mas largamente aberta ao merecimento de todas as virtudes.

Os concílios recebem a inspiração e revivem a fidelidade. Até os desgarrados e os heréticos acabam embebedos no verbo criador e conversivo. Quanto mais apavorante o presságio, mais definitivas a réplica doutrinária e a consciência religiosa. Depois da Reforma, o Concílio de Trento.

A Igreja, firme e vencedora, espalha o perdão sobre os orgulhos castigados de esquecimento. E das tormentas ressurgem des-

lumbrante o Reino Universal, Reino da Verdade, Reino da Graça, Reino da Justiça.

Em cima a aristocracia episcopal a caminho da redenção, participa da grandeza do seu destino amparada na lealdade de seu sacrifício. E seus textos prolongados e impenetráveis, restauram o mundo em sua beatitude, de onde o afastam a insânia dos indivíduos, a rebeldia das multidões e a degradação dos sentimentos.

Encerrada com o desfile eucarístico o nobre colégio prelatício começa agora uma tarefa patriótica, espiritual, a propaganda do dogma, a essência da disciplina, o verbo missionário, ocupando a vossa existência, Eminentíssimo Senhor. Cumprindo o ministério do Benedicte Domine, a vossa vida pura, confiante e fertil entregou-se às obras vocacionais e à eficiência da ação católica.

No Brasil assenta bem a providência de S. Mateus, “grande é a colheita; poucos, porem, os colhedores”. O temor do sofrimento afasta os de pouca fé da beleza do pensamento de São Lucas, remetendo os cordeiros para onde uivam os lobos. Mas a vaga mística, cujo perfume, como o dos incensos subindo o espaço na tarde domingueira e transparente, acordará os tímidos e os fracos, porque os fracos, justamente são os escolhidos para confundir os fortes (São Paulo).

É a ação católica a nova cruzada sem morticínios nem pompas guerreiras. Pela doçura de uma crença profunda, cada qual, na substância de coisas finitas encontrará o sabor das realidades infinitas. Perecível, limitada a vida que nos anima, prolonga-se noutra vida sem termo. Para chegar até lá, para chegar até a eternidade, cumpra o católico a obrigação cristã, teologal e misericordiosa, honrando a caridade decadente que os fariseus modernos confundem com o egoísmo opressivo da salvação própria.

Muito mereceis da nossa veneração e do nosso afeto, Eminência. A um ideal máximo oferecestes o vosso ânimo caloroso. Com vossa tenacidade ninguém desatenderá. Sabem disso os que vos acompanham, votados à coragem de enfrentar os obstáculos e de sofrer todas as máguas. Nenhum desmerecimento. Qualquer revez fará recomençar. Paisagem de inverno sobre o campo repontado de brotos, cai a geada durante a noite: rompe o dia e o sol enegrece a lavoura. A desolação depois da fartura. A fatalidade dirá — tudo perdido. Uma confiança mandará recomençar. Recomençar é proceder. Só depende de uma decisão viril o renascimento da natureza. As fatalidades estimulam. E o espetáculo dos declínios não raro reviveja de mocidade.

Conosco, meu senhor, vivem os antepassados. Vozes paternas mandando também crer e recomençar, se o infortúnio se renova. Possamos nós e como eles tecer o fio de ouro que se perde nas dobras dos mistérios impenetráveis. (*Grandes aplausos.*)

ORAÇÃO DO SR. PEDRO CALMON

Seguiu-se com a palavra o sr. PEDRO CALMON, que disse a seguinte oração:

“Senhores.

A homenagem prestada ao Episcopado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em hora feliz reúne, sob os tetos da Casa da Tradição, a alta magistratura moral que representa a consciência católica do país inteiro.

O Concílio presidido por Sua Eminência o Cardeal-Legado deu-nos ensejo dessa comunhão, em que o Brasil todo figura na pessoa dos seus pastores d'almas: imagem da universalidade do dogma debaixo do arco-cruzeiro da Igreja de suas veneráveis sessões, exatamente neste recinto, da academia dos estudos do passado, onde a Pátria tem as suas dimensões definitivas, sugere-nos a idéia da massa e verdadeira unidade nacional.

Vindes, senhores arcebispos e bispos, de todas as dioceses da República; das vossas velhas e novas catedrais; das cidades à beira-mar amuralhadas pelo gênio colonizador dos nossos maiores ou do sertão, onde a Fé veste ainda a roupeta parda de frei Belchior de Pontes, calça as alparcatas de Manoel da Nobrega ou se arrima ao bordão de Anchieta para catequizar, pelas selvas, os restos do gentio. Trazeis, pois, na experiência de vossas prelaturas e na sua-vidade do vosso ministério uma visão mais íntima do Brasil que ajudais a educar; sois, principalmente, os sucessores, vós, os antístites das curias antigas, daqueles príncipes da Igreja que, pedra sobre pedra, edificaram o solar brasileiro com a cruz ao pé, desbravando-lhe à volta a floresta, civilizando-lhe a paisagem social em torno de suas nobres paredes, e aí instalando a dignidade da cultura transplantada das melhores classes portuguesas.

Estais, assim, em ambiente doméstico no seio duma instituição, qual a nossa, onde o fio da verdade é o roteiro das preocupações,

no meudo e desinteressado trabalho de retraçar a história da Nação; sobretudo ao aconchego duma inteligência que desdenha as prevenções de tese e escola, para achar e reconhecer — na justiça dos seus critérios — o Brasil autêntico!

O primeiro Bispo chegou em 1551.

O Brasil apenas esboçava a sua larga estrutura colonial. A “Sé de palha” dos jesuitas ombreava com os galpões onde se agasalhavam os homens de armas e os barracos onde se aposentavam os funcionários del-rei. Tudo estava por fazer. Vinha de Paris e da Índia o insigne humanista D. Pero Fernandes. Era professor de Coimbra. Fora no colégio de Santa Barbara condiscípulo de Ignacio de Loyola e conhecera Rabelais. Reluzia na sua face pálida de teólogo o gênio classista que os “bolseiros” de D. Manoel e de D. João II, abelhas espalhadas pelos vergeis da Europa, tinham ido recolher às suas fontes pagãs e impuras; e no seu gesto autoritário, na energia de sua palavra sábia, na bravura de sua atitude varonil, os soldados de Duarte da Costa podiam descobrir aquela vocação de comando, de heroísmo ou de sacrifício dos hispos medievais, que descalçavam, para abençoar, as manoplas de ferro — os seus duros guantes das Cruzadas... No litígio com o poder civil eleva D. Pero Fernandes, acima do terror de uma sociedade rude e de um clero ralo e assustado a majestade de sua cruz peitoral; é excessivo, mas esplêndido de cóleras eloquentes; intransigente, e corretivo; quasi feroz, nos seus zelos apostólicos, porem coerente, flamejante, exemplar. Sentira que numa colônia de povoamento o mais grave problema é o da família cristã. Precisava punir os absurdos de uma juventude destemida e atrabiliária, embora a chefiasse o filho do governador geral; puniu-os, inflexível com um Inquisidor, mas doutrinário e sistemático como um reitor de colegiada entre os rapazes tontos, pensando antes na influência, de sua férula, do que no efeito do seu conflito.

Outra analogia que lhe notamos com os santos doutores é o martírio, em que se lhe acabou a vida iluminada de eruditas latinidades.

Vítima de sua taumaturgia, o naufrágio e a hecatombe acrescentaram-lhe ao episódio — a que de início faltava certo senso de proporções — a láurea e o simbolismo.

Dalí por diante, sempre que os moços fidalgos quiseram insurgir-se contra o báculo e o púlpito, entre este e eles se ergueu a severa sombra de D. Pero Fernandes Sardinha! De sua morte tiraram os portugueses um compromisso de império e fé: foi a conquista do nordeste, vingativa e truculenta, como uma coluna de fogo que lhe incendiasse os campos maninhos. Atrás dessa invasão, que adubou de cinzas a terra fértil, os missionários internaram-se com o seu

pio e brando ensino, para repovoá-la de gente boa, de trabalho criador, de harmonia católica. D. Marcos Teixeira é, a alguns respeitos, da mesma estatura moral, principalmente da mesma fibra batalhante do seu antecessor, que fundou a diocese do Brasil. Não se lhe reduzia a jurisdição à arte de desbastar, nas almas toscas, as suas linhas ideais, desse honesto e grave cristianismo dos antepassados, que encontramos a rezar e guerrear aos costumes, elucidar as consciências, exercer o governo moral em oposição — tantas vezes! — aos interesses de Cesar.

Diogo de Mendonça Furtado, tivera notícia certa da armada que se aprestava em Holanda. Para resguardar a Baía desse ataque iminente, chamou ao serviço das armas os moradores. Ameaçava-lhes a economia, sobretudo as safras dos engenhos desamparadas dos seus braços, em benefício da cidade, demasiadamente segura na opinião de D. Marcos Teixeira — estranho àqueles ruidos de guerra próxima. — Retardaram-se os estrangeiros. O bispo ouviu as súplicas, por que deixassem voltar aos seus canaviais os lavradores. E aconselhou-os, magoando o governador e, o que foi pior, desarmando-o. Os olhos beatos abriram-se-lhe para a realidade quando as velas da esquadra flamenga deslisavam no azul do golfo, e pelas colinas da Baía retumbaram as salvas de sua artilharia.

Diante do Senhor, no altar pobre de sua catedral, o prelado confessou a sua ilusão e fez o seu juramento.

Tombou de joelhos um velho padre de mãos trêmulas, de cabeça grisalha, abatida pela consternação do zagal a quem devastam e destroçam o rebanho; e quem se levantou, alto, trepidante de ansiedade guerreira, a dextra instintivamente a procurar, num talim imaginário, a espada a que se abraça, nas oleografias, São Paulo Apóstolo, foi um cavaleiro que pedia a sua armadura e o seu cavalo.

Diogo de Mendonça Furtado foi levado prisioneiro pelos holandeses; mas ficou D. Marcos Teixeira para desagrává-lo.

Nunca mais vestiu a sua murça nem traçou a sua capa de púrpura. Andou por montes e vales, trajado de ferro, como um capitão em meio das hostes bárbaras e valentes. Convocou-as para a luta; dirigiu-as com uma ciência de manobras e assaltos de velho alferes amadurecido à sombra dos castelos mouros, investidos pelas lanças lusitanas. E, destarte, imagem penitente de um dever cívico que se acrisola na decepção e se beatifica no remorso, esgotou as últimas energias e morreu de fadiga, mostrando ao seu exército o itinerário da vitória.

No caso desses dois bispos oferecidos, por um destino simétrico, em holocausto à civilização nascente, evidencia-se o papel da Igreja

na construção do Brasil, e as provações do seu alto clero, no resgate, no polimento e na exaltação do espírito nacional.

Dir-se-ia que é uma ação disciplinar, embebida de sagradas leituras, escolástica, restritiva das liberdades mentais, que desde cedo invade a América portuguesa.

A verdade, porém, é bem outra.

A Igreja do Brasil não podia ser uma energia de moderação cultural se, por três séculos, foi quasi toda a cultura.

Muito menos podia ser um fator de limitação das liberdades racionais se, por três séculos, foi quasi toda a liberdade.

É importante fixar os dois pontos.

No panorama das letras coloniais — e assim no seu horizonte social — há uma tribuna dominante e independente. Seria inútil discutir-lhe a extensão desses privilégios. Porque indagarmos se era a melhor, uma vez que era a única? Fora do púlpito há outra cátedra, sem dúvida: mas colegial, para meninos, latinista, a cátedra de padres e frades no socego dos seus claustros. Apenas no púlpito a voz era livre, alta e franca: principalmente laudatória e causticante, vivaz e oportunista, a suprir todos os clamores de uma sociedade despojada dos seus instrumentos de afirmação intelectual.

Os poetas que dardejaram a sua sátira, os pasquins, que no-la deram em prosa incandescente, os livros, os dialetos, os oradores, surgiram, manuscritos ou anônimos primeiro, tempestuosos e revolucionários, finalmente, quando o Brasil de 1700 e de 1800 já era uma nação — na integridade do seu organismo, na sua sensibilidade nativista, na dextreza do seu pensamento, na originalidade agressiva e arrogante de sua raça mestiça.

Antonio Vieira, maior de todos, atribuiu àquela tribuna o sentido e a altura de um pretório.

E julgara — com a sua retórica espessa e temerária — o Estado e os seus métodos, a política e os seus agentes, o Brasil e as suas questões, o mundo cristão e os seus paradoxos, a mentalidade dos contemporâneos e os seus disparates, a atrocidade da colonização e os seus crimes, os direitos da criatura e a própria justiça do Criador, como se na sua eloquência falassem todos os séculos da Igreja sacudidos por uma intuição profética da Cidade de Deus...

Para isto vituperou a escravização dos índios. Foi abolicionista contra os colonos e, aparentemente, contra a colônia. Foi educativo antes da instrução leiga e das escolas públicas. Foi liberal antes da Independência, contra o absolutismo de além-mar; na monarquia, contra a coroa de estilo antigo e a centralização imperial. Precisamente por ter a Igreja formado no recesso dos conventos a elite de pregadores, de pensadores, de mestres de humanidades, em cujas fi-

leiras — onde muito tempo se monopolizou no país a cultura superior — as agitações patrióticas do fim do século XVIII recrutou os guias, os intérpretes da inquietação universal, os reformadores da Lei.

Isto foi indispensável; e era natural. Sem universidades; com o ensino, até 1759, circunscrito ao ciclo secundário dos padres jesuitas e disseminado, depois da expulsão deles, pelas cadeiras régias fragmentárias e desconexas, o Brasil não tivera professores e estudantes de cursos superiores, tipografias que lhes imprimissem a literatura, bibliotecas populares ou instituições favoráveis à circulação e ao manejo do livro impregnado de metafísica voltaireana. Os mosteiros foram o colégio, o seminário, a aula de filosofia, a livraria exclusiva, a academia de belas letras, o clube mais tarde, mesmo a arena onde se feriram os combates iniciais entre o nativismo, insolente e verboso, e o regime metropolitano.

Em São Bento da Baía e do Rio de Janeiro, por exemplo, datam do século XVII esses motins de frades, negando-se os brasileiros a reconhecer a chefia dos forasteiros, ensanhados em eleger os seus abades nacionais, nervosos e exorbitantes na suas escaramuças políticas, tão ciosos da autonomia de suas coletividades como aqui fora, nos velhos municípios, os homens bons de São Paulo e de Olinda na sua repulsa aos poderes invasores, fossem juizes desabusados, capitães-generais prepotentes ou até os doces religiosos no seu ministério de redimir os cativos...

Ao raiar o sol de 7 de setembro na vanguarda dos emancipadores negrejavam as sotainas ao lado das *casacas de briche* dos jovens "carbonários". O príncipe d. Pedro subia ao convento de Santo Antônio, onde frei Sampaio acomodava, numa cela cheia de livros, a sua sabedoria enciclopédica, como um grego em visita ao seu oráculo. A idéia republicana era quasi um programa... carmelita. Os frades de Recife e os vigários do Ceará suspendiam por sobre as multidões assombradas a flama dos princípios. Não faltam sequer à guerra sangrenta os soldados de tonsura, com um rosário pendente da cartucheira, arrebatados à vida claustral pelo entusiasmo que se comunicara, de paróquia em paróquia, a todas as sacristias do Brasil. A Inconfidência Mineira fora uma conspiração de cônegos e poetas. A Revolução de 1817, um drama em que se misturaram maçons-anglicanos, frades-jornalistas, discípulos de Mably e do abade Sietyès, místicos da regeneração da espécie humana, e bacharéis adolescentes. A Confederação do Equador voltou a ser uma insurreição de batinas e sabres, de idealistas profanos e eclesiásticos, de republicanos dos seminários e dos quartéis.

Esses religiosos, vistos do nosso tempo, em que os queremos tão afastados das paixões transitórias e desconcertadas da época presente,

parecem-nos padres falhados e grandes líricos de patriotismo delirante. Mas é inconcebível a crítica que lhes alumiasse as fisionomias viris à luz do nosso tempo. Teem de ser vistos no seu ambiente, na sua mocidade, na sua inexperiência, no seu sonho, no seu desvario nacionalista, na ocasião em que a crise da Independência deles exigia o sacrifício individual, em penhor de suas doutrinas, de suas convicções, de sua fé pura e perfeita... Bemditos desatinos: Asso-ciaram a Igreja à Pátria quando alhures as idéias do século XIX as separavam. Permitiram que a Pátria e a Igreja continuassem unidas o seu caminho. Fora um desbordamento: fecundo e temporário como as enchentes. Incumbiu-se o Episcopado, por este Brasil afora de restituir a Igreja às suas funções plácidas e construtivas: devolveram-lhe a serenidade, pautaram-na na honra de sua missão e na perseverança do seu ofício, deram-lhe dignidade, paz e elevação.

Os grandes bispos do Império chamaram-se D. Viçoso, o santoprelado de Marianna; esse fidalgo D. Romualdo, estadista e tamaturgo como um cardeal do século XV; o calmo e ilustre Conde de Irajá, cujo perfil ascético Machado de Assis nos descreve -- levando na mão vacilante uma benção fácil e aérea; o admirável Conde de São Salvador, tão da predileção da família imperial... D. Antonio de Macedo Costa, catequista, apóstolo da Amazônia, defensor da cúria contra a coroa, é um florão da galeria onde tem lugar à parte o capuchinho de trinta anos, barbas negras e olhar agudo, que se tornou algum tempo o paladino da ortodoxia e do Silabus numa sociedade habituada à mole tolerância dos ecletismos macios e céticos: D. frei Vital Antonio Gonçalves de Oliveira.

Basta de citações:

O arco-iris que presidiu ao conagraçamento entre a Igreja e Estado singularmente coincidiu com o decreto que os apartou.

A história contemporânea todos vós, Exmos. e Rvmos. Senhores, estais a construí-la: sois testemunhas e artífices; por isso mesmo seus respeitáveis julgadores.

O Episcopado prossegue a sua tarefa múltipla e discreta, lavrando as vinhas do Senhor sem esquecer a terra do berço, à maneira dos predecessores, de outrora, que lhe conquistaram para o seu santo trabalho. Levai, ao regressar, a segurança de que vo-lo prezamos e encarecemos. E oxalá possa o prestígio e a constância das preces em que invocais, perante Deus, o nome do Brasil, aumentá-lo, feliz e forte: por que, à sombra da Cruz que lhe propiciou a formação histórica, mantenha próspera e intangível a sua integridade, seja, pelos tempos adiante, a mesma Pátria soberana e cristã que a Fé antiga recortou nas imensidades do Ocidente! (*Aplausos*)

ORAÇÃO DO SR. BISPO DOM JOSÉ GASPAR DE AFFONSECA

Falou, por último, o senhor bispo dom JOSÉ GASPAR DE AFFONSECA, dizendo o seguinte:

Mais grata incumbência me não poderia sorrir nessa hora festiva, como a que me traz aqui para externar os agradecimentos que, ao Instituto Histórico e Geográfico, apresenta comovido o Episcopado Brasileiro.

Maravilhosa a disciplina da Santa Igreja!

Munido de credenciais do Santo Padre, aqui na Guanabara, meses atrás o Eminentíssimo Senhor Cardeal-Legado ergueu sua voz querida, convocando os Bispos do Brasil para o primeiro Concílio Plenário.

As margens dos grandes rios, cujas voltas contaram em longas e demoradas viagens; no coração das matas que abriram para a passagem do progresso; as regiões calcinadas pelas soalheiras e pelas secas, onde se fizeram a Providência dos flagelados; nos sertões imensos que se viram pequenos para os ardores de sua caridade; nos grandes chapadões e nas altas montanhas do país, nas cidades prósperas e nas opulentas capitais, onde o governo das almas enruga prematuramente as juventudes mais resistentes, na prece e no trabalho, guardavam os Bispos seus rebanhos queridos, olhos voltados para Cristo, único repouso das consciências, e forças consagradas à faina mourejante do apostolado. Há anos durava a lida, na penosa aspreza que Deus mesericordiosamente entremeia de consolações. Eram muitos. Alguns veteranos na labuta, outros recém-chegados apenas para as fadigas do pastoreio.

Foi assim que ouviram os Bispos a voz do nosso Cardeal, chamando-os para a legislatura religiosa do país. Cada um se ergueu, tomou o cajado e, vencendo mil tropeços, encaminhou-se para a nossa Capital, que há decênios quantos não visitavam. Os mais

diversos meios de locomoção foram usados, dos primitivos até os ultramodernos, da canoa vagarosa que vence a custo a correnteza das águas até o avião que passa ligeiro pelo azul dos céus. No dia aprazado, as 98 divisões eclesiásticas do Brasil, com seus Prelados, Cabidos, Clero e Ordens religiosas estavam a postos para a abertura do Concílio Plenário. Era a Santa Igreja, nas terras de Santa Cruz, reunida em forma solene e pública, após quatro séculos de suores e penas, lágrimas e sangue. Crescera silenciosamente como a árvore que, calada, vai se formando, para só despertar a admiração do agricultor quando se abotoa em flores.

Viera da Colônia pelo Império, quando, em 1889, separaram-na do Estado. Muitos lhe prognosticaram então o próximo esfacelamento, e a sorrir aguardaram o cumprimento de suas profecias. Morreriam de tédio se ainda o esperassem, ou lhes não abriria de vez os olhos para a fé o espetáculo que, edificados, presenciamos! De 89 para cá, há muitas ruínas às margens das estradas! A Igreja passou por elas ao se encaminhar para a aula do seu primeiro Concílio Plenário e aqui se encontra, na pessoa dos seus Pastores, para receber com sumo agrado as homenagens do Instituto Histórico e Geográfico. Agradecendo-as pela minha modesta palavra, querem os Bispos do Brasil nesta casa invadida pela serenidade da história, afirmar sua posição diante dos grandes destinos da Pátria.

É o Instituto uma casa do Brasil, dos seus anais, das suas tradições, dos seus documentos, dos seus grandes nomes. Montando guarda aos esforços dos nossos antepassados, estudando-lhes as empresas, sondando-lhes os ideais, pesando-lhes o valor e apontando-nos seus merecimentos, ele realiza num século iconoclasta, sadia obra de patriotismo, que o sagra à benemerência da nação. Há patrimônios que valem, sozinhos, milênios de história. O do Brasil, na sua grandiosidade, é o mais do que o tempo que teve para se formar. Fazeis bem, senhores, em defendê-lo ciosamente.

Ninguém é moço sem ter sido criança e nem se faz homem maduro deixando de passar pela juventude. Nos povos como nos indivíduos, a mesma lei de progresso preside à unidade da vida. Cada um carrega sempre alguma coisa do que foi, salvando ao tempo esta parcela de si mesmo, onde se polarizam os traços de sua fisionomia. Uma raça leva também consigo, onde quer peregrine, um grande contingente do seu pretérito, que resume sua índole, sua alma, que é todo seu patrimônio e que as comunidades sãs guardam e defendem com intransigente coragem.

Povo moço e sonhador, diante das nações milenárias da Europa, o brasileiro tem na face linhas definidas do seu passado, na epiderme muito colorido de sua terra, no coração reservas de tolerância e bon-

dade e no carater, ao lado dos defeitos, excelentes qualidades de que todos nós devemos nos orgulhar e envaidecer. Muitos quiseram nos moldar por formas estranhas. Contra esta moldagem forçada, protesta, porem, a sensibilidade de nossa educação.

Estas sezões que salteiam os povos, passando pelo Brasil, encontraram imunizadas as portas do Instituto, que ama o equilíbrio e cultiva a serenidade. Nesta casa, pois, onde se leciona pela experiência, onde se progride pela cooperação do passado com o presente e na justa medida das coisas coloca o caminho acertado para o futuro, podemos afirmar nosso patriotismo sem receio de sermos contrasteados em falso pelo Brasil.

Pugnamos pelo mais saudavel dos nacionalismos, por aquele que não separa o amor da Pátria do amor de Deus e no espirito de fé procura a lealdade e sinceridade de que as ações puramente humanas muitas vezes carecem. Pregamos a união de todos os corações no Coração de Cristo e a união de todos os brasileiros na bandeira do Brasil. Como Bispos, o limite para nossa caridade sobrenatural não são as fronteiras geográficas do nosso território; alem delas, em cada homem reconhecemos uma alma imortal, criada diretamente por Deus, destinada à eternidade de outra vida, e uma pessoa humana com seus deveres, seus direitos e suas liberdades. Não há, para nós, raças superiores ou inferiores, nascidas umas com o monopólio do genio ou da força e outras geradas com as taras do servilismo e da fraqueza, porque a mesma centelha de inteligência Deus acendeu em cada cérebro humano como em cada coração ateou idêntica fagulha de amor e bondade. Pelos seus esforços íntimos, cooperando com a graça, cada indivíduo pode ascender às cumiadas mais belas da vida, arrastando após si seus semelhantes. Detestando o ódio, que inimisa e separa, batalhamos pela caridade, que une e engrandece os homens e as coletividades.

Como filhos do Brasil, queremos-lo uno e indivisivel, profundamente religioso, intangivel na sua dignidade, amante de sua história, orgulhoso de suas tradições, docemente hospitaleiro para os que nos respeitam o decoro da casa, mas ousado e corajoso contra as aves de rapina, que voejam pelos nossos céus, eternamente anilados. Confiantes no futuro, erguemos penosamente as catedrais e igrejas, monumentos ao nosso Deus e ao nosso País, sabendo que, se um dia sobre nós soprarem os ventos das demolições, esborar-se-ão instituições venerandas, mas as pedras dos altares, profanadas embora, restarão sempre estaveis para nelas pousar sua fronte lacrimosa e ferida a Pátria que todos nós extremecemos. Ao lado de cada templo, levantamos ainda para os céus os nossos campanários, doce abrigo

para a inspiração melodiosa dos sinos nos anos de paz e, nas horas de lutas e refregas, altivos mastros para a bandeira do Brasil.

Condenamos as divisões, as discórdias, as perseguições, tudo quanto venha ferir o grande mandamento de Cristo Senhor nosso.

Para que a nação se torne maior, pugnamos intransigentemente pela santidade da família, célula da Igreja e da sociedade; pela família unida em Cristo, acima das rusgas e divergências de caracteres, indissolúvel na santidade de um amor feito de sacrifícios, renúncias e elevações e na farta fecundidade de um lar, onde o egoísmo não despoeva os berços, mas a esperança, que é uma virtude cristã, os embala na tranquila segurança de que Deus ampara quem não foge ao cumprimento de seus deveres.

Batemo-nos pela educação religiosa, moral, intelectual, social, civil e física da nossa mocidade. Um povo de atletas seria fragilíssimo se não cultivasse primeiro as forças da inteligência e da vontade. Derrotar adversários nada representa, quando nas arenas inferiores somos batidos cada dia pelas paixões e pelos instintos. Enrijar organismo, sacrificando o pudor é secar as nascentes de nossas energias morais. Ganha, pois, vitórias de verdade quem primeiro vence a si próprio. A mocidade será digna do Brasil, robustecendo-se nas convicções religiosas, disciplinando-se heroicamente, cultivando com seriedade os estudos e carregando em triunfo para o futuro a flama ardente que soube guardar acesa entre as primeiras tempestades da vida. Queremô-la vitoriosa para os destinos da Pátria e da Igreja.

Assim formado, será o nosso povo religioso, morigerado, honesto e disciplinado. Viverá em paz e justiça, à luz tropical do sol, à sombra meigamente protetora do Cruzeiro. Prosperará no desenvolvimento espiritual, intelectual, moral, social, comercial, industrial e agrícola, como bem merece a terra dadivosa e boa onde Deus nos fez a graça de nascer e viver. Assim pensam os Bispos do Brasil.

Se mais não falam em grandes ocasiões, sua voz é diuturna na intimidade das almas. Há reservas eloquentes, como há eloquências vazias. Os pontífices preferem a primeira, que é a mais arrebatadora.

Silencioso e recatado, dentro de sua dignidade refulgente, traz o Bispo consigo uma dose de experiência dos homens e das coisas e a graça inerente ao seu pontificado. Prefere trabalhar calado por Deus e pela sua Pátria, acima das apreciações do minuto que passa, julgando belo envelhecer muitos anos cada dia e recuar o descanso para o leito da morte, de onde Deus o erguerá para o repouso da glória. Luta assim com mais fé e coragem!

No âmago de seu coração, onde os olhos de Deus alumiam como a única lâmpada digna deste santuário, há uma coroa de espinhos, cujas pontas o tempo e as vicissitudes vão acerando, mas que o Pon-

tífice, sozinho e corajoso, carrega dentro de seu peito, porque sabe e espera que o Senhor as trocará, fecundando-as para que se abram as flores perenes na eternidade do paraíso. Batalha assim com esperança e paciência.

Conhecendo mil e uma dificuldades no ministério, perdendo e esquecendo, quando perdoar e esquecer não é atrair a Deus e a Igreja, só conhece o Bispo um grande consolo: o de toda manhã suplicar o Senhor que o faça maior do que as coisas pequeninas de cada dia e lhe conceda a graça de amar heroicamente seus irmãos, sem reservas e sem restrições. Trabalha, assim, com caridade e nobreza de alma!

Fé, Esperança e Caridade, as nossas forças, postas ao serviço de Deus e da Igreja, estão todas mobilizadas para o bem do Brasil e do seu povo. Legislando para a Igreja, em nossa terra — tereis ocasião de verificar quando forem publicados os decretos — de nada se olvidou o Episcopado, desde os grandes problemas religiosos e sociais até os arquivos e monumentos que desejamos se conservem intatos para a história e as artes brasileiras.

Findaram-se nossos trabalhos. Podemos regressar tranquilos, levando conosco, entre tantas consoladoras lembranças destes inolvidáveis dias, as gentilíssimas palavras dos oradores que nos saudaram nesta homenagem do Instituto Histórico e Geográfico. Fundado por um sacerdote, guiado pelo patriotismo do grande monarca que lhe presidiu, durante quasi meio século, com exemplar constância, as reuniões semanais, ele progride pela dedicação e inteligência de notáveis brasileiros. Bem merece de Deus todas as bênçãos celestes quem as tem e fervorosas da Pátria Brasileira. Sr. Presidente e Senhores sócios, nós, Bispos, as imploramos da munificência do nosso Deus e Senhor, com as mãos erguidas em direção dos céus para que a graça divina ampare e ilumine vossos trabalhos, e faça prosperar esta casa para o culto da nossa história e do nosso povo. Propicie a Bondade Divina a sinceridade dos nossos votos, com os quais agradecemos de coração as homenagens do Instituto. Sede felizes.

(Aplausos calorosos.)

Em seguida, o senhor PRESIDENTE MACEDO SOARES, agradecendo o comparecimento do Sr. Nuncio Apostólico, representantes dos Srs. Presidente da República e Ministro da Guerra, Embaixadores, Ministros Plenipotenciários, do Episcopado e dos representantes das autoridades, levantou a sessão às 18 e meia horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,
2º Secretário.

QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA (SESSÃO 1.661), EM 26
DE JULHO DE 1939

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

As 17 horas, abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: srs. José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, Augusto Tavares de Lyra, Virgílio Corrêa Filho, Francisco José de Oliveira Vianna, Braz Hermenegildo do Amaral, José Salgado, Alcindo Sodré, José Wanderley de Araujo Pinho, Hermenegildo Rodrigues de Barros, José Maria Moreira Guimarães, Herbert Canabarro Reichardt, Raul Tavares, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Candido Marianno da Silva Rondon, José Mattoso Maia Forte, Edmundo da Luz Pinto, Augusto Tasso Fragoso, Manoel Tavares Cavalcanti, Alfredo Nascimento Silva, Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, Alfredo Ferreira Lage, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Emilio Fernandes de Souza Docca.

O sr. MAX FLEIUSS (*secretário perpétuo*) leu a ata da sessão anterior, que foi aprovada e das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O mesmo sr. Fleiuss disse que, por intermédio do consócio sr. Leão Teixeira Filho, foram-lhe entregues os seguintes trabalhos do coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, sócio correspondente: *O Marechal Conde de Goltz, comandante em chefe do Exército Português; Os alemães no Exército Libertador (1832-1834); Batalhão de Caçadores Espanhóis do Guadiana (1834); Garret e Sá da Bandeira; Catálogo da Exposição Bibliográfica e Iconográfica Luso-Polaca.*

O PRESIDENTE MACEDO SOARES sauda o sócio correspondente sr. dr. José Salgado, presidente da Junta de História de Montevideu, ilustre historiador e jurista uruguaio, e que pertence ao Instituto como sócio correspondente há 28 anos.

O sr. JOSÉ SALGADO, pedindo a palavra, disse:

“Exmo. sr. Embaixador e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dr. Macedo Soares; exmos. colegas:

E’ para mim uma alta honra ocupar, neste momento, um lugar ao lado de tão ilustres representantes da intelectualidade brasileira, dos quais sou colega desde 1911, presididos pela eminente personalidade do sr. Embaixador e Presidente do Instituto, dr. Macedo Soares, cujas amáveis palavras de saudação agradeço de todo coração.

Minha pátria, o Uruguai, professa um grande carinho pela grande Nação Brasileira, cuja história e progressos extraordinários lhe causam admiração. Esta admiração e carinho são, antes de tudo, e sobre tudo, sinceros.

Na grande obra de solidariedade americana em que estão empenhados todos os povos da América, corresponde ao Brasil uma intervenção fundamental. O Uruguai dá também a essa obra o melhor do seu espírito e de seu coração.

O labor cultural que realiza, desde sua fundação, este prestigioso Instituto, é também uma grande obra de solidariedade americana, pelo que merece a gratidão e o reconhecimento não só do Brasil como de toda a América.”

Teve depois a palavra o sr. WANDERLEY PINHO, que inicialmente propôs um voto de pesar pelo falecimento do sr. Evaristo de Moraes, tendo o sr. Max Fleiuss observado que o sr. Presidente Macedo Soares enviara imediatamente, no dia da morte daquele criminalista, um ofício de condolências ao Instituto da Ordem dos Advogados.

Depois, o mesmo sr. WANDERLEY PINHO leu uma interessante carta do conselheiro João Ferreira de Moura, então ministro da Marinha, no gabinete presidido pelo Visconde de Sinimbú, em 1878, e sobre esse documento fez várias considerações, falando também sobre o assunto os srs. Max Fleiuss, Raul Tavares, Braz do Amaral, Tavares Cavalcanti, Pedro Calmon, Tasso Fragoso e Tavares de Lyra.

Encerrando a sessão, o sr. PRESIDENTE MACEDO SOARES convidou todos os consócios para a sessão especial que se realizará na próxima sexta-feira, 28, às 17 horas, na qual o sr. José Salgado fará uma conferência sobre a figura de d. Andrés Bamas, que foi ministro do Uruguai no Rio de Janeiro, em 1848, 1853, 1856 e 1867.

Justificaram o não comparecimento os srs. Francisco Radler de Aquino e Rodrigo Octavio Filho.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,

2º Secretário.

SESSÃO ESPECIAL (SESSÃO 1.662), EM 28 DE JULHO
DE 1939

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Às 17 horas abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, Francisco Radler de Aquino, Virgílio Corrêa Filho, Francisco José de Oliveira Vianna, Braz Hermenegildo do Amaral, José Wanderley de Araujo Pinho, Alfredo Ferreira Lage, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Alexandre Emilio Sommer, José Maria Moreira Guimarães, Hermenegildo Rodrigues de Barros, Rodrigo Octavio Filho, José Salgado, Candido Mariano da Silva Rondon, Herbert Canabarro Reichardt, Manoel Tavares Cavalcanti, Augusto Tasso Fragoso, Alfredo Nascimento Silva, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Elmano Cardim e José Mattoso Maia Forte.

O sr. MAX FLEIUSS (*secretário perpétuo*) leu, das *Efémérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

Depois de saudar ao sr. JOSÉ SALGADO, o sr. PRESIDENTE MACEDO SOARES incumbiu o sr. Max Fleiuss de fazer uma alocação no mesmo sentido.

O sr. MAX FLEIUSS, em ligeiras palavras, apresentou os cumprimentos de *bienvenida* ao ilustre jurista e historiador uruguaio, sr. José Salgado, sócio do Instituto Histórico, desde 1911, e que dentro em pouco falará sobre a figura de d. Andrés Lamas, o diplomata amigo do Brasil, e cujo nome pelos tratados que firmou, com o governo brasileiro, e demonstrações constantes de estima que deu à nossa pátria, está indissoluvelmente vinculada à nossa história diplomática.

O dr. José Salgado é uma das grandes figuras intelectuais do Uruguai. Foi membro do Congresso Constituinte e tem uma posição notável entre os juristas e historiadores. Pertence ao Instituto desde o dia 10 de outubro de 1911.

O ato inicial foi o seguinte:

Foi o seguinte o processo de sua admissão:

“Propomos para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o sr. dr. José Salgado, cidadão uruguaio, professor da Universidade de Montevidéu, advogado na mesma cidade, autor das seguintes obras: *De la poseson e Historia de la República Oriental del Uruguay*. Como título de admissão apresenta esta última obra.

Sala das sessões, 16 de maio de 1910. — *Max Fleiuss*. — *Norival Soares de Freitas*. — *Conde de Affonso Celso*. — *Arthur Guimarães*.”

O parecer da Comissão de História foi o seguinte:

“*Historia de la República Oriental del Uruguay*, tal é o título da volumosa e detalhada obra em quatro tomos, dos quais foram presentes à Comissão de História o primeiro, o terceiro e o quarto, declarando o autor por escrito estar esgotado o segundo. Esta falta foi suprida pelo sr. dr. Sá Vianna, que apresentou à Comissão o segundo volume, no qual nada se encontra que possa alterar o juízo formado pela mesma Comissão sobre o trabalho. Com tais subsídios apresenta-se candidato a um lugar de sócio correspondente do nosso Instituto o escritor oriental dr. José Salgado, lente catedrático de História Americana e Nacional da Universidade de Montevidéu.

Tratar com minúcias de fatos históricos referentes ao país limítrofe, com o qual o Brasil felizmente mantém há dilatados anos relações de boa amizade, é despertar o interesse dos brasileiros.

Em verdade, nos nossos anais figuram também os nomes de vários e importantes personagens que teem poderosamente influido na história da simpática República, situada à margem esquerda do imenso estuário do Prata.

Vem de longe os liames de nossas histórias. A princípio questões entre hespanhóis e portugueses, a propósito de limites traçados pelo tratado de Tordesilhas. Depois lutas sanguinolentas entre esses dois povos motivadas pela célebre Colônia do Sacramento e terminadas pelo Tratado de Santo Ildefonso.

Em princípios do século passado, as guerras na Banda Oriental, promovidas por d. João VI, nas quais parte saliente tomou um dos personagens de cuja vida e feitos se occupou o dr. Salgado.

Em 1821, a hoje República Oriental ligou-se aos domínios portugueses e depois ao Império Brasileiro, a presença de orientais nas nossas primeiras assembléias, as guerras de 1825 a 1828 no tempo de d. Pedro I, o reconhecimento da independência da República Cisplatina, a intervenção do Brasil em prol do Uruguai contra as ambições de Rosas, enfim, a tríplice aliança, são acontecimentos justificativos do interesse com que a Comissão de História leu tudo quanto escreveu o dr. Salgado.

Servem de assunto desses volumes as presidências de d. Fructuoso Rivera e d. Manoel Oribe.

Eis aí dois nomes confirmadores do acima referido, ambos prestaram em prol de sua pátria, grandes e importantes serviços. Amigos a princípio, tornaram-se implacaveis inimigos por exigências da Circe que se chama política. Ambos combateram contra os nossos antepassados. Não quer isto dizer se possam olvidar a bravura desses notaveis generais.

Para dar conta de seus intuitos, o dr. Salgado manuseou documentos inéditos, leu jornais da época, consultou todos quantos lhe podiam facilitar a patriótica tarefa. Nada escapou ao escritor: lutas políticas, revoluções, movimento econômico, literário, científico e tudo quanto tem contribuido para o progresso do seu país, desde 1830 a 1838.

Possue o dr. Salgado imparcialidade, critério, observação, qualidades de um verdadeiro historiador moderno.

Tanto basta para o Instituto receber em seu seio tão operoso trabalhador.

Acresce: o dr. Salgado é professor, alem de História Nacional de História Americana.

Daí naturalmente grandes proventos advirão para o Instituto em se corresponder com esse historiógrafo, com o fim de tornar conhecida de todos a situação da atual República Oriental.

E' preciso que todas as Repúblicas Americanas estabeleçam um verdadeiro comércio intelectual com o intuito de, integralizando suas histórias, mostrar aos pósteros os feitos passados dos países componentes hoje do grande continente descoberto por Christovão Colombo. — *Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho*. — *Benjamin Franklin Ramiz Galvão*. — *Gregorio Thaumaturgo de Azevedo*."

"A Comissão de Admissão de Sócios espousa os justíssimos conceitos expendidos pela Comissão de História, relativamente aos méritos do dr. José Salgado, lente catedrático da Universidade de Montevidéu. Trata-se de uma figura eminente, digna por vários títulos.

Quanto às exigências dos Estatutos, preenche-as vantajosamente o illustre proposto, sendo, pois, de inteira justiça que se lhe confira o diploma de sócio correspondente do Instituto.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 1911. — Dr. *Manoel Cicero*. — *Xavier da Silveira Junior*. — Dr. *Antonio Martins de Azevedo Pimentel*.

E' justo tambem recordar alguns traços da vida de d. Andrés Lamas, quando ministro no Brasil. O sr. Andrés Lamas foi ministro da República Oriental do Uruguai no Rio de Janeiro, em 1848, 1853, 1856 e 1867.

Foram os seguintes os atos por ele promovidos:

Assinou com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza, e o banqueiro Irineu Evangelista de Souza (depois Visconde de Mauá) o contrato de 6 de setembro de 1850 para um empréstimo de 18.000 pesos fortes ao governo do Uruguai, feito pelo do Brasil.

Assinou com os plenipotenciários brasileiros Honório Hermeto Carneiro Leão (depois Visconde e Marquês do Paraná) e Antonio Paulino Limpo de Abreu (depois Visconde de Abaeté), os Tratados seguintes entre o Brasil e a República Oriental, todos de 12 de outubro de 1851: Tratado de Aliança; Tratado de Limites; Tratado de Comércio e Navegação e Tratado de Extradicação, este último denunciado pelo Brasil em nota de 15 de maio de 1903, da Legação de Montevidéu.

Com o Plenipotenciário Paulino José Soares de Souza (depois Visconde do Uruguai), assinou o Convênio dessa mesma data para a prestação de subsídio por parte do Brasil à República Oriental do Uruguai e firmou com o mesmo, por meio de notas reversais de 3 e 31 de dezembro de 1851, a intelligência do § 2º do art. 3º e do art. 4º do Tratado de Limites, de 12 de outubro de 1852, sobre tratados de 12 de outubro de 1851.

Sobre a garantia que a Confederação Argentina deu em 15 de maio de 1852 à execução desses tratado, ver em *Uruguai*, na primeira parte, as notas sobre a missão do conselheiro Carneiro Leão, em 1851.

Recebeu do Governo Imperial a nota de 16 de outubro de 1851, declaratória da resolução de estar o mesmo disposto a coadjuvar a defesa da praça de Montevidéu e embarçar a sua tomada pelo general Oribe.

Fez com o ministro Paulino José Soares de Souza, por meio de notas de 11 e 13 de fevereiro de 1852, um acordo regulando o transporte da correspondência particular e oficial entre o Brasil e o Uruguai.

O mesmo, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário (novas credenciais).

Assinou com o plenipotenciário brasileiro Antonio Paulino Limpo de Abreu (depois Visconde de Abaeté) o acordo de 5 de agosto de 1854, determinando a duração e as condições do auxílio de força militar prestado pelo Brasil à República Oriental do Uruguai.

Fez, com o ministro Limpo de Abreu, a 10 de agosto de 1854, a troca das ratificações da Convenção assinada em Montevidéu a 1 de julho de 1854.

Antonio Rodriguez, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário...

Andrés Lamas, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário...

Assinou com o plenipotenciário brasileiro Visconde do Uruguai:

O Acordo de 3 de setembro de 1857, determinando o valor e a inteligência dos artigos do Tratado de Aliança entre o Império e a República do Uruguai, de 12 de outubro de 1851, e sobre os arts. 3º e 4º do Tratado com a Confederação Argentina, de 7 de março de 1856 (o final da cláusula 6ª desse protocolo trata do procedimento que deve ter cada um dos dois governos no caso de rebelião no território do outro).

Tratados de 4 de setembro de 1857, um sobre comércio e navegação e outro contendo um artigo adicional declaratório de 31 de outubro de 1857, para a permuta de territórios entre o Brasil e o Uruguai, para regular a linha divisória demarcadora na parte em que corta as dependências da vila brasileira de Sant'Ana do Livramento. Esses tratados foram precedidos de 10 conferências, de 7 de julho a 4 de setembro desse mesmo ano, as quais foram devidamente protocolizadas.

Não tendo o Governo de Montevidéu submetido ao Congresso o segundo desses Tratados, o Governo Imperial publicou o decreto n. 2.653, de 29 de setembro de 1860, suspendendo a execução do Tratado de Comércio, de 4 de setembro de 1857, e informou dessa resolução o Governo Oriental em 13 daquele mesmo mês, e da promulgação do decreto em 13 de outubro de 1860.

Assinou com o ministro dos Negócios Estrangeiros (Visconde de Maranguape) Caetano Maria de Paiva Lopes Gama:

O Acordo de 15 de setembro de 1857, sobre os princípios que devem regular a navegação entre os dois países;

O Acordo, por meio de notas de 25 e 30 de novembro de 1857, sobre as condições em que deviam ser celebrados os contratos com os homens de cor que, a título de libertos, se empregavam em estabelecimentos brasileiros na República Oriental;

O Acordo, por meio de notas de 28 de novembro e 3 de dezembro desse mesmo ano, para serem respeitados os certificados de nacionalidade expedidos, competentemente, aos seus súditos ou cidadãos;

O Acordo, por meio de notas reversais de 1 a 7 de dezembro de 1857, sobre o engajamento de brasileiros e orientais para o serviço militar dos dois países;

O Acordo, por meio de notas de 20 de julho e 10 de setembro de 1858, regulando a extradição de escravos.

Assinou com os plenipotenciários brasileiros, conselheiro José Maria da Silva Paranhos (depois Visconde do Rio Branco), e Visconde do Uruguai, e argentino, dr. Luiz José de la Peña, o Tratado de 2 de janeiro de 1850, entre o Brasil, a Confederação Argentina e o Uruguai, para complemento da Convenção Preliminar de Paz, de 27 de agosto de 1828.

Esse Tratado foi aprovado pelo Governo Oriental, mas rejeitado pelo Senado da República, e não foi ratificado pelo general Urquiza, presidente da Confederação Argentina, pelo fato de não ter sido aceita pelo governo brasileiro a proposta de uma aliança, para submeter pelas armas a Província de Buenos Aires.

Esse tratado foi precedido de seis protocolos de conferências assinadas pelos mesmos plenipotenciários, em 6 de novembro, 26, 28 e 29 de dezembro de 1858 e 2 de janeiro de 1859.

Com relação a ele foi assinado, a 5 de janeiro do mesmo ano, um Protocolo relativo ao adiamento, por proposta do plenipotenciário argentino, das negociações de que se ocupavam os plenipotenciários.

Em notas de 1º de julho e 9 de agosto de 1859, pediu que o Brasil, na forma do art. 18 do Tratado de 12 de outubro de 1851, intervisse para tornar efetiva, à vista das lutas no Rio da Prata, a neutralização da ilha de Martin Garcia e a criação dos estabelecimentos de segurança internacional para a navegação desse rio, ao que respondeu o ministro Sinimbú, em nota de 12 de setembro seguinte, que o Brasil não podia obrigar a Confederação Argentina a dar execução a esses atos, mas que procuraria obtê-los por meios seus. Assinou a 18 de janeiro de 1867, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Sá e Albuquerque, uma convenção para a navegação da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão, a qual não foi aprovada pelo Governo Oriental.

ANDRÉS LAMAS

x

Logo depois, o sr. José Salgado leu a seguinte conferência sobre
DON ANDRÉS LAMAS:

Minhas primeiras palavras são de profundo agradecimento ao Exmo. Sr. Embaixador e Presidente do Instituto, o ilustre diplomata e historiador, dr. José Carlos de Macedo Soares, pelos amáveis e imerecidos conceitos com que fez minha apresentação, e Exmo. Sr. Secretário perpétuo do Instituto, dr. Max Fleiuss, cujas atenções me obrigam a ser-lhe sempre grato.

Max Fleiuss é vosso e é nosso: é brasileiro, mas é também argentino e uruguaio. Nossos povos admiram seu talento, seu grande labor intelectual, sua maneira de trato, todo esse conjunto admirável de qualidades que fazem dele um procer intelectual e moral.

Faz poucos meses, a 21 de outubro de 1938, este prestigioso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro celebrou com grande solenidade o primeiro centenário de sua fundação. Toda a América, todo o mundo aderiu a tão merecida homenagem. A Junta de História do Uruguai, honrada pelo Instituto com o convite de fazer-se representar na comemoração de seu centenário, designou o seu presidente, que neste momento vos dirige a palavra, para que fosse o seu representante. Causas por completo alheias a minha vontade me impediram de naquele momento aceitar o encargo da representação.

Aquí estou agora cumprindo minha promessa, para falar-vos do uruguaio que mais amou o Brasil, do dr. d. Andrés Lamas, cujo busto figura na galeria de honra do Itamaratí. Minha presença nesta tribuna tem o duplo character de uma nova homenagem que rende a Junta de História ao ilustre Instituto, que tanto tem feito e realiza pela cultura de vosso maravilhoso país e da América em geral, e de uma nova homenagem que lhe tributa o modesto estudioso que vos fala, e que tem a insigne honra de ser seu membro correspondente no Uruguai.

Exmos. Srs.:

O dr. Andrés Lamas é uma personalidade histórica de grande relevo no Brasil, Uruguai e República Argentina.

Durante mais de cinquenta anos de fecundo e contínuo labor, ocupou um posto de primeira plana no cenário político, científico, literário e social daqueles povos, confundindo-se com seus estadistas, seus guerreiros, seus homens de ciência e seus literatos, de quem foi companheiro, colaborador e às vezes também mestre.

Nasceu o dr. Lamas em Montevideú, a 3 de março de 1817, de uma família patricia, cujo chefe, d. Luis Lamas, foi por pouco tempo governante de fato do Uruguai, no período adverso de nossas guerras civis. Começou a figurar desde cedo na vida pública. Como publicista se iniciou na redação de "El Nacional", de Montevideú, em 1836, aos vinte anos de idade, fazendo oposição ao governo do general Oribe.

Combateu a aliança que naquele tempo começava a formar-se entre Rosas e o presidente Oribe, e que mais tarde foram definidas.

Esta aliança foi um erro funesto de Oribe, cujos efeitos chegaram a ser uma das causas da famosa Grande Guerra. Na redação do "El Nacional" se revelou Lamas não só jornalista de estilo agil e elegante, como também publicista inteligente e ilustrado, que tratava com critério e largueza de vistas as questões políticas e sociais mais importantes de seu tempo.

Como secretário do general Rivera, assistiu à batalha do Palmar, que decidiu a vitória deste sobre Oribe.

Depois do triunfo de seu Partido, começa a sua carreira administrativa, sendo nomeado Oficial Maior do Ministério do Governo e das Relações Exteriores.

Como publicista foi um dos inspiradores da política da Defesa de Montevideú e dos unitários argentinos, que lutavam contra a tirania de Rosas, por todos os meios e com todas as armas, concitando contra ela as maiores resistências, e chegando a decidir a duas poderosas nações européias a intervir nas contendas do Prata, dando assim à luta character de verdadeiro acontecimento mundial.

Dono da imprensa de "El Nacional", pôs nas mãos de Rivera Ludarte a pena que foi o ariete mais formidável com que se combateu a tirania, e que em seus excessos chegou a estampar que era ação santa matar a Rosas. Sua tarefa de historiador começa nesta época com a publicação de seu livro *Agressões de Rosas à República Oriental do Uruguai*.

Quando Lavalle ia partir de Montevideú, para em Martin Garcia colocar-se à frente dos emigrados argentinos, iniciando a cruzada que devia terminar tão tragicamente, Lamas — diz Mitre — com sua

roseta oriental no chapéu acompanhou Lavalle até embarcar, proporcionando-lhe os auxílios que necessitava para a sua campanha.

No grande sítio de Montevideu a figura de d. Andrés Lamas se agigantou, como Chefe Político e de Político da cidade sitiada.

Joaquim Suarez, Paz, Lamas e Pacheco e Obes foram os criadores daquela epopéia de heroismos e de glórias na invicta cidade aonde faltava tudo, homens, armas, dinheiro e crédito, e aonde, no entanto, tudo se conseguiu, pela inteligência, o patriotismo e a energia dos dirigentes.

Como disse o dr. Manuel Herrera e Obes, a defesa de Montevideu é uma glória nacional; é de todos; é da Pátria a que todos nos honramos em pertencer (1) — Montevideu foi durante os nove anos do sítio, a admirável cidadela do romantismo político e literário no Rio da Prata, que enamorado da liberdade em todas as suas manifestações, acaba por vencer a realidade tradicional encarnada em Rosas. Lamas é um dos dirigentes dessa cidadela, é um romântico também como os unitários argentinos aos quais esteve estreitamente vinculado, românticos que seguem em geral o caminho do romantismo francês e em parte do romantismo espanhol.

Lamas é um romântico das idéias: não um romântico no terreno do sentimento, da emoção.

Em toda sua obra de diplomata, de político e de escritor, se percebe a inflexibilidade, a insensibilidade de Lamas, tão contrária à condição espiritual dos românticos.

Fala sempre à inteligência, jamais toca o coração, grave defeito de um homem superior.

O coração tem também sua grande missão no mundo.

A 25. de maio de 1843 o Governo da Defesa, presidido pelo ilustre patricio d. Joaquim Suarez, resolveu festejar aquele novo aniversário da revolução aprovando duas grandes iniciativas do chefe político e de polícia de Montevideu, dr. Andrés Lamas.

Pela primeira, Lamas estabeleceu uma nova nomenclatura para as ruas e praças de Montevideu, sobre uma base completamente nacional.

Explicando seu plano, diz Lamas ao Ministro na respectiva nota: "Ao mesmo tempo que me apressei a render homenagem às glórias nacionais que já estão fora do domínio da discussão e constituem objeto de respeito e amor para todos os filhos desta terra, me abstive de tocar nos nomes de contemporâneos ilustres e referir-me a sucessos que devem aguardar a sanção da opinião tranquila e ilustre de nossos

(1) *Revista Histórica*, tomo 1º, pág. 210.

vindouros. Quando desaparecerem as paixões e os interesses que fizeram a revolução, para dar lugar aos julgamentos severos e imparciais da história, Montevideu terá muitas e belas ruas que oferecer aos nomes dos guerreiros, dos magistrados, dos homens públicos que trabalharam e consolidaram a independência e a liberdade da pátria, sem abandonar sua bandeira nos duros transes e atribulações com que a Providência quis por em prova a pureza e a verdade de suas crenças e de seus sacrifícios”.

O plano de nomenclatura de Lamas é o mais completo monumento que até agora se levantou às glórias da pátria uruguaia.

O outro grande projeto do dr. Lamas, nesse mesmo tempo, foi a criação, em Montevideu, do Instituto Histórico e Geográfico Nacional.

Explicando os fins a que se propunha com este segundo projeto, dizia o dr. Lamas: “Tenho a honra de apresentar a V. Ex. o projeto de uma associação literária com o nome de Instituto Histórico e Geográfico Nacional.

“As associações são a grande força impulsionadora do progresso do século: elas dão nome às preciosas conquistas da civilização contemporânea, e a que proponho à ilustrada consideração de V. Ex. creio, faz muito tempo, que é uma necessidade nacional sob diversos aspectos.

“Por sua face literária será uma completa novidade. Estas regiões não foram estudadas em nenhum sentido; tudo está por explorar e a Europa muito pouco sabe a respeito delas, digno de apreço, além do que disseram Azara e D’Orbigni.

“O mistério que envolve nossa natureza física é comum à nossa história, geralmente desconhecida até de grande parte dos filhos destas regiões. Promover o interesse por estes estudos; conhecer e avaliar as condições geográficas de nosso país; os destinos a que elas o conduzem; organizar sua estatística sem cujo pleno conhecimento é impossível estabelecer sobre bases sólidas nenhum sistema de administração e de arrecadação constituem os objetivos primordiais do Instituto.

“Formar um arquivo de manuscritos, livros, mapas, etc., pertencentes à história antiga e moderna destas regiões, é outro dos seus encargos. Assim se salvarão preciosísimos documentos, perdidos totalmente para nós, porque estão condenados a uma obscura destruição ou a sair para o estrangeiro, aonde não são apreciados devidamente, em virtude do seu próprio isolamento. Este arquivo especial, elevado à altura que se lhe pode dar, é capaz, por si só, de dar celebridade literária ao povo americano que o possui.

Propunha-se também o dr. Lamas, com sua iniciativa, reunir a todos os homens de pensamento do país, despojados de suas prevenções e cores políticas, para tratarem tranquilamente de assuntos de interesse comum, o que começaria por aproximá-los e acabaria talvez por reuni-los, diz — “no objetivo da utilidade e da glória desta pátria, no que de tão nobre, belo e útil pode realizar-se”.

Esta iniciativa foi aprovada pelo Governo da Defesa de Montevideu. Assim se criou, em meio dos horrores da luta fratricida, o Instituto Histórico e Geográfico, primeiro grande passo, como dizia “El Nacional”, para a independência científica e literária das populações do Rio da Prata.

O dr. Andrés Lamas foi depois ministro da Fazenda no histórico governo de d. Joaquim Suarez, em cujo posto contribuiu para a mobilização de novos recursos para continuar a resistência da cidade imortal.

Traslada-se logo para outro cenário, aonde illustrou seu nome com transcendentais serviços. Foi nomeado ministro plenipotenciário da República do Uruguai na Corte do Brasil, o posto mais delicado e difícil, dessa natureza, que tinha então nossa República. Nele se revelou d. Andrés Lamas, pela primeira vez, diplomata inteligente, sagaz, habil e prudente, adquirindo, em pouco tempo, grande relevo no terreno político internacional.

Das três fases da grande política da Defesa de Montevideu, para vencer a Rosas e a Oribe, as duas primeiras fracassaram completamente. A primeira, que consistia em vencê-los com o único concurso dos elementos nacionais, fracassou com a derrota de Rivera em Índia Morta.

Inicia-se então a segunda fase, que consistiu em fazer intervir a Inglaterra e a França na guerra que ensanguentava as repúblicas do Prata.

Esta política também fracassou porque aquelas poderosas nações européias, apesar de intervir na contenda, nunca o fizeram em condições capazes de assegurar, com o concurso dos elementos locais, a vitória sobre Rosas.

Começa então a terceira fase da grande política do Governo da Defesa: conseguir o apoio do Brasil e de Urquiza para derrubar a tirania.

Quando a gravidade dos acontecimentos obrigou o Governo da Defesa de Montevideu a pensar na aliança com o Brasil para vencer a Rosas, nomeou para iniciar esta gestão, na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao governo imperial, o sr. Francisco de Borjas Magariños de Cerrato. Nas instru-

ções que lhe foram dadas, para o desempenho de sua missão, o Ministro das Relações Exteriores, d. Alejandro Chucarro, lhe disse que prevendo o Governo de Montevideu que o Gabinete Imperial quisesse tirar proveitos da situação da República, renovando suas conhecidas pretensões territoriais nos acordos de limites, em tal caso o Enviado devia invocar as repetidas e recentes declarações feitas pelo Barão de Cairú, de que o Governo do Império não tinha nenhum propósito de expansão territorial, e que o Governo da República entendia que não podia agitar-se naqueles momentos essa questão, que podia ficar para mais tarde, prometendo solenemente que estava disposto a um ajuste decoroso e justo.

Quanto às pretensões do Brasil no referente aos limites com nossa República, já o próprio d. Francisco Magariños escrevia do Rio de Janeiro, em carta reservada de 27 de Abril de 1844, ao nosso Ministro das Relações Exteriores: "Pelo que desde já compreendo, o Gabinete Imperial leva suas pretensões de uma parte ao Quaraim, e da outra ao Jaguarão. Falta conhecer a linha e demarcação que há de seguir para esses dois pontos de partida de que eles estão de posse, e cuja cessão de direitos não faria mais que consolidar o que está perdido por repetidos feitos".

O Governo da República sabe perfeitamente que para propor-se a recobrar o que usurpou à coroa de Portugal será preciso entrar em uma guerra sempre custosa e de resultado incerto, embora sendo maior o poder da República em melhores tempos, porque o Brasil acrescentará a seu poder, que também se robustecerá, as tradições, a pressão, o acordo celebrado com o Cabildo Governador em 1819 e a Convenção de 1828 que só demarca a República com os limites e territórios da Cisplatina, é talvez a melhor interpretação do cuidado que tem de não reconhecer vulgarmente outro nome". (2)

Lamas como Plenipotenciário da República junto à Corte Imperial, continuou e levou a bom termo a política do Governo da Defesa, de conseguir a aliança do Brasil, para vencer a Rosas.

As negociações com Urquiza foram entabuladas por intermédio de d. Benito Chain, amigo íntimo do general entrerriano.

Ao Brasil veio como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Uruguai, o dr. Andrés Lamas, continuando o trabalho iniciado por Magariños, com o fim de propiciar à causa da Defesa a opinião do governo e do povo brasileiro, e de conseguir depois uma aliança com o Império, contra Rosas.

(2) *Revista Histórica*, n. 10, pág. 238.

Lamas que chegou ao Rio de Janeiro a 4 de Dezembro de 1847, encontrou dificuldades que lhe criaram uma situação difícil, tendo que sustentar uma luta sem tréguas, da que saiu airoso, com seu talento, sua cultura, seu tato e sua prudência.

Conseguiu o apoio do Partido Conservador que estava na oposição e tinha maioria no Conselho de Estado, e a opinião favorável do Imperador.

A 6 de Outubro de 1849 saiu do governo o Marquês de Olinda, porque se opunha à intervenção do Brasil nos assuntos do Rio da Prata, pelo que tanto se bateu até triunfar o nosso Ministro no Rio, dr. Andrés Lamas.

O ministro Paulino de Souza retomou a tradição intervencionista do reinado de d. Pedro I e firmou a aliança do Império com Urquiza e o Uruguai, que tornou possível a derrota do tirano Rosas.

Foi então que Lamas firmou os tratados de 1851.

Os tratados de 1851 foram uma concessão feita à necessidade e ao interesse superior de derrubar Rosas.

Sem eles Rosas se salvava; seu governo estava forte; seus ministros no estrangeiro trabalhavam ativamente a seu favor; e tinha forte apoio nos governos da Inglaterra e da França.

Salvo Rosas, tudo estaria perdido; a causa da Defesa de Montevidéu vencida; os sacrifícios de sangue, de lágrimas, de fortunas, durante os nove anos da guerra, teriam sido inteiramente estereis.

Para condenar o Governo de Montevidéu pela celebração dos tratados de 1851 é necessário sustentar que teria sido melhor o triunfo de Rosas e Oribe, e seu sistema de governo, que a vitória da Defesa de Montevidéu.

Esta última afirmação seria um erro. Qualquer que seja a opinião que se tenha sobre a tirania, ainda que haja ela de fato realizado a unidade da nação argentina, não há dúvida que em 1851 ela devia desaparecer, por ter cumprido já sua missão histórica.

Um novo ciclo devia começar na história do Rio da Prata, o da organização definitiva, de direito, do grande povo de Maio.

Neste ciclo Rosas estava de mais, seu afastamento era absolutamente indispensável.

Por isso, os sacrifícios feitos para alcançá-lo se explicam, embora não se justifiquem em toda a sua extensão.

Nunca diplomata algum de nosso país teve que tratar de negociações tão transcendentais como d. Andrés Lamas.

Foi chamado o diplomata das derrotas. Não o foi sempre. Sua grande campanha diplomática no Brasil para conseguir a aliança do Império com Urquiza e o Uruguai, assegurou o triunfo sobre Rosas

e a derrocada da tirania no Rio da Prata. A guerra terminou com a vitória da Defesa de Montevideu.

Pode-se argumentar que esta vitória custou muito caro, que para conseguí-la Lamas teve que fazer sacrifícios incalculáveis. E' exato. Foram feitos os sacrifícios necessários para alcançar a finalidade que se buscava. Foi uma política de realidades penosas, porem de realidades enfim, que se inspiraram por sua própria força.

Os mesmos sacrifícios se fizeram acreditando que só tiveram o caracter de transitórias; que pelo menos no futuro poderia reintegrar-se, como se reintegrou, parte do que se perdia.

O próprio Lamas declarava na memória apresentada ao sr. Limpo de Abreu, em 25 de Outubro de 1854, que os ajustes territoriais e comerciais, impostos pelos tratados de 1851, os aceitou como obrigação inevitavel de seu país na situação e no momento em que se celebraram, e os aceitou na esperança de que o tempo, os sucessos e as dificuldades que deviam surgir desses mesmos ajustes, haviam de produzir sucessivas modificações.

Assim aconteceu com o acordo de limites, posto que o próprio Lamas obteve em 1852 as modificações relativas à fronteira do Chui e às duas meias léguas cedidas nas embocaduras do Cebolati e do Taquarí, e ainda mais a promessa da navegação, em comum, da lagoa Mirim, sujeita aos respectivos regulamentos.

Nossa opinião sobre a política do Império e sobre a gestão do dr. Lamas como Plenipotenciário do Uruguai no Rio de Janeiro, está compreendida nestas palavras do próprio dr. Lamas: "Nos negócios que tratei em tão longos anos, os Ministros do Imperador foram bem brasileiros, o Ministro oriental foi bem uruguaio. Tratavam com inteira boa fé de harmonizar os interesses de seus países, respeitando-se mutuamente, respeitando a seus respectivos países".

A maior glória que tem o Brasil, com respeito ao Uruguai, é de haver reparado por iniciativa espontânea do ilustre barão do Rio Branco, a injustiça contida no tratado de limites de 1851.

Um monumento erigido em minha pátria immortalizou no mármore essa grande lição de justiça internacional dada pelo Brasil e pelo barão do Rio Branco, em um nobre gesto que o Uruguai não esquecerá nunca.

Para conhecer as idéias políticas do dr. Lamas é necessário ler com atenção o célebre manifesto que dirigiu a seus compatriotas em 1855. Ao iniciar diz que praticou um ato de abnegação rompendo esse silêncio com a publicação de seu manifesto. Tem razão, tal publicidade é um ato de abnegação pelas resistências que tinham

de levantar as verdades que encerra, e pelos inconvenientes que trariam à sua própria situação pessoal.

O próprio Lamas dizia que se teria deixado assassinar indefeso, que todos por sua vez o haviam deprimido ou enaltecido, conforme lhes fosse um auxílio, uma esperança ou um obstáculo.

O manifesto Lamas de 1855 é um mau programa político e internacional, e um bom programa econômico e social. E' em parte o Evangelho da utopia que desconhece a vida real do país.

Duas idéias fundamentais expõe o dr. Lamas em seu manifesto: a necessidade da aliança com o Brasil para assegurar a paz e a independência da República e a criação de um Partido novo sobre a base do desaparecimento de nossos partidos tradicionais.

Agora sim, o erro fundamental de Lamas, em seu manifesto de 1855, está em crer que para o nosso país era indispensável a aliança brasileira, ou a aliança com outros países, para conservar sua independência, para conseguir a paz interna, consolidar a ordem, reorganizar sua riqueza, conquistar seu bem estar.

Para salvar a República não era necessária a aliança brasileira, nem a aliança com nenhum outro país.

Este primeiro erro do dr. Lamas tinha por base o querer dar caracter permanente à política de 1851, que deu forma nos tratados firmados no mesmo ano, com o Império do Brasil. Estava convencido da mútua conveniência da aliança que celebrou em nome da República, e que seria o triunfo completo, glorioso e durável, daquela política.

Agora sim, esta política não poudo, nem devia ser outra coisa que uma política de circunstâncias. A situação da guerra que se sustentava nos países do Prata, e a necessidade de vencer a Rosas, explicam os sacrifícios feitos pela República nos tratados de 1851.

Porem conseguindo o fim da aliança, a queda de Rosas, a aliança com o Império não tinha objeto, devia desaparecer por conveniência própria dos dois países contratantes. Apesar de considerar errôneo o critério do dr. Lamas de que a aliança brasileira era a salvação do país, há que reconhecer lealmente que o estadista fez todo o humanamente possível para que essa aliança produzisse todos os bons resultados que dela esperava.

As medidas de ordem financeira que aconselhava ao nosso Governo em matéria de Fazenda, não podiam ser mais prudentes e sensatas.

O sistema de Fazenda de Lamas para o nosso país se resumia nesta fórmula: *abastecer-se a si mesmo no mesmo tempo possível.*

Único meio de bastar-se a si mesmo, acomodar as saídas com as entradas.

Duas vezes naqueles tempos nos havia dado o Brasil sua ajuda pecuniária.

Prometemos regularizar nossas finanças, porem não cumprimos a promessa. No entanto, solicitamos novos auxílios pela terceira vez. O governo imperial naturalmente os negou. Lamas estava desesperado. “— Deus salve, diz, a infeliz República Oriental do Uruguai”.

O segundo erro fundamental do dr. Lamas em seu Manifesto de 1855 está em propiciar o desaparecimento de nossos partidos tradicionais e a formação de um novo partido com os bons elementos dos outros.

Quer dizer que Lamas foi fusionista, que se bateu pelo desaparecimento de nossos partidos históricos: “colorado” e “blanco”. Isto porque nada dividia a um “colorado” de um “blanco”; nenhum interesse nacional; nenhuma idéia social, nem moral, nenhum pensamento de governo.

Acrescentou que as divisas “colorada” e “blanca” representavam as desgraças do país; as ruínas, a miséria e o luto das famílias.

A missão que preconizava Lamas não era, segundo disse, a utopia de uma concórdia, de uma união universal, *sinão a união dos bons*, a união dos que quisessem salvar-se juntos e por um mesmo caminho.

Em seu Manifesto confessa Lamas lealmente que no livro do passado todos tinham suas culpas, e *alguns de nós*, acrescenta textualmente, *temos grandes culpas*.

Era uma profunda e definitiva verdade. Na luta contra Rosas, culpas tiveram os unitários e o tirano. O mesmo deve dizer-se de nossas guerras civis, com relação aos nossos históricos partidos, “colorado” e “blanco”. Porem, o reconhecer sinceramente os erros, redime moralmente os que os cometeram. Somente fica, dos grandes estadistas, através dos anos, sua obra efetiva em favor de sua pátria e de seu tempo. Considerando assim, o dr. Andrés Lamas merece a gratidão de três nações americanas: Uruguai, Brasil e Argentina. às que deu o melhor de seu espírito elevado, e as realizações mais sublimes de nossos partidos históricos “blanco” e “colorado”; utopia ainda maior a formação de um partido dos *bons*, o que forçosamente devia levar à formação de outro partido dos *maus*.

Apesar de tudo, não era mais que uma dupla utopia do dr. Andrés Lamas. Utopia o de sua extraordinária vontade.

A realidade política do país demonstra o erro da política fusio-nista: nossos partidos históricos, “colorado” e “blanco”, estão de pé, mais vigorosos e fortes do que nunca, porem transformados de partidos personalistas em partidos de princípios, com programas e idéias distintos. Quanto à formação de um partido dos *bons*, era uma utopia muito maior.

Em todos os partidos há *bons* e *maus*; é tarefa impossível reunir em um só os homens de bem, e no outro os homens de más condições. Como afirmou profeticamente o dr. Juan Carlos Gómez, o que havia de fazer não era suprimir os partidos históricos, sinão transformá-los, fazê-los evoluir como ocorreu através do tempo.

A prédica fusionista, no entanto, foi útil, porque abrandou às paixões políticas, educou os partidos, e os ensinou a respeitarem-se mesmo em meio do fragor da luta fratricida. A prédica de Lamas contra os partidos tradicionais, contida em seu Manifesto de 1855, tem como antecedentes os trabalhos da “Associação Nacional”, fundada em 1864, com o seu periódico “La Nueva Era”, redigido pelo próprio Lamas; a propaganda do diário “La Constitución”, redigido pelo dr. Euzebio Acevedo, que apareceu a 1 de Julho de 1852, sustentando a necessidade da extinção completa e absoluta dos antigos partidos, e a fundação, em 1852, da “Sociedade de Amigos do País”, que declarou considerar um mal o modo como até então os partidos haviam feito sentir sua vida pública.

Foi Lamas o autor da célebre fórmula *não há vencidos, nem vencedores*, que no tratado de Outubro de 1851, que terminou a Grande Guerra, tornou possível o restabelecimento da paz no seio da família oriental.

O programa do utópico partido que queria fundar o dr. Andrés Lamas com os que deixaram de ser “colorados” e “blancos”, no que se refere à nossa política internacional, é bom, com exceção da defesa da aliança brasileira. E’ também um bom programa administrativo e financeiro. Excelente na nova organização social que projeta sobre a base da repovoação e da colonização inteligentemente levada a termo. Muito bom na parte cultural e de organização do Poder judiciário.

Quanto aos meios de ação do novo partido que anuncia o dr. Lamas, não podem ser melhores. Sinão, diz, todos os que estão dentro da legalidade. A imprensa, a associação, o direito de pedir, etc. Seria, pois, um partido puro e exclusivamente legalista.

O Manifesto dirigido pelo dr. Andrés Lamas a seus compatriotas em 1855 é, apesar dos erros que temos apontado, a obra de um estadista, conhecedor profundo de sua pátria, dos males que a afligem, e dos meios que havia que empregar para assegurar-lhe a paz interna e externa.

Nunca, até então, haviam sido pronunciadas em nosso país, sobre sua vida política, verdades tão amargas e concludentes. No entanto a voz de Lamas não ressoa como a do profeta do pessimismo, em meio de nossas trágicas tempestades políticas, sinão como a do guia que, indicando os escolhos da rota que se seguia, assinala outra que na sua opinião nos levaria a um porto seguro.

Tudo isto explica a impressão profunda que causou, no país, o aparecimento do Manifesto de Lamas, e os comentários que o mesmo deu lugar, ainda nos nossos dias, entre nossos escritores.

O dr. Lamas foi em seu tempo, alternativamente, exaltado exageradamente, ou deprimido injustamente, tanto por homens do seu próprio partido como dos partidos contrários.

Porem o dr. Lamas não se preocupou com eles: seguiu imutavel no seu plano de buscar na Aliança Brasileira a salvação do nosso país. "Seguí o meu caminho — diz em carta ao dr. Mateo Magariños — direito, fixo ao objetivo, e sem olhar as pessoas a quem serviui, ou as pessoas a quem contrariava".

Nenhuma de suas duas grandes aspirações poudo realizar; não encontrou, por múltiples circunstâncias, na aliança brasileira o instrumento para assegurar a paz da República, e não poudo tampouco criar o partido com que sonhara, sobre as ruínas de nossos partidos tradicionais.

Dos dois postulados essenciais do novo partido que se propunha criar o dr. Lamas, em seu Manifesto de 1855, o primeiro que era o cumprimento dos artigos 2º e 3º de nossa Constituição de 1830, que consagram a independência de todo poder estrangeiro e a independência dos chefes internos, podia e devia cumprir-se, dentro dos partidos históricos, exigindo-se-lhes o cumprimento de uma política de legalidade, sinceramente democrática. O segundo postulado, a aliança brasileira, genuína e dignamente entendida, era, como já demonstramos, outro erro político do dr. Lamas.

O patriotismo e a pureza de intenções inspirou, sem dúvida alguma, o Manifesto do dr. Lamas.

Ao terminar, pergunta o autor a si mesmo: estou equivocado? A situação do país não é tão deploravel como eu a suponho. Há outros remédios diversos dos que indico? Quais são?

Lamas estava equivocado no que se referia à nossa situação política e internacional.

O tempo foi o melhor comprovante dos erros políticos do dr. Lamas em seu Manifesto de 1855. A República consolidou sua independência e sua paz interna sem necessidade das alianças estranhas, e nossos partidos históricos, que teem sua raiz nas entranhas da própria nacionalidade, estão aí, modernizados, feitos, partidos de idéias, mais fortes e vigorosos do que nunca, indispensáveis na vida e à prosperidade da República.

O estilo de Lamas é pessoal, inconfundível como o de nenhum outro escritor. A expressão diplomática deve ser clara, precisa, medida e circunspecta. Assim é o estilo do dr. Lamas, aonde não tem uma palavra demais, aonde tudo está em seu devido lugar.

No Prólogo do "El Iniciador", redigido por Lamas, periódico literário que apareceu em Montevidéu em 1838, dizia o nosso ilustre compatriota: Há que trabalhar para a pátria, e a mocidade não deve estar indiferente; a ociosidade em um republicano é um vício capital; o egoísmo é uma infâmia; o indiferentismo uma impiedade; nada mais que conquistar a independência espiritual da nação: sua independência civil, literária, artística, industrial; porque as leis, a sociedade, a literatura, as artes, a indústria, devem expressar, como a nossa bandeira, as cores nacionais, e como ela ser o testemunho de nossa independência e nacionalidade".

Tinha razão o dr. Lamas: a independência espiritual, industrial e econômica do país eram o complemento de sua independência política.

Mais adiante o dr. Lamas dizia, corajosamente, em 1853: *nós outros somos os fundadores de uma nação; nós somos ainda uma nação*. A nação plenamente formada só estaria no correr dos anos.

Os povos são como os homens: crescem, se desenvolvem, e evoluem e chegam à plenitude.

Ainda mais, o programa de renovação social do "El Iniciador" está inspirado nos princípios do "Dogma Socialista" de Echeverría.

O primeiro livro que escreveu o dr. Lamas foi o "As agressões de Rosas contra a independência da República Oriental do Uruguai". Este livro é uma recompilação de artigos publicados pelo dr. Lamas em 1845 no "El Nacional" de Montevidéu. Publicou-o com o objetivo de difundir os documentos e notícias que conteem, e que o autor considerava necessário que se consultassem para apreciar o sistema de Rosas e suas agressões contra a independência do Uruguai.

Obra de combate, o livro do dr. Lamas demonstra, antes de tudo, as paixões que suscitou e fomentou a tirania de Rosas.

Lamas escreve seu livro sobre a base dos documentos publicados pelo próprio Rosas, e pede aos homens imparciais que julguem como devem estes documentos. Antes de tudo, devemos particularizar que é muito discutida a tese de que Rosas quis comprimir a independência oriental. Afirma Lamas em suas "Agressões" que Rosas no poder não representava sinão um elemento dissolvente, de guerra social profunda, que não tinha mais fim possível que o desaparecimento de Rosas, ou a dissolução da sociedade. Encontra nestas sociedades duas tendências adversas que se combatiam: a tendência absolutista e retrógrada, emanação das tradições da colônia, e a tendência democrática e progressista da revolução. Rosas encarna a primeira tendência: os unitários, a segunda.

Tal explicação do sistema de Rosas é equívoca. A tirania não é consequência das tradições absolutistas da colônia. É filha da anarquia a que chegou a sociedade argentina na época de seu estabelecimento.

Cansados os povos da guerra civil, entregaram a Rosas a plenitude do poder público para que ao menos lhe desse paz e tranquilidade.

A história dos demais povos se reproduzia também no Rio da Prata. Cada vez que uma nação está em perigo de dissolver-se pelos embates da anarquia, surge a mão de ferro que faz voltar as cousas ao seu lugar e restabelece a ordem desaparecida. Os organismos sociais como os organismos humanos tem essas forças conservadoras ocultas que nos momentos de crise atuam para assegurar sua salvação: Rosas simboliza essas forças conservadoras indispensáveis para que a sociedade, momentaneamente detida, marche outra vez à conquista de seus futuros destinos.

A terminação da guerra não estava no dilema que Rosas delineia, do desaparecimento de Rosas ou a dissolução da sociedade. Rosas desaparece quando havia cumprido sua missão histórica de manter a ordem e de estabelecer de fato a unidade política da nação argentina.

O livro de Lamas sobre "Rivadavia e seu tempo", o escreveu na plenitude de seu talento e de sua experiência e acusa uma sólida preparação e uma análise profunda dos sucessos e dos atores.

A morte o surpreendeu trabalhando na publicação de seu último livro "A gênese da Revolução e a independência americana", de que só se publicou uma parte. O estudo de Lamas sobre a Legislação Agrária de Rivadavia é um estudo de economista e de erudito, que de-

fende a grande iniciativa do ilustre estadista que sobre as bases da conservação pelo Estado da propriedade das terras públicas e a doação das mesmas pela enfiteusis durante o prazo de 20 anos tratava de transformar a organização social argentina.

A "Gênesis da Revolução e da Independência da América Espanhola" se publicou nos "Anais do Museu de la Plata", dirigido pelo ilustre argentino d. Francisco P. Moreno.

Em uma nota preliminar anuncia Lamas que estava decidido a ensaiar um estudo de tão interessante matéria, porem naqueles momentos não podia dedicar-lhe todo o tempo que requeria. Limitava-se no momento a publicar o que appareceu nos citados *Anais*. Acrescenta Lamas nessa nota que em suas leituras adquiriu o convencimento de que as causas mais longínquas, que influíram na uniformidade da revolução pela independência da América espanhola, tem sua origem nas condições em que se fez seu descobrimento, sua conquista e sua organização social e política.

Este é um exato critério histórico, sendo de lamentar unicamente que Lamas não haja concluido a obra que tão bem iniciara.

No prospecto em que o dr. Lamas anuncia a publicação, sob sua direção, da *Biblioteca do Rio da Prata*, datada de 15 de Julho de 1878, diz que designado oficialmente em 1849 pelo governo da Defesa de Montevideu para escrever a história da República Oriental do Uruguai, não encontrou reunidos em parte alguma os documentos e os livros estritamente necessários para o desempenho da alta missão que lhe havia confiado. As diligências que Lamas realizou o convenceram de que o melhor serviço que podia prestar-lhe sua geração à história do rio da Prata era o descobrir, ordenar e salvar nossos documentos e materiais históricos, lamentavelmente dispersos, truncados e estragados e que iam desaparecendo por sua destruição ou sua saída para o estrangeiro.

Com esta finalidade Lamas reuniu muitos e preciosos documentos inéditos e livros de difficil aquisição, utilíssimos para o estudo da história do rio da Prata.

Por que Lamas com o imenso material que reuniu, não escreveu a obra histórica que lhe encomendou o Governo da Defesa? Ao certo preocupações de outra ordem não lhe deram nem o tempo, nem a tranquillidade necessária para escrever a obra definitiva que todo o autor aspira deixar como síntese de seu talento e de seu labor.

Lendo os inúmeros folhetos, ensaios e opúsculos que escreveu Lamas sobre diversas matérias, causa admiração que com seu talento e illustração não tenha escrito uma obra definitiva, que se tivesse limitado a trabalhos fragmentários, que demonstram que tinha de

sobra qualidades para escrever a obra completa que nunca escreveu, para concluir o edifício do qual se limitou sempre a lançar os fundamentos.

Lamas foi publicista, diplomata, jurisconsulto, historiador, economista, literato, poeta, arqueólogo, bibliógrafo e crítico.

Em qualquer destas atividades seu labor bastaria para formar a glória de um homem. Sua obra imensa dissiminada em diários, revistas, opúsculos, livros, arquivos e registros oficiais, revelam uma poderosa inteligência, uma erudição enciclopédica e um espírito trabalhador verdadeiramente extraordinário.

Trabalhou sempre e a morte o encontrou trabalhando, como já dissemos, com a pena na mão, entre seus papéis e livros prediletos.

Ao morrer o dr. Lamas o general Mitre escreveu que pranteado por orientais, brasileiros e argentinos, as bandeiras vitoriosas em Caseros, as que ele deu a fórmula da aliança, deveriam cobrir seu féretro ao descer o túmulo.

A aliança de 1851 entre o Brasil, Entre-Rios, Corrientes e o Uruguai foi obra do imperador do Brasil d. Pedro II, de Urquiza e dos drs. Andrés Lamas e Manuel Herrera e Obes. Ela terminou em Monte-Caseros, a 3 de Fevereiro de 1852, com a tirania de Rosas.

Tenha sido ou não, como já dissemos, produto genuíno da anarquia argentina, tenha realizado ou não realizado, de fato, como acreditamos, a unidade de seu país, necessária para estabelecer, sobre ela, a unidade de direito, o certo é que a tirania de Rosas tinha forçosamente que cair, que Caseros teria de ser uma realidade, para encerrar um período histórico cheio de luzes e de sombras, e para iniciar outro em que se cimentou definitivamente a civilização do rio da Prata.

Civilização não somente europeizada como erroneamente pretendiam os unitários, nem exclusivamente americana como a queria Rosas, sinão a fusão fecunda de uma e da outra, para estabelecer a magnífica civilização de nosso tempo, orgulho da América e esperança da humanidade.

Por isto as bandeiras vitoriosas de Caseros devem cobrir sempre simbolicamente as figuras dos gestores daquela grande vitória, — de d. Pedro II, de Urquiza e dos drs. Manuel Herrera e Obes e Andrés Lamas." (*Palmas.*)

O sr. MAX FLEIUSS disse depois que, cumprindo uma ordem do sr. Presidente, dirigira algumas palavras em homenagem ao sr. José Salgado. Achando-se, porem, no momento presente o sr. PEDRO CALMON, pediria ao sr. Presidente que o convidasse para saudar ao ilustre sócio correspondente.

A assembléia aplaudiu a sugestão do sr. MAX FLEIUSS e logo depois o sr. PEDRO CALMON proferiu uma oração coroada de aplausos, na qual fez referências aos papéis particulares de dom Andrés Lamas, o que lhe foi permitido examinar quando esteve em Montevidéu.

O sr. JOSÉ SALGADO agradeceu as saudações do sr. Macedo Soares, Max Fleiuss e Pedro Calmon.

Por último falou o PRESIDENTE MACEDO SOARES, aludindo à nossa tradicional amizade com a República Oriental do Uruguai e à figura de Artigas, que o grande Calogeras classificou “A figura máxima da independência da República do Prata”, “O cavaleiro andante do liberalismo”, e apelou para o sr. embaixador do Uruguai no sentido de serem, ainda que por empréstimo, cedidos ao Brasil os documentos de Artigas para que se fizesse um estudo consciencioso e sincero sobre o fundador do Uruguai.

As palavras do PRESIDENTE MACEDO SOARES foram aplaudidas com entusiasmo.

Levantou-se depois a sessão, às 17 horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,

2º Secretário.

SESSÃO ESPECIAL (SESSÃO 1.663), EM 4 DE AGOSTO
DE 1939

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Às 17 horas, abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, Virgílio Correia Filho, Francisco Radler de Aquino, Braz Hermenegildo do Amaral, Raul Tavares, João da Costa Ferreira, Liberato Bittencourt, Dom Pedro de Orleans-Bragança, Fernando Luiz Vieira Ferreira, José Maria Moreira Guimarães, Alexandre Emilio Sommier, Hermenegildo Rodrigues de Barros, Afranio de Mello Franco, Alfredo Valladão, Levi Fernandes Carneiro, Elmano Cardim, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Candido Mariano da Silva Rondon, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, José Honório Silgueira, Affonso d'Escragnolle Taunay, Rodrigo Octavio Filho, Herbert Canabarro Reichardt, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Alcindo Sodré, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Augusto Tasso Fragoso, Mario Mello, José Mattoso Maia Forte e Caio de Mello Franco.

Justificaram ausência os senhores Augusto Tavares de Lyra e José Wandérley de Araujo Pinho.

Aberta a sessão, o senhor MAX FLEIUSS (*secretário perpétuo*) leu, das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio Branco, as relativas à data da sessão e deu conta das seguintes ofertas feitas por intermédio do consócio senhor José Honório Silgueira.

Objetos — Uma fotografia da “Declaración de la Independencia da República Argentina — Congresso de Tucuman — 9 de julho de 1816”.

Uma caixa de vidro com armação de madeira contendo um fragmento de ladrilho com a seguinte inscrição:

“*Cabildo de Buenos Aires*” (Ladrilho extraído de la demolición parcial del histórico edificio, efetuado en agosto de 1931).

Livros — “Obras completas de Joaquim V. Gonzalez” Universidad Nacional de La Plata — Edición ordenada por el Congreso de la Nación Argentina. Volume 1 a 22 e o volume 25 — Imprensa Mercatali, Acyte 271 — Buenos Aires.

Oferta do Ateneu Íbero Americano.

Oferta da “Institución Mitre”, por intermédio do Sr. Dr. José Honorio Silgueira:

1. Dicionário Biográfico Argentino, por Enrique Udaondo, Buenos Aires, Imprenta y Casa Editora “Coni”, 1938.
2. Biografías Argentinas y Sudamericanas, por Jacintho R. Yaben, capitán de Fragata (R). Introducción del Dr. Juan B. Terán — Tomos 1-3, Editorial “Metropolis” Talleres Graficos “Contreras” 1938 — Buenos Aires.
3. Aula y Cuartel — Texto de lectura para las Escuelas primarias anexas a las unidades del Ejército y de la Armada, por José de Guevara. Buenos Aires, Talleres Graficos de Sebastián de Amorrtu e Hijos, 1938.
4. Mitre Historiador, por Angel Acuña — Tomos I-II — Buenos Aires, Imprenta y Casa Editora “Coni”, 1936.
5. Estado Actual del Estudio de las lenguas indígenas que se hablaron en el territorio hoy argentino, su importancia para el estudio de la etnografía y la historia, supervivencias lingüísticas indígenas en nuestro vocabulario, por Antonio Portnoy — Buenos Aires, Imprenta y Casa Editora “Coni”, 1936.
6. Los Relatos de los viajeros extranjeros posteriores a la revolución de Mayo, como fuentes de historia Argentina. Ensaio de sistematización Bibliografica, por Carlos J. Cordero. Buenos Aires, Imprenta y Casa Editora “Coni”, 1936.
7. Rawson — Ministro de Mitre, por Gregório Araoz Alfaro, Buenos Aires, Imprenta y Casa Editora “Coni”, 1938.
8. Problemas de Economía Social (Interferencia del factor político), por Jorge S. Oria. Buenos Aires, Talleres Graficos de la S. A. Casa Jacobo Peuser, Limitada, 1937.
9. Mitre Militar, por el coronel Enrique I. Rottjer, Oficial de Estado Mayor, ex-profesor de la Escuela Superior de Guerra Naval. Buenos Aires, Imprenta y Casa Editora “Coni”, 1937.
10. El Diario de la Juventud de Mitre — 1843-1846. Buenos Aires, Imprenta y Casa Editora “Coni”, 1936.
11. Fomento de la Cooperación Agropecuaria, por Pedro Alberto Becco — Tall. Graf. Ferrari Hyos. 1938. Buenos Aires.

12 Conquistadores del Rio de la Plata, R. Lafuente Machain. Buenos Aires, Talleres Graficos de Sebastián de Amorrortu e Hijos, 1937.

O SENHOR PRESIDENTE MACEDO SOARES dirigiu algumas palavras de boas vindas ao senhor José Honório Silgueira, e deu depois a palavra ao senhor LEVI FERNANDES CARNEIRO, que, em nome do Instituto, saudou nos seguintes termos:

HONORIO SILGUEIRA

“Senhor Honório Silgueira — Coincidem certas preocupações dominantes em vossa vida, laboriosa e benemérita, com algumas das em que vou consumindo minha própria existência. E talvez só essa circunstância explique a designação com que me honrou o nobre Presidente do Instituto, conferindo-me, agora, o privilégio de saudar-vos.

Mas, dentre nossos pensamentos comuns, do mais alto e mais belo, participam, por igual, com a mesma convicção fervorosa, quantos aqui se acham; e vem a ser o da conveniência, da necessidade, da benemerência, da aproximação, do entendimento, da aliança, cada vez mais íntimos e profundos entre a República Argentina e o Brasil.

O vosso glorioso Bartholomeu Mitre observou que “assim como a aparição de uma planta em um terreno inculto assinala a ocorrência de ações físico-químicas, climatológicas e orgânicas, a aparição de uma idéia em uma cabeça indica uma elaboração intelectual que se opera simultaneamente em vários cérebros”. Mitre aplicou ao movimento de Independência das colônias espanholas da América o conceito de Emerson: “as idéias reformadoras teem uma porta secreta por onde penetram no coração de todos os legisladores e de cada habitante de todas as cidades”.

Essa aparição simultânea da mesma idéia em tantos cérebros; essa sua misteriosa, profunda, impetuosa expansão; a vinculação avassaladora que estabelece entre homens distanciados e desconhecidos explica a dominação de cada povo, ou de cada época da vida da humanidade, por uma concepção ou por um ideal. As idéias — nem sempre boas idéias — teem governado o mundo e os homens.

Vós mesmo, Sr. Honório Silgueira, comprovais, individualmente, essa observação. Sei bem que me não perdoareis, si me detivesse a realçar-vos as primorosas qualidades pessoais, vossa formação moral, vossa energia criadora, vossa capacidade de jurista

e de advogado — e esquecesse a obra, a que vindes servindo, e em que todos esses predicados se afirmam subjugados pela mesma idéia, pelo mesmo ideal.

Presidente da “Federación de Colégios de Abogados” da República Argentina, tendes realizado, em mais de tres anos de direção — notadamente através das sucessivas Conferências Nacionais de Advogados — os objetivos dessa instituição, contribuindo, esplendidamente, para o aperfeiçoamento da legislação, em particular da organização e do processo judiciário, e para o prestígio e a dignidade da vida forense.

Paralelamente, no entanto, — paralelamente e logicamente, pelo mesmo impulso de amor ao Direito, à Justiça e à Paz — vos devotastes a outra causa, ainda mais ampla: — a aproximação dos advogados argentinos e brasileiros: o conhecimento detalhado e amoroso do Brasil, pela Argentina. Inspirou-vos o sentimento de solidariedade dos destinos das duas grandes nações sul-americanas, a compreensão dos benefícios que produzirá a colaboração dos dois povos irmanados.

Vosso devotamento a esses ideais — a que tendes servido, como sabeis servir, inteligente e ardorosamente — abriu-vos as portas de nossa Casa.

Tendes sido tão devotado amigo do Brasil que estou a supor que vossa fisionomia caracterizadamente abasileirada resulta, não de pequena porção de sangue luzitano que vos corra nas veias, mas da constante e absorvente aplicação do espirito às nossas coisas e à nossa gente.

Assim, vossa presença neste recinto não traduz apenas alta homenagem pessoal, de todo o ponto merecida. Envolve uma afirmação.

O mesmo sentimento, que anima vossos esforços, floresce aqui como ensinamento de nossa própria história e de história da América. Nem somente da História; até mesmo da Geografia.

A grandiosa expansão territorial do Brasil não lhe inspirou o delírio imperialista. Ao contrário, impôs-nos uma série de problemas internos, que só se resolveu pelo trabalho pacífico. Deu-nos a certeza de que temos, dentro em nossas fronteiras, campo vasto para aplicação de todas as nossas energias e para satisfação de todas as nossas ambições.

Por outro lado — vinculou-nos a quasi todos os demais países sul-americanos. Ao longo de nosso litoral imenso, através de nosso território — e, agora, sobre ele — se faz caminho para outros países. A linha de fronteiras é desmedida, aberta, e foi, por muito tempo, mal definida. Tudo isso nos livra da pretensão do isolamento...

Nessas condições, nossa destinação histórica, resultante da situação geográfica, é a de sermos fator do equilíbrio político do continente; nunca, elemento perturbador.

Um dos mais altos espíritos americanos — Victor Andrés Belaunde — acentuava, recentemente, quanto a dilatada superfície territorial do Brasil contribuiu para a paz do continente, evitando a multiplicação de soberanias colidentes.

Melhor assegurado vai ficando, porem, o êxito de nossa missão histórica, pelo apoio, pela solidariedade, na mesma obra, dessa outra nação — que é a vossa. Nossos dois países encerram mais de tres quintas partes da população da América do Sul, abrangem mais de tres quintas partes de sua superfície, representam mais de tres quintas partes de sua riqueza e de sua força.

A paz na América, o progresso da América — mais que isso, talvez, até mesmo a continuidade da glória do gênio latino, a sua sobrevivência quando a alucinação da guerra o sufocasse nos países em que revelou originariamente — tudo podem assegurar a Argentina e o Brasil, unidos e irmanados.

A paz entre a Argentina e o Brasil, a amizade, a solidariedade, a cooperação, a aliança, dessas duas nações é o mais alto — ia dizer, o único — problema da política internacional sul-americana.

Resolvido ele, todos os outros perdem importância e encaminham-se para soluções felizes.

E é, de certo, porque ele está resolvido que o ambiente político sul-americano se apresenta hoje, em contraste com o das outras regiões do mundo, tranquilo, oxigenado, enchendo-nos das mais radiosas esperanças.

Ricardo Levene disse bem que, em 1851, ao concertar-se a união argentino-brasileira, surgiu na América um novo Direito Público, fundado na civilização contra a tirania. Os benefícios dessa união refletem-se, pois, até na vida interior de cada País, comprovando, ainda uma vez, a tão evidente co-relação da política internacional com a política interna.

Compreendi, Sr. Honório Silgueira, que essa união, para ser duradoura e fecunda, há de fazer-se, não apenas entre governantes mais ou menos transitórios, mas através das classes culturais.

Por toda a parte, na América, foi a cultura superior ao seu meio — não raro, de cultura haurida diretamente nos mais adiantados centros europeus — muitos dos libertadores, desde Miranda e Bolívar ao nosso sábio José Bonifácio. O movimento atual de solidarização continental reafirma a nossa independência. Protege-a contra novas ameaças.

Por isso mesmo, sentiram-lhe a necessidade, antes de todas, as classes culturais. Médicos, jornalistas, advogados, teceram entre nossos dois países uma urdidura tão densa de ligações, que podemos considerá-la indestrutível. Vós tendes cooperado, infatigavelmente, nessa tarefa, e ainda agora procurais ampliá-la.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como outras instituições culturais contemporâneas, teve origem no empenho de alicerçar e fortalecer o espírito da nacionalidade nascente.

Não é descabido, portanto, que, também aquí, e ainda agora, se desenvolva, e enrija o espírito de solidariedade continental. Aquí continuareis servindo, conosco, os mesmos ideais de vossa vida.

Não desenvolvereis, em nossa companhia, atividades de índole diversa das que haveis realizado fora daqui. Nem receio errar, prevendo que começareis a prová-lo, desde já, na página de história — de que estou, imperdoavelmente, retardando a audição.

Sentir-vos-eis bem neste ambiente. Tanto mais quanto aquí vos rodeiam muitos dos admiradores e amigos que tendes conquistado nos meios culturais do Brasil — e todos marcamos, com a vossa recepção, um dia auspicioso para o Instituto”.

(Palmas prolongadas.)

Logo foi dada a palavra ao Dr. JOSÉ HONÓRIO SILGUEIRA, que fez a seguinte conferência:

ANTECEDENTES E CAUSAS QUE CONTRIBUÍRAM EM FAVOR DAS REVOLUÇÕES ARGENTINA E BRASILEIRA DA INDEPENDÊNCIA

Chego a este egrégio, centenário e glorioso Instituto, cheio de emoção e recolhimento. De emoção, porque nele sinto palpar um século inteiro da fecunda vida brasileira; e de recolhimento, porque ao reconcentrar-me penso em Deus, e recito em meu nome e no de minha pátria a "oração por todos", pela felicidade e fortuna do Brasil e da Argentina, a "oração por todos", em honra ao brilho e esplendor da cultura e unidade espiritual da América.

Sob esta invocação, e nesta circunstância especial para meus ideais americanistas, e meu coração sacudido pela gratidão, trago a este Instituto, em minha carteira de peregrino, como prenda de cooperação intelectual, para corresponder a honra que me conferiram muito generosamente, apesar de que seja de menor valia, uma comunicação sobre as causas ou antecedentes que contribuíram a produzir as revoluções básicas — argentina e brasileira da independência, no século XIX. para encontrar nelas, desde logo, vínculos de coincidência e de semelhança que veem mesmo do âmago da História.

Peço licença para, talvez irreverentemente, aventurar-me no campo de vossa sabedoria, e colocar-me, ainda que ligeiramente, em contato convosco; e para permitir-me classificar essas causas ou antecedentes: em mediatas ou imediatas, ou seja longínquas e próximas; em comuns e peculiares ou pertencentes a cada povo, — causas que podem ser por sua vez fundamentais, acidentais, internas ou externas.

Era lógico e certo que no desenvolvimento da conquista e da colonização dos povos aborígenes da América estes ficassem sujeitos à irradiação e influência da política européia, e sofressem suas consequências. Tal o que aconteceu nas possessões espa-

nholas e portuguesas, em meados do século XVI, nos séculos XVII e XVIII, e princípios do XIX.

Desde logo aparece como uma das causas longínquas ou mediatas, peculiar da revolução brasileira, a guerra ou luta com os invasores, primeiramente com os franceses e depois com os holandeses, em sua pretendida conquista, comercial mais que outra coisa, das colônias portuguesas durante vários decênios, nos séculos XVI e XVII.

Surgiu assim, desde o primeiro instante, um movimento instintivo, de defesa comum, de hostilidade ao invasor, que associou o espírito regional dos povoadores, particularmente dos nativos, e lhes deu a consciência de seus próprios ainda que rudimentais meios de ação, e polarizou neles um sentimento de índice comum, podíamos dizer, quasi nacional; que muito mais adiante, com o simples transcurso de sucessos futuros, haviam de adquirir força, colorido e calor. “As guerras holandesas — diz Calmon — tiveram a virtude de fundir em um tempo, até então desconhecido, os elementos dispares da colonização”.

Quando Recife, a última possessão holandesa, se rendeu ao exército luso-brasileiro, já havia um povo. Em tão curto tempo o processo de elaboração social encontrou a fórmula *brasileira*: ahados para rechassar o intruso, índios, brancos e negros, unidos pelo seu amor à terra natal ou adotiva, obraram como si o dever de defendê-la fosse já “*patriotismo*”.

O processo secular da emancipação brasileira ficava aberto, para desenvolver-se lentamente, ligado aos acontecimentos europeus, nos que a metrópole portuguesa devia participar; e para aproximar-se a sua feliz solução, estimulado sobretudo por um desacertado regime colonial.

O sucesso mais saliente que o sucede neste decurso natural e humano da vida colonial do Brasil é o da Inconfidência Mineira, que já tem outro caracter, e na que aparece a aspiração nativista, de criar um estado independente, uma nacionalidade, pois se agitam em seu seio elementos morais e políticos de alcance definido, com a visão do futuro.

Já não se trata de defender a colônia de invasões estrangeiras, de manter a conquista lusitana para seus descobridores e cruzados, senão de pôr em movimento forças sociais, orientadas, sobre uma massa de população que, na segunda metade do século XVIII, havia crescido, impregnando-se das doutrinas liberais da época, aspirando a constituir-se por direito próprio, e rebelando-se contra a opressão ou tirania, política, militar e econômica, dos governos peninsulares.

Assim, a Inconfidência, na ordem de nossa classificação, pode considerar-se já como causa próxima ou imediata da revolução brasileira, própria e fundamental por sua vez, em seus aspectos social, político e econômico, tomada em consideração sua índole ou natureza.

O ânimo público havia despertado, exteriorizando-se em algumas regiões do Brasil, particularmente em Minas, em variadas formas do pensamento, e é assim que, em um ambiente de exaltação nacionalista e de cultura literária, em uma "Arcádia Ultramarina", se inflamou a idéia da "Inconfidência", luminosa, sonhadora e confiada. Começava a "via crucis" da liberdade. Tiradentes foi seu primeiro apóstolo e martir. Pressentia-se a Independência.

Coincidiu ela com acontecimentos notórios da Europa e da América. Em 1776, as colônias inglesas, que se chamaram depois Estados Unidos da América do Norte, fazem sua emancipação, e se verificam no mesmo decênio movimentos ou tentativas esporádicas e dispersas no Perú, Colômbia, Chile, Nova Granada e México. Contemporaneamente, a "Declaração dos Direitos do Homem", da Revolução Francesa, agita o mundo, e tem também, como era lógico, funda repercussão e influência inspiradora nas futuras nações do continente.

Estes dois últimos acontecimentos, transcendentais, constituem causas próximas ou imediatas, ambas comuns, para as revoluções argentina e brasileira. Poderiam classificar-se estas duas causas também — segundo Julio Aramburu — de "acidentais", por ser "de reflexo espiritual e grande conteúdo histórico", em concorrência com "as causas fundamentais", próprias da natureza humana em sua diversa atividade e aspiração de conquistas sociais, políticas e econômicas", que produziram a separação entre crioulos e peninsulares, que excluíram os primeiros da função pública, e que criaram o regime odioso e enquistado do monopólio.

O ambiente se achava plenamente saturado do liberalismo do momento, como já disse, cujo conteúdo de doutrinas filosóficas e econômicas marcaram rumos renovadores na vida da humanidade, destacando-se entre seus faróis luminosos: Montesquieu e Rousseau, e Quesnay e Golbert, e Adam Smith e Filangieri, para não mais citar outros.

Pouco tempo depois da Inconfidência, foi sufocada, na Baía, a "Conjuração dos Alfaiates", em 1798, e quasi vinte anos depois outra, de sentido nacionalista e liberal, de índole maçônica, a Pernambucana, em 1817, que foi cruelmente reprimida. "Estes precedentes históricos — acrescenta vosso membro efetivo Dr. Calmon — cristalizaram uma consciência, fixaram uma mentalidade, criaram uma

alma. O povo brasileiro adquiriu gradativamente o conhecimento de si mesmo. Revelou-se amadurecido para a liberdade. A era da Independência não podia tardar". Belíssimas palavras, que resumem um período histórico que se encerra, que passa, e que podem ser gravadas no frontespício da porta gloriosa que abriu para o Brasil o século da liberdade, o século de Ipiranga.

Enquanto isso, no Rio da Prata, o espírito público, agitado e turbulento, se desenvolvia quasi paralelamente. A alma platina, como direis vós, temperada por correntes liberais de procedência secular, sensível à irradiação dos sucessos europeus e ao contágio das idéias também liberais, difundidas principalmente pelos livros franceses, gemendo na opressão de regimes políticos e econômicos absurdos, animada já por uma alma nacionalista e um sentimento de patriotismo que vinha de longe, ia despertando paulatinamente para a vida livre, adquirindo a noção de seu próprio valor, em marcha para a maturidade de seu processo histórico.

Ela se produz por motivo das invasões inglesas em Buenos Aires, em 1806 e 1807, "as que tiveram — diz Levene — uma influência capital nos destinos do Vice-Reinado do Rio da Prata. A evolução histórica, política, econômica e intelectual, deste período, se acelera e precipita". A dupla derrota dos exércitos ingleses, obra da pujança popular, "dá aos crioulos a consciência de suas próprias forças, produzem consequências políticas e comerciais" e os prepara para a revolução.

Esta é, assim, uma causa peculiar, própria, do movimento de Maio, como foi a guerra com os Holandeses para a revolução brasileira; causa próxima ou imediata, acontecida de 1806 a 1807, a primeira: longínqua ou imediata — do século XVII — a segunda.

O século XIX encontrava, portanto, as duas colônias em estado de fermento revolucionário, preparadas para pugnar pela liberdade política e a liberdade econômica, a nossa muito mais que a vossa, por germes ideológicos, de velho raizame espanhol; agitada desde muito tempo atrás, por precursores espanhóis e indianos, como Juan de Solorzano e Victorino de Vilava; e pelos que os sucederam muito tempo depois, como Francisco de Miranda, Saturnino Rodrigues Peña, Juan Martin de Pueyrredón, foi preparada a nossa, vale dizer, por circunstâncias notórias de ambiente, por fatos ou sublevações que se vinham sucedendo em toda a América espanhola, como os de Chuquisaca e La Paz, provocados estes movimentos pela opressão intolerante e intolerável dos funcionários da metrópole, e do sistema absolutista de exploração daquelas colônias, sistema que havia violado as leis naturais.

Sucessos de transcendência e repercussão mundial, que transformaram o mapa político e geográfico da Europa, iam produzir também e logicamente, dada nossa relação de dependência, seus efeitos na história do Novo Mundo.

Um daqueles, em primeiro lugar, a guerra e a ocupação do solo de Espanha pelos exércitos napoleônicos e a coroação de José Bonaparte, e depois a invasão do general Junot, concorreu a originar, como causa comum e por sua vez imediata das revoluções argentina e brasileira, a emancipação dos domínios coloniais espanhóis e portugueses na América. A Corte de Maria I, sob a regência do seu filho D. João de Bragança, logo depois Rei D. João VI, diante da ameaça da absorção francesa, se trasladou e veio para o Brasil. O Rio de Janeiro se convertia, desta forma, em Capital da monarquia portuguesa, desde 1808.

“Para o Brasil — diz Calmon — foi começo de um decênio magnífico e um dos períodos mais brilhantes de sua história”, que terminou com o regresso de D. João VI a Lisboa. Encadearam-se os sucessos, a regência do príncipe D. Pedro se utilizou para preparar a Independência, que produziu como resultado imediato a proclamação do primeiro imperador constitucional, ambos acontecimentos no ano glorioso de 1822. Pedro I, “por vontade de Deus e unânime aclamação dos povos”. Tinha que ser por vontade de Deus, e do cáldo fervor de todos os brasileiros, defensores da lei, de sua vida, e do direito imanente de pátria, liberdade e independência eternas.

E depois se sucederam as novas regências, e o segundo império, e a república, e neste transcurso de mais de um século o Brasil foi traçando brilhantemente seu destino na história da América. Honra ao Brasil, a seus homens eminentes, a seu refinamento espiritual, a sua florescente cultura.

* * *

Agora, vejamos o que, entretanto, havia se registado nas possessões espanholas do Sul.

A invasão napoleônica na Espanha trouxe de imediato a abdição de Carlos IV, sua substituição por seu filho Fernando VII, a entronização fugaz de José Bonaparte, e, por conseguinte, a ocupação de quasi toda a península pelos exércitos franceses. Desde logo estes fatos repercutiram no Rio da Prata, impressionando vivamente os centros coloniais, aonde se sentia uma tensão revolucionária, não só no elemento popular, crioulo, sinão principalmente em um grupo numeroso de homens representativos, e de jovens ardorosos, iniciados nas novas idéias dos novos tempos, e sobretudo depois da

semente que haviam disseminado as invasões inglesas, despertando-lhes o sentimento ingênito da capacidade própria e da própria responsabilidade; do contágio que tinha difundido, desde logo, os princípios liberais em voga, “do liberalismo político e filosófico difundido no Rio da Prata — diz Levene — entre outros órgãos pela Universidade de Charcas, e, particularmente, pela Academia Carolina, aonde se comentavam as obras dos enciclopedistas e escritores do século XVIII”.

Associado a tudo isto, os sucessos bem sintomáticos que haviam ocorrido ultimamente em toda a América espanhola, como, por exemplo: as revoluções de Chuquisaca, La Paz e Quito, em 1808; as do México, que se iniciam em 1808; a da Venezuela, que começa em 1810; a obra persistente e americanista de Miranda; as idéias do general inglês Beresford, vencido em Buenos Aires e prisioneiro na Vila de Lujan; o problema Carlotista de 1808 a 1809, ou seja o de D. Carlota Joaquina, esposa de D. João VI, quem, como irmã de Fernando VII, pretendeu exercer direitos sobre as colônias espanholas, operada que foi a caducidade da monarquia borbônica na península; a reacionária intentona espanhola contra o Vice-rei Liniers, de 1º de janeiro de 1809, desbaratada pelos chefes criolos das tropas, que consagrou o ascendente prestígio destes e traçou o rumo dos sucessos futuros; finalmente, a “Representação dos Fazendeiros”, do que mais tarde havia de ser nume e cérebro da Revolução de Maio, Mariano Moreno, que defendia “o princípio da liberdade de comércio e do conceito da igualdade social na democracia” — “Representação dos Fazendeiros” que foi traduzida e comentada em estudos esposando a mesma orientação, como bem o sabeis, pelo economista brasileiro José da Silva Lisboa.

Faltava, então, um motivo ocasional para que tomasse formas concretas o espírito de rebelião dos patricios, e esta foi a notícia que se teve em Buenos Aires dos acontecimentos desenrolados na península, nos primeiros meses de 1810, que decidiram o Vice-rei Cisneros a expedir uma proclamação tendente a manter a autoridade de Fernando VII, mas que não pode evitar, como uma consequência imediata, a petição do Cabildo Alberto de 22 de maio e o pronunciamento do dia 25, que designou a Junta, ou seja nosso primeiro governo pátrio. “O 22 de maio de 1810 é o condutor inicial da Revolução Argentina, com formas orgânicas e propósitos deliberados”, diz Mitre, e acrescenta em seguida: “Ao começar o ano de 1810 a Revolução estava consumada na essência das cousas, na consciência dos homens e nas tendências irresistíveis da opinião, que faziam convergir as forças sociais para um objetivo determinado”. Assim “se ergue à face da terra uma nova e gloriosa nação”, segundo a letra do nosso hino.

O nosso movimento revolucionário foi um grave problema, complexo, cheio de dificuldades de ordens diversas, e de demorada solução comparado com o vosso, dada a ampla e dura dominação militar, política e administrativa da Espanha sobre suas colônias da América. Por isto foi necessário que os primeiros governos estendessem imediatamente sua ação redentora a todos os pontos cardeais do imenso território vice-reinal; o Paraguai, Uruguai, Chile, Alto e Baixo Perú. Em Tucuman abrimos a grande porta da liberdade, por onde passaram tres vezes os exércitos libertadores do Norte, com Antonio Gonzalez Balcarce, e Juan José Casteli, primeiramente, e depois Manoel Belgrano e José Rondeau; e em Mendoza, nos asperos desfiladeiros da Cordilheira, se levantou o arco ou portico da glória, por onde passaram as tropas de San Martin, para destruir o poder realista em seu centro vital, e assegurar, por todas, o destino da América. Assim nasceu, se realizou e coroou nossa epopéia emancipadora.

Nossa revolução por isso se diferencia da vossa, em seu ponto inicial, em sua maneira de operar, em suas projeções, em seus resultados. "A Revolução de Maio — diz Aramburu — deixou de ser um fenômeno local, para converter-se em uma manifestação continental, com irradiações que se estenderam a todos os povos do antigo Vice-reinado".

Batalhas, contra-revoluções, fusilamentos, desterros, vitórias, derrotas, complicações até de ordem externa, direi, não foram óbice para que o juramento dos membros da Primeira Junta de 1810, com a invocação de desempenhar fielmente os cargos, mantendo a integridade do território sob o cetro de Fernando VII, se modificasse completamente seis anos mais tarde, 1816, em cujo 9 de julho o Congresso de Tucuman, constituído pelos deputados de quasi todas as províncias, proclamou para sempre a independência argentina.

Assim diz a ata de tão transcendental acontecimento histórico: "... Declaramos solenemente, à face da terra, que é vontade unanime e indubitavel destas Províncias, romper os fortes vínculos que as ligavam aos Reis de Espanha, recuperar os direitos de que foram despojados, e investir-se do alto caracter de *uma nação livre e independente* do Rei Fernando VII, seus sucessores e da metrópole, e de toda e qualquer dominação estrangeira.

O movimento de Maio se inicia e desenvolve em um ambiente e cenário de agitação, perigos e premências. Era necessário, para assegurar seu êxito em uma vasta extensão de território, associando pela ação, pelas idéias e pelo sentimento, as populações dispersas nas desertas comarcas vice-reinais. Daí as expedições militares a diferentes rumos, e a necessidade primária, urgente de aproximar e pôr em con-

tato esses núcleos humanos, para solidarizá-los, governá-los, resolver e defender seus destinos.

A primeira década de nossa vida livre “o primeiro momento cronológico da história argentina, dos cinco em que Levene a divide, está cheio de divergências, crises contínuas, ensaios, paixões, que retardam a marcha da revolução e põem sua sorte em perigo. Da Primeira Junta se passou à Grande Junta, com a incorporação dos deputados das Províncias, daí o Primeiro e Segundo Triunvirato, com a Junta Conservadora; e pouco depois o Diretório. Aos Estatutos Constitucionais, direi, de 1812 e 1813, sucederam os de 1815 e 1817, todos de caracter provisório, porque não podia ser de outro modo, dada a precária situação política, a marcha incerta dos acontecimentos, e a desinteligência e o antagonismo dos homens, quanto à forma de governo a aplicar e prevalecer. Há que reconhecer que, não obstante isso, se tentou reiteradamente reunir, quanto antes, um corpo constituinte que dotasse o país de uma carta orgânica fundamental e permanente, sem se lograr esse objetivo primordial. Tal é o Primeiro Congresso Geral de 1810, e como ele a Assembléia Geral de 1812, a Assembléia Geral Constituinte de 1813, e o Congresso de Tucuman, de 1816, que trasladado para Buenos Aires estendeu seu raio de ação até princípios de 1820. O fracasso da Constituição desse ano, rechaçada pelas províncias, dado seu character unitário, solidificou o federalismo argentino, que pre-existente nos Cabildos e Ajuntamentos dos antigos vice-reinados ou intendências, encontrou entre nós meios de adaptação e homens que o professaram e propagaram. O federalismo latente na Revolução de Maio se exteriorizou logo nas idéias de Moreno, na controvérsia de 1811 dos deputados Juan Ignacio Corriti e o Deão Gregorio Funes, e adquiriu formas definidas e definitivas através de lutas, dores e sangue, na árdua organização política argentina.

A ação interna nacional, direi, da Revolução de Maio, foi continuada e completada com sua ação externa ou continental, como único meio de lograr a independência, abatendo os realistas no foco de seus próprios recursos, de suas autoridades supremas, de seu poderio militar.

Assim concebeu e realizou San Martin a idéia e o plano de atravessar a Cordilheira dos Andes, levando a liberdade ao Chile e ao Perú, e contribuindo eficazmente para obter a do Equador. Escreveu assim com seu grande gênio militar, ou inspiração patriótica, uma das páginas mais gloriosas da história argentina e americana, de Chacabuco, Cancha Rayada e Maipú a Nazca, Pasco, Rio Bamba e Pichincha.

Entretanto, na ordem interna do país, do regime diretorial passamos para a anarquia de 1820, aos governos de Martin Rodriguez, de Gregorio de Las Heras, Bernardino Rivadavia e Manuel Dorrego, com suas respectivas tendências unitárias e federativa, até entrar na noite escura da tirania e chegar, por fim, anos depois, a consagrar e cimentar a organização constitucional da República.

Em resumo, senhores, temos como antecedentes ou causas próprias, peculiares da Revolução Brasileira, quer longínquas ou próximas:

- a) as guerras com os Holandeses;
- b) a Inconfidência Mineira;
- c) as conjurações de 1798 e 1817, na Baía e em Pernambuco.

Agora, como antecedentes peculiares da Revolução Argentina enunciamos:

a) os levantes e tentativas de emancipação em quasi todos os domínios coloniais espanhóis, do Tupac-Amarú aos de Chuquisaca e La Paz;

b) a ação e a agitação dos beneméritos precursores como Francisco Miranda e muitos outros;

c) as invasões inglesas.

E como causas ou antecedentes comuns de ambas as revoluções ficaram enumerados:

a) Independência das colônias inglesas do Norte;

b) a Revolução Francesa;

c) o liberalismo europeu da época, com suas doutrinas políticas, econômicas e filosóficas.

d) a invasão e guerras de Napoleão em Espanha e Portugal.

Transcorreu mais de um século, durante cujo lapso de tempo as colônias emancipadas, em sofrida e laboriosa gestação, foram formando e definindo progressivamente os atributos essenciais de sua personalidade, fundindo no crisol da história, sua alma, sua fisionomia, seu destino. E hoje, convertido em realidade o ideal de seus precursores e artífices, as Repúblicas americanas, com função cultural nesta parte do mundo, se encontram incorporadas ao concerto das nações civilizadas da terra.

Entre elas, o Brasil e a Argentina cultivaram durante tres períodos (1850 a 1880 — 1888 e 1930 — 1933 e 1935 em diante), os elementos primários de uma concordância que logicamente havia de conduzir-nos a um paralelo e semelhante futuro. Expressões recíprocas de cooperação intelectual, de afinidade espiritual, uniram as duas nações em um mesmo sentimento de amizade e fraternidade,

em um intercâmbio cultural que é um exemplo para os demais países da América, intercâmbio que rebalsa seus próprios moldes para deramar-se sobre todo o continente.

Para que assim seja, agora e sempre, é o voto que formulo para felicidade e honra de uns e outros, sob a infinita proteção de Deus.

E agora, permiti-me, senhores, para terminar esta, para vós, fatigante conferência, recordar com unção o nome veneravel do protetor do Instituto, D. Pedro II, o imperador sábio e magnânimo, e evocar também a figura eminente do Conde de Affonso Celso, que o presidiu durante mais de um quarto de século, com renome, brilho, e autoridade" (*Aplausos prolongados*).

O SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES, felicitando o sr. Honório Silgueira pela brilhantíssima conferência, agradeceu a presença do auditório e declarou encerrados os trabalhos.

Levantou-se a sessão, às 18 e meia horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO.

2º Secretário.

SESSÃO ESPECIAL, EM 21 DE AGOSTO DE 1939
(SESSÃO 1.664)

PRESIDÊNCIA DO SR. MAX FLEIUSS

Às 17 horas, abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: Max Fleiuss, Virgílio Correia Filho, Francisco Radler de Aquino, Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, Francisco José de Oliveira Vianna, João da Costa Ferreira, Liberato Bittencourt, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Candido Mariano da Silva Rondon, Edmundo da Luz Pinto, Augusto Tasso Fragoso, Alexandre Emilio Sommer, José Maria Moreira Guimarães e Alfredo Ferreira Lage.

O SR. VIRGILIO CORREIA FILHO (*Secretário*) leu as atas das sessões de 18, 26, 28 de julho e 4 de agosto, as quais foram sem discussão aprovadas.

Leu depois, das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O SR. FLEIUSS julgou de sua obrigação salientar que a tradução das conferências dos Srs. José Salgado e José Honório Silgueira foram feitas, por solicitação do Sr. Presidente Macedo Soares, pelo Sr. João Paulo de Medeiros, ilustre e dedicado amigo do Instituto.

O SR. FLEIUSS disse que havia sobre a mesa um parecer da Comissão de Admissão de Sócios, originado da proposta que também leria:

PARECER

— “A Comissão de Admissão de Sócios examinou a proposta que apresenta para sócios honorários os Srs.: Léo Stanton Rowe, Waldo Gifford Leland, Philip Guedalla, Ernesto Leme e Ernesto de Souza Campos, achando-a em perfeita ordem, pois obedece aos nos-

sos Estatutos e se refere a individualidades de incontestado valor, merecendo, portanto, a aprovação do Instituto.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1939. — *Alfredo Nascimento Silva*, relator. — *Bernardino José de Souza*. — *Francisco José de Oliveira Vianna*."

PROPOSTA

"Nossos Estatutos, em seu artigo 7º, dizem: "Sócios honorários somente poderão ser as pessoas de alta representação social ou que tiverem manifestado competência especial em matéria de História, de Geografia, de Etnografia ou Arqueologia".

Em virtude destes dispositivos, propomos para sócios honorários do Instituto os Srs. Léo Stanton Rowe, Waldo Gifford Leland, Philip Guedalla, Ernesto Leme e Ernesto de Souza Campos.

O Sr. Léo Stanton Rowe é o diretor geral da União Panamericana, com sede em Washington, e em cujo Boletim tem por várias vezes tratado do Brasil com o maior interesse.

O Sr. Waldo Gifford Leland é o Presidente do Comité Internacional de Ciências Históricas.

O Sr. Philip Guedalla é autor de notáveis trabalhos históricos, entre outros os que se intitulam *A Rainha e o Sr. Gladstone*, em dois volumes, e o *Duque de Wellington*.

O Sr. Ernesto Leme é professor catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo e tem publicado trabalhos que mereceram da crítica os maiores louvores, entre eles o denominado: *A intervenção federal nos Estados*, no qual faz um estudo minucioso e brilhante da nossa formação constitucional.

O Sr. Ernesto de Souza Campos é professor catedrático da Faculdade de Medicina de São Paulo, da qual já foi diretor, tendo também dado à lume vários trabalhos de suma relevância.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1939. — *José Carlos de Macedo Soares*. — *Max Fleiuss*. — *Virgilio Correia Filho*. — *Francisco Raddler de Aquino*. — *Liberato Bittencourt*. — *Candido Mariano da Silva Rondon*. — *Alfredo Nascimento Silva*. — *Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt*. — *Jeronymo de Avellar Figueira de Mello*. — *José Maria Moreira Guimarães*. — *Bernardino José de Souza* — *Francisco José de Oliveira Vianna*. — *Edmundo da Luz Pinto*. — *Alexandre Emilio Sommer*. — *João da Costa Ferreira*. — *Alfredo Ferreira Lage*. — *Augusto Tasso Fragoso*."

O SR. VIRGILIO CORREIA FILHO requereu urgência para ser imediatamente votado o parecer da Comissão de Admissão de Sócios, o que foi concedido, sendo unanimemente aprovado o parecer.

Em seguida, o Sr. FLEIUSS proclamou sócios honorários do Instituto os Srs.: Léo Stanton Rowe, Waldo Gifford Leland, Philip Guedallla, Ernesto Leme e Ernesto Souza Campos, aos quais serão feitas as devidas comunicações.

Deu, depois, entrada no recinto o SR. WALDO GIFFORD LELAND, a quem o Sr. Max Fleiuss dirigiu algumas palavras de saudação.

O SR. RADLER DE AQUINO disse depois, em inglês, o seguinte:

"Sr. presidente Waldo Leland:

Vossa distinta presença nesta casa centenária da História marcará um data que nos será sempre cara. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro conhece muito bem os vossos incessantes esforços como presidente da Comissão Internacional de Ciências Históricas, à qual tem a honra de pertencer, desde o seu início, dois eminentes brasileiros. Esses são o nosso distinto Embaixador à Corte da Grã-Bretanha, dr. Regis de Oliveira, e o nosso sábio e prezado secretário perpétuo, dr. Max Fleiuss.

Durante a vossa tão curta estadia entre nós tereis a oportunidade de verificar como o nosso Instituto está cumprindo a sua missão histórica para o bem do Brasil, das Américas e de todas as nações civilizadas; em resumo, vereis pessoalmente os sentimentos entre os seus associados para uma maior cultura intelectual no interesse da própria civilização. A "Revista" do nosso Instituto, que já compreende 170 volumes, não levando em conta mais do que uma centena de publicações especiais, em separata, a nossa valiosa Biblioteca, com a sua sala de leitura frequentada diariamente por muitos estudiosos, as nossas frequentes reuniões de grande importância, tudo isso representa uma preciosa contribuição às Ciências Históricas, que de certo contará com a inteira aprovação da Comissão a que tão habilmente presidís.

O vosso testemunho pessoal dos nossos esforços será para nós uma recompensa de grande valor.

Em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por delegação especial do nosso ilustre presidente, embaixador José Carlos de Macedo Soares, apresento-vos nossas cordiais saudações e boas vindas." (*Palmas*).

Logo depois, pediu a palavra o Sr. WALDO GIFFORD LELAND, que leu uma interessante comunicação sobre as realizações do Comité Internacional de Ciências Históricas, do qual é presidente.

Antes de encerrar a sessão, o Sr. MAX FLEIUS, anunciou, por ordem do Presidente Macedo Soares, a sessão do próximo dia 30, na qual falará o consócio padre Serafim Leite, que será saudado pelo Sr. Pedro Calmon.

Justificada a ausência do Sr. Augusto Tavares de Lyra.

Encerrou-se a sessão às 18 e meia horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,
2º Secretário.

QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA (SESSÃO 1.665), EM 30
DE AGOSTO DE 1939

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Às 17 horas abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, Augusto Tavares de Lyra, Francisco José de Oliveira Vianna, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Raul Tavares, José Maria Moreira Guimarães, Fernando Luiz Vieira Ferreira, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Francisco Radler de Aquino, Liberato Bittencourt, Virgílio Correia Filho, Alfredo Ferreira Lage, Afranio Peixoto, Rodolfo Garcia, Herlert Canabarro Reichardt, Hermenegildo Rodrigues de Barros, Augusto Tasso Fragoso, Alexandre Emilio Sommier, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Pedro Calmon, Edmundo da Luz Pinto, Alfredo Nascimento Silva, Elmano Cardim, José Mattoso Maia Forte, Candido Mariano da Silva Rondon, Caio de Mello Franco, Serafim Leite e Philip Guedalla.

O SR. VIRGILIO CORREIA FILHO (2º secretário) leu, das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES disse que o Instituto teria a honra de ouvir os seus novos sócios Padre Serafim Leite, autor de uma obra magistral *A História dos Jesuítas* e o notável historiador inglês Sr. Philip Guedalla. Convidou para tomar assento à mesa, à direita, o Embaixador da Grã-Bretanha, senhor Hugh Gurney.

O SR. MAX FLEIUSS propôs que a assembléia, bem como o auditório, se erguessem por um minuto, elevando a Deus ardente voto para que não seja perturbada a paz mundial.

Todo o auditório se levantou, aprovando a proposta.

O SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES deu, em seguida, a palavra ao Sr. PEDRO CALMON para, em nome do Instituto, saudar ao Padre Serafim Leite.

O SR. PEDRO CALMON, saudando o padre Serafim Leite, em nome do Instituto, falou da grande obra histórica, empreendida pelo eminente sacerdote: *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Incumbido pela Sociedade de Jesus de escrever-lhe a epopéia brasileira dessa catequese, que principia com a nacionalidade e abrange largo período da nossa formação social, dois enormes serviços prestou: às letras luso-americanas e à causa da religião. Para nós o valor extraordinário do livro consiste na confirmação do que dissera Capistrano: A História do Brasil não poderá ser escrita antes da história dos jesuítas no Brasil. O Padre Serafim Leite incorporou à nossa literatura o insuprível documento que nos habilita a conhecer plenamente o processo da elaboração brasileira no século XVI. À margem da crônica dos padres e de suas Casas, de suas missões e do seu ensino, narrou, informado por papéis inéditos, que se guardavam nos soberbos arquivos da Ordem, em Roma e na Holanda, unia outra história do Brasil. Há dois detalhes que nos faltavam, a da verdade somente agora descoberta, a dos depoimentos autênticos, de que carecíamos para completar as telas, apenas esboçadas, acerca dessas origens da Pátria.

O dito P. Provincial, com quem tenho tratado sobre este particular, avisará a V. P. assim de o que toca a elle, como de tudo o mais que succedeu na facção das minas que intentei e não teve effeito por a obstinação dos moradores da Villa de São Paulo e nova resolução de Sua Majestade e seu Governador Geral neste Estado. Tudo o que elle assentar com V. P. farei com muito gosto. Não podendo ser na Villa de São Paulo, na de Santos, perto do mar da Capitania de São Vicente. Porque nunca me faltará animo para servir a Deus e a Vossa Paternidade, cuja pessoa guarde. Rio de Janeiro, 2 de Junho de 643.

Salvador Correia de Sá e Benevides. (Arch. S. I. Romanum, *Brasilia* 3 (1) f. 223).

A fundação do Colégio não poudo realizar-se logo. Surgiram dificuldades ou persistiram as denunciadas na sua carta. Em todo o caso

Salvador Correia não era homem para desistir dos seus intentos. Se não fosse numa Capitania, seria noutra. E para mover mais o Geral a que aceitasse a oferta e lhe concedesse os privilégios e carta de fundador, patenteia-lhe quasi confidencialmente os sentimentos do seu coração e o afeto constante que sempre o ligou à Companhia de Jesus. O Geral era já, a este tempo, 1646, o P. Vicente Caraffa:

Pax Christi. Pelos Reverendos Padres Provincial e Reitor desta Província e Collegio do Rio de Janeiro lhe será a V. P. muito reverenda presente a vontade continuada que sempre tive de entrar na Companhia, e como, por ser unico em minha casa, não vieram os Padres em accèptar-me pela muita amizade que entre meu Pae, meu Avô, minha Tia, a Senhora Condessa de Linhares, Dona Felipa, fundadora do Collegio de Santo Antônio, de Lisboa, houve sempre com esta Santa Religião; e, continuando eu nos desejos, foi servido o Reverendo Padre Geral Mucio Vitelleschi conceder-me carta de Irmandade, concedendo-me tambem fosse fundador de um Collegio na Villa de Santos, o que não teve effeito, pelos moradores daquellas Capitánias terem feito os excessos que a V. P. muito reverenda lhe devem ser presentes. Em um conselho consulteï por vezes a Sua Majestade, que foi servido resolver-se-lhes desse perdão, contanto — que tornassem a accèptar os Reverendos Padres, o que não quizeram fazer. E sempre tive por certo que emquanto os Religiosos, que lá assistem, não lhes faltassem, continuariam com sua contumacia, porque não guardam os interdictos e outras muitas circumstancias que tudo constará dos papeis.

E a minha tenção é pedir a V. P. se sirva de que não fique frustrada esta minha vontade e que a fundação e ser eu padroeiro vá por diante no modo que assentei aquí com os Padres, que tambem constará das escrituras. E que, visto estarem alterados aquelles moradores, a formação seja na Capitania do Espirito Santo, ou no lugar aonde V. P. ordenar, como o declarei na escriptura de hypothecação da renda, nomeando umas casas, terras, engenhos, e mais fabricas que poderão pelo tempo adiante vir a ser de rendimento tão copioso que basta para maior numero de sujeitos.

Eu parto a governar os reinos de Angola onde espero que V. P. me fará mercê de mandar a carta de fundador e occasiões de o servir, em particular, pois em geral tenho toda a Companhia por mãe e não ha coisa que me possa apartar de a servir. A divina bondade guarde a V. P.

Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1648. — Salvador Correia de Sá e Benevides (Brasília 3 (1), f. 261.

O Colégio que ele queria fundar, e de fato fundou, veio a ficar em Santos, aplanadas, enfim as dificuldades, tornando a Capitania de

São Vicente e os moradores de São Paulo a pedir os Padres. Notemos que esta carta foi escrita nas vésperas do embarque para Angola, onde Salvador Correia de Sá e Benevides iria adquirir imortal renome com a expulsão fulminante dos Holandeses.

Não está ainda feita, em moldes modernos, a biografia deste herói e glória autêntica do Rio de Janeiro, onde nasceu em 1594. Neste ano Anchieta ainda vivia e bem poderia ter ele batizado a Salvador Correia de Sá no Morro do Castelo.

Anchieta era Superior da Capitania do Espírito Santo. Mas, precisamente neste ano de 1594, o Grande Jesuita estava no Rio de Janeiro como Visitador. Dadas por um lado as relações de boa amizade e correspondência dos Jesuitas com a dinastia dos Sás, que governaram o Rio, e, considerando por outro a coincidência de estar ali Anchieta com tão elevado cargo, não nos parece sugestão temerária. E teríamos, nesse batismo, uma predestinação gloriosa. (*Palmas*).

Pediu depois a palavra o Sr. AFRANIO PEIXOTO, que dirigiu um cumprimento ao Padre Reitor dos Jesuitas no Rio de Janeiro, e salientou os grandes méritos do Padre Serafim Leite.

O SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES deu, ato contínuo, a palavra ao Sr. FRANCISCO RADLER DE AQUINO, que dirigiu, em inglês, a seguinte saudação ao Sr. Philip Guedalla.

Permiti que vos diga quanto quisemos vos ouvir como sócio desta casa. Sois historiador. Aquí é casa da História.

Historiadores se entendem e se confraternizam, para que sejais nosso confrade.

Aliás a História é um liame que liga todo o passado ao presente e espera uni-lo ao futuro, como também em qualquer época ela reúne todas as nações do Universo em uma unidade de espírito, de inteligência e de expressão.

Nesta casa, Sr. Philip Guedalla, em que homenageamos, na vossa pessoa, o parlamentar inglês, o jurista consultor do Ministério da Guerra e Munições da vossa terra, o homem público notável da Grã-Bretanha, neste momento, não se contem a curiosidade de ouvir o ensaista dos "Cem dias" e dos "Cem anos", e o historiador famoso de "Duque de Wellington", e da "Rainha e o Sr. Gladstone". Domais sois historiador inglês e só compreendereis porque digo assim quando souberdes a razão do nosso interesse pela história do vosso povo.

Afranio Peixoto, a quem em boa parte devemos a publicação dos dois primeiros tomos da obra monumental, disse a seu respeito o que basta para a classificarmos entre os melhores subsídios para o conhecimento do Brasil.

A recepção do ilustre autor no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro testemunha esse apreço.

Falou em seguida das retificações dos textos correntes, determinadas pela História da Companhia de Jesus no Brasil; enumerou exemplos; citou as narrativas novas da fundação de São Paulo, da conquista de Sergipe, da história dos Colégios por todo o país; e tratou, em seguida, da importância do fator "missionário", na civilização brasileira. O Jesuíta como o colono típico, como professor, civilizado, pacificador: Anchieta, Nobrega, esse estranho Padre Antonio Rodrigues apenas hoje identificado, o inextinguível Vieira...

E concluiu, dizendo que é a justiça histórica que ressurbra da homenagem prestada pelo Instituto ao historiador da Companhia, igualmente historiador brasileiro — grande português que é — pelo honrado e meticuloso carinho com que levanta do pó dos arquivos dois monumentos simétricos: a Companhia que abrigou os santos catequistas; e o Brasil dos seus tempos heróicos e bárbaros que ela instruiu duzentos anos"

O PADRE SERAFIM LEITE agradeceu em rápidas palavras a sua eleição de sócio do Instituto Histórico e disse que ao tomar posse da cadeira, com que o honrara o Instituto Histórico, leria à nobre e seleta assembléia duas cartas de um dos maiores filhos do Brasil no regime colonial. As cartas são importantes para compor com exatidão a fisionomia moral de Salvador Correia de Sá e Benavides. Apresentam um traço dela, ignorado até agora, ilustração, também simultânea, da isenção da Companhia de Jesus. As cartas encerram outras referências históricas — minas, a atitude da Vila de São Paulo, a questão do interdito, a fundação de um Colégio da Companhia na Capitania de São Vicente, principal motivo das cartas, assuntos estes que serão retomados um dia, no IV Tomo da *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Nada impede, porém, que fiquem desde já ao alcance dos estudiosos e eruditos.

A primeira carta dirige-se ao Geral da Companhia, em Roma, o P. Mucio Vitelleschi:

Supposto que de juro devo servir e amar a Vossa Paternidade, por ser o mais honrado título que gozo o ser escravo e Irmão da Companhia, agora novamente me sinto mais obrigado com esta de Vossa Paternidade, escripta em Roma, a 30 de maio de 642.

A mercê, que nella me promette fazer V. P. em permittir a fundação do Collégio que intento e receber-me por fundador com a declaração e informação que espero do Reverendo Padre Provincial, estimo por a maior de minhas honras e por ella beijo a mão de V. P., rendendo-lhe particulares graças.

De fato, posso dizer que, por muito tempo, cultivamos as mesmas tradições convosco, porquanto tem o vosso país no passado feito

homens e teorias que interessaram aos homens do nosso país, e isso em épocas assinaladas que atravessámos.

No Brasil, como em todas as nações da América que se libertaram no princípio do século XIX, as idéias francesas agitaram a bandeira da Independência. Entretanto, a História do Brasil teve sempre o seguinte feito: um golpe libertador e uma reação, atendo-nos às boas tradições. Fizemos uma Constituição, em parte inspirada nas idéias liberais de França, porem fomos nos inspirar no governo parlamentar inglês, que depois floresceu entre nós. Criamos dois partidos: um liberal e outro conservador; entretanto, reconciliamo-nos dessa divergência partidária, submetendo-nos ao governo do Ministério das Capacidades, que, pelas circunstâncias de salvação nacional, se parece muito com aquele Ministério de todos os talentos, no vosso país.

Não me demorei a dizer quanto nossos estadistas se inspiravam na política do vosso Gladstone, por exemplo; e quanto ao Império, um período histórico já encerrado, para que possa ser julgado, deve se chamar o período da influência inglesa.

Essa influência era intelectual. Tínheis, pois, as tradições políticas que nos convinhm e que praticamos da maneira que fora do Brasil ainda pouco se conhece.

Esse Império se encerrou de maneira dramática, pode-se dizer, com uma revolução social.

A abolição da escravatura, que lhe preparou a queda, libertação de cativos, aliás louvavel no seio de um povo que cultivava a liberdade, entretanto decretada de maneira *ex-abrupta*, transtornou toda a economia nacional. Pessoas da Casa Imperial foram interpeladas acerca da temeridade; e o Trono, por fim, caiu. Entretanto, a agitação social era tal que a mocidade, filha da aristocracia rural, abraçara a causa popular, comprometendo o regime político de que ela era originada.

Isto deu origem a que um moço pernambucano, Joaquim Nabuco, mais tarde notavel historiador brasileiro, se tornasse *leader* da agitação política geral, muito embora sincero monarquista. Caida a Monarquia, e afastado ele da política, escreveu um curioso ensaio a respeito da Rainha Vitória: primeiro, porque cultivava a vossa tradição em que nos louvamos; segundo, porque caminhávamos para que sucedesse a Pedro II no trono uma princesa como a vossa Rainha Vitória, que foi depois coroada Imperatriz; terceiro, porque ele já se inspirava nas vossas tradições acerca da maneira de se conduzir a política quando à frente do país se encontra uma figura austera e inteligente de mulher.

Vede que não há minudência da história política do vosso povo que não nos interesse e não transpareça às vezes em nossas tradições,

8
Vide
845

digo-vos eu a vós, Sr. Philip Guedalla, que sois político, historiador e pensador.

Estes nossos antecedentes, creio que vos põem a vontade neste meio, que tanto se prende ao passado, como vedes na figura do Imperador, a única destacada em lugar de honra nesta sala! Temos, pois, tantas afinidades convosco. Permiti que vos saude em nome de todos os sócios desta casa, e que me queda para vos ouvir". (*Palmas*).

Seguiu-se com a palavra o sr. Philip Guedalla, sendo depois encerrada a sessão às 18 e meia horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,
2º Secretário.

A MODERNA BIOGRAFIA

(CONFERÊNCIA DO SR. PHILIP GUEDALLA)

— “E’ grande prazer e ao mesmo tempo excepcional oportunidade tratar, diante de tão seletto auditório, de um assunto que, ao meu ver, provoca tanto interesse quanto é significativo para todas as nações, e quero então me referir à biografia que é a maneira de commemorarmos os grandes homens a quem devemos a extensão geográfica de nossos países, o espírito das nossas tradições, e, às vezes, até os nossos hábitos de vida.

Este novo continente, em particular, deve a sua organização atual e futura ao esforço de heróicos indivíduos, primeiro aos que descobriram, depois aos seus libertadores; e finalmente, a esses grandes vultos fadados a lhe terem traçado e a lhe traçarem ainda o destino.

No atual momento, a biografia é assunto de particular interesse porque é o estudo do homem. Sempre tive firme convicção de que o curso da História tem se modificado profundamente com a intervenção de alguns homens — talvez não tanto quanto esses indivíduos imaginam, porque a correnteza é consideravelmente mais profunda que a quantidade de fatos a flutuarem na superfície, servindo esses na maioria das vezes tão somente para lhe indicar a direção.

Entretanto acontece que raríssimas vezes os indivíduos são escolhidos a fazer, momentaneamente, desviar o curso do rio da história. Quem quer que ele seja, e seja qual for a maneira da história explicar os fatos, vale a pena estudar a carreira excepcional das singulares personalidades. Uma sacrificada mocidade, uma descuidada educação, e uma anormal vaidade de talento oratório revelam, o mais das vezes, o sentido da correnteza. Em todo caso, vale a pena estudar o assunto, que é obra para um biógrafo. A biografia é simples de definir. Se folhearmos a *Enciclopédia Britânica*, esse monumento a conter as precisas e melhores definições, ali encontrareis admirável

noção da biografia. O seu valor vos causará menos estranheza quando vos surpreenderdes, ao fim do artigo com as iniciais do grande crítico inglês Edmund Gosse. Ele dirá de maneira precisa e definitiva, do gênero: “Esta forma de história não cogita nem das raças, nem das massas humanas, mas de singulares indivíduos”.

“Esta forma de história...” Dou muita importância à concessão feita de que a biografia seja forma de história. Si vos detiverdes na página de rosto da famosa biografia americana do Abraham Lincoln, escrita por Nicolau e Hay, encontrareis este sub-título: “*História*”. No meu humilde julgamento é a verdadeira maneira de compor a biografia: aliás aquela que lhe fundamenta o desenvolvimento, e nos permite, assim, dizer se está bem ou mal traçada. Da maneira que a compreendo, vejo que o biógrafo como o historiador está obrigado a uma reconstituição exata e expressiva do passado. Historiador e biógrafo têm a mesma tarefa. E’ o mesmo caminho a percorrer, o mesmo método para empregar e os mesmos dados de que se utilizar, atendendo ao mesmo critério na apreciação. A única diferença que percebo entre eles está nos limites de espaço de tempo, que o historiador encerra entre as datas, que encerram um período escolhido para assunto, enquanto que o período de tempo assinalado pelo biógrafo está marcado entre a data de nascimento e a data de morte da criatura humana, cuja existência se incumbiu de reconstituir. Razão porque, em caso algum, a biografia deve cogitar de pessoa a respeito de quem a data final ainda não pode ser referida, e isso não somente porque a personagem ainda está viva, para velar a respeito do que disserdes dela, afim de aceitar ou não, porem ainda porque desejaríeis supor o final de um período ainda a transcorrer. Assim, tenho dúvidas de que seja possível redigir verídica e completa biografia de alguém, que tenha deixado, ainda viva, uma devotada viúva. Pode existir casos em que a emoção seja suficientemente dominada para permitir que digam a verdade, entretanto conheço muito poucos.

Assim, pois, eis para o historiador e para o biógrafo uma naturalíssima identidade de fins, e, além disso, a mais evidente identidade de métodos. As mesmas são as possibilidades, os mesmos são os limites para ambos, e, com essas possibilidades e esses limites, a biografia, tal como compreendo o seu desenvolvimento, deve seguir caminho muito certo entre dois campos extraordinariamente verdejantes e aprazíveis. De um lado, o da literatura do qual o biógrafo jamais deve se afastar, do outro, o da psicologia, no qual nunca ele deverá se perder. As excursões no terreno puramente da literatura são atalhos que não deve palmilhar. Permiti-me contar aqui uma singela parábola à guisa de conversação — ou antes narrar um episódio a que outrora dei motivo e em que fui o silencioso comparsa que fez falar um mestre da prosa inglesa, o romancista Georges

Moore. Certa vez, há muitos anos, disseram a esse homem ilustre que eu preparava um livro sobre Lord Palmerston, Ministro da Rainha Vitória; teve ele, pois, a bondade de então me enviar alguns conselhos. "Modelai-o com as curvas de um vaso, meu jovem amigo!" foi o que me indicou.

E' difícil apreciar a significação exata de um tal conselho dirigido a alguém que pretende contar a vida de uma personagem, sucessivamente Ministro da Guerra, do Exterior, e depois duas vezes Primeiro Ministro. Quem sabe lá dar a alguém o molde de um vaso, a menos que a sua vida não se caracterize por um gracioso *diminuendo* e uma última fase através da qual, nos anos de retiro à vida privada revelou-se encantador para as crianças e os animais!

Entretanto, imaginai que o velho gentilhomen se obstinasse a conservar até o fim a mesma attitude, ficando pé firme no chão para não se arredar do papel de Primeiro Ministro (o que acontece muita vez), que curva haviéis de lhe acentuar? Seria de todo impossível! O exemplo aponta fatal colisão que ocorreria entre o espírito elevado do artista e a árdua missão do biógrafo historiador, a quem se impõe o dever de seguir as curvas do assunto quando ele as tem, sem que o possa modificar. O mesmo diria o motorneiro do bonde, solicitado para no percurso da viagem descrever as mais sinuosas curvas quando entretanto está disso impedido pela direção reta do trilho. Eis a exata imagem do dever do historiador: eis pois a sua contingência em face dos fatos. Tem de ir onde leva os trilhos; mas procurará entreter os seus leitores da maneira mais agradável possível.

Tal é seu dever para com a literatura, e para com a arte, e pesa-lhe uma preocupação múltipla e difícil: assim, infeliz do biógrafo que se esquece de dividir a atenção aventurando-se unicamente na história, então apresentada em estilo intolerável de quem revolve o campo histórico a enxada, ao invés de apresentar uma página descrita por uma pena. Infeliz do biógrafo que seduzido pelos encantos literários, tenta dar aos homens de Estado ingleses as curvas de um vaso!

Eis um percalço que ele deve evitar.

Do outro lado de seu estreito caminho, está o terreno bem mais árido da psicologia e nele as incursões são em parte insidiosas porque poderíeis criar com a vossa imaginação a medida que deduzir; e, nesse caso, dareis a impressão de que estais em dia com o assunto. Cedeis a um impulso atual, à exigência do leitor moderno que, aliás, é para ser levada em conta, porque já muito mais que seus pais, se interessa pelas curiosidades da biografia, o que levou os nossos predecessores nesta arte a terem muito pouco ensejo de escrever.

E' inegavel que a curiosidade nestes últimos tempos despertou, fazendo que se ampliasse enormemente o campo da biografia. Uma geração atrás, os leitores se contentavam com a citação das atitudes, das palavras e dos atos públicos do biógrafo. Se folheardes por exemplo uma biografia inglesa dessa época, a *Vida de Gladstone*, de Morley, vereis, é o que me parece, a relação quasi sem emissão dos fatos e ditos de uma personagem notória, mas sem nenhuma intenção de traçar o retrato vivo daquele que empreendeu esses feitos ou pronunciou tais palavras. Trata-se do Sr. Gladstone em carne e osso; entretanto, ali não lhe está a alma nem o espirito. Emito essa opinião sem restringir a minha admiração por uma obra de alto valor e que corresponde de maneira precisa e perfeita ao que o autor desejou que ela fosse. A estranheza está em que ela não mais satisfaz os leitores de hoje. Queremos saber o motivo dos atos, saber como se age, em tal sentido, e tenho muito medo de que muitos, entre nós, não queiram descobrir a causa do biografado ter evitado fazer o que estes então fariam. A essa especulação é que se dá o nome de psicologia. No mínimo é esta aguçada curiosidade que instiga o biógrafo actual a encaminhar-se no sentido especial da psicologia — que me pareceu consistir em parte versar assunto que já tínhamos meditado, vindo entretanto saber a respeito algo que não imaginávamos. Eis que na verdade e de fato é assás difficil escapar à tentação de pisar o terreno lamacento que costeia o caminho preciso do biógrafo.

Se prosseguirdes na leitura do ensaio de Edmundo Gosse acerca da biografia, encontrareis outra definição que se prende ao que digo; e ele referiu-se pois “ao retrato fiel de uma alma nas aventuras através da vida”. E' uma inovação do gênero, aliás contestavel, porque, quando vos dispuzerdes a retratar almas, o assunto passa entretanto a depender dos testemunhos provantes, dos pensamentos íntimos, das razões individuais, e de todos os pormenores que dão ao biógrafo o sentimento de superioridade em relação ao resto da humanidade, e isso então principalmente quando as personagens biografadas se exprimem em texto impresso. E' facil saber o que fez o vosso biografado como tambem o que ele disse: “Encontrareis com igual facilidade tudo que escreveu; porem, quando se tratar de apurar o que pensou verdadeiramente, e o que sentiu, chegareis a ficar logo quasi sem provas, e, quando estiverdes nestes apuros, é bom que não vades diante, se é que compreendeis o vosso dever. Do contrario, o vosso trabalho chamar-se-á um romance, e não uma biografia. Não julgo que seja aquele assunto desprezível; entretanto podemos-nos aplicar a um gênero mais verdadeiro; porem o primeiro é assunto doutra espécie, e eu trato aquí de um ramo da história e não há ficção. Se preferis a ficção, tornar-vos-eis um artista, talvez um mentiroso, porem deixais de ser um erudito.

Tais são os estreitos limites em que pretendo enfeixar a biografia. Ao investigar íntimos pensamentos é possível que, em certos casos, conseguireis pôr-lhes a mão em cima.

Si o vosso biografado teve a gentileza de confiar seus íntimos pensamentos a uma carta dirigida a alguém que não lhe causava receio de falar a verdade, então tendes a prova do que ele pensava. Ou mesmo ainda se confiara de viva voz algum dito a alguém, a que, por sua vez, não temesse dizer a verdade, e, se esse alguém tivesse o dom raríssimo de transmitir exatamente o que ouviu, então, ainda nesse caso, teríeis o vosso trabalho de verdade: entretanto, estes são os únicos casos com que contar.

Ora, mesmo quando tiverdes tais provas, ainda como é difícil interpretar o íntimo do homem ou da mulher, em se tratando de figuras do passado. Cérebros portentosos se fatigaram de meditar a respeito das razões íntimas que influíram na conduta da rainha Elizabeth, personagem tão difícil de comprehendermos como, em nossa época, uma rainha dos Zulús. Como perceber o processo mental de um erúdito da Renascença, ocupante de um trono, a menos que uma afinidade intelectual nos disponha a comprehender um caracter tão singular? Em se tratando individualmente de intelligências, um abismo quasi que intransponível nos separa do passado. Si nos voltamos, para o dia de ontem, ainda assim mesmo os limites de separação são quasi intransponíveis. Falemos do Sr. Gladstone, e de sua vida cujas datas não estão longe de nossa época: entretanto, sob o ponto de vista de formação mental e espiritual, se afasta tanto de nós que fica a uma distância quasi que incalculavel. Os argumentos e conceitos que este homem perfilhou provinham do profundo sentimento religioso de um alcance incalculavel, e se apoiavam em uma concepção religiosa, aliás difícil de ser concebida, por um eclesiástico contemporâneo. Si tal ocorre com o pensamento de um homem, esse, por sua vez, tornar-se-á tão incompreensível a nós quanto Maomé. Quando vos aprofundais nas razões pessoais investigando a respeito dos pensamentos íntimos de alguém, vós aventurais, a meu ver, em uma região carecente de dados, e, a respeito da qual, as conjecturas vos levam do campo da história para a ficção.

Não pretendo estar reunindo unicamente provas testemunhais. Lembra-me que, chafurdado nos fardos de papelada que deixou o Duque de Wellington, encontrei algo que me pareceu preciosa indicação a respeito daquele que as reuniu. Porque ele fosse metódico, guardava um montão de coisas que eminentes personagens, cuja biografia talvez se empreendesse escrever hoje, julgariam de bom avisc consumir. Foi assim que ele guardou uma grande quantidade de cartas de seus fornecedores. Oferecendo com isso, aos biógrafos meticolosos, porem desprovidos de imaginação, comtudo dotados de

conhecimentos jurídicos, uma documentação significativa e às vezes indiscreta. Se acontece oferecer presentes a jovens criaturas em ocasião que elas deviam estar longe das vossas preocupações, o que adquirís é prova de vossa preferência a respeito de certa espécie de objetos. No caso de Wellington, o pormenor que me pareceu sobremaneira revelador é uma fatura de livraria a montar a meio cento de libras, — fatura liquidada, digamos, e que mostra o que se passava em parte no espírito daquele homem em um período extraordinário de sua vida. Quando alguém na hora de embarcar para o Oriente, afim de fazer uma travessia de seis meses, ameaçado de seguir a carreira que poderia absorvê-lo para o resto da vida, compra uma coleção de obras, pagando-as logo, tereis nisso indicação de que espécie de homem se trata. E' a biblioteca adquirida que dirá quem era Wellington. Uma porção das suas obras versava exclusivamente o assunto de que o incumbiram: tratados de administração dos países orientais, manuais técnicos e militares, e nenhuma obra literária, a não ser 22 volumes de Swift. Semelhante escolha é preciosa indicação a respeito do homem que a fez; é uma escolha relativamente a qual não posso deixar de estabelecer um confronto. Há uma lista completa de livros escolhidos por outro moço soldado, o qual também embarcaria, porem 2 anos mais tarde, para o Egito: — o General Bonaparte. Era uma biblioteca muito mais volumosa porque paga pelo bolso de contribuintes do Estado, e não pelo próprio, aliás uma biblioteca muito mais pretenciosa. Ninguém me persuadirá que um homem destinado a uma travessia arriscada entre Toulon e Alexandria, fosse ler uma quantidade de poetas épicos. Aquela era pois a biblioteca de um espetaculoso, capaz de exclamar: Ah! encontras-me entre os livros!", quando sabeis perfeitamente que não abrira um só deles. Tais catálogos de bibliotecas com que estabeleceis o contraste, já indicam pouca possibilidade de outro gênero de prova, para interpretar o caracter das personagens.

Mas em falta de uma achega dessas, afirmo com pureza de alma que todo bom biógrafo andarás avisadamente não se defrontando com a psicologia da personagem. Em todo o caso eis uma idéia estritamente prática que um biógrafo precisa não esquecer, quando cogitar de um retrato verídico de acordo com os indícios existentes.

Não tentarei então examinar as origens e o desenvolvimento da história da biografia. E' assunto mui bem estudado pelo Sr. Harold Nicolson em livrinho que esgota a matéria. Faço-vos, entretanto, saber que se empreendesse a tarefa, creio que começaria falando de Sócrates, porque estou intimamente convencido de tratar-se de um personagem que tanto quanto Dr. Johnson é uma criação, para não dizer, uma invenção da biografia.

E', pois, desse ponto de partida que deve principiar o estudo histórico da biografia, começando pelas biografias de Sócrates e passando ao imprescindível comentário de Plutarco. Penso que depois levaria ao crivo da análise dos antigos cronistas para ver se encontrava neles indicação de tendência à biografia, para depois chegar, no século XVII, ao advento da biografia inglesa. Entretanto para ser judicioso em estudo desse tomo, importa, por assim dizer, em firmar conceito antes de chegar ao surpreendente conceito de Mr. Boswell, que insinuou a Mr. Harold Nicolson a idéia decepcionante de que a biografia não carece de gênio, porem se vale de especial talento. Que espécie de talento teve então o Sr. Boswell quando inspirou a biografia perfeita, a qual violaria todas as regras já formuladas como próprias para moldar biografias, definindo então de maneira tão original qual o espírito desse gênio literário cujo verdadeiro método propôs, compondo então um modelo, uma vez concluída a teoria! "Na verdade, disse ele, não concebo modo mais perfeito de escrever a vida de um homem sinão relatando em ordem os acontecimentos mais importantes, contudo, entrelaçando a esses o que escreveu, disse, e pensou consigo mesmo: com o que a humanidade é levada a ver (pode-se afirmar) como viveu o biografado, e a viver com ele cada episódio, à medida que se desdobrarem as fases de sua vida." Eis a incumbência do biógrafo. Si há descoberta na arte que pratica, comparavel às observações de George Stephenson, sobre uma chaleira, aliás tão fecundas para a construção das locomotivas, ou então comparavel à inopinada pancada que Newton sofreu com a queda da maçã tão propícia às ciências físicas, será ela de fato o ensejo feliz de um noticiarista vivaz, que entreteve por vezes conversa variadíssima, ao que devemos a *Vida de Johnson* escrita por Boswell. Ora, esta me parece o dealbar da biografia, que possuímos na Inglaterra.

O estilo biográfico inglês oferece dois tipos: um, a biografia que não é oficial, caracterizada pela leveza de estilo, a ironia, e os conceitos brilhantes; o outro, tido como biografia oficial, aliás sempre admiravel e cuidadosamente documentada, mas escrita às vezes por alguém que ensaiou a pena pela primeira vez na vida, e isso mesmo à custa de documentos, ainda por cima fazendo-o mediocremente.

Essas duas correntes seguem paralelas durante a última parte do século XIX e começo deste. As tradições se perpetuam. Quando estudo essa divisão de épocas constato que a Grande Guerra não trouxe mudança tão grande como sugerem os que escrevem a seu respeito. Si me permitem que eu diga o que penso, afirmo que nada mudou depois da guerra, não se inventou então nem a ironia, nem a

espontaneidade. A biografia inglesa continuou com a sua tradição, e, quando falamos de biografia moderna, é que nos referimos a alguém que não forma com os biógrafos clássicos, e sim, pertence ao grupo vivaz, brilhante e quiçá irônico. Mas com isso não nos referimos a ninguém que proceda de acordo com o Tratado de Versailles, mas a alguém que imite o modelo de Macaulay, o qual, por sua vez copiava Voltaire. Em se tratando de algo tão uniforme como a tradição da biografia inglesa, não espero haja mudança capaz de provocar um cataclisma literário.

Já falei demais do aspecto histórico da biografia. E tendo querido indicar o que deve o biógrafo seguir, darei em duas palavras rápidos conselhos acerca da maneira de que se haver. O essencial é que se aproxime do passado, guardando, em relação a ele, posição conveniente: que o veja pois sobre a linha do horizonte abrangida pelos seus olhos, quer dizer, não olhar nem de cima, nem de posição inferior, porque ambas essas maneiras de ver, esguelhadas, formam ângulos enganadores. Se vos convenceis de que no passado os heróis formigam, concebereis obra épica (com que mui provavelmente ralhareis); porem não se trata de história, e muito menos de reprodução fiel do passado. O panegirico é contrário à verdade. O biógrafo é um cinzelador de bustos e não um escultor de cariátides, e muito menos um organizador de pompas fúnebres. O seu officio é de retratar, abordando comtudo o assunto, se necessário, pelo lado mau. Não deixará de andar mal se encarar o passado como os tempos em que surgiu um cortejo de pessoas excêntricas, que nos parecem estranhas, porque suas bizarrices diferem das nossas, e, principalmente, porque já desapareceram. Entretanto, eis uma idéia largamente divulgada nos dez ou doze anos seguintes à guerra. Foi com imperdoavel espírito de condescendência, que se considerou o passado durante essa longinqua década de esmorecimento físico e moral, em que se professava a opinião antipática e errada de que o passado era a miséria que devíamos olhar de cima. Não é a maneira legitima de encarar as coisas. E' necessário, para ver nitidamente, olhar face à necessidade de mostrar que é discreto, ou, como se costuma dizer, que é homem de espírito fino.

A questão parece-me simples uma vez admitamos que os cânones do bom gosto variam de pessoa a pessoa. Como vulgaridade (a qual é necessário conjurar) considero tudo que é de pouca referência com o assunto. No retrato que tendes de pintar, o que for de fato grotesco, grosseiro, não será talvez vulgar. Porem, se o pormenor de mau gosto não tem relação com o assunto, não passa de imperdoavel pilheria própria de um número de "music-hall" e, praticando-a, conduzi-vos de maneira absolutamente inferior. Tomemos um exem-

plo: se a obra que tentais escrever se refere à vida de um poeta lírico, a emotividade desse será o essencial, o fio do vosso entreccho. Neste caso é conveniente e essencial dizerdes, com precisão, qual a jovem, amiga de escalar as grimpas das montanhas, para desvendar a paisagem da região dos lagos, foi a primeira que o encantou. Si, entretanto, relatais a vida de um diretor do Banco de Inglaterra, personagem muito pouco romântica, caso ainda o seja, tais pormenores estão fora de propósito; são imperdoáveis atavios, e se o fizerdes cuidais que não é vosso dever. Esta mudança de feitio que varia de acordo com os assuntos, parecem-me os mais triviais cânones do bom gosto, a que se deve ater o biógrafo.

O biógrafo deve igualmente manter certa compostura, não se mostrando desabusado. Convenhamos que cuidadosamente escolha assunto conveniente. Quero crer que se alguém o chamou ao telefone para lhe encomendar biografia de quem não conhece (o que acontece às vezes) ele não há de aceitar a incumbência. Lembra-me que, em New-York, há muito tempo (e isso antes que dois mestres da prosa inglesa, um consagrasse sua pena à Rainha Elisabeth, e outro voltasse a atenção para o Rei Henrique VIII) duas vozes me falaram ao telefone. Uma dizia: "Quereis escrever a vida da Rainha Elisabeth?" A outra, propunha: "Escreve-me a vida de Henrique VIII". Como respondesse, quer a uma quer a outra, que os assuntos escapavam aos meus conhecimentos, as duas, então em tom de reproche, replicarai: "Ora, não escreveis vidas, não é verdade?"

E' por uma dessas esturdias solicitações que muitas biografias se escrevem, mas não é dos que aceitam a incumbência em casos como esses, que vos vou falar. Cogito dos que se persuadiram de que a vida dessa ou daquela personagem ainda não foi convenientemente estudada, e que por isso resolveram gastar anos, documentando-se a respeito do assunto. E, uma vez que tomais a sério a empresa, vivendo no meio dos papéis deixados por um homem ilustre, notareis que se desenvolve no vosso íntimo, fatalmente, um sentimento de fidelidade e uma lealdade que esperamos encontrar em um secretário, em quem confiamos a ponto de não mais cogitar de que ele desmerecerá da confiança do patrão. Ora, até certo ponto o biógrafo é o secretário póstumo que não desmerece na confiança do amo. Entretanto, eis um veso que se torna quasi em moléstia profissional, inevitável durante a composição de uma biografia.

Há um outro mal, e é a vaidade do biógrafo. Antes de tudo eu diria que o biógrafo deve, se assim posso dizer, tomar mais interesse no assunto do que estar-se preocupando consigo. E' ele um retratista. Uma só vez Velasquez se me permitiu o luxo de retratar num canto de um de seus quadros a respeito de uma cena na corte

do rei. O biógrafo que não precinde de figurar sempre em seus quadros é um mau biógrafo. E' possível que esse se torne bom biógrafo, bom romancista ou simplesmente um homem devotado, entretanto fatalmente será um mau biógrafo. M. Maurois formulou inconveniente teoria quando afirmou que, até certo ponto, a biografia é "uma autobiografia disfarçada em biografia". Se quizerdes escrever vossa autobiografia declarei, pelo amor de Deus, logo na página de título e assim nos dispensaremos de comprar o volume, porem não acrescentai: "Esta é a vida de um grande homem. Interessar-vos-á sobremaneira, e si a lerdos sabereis de muita cousa que me diz respeito." Eis a intenção que jamais um biógrafo deveria ter. Repitamo-lhe que ele é retratista e não tem de se preocupar consigo. Que se recomende pela escolha do assunto e pela maneira de tratá-lo! Mas não nos diga, tomando o próprio pulso, como acontece, quais são as suas aspirações: cale-se, entretanto, a respeito de tudo que se referir a ele.

Ainda mais uma consideração: — antes da qual, entretanto, concedei-me que resuma o credo do biógrafo profissional, uma vez que fui tão dogmático e cru quanto se deve ser. Em última análise a significação da biografia é observar o desenvolvimento e a transformação dos seres humanos, o que caracteriza a boa e a má biografia. Devemos assim verificar que os nossos antepassados não foram como os consideramos às vezes — isto é, tão intransigentes quanto afirmaria um seu sobrinho desrespeitoso, e quando na sua época passaram, entretanto, por condescendentes. As pessoas se tornam diferentes, mas isto não se percebe quando se lê uma traca biografia. Nessa, quem quer que seja herói, estará recheiado de estofo ordinário, e não revela o seu verdadeiro caracter. Parece-me que alguns biógrafos dizem quando escrevem: "Ele foi grosseiro, grosseiro para com a sua ama, grosseiro para com o seu preceptor, grosseiro para com os officiaes de alto posto, grosseiro quando era ainda príncipe herdeiro, grosseiro quando subiu ao trono e grosseiro com os cozeiros quando descia à sepultura!" Esta caracterização simplista, de nada vale. Em nada se refere à verdade: é apenas declamatória. Serve para o teatro e em cena aberta as personagens não precisam mais que de simples traço de caracter, como acontece na caricatura que um cachimbo, um monóculo, ou um guarda-chuva caracterizam um político. No teatro ouvireis contar uma história durante duas ou tres horas, desde que ela vos divirta; mas que vale isso? O alvo do drama é um idiota congênito, cego, surdo e mudo, sentado ao pé de uma coluna, muito afastado e muito só. Se quereis convencer que a principal personagem da peça é, digamos, um avaro, fazei-o no primeiro ato dar dois tostões a um pobre, em logar de tres; no segundo ato, ele recusará um pequeno aumento de salário ao moço ajudante de seu jardineiro; e esses

fatos preparam o ânimo do auditório para que, no terceiro ato, ele desherde a família inteira. Tal é o espírito simplista indispensável no palco.

Mas sabemos que os seres humanos têm cada qual diversas características, e, ainda mais, que elas mudam muito. Não estudaremos uma personagem a não ser os princepezinhos de *A Torre*, imaginando a todos, movidos sempre por uma invariável e estólida perversidade. Entretanto, uma biografia bem feita, bem estudada e interpretada não há de constar de um único rótulo com dizeres simples, para pregar na garrafa. Isto seria pouco. Se meditais a respeito da Rainha Vitória um minuto, vereis quanto seria absurda essa maneira de ver. Sempre encontrei, através das mudanças, transformações e novos aspectos de uma tão longa vida, assunto que é o mesmo que estudar não tão somente a personagem de uma rainha, porém de três: Vitória I, Vitória II e Vitória III. A primeira é uma adolescente que sobe ao trono em 1837 e torna-se na pessoa modelada pela educação real, tal como a concebiam na época. Quantos dias ela reinou? Até a data do seu casamento que encerra o fim do reinado de Vitória I, para vir a outra que chamaremos Vitória II. Esta foi inteligente e a criatura que teve a alma modelada pelo esposo, para se tornar muito diferente da Vitória I. Esta não chegou até ao fim da época vitoriana quando, finalmente, já não existia mais ninguém contemporâneo de Vitória II. Vitória II de fato não morreu com o príncipe consorte, em 1861, porquanto lhe sobreviveu alguns anos e isso enquanto se esforçou por fazer tudo que ele desejara que ela fizesse. Sendo assim, ainda permaneceu Vitória II. Depois sim, é que se foi tornando aos poucos totalmente diferente, para ser uma criatura que sucedeu à que lhe antecede, e então, com o nome de Vitória III, é a rainha de quem muitos de vós ainda vos lembrais: a rainha-imperatriz, a grande conservadora, a grande imperialista, e a soberana de Mr. Disraeli.

Quer pelo instinto que revelou, quer pela crença que teve, quer pelas opiniões que manifestou, era uma rainha completamente diferente das outras duas que a precederam. Se alguma vez Vitória II se encontrar com Vitória III em um salão, tema pelo que aconteceria. Porém, no único ponto sobre o qual não tenho dúvida que estariam de acordo é que Vitória I, para elas, era uma tolinha que deviam mandar recolher-se ao leito.

Tais as mudanças dessa longa carreira, em que, depois de transformações tão profundas e tão gerais se terem operado não poderei seguir o partido de dizer: "Como fora ela na velhice? Concluíamos que fora a mesma durante toda a sua vida." Um jovem do tempo da mocidade não é um velho cujos cabelos embranqueceram. Mr. Gla-

dstone jovem, Tory e presunçoso, não se parece nada com o velho Isaias, em parte uma voz da natureza e em parte profeta, como se tornou nos vinte derradeiros anos de sua vida. Neste caso é bom ver que houve mocidade, mudança e transformação.

Estas duas longas carreiras já bastam para demonstrar que os seres humanos mudam e se desenvolvem, e que o biógrafo deve reconhecer.

Há um bom conselho que este deveria seguir, que é não pensar sinão na época que estiver naquele momento estudando. Si vos aprofundais no conhecimento do vosso biografado à medida que o livro vai sendo escrito, e se então não sabeis muito a respeito de sua vida em 1880 quando ainda escreveis a respeito dela em 1840, estais apto a interpretar de maneira cabal 1840, e seria com as luzes que veem do ano de 1832 a esclarecer os seus antecedentes e educação, que encontrareis explicação dos seus atos e atitudes em 1840. Porém não perpretareis o peor dos erros, que é de andar para trás, se em 1880 ainda cogitais do homem de 1840. Encaminhar-vos-eis através a sua biografia com o mesmo método que se projeta o facho de luz do holofote do céu a vigiar. Examinareis um período de cinco anos e depois passareis ao seguinte. Esta é a maneira que facultará seguir o desenvolvimento e transformação do vosso assunto.

Tal é o método a seguir para escrever uma vida, devendo o escritor estar convicto de que ela não é igual às outras. Não quero convencer-vos de que este meu sistema seja bom, entretanto não vos oculto a minha convicção de que é o melhor.

(*Palmas*)

SESSÃO ESPECIAL (SESSÃO 1.666), EM 6 DE SETEMBRO
DE 1939

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

As 17 horas, abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, José Wanderley de Araujo Pinho, Francisco Radler de Aquino, Bernardino José de Souza, José Maria Moreira Guimarães, Augusto Tavares de Lyra, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Liberato Bittencourt, Hermenegildo Rodrigues de Barros, Lucas Alexandre Boiteux, João da Costa Ferreira, Manuel Tavares Cavalcanti, Virgílio Corrêa Filho, Candido Mariano da Silva Rondon, Edmundo da Luz Pinto e Herbert Canabarro Reichardt.

O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO leu, das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O SR. MAX FLEIUSS disse que tinha a fazer a seguinte proposta:

No próximo ano, a 20 de julho, completaria setenta anos João Pandiá Calogeras, nome que pertence não só ao Instituto, mas ao país, pelos grandes serviços que prestou em vários setores, inclusive na alta administração, havendo exercido com excepcional brilho o Ministério da Guerra.

No Instituto, para o qual entrou em 1905; com o seu trabalho *As minas do Brasil e a sua legislação*, trabalho esse apreciado num parecer de que foi relator o Visconde de Ouro Preto, realizou Calogeras tres magníficas conferências sobre Capistrano de Abreu, frei Vital de Oliveira e General Osorio.

Devo ainda salientar a sua colaboração na *Revista* do Instituto e mais o fato de haver sido traduzido para o inglês a sua obra *Formação Histórica do Brasil*, feita a tradução pelo consócio Professor Percy Alvin Martin.

Propunha, enfim, que o Instituto sugerisse aos ilustres senhores Ministros da Guerra e Prefeito do Distrito Federal, a colocação de uma herma com o busto do eminente brasileiro, sendo a inauguração a 20 de julho.

E o melhor local para a homenagem será o jardim do Campo da Aclamação, em frente ao Quartel General, pois Calogeras foi um grande amigo do Exército e um grande carioca, tendo nascido na antiga rua Dona Luiza, hoje Candido Mendes."

O Instituto aplaudiu as palavras do Sr. Max Fleiuss.

O SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES declarou que pela primeira vez iria falar no Instituto o consócio General Candido Mariano da Silva Rondon, convidava para isso o Sr. Bernardino José de Souza para dirigir-lhe uma saudação.

Foi esta a saudação do SR. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA:

“Meu eminente confrade General Rondon: — Não havia de ocupar pela primeira vez a tribuna deste benemérito Instituto o preclaro cidadão e glorioso soldado que sois vós, Sr. General Rondon, sem que de nós outros, conservadores devotos do fogo sagrado que de há cem anos aquí arde pela eternidade da Pátria, recebesseis, em palavras sinceras, a água lustral da nossa profunda admiração pelo que já fizestes pelo Brasil e ouvisseis a afirmação pública do nosso desenganado apreço à vossa pessoa singular.

Foi por isso que, logo anunciada a vossa conferência sobre “José Bonifacio e o Problema Indígena” o nosso ilustre e querido Presidente me conferiu a honra de vos saudar em nome da companhia que aquí vive à sombra das maiores e melhores recordações do nosso passado. Somos uma falange disciplinada: não só por consciência do dever que nos compete, mas também porque as ordens que recebemos nos chegam sempre envoltas nos laços de seda da fidalguia do nosso Presidente. Mas se assim não fora, meu eminente amigo, razões ponderosas obrigar-me-iam ao aceite da distinção: é que de há muitos anos me alistei entre os vossos admiradores mais verazes. Que o digam os anais e até as paredes de outro templo como este situado nas terras do Salvador. Desde trinta anos atrás, quando ocorria a passagem de Rondon pela Baía em seus cruzeiros para os sertões, o Instituto Geográfico e Histórico lhe testemunhava a alta estima que nutria pela obra patriótica que ele ia realizando terra a dentro do Brasil. Lembrai-vos, General, dos aplausos e carinhos que tantas vezes alí vos presentamos, a prefigurar a vitória dos vossos ideais humanos e civilizadores, confiantes também que não havia de murchar a flor de bondade que andaveis a plantar no coração do Brasil. Acresce que por temperamento, por educação, por um amor desatinado ao Brasil, sou dos que não regateiam palmas aos cidadãos que se tornam beneméritos da Pátria. E vós, Sr. General, por consagração verificada em cerimônias públicas por todos os quadrantes do país, fostes colocado entre os maiores.

Fez-se justiça aos vossos impertérritos labores; honra aos brasileiros que assim vos reconhecem, admiram e veneram. Mas, que fizestes General Rondon? Responda o sumário de vossa vida pública por mais de um modo atestada de serviços singulares.

Fostes em dias contemporâneos ousado sertanista e, como tal, vos aventurastes à fortuna das terras do longínquo oeste do Brasil; fostes geógrafo militante e nesta qualidade percorrestes milhares de quilômetros do sertão bruto, navegando rios desconhecidos, palmilhando campos distensos, escalando serras e espigões, descobrindo, observando, corrigindo, fostes cartógrafo e levantastes áreas dilatadas do poente brasileiro, retificando erros seculares; fostes construtor de linhas telegráficas do pantanal de Mato Grosso ao igapó da Amazônia; fostes povoador de desertos, fundando núcleos de civilização em terras bravias de tribus selvagens; fostes domesticador e protetor dos abandonados selvícolas do Brasil e para tanto idealizastes e organizastes um dos mais justos entre os serviços públicos da República — o Serviço de Proteção aos Índios; fostes destro vedeta dos confins da nossa soberania, demonstrando do Oiapoque ao Javari, nas raias mais ingratas do Brasil, e daí até o Paraguai e Paraná, que se não estanciava a fonte do vosso exemplaríssimo civismo; fostes conciliador de irmãos americanos e em *La Victoria* projetastes além fronteiras a política de lisa fraternidade com os povos vizinhos, de que temos feito timbre de honra no Continente.

Fostes, mais, ainda: renunciastes por longos anos a todos os bens da vida material e moral, até aos imperativos de um lar amantíssimo, para servir tão somente ao Brasil.

E fostes mais ainda: fostes, acima de tudo, um homem bom. Isso, senhores, a bondade na sua mais perfeita compreensão é o que mais ressalta na vida de sacrifícios do General Rondon: bom para os seus que o idolatram, bom para os companheiros de jornadas que o veneram, bom, sobretudo, para os pobres caboclos das nossas florestas, por cujo respeito e segurança ainda hoje brada com os entusiasmos de moço. Correm-lhe parelhas na individualidade notável os quilates do coração, as energias da vontade e os valores da inteligência.

Por tudo isso, meu caro General, é que vos tornastes em vida um símbolo do Brasil. E quem o diz? Será tão só a palavra amiga que vos sauda? Certo que não: é todo o Brasil que vos acompanhou a escalada da glória no silêncio de suas matas opulentas e no murmúrio de seus rios escachoantes, do alto das serranias ásperas ao liso dos taboleiros e planícies embrejadas: é o Brasil que lê e que pensa, é o Brasil honesto no julgamento de seus valores; é o Brasil dos brasileiros que o estremecem e acreditam na valia de suas reservas de capacidade individual e coletiva.

Sr. General Rondon: não vos ofereço as boas vindas do Instituto Histórico neste momento, vosso nome foi inscrito entre os nossos consócios honorários e por vezes já tivemos a alegria e o conforto da vossa presença em nossas bancadas.

O de que me incumbiram Presidente e demais confrades, unânimes nos preitos de sua estima à vossa obra de raros méritos, foi dizer-vos que a nossa tribuna se exalta hoje com a palavra respeitável e ressoante de civismo de quem, por tantos títulos, se tornou um grande, um raro exemplo de devotamento ao Brasil, exemplo que nos desvanece, que nos anima e tranquiliza, exemplo que tem a prestigiá-lo as neves da velhice, transubstanciadas em luzeiros para a mocidade e raios de sol para o céu da República.

General: os serviços que prestastes são colunas incorruptíveis do renome do Brasil. Nunca, jamais, os esquecerão as gerações que se forem sucedendo, porque aqui, neste lar da Pátria, vibrará sempre, pelos anos afora, a voz do reconhecimento nacional.

E' ponto de honra deste Instituto, meu eminente amigo, a fidelidade ao *Ne Virtutes Sileantur* do clássico historiador romano'' (*Palmas*).

Da tribuna, o Sr. general CANDIDO RONDON fez a seguinte conferência:

JOSÉ BONIFACIO E O PROBLEMA INDÍGENA

"A sã Política é filha da Moral e da Razão."

"Comecemos pois, desde já, esta grande obra, pela expiação dos nossos crimes e pecados velhos."

"Cumpre progredir sem pavor na carreira da justiça e da regeneração política."— JOSÉ BONIFACIO.

EXMO. SR. Embaixador MACEDO SOARES, Presidente do Instituto.

Não tenho palavras que possam dignamente significar a V. Ex. a minha infinita gratidão, eterno e motivado respeito.

É para mim honra insigne subir a esta tribuna. Tantas vezes foi ela dignificada por figuras homéricas da notabilidade cultural do Brasil, do continente e da própria Europa, de onde proveiu a nossa civilização.

Todavia, apesar da minha conciente carência de conhecimentos e insuficiência das belas letras, sublimado pelo dever de gratidão íntima, aqui me apresento e aqui estou. E me apresento para dizer aos nobres consócios que aclamaram, por iniciativa do ilustrado Secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o meu humílimo nome como membro honorário deste colendo Instituto, o quanto me enaltece e me comove a sua singular magnanimidade.

Ao erudito confrade que acaba de honrar-me com referências, exaltando a minha despretenciosa individualidade e os desvalidos serviços, acaso prestados à Nação, só me cabe hipotecar o mais profundo reconhecimento.

A simpatia com que analisou a figura moral do novo consócio; a bondade das apreciações pessoais ao conjunto de sua ação na vida nacional, de sua convicção patriótica de soldado e de cidadão, me conduzem a humildemente refletir na fragilidade desses esforços, na sua insuficiência prática, sobretudo na sua ineficácia social e moral.

E tenho receio então da ação insidiosa e dissolvente do orgulho e da vaidade.

Entretanto, reconheço a sinceridade dos sentimentos de todos, tão puros quanto benévolos. É que a generosidade, meus senhores, como os grandes pensamentos, brota somente dos grandes corações. E como a obediência é a base do aperfeiçoamento, curvo-me reverente à fidalguia de tão belos corações.

* * *

A credencial com que me apresento a este Cenáculo da sabedoria histórica e geográfica do Brasil, resume-se a simples cumprimento do dever nos longos anos de minha existência funcional.

Desde o meu ingresso às fileiras do Exército até o derradeiro dia da missão que me foi confiada ao terminar a minha atividade militar, ou seja, da fase preambular na Escola Militar à intensidade de minha ação nos sertões e nas raías do País, servi conciente e entusiasticamente à Pátria, segundo o nobre destino do Exército.

Não me vanglorio de nenhum trabalho de profundos estudos que me não coube desempenhar. Sinto-me, porem, bem com a minha consciência pelos serviços objetivos e atos substantivos praticados pró-Pátria na vastidão dos seus infinitos Desconhecidos que pontilhavam o extenso planalto matogrossense de Leste a Oeste, e de Sul ao Norte. Em todos os seus quadrantes geográficos limitados pelos territórios das Repúblicas do Paraguai e da Bolívia, pelos dos Estados do Amazonas, Pará, Goiaz, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, atuei ininterruptamente, auxiliado por uma pleiade de oficiais e naturalistas sem par; de habéis e dedicados funcionários dos Telégrafos; de soldados e trabalhadores nacionais, de alto quilate de resistência e sobriedade.

Nesse dinamismo patriótico de character técnico e profissional, de quasi meio século, reside o encarecimento histórico e geográfico com que ousou apresentar o tema que escolhi para amparar o meu ingresso ao seio deste secular e benemérito repositório do saber nacional, no grande Dia da nossa nacionalidade, 29º aniversário do Serviço de Proteção aos Índios no Brasil.

Senhores.

Pela vastidão da terra da Santa Cruz, onde quer que haja um núcleo de população orientado pelo civismo nacional, levanta-se hoje a alma brasileira para entoar um hino de glória à América, anunciando que 117 anos fazem que na colina junto ao ribeiro Ipiranga, em São Paulo, o príncipe português D. Pedro, a instigações cívicas de estadistas brasileiros, se convencia afinal da conveniência política de aceitar a idéia da criação do Império Brasileiro, desanexando

da ditosa Metrópole lusitana o território que na América Portugal havia conquistado, colonizado e feito progredir sob os auspícios da Religião Católica com o nome de Brasil. E isso antes que a grande possessão sofresse a fatal desagregação por que passava o considerável domínio castelhano, que se subdividiu em múltiplas nações, formadas sob o impulso do espirito republicano, que "O Discurso Preliminar de D'Alembert" suscitou e a Revolução Francesa difundiu pelo Ocidente europeu e americano.

Deve o povo brasileiro a sua emancipação política à pleiade de estadistas brasileiros que D. João VI aproveitou na administração e na política, à testa dos quais se colocou o sábio professor paulista José Bonifacio de Andrada e Silva, que cursou a Universidade de Coimbra e lá se formou em Direito e em Filosofia Natural.

Uma vez formado, José Bonifacio se recolheu a Lisboa com o intuito de dar causa à sua marcada vocação literária e científica. Lá foi surpreendido com a sua inclusão como sócio da Academia Real de Ciências, e por proposta desta eleito pelo governo português para visitar outros países da Europa, como naturalista e metalurgista.

Tal a fama que sua privilegiada inteligência lhe proporcionou na Academia.

* * *

Deixando Portugal, em 1790, percorreu grande parte da França, da Alemanha, especialmente as minas de Freiberg, da Bélgica, da Holanda, da Itália, da Hungria, da Boêmia, da Suécia, da Noruega, da Dinamarca e da Turquia.

Teve assim oportunidade de ouvir as lições de Werner, Jussieu, Lavoisier, Böhmer, Bergmann, Davy, Duhamel, Volta e outros sábios do Norte e Sul da Europa.

Sua erudição era vasta, seu saber considerável e sua atividade extraordinária, na opinião dos seus contemporâneos e biógrafos (1).

Falava todas as línguas vivas, além de grande conhecimento que possuía das línguas mortas, o que lhe permitia estender ampla e profusamente a sua erudição.

Era membro da Academia Real das Ciências, de Lisboa; da Academia de Stockolmo; da de Copenhague e da de Turim; da Sociedade dos Investigadores da Natureza, de Berlim; da Sociedade de História Natural e Filomática, de Paris; da Sociedade Geográfica, de Londres; da Werneriana, de Edimburgo; da Mineralógica e Linneana, de Yena; da de Física e História Natural, de Gênova; da So-

(1) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, tomo VIII, 2ª edição, pág. 131.

cidade Marítima, de Lisboa; da Filosófica, de Filadélfia, e da Academia Imperial de Medicina, do Rio de Janeiro.

Em Portugal foi Desembargador, Intendente Geral das Minas; professor e criador de uma importante cadeira na Universidade de Coimbra, a de Montanística.

Foi encarregado da construção do encanamento do Mondego, e em 1802, de dirigir as sementeiras e plantações nos areiais das costas.

Executou as funções de Juiz, de Professor, de Intendente de Minas e de Botânica, com assinalado saber e honorabilidade.

Escreveu diversas memórias que apresentou à Academia de Ciências de Lisboa.

Essas Memórias e outros trabalhos anteriores grangearam-lhe tal reputação na Academia, que em uma das sessões do mês de Junho de 1812, foi eleito unanimemente seu secretário perpétuo.

Latino Coelho, seu sucessor, traçou então, em páginas de rara beleza de estilo, o perfil moral e intelectual do sábio acadêmico.

Por ocasião da invasão francesa em Portugal, José Bonifácio mandou da fábrica a seu cargo, em Tomar, armamento e operários de que dispunha, como auxílio aos bravos estudantes na expulsão dos invasores.

Alistou-se no Batalhão Acadêmico da Universidade, ocupando o posto de major, com promoção, em seguida, a tenente-coronel.

Prestou, então, relevantes serviços à causa portuguesa, revelando-se bom soldado.

Concluída a guerra, voltou às suas ocupações administrativas.

Explorou várias minas portuguesas; as de ouro e carvão particularmente. E fez tais descobertas mineralógicas, que Le Play classificou-as merecedoras de estátuas.

Intensificou as sementeiras nos areiais e entregou-se a sérios estudos da agricultura.

Depois de tanta labutação em país estrangeiro, saudoso possivelmente da terra natal, solicitou e obteve do governo português permissão para voltar à Pátria.

Em 1819 largou-se das praias lusitanas para vir na sua grande Pátria, na terra das palmeiras, cobrir-se de novas e maiores glórias, como paladino da Liberdade e da Independência.

* * *

Chegado ao Rio de Janeiro, o Governo de D. João VI se empenhou por aliciá-lo ao seu grêmio.

A tudo se opôs, recusando honrarias.

Não quis ser o diretor da Universidade em instalação.

Recolheu-se ao seu vilarejo de Santos, com o título de conselheiro, para ali repousar, no seu pitoresco sítio dos Outeirinhos.

Seus novos ideais requeriam mais profunda meditação patriótica.

Foi ali que reorganizou os seus importantes arquivos de preciosos manuscritos.

Foi nesse lugar que classificou sua grande coleção de plantas e minerais.

Foi lá, naquele retiro, na solidão da baixada da encosta do Cubatão que, tranquilo, meditava sobre a situação política do Brasil e a necessidade que já tinha de se constituir Nação independente, como sonhara na tempestuosa defesa da Metrópole a que se entregou em Coimbra, por ocasião da invasão de Napoleão.

Apesar do desejo manifestado de reservado recolhimento, em Março de 1820, com seu irmão Martim Francisco, realizou uma excursão montanística em sua província natal, com intuítos de pesquisas mineralógicas.

O resultado dessas pesquisas foi publicado no *Journal des Mines*, localizando jazidas auríferas, muitos terrenos com minerais novos e variedade de minas de ferro de diversos teores.

* * *

Como cientista, José Bonifacio se tornou conhecido em toda Europa, cobrindo-se de reputada fama.

O que, porém, o tornou grande e eternamente célebre, foi a causa política que abraçou, depois de acurada meditação, sobre o dever que antes de mais nada lhe cabia como cidadão brasileiro.

Acompanhando da profundeza do seu retiro a marcha dos acontecimentos políticos do Brasil, isto é, do Reinado transitório que D. João VI criou na Terra da Santa Cruz, viu claramente a má conduta das Cortes de Lisboa em relação ao Brasil.

Com a vasta visão social que sua meditação diuturna lhe proporcionou, reconheceu que a unidade do povo brasileiro resultante da raça conquistadora, mesclada com a raça importada da África e com a autoctona americana, conquistada, não se manteria se tentasse a sua independência violentamente como estava acontecendo com o ramo castelhano das conquistas espanholas.

José Bonifacio sentiu que a salvação dessa unidade e da Independência pacífica residia no Príncipe Regente.

Apesar de imbuído de boa parcela do espírito enciclopedista do seu tempo, pois conhecia os arroubos regeneradores de Diderot e de D'Alembert; não obstante o orgulho do seu saber, as virtudes cívicas

que sua intrepidez e entusiasmo social mantinham em estado latente na sua constituição moral e intelectual, adquirira, na sua longa convivência européia, a prudência conservadora.

Chamar, portanto, o Príncipe aos brasileiros, fazê-lo sentir que o interesse comum do Brasil e da Metrópole requeria a sua permanência à testa da Nação, já formada, reclamando assim a sua independência, devia ser o trabalho de alta estratégia política que o seu patriotismo de certo concebeu, inspirado nos nobres sentimentos de fraternidade que pulsavam no seu coração de brasileiro e de americano.

Viu o abismo das desgraças em que o Brasil cairia, se a tentativa da Independência se processasse revolucionariamente.

Diante das manobras maquiavélicas das Cortes, insistindo pelo recolhimento do Príncipe, então considerado a sua única salvação, José Bonifácio não trepida em unir a sua voz à de outros brasileiros ilustres, e dirige ao Príncipe D. Pedro, em estilo ardente e elevação de estadista, a memorável Representação, que o decide a ficar entre os brasileiros, desobedecendo ao chamamento das Cortes de Lisboa.

Desde então começam os fundamentos políticos do Império da Santa Cruz.

D. Pedro, reconhecendo assim que só José Bonifácio, pelo seu saber e patriotismo; pela sua grande experiência provada e comprovada tantas vezes em Portugal; pela sua ilibada probidade, é capaz de levar a bom termo a obra começada pelo "Fico" decisivo, que desmonte os estadistas portugueses, ciosos da conservação da jóia das conquistas das Índias Ocidentais, solicita a colaboração direta do sábio professor de Coimbra, para vir ao Rio de Janeiro ajudá-lo a consolidar a nova nacionalidade.

Foi então que José Bonifácio, só igual a si mesmo, na expressão de um dos seus mais entusiastas panegiristas, abandona o seu retiro, as suas mais arraigadas ocupações científicas, e parte ao Rio de Janeiro, para dar expansão aos seus ardorosos sentimentos de brasilidade que se haviam exaltado ao chegar à Pátria, e ao sentir as desgraças que a ameaçavam.

Segue a colaborar com D. Pedro na administração do Reino que D. João VI, sob a inspiração do Conde da Barca e habil astúcia do ministro francês Talleyrand, criou na Terra da Santa Cruz.

José Bonifácio apresentando-se a D. Pedro é nomeado ministro, juntamente com seu irmão Martim Francisco. E incontinenti os seus esforços na organização da Independência se multiplicam no trabalho incessante entre os membros do governo e entre os patriotas apaixonados da Liberdade e da Independência de sua Pátria, dentre os

quais se destacam Clemente Pereira, Gonçalves Ledo, Joaquim Rocha e padre Januario, que na Maçonaria manobravam ardilosamente, contrariando a orientação conservadora de José Bonifácio.

* * *

Renovando as Cortes portuguesas a ordem para a saída do Príncipe, com imperativos contrários à sua dignidade e honra, e desautorização das Câmaras brasileiras, José Bonifácio tira partido para dar o golpe definitivo e fatal nas Cortes de Lisboa e o tiro de misericórdia na Monarquia lusitana.

Desde os manifestos de 1º e 6 de Agosto de 1822, às Cortes de Lisboa, preâmbulo fundamental do Grito do Ipiranga, e comunicação em 14 do mesmo mês, por circular de José Bonifácio ao Corpo Diplomático do Manifesto de 6, de sua autoria, que a separação dos dois Reinos podia ser considerada um fato.

Teórica e praticamente estava deliberada.

Era questão de mera oportunidade, que a chegada do brigue *Tres Corações*, a 28 de Agosto, com ordens terminantes das Cortes, oferecia.

O Príncipe partira para São Paulo no mesmo dia 14 da comunicação ao Corpo Diplomático do Manifesto de 6 de Agosto.

Reunido o Conselho de Ministros sob a presidência da Princesa Regente, assentou-se sem discussão ter chegado a hora "H" para o desfecho fatal.

Martim Francisco, no momento Ministro dos Negócios da Fazenda, propôs que o Brasil devia se declarar independente de Portugal, em face da deslealdade, senão traição, das Cortes portuguesas para com o Brasil e os brasileiros.

José Bonifácio que exercia as funções de Ministro do Império e dos Negócios Estrangeiros, toma a palavra, e, enérgica e calorosamente defende a idéia que era sua, ficando por todo Ministério resolvido, com a sábia anuência da Princesa cientista, dona Leopoldina, que Martim Francisco redigisse o ofício a enviar a D. Pedro, pondo-o ao corrente da resolução tomada no Conselho presidido por aquela nobre Princesa, desde então tornada célebre na história da Independência do Brasil.

Sem mais detença foi despachado Correio expresso para São Paulo, com ordem de José Bonifácio para o Estafeta Paulo Bregaro de "arrebentar quantos cavalos quisesse para o mais depressa possível alcançar o Príncipe no fim da viagem que seria em Santos, sob pena de perder o emprego", — o que bem traduz a impaciência que dominava José Bonifácio.

Aos papéis vindos de Lisboa, pelo brigadeiro, juntou José Bonifácio uma carta sua e outra da Princesa, que terá influído poderosamente para a resolução de D. Pedro.

Muita gente imaginava que o bairrismo de José Bonifácio o levaria a insistir com o Príncipe para ir em pessoa restabelecer a ordem, que a politicagem regional vinha perturbando na Província, já naquela época considerada a pedra angular da nacionalidade.

E' que então concebera a esperança de ser decidido em São Paulo, quiçá em sua cidade natal, o desenlace da separação.

A correspondência não alcançou o Príncipe em Santos, mas sim ao galgar o planalto na colina ao lado do ribeiro Ipiranga, no dia 7 de Setembro.

Lendo-a, "às 4 e meia horas da tarde, arranca do chapéu armado o tope de fita azul-claro e encarnado que nele ostentava, lança-o por terra, e desembainhando a espada, brada:

E' tempo.....

"Independência ou Morte.....

"Estamos separados de Portugal".

Assim surgiu a Nação Brasileira, independente e livre, ao lado das outras Nações sul-americanas, que se constituíram com a Revolução, em consequência do antagonismo social entre os povos americanos e os povos europeus.

Para essa solução influíram:

1º. A independência das Colônias inglesas da América do Norte.

2º. A Revolução Francesa.

3º. A Inconfidência Mineira.

4º. A Revolução de Pernambuco, de 1817.

5º. A Revolução portuguesa de 1820; além dos movimentos revolucionários americanos que desde 1810, conduzidos por Miranda, Bolívar e seus dignos lugares-tenentes e por San Martín, deram lugar à Independência da Argentina, Venezuela, Colômbia, Chile, Perú, Equador e Bolívia.

Fundou-se o Império do Brasil com a Monarquia Constitucional e dinastia de Bragança, sendo escolhido pelos povos do Brasil seu primeiro Imperador o Príncipe cavalheiro com o título de Pedro I, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Defensor Perpétuo do Brasil, que recusou o acréscimo de Protetor Perpétuo pelo seu arroubo de cavalaria, proclamando que o Brasil não precisava de proteção de ninguém — defende-se a si mesmo.

* * *

Sob essa efêmera decoração imperial, ficou o Brasil na realidade em República desde então. As lutas intestinas o trabalharam incessantemente desde o martírio de Tiradentes até que a forma federativa, instituída com a Revolução de 15 de Novembro de 1889, viesse justificar a fatalidade da lei natural da sociabilidade humana, da independência local.

Donde se conclue que “a fragmentação política do povo português, isto é, a independência do Brasil, está nos mesmos casos que a fragmentação do povo espanhol. A diferença é apenas de transitoriedade política por parte da constituição federativa. Pois essa constituição federativa, que prevaleceu por toda parte onde uma porção demasiadamente considerável da raça ibérica erigiu-se em uma só nação, demonstra a fatalidade da futura decomposição das grandes pátrias”.

“Felizmente para a América, essa fragmentação política não alterou a situação moral e mental do Ocidente. Em vez de diminuir ou comprometer de qualquer forma a união, a unidade e a continuidade resultantes do comum passado católico feudal e revolucionário, veio consolidá-las a constituição das Nações latinas da América”.

* * *

Durante o período propriamente monárquico, o Brasil, como as outras nações latino-americanas, evoluiu de acordo com o espírito do século XVIII e a relativa sabedoria dos seus governos, mantendo intacta a organização moral da sua fundação, desenvolvendo a estrutura intelectual do povo e dando forma prática à indústria em geral, com especialização da agricultura e da pecuária.

O progresso material do país se fez sentir pela exportação da matéria prima no intercâmbio que estabeleceu e mantém com as nações européias, asiáticas e da própria América.

O problema social mais importante que a monarquia resolveu, todavia, foi o da escravatura africana, um dos magnos assuntos políticos que José Bonifácio pôs à Constituinte de 1823.

Coube à excelsa Princesa Isabel sancionar a sua radical solução que a coloca, com José Bonifácio, entre os beneméritos da Pátria.

* * *

Com a proclamação da República o Brasil se transformou economicamente e a sua população triplicou dentro da vigência do regime republicano.

De quatorze milhões que era, aproximadamente, em 1889, passou para cerca de quarenta e dois milhões em 1935, pelo cálculo de probabilidade, tomando para base o censo de 1920, que apurou trinta milhões.

A sua política sofreu tal modificação que hoje, pode-se afirmar, o Brasil se emparelha com as nações mais avançadas do Ocidente no concernente à organização política moderna de transação, que encara a questão social do proletariado como a de maior relevância a solucionar no sentido da consolidação do problema econômico em que se fundamenta e se apoia a vida da Nação, tendo em vista o programa das conquistas imediatas relativas à economia e ao trabalho, procurando sociocratizar o emprego do capital de acordo com a sua origem social.

Nesse terreno a República tomou para resolver o segundo problema social brasileiro, que José Bonifacio salientou como um dos imprescindíveis a solucionar para que o Brasil pudesse, de fato, formar sem inquinação social, na ordem das Nações civilizadas do Ocidente:

“A emancipação dos índios e sua incorporação à sociedade moderna.”

* * *

Em 9 de outubro de 1821, nas Instruções de autoria de José Bonifacio, à deputação de São Paulo na representação brasileira perante a Assembléia de Lisboa, já o Brasil fazia sentir a urgência da solução do Problema Indígena, que as compreensivas e notáveis Instruções frizavam a respeito da Instituição servil e catequese dos índios.

Entre os deputados por São Paulo figuravam os nomes de Feijó e Antonio Carlos.

Sobre os escravos declaravam as Instruções “serem imperiosos os cuidados a melhorar a sua sorte, favorecendo a sua emancipação gradual e conversão de homens *imorais* e *brutos* em cidadãos ativos e virtuosos, vigiando sobre os senhores dos mesmos escravos para que eles os tratem como homens e cristãos e não como brutos animais, como se ordenara nas cartas régias de 23 de março de 1668 e 27 de fevereiro de 1792”.

Foi dominado por esses ideais de liberdade e fraternidade que José Bonifacio, em 1823, apresentou à Assembléia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil duas Representações nesse mesmo sentido, de caracter político e social.

Na primeira expunha, com grande clarividência e nobreza de alma, o seu projeto de conduzir os índios à civilização.

Na segunda propunha, com idêntico arroubo de sentimentos e idealismo fraternal, as medidas que julgava urgentes e indispensáveis no sentido do desaparecimento gradual e rápido da escravidão africana.

José Bonifácio tratava dessa forma, com carinho cívico, de agrupar habilmente “tantos elementos discordes e contrários e de amalgamar tantos metais dispare, para que surgisse um todo homogêneo e completo”, condição essencial absolutamente necessária para que fosse possível formar em poucas gerações uma Nação inquebrantavelmente livre, respeitável e feliz.

Foi solucionado o Problema Africano, que parecia todavia mais difícil por afetar diretamente o interesse econômico da Nação e ferir fundamentalmente o egoísmo bem entendido dos agricultores, senhores de escravos.

E foi possível atingir embora com retardamento indesejável, porque os espíritos mais alevantados das gerações da nova nacionalidade, desde a alvorada promissora da Independência até o ocaso da Monarquia, se mobilizaram ardorosamente para combater a nefanda instituição, excomungada pela civilização moderna, acerrimamente condenada pelas mentalidades mais brilhantes da Monarquia e da Propaganda republicana.

Esse foi o “maior dos passos sociais brasileiros, no sentido da evolução para o ascendente da Fraternidade Universal, tardia cessação, na opinião de Teixeira Mendes, do irreparável crime ocidental, apesar dos esforços de José Bonifácio. E só foi realizado 66 anos depois da Independência do povo brasileiro, duas gerações após a eclosão de tal fenômeno político-social, sem uma única insurreição. O que demonstra edificantemente que “o ascendente contínuo da Fraternidade Universal determina invariavelmente a formação de uma *opinião pública* suficientemente forte, capaz de superar *pacificamente* todas as resistências despóticas”.

Entretanto, a parte do Problema Nacional que mais sensivelmente afetava os sentimentos nacionalistas do Fundador, só na alvorada da República pode ser encarada sistematicamente por um dos seus primeiros governos.

* * *

Acabava eu de chegar de Santo Antonio do Madeira e de Manaus, ao concluir a travessia de São Luiz de Cáceres àquelas cidades, quando, a 2 de março de 1910, com impar satisfação recebia a se-

guinte honrosa carta do Cidadão Ministro da Agricultura Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda:

“Gabinete do Ministro da Agricultura — Rio de Janeiro, 2 de março de 1910.

Sr. Coronel Candido Mariano Rondon.

Visa a presente carta revestir de cunho official o convite que, pessoalmente, vos dirigí em nome da Causa do nossos selvícolas.

A espontaneidade da escolha do vosso nome para fomentar e dirigir a catequese que o Governo da República deliberou empreender, e a consagração formal da conduta humanitária, generosa, que tanto vos recomendou à confiança do indígena na longa e heróica jornada que realizastes por zonas até então vedadas aos mais audaciosos exploradores.

Quem, denodadamente e com rara abnegação, sacrificou a sua quietude, a calma do seu lar, a sua própria vida, por bem servir a Nação; quem poudo fazer do indígena na plenitude do seu domínio no seio das florestas, defendido dos artificios da civilização pelas asperezas da vida inculta, um amigo, um guia cuidadoso, reúne, sem dúvida, os requisitos de bondade, de altruismo que devem caracterizar a campanha que há de redimir do abandono os nossos selvícolas e integrá-los na posse dos seus direitos.

Não cabe ao Governo insistir em práticas seculares, que falharam aos seus ideais, revelando-se no longo decurso do seu predomínio, baldas de prestígio para deter a corrente avassaladora de uma raça varonil, votada à escravidão e ao extermínio.

Cumpre-lhe, ao contrário, instituir em bases novas a catequese, imprimir-lhe feição republicana, fora de privilégios de castas, sem preocupação de proselitismo religioso, constituindo serviço especial centralizado nesta capital, com irradiação pelos Estados onde se torne necessária a ação que é chamado a exercer, pacientemente e sem intermissão de esforços.

A direção superior desse serviço vos será confiada, se aquiecerdes à consulta que ora vos faço, antes das formalidades officiaes de requisição ao Ministério a que pertenceis, e tenho bem radcada em meu espirito a confiança de que será satisfeita a aspiração comum, mediante o influxo da vossa cultura científica, da vossa capacidade moral, de vossa fé republicana e da energia de vontade que vos fez o primeiro dentre os exploradores do território brasileiro.

Apresento-vos as seguranças de minha estima e legítima consideração.

Saude e fraternidade. — *Rodolpho Miranda.*”

A resposta dada a esta consulta teve como réplica o telegrama do Sr. Ministro, datado de 15:

“Sr. Tenente-Coronel Rondon — Friburgo — Oficial.

Rio, 29.623 — 126 — data 15 — hora 17,55.

Li com vagar e atenção merecidos substanciosa carta que me enviastes em resposta meu convite para assumirdes direção serviço catequese indígena organizado de acordo com orientação republicana. Exposição eloquente vosso programa fundamentado em termos que revelam conhecimento exato assunto aliado critério observador cauteloso, bondade de um homem de coração, me faz crer firmemente que aceitando investidura cargo assegurastes êxito da idéia que propugno com o maior encarecimento. Concordo sem discrepância com as medidas que sugeris, todas conducentes a proteger o indígena, defendê-lo, ampará-lo sem constrangê-lo a aceitar nossos hábitos, nossa religião. Será mais um serviço a reunir aos muitos que vos deve a República. Saudações cordiais. — *R. Miranda*, Ministro Agricultura.”

Esta correspondência oficial constituiu o preâmbulo da fundação do “Serviço republicano de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais”, cuja efetivação o decreto n. 8.072, de 20 de junho de 1910, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha e referendado pelo Ministro Rodolpho Miranda traça firmemente com a sua inauguração solene no dia 7 de setembro do memorável ano.

Passa hoje o seu 29º aniversário com interrupção de nove anos em sua ação ativa e eficiente nos 67 estabelecimentos de educação prática e civilização sistemática dos índios nos Estados em que ainda os há.

A Revolução de 1930 o alterou. E até hoje não foi possível a sua reorganização total.

Em 1823 José Bonifácio, enérgica e patroticamente, proclamava:

“Comecemos, pois, desde já, esta grande obra pela expiação dos nossos crimes e pecados velhos”.

Em carta de rejúbilo que ao Sr. Ministro Rodolpho Miranda dirigí, após a criação do Serviço de Proteção aos Índios, eu lhe dizia:

“Como o eminente Patriarca, nós nos confessamos devedores para com os índios de muita “justiça, brandura, constância e sofrimento de nossa parte”, para que possamos resgatar um pouco das

inauditas crueldades a que os submeteu “a cobiça dos nossos antepassados”. Como ele, procuramos, nas inspirações de um vivo afeto fraternal, o guia seguro, que estabelecerá:

“1º, as relações de confiança e depois as de amizade entre eles e nós, permitindo por fim e com o andar dos tempos, a fusão das raças e a integral ocidentalização do povo brasileiro”.

O egrégio Patriarca assim confessava, porque sentia como verdadeiro patriota.

“Eu sei que é difícil adquirir a sua confiança e amor, porque, como já disse, eles nos odeiam, nos temem e, podendo, nos matam e devoram. E havemos de desculpá-los, porque, com o pretexto de os fazermos cristãos, lhes temos feito e fazemos muitas injustiças e crueldades”.

E nós, do S. P. I., acrescentamos: a profanação de seus lares e de suas instituições sociais, políticas e religiosas.

Comumente os tratamos com desprezo e os julgamos incapazes de organização social.

Para chamá-los ao convívio da nossa civilização moldamos um Regulamento nos mesmos dados recomendados pelos “Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do Brasil”, isto é, segundo os benefícios que lhes poderemos proporcionar pelas ciências, artes e indústrias, cujos produtos lhes daremos, gratuitamente, a princípio, e, depois, em troca dos “gêneros de seus matos, ainda que seja com perda de nossa parte”.

O preceito de José Bonifácio de “nunca forçar os índios a deixarem os seus erros e maus costumes ou obrigá-los a trabalhos seguidos e penosos, mas, antes de procurar ganhar-lhes a amizade e confiança, cuidando primeiro dos seus bens temporais e físicos”, está escrupulosamente respeitado, seguido, no Regulamento, e estritamente cumprido nos Postos e Povoações Indígenas.

O nosso Regulamento atual, resultante de modificações correspondentes à evolução prática que o Serviço vai experimentando, conserva integralmente os princípios fundamentais concernentes à observação da liberdade, dignidade da família, hábitos evolutivos e instituições dos selvícolas. E temos a satisfação social de saber que a Repartição dos Negócios dos Índios nos Estados Unidos da América do Norte, legisla, presentemente, nos mesmos moldes da nossa organização fundamental, respeitando a liberdade física, social e religiosa dos Índios, como depreende-se da Circular n. 2.970, de 3 de janeiro de 1934, que prescreve aos respectivos funcionários: “Dora avante nenhuma interferência na vida religiosa ou nas expressões cerimoniais dos Índios será tolerada”.

Repetindo gostosamente hoje o que foi dito 29 anos atrás, declaramos que nenhuma homenagem prestada ao Pai da Pátria, no dia de sua glorificação, podia ser mais feliz do que a idéia do já benemérito Ministro de inaugurar o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de trabalhadores Nacionais no dia da comemoração da Independência do Brasil, sob o patronato do imortal autor dos "Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do Brasil".

Foi ele quem, ao se constituir a nacionalidade brasileira, levantou a voz autorizada em prol da civilização dos Indígenas e para protestar em nome da sã política, que é filha da Moral e da Razão, contra a escravização dos africanos, esforçando-se por fazer a sua definitiva incorporação à nossa sociedade.

"Ele sentiu profundamente a clamorosa iniquidade dessa nefasta instituição, e viu que a solução do problema de reorganização social, tão nitidamente esboçado no século XVIII, opunha-se, em nossa Pátria, o imoralíssimo regime de desfraternidade e de opressão em que se alimentava a heterogeneidade física e social da população brasileira.

PROBLEMA INDÍGENA BRASILEIRO

"Quanto mais estudamos o índio, tanto mais nos impressionamos com a forte evidência do parentesco que há entre a maior parte de seus traços e os de nossos remotos antepassados. A conclusão é que aquilo que chamamos problema Índio, é mais um problema humano do que uma questão de raça". (*F. Leup*)

"Foram qual hoje o rude americano.

O valente romano, o sábio argivo

.....

"Nós, que zombamos deste povo insano,

"Se bem cavarmos no solar nativo,

"Dos antigos heróis dentre as imagens

"Não acharemos mais que outros selvagens.

Gonçalves Dias.

"Esta complicada tese social apresenta um complexo de dificuldades para a sua solução lógica

Sendo de character social e fundo moral, não comporta solução imediata como vulgarmente se supõe.

Para incorporar o Índio à Sociedade não basta supor a intervenção de um missionário na sua vida fetichista, atuando contra a sua vontade pela instituição do batismo, isto é, a incorporação de um novo ente à massa humana, e o culto teológico, católico ou protestante, ou qualquer outra intervenção espiritual a transformar sua mentalidade primeva. Demanda paciente atuação e perenal assistência do Amor, pela aplicação incessante da bondade nas relações acaso possíveis entre os Índios e os que pretendem transformar a sua concepção concreta do Mundo.

Como é fenômeno que depende da lei da evolução, cumpre apreciar, ainda que sucintamente, a evolução mental do Índio, que não é outra coisa senão uma criança grande, segundo o método oferecido por José Bonifácio, nos seus tradicionais Apontamentos, assimilado pelo Serviço de Proteção aos Índios, e por sua acurada e sensata experiência, adaptado refletidamente à prática educacional.

A modificação correspondente à época de aplicação do tradicional e clássico método civilizador foi contemplada no novo Regulamento e na legislação republicana, que promulgou a lei de que trata o decreto n. 5.484, de 27 de junho de 1928, que regula a situação dos Índios nascidos no território nacional”.

EVOLUÇÃO MENTAL DO ÍNDIO

“Reconhecemos quão precária, difícil e penosa é a missão dos que se dedicam a tão delicado mister, qual a educação do Índio.

A transformação do selvagem é muito lenta pela sua própria natureza. E’ que requer tempo e dedicação cuidadosa para não violentar as leis naturais, que regem a vida humana. Como todos os fenômenos abstratos, subordinados à fatalidade dos estados por que passam na marcha geral da evolução geral, a transformação da mentalidade fetichista para a teológica e desta para a positiva, exige ambiente moral e social capaz de atuar na alma do catecúmeno com moderação, sem choque profundo, para que a persuasão se opere por simpatia no sentido da formação da convicção que se quer fixar”.

Essa é a norma do Serviço de Proteção aos Índios, exposta brilhantemente pelo seu Delegado no Congresso de Montevidéu, onde apreciou o Problema Indígena Americano.

Estou certo ela será reafirmada no próximo Congresso de La Paz, proposto pelo Congresso Pan-Americano de Cuba.

PONTO DE VISTA BRASILEIRO

A Constituição Brasileira não permite a catequese oficial, uma vez que mantem a separação dos poderes temporal e espiritual, e a completa liberdade de consciência.

Por isso o S. P. I. visa tão somente a proteção e a nacionalização dos selvícolas para a sua natural incorporação à nossa Sociedade, pelo modo e método que vamos esclarecer.

A liberdade espiritual é tão imprescindível à ordem como ao progresso.

Não há liberdade sem a separação essencial dos dois poderes fundamentais de toda sociedade.

O art. 1º do seu novo Regulamento afirma: "O serviço de Proteção aos Índios, constituindo órgão da Inspetoria Especial de Fronteiras, terá por fim:

a) prestar ao Índio do Brasil proteção e assistência, amparando a vida, a liberdade e a propriedade dos aborígenes, defendendo-os do extermínio, resguardando-os da miséria, quer vivam aldeados, reunidos em tribus ou promiscuamente com civilizados;

b) pôr em execução medidas e ensinamentos para a nacionalização dos selvícolas, com o objetivo de sua incorporação à sociedade brasileira.

Para execução dessas prescrições o art. 2º do mencionado Regulamento define com precisão o modo como serão alcançadas aquelas garantias de vida, de liberdade e de propriedade, proclamando:

"A proteção, assistência, defesa ou amparo de que trata o artigo 1º, deverão ser dados na própria terra habitada pelos selvícolas, salvo os casos de afastamento por motivo de enchente, secas, epidemias ou outras calamidades e razões justificáveis, e terá por fim:

a) promover a efetivação dos direitos e garantias que as leis vigentes conferem aos Índios;

b) garantir a efetividade da posse das terras habitadas pelos Índios, como condição indispensável e básica da sua tranquilidade e de seu desenvolvimento futuro;

c) pôr em prática os meios mais prontos e eficazes para que os civilizados respeitem as terras dos Índios e vice-versa;

d) fazer respeitar a organização interna das tribus, seus hábitos e instituições, só intervindo para alterá-los, quando indispensável, com brandura e persuasão;

e) fiscalizar o modo como são tratados os Índios nos estabelecimentos públicos ou particulares, leigos ou religiosos, nos termos do art. 47 do decreto n. 5.484, de 27 de junho de 1928;

f) exercer vigilância e impedir que os Índios sejam coagidos a prestar serviços ou sejam explorados de qualquer maneira, velando pelos contratos que forem feitos com eles para qualquer gênero de trabalho, bem como assistindo e zelando para que não sejam lesados em suas relações comerciais e econômicas com os civilizados, devendo ficar estatuidas em tais contratos, sempre feitos por livre vontade dos Índios, obrigações essenciais garantidoras dos interesses dos Índios, referentes a salários, seus pagamentos; às transações comerciais com proibição terminante de venda de bebidas espirituosas aos mesmos; ao respeito da organização da tribo e respectivas famílias; ao seu sistema de trabalhos sem maltratá-los nem obrigá-los a trabalhos superiores às suas forças; ao dever de assisti-los em suas doenças, fornecendo-lhes gratuitamente medicamentos e outros recursos de que então carecerem.

E' dever capital do Serviço de Proteção aos Índios diligenciar para que os Índios das Fronteiras não cedam à atração das Nações limítrofes, e para que se desenvolvam neles, vivamente, os sentimentos da nacionalidade brasileira.

Como os selvícolas não teem noção de fronteira política, não podem discernir, na fronteira, a parte que pertence ao Brasil da que se refere à Nação vizinha.

Para eles, naquela zona, podem estar, e estar bem, de um lado e de outro.

A terra pertence à tribo.

Observamos nas fronteiras das Guianas, na de Venezuela e da Colômbia, o desembaraço com que os Galibi, Uapixana, Taurepá, Uananá e outros transitavam de um lado para outro da linha da fronteira sem se dar conta da sua nacionalidade.

Observámos, quando da inspeção que fazíamos, haver por parte das missões religiosas da Guiana Britânica e da Colômbia vivo interesse em atrair às suas escolas os meninos das tribus brasileiras, mobilizando, assim, para as respectivas nacionalidades os índios caracteristicamente brasileiros.

Como então, a ação do S. P. I. ainda lá não havia chegado, chamei a atenção do Governo, nos meus Relatórios, para esses casos, donde a inclusão do novo Regulamento da recomendação necessária e conveniente.

* * *

Devia esclarecer, embora em nótulas leves, o método que julgamos eficaz para a civilização do Índio, de acordo com os ensinamentos dos Apontamentos de José Bonifácio.

Para melhor ilustração, porem, desta tese, me permito servir, apropriadamente, das informações da Chefia do Serviço de Proteção aos Índios ao Sr. Chefe de Gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Educação e Saude, que, em cartão datado de 6 de março do corrente ano, formulou à Chefia daquele estabelecimento do Ministério da Guerra o seguinte questionário:

a) quantos Índios já foram incorporados à civilização pelo Serviço de Proteção aos Índios?

b) qual é, no momento, a nossa população indígena?

A resposta foi sucinta como lacônica a interrogação:

“O Serviço de Proteção aos Índios, na execução do seu Regulamento, não cogita simplesmente da incorporação e contagem individual dos Índios.

Sua ação é múltiplice. Exercida sobre as tribus, os indivíduos a recebem em graus diversos e de acordo com as capacidades respectivas. A resultante tribal é o que o Serviço registra como consequência dos seus esforços.

A atração de uma tribu, por exemplo, não será dada por concluída pelo simples fato de alguns dos seus componentes, mais confiantes ou menos esquivos, se aproximarem dos nossos serventuários. Só poderá ser considerada efetiva quando os elementos essenciais de sua confiança, mulheres, velhos e crianças, achegarem-se sem medo.

O caso da incorporação é semelhante, convindo ressaltar que essa incorporação é adstrita à gleba respectiva.

O Serviço de Proteção aos Índios assegura as terras às tribus, pacifica-as quando hostis, estabelece as suas relações amistosas com os civilizados, organiza um regime de trocas, em geral sem cogitar de lucros. Faz compreender pela convivência, pelas cerimônias e exemplo de civismo, a existência do Governo, seu protetor, e das leis por esse Governo estabelecidas. Disso decorre para os Índios, com extrema facilidade, a idéia de Pátria e de suas obrigações dentro dela.

Atingido esse grau de evolução, embora elementar, a tribu pode ser praticamente considerada incorporada à sociedade brasileira.

Seus membros, obedientes às leis, não perturbam a ordem nem a atividade dos civilizados e já começam, pela venda da produção extrativa, agrícola ou pecuária, e por serviços espontaneamente prestados a contribuir para a manutenção e progresso dessa sociedade.

Desde então a evolução mental do Índio não cessa, continua na sua marcha ascencional. O progresso sucessivo, entretanto, é função do tempo e do espaço, do meio em que se desenvolve o trabalho a que o Índio se entrega.

A Escola profissional, nesse caso, tem ação adequada, apreciável pela aplicação das máquinas nos trabalhos a que vai se submetendo nas oficinas correspondentes.

A incorporação efetiva ou adaptação total à nossa civilização, só chega a se realizar através de algumas gerações.

As noções práticas das ciências, das artes e da indústria, vão sendo assimiladas espontaneamente segundo a educação profissional operada por imitação.

As Escolas do sertão fundadas pela Comissão Telegráfica ao longo da Linha, entre Cuyabá, Santo Antonio do Madeira e Porto Velho, produziram telegrafistas, guardas-fio, carreiros, tropeiros, vaqueiros, carpinteiros, sapateiros e músicos. Alguns deles, manifestando interesse de ampliar seus conhecimentos, foram trazidos ao Rio pela Comissão de Linhas Telegráficas. E no Colégio Baptista, Instituto Lafayette, Colégio Militar e Patronatos Agrícolas aproveitaram o tempo; alcançando o seu empenho.

Desses meninos um pereceu durante a epidemia da gripe espanhola nesta Capital.

Os outros voltaram às suas tribus e prestam, nas Estações Telegráficas e nos Postos Indígenas, serviços adequados à instrução assimilada nos Colégios secundários. O que estudou até o 2º ano do Colégio Militar é funcionário do S. P. I. na Povoação Indígena do São Lourenço; outros, são telegrafistas na Diretoria Regional de Correios e Telégrafos de Cuiabá.

Diplomado Capataz no Posto Zootécnico de Pinheiros foi um deles designado pelo S. P. I. para o Posto Indígena "Simões Lopes", à margem do rio Telles Pires, nas proximidades das Cabeceiras do Xingú.

* * *

Esse método e esses esforços que o S. P. I. vinha empregando, da sua fundação de 1910 à Revolução de 1930, resultantes de inspirações hauridas nos Apontamentos, foram mantidos nessas duas décadas.

Em São Paulo, na pacificação dos Caingangos, facilitando assim de 1911 em diante o prolongamento da Noroeste do Brasil, da zona de Avanhandava para Itapura.

Em Espírito Santo, na pacificação e atração das tribus Vunhangügerum, Cuterac e Crenac da margem septentrional do Rio Doce, o que permitiu a colonização da região, a partir de 1911.

O mesmo se repetiu em relação às tribus Gíporoca e Nac-nhep, respectivamente do alto São Matheus a Mucury, em 1911 e 1912.

Em Santa Catarina e Paraná em meio dos Caingangos, outrora, ao mesmo tempo, terror e caça dos colonos alemães.

Em Pernambuco, zona de "Águas Belas", junto aos Carnijó, auxiliando o Padre Alfredo Pinto Damaso na defesa desses Índios contra a injustiça e opressão movidas contra eles pelas autoridades locais, com apoio do Governador, no intuito de arrebatá-los as terras.

A carta aberta desse Sacerdote, ex-pároco da Águas Belas, ao vespertino "A Noite", a mais ampla e categórica defesa e propaganda da ação civilizadora do Serviço de Proteção aos Índios, foi publicada em 1931, após a marcha das tropas revolucionárias do Norte, que acompanhou como Capelão Militar.

No Amazonas, conseguindo a pacificação dos Januapery e dos formidáveis Parintintin.

No Pará, fonteira com o Maranhão, a dos Índios Urubú. Onde, porém, melhor e maior efeito produziu o método de José Bonifácio na atuação civilizadora sobre os Índios foi em Mato Grosso. Entre os Cajabi, Apiacá e Bacaêri, do rio Telles Pores e rio Novo; Camaiurá, Meinaco, Uaurá, Trumay, Auiti, Ualapiti, Anaúcuá, das cabeceiras do Xingú; uns e outros do Telles Pires, rio Novo e Xingú, subordinados à ação vigilante do Posto "Simões Lopes", o resultado foi apreciável.

No alto Paraguai entre os Índios Barbados (Umatiná), do Posto "Fraternidade Indígena", o mais bem organizado de Mato Grosso, sinão de todo Brasil, no ponto de vista econômico; Nhambiquara, grande Nação indígena, composta de algumas dezenas de tribus pacificadas pela Comissão Telegráfica, como foi a dos Umatiná ou Barbados; Parici, grande Nação de outrora, reduzida hoje às tribus — Aimaré, Caxinity, Cozárini e Iranche, espalhadas pelos vales dos rios Sacuriú-uiná, Zohará-uina. Timalátia e Saucruiná; Bororo, do alto e baixo São Lourenço; Terêna, dos rios Aquidauana e Miranda; Caiuá, tribu guaraní, compreendida pelos Postos José Bonifácio, Francisco Horta e União, onde cuidam da extração da herva-mate.

Nos confins deste Estado, no seu extremo limite com o do Amazonas, existem os Postos "Rodolpho Miranda", no rio Jamari, e "Ricardo Franco", no Guaporé.

No primeiro estão nucleados índios Arikême e Guepqueri-nat. No segundo, índios retirados da escravização dos seringueiros da região, pertencentes às tribus: Uaiã, Pacahá-novo, Moré e Tapichanã.

Em Goiaz, havia o Serviço de Proteção aos Índios nucleado na ilha do Bananal, do rio Araguaia, *habitat* dos Carajá e Javaé, todos os índios da zona bananalense, no Posto que foi instalado sob a

denominação de “Posto Redenção Indígena”, em o lugar conhecido pelo nome “Santa-Isabel”.

O Serviço de Proteção aos Índios viu-se na dura contingência de fechar esse núcleo e abandonar naquele centro do país todo material, inclusive muare, cavalos, gado vacum, suíno, etc.; e, o que é mais doloroso, os próprios Índios, pela supressão do crédito que o orçamento de 1931 determinou.

A propósito desse desastroso acontecimento no domínio do sentimento geral da população ribeirinha daquele rio, permito-me transcrever a carta de Frei José M. Audrin, superior da Missão dominicana de Conceição do Araguaia, que em 29 de setembro de 1931, dirigiu do Convento do S. S. Rosário de Goiaz, dos Padres dominicanos, ao Encarregado do Serviço de Proteção aos Índios, naquela Capital:

“Ilmo. Sr. José Mattos, Encarregado do Serviço de Proteção aos Índios — Saudações respeitadas. Foi-me sumamente grato, ao chegar nesta Capital, vindo de Conceição no Araguaia, saber que encontraria ainda em Goiaz um representante do Serviço Nacional de Proteção aos Índios.

Pela terceira vez em menos de um ano, passei a 10 do corrente no Posto “Redenção Indígena de Santa-Isabel”, na ilha do Bananal, e digo-vos logo, que imensa foi a minha tristeza ao verificar a situação mais que precária da Colônia. Em Agosto e Setembro de 1930, tinha ficado impressionado pela prosperidade do Posto: um numeroso grupo de Índios Carajás bem vestidos, bem nutridos, aplicados já ao trabalho produtivo sob a direção dos dignos funcionários do Serviço — uma Escola para os jovens índios funcionando regularmente — uma aula noturna para os índios adultos e os civilizados empregados — uma disciplina correta — prédios já numerosos, bem distribuídos, asseados, embora provisórios — plantações em bom andamento — oficina para mandioca e cana... Não falo do pessoal dirigente, cuja distinção iguala a mais cordial gentileza. Voltei a Ilha do Bananal em Janeiro próximo passado, vi os pequenos Carajás uniformizados, havia foot-ball, e lembro com saudade de uma formatura de jovens índios que me cantaram com perfeição o hino a João Pessoa...

Passando por lá novamente a 10 de setembro vi o espetáculo bem diferente. E tal foi minha decepção, tal minha tristeza, escutei tantas queixas por parte dos Carajás que não posso deixar de comunicar tudo isto a quem pode compreender.

Dos funcionários outrora existentes em Santa Isabel apenas um encontrei, aliás completamente desanimado e profundo a retirar-se, aproveitando-se, para as despesas da viagem, do material ainda conser-

vado no depósito. As casas, as oficinas ameaçam ruínas; o canavial, os mandiocaes aniquilados; as roças abandonadas; uma tropa de 30 e tantos burros em véspera de ficarem completamente bravos por falta de trabalho; os Índios já bem esfarrapados; tudo isto, além de outros pormenores desagradáveis que não me convem transmitir.

Uma semelhante transformação é inadmissível. Francês de origem, porém, brasileiro pelo coração e pelos 28 anos passados nas beiras do Tocantins e do Araguaia na obra da catequese religiosa dos Carajás, não posso e não devo deixar de levantar um protesto respeitoso e enérgico.

Vimos a que triste conclusão chegou em poucos anos o Serviço de Proteção aos Índios em Goiás; vemos hoje conclusão pior ainda, porque muito maiores foram os sacrifícios pecuniários que fez o Brasil para a organização do "Posto Redenção de Santa-Isabel" e muito peores são agora os prejuízos que o abandono deste Posto acarreta para a Nação.

Peço-vos, distinto Senhor, ajudar-me a fazer chegar meu sincero protesto aos Diretores da Proteção aos Índios.

Acrescento que, por mim, falam os Índios do Bananal, ontem objeto de tantos carinhos, hoje dum semelhante abandono.

O Governo nascido da Revolução não deve desprezar e interromper um esforço que foi uma das mais acertadas iniciativas do regime caído. Pode fiscalizar e corrigir, não destruir.

Espero, distinto Sr. José Mattos, que desculpareis minha ousadia, e muita honra e prazer tenho em conhecer V. S. e subrescrevo-me com toda sinceridade, um criado atento e dedicado.

a) *Frci José M. Andrin* — Superior da Missão dominicana de Conceição do Araguaia, Goiás, 29 de setembro de 1931".

* * *

O testemunho insuspeito do Superior de uma Missão de Catequese religiosa, é a maior demonstração da eficiência do método de José Bonifácio para a civilização do Índio. Pois o Serviço de Proteção aos Índios tem como guia e como modelo os conselhos dos Aporitanentos, adaptados à época em que nos achamos, segundo a evolução sofrida pela civilização moderna.

Essa evolução se manifesta pelas transformações experimentadas na nossa instituição política.

A separação do Poder Temporal do Espiritual deu maior dignidade à Igreja Católica e maior responsabilidade ao Governo em fazer respeitar essa dignidade.

No que diz respeito à civilização do Índio, o § 2º do art. 45 do Regulamento vigente recomenda:

“Será sempre garantida aos Sacerdotes ou pregadores, sem distinção de cultos ou doutrinas, a faculdade de fazer catequese ou praticar cerimônias religiosas.

§ 3º. Esta liberdade religiosa será mantida em toda a sua plenitude, desde que a pregação ou catequese, as práticas ou cerimônias religiosas não perturbem os trabalhos do Estabelecimento ou Aldeias e sejam feitas sem onus para os cofres públicos e sem constrangimento ou coação dos Índios.

§ 4º. A colaboração prestada ou a prestar, em benefício dos Índios por qualquer pessoa ou Associação, leiga ou religiosa, será reconhecida e aceita, mas não isenta, junto desses Índios, os serventúrios do Serviço de Proteção dos deveres, atribuições e obrigações constantes da Lei e do presente Regulamento.

§ 5º. Os Índios são também inteiramente livres, quando queiram, de guardar e praticar as crenças e os ritos de seus maiores e com eles atingirem a incorporação à nacionalidade, intervindo apenas os funcionários do Serviço de Proteção por meios suasórios”.

Para encerrar a segunda parte da tese deste discurso, devo lembrar que os sentimentos humanos em geral, e muito particularmente os americanistas, levaram sempre os grandes vultos da Humanidade e as próprias Nações conquistadoras a defender e proteger os ameríndios:

“Na chegada da frota de Colombo à Sevilha, vieram ordens da Corte para se vender os Índios como escravos; contudo, o piedoso coração de Isabel, a católica, fez com que esta ordem fosse contramandada, e que os Índios fossem reenviados a São Domingos, para onde se mandou também outra ordem para que os mesmos Índios fossem aliciados com afagos e carinhos e não perseguidos militarmente e reduzidos a escravidão”.

São do chanceler Bacon as memoráveis palavras escritas para chamar os conquistadores a sentimentos humanos em relação às indefesas populações do Novo Mundo:

“Lembremo-nos de que se somos cristãos, os outros são homens”.

“Guardemo-nos de fazer do nosso Salvador um Moloch, oferecendo-lhe em holocausto o sangue desses homens”.

Jefferson, o grande Presidente dos Estados Unidos, quis significar o apreço com que recebia a amizade de uma tribo americana, mandando o seu Ministro da Guerra escrever ao respectivo Cacique

uma carta em que se lhe significasse a retribuição da ingênua e leal amizade. A carta tinha o seguinte fecho:

“O Presidente vos envia uma cadeia de ouro-puro, o qual nunca enferruja. Assim queira o *Grande Espirito* ajudar-nos a conservar resplandescente, por uma longa sucessão de séculos, a cadeia da amizade da qual a cadeia de ouro é um emblema”.

José Bonifácio, o Patriarca que é objeto desta cerimônia, compendiou em cinco mandamentos “os meios de que se deve lançar mão para pronta e sucessiva civilização dos Índios”:

“1°. Justiça, não esbulhando mais os Índios, pela força, das terras que ainda lhes restam, e de que são legítimos senhores;

2°. Brandura, constância e sofrimento de nossa parte, que nos cumpre como a usurpadores e cristãos;

3°. Abrir comércio com os bárbaros, ainda que seja com perda da nossa parte;

“4°. Procurar com dádivas e admoestações fazer pazes com os Índios inimigos;

“5°. Favorecer por todos os meios possíveis os matrimônios entre Índios e brancos e mulatos”.

São do mesmo eminente estadista brasileiro estes sábios pensamentos:

“O homem primitivo nem é bom nem é mau naturalmente....

“Si Catão nascera entre os satrapas da Pérsia morreria ignorado entre a multidão de vis escravos; Newton se nascera entre os Guaranis seria mais um bípede que pesara sobre a superfície da terra, mas um Guaraní criado por Newton talvez ocupasse o seu lugar”.

Eliséé Reclus, o grande geógrafo universal, fazendo considerações em defesa dos índios sul americanos, afirma:

“Os americanos do Sul (índios), como os representantes de todas as raças humanas, participam das nossas fraquezas e das nossas forças; possuem, em graus diversos, nossas faculdades intelectuais e morais; elevam-se e decaem segundo as lutas nas quais estão empenhados, o meio ao qual se acomodam e a parte de liberdade de que gozam”.

Os Estados Unidos, a Nação mais velha e mais próspera do Continente, também se coloca à frente das suas co-irmãs latinas, dando-nos o exemplo de reparar as faltas dos nossos antepassados e da civilização que presidiu à conquista do Novo Mundo, na instituição do “Dia do Índio Americano”, com esta calorosa proclamação:

“Agora que a glória e as nuvens do Passado só são lembradas nas páginas dos monumentos históricos, nós não podemos esquecer

o presente e o futuro do nosso povo. Cabe-nos promover e adquirir todos os meios que tornam as raças e as Nações mais eficientes e mais nobres; pelos quais possamos alcançar uma vida mais larga através do Amor Fraternal, e atingir os nobres destinos de nossa Pátria, não somente para nosso próprio bem estar, mas para que todo Povo Americano e a Humanidade possam achar-se exaltados vendo-nos cumprir o nosso dever de homens. Que estas coisas, e os meios pelos quais elas podem ser alcançadas, constituam o objeto de nossos pensamentos no "Dia do Índio Americano".

Gonçalves Dias, o grande poeta lírico brasileiro, tem para os índios estas judiciosas sentenças:

"Eles foram o instrumento de quanto aquí se praticou de útil e grandioso, são o princípio de todas as nossas coisas, são os que deram a base do nosso character nacional, ainda mal desenvolvido, e será coroado das nossas prosperidades o dia de sua inteira reabilitação".

O escritor americano Francis Leup se pronuncia com os mesmos sentimentos de justiça em relação aos Índios americanos:

"Nossos aborígenes trouxeram como sua contribuição para o patrimônio comum do character americano uma grande parte, que é admirável e que só precisa ser acertadamente desenvolvida".

* * *

Vemos, Exmas. Senhoras e meus ilustres Consócios, o quanto empolga o espírito humano, particularmente o americano, o Problema Ameríncola, de um modo geral. E a nós, brasileiros, o quanto de responsabilidade à consciência nacional pesa a indiferença cívica e social com que o nosso povo encara tão magna questão por José Bonifácio recomendada a resolver, mesmo antes da nossa efetiva independência, como o problema social de elevada magnitude política e grande envergadura nacionalista.

O Governo da República tomou-o na devida consideração e organizou a campanha, mobilizando e equipando pessoal adequado à investidura republicana.

Vimos como foi a batalha empenhada, e a marcha que a campanha tomou nas duas décadas da indómita jornada.

Motivos de ordem econômica, porem, levaram em 1931 o Governo revolucionário a suspender temporariamente a ação tática do entusiástico plano estratégico da República.

Passada todavia cerca de uma década de resignada obediência à ordem imperativa da nova organização administrativa do Governo, desejaríamos hoje, ardentemente, retomar a ação dinâmica do Serviço com que vínhamos agindo desde a sua inauguração.

Almejaríamos tomar lugar no plano quinquenal da administração do Estado Novo, com esperança de recuperar o tempo perdido, apoiados nos recursos desse poderoso plano econômico, que nos permitiria reorganizar o Serviço com novo élan, dentro da elasticidade prática de um convicto programa renovador.

Oxalá venhamos a merecer incentivo apoio da Sociedade e do Governo; firme confiança do Exmo. Sr. Presidente da República. E num espírito paralelo de fraternal solidariedade e fecundo altruismo, possamos, todos nós, que vibramos pela vida e pelo destino humano do Índio, civilizadores leigos e catequistas religiosos, colaborar harmonicamente pela solução eloquente e definitiva do Problema que José Bonifacio nos legou a resolver, da qual depende a remissão dos pecados velhos dos nossos antepassados. Amen. (Palmas)

Encerrou-se a sessão às 19 e meia horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,

2º Secretário.

SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA (SESSÃO 1.667), EM 27
DE SETEMBRO DE 1939

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Às 17 horas, abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, Virgílio Correia Filho, Francisco Radler de Aquino, Augusto Tavares de Lyra, Basílio de Magalhães, Francisco José de Oliveira Vianna, Bernardino José de Souza, Fernando Luiz Vieira Ferreira, José Wanderley de Araujo Pinho, Jeronymo de Avelar Figueira de Mello, Ernesto de Souza Campos, Gustavo Barroso, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Herbert Canabarro Reichardt, Liberato Bittencourt, Francisco José Pinto, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, José Maria Moreira Guimarães, Serafim Leite, Rodolpho Garcia, Alexandre Emilio Sommier, Jonathas Serrano, Afranio Peixoto, Pedro Calmon, Alfredo Ferreira Lage, Augusto Tasso Fragoso, Levi Carneiro, Emilio Fernandes de Souza Docca, Caio de Mello Franco, Manuel Tavares Cavalcanti, Rodrigo Octavio Filho, José Luiz Baptista, Affonso d'Escragnolle Taunay, Edmundo da Luz Pinto e Roberto Simonsen.

O SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES disse que o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Dr. Oswaldo Aranha, atendendo gentilmente ao convite do Instituto, faria entrega ao consócio padre Serafim Leite da insígnia e do decreto do Sr. Presidente da República, nomeando o mesmo sacerdote comendador da "Ordem do Cruzeiro do Sul".

O SR. OSWALDO ARANHA (*Ministro das Relações Exteriores*) pronunciou, da mesa, o seguinte discurso:

Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Reverendo Padre Serafim Leite, Minhas Senhoras e meus Senhores.

Começais a vossa *História da Companhia de Jesus no Brasil*, indicando que o renascimento destes estudos no país pode datar das comemorações do terceiro centenário da morte de Anchieta, comemorações organizadas em São Paulo, em 1897, e patrocinadas por toda uma plêiade de altos espíritos.

Tratava-se, naquela ocasião, de uma nobre afirmação de fé nos destinos da Pátria; por isso, na noite de 17 de julho de 1896, na Catedral da Sé, em São Paulo, realizou o Dr. Arcediago Francisco de Paula Rodrigues a solene abertura da série de conferências preparatórias do centenário do padre jesuita. Foram estas, exatamente, Sr. Serafim Leite, as primeiras palavras do eminente prelado: "O que se passa aqui, neste momento, é tão novo, é tão extraordinário para mim, que, apesar de ser na Igreja um soldado já velho, que tem provado todos os entusiasmos e todas as angústias dos grandes combates da palavra, sinto que uma perturbação invisível me invade nesta hora".

Quarenta e tres anos mais tarde, o Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil pode repetir quasi as mesmas palavras, glorificando o historiador da Companhia, da qual foi Anchieta o grande soldado. Pois, na verdade, o que se passa neste momento é tão extraordinário que, apesar de ser eu um soldado já velho e que tem provado todos os entusiasmos e todas as angústias dos grandes combates da palavra e da política, sinto que uma perturbação invisível me invade nesta hora em que contraponho à

serenidade deste Instituto, zelador das nossas glórias e tradições, as tenebrosas agitações humanas, as guerras destruidoras que avassalam outros povos, fazendo periclitar as próprias conquistas da civilização.

Buscamos, pois, enxergar na sua pessoa, recolhidos um instante, a roupeta humilde de um padre morto há tres séculos e meio, mas que foi o apóstolo do Brasil, o fundador desta causa sagrada, que é a fé no próprio destino, a fé na nacionalidade !

Por proposta do Conselho da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, quis o Sr. Presidente da República conceder-vos a comenda da nossa Ordem civil, testemunhando, assim, publicamente, o apreço que mantem o atual Governo do Brasil pelas suas próprias tradições e a alta conta em que tem os méritos excepcionais do historiador da Companhia na Província do Brasil. E eu, Chanceler da Ordem Nacional do Cruzeiro, vim pessoalmente, accedendo a um generoso apelo, trazer-vos a insígnia que em breve vos imporei.

Vosso íntimo conhecimento, no passado e no presente, do povo brasileiro, decerto vos terá convencido o quanto somos ainda hoje iguais em mérito aos nossos maiores e, portanto, sabeis que só a Fé nos anima e guia, a Fé inabalável no gênio da nossa raça, continuadora no tempo da forte raça lusitana.

Bem avisado andastes assim, assinalando colocar Camões, na epopéia nacional lusitana, antes do Império — a Fé “Onde chegasse a proa de um navio português, podia aparecer ou não aparecer a espada, surgia com certeza a cruz”, dissestes vós. E assim foi. Quando as primeiras proas aquí aportaram, faltou-lhes o encontro da espada, mas, em compensação, deixaram elas marcando a nova terra e dizendo da fé absoluta no seu futuro, a sombra da primeira cruz.

Em seguida, sob uma cruz alta de estrelas, singraram as naves nas suas rotas incertas, abandonando esta Terra de Vera Cruz, que seria o nosso Brasil.

Se atentardes, agora, na semelhança existente entre duas épocas, verificareis como aquele remoto século XV, deslumbrado pelo fulgor do renascimento, produzindo a exaltação do homem e das nações, era bem semelhante ao nosso atormentado século XX. Então, como dissestes, a exaltação exagerada levava o nacionalismo germano-saxão

ao grito revoltoso do *non serviam*, rompendo a unidade religiosa na Europa.

Agora, com apenas cinco lustres de permeio, por duas vezes, as dissidências continentais européias e os avessos campos ideológicos, abrem as comportas dos apetites ferozes, dos ódios sopitados, ameaçando os próprios alicerces da nossa comum civilização. Mas eu posso dizer-vos, Sr. Serafim Leite, e sem medo de errar, que tudo faremos no continente americano para preservar e salvaguardar a paz.

Isso porque temos fé em nós mesmos e na Providência. Assim é no presente, tal como foi no passado, quando “os Governadores, Capitães e funcionários iam estabelecendo as bases do Estado e o elemento religioso alicerçava o novo edifício com formas tão elevadas e nobres, que dariam ao conjunto a solidez da Eternidade”.

Esta solidez e eternidade que quistes predizer para a nossa Pátria, devemos-la em boa parte aos vossos irmãos. Andaram eles em todas as paragens, fundando escolas, promovendo a instrução nos seminários, doutrinando a fé e o amor à terra, consolando os enfermos e celebrando sempre os divinos mistérios à sombra das matas, à beira do mar, aos uivos das feras e ao alarido festivo dos convertidos selvagens. Assim, foi a consciência de nós mesmos, acordada primeiro pelo desvelo jesuítico, a causa primordial da nossa maravilhosa e perfeita unidade.

Permiti, pois, que vos recorde, ao terminar, as palavras do Veneravel Padre José de Anchieta, perdido entre montes fragosos; ao companheiro de peregrinação: “Irmão, uns desejam morrer nas casas, outros nos colégios, ajudados pelos irmãos, mas eu vos digo que não há coisa melhor do que morrer em um outeiro destes, por obediência e amor à terra”.

Por tudo isso, Sr. Serafim Leite, e sobretudo por gratidão à vossa obra, é que no seio desta nobre e erudita Instituição, aqui estou para vos trazer, em nome de Sua Excelência o Sr. Presidente Getulio Vargas, esta prova de reconhecimento do Governo da República. (*Grandes aplausos.*)

O PADRE SERAFIM LEITE, autor da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, levantando-se, dentre as cátedras dos consócios do Instituto, dirigiu-se à mesa, onde recebeu a comenda das mãos do Ministro do Exterior, que, apertando a mão de S. Ex. Rvma., lhe apresentou as congratulações do Governo e do País.

Voltando ao seu lugar, o padre Serafim Leite, dizendo, sensibilizado, não encontrar palavras para exprimir o seu profundo agradecimento ao Presidente da República, ao Ministro das Relações Exteriores, ao Governo e aos brasileiros, afirmou que, muito penhorado estava à cordial homenagem, revertendo-a, porem, à Companhia de Jesus, que somente a merecia, pois lhe devia a sua formação.

O historiador lusitano passou, então, a fazer a sua comunicação ao Instituto: uma carta inédita do Padre Antonio Vieira, a respeito das missões do Maranhão, documento precioso para a elucidação da nossa história e engrandecimento do Brasil e da religião.

O SR. PEDRO CALMON comentou o documento, mostrando, em matizes próprios, o papel histórico dos claustros e de Vieira, naquela época. Elucidando a benemérita ação dos jesuitas e do Padre Antonio Vieira, esclareceu certos pontos, afirmando até que o pai de Vieira já estivera, em 1603, na Baía, como embarcadiço.

O SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES disse que não se devia esquecer o nome do grande animador dos trabalhos do Padre Serafim Leite, o Sr. Afranio Peixoto, para o qual pedia os aplausos do Instituto.

O SR. AFRANIO PEIXOTO, agradecendo as palavras do Sr. Presidente do Instituto, declarou que todos os brasileiros são jesuitas, que nada mais fez além de, tendo esses sentimentos, coadjuvar um empreendimento de altíssimo valor para glória da Companhia de Jesus.

O SR. RODRIGO OCTAVIO FILHO disse interpretar o sentir unânime do Instituto, congratulando-se com o Presidente Macedo Soares pela honrosíssima distinção que mereceu do Governo, qual o de

ser nomeado para a Comissão Permanente de Codificação de Direito Internacional Público, em substituição ao eminente Sr. Epitacio Pessoa.

O SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES agradeceu as palavras do Sr. Rodrigo Octavio Filho, dizendo que, ao ser consultado pelo Governo, hesitara em aceitar a investidura, assentindo, porem, ao ver que ficaria na companhia de mestres, tais Clovis Bevilaqua, Rodrigo Octavio, Levi Carneiro, Raul Fernandes e Philadelpho de Azevedo.

O SR. MAX FLEIUSS disse que, com a presente sessão, ficavam encerrados os trabalhos ordinários do Instituto, sendo, pois, relevante assinalar que, durante os seus 101 anos de existência, só desta vez ocorria o fato de não haver desaparecido um só dos seus sócios. Não haveria, pois, necrológio algum e, assim, rogava que o auditório, onde havia sacerdotes do valor de Serafim Leite, Leonel Franca e do reitor do Externato Santo Ignacio, padre Paulo Baunvarth, se erguesse, num profundo reconhecimento a Deus, por essa mercê magnífica.

O SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES, antes de declarar encerrados os trabalhos, agradeceu a presença do eminente Chanceler Oswaldo Aranha, assinalando que o fazia com tanto maior prazer quanto S. Ex. era recebido numa sessão ordinária do Instituto, achando-se presentes nas bancadas sociais vários expoentes dos nossos mais conspícuos cultores das letras históricas.

Salientou depois que, pela primeira vez, se achavam presentes os novos sócios, Srs. Roberto Simonsen e Ernesto de Souza Campos, aos quais dirigia os cumprimentos do Instituto.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,
2º Secretário.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO —
SESSÃO ESPECIAL (SESSÃO 1.668), EM 4 DE OU-
TUBRO DE 1939

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Às 17 horas, abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, Virgílio Corrêa Filho, Augusto Tavares de Lyra, Francisco José de Oliveira Vianna, Rodrigo Octavio Filho, José Wanderley de Araujo Pinho, João da Costa Ferreira, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Raul Tavares, José Maria Moreira Guimarães, Alexandre Emilio Sommier, Liberato Bittencourt, Elmano Cardim, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Alfredo Ferreira Lage, Hermenegildo Rodrigues de Barros, Alfredo Valladão, Thiers Fleming, Manuel Tavares Cavalcanti, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Ataulpho de Paiva, Herbert Canabarro Reichardt, Edmundo da Luz Pinto, Levi Carneiro, Afranio Peixoto, José Mattoso Maia Forte e Rodolpho Garcia.

O SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES convidou a ocuparem lugar à mesa o Sr. Francisco Mendes Pimentel, antigo reitor da Universidade de Minas Gerais, e a quem o Instituto deve as coleções que formam o arquivo do Conselheiro Saraiva, bem como o Sr. Afonso Penna Junior, ex-ministro da Justiça e filho do Conselheiro Afonso Penna, que foi presidente da República e presidente honorário do Instituto.

O SR. VIRGILIO CORRÊA FILHO (2º Secretário) leu as atas das sessões de 21 e 30 de agosto, 6 e 27 de setembro, as quais foram, sem discussão, aprovadas unanimemente.

O SR. SECRETÁRIO PERPÉTUO leu, das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES disse que na ata ficaria registado um voto de congratulações ao *Jornal do Comércio*, na pessoa de seu diretor, o Sr. Elmano Cardim, membro do Instituto, pela passagem do 112.º aniversário daquele órgão, que tanto se tem mostrado amigo do Instituto.

O SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES disse que o fim da sessão especial era ouvir a conferência que sobre o *Presidente Affonso Penna* faria o eminente ministro Sr. Augusto Tavares de Lyra, um dos nossos mais ilustres homens do Estado e primeiro vice-presidente do Instituto.

PRESIDENTE AFFONSO PENNA

Logo depois o SR. AUGUSTO TAVARES DE LYRA realizou a seguinte conferência sobre o PRESIDENTE AFFONSO PENNA:

“A vida pública do presidente Affonso Augusto Moreira Penna foi auspiciosa e promissora desde o princípio. Iniciou-a em 1871, quando, doutorado em direito pela Faculdade de São Paulo, voltou à terra natal, — a cidade de Santa Bárbara, em Minas —, dedicando-se à advocacia e empenhando-se ativamente nas lutas da política local. Seu nome grangeou rápida notoriedade, de tal sorte que, dentro em pouco, o partido liberal, em opposição, elegia-o deputado à assembléia da província em três legislaturas sucessivas.

Em 1878, sobem ao poder seus correligionários, sob o ministério Sinimbú. É eleito deputado geral e permanece na Câmara temporária até à queda das instituições monárquicas. Comquanto não dispusesse da eloquência empolgante e sedutora, que arrasta e domina as assembléias políticas no sistema parlamentar, era ouvido com respeitosa atenção pela lucidez de seus conceitos e pela segurança com que abordava os assuntos discutidos em plenário.

Grande a autoridade política e moral de que gosava entre seus pares, sendo bem significativo o que lhe dizia Ruy Barbosa, em carta de 29 de março de 1883 (Americo Lacombe. — *Ruy Barbosa — Mocidade e Exílio*):

“Estou ancioso por ver-te, e conversarmos acerca da triste situação que atravessamos. Dizem por aquí que não virás sinão tarde. Seria incalculavel a falta, porque poderia contribuir para a manutenção de um governo que desmoraliza o nome do nosso partido”.

Por tres vezes, chamado ao conselho da Coroa: no gabinete de 21 de janeiro de 1882, presidido por Martinho de Campos, no de 24 de maio de 1883, presidido por Lafayette; e no de 6 de maio de 1885, presidido por Saraiva. No primeiro, occupou a pasta da Guerra; no se-

gundo, a da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; no terceiro, a da Justiça. Em todos eles, de curta duração, revelou-se o administrador habil e capaz, a quem o Imperador, no exílio, se referiria nestas palavras: *o Penna vai longe, porque alia extraordinária disposição para o trabalho à mais completa probidade* (Rev. do Inst. Hist. Bras., tomo 72, pág. 416).

No fim do segundo reinado, aureolava-o merecida reputação de civilista abalizado, título que legitimava sua entrada, em julho de 1889, para a comissão do Código Civil, apenas em estudos preliminares, quando sobreveiu a República.

Fez parte do Congresso Constituinte mineiro e presidiu, com inextinguível brilho e competência, a comissão incumbida de elaborar a lei magna do Estado. Promulgada esta, foi senador estadual até que renunciou o mandato como protesto à ditadura de Deodoro, que dissolvera, em 3 de novembro de 1891, o poder legislativo da União. E isto concorreu decisivamente para que, — restabelecida a ordem constitucional —, o indicassem para substituto do presidente Cesario Alvim.

Governou Minas de 14 de julho de 1892 a 7 de setembro de 1894, cabendo-lhe a difícil tarefa de reorganizar os serviços públicos já existentes e criar outros no regime de autonomia que a federação assegurara aos Estados. Benéfica, proveitosa e duradoura a obra que realizou, especialmente no tocante a finanças, viação e ensino. Foi sob sua administração que se iniciou a execução da lei que mandara transferir a capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, a linda e risonha cidade de nossos dias, construída, em grande parte, graças ao seu esforço e à sua tenacidade.

Os estudiosos do passado relembram ainda hoje, com justiça, entre seus atos de maior repercussão política, o *manifesto aos mineiros*, publicado por ocasião da revolta da armada, em 1893, quando ficou ao lado do marechal Floriano Peixoto, sem que essa atitude o impedisse de acolher hospitaleiramente e cercar de garantias a todos aqueles que, suspeitos ou perseguidos, procuraram escapar às cruéis provações da guerra civil, refugiando-se em território mineiro e confiando-se à tradicional tolerância de seu povo.

Findo seu governo, recolheu-se à vida privada, recusando os lugares de plenipotenciário no Uruguai e ministro do Supremo Tribunal Federal, oferecido por Prudente de Moraes, que obteve, por fim, sua colaboração valiosa e eficiente na presidência do Banco do Brasil, de outubro de 1895 a novembro de 1898.

A seguir, fixou residência em Belo Horizonte, reassumindo o exercício da cadeira de professor de Economia Política na Faculdade de Direito, de que era também diretor e fora um dos principais

fundadores. Mas as posições políticas continuavam a atraí-lo: senador estadual em 1899, vice-presidente da República em 1903, primeiro magistrado da nação em 1906. Era o ponto culminante de sua carreira ascensional. E, chegado a ele, peço-vos licença para falar mais demoradamente desse eminente brasileiro a quem tive a fortuna de conhecer então na intimidade, — simples, modesto, despretençioso —, desse estadista ilustre, a quem admirei, em horas de triunfos e de amarguras, — sempre sereno, equilibrado e justo.

Administrativamente, sua presidência foi um período de labor fecundo para a solução imediata ou oportuna de problemas fundamentais do país. Atestam-no a reorganização do exército, a lei do sorteio militar, a renovação da esquadra, o desenvolvimento da viação férrea, a construção de portos, o povoamento do solo, a remodelação administrativa e judiciária do Acre, algumas medidas para a incorporação dos índios à sociedade civilizada, a estabilidade do câmbio, a expansão econômica em largos surtos de atividade criadora, outros, muitos outros atos, que avultam no acervo material e moral de seus serviços. Seus e de seus ministros, pois, para ele, estes ministros nunca foram meros secretários e auxiliares. Dentro do programa que se traçara e sob sua orientação superior, dava-lhes a maior autonomia na gestão de suas pastas. E se, porventura, se lhes dirigia, solicitando qualquer informação, recomendando qualquer providência ou manifestando qualquer desejo de ordem pessoal, fazia-o em expressões de cativante bondade, parecendo antes pedir do que ordenar. Vede, por exemplo, esta carta, datada de 26 de janeiro de 1907 — uma das muitas que conservo carinhosamente em meu arquivo:

“Exmo. Col. e Am. Dr. Tavares de Lyra:

Entre os candidatos inscritos para o cargo de *Distribuidor* está o nosso distinto colega Dr. Adalberto Ferraz, cuja idoneidade moral e intelectual, bem como serviços à República, conheço desde muitos anos. Chamo, pois, sua benévola atenção para esse nome.

Saudações do col. e am. af. — *Affonso Penna*.

Nas relações internacionais, cultuava os nobres ideais da paz e da justiça, que Ruy Barbosa, inspirando-se em suas próprias convicções liberais e interpretando fielmente o pensamento do governo, defenderia em Haia com as fulgurações maravilhosas de seu gênio, batendo-se, — intrépido e denodado — pelo arbitramento obrigatório e pelo princípio de igualdade das nações soberanas.

No que respeita à política interna, nem sempre o êxito coroou seus propósitos. E os dissentimentos entre os homens e no seio dos partidos provocaram, afinal, o tumultuar das paixões desordenadas,

precursoras da crise institucional de 1909, que tão intensamente abalou a vida nacional.

Ausente desta capital, no exercício do cargo de governador do Rio Grande do Norte, não acompanhei pessoalmente as “demarches” para a sucessão presidencial de 1906. Falta-me assim o conhecimento de pequenas ocorrências, não raro essenciais ao julgamento de determinadas situações políticas. Uma coisa é, no entanto, certa: foi o apoio de Minas que deu ganho de causa aos que combatiam a candidatura do velho e prestimoso republicano Bernardino de Campos. De Minas, pois, devia sair o candidato, sendo preferido o conselheiro Afonso Penna por não ter grupo militante dentro do Estado. Seu nome não despertava nem competições nem rivalidades. E desta circunstância, ao tempo favorável, é que iriam decorrer, mais tarde, algumas de suas maiores decepções: no momento da adversidade, não contaria com um partido homogêneo e forte para ampará-lo.

Ao assumir a direção da pasta da Justiça, a 16 de novembro de 1906, a situação se me apresentou nítida e clara. Pinheiro Machado e Carlos Peixoto não podiam entender-se a contento. O primeiro, — figura primacial do *bloco*, como fora denominada a coligação contrária à candidatura de Bernardino de Campos — tudo envidaria para consolidar sua crescente ascendência política, preparando outra sucessão para seu agrupamento partidário; o segundo, — ainda sem as tradições e o prestígio do general gaúcho, mas possuindo, como ele, positivas qualidades de comando —, disputaria para seu Estado a continuação da hegemonia que conquistara, apoiando-se numa bancada numerosa e tendo por bandeira o nome prestigioso e querido de João Pinheiro.

Inevitável o choque entre os dois e, conseqüentemente, entre as correntes que chefiavam.

O presidente Affonso Penna não desconhecia o terreno em que pisava, reservando-se, por este motivo, plena liberdade de ação política. Atribuem-lhe até uma frase, — *quem faz a política sou eu* —, que penso nunca ter sido pronunciada ou, se foi, tinha finalidade diferente da que lhe deram, paródia ao *l'état c'est moi* de Luiz XIV.

Não estava, entretanto, em sua vontade deter a marcha dos acontecimentos. O antagonismo das tendências e aspirações dos homens que formavam aquelas corrente acabaria fatalmente por separá-los. Foi o que sucedeu, após uma longa série de desinteligências e atritos, cada qual mais sintomático: os incidentes sobre a eleição de Carlos Peixoto para presidente da Câmara dos Deputados; a tentativa fracassada da reforma do regimento deste ramo do poder legislativo; as divergências quanto a medidas de caracter político que vinham a debate no parlamento; as cisões partidárias em alguns Estados, no-

tadamente no Rio de Janeiro e na Baía; os ataques ao núcleo de batalhadores novos que Augusto de Freitas, num lance de sua flamejante oratória, chamaria maliciosamente de *jardim da infância*; a renúncia de mandato de James Darcy, um dos valores mais autênticos da geração política da época; tantos outros fatos, que geravam dúvidas e incertezas, desconfianças e apreensões.

A morte de João Pinheiro, desarticulando a política mineira, tornou mais carregado o ambiente. Surgiram sombrias perspectivas de futuro. E, diante delas, pareceu aos dirigentes que seria acertado resolver, sem tardança, o problema da sucessão presidencial, em última análise a causa primordial das discórdias. Foi então lançado, em começo de dezembro de 1908, o nome de David Campista, com o apoio do Presidente Penna e de Wenceslau Braz, que, pouco depois, iria presidir Minas.

Ninguém contestava ao escolhido méritos e talentos invulgares; mas a verdade é que sua candidatura não conseguiu acalmar as inquietações reinantes. Nos círculos políticos receberam-na sem entusiasmo e Pinheiro Machado, em torno de quem se concentrariam os descontentes de todos os matizes, fugia a manifestações francas e ostensivas, fazendo depender sua atitude da de Ruy Barbosa, que lhe era sabidamente hostil.

Na imprensa delimitaram-se desde logo os campos opostos e, pela linguagem das folhas oposicionistas — agressiva e violenta — tinha-se a impressão exata da aspereza da luta em dias próximos.

O Senado foi o teatro das primeiras escaramuças parlamentares nas sessões de 15 e 16 daquele mês, quando Coelho Lisboa e Severino Vieira acusavam o governo de ter um candidato oficial, e João Luiz Alves e Rosa e Silva retrucavam, negando o fato e reivindicando para o chefe do Estado o direito de emitir opinião sobre a escolha de seu sucessor, sendo, como era, um cidadão e um cidadão com maiores responsabilidades do que qualquer outro, atenta a elevação do cargo que exercia.

Ao ser encerrada a sessão legislativa, acreditava-se que a candidatura Campista teria o apoio do situacionismo da maioria dos pequenos Estados, de Minas, da Baía, de Pernambuco e provavelmente de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em condições normais, o bastante para garantir sua vitória. Naquele momento não, porque as dissidências e oposições locais, com as simpatias da ala moça e idealista do exército, contrapor-lhe-iam a de Hermes da Fonseca, com assinalada influência no seio de sua classe.

Durante as férias parlamentares, os partidários de Campista procuraram fortalecer-se em suas posições. Inutilmente. Por toda parte, poderosas as resistências a vencer.

Pinheiro Machado mantinha seus movimentos livres, não tomando compromissos formais e alimentando a esperança de possíveis acordos com os nomes de Ruy Barbosa, naquele tempo a grandeza sem par da intelectualidade brasileira, Quintino Bocayuva, o glorioso chefe do republicanismo histórico; Campos Salles, o benemérito reconstrutor das finanças nacionais; Rio-Branco, o maior de nossos diplomatas...

Hermes seria o candidato de combate, se tudo falhasse.

As reservas de Pinheiro Machado intimidavam os fracos, amedrontavam os indecisos, e, ao reunirem-se as duas casas do Poder Legislativo em sessões preparatórias, na segunda quinzena de abril de 1909, notava-se geral retraimento nas rodas parlamentares. Mas era começo de legislatura e a verificação de poderes dos deputados e do terço do Senado, obedecendo, em vários casos, ao critério político, forçaria as representações dos Estados a confinarem as fronteiras de seus arraiais na questão presidencial. Desapareciam, destarte, os equívocos e as dissimulações. Precipitavam-se os acontecimentos e explodia a crise de que resultaria a situação melindrosa em que — meses passados — deparar-se-ia a República, agitada de um extremo a outro pelas mais profundas dissensões políticas, por vezes quasi revolucionárias.

A 13 de maio, Carlos Peixoto e João Luiz Alves, em conferência com o Presidente, manifestaram a este seus temores sobre a sorte da candidatura Campista, que perdia terreno a olhos vistos, dentro e fora do Congresso, ante as vacilações dos que a sustentavam e a arregimentação dos que a combatiam.

Nessa conferência resolveu-se que o Presidente escreveria a Wenceslau Braz, indagando qual, em definitivo, a atitude dos mineiros e eu pediria o concurso de Glycerio para, juntos, encontrarmos, sem preocupações regionais ou partidárias, uma fórmula que reconciliasse as forças políticas desavindas.

Ainda naquele dia, à noite, dei os primeiros passos para o desempenho desta comissão, que, se não fora a superveniência de sucessos inesperados, creio teria chegado a bom termo, devido principalmente à visão e ao tato do ilustre senador paulista, valoroso companheiro e intemerato chefe de memória imperecível para nós, os republicanos do alvorecer do regime.

O Presidente escreveu a Wenceslau Braz no dia 14, dia em que realizou-se também o despacho coletivo do Ministério, iniciado, como de praxe, pela assinatura dos decretos, cuja expedição havia sido

antecipadamente combinada. O primeiro ministro a despachar foi Hermes. Seguiu-se Alexandrino de Alencar. Enquanto este submetia à assinatura do Presidente os decretos de sua pasta, Hermes retirava-se para mandar registrar os da pasta da Guerra. Voltou logo ao seu lugar; e, tomando de um bloco, escreveu duas tiras que guardou no bolso interno da farda. Depois de Alexandrino, Campista. Em seguida, eu. Terminada a assinatura dos decretos de minha pasta, dirigi-me à Secretaria, onde Hermes foi ter comigo, entregando-me para ler o que escrevera pouco antes. Era uma declaração de que nunca pretendia a presidência da República, *se bem que pensasse não estarem os militares impedidos de aspirar a essa honra*. Referia-se a comentários ao redor de seu nome e concluía afirmando ter solicitado demissão do cargo de Ministro da Guerra. Ponderei-lhe que, nos termos em que estava redigida, a declaração podia ser explorada para fins políticos e que, por deferência ao Presidente, não devia publicá-la à sua revelia. Concordeu em nada fazer sem ouvi-lo.

Uma nota à margem: foi dessa declaração, não publicada e sem objetivos partidários, que se originou a lenda da *mudança do eixo da política nacional por imposição da espada*.

Ultimado o despacho e depois que Hermes saíra, narrei o ocorrido ao Presidente, que autorizou-me a ir à sua casa e convidá-lo para uma conferência em Palácio. Fui. Estava só. Recebeu-me com a cordialidade de sempre. Comuniquei-lhe o fim da minha visita. Conversámos longamente e assentámos que a conferência efetuar-se-ia no dia seguinte. Voltei a Palácio. O Presidente achava-se ainda no salão de despachos, em companhia de Campista e Miguel Calmon, examinando detalhes sobre o arrendamento dos serviços de exploração do porto desta Capital. Inteirei-o de minha entrevista com Hermes e retirei-me.

A 15, pela manhã, Hermes disse-me, pelo telefone, ter escrito ao Presidente, pedindo demissão. Agravava-se a crise.

Por volta do meio dia, encaminhei-me para Palácio, onde o Secretário da Presidência — meu ilustre amigo Dr. Edmundo da Veiga, atualmente ministro aposentado do Supremo Tribunal Militar — informou-me ter o Presidente recebido a carta de Hermes e respondido que o aguardava para a conferência que fora combinada. Trocámos ligeiras impressões a respeito. Passei ao salão de despachos. O Presidente estava absolutamente calmo. Deu-me para ler a carta de Hermes, de que não tenho cópia, mas cujos pontos essenciais posso reproduzir.

Dizia:

— que, para atender aos desejos do Presidente, declarava não ser candidato à presidência da República;

— que a candidatura Campista não tinha raízes na opinião;

— que essa candidatura provocaria uma forte e talvez perigosa reação no país;

— que aos militares se não podia recusar o direito de ter aspirações políticas.

Ainda lia a carta, quando entrou Alexandrino, que também a leu. Pouco depois chegava Hermes. Alexandrino despediu-se. Sentámo-nos, ficando Hermes à direita e eu à esquerda do Presidente. Este disse, em resumo:

— que estranhava os termos da carta, porque, se sugerira ao marechal a declaração de não ser candidato, fora por lhe ter o mesmo afirmado sentir-se incomodado com os comentários tendenciosos ao redor de seu nome;

— que estava de acordo com a candidatura Campista, mas que essa candidatura não era sua e sim de vários chefes políticos;

— que a não havia lançado e que, por isso, lhe não cabia retirá-la;

— que ignorava a natureza e alcance da reação anunciada contra seu governo; mas se ela visava afastá-lo do posto que a nação lhe confiara, saberia cumprir até o fim o seu dever;

— que jamais negara aos militares o direito de exercer cargos políticos; negava-lhes, sim, o direito de apoiar-se na força para atingir a esses cargos ou impor candidatos.

Hermes ouviu-o em silêncio. Falou depois:

— que sabia não partilhar o Presidente da opinião de que os militares estavam impedidos de ter aspirações políticas; mas, entre seus amigos, muitos havia que dela partilhavam;

— que era defensor intransigente da ordem constitucional e se tentassem perturbá-la, como receiava, o Presidente contaria com o seu concurso para mantê-la;

— que, lembrado seu nome para candidato, recusara aceder aos desejos de amigos e camaradas, que continuavam a insistir pelo seu assentimento;

— que, à vista das agitações políticas do momento, parecia-lhe indispensável a retirada da candidatura Campista, a quem fez as mais lisonjeiras referências pessoais.

O Presidente pontilhava de observações suas afirmativas. Afinal, vieram considerações gerais, de parte a parte. Recordo-me bem de

uma delas. Foi do Presidente; não tinha preferências por este ou aquele de seus ministros; e a circunstância de serem apontadas as candidaturas de tres desses ministros para sua sucessão (Hermes, Campista e Rio-Branco) era a prova irrecusavel de que não errara em sua escolha. Acrescentou: minhas inclinações pelo Dr. David Campista justificam-se facilmente: é o ministro da Fazenda e, portanto, o que está mais identificado comigo na solução da questão econômico-financeira, a mais importante da República na hora presente.

A conferência correu sem exaltações e azedumes, aliás incompatíveis com a educação aprimorada e a respeitabilidade pessoal do Presidente e do marechal, acabando pela retirada do pedido de demissão deste último.

O dia seguinte, domingo, 16 de maio, foi de intenso trabalho nos bastidores políticos. Marchas e contra-marchas de toda ordem, sem rumo certo.

A 17, o Presidente recebeu a resposta da carta que dirigira a Wenceslau Braz e de que fora portador o deputado Bueno de Paiva. Nela Wenceslau reafirmava sua solidariedade com a candidatura Campista, não ocultando, porem, as divergências que ela vinha suscitando entre os mineiros.

Nesse mesmo dia, o Presidente telegrafou-lhe dizendo (textual) que, *à vista de sua carta e não desejando ser causa da cisão na politica mineira, o Dr. Campista tinha resolvido pedir a seus amigos que afastassem seu nome de qualquer combinação politica.*

Foi alem. Mandou cientificar a todos os amigos do Senado e da Câmara de que se alhejava, por completo, da escolha de seu sucessor, deixando-lhes plena liberdade de agir, segundo as inspirações de seu patriotismo.

Embora desligados dos compromissos anteriormente assumidos entendiam muitos desses amigos que a candidatura Campista devia ser mantida. Era a mais lógica para não ficar em cheque a autoridade do Presidente. Mas esta não foi a corrente preponderante. A grande maioria dividiu-se em duas outras: a primeira, favoravel à candidatura Hermes; a segunda, partidária de qualquer candidato que lhe fosse contrário.

E a luta travou-se depois entre Ruy Barbosa e o ex-ministro da Guerra, isto é, entre dois candidatos que tinham combatido o nome de Campista.

E' uma nova fase dos acontecimentos, — a do movimento civilista, — a que o Presidente foi estranho e em que se defrontam, uns contra outros, muitos daqueles que tinham sido, na véspera, legionários da mesma fé.

Não há, porem, como acoimá-los de contraditórios. Política e moralmente, eram livres de seguir o caminho que lhes conviesse.

Já o disse de uma feita em discurso proferido no Senado em 1914 e hei de repeti-lo, se Deus permitir que escreva um livro que projeto — *Dias que passaram...* —, expondo os acontecimentos políticos em que estive direta ou indiretamente envolvido até 1918, dentro dos moldes preconizados por Madame Du Defand, cujos salões se tornaram célebres, em París, no correr do século XVIII, a saber: narrados singelamente e sem artifícios de forma.

Aí, se realizar meus desejos, direi mais desenvolvidamente em seus antecedentes, evolução e efeitos dos fatos a que agora me refiro apenas incidentemente.

Nos derradeiros meses de governo, o Presidente mudara muito. Seu temperamento perdera, em parte, o ardor e a vibração de outrora. Vez por outra, dominava-o profundo abatimento. E sua resistência física enfraquecia visivelmente desde o falecimento de seu filho Alvaro, moço de talento e de futuro, predestinado a ser uma figura marcante na política de sua terra, se a morte o não levasse na primavera da vida.

A 13 de maio, saiu comigo, — foi a última vez, — para assistir as festas comemorativas do centenário da criação da Força Policial.

Não passou bem à noite.

A 14, vieram as ocorrências de que já falei. A 15, continuava doente, sem poder entregar-se ao repouso de que carecia. O mesmo nos dias seguintes, — 16, 17, 18 e 19, — que foram de constantes e absorventes preocupações.

A 20 realizou-se o despacho coletivo de ministério. Sentia-se mal. A febre não o deixava desde o dia 13.

A 22, quando devia reunir-se, à noite, a *convenção* que apresentaria a candidatura de Hermes, houve dois comícios populares, — um favorável e outro contrário a essa candidatura. — Depois deles, fui a Palácio informá-lo de que tudo corraera calmamente. Chovia e a humidade era grande. Estava febril e desanimado.

Decorriam os dias e as melhoras se não acentuavam.

A 27 efetuou-se o último despacho que presidiu. Muito rápido. A *moléstia* progredira sempre.

Não o vi a 28, 29 e 30. Guardava o leito.

A 31, precisei entender-me com ele sobre assunto urgente. Recebeu-me em seus aposentos particulares. Extremamente fraco.

Só conseguí avistá-lo novamente a 3 de junho. Estava acamado. Demorei-me dez minutos, se tanto.

Nesse dia assinou alguns decretos para que se não pensasse lá fora que seu estado era muito grave.

Até 7 não pude mais vê-lo.

Recebeu-me a 8, pela última vez.

A 9 e 10 as notícias foram mais tranquilizadoras.

No dia 11, realizou-se a trasladação da urna contendo os ossos do Almirante Barroso da Igreja da Cruz dos Militares para o pedestal do monumento erguido na praia do Russell, obra executada pelo ministério a meu cargo. Depois da cerimonia estive em Palácio. O presidente peiorara e os médicos assistentes, Drs. Miguel Couto e Carlos Botto, haviam aconselhado absoluto repouso.

No dia seguinte, 12, cheguei a Palácio a uma hora da tarde, achando o Dr. Edmundo da Veiga muito apreensivo. Disse-me notar restrições nas palavras do Dr. Miguel Couto, a quem, de acordo com ele, resolvi procurar. Encontramo-nos na manhã de 13. Abriu-se comigo na confiança de bons e velhos amigos, declarando-me em reserva ser gravíssimo o estado do Presidente. Poucas esperanças lhe restavam.

À vista desta declaração fiz-lhe ver que não tínhamos mais o direito de silenciar sobre a marcha de sua moléstia; ele, para ressalva de seus créditos científicos; eu, que era o Ministro da Justiça, para providenciar sobre a manutenção da ordem pública e a posse de seu sucessor constitucional; a família, para não ser tomada de surpresa ao verificar-se o desenlace fatal.

Disse-me que assim também pensava, tendo combinado horas antes com o Dr. Edmundo da Veiga a publicação de boletins diários sobre a saúde do ilustre enfermo.

Foi este o primeiro boletim:

“O Exmo. Sr. Presidente da República, no decurso de uma infecção gripal, de forma tóraxica, de que foi acometido, apresenta atualmente sintomas dependentes de um ataque as funções pneumogástricas. O seu estado inspira cuidados”.

À noite desse dia, reuniu-se em Palácio a convite meu todo o ministério, perante o qual os Drs. Miguel Couto e Carlos Botto expuseram circuncanciadamente tudo que vinha sendo feito, em pura perda, para salvar o doente.

Após a retirada dos médicos, comuniquei aos colegas que transmitira o primeiro boletim, por telegrama, ao vice-presidente da República, ao vice-presidente do Senado, aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, e aos governadores dos Estados, o que continuaria a fazer, e, de fato, fiz, com os demais que fossem expedidos. Comuniquei-lhes igualmente que em perfeita comunhão de vistas, com os titulares das pastas militares e as autoridades superiores, estava adotando, como me cumpria, todas as pro-

vidências necessárias para que a sucessão presidencial se operasse normalmente, se o Presidente viesse a falecer ou, melhorando, fosse obrigado a deixar temporariamente o governo.

Meus atos mereceram sua aprovação. Deles e de outros que fui obrigado a praticar, em consequência da delicada situação que atravessávamos, não tratarei aquí. Limito-me a consignar, de passagem, que a partir daquele momento e até que abandonei o ministério, tive alguns dos dias mais difíceis e atribulados de minha vida, dadas as tremendas responsabilidades que sobre mim pesaram.

Entre onze horas e meia noite, apareceu o segundo boletim: o *estado do Presidente não se modificara de modo sensível*. Mais tarde, dizia-me o Dr. Miguel Couto que o Presidente passara por uma crise séria durante a reunião do ministério. Fora debelada; mas podia reproduzir-se.

Na manhã de 14, reuniu-se uma junta médica, em que tomaram parte, além dos Drs. Miguel Couto e Carlos Botto, os Drs. Rocha Faria, Azevedo Sodré e Miguel Pereira. Lacônico e expressivo o boletim publicado:

“Os abaixo-assinados, reunidos em conferência para examinar o Exmo. Sr. Presidente da República, concordaram com o diagnóstico e tratamento estabelecido pelos seus médicos e julgam grave o estado de S. Ex.”.

Em particular, transmitiam-me seu prognóstico: caso irremediavelmente perdido.

Faleceu às duas horas da tarde, mais ou menos, depois de receber os sacramentos da Igreja. Seu semblante, no instante supremo em que pagou o último tributo à lei inexorável da contingência humana, era de uma placidez e serenidade impressionantes. Têve, no dizer de Rio-Branco, a morte de um justo.

Durante sua prolongada moléstia conquistara uma grande aura de popularidade e a alma simples das multidões, tocada pela sua resignação cristã e pelo seu espírito de renúncia, havia acompanhado, com interesse e solicitude, o seu longo martírio. Explica-se, assim, a intensa comoção que dela se apoderou ao se espalhar a notícia de que atingira ao fim de seus sofrimentos. A nação cobriu-se de luto e a vida da cidade, — pode-se dizer sem exagero, — ficou suspensa. Excepcionais as homenagens que lhe foram prestadas por ocasião de seu enterramento. Valeram por uma consagração.

Mais alguns traços e tereis o perfil completo do Presidente Penna: Inteligência lúcida. Sólida cultura jurídica. Caracter austero e de uma retidão modelar. Moderado e tolerante. Generoso e justo. Me-

ticuloso no cumprimento do dever. Suscetível em extremo. Otimista. Apaixonado pela grandeza do Brasil. Fundamentalmente honesto. Profundamente religioso.

Tais o homem e o estadista com quem tive a honra de compartilhar, há mais de trinta anos, os penosos encargos do governo numa das quadras mais tormentosas de nossa existência política, sob o atual regime. (*Palmas.*)”

•

O SR. CAMELO LAMPREIA disse algumas palavras em louvor ao Conselheiro Penna, com quem tratou por várias vezes na qualidade de Ministro de Portugal.

O SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES, felicitando, em nome do Instituto e no seu próprio, o Sr. Tavares de Lyra, pela brilhante conferência, declarou encerrados os trabalhos.

Justificaram a ausência os sócios Srs. Francisco Radler de Aquino e Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,
2º Secretário.

SESSÃO MAGNA COMEMORATIVA DO CENTÉSIMO PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO (SESSÃO 1.669), EM 21 DE OUTUBRO DE 1939

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Às 17 horas, abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, Virgílio Corrêa Filho, Augusto Tavares de Lyra, Dom Pedro de Orleans-Bragança, Afranio de Mello Franco, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, João da Costa Ferreira, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Rodrigo Octavio Filho, Jonathas Serrano, José Luiz Baptista, Gustavo Barroso, Alfredo Ferreira Lage, Hermenegildo Rodrigues de Barros, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, Francisco José de Oliveira Vianna, padre Seraphim Leite, José Wanderley de Araujo Pinho, Alfredo Nascimento Silva, Alcindo Sodré, Manoel Tavares Cavalcanti, Thiers Fleming, Elmano Cardim, José Mattoso Maia Forte, Carlos da Silveira Carneiro, Caio de Mello Franco, Augusto Tasso Fragoso, Candido Marianno da Silva Rondon, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Emilio Fernandes de Souza Docca, Raul Tavares, Braz Hermenegildo do Amaral, Edmundo da Luz Pinto, José Maria Moreira Guimarães, Liberato Bittencourt, Bernardino José de Souza, Luiz Felipe Vieira Souto, Francisco Radler de Aquino, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Ernesto de Souza Campos.

A mesa ficou constituída dos Srs. Presidente Macedo Soares; Comandante Americo Pimentel, representante do Sr. Presidente da República; Monsenhor Aloisio Masella, Núncio Apostólico; General Mendonça Lima, Ministro da Viação; Augusto Tavares de Lyra, Afranio de Mello Franco, Dom Pedro de Orleans-Bragança e Max Fleiuss, secretário perpétuo.

Abrindo a sessão o PRESIDENTE MACEDO SOARES pronunciou o seguinte discurso:

“Sr. Representante do Exmo. Sr. Presidente da República. Pre-
sados consócios. Minhas senhoras. Meus senhores.

Poderia desobrigar-me da alocação que os estatutos do nosso
sodalício me obrigam a pronunciar nesta sessão magna, dizendo sim-
plesmente que neste ano de 1939 persistimos — grandemente auxi-
liado pelo Secretário Perpétuo, o ilustre Sr. Max Fleiuss — na
realização do programa traçado pelo inesquecível Presidente Affonso
Celso, e que o nosso preclaro orador, Professor Fernando de Ma-
galhães, não terá desta vez necrológios a fazer.

Pareceu-me útil, entretanto, balancear as perspectivas das labu-
tações histórica e geográfica no ano de 1940.

A filiação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao
grande sistema nacional, de que o Instituto Brasileiro de Geografia e
Estatística é o órgão centralizador, assegurou-lhe a participação em
uma série de atividades que, além de corresponder aos seus impulsos
de expansão cultural, vem ao encontro das suas finalidades cívicas.

O Presidente Getúlio Vargas tem cogitado da estatística sem
perder de vista os seus pontos de conexão com os estudos geográficos.
Nos dois grandes sectores técnicos considera-se o homem brasileiro
em função de seus índices demográficos, de sua capacidade produ-
tora, de seu desenvolvimento social e cultural, mas não se deixa de
cogitar, igualmente, da base física de sua atuação. Ora, simplesmente
porque faça estatística e cuide de geografia, o Instituto Brasileiro
de Geografia e Estatística não estará fazendo História, mas certa-
mente estará servindo à História, e garantindo-lhe elementos impres-
cindíveis à técnica de sua elaboração.

Não seria preciso acentuar, por outro lado, a função dos depoi-
mentos estatísticos na análise da evolução social de cada povo. As sé-
ries numéricas definem, sobretudo quando não lhes falte o senso da
continuidade, a linha evolutiva das sociedades humanas. Nem seria de-
mais afirmar que os seus altos e baixos espelham, até certo ponto, o
processus histórico das nações.

A criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística veio assegurar aos nossos levantamentos numéricos a coordenação e ritualidade de que eles estavam carecendo. O aparelhamento técnico dos respectivos serviços, — tanto na órbita federal, como na regional — acusa, desde então, apreciável melhoria nas suas condições de eficiência. Agindo como um poderoso instrumento de racionalização e cultura imprimiu novos impulsos ao ritmo funcional da geografia e da estatística brasileiras; sistematizou e disciplinou, tecnicamente, as suas atividades; deu-lhes continuidade e coerência.

Divisão territorial e mapas municipais — Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística coube orientar em todo o Brasil a campanha admirável pelo cunho de sabedoria política e previdência administrativa que foi a execução do decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938. À importante lei, cognominada *Lei Geográfica do Estado Novo* e que nos proporcionou a sistematização da divisão territorial brasileira, ficamos a dever uma série de medidas do mais vasto alcance, pelos objetivos de racionalização que as inspiravam. A publicação das linhas divisórias inter-distritais e inter-municipais, os levantamentos dos mapas municipais e a definição dos quadros urbanos e suburbanos de todas as cidades e vilas do país completarão essa cruzada magnífica de integração do Brasil no exato e minucioso conhecimento do âmbito onde se exerce a sua soberania.

Haverá no dia 24 de março de 1940, data do 3º aniversário do decreto que criou o Conselho Nacional de Geografia, em todas as capitais das unidades políticas brasileiras a inauguração das exposições regionais de cartografia municipal. No dia 29 de maio de 1940, data do 4º aniversário da instalação do I. B. G. E. haverá na capital da República a inauguração da *Grande Exposição Nacional de Cartografia Municipal*, com base nos mapas e fotografias apresentados pelas prefeituras de todo o Brasil.

Inquérito geográfico de alta cultura — O Conselho Nacional de Geografia encaminhou aos seus quarentas consultores técnicos — figuras das mais representativas da cultura geográfica do país — um questionário em que, sob a forma de inquérito, procura pronunciamento valioso sobre o estado atual de cada especialização geográfica, a situação da mesma no Brasil, a sua bibliografia, e as sugestões para a sua incentivação.

Levantamento de coordenadas geográficas — O Conselho Nacional de Geografia reuniu quinze engenheiros para os quais organizou um curso de especialização em astronomia de campo. No correr de 1940 espera o referido Conselho levantar coordenadas geográficas de pelo menos 400 cidades brasileiras.

Uniformização da cartografia brasileira — Em 1940 será também realizada a uniformização da cartografia. Para se avaliar da importância de tal problema basta lembrar que os mais importantes departamentos geográficos do país: o Serviço Geográfico do Exército, o Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo e o Departamento Geográfico de Minas Gerais, cada qual adota um processo diferente para as suas cartas, na escala, nas convenções e no sistema de projeção, nos meridianos da referência.

Para alcançar a uniformização das cartas parciais em benefício da cartografia nacional está constituída uma comissão composta dos senhores: Engenheiro Alyrio de Mattos, catedrático de Geodésia e Astronomia de Campo da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, relator; Comandante Antonio Alves Camara Junior, diretor do Serviço Hidrográfico da Armada, presidente; Capitão Christovão Falcão Castello Branco, técnico do Serviço Geográfico do Exército; Engenheiro Benedito Quintino dos Santos, Diretor do Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais; e Engenheiro Waldemar Lefevre, Diretor do Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo.

Dicionário Geográfico Brasileiro — No correr de 1940 serão publicadas as primeiras contribuições para o Dicionário Brasileiro, que obedecerá ao seguinte programa: 1º) publicação parcelada, separando-se a pesquisa, em extensão, por grupos de verbetes que, por se referir a uma espécie, enfeixam um conjunto independente; 2º) publicação progressiva, à medida que a pesquisa ganha em profundidade, tendo sido previsto tres graus: o Vocabulário, o pequeno Dicionário e o grande Dicionário Geográfico Brasileiro.

Efemérides geográficas — Será feita em 1940 a distribuição do inquérito que está sendo estudado pelo Conselho Nacional de Geografia para conhecimento das principais efemérides geográficas dos Estados e Municípios. Serão fixadas, por exemplo, a ereção da primeira igreja, da primeira estação ferroviária, chegada do primeiro automóvel, do primeiro avião, da primeira estação rádio-receptora, e outras informações que permitam pesquisar a marcha da civilização através dos tempos.

Carta geográfica do Brasil ao milionésimo — A carta feita em 1922 representando o Brasil em 50 folhas, de 60x70, está sendo atualizada, e no correr de 1940 receberá muitos subsídios provenientes dos mapas municipais, das coordenadas geográficas e das altitudes. Não será exagerado dizer que no ano próximo, vinte folhas estarão ultimadas.

A aerofotogrametria — O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia tem a seu cargo o estudo de um plano de intensificação no país dos levantamentos territoriais, sobretudo com os recursos modernos da aerofotogrametria. País extremamente extenso, apresentando enormes regiões francamente povoadas, o Brasil oferece condições desfavoráveis aos estudos geográficos. A aerofotogrametria com seus notáveis progressos técnicos vem facilitar a resolução do problema, de tal modo que já se pode pensar em fazer o levantamento de toda a superfície do Brasil, e representá-la em cartas de apreciável precisão, um por cem mil (1:100.000), que poderão ser executadas em cerca de 50 anos de trabalhos intensivos, de custo, em média, de quinze mil contos anuais. Ninguém pode desconhecer o valor imenso de uma carta topográfica exata. Quasi todos os problemas da administração pública só poderão ter solução em face dos subsídios que uma boa carta oferece. O conhecimento do território, das suas riquezas naturais, das florestas, quedas e reservatórios de água, as formações orográficas, a possibilidade de estudos de planos de viação rodoviárias e ferroviárias, o povoamento, todos os problemas, estratégia e tantos outros, todos dependem de uma carta topográfica exata.

E' de se desejar que o eminente Chefe da Nação, que com tão larga visão tem procurado solucionar os problemas geográficos brasileiros, se resolva a dar ao problema a solução adequada que só pode ser dada pela aerofotogrametria.

Congresso Brasileiro de Geografia — Em Florianópolis, a linda capital do Estado de Santa Catarina, realizar-se-á de 7 a 16 de setembro de 1940, o IX Congresso Brasileiro de Geografia, sob o patrocínio da tradicional Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tão superiormente dirigida pelo nosso ilustre consócio Sr. General Moreira Guimarães. Já foram constituídas e estão trabalhando duas importantes comissões: uma organizadora central, no Rio de Janeiro, sob a presidência do nosso eminente consócio Sr. Ministro Bernardino José de Souza; e a segunda executiva local, sob a presidência do Dr. Altamiro Lobo Guimarães, Secretário da Fazenda de Santa Catarina. O Interventor Federal de Santa Catarina, o ilustre Sr. Dr. Nereu Ramos, tem assegurado o integral concurso do Estado a tão importante certame. E' presidente de honra do IX Congresso Brasileiro de Geografia o eminente Chefe da Nação Sr. Presidente Getulio Vargas.

Deixei para falar finalmente do plano de grande envergadura que é o Censo Geral de 1940, que constitui de entre todas as iniciativas do Presidente Getulio Vargas a de mais profunda ressonância na vida nacional, e para cujo êxito cumpre mobilizar quantas vontades e energias se mostrem sinceramente inclinadas a bem servir ao Brasil.

Só os resultados do censo geral de 1940 poderão permitir ao Governo da República e dos Estados, a organização conscienciosa de planos de administração pública.

O nosso venerando sodalício não pode negar o seu aplauso a um programa de ação tão vasto, e que se inspira em objetivos de tão alta relevância cívica e cultural.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro participará quanto possível da vastíssima cruzada de patriotismo a se desdobrar no correr do ano de 1940, e assim servirá ao Brasil, cooperando para a sua grandeza, pois outro não é o ideal sob cujo signo hoje se vencem nesta casa 101 anos de labores fecundos.

(Calorosos aplausos.)

O SR. MAX FLEIUSS (*secretário perpétuo*) leu depois o seguinte RELATÓRIO:

A tarefa que me cabe de apresentar-vos o relato dos sucessos ocorridos no último ano social, eu a cumpro hoje pela trigésima quarta vez e o faço com a mesma satisfação de sempre.

Nestes cento e um anos vividos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, soube ele manter-se sempre no nível superior e patriótico que lhe traçaram seus grandes fundadores, buscando com decidido empenho desenvolver os nobres trabalhos e vencendo muitas vezes o sentimento de hostilidade de que foi alvo pelo caracter conservador de suas atitudes.

Mas, tudo passou. O Instituto completou brilhantemente o seu centenário e prossegue sem desfalecimentos na sua obra benemerita.

Benemerita e util, o que de pronto reconhecerá quem se dispuser a analisar a sua vida diária.

Por isso mesmo, por sua incessante austeridade, o Instituto tem merecido o apoio dos chefes de Estado, a começar por D. Pedro II, impondo a justiça pôr em relevo o atual, Sr. Dr. Getulio Vargas, que tudo nos concedeu para as comemorações centenárias. O nome de de S. Ex. será sempre lembrado nesta Casa, exprimindo um dos seus maiores benfeitores.

Passemos, porem, a pormenorizar os fatos ocorridos, de 21 de outubro de 1938 até esta data.

SESSÕES

Houve, no ano social que hoje expira, 10 sessões especiais, uma de Assembléia Geral extraordinária e seis sessões ordinárias.

As sessões especiais tiveram por objetivo, a primeira, a 26 de janeiro, para a posse do sócio correspondente, Desembargador José de Mesquita.

A segunda, em 23 de fevereiro, comemorando o centenário da morte do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos, um dos fundadores do Instituto.

A terceira, em 19 de abril, comemorando o centenário de Aureliano Candido Tavares Bastos.

A quarta, em 19 de maio, quando houve a conferência do Coronel Ledesma, da Missão Uruguiaia.

A quinta, em 18 de julho, em homenagem ao Sr. Cardeal Legado e ao Episcopado Nacional.

A sexta, em 28 de julho, com a conferência do Sr. José Salgado, sobre Dom Andrés Lamas.

A sétima, em 4 de agosto, tendo por objeto a posse do Sr. José Honorio Silgueira.

A oitava, em 21 de agosto, para a conferência de Sr. Waldo Leland.

A nona em 6 de setembro, realizando uma conferência o General Candido Rondon.

A décima, em 4 de outubro, tratando o Sr. Augusto Tavares de Lyra sobre o *Presidente Affonso Penna*.

A Assembléia Geral, reunida a 14 de abril, para eleições de sócios.

A primeira sessão ordinária no mesmo dia 14 de abril, fazendo o Sr. Caio de Mello Franco uma conferência sobre o *Dia da América*.

A segunda sessão ordinária, em 31 de maio, presidida pela primeira vez pelo novo presidente, Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

A terceira, em 28 de junho, destinada à leitura de documentos pertencentes ao arquivo do Sr. Caio de Mello Franco.

A quarta sessão ordinária, em 26 de julho, falando o Sr. José Salgado.

A quinta, em 30 de agosto, com a posse do Padre Serafim Leite e do Sr. Philip Guedalla, que falou sobre a moderna biografia.

A sexta, em 27 de setembro, com a conferência do Padre Serafim Leite, a quem, em plena sessão, foi entregue, pelo Sr. Ministro das Relações Exteriores, Dr. Oswaldo Aranha, a insígnia da "Ordem do Cruzeiro do Sul".

Nessas sessões, sempre muito concorridas, falaram os Srs. Desembargador José de Mesquita, Fernando Magalhães, Leopoldo Feijó Bittencourt, Alfredo Ferreira Lage, Caio de Mello Franco, José Carlos de Macedo Soares, Pedro Calmon, Arcebispo D. José Gaspar

de Affonseca, José Salgado, Wanderley Pinho, José Honório Silgueira, Waldo Leland, Philip Guedalla, Levi Carneiro, Bernardino José de Souza, Afranio Peixoto, Candido Rondon, Ministro Oswaldo Aranha e Augusto Tavares de Lyra.

MOVIMENTO DAS SECÇÕES

O movimento das secções durante o período de 1º de outubro de 1938, a 30 de setembro deste ano, foi o seguinte:

Biblioteca — Obras oferecidas, 2.001. Obras adquiridas, 41. Reencadernações, 83.

Arquivo — Consultas, 1.231. Documentos oferecidos, 380.

Mapoteca — Mapas oferecidos, 20. Consultas, 584.

Museu — Visitantes, 395. Objetos oferecidos, 8.

Sala de Leitura Pública — Consultas, 3.292.

Secretaria — Ofícios recebidos, 2.352. Ofícios expedidos, 3.075.

SÓCIOS

Mercê de Deus, no ano transcorrido não perdeu o Instituto um só de seus sócios.

Foram eleitos em 1939:

Sócios efetivos:

1. Dr. Edmundo da Luz Pinto.
2. Dr. José Luiz Baptista.

Sócios correspondentes:

1. Dr. Alcindo Sodré.
2. Dr. Cecilio Báez.
3. Dr. Domingo Amunategui Solar.
4. Dr. Jorge Hurley.
5. Dr. Luiz Norton de Mattos.
6. Dr. Roberto Simonsen.
7. Padre Serafim Leite:

Sócios honorários:

1. General Candido Mariano da Silva Rondon.
2. General Augusto Tasso Fragoso.
3. Dr. Tobias do Rego Monteiro.
4. Dr. Julio Dantas.

5. Dr. José Honório Silgueira.
6. Ministro Dr. Hermenegildo Rodrigues de Barros.
7. Professor Clarence Henry Haring.
8. Professor Nels Andrew Nelson Cleven.
9. Dr. Léo Stanton Rowe.
10. Dr. Waldo Gifford Leland.
11. Dr. Ernesto Leme.
12. Dr. Ernesto de Souza Campos.
13. Dr. Philip Guedalla.

PUBLICAÇÕES

Apareceram neste ano, além de publicações especiais, os volumes 168, 169 e 170 da *Revista*, correspondentes aos anos de 1933, 1934 e 1935, devendo, em curto prazo, vir a lume os relativos aos anos de 1936 e 1937.

Assim, a nossa *Revista* ficará completamente em dia.

Apareceu igualmente o 3º volume da Assembléia inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

CATALOGAÇÃO GERAL

Assumindo a presidência do Instituto, Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, em virtude da renúncia do ilustre Senhor Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva, determinou o novo presidente que fossem reencetados os trabalhos da catalogação geral da biblioteca, arquivo, mapoteca, secção de iconografia e numismática.

A exiguidade de recursos do Instituto não tem permitido que esses serviços se desenvolvam com maior atividade. Daqui fazemos, neste sentido, um novo apelo ao elevado espírito do Sr. Presidente da República.

CONDE DE AFFONSO CELSO

Cumpriu o Instituto o dever de no dia do 1º aniversário da morte de seu Presidente Perpétuo a 11 de julho, visitar-lhe o túmulo no cemitério de São João Baptista, produzindo o presidente Macedo Soares uma brilhante oração em que relembrou os serviços e a grande figura de Affonso Celso.

Por sua vez, o Embaixador da República Argentina, Sr. Dr. Octavio R. Amadeo, mandou colocar bela grinalda de flores naturais, entrelaçadas pelas cores da sua nobre Pátria e proferindo um discurso que é incorporado neste relatório, como reconhecimento às justas e eloquentes palavras de Sua Excelência.

“Venho pela segunda vez a este cemitério para trazer a palavra de meu país diante do túmulo de uma glória brasileira. E’ porque toda glória brasileira é uma glória argentina.

O Conde de Affonso Celso é admirado em meu país, não somente como historiador, como jurista e homem de letras, sinão, e acima de tudo, como homem de caracter, de vontade, e de deveres.

A vontade é a qualidade marcante do homem: por isso os povos não se entregam aos homens de grande inteligência sinão aos homens de grande força de vontade.

Affonso Celso foi isso: um homem de deveres e de vontade, um varão da espécie. E colocou essa vontade ao serviço de altos ideais.

Não foi a sua uma atitude de rancor, porque quando chegou o momento de servir a seu país aceitou um cargo público sem nenhum interesse.

Foi visitado e purificado pela dor, que é mestra da vida, e a aceitou com resignação e nobreza. Foi uma dor, sem férias, como ele dizia.

A Academia Nacional Argentina de História, de que ele era membro correspondente, se associa também pela minha voz a esta homenagem, no que o sentimento argentino os acompanha, irmãos do Brasil. Por isso trago estas flores ao túmulo do escritor, do pensador, do artista, porrem, sobre tudo do herói moral, símbolo e exemplo do Brasil eterno”.

CONFERÊNCIAS

Realizaram-se na Sala Varnhagen duas interessantes conferências do Dr. Othon Leonardos sobre a expedição pelo mesmo levada a efeito nos rios Araguaia e Tocantins, tendo filmado vários aspectos.

IMPERATRIZ LEOPOLDINA

Como vem praticando desde 1926, o Instituto compareceu, tendo à sua frente o presidente Macedo Soares, ao Convento de Santo Antônio, em respeitosa homenagem ao ataúde da princesa Dona Maria Leopoldina Josepha Carolina, primeira imperatriz do Brasil e paladina de nossa Independência.

Releva consignar que, nestes últimos anos, a Excelentíssima Senhora Getulio Vargas tem participado dessa romaria cívica, ofertando um ramo de orquideas, a flor predileta da Imperatriz.

Neste ano não lhe foi possível tomar parte em tal preito de reverência por se achar nos Estados Unidos, não se esqueceu entretanto do ato e mandou, em seu nome, depositar uma belíssima coleção daquelas flores.

Essa demonstração deixou a todos em extremo penhorados, patenteando o Presidente Macedo Soares os sentimentos de gratidão do Instituto.

CADASTRO SOCIAL

No momento o cadastro social é o seguinte:

Presidentes honorários	6
Sócios grandes beneméritos	5
Sócios beneméritos	15
Sócios efetivos	40
Sócios correspondentes	40
Sócios honorários	51

EXPOSIÇÃO MAUÁ

Sob proposta do nosso tão estimado vice-presidente, Ministro Rodrigo Octavio, o Instituto comemorará o cinquentenário da morte do Visconde de Mauá, realizando uma exposição dos objetos e documentos pertencentes ao mesmo, alguns de propriedade do Instituto e outros de sua excelentíssima família, fazendo igualmente tres conferências sobre aquele notavel brasileiro, os Srs. Rodrigo Octavio Filho, Gustavo Barroso e Alcindo Sodré.

A esta comemoração tem prestado seu valioso auxílio o Presidente Macedo Soares que por telegrama convidou todos os Institutos Históricos do Brasil a celebrarem a mesma homenagem, tendo recebido respostas afirmativas de quasi todas essas associações.

O DIA DO MUNICÍPIO

Realizou-se no dia 1º de janeiro deste ano no Teatro Municipal a sessão solene da comemoração do *Dia do Município*.

Presidiu-a o Sr. Prefeito do Distrito Federal, Dr. Henrique Dodsworth, tendo falado os Srs. Drs. Manoel Cicero, então presidente do Instituto, e o professor Fernando Magalhães, seu orador oficial.

A ESPADA DE CAXIAS

O Instituto cedeu, por empréstimo, e sob solicitação do Sr. Comandante da Escola Militar desta Capital, a gloriosa espada do Duque de Caxias, o nosso maior soldado e cujo patriotismo está além de qualquer encômio.

Figurou o gládio na solenidade em homenagem aos cadetes Argentinos, ao lado de uma cópia da espada do General San-Martin.

A Escola Militar, restituindo a preciosa relíquia, acondicionou-a em riquíssima caixa, com um cartão em prata.

Além disso, uma comissão de oficiais superiores daquela Escola veio receber e depois entregar a espada, praticando assim um gesto de alto cavalheirismo.

O PRÉDIO

Não pode o Instituto permanecer nos acanhados cômodos que, às suas expensas, fez construir em 1913, no terreno baldio do Sítio do Brasileiro.

Devido a uma proposta do saudoso consócio, senador João Lyra, o Congresso e o Governo concederam ao Instituto um terreno na esplanada do antigo morro do Senado.

O local, porém, só futuramente poderá servir para nele ser levantado o edifício definitivo de que precisamos.

Fora de grande alcance consentir os governos federal e municipal a permuta por outro em ponto mais central.

E' um assunto que nos preocupa, especialmente ao nosso atual Presidente e nestas linhas encaminhamos a questão ao espírito dos poderes públicos.

* * *

Senhores: Em 1900, quando aqui me acolheram com tanta magnanimidade, eu ofereci ao Instituto a minha mocidade, desejosa de aprender com os mestres desta grande Casa.

Hoje, vendo que dos meus companheiros de 1900 poucos restam, peço me relevem a velhice, considerando os serviços que possa ter prestado.

Senhores. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro mais uma vez: — cumpriu o seu dever!

E, assim, concluo o meu Relatório.

Encerrando a sessão magna, o Sr. PRESIDENTE MACEDO SOARES disse que o Instituto iria ouvir a conferência do Sr. Rodrigo Octavio Filho sobre o VISCONDE DE MAUÁ, comemorando o cincoentenário da morte daquele grande brasileiro, sendo que haveria mais duas conferências sobre o mesmo assunto ; a segunda que se realizou ontem, falando o Sr. Gustavo Barroso, e outra, na próxima quinta-feira, 26, às 16 horas, sendo o orador Sr. Alcindo Sodré.

Tratando-se de um grande negociante como foi o Visconde de Mauá, convidou também para tomar parte na mesma o Sr. Manoel Ferreira Guimarães, Presidente da Associação Comercial.

Informou ainda o Sr. Presidente Macedo Soares, que pela manhã, obedecendo à proposta do Sr. Ministro Rodrigo Octavio se realizaram as romarias aos túmulos do Visconde de Mauá, no cemitério de São Francisco de Paula em Catumbí, e de Alberto de Faria, o biógrafo de Mauá, no cemitério de São João Baptista. Na primeira dessas romarias usou da palavra o Sr. Max Fleiuss, Secretário Perpétuo do Instituto, e na segunda, o Sr. Leopoldo Feijó Bittencourt.

À sessão magna e à conferência do Sr. Rodrigo Octavio Filho compareceram, além do comandante Américo Pimentel, representante do Sr. Presidente da República, vários Embaixadores e Ministros Plenipotenciários, representantes de todos os Ministros de Estado, Escola Militar, Colégio Militar, Prefeito do Distrito Federal, Chefe de Polícia, Corpo de Bombeiros, vários generais e representantes de muitas associações científicas.

O Comandante Aristarcho Pessoa cedeu a banda do Corpo de Bombeiros que, sob a direção do 1º Tenente Pinto Junior, executou várias marchas e hinos brasileiros.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,

2º Secretário.

ANEXO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

SEU 101º ANIVERSÁRIO — A SESSÃO MAGNA DE HOJE

Uma instituição fundada pelos maiores homens da época, familiares do Paço de São Christovão em 1838; um cenáculo que se constituiu à sombra do trono; uma casa de historiadores, criada pelos mestres que assistiam o Imperador D. Pedro II ainda criança, e quasi sem família no Brasil depois que seu pai se retirou para a Europa; uma agremiação de eruditos que habituaram o monarca a frequentar as sessões, em que se reuniam: — eis o que foi de começo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, hoje com cento e um anos de existência.

Desde o tempo da monarquia os nomes mais ilustres e acatados no Brasil prestigiaram essa sociedade fazendo dela parte.

A história do Instituto é a do desenvolvimento das letras históricas no Brasil durante mais de um século.

Assim que se instalou, sem esquecer a reunião de documentos históricos, interessou-se ele pelo estudo da fauna e da flora, uma vez que a geografia era objeto das suas investigações, mas parece que com isso recebera em herança a cogitação do Rei D. João VI, interessado em administrar o país no sentido de aproveitar os seus recursos naturais. Pouco mais tarde, sob a inspiração de Adolpho Varnhagem, cuja memória cultua como sendo a do pai da História do Brasil, iniciou a difusão dos documentos e sua publicação.

A casa a que pertenceu esse grande historiador brasileiro enviou por diversas vezes eruditos à Europa, afim de pesquisarem, principalmente nos arquivos de Portugal e Áustria, tudo que interessasse aos brasileiros, e preferiu esses dois países, pelas relações que tiveram com o Brasil, e o segundo principalmente depois do casamento

de Pedro I com a princeza austríaca, D. Leopoldina de Habsburgo, e isso para não falar na política das nações européias interessadas na América.

Reconhecido o papel que vinha tendo, e acreditado perante todos como sendo um meio austero e de cultura superior, o Instituto se tornou na instituição a que muitos confiaram importantes documentos particulares referentes à sua vida, e com isso a História do Brasil encontrará, nessa instituição, filões de ouro a explorar.

Não é ele apenas um centro de trabalho, aliás revelado nos 170 volumes de sua *Revista*, que publica desde 1839 e em que divulga valiosas investigações históricas. Essa publicação de fato foi o modelo para tantas outras revistas impressas depois de criados outros tantos institutos congêneres pelos Estados. E' ele, porem, a guarda de documentos e o arquivo que o brasileiro precisa conhecer para saber da história do seu país. E', pois, um depositário da História do Brasil.

A multiplicação de Institutos pelos Estados, criados à medida que as diversas regiões do país começaram a traçar a história regional, não deixa de ser uma inspiração haurida no mais antigo de todos. E eles particularizaram o que, como explanou Raymundo da Cunha Mattos, a História do Brasil devia se escrever atendendo a diversidade de aspectos regionais: eis o que veem pois realizar os institutos históricos estaduais.

Mas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro conservou o aspecto geral, voltando as vistas tanto para as figuras dos soberanos que governaram o Brasil, quanto para os presidentes da República.

Desse Instituto tem pois saído os livros acerca dos monarcas brasileiros, além do que se publicou das presidências que tem tido a República, não obstante a carreira política desses chefes da nação estar nos Estados donde vieram ao chegar a política federal.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem assim mantido o cultivo da história brasileira. Os nossos melhores escritores nesse gênero pertencem a ele, que se tornou a casa da história do país, quer na sua expressão interna como em sua face internacional. A divisão de trabalho se operou espontaneamente, conjugados esses centros culturais num esforço nobilitante.

O desenvolvimento que o Instituto tem alcançado merece ser assinalado. Ele se conduziu de acordo com esse desenvolvimento, que vinha tendo e se acentuou em virtude da direção que lhe deram, isto importa em elogio ao seu espírito de organização e às diretorias que o orientaram até hoje.

Muitos já fizeram assunto de seus estudos essa orientação, apontando desde o seu primeiro presidente, Fernandes Pinheiro, nome

da expressão política tão especial em face dos áulicos que concorreram para a fundação desse grêmio de historiadores.

No Império cumpre citar entre justos louvores, além de São Leopoldo, as presidências de Sapucaí, Bom Retiro.

A passagem do antigo regime para a República encontrou à frente dessa instituição Joaquim Norberto de Souza e Silva, nome que no momento convinha estar na cadeira presidencial. Era um erudito alheio às lutas políticas para não comprometer, durante a mudança das instituições, a casa que presidia.

Olegario Herculano de Aquino e Castro, antigo conselheiro de Estado, presidente do Supremo Tribunal, ocupou a presidência com a maior austeridade pelo espaço de quinze anos.

Depois foi chamado ao posto de direção, João Lustosa da Cunha Paranaguá, a quem o peso dos anos e o embargo da voz impediu o exercício do cargo por mais de um ano.

Chega a vez do Barão do Rio Branco presidir o Instituto. Foi o período irradiante.

Passadas as vicissitudes provenientes da queda do trono e implantação da República, ele é que, pelas ligações que tinha com o passado, se volta para a tradição.

A Rio Branco só podia suceder o Conde de Affonso Celso.

Historiador e poeta, político e professor, jornalista e doutrinador, foi ele um espírito superior possuindo grande tato, mostrando-se insinuante, discreto e de uma finura de trato incomparável, razão porque pôde então fazer, pelo espaço de vinte e cinco anos de presidência, o que Rio Branco iniciara: conservar a tradição aproximando-a entretanto do espírito novo que despontava com a República. Deve-se-lhe em parte o reatamento do fio da história que por motivo da mudança de forma de governo ficara partido por causa de adversidade entre as correntes políticas que se formaram.

Foi seu prestante auxiliar o Sr. Max Fleiuss, secretário perpétuo do Instituto Histórico desde 1905.

Ter contato com o Instituto é ter contato com o Sr. Max Fleiuss, que hoje conhece a casa a que pertence tornando-se a sua memória o registro fiel do ali ocorrido, dos assuntos versados e dos documentos arquivados. A sua cultura histórica tem o sabor da cultura que se desenvolveu no seio da instituição que secretaria. As suas últimas pesquisas tem sido a respeito do que tem publicado essa corporação, que muito deve à sua extraordinária atividade, iniciativa e capacidade.

A morte de Affonso Celso nas vésperas do centenário dessa associação levou à presidência o Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva, cuja administração, embora rápida, merece ser assinalada.

Tinha ele para exercer o cargo, naquele momento, qualidades notáveis: erudição esmerada, servida pelo conhecimento de diversas línguas mortas e vivas; zelo invulgar; um espírito de minúcia necessário para executar o programa das comemorações da data auspiciosa.

Ao Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva sucedeu o Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Passando o Instituto a seu grande objetivo de aproximação com os outros institutos, mantendo relações intencionalmente com as sociedades congêneres, cabe a esse ilustre brasileiro dirigir-lhe os destinos.

Não mais havendo transições a operar entre um regime e outro, como aconteceu nos primeiros tempos da República, confirma-se o seu alto espírito de orientação, pondo a sua frente o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que pela sua cultura geral, pelo seu espírito realizador, pelo acatamento do seu nome em diversos outros centros culturais de que faz parte, pela sua grande projeção internacional, é a pessoa indicada para o cargo que ocupa.

O Instituto Histórico tem sabido trabalhar, mas revelou sempre o alto critério de se dirigir, razão porque completa hoje o centésimo primeiro ano de existência com a grande expressão que conserva e sempre teve no Brasil, e alvo do apoio, que aliás lhe é indispensável, dos poderes públicos.

(Do *Jornal do Comércio*, de 21 de outubro de 1939)

SESSÃO ESPECIAL, EM 13 DE NOVEMBRO DE 1939
(SESSÃO 1.670), COMEMORATIVA DA DATA CEN-
TENÁRIA DO NATALÍCIO DO CONSELHEIRO FRAN-
CISCO BELISARIO.

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Às 17 horas abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, José Wanderley de Araujo Pinho, Virgilio Corrêa Filho, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, João da Costa Ferreira, Francisco Radler de Aquino, Braz Hermenegildo do Amaral, Augusto Tavares de Lyra, Alexandre Emilio Sommier, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, Dom Pedro de Orleans Bragança, Candido Mariano da Silva Rondon, Thiers Fleming, Afranio de Mello Franco, José Luiz Baptista, Luiz Felipe Vieira Souto, Manuel Tavares Cavalcanti, Emilio Fernandes de Souza Docca, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, e Alfredo Ferreira Lage.

O SR. VIRGILIO CORRÊA FILHO (2º *secretário*) leu a ata da sessão de 4 de outubro, a qual foi, sem discussão, aprovada unanimemente. Leu depois, das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES disse que a presente sessão especial fora convocada para comemorar a data centenária do conselheiro Francisco Belisario Soares de Souza, ministro da Fazenda no penúltimo gabinete conservador, sob o regime imperial, notável parlamentar e financista.

Convidara para tratar daquela individualidade o eminente sr. Augusto Tavares de Lyra, que também ocupara com raro brilhantismo, por duas vezes, o cargo de ministro.

Dava a palavra, pois, ao sr. AUGUSTO TAVARES DE LYRA, que, da tribuna, realizou a seguinte conferência:

FRANCISCO BELISARIO

Francisco Belisario Soares de Souza era fluminense, natural de Itaboraí. Formado em direito pela Faculdade de São Paulo, onde recebeu o grau de bacharel em 1861, fazendo parte de uma brilhante geração acadêmica, em que os moços, arrastados por nobres paixões, ardentes entusiasmos e inquebrantável fé em seus ideais, ensaiavam nas tertúlias literárias — velha instituição da Escola — as armas que os fariam cavaleiros nas justas da inteligência.

Ignoro que papel desempenhou nessas tertúlias, porque, apesar das ligeiras pesquisas a que procedi, não encontrei referências especiais à sua pessoa, como sucedeu em relação à de alguns outros. Seu primo Antonio Joaquim de Macedo Soares, por exemplo, que seria o notável jurisconsulto e austero juiz de tão famosas tradições em nossa magistratura, e nessa época ainda o vate inspirado que evocava a alma sonhadora de Alvares de Azevedo, em versos como estes (1):

“Poeta louco por paixão e glória,
Viajor pela noite surpreendido,
Ah! não manchem teus lábios a blasfêmia,
As canções de agonia do perdido...”

Cantor da morte, filho da tristeza,
Não vás nas tumbas modular teu canto...
Vem de amores viver junto ao meu peito,
Vem nos meus braços enxugar teu pranto!...

(1) Spencer Vampré — *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, vol. I, pág. 487.

E', porem, fora de dúvida que nele madrugaram os dotes e as qualidades de excelente escritor; e si não teve evidência, em tertúlias literárias, teve-a — e grande — nos torneios da imprensa, redigindo *O Conservador*.

Não se utilizou de seu diploma científico para exercer qualquer das profissões a que por ele se habilitara. Passou rapidamente pela advocacia e fez-se político, industrial, banqueiro, entrando para a assembléia provincial do Rio de Janeiro no ano imediato ao de sua formatura. Relativamente faceis os triunfos que ali alcançou, dados os seus talentos e um conjunto de circunstâncias favoráveis que vem a propósito lembrar.

O primeiro decênio da *Maioridade* foi, como é sabido, o da consolidação da ordem interna, através das leis reacionárias que dividiram o país em dois campos rivais: o dos vencidos, quasi sem direitos e liberdade; o dos vencedores que usavam e abusavam do poder, não raro partilha de grupos e facções.

No fim desse período, a nação estava exausta. Queria trabalhar e progredir. Anseiava pela paz. E o trono esposava idênticas aspirações. Daí a *política de conciliação* que o Marquês de Paraná poudo realizar com sucesso, graças à sua autoridade de chefe e à sua capacidade de condutor de homens.

Essa política, que, segundo Torres Homem, veio interpor-se entre a decadência dos partidos velhos, que acabavam seu tempo, e o aparecimento dos partidos novos, a que pertencia o futuro, teve, conforme já assinaei algures, três fases bem distintas: a da *conciliação*, propriamente dita, que foi a do apaziguamento das paixões partidárias, a da aproximação de homens vindos de arraiais contrários, a das alianças, que se faziam e desfaziam em torno de ministérios, mais ou menos efêmeros; a da *liga*, que se originou do entendimento e união mais estreita entre os que se sentiam constrangidos em voltar aos acampamentos que haviam abandonado, de resolução própria; a da transformação da *liga* em partido de governo: o *partido progressista*.

Esta última fase é já o fim de *conciliação*, à qual se não filiaram muitos vultos prestigiosos dos antigos partidos monárquicos, contemporâneos da *Regência*, que ficaram constituídos núcleos de *liberais históricos* e de *conservadores genuínos*. Transigiram, às vezes, com ela, é certo; mas sem enrolarem suas bandeiras, que, aliás, mal se distinguiam na confusão gerada pelo desdobrar dos acontecimentos.

Só em 1868, quando se formou o ministério Itaboraí, foi que se reorganizaram definitivamente os dois partidos monárquicos que se alternariam nas posições oficiais até à extinção da realeza.

Entre os conservadores genuínos destacavam-se os chefes *saquemos*, — Itaboraí, Uruguai e Euzebio de Queiroz — aos quais Francisco Belisario, que era filho legítimo do Desembargador Bernardo Belisario Soares de Souza e d. Mariana Alvares de Macedo Soares de Souza, se achava indissolúvelmente preso por ligações de família ou afinidades políticas. Ao seu lado estava naturalmente indicado o lugar que lhe competia na vida pública. Ocupou-o sem temores, sendo a tribuna da assembléia fluminense e a imprensa partidária as arenas de seus combates. Colaborou em vários jornais e especialmente no *Diário do Rio de Janeiro*, que era, com o *Jornal do Comércio* e o *Correio Mercantil*, uma das três folhas de maior circulação do país. Nunca mais deixou o jornalismo. Foi em 1883, o fundador d'*O Brasil* e, no ocaso da monarquia, um dos redatores do *Novidades*.

Em 1872 publicou um magnífico trabalho — *O sistema eleitoral* — que ainda de presente é consultado pelo seu inestimável valor histórico. Uma outra produção de sua lavra que muito o recomenda é *Notas de um viajante brasileiro*, coleção de correspondências publicadas no *Jornal do Comércio* durante sua excursão pela Europa, em 1880-1881, e na qual foram reunidas, a par de notícias de interesse social e de mera curiosidade, substanciais observações sobre assuntos econômicos e financeiros, que sempre mereceram sua predileção.

Eleito deputado geral na legislatura de 1869 a 1872, deputado geral continuou a ser, exceto de 1878 a 1881, até tomar assento no Senado, em 6 de maio de 1887.

Afonso Celso Junior diz que eram atributos de sua oratória parlamentar clareza, bom senso, ciência, método, impondo-se, sobretudo, pela segurança das idéias e pelo rigor matemático das deduções (2). Pura verdade. Demonstra-o seu discurso de estréia na Câmara dos Deputados a 30 de julho de 1869. Reli-o ultimamente. E', senão favor, um estudo magistral sobre finanças. Na conclusão, transcreve conceitos emitidos por Evaristo da Veiga na *Aurora Fluminense* para subscrevê-los em parte e, — divergindo dos partidários intransigentes da guerra com o Paraguai — acentuar claramente o ponto de vista em que se colocara; a sorte das nações repousa, menos em seus feitos guerreiros, do que em sua grandeza econômica. No fundo, o que está na consciência de todos os povos nas horas borrascosas que o mundo atravessa: as nações para serem militarmente fortes precisam ser economicamente independentes.

(2) *Oito anos de Parlamento*, pág. 130.

Sensacional a impressão produzida por esse discurso: o jornalista, o político, o industrial era também um homem de Estado, profundo conhecedor dos problemas nacionais.

De 1873 a 1878 esteve na direção do Banco do Brasil, de que exonerou-se em consequência da ascensão ao poder de seus adversários. Tratava-se de um posto que exigia, além da competência técnica, a confiança do governo. E ele, solidário com os seus amigos, não disputaria semelhante confiança. Preferiu retirar-se.

Sete anos depois, inaugurava-se uma nova situação conservadora; e Cotegeipe, incumbido de organizar o ministério, convidava-o a gerir a pasta da Fazenda. Relutou em aceitar. Teve, porem de ceder ante a insistência do grande estadista, insistência que traduzia uma excepcional homenagem aos seus méritos, pois o próprio Cotegeipe poderia dirigir aquela pasta, com a mesma eficiência e superior descortino com que o fizera em 1856 e 1875.

Ao apresentar-se ao parlamento, o Presidente do Conselho de Ministro não formulou nenhum plano de reformas. E, no tocante à administração financeira, limitou-se a solicitar urgência na votação do orçamento. Nem isto conseguiu. A Câmara dos Deputados, liberal em sua grande maioria, negou-lhe qualquer apoio. Dissolveu-a, assumindo, de fato, a ditadura financeira, de vez que a falta de autorizações legislativas no orçamento prorrogado não tolhia os movimentos do governo: a Câmara de seu partido a ser eleita oportunamente dar-lhe-ia o costumado *bill de indenidade*.

Belisario tinha assim plena liberdade de ação. Dela se não aproveitou. Conservou-se dentro do terreno estritamente legal ao traçar e executar com lealdade o programa a que subordinaria todos os seus atos.

A consolidação da dívida flutuante e a conversão das apólices de juros de 6 % anuais, em títulos de 5 %, pareciam-lhe necessidades inadiáveis. Para elas voltou desde logo suas vistas, recorrendo, para atendê-las, a duas operações de crédito: uma, externa, de seis milhões esterlinos, tipo de 95, juros de 5 %, amortização de 1 %; outra, interna, de 50 mil contos, à taxa de emissão de 95 ½, juros de 5 %.

Porque preferiu a realização de duas operações de crédito, quando poderia ter efetuado em condições absolutamente favoráveis um empréstimo externo de importância mais avultada?

Ele mesmo o disse (3): *por ser da maior conveniência operar simultaneamente dentro e fora do país, já para verificar a possibi-*

(3) Amaro Cavalcanti — *Resenha financeira do ex-Império do Brasil*, pág. 32.

lidade da conversão das apólices de 6 % da dívida interna, já para evitar as grandes oscilações na taxa do câmbio e atenuar, consequentemente, futuros prejuízos do Estado e dos particulares.

Liquidadas as duas operações de crédito apressou-se em redigir o decreto n. 9.581, expedido a 17 de abril de 1886, mandando tornar efetiva a conversão de apólices de juros de 6 % em títulos de 5 %, a primeira dessa natureza feita entre nós e de que resultou uma sensível redução de onus para o Tesouro: diminuição anual de 3.300 contos no pagamento de juros (4).

Os aplausos que recebeu pelo completo êxito dessas primeiras realizações serviram-lhe de estímulo a outras iniciativas; e já inteiramente familiarizado com os negócios de sua pasta, dedicou o melhor de suas energias ao equilíbrio da receita e despesa públicas.

Quanto à receita, pela remodelação dos aparelhos fiscais e de arrecadação; e, relativamente à despesa, pelo corte ou adiamento dos gastos inúteis ou, pelo menos, de urgência problemática.

Acresce no que respeita à primeira, — a receita, — que são de seu tempo, além de numerosas providências constantes de avisos, circulares e ordens do Tesouro, diversos regulamentos reorganizando ou ampliando serviços; o das caixas econômicas, o que estabelecia regras para a cobrança dos impostos sujeitos a lançamento, o que regulava a arrecadação do imposto de indústrias e profissões, o que mandava cobrar a taxa adicional de 3 % sobre os impostos gerais para o fundo de emancipação, o relativo ao processo executivo fiscal, o que discriminava as atribuições dos procuradores dos feitos da Fazenda.

E, quanto à segunda, — despesa, — é de significação iniludível o seguinte fato (5): certa vez, estava reunido em conferência o gabinete, quando entrou na sala um ministro retardatário, que dirigiu-se ao Presidente do Conselho nestes termos:

— Desejo que V. Ex. me diga até quando o sr. Ministro da Fazenda quer ser meu tutor?

— Respondo eu, atalhou Belisario: enquanto V. Ex. estiver fora do orçamento; não pago despesa alguma não autorizada.

Esta resistência ao pagamento de despesas não autorizadas legalmente era um fato conhecido de toda gente.

(4) J. M. Pereira da Silva — *Memórias de meu tempo*, vol. II, pág. 315.

(5) Miguel Lucio de Albuquerque Mello — *Século XX*, revista publicada no Rio de Janeiro em 1905, n. I.

Não é, portanto, de admirar que numa quadra de trabalho desorganizado, em virtude de agitações que nos levariam à abolição da escravatura, tenha sido encerrado o exercício financeiro de 1887 (18 meses, de julho de 1886 a dezembro de 1887) com estas cifras, de todo animadoras (6):

Receita orçada.....	202.168:555\$704
Receita arrecadada.....	218.763:179\$077
Despesa fixada.....	229.927:776\$253
Despesa efetuada.....	227.044:839\$120

Quer dizer: diferença da receita arrecadada sobre a orçada maior de 16 mil contos; diferença para menos entre a despesa fixada e a efetuada cerca de três mil contos. Orçamento quasi equilibrado. Câmbio, que oscilava entre 17 e 18, atingindo a 25.

E, circunstância digna de nota: de julho de 1886 a março de 1888, isto é, desde que saiu da prerrogativa orçamentária até que deixou o Ministério, não abriu um único crédito adicional ao orçamento da Fazenda. Não há melhor afirmação da sinceridade com que condenava sistematicamente os orçamentos paralelos, tão usuais entre nós.

Belisario era inimigo irreductivel do papel moeda de curso forçado. Ouví suas próprias palavras (7):

“A depreciação a que tem chegado nosso meio circulante, produzindo consequências desastrosas para todas as classes da sociedade, impõe-nos o dever de não dilatar por mais tempo a adoção de medidas que tendam a corrigir este estado de coisas e preparem o país para reconquistar o metal que perdeu com as emissões de papel-moeda.

Aceito a princípio como recurso temporário pelos países necessitados, com facilidade se constitue em permanência e a custo se consegue expeli-lo do organismo econômico. Não é isto motivo para cruzarmos os braços ante as dificuldades que se apresentem, mas para duplicar esforços com o fim de superá-las.

O valor do papel-moeda depende de sua quantidade: qual deva ser esta é o que não podemos determinar *a priori*. Mas não é na soma numérica das notas que se pode achar o critério para conhecer a deficiência ou o excesso do meio circulante: o critério único está no preço do ouro mercadoria e no estado do câmbio...”

(6) Amaral Cavalcanti, *op. cit.*, págs. 34-35.

(7) Relatório da Fazenda de 1886.

Combate as opiniões contrárias e conclue:

“Não devemos ficar a espera do desenvolvimento do país para corrigir a depreciação atual, que falseia a medida dos valores, que entorpece o crescimento das indústrias e torna-se onerosa para todas as classes.

Sendo a depreciação consequência do excesso do papel-moeda, ir reduzindo a sua quantidade será aumentar-lhe o valor. Nisto consiste a primeira condição para chegarmos à circulação metálica... Para que permaneça o ouro no país, indispensável se torna a retirada da porção de papel que impede a sua entrada e a sua conservação, segundo as leis naturais do comércio...”

Coerente com este modo de ver, criou o fundo de resgate, que seria constituído pelo produto do imposto do selo e, caso necessário, reforçado com recursos extraordinários para que se retirassem anualmente da circulação cinco mil contos de notas do Tesouro até que o papel-moeda se mantivesse normalmente na paridade legal de 27 dinheiros por mil réis.

Se outra fosse a situação financeira, é provável que, na mesma ocasião, tivesse realizado todo o pensamento de Alves Branco, que cogitara, 40 anos antes, de instituir, ao lado do fundo de resgate, o fundo de garantia em ouro, idéia que a Martinho caberia dar vida, já na República (8).

Houve muito quem discordasse de sua orientação: os adeptos do *papelismo*, que, esquecidos da dolorosa experiência de Souza Franco, com a pluralidade das emissões sem lastro ouro alimentavam e continuaram a alimentar as enganadoras miragens do *inflacionismo*. Estes não perdoavam sua timidez, — era o termo consagrado, — sustentando que, ao invés de ser reduzido o papel-moeda em circulação, — um pouco menos de 200 mil contos, — devia ser aumentado para proporcionar, por intermédio dos bancos, maiores facilidades de crédito à nossa produção agrícola e industrial. Resistiu com firmeza.

Para ir em auxílio dos bancos, se sobreviessem crises comerciais, havia a lei n. 3.263, de 18 de julho de 1885, permitindo emissões até 25 mil contos, sob garantia de títulos da dívida pública fundada ou bilhetes do Tesouro; e, para amparo da produção, o meio seria outro; a revisão das tarifas, sobre que não é demais uma rápida digressão.

Nosso regime tributário sempre teve por base os impostos de importação e exportação. Ao tempo da monarquia era ainda impossível recorrer, na medida de nossas necessidades, aos de consumo, renda, territorial, outros. Mas nas tarifas adotadas jamais nos es-

(8) Leopoldo de Bulhões — *Os Financistas do Brasil*, pág. 18.

cravamos a radicalismos doutrinários. Só uma vez as tivemos francamente protecionistas. Foi em 1844. E isso mesmo por uma irritação patriótica de momento. Expirado o prazo do tratado de 1827, a Inglaterra, não conseguindo sua renovação, prescreveu em lei um sistema de represálias aduaneiras que, por pouco, não nos fecharia as portas de seus mercados de consumo. Revidamos, decretando tributações que, em certos artigos, subiam a 80 % *ad-valorem* (9). Depressa, porém, passou a irritação. Recuamos, voltando às denominadas *tarifas de rendas*, que subsistiram até 1889. Com elas obtínhamos a maior parte dos recursos financeiros de que carecíamos para as despesas ordinárias, sem elevar o custo da vida, e graduávamos prudentemente, com finalidades econômicas, a proteção e favores às indústrias nascentes, desde que não fossem fruto de aventuras ou artifícios ocasionais.

Belisario era partidário desse regime a que obedeceram as alterações de tarifas que propôs nas leis orçamentárias para os exercícios de 1887 e 1888.

Muito cauteloso no apelo ao crédito público, conforme se vê destes trechos de seu relatório de 1887:

“... Não podemos curar, sinão com muito discernimento e só em casos imperiosos, do recurso ao crédito, ficando-nos mal pedir repetidamente às praças estrangeiras os meios de compor dificuldades da administração, por empréstimos internos, os capitais do país, que têm natural aplicação no nosso movimento econômico.

Os empréstimos só se justificam pela urgência e necessidade indeclinável do momento ou pela compensação que em maiores vantagens deles aufere a geração onerada com o encargo do pagamento. Nem a nossa indústria é tão adeantada e remuneradora, o trabalho tão abundante e bem organizado, a população tão densa, laboriosa e econômica que possamos descansar sobre a sorte do Estado, se não cuidarmos de prevenir a emergência de novos encargos sobre o futuro para ocorrer aos dispêndios de andamento dos serviços a cargo do governo.

No meu humilde conceito, a idéia capital do plano de melhoramento financeiro é a vulgarmente posta em prática pelo homem de bom senso, que se vê a braços com despesas superiores aos seus rendimentos: “restringir-se às que lhe permitem os seus recursos, cortando as despesas supérfluas e, ainda com sacrifício, as uteis até

(9) José Maria dos Santos — *A Política Geral do Brasil*, pags. 363 e 364.

chegar à justa e necessária equação entre os dois termos do orçamento...”

O seu receio de sacar sobre o futuro era talvez exagerado; e Amaro Cavalcanti, sem poupar elogios à sua obra, o atribue ao seu *espírito tenazmente conservador*, afirmando com bons fundamentos, que as emissões e os empréstimos, dentro de certos limites, só não são aconselháveis se destinados a despesas não reprodutivas. Realmente, o mal não é fazê-los; é dar-lhes má aplicação. Mas Belisario tinha em seu favor os ensinamentos do passado. Na fase orgânica de nossas finanças, durante o segundo reinado, arcáramos com despesas sempre crescentes, atravessáramos crises repetidas, emitíramos em excesso, depreciando a moeda papel, não dispúnhamos de braços livres e o braço escravo era de existência precária, não tínhamos população, não tínhamos capitais acumulados, não tínhamos indústria, a lavoura sofria colapsos periódicos, faltava-nos, — e é tudo dizer —, estabilidade econômica. O movimento de nossa balança comercial no ano da República é um índice eloquente: importação, 217.798:000\$, exportação, 255.778:000\$, algarismos bem modestos em face do potencial de nossas riquezas (10).

Belisario se não deixava embalar por ilusões. Sabia bem que sem a possibilidade da conversão das notas papel em ouro, à vista e à vontade do portador, não haveria saneamento do meio circulante; mas sabia igualmente que não bastava emitir sobre lastro metálico, proveniente de empréstimos e na proporção de três a um, para que fosse atingido o objetivo colimado. Era indispensável que se alcançasse previamente a estabilização do câmbio ao par para evitar que a afluência de notas ao troco esgotasse o lastro metálico. E a paridade da taxa do câmbio só poderia resultar, de modo efetivo e real, da prosperidade econômica.

E' isto que explica muitas de suas atitudes.

Em 1887, o Visconde de Cruzeiro, Ouro Preto e Lafayette apresentaram ao Senado um projeto, criando bancos de emissão sobre títulos da dívida pública fundada a exemplo dos existentes nos Estados Unidos.

A discussão desse projeto realizou-se no ano seguinte. Conbateu-o em toda linha. E o fez com tanto brilho e elevação que Antonio Carlos, depois de proclamá-lo o *financista de opiniões mais seguras e de maior cultura na época*, diz, referindo-se ao seu discurso, ter sido uma peça notável: *os princípios que enuncia, exatos; o co-*

(10) José Maria dos Santos, *op. cit.*, nota à pág. 386.

nhecimento das circunstâncias, preciso; o raciocínio, penetrante e convincente (11).

Diz e comprova, transcrevendo trechos das suas e das orações dos parlamentares que intervieram no debate, a começar pelas dos autores do projeto, que eram, no consenso geral, três mestres na matéria.

Em junho de 1889, Ouro Preto, um daqueles de quem divergira, era presidente do Conselho e ministro da Fazenda, e, nove dias após a organização do seu ministério, escrevia-lhe uma carta cativante, consultando-o sobre a execução de seu programa financeiro e pedindo-lhe sugestões a respeito da reforma da carteira hipotecária do Banco do Brasil, assunto que ninguém conhecia melhor do que ele, como se evidência de seus relatórios na presidência daquele banco, notadamente o de 1875, e de importantes apontamentos conservados em seu arquivo, hoje recolhido às arcas deste Instituto.

Era o reconhecimento oficial por parte do preclaro estadista liberal do valor e da aplaudida competência do adversário decaído que, menos de um mês depois, a 12 de julho, era distinguido pela Coroa com a sua nomeação para conselheiro de Estado.

Belisario, — grande em todos os campos em que desenvolveu sua atividade —, foi, sem contestação possível, um dos mais ilustres financistas do Brasil Império, o mais legítimo herdeiro das glórias de seu tio, o Visconde de Itaboraí. A obra administrativa que realizou e que acabo de recordar, em alguns de seus aspectos financeiros, aí está para atestar a grandesa de sua individualidade simpática e empolgante no seu tempo e no seu meio.

Do homem particular, no trato íntimo e na sociedade, nada vos direi. E' completo o estudo publicado no *Jornal do Comércio* de 5 do corrente pelo nosso querido amigo, o erudito e festejado escritor, Affonso de Taunay.

Nascido a 9 de novembro de 1839, faleceu a 24 de setembro de 1889. Ia fazer 50 anos e estava em plena maturidade do espírito. Vitimou-o um ataque de *angina pectoris* de que sentiu os primeiros sintomas quando passeava nas proximidades de sua residência. Essa circunstância foi acentuada pelo nosso douto e prezadíssimo companheiro, o eminente publicista Rodrigo Octavio, então no verdor dos anos, em comovente crônica escrita para a *Tribuna Liberal*, em dias

(11) Antonio Carlos Ribeiro de Andrada — *Bancos de emissão no Brasil*, pág. 189.

de novembro de 1889, crônica dedicada à sua idolatrada filha e companheira de passeio. E' este o seu trecho final:

...“Lenitivo apenas poderá encontrar na recordação do que foi na terra aquele que ela tanto amava, fazendo de tudo que se tem escrito sobre o seu tristíssimo e inesperado desaparecimento uma bíblia para que a releia, com lágrimas nos olhos, todos os dias, nas horas de saudades...”

Dessa bíblia de que fala Rodrigo Octavio quero destacar uma página, a mesma que foi transcrita por um de seus biógrafos, — Miguel Lucio de Albuquerque Mello (12) —, tantas vezes reproduzida depois: alguns trechos do artigo em que José de Patrocínio cobre de flores o esquite do combatente vigoroso e forte, a quem, penitenciando-se, rende o mais sentido preito de respeitosa admiração:

...“Combatêmo-lo sem tréguas e sem piedade.

A sua figura no campo adverso enfogava as nossas vistas; para ele convergiam todos os nossos golpes.

Sentíamos que a força era ele; talento, saber, atividade infatigável, energia espartana, prontidão no executar, e, além disso, como um dote mágico, uma fisionomia atraentemente imperiosa, que parecia apertar um sarcasmo entre dois sorrisos; uma cabeça fulgurante, bem plantada entre dois ombros direitos, como um diamante em uma cravação de aço.

Francisco Belisario era o nosso desespero.

Os chefes primitivos do escravismo não nos causavam a mesma impressão que esse moço, que sabia combater à moderna, lapidando o estilo, esculpindo a palavra e disciplinando o espírito de tal modo que ele podia passar com o mesmo brilho do livro do *touriste* à tribuna da oposição, do artigo vivo do jornal às declarações ministeriais.

Acastelou-se na pasta da Fazenda e, de manso, com uns movimentos velutinos, foi construindo esse quebra-mar poderoso de sua administração financeira, que, por mais de dois anos, impediu que as vagas abolicionistas afogassem o ministério Cotegepe...”

Diante do túmulo de Belisario calavam-se assim todas as máguas, todos os despeitos, todos os ódios. E a pena de José do Patrocínio nada mais fazia do que antecipar a justiça da História...” (*Aplausos.*)

(12) Revista *Século XX*, citada na nota 5.

O SR. MAX FLEIUSS pediu que se consignasse em ata a presença da sra. Almirante Velloso Rebello, filha do Conselheiro Francisco Belisario, solicitando-lhe que apresentasse à sua veneranda e venerada genitora, viuva do grande brasileiro, todas as homenagens do Instituto.

Foram as duas senhoras que tão gentilmente atenderam ao pedido feito pelo Secretário Perpétuo oferecendo ao Instituto o arquivo de Francisco Belisario.

O SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES, cumprimentando o sr. Tavares de Lyra pelo brilhante trabalho que acabara de produzir e agradecendo ter aceito o convite que neste sentido lhe fizera, disse que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aplaudia sinceramente as solenidades comemorativas do cincoentenário do estabelecimento da República.

Casa fundada sob o reinado de dom Pedro, o Magnânimo, e que sempre lhe mereceu o maior carinho, o Instituto não se exime de acompanhar, estudando-os, todos os eventos da nossa História, correspondendo assim o grande sentir liberal do príncipe perfeito, que, em pessoa, presidiu a solenidade realizada a 4 de julho de 1889 celebrando o centenário do inconfidente Claudio Manuel da Costa e na qual usaram da palavra Joaquim Norberto, Escragnolle Taunay, Alencar Araripe, Moreira de Azevedo, Teixeira de Mello, relevando consignar que a ata da memorável sessão encerra as seguintes palavras do então segundo secretário, João Severiano da Fonseca:

“A satisfação manifestada pelo venerando e amadíssimo Monarca, o imortal Protetor do Instituto, e o agrado geral dos convidados pareceram motivos plausíveis para que ficasse consignada em ata o júbilo que isso trouxera ao Instituto, e os motivos desse júbilo”.

Em seguida, o SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES lembrou que a 26 do corrente passará o centenário do nascimento de Francisco Rangel

Pestana, educador, jornalista e político. Fundador, com Raphael de Barros e outros, da *A Província de São Paulo*, que depois de 15 de novembro passou a ser o *Estado de São Paulo*.

Como político, foi deputado provincial em 1884, e membro, com Prudente de Moraes e Souza Murça, do primeiro governo republicano provisório de São Paulo. O Instituto realizará uma sessão especial sobre esta efeméride, falando o sócio efetivo, professor Leopoldo Feijó Bittencourt.

Encerrou-se a sessão, logo depois, às 18 e meia horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,
2º Secretário.

SESSÃO ESPECIAL (SESSÃO N. 1.671), EM 27 DE NOVEMBRO DE 1939, EM COMEMORAÇÃO À DATA CENTENÁRIA DO NASCIMENTO DE FRANCISCO RANGEL PESTANA

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Às 17 horas abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, Alexandre Emilio Somier, Braz Hermenegildo do Amaral, Liberato Bittencourt, Augusto Tavares de Lyra, João da Costa Ferreira, Rodrigo Octavio Filho, Ernesto de Souza Campos, Virgilio Corrêa Filho, Augusto Tasso Fragoso, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Thiers Fleming, Edmundo da Luz Pinto, Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, Candido Mariano da Silva Rondon e Carlos Miguel Delgado de Carvalho.

O SR. VIRGILIO CORREIA FILHO (2º secretário) leu a ata da sessão especial, realizada a 13 de novembro, a qual foi, sem discussão, aprovada unanimemente.

Leu, depois das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio Branco, as relativas à data da sessão.

O presidente MACEDO SOARES disse que a presente sessão tinha por objetivo comemorar a data centenária do nascimento de Francisco Rangel Pestana, o grande jornalista e republicano, do qual trataria com a habitual elevação de vistas o sr. Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, a quem dava a palavra.

O sr. FEIJÓ BITTENCOURT realizou a seguinte conferência:

RANGEL PESTANA

"A idéia de República, mesmo no seio dos países em que alcança pleno êxito, não vale por si. Já o grande Edmundo Burke, quando se referiu aos princípios políticos, às formas de governo, concluiu que estariam à mercê do meio social em que se propagam, e firmou para sempre a convicção de que dependem das tradições históricas dos povos, tradições essas que neles influem, adaptando-os ou deformando. A República estava na sua mente quando falava dessa maneira. Entretanto, dizendo assim, não só estimulou uma grande corrente de juristas e pensadores políticos, conhecidos depois sob o nome de Escola Histórica, para sempre famosa, como também abriu campo às investigações acerca de como toda forma de governo é contingente à história do povo em cujo seio se implantou.

A idéia de República no continente americano tem de fato significação toda especial e não foi o ponto de partida do movimento político que lhe foi propício. Os Estados Unidos da América do Norte (a primeira República que se proclamou nesta parte do mundo), não se tornaram independentes para implantar o governo do povo pelo povo, e sim quiseram ser uma República para firmarem a sua independência depois de proclamada. Procurar um monarca ser-lhes-ia imprudente, porquanto, em se submetendo a qualquer das famílias reinantes na Europa, arriscariam muito a sua autonomia. A idéia de República, em vez de ser principal, e a de independência, accessória, foi a de independência que se revelou então primordial, trazendo consigo a de República.

No Brasil, a idéia de República também despertou germinada com a de independência, que era ardentemente desejada desde a Inconfidência Mineira: de fato os povos da província libertária quiseram, para se desonerar de pesado tributo em ouro, se desvencilhar

do alem-mar. Quando já se preparava a revolução em Minas, um brasileiro, moço, que estudava em Montpellier, sob o pseudônimo de Vandek, escreveu a Jefferson, então em França, solicitando do Presidente dos Estados Unidos o apoio para a Independência do Brasil, e com isso aproximava os dois países, afirmando que representavam o mesmo interesse americano de libertar o continente. A idéia que punha em primeiro lugar e à qual subordinava o movimento revolucionário, era a da emancipação dos americanos de todas as Américas. A verdade é que o político famoso, depois de trocar com o rapaz algumas cartas — “as de Jefferson em francês quasi que mais incorreto do que o de Vandek” — encontrou-se amavelmente com o brasileiro nas ruínas de Nîmes, que Jefferson visitou, porem, dizendo depois: “Durante toda a nossa entrevista tive o cuidado de fazer ver ao meu interlocutor que nem instruções nem autoridade tinha para dizer uma palavra a quem quer que fosse sobre este assunto...”

Não foi somente a idéia de República que se espalhou na América, provinda dos Estados Unidos: a de federação, também.

A idéia de República, entretanto, poudo ser afastada do Brasil desde que a família reinante se retirou, ficando o Príncipe d. Pedro na América do Sul, para logo abraçar a causa da Independência. Preferindo rebelar-se contra Portugal, fez por si o que a República seria um meio político de obter: a independência do país.

A idéia de federação atende, porem, à situação social do continente americano, corresponde à existência dos diversos núcleos da população, formados pelos colonizadores europeus, é, pois, a política que se ajusta ao natural desejo de autonomia revelado por essas localidades tão apartadas e a viverem por si. Posto primeiro em prática na América do Norte, o federalismo repercutiu depois no Brasil, para atender à nossa política interna e suas tendências. Pedro I, na época da Independência, entra em negociações com a Baía, sob o jugo de Madeira, para expulsar o general português, e respeita a província. O conselho de procuradores das províncias, instituído quando o Brasil se emancipou de Portugal, já deixa ver uma estrutura federal como logo aponta Evaristo da Veiga, pela imprensa. A federação era a maneira dos apartados centros se conservarem autônomos sem sacrificar a idéia de uma só nação. Porem, a situação interna das províncias se agravou quando Pedro I abdicou e elas principiam a fazer política por si. Uma crise proveniente da agitação política geral comprometeu a idéia de federação, e o Império se tornou de vez unitário.

Foi no seio das províncias que irrompeu o mal. Entregue toda força política ao povo, e dela despojando-se o governo central, depois da revolução de 7 de Abril, os grupelhos locais formaram por

toda parte facções em luta, promovendo a agitação geral. Sabe-se que, para desenvolver a autonomia local, dando mais expressão ao município, fizeram que ele nomeasse os juizes de paz. O Visconde do Uruguai então comenta o que foi essa magistratura improvisada pela política. Não julgava, não sentenciava, mas no processo era quem formava a culpa, eximindo dela o correligionário, quando ele fosse o criminoso, e isto abria-lhe a porta ao furto, ao assassinio impune, afastando dos olhos do culpado a lei penal, desde que a justiça era partidária. Foi então que a sociedade reagiu, e o governo local, comprometido nessa degradação de costumes, perdeu a sua força moral no seio da provincia, que, combatendo os municípios, comprometeu a sua coesão para que o federalismo, naquela época, entrasse em declínio.

É a vez de José Feliciano Fernandes Pinheiro referir-se àquela época, dizendo:

— “esta pestífera década de 1827 a 1837”.

1830-1833 “o pensamento característico... foi o de atribuir todos os males à monarquia”.

1834-1837, nessa fase então principiou o lastimavel mal estar da sociedade, a falar “de um desenvolvimento federal”.

Com o declínio das crises políticas ocorridas durante a Regência, foi posta de lado a idéia de federação, subsistindo tão somente os dois partidos políticos antagonistas, fundados em 1836, cuja história o Barão do Rio Branco sintetizou de maneira singela demais: “os dois se revezaram (afirmava ele) regularmente no governo”. Não foi bem assim! Ao invés de se sucederem, pactuaram, aplacando a luta para aceitar uma política de *transação*, em que ambos abrem mão de suas atitudes e por fim acordam subir juntos ao poder, ou então estarem juntos apoiando o governo.

Essa transação política teve, na verdade, diversos nomes. Ora chamou-se *Conciliação* (1853). Logo depois, *Liga*: e durou de 1861 a 1864. Ou, se quizerem, *transação*: como pregou Justiniano da Rocha.

Mas da Conciliação dirá Torres Homem:

— “uma época sem fisionomia, sem emoções, sem crenças entusiásticas, mas que terá a inapreciavel vantagem de romper a continuidade de transações funestas...” E isto afirmava depois de apontar “a decadência dos partidos velhos, que acabaram com o tempo”.

A Liga, não obstante as duas hostes com os nomes de conservadores e liberais subsistirem até o fim, até a proclamação da República, era, dizia o Conselheiro Nabuco, a extinção “dos partidos que

militaram outrora", sem a "possibilidade de se formarem no presente partidos profundos, partidos transmissíveis de geração em geração".

Ora, todos falavam na degeneração das facções políticas e em face dessa situação há de vir uma reação a esse estado de coisas.

É andar de livro em livro para ver o mesmo juízo. É ler, em todos, que os partidos se estiolavam. Tito Franco, quando escreveu a *Biografia do Conselheiro Furtado*, em 1867, apontava: "Chama-se a isto política de *conciliação*; mas era o imperialismo que se organizava em regra para o poder absoluto, formando-se com elementos de todos os partidos, que o executivo podia absorver pela intimidação ou pela corrupção, desculpando, por interesse próprio, todas as deserções, conduzindo em triunfo todas as traições, mercadejando e procurando tarifar todas as consciências". José de Alencar, nas *Cartas de Erasmo*, apontava: "Essa corrupção geral dos partidos e dissolução dos princípios, que tinham até então nutrido a vida pública no Brasil, é o que se convencionou chamar *conciliação*: termo honesto e decente para qualificar a prostituição política de uma época." À argúcia de ambos não escapa o mal! Evaristo de Moraes, ao chamar a atenção para essas "confusões partidárias", vem satirizar o desmerecimento partidário, reconvindo com uma frase chistosa de um sarcástico "insuspeito monarquista": "Como se parecem um liberal e um conservador!"

Justiniano da Rocha, em um panfleto imortal, explicou as fases da política brasileira, apontando que houve *ação*, *reação* e *transação*; e, da transação, ele me parece que é o doutrinador. Não vejo que acertasse com o fio da meada da história, quando descrevia aquela evolução. De fato, asseverava que de 1836 a 1840 se desenvolveu "a luta de reação monárquica, acabando pela maioria". Julgo que, ao se expressar assim, fazia história pelos títulos. Decretou-se, de fato, a maioria e o imperador principia a governar: — concluiu ele então que vencera a reação monarquista, quando houve propriamente a vitória do partido liberal sobre os conservadores. Os liberais, vitoriosos, não levam a crer que o seu objetivo sinceramente disputado, fosse a monarquia, se eles são a avalanche de políticos prontos a lançar o dardo sempre muito longe, para não se contentarem com uma forma de governo essencialmente conservadora.

A idéia que Justiniano da Rocha quisera preconizar, estabelecendo em seu favor uma evolução em três fases, é a última, que assinala nomeando de *transação*. Procurava o acomodamento dos partidos, depois da ação e reação, que cada qual exercera, extenuando-se ambos, para que não prosseguissem em luta aberta. A inovação de sua idéia está em que pregava um novo estado de coisas.

Quando discursou no Parlamento, a 24 de janeiro de 1850 (antes de publicar o seu famoso panfleto, que é de 1855), disse: “Eu considero esta luta de espírito revolucionário com a autoridade no Brasil como uma luta permanente, como uma moléstia crônica, que atacou o doente desde a sua infância, cujos acessos teem sido reite-
rados, que nessas ocasiões é combatida, mas nunca perfeitamente curada.”

A luta dos partidos é que deu causa a que surgissem duas orientações políticas divergentes:

— a dos que, se sobrepondo àquele estado de coisas, aceitam a regressão dos partidos, que, sem expressão própria, já negociam entre si uma situação política anódina;

— e a dos que repelem a conciliação e o conchavo: esses foram os republicanos. Homens de espírito enérgico e radicalmente reacionários à degradação partidária!

O combate desses não era propriamente contra a monarquia, tanto assim que, diferentes para com Pedro II, esperariam atenciosos (e isto convencionaram) pela morte do soberano para proclamar o novo regime. A República, reatando os verdadeiros laços entre a política e o povo (concluíram) corrigiria o mal do artificialismo dos partidos monárquicos, apenas empenhados no jogo de subirem ao poder. Senhores: os partidos podem vir a ter culpa! Podem cair da sua finalidade, comprometendo-se irremediavelmente. De fato, a República se apresentou diante de uma lastimável situação partidária, e os precursores dela de começo são homens muitos deles vindos de fora da política para reagir contra o estado de degeneração em que ela caiu. Por isso se explica uma corrente nova, constituída de moços e de homens, que apareciam como doutrinadores, reunidos todos para a regeneração.

* * *

Senhores: o Instituto Histórico se reúne hoje para comemorar o centenário do nascimento de uma personagem, que é um dos maiores vultos de republicanos brasileiros. A sua vida, que me compete repassar nesta Casa, é, pela sua expressão, como que a história da República no Brasil.

Em um livro de assentamentos, o pai de Rangel Pestana apontou: “Hoje, 26 de Novembro de 1839, teve minha mulher o seu bom sucesso, dando à luz um menino — Francisco; foi batizado nesta fraguezia de Iguassú e foi padrinho Francisco José Soares e madrinha d. Maria Joanna de Sá”.

“Janeiro, 7 de 1851 (continuava registrando seu pai) — Entrou hoje meu* filho, Francisco Rangel Pestana, para o colégio Curiáceo Pestana Simas, na rua do Lavradio n. 53, defronte da Relação, para aprender as primeiras letras, como aluno externo.” O dono do educandário era um Pestana, primo de seu pai; mas, passando para o Colégio Pedro II, foi discípulo de Totfeus, não sabendo eu se, muito se referindo o discípulo ao professor e manuseando sempre a gramática e textos em grego, língua de que aquele grande espírito era mestre consumado, sofreu-lhe influência da cultura clássica, como aconteceu com Joaquim Nabuco, conhecedor da vida de Hélade na sua estrutura política, que citava tão a propósito.

Falecendo seu pai, Rangel Pestana se apressou em completar os preparatórios na cidade de São Paulo, a que chegou em 1857, cursando o colégio Mamede e fazendo os exames de Lógica e Retórica, que lhe faltavam. Somente em 1859 ingressava na Faculdade de Direito, o que demorou em fazer por causa do delicado estado de saúde.

A Faculdade era o meio social, era a convivência com outros, principalmente os companheiros de turma, convivência que jamais terminaria para ele. Aí já lhe aparecem na vida os nomes de Prudente José de Moraes, Manuel Ferraz de Campos Salles, Francisco Quirino dos Santos, seus condiscípulos.

O que foi essa vida acadêmica para ele, que ora fugia ao contacto alheio pela ironia e pela reserva de opiniões, ora precisava, então, de se expandir, para fugir a esse retraimento, faz que se revele a si mesmo, na sua maneira de ser mais recôndita, isto é, naquelas idéias a que se recolhia e prega-as praticando o jornalismo, que, para Rangel Pestana, foi uma questão de temperamento. Somente aos 20 anos é que ingressou na Faculdade, enquanto os outros não começam aqueles estudos nessa idade. E sendo mais velho, já possui mais amadurecimento de espírito, tornando-se, por isso, uma consciência que se avanta às outras. Daí, ser um só, sentindo-se só e reconhecendo a necessidade de procurar uma expressão de pensamento tão somente para si. As questões de Direito Público, talvez as mais transcendentais, ele as levou longe, no caminho da aspiração a um ideal. O seu jornalismo acadêmico completa a necessidade de se impor, de entrar no convívio humano e, dirigindo-se aos outros de menos idade e com menos consciência própria, talvez se satisfaça na exaltação da sensibilidade aguda, que ele sempre revelou!

O curioso é que o jornalismo na Faculdade de São Paulo tinha caracter muito singular: ia e vinha; tomava afeição das gerações que ali chegavam. Eram espoucantes os temperamentos daquela mocidade, a se transformar através o correr do tempo e também através

as modificações da emotiva alma em formação. Um jornal durava um ano. É assim que vemos Rangel Pestana ter três jornais. Primeiro, *O Lirio*, jornal para as famílias e isto em 1860. No ano seguinte, o *Timbira*. Depois, a *Razão*. Gradação curiosa de títulos, em que se vai dos sentimentos líricos até a deusa revolucionária, que é a razão. De intermédio, a idéia de nacionalidade: o *Timbira*. Porém, é curioso ver que, quando termina o ano escolar e eles, estudantes, vão para casa, "vão para as férias", despedem-se das lutas, encerram uma fase de vida, para voltarem no ano seguinte diferentes, talvez fundando um novo jornal!

Entretanto, o assunto que Rangel Pestana versou naquela primeira folha publicada era um aspecto social da época: a transformação da mulher brasileira, que deixa de ser caseira, matrona, e adquire outra expressão social. Era a ela que ele via. Recomendava-lhe, pois, a educação, mostrava-se católico ele, que foi mais tarde, positivista, à Littré; mas, por enquanto, escrevia *A mulher e o cristianismo*.

Ora, a respeito da mulher e sua educação, explanava:

"O dia em que em nosso país não houver mais escravos o futuro de nossas famílias será mais risonho, mais feliz, mais racional, porque a educação de nossos filhos será melhor.

"Feliz o dia em que os nossos descendentes possam dizer: — "Somos filhos de um país aonde impera a liberdade"!

"Nesse dia o Brasil terá dreito de se apresentar às nações cultas do mundo como uma nação civilizada e respeitável. Nesse dia os Brasileiros serão livres e patriotas, porque temos esperança que então haverá mais civismo, mais dignidade, mais pundonor, porque esse servilismo que nos abate o orgulho nacional, nos envergonha no estrangeiro e até nos faz esquecer a nossa própria dignidade de homens livres, cessará!"

A visão social deslumbrou sempre a sua inteligência. E então é ele a idealizar a educação, influenciando para a abolição e a abolição a influir na educação. Uma influência mútua, uma complexidade de causas e a consciência de uma nova expressão social brasileira. E essa expressão social, fundamentada na sua complexidade, o seduzia! Esta complexidade de influências mútuas já não deixa de ser uma antevisão de um estado de coisas em que assenta a República...

* * *

Em São Paulo já escrevia, proclamando os princípios mais radicais em política e isso, então, no *Timbira*, que durou de 1860 a 1862. Neste ano de 1862, passa a colaborar no *Futuro*, já apare-

cendo em companhia de Cesario Alvim, Theophilo Ottoni e Belfort Duarte. Em 1863 continua ao lado dos dois últimos, mas na *Época*, até que, formado e depois de alguma demora em São Paulo, volta em 1864 ao seio da sua família, no Rio de Janeiro.

Em Rangel Pestana havia a fuga do idealismo, em que se lançava, e o contacto com os homens: dois aspectos distintos, que vão se precisar cada vez mais no seu caracter! Mas, começou a ter verdadeiro conhecimento dos homens quando, dando-se certa vez oito vagas de promotor público, ele pleiteia e não consegue a sua nomeação, muito embora "o velho patriota" Theophilo Ottoni se interessasse junto ao Visconde de Souza Franco, Presidente da Província do Rio de Janeiro e um dos chefes do partido liberal, a quem ele muito servira como jornalista.

"Foi a primeira desilusão que sofreu na vida pública, tão cheia de dissabores" — clama seu filho Paulo! E, desiludido, se acentuou mais o contraste entre o seu idealismo e o senso que ia tendo da realidade. Ele como que se isola no primeiro e acompanha os homens que o fazem lançar-se de todo nele.

Se houve a flama de algum espírito que se comunicou ao seu foi o da alma arrebatada de Theophilo Ottoni, com quem já convive. O impulso, a que obedecia o grande agitador de idéias políticas, o habituou a uma esfera superior, livre, ampla, onde não há preconceitos, onde os interesses não veem empecer os homens, e cedo, moço, se afeiçoou a respirar nessa ambiência... Desde logo, ele, que é de uma energia de vontade pouco vulgar, não quis ver sinão esses grandes ideais, que se ampliavam cada vez mais diante das suas desilusões.

Sofreu desde logo a influência de poucos; entretanto, essas influências foram definitivas, permanecendo ele com elas para sempre, mesmo que fosse para estar quasi que só! Queria o ar puro, que já tinha respirado, mesmo que estivesse em uma altitude onde há somente solidão e quietude. Era então uma figura como que única.

De Ottoni ele se aproximara, levado pelo impulso que adquirira, impulso esse que era anseio, paixão em que o arrebatava o tumulto da eloquência do *Libelo do Povo de Timandro*, uma das suas admirações de sempre.

A sua mocidade fora para receber estas impressões, através um temperamento que depois se fixará, tornando-se inflexível. Rangel Pestana era uma dessas organizações sensitivas, então afeitas ao que é elevado, ao que é alto, sempre votada ao que algum dia lhe feriu a inteligência, então alerta a todas as grandes impressões superiores; mas, tirante isso, era reservado, revelando que na sua personalidade havia sempre os dois aspectos: um sublime, transcendente, pronto

para receber as idéias, a que ele já estava destinado (e isto é que faz logo preconceber o seu tipo e definir-lhe a psicologia); e outro, proveniente dele estar em contacto com a terra e é, então, uma attitude entre indiferente e inacessível, mas a qual o tornava sucetivel a desgostar-se, a retuzar toda pequenez de character, que o faz aias-tar-se incompatibilizado.

Os grandes temperamentos passionais de idealistas o queriam consigo, na sua sublimada esfera de pensamento. Por meio do pensamento é que ele se entendia com eles; por meio do pensamento é que eles vinham ao seu encontro e é assim que vemos reunidos e identificados a defender o interesse comum, diante da realidade: Rangel, que não foi nomeado promotor; e Ottoni, que não conseguiu ele o fosse...

Em 1864 obtem uma nomeação: para o *Diário Oficial*. Zacarias está à frente do Governo. Certo dia Rangel dá a notícia de que o Governo se reunira secretamente. O Primeiro Ministro quer um desmentido, manda chamá-lo e ele não acede em retificar a informação dada, posto que lha enviaram. Noticiando a passagem da sexta-feira santa, fala na comemoração dos católicos. Zacarias, desta vez, quer uma nota esclarecedora, dizendo que era a nação que comemorava. Ele responde, com intenção de contestar: que ele, por exemplo, não era católico, entretanto, fazia parte do Brasil! Mas, insistindo o político e dizendo que desagradara o Imperador a noticia, Pestana joga com as palavras, argumentando: "Pois os católicos são a nação brasileira!..." A palavra católico era saída para dois lados. Ele não transigia. E não é só. Levado pelas suas idéias democráticas, desdoirava o advento de Maximiliano no México, quando o Imperador do Brasil, favoravel ao príncipe austríaco, se pronunciava a respeito. É incrível como Rangel Pestana insiste. Não muda de conduta. Porque o seu desentendimento com os homens, o seu desentendimento com o ministro não o levavam a ceder...

Ora, Zacarias era um liberal: e ele rompia com um liberal! Em 1866 está, enfim, em um jornal em que podia escrever: *Opinião Liberal!* Jornal de dissidência. Opinião, portanto, extremada!

Trata-se de uma reação extrema aos partidos políticos monárquicos.

A reação ao estado de coisas inconvenientemente implantado pelos partidos políticos brasileiros deu-se com a desagregação de um pequeno núcleo de liberais, considerado por Alcindo Sodré como a semente que, se desenvolvendo, chegaria a constituir o Partido Republicano. Este dissídio é o *fiat lux*, uma vez que trazia a aspiração a uma nova orientação. De começo, apenas se consideraram — liberais-radicais, indicando ainda a facção de que se desligaram. *Ra-*

dicais significa homens que lançariam mão da idéia que conjurassem a situação política implantada. Por enquanto são liberais dissidentes, a combaterem criticando a confusão dos partidos existentes. Mas, diz Nabuco, “um pequeno jornal, a *Opinião Liberal*, a cuja frente se achavam jovens escritores radicais, já em evolução republicana (Rangel Pestana e Limpo de Abreu), éco dos Ottonis, em quem estava representada a tradição ultra-democrática, extremava os dois campos liberais, atacando de preferência a Coroa, procurando, a seu ver, a causa final”.

E quem era, pois, Rangel Pestana naquela ocasião? Um homem ligado a uma causa que progrediria, um homem comprometido a achar, de futuro, remédio para a dissolução política, implantada. Um homem em cujo character todos viriam a confiar. Por enquanto um moço, e um moço que combateria os partidos existentes com sarcasmo, como nesta frase: “os conservadores de São Paulo assemelham-se aos abissínios: apedrejam no ocaso o mesmo sol que adoravam no levante”.

Assumira cedo uma attitude pública de grande responsabilidade contra a situação partidária, que acusava. De fato, nunca declinou da sua intenção. Jamais pactuou com os partidos da Monarquia! Nunca se afastou da sua verdadeira diretriz, razão por que Julio de Mesquita dirá dele mais tarde — “o homem da linha reta”!

Candidato duas vezes à assembléia da sua Província (Rio de Janeiro), recusou a votação dos conservadores de Iguassú, chefiados pelo seu padrinho, o comendador Francisco José Soares, que não deixou de exclamar:

— “Assim não é possível fazer carreira! Quer recusar os votos dos seus amigos!”

Morrendo a sua mãe, ele, como que sem família no Rio de Janeiro, volta para São Paulo.

Tinham, pois, decorrido dez anos: cinco que se namoraram; cinco que foram noivos...

Em São Paulo, Rangel Pestana, a 25 de fevereiro desse mesmo ano de 1870, casa-se, então, com d. Dominiana Quirino dos Santos, irmã de João e Francisco Quirino dos Santos, seus amigos e condiscípulos de academia. Muda-se para Campinas, onde é tradicional a abastada família dos Quirinos. João e Francisco são espíritos formados na mesma escola que a sua, todos afeitos à ânsia de atividade, de ideal político que os absorve a todos.

A sua esposa, enquanto fora noiva, manteve com ele a mais constante (hoje informativa) troca de cartas em que falam das campanhas políticas, lutas sociais, por que ambos se interessam. O casamento teve para os noivos esposos grande expressão, em face do

ideal que professavam, porque Rangel Pestana, que já libertara os escravos herdados por ocasião da morte do pai, casando-se, fez, pois, o mesmo com os cativos que vinham da família de sua mulher, e com isso satisfazia o seu ideal de abolicionista!

Em terras de São Paulo começa a advogar no escritório de seus cunhados.

É continuou jornalista; já é republicano e não mais tão somente liberal.

"Em outubro de 1872, tendo passado a *República* a ser propriedade exclusiva de Quintino Bocayuva, o Partido Republicano, na corte, resolve criar um novo jornal que fosse seu órgão." Procurava liberdade de divulgação de suas idéias. Mas aconteceu que eram dois jornais republicanos concorrentes: Rangel é o jornalista chamado pelo Partido Republicano, com o seu quartel-general em São Paulo, para o novo posto: e vai servir à sua facção. Foi muito comentada esta multiplicação de jornais, como se fosse a divisão da gente republicana. Quintino, que teve sempre atitudes fidalgas, respondeu sobrebranceiro à intriga com mordacidade: "a inveja e a impotência desfiaram o que o despeito e a maledicência tentaram criar".

Desgostou-se dos próprios correligionários, desse dizer e criticar geral, pepineira do comentário dos adversários. Afastou-se, como era do seu temperamento, para se entregar aos seus ideais. Procurou, para pregar as suas idéias, outro meio mais discreto e não menos nobre: o ensino. Fez-se professor. Mas como? "Fundou, com os drs. Limpo de Abreu, Miguel Vieira Ferreira e J. Telles de Menezes, a *Escola do Povo*, onde davam a instrução ao cidadão e combatiam pela educação superior da mulher em conferências públicas."

Tornou-se pedagogo. Deu expressão ao ensino.

Ano de 1874. Em Campinas aceita ensinar Português e Retórica, no Colégio Americano Internacional, do sr. Nash Morton.

Ano de 1875. Fundou um colégio secundário para meninas, "modelo de estabelecimento desta ordem". Nele o auxiliou muito sua esposa, figura extraordinária de mulher, pela energia, inteligência, autoridade, com que o fazia aceitar as posições a que fugia. Com ela é que se entendiam os correligionários políticos de Rangel receiosos sempre da inflexibilidade e "aspecto pouco afável" dele.

Mas o colégio de São Paulo representa um grande êxito do republicano e positivista, que procurava instruir a mulher.

D. Edith Saboia, querendo realçar a importância que teve esse educandário, mostra-o frequentado pelas filhas das famílias mais distintas de São Paulo; e lhes foi recolher os nomes: Moraes Barros, Pacheco e Silva, Romeiro, Lopes Chaves, Cerqueira Cesar, Lopes

de Oliveira, Pompeu, Rodovalho, Visconde de Indaiatuba, José Salles, Alvarenga, Americo Brasilense, Caetano de Campos, Antonio Carlos, José Maria Lisboa, Sampaio Moreira e muitos outros.

Nesse colégio é que se desenvolve a extraordinária vocação de pedagogo de João Kopke, republicano e professor, mais tarde fundador, com Silva Jardim, da Escola de Neutralidade, quer dizer neutra em política e em religião, não impondo nenhuma das duas...

* * *

A ação dos republicanos não se restringiu a doutrinar. Tiveram de fazer política.

Não são o interesse geral, as "causas finais" que arrastam o país, nem mesmo as idéias; e sim os casos particulares, que afetam pessoas, classes, grupos: os casos que provocam a imediata reação viva do homem. Houve, pois, casos políticos intercorrentes, em que os republicanos se envolveram e podemos citar entre eles a decadência política, a crise dos partidos, a questão social (a escravidão), as questões militares.

Não poderiam pactuar com a decadência, a inconsistência, a ficção política a que se chegara com os partidos; porem, deviam fazer política sempre contra os partidos monárquicos e jamais com eles.

Mas superpor as questões, fazer que umas incidam nas outras. Ora, fazer que as célebres questões militares incidissem sobre a abolição, a mais emocionante, a mais grave, a mais humana, a mais impressionante, de maneira geral: para caminharem todas juntas. Assim, precisaram de estar no terreno em que se agitava a questão social.

Explorar, por outro lado, o choque do Parlamento com o Exército, como na questão militar, porque esse choque provinha do mal inoculado na política brasileira. Não há militar que não timbre em se opor ao espírito político que quis influir na designação dos generais durante a guerra do Paraguai e nas chamadas questões militares. Era reagir. Estavam, pois, os republicanos de acordo com os militares, porque são contrários ao mesmo mal. E, valendo-se de todas essas questões, os partidários de um novo regime fazem que a República sempre se adiante entre todas. Porem, jamais se romper na política dos partidos, chegar mesmo a reprovar e condenar o parlamentarismo, como eles republicanos o fizeram, seguindo o desenvolvimento lógico de suas idéias, em toda a extensão.

Ora, de fato, os republicanos teriam de ser um partido irreconciliável, incorruptível, e não poderiam aceitar a atitude de Lafayette

Rodrigues Pereira, quando esse, em 1878, aceitou a pasta da Justiça, no Gabinete de Sinimbu, que (diziam todos), queria “desfalar os republicanos de tão valioso elemento”, para começar a desorganização do partido. A defeção faz Campos Salles bradar alto: “É, portanto, absolutamente preciso que o partido republicano *fique onde está!*” Expressão enérgica e feliz. Palavras precisas e logo ecoantes. E aquele que as lançara em jornal é o primeiro a vir dizer mais tarde da expressão de quem as aplaudia, comentando que, “no mesmo dia, Rangel Pestana, o austero *leader* dos propagandistas, na imprensa, falava, das colunas da *Província de São Paulo*, ao Partido Republicano, apontando-lhe essa diretriz. Acrescenta:

“E não passarei em frente deste saudoso companheiro sem tributar à sua memória uma reverente homenagem. Convivi com Rangel Pestana, acompanhei-o de perto em sua ação operosa e ininterrupta, testemunhei a sua nobre abnegação, inspirei-me muitas vezes, como tantos outros, nos conselhos do seu lúcido critério e considero um dever cívico chamar para a sua obra política, tão estimada dos contemporâneos, o reconhecimento dos pósteros, proclamando que ele foi dos homens que mais serviram à causa da República.”

Dessa maneira, e com aquela atitude, é que Rangel Pestana é apontado como uma grande figura do republicanismo no Brasil.

* * *

A abolição no Brasil é uma questão social com o seu caracter bem definido.

Alcindo Sodré teve o cuidado de mostrar como se desenvolveu ela em São Paulo, onde, como no Brasil inteiro, foi a causa abraçada e quasi que sustentada pelos republicanos. A abolição total, e de vez, era a ameaça que o Estado, então a se valer da escravidão para o seu grande surto de progresso, não podia aceitar sem comprometer a sua prosperidade. Rangel Pestana, que vem a ter assinalada posição neste movimento abolicionista, era o primeiro a considerar:

—“Não pode ser! Não se pode libertar os escravos de vez! É não respeitar o dinheiro dos orfãos e da viuva, em um país em que toda a fortuna particular pode se dizer que está vertida no escravo!

Entre os republicanos ficou assentado que o assunto tinha aspectos regionais diferentes, para que no Brasil cada província deliberasse de acordo com as suas conveniências. E, quando o Partido

Republicano apresenta o seu programa, por ocasião das eleições de 1881, dizia:

“Em respeito ao princípio da união federativa, cada província realizará a reforma de acordo com seus interesses peculiares mais ou menos lentamente, conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.”

E comenta Alcindo Sodré: “seu principal inspirador (desse positivo) e de cuja redação teve a autoria, foi a interessante figura de Francisco Rangel Pestana, esse fluminense-paulista a quem se dirigiam, não só os seus correligionários regionais, como os das demais províncias”. Esse era o ponto de vista de Rangel; aquele que aceitou desde que Luiz Pereira Barreto o defendeu.

De fato, quando a questão do elemento servil se agravava com o tempo, Rangel Pestana tomou decisiva atitude para que não precipitassem; e são os republicanos a apoiá-lo; é Castilho a lhe prestar solidariedade, no Rio Grande do Sul; João Pinheiro, que fala por Minas Gerais, e Martins Junior, a responder por Pernambuco.

Senhores: A abolição da escravatura no Brasil (era eu a dizer na comemoração nesta casa do 13 de Maio de 1888) convinha comparar com o mesmo fato na América do Norte, e isto seria bem indicado, porque o Brasil e os Estados Unidos foram países colonizados pelo europeu, tendo núcleos de população diversos e distintos, pelo apartado em que ficam uns dos outros, pela região em que se formaram: daí as questões sociais em ambos serem o choque entre as regiões.

O sr. Roberto Simonsen, para estudar as causas sociais da abolição nos Estados Unidos, apontou previamente um antagonismo entre os interesses do Norte e do Sul.

Ora, quanto ao Brasil, pensei eu que podia dizer a mesma coisa e asseverei:

— “Em não havendo, com o declínio da cultura do açúcar, a crise aguda da lavoura do Norte, que precisou de fazer dinheiro, vendendo os escravos ao Sul, “com a lavoura do café em franca prosperidade, precisando de braços escravos”, talvez não se desse a abolição como ocorreu a 13 de Maio. Esta passagem dos escravos de um ponto para o outro do país, criando um desequilíbrio, foi a causa do modo violento de que ocorreu o fato.”

“Uma vez o Norte virtualmente sem escravos, podia atacar o Sul, onde se concentrava a escravidão. Passou a haver a mesma situação dos Estados Unidos, na Guerra de Secessão. O Sul escravocrata, porque tinha escravos; o Norte abolicionista, porque não tinha muitos escravos e se desinteressava por essa forma de ser-

vidão. Que essa foi a questão do Brasil, não há que desdizer! E na ocasião houve quem denunciasse a situação social brasileira no seu aspecto tão grave. "O Norte, escreve Agenor de Roure, foi acusado de vender os seus escravos para depois trabalhar pela abolição. Daí a frase de Martinho Campos: "*Seriam então saltadores e para esses terei o meu revolver!*" E não há somente esta frase. Não houve só um projeto de lei para impedir o tráfico dos escravos entre as províncias, quer dizer, entre o Norte e o Sul; mas vários. Ora, uma vez proibido esse tráfico, ficaria o Norte com os escravos amarrados à instituição negra, não descontaria a letra, e não poderia atacar com êxito a horrenda exploração do braço cativo. Nesse caso não teria as mãos livres para desatar as algemas da escravidão. Na verdade afirmaram todos que a abolição vinha da periferia para o centro. Do Norte para o Sul. Sim, a Corte, São Paulo, a província do Rio de Janeiro eram o centro que opunha resistência. O extremo sul, a província do Rio Grande, onde não havia muitos escravos, acompanharia o norte: e ficaram então as províncias centrais cercadas pelos dois extremos, que desfraldaram revolucionárias a bandeira do abolicionismo."

Dizia eu então que Nabuco trouxera do Norte para o Sul a questão social, lançando-a no seio do Parlamento, "porque o movimento (lê-se na "*Minha Formação*"), começou na Câmara, em 1879, e não, como se tem dito, na *Gazeta da Tarde*, de Ferreira de Menezes, que é de 1880, nem na *Gazeta de Notícias*, onde então José do Patrocínio, escrevendo a "*Semana Política*", não fazia senão nos apoiar e ainda não adivinhava a sua missão".

Dantas, prossegue dizendo Nabuco, foi o "primeiro que colocou ao serviço (da causa) um dos partidos constitucionais do país, o liberal".

Antonio Prado "retirou o veto de São Paulo à abolição, quebrando, assim, a resistência até então completa do Sul, a porção mais rica do país".

E João Alfredo "levou o Partido Conservador a apresentar a lei da extinção imediata (da escravatura), ato que mesmo nessa época foi uma grande audácia".

Houve, assim, contribuição partidária; a questão social; a questão governamental. As três sucessivamente. Todas a convergir para o mesmo ponto.

Porem, é em São Paulo que Joaquim Nabuco assinala — a *quebra da resistência até então compacta*. Sim, a questão social rolou de um ponto para outro do país, até ir contra o quebra-mar, até encontrar em São Paulo a ante-mural ao movimento. Em São Paulo é que ele estalou. O que foi a agitação naquela província

brasileira não sei como dizer. Há visões que se rasgam inesquecíveis para a história! Ainda não houve pena que descrevesse todo o tumulto noturno da raça negra, descendo, sublevada pelos abolicionistas, a Serra do Cubatão, esquivando-se na ânsia da fuga, o seu ideal selvagem durante a escravidão. A questão servil não teve em 13 de Maio uma solução: precipitou-se *ex-abrupto* com todas as suas consequências sociais.

A abolição, acrescenta Alcindo Sodré, “foi um movimento geral que se colocou nitidamente fora da disciplina partidária”.

Entretanto, não devemos nos esquecer de que a gravidade duma luta abolicionista em São Paulo preparou um ambiente político excepcional, que se tornou logo no grande cenário da campanha republicana. Ali se resolveu a questão social brasileira, ali, de fato, acodem os republicanos para realizar o seu primeiro congresso. Ali, de fato, estão os homens provados na grande luta política, experientes e apontados ao país inteiro. Alcindo Sodré refere-se à “direitura de seus propósitos e... firmeza de seus atos”, aludindo aos republicanos paulistas. Na verdade, houve retidão no carácter deles. Entretanto, não ponho de lado o choque social da abolição e o lugar em que este se deu, para erigir nesse lugar um monumento à República. Foi, pois, a abolição em São Paulo que lhe deu expressão especial na proclamação da República. E é a ação que desenvolveram nesse meio, então especial, que consagrou a todos os chefes do republicanismo na época. Passaram a ter situação excepcional.

Alcindo Sodré lembra que Saldanha Marinho, em carta de 24 de novembro de 1878, dirigida a Americo Brasiliense e Rangel Pestana, escreveu o seguinte período:

“Nesta emergência vou à fonte limpa; vou a São Paulo, o nosso único quartel-general.”

João Pinheiro da Silva dirige-se de Minas a Rangel Pestana, isto então em 22 de maio de 1889:

“Agradeço a notícia animadora que o correligionário deu da nossa proclamação...”

O que disse na minha primeira carta repito, eu desejo, eu tenho necessidade dos conselhos e da animação dos mestres; sou moço, embora com muito desejo de acertar, mas sem experiências e espero que, por patriotismo, se errar, me esclareçam os competentes e o dr. Rangel Pestana é quem eu acato muito.”

Mas, senhores, a história da campanha abolicionista é a mesma caudal em que correm juntas as águas da propaganda republicana e da liberdade dos escravos. Porém, a abolição foi feita!

* * *

Entretanto, promulgada a Lei Aurea, a Princesa parece que podia ganhar popularidade... De fato, "surgiu a *Guarda Negra*, quando ainda no governo o ministério João Alfredo, isto é, no meiado de 1888, dizendo-se, então, que tivera (conta Evaristo de Moraes) José do Patrocínio a iniciativa da sua criação. Na aparência, agremiava libertos e outros homens de cor, agradecidos à Princesa pelo gesto de 13 de Maio..."

A verdade é que os republicanos se reúnem apressadamente, logo a 24 daquele mês de maio, em que se libertaram os escravos. Em o décimo primeiro dia da liberdade de todos!

A comissão nomeada para redigir o manifesto é constituída por Silva Jardim, Rangel Pestana, Americo de Campos. O velho Saldanha Marinho dá o seu apoio assim que lê o que tinham escrito e recomenda a adoção por todo o Brasil. Cogitava-se de combater o terceiro reinado: quer dizer, impedir que a sucessão de d. Isabel no trono se desse. Porem, houve algo de incerto, dúvidas, havia uma interrogação. Como impedir somente o terceiro reinado? E procrastinar até o dia em que Pedro II (a quem os republicanos, de fato, respeitavam atenciosos) fechasse os olhos? Entretanto, dona Isabel já causava receios; como deixar que se aproximasse o seu dia? Verem que ela caminhava a olhos vistos para o trono era deixar que se animasse a confiança do povo na filha do Imperador! Os republicanos se convenciam de que estavam correndo risco...

Esta dúvida, este receio, vem lembrar que a Câmara de São Borja, no Rio Grande do Sul, provocando um movimento de municipalidades, já propusera que se submetesse o terceiro reinado à aprovação de um plebiscito. O movimento tivera repercussão em municípios de São Paulo, que ouviram a indicação de Rangel Pestana para apoiarem o manifesto vindo do sul...

Silva Jardim, em toda a extensão da palavra, era um moço. Não conduzia o movimento do povo, lançava-se intrépido no seio da agitação geral. Quando fosse preciso alguém propugnar abertamente, ele se entregava à campanha. De acordo com Rangel Pestana, falou, em São Paulo às municipalidades, para acompanharem a de São Borja. Mas isto era um prenúncio. Eram os primeiros passos em uma questão que os republicanos não podem mais reter...

Não mais esperar para, na hora, impedir o advento do terceiro reinado, quando viesse: e sim a revolução!

Em todo caso, a revolução é uma idéia que perturbava até os próprios republicanos. E, uma vez proposta, foi então que romperam Quintino Bocayuva e Silva Jardim no mais ruidoso dissídio (co-

mentou Evaristo de Moraes), recordando-se do momento grave que atravessou como republicano.

Reunia-se o primeiro congresso dos adversários da monarquia. Era o mês de maio de 1889. A Quintino se confiou a presidência do Congresso Republicano. Silva Jardim, em carta política, já se manifestara em desacordo com o partido; mas, quando Quintino, já empossado na chefia daquela reunião de republicanos, se definiu moderado, tornou-se logo patente a dissidência e o tribuno declara não reconhecer a chefia do redator principal de *O País*.

“Alguem, contemporaneamente (historia Evaristo de Moraes), assinalou a profunda diferença entre as duas orientações. Foi Francisco Rangel Pestana, o ponderado diretor da *Província de São Paulo*. Na sua *Memória Política ao Congresso Republicano Paulista*, dizia, aludindo ao atívisimo propagandista:

— “É fora de dúvida que só ele hoje reúne as condições de chefe do movimento revolucionário, ainda que o não seja do Partido Republicano. Atrás dele deviam estar os homens da organização, os espíritos diretores, capazes de medir friamente o efeito de sua ousadia de agitador e de assegurar a vitória em um momento dado e de assentar em bases fortes o edifício da República.

“Não pensavam por esta forma (conclue o citado escritor) os chefes do partido em São Paulo — Prudente de Moraes, Campos Salles, Francisco Glycerio — que preferiram Quintino Bocayuva a Silva Jardim.”

Logo que se proclamou a República, constitue-se uma junta governativa no Estado de São Paulo e são designados para ela:

Prudente de Moraes.

Coronel Mursa.

Rangel Pestana.

D. Edith Saboia, na página que acaba de publicar na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, recompõe o retrato que lhe causa estranheza. A sua impressão é verdadeira!

Imaginamos sempre que a República seja um movimento social, caudal da expressão exuberante do temperamento das multidões, conduzidas pelo temperamento exuberante de seus tribunos: Rangel Pestana, um dos seus guias, um dos grandes propagandistas do Governo do povo pelo povo, “embora não possuisse (cita a moça e escritora), grande poder oratório, a sua palavra era tão inflexível, tão lógica, que se tornava arma terrível contra os antagonistas”. E acrescenta: “apesar de seu gênio frio e reservado, sustentava acaloradas polêmicas pela imprensa”. Ele “ganha em ser conhecido intimamente e destrói qualquer prevenção que o seu aspecto pouco

afavel tenha despertado"! Reunia ele, assim, o que disseram os contemporâneos...

Pouco afavel, severo, o homem da linha reta, inflexível: dá, pois, a impressão de que era um só! Como um só é que vemos se reerguer, do passado, a sua sombra, para entrar na História: de compleição forte, embora magro, ossudo como um Quixote, um cavanhaque e bigodes à Napoleão III, voz pausada. Uns óculos de ouro. E, nos dias invernosos, não dispensava o seu chale-manta...

* * *

Um dos amigos de Rangel lembra seu nome para o Governo Provisório na República.

Glycerio afasta a indicação, a dizer que a saúde e o ter que remover a sua grande família para o Rio, impediam-no de tomar parte no governo. Assim, combatia o correligionário por questão de temperamento.

Fora Glycerio um grande cabo eleitoral e era uma carreira de grande ascensão, mas cujo início muitos gostavam de lembrar: rábula de roça! — diziam. De fato, conhecedor do processo eleitoral e dos eleitores, como nenhum no partido. Orientador de todas as eleições dos republicanos. Porém, Rangel, do temperamento dos idealistas, dos doutrinadores, considerava-o a um certa distância no movimento político em que, juntos, tomaram parte. Por sua vez, Glycerio considerava em Rangel a transcendência do idealismo, e, a ter que dar preferência, votava-a a Campos Salles, que representava, então, um outro tipo de homem. O ar senhoril de mando, em Campos Salles, era humano; e Glycerio, entre a ufanía de um e a expressão distante do outro, pendia para este. A Rangel não escapava a tendência de Glycerio em agradar a Campos Salles; nem tampouco deixava também de mortificar, com as suas reservas de opiniões, o temperamento exuberante, vaidoso, de Campos Salles. Estava, pois, igualmente afastado de ambos por um contraste psicológico; daí os dois se reunirem por afinidade e Rangel isolar-se. Foi a Campos Salles que Glycerio, quando teve a escolha nas suas mãos, preferiu indicar para o Governo Provisório!

A Rangel coube então papel destacado e de responsabilidade, mas, despojado de expressão política: redigir o projeto da Constituição brasileira, o qual foi às mãos de Ruy Barbosa para ajuizá-lo, apurá-lo.

* * *

Vai ser eleito o primeiro Presidente da República.

O candidato de Rangel à suma posição seria Benjamin Constant, com quem se identificava no mesmo positivismo que ambos cultivavam. Porém, morto Benjamin, dirige ele uma carta a Gabriel Piza e Almeida, consultando-o e fazendo-o o seu candidato. Refusara sempre a candidatura de Deodoro, e não votou nele.

Logo que a eleição presidencial se anunciara, Glycerio, sim, é que tivera a idéia de uma boa aliança política: organizou uma chapa com Deodoro para Presidente e Prudente, então, para Vice-Presidente, os dois competidores reunidos. Uma vez que o estado de saúde do marechal, a sua vida era para pouco tempo, esta solução levaria o poder às mãos dos políticos. Com isso evitaria a luta. Não no quiseram ouvir. Daí os paulistas votarem em Prudente para Presidente da República, sendo derrotados.

Não sufragaram, por certo; o nome do marechal Glycerio e Campos Sales. Rangel, então, cedendo ao demônio inquieto do seu sarcasmo e espírito de censura, escreve famoso artigo em que exclama:

“Ah! se as chinelas do generalíssimo falassem...”

Disto resultou acerba polêmica de mais de quarenta artigos entre Rangel e Campos Sales.

Deodoro acabou respeitando Rangel e estimando-o.

Entretanto, a luta entre aqueles dois senadores paulistas foi violenta. As famílias se retraíram e não se falaram mais. Uma amizade que parecia desaparecida em situação grave!

Entretanto, um dia, no Senado, aquele que foi Presidente da República aproveitou-se de Rangel passar-lhe ao alcance da mão, dirigindo-se à bancada de Mato Grosso, onde costumava se recolher e diz-lhe:

— Sente-se aqui, porque seu lugar é aqui na bancada paulista!

— Não! Estou expulso de São Paulo... — ainda asseverava, arredio!

Essas as quizilhas com os da sua grei. Entretanto, Rangel sempre orienta a política de São Paulo:

A sua atitude entre a sua gente partidária, no Estado, se define quando uma intercorrência lhe modifica muito a situação.

Lucena tinha sido um grande *leader* da vitoriosa corrente partidária de Deodoro e era nortista como o Marechal. É possível que decidisse da sua preferência o antagonismo regional existente em todos os países e que influísse na sua atitude o jogo político que

assenta todo nesses elementos políticos regionais. Lucena, na situação excepcional que lhe trouxe a vitória, reconhecia, entretanto, dificuldades a enfrentar e via em São Paulo o elemento de uma oposição ameaçadora, organizada em torno dos chefes da corrente que levantara a candidatura, então vencida, de Prudente de Moraes. Sendo assim, Glycerio e Campos Salles (para não falar em Prudente) estavam sendo por ele alvejados.

Faz que seja exonerado Tibiriçá, levando ao governo de São Paulo Américo Brasiliense, que organiza o Estado constitucionalmente, e é eleito presidente. Rangel apoia, então, Américo. De fato, quando Prudente de Moraes pedira a Américo escrevesse o projeto da Constituição estadual, este transfere a incumbência a Rangel Pestana e Henrique Coelho (então secretário de Américo Brasiliense), copiou o trabalho apresentado, reconhecendo a letra de Rangel Pestana. Rangel Pestana e Américo Brasiliense são, pois, amigos confiantes na amizade recíproca. O apoio de Rangel a Américo vinha dessa confiança mútua e era quasi que uma preferência pessoal. Apoia; mas recusa-se a fazer parte de um partido que se organiza para combater antigos companheiros. E fica um só. Esta atitude não é compreendida, fazendo que muitos o considerem adversário. Isto dá ocasião a que Rangel explique a sua atitude em artigo que publica.

Em todo caso a sua situação política se prolonga até que ele caia de fato, arrastado pela queda de Américo Brasiliense, depois da qual surge a corrente que lhe é inteiramente adversária.

Mas antes disso ele tomou expressiva atitude no Parlamento.

As condições políticas gerais não melhoraram com a República; o país não entrara nos eixos. Rangel Pestana, medindo a consequência daquele estado de coisas, analisa criteriosamente a situação geral (e não digo a do Governo do Marechal Deodoro), para preconizar os seguintes princípios, que podemos destacar do seu discurso de 2 de julho de 1890, da seguinte maneira:

Primeiro — Recomendava habilidade, porque “não se organiza um país (dizia ele) como nós estamos organizando, fazendo cair em um momento todas as instituições gastas e surgir todos os homens preparados para a nova construção oficial e política”. — Ser habil!

Segundo — “Apelava para a calma e prudência”. — Ser prudente!

Terceiro — Considerava que “os homens novos ou velhos ainda não teem a compreensão exata das instituições” — Concluamos: impunha corrigir os erros, mas não condenar logo os que erram, e Deodoro talvez errasse!! — Corrigir os erros!

Quarto — Dizia que “se os que pregaram a República nem sempre teem dado prova de que a sabem praticar, como exigir isto daqueles que aderiram à última hora?” — Perdoarmos os erros do próximo, assim como relevamos os nossos!

Quinto — Ser condescendente com os que “aderiram patrioticamente”. — Para expurgar o campo da má erva não arrancar o joio com o trigo, que brotam juntos!

Sexto — Ser condescendente com os que “aderiram sinceramente”, mas que não cogitavam dessas instituições, tendo sido como que apanhados de surpresa. — Esperar pelo tempo!

Sétimo — “Devemos aceitar a cooperação de todos que entraram na formação da República e todos que a querem servir, nas condições possíveis da sua mentalidade”. Sim, repelir de si o orgulho de ser mais que o próximo.

Oitavo — Aceitar a contribuição oferecida “nas condições de sua educação, de seu estado atual como homem público”. — Ser justo com os méritos do adversário e não recusar o que ele oferece boamente, em proveito de todos!

Nono — “Condenemos os abusos”. — Concluamos: toda espécie de abuso!

Décimo — “Mas sejamos tolerantes para os erros dos outros, porque, amanhã poderemos ser também responsáveis e culpados por esses erros”. — Tolerar os erros do próximo, como prudência! (Sim; não nos esqueçamos de que Deodoro era Presidente...)

Quando Deodoro, não sabendo mais que fazer, diante dos sérios atritos, que se eternizam entre partidos opostos (naquele tempo das duas correntes militaristas e civilistas) e a braços com o antagonismo irreductível entre o Poder Executivo e o Legislativo, resolve dissolver o Congresso, por decreto de 3 de novembro de 1891, Rangel rompe com ele, enviando um manifesto para São Paulo, manifesto esse que não poudo ser publicado. Americo Brasiliense, que era Presidente do Estado, adere ao golpe. Os generais (Glycerio e Campos Salles, que assim eram apelidados pelo povo, porquanto tinham aceito a nomeação de generais honorários do Exército), começam a trama política contra o Presidente do Estado, que aderira à situação criada por Deodoro. A solução da crise política virá dentro em breve. Deodoro renuncia quando vê que a Marinha se revolta e entrega a luta a Floriano. Os inimigos políticos de Deodoro em São Paulo se aproveitam da mudança da situação para atacar Americo Brasiliense, que acompanhara o marechal renunciante. E Glycerio, então, levanta o povo, depondo autoridades, mas isto não sem obter, precavido, a cooperação de elementos ligados a Floriano. Estava, assim,

assegurada a situação que criasse. Rangel, naquela confusão irremovível, aconselha a Americo que resigne.

Americo resiste e é deposto, sendo forçado a abandonar o governo, entregando-o ao comandante da Região Militar, que não o assume e transfere ao vice-presidente Cerqueira Cesar (depois sogro de Julio de Mesquita). Nessa ocasião, Cerqueira Cesar reforma a política de São Paulo. E Rangel Pestana se desliga por completo do Estado!

Terminava a situação de Deodoro. Rangel, na sua conta-corrente política, tinha:

O discurso doutrinário em que lançava tantos preceitos a seguir na República;

e uma derrota política completa dentro do Estado de São Paulo, onde vencera a corrente partidária adversa.

* * *

O discurso em que, no tempo de Deodoro, pregava prudência e tolerância, o incompatibilizava em parte com os chefes republicanos paulistas, homens de temperamento irreconciliável, com quem os derrotou na eleição de Presidente da República. No Estado de São Paulo dominava, pois, o "partido dos generais". Rangel, na sua grei política, seria um só, de certo modo discordante dos correligionários, uma vez que falara em apaziguamento e perdão dos erros.

Eis que sobe ao poder o substituto do marechal Deodoro.

A época de Floriano, que vem tomar conta do governo para vencer a revolta que acaba de apagar Deodoro da presidência, é impressionante, por causa dos graves acontecimentos! Vai se dar, de fato, a reação contra a revolução, que se implantou para proclamar a República. A passagem de Floriano pelo governo é uma época difícil. É uma época que, na verdade, é preciso compreender, para aceitar. Entretanto, eis a época expressiva de implantamento do novo regime!

Ora, não precisaram de compreendê-la tão somente os pósteros, como também os homens daquela ocasião. Ela se projetou em uma fase de sombras, através ações e reações secretas. É uma época em que todos procedem secretamente: o governo e o povo. Em que nada podia se revelar à luz do sol, para não trair a maneira secreta de vencer. É para falar dessa situação grave, à nação apreensiva, que Rangel sobe à tribuna do Senado.

“Os republicanos (diz, então) aplaudem o marechal Floriano, porque tem nele a garantia da estabilidade da República, porque não encontram nele um déspota, um militar colocado naquela posição pela soberania nacional, mas um militar que procura firmar os seus atos na lei, ouvindo os homens competentes.

“Apoiam-no, porque é preciso que a República tenha governo e compreende-se que uma nação possa atravessar com o seu parlamento fechado, mesmo dissolvido, sem o imediato protesto da opinião pública, compreende-se que a sociedade possa passar sem ação legislativa, mas não sem governo forte, capaz de manter a ordem onde quer que ela seja perturbada.”

As grandes ameaças estão suspensas sobre todos — aponta o orador! A todas excepcionais situações ele se refere...

Estas palavras são de 15 de junho de 1892.

A atitude de Rangel Pestana é de quem já ditara como que um decálogo, que é a lei de inspiração superior, lei por excelência, talvez um mandamento, a submissão, a sujeição a uma ordem irrecusável, de que não se pode discrepar, de que se não pode fugir, para não ser um povo maldito e perseguido pelos seus pecados e desmandos.

A primeira dificuldade que Floriano encontra no governo é a financeira, que o põe em contato com a realidade econômica. E esta é imperiosa. Dela provem o câmbio. E o câmbio é uma contingência premente, porquanto depende dele, não só o povo, como o governo.

Rangel Pestana, a 22 de junho de 1892, pronuncia então um dos discursos mais significativos, no qual se percebe uma transição de idéias. Começa dizendo:

“A nossa situação financeira é nebulosa; precisamos tatear com cuidado o terreno que pisamos, porque o país vai chegando àquela posição em que o credor se transforma em depositário dos bens em garantia do devedor: situação em que o direito autoriza uma intervenção no regime da casa alheia.”

É longa a sua digressão. A República reagia contra os recursos dantes fornecidos pelo governo à indústria. Rangel mostra que desastre foi tal política quanto à agricultura e comentava que desastre seria quanto à indústria. A verdade é que todos acudiam a essa aventura de distribuição de dinheiro. Todos sabiam o que foi o encilhamento. De fato, lança uma condenação. Como corrigir o estado de coisas a que se chegou? Ele fala em colonização, vagamente. Um deputado pede que indique meios. Protela em responder. Passa a considerar o mal: mas aponta o que fazer.

Deixa o problema financeiro sem solução; mas fala em apoiar o governo, conciliar a nação com o governo e em conjurar a agitação política!

Para um sagazíssimo Floriano era o suficiente e ele já via com que critério de homem, com que republicano podia contar. E começa a se aproximar do político paulista.

Duas vezes Floriano vem ao seu encontro.

A primeira, quando quis nomeá-lo ministro do Tribunal de Contas e ele não aceita o oferecimento. Impede-o uma questão de princípios. Não admite que a recusa de registo de despesa pelo Tribunal de Contas não tivesse efeito suspensivo, uma vez que o Presidente da República manda registá-lo sob protesto, afim do Congresso resolver mais tarde.

Mas havia despesas! o governo precisava de recursos e de quem os facilitasse, para ele reagir contra as conspirações, contra os inimigos. Chama dessa vez Rangel para um lugar que, tanto quanto o Tribunal de Contas, interessava a Floriano: o Banco do Brasil. Queria ele fosse vice-presidente dessa casa.

A situação do banco era sobremaneira curiosa. Presidiu-o o conselheiro Souza Dantas, que não abria mão da velha clientela política, constituída de gente da Monarquia; e ele sempre fora um grande político para não considerar encerrada a sua carreira! Mas Floriano precisava, então, opor-lhe o contrapeso de um republicano lido, um republicano ligado com republicanos, um republicano de partido: e se lembrou de Rangel Pestana, que aceitou a nomeação.

O contato de Rangel Pestana com Floriano é sobremaneira interessante, como se vê do que aconteceu no caso dos presos. Sim; sabe-se que a deposição de Americo Brasiliense fora em parte questão preparada pela própria política do Estado de São Paulo, mas Floriano, reconhecendo, depois, a respeitabilidade daquele político, cumula-o de distinções, nomeando-o ministro do Supremo Tribunal. Acontece, porém, que o veso revolucionário ficou espalhado entre todos no Estado e falou-se em depor Cerqueira, que Floriano conservava no poder, ao ser deposto Americo Brasiliense. Por sua vez houve revoltas por toda parte contra o marechal, até que chegou o momento do governo reagir contra esse estado de coisas. Em São Paulo procederam a diversas prisões, das que provocaram pequeno levante e, entre elas, a de Miranda de Azevedo. Mas Rangel Pestana, que vem a interceder pelo político paulista junto a Floriano, considera:

— É um médico de muita clínica, homem com o encargo de uma grande família! Rodolpho de Miranda (que também estava preso) é um moço, orador vibrante, mas pessoa que não se pode considerar perigosa ao governo!

Os presos se encontravam, pois, no Rio de Janeiro. E Floriano, que ouviu o pedido para que fossem soltos, quedou-se; depois, disse, como que indiferente:

— Vou recomendar ao Chefe de Polícia! Mas, depois, acrescentou, com a sua placidez de sempre:

— São paisanos! Se ficarem presos uns noventa dias não há mais paisano que queira fazer revolução...

* * *

Sempre olhou para São Paulo. Mesmo quando já nem era senador e, sim, presidente do Banco do Brasil, sucedendo a Souza Dantas no cargo.

Diz então o seu filho e biógrafo, Paulo Rangel Pestana, que "lá para 1894, andava o marechal Floriano Peixoto seriamente irritado com a bancada paulista no Congresso, a qual, desconfiando injustamente das intenções do glorioso soldado, lhe movia mal disfarçada oposição. Astuciosos conselheiros, ao que se presume, chegaram a persuadí-lo de que devia aceitar luta franca, vibrando golpe profundo: a deposição do governador do Estado. O que é certo é que se iniciou o plano, enviando-se especialmente à capital paulista um coronel do Exército. Ao receber a notícia, o ex-senador por São Paulo procurou o Chefe da Nação e pronunciou-se em termos calorosos contra a vergonhosa violência. O heróico vencedor da Revolta olhou-o com espanto e o interrogou: "Mas o senhor não está em desacordo com o partido dominante em São Paulo? Disseram-me até que o grupo contrário o apoiaria melhor." "É verdade — acudiu o antigo propagandista — são conhecidas minhas divergências com os governistas de São Paulo; peço-lhe, porem, não os hostilizar, porque são republicanos sinceros; e, se v. ex. os abandonar, irão cair nos braços de monarquistas e revoltosos."

Vivendo ele desligado de grupos, de partidos, das facções, deliberando por si mesmo, dizem que Floriano se afeiçoou a esse homem, que tinha atitude igual à sua — em política: que era um só! Preferiu-o a todos. E a tal ponto que *O País*, de 21 de outubro de 1897, divulga o que soube pelo major Moraes Rego, "da intimidade do Itamarati", sim, o palácio do governo naquele tempo:

— "Se, de parte do glorioso soldado, não houvesse um vigoroso e inabalável escrúpulo em manifestar-se sobre a futura eleição, seu candidato seria o governador do Rio Grande ou o eminente jornalista (Rangel Pestana)."

A verdade é que o marechal impugnou discretamente a candidatura de Prudente de Moraes. Pensou em adiar as eleições, man-

dando o senador general Cunha Junior consultar a respeito Rangel Pestana que, enfermo, guardava o leito. Esse, mal ouviu a pergunta, respondeu que seria atentatório à disposição constitucional! Logo que sarou foi a palácio insistir com Floriano para que não interrompesse a marcha regular dos acontecimentos. E não fez pouco para que o marechal, na véspera de entregar o cargo ao sucessor (Prudente de Moraes), se despedisse de Rangel Pestana, dizendo:

— “Amanhã estará no governo o seu amigo, antigo companheiro de propaganda republicana. Do meu retiro farei constantemente votos para que ele não iluda esse passado de sacrifícios e glórias. Por tudo isso e pelo que ainda há pouco me afirmava, com os meus agradecimentos, quero que fiquem gravadas na sua memória estas palavras do soldado obscuro, mas leal defensor da República: *O senhor é um dos responsáveis pelo que vai acontecer.*”

As dificuldades de Prudente no governo foram grandes e então dizia Rangel Pestana:

— Temos o mesmo temperamento (e se referia a ele e a Prudente). Passaria eu pelas mesmas provações. Nunca tivesse de aceitar tal cargo!...

* * *

Ainda no tempo da presidência de Prudente de Moraes, Rangel Pestana concorreu às eleições de senador pelo Distrito Federal, realizadas com a vaga deixada pela morte de Aristides Lobo. A sua administração no Banco do Brasil trouxera-lhe o apoio do comércio, que se manifestou a seu favor, ao lado de vários republicanos. Glycerio, não obstante ser o seu companheiro de mocidade, opor-lhe-á o nome de Thomaz Delfino, que não completara trinta e cinco anos de idade, adiando-se, por isso, as eleições. O antagonismo de Rangel com o grande chefe político paulista era, assim, completo. Thomaz Delfino ganha a eleição por poucos votos. Mas os tempos mudam. Sobe Campos Salles à presidência e se prenuncia uma rivalidade política entre ele e Prudente de Moraes, dentro do Estado de São Paulo.

Prudente tem consigo um partido: a dissidência paulista, com os seguintes nomes: Julio de Mesquita, Cincinato Braga, Sampaio Vidal, toda uma mocidade republicana. E, além disso, elementos locais em Piracicaba e arredores. Por sua vez foi o homem que, quando deixou o governo de São Paulo, para presidir o Congresso, recebeu a manifestação de todos os monarquistas signatários de uma moção de aplausos, posto que viam nele um espírito de reconciliação.

É, pois, com Prudente que Campos Salles luta para salvar o seu prestígio no Estado. Vai então procurar o elemento oposto aos que seguiam o seu antagonista e olha para os que vinham da propaganda republicana. Assim, lutariam os dois, cada qual com as suas forças organizadas. Prudente, a chefiar a tradicional política local; Campos Salles, os homens da propaganda da República. Opuzaram-se, assim, dois elementos mui distintos.

Para se fortalecer politicamente, aumentar as suas hostes, Campos Salles vai buscar o nome de Rangel Pestana e o quer eleger deputado, não por São Paulo, mas pelo Estado do Rio, que estava sendo presidido por Alberto Torres.

Correm as eleições. O relator da comissão de verificação de poderes na Câmara apura o pleito desfavoravelmente a Rangel Pestana.

Campos Salles acode a tempo, recomendando o caso a uma das inteligências em que mais se confiou no parlamento brasileiro. Sim; trata-se da austera figura de Tavares de Lyra, que, nesse tempo, era um moço. Este leu o processo. Concordeu com os princípios jurídicos assentados pelo relator do parecer da maioria, um sarcástico, sagassíssimo e experiente ancião de seus setenta anos; porem, o jovem deputado, que pedira vistas dos papéis, dando o seu voto em separado, concluiu que reconhecia Rangel Pestana pelas razões que exporia em plenário. Surpreza a desse modo de dizer! Concordar com todas as premissas do adversário e recusar a conclusão! De fato, no dia emprazado, subindo à tribuna, começou Tavares de Lyra a examinar ata por ata. Conclusão: Rangel Pestana era o eleito!

— Não pode ser! Exclamou o esptíssimo adversário, descoroado. Está errado!

Senhores: Tavares de Lyra é uma das maiores calmas e uma grande ponderação como poucas vezes se tem visto igual em estadistas brasileiros, pois foi ele que, pachorrento, com velada ironia, que não lhe falta nunca, chamou a atenção:

— V. ex. se enganou na apuração das atas. E apontou duas!

O deputado Trindade caiu das nuvens. Pediu a palavra. Perdia uma partida mas não perdia a cabeça; e, começou, dizendo:

— Sr. Presidente, o nobre deputado, que acaba de se revelar meu discípulo aproveitável, em tricas eleitorais...

Eis aí, senhores, como Campos Salles conseguiu chamar à sua grei política o antigo correligionário, que foi reconhecido deputado. Ai está como se revelava completo político um dos homens que legou o seu nome, de modo assinalado, ao governo de seu país e como uma figura socrática, vivace, vibrante, no fim de uma vida longa, agitada,

ficava para sempre marcada nos anais do Congresso — cheia de chiste e cheia de espírito parlamentar...

Rangel Pestana estava, pois, integrado na política do Estado em que nasceu.

Predominava ali o grupo republicano, constituído de políticos jovens e alguns grandes vultos respeitados por essa mocidade. A grande facção do Rio de Janeiro, os conservadores de outrora, aderiram à República sem ganhar prestígio; ora, com isso ficou somente aquele novo sangue que circulava no organismo político do Estado.

Entre esse novo grupo, Rangel Pestana ficou como que ao lado de Quintino Bocayuva, iluminados ambos pela mesma auréola de republicanos. Conheceu o respeito de todos, em que pese a competição com ele por parte de alguns.

Tinha por si uma grande tradição para vencer. Foi *leader* da bancada fluminense na Câmara, depois senador também por seu Estado natal; porém, ao morrer, estava em São Paulo, afim de fechar os olhos no cenário em que pregou a República.

Conta-se que, quando venceu, quer dizer, quando se proclamou o novo regime, dirigiu-se ele com os outros membros da junta governativa para o palácio do governo de São Paulo. A monarquia deixava na presidência do Estado Couto de Magalhães, amigo de Rangel Pestana e no palácio avistaram-se, pois, os homens dos dois regimes, os da monarquia e os republicanos, entretanto, não chegava a esperada notícia da proclamação da República, para então ser transmitido o governo à Junta. Naquela hora de expectativa, Rangel Pestana, que, sem alimentar-se, passara a noite em claro no escritório de Campos Salles, foi acometido de uma síncope. Um seu amigo e médico, que o acompanhava, para o amparar, agarrou-se com ele, que era de regular estatura e estava a cair no chão. O povo, de fora, pelo que vislumbrou, supôs que lutavam. Clamaram, querendo invadir o palácio. Foi então que o médico vem à janela e acalmou a multidão, informando-a do que houvera.

Dizem que Rangel Pestana, mais tarde, considerando aquele fato, dissera:

— Antes tivesse morrido naquele dia!

Creio eu que fosse amarga a significação dessas palavras.

Ele competiu muito com os homens. Conheceu-os quasi todos. Tinha e tivera desilusões. A política para ele era uma necessidade de idealismo: daí nunca o viram "intrigar ou trair". A pureza de um ideal, que nada devia perturbar, afim de não perder a sua expressão límpida, fazia também que abandonasse por vezes o convívio dos homens e descrese...

O contato com a vida, contato que nada tem de harmonioso, levava-o a aceitar as posições como que por dever.

Conhecendo como diferiam dele os homens, na sua generalidade, não impunha a sua opinião, por saber que não se conformariam com ela; por sua vez, inteiramente votado às suas idéias e ideais, deles não declinava.

Tão da sua constituição era esse idealismo, que o considerava sem emoção e com simplicidade. Daí conceber que todos podiam ser, com ele, idealistas; daí ser um democrata, por imaginar a democracia, não como o rebaixamento do governo até o povo, mas como a elevação do povo até o governo, supondo todos capazes de atingir a mesma elevação de espírito.

É natural que, sendo assim, pensando assim, quisesse morrer no dia em que todos comungaram com ele na mesma esperança, no mesmo Ideal! (*Aplausos.*)

BIBLIOGRAFIA

Almanaque Popular Brasileiro (para o ano de 1905). Rangel Pestana, do dr. A. C. de Miranda Azevedo. *Apontamentos para a História*, de Paulo Rangel Pestana.

O Elemento Servil, de Alcindo Sodré.

Da Monarquia para a República, de Evaristo de Moraes.

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, n. LXI. Francisco Rangel Pestana, de Edith Saboia.

Os Programas dos Partidos e o 2º Império (Exposição de Princípios), de A. Brasiliense.

O conferencista agradece ao dr. Nereu Rangel Pestana, que lhe facultou a consulta do precioso arquivo referente a seu ilustre pai, fornecendo-lhe as notas de que se utilizou, como também ao dr. Eugenio Egas, que não poupou esforços, enviando-lhe quanto divulgou a imprensa de São Paulo acerca do republicano, cujo centenário de nascimento comemorou tão brilhantemente.

O sr. Presidente MACEDO SOARES felicitou o sr. Feijó Bittencourt pelo excelente trabalho que acabara de produzir.

Em seguida o mesmo Presidente declarou que se achava presente o dr. CIRO NAPANGA AGUERO, membro ilustre da Sociedade Geográfica de Lima, dando-lhe a palavra.

O sr. AGUERO proferiu a seguinte alocução:

“Exmo. sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, exmo. sr. Embaixador do Perú. Senhores.

A Sociedade Geográfica de Lima, instituição que representa a mais elevada cultura e o mais puro prestígio científico do Perú, centro por mais de 52 anos de nobres agitações e empreendimentos e do trabalho espiritual, com sede na velha e histórica cidade dos vice-reis, capital, por três séculos, nesta parte da América, no ponto de vista político, econômico e intelectual, quis honrar-se, chamando ao seu seio, na qualidade de sócios correspondentes, a um grupo de esclarecidos homens do Brasil, que gozam de consagração e prestígio além das suas fronteiras.

Tive o honroso encargo de ser o portador dos respectivos diplomas, o que me enche de orgulho e é assim com vivíssimo prazer que entrego a v. ex., como digno Presidente desta Associação, ao mesmo tempo, não só o seu título, mas também os concedidos aos srs. Manuel Cicero Peregrino da Silva, Max Fleiuss, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Affonso d'Escragnolle Taunay, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Generais Candido Mariano da Silva Rondon e Alipio di Primio, Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira e dr. Raja Gabaglia, pedindo a v. ex. que os faça chegar às mãos dos agraciados.

O fim primordial deste Instituto Histórico é o estudo da História, da Geografia e da Etnografia brasileira, mas, e, igualmente a investigações e estudo das condições e feitos de tal natureza em outras partes da América, como condição necessária para melhor realização da grande obra de progresso intelectual e moral de todos os países americanos, dentro da esfera da participação recíproca e da cooperação, o que é essencial, mormente nas horas que passam, cheias de angústias no velho mundo e isso aconselha uma consciência comum dos nossos destinos, para que possamos cumprir eficientemente a função histórica do nosso continente.

Assim, pois, a Sociedade Geográfica de Lima, que já conta em seu quadro social o Embaixador Luiz Gurgel do Amaral, ao escolher igualmente sócios correspondentes aos seletos espíritos brasileiros, procurou honrar-se ainda com incorporações tão valiosas, tendo também em mira a conveniência de um maior conhecimento, vinculação e intercâmbio espiritual entre o Perú e o Brasil, como fator precioso de ampla solidariedade e compreensão americana.

Apresentando a este Instituto, que, com singular autoridade e brilho, não há muito celebrou o primeiro centenário de suas atividades e que é presidido atualmente por um dos estadistas de maior

o nome de Brasil, por facilidade argumenta da existência e estimada no Brasil as condições favoráveis da Sociedade Geographica de Lima, para que os membros da Sociedade fossem as muitas homenagem internacional, confidenciando para todos os pontos da esta terra brasileira grande e pequena, através de todos os pontos por um conhecimento cultural mais intenso e abrangente e Brasil e o Peru.

Sejam todos os membros desta do reconhecimento ao sr. Jorge Figueira, presidente da mesa para que, com a sua presença, seja a realização desta por de conhecimento e de compreensão permanente, confidenciando a sociedade para de pontos para ver mais amplamente a sociedade de sr. Figueira para inteligência e informação permanente.

Logo depois a sr. Figueira, com a sua presença a diploma de sr. Figueira, com a sua presença, a sociedade uma abençoada, em que todos os pontos confidenciando de Figueira de Figueira. Em seguida, os membros da Sociedade de sr. Figueira, com a sua presença, a sociedade uma abençoada, em que todos os pontos confidenciando de Figueira de Figueira.

Logo depois a sr. Figueira, com a sua presença a diploma de sr. Figueira, com a sua presença, a sociedade uma abençoada, em que todos os pontos confidenciando de Figueira de Figueira.

Logo depois a sr. Figueira, com a sua presença a diploma de sr. Figueira, com a sua presença, a sociedade uma abençoada, em que todos os pontos confidenciando de Figueira de Figueira.

Logo depois a sr. Figueira, com a sua presença a diploma de sr. Figueira, com a sua presença, a sociedade uma abençoada, em que todos os pontos confidenciando de Figueira de Figueira.

Logo depois a sr. Figueira, com a sua presença a diploma de sr. Figueira, com a sua presença, a sociedade uma abençoada, em que todos os pontos confidenciando de Figueira de Figueira.

fé americanista, que, em relação à gloriosa República do Perú, incide em solidas e boas tradições comuns.

Com efeito, antes mesmo que pudessem os governos coloniais apreciar as consequências do intercâmbio econômico entre os dois núcleos sociais, para dirigí-lo ou obstá-lo, as nossas populações se entendiam e os nossos pioneiros lá iam, ao arrepio da corrente amazônica, realizando ao inverso a aventura de Orellana, para surpreender nos cimos brancos da cordilheira as maravilhas do gênio incásico agasalhadas sob a proteção da águia espanhola — cujas asas largas se estendiam por essas insígnies paisagens... Voltavam carregados de riquezas e deslumbrados pelos panoramas arqueológicos e ilustres, que lhes tinham tentado a cobiça: aquí os chamavam de “peruleiros”. O nome está nos primeiros vocabulários brasileiros. Designa o viajante para o Perú, o agente obscuro das primeiras intercomunicações rendosas e pacíficas, o operário anônimo da fraternidade brasileiro-peruana.

Queremos, nós, os sócios correspondentes da notável Sociedade Geográfica de Lima, adotar o mesmo título de “peruleiros”, no sentido de amigos e pesquisadores da vasta cultura peruana, esforçados em propagá-la e exaltá-la, para quem as duas pátrias, mais próximas em virtude da intimidade mental que há de uní-las ainda mais, contribuam harmônica e poderosamente para os altos objetivos de paz e trabalho do Novo Mundo!

Outra não tem sido a tarefa admiravelmente desempenhada no Brasil pelo sr. Embaixador Jorge Prado, grande diplomata e homem de letras; nem é diferente o programa de atividades que nos congrega neste Instituto, sob a égide da História nacional.” (*Palmas.*)

Encerrou-se, em seguida, a sessão às 18 e meia horas.

VIRGILIO CORRÊA FILHO,

2º Secretário.

ASSEMBLÉIA GERAL (SESSÃO 1.672), EM 15
DE DEZEMBRO DE 1939

PRESIDÊNCIA DOS SRS. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES
E MAX FLEIUSS

Às 17 horas abriu-se a sessão de assembléia geral, com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, Francisco Radler de Aquino, Raul Tavares, João da Costa Ferreira, Alcindo Sodré, Francisco José de Oliveira Vianna, Braz Hermenegildo do Amaral, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Virgílio Correia Filho, Dom Pedro de Orleans Bragança, Bernardino José de Souza, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Gustavo Barroso, Ernesto de Souza Campos, Luiz Felipe Vieira Souto, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Manoel Tavares Cavalcanti, Alfredo Ferreira Lage, Octavio Tarquinio de Souza, Rodrigo Octavio Filho, Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, Alexandre Emilio Sommer, Hermenegildo Rodrigues de Barros, José Wanderley de Araujo Pinho, Candido Mariano da Silva Rondon, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Elmano Cardim, Levi Carneiro, Thiers Fleming, Ataulpho de Paiva, Edmundo da Luz Pinto, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Alfredo Nascimento Silva, Emilio Fernandes de Souza Docca, José Mattoso Maia Forte.

O sr. PRESIDENTE MACEDO SOARES declarou que a presente sessão de assembléia geral fora convocada de acordo com o art. 25 dos Estatutos para a eleição da diretoria e das comissões permanentes no biênio de 1940 a 1941.

O sr. FLEIUSS (*secretário perpétuo*) leu a seguinte carta do senhor Ministro Augusto Tavares de Lyra:

Rio, 14 de dezembro 939. Exmº. Amº. Sr. Embaixador Macedo Soares. Atenciosas saudações. Sendo amanhã dia de sessão do Tribunal, — e sessão trabalhosíssima, porque

estamos no último mês do ano financeiro —, é muito provável, quasi certo, que não me seja possível comparecer à assembléia geral em que terão de ser eleitas a nova diretoria e comissões permanentes do nosso querido Instituto. Se não estiver presente, o que lamentarei sinceramente por não ter oportunidade de dar-lhe meu voto para continuar a ser, na presidência, o *primus inter pares* de nossos doutos colegas, aquí fica, antecipadamente, a justificativa de minha ausência. Com as homenagens de meu alto apreço. Admir. Amº. e Crº. Obrº. (assinado) *A. Tavares de Lyra*.

Leu, depois, telegramas e cartas, justificando o não comparecimento dos srs. Comandante Carlos da Silveira Carneiro, Basilio de Magalhães, Alvaro de Salles Oliveira, Ernesto Leme, Djalma Forjaz e Canabarro Reichardt.

O sr. PRESIDENTE MACEDO SOARES declarou que, para melhor satisfação dos assuntos a tratar, apresentaria em primeiro lugar duas indicações; a primeira foi a seguinte:

“Em 1940 ocorre o quarto centenário da fundação da Companhia de Jesus, aprovada por Paulo III, a 27 de setembro de 1540. A grande data será comemorada em todos os países, na medida em que o permitirem as dolorosas circunstâncias do momento trágico que vivemos. O Brasil, onde os benefícios da paz permitem a continuidade normal de suas atividades culturais, não poderá faltar com a sua colaboração na grande obra comum. Mais imperiosamente que a outros povos impõe-se-nos este trabalho como um dever de consciência nacional. Nascidos quasi simultaneamente, o Brasil para a vida civilizada e a Companhia de Jesus para as suas incansáveis e multiformes atividades, as duas histórias, — a dos brasileiros e a dos jesuitas — intimamente relacionadas, em muitos domínios parcialmente se identificam. Guardas vigilantes do patrimônio do passado nacional, cabe ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e aos seus congêneres estaduais, e já o disse o ilustre doutor Adroaldo Mesquita da Costa no sodalício sul-riograndense, a iniciativa de uma comemoração digna da importância do acontecimento e das profundas e variadas influências no desenvolvimento da nossa civilização.

Certos de que as grandes instituições responsáveis, no domínio da história, pelos nossos créditos de nação culta, não faltarão à grandeza dessa tarefa, permitimo-nos acres-

centar aquí um programa de estudos, investigações, conferências e publicações científicas, que, durante o ano comemorativo do 4º centenário de 1940 ponham em sua verdadeira claridade, a história da Companhia de Jesus, nas suas profundas e indestrutíveis relações com a história da formação e progresso da nacionalidade brasileira.

I. *A Companhia de Jesus e os índios:*

Catequese;
Aldeamento;
Defesa da liberdade dos selvícolas.

II. *A Companhia de Jesus e a formação do Brasil:*

Pregação e Ministérios sacerdotais;
Defesa e elevação da moralidade pública.

III. *A Companhia de Jesus e a instrução no Brasil:*

- a) Ensino primário;
 Ensino secundário;
 Ensino superior;
 Ensino técnico profissional.
- b) Escolas;
 Colégios;
 Ginásios;
 Bibliotecas.
- c) Alunos notáveis dos jesuitas.

IV. *A Companhia de Jesus e a formação da literatura nacional:*

- a) *Gêneros literários:*
 Poesia;
 Teatro;
 Eloquência;
 Historiografia;
 Viagens;
 Epistolografia;
 Escritos morais e religiosos.

b) Escritores notáveis:

Anchieta — Nobrega — Cardim — Simão de Vasconcellos — Alexandre de Gusmão — Francisco de Souza, etc., etc.

V. *A Companhia de Jesus e as artes no Brasil:*

Arquitetura;

Escultura;

Pintura;

Obras de arte executadas pelos jesuitas; igrejas, colégios, estátuas, painéis, etc.

VI. *A Companhia de Jesus e a linguística:*

Gramática e dicionários das línguas indígenas.

VII. *A Companhia de Jesus e o território nacional:*

Viagens de penetração;

Descobrimientos e trabalhos geográficos;

Cartografia;

Fundação de cidades e aldeias;

Defesa da integridade territorial do Brasil.

VIII. *Jesuitas ilustres:*

Anchieta — Nobrega — Ignacio de Azevedo — João de Almeida — A. Vieira — Belchior de Pontes — Francisco de Souza — Alexandre de Gusmão — Malagrida, etc. Destes homens notáveis, podem publicar-se:

1º. *Biografias completas.*

2º. *Monografias* sobre alguns dos aspectos de sua personalidade, por exemplo: VIEIRA: a) o orador; b) o escritor; c) o diplomata; d) o missionário; e) o defensor da liberdade dos índios.

3º. *Obras inéditas* ou edição crítica de obras já publicadas.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1939. — José Carlos de Macedo Soares."

A indicação foi aprovada por unanimidade.

A segunda trata do seguinte:

"A Assembléia Geral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro resolve:

Eleger sócios honorários do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro os Srs. Oswaldo Aranha, frei Pedro Sinzig e Claudio Ganns.

O Sr. Oswaldo Aranha, embaixador do Brasil em Washington, representou o Instituto na segunda assembléia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, reunida naquela capital em outubro de 1935, havendo proferido um discurso de alto valor histórico. Além disso, na qualidade de Ministro das Relações Exteriores, tem prestado notáveis serviços à nossa associação.

Frei Pedro Sinzig é autor do magistral trabalho publicado no volume 165 de nossa *Revista* sobre *Maravilhas da Religião e da Arte*, na igreja e no convento de São Francisco da Baía, apreciadíssima contribuição da sub-comissão de Iconografia Brasileira, apresentada, nesse caracter, à Comissão de Ciências Históricas de Paris.

Claudio Ganns, ex-secretário do Presidente do Estado de Sergipe (1922-25), é um dos mais dedicados e constantes apreciadores do Instituto, advogado e jornalista, diretor da revista *Estudos Brasileiros*. Já se lhe devem vários trabalhos, está elaborando o Catálogo geral da Exposição Mauá, realizada pelo Instituto, em outubro passado, bem como a bio-bibliografia do mesmo brasileiro.

A Assembléia resolve mais que o sócio honorário que apresentar trabalhos de acordo com as finalidades do Instituto, poderá, se o solicitar, ser transferido para as classes dos efetivos ou correspondentes, havendo vaga.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1939. — José Carlos de Macedo Soares. — Max Fleiuss. — Feijó Bittencourt. — Braz do Amaral. — João da Costa Ferreira. — Raul Tavares. — Alfredo Ferreira Lage. — Rodrigo Octavio Filho. — D. Pedro de Orleans Bragança. — Antonio Leoncio Pereira Ferraz. — Bernardino de Souza. — Ernesto de Souza Campos. — Jeronymo de Avellar Figueira de Mello. — Virgílio Corrêa Filho. — Oliveira Vianna. — Hermenegildo de Barros. — Alcindo Sodrê. — Radler de Aquino. — Elmano Cardim. — Alexandre Sommer. — Vieira Ferreira."

Submetida à discussão a primeira parte, foi aprovada por unanimidade, sendo proclamados sócios honorários os srs. Oswaldo Aranha, Frei Pedro Sinzig e Claudio Ganns.

Quanto à segunda parte, relativa à transferência de sócios honorários para efetivos ou correspondentes, fizeram observações os senhores Levi Carneiro e Pedro Calmon. Posta em votação, foi a mesma aprovada por 28 votos contra oito.

O sr. Presidente MACEDO SOARES disse que ia ser tratada a segunda parte da ordem do dia, isto é, a eleição da diretoria e das comissões permanentes para o biênio de 1940 a 1941.

Deixaria de haver a eleição para 1º secretário, em virtude da deliberação da assembléia geral de 9 de março de 1907, que declarou perpétuo o ocupante do cargo (art. 89 dos Estatutos). Sabendo que o seu nome estava envolvido nas eleições, passava a presidência da assembléia ao sr. secretário perpétuo.

O sr. MAX FLEIUSS (*secretário perpétuo*) assumindo a presidência, leu os arts. 24, 25 e 26 dos Estatutos e convidou os sócios a entregar as suas cédulas, nomeando escrutinadores os srs. Alexandre Emilio Sommier e Ernesto de Souza Campos.

Procedido o escrutínio para a diretoria, verificou-se o seguinte resultado: Presidente, José Carlos de Macedo Soares, 35 votos; Augusto Tavares de Lyra, 1.º Vice-Presidente; Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, 2.º Vice-Presidente; Alfredo Nascimento Silva, 3.º Vice-Presidente; Virgilio Corrêa Filho, 2.º Secretário; Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, orador; Francisco Radler de Aquino, tesoureiro.

O sr. MAX FLEIUSS, servindo de Presidente, proclamou-os eleitos e convidou o sr. José Carlos de Macedo Soares a reassumir a presidência da sessão, felicitando o Instituto pela escolha do novo chefe, que há oito meses exerce eventualmente o cargo, patenteando a cada momento a maior dedicação e dando-lhe toda eficiência da sua ilustre personalidade.

O sr. MACEDO SOARES, reassumindo a presidência, estando toda a assembléia de pé e aplaudindo-o calorosamente, agradeceu as manifestações e disse que um nome devia ser lembrado nesse momento: o de Affonso Celso, como guia seguro e de inextinguível valor.

Procedeu-se em seguida à eleição das comissões permanentes, havendo o seguinte resultado:

HISTÓRIA

Max Fleiuss;
Basilio de Magalhães;
Souza Docca;
Feijó Bittencourt;
Canabarro Reichardt.

FUNDOS E ORÇAMENTOS

Rodrigo Octavio;
Alfredo Lage;
Oliveira Vianna;
Mattoso Maia Forte;
Raul Tavares.

GEOGRAFIA

José Maria Moreira Guimarães;
Carlos da Silveira Carneiro;
Leão Teixeira Filho;
Radler de Aquino;
Alexandre Sommer.

ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA

Rodolfo Garcia;
Afranio Peixoto;
Roquette Pinto;
José Luiz Baptista;
Virgilio Corrêa Filho.

BIBLIOGRAFIA

Rodrigo Octavio Filho;
Bernardino de Souza;
Liberato Bittencourt;
Vieira Ferreira;
Gustavo Barroso;

ESTATUTOS

Afranio de Mello Franco;
Costa Ferreira
Wanderley Pinho;
Pedro Calmon;
Edmundo da Luz Pinto.

ADMISSÃO DE SÓCIOS

Alfredo Nascimento;
Braz do Amaral;
Augusto Tavares de Lyra;
Alfredo Valladão;
Levi Carneiro.

O sr. Presidente MACEDO SOARES proclamou os eleitos.

O sr. FLEIUS propôs que a assembléia mandasse visitar o eminente sr. Ministro Rodrigo Octavio, ilustre 2º Vice-Presidente, fazendo parte da comissão os seus dois companheiros no Supremo Tribunal Federal, os srs. Ministro Hermenegildo Rodrigues de Barros e Ataulpho de Paiva.

Propôs mais o sr. FLEIUS que a assembléia geral registasse um voto de agradecimento ao sr. Manuel Cicero Peregrino da Silva pelos notáveis serviços que, com tanta dedicação e integridade, prestou durante o tempo em que exerceu a presidência do Instituto. Essas propostas foram aprovadas com aplausos.

O sr. Presidente MACEDO SOARES declarou que a sessão solene de posse, nos termos dos Estatutos, seria no dia 8 de janeiro próximo, por ser domingo dia 7.

Encerrou-se a sessão às 18 e meia horas.

Virgílio Corrêa Filho, 2º secretário. — *Alexandre Emilio Sommier* e *Ernesto de Souza Campos*, escrutinadores.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL

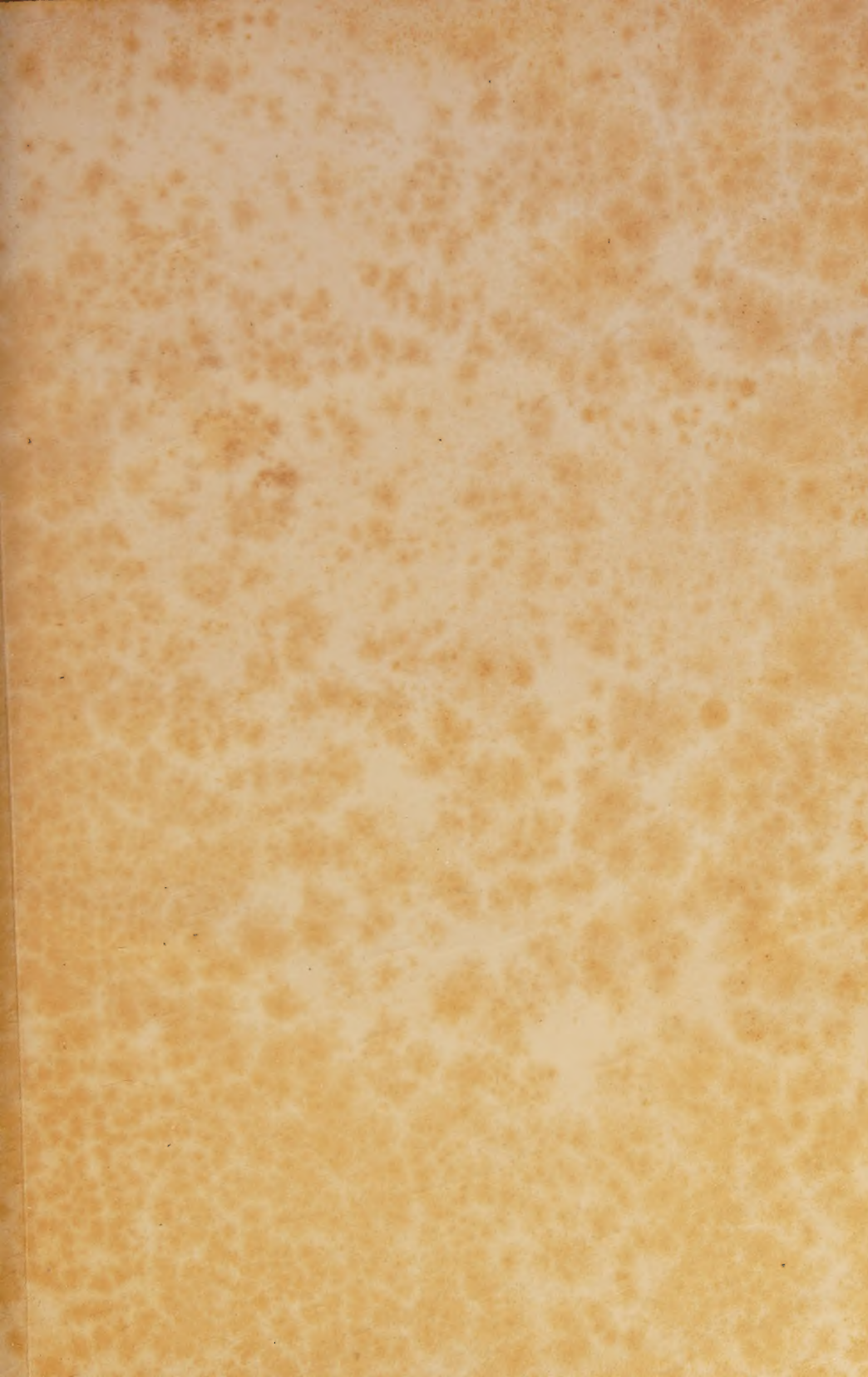
	Págs.
<i>A Paz com o Paraguai depois da Guerra da Tríplice Aliança</i> — Augusto Tasso Fragoso	5 a 334
<i>Três Notáveis Almirantes</i> — Adalberto Reschtciner.....	335 a 349
<i>As Três Viagens de Circunavegação</i> (Vital de Oliveira, Almirante Barroso e Benjamin Constant)	351 a 653

ATAS DAS SESSÕES DE 1939

Sessão Extraordinária em 26 de janeiro.....	657
Conferência do Sr. José de Mesquita sobre o <i>Sentimento de Brasi- lidade na História de Mato-Grosso.</i>	
Sessão Extraordinária em 23 de fevereiro.....	673
Conferência do Sr. Feijó Bittencourt sobre o <i>Marechal Raimundo José da Cunha Matos.</i>	
Assembléia Geral Extraordinária em 14 de abril.....	685
Promoção do sócio Benemérito Ministro Rodrigo Octavio a sócio Grande Benemérito e dos sócios Efetivos José Carlos de Macedo Soares, José Maria Moreira Guimarães, Emilio Fer- nandes de Souza Docca, Dom Francisco de Aquino Corrêa e dr. Ricardo Levene a Beneméritos. Eleição dos sócios Ce- cílio Bâes, Luiz Norton de Mattos, Roberto Simonsen, Padre Serafim Leite, Julio Dantas, José Honorio Silgueira, Candido Mariano da Silva Rondon, Hermenegildo Rodrigues de Barros, Augusto Tasso Fragoso, Tobias do Rego Monteiro, Clarence Henry Haring e Nels Andrew Nelson Clevon. Proposta do sr. Alfredo Lage de louvor ao dr. Benedicto Valladares pela distinção que conferiu ao antigo senador do Império Firmino Rodrigues Silva.	

	Págs.
Primeira Sessão Ordinária em 14 de abril.....	691
Aprovação das contas relativas ao ano de 1938.	
Conferência do sr. Caio de Mello Franco sobre o <i>Dia da América</i>	691
Sessão Especial em 19 de abril.....	715
Conferência do sr. Wanderley de Pinho sobre <i>Tavares Bastos</i> .	
Sessão especial em 19 de maio.....	745
Conferência do Coronel Orosman Vasques Ledesma.	
Segunda Sessão Ordinária em 31 de maio.....	749
Eleição dos sócios Edmundo da Luz Pinto e José Luiz Baptista.	
Palavras do sr. Pedro Calmon sobre a oferta do sr. Francisco de Brito Gorjão de uma coleção de cartas de Dom Pedro I.	
Anexo — Artigo do sr. Plínio Barreto sobre o livro <i>Fronteiras do Brasil no Regime Colonial</i> .	
Terceira Sessão Ordinária em 18 de junho.....	767
Palavras do sr. Caio de Mello Franco sobre uma coleção de cartas de Dom Pedro I.	
Sessão Especial em 18 de julho, em homenagem ao sr. Cardeal Legado e ao Episcopado Brasileiro.....	768
Discursos dos srs. José Carlos de Macedo Soares, Fernando Magalhães, Pedro Calmon e Bispo Dom José Gaspar de Affonseca.	
Quarta Sessão Ordinária em 26 de julho.....	791
Palavras do sr. José Salgado.	
Sessão Especial em 28 de julho.....	793
Conferência do sr. José Salgado sobre <i>Andrés Lamas</i> .	
Sessão Especial em 4 de agosto.....	819
Alocução do sr. Levi Carneiro ao sr. <i>José Honório Silgueira</i> .	
Resposta do sr. dr. Silgueira e conferência do mesmo sobre <i>Antecedentes e causas que contribuíram em favor das Revoluções Argentina e Brasileira da Independência</i> .	
Sessão Especial em 21 de agosto.....	837
Eleição dos sócios Leo Stanton Rowe, Waldo Gifford Leland, Philip Guedala, Ernesto Leme e Ernesto de Souza Campos.	
Quinta Sessão Ordinária em 30 de agosto.....	839
Palavras do sr. Pedro Calmon saudando o Padre Serafim Leite.	
Palavras do sr. Francisco Radler de Aquino saudando o sr. Philip Guedala.	
Conferência do sr. Philip Guedala sobre a <i>Moderna Biografia</i> .	

Sessão Especial em 6 de setembro.....	861
Palavras do sr. Bernardino José de Souza saudando o sr. General Candido Rondon.	
Conferência do sr. General Candido Rondon sobre <i>José Bonifácio e o Problema Indígena</i> .	
Sexta Sessão Ordinária em 27 de setembro.....	895
Discurso do sr. Oswaldo Aranha entregando ao Padre Serafim Leite as insígnias da Ordem do Cruzeiro.	
Discurso do Padre Serafim Leite.	
Palavras dos srs. Pedro Calmon, José Carlos de Macedo Soares, Afranio Peixoto, Rodrigo Octavio e Max Fleiuss.	
Sessão Especial em 4 de outubro.....	903
Voto proposto pelo sr. José Carlos de Macedo Soares sobre a passagem do 112.º aniversário da fundação do <i>Jornal do Comércio</i> .	
Conferência do sr. Augusto Tavares de Lyra sobre o <i>Presidente Affonso Penna</i> .	
Sessão Magna Comemorativa do 101.º aniversário da fundação do Instituto em 21 de outubro.....	920
Discurso do Presidente José Carlos de Macedo Soares.	
Relatório do Secretário Perpétuo Max Fleiuss.	
Conferência do sr. Rodrigo Octávio Filho sobre o <i>Visconde de Mauá</i> .	
Anexo — Artigo do <i>Jornal do Comércio</i> sobre o Centésimo primeiro aniversário do Instituto.	
Sessão Especial em 13 de novembro comemorativa da data centenária do Conselheiro Francisco Belisario.....	943
Conferência do sr. Augusto Tavares de Lyra sobre <i>Francisco Belisario</i> .	
Sessão Especial em 27 de novembro em comemoração à data centenária do nascimento de Francisco Rangel Pestana.....	959
Conferência do sr. Feijó Bittencourt sobre <i>Rangel Pestana</i> .	
Assembléia Geral em 15 de dezembro.....	995
Carta do sr. Augusto de Lyra.	
Indicações do sr. José Carlos de Macedo Soares sobre a Comemoração do 4.º Centenário da fundação da Companhia de Jesus.	
Eleição dos sócios Oswaldo Aranha, Frei Pedro Sinzig e Claudio Ganns.	
Eleição da Diretoria e das Comissões Permanentes para o biênio de 1940-1941.	



341 820
674 827
687
753
795
801